República Federativa do Brasil
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO L – SUPLEMENTO "G" AO Nº 4 QUINTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 1995 BRASÍLIA – DF

CONGRESSO NACIONAL

ANEXOS ÀS ATAS DAS REUNIÕES DE INSTALAÇÃO (1ª REUNIÃO), E DE OITIVAS E DE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL E ENCERRAMENTO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 151, DE 1993-CN, DESTINADA A APURAR OS FATOS CONTIDOS NAS DENÚNCIAS DO SR. JOSÉ CARLOS ALVES DOS SANTOS, REFERENTES ÀS ATIVIDADES DOS PARLAMENTARES, MEMBROS DO GOVERNO E REPRESENTANTES DE EMPRESAS ENVOLVIDAS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

PRESIDENTE: Senador JARBAS PASSARINHO
RELATOR: Deputado ROBERTO MAGALHÃES
(ÍNTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO)

DEPOIMENTOS E REUNIÕES

09/01/94 - Depoimento do Sr. Deputado Paulo Portugal;
09/01/94 - Depoimento do Sr. Governador Joaquim Roriz;
09/01/94 - Depoimento do Sr. Deputado João Alves Filho;
09/01/94 - Depoimento do Sr. Deputado Gastone Righi;
09/01/94 - Depoimento do Sr. Deputado Aníbal Teixeira;
09/01/94 - Depoimento do Sr. Carlos Chiarelli;
09/01/94 - Depoimento do Sr. Deputado Osmânio Pereira;
09/01/94 - Depoimento do Sr. Deputado Ricardo Fiúza;
09/01/94 - Depoimento do Sr. Deputado Roberto Jefferson;
09/01/94 - Depoimento do Sr. Deputado Jesus Tajra;
09/01/94 - Depoimento do Sr. Deputado Ézio Ferreira;
09/01/94 - Depoimento do Sr. Henrique Hargreaves;
09/01/94 - Depoimento do Sr. Deputado Mussa Demes;
09/01/94 - Depoimento do Sr. Deputado Uldurico Pinto;
09/01/94 - Relatório Final.

Depoimento do Sr. Deputado Paulo Portugal

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Srs. Parlamentares, damos início a mais uma reunião da Subcomissão de Subvenções Sociais, desta vez para ouvir o depoimento do Deputado Paulo Portugal.

Vamos ouvir o compromisso de pé, por gentileza.

O SR. PAULO PORTUGAL - Termo de compromisso, art.213, do Código de Processo Penal:

"Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado."

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Peço ao Deputado Lázaro Barbosa para fazer a qualificação.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Deputado, qual é o seu nome completo?

O SR. PAULO PORTUGAL - Paulo Roberto Duarte Portugal.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sua profissão?

O SR. PAULO PORTUGAL - Médico.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Onde a exerce?

O SR. PAULO PORTUGAL - Bom Jesus do Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Deputado Paulo Portugal, qual é o seu endereço?

O SR. PAULO PORTUGAL - Rua Otober (?) Brandão, nº 20 - Bairro Jardim Valéria, Bom Jesus do Itabapoana.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Deputado, V. Exª está acompanhando...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Lázaro Barbosa, só um minuto, por gentileza.

Queríamos saber do Deputado Paulo Portugal, inicialmente, se deseja fazer uma exposição inicial.

O SR. PAULO PORTUGAL - Pode ser feito no fim?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pode ser também.

O SR. PAULO PORTUGAL - Não sei qual é a norma aqui...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - V. Exª tem o direito de fazer. Fica a seu cargo. Não há limite de tempo.

O SR. PAULO PORTUGAL - Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho; Sr. Relator, Deputado Lázaro Barbosa; meus companheiros do Congresso:

Realmente é um momento difícil o que estamos passando. É importante para o Congresso apurar todas as denúncias de falcatruas não só aqui, mas no Executivo e no Judiciário. E, para isso, o Congresso tem tido a colaboração da imprensa e de toda a comunidade.

Os membros desta Comissão são deputados e senadores honrados e sérios. Estou aqui em Brasília como Deputado Federal, na Câmara dos Deputados, vindo da liderança estudantil e depois Prefeito de Bom Jesus, médico-cirurgião na minha região onde, desde 1918, minha família exerce funções políticas - meu avô foi prefeito três vezes, também meu tio e eu fui prefeito de 1982 a 1988. E, com toda a certeza, e também com toda a modéstia, sou um dos deputados, como a maioria desta Casa, que fazem política. Não sou um deputado que faz negócio.

Faço aqui esse juramento com a consciência tranqüila de que jamais participei de falcatrua nenhuma, inclusive no caso do Orçamento na área de subvenção social.

Existem, é claro, algumas informações distorcidas como a que assisti pela televisão na ida de colegas ao Rio de Janeiro, onde existem várias entidades filantrópicas que receberam essa dotação orçamentária - e uma delas é de Bom Jesus cuja entidade fui um dos sócios fundadores. Inclusive o seu Presidente, Dr. Aílton, é meu amigo, é médico, sempre trabalhamos juntos e a imprensa, desde o início, colocava-me como responsável ou dono da entidade. Naturalmente, virão várias perguntas nesse sentido, por isso deixo inicialmente claro que a entidade é filantrópica mesmo e o seu presidente, o Dr. Aílton, é um idealista na parte de comunidade. Nunca fui dono. Ela não tem dono; existe e é filantrópica.

Houve casos em que os jornais diziam que a entidade era fantasma. Depois, alguns jornalistas me ligaram e eu sugeri que eles fossem lá ver como ela funcionava. Então, viram que a entidade não era fantasma. Mas não adiantou nada. Quando chegaram lá, falaram: ela é sua. Aí não adianta. Se diziam que era fantasma, e depois que viram disseram que era minha...Não é minha. Não tenho entidade nenhuma. Inclusive eu era prefeito na época e participei como sócio-fundador de todas, mais de 10, associações de moradores. Eram entidades fundadas à época, coisa normal de prefeito.

Claro que esta tem uma intimidade, o que deu, talvez, razão à imprensa ou a alguns colegas de distorceram a verdade, porque no início eu era prefeito e fui sócio da Casa de Saúde Aurora Avelino, por sinal um dos hospitais mais conceituados do Estado do Rio de Janeiro, modéstia à parte. Como toda entidade, ela pode ter no início, provisoriamente, sua sede em qualquer lugar que lhe seja emprestado.

Naquele período, quando eu era sócio da referida Casa de Saúde - já fui sócio cotista de outras casas de saúde -, o INAMPS não pagava muito bem aos hospitais; deixava-os quatro ou cinco meses sem receber e, quando o fazia, era sem correção; então o Centro atravessou uma fase um pouco difícil.

Todavia, desde 1983, quando fui prefeito, mesmo ela tendo iniciado suas atividades nesse prédio emprestado, que não era nem da Casa de Saúde, mas de sócios de outros médicos, proprietários de um prédio em frente à Casa de Saúde, não exerci cargo de diretoria na Casa de Saúde, porque fui prefeito e depois deputado - a própria lei eleitoral exige, e isso está no contrato social da Junta Comercial do Rio de Janeiro, cuja cópia já entreguei à Comissão.

Desta forma, não pude ser diretor da Casa de Saúde, como também, no caso da entidade, sendo um dos sócios fundadores, nunca participei ou tive ingerência na administração dessa entidade.

Lá estive por três vezes: há pouco tempo, depois desse tiroteio, para ver o que estava acontecendo; na inauguração dessa creche e quando começaram o hospital de Cardoso Moreira, fato que gostei, como médico e administrador de hospital que sou, porque é um Município que se emancipou de Campos, contra a vontade deste. Então, Cardoso Moreira era um município muito importante sem hospital algum. Como sou a favor de aplicação de recursos públicos com seriedade, acredito que o Ministério da Saúde deveria, primeiro, fazer hospitais em municípios que não têm nenhum, para depois investir em municípios que têm vários hospitais.

Fui e vi que há realmente a obra em construção, apesar de que o jornal já havia dito que não existia. Quando fui pela primeira vez, presenciei a inauguração da creche dessa entidade, no Bairro Lia Márcia, em Bom Jesus do Itabapoana.

Como houve essas informações, no dia 1° de dezembro, dirigi-me a todos os bancos em que tive conta e solicitei o meu extrato bancário; no dia 16, fiz um pronunciamento, porque não tinha acesso à imprensa - como nunca tive - e tinha pouco acesso aqui na Comissão, dada a ocupação dos Colegas, que estão trabalhando há mais de sessenta dias à noite.

Usei da tribuna para que pedissem a quebra do meu sigilo bancário, e que eu pudesse também ser ouvido para esclarecer as distorções que estavam ocorrendo com o meu nome, por parte da imprensa, pois eu sempre fiz política com seriedade, nunca participei de falcatrua nenhuma. Quando saiu a primeira notícia nos jornais, eu estava em Niterói, e saiu no jornal **O Globo** que eu, Paulo Portugal, recebi 1 milhão e 700 mil dólares de dotação, por intermédio de várias entidades controladas, encabeçadas pela Sociedade de Proteção de Bom Jesus.

Quando vi aquilo, falei para mim mesmo que isso não podia ser, isso não existia, era uma inverdade, uma mentira mesmo. Procurei o jornal de toda forma, mas não tenho essa amizade ou, como os outros Colegas têm, intimidade com a imprensa - alguns são até jornalistas - para que pudesse dizer a verdade. Mesmo assim, o jornal **O Globo**, dois dias depois, publicou minha resposta, um pouco resumida, em que eu negava ter recebido qualquer coisa, que aquilo estava denegrindo, ferindo a minha honra. Pensei que a situação estava resolvida.

Algum tempo depois, vários jornais começaram a noticiar que, no Estado do Rio, havia mais um Deputado inscrido na falcatrua do Orçamento. Claro que, modéstia à parte, meus eleitores, meus amigos, meus parentes que me conhecem desde a infância ou no convívio com a família sabem da minha dignidade. Então, isso estava ainda restrito à região; infelizmente, nós, da classe política, temos alguns adversários - e alguns deles até um pouco maldosos - na nossa região, que desvirtuam um pouco a verdade justamente para colaborar com a imprensa que, realmente, está cooperando para depurar todo o nosso Poder, como os outros Poderes da Nação. Todavia, a distorção de imprensa...**(falha na gravação)** ...onde eu espero, hoje, a dignidade dos companheiros, a seriedade do nosso eminente Presidente, do eminente Relator, que todas as perguntas que eu saiba responder, porque não adianta, como a imprensa algumas das vezes publicou situações como sendo feitas por mim e que não fiz, ou que eu sabia que eu não sabia.

Indo eu ao Espírito Santo há poucos dias, no aniversário de uma irmã, no dia seguinte à minha chegada, o jornal **A Gazeta** noticiou que o meu nome constava do relatório já como cassado. Eu me admirei, porque ninguém sabia que eu me dirigia ao Espírito Santo. E **A Gazeta** já sabia. Então, eu senti que havia alguma campanha dirigida contra a minha pessoa, advinda de alguns adversários da minha região.

Na terça-feira passada, o **Jornal do Brasil** disse que eu estava chefiando uma quadrilha no Rio de Janeiro, com "laranja" - eu nem sabia o que era "laranja" direito. Como incriminar-me, colocar-me como chefe de quadrilha, ou que estou em falcatrua, com qualquer entidade que seja, inclusive dessa Sociedade de Proteção de Bom Jesus?

Senti que havia um terrorismo psicológico, como houve na Itália, na Alemanha na época de Hitler, ou na época da Revolução da Rússia, quando jogavam contra o adversário político, desmoralizando-o na imprensa, para que, quando ele viesse a se defender, ficasse preso ou no hospício como doido.

Então, Sr. Presidente, tenho hoje a satisfação de ter esta oportunidade, dada por V. Exª e pelos Colegas, de estar aqui para esclarecer; tenho certeza de que é uma experiência, conto com a dignidade de todos membros desta Comissão. Aqui há alguns que têm culpa, outros que não têm culpa, mas, infelizmente, temos visto que quase todos, quando saem daqui - como chamam - da cadeira elétrica, a imprensa ainda vem e diz que o depoente saiu-se mal no depoimento.

Claro que a imprensa tem a sua função e a está exercendo bem, ressalvando-se em alguns casos, como o meu e de alguns Colegas, em que distorceu as informações; são órgãos de imprensa dignos, inclusive de alguns deles sou leitor desde os treze anos de idade.

Eu não podia nunca esperar a minha decepção com alguns órgãos de imprensa por noticiarem informação distorcida. Quando publicavam alguma nota, no outro dia eu ficava telefonando para eles; alguns ligavam na hora em que eu não estava no gabinete para falar que não me encontravam. Eu ficava esperando e não tinha oportunidade de resposta.

Tenho todas as respostas da imprensa aqui; se dois ou três jornais, rádio ou televisão, de dez ou quinze, responderam, foi muito. Tenho respeito pela imprensa, por sua colaboração, mas algumas informações distorcidas não ajudam a chegar à verdade.

Acredito, inclusive, que o País será outro depois do trabalho desta Comissão. Contudo, temos que saber separar o joio do trigo. Modéstia à parte, não tenho nada a temer; estamos aqui conforme qualquer um Colega poderia estar aqui. Mesmo se houver corruptos aqui, não é pelo que o Lula diz - trezentos deputados corruptos -, pode ser que haja ou não, a maioria é honesta. E eu queria que V. Exªs me permitissem dizer, principalmente depois que acabasse: há honestos, mas, mais do que eu, não há.

Se ser um dos sócios fundadores de uma entidade que está sendo investigada e envolvida neste escândalo é culpa, podem me culpar, porque realmente sou um dos sócios fundadores. Falar que a entidade é minha é mentira! Como também é mentira falar que já tive ingerência na administração dessa entidade! Também não tive ingerência em outras entidades em que trabalho, em outras prefeituras e sindicatos.

Sempre fiz emendas para todas, dentro do prazo e dentro de lei. Nunca tive tempo de ficar tomando conta, e isso não é função de Deputado - V. Exªs sabem melhor do que eu; isso é função dos Ministérios que repassaram o dinheiro e do Tribunal de Contas.

As responsabilidades de erros normais eu tenho, como todo cidadão tem; até esses erros aqui, se vierem à baila, estarei pronto a falar. A imprensa publicou coisas que não devo e, nesses casos, colocou na minha boca palavras que não falei. V. Exªs podem colocar o que for no relatório; agora, jamais dentro de mim, principalmente acima do respeito que tenho a V. Exªs, tenho a mim, aos meus eleitores, aos meus amigos e à minha família.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Lázaro Barbosa.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Portugal, folgo em constatar que V. Exª tem uma compreensão muito clara das graves responsabilidades da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apura desvios de comportamento de Colegas nossos em relação ao Orçamento Geral da União, cujo trabalho está nos permitindo uma visibilidade bastante clara dos caminhos e descaminhos que marcam, nos últimos anos, a administração pública brasileira.

Convém dizer - embora V. Exª disso tenha absoluta consciência, sei -, que a Comissão Parlamentar de Inquérito não tem por escopo fabricar culpados. Quando, particularmente, fui designado para integrá-la, deixei claro para minha Bancada que essa seria uma tarefa que eu cumpriria como missão, que não a realizaria com prazer, até porque teria a responsabilidade de estar argüindo e participando de argüições, vasculhando, esgrumando a vida de colegas que aqui chegaram, como todos chegamos, ungidos pelo voto popular.

V. Exª já disse no preâmbulo de sua fala que a sua responsabilidade é apenas de sócio fundador da entidade Sociedade de Proteção à Infância e Maternidade de Bom Jesus de Itabapuana. Isso V. Exª já deixou claro.

Na documentação que pudemos compulsar até agora, Sr. Deputado, em relação à entidade, auxiliados que fomos pelos técnicos do Tribunal de Contas da União, já podemos constatar uma série de descaminhos; o que obviamente não estamos adrede debitando a V. Exª. No decorrer do processo de apuração, é que vamos constatar se V. Exª tem ou não responsabilidade no bojo do processo, oxalá, efetivamente, V. Exª não tenha qualquer responsabilidade, torço para que isso ocorra. Ao invés de torcer para aumentar o número de implicados dentro do Parlamento Brasileiro, para oferecer à opinião pública a idéia de que se promoveu a limpeza, tenho absoluta convicção de que dentro da CPI o espírito predominante é o de fazer e buscar o princípio da justiça.

V. Exª não tome algumas das perguntas que vou lhe formular como de cunho eminentemente pessoal ou já pressupondo responsabilidade de V. Exª, até porque muitos documentos aqui ainda não chegaram. Em relação ao sigilo bancário de V. Exª, ele foi quebrado, mas não tivemos ainda acesso à documentação pertinente.

O SR. PAULO PORTUGAL - V. Exª me permite?

O SR. LÁZARO BARBOSA- Sim.

O SR. PAULO PORTUGAL - Já consegui quebrar o sigilo e trouxe a documentação, pelo menos de onde tenho movimento maior. Se a Comissão desejar, está em minhas mãos e poderá ser examinada.

O SR. LÁZARO BARBOSA - A documentação poderá, naturalmente, ser examinada **a posteriori**.

Começo perguntando se V. Exª poderia, numa rápida digressão, nos informar como funciona essa entidade: os serviços que presta e as vinculações que ela teve no passado ou que mantém até hoje com empresa ou empresas de que V. Exª era ou é sócio.

O SR. PAULO PORTUGAL - Fiz essa última visita justamente por causa desse envolvimento dela, aqui, na Comissão, e vi uma creche funcionando muito bem para a região. Porque a minha região, até 1960, era a de maior renda **per capita** do Brasil, quando o café e o açúcar tinham valor no comércio exterior. Hoje, a menor renda **per capita** do País é a da minha região. Então, para a região de menor renda **per capita** do País, achei, na minha visita, há pouco tempo, uma creche funcionando muito bem - para a região que é.

Fui fazer uma visita a esse hospital construído em Cardoso Moreira, e aí já foi diferente. Achei até que o hospital que estão construindo tem um padrão de segundo, ou de primeiro mundo. É um hospital de bom padrão. Nessa Casa de Saúde Aurora Avelino, que disse que é um hospital de bom padrão, do qual fui sócio cotista, há um prédio na frente que emprestou uma sala para a entidade começar a funcionar. Depois, quando fez essa creche no Lia Marcia, passou a funcionar nesse mesmo prédio. Como médico ali, eu sempre passava por lá, encontrava-me com eles, mas nunca mais participei de reunião ou da administração da entidade.

Nessa Casa de Saúde, fui um dos sócios cotistas, com um terço, com 33%, mas não participei da diretoria; afastei-me, porque fui prefeito no período daquele mandato de seis anos, e depois deputado; desde 1983 não participo da diretoria dessa entidade. Em maio de 1992, desfiz-me das minha cotas, porque não podia administrá-las sendo Deputado e médico ao mesmo tempo.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Deputado, o Dr. Aílton Avelino dos Santos continua mantendo vínculos comerciais com V. Exª? E quem é a Srª Maria Catarina Salgueiro Avelino?

O SR. PAULO PORTUGAL - A Srª Maria Catarina Salgueiro Avelino é esposa do Dr. Aílton, que, inclusive, é meu amigo, e colega, médico. Continuo mantendo laços de amizade com ele e, se Deus quiser, vou continuar sempre, porque é um grande médico, um grande amigo que tenho.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Quem é Dona Albertina Ferreira Portugal?

O SR. PAULO PORTUGAL - É minha esposa. Inclusive, foi a primeira presidente, nos primeiros meses, quando essa creche começou, em casa alugada. Fui Prefeito, e o prefeito que entrou depois, de partido diferente, fechou essa creche; havia essa Casa de Saúde da qual eu era um dos sócios cotistas, e ele fechou a creche, porque, naturalmente, prejudicaria essa Casa de Saúde, porque havia uma meia dúzia de funcionários que tinha crianças nessa creche.

Dessa forma, ele fechou uma creche que eu, quando Prefeito, fiz; a minha mulher, nos oito primeiros meses, angariando fundos e ajuda de todo jeito, manteve numa casa alugada essa creche. Nunca, durante o mandato dela - acho que já entreguei à Comissão -, que foi de março de 88 a maio de 90, recebeu verba governamental. Foi o idealismo que a fez sustentar aquela creche, aquelas crianças.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Quem são Sr. José Dairuk Schwartz Tanus e a Srª Maria Auxiliadora Ferreira Schwartz Tanus?

O SR. PAULO PORTUGAL - São também sócios fundadores e foram também sócios na Casa de Saúde. Inclusive, para esclarecer, pois estão aqui vários Parlamentares que são médicos - a Deputada Jandira, o Deputado Giovanni, o Senador Rollemberg -, aquela foi a época de maior crise nos hospitais no Brasil. Ao contrário de algumas entidades que algumas pessoas fazem para angariar dinheiro ou desviar dinheiro, aquele, na época, quando fui convidado a ser sócio fundador, destinou-se ao contrário. Foi para realmente não fechar um hospital daquele padrão. Quando foi feito esse hospital, modéstia à parte, como cirurgião de andar superior, conhecia vários hospitais no Noroeste e no Sul capixaba que eram hospitais de médio padrão; não havia CTI, não havia UTI, e foi feito esse hospital com um padrão bom demais para a renda da região e para o que INAMPS na época pagava.

Ele entrou para atender todos aqueles pacientes difíceis, que ficavam caríssimos. O INAMPS não pagava de acordo. Ele entrou em dificuldade financeira, que poderia provocar o fechamento. Houve até, nesse época, nobre Deputado, a intenção de fazer o contrário de alguém que faz entidade para auferir alguma vantagem de passar para a entidade. Mas isso não foi feito, porque, na época, o hospital iria "quebrar" e fechar se ficassem dois meses para transferir o CGC do FCH mais dois meses de atraso, que eram quatro meses normais. Daí a algum tempo, um dos sócios resolveu ficar com aquele problema e está tentando solucioná-lo até hoje.

Essa entidade era um problema do Prefeito da época -, fez essa creche e, depois, fez esse hospital. Houve o fechamento da creche. Eu ficava um pouco irritado com a imprensa. Depois, passei a compreender a embolada que ela fazia disso, porque esse é um negócio um pouco complicado. Agora, a nossa intenção é a melhor e a mais honesta possível.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Quando V. Exª. se desfez das suas cotas na empresa Portugal Tanus e Cia. Ltda.? Para quem V. Exª as vendeu?

O SR. PAULO PORTUGAL - Eu as vendi para um dos sócios, o Dr. Darus.

O SR. LÁZARO BARBOSA - A SPIM foi fundada em 1988. V. Exª, àquele tempo, dirigia a Prefeitura Municipal.

O SR. PAULO PORTUGAL - Perfeito.

O SR. LÁZARO BARBOSA - No levantamento feito pelos técnicos que assessoram esta Subcomissão, há a seguinte observação:

> Cabe destacar que, no dia 12 de dezembro de 1988, o Prefeito, à época, o Sr. Paulo Roberto Duarte Portugal, emitiu atestado oficial da Prefeitura, informando do cumprimento dos objetivos estaduais, por parte da SPIN, como sociedade beneficiente e filantrópica, sem fins lucrativos.
>
> Ademais, cabe observar que a citada sociedade logrou obter registro no Conselho Nacional de Seguridade Social dois meses após a sua criação, após ter tido a sua primeira solicitação negada, com base no fato de a mesma não possuir o tempo mínimo exigido como entidade filantrópica, que é de um ano.

Quando, como Prefeito, emitiu esse atestado para essa entidade, V. Exª teve o cuidado de examinar a legislação pertinente?

O SR. PAULO PORTUGAL - Nessa época, eu assinava esse atestado para todas as entidades e associações de bairro, porque era preciso um delegado, um Juiz de Direito, um Prefeito ou uma autoridade do Município para assinar esse atestado. Eu assinava o atestado de todos os que me procuravam, porque, depois de a nossa região ser rica e ser pobre, a minha intenção - eu era bem intencionado ao assinar esse documento - e a minha função como prefeito eram as de procurar incentivar todas as entidades, associações ou organizações da comunidade que pudessem, realmente, minorar o sofrimento daquela região; a minha intenção era a de incentivar associações, entidades, sindicatos, outros órgão ou empresas na minha região.

Agora, nunca soube dessa lei, nunca soube do que V. Exª disse a respeito "de um ano para um ou dois meses"; poder-se-ia ficar tanto dois anos como dois meses. Eu não poderia nem saber disso e assinaria novamente esse atestado, porque todo prefeito o assina. Quando uma entidade se dirige a um prefeito, este assina o atestado, e eu o assinei com convicção. Assinei várias; não me lembro, mas assinei muitas outras. Essa pressa de dois meses e de um ano, isto é, essa legislação não me passa pela cabeça.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Há quanto tempo V. Exª conhece o Sr. Hélio Joaquim de Souza?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não. O Sr. Hélio Joaquim?

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sim. O Sr. Hélio Joaquim de Souza.

O SR. PAULO PORTUGAL - Se V. Exª estiver falando sobre esse contador, eu o vi...

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sim. Estou falando sobre esse contador.

O SR. PAULO PORTUGAL - Eu o vi na imprensa e perguntei ao Aílton se se tratava de uma pessoa que eu havia conhecido no início da formação dessa entidade. Ele disse que era o mesmo, e vi na imprensa que havia um problema entre ele e a SPIM e entre ele e esse problema que está havendo aqui na Comissão. Eu o conheci nessa época de fundação; depois, eu nunca mais o vi.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Uma outra associação que flui dos levantamentos feitos - trata-se, talvez, de uma coincidência - é que, curiosamente, o Sr. Hélio Joaquim de Souza tem esse escritório na cidade de Nova Iguaçu, a 350 Km de distância da cidade de Bom Jesus; o Sr. Hélio Joaquim de Souza é também o contador que dá assistência às instituições do nosso Colega Deputado Fábio Raunheitti, instituições essas que também estão sob investigação. V. Exª sabia disso?

O SR. PAULO PORTUGAL - Agora, as instituições, também sob investigação, do nosso Colega Deputado Fábio Raunheitti. V. Exª sabia disso?

O SR. PAULO PORTUGAL - Quando houve o problema do escândalo, perguntei ao Dr. Aílton - eu o vi no jornal -, o qual me disse que ele é o contador da entidade, assim como ele o era de todas essas entidades. O Dr. Aílton me disse isso.

O SR. LÁZARO BARBOSA - V. Exª tem conhecimento do estado de legalidade, ou de ilegalidade, ou de fragilidade da escrituração dessa entidade.

O SR. PAULO PORTUGAL - Não tenho conhecimento se há algum erro ou defeito.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Relativo, por exemplo, aos anos de 1989, 1990, 1991 e 1992?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não tenho conhecimento.

Como falei a V. Exª., se me permite, nunca participei, nunca tive ingerência na diretoria ou na administração dessa entidade.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Mas V. Exª tem conhecimento do montante de recursos, de dotações sociais a que a SPIM teve acesso no decorrer desses últimos quatro anos?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não. Tomei conhecimento disso agora pela imprensa.

O SR. LÁZARO BARBOSA - V. Exª teve conhecimento disso somente por meio da imprensa?

O SR. PAULO PORTUGAL - Somente agora pela imprensa.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Segundo os nossos levantamentos, em 1989, o lançamento de bens patrimoniais da entidade totalizava o equivalente a 402 mil 476 dólares, sendo que esses bens não haviam sido localizados fisicamente. Constava também o lançamento de obrigações trabalhistas num total de 90 mil e 644 dólares, sem prova documental de funcionamento da entidade nesse período. V. Exª não sabia disso?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não. Inclusive, se V. Exª me permite, com toda a modéstia e com a vênia dos Colegas, eu gostaria de dizer que acredito que, para se apurar isso - esta é a finalidade da Comissão -, o próprio Tribunal deveria fazer uma apuração perfeita a respeito do contador ou do Presidente da entidade.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Exato.

O SR. PAULO PORTUGAL - Eu, pessoalmente, não tenho conhecimento de nada disso.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sem dúvida. Eu cumpro, como disse, o dever de fazer indagações a V. Exª, que deve ficar inteiramente à vontade; não vou policiar o seu pensamento. V. Exª deve expressar livremente as suas idéias e os seus conceitos, certo de que, aqui, ao cumprir este ofício, que é penoso, não há nenhum **parti pris** em relação a V. Exª ou a qualquer outra pessoa.

Em relação ao exercício de 1990, eminente Deputado Paulo Portugal, a contabilidade acusa um acréscimo nos lançamentos de bens patrimoniais, segundo os levantamentos desta Subcomissão, superior ao somatório dos valores expressos dos bens incorporados no exercício; em relação a 1991 - aqui, há um dado mais grave ainda -, a contabilidade acusa a inexistência do registro de entrada quanto ao recebimento de subvenção social no montante de 425 mil, 531 dólares e 91 centavos; e em relação ao exercício de 1992, há também a inexistência do registro de entrada na contabilidade quanto ao recebimento de subvenção social no montante de 83 mil, 515 dólares e 68 centavos.

Esse levantamento diz mais. Os exames das escrituras imobiliárias que constituem o patrimônio da SPIM revelam a existência de um terreno localizado no Município de Cardoso Moreira, no Rio de Janeiro; de uma casa localizada na Rua Itaperuna, nº 100, em Bom Jesus de Itabapuana; de um terreno no Município de Porciúncula, no Rio de Janeiro; de uma permissão de uso de terreno para a construção de creches no Município de Cardoso Moreira e de um terreno localizado em Carabuçu, 4º Distrito de Bom Jesus de Itabapuana.

O que é interessante também - cabe observar - é que, segundo o levantamento, o qual, evidentemente, pode estar também equivocado, desses imóveis, o único adquirido diretamente pela entidade é o correspondente à casa localizada na Rua Itaperuna, nº 100, adquirida com recursos provenientes de subvenção social.

Os recursos de subvenção social são recursos de custeio - então, já aí um desvirtuamento de fonte - enquanto os outros imóveis foram incorporados ao patrimônio mediante doação de terceiros ou de membros da citada sociedade, o que é absolutamente normal.

V. Exª nos deu informação a respeito do funcionamento da creche. O montante de recursos recebidos pela entidade é efetivamente vultoso. De 1990 até de março de 1993, com exceção apenas de um convênio com o MEC no valor de 73 mil, 170 dólares e 73 **centavos**, todos os demais convênios são do Ministério do Bem-Estar Social, depois Ministério da Ação Social, totalizando 1 milhão, 419 mil, 175 dólares e 20 **centavos**. Essa creche, atualmente, assiste apenas 40 crianças, com uma despesa mensal que não iria além de 2 mil dólares por mês, havendo aí, então, uma distância imensa entre o volume de recursos alocados do Orçamento Geral da União e de convênios para uma assistência que se revela pequena.

V. Exª tem conhecimento de que a entidade alocava, isto é, pagava aluguel de instrumentos, equipamentos e de imóveis à sociedade da qual V. Exª era cotista e depois se retirou dela?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não, eu não tenho conhecimento sobre isso. Posteriormente, V. Exª perguntou se eu teria conhecimento de como funcionava a creche. Eu nunca estive lá, só fui na inauguração. Não tenho conhecimento de como ela funciona. Mas o que V. Exª está colocando sobre naturalmente a parte técnica, que veio do tribunal, e a parte política, que estamos aqui vendo, eu não posso, de forma nenhuma, eu não tenho condição... talvez o tribunal... Essas perguntas deveriam ter sido para aquele responsável da entidade e o responsável pelo contato financeiro da entidade. Não seria, claro - conforme V. Exª já disse no início - que eu não tomasse todas como se fossem para mim.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Claro.

O SR. PAULO PORTUGAL - Essa seria, do exemplo que V. Exª com muita elegância me colocou, uma das que eu achava que seria uma das colocações para apurar realmente. Eu digo até que ficamos assim sentido. Eu queria que todas as entidades de que eu fui sócio-fundador estivessem bem sucedidas. Se realmente houver essas irregularidades, sou o primeiro a ajudar em termos de votar ou incentivar para que deva ser apurado. Só que essa colocação, com a vênia de V. Exª, deve ser feita no rol de perguntas quando forem perguntar ao Presidente ou ao gerente de contato financeiro, o contador ou o que valha. Da minha parte, acredito que é igual quando alguém, por exemplo, sendo deputado ou não, ao comprar um carro numa loja e a loja não pagar ICMS ou tiver problemas, o deputado não é culpado, não tem gerência. Ou se eu fosse sócio-fundador de um clube de futebol ou de uma outra entidade e se ela depois tiver problema na diretoria, não é o deputado o culpado, porque se fosse assim todos aqui o seriam porque já participaram de fundação de entidades.

Então, se houver uma irregularidade do tipo, por exemplo, que está mais ou menos aí aventado, nessas questões que V. Exª muito bem aborda, eu acho que elas deverão ser perguntadas e apuradas com quem de direito, que seria a própria entidade.

O SR. LÁZARO BARBOSA - V. Exª tem conseguido, com o seu esforço parlamentar ou com a sua iniciativa de emendas ao Orçamento Geral da União, alocar recursos para essa entidade?

O SR. PAULO PORTUGAL - Como todas as entidades e prefeituras da minha região, dentro do prazo e dentro da lei, sempre procuro fazer emendas e luto por elas. Só que, infelizmente, como eu era oposição ao Governo, nunca consegui liberar quase nenhuma emenda. Para essa entidade, por exemplo, eu consegui aprovar uma emenda de 92 milhões de cruzeiros antigos em 1991. Infelizmente, em 1992, não consegui liberar, apesar de lutar e vou continuar lutando para a minha região. Só foi liberada, já, em 1993, no Ministério do Ministro Jutahy Magalhães Júnior. Isso, porque inclusive S. Exª mandava para o padre, para a Câmara, quando mandava. Portanto, com a emenda de 1991 para 1992, foi liberada sem correção monetária em 1993. E, depois, o Dr. Aílton me pediu um ofício - ele tinha um projeto parado no Ministério há muito tempo. Eu fiz um ofício como aqueles que todos nós, Deputados e Senadores, fazemos, pedindo para dar andamento ao projeto - de 300

e poucos milhões de cruzeiros - que, também, demorou muito. Acho que saiu em 1993, sem correção monetária.

O SR. LÁZARO BARBOSA - O nosso eminente colega Deputado Osmânio Pereira, de Minas Gerais, tem alguma ligação com a região que V. Exª representa?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não, eu acho que não.

O SR. LÁZARO BARBOSA - E V. Exª não saberia explicar, não teve nenhuma informação das razões...

O SR. PAULO PORTUGAL - Não o conheço.

O SR. LÁZARO BARBOSA - por que S. Exª o Deputado Osmânio Pereira teria apresentado uma emenda ao Orçamento Geral da União para o Exercício de 1993, visando beneficiar essa entidade?

O SR. PAULO PORTUGAL - É uma surpresa para mim. E foi liberada ou não?

O SR. LÁZARO BARBOSA - Eu não tenho informação se foi liberada.

O SR. PAULO PORTUGAL - Se foi dentro da lei e do prazo, eu ficaria até satisfeito, porque ele está ajudando a minha região. Mas não tenho conhecimento.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Presidente, como temos, aqui, no plenário, outros eminentes Parlamentares, membros desta Subcomissão, que pretendem fazer também indagações, eu me dou por satisfeito, reservando-me para, se, na parte final, surgir uma outra questão que mereça ser clareada ou clarificada, então, novamente, farei uma outra indagação a S. Exª.

Obrigado, Deputado.

O SR. PAULO PORTUGAL - Por nada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com relação à pergunta feita pelo próprio depoente, Deputado Paulo Portugal, sobre à liberação dos recursos, eu quero apenas fazer uma observação, de que realmente foram.

O SR. PAULO PORTUGAL - Foram ?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Foram, porque se constata que há um convênio decorrente dessa liberação.

O SR. PAULO PORTUGAL - V. Exª me permite dar apenas uma olhada? Isso é uma surpresa para mim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Tem o valor aí, Paulo?

O SR. PAULO PORTUGAL - Mas é surpresa para mim. Infelizmente, não conheço o Deputado Osmânio Pereira, porque nunca o vi falar assim. Só estou vendo-o pela imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Quatrocentos mil dólares?

O SR. PAULO PORTUGAL - Se a intenção dele foi ajudar a minha região, quero até estar com S. Exª para agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Quatrocentos mil dólares.

Com a palavra o Deputado Nelson Trad.

O SR. NELSON TRAD - No início da declaração do nobre Deputado Paulo Portugal, ele historiou, de forma ligeira, a história política dele. Eu gostaria que ele repetisse os cargos eletivos que exerceu no seu Município.

O SR. PAULO PORTUGAL - Primeiro, fui líder estudantil, Presidente da Federação dos Estudantes; depois, prefeito de Bom Jesus de 1982 a 1988; por último, Deputado Federal.

O SR. NELSON TRAD - Nessas circunstâncias, alguns desses diretores atuais Aílton Avelino dos Santos, Maria Catarino Salgueiro Avelino, Albertina Ferreira Portugal, José Danus ou Maria Auxiliadora Ferreira Shwartz Tanus exercem ou exerceram algum mandato eletivo?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não, nunca. Nem mandato eletivo e nem na minha assessoria como secretário ou...

O SR. NELSON TRAD - Nobre Deputado, V. Exª observe que o chamamos aqui em função, evidentemente, de alguns aspectos inusitados na elaboração e na liberação dessas subvenções sociais para uma entidade que V. Exª ajudou a constituir e posteriormente se desligou. Existem - e V. Exª já foi informado - liberações de certa monta na aplicação dessa instituição. Gostaria que V. Exª, dentro das suas possibilidades, desenhasse o perfil profissional e político, embora sem mandato eletivo, desses cidadãos, ou cidadãs, que constituíram, como V. Exª, essa instituição.

Aílton Adelino dos Santos é um profissional contemporâneo de V. Exª?

O SR. PAULO PORTUGAL - Profissional contemporâneo. Formou-se um pouco depois de mim, mas é um urologista de escol, um profissional excelente. Ficou, naturalmente, um pouco desiludido depois que trabalhou para fazer um hospital e ficou sem hospital nenhum, mas é um sujeito - é meu amigo - competente como profissional, peças finas. Inclusive - como é meu amigo -, ele perdeu muito do que tinha; hoje, ele tem menos da metade do que conseguiu adquirir como um dos grandes urologistas da região.

O SR. NELSON TRAD - Ele milita partidariamente?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não. Não tem política.

O SR. NELSON TRAD - E Dª Maria Catarina Salgueira?

O SR. PAULO PORTUGAL - É esposa dele; é do lar.

O SR. NELSON TRAD - Não faz parte de nenhuma agremiação política?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não.

O SR. NELSON TRAD - E Dª Albertina Ferreira Portugal?

O SR. PAULO PORTUGAL - É minha esposa; é do lar.

O SR. NELSON TRAD - Ela continua na instituição como sócia cotista?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não. Ela só foi nesse início, porque houve esse revés político desse Prefeito que tentou acabar com essa creche. Ela entrou e, com a amizade, devido a ser minha esposa - modéstia à parte -, como ex-Prefeito, conseguiu angariar e alugar uma casa, e a creche continuar para o povo daquele bairro. Mas, logo depois, ela saiu da diretoria, que, nessa época, nunca recebeu verba governamental, e nunca mais participou. Igual a mim, no caso.

O SR. NELSON TRAD - O José Tanus é médico?

O SR. PAULO PORTUGAL - Médico oftalmologista, muito trabalhador. Inclusive, ele que é o sócio que ficou com essa "banana quente" nas mãos. Ele está com essa casa de saúde, com muitas dívidas para tudo quanto é lado e está lá tentando; coitado. Fico até triste, porque é um grande médico, o hospital é excelente, mas, infelizmente, a saúde em nosso País está hoje em dificuldade.

O SR. NELSON TRAD - E Dª Maria Auxiliadora? É esposa dele?

O SR. PAULO PORTUGAL - É esposa dele. Do lar também.

O SR. NELSON TRAD - Médica?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não. É professora, do lar; normal.

O SR. NELSON TRAD - Nobre Deputado Dr. Portugal, quem ideou a edificação de um hospital desse porte, de segundo, primeiro mundo, num município que, na realidade, é acanhado - segundo a expressão de V. Exª?

O SR. PAULO PORTUGAL - Se V. Exª me permite, já iniciar dizendo que o hospital não tem nada a ver com a SPIM. Claro que uma pergunta dessa me... É até um orgulho para nós, porque em Bom Jesus, uma cidade do vale do Itabapoama, que divide o Espírito Santo e o Estado do Rio de Janeiro. É uma cidade-pólo. A clientela é muito maior do Espírito Santo, porque é difícil chegar a Cachoeiro, é mais para o Estado do Rio, porque é só atravessar a ponte e de cidades de 12, 15km. Então tinha uma clientela, porque era muito difícil ir para Cachoeiro, que é a cidade maior do Espírito Santo. Então, a cidade-pólo do vale do Itabapoama é Bom Jesus. E tinha ali poucos médicos para a demanda naquela época, principalmente quando temos aquela história porque foi o maior produtor de café, de açúcar. Éramos uma região muito rica, até 1960. Depois, nesse tempo, ficaram aqueles hospitais pequenos, à moda antiga, que não tinham condições de evoluir; porque a Medicina, ao contrário do Direito, quer dizer, quanto mais velho o advogado, melhor; médico, quanto mais moderno... Tem de modernizar, tem de atualizar, a tecnologia muda. Então, não tinha um hospital moderno. Naquela época, apareceu UTI, CTI, endoscopia e outras partes modernas da medicina. Tanto eu - modéstia à parte -, como o Aílton, como o Tanus e outros colegas, recém-formados, com toda a tecnologia, não tínhamos na região um hospital para exercermos a profissão de acordo com o que aprendemos. Então, resolvemos unir-nos, uns até nem sócios, mas colaborando, para fazer esse hospital-padrão na região, e, realmente, em termos de clientela e de colaborar com a comunidade foi excelente, principalmente para aqueles pacientes sofridos, para o povo trabalhador rural - pois lá é uma região rural -, que tem pouca assistência; se o trabalhador urbano tem aquém do que ele merece, na cidade grande, para o trabalhador rural a assistência é muito menor. Por esse motivo é que acontece o êxodo rural, que esse pessoal da roça vai para a cidade grande, porque lá tem hospital de tudo quanto é jeito.

Há hospital em cidade grande que gasta até quatro milhões de dólares por mês; e o trabalhador rural fica tapando o machucado na perna com uma folha; fazendo Emplastro Sabiá numa fratura, ou emplastro de farinha.

Portanto, com essa casa de saúde, colocamos ali um novo tempo. Mas, como a renda **per capita** foi só diminuindo, aproximadamente 90% eram doentes do INPS, que, como tinha que economizar na cidade grande, passou a economizar também no interior, e pagava muito menos do que o preço real daquele tratamento. Desse modo, ele foi se definhando financeiramente, para não quebrar o padrão de medicina que tem até hoje; é um orgulho nosso, o ideal nosso de médico. Modéstia à parte, a equipe médica desse hospital é excelente, até hoje, na região.

Como há só mais um hospital, se se fecha esse daqui, prejudicaria, realmente, a região. Poderia até, no futuro, passar para uma entidade qualquer - lá tem várias - ou para a SPIM, que já estava pronta; houve cogitação de passar, porque pelo menos com essa entidade todos podiam colaborar, como se não fosse de ninguém, filantrópica realmente. Mas isso passou, porque não podia, pois ficaria mais de quatro meses sem receber e mais dois meses para trocar o CGC.

Para mim, então, mesmo sendo um dos sócios, acabou a SPIN, não só para mim como para todos; depois que ela, nesse caso da creche, quando fechou, fez esse hospital.

Inclusive, o sogro do Dr. Aílton, excelente sujeito, direito, doou um terreno, em Cardoso, para fazer esse hospital; eles queriam que nós - o Aílton e o Daruiche, ou quem quer fosse - fizéssemos um hospital particular; ele dava o terreno também. O Aílton virou e falou "Não. Particular, não existe condição. Qualquer hospital particular, nessa condição, nessa região, quebra". Pediu ao estado, aos Vereadores;

Eu mesmo, como líder da região, cansei de pedir a Governador, a Presidente da República para fazer um hospital lá, porque não havia nenhum. Aquele povo tinha que sair com a família; se alguém está doente, tem que visitar longe, em Campos, em Itapiruna, ou Bom Jesus. Ele aceitou esse desafio pela entidade, e ela passou a ter essa finalidade.

Agora, nobre Deputado, como o nobre Relator colocou-me uma questão que não seria dirigida a mim, penso que qualquer tipo de apuração, se existir falcatrua, deve ser

feita a fundo. Não tenho problema de forma nenhuma - como disse aqui. Se eu for sócio fundador de um clube ou comprar um carro em um loja, se houver problema, não tenho culpa; nem de decoro parlamentar, nem de corrupção. Mas estou pronto para apurar e seria a favor da apuração - apesar de estar na condição de depoente -, se estivesse do lado de V. Exªs, membros da Comissão. Agora, tem que dar o endereço certo.

Fiquei triste - falei no início - com algumas distorções na imprensa; na intenção de alguém querer distorcer e colocar na minha conta coisa que não devo e, na minha boca, palavra que não falei.

Entendo que se deve apurar, mas tem que se procurar as pessoas certas, os endereços certos, inclusive, para que os nobres Deputados, que estão cansados - são mais de sessenta dias - ganharem tempo, para poder inquirir e encontrar onde está o defeito, o problema da falcatrua.

Com toda a modéstia, acho que temos que ganhar tempo, pois, para todos os senhores, para todos nós, o tempo é dificílimo. Há que se direcionar num caminho mais objetivo. Não é comigo que vão encontrar alguma falcatrua, não só relacionada a Orçamento, mas a qualquer outra.

O SR. NELSON TRAD - Deputado, em função disso é que nos estamos empenhando, dentro das nossas limitações; mesmo porque, como V. Exª, nenhum de nós, pelo menos nesta Subcomissão, tem uma vocação policial. Isso nos dói muito.

Efetivamente, partimos para um trabalho dessa natureza sem nenhuma desigualdade de posicionamento. V. Exª está sentado no mesmo nível em que estamos. Este é o padrão que tem sido observado aqui, principalmente nesta Subcomissão, através da coordenação correta e equilibrada do Senador Garibaldi Alves Filho, para que possamos extrair resultados positivos a fim de estancar essa hemorragia de dinheiro nacional.

Por exemplo, V. Exª há de convir que nesse relatório feito por técnicos, sem nenhum compromisso com as partes, isto é, nenhum compromisso com o Congresso Nacional, nenhum compromisso com a individualidade de V. Exª, estamos perplexos porque é uma sucessão, e V. Exª. como diligente Deputado que é tem observado essa frouxidão de Tesouro Nacional em abrir as burras para entidades que se beneficiam, se locupletam da forma mais despudorada possível.

É isso, muitas vezes, que nos leva ao desespero, adotando a idéia de que somos incompetentes por não localizarmos os autores e os responsáveis por isso. Evidentemente está bem determinado que existem dois pólos. Não seria aqui apenas que estariam os responsáveis por essa hemorragia. Nós não pagamos.

Então ficamos numa situação de desalento até. Por exemplo, todas as pessoas aqui nominadas, todas as pessoas responsáveis pelo SPIM, deveriam, pelo menos, assumir a responsabilidade de nos dar uma indicação de quem é que está malversando o dinheiro público. Não conseguimos. Não conseguimos, evidentemente, porque nos colocam sob a suspeição de investigadores em busca de mandatos, em busca da honra ou da dignidade alheia.

Quero que V. Exª perceba, que tenha consciência disso, porque é nosso Colega, de que não existe nesta Casa um lírio isolado sobre um lodaçal imenso. Aqui ninguém tem o monopólio da honra e da dignidade. Por isso é que eu perguntaria, por exemplo, qual dessas pessoas teria uma ligação com esse contador do colega Fábio Raunheitti, que, na realidade, não resistiu a uma análise do procedimento ilícito no manuseio e no gasto do dinheiro público. V. Exª. não sabe?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não, quer dizer, aqui, como depoente, posso, eu acredito, numa imaginação, quando disse que a direção da Comissão, para ganhar tempo, se ela fosse numa certa direção, por exemplo, Tribunal de Contas da União, e perguntar ao contador, ao presidente da entidade, por ali vai achar se houve malversação do dinheiro público. Acho que esse é o caminho, inclusive já falei esses dias com a Deputada Jandira Feghali que li no jornal, e ficava até imaginando, que a imprensa e a própria Comissão, pelo que li ali, já sabem quem fez falcatrua, e que não sou eu. Mas claro que continuo levando paulada da imprensa de tudo que é forma.

Foi quando procurei V. Exª, o Presidente, para que apressasse, se precisasse do meu depoimento, porque o sujeito não tendo culpa, isso é um terrorismo psicológico. Eu até, modéstia à parte, que milito na política há muitos anos, tenho o couro grosso, mas os meus eleitores, a minha família e os meus amigos não têm o couro grosso.

Eu até que poderia pedir ao Sr. Presidente: "não, deixa para a semana que vem". Mas há os amigos que sofrem pela gente. Então, o quanto antes resolver...Por isso é que digo, atacar de várias frentes. Enquanto estou aqui depondo, ele está no Tribunal, conversando vária vezes com esse pessoal, com o contábil, o financeiro, com o presidente, porque aí resume, acaba logo e descobre logo onde está malversando o dinheiro público.

Concordo com a colocação de V. Exª que deve apurar, porque o dinheiro público tem que ser bem aplicado para o nosso povo.

O SR. NELSON TRAD - Deputado, o seu conhecimento com o Deputado Fábio Raunheitti é antigo ou o conheceu aqui?

O SR. PAULO PORTUGAL - Foi uma oportunidade excelente de V. Exª.

Fui Prefeito do nobre Deputado, digno, sério, morreu pobre e chama-se Darcílio Aires Raunheitti, irmão do Deputado Fábio, que é meu amigo porque é amigo do meu Líder, Darcílio Aires, que morreu. Fico emocionado, porque ele foi um grande homem, um sujeito direito, Deputado quando fui Prefeito. Eu coloquei um busto dele pelos serviços prestados à minha comunidade. Houve, infelizmente, algumas desinformações e mesmo com a dignidade e a seriedade com que a imprensa está levando esta Comissão, mas ir lá tirar

retrato do busto para comparar a mim, com esse problema da subvenção social...E eu tenho, inclusive, um retrato, com muito orgulho, do Darcílio no meu gabinete, e alguns Colegas, até querendo me ajudar falaram para eu tirar o retrato. Jamais vou tirar. Eu tenho essa ligação porque amigo do amigo é amigo ou parente do parente. Então, um dos grandes líderes que tenho chama-se Darcílio Aires Raunheitti e ninguém me tira isso da cabeça. Ele foi um grande homem, morreu pobre, um sujeito direito, e sigo, inclusive, o seu caminho. Ele era irmão do Fábio e, por isso, tenho essa amizade com o Fábio por causa do seu irmão, Darcílio Aires Raunheitti. Tenho orgulho de ter sido amigo e liderado pelo Deputado Darcílio Aires.

O SR. NELSON TRAD - E desde quando V. Exª tem relacionamento social com o Deputado Fábio Raunheitti?

O SR. PAULO PORTUGAL - Social, nunca. Só esse, por ser irmão do Deputado Darcílio Aires e conhecê-lo. Tenho, como temos aqui normalmente no Congresso.

O SR. NELSON TRAD - Não quero, Sr. Presidente, já estou amargurado de ver lágrimas correndo no transcurso desta impiedosa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Também já chorei algumas vezes, Sr. Presidente, nessas mesmas circunstâncias. Eu gostaria, sem fazer pieguismo, já que cumpri o meu dever aqui, de rememorar um dos grandes filósofos da terra dos nossos ascendentes, Gibran Khalil Gibran:

Não troco a melancolia do meu coração pela alegria dos outros.

Não consinto que as lágrimas extraídas do meu coração se transformem em sorriso.

Desejo que a minha vida permaneça em lágrimas e sorrisos.

Agradeço a V. Exª, embora, na realidade, pouca coisa nos tenha trazido no sentido de colocar o dedo na ferida, na chaga imunda que vem infelicitando este País.

O SR. PAULO PORTUGAL - Se V. Exª me permite, antes de terminar, talvez por causa dessa lealdade, com quem já morreu, é que estou sofrendo junto com minha família, esse tiroteio por parte da Comissão. E vou continuar sofrendo, porque não vou abrir mão da minha amizade com ele.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Sr. Relator, meu duplamente colega Paulo Portugal, colega cirurgião e colega parlamentar, em comum temos um fato muito interessante: eu também era muito amigo do Raunheitti. Fomos bons companheiros aqui nesta Casa. Lamentei muito o seu falecimento tão precoce. Era um parlamentar sério, competente, amigo dos amigos e foi, confesso, um trauma muito grande para todos nós que o tínhamos no nosso círculo de relações o seu desaparecimento.

Sabíamos, já naquela época, da sua luta para dotar a sua cidade de escolas superiores que engatinhavam e o sonho de criar a Faculdade de Medicina em Nova Iguaçu. Em suma, ele foi um lutador, foi um lutador que morreu cedo e imaculado e querido nesta Casa. Mas, Dr. Paulo, eu sou um médico à moda antiga. Fui médico que passou treze anos da sua vida, todos os sábados, de plantão. Fiz cirurgias de minha especialidade. Fui forçado a fazer alguns tipos de cirurgia porque na minha cidade Natal, uma capital de Estado, não contava com especialistas para aquelas funções. V. Sª pode imaginar o que é um cirurgião-geral fazer uma craniotomia descompressiva ou uma laminectomia! São coisas bem diferentes para aquilo tudo para o qual estávamos preparados.

Quando vejo que V.Exª se formou e foi para uma cidade do interior, Bom Jesus do Itabapoana e exercer a profissão de cirurgião, imagino como foram difíceis os seus primeiros passos, em hospitais pequenos, improvisando, como improvisei. Quantas vezes dei anestesia e operei ligeiro para a raqui não terminar. Era uma corrida contra o tempo: a raqui e o cirurgião. Fizemos uma série de quase aventuras, comparando o desenvolvimento científico-tecnológico da geração de hoje, bem diverso da geração da minha época.

Dr. Paulo, fui um homem que aprendeu na Faculdade duas coisas: deontologia e ética média. Isso tem me deixado muito preocupado no debate desta tarde. V.Exª receba-me, hoje, não como o seu colega médico, mas como Parlamentar; também seu colega que, por força das circunstâncias, terá que inquiri-lo, não para incriminá-lo, mas, para permitir que V.Exª exponha de uma maneira mais abrangente o que, de uma certa forma, aqui está sintetizado, e até perfunctório, para que possamos entender melhor.

V.Exª entrou para a vida pública como Prefeito. Aonde foi Líder estudantil?

O SR. PAULO PORTUGAL - Em Bom Jesus.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Onde V.Exª se formou em Medicina?

O SR. PAULO PORTUGAL - Eu me formei em Medicina em Campos e fiz cirurgia no Hospital da Lagoa no Rio de Janeiro.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - De lá, V. Exª se dirigiu para a sua cidade natal?

O SR. PAULO PORTUGAL - Nessa época, precisou-se de cirurgião na região norte do Paraná. Lá fiquei dois anos e, após, fui para a minha cidade.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - A sua cidade natal tem exatamente quantos mil habitantes?

O SR. PAULO PORTUGAL - Cerca de cinqüenta mil habitantes...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - É uma cidade de porte médio?

O SR. PAULO PORTUGAL - É. Mas, habitantes-saúde devem ser uns duzentos, duzentos e poucos por causa dos municípios menores que dependem...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Ela é um centro de convergência. V.Exª chegou a esta Casa em 1990?

O SR. PAULO PORTUGAL - Em 1991.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Em 1990 V.Exª era Prefeito de Bom Jesus do Itabapoana?

O SR. PAULO PORTUGAL - Até 1988.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Depois voltarei a isso.

V.Exª constituiu uma empresa que inicialmente era a Portugal Tanus Ltda. que depois se transformou em Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não, desculpe-me, Senador, ...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - É isso que quero saber. São coisas diferentes?

O SR. PAULO PORTUGAL - Completamente diferentes. Na crise, lá na frente - não sei se é ilação -, pensou-se isso, mas nada se concretizou e nem foi essa a finalidade dela. Foi um dos pensamentos, seria uma opção para não fechar. Não tem nada a ver uma coisa com a outra.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Então, V. Exª vai me explicar o seguinte: a Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade foi criada em 17 de março de 1988, sendo constituída pelos membros que todos nós aqui acabamos de ver. Como foi feita a razão social dessa associação?

O SR. PAULO PORTUGAL - V.Exª está se referindo à Casa de Saúde?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não, à Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade Bom Jesus do Itabapoana.

O SR. PAULO PORTUGAL - Não sei esse detalhe porque...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - SPIM? Foi por cotas? Todos participaram?...

O SR. PAULO PORTUGAL - Ela é entidade filantrópica mesmo, não tem sócio, é tipo um clube.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Os senhores criaram a entidade, a registraram no Conselho e ela começou a receber verbas.

O SR. PAULO PORTUGAL - Participei da fundação, como todas as outras entidades, com essa intenção. Digo pelo Dr. Aílton, o Presidente, que ela é filantrópica mesmo. Ela não tem sócios ou outros interesses de dinheiro de nada. É interesse comunitário.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - E a firma Portugal Tanus, Ferreira Tanus? O que era isso?

O SR. PAULO PORTUGAL - A Casa de Saúde tem o nome fantasia de Aurora Aveline e a firma Portugal Tanus. Desde que começou, não me lembro direito...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Foi em 1977.

O SR. PAULO PORTUGAL - Foi em 1987, e foi até maio de 1992 quando mudou essa razão social porque o Aílton saiu e eu saí da sociedade, apesar de estar afastado da diretoria desde 1983.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Com a sua saída entrou a Srª. Maria Auxiliadora Ferreira Schwartz Tanus.

O SR. PAULO PORTUGAL - Isso.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Exato. Muito bem. Sendo ela uma sociedade filantrópica, evidentemente...

O SR. PAULO PORTUGAL - Desculpe-me, Senador, a Casa de Saúde, a Portugal Tanus não é filantrópica. É uma Casa de Saúde...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Estou falando da Sociedade de Proteção...

O SR. PAULO PORTUGAL - A SPIM? Desculpe-me.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Só queria fazer essa diferença, o que era uma coisa e o que era outra. Sendo a SPIM criada em 1988 e sendo uma sociedade filantrópica, evidentemente...

O SR. PAULO PORTUGAL - Senador, desculpe-me, mas a Casa de Saúde Portugal não é filantrópica.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Estou-me referindo à Sociedade de Proteção à Infância e Maternidade.

O SR. PAULO PORTUGAL - Desculpe-me.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Só queria saber essa diferença entre uma coisa e outra.

A SPIM, sendo uma entidade filantrópica criada em 1988, como ela deu os primeiros passos? Quem começou a financiá-la? De onde ela obteve verbas?

O SR. PAULO PORTUGAL - Logo no início de 1989, quando esse Prefeito que ingressou acabou com a creche do bairro - inclusive essa Casa de Saúde está nesse bairro, que é um bairro grande, importante e carente -, usou-se a moral comunitária que tinha a minha mulher, que havia sido Presidente, para alugar uma casa e nela instalar uma creche, que angariava recursos como qualquer entidade filantrópica. Cada um ajudava um pouco a complementar os fundos de que dispunha. Não deixou dar o "baque". A creche, em uns dias, fechou; em outros, começou. Nesse ponto entra o mandato da minha esposa.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V. Sª entende que, neste relatório, há uma certa mistura entre o que foi e é a Sociedade de Proteção à Maternidade e Infância; ou seja, que essa Casa de Saúde Aurora Avelino e esse Centro Clínico não têm nada a ver com o SPIM?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não, a não ser aquela intenção que houve naquela crise de fechar para doar mesmo à entidade e parar de dar prejuízo.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sim, mas ficou em intenção?

O SR. PAULO PORTUGAL - Só em intenção, mais nada.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Muito bem.

O SR. PAULO PORTUGAL - E ela tomou esse outro destino.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Certo. A SPIM recebeu, em 1990, 139 mil dólares e fração. V. Exª sabe me dizer a origem...

O SR. PAULO PORTUGAL - Não sei. Nunca tive ingerência alguma na entidade. Senti-me como todos os Colegas, quando li no jornal a menção a essa quantidade de dinheiro.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - E como será que conseguiram? V. Exª não tem idéia de quem conseguiu?

O SR. PAULO PORTUGAL - Tenho só daquela a que me referi anteriormente, de noventa e dois mil e de trezentos e poucos...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Em 1991, houve o problema dos 212 mil dólares e outro de 425 mil dólares. São quase 640 mil dólares. Também V. Sª não sabe informar quem teria indicado?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não. Inclusive, depois desse problema, indaguei do Dr. Aílton, nosso colega e amigo, que mencionou estar construindo aquele hospital, fato esse que verifiquei pessoalmente. Por sinal, trata-se de um hospital de alto padrão. Pelo que vi, como administrador de hospital que fui, essa quantia seria até pequena pelo hospital que estão fazendo lá.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Imaginei que esse material fosse uma resposta a esse tipo de pergunta que estamos formulando.

Finalmente, a SPIM recebeu, de 1990 a 1993, 1 mil, 419 dólares, 175.20 milhão. V. Sª não sabe informar quem...

O SR. PAULO PORTUGAL - Não. Nada disso...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Nem teria nenhum documento...

O SR. PAULO PORTUGAL - Quando perguntei ao Aílton, ele me mostrou o hospital que está construindo, para o qual eu entendo seja necessário mais dinheiro.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não estou querendo incriminar ninguém. Só estou perguntando porque está aqui escrito. V. Exª não pode nem sequer informar se um dos membros, um dos fundadores, aqueles que agora estão na gerência, se eles próprios não contactaram com o Ministério do Bem-Estar Social, com o MEC? V. Exª não sabe nem isso?

O SR. PAULO PORTUGAL - Se eles contactaram para quê?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Com o MEC ou com o Ministério do Bem-Estar Social. Porque é muito comum no Brasil que as entidades já façam os seus contatos diretos com os Ministérios sem a nossa interferência. Isso ocorre muito.

O SR. PAULO PORTUGAL - Neste caso, V. Exª ouviu o nobre Relator afirmar que há até um Deputado colaborando com as emendas e outras emendas, a respeito do que eu não tinha conhecimento.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - De quanto foi a doação da verba de V. Sª?

O SR. PAULO PORTUGAL - Foi uma verba de Orçamento de 92 milhões antigos, uma emenda de 1991 para 1992, que só foi liberada em 1993. Quanto à outra verba extraorçamentária, encaminhei um ofício em virtude de um projeto cuja liberação estava demorando. O recurso foi liberado no início do ano de 1993.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V. Exª imagina que isso está incorporado a esses dólares aqui?

O SR. PAULO PORTUGAL - Inclusive, pelo que vi no meu gabinete e li no jornal, essas minhas duas verbas devem estar nesse total, apesar de serem pequenas. Contudo, para construir um hospital de bom padrão como estão fazendo em Cardoso, deve ficar realmente caro.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Muito bem. Vamos ao hospital. O hospital, o eminente colega disse que esse hospital não tem nada a ver com a SPIM. Isso é outra coisa.

O SR PAULO PORTUGAL - A Casa de Saúde, não é?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - É. Em relação à construção do hospital que se encontra em convênio com o INAMPS, isso aí...

O SR. PAULO PORTUGAL - O senhor está falando sobre aquela Casa de Saúde de que eu era sócio, ou esse hospital que está sendo construído em ....(?) pela SPIM?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - O hospital que está sendo construído faz parte da associação?

O SR. PAULO PORTUGAL - Da SPIM.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Faz parte da SPIM?

O SR. PAULO PORTUGAL - É.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Diz aqui: "se encontra com...

O SR. PAULO PORTUGAL - Onde perguntei a ele, como meu amigo, como está usando esse dinheiro todo aí.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - É, porque 55% do projeto já se encontram concluídos, está sendo financiado pelo INAMPS e recebeu, por intermédio de um

convênio, 400 mil dólares, sendo liberados em 5 milhões e 97 de recursos de 21 mil oitocentos e tantos dólares.

Aqui, o que se encontra de diferente da referência é o problema do preço do metro quadrado construído. Isso certamente V.Exª não saberia como explicar, acredito, até pela sua formação de médico.

O SR. PAULO PORTUGAL - Cada região tem...

O SR .FRANCISCO ROLLEMBERG - Tem uma coisa que eu gostaria de saber. Diz aqui: "ocorreram vários saques em espécie para membros da entidade, em alguns casos correspondendo a mais de 50% do recurso concedido."

O SR.PAULO PORTUGAL - O senhor poderia repetir, Senador?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - "Em relação às despesas realizadas à conta dos recursos recebidos a título de subvenções sociais nos exercícios de 90 a 93, constatou-se o seguinte: em sua grande maioria justificou-se a aplicação dos recursos em assistência social, obras hospitalares e equipamentos hospitalares, as quais se demonstraram inverídicas".

É isso que me deixou um pouco... Não tenho aqui os recibos das compras, as notas, esses detalhes e por isso estou tocando ao senhor, porque o vi devidamente armado, paramentado, com documentação.

Em seguida diz o seguinte: "Ocorreram vários saques em espécie para membros da entidade, em alguns casos correspondentes a mais de 50% dos recursos concedidos. Pagamentos diversos ao Sr. José Luís Vieira de Melo, a Hélio Joaquim de Souza".

V. Exª conhece esses senhores?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não. Isso, inclusive, Senador, se o senhor me permite, é a tal que falei com o nobre Relator que deveria ser apurada a fundo, justamente com o contábil financeiro e o presidente da entidade. Isso não sei informar, porque nunca tive ingerência.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Então vou ser sintético: Dr. Paulo, V. Exª comparece nesta tarde, como compareceu há bem poucos dias aqui o Dr. Bandeira, um dos responsáveis, irmão de uma senhora que mantinha uma fundação, a Fundação Vivili, fundação que mais recebeu, na prática, isoladamente, dinheiro neste País, Capitão dos Campos, uma cidade do interior do Piauí, que tinha sua conta bancária no Banco do Brasil na sede do Jóquei Clube de Teresina e uma série de coisas desse tipo. Realmente ele nos deu uma explicação, aparentemente razoável, de que, embora irmão e cunhado dos diretores, não participava daquele tipo de coisas e pedia - ele pedia - que a Comissão procurasse, através do Tribunal de Contas, da Receita Federal, dos órgãos que pudessem fiscalizar, fazer uma fiscalização mais acurada para que essas coisas fossem detectadas em tempo hábil, pois ele alegava que muita coisa poderia estar ocorrendo por inadvertência. Não acreditei no caso, porque é bem diferente deste aqui, havia compras de gravatas de seda, **mountain bike** para meninos, 17 dúzias de copos de uísque, não sei quantas travessas inoxidável, coisas impressionantes. Inclusive houve um fato interessante nessa associação: na aquisição de alimentos tinha uma aquisição de pacotes de biscoitos, bolachas - 200 gramas. Para os meninos da creche consumirem aquilo eles iam passar 52 anos comendo bolacha, se só comessem as bolachas. Então veja V. Exª como é complexo esse tipo de coisa.

Não sei se o fato de sermos médicos nos leva a que nos respeitemos e acreditemos um ao outro. Acho que teremos que levar a coisa mais a fundo, é bem possível, acredito que o senhor não nos possa dar essas explicações conforme vem demonstrando. Agora V. Exª vai entender que esta Comissão, através do seu presidente, vai solicitar ao Tribunal de Contas, à Receita Federal, ao próprio INAMPS, aos órgãos que administraram ou que cederam, que conveniaram, que mergulhem a fundo nisso aqui, porque, como V. Exª bem diz, também estranhou que tivesse entrado tanto dinheiro para tão pouco movimento.

Com isso, encerro as minhas considerações, esperando que o colega Paulo Portugal, cirurgião como eu, entenda que, por dever de ofício, despi-me da condição de médico para fazer-lhe essas perguntas.

Se V. Exª tiver alguma coisa mais a acrescentar, sou todo ouvidos.

O SR. PAULO PORTUGAL - Se me permite V. Exª, Sr. Presidente, essa apuração que, tenho certeza, a Comissão está realizando e que vai apurar a fundo, não só é uma necessidade - principalmente para mim -, porque o que está acontecendo na imprensa, conforme falei no início, parece até um tipo um terrorismo psicológico, e quanto antes acabarmos com isso, melhor.

Não deve ser só eu que estou nessa situação, deve haver mais alguns colegas; uns cem, duzentos, que estão para ser apurados. Graças a Deus!, não vi nem no jornal, nunca fui indicado por nome de nada aqui, em subcomissão nenhuma; a não ser por ser sócio dessa entidade é que estou aqui.

Essa apuração tem que ser a fundo, como V. Exª diz e é bom que seja o quanto antes, para acabar com esse terrorismo psicológico que está acontecendo. O jornal, esses dias, disse sobre esses nomes, alguns nomes desses, tipo laranja, e que eu fazia parte e liderava uma quadrilha de laranja no Rio de Janeiro. Quer dizer, uma agressão à honra, à dignidade de um cidadão.

Essa posição de V. Exª é importante - a apuração a fundo, quanto antes possível, para que os que têm culpa paguem a culpa, e os que não a têm, sejam isentos publicamente, para dignidade da própria imprensa, do nosso Presidente e dos colegas. Que sejam isentos os que têm de ser isentos, e os que têm culpa que paguem as suas culpas. V.Exª foi justamente ao miolo da questão.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Referi-me a isso, embora já tivesse encerrado, porque, surpreendentemente, Dr. Paulo, as prestações de contas que estamos vendo, de entidades e de prefeituras, têm sido de estarrecer. O que encontramos de notas frias, documentos falsificados... Inclusive, no meu Estado natal, houve um caso excepcional: um cidadão que adquiriu alimentos da PETROBRÁS S.A, Distribuidora de Petróleo S.A. Era uma coisa de estarrecer, todos os recibos eram falsificados. Acho que temos que descer mais a fundo nisso, inclusive para salvaguardar o nome de todos nós, que, por direito e dever, temos que fazer emendas, se for mantida a atual estrutura; temos que fazer dotações orçamentárias, naquilo que nos cabe, e isso tem que ser colocado bem claro: não constitui crime lutar-se, nesta Casa, pela região que se representa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Deputado Paulo Portugal, também aqui estou cumprindo a missão parlamentar e, devo dizer, angustiado com relação à posição que devemos aqui tomar, de argüir os companheiros que vêm aqui depor como testemunhas.

Logicamente, ouvi atentamente o depoimento de V. Exª. Queria iniciar as minhas colocações dizendo que fui membro, por dois anos, da Comissão de Orçamento. Não me envergonho de tê-lo sido. Apresentei várias emendas; lamentavelmente, nos dois primeiros anos, poucas foram liberadas.

Penso que deve continuar a oportunidade para que os parlamentares possam vir a emendar o Orçamento, até porque, se assim não for, estaremos abrindo mão de um direito constitucional nosso e transferindo isso para o Executivo, que tem se mostrado irresponsável.

Essa é minha posição clara. Só faço aquilo que tenho condições de assumir em público. Não faço nada que eu não tenha condição de assumir. Essa é uma postura minha, clara, aberta. *Tenho tomado posições na Comissão de Orçamento, como Vice-Líder do* partido, intransigentes. Como no caso, agora, por exemplo, dos créditos suplementares, de verbas para investimentos, no apagar das luzes, quando o Governo manda usar 7 bilhões de dólares de créditos adicionais para serem aprovados ou para serem engolidos por este Congresso. Questiono esse Governo, nesses aspectos.

E fomos tomados de "surpresa", entre aspas, pelas falcatruas que ocorrem com recursos do Orçamento da União, porque vários Parlamentares, eu, inclusive, entre esses, temos denunciado inúmeras falcatruas praticadas com dinheiro público neste Congresso, na tribuna, citando nomes. Nunca faço denúncia sem citar nomes e sem ter provas documentais. Lamentavelmente, foi preciso que um outro mafioso, que participava da máfia, o Sr. José Carlos, viesse denunciar para ser ouvido no Congresso. É lamentável que isso tenha ocorrido, porque eu e tantos outros Parlamentares já denunciamos falcatruas. Por isso, até propus uma comissão mista permanente de investigação, para que não passasse despercebida nenhuma denúncia, e evitássemos esse momento de concentração de desvios e distorções, que, às vezes, encontramos.

No entanto, foi oportuno, porque se evidenciou que vários Parlamentares, lamentavelmente, se ocupam do cargo para se beneficiarem e dilapidarem o patrimônio do País. E esta Subcomissão, sob a Presidência do Senador Garibaldi, pôde constatar que, de 73 entidades investigadas, em quase 70 as contas - o Senador pode até confirmar ou não esses dados...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Eu apenas queria completar que foram 75.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Das 75, 70 apresentaram prestações de contas absolutamente equivocadas. Equivocadas, não; mentirosas, com roubo claro, notas fiscais frias, Deputado Paulo Portugal. Sobre o caso SPIM, V. Exª aqui colocou que nunca participou da diretoria, foi um sócio fundador, como pode ter ocorrido; eu fui sócio fundador de algumas entidades, de sindicatos, inclusive, na minha região, e fui Prefeito. Também dei atestados para entidades poderem tentar buscar recursos. Lamentavelmente, para a minha região nunca foi um centavo.

V. Exª diz, ainda, que não tem participação na direção da SPIM, mas eu queria uma explicação melhor. Não consegui entender como é que a SPIM, como entidade filantrópica, conseguiu junto ao INAMPS recursos para a construção de hospital. V. Exª tem condições de me explicar isso?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não sei se ela conseguiu recursos para a construção do hospital.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Porque ela está construindo um hospital. A SPIM está construindo um hospital, não é isso?

O SR. PAULO PORTUGAL - Gostaria de lembrar que V. Exª tem um documento que, naturalmente, não tenho em mãos.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Já foi falado.

O SR. PAULO PORTUGAL - Ela conseguiu do INAMPS esse dinheiro?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Em Cardoso.

O SR. PAULO PORTUGAL - Não, mas foi do INAMPS?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Porque aqui diz "em convênio com o INAMPS", ex-INAMPS. Aqui diz assim, Deputado Paulo Portugal: em relação à construção do hospital, que se encontra com 55% do seu projeto concluído... V. Exª disse que esteve lá. O hospital tem 55% construído?

O SR. PAULO PORTUGAL - Tem. Tem mais atualmente. A última vez que fui lá é recente, foi depois desse tiroteio.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Teve o mesmo iniciadas as suas obras em fevereiro de 91, sendo, atualmente, financiado por recursos federais, por intermédio de convênio com o ex-INAMPS. O senhor não sabe?

O SR. PAULO PORTUGAL - Esse convênio do ex-INAMPS... O que tenho visto, e é o caso aqui, é subvenção social. Do INAMPS, não sei se ela conseguiu, se o tipo de verba que ela conseguiu deu esse montante aí. Pessoalmente, não sei se é do INAMPS, se é do Bem-Estar Social, não sei informar a V. Exª.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - O senhor não sabe informar?

O SR. PAULO PORTUGAL - É, porque, realmente, não participo da direção. Mas, naturalmente, está nesse total aí, ou não?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Esse recurso está dentro do... Não sei se está no total.

O SR. PAULO PORTUGAL - Quando foi? Tem aí? Porque não tenho esse documento na mão.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Inclusive tendo sido liberados, agora, em 5 de 11, recursos da ordem de 21 milhões, 875 mil.

O SR. PAULO PORTUGAL - Ah, bom! V. Exª está falando agora, nesses dias.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Em 5 de 11.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputado Giovanni, está aqui: iniciou as obras, com recursos do ex-INAMPS, em fevereiro de 91, num total de 400 mil dólares, tendo sido liberados mais 21 milhões de cruzeiros em 5 de novembro de 93. São duas liberações.

O SR. PAULO PORTUGAL - Dou à Deputada aquela mesma resposta que dei ao nobre Senador. Isso deve ser feito quando o Tribunal for à Receita, por quem for inquirir, naturalmente, o Presidente e a entidade. Então eles poderão dar uma informação mais ampla.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Perfeito. Sr. Presidente,...

O SR. PAULO PORTUGAL - Ah! só para esclarecer. Ultimamente, uma verba que o Aílton me pediu, que estava no Ministério da Saúde, fui, inclusive, e reiterei o pedido que ele tinha no Ministério da Saúde para esse hospital - inclusive o Prefeito veio aqui - de vez em quando ele vem aqui -, porque é um hospital de extrema necessidade.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - O Prefeito de?

O SR. PAULO PORTUGAL - O Prefeito da cidade de Cardoso. Ele está interessado, porque ele está trabalhando para o povo, que se conclua um hospital, pelo menos esse, porque não tem nenhum.

Então, tudo que eles me pedem, da minha região, não só essa entidade, a Prefeitura como um todo, o meu gabinete está sempre aberto, para todas as prefeituras, todas as entidades da minha região, para eu colaborar. Claro que dentro do prazo, dentro da lei, tudo direitinho.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Presidente, eram essas as questões que eu queria formular.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Concedo a palavra ao Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Deputado Paulo Portugal, já foram feitas várias inquirições a V. Exª. Entretanto, gostaria de fazer algumas aqui, não tanto quanto ao conteúdo das que já foram feitas, mas apenas para obter alguns esclarecimentos de algumas dúvidas.

Quais foram os cargos que V. Exª exerceu na Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade de Bom Jesus de Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, e o período, na qualidade de sócio fundador?

O SR. PAULO PORTUGAL - Se me permite o nobre Deputado Costa Ferreira, lembrei-me aqui da pergunta do nobre Deputado Giovanni Queiroz. Sempre tive o costume, como trabalhei na Comissão do Orçamento, de, de vez em quando, pedir das entidades, das prefeituras, na SAF, os que estão em dia, para eu fazer novamente emendas. Inclusive tem uma aqui de prefeitura e tem de uma entidade, dessa entidade, que o Ministério me mandou, da SAF, que estava adimplente, para eu fazer novas emendas.

O SR. COSTA FERREIRA - Dessa?

O SR. PAULO PORTUGAL - Dessa entidade. Por isso que eu persisti. Quer dizer, não foram liberadas, não foram aprovadas ainda as emendas, mas fiz algumas, para o futuro, em cima desse documento, que eu peço de todos.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. COSTA FERREIRA - V. Exª quer que eu repita?

O SR. PAULO PORTUGAL - Por favor, Deputado.

O SR. COSTA FERREIRA - Quais foram os cargos que V. Exª exerceu na Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade de Bom Jesus de Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, e o período, na qualidade de sócio fundador?

O SR. PAULO PORTUGAL - Fui apenas um dos sócios fundadores da fundação. Não exerci cargo de direção nenhum na entidade.

O SR. COSTA FERREIRA - A creche e o hospital são da Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade de Bom Jesus de Itabapoana, são de outras entidades, ou são particulares?

O SR. PAULO PORTUGAL - A entidade é filantrópica mesmo e é da entidade.

O SR. COSTA FERREIRA - A creche?

O SR. PAULO PORTUGAL - Apesar de que, isso é uma boa lembrança, porque algum jornal chegou a dizer, quando diziam que não existia, que era fantasma. Recebeu esse dinheiro, fantasma, como ligada a mim, que fui um sócio fundador. E botaram meu nome.

Depois, quando iam lá e viam que existia, falavam que não era da entidade, era minha, particular. Quer dizer, e não é. Quer dizer, é uma inverdade da época. É da entidade e é filantrópica.

O SR. COSTA FERREIRA - V. Exª trabalhou como médico em quais hospitais de Bom Jesus de Itabapoana?

O SR. PAULO PORTUGAL - Casa de Saúde Aurora Avelino e Hospital São Vicente de Paula.

O SR. COSTA FERREIRA - V. Exª pode informar se a entidade foi fundada antes do seu mandato de Prefeito?

O SR. PAULO PORTUGAL - Quando dei essa assinatura de sócio fundador e essa que o nobre Relator me disse, eu era Prefeito em fim de mandato.

O SR. COSTA FERREIRA - Ela foi fundada quando...

O SR. PAULO PORTUGAL - No fim do meu mandato de prefeito.

O SR. COSTA FERREIRA - V. Exª exerceu sua profissão na sua cidade natalícia quantos anos e qual era a sua especialidade?

O SR. PAULO PORTUGAL - Vinte anos de formado: dois anos no Paraná, dezoito anos na minha região, cirurgião-geral.

O SR. COSTA FERREIRA - Antes de assumir a Prefeitura de Bom Jesus, que outra atividade V. Exª exerceu além da medicina?

O SR. PAULO PORTUGAL - Era empresário e cirurgião. Empresário, porque eu era sócio do hospital.

O SR. COSTA FERREIRA - V. Exª concorda com as inferências de que é culpado de tais irregularidades ou teria a quem atribuir tais fatos? Qual seria a sua sugestão para que se erradique tais irregularidades?

O SR. PAULO PORTUGAL - Acredito, nobre Deputado que, em conjunto com o trabalho importante que estão fazendo os dignos Deputados e Senadores na Comissão de Orçamento, em paralelo, o Tribunal de Contas e os próprios Ministérios, que têm seus órgãos de auditoria, de apuração de aplicação devida de verbas, concomitantemente, porque acho que agilizaria e ajudaria os trabalhos. Eu, por exemplo, tenho tido essa culpa no jornal, a de participar de falcatrua no Orçamento, quando na verdade não participo. Acredito que a Comissão está no caminho certo, em termos de apurar e usar esses órgãos auxiliares para a Comissão.

O SR. COSTA FERREIRA - V. Exª entende que essas acusações lhe estão sendo atribuídas tão-somente porque V. Exª apresentou emendas ao Orçamento para tais entidades ou teriam outras explicações?

O SR. PAULO PORTUGAL - Cheguei a responder em algum discurso, e todos eles estão aqui, todas as respostas da imprensa vêm tipo depois do meu nome como apenas um sócio fundador dessa entidade, e parece que veio uma chuva de canivetes abertos para cima de mim. Sou um Deputado do interior, nunca tive oportunidade com a imprensa, de ter amizade com jornalistas. Por exemplo, saí na televisão 15 segundos, duas vezes na campanha. Nunca mais. Mas depois que saí do PDT, onde realmente tenho grandes companheiros, até um deles quer que eu volte, assim como o PPR, que é outro partido que me pediu que a ele me filiasse, mesmo debaixo desse tiroteio, porque são colegas que conhecem a minha história, a minha dignidade. Numa das respostas que dei aos jornais, eu disse que achava que, quando se iniciou a CPI, ela poderia mandar para aquele Estado deputados de outro Estado, porque ele ficava isento para apurar a verdade, sem as picuinhas locais do Estado. Quando senti uma pressão, que já vinha há dias, ela foi tipo um tiroteio. Colocavam uma coisa no jornal tal, daí a três dias ia para outro jornal. Aí eu mandava a resposta e não saía. Quando saía, era distorcida e pequenina, lá no outro canto. Outros nem davam valor a minha resposta. Eu mandava, meu gabinete fazia e nem resposta davam. Então, eu vi que poderiam estar alguns adversários maldosos da região, que têm mais acesso à imprensa -que eu nunca tive, infelizmente - usando meu nome como um dos sócios fundadores da SPIM, para fazer um tiroteio em cima de mim e usufruir politicamente do meu espaço como um deputado do interior ou como um deputado médico. Sendo verdade ou não, eu não podia, conhecendo a mim, a minha dignidade, o meu trabalho político, não sou deputado de fazer negócio, sou deputado de fazer política. Todos que me conhecem sabem disso, e os que me conhecem desde que eu nasci. Existe deputado que faz negócio e deputado que faz política. Eu sou deputado que faz política mesmo. Então, quando eu vi, eu disse: gente, não pode um tiroteio desses. É um negócio nunca visto. Eu nem vi na minha vida um tiroteio desses como esse agora. Pude imaginar que, se a Comissão e o Tribunal viram o meu nome, tinham toda a razão de apurar. Inclusive fiquei feliz, dentro desse tiroteio, com o pronunciamento do nobre Presidente. Foi o primeiro que ouvi. S. Exª fez um pronunciamento na **Voz do Brasil**. Meus eleitores, parentes e amigos ficam neuróticos; ninguém dorme mais sem ver jornal, ouvir rádio e tudo, para ver o que está acontecendo. Um ligou e disse: Paulo, hoje saiu o Senador Garibaldi Alves Filho dizendo que vai investigar Paulo Portugal. Eu falei: gente, até que enfim. Vai investigar Paulo Portugal. Agora, há jornais que já dizem: Paulo Portugal já está cassado; Paulo Portugal faz parte de uma quadrilha do Estado do Rio e

lidera tantos "laranjas". Isso é uma maldade muito grande. Se é para ferir, é melhor ferir o corpo da gente do que ferir a alma e a honra. Foi um tiroteio que nunca vi na minha vida.

Espero, com a dignidade que têm todos os membros da imprensa do Brasil, todos os colegas Parlamentares, que, quando se der um caso desses, se depois os senhores falarem que Paulo Portugal é culpado, se provarem que tenho alguma falcatrua, o primeiro a votar contra mim serei eu. Agora, se não houver isso, que os colegas, que o nobre Senador, a imprensa, que vem fazendo esse tiroteio, falem também sobre a isenção dos que são isentos aqui dentro.

Portanto, não quero para adversários, para inimigo nenhum o que estou passando. Há outros colegas que reclamam comigo, não tem nada a ver. Claro que se há um nome, igual ao que está aqui, a imprensa, a Comissão têm todo o direito, porque tem meu nome aqui numa entidade que está suspeita, mas como sócio fundador. Se nunca fui presidente, mesmo provisoriamente, no início da Casa de Saúde, de que fui sócio, não fui diretor, desde 1983; se a minha mulher foi presidente, no início, para colaborar, nunca recebeu um tostão de verba governamental, e recebo um tiroteio!

Eu pedi, inclusive a colegas, fiz pronunciamentos no Congresso, para que quebrassem o meu sigilo bancário, porque eu tinha certeza de que me ajudaria. Meu patrimônio, depois que entrei na política, só diminuiu, verdadeiramente, realmente - inclusive trouxe aqui o Imposto de Renda. Então, não mereço esse tipo de tratamento da imprensa, quando faz nota distorcida.

Quando o Senador falou aquilo na **Hora do Brasil**, alguns jornais e a televisão já me davam como cassado. Quando o Senador falou na **Hora do Brasil**, há uns dez dias, que iam me investigar, eu fiquei satisfeito, aquilo foi um refresco. Mas, até então, tem 40 dias, tudo que pôde ser feito contra a honra de um cidadão, de um médico, de um cirurgião, de um Deputado, de um político...nem um marginal mesmo merece ser tratado dessa maneira. Desculpem-me, com a vênia de toda a Comissão, mas entendo que tem que se apurar, para depois penalizar, dar a pena do crime.

Agora, em política é diferente. A imagem é que faz, porque temos realidade e imagem. Modéstia à parte, todos que votam em mim me conhecem. E fizeram tudo para estraçalhar a minha imagem, o que é a pena maior de um político. Estou aqui hoje sendo investigado, com todo prazer. Quero prestar todos o esclarecimentos possíveis. Agora, a pena, infelizmente, eu já paguei e não sei se sou culpado ou não; e não sei se os senhores sabem se sou culpado ou não. Mas a pena já paguei. Esse tiroteio que a imprensa fez contra mim...não tem pena maior para um cidadão, como chefe de família, como médico, como cirurgião, como Deputado, o que fizeram com o meu nome. Espero que, se realmente os senhores me isentarem, que ajudem a resgatar o meu nome.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Deputado Paulo Portugal, quero lhe fazer uma última pergunta, no seguinte sentido: por qual partido V. Exª foi indicado para a Comissão Mista de Orçamento? Qual foi o cargo e em que ano V. Exª o exerceu?

O SR. PAULO PORTUGAL - Em 1991/92, fui indicado pelo PDT, porque, justamente, eu que tinha experiência de prefeito, fui escolhido para o Orçamento. E, graças a Deus, fizemos um trabalho - o próprio Deputado Giovanni trabalhou junto conosco lá, ele que foi prefeito também - e fizemos um trabalho importante, indicados pelo PDT, onde conseguimos conquistar muita coisa para o Estado do Rio, que é um dever nosso.

Sempre estive aberto e tranqüilo mesmo, porque em toda a minha atuação como membro da Comissão de Orçamento, ninguém acha um defeito. Fui indicado pelo PDT como membro.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - V. Exª foi só membro ou exerceu algum cargo?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não. Fui inclusive Relator das Transferências Constitucionais e Linha Vermelha e, depois, do Ministério da Justiça.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, Deputado Paulo Portugal, em primeiro lugar, creio que é importante registrarmos aqui o critério da Subcomissão na apuração da SPIM de Bom Jesus do Itabapoana, porque existe a SPIM também de Mesquita, para não confundir.

O primeiro critério foi o valor da subvenção que totaliza hum milhão e quatrocentos mil dólares, em quatro anos, de subvenção social. E o primeiro critério, inclusive, é acima de 200 mil dólares, que foi incluído na lista da investigação. E o segundo foi a chegada à Subcomissão de um documento da Câmara Municipal de Bom Jesus, que teve, parece-me, do Ministro Jutahy Magalhães Júnior uma delegação de fiscalização das entidades e mandou para cá um documento, mostrando que, na apuração feita pela Câmara Municipal, havia irregularidade na prestação de contas de duas subvenções: uma em torno de 100 mil dólares e outra de 425 mil.

A partir daí, reforçou-se a idéia da busca do Tribunal de Contas para apuração das entidades e esta estava incluída nas entidades do Rio de Janeiro. Então, é importante registrar os critérios e como é que isso foi feito.

Em segundo lugar, quero registrar publicamente as duas vezes que o Deputado me procurou para conversar. A primeira, na saída do plenário da CPI, onde ele me buscou para entregar dois documentos. Um, inclusive, falando do seu desligamento da diretoria em 1983 e pedindo para que o depoimento fosse rápido, porque o sofrimento estava grande,

inclusive com um expressão de angústia, etc e tal. Imediatamente, passei ao Deputado Lázaro Barbosa, porque eu ia viajar, para que a Comissão marcasse e incluísse no processo o seu documento.

E a segunda procura parece-me que foi ontem ou anteontem, há dois dias, quando ele estava preocupado com as notícias de imprensa, inclusive notícias, que ele imaginava, dadas inclusive por mim ao jornal, essa questão dos "laranjas". Pude demonstrar a ele que todas as informações dadas aos jornais, na Subcomissão, ou por mim, ao **O Globo**, de que o esquema de corrupção do Rio de Janeiro tinha pessoas físicas que poderiam servir como "laranja". Em nenhum momento, ao que me parece, nenhum membro da Subcomissão relacionou o "laranja" ao seu nome especificamente. Então, é importante também esse registro.

Em terceiro, também como eu disse, como sou Deputada do mesmo Estado de V. Exª, quero dizer que eu o conheci aqui, não o conhecia antes, e até por uma insuficiência minha, nunca fui nem a sua cidade. Não conheço Bom Jesus do Itabapoana, nunca fiz campanha lá, não tenho base eleitoral em Bom Jesus.

O SR. PAULO PORTUGAL - É um prazer receber V. Exª lá.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Estou registrando para que fique clara a isenção de não haver nenhuma disputa política local, porque não sou, nunca fui, nunca fiz base eleitoral na sua região. Então, é importante também que isso fique bastante claro.

Deputado, ontem eu lhe disse que o próprio relatório que tínhamos aqui do Tribunal de Contas era um relatório que, pelo grau de irregularidade, merecia que nós o ouvíssemos. E que, na verdade, o trabalho que V. Exª deveria ter era o de provar que não tinha relação com a irregularidade, porque não tem como provar a não relação com a entidade, na medida da sua participação como sócio fundador. Para isso, e até para que eu cumpra a minha parte e para facilitar a sua, é que algumas coisas aqui estão, na minha opinião, um pouco ainda pouco esclarecidas. Eu gostaria de pedir a sua ajuda nisso, até a bem do seu depoimento e da própria Subcomissão, na sua análise posterior.

A primeira pergunta que eu gostaria de fazer é a seguinte: essa entidade, a SPIM, foi fundada em março de 1988, se não me engano. Em que período ela celebrou um convênio com a prefeitura, em que mês de 88, para administração da Creche Zizinha Fitaroni. V. Exª se recorda que foi feito um convênio?

O SR. PAULO PORTUGAL - Eu não sabia do que estava aí, mas quando fui prefeito, foi antes de 88, antes da Constituição de 88, que aquinhoou melhor. Foi até uma luta nossa, trouxemos dois mil e poucos prefeitos aqui em Brasília, para aquinhoar melhor as prefeituras com relação à alíquota do ICMS, de IFPM. Naquela época, conseguimos também até **royalty** do petróleo. Mas tudo isso só veio depois do meu mandato. Então, o que fizemos? Como o recurso era escasso na região, fizemos todas as creches, praticamente, na época, em casas alugadas. Morriam cerca de 39 crianças por mil nascimentos e, modéstia à parte, deixamos com 1.5 por mil habitantes depois do nosso Governo. Tanto talvez por causa da área social, somos médicos, era do que mais entendia, e ataquei mais como administrador público. Então, para fazermos isso - e a minha preocupação no futuro com aquele problema político local que todo interior tem - chamamos todas as entidades que queriam encampar ou moralmente dirigir uma daquelas creches. Eram várias. Então, chamamos as associações, as entidades filantrópicas, igrejas - inclusive tem lá uma que é do Centro Espírita - a igreja crente, a católica. E todas na época queriam ser, independente de despesa, de dinheiro, quer dizer, isso a prefeitura mesmo continuaria... a parte moral, o Rotary, o Lions, para poder cada um ser patrono, quer dizer, apadrinhar para não deixar aquilo cair, não deixar faltar... Caiu verba alguma, eles fazem um movimento comunitário. Isso deu muito certo.

A SRª JANDIRA FEGHALI - V. Exª lembra em que período de 88 isso foi feito? Em que mês?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não lembro. Em que mês não. Mas são várias entidades, cada uma acho que apadrinhou uma.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Faço essa pergunta para poder entender o seguinte: a entidade foi fundada em março. O que fez ela enquanto uma entidade beneficente? Quais foram as suas funções e atividades, até dezembro de 88, quando V. Exª, como prefeito, atestou a sua atividade filantrópica para fins de registro no CNSS? Quais eram as funções dessa entidade, na verdade?

O SR. PAULO PORTUGAL - Pois é. A entidade, quando foi fundada,... igual eles, no caso, estou dizendo adversário político, eles têm várias entidades lá. Interior cada um tem a sua peculiaridade. Então, há outras entidades em que você tem tipo uma liderança, uma amizade, uma simpatia, certo? Porque tem uns que usam para a área política; igual, por exemplo, se tem uma entidade, um centro espírita, ou uma igreja, mas, infelizmente, de vez em quando aquela igreja tende para aquele candidato que é da igreja ou que tem afinidade com a igreja. Então, essa entidade, como disse anteriormente, no início tinha aquela intenção que não foi concluída e ela tomou o outro caminho, que era para a Casa de Saúde jogar para ela. Quando não pôde, ela começou fazendo essas atividades na entidade. Agora, com relação àquela...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Que entidade, Deputado? É isso que ainda não entendi.

O SR. PAULO PORTUGAL - Atividade da Creche do Bairro Novo, certo? E, depois, do Hospital do Cardoso.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Mas só que o Hospital foi bem depois, não é?

O SR. PAULO PORTUGAL - Bem depois.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Estou perguntado porque, pelo que temos aqui, de 1988 a 1992, a entidade não tinha sede própria, funcionava dentro da Casa de Saúde. Foi ter sede a partir de 1992.

O SR. PAULO PORTUGAL - Se V. Exª me permite... Inclusive foram várias as entidades que ajudei a fundar. Elas têm, no início, dentro da lei, qualquer sede provisória, pode ser numa casa, em qualquer lugar; depois de certo tempo é que existe a exigência de que tenha uma local próprio alugado ou definitivo. Esse prédio onde ela começou é de consultórios e salas.

A SRª JANDIRA FEGHALI - É da firma Portugal?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não, nem é da firma. Acho que o Tribunal errou. Esse prédio era de nós três, sócios, pessoas físicas, não da firma - foi um equívoco do Tribunal, que também não leva a nada - e de outros colegas médicos que tinham outros consultórios, também, nessa área. Então é um prédio de salas, em frente à Casa de Saúde. E, em uma dessas salas, funcionou, provisoriamente, essa entidade. É um equívoco do Tribunal, acredito, ...

Ali, é aquilo que eu lhe disse: os médicos, praticamente, desse hospital, modéstia parte, são competentes e amigos. Todo mundo acha que é da Casa de Saúde, mas não é.

A SRª JANDIRA FEGHALI - De qualquer forma de 1988 a 1992 ela não tinha uma creche, pois esta foi construída a partir de 92, no endereço atual da ...

O SR. PAULO PORTUGAL - Não, ela era madrinha de uma creche.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Uma creche que a Prefeitura já administrava, quer dizer, não era sua.

O SR. PAULO PORTUGAL - Não, mas depois, quando acabou passou a ser em casa alugada, da entidade. Minha, nunca existiu.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não, não estou dizendo isso.

O SR. PAULO PORTUGAL - A entidade passou a ter uma creche em casa alugada.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Isso em que período? V. Exª lembra?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não lembro, mas é nesse período mais ou menos que V. Exª está falando.

A SRª JANDIRA FEGHALI - De 1992?

O SR. PAULO PORTUGAL - De 89 por aí, mais ou menos.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não há registro dessa existência no relatório do Tribunal de Contas. Há registro que ela funcionou, de 1988 a 1992, dentro dessa sala, que fez um convênio com a Prefeitura, em 1988, para gerenciar uma creche que já era administrada pela Prefeitura e que, só em 1992, construiu sua própria creche para 40 crianças que, pelo seu modelo, não corresponde ao volume de recursos que para lá foram direcionados. Essa foi a primeira estranheza que bateu pelo nossa forma de avaliar.

O SR. PAULO PORTUGAL - Permita-me, são duas coisas diferentes aí: uma, quando fui Prefeito e entreguei a patronos, entidades, Rotary e igrejas...

A SRª JANDIRA FEGHALI- Uma foi para a SPIM.

O SR. PAULO PORTUGAL - Umas foram para patronos da Prefeitura, certo? Outra coisas é quando a SPIM fez essa creche, a tal que está aí, em casa alugada, no início; no futuro, com sede própria. Foi até onde acompanhei.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Certo. De 1888 a 1992, V. Exª só conhece estas atividades da SPIM: administração de creche ou da construção da própria creche? Mais nenhuma atividade?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não conheço outra atividade.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Quero saber se V. Exª tem algum esclarecimento sobre algumas declarações de acordos e contratos da SPIM, tais como: locação de móveis, utensílios, equipamentos e instalações especiais, isso na relação com a firma Portugal Tamus e Companhia Ltda., locação de prédio, cito na Rua Bonfino Cardoso de Melo, nº 2, termo de sucessão de serviços médico-hospitalares, utilização de 20 leitos para internação de pacientes da SPIM, cessão de 6 salas, no prédio da citada firma, e a declaração de aceitação de funcionários. V. Exª tem alguma explicação para todas essas ações?

O SR. PAULO PORTUGAL - Esses dias estive com o Dr. Aílton Avelino, e ele me disse que quando o Tribunal foi lá para inquiri-lo colocaram esse problema, e que realmente foi feito esse tipo de convênio, mas que nunca aconteceu.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Mas isso está colocado na prestação de contas da entidade, inclusive, com valores e períodos.

O SR. PAULO PORTUGAL - Isso V. Exª, com a vênia devida, deve, quando na inquisição do Tribunal ou Ministério, com o Presidente da entidade ou ....

A SRª JANDIRA FEGHALI - Isso, sem dúvida nenhuma, será feito. Inclusive, pude ver na listagem ...

O SR. PAULO PORTUGAL - É uma das perguntas que ajudaria se fosse direcionada...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Pude ver na listagem de quebra de sigilo...(risos)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - O Deputado Paulo Portugal usou "inquisição".

A SRª JANDIRA FEGHALI - É.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - É inquirição.

O SR. PAULO PORTUGAL - É inquirição.

A SRª JANDIRA FEGHALI - É importante, porque revendo a lista de quebra de sigilo verifiquei que o Sr. Aílton Avelino também está com seu sigilo bancário quebrado, porque nos ajudará nessa investigação. Logicamente V. Exª que terá que prosseguir...

O SR. PAULO PORTUGAL - O sigilo bancário de quem?

A SRª JANDIRA FEGHALI - O sigilo do Sr. Aílton Avelino está quebrado.

O SR. PAULO PORTUGAL - Certo. O meu inclusive pedi, através da tribuna, ao nobre Senador - alguns bancos não mandaram - mas o que mandaram estão aqui. Não sei se ajuda, pois soube que a Comissão tem uma equipe técnica até mais aprimorada do que nossa.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputado, mais uma pergunta.

O SR. PAULO PORTUGAL - Quero dizer sempre, se me permite, que o Dr. Aílton é meu amigo, sempre foi, há mais de 20, 30 anos.

A SRª. JANDIRA FEGHALI - Inclusive, aqui está declarado que o atual dirigente, José D. Schwartz Tanus nega, realmente a relação de aluguéis e serviços médicos à própria SPIM. Ela declara que foi prestação de serviço, ocupação de leito, locação de imóvel, compra de utensílios, utensílios estes nunca encontrados; um aluguel que tem um contrato mas não há o lançamento do valor e nunca, segundo o atual dirigente da firma, prestou serviços médico-hospitalares à SPIM. O que demonstra uma irregularidade bastante clara na prestação de contas da entidade.

O SR. PAULO PORTUGAL - O que deve ser apurado.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Uma outra pergunta que gostaria de fazer é: quando a Casa de Saúde, que segundo V. Exª ...

O SR. PAULO PORTUGAL - Como? V. Exª poderia repetir?

A SRª JANDIRA FEGHALI - Segundo V. Exª, a Casa de Saúde da firma Portugal vinha bem, mas quando começou a entrar em crise financeira em função da baixa cota do INAMPS...

O SR. PAULO PORTUGAL - Financeiramente, acho que nunca foi muito bem, porque causa do problema do INAMPS.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sim, mas sua piora, sua crise, realmente mais intensa, quando foi? Pensou-se até em transformá-la em uma outra coisa.

O SR. PAULO PORTUGAL - Em termos financeiros... Lá, um dos erros, como o nobre Senador disse como médico, V. Exª também é médico, a estratégia da Casa de Saúde, o planejamento foi excelente para todos: para a comunidade, para nós médicos trabalharmos, para os pacientes, etc. Entretanto, como 95% dos clientes eram do INAMPS e o INAMPS não pagava, quando pagava era sem correção, pagava aquém da realidade, ela sempre esteve em uma certa crise. Foi nessa época que houve a idéia de passarmos para uma entidade, igual ao outro hospital daquela cidade, que é de uma entidade, o que depois não pode acontecer, então ela tomou esse outro caminho.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Foi mais ou menos no período do surgimento da SPIM?

O SR. PAULO PORTUGAL - Foi.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Uma outra questão: pergunto quem patrocinou a solicitação e liberação de recursos para essa entidade, desde o exercício de 90? Foi quando recebeu a primeira subvenção.

O SR. PAULO PORTUGAL - O que sei é aquilo que já disse. Uma emenda minha de 1992 e depois uma extra, um ofício que fiz de 300 e poucos milhões agora em 93.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Digo em 1990, 1991.

O SR. PAULO PORTUGAL - Essa...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Duas liberações em 1992 e duas em 1993.

O SR. PAULO PORTUGAL - É aquilo que o Senador me perguntou, que eu havia, conforme V. Exªs já têm em mente, fazer uma inquirição ao Presidente da entidade.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Quer dizer que V. Exª não sabe quem politicamente...

O SR. PAULO PORTUGAL - Quem politicamente pediu?! Não.

O SR. JANDIRA FEGHALI - ...patrocinou, solicitou pressionou, solicitou a liberação desses recursos?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não sei. Inclusive, o próprio Relator disse-me o nome de um colega Deputado e eu não sabia disso.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Osmânio Pereira, de Minas Gerais. E teve uma emenda de V. Exª para o hospital também, parece-me, Hospital Cardoso Moreira, não?

O SR. PAULO PORTUGAL - Bom,...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Que foi assinado, também, por um outro Parlamentar.

O SR. PAULO PORTUGAL - Foi. Inclusive quando eu era do PDT, a confiança recíproca era tanta um no outro que, quando tínhamos alguns Estados que não tinha Deputado Federal e tínhamos prefeitos com algum problema, alguma emenda que o Deputado Federal pode, pelo menos até agora, fazer emenda para outro Estado; então, tínhamos muitos colegas que se juntavam. Vamos supor, podíamos fazer 30 emendas preferenciais, prioritárias e para isso tínhamos grupos. Vamos supor, um Deputado era do partido e estava na Comissão, ele fazia para outro. "Sobrou alguma emenda para o senhor fazer para tal cidade?..."

A SRª JANDIRA FEGHALI - Isso dentro da Bancada?

O SR. PAULO PORTUGAL - É, dentro da Bancada.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Nunca foi solicitado a V. Exª, por deputado de outro Estado ou partido, assinar nenhuma emenda para o hospital?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não, de outro Estado não. Dentro do Estado, sim; como eu assinava para alguns colegas, alguns colegas assinavam para mim.

A SRª JANDIRA FEGHALI - O Deputado Paulo Octávio nunca assinou nenhuma emenda para o Hospital Cardoso Moreira?

O SR. PAULO PORTUGAL - Não. Aquela emenda foi o seguinte: coitado, outro dia saiu no jornal um tiroteio em cima do Paulo Octávio. Ele foi Relator - e V. Exª sabe - na Comissão de Orçamento. Tem a emenda do Deputado que assina e tem o Relator que pode fazer emendas de Relator, que não é dele. Por exemplo, V. Exª tem lá uma creche no morro do Salgueiro e V. Exª conseguiu só 100 mil cruzeiros, mas precisa de 10 milhões, então procura o Relator, e este, se tiver espaço, aumenta para poder fazer a creche, porque se não fica só simbólico, o pessoal acha que aprovou a emenda, mas não vai resolver o problema. Então, V. Exª vai ao Relator e pede. Eu, pessoalmente, fui ao Paulo Octávio, disse da importância e ele colocou o que podia dentro do relatório para aumentar. Inclusive, citaram-no nesse artigo do jornal, dentro desse tiroteio, o que não tem nada a ver com isso. Eu assumo.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Foi de onde li a reportagem, por isso estou lhe perguntando.

O SR. PAULO PORTUGAL - Assumo o pedido que fiz a ele, como assumo o pedido que fiz ao Deputado Salomão para assinar, quer dizer, já deixávamos até assinado, tínhamos uma confiança recíproca um no outro.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputado, mais uma questão para que eu possa concluir.

Pelo relatório, V. Exª conhece pessoas como o Petrônio Gonçalves Figueiredo?

O SR. PAULO PORTUGAL - Conheço.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Ele é da entidade também?

O SR. PAULO PORTUGAL - Já foi da Diretoria algumas vezes.

A SRª JANDIRA FEGHALI - V. Exª conhece Marlene Boier (?) dos Santos?

O SR. PAULO PORTUGAL - Em Bom Jesus, conheço todo mundo.

A SRª JANDIRA FEGHALI - O próprio Aílton fazia saques em espécie, em alguns casos, de mais de 50% do valor da subvenção direto no banco, sem que tenhamos claro onde foi aplicado o dinheiro.

O SR. PAULO PORTUGAL - Se V. Exª me permite, trata-se daquele caso que devo esclarecer. Todavia, afirmo que o Aílton Avelino, o Petrônio são pessoas sérias e dignas, até que me provem o contrário. Ao ser indagado por um Deputado, assegurei até que, pelo que conheço da vida dele, ele está empobrecendo. Então, não é caso de corrupção.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Há ainda o depósito em conta bancária de algumas pessoas físicas, como o Sr. José Luiz Vieira de Melo, que até hoje não sabemos quem é - está sendo investigado e teve o seu sigilo bancário quebrado - e outros, inclusive o sobrinho do Deputado Fábio Raunheitti, que também receberam dinheiro dessas entidades diretamente em suas contas, cuja finalidade ainda não conseguimos descobrir.

Esse relatório do TCU é eivado de irregularidades, tais como, não prestação de contas, equipamentos que não existem, dinheiro tirado em espécie. É interessante observar que a SPIM e a firma Portugal e Tanus tem os mesmos sócios. Se houve transação de contrato de aluguel foi entre eles mesmos, pois o Avelino é de uma e de outra. O Deputado é sócio-fundador de uma e é sócio-quotista da outra. Na verdade, se houve contrato de locação ou alteração de documento, foram os próprios donos, sócios de uma e da outra, que cruzaram essas documentações.

Fico perguntando a mim mesma, com a sua afirmação persistente sobre seus amigos e colegas médicos da região, diante de tanta coisa, a que V. Exª atribui tanta falcatrua, uma vez que só há pessoas honestas nessas entidades? O dinheiro sai em espécie do banco e vai para as contas de pessoas físicas, que são as mesmas que recebem dos evangélicos, do Isaías de Souza Maciel - não estou falando dos evangélicos de forma generalizada -, das entidades do Fábio Raunheitti, da Santa Rita, da Santa Terezinha, tudo com o mesmo contador. São as mesmas pessoas físicas que recebem esse dinheiro, em vultosos valores, chegando a 80% do valor de subvenção, utilizado, por sua vez, com desvio de finalidade.

Tudo o que ela declara na sua prestação de conta não tem comprovação documental por nota fiscal, os cheques não correspondem às notas fiscais, tudo isto acontece. Os sócios dessa entidade são os mesmos da clínica. Está ficando um mistério para mim. Existe uma série de irregularidades envolvendo recursos públicos, em torno de US$1,400 milhão, e todos são honestos. Isso me estranha muito. Como tudo isso acontece sob a administração de pessoas tão idôneas e de tanta lisura, com emendas que envolvem deputado de outro Estado, o Deputado Osmânio Pereira, que está sob investigação da CPI também e nem sabia desta emenda - dela veio tomar conhecimento aqui.

Para mim, isso é um mistério, na medida em que V. Exª foi prefeito; tem participação na clínica como sócio-quotista até 1992 e da diretoria até 1983; é sócio-fundador da instituição; atestou a existência da entidade em 1988, para que ela pudesse ser registrada no CNSS; e essas pessoas até hoje solicitam a V. Exª reforços junto às autoridades -

Ministério da Saúde, etc - para enviar recursos para a construção de hospital e para funcionamento da entidade.

Tudo isto existe e não temos nenhum esclarecimento sobre como isso pode acontecer diante de pessoas que não têm nenhum dado de ausência de idoneidade e de lisura na administração desse patrimônio.

O SR. PAULO PORTUGAL - Vamos por partes, pois a explanação de V. Exª foi muito abrangente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de repetir uma das respostas que dei anteriormente, pois tinha uma intenção que cessou e passou a tomar outro caminho; daí a existência desses nomes...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Citei a intenção inicial, Deputado, só para ficar claro e possivelmente socorrer a clínica.

O SR. PAULO PORTUGAL - Este hospital poderia até passar para a entidade para ver se não fechava.

O outro caminho que tomou, praticamente com aquele grupo de fundadores - esse grupo que está aí...Conheço essas pessoas; elas podem até ter entrado em alguma armadilha, mas são idôneas e sérias. Muitas pessoas sérias entram em armadilhas também.

Não sei se V. Exª se lembra, mas a última vez que conversei com V. Exª, eu disse que havia lido um artigo, quando colocaram aquele laranja na minha conta, e pelo que vi, inclusive citado o nome de V. Exª, até achei que V. Exª já sabia tudo, pois falara no jornal e achei que estava no caminho certo, porque eu também, como Deputado, mesmo sendo essa entidade de outras...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Mas este é o caminho que estamos perseguindo.

O SR. PAULO PORTUGAL - Mas estou dizendo aquilo que falei ao nobre Relator. Paralelo, uma apuração a fundo, que V. Exªs desejam e eu também, junto às pessoas devidas, quer dizer, o presidente da entidade, o contábil e o jurídico da entidade, para apurar e fazer essas perguntas que eu, que não tenho ingerência na administração, não posso responder.

Achei, e até falei com V. Exª, que V. Exª já sabia tudo. Fiquei pensando: vou lá para cumprir tabela, porque o meu nome está como o de um dos sócios fundadores, e digo que essas pessoas, para mim, são honestas até prova em contrário, e se caíram em alguma armadilha, está sendo apurado, como V. Exª disse...

A SRª JANDIRA FEGHALI - V. Exª nunca soube de nada?

O SR. PAULO PORTUGAL - Nunca soube dessa falcatrua. Inclusive... É claro que se soubesse teria que avisá-los e tomar providências.

Basta dizer que sobre esse documento que entreguei ao nobre Presidente, quando me pedem alguma coisa, prefeito ou entidade, mando minha assessora ao SIAFI para ver se estão em dia. Se algumas prefeituras estão inadimplentes, não vou gastar cartucho e fazer emenda - porque temos poucas emendas a fazer - para uma entidade que não vai receber aquilo. Não vou fazer demagogia com entidade e com prefeito com coisa que não vai acontecer.

E essa entidade, como disse V. Exª, eu nem sabia, foi minha assessora que deu e falou: vejo toda entidade aqui no SIAFI - nem sabia o nome direito.

Até que me provem o contrário, Deputada, essas pessoas são muito sérias. Se caíram em armadilha... Geralmente são pessoas sérias que caem em armadilhas... Imaginei, quando vi o artigo que V. Exª deu à imprensa, que V. Exª já sabia de tudo. Fiquei até imaginando...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Quem dera, Deputado!

O SR. PAULO PORTUGAL - Fiquei até imaginando... Não é dizer que eu seja inocente, ingênuo, mas passou dentro da minha cabeça: já descobriram, não vai ser preciso que eu colabore, porque não vou saber como descobrir... Não tenho, inclusive, o instrumento que a CPI, que é ágil e tem uma equipe, o Tribunal de Contas, Ministério, tem. Até achei que não ia mais ser chamado quando vi o artigo de V. Exª.

Acho que se tem que apurar a fundo, para ver onde foi feita essa armadilha. Só digo que, pessoalmente, nunca tive ingerência na administração da entidade e nunca participei de falcatrua nenhuma, inclusive dessa do Orçamento.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito e que seja membro da Comissão, devolvo a palavra ao Deputado Paulo Portugal para que faça as suas considerações finais.

O SR. PAULO PORTUGAL - Realmente a vida política de todo cidadão que milita na vida pública tem horas boas e ruins. Venho passando horas horríveis em minha vida, e nem imaginava que outro político no mundo já tivesse passado por isso, mas acredito que quando falam que um político é experiente, é porque já passou por muitas agruras na vida.

Quero agradecer ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, ao nobre Relator, ao Deputado Lázaro e aos nobres colegas aqui da Comissão a oportunidade que me deram de tirar, o quanto antes, os meus amigos dessa aflição de jornal e de imprensa todo dia, e de aqui esclarecer dúvidas que tinham em relação ao meu nome, relacionado à Subcomissão.

Quero colocar à disposição de todos vocês os esclarecimentos possíveis, para ver se saio daqui tranqüilo, tirando esse peso que tem e essa luta, pois não agüento com a imprensa. O espaço que ela faz para colocar o meu nome é o mesmo espaço para a minha

defesa. Então, se V. Exªs tiverem alguma dúvida a respeito da minha posição ou do meu nome, com relação a esse fato, que me perguntem; estou aqui às ordens, a qualquer momento, para apresentar algum documento ou alguma outra coisa.

O agradecimento que faço a V. Exª é que saio daqui tranqüilo, porque cumpri o meu dever, como cidadão, como Deputado, recebendo a convocação do nobre Deputado Garibaldi Alves. E estou à disposição, a qualquer momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Muito grato, Deputado Paulo Portugal.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h42min.)

Depoimento do Sr. Governador Joaquim Roriz

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) -... quando verificar que está indo além do razoável, porque, como todos sabem, o tempo de quem fala não é o tempo de quem ouve.

Sr. Governador, irei dando a palavra e cada Parlamentar fará as perguntas; no final, se for o caso, farei alguma indagação. Mas, inicialmente, não pretendo usar da palavra.

O SR. NELSON TRAD - Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Certo, mas, de qualquer maneira, em termos de trabalho, fica sendo assim.

A norma que tem sido adotada nas reuniões plenárias é a de que o depoente - e V. Exª aqui está como depoente, na condição de testemunha; não está nem como indiciado, nem como acusado - tem o prazo de até uma hora para fazer alguma exposição, se quiser.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de fazer um pequeno pronunciamento inicial, que será bastante curto. Não poderia deixar de fazer as colocações iniciais, para dizer a V. Exªs que as responsabilidades de homem público, das quais tenho a mais clara consciência, impuseram-me aceitar o convite para, na condição de testemunha, como acaba de dizer V. Exª, prezado Coordenador, prestar a essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a destinação de recursos do Orçamento da União os esclarecimentos que estiverem ao meu alcance.

Duas ressalvas, todavia, gostaria de suscitar neste instante. É bem verdade que, em atenção aos princípios básicos da organização democrática, jurista de nomeada sustenta que os governadores de Estado e do Distrito Federal não são se sujeitam ao fórum das comissões parlamentares de inquérito instituídas pelo Poder Legislativo federal. E conheço, inclusive, através da imprensa, a posição de V. Exª com relação a isso que acabo de dizer.

De minha parte, entretanto, jamais tive o propósito de buscar amparo nas tese jurídicas, ainda que consistentes, para fugir ao que considero um dever ético de todo cidadão, o dever de contribuir para o aperfeiçoamento de nossas instituições e para a moralização das práticas jurídicas.

A outra ressalva concerne a esclarecimentos sobre meu patrimônio e minha renda, ainda que se trate de matéria estranha ao objeto do convite.

Aqui faço um parêntese. Não posso analisar essa concepção do que é rico, do que é pobre. Eu não teria capacidade para avaliar bem. Se eu disser para um grande empresário brasileiro qual é o meu patrimônio, talvez ele ache engraçado; mas se eu disser qual é o meu patrimônio e a minha posse para alguém que ganhe um salário mínimo, talvez esteja violentando e agredindo uma pessoa que vive com um salário mínimo.

Quero, portanto, dizer que a outra ressalva a que me referi concerne ao esclarecimento sobre o meu patrimônio e a minha renda, ainda que se trate de matéria estranha ao objeto deste convite.

Mas, prezado Coordenador e Srs. Deputados, deixei bem claro, no primeiro instante, através da imprensa e de alguns telefonemas, que gostaria de esclarecer; que, para mim, é fundamental, porque tenho 30 anos de vida pública, tenho uma família é originária desta região.

Sinto necessidade não só de esclarecer, mas isso é fundamental para mim, como, naturalmente, para todos aqueles que confiaram em mim, ao longo da minha vida pública.

Hoje, governo Brasília, porque tive a grande satisfação e alegria de ser o primeiro governador eleito da Capital do meu País, no primeiro turno e continuo tendo o

apoio da maioria desta comunidade. Claro que, se não esclarecesse, perduraria eternamente uma dúvida sobre meu passado, meu patrimônio e minha movimentação bancária.

Quero repetir que o meu patrimônio, ao longo de minha vida, é em decorrência de herança do meu pai e por força de um árduo trabalho empresarial, anterior à herança. Isso é bom para os senhores conhecerem um pouco da nossa vida, porque é impossível descrever tudo que fizemos ao longo da vida, mas alguns pontos que estou me lembrando devem ser esclarecidos.

Por exemplo, na minha cidade, de 248 anos, fui o primeiro cidadão nascido lá que pediu ao seu pai que lavrasse uma escritura de emancipação; isso aos dezoito anos, para que eu pudesse iniciar minha atividade comercial e empresarial. É a escritura nº 1, de emancipação, da minha cidade. Por que estou trazendo essa informação? Para dizer que comecei minha vida de trabalho e minha vida empresarial com uma escritura de emancipação, aos dezoito anos.

Ao longo da minha vida, portanto, em virtude da herança de meu pai, por força de um árduo trabalho empresarial - inicialmente como fornecedor de matéria-prima para a construção civil, à época da construção de Brasília; depois, desenvolvendo atividades agropastoris no Estado de Goiás - construí um honrado patrimônio que hei de legar aos meus pósteros.

Meus rendimentos são totalmente compatíveis com meu patrimônio, cujas raízes remontam há tempos que antecedem meu ingresso na vida pública.

Nunca recebi ou emiti cheques para empreiteiras ou fornecedores, no exercício de funções públicas. Portanto, sinto-me confortável em apresentar as informações contidas em documentos que vou encaminhar, logo em seguida, a esta eminente Comissão.

É com este espírito que tenho a honra de receber V. Exªs nesta oportunidade, com sincero desejo de oferecer a contribuição possível.

Ponho-me à disposição de V. Exªs para prestar os esclarecimentos necessários, relativamente aos recursos do Orçamento da União destinados ao Distrito Federal, em meu governo.

Essas são as colocações iniciais. Estou à inteira disposição dos membros da Comissão para qualquer esclarecimento que julguem necessários.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Havendo o Sr. Governador Joaquim Roriz concluído sua breve introdução, indago ao Deputado Nelson Trad se tem alguma questão a formular ao Sr. Governador.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, Sr. Governador, esta é uma hospedagem cívica.

Na verdade, V. Exª, Sr. Governador, há de entender as razões sábias e a indicação perfeita do Senador Jarbas Passarinho ao indicar o nobre Deputado Roberto Magalhães como coordenador desta Comissão, que hoje faz uma visita de natureza institucional ao Distrito Federal; e o fez, inclusive, em homenagem ao Distrito Federal, na qualidade de ex-Governador, com toda a consciência da magnitude de um ente da Federação, como fator valioso da unidade nacional.

E, até descontraindo, para mim não foi sem motivo que ele mandou além de um ex-Governador, um homem paradigmático, e companheiros também com a perspectiva de chegar lá.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado.

O SR. NELSON TRAD - Justifico os agradecimentos diversos aqui, porque fiz questão de usar o plural ao me referir aos companheiros que aqui se fazem presentes.

Entenda, pois, Sr. Governador, que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem a consciência perfeita do papel que representa o Distrito Federal dentro do sistema federativo do nosso País, razão por que até não levamos o problema para a esfera do Judiciário.

Tenho absoluta certeza de que, para o Congresso Nacional e para a Nação, V. Exª está dando uma demonstração positiva, um exemplo do desejo de se perseguir a verdade, de encontrá-la, para a satisfação daqueles que nos fizeram seus representantes.

Na Subcomissão de Subvenção Sociais, não encontramos nenhum problema duvidoso que diz respeito à pessoa de V. Exª. Entretanto, gostaria de formular duas perguntas, que - tenho certeza - poderão ajudar-nos a solidificar o quadro, para que possamos valorizar, a juízo daquilo que pretendemos, quando o Deputado Roberto Magalhães formalizar o seu relatório final.

Sr. Governador, o metrô de Brasília é a principal obra de seu Governo e está entre as mais visadas pelas críticas à sua administração. Em que medida essa obra depende de recursos do Orçamento Geral da União?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Tenho alguns dados técnicos sobre essa obra e a participação da União.

Nós nos preparamos porque sabíamos perfeitamente que essa obra ia ser questionada, por ser a principal da cidade; é a obra visada, criticada, mas, por outro lado, é a que tem uma aceitação de quase 90% da comunidade, da sociedade de Brasília. Em nível de pesquisa, há em torno de 85% a 90% de aprovação para essa obra, por parte dos brasilienses de nascimento e de opção.

Mas eu iniciaria dizendo a V. Exª, prezado Deputado, que quanto a essa questão é preciso prestar um esclarecimento mais abrangente, porque, naturalmente, há muitas informações truncadas.

Eu diria, inicialmente, que essa obra iniciou-se na nossa campanha; ela se iniciou porque fez parte de campanha e de programa de governo. E adianto mais, meu

prezadíssimo Deputado Nelson Trad, que mesmo no período de campanha política eu tive oportunidade de interromper a minha campanha para conhecer os principais metrôs do Primeiro Mundo. Estive no Japão, estive na Europa, em vários países, estive nos Estados Unidos, conhecendo a solução que deram ao transporte de massa nesses países. Por que fiz isso? Porque, sem dúvida, o maior problema de Brasília, até hoje, é o problema do transporte, dadas as características da cidade. Porque vocês percebem que o Distrito Federal tem a Cidade-Capital e tem as chamadas Cidades-Satélites, mas temos vazios entre uma cidade e outra, que não existem em outras cidades. Então aqui há um custo quilômetro/passageiro mais caro do País. Por que ele é mais caro? Porque não há renovação de passageiros. Um passageiro que entra no ônibus no início da linha, ele só salta no fim da linha; isso é diferente das outras capitais, porque, nas outras, não há esses vazios, há uma renovação de passageiros. Vocês podem verificar que em qualquer cidade, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e outras grandes cidades, há uma renovação média de 200 passageiros/ônibus; em Brasília, o transporte é de apenas média de 50 passageiros/ônibus. Você verifica que é realmente a passagem mais cara do País.

Além disso, além dessa questão de custo alto de passageiro, tivemos um grande problema, e por isso optamos por esta obra de metrô, chamada metrô de superfície, além desse problema em si, que acabo de lhes dizer, existe outro muito sério. É que Brasília, em determinado momento, representou para o País um eldorado nacional, Brasília é uma cidade, foi e continua sendo uma cidade que atrai muitos migrantes, é um atrativo para o processo migratório, como outras grandes cidades sofreram, em outras oportunidades, esse fenômeno. Então, com isso, como aqui as terras são, geralmente, pertencentes ao Governo, o processo de invasão nesta cidade se deu com muito maior facilidade do que se deu nas outras grandes capitais. Aqui houve uma grande invasão nas áreas nobres da cidade, nas áreas de reserva de nobreza da cidade. Então havia necessidade absoluta de remover essas favelas para lugares adequados, para lugares próprios de expansão da cidade. Mas nós, eu, pessoalmente, e minha equipe de assessoria e de inteligência, que, felizmente, consegui constituir no meu Governo, não só de campanha, como de governo, concluímos que era absolutamente necessário construir o metrô de superfície em Brasília. Primeiro, para resolver o problema em si, que acabo de dizer as razões. Segundo, para resolver o segundo problema que é de tirar as favelas e colocá-las no lugar adequado e dar-lhes um transporte rápido, eficiente, que é só através de um metrô, um transporte de massa.

Tanto é verdade que há exemplos de outras cidades brasileiras onde se remove as favelas e não se consegue fixar o homem lá, no lugar para onde foi transferido, exatamente por falta desse fenômeno de um transporte rápido, eficiente e econômico. Então, se as deixássemos aqui, sem a perspectiva de construir esse metrô, primeiro, teríamos um grande problema na falta dele, segundo, mesmo que tirássemos 62 favelas da cidade, como tiramos, mas tiramos num processo democrático, num processo de negociação, um processo de entendimento, discutindo até os lugares onde era possível localizar, foi feito isso, e, depois, estamos levando a obra do metrô a todos os principais chamados assentamentos, ou seja, a fixação do homem no lugar próprio. Muito bem. Mas dentro dessa convicção de que isso fez parte da nossa bandeira de campanha e do programa de governo, nós nos definimos pela construção do metrô. Mas antes de fazer, entramos num processo de entendimento e de negociação com o Governo Federal e chegamos a um entendimento, porque o Governo Federal também, que é um hospedeiro nosso aqui, na Capital, tem interesse em que esta cidade tenha tranqüilidade para governar o País continente, que esta cidade não seja cheia de tumultos e de conflitos. O Governo Federal tem essa visão de um modo geral, e, dentro desse âmbito, discutimos com ele e chegamos a um entendimento para a construção do metrô, no sentido de que buscássemos financiamento junto ao BNDES de 50% do custo da obra - obra prevista em 660 milhões de dólares e o BNDES financiaria em torno de 330 milhões, o Governo Federal financiaria 25% e o GDF bancaria 25%.

Muito bem. Mas para conseguir terminar essa negociação, Governo Federal - GDF, era necessário submeter à apreciação do Conselho Monetário Nacional. E foi submetido ao Conselho Monetário Nacional, e, por unanimidade, foi aprovado. Pois bem. Acontece que iniciamos a obra, devo lhe dizer que o GDF estabeleceu para ele próprio 180 milhões de dólares; para o Tesouro Nacional, para o Governo Federal, 180 milhões de dólares e para o BNDES e FINAME, que é uma operação de crédito, 300 milhões de dólares.

Para que os senhores tenham uma noção, tenho aqui um quadro, em que, no ano de 1992, era para o Governo Federal bancar 60 milhões de dólares; no ano de 1993, outros 60 milhões de dólares e, em 1994, mais 60 milhões de dólares; totalizando, em três anos, 180 milhões de dólares. Entretanto, em 1992, o Executivo honrou a negociação, remeteu na proposta orçamentária do Congresso 60 milhões de dólares. Mas houve emenda supressiva lá dentro do Congresso, uma delas foi do Senador Valmir Campelo, outra do Senador Maurício Corrêa e outra do Deputado Augusto Carvalho. Esses três Parlamentares entraram com emendas supressivas, retirando desses 60 milhões de dólares o valor de 17 milhões e 540 mil dólares. Mas, aí, houve uma emenda aditiva...

O SR. NELSON TRAD - Realocado no próprio GDF?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não.

O SR. NELSON TRAD - Os Parlamentares da emenda...(?)

O SR. JOAQUIM RORIZ - Exato. De 8 milhões 260 mil, o que vale dizer, dos 60, houve emenda supressiva, 17 milhões 540 mil, mas, depois, houve uma aditiva de 8 milhões 250 mil, perfazendo um total de 50 milhões e 260 mil dólares. Então, não foram aprovados os 60 milhões, como proposta original do Governo, foi aprovado pelo Congresso 50 milhões 260 mil dólares.

Mas a transferência do Governo Federal para o GDF só foi de 29 milhões de dólares, mais ou menos, pouco mais de 50% do aprovado.

O SR. NELSON TRAD - Essa diferença ficou empenhada em restos a pagar?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não ficou.

O SR. NELSON TRAD - E a defasagem na aplicação....

O SR. JOAQUIM RORIZ - É. Houve contingenciamento, e não houve pagamento, não foi sequer empenhado, como resto a pagar.

Depois, veio o ano de 1993.

O SR. BENITO GAMA - Quem foi o Relator, dessa época, do Orçamento Geral?

O SR. JOAQUIM RORIZ - De 1992? Foi o Fiúza...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Precisamos saber se ele fala de ano-base ou fala de exercício.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Exercício.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Exercício de 1992, o Relator foi Ricardo Fiúza.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Ricardo Fiúza. Isso no ano de 1992. Devo falar para os senhores, é bom que eu fale sobre o orçamento do exercício de 1991, ano-base de 1990, para que vocês tenham uma seqüência. Eu já falei sobre 1992, mas vou voltar a 1990 para que possa esclarecer o que houve com relação a mim, porque 1990 foi o ano eleitoral, ano da campanha. O ano de 1991 foi o início do meu Governo, mas esse aqui é o exercício de 1992 a que eu me referi. Está certo?

O que é que aconteceu no ano de 1991?

O SR. BENITO GAMA - Em 1989, V. Exª era Governador nomeado.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Em 1989, eu era Governador nomeado e, em 1990, eu estava fora de Governo.

Mas deixa eu contar essa história do ano de 1991 para vocês entenderem o que aconteceu com relação ao metrô. Não houve nenhuma...sequer havia negociado com o Governo Federal esse aporte de recursos para a construção do metrô, no ano de 1991, ano-base 1990, mas como isso fez parte da campanha - isso era uma bandeira não só nossa, mas também a oposição defendia essa idéia da implantação do metrô de superfície no Distrito Federal -, o Senador Valmir Campelo apresentou, no ano-base de 1990, ano da campanha, para o exercício de 1991, uma emenda de 100 milhões de cruzeiros ou seja 1 milhão e 800 mil dólares.

O Deputado Augusto de Carvalho apresentou outra emenda de 5 bilhões de cruzeiros, ou seja um valor de 90 milhões e 700 mil dólares.

Então, veja vocês, o Senador Valmir Campelo apresentou uma emenda de 100 milhões de cruzeiros, 1 milhão e 800 mil dólares; e o Deputado Augusto de Carvalho apresentou uma emenda de 5 bilhões de cruzeiros, o que vale dizer, 90 milhões e 700 mil dólares. O total dessas duas emendas era de 92 milhões e 500 mil dólares, ou seja, 5 bilhões e 100 milhões de cruzeiros.

O Relator-Geral não acolheu essas emendas, porém ele apresentou, no seu relatório final, uma emenda de 1 bilhão de cruzeiros, que correspondia a 18 milhões de dólares.

O SR. NELSON TRAD - Emenda de Relator?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Emenda de Relator, que era João Alves, porque era o ano-base de 1990, exercício de 1991. Porém, não houve transferências, o projeto foi vetado pelo Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Não tenho certeza se foi João Alves não.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Vejam vocês, eu não estava sequer no Governo, quando houve apresentação das emendas, foi época de campanha; mas como não havia nada de negociação com o Governo Federal, que sequer tinha tomado posse, foi vetado pelo Executivo.

Depois veio o ano-base de 1991, exercício de 1992, sobre o qual já dei os dados das respostas para os senhores, se acharem necessário mais... Não há necessidade? Então passaria para 1993, pulo 1992. O que houve, então, no ano-base 1992, para exercício de 1993? Vocês se lembram que eu disse que, no ano anterior, foram aprovados 50 milhões de dólares e a União só repassou 29, mas o compromisso era de 60, o que vale dizer que entendemos que havia um compromisso do Governo, um resíduo de 30 milhões de dólares. **(Falha na gravação)** Esperávamos que a mensagem do Governo ao Congresso seria de 90 milhões de dólares, do resíduo anterior e do exercício seguinte. Entretanto isso não aconteceu, por mais esforço que fizemos, de toda a forma, junto ao Governo Federal, ele só conseguiu remeter para o Congresso uma proposta do Executivo de 30 milhões de dólares; nem sequer os 60 que eram compromisso de 92 para 93.

O SR. NELSON TRAD - E o de 92, veio do Executivo a proposta encaminhando...(inaudível)

O SR. JOAQUIM RORIZ - O de 90, o anterior?

O SR. NELSON TRAD - inaudível.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não, vou voltar para deixar bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - No Congresso, só 90 que foi lá.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Quando eu disse no Congresso, foi o primeiro que foi vetado. No ano de 92, exercício de 92, o Governo Federal manteve o seu compromisso, mandou na proposta 60 milhões de dólares. Ele mandou. Eram 60 em 92, 60 em 93 e 60 em 94. No ano seguinte, após o veto que foi o de 91, em 92, o Governo Federal honrou, ele mandou a proposta de 60 milhões de dólares, mas o Congresso só aprovou 50 milhões de dólares. Houve cortes. Só aprovou 50, e desses 50 aprovados o Governo só repassou 29 milhões de dólares. Está Certo?

Passamos para o ano de 93, quer dizer, se o Governo tinha um compromisso de 60 e pagou só 29, pressupunha-se, se era compromisso, porque estamos fazendo uma obra de parceria, pressupunha-se que ele me devia 31 milhões de dólares. Então, no próximo exercício, esperávamos que o Governo remetesse uma nova mensagem orçamentária, honrando os 60 e mais o resíduo que deixou de pagar. Isso seria 60 mais 31. Esperávamos receber, na proposta orçamentária, uma remessa, pelo Executivo, de 91 milhões de dólares. Entretanto a proposta do Executivo, ao invés de 91, foi de simplesmente 30 milhões de dólares.

Desses 30 milhões de dólares, a Bancada do Distrito Federal subscreveu - toda ela, Senadores e Deputados de situação e de oposição - uma emenda de 56 milhões e 900 mil dólares, mas o Relator cortou essa emenda da Bancada para 4 milhões e 300 mil.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - O Relator foi o Senador Mansueto de Lavor, não é?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Senador Mansueto de Lavor.

O SR. NELSON TRAD - inaudível

O SR. JOAQUIM RORIZ - Tudo. Subtraíram. Sei que houve emendas aditivas e supressivas, mas o resultado final, dos 30 milhões de proposta do Executivo conseguiu se aprovar 34 milhões e 300.

O SR. NELSON TRAD - Mais 4 de acréscimo.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Mais 4 e 300 de acréscimo. Devo lhes dizer que essas emendas foram subscritas por todos os parlamentares do Distrito Federal. Não é verdade? Não é isso? E esses recursos todos foram transferidos este ano, 34 milhões e 300 mil dólares.

O Governo Federal tem um compromisso conosco, porque tudo que ele deixou de passar, se o GDF tinha que pagar 60 milhões por ano, nós não só pagamos o nosso com recursos próprios, com o maior esforço, como tivemos que suprir o Governo Federal que deixou de recolher, e além do mais tínhamos um cronograma-físico da obra para terminar toda essa obra neste ano de 94, em 21 de abril.

É possível, é quase certo que não seremos capazes de inaugurar essa obra - obra mais importante da Capital do País, vocês podem ter certeza. É possível que não vamos inaugurar na data prevista de 21 de abril de 1994, porque o Governo Federal deixou de transferir aquilo que era compromisso.

Esse é o quadro. Então não sei sequer se o Governo Federal mandou a sua proposta do Executivo, existem recursos previstos para este ano de 1994.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Governador, V. Exª me permite fazer um esclarecimento? V. Exª foi minucioso e nos dá uma idéia dos recursos federais. Pergunto: o BNDES chegou a contratar o empréstimo?

O SR. JOAQUIM RORIZ - O BNDES contratou o projeto de 300 milhões de dólares e está rigorosamente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Honrou o compromisso?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Honrou. Ainda não pagou tudo, porque isso é um cronograma físico-financeiro, mas está rigorosamente em dia com as suas prestações. E devo lhe dizer: o BNDES tem dito, por reiteradas vezes, que é um dos contratos que mais o dignifica - isso é o que diz a própria Diretoria -, porque não houve nenhuma interferência de ordem política e foi uma aprovação eminentemente técnica.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Se o Relator me permitir, gostaria de fazer dois comentários.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Pois não, Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Primeiramente, é para dizer que temos sido, às vezes, ácidos nas críticas à falta de objetividade do administrador público, que tem jogado dinheiro pelo ralo e feito muita trapalhada à custa do contribuinte.

Mas queria registrar, saudar essa iniciativa ousada do Governo do Distrito Federal de, a despeito da crítica e de todo esse discurso pessimista que vem paralisando o País, da recessão e tudo mais, ter enfrentado esse desafio para fazer o metrô. E o está fazendo sob a égide do Governo do Distrito Federal, diferentemente do metrô do Estado do Rio de Janeiro, que foi feito pelo Governo Federal e depois empurrado para o Governo Estadual, em condições absolutamente precárias.

O que quero registrar é a importância de uma iniciativa como essa, que é fundamental, não só para uma cidade com as características urbanas de Brasília - uma região desconexa, que não é totalmente conurbada -, mas para todo o País, porque essa é a única forma de combater a inflação. O transporte de ônibus de Brasília é um escândalo. Os empresários aqui vivem nababescamente, graças à situação dos ônibus em Brasília.

Então, gostaria de fazer esse cumprimento ao Governador e à sua equipe, por terem topado esse desafio.

Agora, na nossa tertúlia sobre a nova sistemática do Orçamento, nobre Relator, queria fazer dois registros. O primeiro era sobre essa importante contribuição que V. Exª me deu para ler, de autoria do Senador João Calmon, em que S. Exª propõe - e acho que devemos incorporar àquela proposta - a idéia de que a Lei Orçamentária, que o Legislativo aprova, não tenha um caráter meramente autorizativo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Isso já está no meu parecer, mas como uma hipótese.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ela tem que ser determinante.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Há aqui uma pessoa que entende disso, com quem vamos mais tarde conversar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas o que não pode ocorrer é isto: o Governo se comprometer com um projeto dessa envergadura, prometendo dar 52 milhões de dólares e, de repente, dar apenas 29.

Como fica o cronograma de execução da obra?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Quero também dizer a V. Exª que já está no relatório - pode até sair, se for convencido - que um terço dos investimentos do Orçamento deve ser obrigatoriamente para obras em andamento.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeito. Isso V. Exª colocou agora.

Agora, a última observação é a seguinte: esses convênios - e, às vezes, contratos - que o Executivo firma, celebra com governos estaduais e municipais têm de ter alguma chancela do Legislativo, que acabe comprometendo, porque o que estou vendo na história do metrô de Brasília é exatamente a mesma situação da Linha Vermelha. O Governo Federal determinou, sugeriu ou induziu o Governo do Estado a executar uma obra - no caso do Rio de Janeiro -, porque tinha em vista a realização da Rio-92. Depois, muda o Governo, e não há mais nenhum compromisso. Cessam os compromissos de governos anteriores, e o Legislativo, que não foi envolvido, não é fiel daquele contrato, e o governo executante fica à deriva.

Quer dizer, eu supus, e o Governador disse aqui que fez um compromisso em 1991. No Governo Collor, portanto.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Exatamente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Quando é o novo governo que assume, não tem compromisso, porque não participou. Isso ocorre até com convênios escritos, como no caso da Linha Vermelha. O atual governo diz que não tem nada com isso, e a obra fica paralisada, o que é um ônus terrível para a população; nem o é para o governo. O fato de V. Exª não inaugurar é desagradável, uma perda de realização política, uma frustração política; mas e a população que está bancando isso?

Então, era essa a observação que eu queria fazer.

O SR: JOAQUIM RORIZ - Quero agradecer muito a observação de V. Exª, Deputado Luiz Salomão, porque, quando se trata de um Parlamentar que tem o seu caráter e a sua personalidade de reconhecer esse esforço do Governo em uma obra de tal envergadura e importância, para mim, tem um significado especial, porque sei que V. Exª sabe o que representa um metrô de superfície, pois tenho a absoluta certeza de que V. Exª vive esse mesmo fenômeno, esse mesmo episódio com relação à Linha Vermelha, que tem as mesmas frustrações com a área do Governo Federal. Quero lhe agradecer por essa referência, principalmente sendo de um Deputado que tem a estatura moral de V. Exª.

Não sei se o Deputado Nelson Trad está satisfeito com a primeira pergunta.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, eu diria que ficou faltando apenas uma parte para completarmos a nossa visão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Em relação ao esforço, à contribuição do GDF, cobrindo, inclusive, os claros do Governo Federal. Quanto já houve de desembolso do Governo Distrital?

O SR. NELSON TRAD - Governador, para aditar à pergunta do nobre Deputado, com a sua permissão, queria saber o quadro de fontes do projeto, como um todo e a execução, e se há convênio assinado entre o GDF e o Governo Federal desde o início da obra.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não, não há convênio assinado; há uma aprovação por determinação do Governo Federal. Foi determinação do Governo Federal, que remeteu ao Conselho Monetário Nacional pedido para aprovar 180 milhões de dólares em três parcelas, o que foi aprovado. Esse é o compromisso formal do Governo Federal; mas convênio não há. É só proposta executiva orçamentária.

Agora, com relação à pergunta do nobre e prezadíssimo Deputado Nelson Trad, naturalmente aqui com os reparos do nosso Presidente, Deputado Roberto Magalhães, quer-se saber o que o Governo do GDF está suprindo aquilo que o Governo Federal deixou de comparecer. (Pausa.)

Esse é o número? (Pausa.) Até 31 de dezembro, o GDF compareceu com 42%... Não; não é isso. Sobre o quê? Sobre o total da obra?

O SR. NELSON TRAD - Não. Quero quero saber, tecnicamente, quanto o GDF pagou. O desembolso do GDF.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Cento e noventa e quatro.

O SR. NELSON TRADE - Pagou 194. Isso em quanto tempo?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Até hoje.

O SE PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Em milhões de dólares?

O SR. JOAQUIM RORIZ - O GDF teria, então, de ter bancado 120. Entretanto, pagou 194. Pagamos, a mais, 74 milhões de dólares; isso porque o Governo

Federal deixou de pagar. É isso? (Pausa.) Cento e noventa e quatro 194 foi o que pagamos até 31 de dezembro de 1993. O GDF pagou e o compromisso dele era de pagar apenas 120.

O SR. BENITO GAMA - Receita própria.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Receita própria. (Pausa.) Mas são três anos; agora falta 1994.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Está com o desembolso, a mais, de 75 milhões de dólares.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não; são 194, e o nosso compromisso.era 120...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Pensei que fosse 129.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Eram 60 em 1992; 60, em 1993; e 60 em 1994. Encerramos o exercício de 1993. Eu teríamos que ter desembolsado 120; entretanto, desembolsamos 194.

O SR. NELSON TRAD - Posso continuar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. NELSON TRAD - Governador Joaquim Roriz, não entenda a pergunta como bisbilhotice, mas é que faz parte do processo investigatório, mesmo porque tenho acompanhado o trabalho de algumas das Subcomissões e, vez ou outra, V. Exª passeia de leve em companhias nem sempre explicitadas. Então, eu gostaria de saber de V. Exª quantos Relatores-Gerais ou Parciais do Orçamento da União V. Exª conheceu ao longo de seus períodos de Governo e na casa de quantos deles V. Exª esteve? Não quero saber se V. Exª tomou cafezinho...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Meu prezadíssimo Deputado Nelson TRad, V. Exª pode ter absoluta certeza de que vou, ao longo desse nosso depoimento, responder somente a verdade. E pode ser até que ela contrarie os meus interesses pessoais.

Se eu dissesse a V. Exª que não conheço os relatores, não estaria sendo correto e honesto. Conheço-os todos. A todos eles, os relatores-gerais, eu os procurei, sem nenhuma exceção, porque entendia que procurar o relator-geral para não haver corte ou para buscar a aprovação de novos recursos para o meu Governo era um dever de governante. E eu o farei quantas vezes for necessário. Agora, com os relatores parciais nunca tive contato, e posso até dizer que nunca os procurei. Os relatores-gerais, procurei-os a todos no período do meu Governo. E não tive muito sucesso com nenhum deles. Porém, não conheço todos.

Com relação a visitar, nunca visitei nenhum; alguns me visitaram. Aliás, nenhum, não: só visitei um; e os outros dois me visitaram. Lembro-me de que havia, no meu período, três relatores: um foi o Deputado João Alves, a quem visitei; o seguinte foi o Deputado Ricardo Fiúza, a quem não visitei; S. Exª me fez uma visita de cortesia em meu gabinete, e abordei todos os assuntos nessa oportunidade. E o terceiro convidei para um almoço aqui nesta mesa, o Senador Mansueto de Lavor, juntamente com outros membros da Comissão. S. Exª gentilmente aceitou o almoço, mas antes quis conhecer o andamento da obra do metrô. Tive, então, oportunidade de levá-lo a ver toda a obra, depois do que S. Exª almoçou aqui, conosco. S. Exª e toda a Comissão, cujos membros não me recordo quem eram. Sei que também abordei esse assunto com o Senador Mansueto de Lavor, fazendo um apelo a S. Exª para que não cortasse recursos de Brasília, nem do metrô.

Com relação ao primeiro que visitei, não só posso responder a V. Exª, como o faço com satisfação - e a resposta também pode resolver alguma indagação que porventura outro Parlamentar tenha a fazer. Visitei o Sr. João Alves e devo lhes dizer que tenho aqui algumas informações importantes para passar a V. Exªs. Acontece que assim que terminou a eleição em que fui vitorioso, já comecei a me preparar, com a equipe, a escolher secretários e a definir realmente o programa de Governo.

O metrô era assunto naturalmente discutido em todas as oportunidades; mas, em determinado dia, a imprensa de Brasília divulgou que o relator da Comissão de Orçamento estava fazendo cortes drásticos nas transferências para o Governo do Distrito Federal, principalmente de recursos obrigatórios do Governo Federal - trata-se de preceito constitucional -, os recursos destinados à área de segurança pública. V. Exªs sabem que é um preceito constitucional, e S. Exª estava fazendo cortes inclusive nesses recursos que são de responsabilidade do Governo Federal, repito, da área de segurança pública. Os jornais da época noticiaram isso; é fácil, pois, confirmar esta nossa afirmativa.

Imediatamente, eu nem sequer havia tomado posse - isso já foi no fim do ano -, procurei, por intermédio do Senador Meira Filho, que é um amigo particular, um amigo pessoal, saber se era possível ele procurar o Deputado João Alves, com quem gostaria de ter uma audiência. O Senador Meira Filho, então, conseguiu uma audiência com o Deputado João Alves. Lembro-me perfeitamente que seria mais ou menos no dia 11 de dezembro essa audiência do Governador eleito com o Relator da Comissão de Orçamento. Nesse dia, a audiência foi marcada para as 17 horas. Não sei se eu iria para o gabinete dele - não me recordo - ou se para a Comissão. Acontece que há jornais que mostram isso, na época, no mês de dezembro. Se vocês se interessarem, é fácil verificar.

Aí, o que é que aconteceu: recebi um telefonema do gabinete do Deputado dizendo que ele estava doente. Estava gripado e que não ia mais ao gabinete e se eu poderia, se não me incomodaria de ir à casa dele no dia seguinte. Disse que absolutamente, que iria à casa dele. E isso foi marcado para as 7 horas da manhã. Ele estaria me recebendo às 7 horas da manhã e que, inclusive, ia me receber para tomar um cafezinho com ele.

Falei: perfeitamente, Deputado, estarei às 7 horas. Aliás, disse: pode dizer ao Deputado que estarei lá às 7 horas. Nisso, telefono imediatamente para o Senador Meira Filho comunicando que ele não ia nos receber no gabinete e sim na casa dele, mas se ele iria

comigo e ele disse que iria comigo. Então, acertamos que ele iria comigo à casa do Deputado João Alves.

Pois bem, meus prezadíssimos Deputados, como já tinha vários Secretários escolhidos, inclusive um deles era o Secretário da Fazenda, Dr. Everardo, esse homem de extraordinária competência e confiança, que substituiu esse a que me referi, disse e convoquei o Secretário da Fazenda, até então escolhido, para que viesse à minha casa antes das 7 horas porque eu ia comparecer à casa do Relator para discutirmos a questão dos cortes no Governo do Distrito Federal.

E assim fizemos. No dia seguinte, o Secretário chegou muito cedo à minha casa, o Secretario Dario Reis, foi comigo em meu carro e fomos para a porta do Deputado e lá já estava chegando o Senador Meira Filho. Subimos e falei com o Deputado. Falei com o Deputado exatamente sobre cortes anunciados pela imprensa. Temos os recortes que, se for necessário, forneceremos aos senhores.

Chegando lá - há vários recortes por aí que realmente noticiaram esses possíveis cortes - fui fazer um apelo para que não fizesse. É a única conversa que tive com ele, sob o testemunho do Senador Meira Filho e do meu Secretário da Fazenda, de então, foi pedir a S. Exª que não fizesse cortes e justifiquei por que ele não podia fazer cortes, por que ele não deveria fazer os cortes. Era um apelo, e ele me recebeu muito bem, com toda gentileza. Realmente, disse que ia fazer todo o esforço para não cortar, que não tinha dito à imprensa daquela forma, mas que faria todo o esforço, que gosta da cidade, que mora em Brasília há muitos anos, que é Parlamentar e que, se não pudesse acrescentar nada, mas, cortar, que faria todo o esforço em não cortar.

Muito bem. Além do testemunho das duas pessoas que estavam conosco, pois esse assunto é o assunto, na minha visão, mais vulnerável, tomei o cuidado, além, não-só de contar essa história aos senhores, como trouxe para os senhores dois documentos com relação à presença do Senador da República e de um Secretário da Fazenda, escolhido até então, que é uma escritura pública declaratória de ambos confessando - em escritura pública - que estiveram comigo e qual o assunto que eles ouviram, que é o Senador e um que vou passar às mãos de V. Exª esses documentos que estavam comigo.

Muito bem. E, além disso, além dessa presença dos dois, nós, saindo com a presença apenas desses dois, um Parlamentar e outro Secretário, da casa dele saí muito satisfeito e convicto e seguro de que teríamos conseguido evitar os cortes no Orçamento para o Governo do Distrito Federal. E as coisas aconteceram.

E, agora, com a denúncia, com a citação do nosso nome, através de uma revista de grande circulação, porque não preciso dizer aos senhores, fiquei surpreendido com a notícia de que tinha estado lá e que tinha tido uma conversa com o Relator e que essa conversa depois foi dita para que nós o prendemos - e é um criminoso - dizendo que o Deputado tinha dito para ele que foi uma conversa boa. Isso na revista está bem claro, o que ele diz que é uma conversa boa.

E a única coisa que fiz foi fazer uma notificação judicial, está aí o documento, no Supremo Tribunal Federal para saber o que era essa "conversa boa" que tinha que fazer ao Deputado e que, segundo o criminoso, diz que foi ele que disse que tinha sido uma "conversa boa".

Mas está as respostas dele aí, não sei se ele retrata apenas a verdade , mas a verdade é que tem dois nomes de alta envergadura, de honradez e moral, que é um Senador e um ex-Secretário da Fazenda, que são as testemunhas da nossa presença na casa dele, o que eu disse e o que reivindiquei.

Não tenho mais nada a declarar, a não ser fornecer aos senhores...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Ele cumpriu o compromisso?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Aí acho que não. Eu queria que o Secretário verificasse.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Não, recursos para a segurança pública.

Metrô, ele não falou nada.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não, absolutamente. Nunca discuti com ele obra de metrô. Única e exclusiva vez que estive com ele. Sequer o conhecia antes. Sabia quem era João Alves, que era um Deputado, sabia de tudo isso, mas nunca tinha conversado com ele. Conversei esse dia e, por sinal, ele me tratou com toda dignidade e muito respeito em sua casa. Disse-me que ficasse tranqüilo. Mas foi a única vez que falei com ele.

O SR. NELSON TRAD - O interpelado foi o Deputado João Alves?

O SR. JOAQUIM RORIZ - O interpelado foi o Deputado João Alves.

O SR. NELSON TRAD - E ele respondeu à interpelação?

Isso foi agora no mês de novembro?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Isso foi logo em seguida. Não, foi antes, a interpelação foi no dia 18 de outubro. A divulgação da revista...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Foi 18, não?

O SR. NELSON TRAD - Foi dia 17.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Então não foi diz 18 que interpelei.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - O que acontece é o seguinte: a data da revista não corresponde à data em que ela circula. O problema é este. Quatro ou cinco dias.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Eu quero ver a data da interpelação; já faz muito tempo.

A interpelação foi no dia 21 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - A revista tem data oficial de 20, mas saiu muito antes.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Ela circulou no dia 17 de outubro. No dia 21, eu interpelei.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, estou satisfeito.

Evidentemente, V. Exª há de me dar oportunidade, se houver necessidade de voltar...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - V. Exª fique tranqüilo que lhe será assegurado o democrático direito de voz.

O SR. NELSON TRAD - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Eu indagaria do Deputado Sérgio Miranda se quer fazer alguma indagação ao Governador Joaquim Roriz.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu desejaria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Tem V. Exª a palavra.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Governador Joaquim Roriz, nesta Comissão, eu venho representando a Subcomissão de Emendas Orçamentárias.

Queremos, inicialmente, esclarecer definitivamente esse episódio que foi relatado no depoimento do Sr. José Carlos Alves do Santos.

V. Exª confirma, então, que foi à residência do Deputado João Alves, acompanhado, segundo informações que V. Exª traz a esta Comissão, pelo Senador Meira Filho e pelo seu Secretário da Fazenda, já escolhido, Dario Linhares.

V. Exª afirma que nessa reunião tratou dos interesses do Governo do Distrito Federal, especificamente a questão das verbas do Orçamento. No que diz respeito a segurança pública, eu entendo que são verbas destinadas à construção do presídio da Papuda. V. Exª confirma?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não, absolutamente.

Essas verbas para a área de segurança se referem a pessoal. Não sei se V. Exª tem conhecimento disso. Na Constituição, está previsto que quem banca a educação é o Governo do Distrito Federal. Essas verbas eram com relação a pessoal. Eu diria que não são com relação a obras. É com relação ao custeio com pessoal.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª não tratou, nessa reunião, de nenhuma emenda ao Orçamento para investimentos em Brasília: nem metrô, nem Papuda, nem uma outra obra?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não senhor. Com ele, não senhor. Nobre Deputado, eu quero lhe dizer que quando falávamos sobre o não corte, a conversa de que me lembro é que houve um não entendimento, houve necessidade de que alguém do meu governo acompanhasse para nós o desenvolvimento de toda problemática com relação ao Orçamento. Mas isso normalmente é feito. Governos geralmente têm pessoas que acompanham todos os seus interesses. É bem verdade que há gente especializada do meu governo para acompanhar todos os andamentos com relação a emendas aprovadas ou rejeitadas no Congresso Nacional. Tínhamos assessoria especial para isso. Mas eu sequer recomendo ou recomendei, porque isso já é uma prática natural do nosso governo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O Sr. José Carlos Alves dos Santos estava presente a essa conversa?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não. Eu nem conhecia esse senhor. Só vim conhecê-lo depois do episódio do pseudo-seqüestro da sua mulher. Assim mesmo, pelos jornais.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Na reunião que V. Exª realizou com o Deputado João Alves, além da presença dos seus acompanhantes, havia alguma outra pessoa ou apenas o Deputado João Alves? Ao relatar o Orçamento daquele ano, o Deputado João Alves incluiu emendas para investimento em Brasília, para o metrô e várias outras emendas. Não houve nenhuma discussão sobre esse assunto?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Absolutamente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nobre Governador, V. Exª conhece o Deputado Cid Carvalho?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Conheço-o.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Tem relações pessoais com ele?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Absolutamente, nenhuma. Mas o conheço. Não sei se V. Exª sabe, já fui deputado federal. À época, conheci todos que eram deputados federais, inclusive ele.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O Deputado Genebaldo Correia?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Conheço-o.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - As relações são apenas formais?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Apenas formais.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Deputado José Carlos Vasconcellos?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Apenas formais. Conheço todos.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O Sr. Onofre Vaz?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Onofre Vaz?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O principal acionista da empresa SERVAZ.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Conheço-o. Não com tanto... Mas o conheço. Já tive... Sei quem é. Conheço-o. Não tenho nenhuma intimidade, nem o conheço profundamente; mas sei quem é.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E o Sr. Walter Annichino, que foi secretário?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Conheço-o. Ele morava na cidade. Era diretor de um departamento importante no Ministério da Ação Social.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Departamento Nacional de Saneamento.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Nacional de Saneamento. Conheço-o, mas não tive nenhum encontro, como se pôde imaginar.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Quero, inclusive, observar ao Governador que nós, nesta diligência, vamos fazer algumas perguntas mediante informações que nos chegaram para esclarecimento dos fatos. E acho que isso é do seu interesse. V. Exª se recorda de uma festa com a participação dessas pessoas, em homenagem a V. Exª?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Homenagem a mim?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Isso.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não me recordo. Em homenagem a mim?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim senhor.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Onde? Não me lembro.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, estou perguntando. V. Exª se recorda ter havido alguma festa, logo após, se não me engano...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não recordo de maneira nenhuma.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Que houve uma festa com a presença dos deputados: Cid Carvalho, Genebaldo Correia, José Carlos Vasconcellos, com o proprietário da empresa SERVAZ, o Sr. Onofre Vaz e o Sr. Walter Annichino?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Absolutamente. Comigo não. Nunca houve isso. Desconheço. Nem sei se houve homenagem, sequer festa. Tenho certeza.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Essa foi a informação que nos trouxeram. Eu não cheguei a ver, mas existe um vídeo dessa festa. Mas depois, se...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Seria ótimo se tivéssemos essa informação que V. Exª tem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Pois não. É aquele vídeo que foi apreendido e que está em parte velado, ou não?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não. É um outro vídeo?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim. Eu também não vi o vídeo. Essa é a informação que nos chegou. Seria importante esclarecer com o Governador. Sr. Governador, a nossa CPI se dedicou basicamente a duas vertentes de investigação: a questão das subvenções sociais, que causou espanto e perplexidade não só aos membros da CPI, mas à Nação brasileira, e uma outra questão que causou espanto igual, que foi a ação das empreiteiras. Nós conseguimos documentos na casa do Sr. Aílton Reis, onde há uma explicitação concreta da ação daquela empreiteira, da qual ele compunha o quadro executivo, a Norberto Odebrecht. E também causou perplexidade pela ação daquela empreiteira.

E vou fazer algumas indagações a V. Exª no que diz respeito a verbas orçamentárias, levando em conta inclusive que o Governo do Distrito Federal depende fundamentalmente das verbas da União. A informação que temos é que praticamente 70% dos recursos da União é que compõem o orçamento do Governo do Distrito Federal. Isso é correto?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Isso se refere a pessoal.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Somente a pessoal?

O SR. JOAQUIM RORIZ - A pessoal.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Vamos então à discussão do metrô.

V. Exª já fez uma exposição sobre o metrô. Eu vou obter mais alguns esclarecimentos. É correto que a licitação do metrô se deu no dia 8 de novembro de 1991, antes da autorização legislativa. Antes de se fazer a licitação, há necessidade de um período de tempo suficiente para se elaborar o projeto básico. Foi feita a licitação sem que houvesse a inclusão no orçamento do Distrito Federal de recursos para aquela obra?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Em contrapartida?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim. No orçamento do Distrito Federal havia já a previsão de recursos para o ano de 1991?

O SR. JOAQUIM RORIZ - A que ano V. Exª se refere?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A licitação foi feita no dia 8 de novembro de 1991.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Oito de novembro de 1991.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A autorização legislativa. A data que temos é 9 de dezembro de 1991. Enquanto ele escreve, poderíamos talvez tratar de um outro assunto também em relação à questão do metrô. A informação que temos é que dias antes da abertura da licitação do metrô o Governo do Distrito Federal negociou um processo que tramitou em tempo recorde, dois dias, de uma dívida da Empresa Mendes Júnior com o Banco de Brasília, o BRB. Essa dívida, uma dívida vultosa daquela empresa, já tinha transitado em julgado e a empresa era obrigada a fazer esse pagamento. Essa negociação foi feita num tempo recorde, dois dias, para permitir que a empresa participasse da licitação. O consórcio que ela integrava não ganhou a licitação. Mas ela participou da licitação. V. Exª tem alguma informação sobre essa negociação da dívida em tempo tão rápido?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Tenho. Veja, prezadíssimo Deputado Sérgio Miranda - e V. Exª está bem informado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Principalmente porque todas essas suas colocações..., Permita-me dizer, com a mesma lealdade e a franqueza com que V. Exª está colocando. É o mesmo discurso dos meus opositores aqui desta cidade. E isto já está

divulgado, eles têm denunciado todos os dias exatamente isso. Então, mesmo que eu não conhecesse essa operação, fui obrigado a conhecê-la porque isso já foi dito pela imprensa por reiteradas vezes e quem as disse sempre foram os mesmos adversários, aqueles que iniciaram com a minha impugnação para ser candidato a governador. E hoje fazem outras denúncias de interesse regional e político partidário.

Quero lhe dizer isso porque esse é meu ponto de vista e minha consciência. Tenho que dizer. Mas vejo que V. Exª é um homem competente e capaz de ter tudo isso, naturalmente porque tem as informações e é capaz de retratar com muita precisão tudo aquilo que deseja e que sugeri. E para tudo isso temos resposta com toda facilidade.

Primeiro, quero lhe dizer que tudo o que o senhor está dizendo é verdade. Com relação à Mendes Júnior. A Mendes Júnior desejaria participar, é claro que fiquei sabendo disso depois das coisas acontecidas. Mas tenho a informação correta. A Mendes Júnior realmente, como V. Exª sabe, é uma empresa originária mineira, como V. Exª também, e é uma das maiores empresas deste País. Não sei se V. Exª sabe, mas a obra do metrô de Brasília também foi, na época, e continua sendo, uma das obras maiores do meu País. Naturalmente, todas as empresas grandes do País tinham o desejo de participar de uma concorrência. Ela também tinha. Ela realmente estava com dificuldades, tinha um débito para com o banco do Estado, que é o BRB, e houve um entendimento, uma negociação entre a empresa e o BRB; e essa negociação aconteceu efetivamente.

O que posso lhe informar é que houve um entendimento, a negociação, a empresa pagou 30% do seu débito ao banco e assinou promissórias, fazendo um parcelamento dos 70% restantes. Posso lhe dizer, com absoluta certeza e segurança, que essa empresa continuou pagando essas prestações alguns meses. Porém, ela entrou na licitação e perdeu a obra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Mas mesmo assim honrou o compromisso?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não. Em parte. Ela passou a pagar várias prestações, continuou pagando. No dia em que ela deixou de pagar, o BRB entrou com uma ação contra ela, que já foi julgada e está na fase de execução na sua sede, que é em Belo Horizonte. Assim que deixou de pagar, houve uma enérgica ação do Banco Regional, uma ação executiva que já está na fase final de execução. Essa é a informação que tenho a lhe dar.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, quero que fique bem claro que as nossas perguntas não têm nenhuma conotação política. Essa tem sido a minha prática, testemunhada pelos meus companheiros.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Nobre Deputado, quero só lhe dizer, com o máximo de respeito que tenho por V. Exª, sabendo da sua postura de homem reto, de um homem idealista, que todas essas questões que o senhor me colocou são frutos de denúncias dos meus adversários políticos, o que têm sido uma prática ao longo da minha vida aqui, como Administrador da Cidade.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Mas dessas que vou apresentar eles não têm conhecimento, nobre Governador.

O SR. JOAQUIM RORIZ - É bom eu saber disso. Isso me honra, isso me tranqüiliza, porque em V. Exª acredito. Neles - perdoe-me dizer - não acredito.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Apreendemos, nuns disquetes na casa do Sr. Aílton Reis, um instrumento particular de compromisso que trata da constituição de um consórcio, que entre si fazem a Construtora Andrade Gutierrez, a Construtora Norberto Odebrecht, a SERVENG-CIVILSAN e a TCI Planejamento, Projeto e Consultoria Internacional.

Esse instrumento particular, que entre si celebram essas empresas, no seu item 5.3, caracteriza a formação de um cartel para manipular preços e acertar licitação. Esse consórcio, com todo documento oficial, onde elas vão participar. O item 5.3 alerta-nos para um fato que nos espantou. O item 5.1 trata da participação das várias empresas. No caso, a Andrade Gutierrez, a Odebrecht, a SERVENG-CIVILSAN participarão: a Andrade Gutierrez com um terço dos serviços; a Norberto Odebrecht, com um terço; e a SERVENG-CIVILSAN, com um terço.

Porém, no item 5.3, diz o seguinte:

> "No caso de a vencedora da licitação for uma empresa isolada, conforme previsto no item 1.2, essa empresa fará cessão das partes do contrato, de acordo com o estabelecido no item 5.1".

Se qualquer uma das empresas tiver, por acaso, condições de entrar com uma proposta única, fora do consórcio, já de antemão está previsto que ela dividiria com as outras empresas.

Mais ainda. Nesse mesmo disquete, foi apreendido um modelo padrão de edital, da SDU - não sei o que significa -, NOVACAP, Governo do Distrito Federal. Estava incluído, entre os documentos da casa do Sr. Aílton Reis, um padrão de edital em branco, com as obras em branco.

Essa prática da Construtora Norberto Odebrecht é conhecida, porque apreendemos também vários documentos de Prefeituras, de Ministérios, ofícios de Ministérios; e foi apreendido também esse modelo-padrão de edital, que seus adversários políticos não conheciam.

Foi apreendido também, Sr. Presidente, um termo de cessão de direitos, um contrato que faz a CNO, Construtora Norberto Odebrecht, a TRATEX e a SAENCO - não conheço essa empresa -, onde a TRATEX "cede seus direitos e obrigações na execução de

50% do valor do contrato relativo às obras, objeto da Licitação nº CI 003/89, com a CAESB". A CAESB é uma autarquia de Brasília.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Uma empresa.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Uma empresa de Brasília. Considerei interessante alguns dados desse instrumento. Ele não está assinado; é uma cópia que consta nos arquivos, mas que tem algumas expressões que nos ficaram estranhas, porque são expressões típicas utilizadas em... Não podemos afirmar isso, mas nos abrem possibilidades de, já nesse termo de cessão, deixar uma percentagem para o que eles chamam de viabilização da equação financeira: "A CNO autorizará a TRATEX a faturar mensalmente 3% de cada recebimento dos 50% das obras a serem subcontratadas; 1% será repassado quando dos primeiros recebimentos das obras".

É um documento que penso que deveria ser estudado.

Nesse sentido, Sr. Governador, V. Exª tem conhecimento de que a ação dessas grandes empresas hoje está sob o crivo de uma investigação profunda. Talvez a nossa CPI não vá poder realizar essa investigação, mas o Relator já nos fez a indicação precisa de que vai - pois ficou também perplexo com o nível de articulação - solicitar uma CPI específica.

V. Exª tem, em relação às várias denúncias que foram feitas para o metrô, de acerto de obras, qualquer informação a nos dar? Não sobre a obra do metrô em si, a sua importância, o papel social que ela vai ter na cidade, a integração dos vários setores que compõem o Distrito Federal, mas sobre as denúncias que vêm sendo feitas sobre essa obra. Será que V. Exª conseguiu investigar, através das assessorias, dos Secretários, a possibilidade de ter havido um acordo para essa licitação, se a licitação foi legal ou foi acertada?

Em relação à denúncia, V. Exª teria alguma informação a dar para essa tarefa importante da nossa CPI, que é a investigação dessas grandes empreiteiras?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Nobre Deputado, queria lhe dizer que tudo que for possível responder a V. Exª e a todos os Membros desta Comissão, que temos a honra de receber nesta oportunidade, responderei. Mas tudo aquilo que não for possível responder tecnicamente, nem por mim, nem pela minha assessoria, posso lhes assegurar que remeteremos o que for necessário, por escrito, em outra oportunidade, se isso for permitido por V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Pois não, Sr. Governador.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Veja V. Exª, não quero sofismas e nem dizer o que não é verdade. É possível que, no desenrolar aqui desta audiência, possamos não ter todas as informações necessárias. Posso adiantar-lhe, prezadíssimo Deputado Sérgio Miranda, que de uma coisa V. Exª pode ficar absolutamente certo, tudo que for possível esclareço e o que não souber, vou consultar a minha assessoria técnica que está aqui. Mas se algo houver que não possamos esclarecer, ficamos comprometidos com V. Exª de fazê-lo em outra oportunidade, se assim for permitido, como acaba de dizer que é permitido o nobre Presidente e Coordenador Deputado Roberto Magalhães.

Quanto à primeira pergunta, a minha assessoria acaba de passar. No Orçamento de 1991 do GDF já havia rubrica própria para o metrô. Portanto, o projeto e a licitação aparecem feitos já com rubrica orçamentária.

Isso é a resposta ou a pergunta dele?

O SR. ASSESSOR - A resposta.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Então, já havia. No Orçamento de 1991 - veja o senhor - para o exercício de 1992, não é?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, não. De 1990 para 1991.

O SR. JOAQUIM RORIZ - De 1990 para 1991. Já havia rubrica própria para o metrô. Portanto, o projeto e a licitação foram feitos já com rubrica orçamentária. Confere, Secretário?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A segunda pergunta - não sei se já deveria colocar a pergunta e a resposta - é a seguinte. O Decreto-Lei nº 2.300 só admite que o contrato seja assinado depois da autorização legislativa. O contrato só foi assinado em 6 de janeiro de 1992. Não é isso? Essa é a segunda pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Eu queria fazer aqui uma indagação que penso ser importante. Muitas vezes, fala-se em consórcio onde não há consórcio, mas sim subempreitada. Então, eu gostaria de saber se esse consórcio que, hoje, constrói o metrô foi constituído antes da licitação ou após a licitação?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Antes da licitação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Então, trata-se de consórcio mesmo?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Não houve subempreitada?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não. Houve subempreitada depois, nobre Relator. Muitas das empresas que foram derrotadas participam das obras.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - A minha curiosidade...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Houve a formação de dois consórcios.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - A minha curiosidade é de ordem técnica. Freqüentemente, estou ouvindo falar em consórcio quando há mais de uma empresa fazendo uma obra, e não há; o consórcio é previamente constituído. Nos outros casos, o que há é mais de uma empreiteira em função de um subcontrato. No caso do metrô, houve um consórcio. O consórcio ganhou?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Ganhou.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - E está executando?

O SR. JOAQUIM RORIZ - O edital de licitação previa que teria que ser com um consórcio, e houve a formação de dois grandes consórcios.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - O edital obrigava a formação do consórcio?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não é isso. Permitia-se a sua formação.

O SR. PRESIDENTE *(Roberto Magalhães) - Perfeito.*

O SR. JOAQUIM RORIZ - Permitia-se a formação de consórcio, e houve a formação de dois grandes consórcios, mesmo porque não há como fazer o metrô se não for através de consórcio, porque só há duas empresas brasileiras que fabricam carros de metrô. Então, nobre Deputado Roberto Magalhães, a resposta é essa.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Depois, podemos tratar das questões da primeira pergunta. Não vou também indagar, nobre Governador Joaquim Roriz, sobre questões relativas ao metrô, ao processo. A informação que eu tenho - V. Exª. pode confirmá-la - é de que há onze processos no Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre o metrô. Há denúncias veementes sobre a obra do metrô, Sr. Presidente e Sr. Relator da nossa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Concretamente, há denúncias sobre o quê?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Há denúncias sobre licitação. Inclusive, um desses processos já determinou que a BRASMETRO, que é o consórcio vencedor, devolva 31 bilhões ao Erário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Qual foi o órgão que determinou isso?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O Tribunal de Contas do Distrito Federal. O consórcio BRASMETRO, o consórcio vencedor a que me referi, tem uma cláusula que diz que, se uma empresa entrar, ela já se compromete em ceder parte do serviço para as outras. Isso já refletiria uma negociação prévia antes do processo licitatório.

Então, são onze processos e denúncias que vão desde a concorrência. São denúncias fundamentadas e assinadas; não são denúncias anônimas, não são informações. A obra do metrô está sendo construída com recursos do Orçamento. Nesse sentido, é importante que possamos discutir e obter mais informações sobre isso.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Nobre Deputado, V. Exª gostaria que eu já respondesse sobre essa sua solicitação?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Eu gostaria que V. Exª, ao formular as perguntas, não prejulgasse, se for possível. V. Exª pode formular quaisquer perguntas, e teremos, dentro do possível, condição de responder a todas elas; às que não for possível dar uma resposta imediata, comprometemo-nos em respondê-las.

Eu gostaria de dizer que, com relação ao Tribunal de Contas, o pedido feito pela CPI do Tribunal de Contas do Distrito Federal sobre uma série de processos em tramitação naquela Corte, aos quais V. Exª acaba de se referir, partiu do Coordenador da Subcomissão de Patrimônio. Desculpe-me, nobre Deputado; V. Exª. não é Deputado do Distrito Federal, mas conhecemos bem os nossos opositores. Suponhamos que isso tenha essa origem. No entanto, é importante verificar que a origem do pedido parece mesmo ser a Bancada de oposição a mim na Câmara Legislativa, tanto que existe registro no Tribunal de Contas do Distrito Federal de pedido anterior ao da CPI é datado de 14 de dezembro, e o da Bancada Distrital, de 12 de novembro, relativamente aos mesmos processos, dispostos na mesma ordem. Vou citar para o senhor os números dos processos, dos quais já temos conhecimento: nºs 6.618, C/91, 535/91, 1.886/92, 5.521/92, 1.199/93, 3.040/93, 4.696/93. Isso caracteriza aproveitamento eleitoral por parte da oposição ao meu Governo na política local, dentro da CPI do Orçamento. Encaminho a esta CPI os dois documentos: o da Bancada Distrital e o da CPI, ambos dirigidos ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Vou passar às mãos de V. Exª todos os processos a que V. Exª está-se referindo. Como fiz esta introdução, queria lhe dizer que o requerimento feito ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, datado do dia 12 de novembro de 1992, dirigido ao Sr. José Eduardo Barbosa, Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, diz o seguinte:

> "Sr. Presidente:
>
> Nós, Deputados Distritais abaixo elencados, dando cumprimento ao dever fiscalizador que nos é atribuído pela Constituição Federal, vimos, pelo presente, solicitar a V. Exª cópia dos seguintes processos em trâmite neste egrégio Tribunal, cujo objeto refere-se às obras do metrô de superfície do Distrito Federal: Processos nºs. 6.618, 6.535, 1.886, 5.521..."

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Governador Joaquim Roriz, permita-me fazer somente uma interrupção, porque não tenho em mãos alguns desses processos citados por V. Exª. Então, são mais do que onze processos. Tenho os processos nºs 6535...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Se o senhor me permitir...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. O senhor poderia ler de forma mais pausada?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Tá.

O que quero dizer com isso? A mesma solicitação, feita pela CPI ao Tribunal de Contas sobre esses processos... Estão aqui relacionados os números deles, na solicitação feita pela CPI. Não é isso?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Isso.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Muito bem! Mas isso já havia acontecido antes de a CPI solicitar os mesmos números, os mesmos processos, a Câmara Legislativa daqui já havia solicitado. Depois, vou ler novamente os números dos processos, para verificar se são os que estão nas mãos de V. Exª. Os que estão com V. Exª, naturalmente, são os referidos pela CPI. Não é isso?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, pode ser também, porque tomamos conhecimento desses onze processos.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Muito bem!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Mas o fato de que...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Então, só gostaria de dizer a V. Exª que quem assinou, subscreveu este documento foram todos os Deputados do PT, o Deputado do PPS e o Deputado do PSDB.

Também eu gostaria de dizer a V. Exª que, para explicar o que V. Exª está solicitando, eu gostaria de fazer uma leitura sobre um documento técnico.

V. Exª poderia dizer o número do processo sobre o qual V. Exª gostaria de esclarecimentos? Porque eu tenho esclarecimentos sobre todos.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Isso é secundário agora, porque V. Exª levantou a questão de que CPI pediu os processos em relação à obra do metrô.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Pediu. Sobre esse do Tribunal, sim.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª deve ter conhecimento de que nos documentos apreendidos...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Eu diria que a Subcomissão de Patrimônio que pediu.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, a Subcomissão de Patrimônio. Não foi nem a minha Subcomissão, mas era um dever da Subcomissão de Patrimônio, coordenada pelo Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOAQUIM RORIZ - O Senador José Paulo Bisol é que solicitou ao Presidente...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Entre os documentos apreendidos na casa do Sr. Aílton Reis, há uma nota das obras prioritárias da construtora Norberto Odebrecht. Entre elas, inclui-se o metrô.

O SR. JOAQUIM RORIZ - V. Exª não quer que eu responda tudo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Gostaria de fazer uma ponderação: houve aqui a afirmativa de que o Tribunal de Contas já mandou, já determinou que uma das empreiteiras devolvesse uma importância muito alta; isso tem que ficar esclarecido; não podemos deixar isso passar em branco.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não; era importante esclarecer isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Não sei, não foi dito aqui.

O SR. LUIZ SALOMÃO - É esse que está aqui, não é?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - É o Processo 1594/92 - contrato de consórcio do BRASMETRÔ: determinado pelo Tribunal de Contas o ressarcimento de 31 bilhões ao Erário.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Qual empresa?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A BRASMETRÔ - é o consórcio: Andrade Gutierrez, Odebrecht e a SERVENG-CIVILSAN.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Enquanto o Governador localiza esses documentos, eu poderia fazer uma intervenção, nobre Relator?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Pois não, Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O Deputado Sérgio Miranda pediu minha opinião sobre essa questão do contrato de consórcio, que é uma minuta do contrato particular que constituiu o consórcio.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Isso não está assinado não? Está rubricado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Pensei que fosse do documento aqui.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, não é o mesmo; isso aqui inclusive é uma minuta tirada do disquete.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Eu pensei que fosse o original.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não; sem assinatura; o disquete foi apreendido na casa do César?... e a impressão mostra que é uma minuta, mas...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Minuta de constituição do consórcio?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim, do instrumento particular de constituição do consórcio.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Sei, está claro isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Está claro?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Sim, passou por minhas mãos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não é nenhum documento formal, mas o que assustou o Deputado Sérgio Miranda foi a Cláusula 153, que tem que ser lida conjugada com

a Cláusula 1.2, porque esses editais são sempre sujeitos a modificações - estou falando um pouco porque fui Secretário de Obras e conheço um pouco dessa história. É normal que se lance um edital permitindo consórcios, e de repente se baixe um outro aditivo ao edital proibindo o consórcio.

O que se previu aqui na Cláusula 1.2 foi: "Eventualmente, sobre a aprovação unânime dos consorciados" - os consorciados estão formados no instrumento particular, nada têm a ver com o Poder Público.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Claro, entre eles.

O SR. LUIZ SALOMÃO - "... uma das empresas poderá apresentar proposta independentemente do consórcio, visando a assegurar tanto a conquista do contrato quanto à sua transparência, sem prejuízo dos acordos aqui assumidos".

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Cada uma delas podia concorrer com o consórcio?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, elas poderiam apresentar proposta independentemente; só que nesta hipótese de ganhar, valeria a Cláusula 153. No caso de a vencedora da licitação ser uma empresa isolada, o que já mostra que o português aqui não é...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Sim, mas aí há uma coisa realmente curiosa: como é que num consórcio se permite que membro concorra com um consórcio?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não é isso; vou explicar a V. Exª: forma-se um consórcio de três empresas, e de repente sai uma proibição de se fazer o consórcio.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Mas ele não prevê essa proibição?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não; o Poder Público baixa uma proibição de se fazer o consórcio; nesse caso a empresa pode apresentar uma proposta isoladamente, independentemente do consórcio. Se ela ganhar, é obrigada por esse instrumento a efetivar o consórcio.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Tudo bem. Mas como advogado com ampla experiência nesse campo, digo que não vejo como se admitir a possibilidade de os membros do consórcio se habilitarem na mesma concorrência, sem previamente desconstituir o consórcio.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Claro!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Deixa-me esclarecer: forma-se um consórcio de três empresas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Mas isso é problema entre eles.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Claro! É entre eles.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Esse problema não repercute no Poder Público.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Só para esclarecer que isso me parece uma coisa legítima em uma transação entre particulares.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Partindo da premissa que seja proibido o consórcio; estou de acordo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Agora, eu queria apenas fazer uma sugestão ao Deputado Sérgio Miranda...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu só queria contra-argumentar em relação a essa opinião.

O que acho absurdo, Sr. Presidente, é que há um acordo entre as empresas que vão disputar uma obra pública; caso não seja permitido o consórcio, cada uma vai disputar, vai fazer o seu preço.

O LUIZ SALOMÃO - Não, elas estão aprovadas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu sei. Se a hipótese que V.Exª levanta - caso não fosse permitido o consórcio, elas iriam disputar; elas não escolheram uma para disputar. Ela disse...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Aí sim, está cada uma por si.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Mas não é essa a hipótese.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu sei. Mas aí, a hipótese que se coloca - isso é que é o grave, nobre Relator -, é que uma ganhe, mesmo disputando com as outras, já tem o acerto de que elas dividiriam um terço para cada.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Isso não faz sentido. Como é que ela vai disputar, para ganhar, se ela, depois, vai dividir o consórcio? É o acordo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Só há lógica nessa cláusula na medida em que seja proibido ao consórcio disputar - uma vai lá, disputa e ganha; é obrigado a dividir entre as três. Então, é óbvio que não faz sentido ela disputar e as outras integrantes do consórcio disputarem, para uma só ganhar e depois ter que dividir.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não faz nenhum sentido. O que eu queria propor ao nobre Deputado Sérgio Miranda, a respeito da questão da vitória deste consórcio na licitação, é que V.Exª requeira, ainda que verbalmente ao Governador, ao Depoente, que já se dispôs a fazê-lo, que forneça todo o processo licitatório para exame dos companheiros da Comissão de Emendas, porque lá temos que verificar o edital de licitação, a Ata das reuniões da comissão de julgamento, comissão de licitação, a Ata final do julgamento da licitação, o contrato e, a partir daí, poderemos fazer um juízo se houve ou não dirigismo ou favorecimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Considero perfeita a colocação de V.Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Agora, discutir essa questão com base em uma minuta que não está assinada...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Eu quero dizer, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Sr. Governador, insistiria para que voltássemos ao ponto onde nos tumultuamos, que foi a resposta que não foi dada - e sei que pode ser dada, porque está aqui; é importante esclarecermos isso.

A Assessoria informa que está terminando a fita, razão pela qual faremos uma interrupção compulsória de dois minutos.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Declaro reaberta a reunião dos trabalhos desta Delegação da CPI do Orçamento. Solicito ao Sr. Governador, se possível, que prossiga com as explicações anteriores.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não é possível que ele pergunte.

Eu devo deter-me aqui e tentar responder ao nobre Deputado Sérgio Miranda sobre a questão dos processos no Tribunal de Contas. Eu queria deixar registrado isso aqui, e esta primeira resposta, quanto ao que mais nos assustou e que mais nos preocupa, é com relação àquela decisão do Tribunal de Contas de ter determinado a devolução de um valor em cruzeiros pagos a mais ao BRASMETRÔ.

Devo responder ao prezado Deputado Sérgio Miranda que o Tribunal considerou que foi feito um cálculo de reajuste de preços, com base numa Resolução do GDF, que não se aplicava ao caso. O Metrô já fez a glosagem do valor. Isto aconteceu apenas na primeira fatura, e nós temos dois anos de faturamento. Todos os outros pagamentos já foram feitos com base na sistemática indicada pelo Tribunal.

Quanto à primeira fatura - vou repetir -, o Metrô já fez a glosagem do valor. Isto aconteceu apenas na primeira fatura! Todos os outros pagamentos já foram feitos com base na sistemática indicada pelo Tribunal. Está aí a nossa resposta, naturalmente sujeita à verificação.

Com relação às outras questões de outros processos, levantadas por V. Exª, devo esclarecer que o Processo nº 5535, relacionado aí com V. Exª, é sobre uma análise da Concorrência nº 1/91, da Comissão Estadual de Licitação - NOVACAP, contratação de obras, serviço e fornecimento de bens, visando a implantação do Metrô.

Na sessão ordinária de 15.12.93, o Tribunal de Contas do Serviço Federal considerou esclarecida a questão da adequação do projeto das obras do Metrô às normas de controle ambiental, ocasião em que solicitou ao Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural esclarecimento sobre se as irregularidades apontadas em sua informação à Procuradoria da República do Distrito Federal são sanáveis, e autorizou a Presidência do Tribunal de Contas do Distrito Federal a solicitar da Procuradoria do Distrito Federal informações sobre o inquérito civil-público, instaurado pela Portaria nº 2, de 24.06.93. Obs.: em resumo, o Tribunal de Constas do Distrito Federal, passados já dois anos da concorrência nº 01/91, considerou-a correta. Essa concorrência, aliás, tem sido elogiada por não ter tido nota técnica, mas sim o julgamento pelo menor preço.

Outro ponto dessa concorrência é que, obedecendo ao espírito da Constituição de 1988, privilegiou a indústria nacional, conferindo-se ao índice de nacionalização dos equipamentos a prioridade do julgamento.

Assim, todos os equipamentos do Metrô são nacionais, o que gerou uma grande força à indústria brasileira, em material ferroviário e uma grande economia de preços, além da geração de empregos no Brasil.

Devo lhe dizer que só em São Paulo essa nossa encomenda gerou 2 mil empregos, só para a fabricação dos carros para o metrô de Brasília, além de gerar empregos em outras capitais do País como Belo Horizonte, Curitiba e Rio de Janeiro.

Quanto à inquérito, na Procuradoria-Geral da República - é bom que fiquem atentos para essa questão que vamos colocar agora - quanto à inquérito na Procuradoria-Geral da República, sobre a questão do Patrimônio Histórico, o Professor Lúcio Costa que, como os Senhores sabem, autor do projeto do Plano Piloto de Brasília, foi quem definiu este trajeto na Carta de 8.08.91, que teve a aprovação do IBPC. Tem o número do ofício aqui. Por quê? Isso faz parte de uma indagação dele com relação ao projeto e havia um inquérito promovido pelo IBPC, que é o Patrimônio Histórico, na Procuradoria-Geral da República. Como houve a dúvida, pedimos a confirmação do próprio Professor Lúcio Costa, autor do projeto aqui de Brasília, que o fez através da declaração em anexo. Depois, há outra confirmação recente, do Professor Lúcio Costa, em que ele confirma toda aquela questão que levantamos. Está aqui o esclarecimento. Aqui diz o Lúcio Costa, agora, recentemente.

"Esclarecimento.

Entendo que a passagem do metrô subterrâneo, pelo Eixo Rodoviário, tal como sugeri, acatando a proposta do engenheiro Augusto Guimarães, não compromete o Plano Piloto de Brasília, hoje considerado Patrimônio Cultural da Humanidade, de vez que, a própria concepção da cidade confere ao Eixo função circulatória tronco, restrito ao chamado Plano Piloto. Brasília evidentemente, não precisaria de metrô. Foram os dois terços de população que vivem na periferia que tornaram absolutamente necessário o novo meio de

transporte. E o que importa é manter a rodoviária como cruzamento dos dois eixos, como ponto central de conexão com os ônibus locais, além de assegurar travessias seguras para pedestres em nível inferior, para acesso às estações ao largo do eixo rodoviário.

Lúcio Costa.

Brasília, 05 de janeiro de 1994."

Portanto, passo às mãos de V. Exª, esse é um dos processos a que V. Exª se referiu, e estão aqui as respostas com a respectiva documentação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Com relação a outro...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu queria fazer uma questão de ordem, Relator.

Apenas fiz uma referência de que esta obra - existem 11 processos pendentes, eu não queria analisar os 11 processos - V. Exª ficou espantado com o fato de que nenhum desses processos que já foi concluído houve a determinação para que o consórcio ressarcisse em 31 bilhões, foi confirmado pelo Governador esse fato.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Perfeito.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Então eu quero chamar a atenção e acho que talvez devesse à postura, talvez, do Governo do Distrito Federal, que depois da CPI, quando ficam evidenciados, através de vários depoimentos, a ação oblíqua - para se usar um eufemismo - dessas grandes empreiteiras, que esses contratos todos deveriam ser examinados com uma lupa. Temos comprovação e todos os membros da CPI têm consciência disso, de que a ação de grandes grupos...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Inclusive consciência de que esse é um problema nacional.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Claro. É um problema nacional.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Não é um problema de Brasília.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Isso. Então o que deveria haver era um incentivo à investigação e aprofundamento desse questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Estou inteiramente de acordo com V. Exª Inclusive quero dizer o seguinte: eu não fiquei espantado é que eu estou sempre raciocinando como Relator. Então eu não quero que haja falhas nos sub-relatórios porque senão depois vão cair nas minhas costas. Vou ficar com dificuldade de transpor para o meu relatório-geral. Somente por isso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Então em relação à obra do metrô, fiz essa informação de que há esses processos no Tribunal de Contas e também tem outra informação, Governador, que V. Exª após essa informação teria que ser confirmada. Após a CPI o Senhor criou uma Comissão de Transparência ou foi antes da CPI a criação da Comissão de Transparências?

O SR. JOAQUIM RORIZ - No metrô?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Deve ter sido aproximadamente um ano antes da CPI.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Um ano antes?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Aproximadamente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Em relação à essa investigação temos dois depoimentos de participantes da Comissão de Transparência, que têm feito afirmações como a que faz o Sr. Antônio Carlos Moraes da Silva, de que a participação do depoente até o presente momento, tem sido de mero expectador em face da completa ausência de dados, técnicos e documentos para o exercício do seu desiderato, que os dados apresentados pela coordenação são meramente estatísticos, sem qualquer valor do ponto de vista técnico contábil que, enfim, o depoente considera que somente poderá exercer sua função quando for atendido em suas reivindicações, para obter informações. Além deste Senhor, o Sr. Lúcio Benedito Renô Salomon também dá uma declaração em termos semelhantes.

Após os fatos da semana, aguardo a realização do evento mencionado, tendo em vista que não pode tecer qualquer comentário mais aprofundado, em relação à matéria, em face do desconhecimento dos dados, projetos, cronogramas, contratos e a aplicação dos recursos disponíveis à coordenação, decorrente da falta reiterada de resposta das duras indagações por ele levantadas.

Eu recomendaria um empenho mais efetivo para a investigação da obra do metrô. Duas pessoas que participam da Comissão de Transparência se dispõe - inclusive um deles a se retirar da Comissão, em função de poucos dados para fazer uma investigação mais profunda.

Era essa se o nobre Governador quiser dar alguma opinião sobre isso?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Nobre Deputado, ouvi com muita atenção as suas colocações, acho que V. Exª, em alguns aspectos tem toda razão, quero inclusive cumprimentá-lo pela postura, pelas colocações aí com toda gentileza, que coloca de uma forma que não violenta e que não agride, de uma forma elegante...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Claro.

O SR. JOAQUIM RORIZ - ... eu quero lhe agradecer por esse comportamento.

Mas o que posso lhe adiantar é que, com relação à minha obra é que da minha parte existe uma questão filosófica. Eu, na medida ... como eu digo, como eu faço, como determino é que deve ter um procedimento. Detalhes podem me fugir e que gostaria de

esclarecer agora ou depois. O que posso lhe adiantar é que só para concluir, aqui nessa primeira questão do tribunal, passo às mãos do nobre Presidente desta Comissão todas as respostas para todas as indagações que ele fez com relação aos processos que estão no Conselho de Contas do Estado.

Com relação à Comissão de Transparências, eu gostaria que V. Exª, se possível, esclarecesse, para que todos os outros membros dessa Comissão tivessem conhecimento do que se trata, porque naturalmente V. Exª tem todas as informações a respeito e é possível que os outros membros desta Comissão talvez não entenderam o que é essa Comissão de Transparência. Devo dizer que muito antes da instalação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, isso quase que no início da construção do metrô, eu determinei, implantei e constituí uma comissão chamada Comissão de Transparência, cuja composição, inclusive tivemos o cuidado de buscar elementos de oposição ao nosso Governo principalmente alguns mais radicais que conhecíamos e que representavam alguma instituição, para fazer co-parte dessa Comissão de Transparência. Ela foi não só criada por determinação nossa e foi implantada e compareci na obra do metrô no dia da instalação dessa Comissão de Transparência, cujo objetivo era para que tivessem todo poder para examinar a execução desta obra. Se, hoje, há alguma reserva, alguma denúncia eu posso lhe adiantar, meu prezado Deputado Sérgio Miranda, todas as providências serão tomadas e faço questão absoluta de convocar esta Comissão de Transparência para que possa se reunir e esclarecer tudo isso que é fruto de uma denúncia como V. Exª acaba de dizer, por um membro dela que eu desconheço profundamente.

Quero dizer que a minha questão é uma questão filosófica. Eu criei uma comissão, buscando, como se pode verificar, ao fazer a sua composição e tive o cuidado de colocar homens declaradamente oposicionistas ao Governo, para que fizessem parte dela. Então, basta ver a intenção filosófica do meu Governo e do meu procedimento. O restante precisa ser esclarecido o que farei em algum momento oportuno.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Em relação ainda ao metrô, apenas uma informação adicional, para mostrar as razões desta investigação, Sr. Presidente.

A ENGESOLO participa, como contratada, direta ou indiretamente, das obras do metrô?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Tenho uma resposta sobre isso tecnicamente elaborada.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Quero saber se ela participa.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nem a Via Engenharia?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado. Vamos a outro assunto do Orçamento.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Todavia, eu gostaria de esclarecer, porque fica parecendo que ele tem uma informação e eu tenho outra.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Ocorre, Governador, que, se ela não participa, está prejudicada a pergunta.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Tudo bem, mas temos a explicação. Sabia que essa pergunta era possível de ser feita.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Por que V. Exª imaginou que viesse essa pergunta? Mate minha curiosidade agora.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Porque os jornais publicaram. Tudo isso que V. Exª, Deputado Sérgio, está colocando, os jornais já publicaram.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Estou lendo muito pouco jornal ultimamente.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Está escrito aqui: cartas anônimas e denúncias. Vou ler. Houve uma denúncia pública.

O projeto de construção do metrô foi entregue a uma empresa criada especialmente para ele ...

O SR. NELSON TRAD - É o consórcio. Está certo.

O SR. BENITO GAMA - Se fosse importante ler a pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Parece que é muito diferente a pergunta.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Falou em ENGESOLO e metrô, não foi?

Assunto: o Deputado Augusto de Carvalho encaminhou à CPI denúncias sobre supostas irregularidades na contratação da Empresa ENGESOLO, da qual é sócio o Deputado José Geraldo, pelo metrô.

Isso ele publica. Quero lhe dizer que tenho o maior respeito pelo homem público e o maior apreço por todos aqueles que lidam com a vida pública, que é a vida mais difícil. Pauto-me, entretanto, pela dignidade, pela lealdade e pelo bom caráter das coisas. Desculpe-me dizer - sou incapaz de agredir as pessoas, principalmente um homem que tem vida pública -, mas esse moço, que é Deputado por Brasília, está querendo ser governador, e a forma de ele ser governador - nesse ponto ele tem razão - só mesmo se me desestruturar. Ele não encontrou outra forma, senão essa.

Creio que só pode ser isto, ou seja, um fanatismo sobrenatural em ser governador, visto que um Deputado, para chegar ao Parlamento, deve ser um homem competente e inteligente para passar pelo crivo da urna enquanto outros são derrotados. E, na medida em que ele viu que é impossível ser governador sem o meu apoio, a única alternativa

é tentar me desestruturar. Assim, está criando situações as mais tresloucadas, como poucos são capazes de fazer.

Assim ele colocou:

> O Deputado Augusto de Carvalho encaminhou à CPI denúncias sobre supostas irregularidades na contratação da Empresa ENGESOLO, da qual é sócio o Deputado José Geraldo, pelo metrô de Brasília.

Se ele tivesse uma denúncia a examinar, eu admitia. O pior é que, antes de fazer a denúncia, faz a divulgação. Ele tem uma facilidade para levar para os meios de comunicação e divulgar. Como tenho acompanhado, sei o que está acontecendo.

Não tinha nenhuma notícia de que essa empresa participava das obras do metrô de Brasília, nem a menor idéia de que o Deputado José Geraldo era sócio dela. No entanto, devido à publicação de suposta denúncia pelo Deputado Augusto de Carvalho, um adversário na política local, pedi informações à minha assessoria, as quais passo a relatar: "A ENGESOLO presta e trabalha em serviço de pesquisa de solo e instalações, trabalhando na área de Brasília há mais de dez anos. - não sei quantos anos - período em que sempre esteve cadastrada junto ao Governo do Distrito Federal, tendo executado diversos trabalhos para órgãos públicos e especialmente a CAESB, (a Empresa de saneamento da cidade no Distrito Federal), como faz em todo país, sendo reconhecida por sua capacidade técnica e experiência.

No caso do metrô, a TCI, empresa do consórcio, responsável pelo detalhamento do projeto, subcontratou o serviço para todas as empresas que trabalham nessa área no Distrito Federal - vou repetir - no caso do metrô, a TCI, empresa do consórcio, responsável pelo detalhamento do projeto, subcontratou o serviço para todas as empresas que trabalham nessa área no Distrito Federal - não foi somente a ENGESOLO, mas todas as empresas desse ramo - num total de trinta e uma empresas.

A ENGESOLO foi somente uma dessas empresas, executou apenas 2% do total dos serviços que couberam a TCI, sendo que esse total representa somente 5% do custo da obra, ou seja, a ENGESOLO executou menos de 0,1% dos serviços, o que equivale a um milésimo da obra do metrô. E mais, a TCI é que subcontratou a ENGESOLO. Não foi o metrô que contratou a empresa, como denunciou o Deputado Augusto de Carvalho não só na imprensa de Brasília, como na imprensa nacional. A subcontratação de empresas para a realização de obras, como é normal, está prevista no edital do metrô.

Quero ressaltar que, absolutamente, nenhuma das empresas que trabalha nessa área ficou fora do trabalho. A ENGESOLO é uma entre trinta e uma. O fato de o Deputado José Geraldo ser sócio da empresa é, para mim, absolutamente irrelevante. Essa é a resposta.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Vamos, então, esclarecido esse ponto, continuar com o Orçamento da União.

Houve uma emenda aprovada pelo Deputado Ricardo Fiúza, Relator, aliás, está incluída entre aquelas emendas que foram acrescidas posteriormente no PRODASEN, Deputado Roberto Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Foram acrescidas?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim. PRODASEN. É um tema mais polêmico dentro da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - É melhor nem falarmos nisso.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Isso produz náusea. Não acredito.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, é emenda pela expressão que o Deputado está usando, mas me chamou a atenção na análise dessa emenda, Governador, o seguinte fato: essa emenda foi aprovada parcialmente, o sistema de coleta e tratamento de esgoto da Península Norte, esgoto do Lago Norte. Essa emenda foi aprovada pelo Relator, mudou a fonte dos recursos mas aprovou a emenda. Essa emenda foi liberada. Ficou em restos a pagar, posteriormente foi liberada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Qual é o valor?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Um bilhão trezentos oitenta e três milhões de cruzeiros. Não tenho a dolarização.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Exercício de 1992.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - 1992. Ela foi liberada.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Essa emenda é de autoria de qual Deputado?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Deputado Sigmaringa Seixas. Ela foi liberada.

O que nos chamou na análise desse processo, Sr. Presidente, é que quando houve a liberação houve uma alteração da destinação. Ao invés de ser liberada como originalmente estava prevista para esgoto do Lago Norte ou Península Norte, na portaria, no decreto que libera a emenda está destinado: "aprova recursos para o Distrito Federal no valor de 1 bilhão 383 milhões e 600 mil, destinados ao sistema de coleta e tratamento de esgoto na Planaltina Norte."

V. Exª tem alguma explicação para isso? A obra do esgoto do Lago Norte está sendo realizada?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Nobre Deputado, tenho uma preocupação. Gostaria de dizer a V.Exª que o importante era que soubéssemos quem é o autor da emenda, V. Exª já disse quem é. Confesso que desconhecia. Seria mais fácil se pudéssemos indagar quem está construindo essa obra. Desconheço totalmente e nem sei se isso foi liberado. Posso prometer a V.Exª que esse é um assunto que irei esclarecer. Não tenho nenhuma informação. Mas, como acredito muito no que V.Exª aborda prometo dar-lhe imediatamente uma resposta e, se for necessária, até por escrito.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, quero apenas fazer a referência porque os membros da diligência, aqui presentes, têm observado que a minha conduta durante todos os depoimentos da CPI têm sido, no mínimo, elegante. Uma conduta precisa, levantando problemas concretos; nunca fiz especulações. Os problemas que trago aqui são fruto do esforço de uma assessoria e meu esforço pessoal para esclarecer fatos.

Concordo plenamente que o Governador não tem a menor obrigação de esclarecer agora. Mas, esse fato chamou a nossa atenção. Uma emenda com destinação bem objetiva que é o esgoto no Lago Norte. O decreto que transfere a verba...

O SR.PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Qual o órgão executor que está indicado na emenda?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - É a CAESB.

Vou dizer qual é a causa. Não vou dar nenhum subterfúgio. Temos a informação de que não existe essa obra. Nesse fato, consideramos que esse dinheiro pode ter sido usado para outra obra. Ficou-nos o entendimento que talvez seja a obra do esgoto na Planaltina Norte.

Apenas para esclarecer...

O SR. JOAQUIM DOMINGOS RORIZ - Agora tenho condições de esclarecer. Esta obra da Península Norte já iniciou. Realmente, ela demorou a iniciar, tenho que dar as seguintes explicações a V. Exªs. Temos um financiamento pelo BIRD de alguns milhões de dólares para o saneamento básico em Brasília e a Península Norte está incluída neste financiamento. Há contrato assinado, com algumas transferência já executadas, etc Só que foi paralisada a execução desse contrato na medida em que tínhamos uma contrapartida obrigatória, a obrigação contratual, e não tínhamos os recursos de contrapartida necessários. Só agora conseguimos, depois de uma autorização legislativa, de um entendimento *(pausa)..... na TELEBRASÍLIA cujo resultado das vendas das ações que o Governo era* proprietário; a finalidade e a justificativa para a venda das ações eram exatamente para serem aplicadas na contrapartida do projeto assinado com o BIRD. Mas não é só a Península Norte; inclui o Lago Sul e outras áreas periféricas da cidade, porque é um contrato no BIRD de 200 milhões de dólares e que teríamos que ter uma contrapartida em torno de 80 milhões de dólares. Só com a venda das ações da TELEBRASÍLIA, conseguimos arrecadar um preço extraordinariamente avantajado, acima do valor. Arrecadamos 44 milhões de dólares, ou seja, 60% da necessidade que temos para fazer a contrapartida.

Portanto, a obra já iniciou, não fisicamente, não **in loco**, mas sim porque se publicou o edital, agora que já temos os recursos depositados e que servirão como contrapartida. Já houve a licitação internacional e o julgamento será no fim de janeiro. V.Exª pode estar certo, não sei se esses recursos se desviaram mas irei verificar. Com relação à construção da obra de saneamento, do esgoto da Península Norte, ela já se iniciou através da licitação internacional.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Existe uma obra de saneamento de esgoto na Planaltina Norte?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Estou aqui apenas querendo ajudar, elucidar e esclarecer. É possível que essa obra de Planaltina Norte também esteja incluída nesse programa de financiamento que tem o financiamento do BIRD. Como poderá não sei, é difícil responder. Mas, posso verificar e responder. É possível - não estou respondendo com categoria - que o da Planaltina Norte também esteja incluído no Programa BIRD.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Sr. Governador, como na *Subcomissões de Emendas este assunto está anotado como tendo o recurso sido liberado* e não se sabendo a destinação, pediria a V.Exª, já que expressou esse desejo extraordinário em colaborar com a CPI, para que depois se informe. Esse dinheiro pode estar até quem sabe, simplesmente, aguardando...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Pode estar até depositado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Para que seja um assunto a menos na subcomissão.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Atendendo à solicitação de V.Exª, nobre Presidente, comprometo-me imediatamente de comunicar e esclarecer essa solicitação de V.Exª.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Há mais uma questão que precisa ser esclarecida quando fosse enviada para a nossa subcomissão. É se houve processo de licitação para essa obra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - S.Exª acabou de dizer que ia ser feita uma licitação internacional.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Já foi feita; já foi publicado o edital há mais de trinta dias.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - No que diz respeito ao Orçamento também são informações para serem confirmadas. Recursos que vêm do Orçamento-Geral da União, que esse caso nos levou a pesquisar, Deputado Roberto Magalhães, em relação a possíveis recursos designados para uma obra e serem encaminhados para uma outra, queríamos uma informação se recursos gastos, enviados pelo Governo Federal para a Folha de Pagamentos dos servidores, de acordo com a disposição constitucional, todos têm sido empregados no pagamento dos servidores?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Tinha a absoluta certeza de que essa pergunta haveria de aflorar...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - É sinal de que V.Exª está sendo competente. Para cada pergunta de V.Exª há uma pasta colorida.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V.Exª vai gerar a necessidade de um aumento para a assessoria do Governador.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Nobre Deputado, simpatizei com V.Exª ao entrar neste recinto. Ao olhar - não sei se pela experiência de vida 32 anos - percebo que V.Exª é um homem que inspira confiança e transmite seriedade. Por outro lado, quero dizer a V.Exª, com a maior franqueza, que V.Exª só tem um defeito. Desculpe-me em dizê-lo. V.Exª é simpático, coerente, possui uma ideologia da qual discordo, mas respeito. É um homem inteligente. Estou abordando essas questões para dizer a V.Exª que, talvez, não tenha sido informado por ninguém, não; mas é porque V.Exª é um homem coerente e inteligente e foi aprofundar -se nas perguntas. Só que, lamentavelmente, elas coincidem com aquelas que têm sido publicadas nos jornais da minha Capital.

Por isso, digo e já tinha certeza, que todas as aplicações decorrentes de transferências federais são aplicadas no mesmo setor. Essas transferências só se dão para pagamento de pessoal ao qual se referem. As transferências destinadas ao pagamento de pessoal nas áreas de educação, saúde e segurança pública se sujeitam a prestações de contas mensais. Inicia por aí. Até hoje inexiste qualquer tipo de restrição, seja por parte do Tribunal de Contas, seja por parte dos órgãos de controle interno. Todos os recursos do GDF são depositados na conta única e aplicados no BRB - Banco do Governo. Essas transferências têm a mesma natureza que as decorrentes do FPE e FBM, aquelas que o Governo repassa para todos os Estados e Municípios, conforme o atendimento oficial do Ministério da Fazenda, ouvida a Procuradoria da Fazenda Nacional.

A propósito, um Parlamentar do Distrito Federal, integrante da Bancada de Oposição, tentou formular denúncia sobre a matéria a qual foi desmascarada, pois o documento apresentado como prova era fraudulento; a matéria foi largamente veiculada pela Imprensa. Quero dizer Sr. Presidente, Sr. Deputado, principalmente a V.Exª, Sr. Presidente da Coordenação que, além de ser Deputado da maior dignidade, tem também um título que me honra ter como seu colega já que V.Exª é um ex-Governador...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Muito obrigado.

O SR. JOAQUIM RORIZ - A razão desta pergunta é porque há um interesse da Oposição, em Brasília. Os recursos transferidos para o pagamento de pessoal são deslocados no mesmo calendário da transferência do FPE e FPM. Digo FPE e FPM porque Brasília contempla os dois, visto que os Municípios e Estado são um órgão só. As transferências são dos dois para o mesmo Tesouro Estadual, o que vale dizer, em todos os Estados, em todos os Municípios brasileiros essa transferência se dá nos dias 10, 20 e 30; são em três parcelas. Geralmente todos os Governos, todos os prefeitos usam estas parcelas que são transferidas em 10, 20 e 30 para pagar os seus servidores lá, e aqui fazemos o mesmo.

Agora pergunto a V. Exª, quando recebo uma transferência igual a todos os Municípios brasileiros, uma parcela no dia 10 para fazer pagamento no dia 30 do mês, ou seja, no dia 2 do mês seguinte, pergunto a V. Exª: devo fazer aplicação financeira desse valor, sim ou não, quando temos uma inflação do mês agora em torno de 40%?

Muito bem, mas se aquele recurso é apenas para pagar o servidor, pergunto a V. Exª, nobre Deputado: será que eu seria um Governador coerente, leal e será que, se eu não aplicasse esse dinheiro, eu estaria sendo correto com o povo que governo? Será que é crime aplicar aqueles recursos que é um dever constitucional do repasse do FBM e FPE? Aplico, sim; aplico, sim, esses recursos e com esta aplicação - a pergunta, entendi - que isso deveria ser revertido em benefício do servidor quando, na verdade, a destinação não é essa, o pagamento sai antecipadamente, aplico esse dinheiro e com esse dinheiro todos os meses mandamos uma mensagem para a Assembléia Distrital pedindo reforço orçamentário, porque houve um excesso de arrecadação, e com isso posso fazer algumas obras sociais nesta cidade, todas elas eminentemente de cunho social. Essa é a resposta de esclarecimento que pretendia dar a V. Exª.

O SR. SERGIO MIRANDA - Porque quando V. Exª me perguntou se há crime, se é crime, do ponto de vista da Constituição, no art. 167, inciso VI: é crime de responsabilidade

> "VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa".

Essa questão levantei, relacionada com a obra, não é, obra inicial e em relação a essa questão. Mas acho que está esclarecido. Se V. Exª tiver mais documentos para nos enviar, com todo prazer.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Claro.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Antes quero fazer uma referência, Sr. Presidente, que já participei- de quantos depoimentos participamos? - de 20 depoimentos, acho...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Muito mais.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Ontem participei de 5. Nunca nenhum dos depoentes levantou alguma questão sobre minha questão ideológica, não é? Nunca fui questionado sobre minha posição partidária ou ideológica. Esse assunto não está em pauta; aqui somos todos representantes do Congresso Nacional na CPI, investigando.

Vamos fazer uma outra pergunta, nobre Governador, sobre um convênio assinado pelo Governador Joaquim Roriz, pela Ministra Margarida Procópio no dia 31 de dezembro de 1990, período que está sob investigação nesta CPI...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Mil novecentos...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - e noventa

O SR. JOAQUIM RORIZ - 1990? Que dia?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - 31 de dezembro.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não pode ser, Deputado. Em 90 estava em campanha, não era Governador.

O SR. LUIZ SALOMÃO - (fora do microfone)

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Então vamos fazer ... Mas esse convênio que foi feito: a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, e a Fundação Fraternidade EFENHA (?) no Brasil. V. Exª tem informação sobre esse convênio?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não, senhor. Não conheço. Pode ter; não me lembro. Precisava saber se realmente é em 90, porque...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Olha, tenho todo o...

Olha, houve um convênio...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Quem assina, Deputado?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - É o Governador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Ele próprio?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A data é justamente 31 de dezembro de 1990.

O SR. JOAQUIM RORIZ - 31 de dezembro de 90... Eu sequer tinha tomado posse.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães)- Qual é o nome do Governador que assina?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Então, há um crime nesse processo, isso que quero dizer.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Eu tomei (posse) dia 1°, fui o único Governador que tomou posse antes porque aqui não tinha Governador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - 1° de quanto?

O SR. JOAQUIM RORIZ - 1° de janeiro de 91.

O SR. LUIZ SALOMÃO - (fora do microfone)

O SR. JOAQUIM DOMINGOS RORIZ - É... 31 de dezembro de 90. Realmente a assinatura confere, ela é efetivamente nossa.

O SR.PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - O erro deve ser na data.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Precisava saber se realmente já estava pronto para encaminhar o negócio ou se apenas complementei depois. Não sei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Acho que essa questão tem que ser esclarecida.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Onde está o resto do convênio?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Claro que se o Governador Joaquim Roriz não era governador e assina um convênio é de espantar de tudo, não é? Como é que assina um convênio em nome do Governo se ele não é governador?

O SR.PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - No serviço público é muito comum convênio sem data e sem testemunha. Esse tem tudo: tem data e tem testemunha. Esse até para serviço público está muito cotado, bem formalizado (risos).

O SR. JOAQUIM RORIZ - Nobre Deputado, realmente temos que esclarecer, não...(risos.)

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª há de convir comigo que a nossa Subcomissão tem direito de gastar tanto tempo...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Mas vamos ouvir qual é a objeção: é a data só, não?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, não. A data é o problema que apenas nos perturbou mais, não é? mas o problema do convênio é que é impressionante. Um convênio feito com o Governo do Distrito Federal, um convênio sem licitação, não é?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Um convênio sem licitação?!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Um convênio para realização de obras em que foi dispensada a licitação. Um convênio no qual quem gere os recursos é a CODEPLAN. A CODEPLAN é uma empresa... A CODEPLAN é uma empresa do Distrito Federal?

O SR. JOAQUIM RORIZ - É uma empresa.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Atua em que área?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Informática e...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Área de Informática e faz um convênio com a Fundação Essênia do Brasil, Fraternidade Essênia do Brasil, para construção de cinqüentas galpões, se não me engano; e o mais impressionante, Deputado, galpões esses...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Cinqüenta galpões ?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Está aqui o convênio todo, Sr. Governador.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não, tudo bem, Deputado, acredito no...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Mas o impressionante é que esse convênio não é para obras apenas no Distrito Federal, é para obras em todo o Brasil, não é? Centro de Ensino de Ceilândia n° - material de estrutura metálica e cobertura, já entregue nas seguintes localidades: Associação do Estudo de Goiânia, em Goiânia; Associação de Jardins das Aroeiras, Goiânia; Associação Unidos Venceremos, Goiânia; Centro Espírita Obreiros do

Evangelho, Goiânia; Prefeitura Municipal de Jaraguá, Jaraguá; Manguinhos, Jacarepaguá - terra do nobre Deputado (Risos). Campo Grande, Natividade - Rio de Janeiro, não é?

O SR. NELSON TRAD - (fora do microfone)

O SR. SÉRGIO MIRANDA - É. Natividade, Belford Roxo, Teresópolis...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não está invadindo minha área eleitoral, não é, ...? (Risos.)

O SR. JOAQUIM RORIZ - Nobre Deputado, o senhor tem toda razão, é um negócio de espantar, não conheço isso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Olha, esse convênio não pode deixar de causar estranheza. Esse é o relatório da minha...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - E a segunda testemunha é Márcia Kubitschek.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Isso (Risos.)

O SR. JOAQUIM RORIZ - Prometo que...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Esse convênio, assinado pelo Governador Joaquim Roriz e pela Ministra Margarida Procópio, não pode deixar de causar algumas estranhezas...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Qual é o valor .... da ...(inaudível)?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Um milhão duzentos e dezenove mil dólares.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Tenho uma lembrança ligeira de que houve um convênio... estou achando que é um convênio do Ministério com a NOVACAP. A NOVACAP é uma empresa pública. Não tenho absoluta segurança disso. Vamos esclarecer. Lembro que parece com uma empresa pública, mas realmente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Foi liberado o dinheiro?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Foi (risos).

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Para quem?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Se o Presidente permite, apenas vou ler um relatório que a minha assessoria fez.

Esse é convênio não pode deixar de causar alguma estranheza. A tramitação é recorde e possui alguns atos datados, porque se realiza com atos efetivados em feriados e todo ele em 4 dias. Inclusive no dia que a CODEPLAN recebe o dinheiro, transfere o dinheiro no outro dia para essa Fundação Essênia; primeiramente por ser objeto - construção de 54 unidades de aperfeiçoamento profissional para serem construídas pelo GDF em todo o País. Valor: US$1,219,497.95 (centavos de dólar, não de cruzeiro, não é?). Os recursos entram para a Secretaria de Comunicação Social e tem interveniência da CODEPLAN, órgão de informática do DF, portanto, sem habilitação necessária. Essa empresa pública, CODEPLAN, contrata uma fundação chamada Fundação Essênia...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Faz três vezes que o Deputado fala "essênia" e olha para mim. Vou dizer o que sei de essênios. Existiu realmente um povo, no tempo de Cristo... (Risos.) um povo, não; uma corrente de judeus que tinha uma doutrina religiosa; há inclusive autores que consideram que Cristo, durante aquele período em que esteve ausente, não aparece no Novo Testamento, da adolescência até reaparecer como rabi, que teria estado estudando com os essênios e que todo o Cristianismo, toda a doutrina cristã estaria fundada e baseada nessa doutrina dos essênios. É o que sei. De modo que o Deputado já olhou três vezes para mim e me sinto no dever de dizer alguma coisa. Ele olha para mim... A minha resposta retroage a dois mil anos . (Risos.)

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Essa empresa pública CODEPLAN contrata uma fundação chamada Fundação Essênia para realizar as obras e já efetua pagamento - tenho cópia do contrato, está aqui - contrato assinado pelo Sr. Paulo César Tim; pela CODEPLAN, Danton Eifler Nogueira. O senhor conhece?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Conheço. Ele era o Presidente da CODEPLAN.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E Gladston Iporaci Barbosa?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Era diretor.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Mas ele assinou o contrato com a Fundação Essênia, Sr. Presidente. Fundação Fraternidade Essênia.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Posso lhe...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Deixa eu apenas concluir aqui, porque essa questão é tão complexa, Sr. Presidente, que confesso a V. Exª que me espantou. Porque o Governo do Distrito Federal vai construir estruturas em todo o País? Pelo montante do convênio, um milhão e 200 mil dólares. Pela forma de pagamento: os contratos recebem num dia e já paga à Fundação Essênia no outro dia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Quanto pagou?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A CODEPLAN, no dia 5 de março de 1991. Está aqui um recibo da CODEPLAN: "Nome, CODEPLAN, primeira parcela do pagamento do processo nº 6.399/1, conforme nota de empenho nº 025, referente a material posto na obra, de acordo com plano de trabalho, parte integrante do contrato no valor de 104 milhões 450 mil...".

O SR. JOAQUIM RORIZ - Realmente, V. Exª tem toda razão, isso tem que ser esclarecido, mas não tenho nenhuma informação a lhe dar.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E o que me chama a atenção é que esse tipo de contrato foi feito também sem licitação, Sr. Presidente: "...com dispensa de licitação, conforme decisão da diretoria colegiada, exarada em sua milésima décima quarta Reunião ...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Diretoria colegiada de quem, nobre Deputado?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Da CODEPLAN.

O SR. JOAQUIM RORIZ - CODEPLAN, que é uma empresa.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Publicada, está aqui a publicação no **Diário Oficial do GDF**. Vou esperar a resposta do Governador sobre a Fundação Essênia e esse contrato.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Essa eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Desde quando isso foi encontrado? Desde quando esses papéis apareceram?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu recebi ontem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Porque, se isso tivesse sido antes, o Tribunal de Contas deveria ter feito uma auditagem, seria melhor, porque tem que partir de lá.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu incluiria isso como um fato estranho, estranhíssimo, o Governador assinar esse contrato sem ser Governador, no dia 31 de dezembro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Foi assinado depois.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - É, depois, com a data atrasada. Agora, de direito não era Governador.

O SR. JOAQUIM RORIZ - É. Isso é que tem que ser esclarecido profundamente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - É. Mas como norma administrativa não acho normal, desculpe-me Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA - Não estou dizendo que é normal, estou dizendo que do ponto de vista jurídico é anormal. É uma ilegalidade. De fato, os convênios começam quando são publicados no Diário Oficial. É preciso ver se o Diário Oficial foi publicado depois que o Governador ...(intervenção feita fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Mas o mais grave mesmo aí, na minha opinião, é prever serviços e obras fora do Distrito Federal.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Essas datas em branco normalmente acontecem no serviço público. A ilegalidade é...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - É evidente, flagrante.

O SR. NELSON TRAD - (fora do microfone) que na realidade foi batido o convênio e a data, o dia e o mês ficaram em branco.

(Conversas paralelas fora do microfone.)

O SR. JOAQUIM RORIZ - Quero dizer que, inclusive, a Secretaria, a CODEPLAN, é subordinada à Secretaria da Fazenda e Planejamento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Tem 1 milhão de dólares viajando. Chega-se lá.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu queria pedir licença, Deputado Roberto Magalhães, para que outro Deputado fizesse mais questionamentos, porque posteriormente tenho outras perguntas a fazer. Mas já fico constrangido, porque já gastei muito tempo, os outros Deputados devem estar ansiosos. Se V. Exª puder me permitir, posteriormente retomaria algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Sim, talvez pudesse fazer assim.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Obrigado.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Quero, então, responder ao Deputado Sérgio Miranda, porque realmente é um assunto que não tenho domínio; não o conheço, mas serão tomadas todas as providências urgentes e necessárias, com o maior rigor, para o devido esclarecimento. V. Exª pode ter a absoluta convicção de que daremos a resposta esclarecedora e, se for necessário, até fazer uma Comissão de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - É uma pena que a ex-Ministra Margarida Procópio esteve depondo há uma semana ou menos. Poderíamos ter pedido a ela alguma informação sobre a Fundação Essênia. Certamente ela daria alguma notícia.

Indago ao Deputado Luiz Salomão se deseja fazer alguma pergunta ao Sr. Governador Joaquim Roriz.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O Deputado Benito está ansioso para perguntar? Porque eu não estou ansioso, não; posso esperar, Sr. Presidente. (Pausa)

Sr. Governador, a minha Subcomissão, a Subcomissão em que atuo, a de Patrimônio, busca examinar a evolução patrimonial das pessoas que depõem perante a CPI, a partir da declaração do Imposto de Renda e de outras informações que são recolhidas. De modo que vou lhe fazer indagações relativamente a essa documentação.

Em 15/02/93, V. Exª já era alvo de ação fiscal por parte da Receita Federal?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Sim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª solicitou a retificação através de nove requerimentos espontaneamente ou em função dessa... ?

E se já era, foi em função da ação, não é isso?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Sim, perfeito.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Analisando a declaração de bens entregue por V. Exª ao Tribunal Regional Eleitoral, o TRE de Brasília, na qual espelha a sua situação patrimonial em 31/12/89, verifica-se que, dentre os bens lá mencionados, alguns foram

omitidos na declaração de Imposto de Renda respectiva que foi entregue à Receita Federal: a Fazenda Rio Verde, adquirida em 05/06/89; **Pick Up** Saveiro, em 1989; **Pick Up** D-20, 1988; o trator Valmet, 1989; outro trator Valmet, 1988; idem trator de esteira D-4; duas carretas forrageiras e duas carretas basculante. São 130 mil dólares que constam na sua declaração perante ao TRE, não constam na sua declaração de bens apresentada ao Imposto de Renda e também não constam da retificação que V. Exª apresentou no dia 15/12. V. Exª saberia explicar essa diferença?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Nobre Deputado, entendo que o técnico... João, você tem alguma coisa aí? (Pausa.)

Bem, Deputado, enquanto esperamos as explicações técnicas, posso lhe adiantar o seguinte: tenho uma vida empresarial e política. A vida empresarial existiu com o início de Brasília, um pouco antes da inauguração de Brasília, até o ano de 1976, portanto, em torno de 17 anos. A partir dessa vida empresarial, iniciamos uma vida política. Até o momento em que eu exercia uma atividade empresarial, todas essas questões, todos esses cuidados nós os tínhamos permanentemente.

A partir do instante em que optamos, ao desativar as atividades empresariais, período em que iniciamos uma vida política, não foi mais possível ter os devidos cuidados como eu tinha anteriormente.

Tenho aqui, nesta mesa, um técnico, que é o meu contador, foi o meu contador desde a vida empresarial e continua sendo até o dia de hoje. Por se tratar de uma pessoa rigorosamente de minha confiança e que sabe do meu patrimônio, da minha movimentação, muitíssimo melhor do que eu próprio, posso lhe dizer que tudo isso já foi indagado pela Receita Federal e que já tem uma resposta técnica totalmente convincente e esclarecedora. Portanto, o que eu posso adiantar a V.Exª é que todas essas respostas já foram respondidas por um documento ao Senador Bisol, que era o Presidente da Subcomissão de Orçamento; e também todas foram retificadas perante a Receita Federal. Isso é o que o técnico me passa aqui, em mãos. Porém, eu quero lhe adiantar que nós temos aqui, com relação a todas as questões patrimoniais, dois documentos, aliás, três documentos que podem retratar perfeitamente todas as nossas providências.

A Receita Federal comunicou ao Senador, Coordenador da Subcomissão de Assuntos Patrimoniais e Fiscais...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Governador, permita-me interrompê-lo por dois minutos, para lhe poupar. Eu estou de posse de todos esses documentos, das investigações que V.Exª fez, de tudo isso.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Tudo bem, nobre Deputado. Então, a única coisa que vou responder-lhe é que já estão todas retificadas, isso já foi respondido ao Presidente da Subcomissão, e, além disso, quando V.Exª me perguntou se aquele requerimento foi de minha livre e espontânea vontade, foi, sim. Através de uma auditoria ainda não concluída totalmente, mas já bem elaborada, nós concluímos que deveríamos fazer um requerimento à Receita Federal. É possível que V.Exª também tenha esse requerimento em mãos, mas, para esclarecimento dos demais, eu gostaria de colocar aqui e fazer uma leitura rápida dele, para que todos pudessem conhecer a nossa preocupação, que surgiu com esse assunto:

> "Sr. Delegado,
>
> Cumprimentando V.Exª, tenho a satisfação de encaminhar 09 requerimentos de solicitação para a retificação de declarações de rendimentos, com os respectivos documentos.
>
> Esclareço que nossos cálculos não apresentaram imposto a pagar, mas solicito a V.Exª se digne mandar confirmar nossos cálculos.
>
> Havendo divergência e encontrado resíduo de imposto a pagar, gostaria de efetuar o pagamento com a máxima brevidade possível.
>
> Manifesto a V.Exª cordiais saudações."

Sobre esse, há uma resposta que V.Exª tem aí. Então, o que posso lhes adiantar é o seguinte. Com relação ao patrimônio, eu posso lhes dizer que, dentro de poucas horas, V.Exª terá em mãos toda a comprovação das mudanças, das mutações e da omissão que, por acaso, houve nas nossas declarações.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre depoente, a minha atuação na Subcomissão de Patrimônio tem se pautado pelo seguinte: ou nós detectamos algum sinal, por mais tênue que seja, de enriquecimento ilícito, e já ocorreram casos dessa ordem, ou nós procuramos apontar aqueles aspectos que parecem imperfeitos, para usar uma palavra bem neutra, para que o contribuinte, enquanto tal, regularize a sua situação.

Quero dizer a V.Exª que nós analisamos as suas declarações, acompanhados pelo pessoal da Receita e dos esclarecimentos complementares que V.Exª prestou, no dia 15/12, de forma não habitual, porque a legislação prescreve que, quando o contribuinte deve complementar os seus dados, deve fazer uma nova declaração contendo as informações que foram omitidas.

O que V.Exª assinou, mas obviamente não foi V.Exª que preparou, foram nove requerimentos acrescentando informações às declarações antigas. Eu sugeriria - é apenas uma sugestão que está apoiada nas recomendações dos fiscais da Receita, e que nos apóiam na CPI - que V.Exª refizesse as declarações, acrescentando os dados que V.Exª já ofereceu e outros que vou lhe trazer ao conhecimento, porque isso representa um aumento no seu patrimônio, neste ano, de 130 mil dólares, que não constam da sua declaração de bens prestada à Receita, mas consta da declaração de bens de V.Exª prestada ao Tribunal Regional Eleitoral.

Então, V.Exª não omitiu da sociedade, dos órgãos públicos, informações sobre esses bens, porque V.Exª os declarou ao Tribunal Regional Eleitoral, porém, não o fez corretamente perante a Receita Federal, o que é passível de correção, porque o contribuinte sempre pode retificar as suas declarações.

Então, são bens orçados aqui, a um dólar médio de 2,82, de 130 mil dólares que constam da sua declaração ao TRE e não constam da sua declaração ao imposto de renda, inclusive após as retificações de 15/12/93.

O SR: JOAQUIM RORIZ - Eu lhe agradeço essas sugestões e quero lhe dizer que, após essas retificações que nós fizemos, nós agora estamos procedendo realmente a uma auditoria. É possível que dentro de poucos dias nós a tenhamos concluída, o que vai sanar essas dúvidas. Mas agradeço muito a sugestão que V. Exª acaba de nos passar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Governador, na análise da sua conta-corrente nº 003210372-3, no Banco Progresso, Agência Brasília, constata-se que, em 28/12/90, foi efetuada uma aplicação financeira no valor de 4 milhões de cruzeiros, que equivaliam, ao dólar do dia, a 23 mil e 500 dólares. A importância não foi resgatada, segundo os extratos, de modo que se conclui que ela estava aplicada no dia 31/12/91. Ela também não consta da declaração de renda de V. Exª. V. Exª pode me explicar por que foi omitida essa informação?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Nobre Deputado, eu não tenho nenhuma condição de responder, mas eu quero saber se a minha assessoria está anotando todos esses dados.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu sugeriria que depois V. Exª tirasse uma xérox.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Eu gostaria de informar ao Sr. Governador Joaquim Roriz que é norma da CPI que, até o momento do depoimento da testemunha, ela não tenha acesso a nenhum documento. Ela tem pelos jornais, pelos vazamentos etc, mas, a partir do momento em que terminou o seu depoimento, ela tem amplo acesso a todos os documentos que possam lhe interessar.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Eu agradeço.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Governador do Distrito Federal, entre as retificações solicitadas por V. Exª, em 15/12/93, consta a inclusão de um empréstimo da Empresa Roriz Materiais de Construção Ltda, no valor de duzentos e quatro mil, seiscentos e vinte e oito cruzeiros, feito em 29/05/89, que, ao valor do dólar daquele dia, equivalia a 267 mil dólares. Talvez sua assessoria possa localizar esse requerimento. Esse é recente, V. Exª vai se lembrar.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Esse eu conheço. Nobre Deputado, o que aconteceu é o seguinte. Para que V. Exª compreenda, nós temos uma empresa que está desativada mas possui bens, e continuam os bens em nome da Roriz Materiais de Construção Ltda, cujos proprietários sou eu e um irmão chamado José Roriz Aguiar. Ocorre que, no dia 29/05/89, a Roriz Materiais vendeu um imóvel aqui, no Distrito Federal. Eu tenho o documento aqui da venda do terreno, tenho o valor do recebimento, e tenho a cópia do cheque. Muito bem, esse terreno foi vendido pela Roriz, e nós podemos apresentar um contrato da Roriz Materiais, da qual sou proprietário com 50% do capital social. Mas esta empresa tem vários imóveis, mas está desativada. Como nós vendemos esse terreno, esse recurso foi distribuído como empréstimo: 50% para José Roriz Aguiar e 50% para mim. Isso equivale a dizer que foi feito como empréstimo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu entendi a operação. V. Exª possui cópia do contrato mútuo desse empréstimo?

O SR. JOAQUIM RORIZ - De venda?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não. A operação feita pela Roriz Materiais de Construção Ltda não é alvo da investigação, porque é uma empresa particular de V. Exª. Não há problema nenhum. Agora, V. Exª, como contribuinte, ao contratar um empréstimo com terceiros, numa empresa à qual V. Exª é associado pelo regulamento do Imposto de Renda, não pode fazer contratos de mútuo com empresas de que participa, a não ser às taxas de juros do mercado, porque senão caracteriza distribuição disfarçada de lucro. É o art. 367, do Decreto nº 85.450. De modo que V. Exª...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Nobre Deputado, posso até ter, não tenho conhecimento, porque quem cuidava disso era o nosso técnico, nosso contador. Não tenho conhecimento. Porém vamos verificar e esclarecer a V. Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeitamente.

Dentre os itens que compuseram esse pedido de retificação, feito à Receita Federal, figurou a solicitação de inclusão de rendimentos correspondentes à venda de 500 cabeças de gado à Luzicarne, Indústria e Comércio de Carnes, em 09.10.90, pelo preço de 13 milhões, 300 mil e 627 cruzeiros equivalentes, na data, a 148 mil dólares.

Como é sabido de V. Exª, o gado para abate deve ser encaminhado ao frigorífico, acompanhado da respectiva nota fiscal, do produtor, o qual deve servir de base para o cálculo dos tributos e contribuições previdenciárias. A pergunta que se faz é se a transação em tela foi feita mediante a emissão do respectivo documento fiscal, porque V. Exª acrescentou essa informação, como fonte de renda, mas não acrescentou a nota fiscal.

O SR: JOAQUIM RORIZ - Perfeitamente. Mas, sim, isso complementaremos. E eu quero dizer...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Porque a Previdência Social passou também a participar do processo e está interessada em verificar se foi recolhido os 2,1% que lhe cabem como contribuição referente à transação.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Eu não sei informar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor informa posteriormente...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Posteriormente eu informo. Eu suponho...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Tem a nota fiscal aí?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não, isso aqui é a cópia do cheque.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A cópia do cheque da Luzicarne, mas atrás não está a nota fiscal?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não tenho, não tenho.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Olhando assim pelo verso não sei.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Suponho que isso é recolhido na fonte, mas vamos esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - É venda de gado, é? Não tem pauta aqui?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Tem pauta.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Na hora dele emitir a nota fiscal... dar o valor...

O SR. JOAQUIM RORIZ - O técnico está me comunicando que sobre isso foi solicitado à AGENFA relação de todas as notas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A AGENFA é o órgão que emite nota fiscal para o produtor..

O SR. JOAQUIM RORIZ - Tudo bem!.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Já estou quase encerrando, Sr. Presidente.

O SR. BENITO GAMA - Essas notas fiscais são todas do GDF?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não de Goiás, de Luziânia. A emissão foi de Luziânia, Goiás.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Depoente, V. Exª pode esclarecer se possui alguma participação na empresa Via Brasil?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - É sócio do Sr. Fábio Simão em alguma outra empresa?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Absolutamente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Temos feito, para todos os depoentes, uma análise da sua evolução patrimonial, isto é, quanto o contribuinte recebeu - Deputado, Senador, Governador, Ministro etc. - tanto como rendimentos tributáveis, tributáveis exclusivamente na fonte ou isentos e não tributáveis, e também há casos de rendimentos da atividade rural. Compara-se isso com o aumento patrimonial do contribuinte e a diferença, em geral, é positiva e corresponde àquilo que seria para a manutenção do contribuinte e sua família.

Nós consideramos as declarações de V. Exª, já retificadas por esses nove requerimentos, portanto, em alguns casos acrescida a sua renda como foi o caso dessa operação de venda de gado e, ajustados todos os fatos, há os nove requerimentos, portanto, é como se V. Exª tivesse apresentado as declarações com essas retificações.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E a declaração de V. Exª, já retificada - como disse -, ela apresenta aumentos patrimoniais, não justificados, nos seguintes anos: em 1988, 1989 e 1990. V. Exª não era Governador.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Aliás, era Governador nomeado em 1989.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Em 1989, sim; 1988, não e nem 1990.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Foi Ministro em 1990, não é?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Em 1990, por 15 dias.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O fato é o seguinte: é que V. Exª precisa cuidar de justificar esses aumentos patrimoniais, porquanto eles estão descobertos, de 3.300 dólares, no ano-base de 1988. E isso quer dizer o seguinte: se o senhor não tivesse gasto nada para a sua manutenção, o seu aumento patrimonial teria sido maior do que a sua renda em 3.300 dólares. Se o Senhor tivesse vivido com zero, estava vivendo negativo em 3.381.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Entendi.

O SR. LUIZ SALOMÃO - No ano base de 1989 a mesma coisa, 126 mil dólares; no ano 1991, em 30 mil dólares. A pergunta que fazemos é no sentido de saber se V. Exª deixou de declarar algum rendimento, por esquecimento ou omissão, enfim.

O SR. JOAQUIM RORIZ - É possível, Deputado. Não diria que... Quero dizer que, apesar de ter toda confiança naquele que fazia a declaração - que está qui presente - eu não tomava conhecimento direto, só assinava. Acredito que possa haver alguns pequenos equívocos; por isso, estamos interessados e fazendo um levantamento perfeito, para que possamos esclarecer. O que posso adiantar é que há uma definição; hoje, o que mais queremos não é apenas esclarecer, mas também corrigir alguns equívocos que, porventura, ocorreram. Vamos fazê-lo, para que não haja a menor dúvida. Já estamos trabalhando nesse sentido. Devo acrescentar que essa declaração que fizemos **a posteriori**, ou seja, que fizemos recentemente, foi realizada muito rapidamente para fornecer elementos à Comissão de Patrimônio, porque havia dúvidas, alguns questionamentos levantados pela própria Comissão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O Senador Pedro Teixeira me disse que trouxe a V. Exª uma lista de 28 itens, que haviam sido feitos não pelo pessoal da receita, mas pela assessoria da Comissão e que geraram essa retificação. No entanto, devo dizer a V. Exª que fizemos um exame bastante criterioso, hoje, das declarações, apoiado por um auditor fiscal e,

efetivamente, é preciso sanar essas dúvidas, sem o que, o relatório da Subcomissão não poderá ser diferente do que, objetivamente, os dados indicam:

O SR. JOAQUIM RORIZ - *Perfeitamente, estou consciente disso.*

O SR. LUIZ SALOMÃO - Uma última indagação: numa entrevista publicada, no jornal **Correio Brasiliense**, V. Exª afirma que seu patrimônio, de 20 milhões de dólares, basicamente é oriundo de herança recebida na década de 60 e mais de trinta anos de trabalho de Governador. A Subcomissão, que faz o exame dos imóveis e das informações cartorárias, recebeu uma certidão do formal de partilha de 1975. V. Exª é capaz de recordar se esse é o único documento de ...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não. Sei o que V. Exª deseja. Faço o seguinte esclarecimento: essa formal de partilha não deve ser de 1975, e sim de 1965.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O que tenho aqui é uma certidão de 1975. Isso aqui deve ser uma certidão. Essa certidão é datada de 1975. É de 1966 o formal de partilha: 21 de 06 de 1966. V. Exª tem razão, equivoquei-me.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Devo lhe dizer que, antes dessa herança de formal de partilha, já tínhamos uma empresa constituída no Distrito Federal, em que éramos fornecedores de material básico da cidade. Isso foi em 1966; iniciamos aqui em 1958.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Só gostaríamos de saber se é o único formal de partilha?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Esse é o único, mas devo acrescentar que há uma fazenda de 112 alqueires goianos, desse formal de partilha, que fica na divisa do Distrito Federal, que transformamos num loteamento chamado Estrela Dalva Nove. Mas isso está nas declarações posteriores. Construímos loteamento de 7.800 unidades e todas muito bem vendidas, naquela época, restando hoje apenas 150 imóveis dentro desse loteamento. Isso porque houve contratos cancelados por falta de liquidez. Essa fazenda deu ensejo para que pudéssemos fazer a operação de um empreendimento imobiliário que teve o número de 7.800 unidades.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª se lembraria quando foi a alavancagem desse patrimônio?

O SR. JOAQUIM RORIZ - *Confesso que não me lembro.*

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não se lembra da época?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não me lembro; mas, de qualquer maneira, veja V. Exª, nobre Deputado, para que tenha conhecimento, quando, na época do falecimento do meu pai, em que houve o inventário e foi feito o formal de partilha, nós já tínhamos empresas há alguns anos, em que já trabalhávamos. A isso, depois, se acrescentou essa herança, onde, se este patrimônio representa algo de substancial, é resultado de empresa, de trabalho e também desse formal de partilha que ensejou uma grande possibilidade de crescer.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Porque o valor avaliado nesta certidão é baixíssimo. Aqui havia um equívoco da assessoria, mas fiz aqui uma correção. Não chegaria a 2 mil dólares o valor do patrimônio.

O SR. JOAQUIM RORIZ - O valor da fazenda e do patrimônio...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, do patrimônio que V. Exª herdou nesse momento: 38 dólares para cinco lotes da periferia da cidade de Luziânia; 15,45 para uma gleba de terra com benfeitorias e parte dessa gleba de 102 hectares que V. Exª...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Cento e dois alqueires.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim; evidentemente que estes valores aqui, mesmo corrigidos pelo dólar e trazidos para cá, até eu poderia ter herdado uma coisa assim. (Risos)

O SR. JOAQUIM RORIZ - V. Exª há de convir que, naquela época, os valores eram irrisórios, os valores atribuídos aí que... Entendo que os valores eram definidos pelo próprio inventariante. Não tenho nenhuma narração. Depois, naturalmente, ao herdá-los, transformamos esses imóveis em algo muitíssimo valorizado, porque foram transformados em um empreendimento imobiliário altamente importante.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O que V. Exª quer dizer é que, além destes bens que estão aqui relacionados, havia outros que constituíam o ativo de uma empresa?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Exatamente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A empresa, como se chamava?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Roriz... Não; Roriz era a sucessora de outra empresa. Isso a gente pode fazer um histórico, mas o importante...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não; eu considero dispensável porque esses são fatos patrimoniais e fiscais muito anteriores ao período da investigação. Isso é só porque, em função da entrevista ou da declaração de V. Exª publicada por esse jornal, criava-se um certo contraste com a informação que a Comissão havia recebido sobre a sua herança.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Devo esclarecer a V. Exª que esse valor divulgado não corresponde bem à realidade. É possível que tenha algumas mudanças, inclusive diminuindo esse valor, porque o mesmo foi resultado de um levantamento ligeiro que se fez de todos os imóveis, os quais foram arbitrados por nós próprios e pelos nossos técnicos; todavia, um trabalho muito rápido, sem nenhuma consistência. Agora é que estamos fazendo um levantamento de auditoria realmente profundo que vai esclarecer todas essas suas indagações.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Relator, agradeço. Já encerrei.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Obrigado, Deputado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vou passar aqui às mãos do Governador que, se quiser mandar copiar...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Pergunto à técnica se é preciso fazer uma nova passagem. (Pausa) Não.

Deputado Benito Gama, V. Exª deseja usar da palavra para argüir o Sr. Governador Joaquim Roriz?

O SR. BENITO GAMA - Nobre Relator, Deputado Roberto Magalhães, Coordenador desta reunião, Srs. Parlamentares, Sr. Governador:

A quebra do sigilo bancário é uma vertente do processo de investigação da CPI que estamos procedendo no Congresso Nacional. E, em função da quebra do sigilo bancário de V. Exª, queria apresentar aqui a V. Exª os números das contas para, inclusive, checar se são exatamente esses os bancos em que V. Exª tem conta. Banco do Progresso?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Sim.

O SR. BENITO GAMA - No Banco do Progresso são duas contas: uma em Brasília e outra em Goiânia?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Perfeito.

O SR. BENITO GAMA - UNIBANCO, Banco Mercantil de Crédito - BMC, BRB e Banco do Estado de Goiás?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Sim; mas várias delas já desativadas.

O SR. BENITO GAMA - Correto; é porque temos a informação de que, no Banco do Estado de Goiás, por exemplo, o período é até junho de 1990.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Essa conta no Banco do Progresso, em Goiânia, também está totalmente... foi no período em que fui Prefeito de Goiânia, e está totalmente desativada.

O SR. BENITO GAMA - Vou colocar os períodos: o Banco do Progresso, Agência 003, é de novembro de 1989 a agosto de 1992.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Perfeito.

O SR. BENITO GAMA - Banco do Progresso, também, de janeiro de 1989 a julho de 1992; UNIBANCO, Agência 0469, de janeiro de 1989 a fevereiro de 1990; BMC, de julho de 1990 a junho de 1991; e BRB, de dezembro de 1988 a setembro de 1993, período das informações que chegaram. E, no Banco do Estado de Goiás, desativada desde junho de 90. Com os respectivos valores do Banco Progresso: 3 milhões, 387 mil dólares. Outra conta, no Banco Progresso, 921 mil dólares. UNIBANCO: 1 milhão, 973 mil; BMC: 682; BRB: 282 mil dólares, portanto, é a menor. No Banco do Estado de Goiás: 591 mil dólares, perfazendo um total de 7 milhões, 836 mil dólares.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Em que período, Deputado?

O SR. BENITO GAMA - De janeiro de 89 a outubro de 93 quando iniciou...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Um período de cinco anos.

O SR. BENITO GAMA - Setembro de 93, período de cinco anos, quando começou o processo da CPI. Tinha operações de crédito **(INAUDÍVEL)** de 1 milhão e 500; então são 6 milhões, 313 mil e 147 dólares. Desse total, ele está distribuído assim por ano.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não houve uma retificação desses valores?

O SR. BENITO GAMA - Houve algumas modificações. Essa já é a última informação. Informação de hoje pela manhã... baixou para 5 milhões e 700, mas depois, ontem, com uma operação de crédito, uma movimentação em outro banco, perfez esse total.

Por ano, em 1989, a movimentação foi de 2 milhões, 991. Em 1990, 2 milhões e 40. Em 1991, 2 milhões e 62. Em 1992, 693; e, em 1993, 27 mil dólares.

O SR. JOAQUIM RORIZ - V. Exª me permite um esclarecimento?

O SR. BENITO GAMA - Pois não.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Eu queria ver, porque a informação que temos é que o número teria sido retificado, de acordo com o nosso trabalho, mas V. Exª coloca uma questão que houve uma operação de crédito.

O SR. BENITO GAMA - Operações de crédito no período que estamos descontando, porque são títulos de terceiro do próprio banco que V. Exª assinou os contratos e depois liquidou. Quer dizer, as entradas, independente de operações de crédito, dão um líquido de 6 milhões, 313 mil dólares.

O SR. JOAQUIM RORIZ - No período de cinco anos.

O SR. BENITO GAMA - De cinco anos.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Confesso que há uma... Deputado, fico perplexo porque o nosso levantamento chegou a outro número, mas como tenho absoluta confiança em V. Exª e, na Comissão que V. Exª coordena, naturalmente a gente teria o dever de esclarecer a V. Exª os nossos números, que não estão coincidentes. Mas a isso poderíamos, dada a vênia, se V. Exª permitir, fazer um ajustamento dentro daquilo que temos do levantamento, se for possível, porque o nosso número chegou a 5 milhões, 264, 022 e 84.

Isso não só conferido reiteradas vezes, como também a participação com auditor, que tem feito um trabalho, está terminando o trabalho, mas que já tem esse resultado, segundo as informações, com a maior perfeição. Como não posso levantar uma dúvida do trabalho de V. Exª, se permitir V. Exª, iríamos depois fazer um ajustamento nos seus respectivos valores..

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Governador, V. Exª tem o direito de contestar, tem o direito de protestar por novos esclarecimentos; pode também, se quiser, enviar auditores ou contadores à Subcomissão de Bancos; nós não somos um Tribunal Inquisidor, somos apenas uma Comissão que busca fatos e a verdade dos fatos.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Muito obrigado, Sr. Coordenador, meu prezado Deputado Roberto Magalhães, pela sua manifestação. Eu queria perguntar ao prezadíssimo

Deputado Benito Gama, diante dessa colocação inicial, em que há naturalmente valores diferenciados...

O SR. BENITO GAMA - Cerca de 1 milhão de dólares.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Porque isso me traz, naturalmente, não só um constrangimento, como uma perplexidade, pois eu tinha absoluta certeza de que o nosso trabalho estava rigorosamente correto. Mas como não tenho o direito de duvidar do trabalho da Comissão que V. Exª coordena, pergunto a V. Exª se era possível, mesmo antes das demais perguntas, ajustarmos, fazer encontrar os seus assessores com os nossos assessores para, num encontro de contas, verificar a verdade não só sobre esses valores, mas sobre qualquer dúvida que V. Exª tenha.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Governador, Sr. Presidente, todo trabalho humano está sujeito a erros. Evidentemente, com o nosso pode estar acontecendo isso.

Da minha parte, eu não tenho, não faço nenhum objeção, até porque é uma decisão do Presidente Jarbas Passarinho, do Relator, da Mesa, própria decisão da CPI, de que as testemunhas não terão acesso aos dados até o depoimento.

Depois do depoimento, ele pode fazer o requerimento sobre as informações e checar, porque o nosso objetivo é chegar à verdade dos fatos. Não é escamotear a verdade, como disse bem o nosso coordenador e Relator Roberto Magalhães.

De minha parte, eu me submeto à decisão do Presidente desta reunião, Deputado Roberto Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Bom, gostaria de entender. A proposta é suspender os trabalhos e depois retomá-los, ou seria adiar para um novo encontro?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não, a proposta seria, com a permissão de V. Exª, colocarmos os nossos auditores, os nossos técnicos, junto com os auditores e técnicos da Subcomissão, na data em que V. Exª determinar...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Presidente, permita-me uma sugestão. Acho que poderíamos fazer a exemplo do que fizemos com a questão patrimonial e fiscal. O Deputado Benito Gama deixaria as questões, e V. Exª responderia depois, sem o que, para sermos isonômicos com os demais depoentes, vamos ter que convocar V. Exª de novo.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Muito obrigado, a sua interferência foi muito oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Estou de pleno acordo com a sugestão do Deputado Luiz Salomão que, aliás, sempre é muito oportuno, e o Relator está muito sensibilizado com isso.

Então, ficamos assim. O Deputado Benito Gama deixa por escrito as perguntas, e V. Exª, depois, responde.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Perfeitamente.

O SR. BENITO GAMA - Mas poderíamos formalizar as perguntas e depois complementaria, se fosse o caso...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Pode também mandar as perguntas amanhã, não precisa deixar hoje. Como é que vai fazer?

O SR. BENITO GAMA - Não tenho como deixar, porque as perguntas estão em função do depoimento.

O SR. NELSON TRAD - O Deputado Benito faria...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Leria todas elas.

O SR. NELSON TRAD - (inaudível) Os assessores gravariam; evidentemente nós teríamos condições

O SR. JOAQUIM RORIZ - Depois nós responderíamos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - O que ele quer dizer é que as perguntas podem ser a, b ou c, dependendo da anterior, da resposta.

O SR. BENITO GAMA - Eu vou deixar algumas perguntas, mas no decorrer das respostas é que as perguntas vão surgindo, e nessa parte financeira e fiscal, por exemplo, a análise de um ano da Declaração de Imposto de Renda, pode demorar quinze, vinte, trinta, quarenta ou cinquenta minutos.

Então, eu farei algumas perguntas a V. Exª e depois, de acordo com a resposta e com o exame dos dados que eu pediria, no caso, que fosse na segunda-feira, no primeiro horário, porque estamos na última semana dos trabalhos da CPI...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Perfeitamente.

O SR. BENITO GAMA - ... e isso era muito importante que a coordenação técnica da Subcomissão e do assessor de V. Exª, na segunda-feira pela manhã, fizesse esse encontro de informações.

Eu gostaria também que V. Exª requeresse, desde já, verbalmente ao Presidente para haver o deferimento dessa decisão para eu passar para o pessoal técnico. Mas eu gostaria de fazer duas ou três perguntas para encaminhar, depois...

O senhor tem algum administrador ou gerente financeiro que cuida das contas bancárias pessoais de V. Exª?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Quem cuida dessas questões financeiras é a própria família, tanto é que V. Exª pode verificar que os cheques assinados são geralmente pela família. Não tenho um gerente financeiro. Os negócios são todos resumidos ultimamente. Temos renda de atividade agrícola, temos renda de aluguéis, temos outras rendas. Então, a coisa é muito simplificada, porque voltamos as nossas atividades, nos últimos tempos, só para a atividade agro-pastoril. Entretanto, temos imóveis que geram rendas e isso é muito fácil de se manejar, é resolvido e gerenciado pela própria família.

O SR. BENITO GAMA - Isso é constatado porque a pessoa física de V. Exª, nos últimos meses, no último ano principalmente, houve uma redução...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não se assinam mais cheques. Exatamente.

O SR. BENITO GAMA - ... (inaudível) nós inferimos. Mas eu fiz essa pergunta a V. Exª porque constatamos na conta de V. Exª uma relação financeira com o Sr. Valdivino Vieira.

V. Exª conhece essa pessoa?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Conheço.

O Valdivino...

O SR. BENITO GAMA - E mantém relações pessoais com ele?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Valdivino Ferreira?

O Valdivino...

O SR. BENITO GAMA - Valdivino Vieira Pinheiro.

O SR. JOAQUIM RORIZ - O Valdivino foi gerente de uma fazenda, da minha fazenda. Mas ele não é mais gerente. É uma pessoa simples, é um homem modesto, eu diria, um homem pobre, mas é um homem de bons propósitos. Então, ele inspirou em mim muita confiança e gerenciou a minha fazenda alguns meses ou, talvez, uns dois anos, não como gerente-geral, mas como gerente setorial.

O SR. BENITO GAMA - Mas era um homem de sua confiança?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Sim. Ele era um homem, por exemplo, que às vezes fazia compra de gado, de bezerro, que pagava o custeio das fazendas. Ele buscava cheque, geralmente nos fins de semana e pagava as contas de alguns setores do seu gerenciamento. É uma pessoa muito simples, mas de confiança. Um rapaz bem esclarecido e é por sinal uma pessoa pobre, mas que eu sempre acreditei nele como homem correto.

O SR. BENITO GAMA - Então o encontro de cheques e documentos de V. Exª na conta dele é uma coisa normal?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Absolutamente normal.

O senhor sabe que, com uma atividade política como a de Governador, eu não tinha o gerenciamento, como não tenho até hoje, da fazenda em si, e essa era a pessoa que buscava o cheque, depositava na conta dele e ele fazia os respectivos pagamentos necessários do custeio dela. Esse era o relacionamento. Mas ele ficou algum tempo e depois me deixou; até não gostei porque era de um bom trabalho, mas ele achou ofertas melhores e deixou o emprego.

O SR. BENITO GAMA - Hoje não trabalha mais com V. Exª?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não trabalha.

O SR. BENITO GAMA - É possível, no caso aí de compensação financeira, por ele estar contido nesse valor total que, na segunda-feira, os técnicos da Comissão...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Podemos esclarecer.

O SR. BENITO GAMA - V. Exª conhece o Sr. Vanderlan Dias Soares?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Por favor, uma ligeira pausa...

O SR. BENITO GAMA - Mais cinco minutos, eu resolvo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Você vai para a Bahia hoje?

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Estão reabertos os trabalhos.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Governador, V.Exª conhece o Sr. Vanderlan Dias Soares?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não sei. Posso conhecê-lo, mas não estou ligando o nome com ninguém, posso até conhecê-lo, mas não estou ligando o nome à pessoa.

O SR. BENITO GAMA - Não há relação comercial com V.Exª?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Absolutamente. Precisava de esclarecimento que não tenho.

O SR. BENITO GAMA - Sendo assim, Sr. Presidente, deixo as perguntas para, na segunda-feira, ao concluir as informações, checar os documentos das Subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Pois não. Fica acertado que o Deputado Benito Gama deixa algumas questões sobre a movimentação bancária do Sr. Governador Joaquim Roriz, dada a discordância entre números da Subcomissão de Bancos e da Assessoria Especial do Sr. Governador. S. Exª responderá com brevidade para chegarmos aos números consensuais, se possível.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Governador, gostaria que V.Exª fizesse um requerimento sobre esses documentos agora, nesta reunião, e V.Exª, Deputado Roberto Magalhães, deferisse de imediato, para que, ainda hoje, encaminhe...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Deixar tudo isso?

O SR. BENITO GAMA - O requerimento aprovado...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Pode ser verbal?

O SR. BENITO GAMA - Pode ser verbal, para que a a decisão fique tomada, porque fica em ata, a fim de que, ainda amanhã, o PRODASEN possa trabalhar, dar as informações ao Sr. Governador e, na segunda-feira, já começemos a trabalhar.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Ele vai requerer os documentos?

O SR. BENITO GAMA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Pensei que era o que já estava decidido.

O SR. BENITO GAMA - Apenas é uma questão formal. Como o Presidente Jarbas Passarinho tem autorizado sair depois do depoimento e amanhã é domingo e vou viajar...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Tudo bem, prezado Deputado. Então, requeiro ao nobre Presidente desta Comissão o acesso a esses documentos relacionados pelo Deputado Benito Gama.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Documentos que dizem respeito às contas correntes de V.Exª nos últimos cinco anos.

Está deferido o requerimento de V. Exª. Autorizo nossa secretária a providenciar amanhã o requerido por V. Exª porque há pressa, tanto por parte do Governador, como por parte da Subcomissão, visto que a Subcomissão tem prazo para oferecer seu sub-relatório.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Agradeço muito o seu deferimento, nobre Presidente.

Gostaria de esclarecer, no encerramento deste encontro, e peço vênia a V.Exª, que deveria ter indagado ao eminente Coordenador desta comissão especial, Deputado Roberto Magalhães, se as questões formuladas eram pertinentes ao objeto do convite desta CPI. Porém, não o fiz em nenhuma oportunidade e, dentro do possível, procurei responder a todas as questões; naturalmente, não as respondi bem, e, nas minhas limitações, procurei fazê-lo da melhor maneira possível e declaro que farei melhor por escrito. Prestei esses esclarecimentos por saber que, felizmente, constituíram uma comissão de alto nível, composta de parlamentares por quem tenho o maior apreço e respeito.

Não questionei em nenhum momento e não só procurei esclarecer, como deverei esclarecer tudo aquilo que ainda pairar de dúvidas sobre V.Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Sr. Governador, em nenhum momento cuidei disso porque entendi que V.Exª, na fala inicial, disse que estava pronto a responder sobre Orçamento e até sobre sua vida pessoal. Ou será que ouvi mal?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Ouviu bem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Então, por isso me dispensei de prestar esclarecimentos. Eu teria o dever, realmente, como coordenador, de policiar para que não houvesse qualquer pergunta que fugisse ao objeto da CPI.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Acho que V.Exª - eu o louvo -, no final, saiu ganhando porque muitas perguntas que ficariam sem esclarecimento, ficaram esclarecidas. Não é verdade?

O SR. JOAQUIM RORIZ - É verdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Não vamos terminar ainda, o Deputado Benito Gama vai ter um pouco de paciência, porque o Deputado Sérgio Miranda tinha pedido a palavra para complementar algumas perguntas. V. Exª vai querer fazê-las agora?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, vou fazê-las. São perguntas rápidas, Sr. Presidente, mas importantes para nossa Subcomissão.

Fruto de uma emenda do Orçamento Geral da União de 1992 do Senador Valmir Campelo que diz: reestruturação do sistema penitenciário, construção do Setor C do Centro de Internamento e Reeducação do Distrito Federal. Esta obra é a chamada Penitenciária da Papuda?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Exatamente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O Governo do Distrito Federal fez alguma investigação sobre essa obra, sobre o processo licitatório, sobre...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Para esta eu tenho uma resposta rápida, nobre Deputado.

Eu gostaria, de acordo com a sua pergunta, de responder o seguinte: esta obra realmente é necessária. O sistema penitenciário do Distrito Federal tem um déficit de 1.000 vagas. Compreendem-se 3 penitenciárias, 1 hospital e administração.

O edital de concorrência foi examinado e aprovado pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

A concorrência pública foi realizada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, em 03.09.91. Participaram 10 empresas, sendo vencedora a que apresentou o menor preço. Valor aproximado da obra: 60 milhões de dólares, conforme Convênio 22/91 - Ministério da Justiça e GDF. 70% seria financiada pela União e, 30%, pelo GDF.

Não houve, no custo da licitação, recurso administrativo, medida judicial ou mesmo qualquer incidente. A obra se encontra paralisada por falta de repasse de recursos da União. Foram executadas apenas 9.5% de seu total, incluindo-se a contrapartida do Governo do Distrito Federal.

Houve remanejamento de recursos previstos no Orçamento do Distrito Federal já no final de 1993, tendo em vista que a União deixou de efetuar os repasses a partir de julho/93.

Este esclarecimento final é importante, porque pressupõe que havia, no Orçamento do GDF, um recurso para contrapartida. Mas, como não houve recurso do Governo Federal, anulamos o recurso de que isso representaria uma contrapartida.

A SISET, que é do Ministério da Justiça, realizou, nos meses de novembro e dezembro de 1993, inspeção da obra, atestando a sua regularidade e adequação ao nível de recursos aplicados. Foram aprovadas todas as prestações de contas pelo Distrito Federal.

Esta é a resposta, nobre Deputado!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Sr. Governador, tenho em mãos uma auditoria nas obras de construção do Setor "C", do Centro de Internamento e Reeducação do Distrito Federal, realizado pela Secretaria de Controle Interno, Departamento de Assuntos Penitenciários do Ministério da Justiça.

Chama-nos a atenção, inclusive pela nossa prática de exame da questão das empreiteiras, que este é um dos casos que se pode adequar à classificação que foi feita da OAS como empresa de **franchising**, não como uma construtora verdadeiramente. Ela se sagrou vencedora da construção. Apenas com 10% - 9.7%, como o Governador confirma - já foram subempreitados pela contratada vários serviços, utilizando as empresas BASEV, TRANSTERRA, SOTEC, INFRASOLO, SONDA e CONTEST.

Isto não diz respeito ao Governador em si. Mas, em relação à legalidade do processo licitatório, o nosso relatório contesta esta afirmação, contesta o processo licitatório e afirma, claramente: "houve forçosamente acerto entre as empresas durante a elaboração das propostas". Houve um acerto, a licitação foi acertada, segundo o relatório da SISET. E mais ainda: temos como provável a existência de sobrepreço na licitação, envolvendo um sobrepreço na licitação e no contrato, que deve ser acima de 60%.

É importante que depois fosse fornecido, ao Governo do Distrito Federal, o resultado dessa auditoria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - De quem é essa auditoria, Deputado Sérgio?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Da SISET, do Ministério da Justiça. Foi pedido pela nossa subcomissão em dezembro.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Em dezembro de 1993?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Em dezembro de 1993.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Agradeço, nobre Deputado, por esta informação, porque vamos tomar todas as medidas necessárias.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não!

Outra obra...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - A SISET fez auditoria aqui, pois, por enquanto, não há nenhum recurso federal ainda?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª quer tirar uma cópia?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Queremos.Muito obrigado!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A obra, também fruto de recursos do Orçamento Geral da União, construção da Escola Técnica de Brasília, cujo autor é o Senador Valmir Campelo, foi aprovada. V. Exª tem conhecimento da realização desta obra?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Tenho. Só não tinha conhecimento de que a emenda era do Senador Valmir Campelo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Isto é secundário.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Acho que é importante, nobre Deputado! E também aquela obra não é emenda somente do Senador Valmir Campelo; parece-me que há outros Parlamentares que também a subscreveram.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Esta questão para nós, para motivo do depoimento, é secundária.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Com relação à resposta sobre a Escola Técnica, tenho alguns esclarecimentos: a Escola Técnica Industrial de Brasília está sendo construída pela Empresa COSAL, que venceu a concorrência pública, sendo a Secretaria de Educação do Distrito Federal meramente executora do convênio entre o MEC e o GDF. São 43 escolas técnicas que estão sendo construídas no Brasil inteiro, e a de Brasília é uma delas.

O MEC, de acordo com o convênio, determina o edital, fixa o preço base e homologa a concorrência, o que aconteceu. O repasse de recursos é do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar, MEC, para conta específica do Banco do Brasil, cláusula segunda do convênio 173/89, ou seja, não passa pelo Tesouro ou pela Secretaria de Educação do Distrito Federal. O preço base determinado pelo MEC foi de onze milhões de dólares. A obra foi iniciada em novembro de 1989 e ficou paralisada, por falta de recursos, de março de 1990 a setembro de 1992, dois anos e meio.

Foram repassados, até agora, quatro milhões de dólares, faltando, portanto, o repasse de sete milhões de dólares. Já foram executados 36% da obra, o que corresponde a toda estrutura e infra-estrutura; blocos cinco e seis; reservatório de água superior e inferior; cabine de medição; guarita e urbanização; o que corresponde a dezesseis salas de aula, uma biblioteca, salas especiais de administração e sanitários, que serão inauguradas em março de 1994. Sobre o andamento da obra, a Secretaria de Educação, que é apenas a executora, faz relatório mensal, por escrito e também fotográfico, e envia ao MEC. A execução da obra está absolutamente com os recursos transferidos até o momento. Essa é a resposta que gostaria de dar.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nobre depoente, gostaria de indagar novamente o nome da empresa construtora.

O SR. JOAQUIM RORIZ - A empresa construtora é uma empresa brasiliense chamada COSAL.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Brasiliense, não é uma subsidiária da OAS?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não. É COSAL.

Para terminar, a emenda - temos aqui - não consta que seja do nobre Senador Valmir Campelo. Se é que é emenda, pois me parece que isso é convênio e repasse de recursos do Fundo Nacional; não resultado de emendas, e sim decisão do Poder Executivo, via MEC.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Temos aqui, pelos dados do CIAF, a Emenda nº 027514-0, emenda à despesa; Autor: Valmir Campelo, PTB-DF. Essa emenda foi englobada em outra emenda de Eurides Brito. É Senador ou Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - É a atual Secretária.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Ela era Deputada na época.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Deputada Federal. Chegou a ser Líder do PTR. É Deputada ainda.

O SR.BENITO GAMA - É Primeira Suplente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Ele foi Relator do FNDE? Não tenho essa informação aqui. A nossa Subcomissão, Sr. Presidente, pediu também um exame para o MEC dessa obra. A conclusão que se chega também não é uma boa conclusão. Há indício de fraude na definição do preço base. O preço base da licitação foi-nos encaminhado pelo Sr. João Azevedo, Secretário, e é mais de 100% superior ao valor orçado pela Figueiredo Ferraz. Também ele faz uma afirmação, no caso da Escola Técnica de Brasília: "Há indício de que o preço base, sigiloso e excessivo, não foi sigiloso para a OAS e para a COSAL, revelando um acerto prévio entre o representante do MEC e das empreiteiras, pois, mesmo com a margem estreita de variação de preço, 95% do preço base, cotaram valores muito próximos, como pode ser visto no preço abaixo". Também às cláusulas de procedimentos restritivos faz uma crítica profunda, de que os índices são extremamente elevados, para fazer a composição de quais as empresas que poderiam participar.

Gostaria também, se interessar ao Governador, mostrar outra obra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Deputado, antes disso, esse laudo agora de quem é?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - É do Ministério da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Também do Órgão de Controle Interno?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - "Trata-se de inspeção extraordinária na Secretaria de Educação Média e Tecnológica, SEMET, do Ministério da Educação e do Desportos, MEC, da Fundação Educacional do Distrito Federal, FEDF, realizada por solicitação da Subcomissão de Emendas da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Sim. Mas quem fez o laudo?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Foi o MEC.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - O próprio MEC?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Deve ter sido. É feita pela IGCE.

O SR. - Inspetoria Geral de Controle Externo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Controle interno, deve ser. Externo?

O SR. - Sim.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Muito bem, nobre Deputado; parabéns por isso, agradeço-lhe, mas quero reafirmar que o conhecimento que tenho é de que o MEC, de acordo com o convênio, é que determina o edital, fixa o preço básico e homologa a concorrência - o que aconteceu.

Se há alguma irregularidade, o GDF não tem nenhuma responsabilidade, dentro do meu ponto de vista; porém, agradeço a V. Exª.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Para esclarecer, creio que há uma participação de uma entidade do GDF, que é a Fundação Educacional do Distrito Federal - FEDF.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Ela é executora apenas; ela apenas administra a obra.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não.

Sr. Depoente, eu faria assim algumas perguntas mais objetivas, em função de fazer levantamentos de dados; são informações que desejaríamos obter: a nossa Subcomissão ficou encarregada pela CPI de acumular todos os materiais da Odebrecht, realizando um estudo detalhado sobre a questão daquela empresa.

Uma das questões que está criando polêmica na CPI advém de informações variadas, que temos que confirmar: V. Exª recebeu um brinde especial da Odebrecht - um quadro no valor de 1 mil e 600 dólares?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Isso já foi fruto de divulgação pela imprensa. Confesso a V. Exª ter recebido, como era comum com todos os governantes, e acredito que com alguns parlamentares; geralmente é muito constrangedor receber presentes, não gosto de recebê-los; mas também não sou deseducado para mandar devolvê-los.

O que posso dizer a V. Exª é que devo ter recebido, sim, só que não sabia que era esse o valor; se soubesse, isso teria trazido um constrangimento muito maior. Mas isso não ensejou nenhuma facilidade, nem sequer conheço os diretores da Odebrecht.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Sr. Governador, lamento informar a V. Exª que, conhecendo os papéis da Odebrecht, quero dizer que o seu prestígio não está alto, porque eles doaram sete quadros, sendo o mais caro de 7 mil dólares; ia caindo, caindo e V. Exª, com 1 mil e 600 dólares, realmente não está... (Risos)

O SR. JOAQUIM RORIZ - (Risos.) Lamento e agradeço aqui a lembrança do meu Coordenador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - E há um assessor de V. Exª, um homem da mais alta categoria, que está apenas com uma garrafa de uísque.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Eu acredito que é possível que esse quadro esteja aí, nem sequer... Deputado Sérgio Miranda, isso é possível.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Mas recebeu?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não me lembro, vou confirmar, mas me lembro que recebi algum brinde.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - É importante essa informação para a nossa Subcomissão, porque alguns parlamentares informaram que não receberam aqueles brindes; então era preciso haver uma confirmação sobre se alguns receberam e outros não receberam. Posteriormente, V. Exª pode nos dar essa informação.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Só para esclarecer: sou um homem mais acostumado com as lides periféricas, de pobreza, agropastoris, e confesso a V. Exª que não sou um homem muito organizado. A minha mulher, que tem um comportamento um pouco mais afinado, eu diria que ela reclama muito a mim que eu nem sequer fico sabendo quem é que mandou os presentes, os brindes de fim de ano.

Eu dizia a ela que respondesse e agradecesse em meu nome, mas eu não sei; mas é possível que isso tenha acontecido; não estou negando; é possível, porque recebi muitos brindes: litros de uísque, alguns pequenos quadros, e lamento dizer a V. Exª que não posso garantir que tenha sido a Odebrecht; é possível que seja.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - A última pergunta, Sr. Presidente, que também é uma pergunta somente para informação, para posterior investigação da nossa Subcomissão: as obras de construção do hospital da Vila Paranoá, elas estão paralisadas por denúncia de superfaturamento; isso é verdade? Existe investigação providenciada...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não, Deputado, absolutamente; mas temos uma informação importante a prestar a V. Exª e à douta Comissão.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Será que V. Exª tem o autor da emenda para a realização dessa obra?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Temos.

Hospital do Paranoá: se V. Exª me permite, parece-me que a resposta é um pouco longa, mas vou procurar fazê-la um pouco mais rapidamente para não tomar mais tempo dos Srs. Parlamentares, que já estão aqui há muito tempo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, V. Exª pode ficar à vontade.

O SR. JOAQUIM RORIZ - A resposta é mais ou menos a seguinte, nobre Deputado: a obra é totalmente financiada pelo Governo Federal - V. Exª sabe disso -, por meio do Ministério da Saúde - INAMPS, a quem coube elaborar os modelos de contrato, inclusive estabelecendo o critério de preço sigiloso.

Posteriormente à licitação, o Tribunal de Contas da União recomendou, em 24.09.91, que o critério de preço sigiloso não mais fosse adotado, como naturalmente conhece isso V. Exª A. De todos os dezessete hospitais licitados à época, na forma do convênio, o Hospital do Paranoá de Brasília, não sei se V. Exª sabe disso, prezado Deputado, teve o custo mais baixo por metro quadrado, ou seja, um mil cento e noventa e sete dólares, enquanto os demais variam de um mil duzentos e vinte e sete a um mil seiscentos e cinqüenta e um dólares, os restantes pelo Brasil afora.

As denúncias foram julgadas improcedentes pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal em voto unânime de juízes em 18-11-92. Durante o período em que as obras permaneceram suspensas por decisão do Presidente da nossa Fundação Hospitalar do Distrito Federal, foi o nosso Presidente que suspendeu as obras, até a manifestação final dos tribunais de contas, nenhum recurso financeiro foi repassado pela União ao GDF para a obra.

As obras encontram-se paralisadas por falta de liberação de recurso pelo Governo Federal. A população do Paranoá, de quase cem mil pessoas, continua sem um único leito hospitalar para atendê-la. Os quinhentos operários que trabalhavam na construção foram demitidos, o que agravou ainda mais a crise de desemprego. Hoje estão executados 15% dos serviços de construção. Os recursos financeiros liberados também apresentaram 15% de custo total da obra.

A PGR, Procuradora-Geral da República, recebeu da Fundação Hospitalar do Distrito Federal informações sobre os fatos denunciados, (porque isso já é fruto de denúncia desde 30-08-91, e essa denúncia foi formulada pelo Deputado Augusto de Carvalho) até hoje não se manifestou a respeito. Se necessário, comissão mista parlamentar de inquérito do Congresso investigou, em 1991, obras realizadas pelo Governo Federal. Uma das obras examinadas foi a do Hospital do Paranoá. A CPI nada constatou de irregular no caso.

Muito bem. Não sei se aqui termina.

Então, a paralisação, agora das obras do Tribunal, terminei aqui, a CPI nada constatou de irregular no caso. Parece-me que tinha outra denúncia. Aliás, tinha uma denúncia e a segunda foi feita também pelo Deputado Augusto de Carvalho à Procuradoria-Geral da República em 20-08-91. Não satisfeito, o mesmo Deputado formulou denúncia ao TCU em 24-09-91 e em 04-12-91, o Tribunal de Contas do Distrito Federal julgou as denúncias improcedentes. Também a denúncia apresentada por Augusto de Carvalho foi rejeitada em 18-11-92 pelo TCU (Tribunal de Contas da União), que a julgou improcedente por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Mais alguma pergunta, Deputado Sérgio Miranda?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Poderíamos terminar, mas acontece que o Deputado Benito Gama esqueceu de fazer uma última pergunta. Ele agora a fará a V. Exª.

O SR. BENITO GAMA - Em relação às pessoas sobre as quais estávamos falando. V. Exª conhece o Sr. Ronaldo Junqueira?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Conheço muito. É meu amigo.

O SR. BENITO GAMA - V. Exª. tem relação comercial ou financeira ou outro tipo de relação com ele?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Comercial não tenho. É meu amigo. É um homem da mais absoluta amizade pessoal, muito antes de ser Governador. Não sei qual é a intenção da pergunta de V. Exª, mas é um homem, poderia lhe dizer, ligado por amizade a minha pessoa.

O SR. BENITO GAMA - A intenção da pergunta é por que na movimentação financeira, que na segunda-feira vamos esclarecer, há documentos bancários dele para V. Exª e também...

O SR. JOAQUIM RORIZ - De mim para ele?

O SR. BENITO GAMA - Não, dele para V. Exª.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Posso esclarecer. Já posso esclarecer.

No ano de 1990, na época da campanha, posso esclarecer isso, e depois, naturalmente, V. Exª vai conferir, eu me lembro que Ronaldo Junqueira, jornalista, altamente competente, um homem respeitado na cidade, tinha alguns negócios na cidade. Lembro-me que estava passando por uma crise financeira. Isso no fim da minha campanha. Ele estava passando por algumas dificuldades financeiras. Ele esteve na minha casa pedindo um empréstimo pessoal, por poucos dias. Perguntou-me se eu tinha e falei que era possível. E tinha sim. Realmente, fiz um empréstimo pessoal a esse homem, e ele fez o depósito em minha conta, e me avisou por telefone. Não sei se essa a transação que está sendo indagada por V. Exª

O SR. BENITO GAMA - V. Exª sabe o valor?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não, não me lembro. Posso lhe adiantar que fiz isso, não sei se o fiz mais de uma vez. Só queria lhe adiantar que isso acontece muito com políticos - V. Exª. sabe disso. Tendo-se dinheiro disponível, geralmente o emprestamos a pessoas da nossa amizade, a pessoas corretas que nos pedem emprestado. Mas se trata de dinheiro pessoal eu nem sequer estava no Governo. V. Exª. pode constatar isso, eu não estava no Governo. Se houve depósito dele na minha conta, V. Exª. pode ter absoluta certeza de que foi um empréstimo feito por mim a ele, e, naturalmente, ele depositou o dinheiro posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Não é o contrário? Não foi um depósito do Governador para ele?

O SR. BENITO GAMA - Não.

O SR. JOAQUIM RORIZ - E se for o contrário?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Eu imaginei isso, porque eu passei uma lista.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Se me permite o nobre Deputado Benito Gama, eu gostaria de fazer uma indagação.

O SR. BENITO GAMA - Pois não.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Tenho uma preocupação muito grande. Vou ler aqui uma observação da minha assessoria sobre aquela pergunta. Não sei se tenho alguma coisa a esclarecer a mais, mas vou verificar. Todos os anúncios do Tribunal Regional registraram a minha vitória.

> O Governador, em outubro de 1990, participou de uma série de eventos em Brasília, realizados em homenagem a políticos locais e de outros Estados vencedores de um pequeno prêmio, mas não sabemos precisar a data, o local e participantes à época. O que sei é que, às festas do Deputado João Alves e do Sr. José Carlos, eu nunca compareci.

Tenho duas indagações. Fiquei muito preocupado com a pergunta do Deputado Sérgio Miranda com relação a uma homenagem recebida por mim, onde havia a presença de alguns Parlamentares e de várias pessoas citadas por S. Exª.. Não lembro disso, mas não posso negar, com categoria, se, realmente, não houve essa homenagem, gostaria de verificar e vou explicar o porquê.

Após a minha vitória como Governador, recebi tantas homenagens, tantos jantares, tantos encontros, tantos convites e tantas manifestações nesta cidade, que eu não seria capaz de enumerá-los. Imaginem um Governador vitorioso, eleito pelo Primeiro Turno, nesta cidade em que todos conhecem todos! Não sou capaz de lembrar agora, nesta oportunidade, quantas homenagens e quantos convites recebi.

S. Exª. me perguntou a respeito de uma homenagem feita na casa de um construtor, onde estavam essas figuras, Parlamentares, que, hoje, estão comprometidos com problemas no Orçamento, e confesso que preciso ter muita memória e consultar os meus assessores para saber se isso aconteceu ou não. A princípio, não me lembro. Mas, nobre Deputado Sérgio Miranda, não posso afirmar, não posso dizer com categoria.

A única coisa que posso adiantar a V. Exª. - se é que isso aconteceu; vou verificar - é que não conheço essa pessoa, a não ser por informações ou de forma rápida, e

que não tive nenhum contato após assumir o Governo com esse cidadão a que V. Exª. se referiu: Porém, deixo em aberto esse esclarecimento, se estive ou não; não posso lhe garantir neste momento, para que, amanhã, tenha que voltar a esclarecer esse ponto.

Além disso, gostaria de ler aqui algumas...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Trata-se daquela história de vídeo? Não é isso, Governador?

O SR. JOAQUIM RORIZ - É uma homenagem onde estavam os Deputados...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Mas eu não falei na casa de alguém.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Lamento dizer que não me lembro.

O SR. NELSON TRAD - Evidentemente, acompanhamos a vida política dos Líderes. Isso não teria sido quando, em São Paulo, V. Exª. recebeu aquela homenagem como homem, como Governador do ano? Houve uma homenagem na Federação...

O SR. JOAQUIM RORIZ - Não. Recebi essa homenagem recentemente como Governador.

O SR. NELSON TRAD - Isso foi no ano passado, não é?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Sim. Foi no ano passado.

O SR. NELSON TRAD - Foi no começo do ano passado, não é? Foi em maio do ano passado. Foi uma homenagem prestada em São Paulo.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Foi uma homenagem ao homem ferroviário do ano.

O SR. NELSON TRAD - Isso. Homem ferroviário do ano. Lembro-me de que havia se manifestado... a geração de empregos.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Exatamente. Foi uma grande homenagem, onde estavam presentes grandes empresários e uma multidão de trabalhadores. Foi uma grande homenagem. Mas a homenagem a que S. Exª. se referiu ocorreu após a minha eleição.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, gostaria de esclarecer isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Governador Joaquim Roriz, não tenho a data precisa.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Nobre Deputado Sérgio Miranda, só gostaria de deixar isso em aberto, para, se amanhã ficar verificado que, realmente, houve essa homenagem, não se ter a idéia de que eu não disse a verdade.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Governador Joaquim Roriz...

O SR. JOAQUIM RORIZ - V. Exª me permite fazer duas indagações finais?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Gostaria de ler aqui algumas recomendações da minha Assessoria:

> "Após o anúncio do Tribunal Regional Eleitoral da nossa vitória para Governador Distrital, em outubro de 1990 participei de uma série de eventos em Brasília, realizados em homenagem a políticos locais e de outros Estados, vencedores daquele pleito, mas não sabendo precisar data, local e os participantes de cada comemoração ocorrida à época."

O que sei - isso quero que fique registrado - é que às festas do Deputado João Alves, e havia muitas, e do Sr. José Carlos, que eram muitas, nunca compareci. Eu poderia até ir, porque, na época, era até charme ir à casa daqueles que decidiam pelos recursos do seu governo, mas Deus, como sempre está comigo - e acredito muito nele -, protegeu-me de comparecer à casa desses elementos.

> "Todos os processos de fiscalização rotineira do Tribunal de Contas, relatados nas Pastas que passei a coordenar nos trabalhos, tiveram seus assuntos devidamente resolvidos e decididos pelo Tribunal favoravelmente ao Governo.
>
> Quanto à comissão de transparência, as questões aqui levantadas já foram resolvidas há alguns meses." Isso é importante: "Quanto à comissão de transparência - assunto aqui levantado por V. Exª, Deputado Sérgio Miranda -, as questões aqui levantadas já foram resolvidas há alguns meses, devidamente respondidas aos nossos fiscais. Encaminhei cópia de documentos com as suas respostas."

Então, para encerrar, gostaria de fazer uma indagação ao prezadíssimo e honrado Deputado Benito Gama: V. Exª - gostaria de deixar isso registrado - constatou na nossa movimentação bancária, em qualquer banco, em qualquer oportunidade, algum depósito, algum cheque meu ou de algum homem que está sendo investigado na CPI? V. Exª encontrou nesse movimentação bancária qualquer ligação do Governador e do meu Governo com esses homens que estão sendo investigados na CPI?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Posso ajudar?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Eu gostaria de saber se V. Exª encontrou alguma ligação, na movimentação bancária do Governador e do seu Governo, com aqueles que estão sendo investigados, cujas irregularidades já foram constatadas pela CPI?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Governador, só para ver se entendi a pergunta de V. Exª: se foi encontrado algum documento vinculado com V. Exª e alguns investigados da CPI.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Empreiteiros, parlamentares...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr., Presidente, Sr. Governador, Srs. Parlamentares, até as 14 horas de hoje, enquanto tive acesso, no Senado, não encontrei nenhum cheque, nenhum documento de empreiteira ou das pessoas envolvidas no processo do orçamento na conta de V. Exª, nem também emissão de V. Exª para eles.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Muito obrigado.

Era só isso que eu queria esclarecer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Governador Joaquim Roriz, em nome do ilustre Senador Jarbas Passarinho, Presidente da CPI, que nos designou - a mim e aos nobres Colegas - para vir aqui ouvi-lo, quero agradecer a maneira cordial com que nos recebeu a todos e principalmente a forma aberta de responder às perguntas, não se recusando, em nenhum momento, a qualquer resposta, como poderia tê-lo feito, por estar diante de questões que não estão diretamente ligadas ao objeto da CPI.

Creio que isso revele o seu espírito democrático e também o seu desejo de contribuir para esta CPI, que está maltratando e, evidentemente, fazendo muitos infelizes no momento, trazendo muita ansiedade. Mas temos certeza de que esse é o preço que temos de pagar para melhorar isso tudo, para moralizar as práticas da vida pública brasileira em toda a parte: no Congresso, no Executivo, nos executivos estaduais, e assim por diante.

Por tudo isso, fica aqui o nosso muito obrigado e a certeza de que nem V. Exª, nem os brasilienses irão decepcionar-se com o trabalho que nós todos que constituímos a CPI iremos oferecer. Temos a convicção de que não decepcionaremos nem o Congresso, nem a opinião pública brasileira.

O SR. JOAQUIM RORIZ - Disso tenho certeza, nobre Presidente.

Mas antes, se V.Exª me permite ao concluir com algumas considerações finais, gostaria de ler um documento que tivemos um cuidado de elaborá-lo com a maior cautela. Iniciaria dizendo:

"Gostaria de tecer algumas considerações sobre o tema-objeto dessa CPI. Devo de plano fazer uma referência específica às discussões que hoje avultam neste País sobre a ética republicana. O Brasil precisa repensar claramente os processos e as estruturas na gestão da coisa pública. É evidente que devem ser punidos os homens públicos que desonraram a missão que lhes foi cometida pela sociedade.

Todavia, não podemos nos limitar a essa providência. É preciso, de igual modo, reformar o Estado. A prática orçamentária vigente não é apenas obsoleta é ademais disso: indutora das mais variadas distorções. Desde a que desserve ao interesse público até aquela que implica corrupção. Deve ser mudada, portanto.

Nobre Presidente, Srs. Parlamentares, no contexto orçamentário, ressalto também o financiamento a Brasília. Não pode esta cidade continuar na condição de peticionária indigente de dotações orçamentárias da União. Não pode dispor de uma autonomia vulnerável aos humores administrativos. Brasília quer por dever de justiça que se crie na Constituição um Fundo do Distrito Federal. Subsídios à revisão do processo orçamentário é a criação do Fundo do Distrito Federal integram um documento que tenho ao honra de oferecer a V.Exª e a esta Comissão.

Por fim, não posso deixar de expressar aos senhores membros da CPI, que aqui estiveram comigo nesta tarde, para colher o meu testemunho quero deixar os meus agradecimentos. Sinto-me recompensado de todo o sofrimento que me foi imposto, ao longo desses quase três meses, desde que fui citado por um homicida em entrevista a uma revista de grande circulação nacional.

Meus trinta anos de vida pública, empresarial e até pessoal foram virados do avesso num processo de apuração de que muito se utilizaram os nossos adversários na política de Brasília. Vazamentos criminosos de informação para tentar manchar a nossa honra e a forma com que foi constituído o nosso patrimônio foram a tônica desses meses de tormento. Não fosse a solidariedade de minha família, dos meus amigos, dos meus correligionários e da maioria do povo desta cidade que tenho orgulho de governar, que é Brasília, esses tempos teriam sido ainda mais penosos e mais duros.

Creio em Deus, na solidariedade humana, na força da verdade, na capacidade do povo em distinguir os verdadeiros homens públicos daqueles que assaltaram o erário, manipularam verbas, transformaram em briga paroquial um caso com tantas e tão graves repercussões para o futuro do meu País. Tenho a certeza de que os senhores que aqui comigo estiveram e a grande maioria dos seus companheiros de CPI saberão bem avaliar a qualidade, a oportunidade e a veracidade das informações que acabo de prestar. Meu Governo, meus auxiliares e todas as instâncias de nossa administração estão e, continuarão permanentemente, abertas para a prestação de quaisquer informações a esta CPI.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao encerrar definitivamente gostaria ao final dessa CPI, após o relatório final, quando tenho a absoluta convicção de que seremos isentos de qualquer crime, de qualquer irresponsabilidade quero tê-los permanentemente sobre os meus, digo conselheiros, porque o exemplo que os senhores dão de homens honrados e corretos servem de exemplo, não só para mim, mas para todos aqueles que querem acertar neste País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Muito obrigado, senhor Governador. Algum Deputado quer usar da palavra?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Apenas para agradecer ao Governador. O Deputado Luiz Salomão insistiu comigo e esqueci-me de fazer um requerimento verbal. Posteriormente, iremos encaminhar para que a CPI tenha acesso a todo o processo licitatório do metrô de Brasília. Mesmo que não tenhamos condições de fazer essa investigação agora, até o relatório final de V.Exª, Sr. Presidente, teremos necessidade desse documento para a futura CPI das empreiteiras que espero seja aberta brevemente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - O Senhor Governador gostaria de responder?

O SR. JOAQUIM RORIZ - Estou de pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Magalhães) - Está deferido o pedido.

Está encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h40min.)

Depoimento do Sr. Deputado João Alves Filho

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Havendo número regimental, está aberta a reunião.

Srs. Parlamentares, membros desta subcomissão designada pelo Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre o Orçamento Federal; Exmº Sr. Governador do Estado de Sergipe, Dr. João Alves Filho:

Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 151, de 1993, destina-se a apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos referentes às atividades dos Parlamentares, membros do Governo e representantes de empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União.

Estão aqui presentes representando esta comissão, por designação do Presidente, o Senador Jarbas Passarinho; eu, na qualidade de Coordenador, Garibaldi Alves Filho; Deputado Zaire Rezende; Deputado Lázaro Barbosa; Deputado Fernando Freire, Deputado Sigmaringa Seixas.

Registramos também a presença do Deputado Vivaldo Barbosa, que foi um daqueles que assinaram o requerimento de constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Registramos, com honra para todos nós, a presença do Exmº Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, Deputado Reinaldo Moura.

A nossa reunião destina-se a ouvir esclarecimentos por parte do Governador João Alves Filho. Realiza-se na representação do Governo do Estado de Sergipe, no dia de hoje, 8 de janeiro de 1994.

Após ouvir o compromisso do Exmº Sr. Governador de Estado, pergunto a V. Exª se quer dirigir algumas palavras iniciais. Mas antes, porém, solicito ao nobre Deputado Lázaro Barbosa que proceda aos termos de qualificação do Governador.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Governador, qual é o seu nome completo?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - João Alves Filho.

O SR. LÁZARO BARBOSA - A sua idade?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Tenho 52 anos.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Estado civil?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Casado.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Residência?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Rua Joaquim Góes, Edifício Drumont, aptº 1.202, em Aracaju, Sergipe.

O SR. LÁZARO BARBOSA - A profissão de V. Exª?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Engenheiro civil.

O SR. LÁZARO BARBOSA - V. Exª, no momento, não exerce a profissão, uma vez que o Governador tem o tempo integralmente tomado, não é? Ou V. Exª tem empresas onde, embora sem presença constante, continue a exercer a sua profissão?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Não; na realidade, por origem, estou na vida pública há cerca de 20 anos; sou empresário. Em que pese não ter atividade executiva, sou empresário ainda.

O SR. LÁZARO BARBOSA - No seu Estado?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - No meu Estado e em Estados vizinhos.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Perfeito. Então, poderíamos pedir a V. Exª, Sr. Governador, que proferisse o compromisso.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Pois não.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Faço apenas uma observação, porque o compromisso está generalizado e o assunto da Comissão é o tema sobre o qual vamos tratar.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei e do que me for perguntado a respeito do tema específico para o qual foi estabelecida a Comissão Parlamentar de Inquérito que temos o prazer de receber hoje aqui, na nossa sede do Estado do Governo de Sergipe, em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Sr. Governador, V. Exª dispõe agora do tempo que considerar necessário para uma exposição inicial. Pergunto se V. Exª realmente deseja fazê-lo.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Membros da Comissão, eu não teria realmente uma exposição específica a fazer, já que estou aqui na condição de testemunha espontânea. Mas, apenas para registrar, entendo que o papel da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que temos a satisfação de receber hoje, aqui, e que investiga a destinação dos recursos do Orçamento da União, desempenha um papel extremamente importante. Tenho dito isso reiteradas vezes, através da imprensa, porque entendo que avançamos até bem mais do que a chamada "Operação Mãos Limpas", da Itália, uma vez que, naquele país, estamos tendo hoje - pois foi tão divulgado pela nossa imprensa - a ação do Judiciário examinando as ações, investigando as ações do Executivo e também as do Legislativo. E, aqui, estamos dando uma lição de maturidade política bem maior, porque, depois de o Congresso Nacional haver promovido o primeiro **impeachment** da história de um Presidente da República - foi o Brasil e este Congresso que conseguiram esse tento, que já tem seguidores, uma vez que, tempos depois, o mesmo ocorreu na Venezuela -, vai mais à frente, vai mais além. E, diferentemente da Itália, não é o Judiciário que está investigando o Legislativo, é o próprio Legislativo que tem a difícil missão de examinar, de analisar - e está procedendo com grande altivez e com grande correção - a vida executiva, o desempenho moral e ético dos seu Pares.

Então, entendo que esta CPI tem um papel relevante em termos de amadurecimento da democracia brasileira. E é por isso que tenho me manifestado várias vezes em favor da mesma, dando a minha modesta opinião como Governador do Estado do Nordeste e relembrando esse fato reiteradamente.

E foi por essa razão também, Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho e Srs. Membros da Comissão, que tive um cuidado muito grande: no momento em que o economista José Carlos se referiu ao meu nome, sem fazer acusação explícita, mas dizendo que eu havia mantido contato com o principal acusado, ou um dos principais acusados, Deputado João Alves. Fiz questão de, primeiro, reiterar que realmente eu havia mantido contato, até cumprindo minhas funções de Governador do meu Estado.

O senhor sabe, Sr. Presidente, o senhor que é um Parlamentar brilhante de um estado nordestino, que somos carentes e que temos o dever de procurar recursos do Governo Federal, onde quer que existam, para levar para os nossos estados. E, hoje, sabemos do peso que a nova Constituição de 88 conferiu ao Congresso Nacional, dando-lhe condições, inclusive, para que possa intervir com sugestões que devem ser cumpridas na área do desempenho financeiro do orçamento e, conseqüentemente, a Comissão de Orçamento da União passou a exercer um papel, a meu ver, até exagerado - essa é a realidade - grande demais, então, ela tem o poder de introduzir, de alterar, de modificar emendas que resultem em obras que possam beneficiar o Estado, ou, suprimindo-as, possam prejudicar o nosso Estado.

Então, entendo que é dever do governador procurar uma autoridade, que é legitimamente constituída pelo Congresso Nacional, para defender as emendas do seu Estado. E foi isso o que eu fiz. E por isso que eu me surpreendi, quando o economista José Carlos se referiu ao meu nome. Mas, entendo que tudo o que envolve a honorabilidade do homem público tem que ser explicado, limpo, esclarecido, sem nenhuma dúvida do procedimento. E eu tenho, Sr. Presidente, senhores integrantes da CPI, tenho pautado a minha vida por esses princípios. Então, apressei-me em fazer uma carta espontânea, antes mesmo de qualquer pronunciamento da CPI, que gostaria de passar às mãos de V. Exª, ao eminente Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, colocando-me inteiramente às ordens, independente de qualquer convocação específica, em outubro do ano passado. Eu registrava, nessa oportunidade, que sou contra - essa é uma opinião que eu tenho firmada há muitos anos - aquele privilégio, que é democrático, mas que eu entendo que quem desempenha função pública não deve ter o privilégio, que é correto para outros cidadãos, do sigilo bancário. Então, eu me oferecia, naquela mesma oportunidade, para abrir completamente a minha conta bancária, o meu patrimônio e todas as informações que eventualmente o Presidente da CPI necessitasse quando resolvesse me convidar para esclarecer, como uma forma de colaborar. E pedia mais, na carta que está nas mãos de V. Exª, que o eminente Senador Jarbas Passarinho transmitisse aos demais Membros da Comissão o conteúdo da minha missiva, a minha posição, exatamente porque eu sempre agi, Sr. Presidente, dentro da linha de que o maior patrimônio que tenho na minha vida pública é a minha honorabilidade, é a minha credibilidade, que conquistei ao longo de 20 anos de dura e difícil vida pública no Nordeste brasileiro e a nível nacional quando fui ministro.

Eu gostaria, para encerrar essa preliminar que V. Exª me concedeu, de dizer, Sr. Presidente, que tenho também pautado minha vida pública dentro de uma linha não só de extrema correção dos meus atos administrativos, atos públicos, mas também marcando os meus atos numa postura muito dura contra a corrupção. E eu gostaria de dar apenas exemplos de quando eu fui ministro, porque às vezes o discurso contra a corrupção, que atualmente está muito em moda, eu acho que já deveria estar há muitos anos no Brasil, deveria fazer parte inerente - desconfio muito das pessoas públicas que apresentam como qualidade a honestidade, pois acho que ser honesto é obrigação - o fato é que tenho transformado essa minha aversão à corrupção como uma postura de vida e, quando fui Ministro do Interior, tive a oportunidade inclusive de prender o Presidente do BASA, que era um órgão muito poderoso no norte do País, é o principal agente bancário no norte do País, e fui o primeiro Ministro a prender um homem daquela estatura. Também prendi os diretores do Banco de Roraima exatamente por isso, por que eles não foram dignos da sua atuação como homens públicos e praticaram corrupção. E eu não tive contemplação: prendi.

E, nesse mesmo período, Sr. Presidente, ainda como Ministro, tive a oportunidade de enfrentar uma luta que foi, aliás, nacional, de conhecimento nacional, enfrentar uma verdadeira máfia que se implantou na SUDAM, que os senhores sabem que é o principal órgão de desenvolvimento das Regiões Norte e Centro-Oeste. Enfrentei com muita altivez, e tive oportunidade, e demiti o superintendente da SUDAM, depois de um inquérito, e toda a diretoria, a bem do serviço público; e enviei o processo à Justiça. Eu relaciono esses fatos porque estamos aqui entre políticos, homens públicos que também têm vida íntegra. E demonstro isso porque essa é a minha postura.

Antes de encerrar minhas palavras preliminares, gostaria de dizer que não tenho constrangimento algum de estar aqui com os senhores. Sinto-me bem e acho que devem ser esclarecidos todos os pontos que eventualmente hajam nas diversas comissões representadas aqui, e, mais ainda, tudo aquilo que eu puder, eventualmente, dizer, que eu teria a pretensão, seria talvez uma pretensão - modestamente são 20 anos de vida pública em que fui prefeito, ministro de estado, governador por duas vezes - acredito que, como os senhores, tenha acumulado alguma experiência e poderia, quem sabe, dar algumas sugestões, algumas idéias, exatamente por saber como funcionam essas emendas, as distorções que existem e que tanto prejudicam os governadores, os prefeitos e os Parlamentares também, especialmente os Parlamentares sérios.

Coloco-me inteiramente nas mãos dos senhores e recebo-os, aqui, como Governador de Estado, na nossa Casa, com muita honra, muita satisfação e com o desejo, realmente, de poder ser útil, porque, repito aquilo que tenho dito na imprensa, acho que do resultado desta Comissão Parlamentar de Inquérito que os senhores estão participando com muita hombridade e altivez, acredito que poderemos recobrar aquilo que é muito importante, que é a credibilidade da classe política, que está muito atingida, conforme reiterados resultados de pesquisas de opinião por este País inteiro.

Então, neste ano de 94 teremos eleições, estamos em partidos diferentes, faz parte do processo democrático, é natural e respeitável, mas todos nós, entendo, temos interesse, porque todas as vezes em que, no processo democrático, houve desconfiança do homem público, do político, foi negativo, os resultados foram profundamente negativos e, às vezes, fatais para o desempenho da democracia. Entendo que os senhores estão com uma missão muito complexa, mas muito importante também. E essa é a confiança que acredito que têm os brasileiros, especialmente os homens públicos.

Gostaria também, com a permissão de V. Exª, de agradecer a presença do nosso Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Reinaldo Moura que, como os Senhores sabem, é o órgão ao qual devo prestar satisfações diretas, como Presidente da Assembléia Legislativa do meu Estado. Devo dizer também que os parlamentares do meu Estado, todos, queriam estar aqui presentes, mas foi em atendimento ao estabelecido pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que se estabelecia que não deveriam membros fora da Comissão estarem aqui, então eles não vieram, até alguns sob protesto, mas eu fiz este apelo a eles, inclusive o ilustre participante da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, colega dos senhores, que é o eminente Senador Francisco Rollemberg, que também manifestou desejo de estar aqui. Exatamente em respeito a esse entendimento que havia, não está aqui.

De qualquer maneira, reitero minha grande satisfação e o meu desejo de colaborar com V. Exªs para que esses pontos todos fiquem esclarecidos. Não sei se terei muitas contribuições a dar, mas, mesmo modestamente, cooperarei com as que puder e espero que ajudem os trabalhos. Para tanto, estarei às ordens. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Antes de passar às perguntas, agradeço ao Governador pela hospitalidade de estar nos recebendo aqui no escritório do Estado de Sergipe. Agradecemos as suas palavras de elogios com relação ao trabalho da nossa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e esperamos que S. Exª entenda como do cumprimento do nosso dever o conteúdo de algumas perguntas que serão feitas ao Governador no sentido apenas do esclarecimento da verdade.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Estão presentes aqui representantes das Subcomissões que compõem a Comissão, inclusive registro a presença do Coordenador da Comissão de Emendas, o Deputado Sigmaringa Seixas, e dos membros das Comissões de Bancos, de Patrimônio e de Subvenções Sociais, da qual sou o Coordenador.

Governador João Alves, inicialmente, como ficou acertado numa reunião prévia entre os membros desta Comissão designada pelo Presidente Jarbas Passarinho, para o bom andamento dos nossos trabalhos, decidimos que eu, como Coordenador desta Comissão, faria todas as perguntas que serão a partir deste instante dirigidas a V. Exª.

Começo pelas perguntas da Subcomissão de Subvenções Sociais. Primeira pergunta: estranhamos, Sr. Governador, o fato de o Presidente da Comissão de Orçamento credenciar um membro, no caso, o Deputado João Alves, para encaminhar aos Ministérios a relação das entidades de interesse da Comissão do Orçamento, e de ter recebido pronta aceitação dos Ministérios. Já que o Sr. Governador João Alves teve oportunidade de ocupar o Ministério do Interior, que desfrutou de dotações orçamentárias globais no âmbito das subvenções, que apreciações V. Exª faz desse procedimento?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Eu gostaria preliminarmente de explicar a V. Exª que fomos Ministros por um período aproximadamente de 3 anos, e esta Comissão, esta área de CNSS só foi destacada para o Ministério no nosso último ano, de 1989, e foi resultado da extinção do Ministério de Habitação e Bem-Estar Social.

Um outro aspecto que quero deixar bem claro aqui é que essas comissões, essas CNSS representavam valores da responsabilidade do Ministério relativamente pequenos para a preocupação direta do Ministro. O Ministro naturalmente procurava agir de acordo com suas responsabilidades em nível nacional, ouvindo os seus setores técnicos, mas registro que ela só passou a atuar a partir pelo menos de junho, segundo as informações que temos.

Gostaria de registrar também a V. Exªs que fui Ministro há 5 anos. Por conseguinte, de muitos elementos não disponho em detalhes. Procurei eventualmente coletar algumas informações, mas faço este registro: foi há 5 anos que deixei o Ministério; todas as minhas contas do Ministério foram literalmente aprovadas pelo Tribunal de Contas da União, não há nenhum aspecto que denigra essa minha passagem, como de resto tem acontecido na minha vida pública. Em que pese não saber os detalhes do que V. Exªs iriam tratar aqui, eu entendia que seria mais objetivo e teria dados mais atualizados se as perguntas houvessem sido feitas por escrito. Quero registrar apenas que não estou negando-me a prestar esclarecimentos, vou procurar explicar como era o funcionamento dos trabalhos, mas enfatizo que foi há 5 anos que deixei o Ministério, todas as minhas contas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas da União e nós, no desempenho do Ministério, pautamos também a nossa vida, conforme já dei conhecimento nas palavras preliminares, dentro de um critério rigoroso do cumprimento do meu papel.

Na realidade, Srs. Parlamentares, o que ocorre é o seguinte: eu, como Ministro, recebi em maio de 1989 - já que, repito, antes dos anos anteriores esse órgão que tratava das subvenções não participava do nosso Ministério - recebi uma designação do Deputado Cid Carvalho, que era Presidente da Comissão Mista do Orçamento. Nessa designação estava explícito o seguinte:

> "Designo o Deputado João Alves, membro titular da Comissão Mista de Orçamento, para coordenar e encaminhar, junto aos respectivos Ministérios, os assuntos relativos às subvenções sociais de interesse desta Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.
>
> Brasília, 16 de maio de 1989.
>
> Deputado Cid Carvalho, Presidente."

Entendo, Srs. Parlamentares, que é preciso que nos coloquemos na realidade da época. Eu era Ministro, não tinha, como os senhores, razões para desconfiar da postura de um Presidente da Comissão Mista do Orçamento, que, como os senhores sabem, é quem trata, junto aos ministérios, da formulação do Orçamento. Eu não tinha razões para desconfiar de um Presidente que enviava a designação de um membro ser da Comissão, já que esses cidadãos que eram da Comissão Mista haviam sido reiteradamente - e foram depois - eleitos pelo Congresso Nacional.

Não eram homens inexperientes que estavam exercendo aquele cargo de maneira improvisada. Não! Eram homens que exerceram por várias vezes seus mandatos concedidos pelo Congresso Nacional. Em função disso, acatamos a designação do Presidente da Comissão Mista de Orçamento, em que S. Exª nos entregava uma relação, com papel timbrado do Congresso Nacional, conforme está aqui para os senhores verem, da Comissão Mista de Orçamento, onde estava o boletim de subvenções sociais, tudo detalhado. S. Exª nos enviava a relação com todas essas características.

Ora, o que fizemos como Ministro? Encaminhamos a relação ao setor competente para examinar se essas entidades estavam realmente registradas na CNSS e se cumpria o estabelecido. Devo dizer aos senhores que não sou advogado, mas eu a recebia e tinha que analisar através do meu corpo técnico.

Havia um decreto-lei, foi-me apresentado, Decreto-Lei 93.871, de 23 de dezembro de 86, que estabelecia claramente que as subvenções sociais referentes à CNSS deveriam atender aos seguintes requisitos:

> "§1º - Ter feito prova do seu regular funcionamento e regularidade do mandato de sua diretoria;
>
> §4º - A subvenção social será paga através de rede bancária oficial, ficando a beneficiária obrigada a comprovar, no ato do recebimento, a condição estabelecida na alínea "e", que é essa de ter feito de prova seu regular funcionamento, do parágrafo anterior, mediante atestado firmado por autoridade pública do local onde sejam prestados os serviços. Encaminhamos realmente ao setor técnico, para processar e encaminhar.

Quando o representante da Comissão - foi estabelecido que seria o Deputado João Alves - trouxe a a lista, em junho de 89, enviei exatamente - permita-me ler para os senhores - o seguinte, com 16 folhas:

> "Ilmº Sr. Ministro do Interior, envio a V. Exª os boletins de subvenção social relativas às atividades - e aí vem o número das atividades - elemento de despesa tal, constante do Orçamento da Secretaria-Geral do Ministério do Interior, cujos recursos, - é bom que se analise bem isso - já foram liberados pelo Tesouro Nacional. Respeitosamente, Deputado João Alves".

Quando eles traziam a lista, essas verbas já estavam liberadas pelo Tesouro Nacional. Eram verbas assinadas - repito - pelo próprio Presidente da Comissão Mista do Orçamento. Se eventualmente os senhores comprovaram, através desses fatos, que esses homens não eram idôneos, há de se convir que todos eles, à época, eram tidos como autoridades responsáveis, homens eleitos legitimamente pelo Congresso Nacional; conseqüentemente cabia a mim não confiar o Congresso Nacional. E foi isso o que fiz.

Gostaria também de esclarecer - só para que os senhores fiquem devidamente informados dessa mecânica - que posteriormente o que acontecia era o seguinte: essas

relações eram enviadas ao Banco do Brasil, que era o Banco Oficial. O Banco do Brasil efetuava os pagamentos, e elas voltavam para o Ministério do Interior até o limite de trinta, de acordo com instrução normativa nº 20, sessenta dia após a aplicação dos recursos ou até o limite de 28 de fevereiro do ano subseqüente.

Então, o que ocorria?

É que quando voltavam, as prestações de contas dessas subvenções passavam pelo órgão técnico - CNSS - do Ministério do Interior e - e isso é que é muito importante, faço questão que os senhores entendam bem essa mecânica - SISET, que, como os senhores se recordam, posteriormente foi modificado pelo Governo Collor; mas, à época em que fui Ministro, à época do Governo Sarney, o SISET era um órgão independente do Ministério; era um Auditor Interno do Ministério da Fazenda, que funcionava independente. Não era meu subordinado. Eles examinavam essa prestação de contas e enviavam para a Delegacia do Tesouro Nacional, que, por sua vez, também examinava, verificava se havia irregularidades, e devolvia ou não.

Então, essa sistemática foi adotada, e nunca chegou ao meu conhecimento, Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, nenhuma observação a respeito de irregularidades desses órgãos. Cabia a mim , como Ministro, fazer o que, aliás, era uma tradição de funcionamento dessa forma de liberação de verbas do CNSS, através de outros ministérios também.

Então, são essas, Sr. Presidente, as explicações que eu teria a dar a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Governador João Alves, V. Exª afirmou que foi durante o ano de 1989 que se estabeleceu esse procedimento. Foi o primeiro ano ...

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Permita-me, a nível do nosso Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - A nível do Ministério do Interior.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Do Interior, porque, no ano anterior, ele fazia parte - segundo fui informado - do Ministério de Habitação e Bem-Estar Social, que foi extinto.

Como ele foi extinto, vieram para o nosso Ministério vários órgãos da área social. Vieram, por exemplo, a Legião Brasileira de Assistência, o órgão que cuida da infância e adolescência e também veio essa área de subvenção social que passou, na prática, a funcionar, conforme documentos que temos aqui, a partir de meados de 1989.

São as informações que consegui colher. Como disse e repito aqui, tenho 05 anos que deixei o Ministério. Foram as informações que consegui coletar para exatamente colaborar com os Srs. nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - V. Exª desculpe, a repetição é apenas para que tenhamos uma compreensão dessa situação de subvenções sociais.

Não havia nenhum questionamento naquela época a esse tipo de procedimento? V. Exª já afirmou que não, mas é uma questão de ênfase.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Não, não havia. Inclusive é bom que se ressalve. Sei que os senhores conhecem, mas me permitam reiterar, já que eu estou sendo questionado: por que mandávamos ao Banco do Brasil e não a entidades específicas? Esse é um ponto que deve ser registrado. Por quê? Se mandássemos às entidades específicas, que já eram nominadas nesse papel timbrado do Congresso Nacional, se mandássemos diretamente, esses recursos seriam creditados automaticamente na conta das entidades. E indo pelo Banco do Brasil, como previa o decreto a que já me referi e a instrução normativa que está aqui ao lado, este sim, é que teria que pedir provas da existência da entidade, do funcionamento e de todas as características legais da entidade. Então, não houve questionamento.

Sr. Coordenador Senador Garibaldi Alves Filho, era essa a orientação técnica que fomos orientados a seguir. Eu não tinha razão - repito - para desconfiar de um homem de uma Comissão Mista do Orçamento, que era um órgão oficial do Congresso Nacional. Então, agimos desta maneira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Governador, em se tratando de um membro da própria Comissão - não era Presidente, nem Relator da Comissão -, no caso o Deputado João Alves, a despeito de ele ter sido designado pela Presidência - claro, V. Exª já disse que não questionou a qualificação dele - pergunto a V. Exª: V. Exª teve entendimentos com ele visando a obter melhor compreensão dessa situação de liberação? Ele, além de ter encaminhado as listas, falou quais eram os critérios? Ele combinou com V. Exª critérios para o atendimento dessas solicitações?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Não, Sr. Coordenador, o que recebemos - repito - era um credenciamento. Eu não entendia que estava atendendo ao Sr. João Alves; eu não tinha nenhuma razão de estar atendendo ao Deputado João Alves. Eu atendia à Comissão Mista do Orçamento, representada pelo seu presidente, Deputado Cid Carvalho, que mandava - repito - a designação em papel timbrado do Congresso Nacional e todas as subvenções. Era praxe tão comum, que já havia impressos específicos, conforme posso mostrar ao senhor. Havia impressos específicos da Comissão Mista do Orçamento, que enviava essa lista.

Por outro lado, não cabia a mim questionar essas entradas. Isso é apenas uma amostra que consegui nos meus arquivos que pude levantar. Não cabia a mim levantar, porque o Presidente é quem tinha autoridade de designar qualquer membro da Comissão.

Esse senhor, o Deputado João Alves, pelo que me consta, já havia sido Relator algumas outras vezes da Comissão Mista do Orçamento e, depois dessa fase, o Congresso Nacional também o elegeu Relator da Comissão.

Realmente não questionei essa questão porque não imaginava que, com um papel oficial, com autorização clara e expressa do Presidente, que se poderia até estar extrapolando das suas funções. Mas aí não cabia a mim julgar. Eu entendia que estava atendendo ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Governador João Alves Filho, a despeito de terem decorridos 5 anos da presença de V. Exª à frente do Ministério do Interior, V. Exª se recorda - porque houve informação à Comissão da parte de um funcionário do Ministério do Interior na época, o Sr. José Herzog, se não me engano - se uma dotação destinada à CORDE, Coordenação dos Deficiente, num acerto de V. Exª com o Deputado João Alves, terminou sendo substituída pelo atendimento de entidades que foram enviadas pelo Deputado João Alves e que V. Exª aceitou, em detrimento dessa programação que era considerada uma prioridade do Ministério na época? V. Exª se recorda disso?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Não, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Não tem a menor lembrança?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Tenho certeza de que nunca tive acertos com o Deputado João Alves em termos de desviar dotação de outros órgãos. Isso eu não tenho, absolutamente... Se aconteceu, eventualmente, algum problema, é do meu total e absoluto desconhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pergunto ao Governador João Alves: constatou-se, nas liberações desses recursos, um procedimento muito rápido - as relações chegavam e eram imediatamente despachadas por V. Exª. Há inclusive uma observação de que a data do despacho do Ministro era logo em seguida ao encaminhamento do Deputado, eram despachadas dois dias após. A ordem bancária era igualmente encaminhada instantaneamente. V. Exª confirma isso?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Sr. Senador Garibaldi Alves, eu tenho aqui, inclusive, o documento que, segundo me foi informado... Eu repito, tenho cinco anos que deixei o Ministério, mas segundo me foi informado pelos técnicos da época - e é o documento que tenho em mãos aqui -, a partir da designação do Congresso Nacional pelo Sr. Deputado Cid Carvalho, que foi feita em 16 de maio de 89, o Deputado João Alves, na condição de representante oficial, designado, repito, pelo Presidente Cid Carvalho, apresentou a primeira lista no dia 8 de junho de 89. E só no dia 20 de maio de 89 é que o Chefe de Gabinete, o Sr. Antônio Esmeraldo, despachou. Então, está me parecendo um tempo...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Foi entregue no dia...? Para melhor compreensão; por favor, Sr. Governador.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Eu devo dizer a V. Exª, Sr. Presidente - eu faço essa ressalva de novo - que tem cinco anos. E este órgão, repito, era um órgão que, para nós, dentro do universo do Ministério do Interior, que lidava com assuntos os mais complexos do País... Nós tínhamos o Banco do Nordeste, tínhamos o Banco da Amazônia, o Banco de Roraima, tínhamos a SUDENE, a SUDAM, a SUFRAMA, tínhamos o órgão do Centro-Oeste, a SUDECO...

(Conversas fora do microfone)

Mas, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, senhores membros da Comissão, eu gostaria de dizer que o Ministério do Interior àquela época era talvez o órgão mais complexo do Governo Federal. Nós administrávamos naquela época, só para que os senhores tenham uma avaliação, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, o Banco de Roraima, SUDENE, SUDAM, SUDECO, SUFRAMA, IBAMA, os órgãos de meio ambiente nacional, para ficar apenas em alguns.

Então, essa era uma questão - eu estou apenas explicando aos senhores - mínima no meio do universo do Ministério do Interior. Então eu não tenho essas datas de cabeça, de memória. Mas o que procurei seguir foi rigorosamente o Decreto presidencial e a Instrução Normativa nº 20.

Então, o exemplo que eu tenho aqui me mostra essa velocidade. Mas se houvesse, também... Não haveria, no meu entendimento... Nós recebíamos a lista, conferíamos. Mas a realidade não mostra isso aqui. O documento que eu tenho em mãos eu posso colocar à disposição dos senhores, aqui, mas os senhores têm mais elementos, porque eu não tenho, a essa altura, alcance no arquivo do Ministério do Interior - os senhores têm, os senhores têm autoridade para isso. Mas no documento que eu tenho aqui, que estou dando como exemplo, não aconteceu essa velocidade. Ora, o Deputado João Alves entregou no dia 8 de junho e só no dia 20 de junho é que o Chefe de Gabinete despachou.

Então, acho que isso é apenas uma curiosidade no meio de todo esse contexto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - V. Exª tem notícia de que nos outros Ministérios, nos anos anteriores, o procedimento era o mesmo?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Segundo as informações que nós tivemos da área técnica, sim.

Tanto é que se V. Exª observar aqui, no boletim de subvenções sociais da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional que ele apresentava, se V. Exª analisar aqui, existe não só o MINTER, mas outros órgãos, ainda: a SEPLAN, o MEC, o CNSS, e o MINTER. Quer dizer, já era...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Esses procedimentos eram...

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Pelo que nós fomos informados, pela área técnica, era esse o procedimento normal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Posteriormente, Governador...

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Só para lembrar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pois não.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - ... - o assessor estava se referindo, aqui - a instrução normativa é de 87 e o decreto presidencial é de 86. Então, pelas informações que nós colhemos, era esse o procedimento normal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Governador João Alves, durante o ano de 1989, quando realmente V. Exª liberou, na qualidade de Ministro, essas dotações, segundo levantamentos efetuados na Subcomissão, foram liberados quase 40 milhões de dólares, à época, para...

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Só para eu entender bem: V. Exª diz no período de 89 até março de 90?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - No período de 89 a março de 90.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Foram encaminhados quase...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Então, só o ano de 89.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Porque me parece que 90 não... acho que foi o período que era começo de... já era passagem de governo. Praticamente não foi...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Mas o caso diz respeito só ao...

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Eu creio até que em 90 não podem ter sido feitas liberações nesse título porque era ano de passagem, de sucessão presidencial.

Eu tenho a impressão... Veja bem, isso não é uma afirmação, mas pelas informações que eu tenho de memória, eu creio que em 90 não foram mais liberados; mas os senhores têm acesso melhor para verificar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pois não.

(Intervenção fora do microfone.) - Esse período é só de janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - É, para efeito deste levantamento...

O SR. JOÃO ALVES FILHO - O senhor afirma que esses valores se aproximam de 40 milhões de dólares. Eu, realmente, não tenho elementos para poder responder a V. Exª com segurança, porque eu não tenho esses arquivos em mãos, para poder dar... Eu quero apenas dizer que todas essas relações vinham do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Governador João Alves, tendo em vista essa quantia de liberação desses recursos, foram apenas atendidos os pedidos através de encaminhamentos do Deputado João Alves ou V. Exª teve oportunidade de, no meio desse total de recursos, liberar recursos para outras entidades, senão aquelas solicitadas através do Deputado João Alves?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Pois não. Na realidade, Sr. Senador, nós tínhamos inúmeros pedidos, lá, para várias funções, porque, como o senhor sabe, em nível do Ministério do Interior, dessas dotações que nós podíamos operar, operacionalizar, nós tínhamos basicamente três. Eram recursos do PAM - Programa de Assistência aos Municípios -, Programa do Padre Cícero, que só atingiu o Nordeste brasileiro, eram recursos hídricos para o Nordeste brasileiro, e tinha, finalmente, esse CNSS, de triste memória.

Pois bem, esses, do CNSS, nós atendíamos à lista que vinha do Congresso Nacional.

Eventualmente, havia pessoas que pediam a nós, dentro do Congresso, pediam a nós como Ministro, e, pela praxe, nós dizíamos que não tínhamos condições, não tínhamos ação, e pediam, também, lá, naturalmente, à Comissão Mista de Orçamento, e vinham, dentro do contexto.

Mas quem fazia explicitamente, repito, era o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Então V. Exª confirma que realmente prevaleciam esses pedidos da Comissão, através do Deputado João Alves?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Exatamente. Não era o Deputado João Alves...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - De acordo com o credenciamento...

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Era do Presidente Cid Carvalho, que estava representado...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pelo Deputado João Alves.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Pelo Deputado João Alves. E, eventualmente, o Deputado Cid Carvalho também ia, visitava o Ministério, claro, como Parlamentar, mas essas relações, conforme ele deu o credenciamento, eram assinadas, pelo menos as que eu tenho em mãos, pelo Deputado João Alves.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - V. Exª, por gentileza, Governador, se recorda, além do Deputado Cid e do Deputado João Alves, tem lembrança do envolvimento de outro Parlamentar nessa questão? Algum outro Parlamentar da Comissão teria procurado V. Exª para tratar dessa questão?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Eu não me recordo, Senador. Eu devo dizer a V. Exª que o Ministério do Interior... Dos Parlamentares aqui presentes nós não tínhamos a

participação intensiva na época. Mas o Deputado Lázaro era, se não me engano, Secretário-Geral do Ministério da Agricultura.

Acredito que o ministério mais procurado pelos Parlamentares era o Ministério do Interior; ou dos mais procurados, porque... então, nós recebíamos uma quantidade de Parlamentares, um número imenso lá da... e, eventualmente, no meio desses, podiam estar representantes da Comissão Mista do Orçamento; mas, se havia essa coincidência, eles não se identificavam, eles faziam os seus pedidos, se o Ministério poderia atender.

Então, o Ministério, eventualmente, poderia atender pelo PAM, pelo Padre Cícero, mas em nível do CNSS, eles poderiam pedir a mim, que lhes explicava o funcionamento. Naturalmente, eles se dirigiam à Comissão de Orçamento. Se eventualmente isso aconteceu, porque deputados, como V. Exªs sabem, são políticos como eu, nunca procura o Ministério e diz: "Quero que o senhor me ajude a fazer um matadouro..." - apenas estou dando um exemplo aqui, que é típico, V. Exªs sabem como funciona essa coisa e não há dolo nisto. O deputado procura o senador e diz que quer faze um matadouro no meu município, município de Japaratuba, ou em Itapuranga, na Paraíba. Então este parlamentar não chega para mim dizendo: "Quero pela verba tal." Não! Ele faz o pedido ao Ministério para que o Ministério escolha quais as formas. Está aqui o nosso ex-Ministro da Agricultura que sabe que parlamentar não pede, pelo menos comigo nunca aconteceu: "Quero exatamente por este órgão..." É coisa muito rara.

Então eu procurava atendê-los dentro das verbas que tínhamos livres, que eram verbas do PAM e do Padre Cícero no que se referia ao Nordeste brasileiro. Então era essa a forma como eu agia.

E, se V. Exªs examinarem, verificarão que essas verbas, que eram, digamos assim, operacionalizadas pelo Ministério do Interior, e será muito fácil verificar, V. Exªs têm os arquivos, que são preciosos, e eu não tenho acesso a eles, mas V. Exªs têm. Há alguns exemplos disso, V. Exªs verificaram que essas verbas do PAM e do Padre Cícero eram, normalmente, para os parlamentares, bem pequenas. Porque era para um poço artesiano, no interior da Paraíba, era um pequeno mercado etc. Eram verbas pequenas; V. Exª vai analisar que as verbas - se solicitar essas informações ao Ministério do Interior - eram pequenas, mas o parlamentar nunca chegava exigindo por tal ou tal fonte.

Agora, não posso afirmar a V. Exªs que membros da Comissão Mista do Orçamento não freqüentasse. Tenho certeza que sim, porque, acredito, 90% do Congresso Nacional freqüentava o Ministério e atendíamos normalmente.

E eu viajava muito. V. Exªs se recordam que o Ministério do Interior, além das atribuições que citei, enfrentava o problema das emergências também, as famosas secas do Nordeste, as enchentes do sul do País , no Estado do Deputado Vivaldo Barbosa, tantas e tantas vezes lá estive vendo os problemas das enchentes e tal.

Enfim, recebia pedidos de deputados e senadores de todas essas áreas. Pode acontecer de terem - acredito até que sim, porque eram muitos os membros da Comissão - ido ao Ministério solicitar recursos do Ministério. Mas, em nível específico, dessas verbas da CNSS já vinha, se havia, digamos assim, na falta de um termo melhor, uma negociação, política, natural, que poderia haver, e suponho que havia, em nível da Comissão Mista do Orçamento, com os parlamentares de dentro e de todo o Congresso Nacional; era uma negociação que se processava lá em nível do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - A nossa preocupação Governador João Alves, é com relação, realmente, a essa dotação específica, porque ela tem uma característica, com bem sabe V. Exª, diante da experiência que V. Exª tem e detém, é uma dotação para custeio, não é para investimento, a dotação de subvenção. Então, sendo para custeio, tem uma característica específica e, com o correr dos anos - porque estamos nos referindo aqui ao ano em que V. Exª foi Ministro e que essa dotação foi deferida ao Ministério de V. Exª, por força da extinção do Ministério do Bem-Estar...

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Daí a nossa preocupação em conhecer.

O que foi apurado posteriormente, quero saber agora de V. Exª, que me dará a oportunidade de saber disto em nome da Comissão: posteriormente foi apurado que sempre foram liberadas, ao longo desses 5 anos, inclusive no ano de 89, importâncias de grande vulto em termos financeiros, para entidades educacionais de ensino superior. As entidades ligadas a alguns parlamentares receberam muito mais, inclusive, do que entidades públicas, universidades federais.

Pergunto a V. Exª: quais eram os critérios para esse atendimento ou não houve questionamento a partir já daquela época, com relação a isso?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - A esse respeito, Senador, devo dizer que as entidades que eram beneficiadas por essas verbas do CNSS, é bom que se diga, elas já estavam registradas em anos anteriores ao que assumimos. Por quê?

Porque, ainda que eu quisesse, não poderia registrar, não poderia credenciar nenhuma entidade, pois, pela Instrução Normativa nº 20, só poderiam ser beneficiadas entidades com um mínimo 01 ano de credenciadas.

Ora, então, deduz-se claramente que a entidade mais nova que tenha sido credenciada pelo CNSS teria sido no ano de 1988, que eu beneficiei, digamos assim. Quer dizer, não beneficiei - repito - dentro dessas listas que eram beneficiadas no Ministério, pelo Ministério do Interior. Na época em que fui Ministro e que liberei, nenhuma delas foi credenciada, conseqüentemente, por esse raciocínio, lógico e óbvio, é pela nossa gestão.

Agora, se realmente havia distorções desse tipo, nós não tivemos possibilidade, não posso, realmente, detalhar a esse respeito, porque - repito - foram coisas de cinco anos atrás. Limitava-me, entendia que me cabia, pelo procedimento, atender ao Congresso Nacional. Se este deveria ser questionado teria que ser questionado pelo Congresso Nacional ou na hora de se fazer o registro dessas entidades.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - A verificação que a Comissão, através da Subcomissão, fez depois, que constatei já para V. Exª, é que havia uma disparidade no atendimento dessas relações do CNSS, em relação às subvenções. Por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro foi sempre contemplado de uma maneira - que poderia até dizer - espetacular, vou usar esse termo.

V. Exª tem alguma explicação para isso, levando em conta - repito - que os nossos levantamentos, justamente, datam de 89 para cá, e não houve nisso, claro, V. Exª tem toda a compreensão disso, não houve nenhuma preocupação de atingir V. Exª. É que, a partir desse ano, o Congresso Nacional, inclusive, passou a desfrutar de uma maior autonomia com a relação à elaboração do Orçamento da União.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Pois não, Senador, quero que V. Exª se situe no tempo. Permitam-me voltar no tempo. Ao tempo, não havia a mínima desconfiança da ética moral dos integrantes da Comissão Mista do Orçamento.

Quero registrar isso, porque hoje, evidentemente, qualquer Ministro que recebesse, nas circunstâncias atuais, uma relação da Comissão Mista do Orçamento, poderia até ter tentado, claro que ele iria fazer uma verdadeira radiografia interna.

Naquela época, tínhamos em conta, aqueles senhores, na mais alta respeitabilidade, tanto é que haviam sido reiteradamente eleitos pelo Congresso Nacional e estavam imbuídos dessa autoridade.

Bom, realmente confesso que seguimos - confesso claramente, nada há a esconder e se estivesse lá, nessa época, faria tudo de novo, porque me colocando na posição do momento. O que havia é que essa relação vinha do Congresso Nacional. Entendíamos que refutar uma relação que vinha do Congresso Nacional seria confrontá-lo. Então, simplesmente mandava seguir. O edital técnico é o que os nossos órgãos técnicos orientaram, através do decreto-lei a que me referi e da instrução narrativa, que fosse seguido **ipsis litteris** aquelas normas estabelecidas. Realmente, não contestava nenhuma entidade. Da mesma forma que não influía para colocar entidades, não confrontava também aquelas que tinham sido mandadas pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Só para oferecer um caso concreto a V. Exª, vamos nos apegar a esse exemplo do Rio de Janeiro.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - V. Exª nunca recebeu a visita, por exemplo, do Deputado Fábio Raunheitti, para solicitar dotações para as Universidades ligadas a ele?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Se o Deputado Fábio Raunheitti eventualmente visitou o Ministério do Interior, porque confesso que não estou me lembrando de sua face, e deve ter visitado, porque o Rio de Janeiro tinha muitos problemas, foi, naquele momento, um dos Estados que mais sofreu com a questão de emergências, enchentes, coisas desse tipo, é possível até que S. Exª tenha nos procurado.

Mas, tenho certeza absoluta de que jamais S. Exª tratou comigo de questões sobre universidade, que acharia até estranho que S. Exª viesse tratar desse assunto comigo do Ministério da Educação **(Falha na Gravação)...**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - (Falha na gravação)...Do exercício, em 89, com relação a essas entidades.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - E dos outros exercícios, certamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - E que se seguiram. Pois não. V. Exª pode ficar certo de que isso se tornou, então, uma tradição. Agora, posteriormente se verificou, e sobretudo agora, com as apurações da Comissão de Orçamento, que essas entidades se revelaram prestadoras de serviços, no que toca a recursos públicos, muito vulneráveis quanto ao seu desempenho.

Fique certo V. Exª, já que V. Exª fez um elogio aos trabalhos dessa Comissão, que realmente isso foi apurado e que, para que V. Exª tenha uma idéia, das setenta e cinco instituições, levando-se em conta que aí estão prefeituras, dezoito prefeituras, V. Exª fique certo de que 90% dessas instituições ou prefeituras apresentaram graves irregularidades.

Então, o que constato perante V. Exª é que, realmente, desde aquele tempo, havia um processo quase que de verbas carimbadas com relação a essas entidades, que nunca foi questionado e que somente passou a ser questionado agora. V. Exª já afirmou que naquele tempo, não havia nenhum questionamento quanto a esse processo.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Eu gostaria de registrar a V. Exª um aspecto que é muito importante. Essas prestações de contas, a maioria dessas prestações de contas, em acordo com a Instrução Normativa nº 21 - eu tenho memória fraca com esse problema, eu sou advogado - então, com a Instrução Normativa nº 20, pela Instrução Normativa nº 20, eles podiam prestar contas até o fim de fevereiro. Eu recordo a V. Exª que no fim de fevereiro de 1990 eu já estava saindo do Ministério. Então, se houve alguma irregularidade - que foi confirmada -, ela já aconteceu na minha saída do Ministério, e eu não tive nenhum conhecimento. E vou mais além: eu só estranho em tudo isso, Sr. Senador - e eu gostaria até de deixar isto até como uma forma de colaboração -, como é que tantos fatos desses ocorreram e tantos órgãos envolvidos não confirmaram? Porque cabia, depois da prestação de

contas, o CNSS verificar, porque era um órgão do Ministério do Interior, mas logo depois - eu entendo que isto é muito importante para os senhores que estão fazendo essa averiguação - era verificado, era analisado, ponto a ponto, pela SISET, que era um órgão do Ministério da Fazenda, de inspetoria e de funcionamento interno, de auditoria interna do Ministério da Fazenda e funcionava dentro do Ministério do Interior - ele funcionava dentro do Ministério do Interior - e eles não verificaram nada. Depois, essas prestações de contas iam para a Delegacia do Tesouro Nacional, onde também não verificaram nenhuma irregularidade; e, posteriormente, para o Tribunal de Contas da União. Então, o senhor se coloque na minha posição, cinco anos depois de sair do Ministério, tamanha surpresa em que fico ao saber que havia irregularidade nesse fato, porque tantos órgãos verificaram. E o senhor sabe muito bem - todos os senhores são experientes, eu entendo que muitos também já exerceram cargos executivos -, não cabe a um ministro ficar verificando detalhes de funcionamento de prestação de contas a nível de minúcias. Cabe aos órgãos técnicos. Então, sinceramente, Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, eu, realmente, fiquei surpreso ao saber que entidades que eram tão supervisionadas, não só pelo Ministério do Interior, mas sobretudo por esses órgãos aos quais eu me referi - órgãos do Ministério da Fazenda, em várias instâncias, Tribunal de Contas da União -, e ninguém nunca percebeu isto. Só foi levantada essa questão cinco anos depois que foi visto isto. Então, eu quero deixar claro que eu fico tão surpreso quanto os senhores, mas eu não tenho nenhuma responsabilidade quanto a esses fatos, porque nós cumprimos rigorosamente o que estabelece o decreto-lei referente ao setor e as instruções normativas. O que é estranho é que se por acaso o Banco do Brasil, pelo que parece, e os senhores devem questionar para saber, também, se o Banco do Brasil liberou para entidades eventualmente fantasmas. Eu tenho lido nos jornais - eu não sei, não tenho dados, os senhores é que são membros da Comissão é que podem saber se é verdade - eu tenho tido informações pelos jornais de que entidades fantasmas receberam e foram beneficiadas com essas verbas. Ora, cabia ao Banco do Brasil, se cabia ao Banco do Brasil e somente ao Banco do Brasil - isto é de se chamar a atenção -, no momento de pagar ela tinha que ter a prova da existência da entidade dada pelas autoridades locais, como o juiz, o delegado desse município, a Junta Comercial tinha que mostrar que existia diretoria. Se houve pagamento a alguma entidade fantasma, por exemplo, essa tem que ser verificada junto ao Banco do Brasil. Quanto a esses pontos que o senhor está levantando, provavelmente, se esse retorno dessas prestações de contas só devem ter ocorrido em fins de fevereiro, em 1990, quando eu já estava saindo do Ministério. Agora, não chegaram ao meu conhecimento e eu tenho certeza de que não foi verificado nada, porque tanto a SISET aprovou essas contas, como a Delegacia do Tesouro Nacional também aprovou, e posteriormente o Tribunal de Contas da União. Então, devo dizer aos senhores que eu também fico tão surpreso quanto os senhores e lamento que esses fatos tenham ocorrido, em que pese num período pequeno da atuação do Ministério, numa faixa de tempo limitada, e não só numa faixa de tempo limitada como a nível do universo do Ministério é extremamente pequeno. Mas é que um dos técnicos do Ministério, ontem, me dizia - não sei se realmente corresponde à verdade - só para os senhores terem uma idéia, o técnico que cuidava dessa área orçamentária fez uma afirmação antes de ontem de que essas verbas do CNSS representavam 2% do custeio do Ministério do Interior, excetuando-se o pessoal. Os senhores vêem que eram valores representativos num valor absoluto, mas em nível da preocupação do Ministro eram valores irrelevantes. Não estou dizendo com isso que 38 milhões de dólares não sejam representativos, estou dizendo apenas que em nível do universo e das preocupações do Ministério do Interior esses valores eram realmente irrelevantes. Esses dados me foram transmitidos por um técnico que cuidava dessa área de Orçamento e que me disse que essa referência equivalia a 2% do custeio, exceto o pessoal. Fiquei até surpreendido. Esses dados não são meus, Sr. Coordenador. Se eventualmente estiverem errados, que V. Exªs fiquem à vontade para verificar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Ministro, acho até que V. Exª lembraria como Ministro.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Não sei nada da minha gestão como Governador. Estou quase me sentindo aqui Ministro do Interior novamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - E é por isso que estou falando Ministro.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - O senhor não está falando errado não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Só há um caso concreto para podermos encerrar essas questões da Subcomissão de Subvenções. No dia 7/12/89, o Deputado João Alves, credenciado pelo Deputado Cid Carvalho da Comissão de Orçamento, enviou ofício ao Ministério do Interior encaminhando os boletins das subcomissões sociais Assistência ao Estudante Carente, cujo valor global na época era de 16 milhões 730 cruzeiros novos naquela época. Em dólares, pois hoje o Brasil está dolarizado, era de 1 milhão 793 mil 140 dólares e 40 **cents**. O chefe de gabinete do Ministro Sr. Antônio Esmeraldo Netto despachou no próprio ofício para a Secretaria de Programação Financeira do Ministério no dia 11/12/89.

Segundo os técnicos do Tribunal de Contas que assessoram a Comissão, dois fatos chamaram a atenção nesses boletins. O primeiro diz respeito à época em que entidades voltadas ao ensino estavam recebendo subvenções com valores expressivos, como é o caso, por exemplo, do Centro Educacional de Realengo, no Rio de Janeiro, que estava recebendo naquela época 321 mil dólares; a organização Hélio Alonso, 214 mil; o Hospital Escola São José, 348 mil; quer dizer, instituições que depois - com já assinalei para V. Exª - se verificaram muito faltosas com relação à manipulação do dinheiro público. Mas voltando ao que ia dizendo, o primeiro desses fatos diz respeito à época em que entidades estavam

recebendo subvenções; justamente no mês em que normalmente se encerra o ano letivo: dezembro; estavam recebendo em dezembro.

O segundo - agora vou dar um fato concreto para V. Exª - é o fato de se contemplar, por exemplo, a Universidade Federal de Uberlândia com 10 milhões de cruzeiros novos na época, correspondendo a 1 milhão e 72 mil dólares, ao passo que o Centro Educacional de Realengo, por exemplo, foi beneficiado com 3 bilhões(?) de cruzeiros novos, na época, representando nada menos de 321 mil dólares. No dia 7, se deu isso; no dia 11, o Ministro João Alves despachou, liberando essas importâncias e aí se dá todo um procedimento. Apenas quis trazer este fato para...

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Senador, talvez fosse melhor repetir o valor em dólares.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - O valor, em dólares, para a Universidade de Uberlândia foi de 1 mil(?) e 72 dólares, enquanto que o Centro Educacional de Realengo foi de 321 mil dólares. V. Exª não precisa considerar isso como uma pergunta, estou fazendo apenas um registro diante de V. Exª sobre a disparidade dos critérios. Em absoluto, V. Exª até está dizendo que já se passaram cinco anos e é difícil recompor isso, e que havia um certo caráter automático na liberação desses recursos.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Só para a minha orientação, Senador. Essas não eram verbas carimbadas do Orçamento ou eram verbas do CNSS? Só para eu poder entender.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Não, eram os boletins das subvenções sociais.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Mas carimbadas ou ...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Os boletins encaminhados pela Comissão de Orçamento do CNSS.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Governador, eu queria uma rápida observação. Queria saber de V. Exª se me dispensa, pois não posso perder o vôo que decola dentro de 50 minutos, eu então não tenho oportunidade de chegar hoje em casa senão à noite, não sei nem se tem avião à noite, agora eu sou disciplinado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Lázaro, eu só posso lamentar a ausência de V. Exª aqui diante da contribuição que sempre nos dá; mas realmente não quero privá-lo do contato com os seus conterrâneos, então, fique V. Exª liberado com relação a isso.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Vou pedir permissão ao Governador com relação a isso...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Também, tomando essa liberdade, se o Sr. Presidente dos trabalhos permitir, gostaria, de aproveitando, antes da saída do Ministro Lázaro Barbosa, saber que, na área específica que ele trata ou algum outro comentário, se ele teria alguma observação a fazer sobre o depoimento. Gostaria que, por favor, ...

O SR. LÁZARO BARBOSA - Governador, já tinha passado ao seu coordenador do setor... algumas observações, que ele já inicialmente colocou para V. Exª.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Pois não.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Então, peço permissão para me retirar.

(Falas fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Governador, está sendo solicitado pelo setor de gravação um pequeno intervalo para trocar uma fica.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Faço ao Sr. João Alves uma última pergunta ainda pertinente às atividades da Subcomissão de Subvenções Sociais. É a respeito daquela autorização legal que o Ministro dizia que tinha plenas condições de fazê-lo, para determinar a liberação daquele recurso do CNSS. Realmente V. Exª nunca teve a menor dúvida de que, primeiro, o procedimento era absolutamente legal e que V. Exª estava investido de plenas condições legais de liberar aquele recurso?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Se V. Exª me permite, eu gostaria de voltar um pouquinho àquelas considerações que V. Exª fez anteriormente, a respeito da liberação em 1990, que realmente não tenho condições de lembrar-me com exatidão. V. Exª há de convir que cinco anos depois é difícil saber-se exatamente um documento específico.

Mas faria apenas uma consideração aqui que estamos em meio a políticos experientes e se sabe que no Brasil tem havido uma distorção muito grande a respeito da lei orçamentária, apesar de legalmente ela funcionar no mês de janeiro, mas normalmente ela atrasa muito, só entra em execução, nesses últimos anos pelo menos, em maio e junho do segundo semestre, é quando ela entra em execução plena, realmente a partir do segundo semestre e com aquelas contenções que os senhores sabem que são tradicionais do Ministério da Fazenda, que normalmente segura muito os recursos e só os libera nos últimos meses, por uma tática, nós, brasileiros sabemos a inflação galopante que temos, é uma forma que os Ministros da Fazenda têm de fazer com a inflação trabalhe a favor do Ministério. Eles seguram e os V. Exªs vêm que os meses, pelo menos do que eu convivi no Ministério, que aconteciam liberações maiores eram normalmente novembro e dezembro. Então eu apenas quero registrar esse fato para aquele ponto. De fato, eu não lembro exatamente..

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Em relação àquele fato, daquela instituição que foi contemplada em dezembro.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Exato. De fato, não me lembro.

Quero registrar esse ponto; V. Exªs sabem que é o retrato da verdade, é uma forma que o Ministro da Fazenda, todos eles, têm; é uma jogada inteligente, desculpem-me a

expressão grosseira, que eles utilizam para fazer com que a inflação trabalhe a favor deles; eles seguram o Orçamento e só vão soltar nos últimos meses do ano, porque aí já está defasado.

Tenho vários casos agora no Governo do Estado de verbas que foram aprovadas no Orçamento que dariam, às vezes, para eu fazer uma obra inteira, se fossem liberadas em janeiro. Quando foram liberadas, agora em dezembro, não davam para fazer nem as fundações da obra, porque a inflação corrói tudo.

Para o Ministro da Fazenda é uma tática boa, ele usa isto. Não me lembro, especificamente deste documento, mas estou fazendo este comentário em nível geral.

Quanto ao aspecto que V. Exª considera, eu reitero aquilo que disse; estava e estou convencido de que agi, rigorosamente, dentro da legalidade, eu estava como Ministro, em nenhum momento querendo confrontar com o Congresso, mas respeitando o Congresso Nacional. Entendia, e sempre entendi, que o Presidente da Comissão de Orçamento estava representando o Congresso Nacional, os senhores hão de convir que naquele momento ninguém imaginava, ninguém no Brasil imaginava, nem comentava que havia desonestidades, má-fé nos representantes do Congresso, especialmente na Comissão Mista de Orçamento.

Quero também chamar a atenção dos senhores; sei que os senhores sabem isto tão bem quanto eu: a Comissão Mista de Orçamento hoje está imbuída de um tal poder que de fato ela é quem, na prática, discute com o Governo Federal toda a montagem do Orçamento, quer dizer, o Orçamento é feito pelo Ministério do Planejamento, mas realmente é discutido com o Congresso Nacional, através da Comissão Mista de Orçamento; esta é a prática usual.

Seguramente eu diria que, na prática, o Presidente da Comissão Mista de Orçamento é o homem mais importante para lidar em nível dos Municípios, dos Estados e dos Ministérios executivos. Não estou dizendo, não estou querendo, absolutamente, com isso, diminuir a posição dos demais órgãos; estou falando no sentido prático, talvez o que eu esteja dizendo, não quero que haja mal-entendidos a respeito de diminuição de outras atribuições do Congresso. Estou dizendo que, hoje, na prática, a Comissão Mista de Orçamento é quem tem os maiores poderes junto aos órgãos executivos, seja a nível municipal, a nível estadual e a nível do Governo federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Governador, vamos passar agora a perguntas ligadas às atividades da Subcomissão de Patrimônio. Peço, inclusive, ao Deputado Zaire Rezende que se houver algum lapso da minha parte que S. Exª me subsidie.

V. Exª, Sr. Governador, declarou, até o ano de 1992, ser proprietário dos seguintes imóveis: apartamento 1.001, duplex, na rua Riachuelo, edifício Corbusier; apartamento 1.301 no edifício Solar da Praia, rua Mário do Gusmão nº 1.204, em Maceió, Alagoas; salas 03 e 05 no edifício Delmiro Gouveia, em Maceió; apartamento edifício Ouro Velho, na avenida Saneamento. A pergunta é a seguinte: V. Exª poderia informar qual a destinação dada aos referidos imóveis? Estão alugados? E uma segunda pergunta, o imóvel em que reside é de propriedade de V. Exª ou é alugado?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Na realidade, não tenho de cabeça, exatamente, mas gostaria até de pedir permissão ao Sr. Coordenador para dar o detalhamento. Não tenho, exatamente hoje, a posição desses imóveis por uma razão que vou explicar.

Esses imóveis que faziam parte do meu patrimônio, que integram o meu patrimônio, não eram dessa fase, vêm de muitos anos. Os senhores sabem que sou também empresário - como eu disse aos senhores - da área imobiliária. Então, eventualmente, um apartamento ou outro, claro que legalmente, a gente acaba comprando, adquirindo.

Esse apartamento, por exemplo, "Corbusier", que o senhor se referiu, que era o principal desses, eu devo informar - ainda completando a pergunta se o apartamento onde moro hoje é meu ou alugado - que esse apartamento foi um dos que houve alteração do meu patrimônio, porque troquei o apartamento "Corbusier" - se eu cometer alguma falha de denominação, corrigirei para o senhor na segunda-feira, exato -, mas creio que foi exatamente isso. Trocamos o apartamento "Corbusier", o apartamento que o senhor se referiu de Mário Gusmão, lá em Maceió, acho que essas salas também -, mandarei a escritura para o senhor, para deixar isso bem claro, porque de cabeça não tenho - pelo apartamento onde eu resido agora, que é o apartamento da Mansão Drumond. Esse apartamento onde resido foi que eu troquei por esses imóveis que me refiro. Posso estar cometendo alguma falha, não foi a sala, foi a loja tal. A presentarei ao senhor a escritura na segunda-feira ou terça-feira no máximo.

Mas, dessa troca, fiquei devendo ainda uma parte à construtora, que pago mensalmente.

Em resumo, o apartamento onde moro é de propriedade de pessoa física, que foi permutado com a construtora, que é a construtora da qual sou acionista, mas que foi feito legalmente, com escritura pública, resultado de uma troca por imóveis que eu tinha já registrados na minha declaração de Imposto de Renda, que o senhor está mencionando, e ficou uma diferença ainda que pago mensalmente por cheque visado - já que se trata de uma empresa da qual sou acionista, para evitar aquela questão que costuma ocorrer de um acionista morar em um edifício da empresa e não pagar o aluguel. Costuma ocorrer essas coisas. No meu caso, não existe isso. Foi uma escritura pública, registrada, por permuta de imóveis - alguns desses que o senhor citou - e a diferença, eu pago com cheque visado, sem problema algum.

Com relação à pergunta se alugo alguns imóveis, alguns imóveis que realmente não estão nessa permuta ou que foram alterados, que já estão na minha declaração

de Imposto de Renda de 1993, que vou juntar também para o senhor na próxima semana, alugamos sim. Aluga, pessoa física.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Zaire, quanto a isso V. Exª tem alguma coisa a dizer?

O SR. ZAIRE REZENDE - O que a Subcomissão levantou foi realmente a existência desses dados, como a sua declaração, e então perguntamos ainda se são alugados e, se são alugados, porque o senhor não os tem lançado.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Não. Os que são alugados estão registrados no Imposto de Renda. Todos os que, de acordo com a minha declaração feita quando assumi o Governo, posteriormente e antes, esses o senhor vai analisar na declaração do Imposto de Renda, Deputado Zaire Rezende, e eu faço questão de enviar para o senhor na próxima semana, no começo da semana. O senhor vai verificar que no meu Imposto de Renda têm esses imóveis que estão em meu nome, tem um rendimento de aluguel. Rendimentos, é verdade, irrelevantes, pois o senhor sabe que hoje é um péssimo negócio alugar imóveis, mas de qualquer maneira existem os rendimentos declarados no Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Temos ainda aqui outras perguntas nessa área, Governador João Alves.

Consta de certidões emitidas pelos Cartórios do Registro de Imóveis da 2ª e 4ª Circunscrição de Aracaju, Sergipe, datada de 26/11/93 e de 03/12/93, que V. Exª é proprietário dos seguintes imóveis: Lotes 522 e 523 do Loteamento Jardim Atlântico, Atalaia Velha, Aracaju, Sergipe; casa residencial à Rua Desembargador João Couto nº 355, Praia 13 de Julho, também Aracaju, Sergipe; apartamento 1.202, Edifício Barão de Mauá, Rua Riachuelo nº 315, Aracaju, Sergipe.

Pergunto a V. Exª: V. Exª confirma ser proprietário dos referidos imóveis?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Gostaria que V. Exª consentisse em perguntar um por um para eu responder especifica e isoladamente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pois não, Governador.

Lotes 522 e 523 do Loteamento Jardim Atlântico, Atalaia Velha, Aracaju, Sergipe.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Esses lotes são de nossa propriedade. Apenas tenho dúvidas hoje se eventualmente tenha feito parte dessa permuta, que vou lhe mandar na próxima semana. Mas são de minha propriedade e suponho, Senador, foi dado até pelo meu pai, isso em 1970, por aí. São de minha propriedade. Se não são hoje, exatamente, a única dúvida que coloco é se foram envolvidos nessa permuta. Mas o senhor receberá no começo da semana todas esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Casa residencial à Rua Desembargador João Couto nº 355, Praia 13 de Julho, Aracaju, Sergipe.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Não. Esta casa, há muitos anos, vendemos. Há muitos anos ela não faz parte do nosso patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Apartamento 1.202, no Edifício Barão de Mauá, rua Riachuelo, nº 315, Aracaju, Recife.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Creio que sim. Salvo essa observação que estou fazendo a V. Exª. Mas V. Exª receberá, exatamente, a informação absolutamente segura. No começo da semana, eu mesmo farei questão de levar a V. Exª todas essas informações. É um apartamento que é nosso; a menos que tenha havido essa permuta, que estou em dúvida, porque foi uma permuta feita com um apartamento nosso; mas é apartamento nosso, pelo menos até o ano passado. Eu tenho dúvidas se do ano de 92 ou 93, mas o apartamento é nosso, adquirido, Senador, há, pelo menos, 10 anos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Governador, há uma observação da Subcomissão de Patrimônio: diante da afirmação de V. Exª que esses três imóveis eram, de fato, de V. Exª, por qual motivo não vem declarando tais fatos ao imposto de renda.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Todos os imóveis que temos, Senador, e a variação patrimonial são declarados no imposto de renda regularmente; eu faço questão. Eu me comprometo, com o Deputado Zaire Rezende, já no começo da semana, Deputado, a vir aqui, faço questão de vir pessoalmente, além de entregar a V. Exª, ao Sr. Senador Garibaldi, eu procurarei o Deputado Zaire Rezende para entregar, pessoalmente, essa variação patrimonial, porque não há nenhuma dúvida. Todos os imóveis que eu tenho, referidos por V. Exª... com exceção da casa da rua Desembargador João do Couto que não é nossa; há muitos e muitos anos, já foi passada; eu não sei, talvez, seguramente mais de dez anos. Os outros, eram nossos até o ano passado, e estavam regularmente declarados no imposto de renda.

O SR. ZAIRE REZENDE - Governador, apenas para colocar que, uma vez que V. Exª tenha entregue ao Senador Garibaldi Alves, o documento estará em minhas mãos.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Muito obrigado, Sr. Deputado. Mas eu faço questão de lhe mandar uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Governador João Alves, consta da declaração de renda de V. Exª que, durante o ano de 1992, procedeu à baixa dos seguintes bens: cinco terrenos... Eu não estou muito familiarizado com a linguagem de Imposto de Renda.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Não apenas V. Exª; até o Presidente confirma que também não tem experiência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Bem, eu vou repetir. Consta na declaração de renda de V. Exª que, durante o ano de 1992, procedeu à baixa dos seguintes bens: um terreno situado na Atalaia Velha, Jardim Atlântico, em Aracaju, Sergipe, adquirido

de Antônio Oliva de Paiva, conforme escritura no Cartório de 5° Ofício, livro 97, folhas 97 e 99; um terreno denominado Chácara Santa Verônica, no Município de Santo Amaro das Brotas, em Sergipe, adquirido de Artur Oscar de Oliveira Deda, conforme escritura no Cartório de 5° Ofício, livro 102, folhas 5, em 10/03/76; um terreno localizado no loteamento Nossa Senhora da Ajuda, no Município de Robalo, Sergipe, adquirido de Manoel Gomes Sobral, conforme escritura em Cartório do 1° Ofício, fls. 106 a 107, em 24/11/71; um terreno, Sítio Nossa Senhora da Conceição, em Santo Amaro das Brotas, também em Sergipe, adquirido de Isabel Mainardi, conforme escritura em Cartório do 5° Ofício, livro 127; e, ainda, uma área de terreno na Rodovia José Sarney, no Robalo, conforme escritura Registro 1, livro 2, fls. 174, do mesmo 5° Ofício. E dois apartamentos: um apartamento n° 1.301, no Edifício Solar da Praia, situado na rua Engenheiro Mário de Gusmão, n° 1204, em 25/09/78, e um apartamento no Edifício Ouro Velho, n° 703, na Avenida Saneamento, 5° Cartório, também, n° 54, Ofício, Registro n° 8, livro 2, fls. 23.

A pergunta, Sr. Governador João Alves, da Subcomissão de Patrimônio é: Qual foi a destinação dada aos referidos imóveis, haja vista não ter tido nenhuma menção na declaração de bens, assim como não consta ter apresentado demonstrativo de apuração de ganhos de capital?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Perfeito, Sr. Presidente Senador Garibaldi Alves e Srs. Membros da Comissão: Essas unidades, todas elas, conforme eu disse, já as possuo há, pelo menos, mais de dez anos. No entanto, V. Exªs sabem, conforme eu disse, desde o começo, sou empresário do ramo imobiliário, e alguns desses imóveis foram utilizados para aumento de capital de nossa empresa. É comum nos utilizarmos disso como acionistas e incorporarmos os bens à empresa, para aumento de capital. E, outros, aconteceu o seguinte: naquele esquema que era montado na Caixa Econômica, um esquema de triste memória, eles alegaram que era preciso, firmas grandes não podiam operar na Caixa Econômica, eles tinham de criar uma linha específica para firmas pequenas, em que já houvesse tradição, mas tinham que ter um capital. Tudo isso se revelou uma farsa, porque o fato era que as liberações atendiam a outras formas, conforme vimos posteriormente.

Então, adquirimos uma pequena empresa, empresa inexpressiva, e, para alcançar o capital necessário a ser financiado - porque tentaríamos ser financiados pelos agentes financeiros -, nós aumentamos. Mas isso resultou em nada, porque não foi financiado, não houve nenhum financiamento para nós. Mas, enfim, era por questões operacionais da empresa.

Mas farei o seguinte: na segunda, ou, no máximo, na terça-feria, eu darei todas essas referências a V. Exª, para que tenha a escritura, como foi feita a incorporação. Diria a V. Exª que, em grande parte, foram feitas para aumento de capital da empresa da qual sou acionista, ou do aumento de capital de uma pequena empresa que a gente tinha também, porque a gente queria ficar a nível de poder ser financiado por agentes financeiros do sistema habitacional.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - No caso, é a Base Engenharia e a Flac Construção?

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Isso, Base Engenharia e Flac. Eram empresas mínimas, microempresas, mas que já tinham tradição. E o Sistema Financeiro de Habitação, naquela época, alegava que só financiaria empresas de tradição, mas empresas que tinham um capital mínimo. Então, nós pegamos esses imóveis, compramos essas pequenas empresas pequenas - microempresas, todas as duas são microempresas - e, para que elas alcançassem o capital exigido no nosso ramo de atividade, peguei os meus imóveis particulares e os incorporei. Resultou em nada, porque essas empresas nunca foram financiadas por coisa alguma. Então, elas existem, estão lá, mas nunca operacionalizaram, porque - talvez os senhores tenham notícia - o Sistema Financeiro de Habitação quebrou e não operacionaliza mais coisa alguma. Então, foi um exercício praticamente inútil.

Mas farei o seguinte: já na segunda, no máximo na terça-feira, estarão nas mãos de V. Exª e do Deputado Zaire Rezende as escrituras de incorporação.

Mas quero explicar que isso é uma coisa perfeitamente legítima, é normal se aumentar capital tirando do acionista um imóvel que é dele próprio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Sr. Governador, agora, com a assistência do Deputado Fernando Freire, que é da Subcomissão de Bancos, depois de feitas as perguntas da Subcomissão de Patrimônio, vamos fazer apenas um registro aqui; a Subcomissão, através do Deputado Fernando Freire, não encaminhou perguntas, apenas um registro de que o movimento bancário de V. Exª aponta para um total geral de dólares, ao longo de cinco anos, de 89 a 93, o valor de 333 mil, 761 dólares. É um registro que queríamos fazer.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - O levantamento foi feito nos seguintes bancos: BANORTE, Banco do Estado de Sergipe, Banco do Brasil e Caixa Econômica.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - É verdade. Eu gostaria, inclusive, se V. Exª me permitir, de consultar o Deputado Freire se houve algum ponto, alguma questão que tenha causado estranheza na nossa movimentação bancária, ou se foi tudo normal e legítimo.

O SR. FERNANDO FREIRE - Perfeitamente, Sr. Governador. Na análise que foi feita na Subcomissão de Bancos, entendemos que a movimentação bancária de V. Exª é absolutamente compatível.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Sr. Governador João Alves, esgotadas as perguntas das diversas Subcomissões, em nome dos membros desta Comissão, queremos agradecer a V. Exª pelos esclarecimentos prestados e agradecer aos auxiliares de V. Exª pela recepção que tivemos aqui durante os trabalhos desta Comissão, designada pelo Presidente Jarbas Passarinho. Muito grato a V. Exª.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Eu agradeceria a V. Exª se me permitisse também consultar o Deputado Sigmaringa Seixas se gostaria de fazer alguma observação a respeito das emendas, já que algo ficou, embora tenha sido da delegação, porque eu gostaria que...

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não tenho. Da minha Subcomissão não sobrou nenhum questionamento a V. Exª, o que é bastante razoável, afinal de contas, V. Exª não é parlamentar, nem governador; e nem por via indireta, porque, salvo engano, não há nenhum parlamentar de Sergipe sendo investigado pela CPI.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - A não ser o caso do Deputado Messias Góis.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - É verdade. Mas não há nenhum questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Tem a palavra o Governador para considerações.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Gostaria de registrar também um ponto que considero ilustrativo: o ano em que o conterrâneo e o Deputado Messias Góis foi Presidente da Comissão Mista de Orçamento foi o que recebemos menos subvenções, menos apoio em termos de emendas para o Estado de Sergipe. Recebemos, em dólares, em torno de um quarto do que tínhamos recebido, mesmo modestamente, no ano anterior.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Não, somos aliados de muitos anos, mas são fatos que apenas registro para mostrar ...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - ...Que santo de casa não faz milagres.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Exatamente. Gostaria também, com a permissão de V. Exª ...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pois não, o Governador tem a palavra para as suas considerações finais.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - ... de ouvir o Deputado Zaire Rezende, a fim de saber se as explicações, em níveis patrimoniais, que apresentamos, satisfizeram ou se gostaria de acrescentar algo para nós ...

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Governador, V. Exª afirmou que sobre aquilo que não foi suficientemente esclarecido aqui V. Exª encaminhará a documentação. Estou satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - Então, gostaria de agradecer, se V. Exª me permitir ...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pois não, Governador.

O SR. JOÃO ALVES FILHO - ... agradeço o ambiente extremamente cordial e de alto nível que tivemos aqui neste encontro. E não poderia ser de forma diferente, já que são membros de alta relevância do Congresso Nacional, coordenados por V. Exª, Senador Garibaldi Alves Filho.

Gostaria também, apenas me dirigindo ao Deputado Vivaldo Barbosa, de falar que as nossas eventuais discordâncias são puramente filosóficas. Em nenhum momento há nada pessoal; pelo contrário, respeito muito a sua atuação no Congresso Nacional, atuação pelo seu Estado, o Rio de Janeiro, que acompanho há muitos anos. V. Exª o defende com muito veemência, com muita competência. Reitero que foi apenas uma questão de ordem filosófica que colocamos, questão de funcionamento do que entendemos. Naturalmente o Deputado pensa de forma diversa, mas conseguimos uma forma perfeitamente conciliatória, civilizada.

Não gostaria de encerrar este depoimento, Senador Garibaldi Alves Filho, sem deixar aqui registrado, reiterando aquilo que disse no começo, esse meu desejo, como brasileiro, como democrata, como homem público e sobretudo como político hoje, do sucesso do trabalho da Comissão que os senhores estão presidindo, num momento realmente importante da vida nacional. Estamos torcendo para que o resultado, que temos grandes esperanças que ocorra, seja altamente positivo para o fortalecimento da democracia brasileira e sobretudo da restauração da credibilidade da nossa classe, a classe política, que hoje está extremamente comprometida.

Diria que uma minoria irrisória da nossa classe política é de corruptos. Estes devem ser, a meu ver - estou dando uma opinião pessoal - extirpados da vida pública nacional. Essa minoria está comprometendo a nossa imagem perante a sociedade; está comprometendo a imagem dos homens públicos, políticos militantes que acreditamos no Brasil e desempenhamos as nossas funções com toda a responsabilidade, com toda a austeridade e com todo o desejo de servir ao nosso País.

São esses, Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Membros da Comissão, os votos que faço questão, antes de encerrar esse trabalho, com a permissão de V. Exª, de apresentar para todos os senhores. Creio ser essa é a aspiração de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Novamente muito grato. Está encerrada a reunião.
(Levanta-se a reunião às 13h10min.)

Depoimento do Sr. Deputado Gastone Righi

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Declaro aberta a nossa reunião de hoje, que tem como objetivo principal ouvir o depoimento do nobre Deputado Gastone Righi.

Solicito aos ilustres Colegas, titulares e suplentes, da Comissão que tenhamos um encontro, hoje, às 17 horas, porque haverá o depoimento pela manhã, agora, a iniciar-se com o Deputado Gastone Righi; às 19 horas com o Deputado Anníbal Teixeira. Teremos um intervalo, durante o qual, gostaríamos de fazer aqui uma reunião plenária, uma reunião interna, de maneira que faço logo a sua convocação.

Então, a partir de agora, vamos dar início ao nosso trabalho.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado, para uma questão de ordem.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Tenho o dever de invocar o Regimento da Câmara dos Deputados, art. 57, inciso VII. Esse dispositivo é o que permite a cada parlamentar de participar de comissões ou subcomissões, em conseqüência - mesmo não sendo membro ou o sendo - em qualquer circunstância dá a ele o direito de usar da palavra.

O Regimento Comum é omisso nessa parte, de maneira que esse dispositivo, não bloqueado por outro contrário do Regimento Comum, se estende às regras que esta Comissão deve observar.

Foi com base nisso, Sr. Presidente, e com o senso de cumprimento do dever muito agudo, que certamente V. Exª já percebeu nesse Parlamentar, é que eu compareci à reunião, em que uma Subcomissão desta Comissão ouviu o Governador João Alves, no último sábado.

Compareci à reunião, Sr. Presidente, porque dentro da Subcomissão de Subvenção Social fui um dos Parlamentares que mais estudou essa questão de subvenção, especialmente no seu início, preparando-me para um dos seus primeiros depoimentos, que foi o do Deputado Cid Carvalho. Há de se lembrar V. Exª que naquela oportunidade, no meu questionamento, tive oportunidade de aprofundar a busca de informações daquele processo, que já nos parecia muito regular, naquela altura, agora comprovadamente regular, da liberação de subvenções sociais.

Eu lá compareci, V. Exª, neste plenário, tem conhecimento dos fatos, mas o que me traz esse dever de levantar essa questão de ordem, sem procurar estabelecer maiores polêmicas a respeito, é que a imprensa de ontem registrou declarações de V. Exª de alguns ângulos variados, mas ora censurando esse Parlamentar, ora, até com referência, censurando o Coordenador-Geral da Comissão, o Senador Garibaldi Alves Filho, por ter permitido a minha presença naquele depoimento.

Tive muita reflexão, Sr. Presidente, como todos nós e muita cautela no trato com relação aos Governadores de Estado. Cada questão federativa, embora muito nebulosa entre nós, apesar de uma prática centenária de federalismo, mas ainda uma zona cinzenta de competências e atribuições, embora não havendo na minha consciência, que é a de formação profissional de advogado, muitas dúvidas a respeito da competência de uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito - destinada a investigar aplicações de verbas orçamentárias federais e uma CPI Federal, não tenho muitas dúvidas da competência que essa CPI tem de investigar qualquer pessoa, qualquer instituição que tenha utilizado verbas federais, é nosso dever fiscalizar a sua adequada aplicação.

Mas, mesmo assim, tive o cuidado e me preparei tão-somente para obter esclarecimentos e informações de um Ministro de Estado, no ano de 1989, hoje Governador.

Quem inquiríamos era o Ministro de Estado que havia liberado, pelo menos, nas primeiras investigações que investigamos, tinham passado pelas suas decisões.

Não era, Sr. Presidente, imaginável que pudéssemos deixar de obter, daquele Ministro de então, as informações necessárias, porque ele liberava verbas solicitadas através de uma lista do Deputado João Alves, que não tinha nenhum credenciamento legal e regimental para encaminhar tais listas, as quais eram aquinhoadas pelas decisões de S. Exª, naquele período. Preparei-me tão-somente e fiz todo o estudo tão-somente nesta área enquanto ele era Ministro. Afastei qualquer questão sobre sua atuação como Governador, utilizando verbas federais, reconhecendo com tranqüilidade a competência da CPI para investigar a utilização de verbas federais.

Veja, Sr. Presidente, sem querer estabelecer maior polêmica, inclusive é o mais inadequado a essa altura dos trabalhos da Comissão, diante até do momento delicado que a Comissão vive, mas não posso deixar de registrar a minha reclamação contra as declarações atribuídas a V. Exª que importaram, a meu ver e de todos que viram ao vivo em

televisões ou ouviram a voz viva em rádio ou leram as letras dos veículos de imprensa de que as declarações e manifestações de V. Exª importavam uma censura a este Parlamentar que, eu invocando o inciso VII, chamando o Regimento da Câmara dos Deputados, manifesto a V. Exª que eu agi de acordo com as atribuições regimentais e dentro do estrito dever parlamentar e atendendo ao meu dever que V. Exª, realmente, há de reconhecer que eu procuro cumprir com exatidão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu agradeço a V. Exª a formulação da questão de ordem, que me caberia decidir desde logo, e devo ponderar a V. Exª que eu continuo com o meu ponto de vista anterior. Também sem nenhum objetivo de estabelecer polêmica com V. Exª.

O Regimento a que V. Exª se refere trata das Comissões. Embora eu não seja experto, com "x", no Regimento da Câmara, conheça mais o do Senado e o Regimento Comum, o que se verifica nessa leitura, inclusive no título dele, que é: "Da admissibilidade de apreciação das matérias pelas Comissões", é evidente que, em primeiro lugar, trata-se das Comissões Permanentes, as Comissões Técnicas, que pode ser estendida a qualquer Comissão por analogia.

Entretanto, no caso dos Governadores nós já tínhamos aqui um princípio duvidoso. V. Exª mesmo falou ainda há pouco, se não me engano, em nebuloso, não é? E essa situação já poderia, e eu teria desejado que tivesse forçado isso, numa segurança no Supremo para saber se nós tínhamos ou não condições de convocar Governadores com o argumento contrário de que nós estávamos invadindo por exorbitância o terreno do Legislativo sobre o Executivo Estadual.

Cuidado que eu tomei, nobre Deputado Vivaldo. Fiz, delegado que foi pelo Plenário à Mesa, a constituição das Comissões. A Mesa, porque isso foi feito de comum acordo com o vice-Presidente e com o Relator, tomou a iniciativa de mandar constituir um membro de cada Comissão. V. Exª tinha, portanto, um membro da Comissão de Subvenções dentro do grupo que foi ouvir o Governador. Mais ainda, tinha o Presidente da Comissão de Subvenções também participando disso, que é o nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

Então V. Exª há de me permitir, primeiro, que a interpretação de V. Exª seja por mim considerada excessiva. Segundo, inconveniente. Porque no momento em que eu passo um **fax** para os Governadores, dizendo que eles vão ser ouvidos por cinco pessoas e nomeio as cinco pessoas, se V. Exª acha que tem o direito, no art. 57, os 503 Deputados e 81 Senadores também teriam esse direito. E aquele momento em que os Governadores fossem ouvidos se transformaria então também num Plenário Universal do Congresso brasileiro.

Evidentemente que não gostei. Como somos ambos transparentes, V. Exª e eu, embora nossas relações pessoais sejam muito boas, eu não pude me conter e estranhar quando vi a fotografia de V. Exª participando também de lá.

A Deputada Jandira Feghali, por exemplo, procurou-me dizendo que gostaria de ir ouvir o Governador Roriz. Eu pedi a ela que não o fizesse. Fizesse através do Deputado Sérgio Miranda todas as perguntas que fossem cabíveis, para evitar exatamente esse tipo de constrangimento. De chegar lá, o Governador recebe um **fax** que vai responder sobre uma determinada pergunta a cinco pessoas, dos quais um Coordenador, e mais ainda. Tive o cuidado de não ter qualquer dúvida de colocar o Deputado Sigmaringa Seixas, sabendo que o seu escritório, o seu escritório de advogado aqui em Brasília defende o Sr. Jackson, Prefeito de Aracaju, o maior adversário que o Governador João Alves tem. E nem isto, de minha parte, impediu que o indicasse. Se ele tivesse questão de fórum íntimo para não aceitar era outra questão.

De maneira que eu recebo, com a elegância com que V. Exª sempre formula, a sua reclamação, que proporcionará, certamente, uma consulta que eu farei até às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado e da Câmara, para evitarmos que casos futuros possam causar qualquer constrangimento, inclusive entre pessoas que se dão tão bem.

O Vice-Presidente fará as perguntas de estilo.

O SR. ODACIR KLEIN - O seu nome?

O SR. GASTONE RIGHI - Gastone Righi Cuoghi. Uso o nome parlamentar de Gastone Righi.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. GASTONE RIGHI - Cinquenta e oito anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. GASTONE RIGHI - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. GASTONE RIGHI - Rua Peixoto Gomide, 912, São Paulo.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. GASTONE RIGHI - Advogado e Deputado Federal.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar em que exerce atividade?

O SR. GASTONE RIGHI - Brasília, São Paulo e Santos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito que fiquemos de pé para ouvir o compromisso.

O SR. GASTONE RIGHI - Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Nobre Deputado Gastone Righi, nós temos aqui o princípio, adotado até agora, de proporcionar ao Depoente, em assim querendo ele, o prazo máximo de uma hora para uma explanação a respeito do que lhe ocorrer. Se V. Exª quiser usar a palavra, está à sua disposição. Se preferir não usá-la, nós podemos partir à inquirição.

O SR. GASTONE RIGHI - Eu peço **vênia** a V. Exª para o seguinte: uma Comissão Parlamentar de Inquérito é um procedimento **sui generis**. Na realidade, não há réus, não há uma acusação delineada, uma denúncia marcada, o que torna difícil desde o compromisso até mesmo as colocações que possamos fazer; mas como meu nome se viu arrolado num elenco de nomes mencionados por uma pessoa que aqui depôs, eu, na realidade, apressei-me - fui o primeiro nesta Comissão - a colocar-me à disposição dela, até mesmo porque acredito que na pessoa de cada um de nós está sempre sendo julgado o Congresso Nacional, o Poder Legislativo, enfim, a Instituição a que pertencemos.

Mas, diante disto, Sr. Presidente, o que me resta é manter-me à disposição desta Comissão e de seus dignos Membros e responder às indagações, dúvidas ou questionamentos que existam. V. Exª me permita que apenas eu transfira para o final alguma consideração que me reste fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Muito obrigado.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ilustre Deputado Gastone Righi, V. Exª, ao longo dos mandatos que exerceu na Câmara dos Deputados, em alguma oportunidade, chegou a integrar a Comissão Mista de Orçamento?

O SR. GASTONE RIGHI - Nunca, nem mesmo como membro suplente. Jamais fui a qualquer reunião desta Comissão; não sei exatamente, sequer, onde ela funciona; nunca participei de nenhuma reunião, de nenhum entendimento, ao longo de toda a minha vida parlamentar, desde 1966 até esses dias.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª, então, não teve ou não tem maiores laços de aproximação, quer com o Deputado João Alves, quer com o Sr. José Carlos Alves dos Santos?

O SR. GASTONE RIGHI - O Sr. José Carlos Alves dos Santos, eu sequer o conhecia, nem de nome e nem pessoalmente. Vim a conhecê-lo depois dessas ocorrências. O Deputado João Alves, não. Este eu conheço desde 1966, quando fui eleito, pela primeira vez, Deputado. O meu desempenho era na área social, trabalhista, sindical e previdenciária, e o Deputado João Alves era Vice-Presidente e até Presidente da Comissão de Legislação Social, onde atuávamos. Ele era um especializado em Previdência Social. Naquele primeiro mandato, eu tive, digamos assim, muita convivência parlamentar com o Deputado João Alves. Depois fui cassado e, quando retornei em 82, voltei a encontrá-lo, pois sempre mantive relações cordiais e próximas, até de amizade, mas não amizade íntima, porque nunca freqüentei sua casa e nem ele a minha, não conheço sua família e nem ele a minha. Mas o relacionamento parlamentar sempre foi muito afável, muito cordial; S. Exª sempre me respeitou, tratou-me muito bem e eu, como Líder, muitas vezes o procurei sempre telefonicamente em relação a algum assunto administrativo concernente à Comissão de Orçamento que S. Exª ou presidia ou era Relator, e era conhecido, no Congresso, como homem ligado estreitamente àquela Comissão.

Além do Deputado João Alves, é claro, sou amigo de muitos Parlamentares que fazem parte daquela Comissão. Fui Líder, até o Líder mais longevo da Bancada do PTB, durante sete anos, e é evidente que cabia a mim a indicação dos Membros da Comissão de Orçamento correspondentes à Bancada que liderava. Eu, como Líder, instituí até um princípio - gostaria de aproveitar o seu questionamento para colocar isso. Desde que me elegi Líder do PTB, à altura de 84, início de 85, estabeleci como princípio, para nomeação de Membros do PTB na Comissão de Orçamento, dada a disputa que havia, porque todos desejavam participar dessa Comissão, adotei o princípio da eleição. Era eleição por escrutínio secreto, feito na Bancada e, por esta forma, os Membros do PTB eram indicados, ou seja, eu apenas fazia a indicação formal; quem escolhia os Membros do PTB, na Comissão de Orçamento, tanto titulares quanto suplentes, era a Bancada por escrutínio secreto.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª chegou a perceber ou a desconfiar que S. Exª, João Alves, era um homem de grande influência na área orçamentária, a ponto de decidir sobre pagamentos de subvenções a Parlamentares por conta de verbas globais?

O SR. GASTONE RIGHI - Bom, duas coisas diferentes. A primeira é... no primeiro mandato que eu tive não, o Deputado João Alves se caracterizava por sua atuação na área social, somente previdenciária, pois tinha sido administrador de um instituto; S. Exª capitaneou, aqui no Congresso, a junção dos institutos, dos IAPs, em um único; depois juntos, eu na oposição e S. Exª na situação, capitaneamos também a absorção pelo INPS do Seguro de Acidente de Trabalho, enfim... em relação a férias, 13° salário e tal dos trabalhadores avulsos, S. Exª participou de uma luta minha, foi conquista por uma iniciativa minha dar esses direitos aos trabalhos avulsos... Conheci o Deputado João Alves, da primeira fase, nesse setor.

Quando vim para cá deixei de ter intimidade de vida parlamentar com S. Exª, e todos o reconhecíamos, digamos assim, como o senhor absoluto do Orçamento. Era o homem que entendia do Orçamento, que pertencia a uma bancada muito poderosa a quem cabia a indicação ou do Presidente ou do Relator e, salvo engano meu, S. Exª era alternadamente ou o Presidente ou o Relator até que murmúrios dentro do Congresso, não só murmúrios, comentários se faziam em termos da existência de uma "igrejinha", de proteções dentro da Comissão, que levavam a um agrupamento lá a tirar vantagens. Até então e enquanto fui Líder o que se dizia é que procuravam tirar vantagens políticas, que aprovavam emendas dentro de interesse ou daquele agrupamento ou de interesses partidários etc. E isso acabou chegando ao ponto em que vários partidos colocaram restrições; houve até denúncias

públicas, a imprensa agitou o problema e o fato foi ficando delicado, a ponto de que isso foi objeto de discussão entre a Mesa da Câmara e os Líderes reunidos. Eu estava presente há pelo menos umas duas ou três reuniões de Liderança em que o assunto foi tratado, e as Lideranças tomaram, não só as Lideranças, a Mesa também - porque as reuniões de Lideranças não são apenas os Líderes, as pessoas ou destacadas por cada partido comparecem e se discute o problema. Nessas reuniões acabou-se entendendo que devia ser feita uma reformulação. E a reformulação, a primeira parte dela, foi absorvida pelo PFL, que iria então retirar o Deputado João Alves da relatoria e substituí-lo.

Era o Deputado Ricardo Fiúza o líder que avocou essa providência e ele como líder do PFL tinha direito, pela proporcionalidade de bancadas, à indicação dessa relatoria. Ele iria substituir.

A segunda providência foi a de dobrarmos o número de membros daquela CPI, a fim de dissolver qualquer eventual núcleo, pequena "igrejinha" que ali se formasse. Entendeu-se que seria uma providência imediata a de que se dobrando o número de membros daquela comissão pulverizasse qualquer tipo de entendimento ou de colóquios entre grupos menores.

Recordo-me que essas foram as duas alternativas.

O Deputado Ricardo Fiúza acabou substituindo o Deputado João Alves por ele próprio, como relator, e a comissão foi ampliada para 120 membros, o que de alguma forma era um alívio para todos os líderes, porque o número de deputado que queria participar dessa comissão era sempre grande e criava problema para as lideranças e, ao mesmo tempo, tinha como objetivo pulverizar o número de integrantes da comissão de tal forma a dissolver eventual formação de grupos ou de pequenos grupos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, por um relatório ainda inconcluso da Subcomissão de Emendas, verifica-se que V. Exª, apesar de líder de bancada há muitos anos, não tem um número expressivo de emendas nem apresentadas nem aprovadas.

V. Exª, realmente, nunca teve grandes interesses por emendas, não é?

O SR. GASTONE RIGHI - Várias coisas, a primeira delas é por uma incompetência minha, porque não sou avesso a questão de números, nunca entendi bem de orçamento.

O orçamento foi, nesta Casa, sempre muito esotérico, um certo mistério, 10 ou 12 grandes volumes, incompreensível para alguns, linguagem de economês, de contabilidade rebuscada.

Segundo, a minha região, sou de São Paulo, da baixada santista, a minha região depende muito pouco de verbas federais ou nada.

Então, a nossa existência política não está subordinada a isso. Em toda a minha vida recordo-me de uma única emenda sobre obras, que era uma ponte existente em São Vicente, estava 8 anos parada, uma ponte de 630 metros de cumprimento, toda pronta, feita, completada, faltava apenas a cabeceira e ficou 10 anos parada, ligando a ilha de São Vicente ao continente. Uma obra dessa envergadura, milhões e milhões de dólares investidos e está parada até hoje porque não acabaram as cabeceiras. Eu fiz uma emenda para acabar as cabeceiras.

Tive que brigar para conseguir aprovar essa emenda, mas, infortunadamente, o Poder Executivo fez uma história que se chama contingenciamento, uma dessas obras cadáveres que existem por aí.

Nunca saiu a verba e infelizmente a ponte continua inconclusa.

Houve um tempo que no Congresso cada Deputado e cada Senador tinha o que se chamava de verba pessoal, era uma verba pessoal para casas de caridade. Naquela época eu fiz as destinações a casas de caridade.

Nem eu sabia como fazia, sempre pedia para algum auxiliar fazer.

Vinham centenas de pedidos, graças a Deus acabou essa história, essa verba pessoal, eram milhares de pedidos e eu não podia atender a todos. Eu atendia 20 casas de caridades e deixava de atender 50.

Era uma coisa horrível. Mas eram verbas pequenas, não sei se essas casas de caridades receberam ou não, o que posso assegurar é que não tenho ligação com nenhuma casa de caridade, jamais recebi qualquer dessas verbas, não tenho e nem a minha família tem qualquer ligação com qualquer entidade que jamais tivesse recebido alguma verba que eu, eventualmente, tivesse participado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu perguntei sobre emendas e V. Exª já avançou em subvenções.

Não tenho nenhuma informação sobre subvenções, V. Exª não tinha interesse pelas mesmas razões.

A sua região é uma região afluente.

O SR. GASTONE RIGHI - É claro que as casas de caridades lutam, querem isso. Mas, não tenho ligações pessoais e não tenho porque, não faço política assistencialista. Compreendo que existem deputados de regiões carentes e que dependem estritamente do atendimento da União às carências da região, para poderem fazer política, política até sadia.

Mas, não é o meu caso e, portanto, não teria por que apresentar emendas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª exerce atividade de advogado, tem escritório aberto e em funcionamento em São Paulo?

O SR. GASTONE RIGHI - Tenho, sim. Devo dizer a V. Exª que foi um escritório muito próspero e que ultimamente abandonei-o, porque as atividades em Brasília

são absorventes. Mas foi um escritório muito próspero, sempre vivi de advocacia e, apesar de ter lecionado - é claro, todos sabem que do ensino não se recebe coisa alguma.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quer dizer que, nesses últimos quatro anos e meio a cinco anos, V. Exª teve não apenas subsídios, mas também honorários de advocacia?

O SR. GASTONE RIGHI - Também honorários, alguns aluguéis e algum fruto de investimentos eventuais que tenha feito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª tem, segundo levantamento da Subcomissão de Bancos, um total de US$ 430 mil de subsídios e mais uma diferença que chega a US$ 654 mil. Quer dizer, os subsídios de advocacia foram inferiores inclusive aos subsídios recebidos como Parlamentar.

O SR. GASTONE RIGHI - É, nesses últimos anos, sim. Mas a situação foi bem inversa nos anos anteriores. Mas, nesses últimos anos, sim, até por força da idade, do afastamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Posso confirmar o que V. Exª diz: em 69, V. Exª teve US$ 98 mil, arredondando, de subsídios e US$ 185 mil de outras atividades; em 90, US$ 123 mil para US$ 203 mil; mas, a partir de 91, quase que empata:...

O SR. GASTONE RIGHI - É verdade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) ... de US$ 77 mil para US$ 94; de US$ 75 mil para US$ 94 mil e US$ 55 mil para US$ 78 mil. Está certo?

O SR. GASTONE RIGHI - É verdade, por força da idade, do cansaço, eu realmente acabei me dedicando mais às atividades aqui e menos à advocacia. Até mesmo porque nós, Deputados, cada vez mais, estamos sendo impedidos do exercício de outra atividade, fundamentalmente no campo da advocacia, porque estamos impedidos de advogar contra o Município, o Estado e a União, contra qualquer autarquia ou sociedade de economia mista ligada ao Município, ao Estado ou à União. Enfim, o volume de impedimentos é tão grande que fica nos restando uma pequena área de consultoria etc, e acabamos sendo sempre suspeitos até na nossa atividade, quando prestamos serviços de advocacia a empresários etc. Então, isso vai restringindo o campo laboral do político, do Deputado. Isso antigamente não era assim, mas recentemente vem cada vez mais a restrição se fazendo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não, Sr. Presidente, estou satisfeito. Se for o caso, pedirei a palavra no final.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Senador Suplicy, se quiser usá-la agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Prefiro fazer ao final, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O nobre Deputado Vivaldo Barbosa tem a palavra.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, algumas questões que mereciam esclarecimento do Deputado Gastone Righi, que eu havia cogitado, foram formuladas pelo Relator, de maneira que estou, a essa altura do questionamento, tremendamente satisfeito com os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Deputado Gastone Righi, as contas de V. Exª, que a Subcomissão de Bancos apurou e o Relator acaba de detalhar, estão compatíveis com o nível de remuneração e abaixo da média das contas apresentadas, encontradas pela Subcomissão de Bancos.

V. Exª se referiu, em resposta ao Deputado Roberto Magalhães, que não tinha emendas aprovadas ao Orçamento. Nenhuma emenda aprovada no Orçamento?

O SR. GASTONE RIGHI - Não, disse que não tenho emendas em...grandes emendas ou muitas emendas; emendas eventualmente poderia ter, até mesmo como Líder é possível que tenha atendido algum companheiro e assinado emenda para ele ou apresentado, porque alguns companheiros, às vezes, pedem achando que, por estar subscrita a emenda por um Líder, será mais ou menos prestigiada. Isso é possível ter acontecido, mas realmente nem sei. Só me defini em relação a uma emenda, porque esta foi a única emenda que me recordo em toda a minha vida, em relação a qual prestei atenção. Tinha uma dívida com o povo de São Vicente, prometi em praça pública, lutei até hoje e, infelizmente, a ponte ainda está lá e sem acabar. Então, por isso, referi-me a essa emenda específica.

O SR. BENITO GAMA - Com relação à Subcomissão de Subvenção, também, segundo o Relator, V. Exª não dispõe de subvenções aprovadas no Orçamento.

O SR. GASTONE RIGHI - Não, a não ser essas subvenções de verba pessoal que havia e que agora não existem mais.

O SR. BENITO GAMA - V. Exª disse que é amigo do Deputado João Alves. V. Exª...

O SR. GASTONE RIGHI - Considero-o como meu amigo, sim.

O SR. BENITO GAMA - V. Exª mantinha alguma relação comercial ou financeira com o Deputado João Alves?

O SR. GASTONE RIGHI - Não, nunca mantive relações comerciais ou financeiras com S. Exª. Em termos comerciais ou financeiros tivemos...Diria que houve uma única vez que tive alguma relação financeira com S. Exª. Na última eleição S. Exª me pediu se poderia arranjar uma remessa de papel. Arranjei, tinha até papel, tenho clientes e amigos que forneciam papel e mandei a S. Exª uma remessa de papel, já ao final da última eleição, em 1990. Foi só essa única vez - extraparlamentarmente - que tivemos algum tipo de

relacionamento. As outras relações foram todas parlamentares: no primeiro mandato, como disse, em relação a assuntos sociais, à Previdência Social etc, e nesses mandatos, posteriores a 82, com relação à Comissão de Orçamento eu, como Líder - e cobrei de S. Exª por telefone a pedido de alguns liderados, ou emendas ou, sei lá, alguma coisa sempre que havia referente ao Orçamento; eu ligava e ele sempre me atendeu com muita presteza, com muita cordialidade.

O SR. BENITO GAMA - V. Exª tem conta no Banco do Progresso, em Brasília?

O SR. GASTONE RIGHI - Não. Nos últimos anos, talvez 8 ou 10 anos, pelo menos, tenho duas contas: uma no Banco do Brasil, aqui em Brasília, e outra no Banco Bandeirantes, em São Paulo. Já tive contas em muitos bancos. Mas, há muitos anos, quando a minha advocacia, a minha atividade extraparlamentar era muito intensa, eu mantive várias contas. Mas, nos últimos anos, só essas duas contas.

O SR. BENITO GAMA - Banco Bandeirantes?

O SR. GASTONE RIGHI - Banco Bandeirantes e Banco do Brasil.

O SR. GASTONE RIGHI - V. Exª ainda mantém essa conta do Banco Bandeirantes?

O SR. GASTONE RIGHI - Mantenho-a ainda.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Deputado Gastone Righi, essas perguntas são em função de que na, Subcomissão de Bancos, em função da quebra do sigilo bancário de V. Exª, foi encontrado um cheque do Deputado João Alves, depositado na conta nº 75417, do Banco Bandeirantes, na agência 007. Parece-me que é agência São Paulo. Como V. Exª explica à Comissão?

O SR. GASTONE RIGHI - V. Exª tem a data disso?

O SR. BENITO GAMA - O cheque foi emitido em 12 de setembro de 1990, no valor de um milhão de cruzeiros, àquela época.

O SR. GASTONE RIGHI - 12 de setembro?

O SR. BENITO GAMA - 12 de setembro de 1990, um cheque...

O SR. GASTONE RIGHI - Nas eleições. Possivelmente,...

O SR. BENITO GAMA - Posso passar a V. Exª.

O SR. GASTONE RIGHI - Se V. Exª me fizesse o favor, facilitaria.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente,...

O SR. GASTONE RIGHI - Eu não tinha mais a lembrança do valor. Mas, como pode se ver, o cheque é de João Alves para João Alves. Deve ter sido uma ordem de pagamento que ele enviou para mim, pagando essa remessa de papel. Agora, não sei o valor exato. Realmente aqui é de um milhão de cruzeiros, é uma remessa de papel, um caminhão que eu providenciei para S. Exª àquela altura. O cheque é de 12 de setembro, deve ter sido entre julho e agosto desse ano de 90. Foi a única relação que tivemos.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Deputado, esse cheque equivale a cerca de 13 mil e 600 dólares...

O SR. GASTONE RIGHI - Eu não saberia lhe dizer. Mas posso lhe dizer...

O SR. BENITO GAMA - ... equivalente à aquisição e compra de material.

O SR. GASTONE RIGHI - Deve ser o valor equivalente, não sei quanto em dólar, essa quantia teríamos que deduzir. Mas o que posso lhe dizer é que deve ser uma quantia aproximada de uma remessa de um carregamento de papel que foi para S. Exª e que eu o ajudei, pois S. Exª estava aflito; deviam ter sido as impressões finais ou cédula única, e S. Exª apelou para mim, pois sabia que eu tinha ligações. Para minha campanha, tenho vários amigos que dão mais do que numerário, dinheiro. Em geral me dão coisas, ou brindes, ou papel, impressos, cartazes etc, que eu prefiro também. É uma forma mais razoável de se manter um relacionamento com um amigo ou com o eleitor e me pareceu sempre... Portanto, essa era...e eu dei a ele, é questão de se rever os papéis, a documentação, mas eu poderia fornecer-lhe melhores elementos posteriormente. Mas posso lhe afiançar que deve ser o valor aproximado de uma remessa de papel para a campanha eleitoral, a essa época, com eu já tinha dito antes sem me recordar disso. E ele deve ter feito uma ordem de pagamento mandando para mim. Mas, se V. Exª puder me deixar esse documento, poderei saber junto ao banco e junto aos meus auxiliares exatamente como tudo transcorreu. Não há nenhum problema.

O SR. BENITO GAMA - Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar o documento ao Relator e, logo após,...

O SR. GASTONE RIGHI - V. Exª me dá uma fotocópia?

O SR. BENITO GAMA - ...em requerendo a V. Exª, encaminharemos cópia, como é a praxe da CPI. Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre Deputado Gastone Righi, o exame das declarações do Imposto de Renda de V. Exª suscitam o levantamento de algumas questões que eu gostaria de indagar a V. Exª.

A primeira é que no exercício de 1989, V. Exª recebeu na sua conta do Banco Bandeirantes um crédito de 10 milhões de cruzeiros, equivalentes em dólares, à época, a 13 mil dólares em depósito em dinheiro.

O SR. GASTONE RIGHI - Um milhão, é esse.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Dez, não é esse.

O SR. GASTONE RIGHI - Não é esse.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Esse é 12 de setembro de 1990.
O SR. GASTONE RIGHI - É de 1990.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A emissão desse cheque depositado na sua conta no dia 13.

Esse é um depósito de 10 milhões de cruzeiros, equivalente a 12 mil, 916 dólares, realizado no dia 3/1/89.

Segundo levantamento da Subcomissão de Bancos, os proventos de V. Exª foram creditados praticamente na mesma época e equivaliam a 2 mil, 553 dólares. Portanto, não há confusão com os proventos de V. Exª. Mas, é normal as pessoas sacarem da sua conta bancária quando não querem declarar saldos elevados nos bancos, sacam da sua conta e depositam no dia seguinte, ou dois dias depois. No caso foi dia 3 de janeiro. Estamos falando do final do exercício de 1988 para o começo do exercício de 1989. Então, gostaria de saber se V. Exª saberia a origem desse depósito tendo em vista que não constava da sua declaração de 31/12/88 nenhum saldo bancário.

O SR. GASTONE RIGHI - Olhe, Deputado, V. Exª haverá de me desculpar. Não tenho nenhuma lembrança de 1989/88. Realmente, fazemos as declarações - não tenho contabilidade - em abril, reportando-se ao ano anterior. Mando pedir saldos bancários e transcrevo isso muito apressadamente. Casa de ferreiro, em geral, o espeto é de pau. E como advogado fazemos muito isso aceleradamente. Para ilustrar, posso dizer a V. Exª, por exemplo, as minhas duas últimas declarações de Imposto de Renda nem fui eu quem fiz. Pedi até para minha secretária fazer, estava em Brasília, a outra vez estava viajando.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não vamos...

O SR. GASTONE RIGHI - Assim, não tenho lembrança. É claro que, muitas vezes, acertamos as declarações. É normal isso, até como advogado procuramos acertar. Não sei com teria...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não é importante esse detalhe, V. Exª vai ver o porquê da minha indagação mais adiante.

O SR. GASTONE RIGHI - Mas, diga pois terei imenso prazer em esclarecer.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Em 31/12/89, V. Exª possuia um saldo expressivo em letras de câmbio do Banco Bandeirantes, na conta 001007541/7, que equivaliam a 40 mil e 600 dólares. A indagação é porque V. Exª omitiu este saldo na sua declaração de bens de 1989, prestada em 1990.

O SR. GASTONE RIGHI - Não sei lhe dizer, pode ser que não tivesse mais no dia 31 de dezembro de 1988.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não. V. Exª tinha.

O SR. GASTONE RIGHI - Tinha?

O SR. LUIZ SALOMÃO - No seu extrato bancário do Banco Bandeirante está assinalada a aplicação e não o resgate. De modo que V. Exª tinha.

O SR. GASTONE RIGHI - E não tinha na declaração?

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª não declarou.

O SR. GASTONE RIGHI - Não sei lhe dizer o porquê. Não sei, talvez isso vinha beneficiar-me até.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, o problema é que incluindo esses ativos na sua declaração, a sua declaração estoura. Quer dizer, o acréscimo patrimonial não justificado é de 153 mil cruzeiros, o que equivaleria a 14 mil dólares. Vale dizer que se V. Exª não tivesse gasto nada durante um ano consigo e com sua família, V. Exª ainda teria um excesso de aplicações patrimoniais em relação à renda declarada de V. Exª.

O SR. GASTONE RIGHI - É difícil lhe responder no momento. Teríamos que ter as declarações para ver o porquê foi colocado assim ou assado. Mas pode ser. Há alguns tipos que coloco aí, quem sabe tenha posto como dinheiro disponível ou valores em banco, etc. e tenha englobado. Não sei. Precisaria verificar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vou depois lhe passar uma cópia da indagação para que V. Exª, depois, encaminhe alguns esclarecimentos à Comissão de Patrimônio.

Mas o que eu registro, aqui, é o fato de que V. Exª tinha a aplicação, porque o comprovante bancário é disponível, mas não o incluiu na declaração. Se o fizesse, a situação de patrimônio a descoberto ficaria nesse nível de 13 mil dólares, que, acrescido - talvez, se V. Exª tivesse declarado como renda, estes depósitos de 10 milhões, as coisas se compusessem.

O SR. GASTONE RIGHI - Pode ser.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas como V. Exª não declarou, especificamente, não saberia dizer, dar uma pista de como recompor.

Na declaração de 92, ano-base 91, repete-se o mesmo fenômeno. A declaração do Imposto de Renda de V. Exª está a descoberto, em um milhão de cruzeiros. V. Exª saberia explicar, ou saberia informar se prestou um esclarecimento adicional à Receita Federal, de modo a não ter a sua situação patrimonial injustificada, na declaração de renda ?

O SR. GASTONE RIGHI - Eu posso dizer a V. Exª o seguinte, o que não é muito lisonjeiro, realmente: o Imposto de Renda, principalmente, quanto ao profissional liberal, ao declará-lo, procura-se compor essa declaração. Como lhe disse, eu não tenho contabilidade, não tenho registros. Então, é claro que, numa atividade intensa, atividade política, atividade profissional, é muito difícil recompor, um ano depois, toda a situação patrimonial, financeira, etc, do ano anterior. Compõe-se a declaração. E é perfeitamente viável que haja algum tipo de não-correspondência. Eu procuro evitar isso, mas pode ter acontecido. Mas, com toda a segurança, o que eu lhe posso afirmar, é que não tem nada a ver com a Comissão de Orçamento, ou qualquer coisa referente ao Orçamento desta Casa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre Deputado Gastone Righi, eu também tinha detectado esse depósito do Deputado João Alves na sua conta. Eu queria indagar: V. Exª informou que este recebimento de um milhão de cruzeiros, equivalente a 13 mil e 500 dólares, refere-se a uma partida de papel.

O SR. GASTONE RIGHI - É, uma partida de papel.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Uma partida de papel que V. Exª vendeu ao Deputado João Alves?

O SR. GASTONE RIGHI - Ele me pediu, desesperadamente, que eu lhe arranjasse papel. Telefonou-me, várias vezes. Eu tinha um excesso de papel e à época, também, a campanha de governador me forneceu papel para a impressão, e o meu pessoal arranjou a remessa solicitada e o atendeu. E eu, depois, pedi a ele que me mandasse o numerário. Ele o fez, mandou-me, inclusive, uma conta redonda. Eu estou vendo agora que foi arredondada, ele me mandou uma conta redonda, porque o valor era muito difícil de ser aferido. Eu tinha um valor qualquer, e disse: você veja, aí, um valor qualquer.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim, mas eu pergunto a V. Exª, eu quero tentar entender a sua evolução patrimonial. Por isso estou indagando se V. Exª vendeu o papel ao Deputado João Alves. Ou se V. Exª comprou o papel e passou para ele.

O SR. GASTONE RIGHI - Não, eu tinha papel, meu, e arranjei mais uma parte, também. Porque não era suficiente, o que eu tinha, de papel, para atender ao que ele estava me pedindo. Aliás, eu mandei papel, também, para outros companheiros, em outras épocas. Mas acabou mandando esta partida. Os detalhes, eu não me recordo. Agora é que estou vendo, eu nem sabia que ele tinha depositado um cheque, eu pensei que fosse uma ordem de pagamento, que ele tivesse mandado, não sei como é que girou. Mas sei que ele me mandou o dinheiro, eu precisava desse dinheiro, naquela época.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas V. Exª, felizmente, é um Deputado dos mais brilhantes desta Casa, e entende a razão da minha insistência, nesta pergunta. O que eu estou perguntando é se V. Exª vendeu o papel ao Deputado João Alves, ou se V. Exª comprou de terceiros, repassou para o Deputado João Alves, e cobrou dele, para ressarcir a si mesmo do que tivesse pago ...

O SR. GASTONE RIGHI - Bom, o papel que eu mandei a ele, uma parte comprei, outra parte, ganhei. E ele me ressarciu o valor do papel que recebeu de mim. Eu não usei a expressão "vender", porque a expressão "vender" é mercantilista, não houve uma operação mercantil, quer dizer, não havia nenhuma operação comercial em si. Ele precisava de papel e eu tinha um pouco de papel em excesso, arrumei mais um pouco de papel e mandei a remessa que ele precisava. Quer dizer, nem tudo do que ele precisava, uma parte, pelo menos, do que ele precisava. Eu consegui atendê-lo e ele me mandou o valor correspondente por uma remessa bancária.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Essa transação não tem notas fiscais, naturalmente.

O SR. GASTONE RIGHI - Não, possivelmente não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nem da compra que V. Exª fez?

O SR. GASTONE RIGHI - Não, de parte da compra tenho. Uma parte é doada, outra é comprada.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Veja bem, se V. Exª tivesse vendido o papel, V. Exª comporia melhor a sua declaração de renda, porque teria tido um ganho de capital que poderia ser consignado a seu favor, para compor sua avaliação patrimonial. Na hipótese de V. Exª não ter vendido e cobrado o que pagou, haveria de estar consignada na sua movimentação bancária uma saída de caixa correspondente. Se V. Exª comprou, digamos, da Fábrica de Papel Champion, por exemplo, uma quantidade "X" de material, o equivalente para compor um caminhão cheio de resmas de papel e repassou isso ao Deputado João Alves, e recebeu deste 13 mil e 500 dólares, enfim, a parte que V. Exª teria comprado, se tivesse que pagar à fábrica, haveria de aparecer no seu movimento bancário a saída de caixa correspondente. De acordo?

O SR. GASTONE RIGHI - Não, porque não sou uma pessoa jurídica, não tenho contabilidade, minha coisa se faz...

O SR. LUIZ SALOMÃO - ... na sua conta bancária.

O SR. GASTONE RIGHI - Não, porque ela não é, rigorosamente, a correspondência da minha movimentação econômica. Não tenho só uma conta bancária, e, possivelmente, parte do papel eu ganhei, outra parte veio da campanha para governador e outra eu comprei. Devo dizer que fornecedores e industriais de papel, alguns são meus amigos, podem me fornecer para pagar a prazo, quer dizer, sempre houve transações desse gênero. Não necessárias, nem foram escrituradas e não havia razão de escriturar. Não escrituro, porque não sou pessoa jurídica, não tem por quê.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não estou dizendo que V. Exª devesse fazer escrituração, estou dizendo que...

O SR. GASTONE RIGHI - Entendi o que V. Exª acabar de dizer. Se houver recebimento do dinheiro, deve ter sido apontado na minha conta bancária ou na declaração do Imposto de Renda o pagamento da mercadoria. A conta de partida e contrapartida é típica para uma empresa comercial, não para mim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Deputado, veja bem, há um cheque de uma pessoa que é acusada de ter distribuído cheques a vários Parlamentares, inclusive a V. Exª, que foi citado pelo José Carlos Alves dos Santos.

V. Exª, muito propriamente, esclareceu ao Deputado Benito Gama que havia feito uma transação não comercial, mas entre amigos, fornecendo papel ao Deputado João Alves e sendo ressarcido por isso.

O SR. GASTONE RIGHI - É verdade.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então, tentei interessar-me pela seguinte questão: seu Imposto de Renda, em 1990, tem um "furo". Quero entender, se porventura, a composição do seu aumento de patrimônio pudesse ser justificada por uma operação, através da qual V. Exª tenha obtido ganho patrimonial. Mas V. Exª diz que não, que provavelmente pagou por esse papel e estava cobrando do Deputado João Alves o valor correspondente.

O SR. GASTONE RIGHI - Não disse exatamente isso. Disse que recebi papel como doação para campanhas, inclusive da campanha para governador. Parte desse papel, eu comprei, quer dizer, é uma mistura que se faz durante a campanha, não tenho uma única origem das coisas.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeito. Mas V. Exª tem condições de explicar ou documentar essa transação com nota fiscal de compra do papel, ou do pagamento efetuado em preço?

O SR. GASTONE RIGHI - Não sei, mas é questão de se ver, de repente é possível que eu tenha nota fiscal correspondente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, estou satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Nobre Deputado Gastone Righi, segundo dados coletados junto à Comissão de Patrimônio Fiscal, V. Exª é um homem de muitas propriedades.

Na sua declaração de bens, anexa ao Imposto de Renda do ano base 1988, exercício 1989, V. Exª listou 21 bens imóveis, totalizando 880 mil...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço fazer silencio no plenário.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, V. Exª permite interromper sua inquirição, por um minuto, por favor.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, estou sendo censurado por alguns Parlamentares.

Gostaria de dizer que estou aqui para fazer as interpelações que julgar necessárias. Espero que não tenha agredido o Deputado Gastone Righi de nenhuma forma. Mas, não posso admitir que, na hora que estou fazendo perguntas, as pessoas fiquem me dizendo o que devo ou não devo perguntar. Estou aqui representando o meu Partido e cumprindo o papel que devo exercer, por mais doloroso que seja, indagar ao Deputado Gastone Righi.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Espero que todos os presentes no plenário não desconsiderem a Mesa na sua capacidade de exatamente poder disciplinar essas ações.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, pela ordem. Eu estou sentado na retaguarda do Deputado Luiz Salomão, ele disse "alguns parlamentares," eu não me incluo nisso não. Estou ouvindo, as pessoas estão conversando comigo, mas não falei nada nem me dirigi a ele. Todas as vezes que tenho falado com o Deputado Luiz Salomão assumo a paternidade do que estou falando.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não incluí o Senador.

O SR. ELCIO ALVARES - Agradeço a V.Exª.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Fui eu que perguntei ao Deputado se ele tinha os papéis todos da compra do papel da campanha dele.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não tem cabimento, Deputado José Lourenço, eu aceito as desculpas em nome do Deputado Luiz Salomão.

Com a palavra o Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Eu perguntava ao nobre Depoente que ele listou 21 bens imóveis no ano base de 88/89, totalizando 880 mil 871 dólares. Como explica V.Exª a conformação de um patrimônio de tamanha magnitude? V.Exª acha que os rendimentos como parlamentar e os honorários advocatícios são elementos que justificam patrimônio desse valor?

O SR. GASTONE RIGHI - Fique tranqüilo V.Exª, eu não ganhei na loteria. Mas, na verdade, preciso dizer uma coisa, boa parte desse patrimônio é só numérico. Por exemplo, ganhei de honorários 2 quadras de um loteamento em Caraguatatuba, se vão olhar são 18 lotes, dá impressão que são 18 imóveis que eu adquiri. Foram honorários que ganhei numa ação, na verdade uma quadra e meia de um loteamento que tem mil quadras, e que me foi pago como honorários. Mas isso fica lá no patrimônio.

Isso valia 0,10 centavos, de repente veio aí uma determinação, um negócio absurdo da Receita dizendo "tem que converter tudo em UFIR". Isso fazem 2 anos. Na hora de converter em UFIR, qual é o valor que se pode dar a um lote de terreno em Peruíbe, também um terreno que ganhei de honorários de advocacia, nunca vi, já não é meu porque isso fazem 30 anos. Nunca fui lá e isso decerto se perdeu, já deve ter casa construída, invadiram, etc.

Mas esse lote fica constando do meu patrimônio, lote em Peruíbe, que eu não tenho mais . Daí me fizeram corrigir isso por UFIR, para saber como corrigir eu teria que avaliar, ia contratar um avaliador para avaliar os meus imóveis. Então eu disse a minha

secretária: apanhe todos os lançamentos de prefeitura e coloque o valor **cash**. Tenho um imóvel, também de honorários, em Ribeirão Pires, que são 2 alqueires, na verdade não tem mais 2 alqueire, tem 1 alqueire, está um valor de cento e tantos mil dólares. Eu vendo para quem quiser por 10 mil. Realmente é um valor que ficou constando, ou a prefeitura lançou.

Essa história de valor UFIR não é valor real do imóvel, nem sei de vale exatamente isso, mas foi o valor que se estimou. Se V.Exª olhar as declarações anteriores verá que o valor de aquisição correspondeu sempre aos valores da declaração. Esse valor de oitocentos e tantos mil dólares acredito que o meu patrimônio deva valer isso. Se V.Exª reparar todos os meus imóveis, foram adquiridos quando eu não era deputado, só tenho 3 imóveis adquiridos ao longo desses últimos 12 anos, são 3 casinhas de 4 ou 5 metros de frente, que fiz uma burrada porque imaginava poder juntar e fazer um imóvel grande, acabei não conseguindo fazer. Comprei as casinhas de 4 metros de frente que não valem nada, quer dizer, elas valem mas não teve o objetivo que eu queria que era juntar e fazer um imóvel único. E não tenho mais imóveis enquanto sou deputado.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - V.Exª já mencionou um imóvel que ia falar aqui, esse da cidade de Ribeirão Pires, que seria uma gleba no Sítio Santa Maria, antigo Sítio dos Freis.

No ano base de 1988 V.Exª disse que era proprietário de 15% desse terreno .

O SR. GASTONE RIGHI - Os honorários foram 15%, eu fiquei com 15% dessa gleba, que seriam dois alqueires. Isso é um negócio muito antigo. Os meus sócios, que eram meus clientes, quiseram vender a gleba. E era um valor irrisório. Lembro que em dinheiro de hoje, talvez 4 mil dólares. E eu disse: ah, mas, não é possível. Uma gleba em Ribeirão Pires vender por 3 ou 4 mil dólares. E eu tinha 15%. Então, eu disse: compro de V.Exªs. E comprei a parte deles por esse valor irrisório. E fiquei dono de um título de 2 alqueires que, na verdade, deve ter um alqueire, em Ribeirão Pires. Não tem porção, é uma ação judicial de mais de 20 anos atrás.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Estou vendo que a data é realmente antiga. O que existe aqui é talvez uma preocupação no sentido de contribuir, de alertar.

O SR. GASTONE RIGHI - Pois não.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Porque se diz que V. Exª era proprietário de 15%; depois, posteriormente, adquiriu os restantes 85%. Mas, isso não está devidamente explicado, essa aquisição dos restantes 85 por cento.

O SR. GASTONE RIGHI - Mas tem escritura pública.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - É, sim. Mas não estava no seu Imposto de Renda. Eu adoto a tese do nobre Deputado Luiz Salomão, que já apoiei aqui. Quando nada, temos que ficar muito mais atento a essas omissões e imperfeições de imposto de renda, porque realmente pode caracterizar... e eu não acredito que seja proposital. Mas, para ficar bem explicitado, diz o Deputado Luiz Salomão, - e eu concordo - que deve V. Exª mandar rever essas posições para sanar essas omissões.

Então, vamos ainda em lote, pois hoje sou titular de Cartório de Registro, e veio tudo para cá para falar. V. Exª foi proprietário dos lotes de terreno nºs 09 e 10, da quadra I, do loteamento denominado Jardim Planalto, no Município de Arujá?

O SR. GASTONE RIGHI - Foram honorários que recebi.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Em Santa Isabel. V. Exª confirma que...

O SR. GASTONE RIGHI - Fui proprietário.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Foi?

O SR. GASTONE RIGHI - Fui.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - V. Exª adquiriu isso em 23/04/82?

O SR. GASTONE RIGHI - Sabe, isso foi uma história longa, muito anterior. Eu tinha recebido dois lotes. A pessoa que me deu, que era o dono do loteamento, me pagou de honorários esses dois lotes. Depois precisou dos dois lotes que me deu e fez uma venda para um terceiro. Acabei tendo que dar esses dois lotes e recebi mais outros dois; foi uma complicação.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sabe o que acontece? Para chegar ao resultado, é que no ano base da declaração, ano 91/92, V. Exª não insere, não declara.

A rigor, diante do texto frio da lei, isso poderia se caracterizar um crime de sonegação fiscal. É claro que V. Exª tem os caminhos legais, para, junto à Receita, se antecipar e sanar - que eu não vejo também, pelos valores que constam aqui, que o negócio fosse algo tão gritante.

O SR. GASTONE RIGHI - Eram valores irrisórios. Isso posso assegurar.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Estou vendo. Pela data era. Mas, de qualquer forma, continua infringência de um texto legal, e V. Exª como um parlamentar zeloso que é, deve procurar verificar essas omissões.

Então, ainda com relação a esse Jardim Planalto, gostaria que V. Exª me explicasse por que continua declarando os lotes 06 e 21, mesmo depois de tê-los alienado. Ora, veja, V. Exª os alienou em 79.

O SR. GASTONE RIGHI - É verdade.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - A mesma pessoa, que é o Sr. Benedito Valentino de Araújo. Mas os tais imóveis continuam aparecendo na declaração no ano base de V. Exª de 88, 89.

O SR. GASTONE RIGHI - Sabe por quê? Porque essa declaração, como eu disse ao senhor: "casa de ferreiro, espeto de pau". Faço a declaração, está batendo certo, mando a secretária fazer a relação. E esse imóvel que está aí foi vendido em 79, foi ficando na declaração. E ficou aí. São dois lotes do Jardim Planalto que foram vendidos em 1979.

Mas como constavam, e mando repetir a declaração, porque a declaração é meio longa, então, sempre passou despercebido, e continuaram constando.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Mas, como V. Exª vê, hoje, a Nação está querendo perfeccionismo na imagem do parlamentar. Estão exigindo isso de nós, e não podemos cometer omissões do gênero que devem cometer "n" pessoas. E, talvez mais por descuido do contador, do que da secretária, do que de V. Exª.

Mas, na hora de responder...

O SR. GASTONE RIGHI - E talvez até minha. Eu realmente não me apercebi, a listagem é grande e eu mando repetir a lista.

Agora, haverá de convir V. Exª, e sei que V. Exª é um homem afeito a essa matéria, de que nisso não haveria nenhuma burla.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Não, acho é que a do ano de 1979, nem teria nada, a rigor, com o Orçamento.

O SR. GASTONE RIGHI - Certo.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Penso que a do ano de 1979 nem teria nada a rigor com o Orçamento. Certo? É uma coisa que foge dos méritos, dos objetivos, mas está quase ao encontro do decoro que querem hoje, que o Parlamentar não tenha nenhuma nódoa, que seja uma classe casta, diferente, que não tenhamos nenhum equívoco na nossa vida, o que acho impossível, pois só Nosso Senhor Jesus Cristo é que não teve, e olhe lá. Mas, de qualquer forma, vai como um alerta para V. Exª, para trocar o contador, porque acho que essas coisas seriam sanadas. (Risos)

E, por último, eu ainda vou ficar nos imóveis. V. Exª foi proprietário de terreno situado à Rua Itaúna, posteriormente, Rua Vitório Santin, lote 81 - é sempre lote, veja V. Exª - Quadra 150, na Vila Carmosina, em Itaquera, São Paulo? Lembra V. Exª?

O SR. GASTONE RIGHI - Lembro.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Foi, então, V. Exª realmente...

O SR. GASTONE RIGHI - Também foram honorários. Eu era titular da metade ideal desse terreno; terreno que depois foi invadido e acabou havendo um acordo com os invasores; os invasores pagaram a mim e ao outro titular uma quantia também pequena e nós vendemos a eles, invasores. Porque eles tomaram posse, o terreno era longe, em Itaquera, ainda não havia metrô para lá.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Certo.

O SR. GASTONE RIGHI - E quando soubemos estava invadido e acabou dando em um acordo.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - É verdade. É a aquisição só de cinqüenta por cento, não é?

O SR. GASTONE RIGHI - Era cinqüenta por cento. E, na verdade, esclareço a V. Exª que não era nem aquisição, eu recebi em honorários porque fiz um desquite, parece-me, e o inventário desse sócio no terreno. Ele tinha esse terreno e me pagou como metade ideal desse terreno, que, mais tarde invadido, acabei recebendo uma quantia em dinheiro para ceder a minha metade.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - É a mesma conclusão: as imperfeições nas declarações de Imposto de Renda deságuam num crime de sonegação fiscal, quando doloso, quando intencional, é verdade, e sujeito a uma série de exames, não é? Não se está provando se tem enriquecimento ilícito ou não? A matéria será examinada por outra questão e que acaba caindo naquela chamada falta de decoro e essas coisas subjetivas...

O SR. GASTONE RIGHI - Olha, eu lhe asseguro que a essa época eu não era nem Deputado.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Eu vejo isso.

O SR. GASTONE RIGHI - Segundo, não houve qualquer sonegação, nem qualquer falta de decoro. Eu recebi o terreno legitimamente, a metade ideal, e acabei cedendo para o posseiro que estava lá. Nem houve uma transação comercial sequer. E a coisa era clara, feita por escritura pública, registrada no cartório público, não há nada subalterno, nada...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Agradeço as informações de V. Exª e reitero aquele meu apelo, para que V. Exª saneie essas chamadas imperfeições, omissões e irregularidades, a fim de que realmente as coisas fiquem certas e se evite esses embaraços.

Muito obrigado.

O SR. GASTONE RIGHI - Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre Deputado Gastone Righi:

A Receita Federal informa que até a data de 16 de novembro de 1993 não tinha recebido e processado sua declaração de rendas referente ao exercício de 1993, ano-base 1992. Pergunto: V. Exª apresentou tal declaração?

O SR. GASTONE RIGHI - Apresentei, sim. Apresentei sempre dentro das datas todas as minhas declarações do Imposto de Renda desde que me lembro por gente.

O SR. ZAIRE REZENDE - Nobre Deputado, V. Exª é proprietário de alguma embarcação?

O SR. GASTONE RIGHI - Nenhuma, infelizmente.

O SR. ZAIRE REZENDE - Infelizmente.

Temos em mãos uma declaração da Capitania dos Portos de Santos, onde consta ser V. Exª proprietário do...

O SR. GASTONE RIGHI - Perdão, V. Exª tem razão, eu tenho um pingüim. Pingüim é um barquinho de dois metros e pouco que eu comprei para o meu filho, quando ele era menino. Meu filho foi campeão veleiro com esse barquinho. É um barquinho de solo, de uma pessoa só, pequenininho, um pingüim. Eu não me lembro nem como era o nome dele. Acho que selênia...

O SR. ZAIRE REZENDE - Chupeta.

O SR. GASTONE RIGHI - Ah, chupeta, é verdade! Esse barco até desapareceu, eu nem sei. É um barquinho de dois metros. Chama-se pingüim a classe do barco. Quem entender de embarcação sabe o que é um barco de criança e o meu filho foi campeão veleiro nesse barquinho.

O SR. ZAIRE REZENDE - V. Exª é proprietário de um prédio à Rua Minas Gerais, nº 6, no Município de Santos?

O SR. GASTONE RIGHI - Nº 6, sou.

O SR. ZAIRE REZENDE - Não consta da sua declaração de bens.

O SR. GASTONE RIGHI - Consta, sim, senhor. Com segurança, consta. Foi adquirido em mil novecentos e sei lá. Em 70 e alguma coisa, por aí. Em 1980 talvez, não sei.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sugiro que V. Exª faça uma referência.

O SR. GASTONE RIGHI - É um imóvel, é uma casinha pequena em frente a minha casa. Quando vendi a minha casa, que troquei, recebi um dinheiro e comprei essa pequena casa em frente a minha, nº 6. A minha casa antiga era no nº 15 e em frente ao nº 6. Uma casa pequena.

O SR. ZAIRE REZENDE - V. Exª declarou ser proprietário de 50% da loja 218 na Avenida Presidente Kennedy, em Diadema, São Paulo. V. Exª é proprietário das lojas 4 e 5, situadas respectivamente nos nº 197 e 201 da mesma avenida.

O SR. GASTONE RIGHI - Isso também é honorário. Isso era de uma cliente minha, faleceu, fiz o inventário, os filhos... Eu tinha a metade ideal de uma loja e acabamos compondo com os filhos; eles me deram duas lojas, eu dei dinheiro a eles. Acabei ficando com duas lojas. Eu tinha a metade de uma loja e acabei ficando com duas lojas, num prédio velho, pequeno, situado em Diadema. Duas lojas pequenas, num prédio velho, um prédio de 3 andares e eu acabei ficando com duas lojas lá. Mas isso faz muito anos.

O SR. ZAIRE REZENDE - Não constam em sua declaração.

O SR. GASTONE RIGHI - Constam, sim, com segurança.

O SR. ZAIRE REZENDE - V. Exª possui cotas em empresas de comunicação?

O SR. GASTONE RIGHI - Possuo em nome da minha esposa. Minha esposa é quem possui. Meus filhos e minha esposa. Duas empresas.

O SR. ZAIRE REZENDE - Poderia declarar quais são?

O SR. GASTONE RIGHI - TV Mar e Empresa de Comunicações Transcontinental.

O SR. ZAIRE REZENDE - Certo, mas consta também, do sistema de rádiodifusão, uma rádio FM de Guarujá. Tem uma rádio em Santos, a TV Mar e uma rádio FM de Guarujá.

O SR. GASTONE RIGHI - É a empresa Transcontinental.

O SR. ZAIRE REZENDE - Mas são 3 veículos.

O SR. GASTONE RIGHI - São duas.

O SR. ZAIRE REZENDE - Temos em mãos informações do sistema de rádiodifusão.

O SR. GASTONE RIGHI - Não é. São duas. É a TV Mar e a empresa de comunicações. Não sei o nome exato, mas é empresa tal de comunicações, Transcontinental. É a de Guarujá. É a Rádio Enseada FM .

O SR. ZAIRE REZENDE - Empresa de Comunicação Transcontinental.

O SR. GASTONE RIGHI - É isso mesmo.

O SR. ZAIRE REZENDE - Essa é em Guarujá.

O SR. GASTONE RIGHI - No Guarujá.

O SR. ZAIRE REZENDE - É uma FM?

O SR. GASTONE RIGHI - Exatamente. É isso mesmo, Deputado.

O SR. ZAIRE REZENDE - Tem a empresa TV Mar Ltdª., essa em Santos.

O SR. GASTONE RIGHI - É isso mesmo, em Santos.

O SR. ZAIRE REZENDE - Consta também a Rádio Santos, em Santos.

O SR. GASTONE RIGHI - Não. O nome talvez fosse a 95 FM da qual o meu filho adquiriu há uns 10 anos, 50% das cotas e depois as vendeu. Vendeu para uma pessoa de Santos. Ele era sócio, era uma empresa de 2 rapazes lá de Santos. Meu filho formou-se em comunicações e quis entrar no ramo de comunicações.

Aí eu o ajudei e ele comprou. Quer dizer, foi com o meu dinheiro, claro, mas foi ele quem comprou 50% das cotas e com esse dinheiro foi feita a montagem dessa rádio a que o senhor se refere. Isso há uns 10 anos.

Depois, não sei a quantos anos, há uns 4 ou 5 anos, esses 50% meu filho vendeu a uma pessoa de Santos, essa parte que ele tinha na rádio. Portanto, não tem nenhuma ligação mais nem com minha família essa rádio.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sua esposa apresenta declaração de rendas em separado?

O SR. GASTONE RIGHI - Não, não apresenta.

O SR. ZAIRE REZENDE - Apenas pelas datas aqui, todos esses meios de comunicação foram liberados entre 1985 e 1988.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Lourenço.

S. Exª desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, desisto também porque minhas perguntas já foram efetuadas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado Gastone Righi, V. Exª é advogado dos mais competentes.

O SR. GASTONE RIGHI - Obrigado.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E por sua experiência bem sabe que tudo que consta dentro dos autos de qualquer procedimento merece sempre obter uma resposta por parte da pessoa que, de uma forma ou de outra, vem a ser mencionada por aquele que lhe faz qualquer tipo de imputação, porque senão, caso contrário, fica apenas dentro dos autos a palavra dessa pessoa.

E é tão-somente para que nós possamos ter sua palavra a respeito disso que consta dos autos que eu faço esta única pergunta a V. Exª. Durante o interrogatório do Sr. José Carlos Alves dos Santos perante esta Comissão, o nobre Deputado Luiz Salomão lhe formulou diversas perguntas tendentes a que o mesmo esclarecesse a respeito de quais Parlamentares eventualmente tinham participação no chamado "esquema de manipulação do Orçamento". E, em determinada altura, o Deputado Luiz Salomão faz especificamente uma pergunta: "Gastone Righi?", e o Sr. José Carlos Alves responde da seguinte forma:

"Com certeza..."

Um minutinho, por favor.

"O Deputado Gastone Righi por ouvir o Deputado João Alves falar. Ele falava que o Deputado Gastone Righi pedia, queria, que era preciso dar para o Deputado, que era um líder importante, ou coisa desse tipo, mas não posso dizer: Eu sei que ele sabe. Só sei porque o Deputado João Alves falou."

Então, eu gostaria, nobre Deputado Gastone Righi, que V. Exª fizesse algum comentário a respeito dessa declaração de José Carlos Alves dos Santos, porque senão fica, dentro dos autos, apenas essa palavra, para que, depois, alguém não venha a dizer que V. Exª não tinha abordado isso que por ele foi colocado.

O SR. GASTONE RIGHI - Deputado, é muito honroso responder a uma pessoa percuciente como V. Exª em suas perguntas.

Biblicamente, está dito que são insondáveis os desígnios divinos. Imagine os desígnios do diabo, do demônio!

Não sei por que teria me envolvido, mas as coisas me parecem muito evidentes. Talvez ele tivesse apanhado no contexto da vivência dele alguma coisa de real e misturado dentro dos seus desígnios, ou seja, o que havia de real? Eu era Líder. Eu era um Líder muito cioso de meus liderados, de minha Bancada, é verdade. Quando reclamavam para mim, eu não fiz uma, duas ou três vezes, talvez eu tenha feito cinco, seis, oito vezes reclamações, porque liderados meus, principalmente Deputados do Norte, Nordeste, que dependiam muito das verbas do Orçamento, vinham lá reclamar: "Ei, tal, estão passando para trás a minha emenda; não foi..." Eu ligava para o João Alves e falava grosso. É o hábito de cobrar e eu cobrava, porque achava que tinha razões de cobrar. Não pedia favores pessoais e, portanto, a minha Bancada deveria ser atendida como outra qualquer.

Eu devo lhe dizer que ele sempre me atendeu e eu acredito que tenha atendido a essas reclamações porque os Deputados, pelo menos, depois não voltavam a reclamar do não atendimento.

Talvez algumas cobranças minhas desse gênero... Como é o nome do meliante?

O SR. LUIZ MÁXIMO - José Carlos Alves dos Santos.

O SR. GASTONE RIGHI - O Sr. José Carlos tenha ouvido, lá, no seu afazer, tenha ouvido eu cobrar.

Ora, no seu anseio de envolver o máximo possível Congressistas ou membros do Congresso dentro desse imbróglio, a fim de afastar do foco os seus crimes, os seus crimes maiores e hediondos, é natural que procurasse envolver, aproximando-se da verdade, que eu fazia a cobrança. Mas veja as declarações dele, são alguma coisa hermética, meio incompreensível. Aliás, incompreensível é essa história de esquema.

Ora, uma pessoa, quando está disposta a dizer a verdade, diz exatamente o que acontecia, como e quando, e, por óbvio, essa pessoa era elemento central de qualquer tipo de sistema pecaminoso ou corrupto que aqui existia. Foi inclusive o diretor do Orçamento da União. Se algum crime existe em matéria orçamentária, o foco do crime não estará aqui no Congresso. Isso é óbvio ululante! Estará no Executivo, que não só aponta verba como aprova e libera a verba. Tem até o poder de veto, e o poder de não pagar, de não liberar e de não aplicar.

Portanto, é um absurdo se deslocar o foco. Se há foco de corrupção real, deve estar lá no Executivo.

Mas não sei realmente quais os desígnios dessa pessoa, desse indivíduo e ele se referiu ao meu nome. Não o conheço. Assisti aqui ao seu depoimento e ele realmente

quase que não me conhece. Nunca estive naquela Comissão. Como disse a V. Exª e aos demais pares, nunca estive lá, nunca participei de reuniões com quem quer que seja; não tenho emendas; não tenho qualquer relação com qualquer empreiteira. Portanto, não tinha porque, a não ser o fato de eu ter sido um Líder conhecido e de servir aos seus desígnios, porque, é claro, um Líder conhecido, que se tinha colocado a favor do Presidente Collor, que a imprensa visava ou teria imenso prazer em poder apontar-lhe alguma falha, então era um alvo excelente para o envolvimento que esse indivíduo acabou fazendo com o meu nome.

Não sei porque, mas, em um determinado momento, respondendo a uma pergunta do Sr. Relator, Deputado aqui presente, ele declarou que sobre mim não poderia afirmar que eu estivesse envolvido, ou nunca viu nada etc.

O SR.LUIZ MÁXIMO - Fiz a pergunta, nobre Deputado, exatamente para buscarmos deixar tudo esclarecido, porque o próprio José Carlos Alves dos Santos, nesta leitura que fiz - talvez V. Exª não se apercebeu - diz: "Mas não posso dizer: Eu sei que ele sabe". Quer dizer, ele, José Carlos, disse: "Mas não posso dizer: Eu sei que ele sabe". Então, ele falou isso dizendo que teria ouvido do Deputado João Alves; e como no âmbito da Subcomissão de Subvenções Sociais, à qual pertenço, nada foi levantado, até onde sei, com respeito a V. Exª, então, julguei-me na obrigação de dar ao ilustre depoente a oportunidade de deixar, mais uma vez, reafirmado o entendimento que dá essa declaração .

Era só isso que eu desejava perguntar.

O SR. GASTONE RIGHI - Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado Luiz Máximo.

Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, pediria mais uma vez ao Senador Eduardo Suplicy que me permitisse encarar o Depoente.

Nobre Deputado Gastone Righi, o Relator já fez uma referência em relação à nossa Subcomissão. A situação de V. Exª é a seguinte, objetivamente: em 1990, apresentou 08 emendas, aprovou 01, não conseguiu liquidar; em 1991, apresentou 03 emendas, não aprovou nenhuma; em 1992, apresentou 08 emendas, aprovou 04, não liquidou nenhuma; em 1993, apresentou 18, aprovou 16, não liquidou nenhuma.

Nesses quatro Orçamentos, V. Exª não liquidou nenhuma emenda. Não integrou a Comissão Mista de Orçamento de 1989 a 1993. Portanto, não exerceu nenhuma relatoria.

Então, em relação à nossa Subcomissão, não consta nada no que diz respeito a V. Exª. Mas eu queria uma contribuição de V. Exª para esclarecimentos à nossa Subcomissão.

Uma das preocupações da nossa Subcomissão é identificar os procedimentos internos da Comissão do Orçamento. Quando aqui esteve depondo o Deputado Fábio Raunheitti, no que diz respeito da sua indicação para a relatoria, não para a Comissão - a indicação para a Comissão é de responsabilidade das Lideranças dos partidos -, nós queríamos uma informação de S. Exª no que dizia respeito à sua indicação para a relatoria, e ele nos informou que foi V. Exª que o indicou para a relatoria. V. Exª confirma esse fato?

O SR. GASTONI RIGHI - Não, absolutamente, jamais. Eu nem sabia que ele teria sido relator. Soube agora.

Vou lhe dizer, não assisti ao depoimento, mas alguém me falou, e disse o seguinte: que ele disse que não sabia quem o havia indicado para a relatoria.

Agora, é claro que a indicação para membro da Comissão é feita pelo Líder, é regimental. Mas como já expliquei - e aproveito a oportunidade que V. Exa. me dá -, para reiterar o seguinte: eu nunca escolhi os membros do PTB na Comissão de Orçamento. Eu adotei o critério de eleição, porque sempre havia mais candidatos do que número de vagas. E, diante disso, eu fazia a eleição por escrutíneo secreto. Aqui há alguns companheiros de Partido que podem testemunhar o fato. Membros da Comissão, como o caso do Deputado Nelson Trad, ou o Deputado Nelson Marquezelli, que aqui estão, a eleição era realizada em escrutíneo secreto. Era a votação secreta, por ação, por escrutinador. Quer dizer, não era sequer um ensaio, não. Era uma coisa realmente para valer. Então, o que saía no resultado da eleição, eu indicava. Agora, como relator, eu nem sabia que ele tinha sido relator, ou sub-relator. Eu nunca soube disso. Soube agora.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o nobre Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Deputado Gastone Righi.

V. Exa. declarou que tinha um relacionamento próximo, de respeito e de amizade, com o Deputado João Alves. Quando surgiu a informação sobre as primeiras referências de procedimento, que hoje estão sendo objeto, em maior profundidade, de apuração por parte da CPI, como o caso da intermediação da empresa SEVAL, V. Exª. foi surpreendido pela informação ou já conhecia a prática, segundo a qual - parece que não existe apenas a empresa SEVAL -, há algumas empresas, em Brasília que, não tanto para o Estado de São Paulo, mas para Estados do Norte e do Nordeste, começaram a realizar essa prática de intermediação, de procuração, ou de esforço, para liberar verbas, apresentar projetos. V. Exa. já conhecia aquela prática ou foi surpreendido pela notícia e, depois, pelo aprofundamento das averiguações desvendadas, diagnosticadas pela CPI.

O SR. GASTONE RIGHI - Olha, SEVAL...

O SR. EDUARDO SUPLICY - SEVAL - Serviço de Assessoria Ltdª.

O SR. GASTONE RIGHI - SEVAL. Eu nunca tinha ouvido falar, a não ser quando aconteceram aqui os problemas. Talvez eu tivesse ouvido ao longo do tempo, alguma vez, que houve o inquérito, uma coisa desse tipo, quando esse nome veio à baila. Mas nunca tinha ouvido anteriormente. Claro que ouvi boatos. Ouvi boatos sobre que o Quércia seria ligado a uma empresa não sei o quê... O Fernando Henrique Cardoso seria ligado a uma empresa não sei o que lá... Esses boatos, às vezes, correm. Mas eu nunca tive ligação com nenhuma empresa desse tipo, também não tenho emendas, não tenho nem prefeituras que precisassem fazer isso. As prefeituras da minha região não usam verbas federais, ao que me conste, são prefeituras que estão aparelhadas para poder fazer os seus próprios expedientes. Não tenho, portanto, nenhum elemento - com absoluta sinceridade - para poder colaborar nesse sentido.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com respeito às empresas de comunicação que, por sua senhora e seus filhos, V. Exa. tem alguma relação: a TV Mara, a Empresa Transcontinental que, conforme explicou, tem a Rádio Enseada FM.

O SR. GASTONE RIGHI - Rádio Enseada FM.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Para o desenvolvimento empresarial de ambas as empresas. De alguma forma, há algum relacionamento com...

O SR. PRESIDENTGE (Jarbas Passsarinho) - Peço silêncio ao Plenário, por obséquio.

O SR. EDUARDO SUPLICY - ... recursos orçamentários. Ou, em que o desenvolvimento dessas empresas dependeu, em alguma forma - direta ou indiretamente -, de recursos governamentais. Eu incluiria nessa pergunta eventuais operações de crédito a instituições oficiais de crédito.

O SR. GASTONE RIGHI - Não participo da administração, os meus filhos são profissionais do ramo e o fazem.

Vou fazer uma afirmação aqui a V. Exª, poderá, talvez, ser excessiva. Nenhuma dessas rádios, ou mesmo a televisão, jamais receberam qualquer tipo de empréstimo, auxílio, publicidade, ou que seja, de qualquer organismo público.

É uma afirmação excessiva, mas digo que particularizadamente, não. Pode ser que pela rede **Manchete** tenha havido aqui um negócio... Não vamos ser tão excessivos na minha visão. Mas o que eu lhes digo é que diretamente, nada, absolutamente, nem de Prefeitura, nem de Estado, nem de Município. É muito fácil saber-se isto, porque a cidade de Santos foi, nos últimos quatro anos, e continua sendo, administrada por prefeitos do PT, a cidade de São Vicente também, e eles podem dar testemunhos de que nenhuma rádio e nenhuma emissora jamais usaram dinheiros públicos, vantagens públicas, nem mesmo foram usadas para qualquer fim político ou eleitoral. V. Exª terá o testemunho, até do seu partido, de que aquelas rádios são isentas e foram durante muito tempo, e ainda são, a única janela ou porta pela qual a oposição ou o seu partido podem falar.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, as perguntas que eu ainda teria para fazer já foram formuladas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador.

O nobre Relator com a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, não vou fazer perguntas, mas vou passar às mãos do Deputado Gastone Righi, porque ele requereu quando da argüição feita pelo Deputado Benito Gama, e ao fazer esta entrega eu lembro ao Deputado as solicitações formuladas também pelo Deputado Luiz Salomão no tocante aos investimentos não declarados no Imposto de Renda e no tocante a essa remessa desse papel. V. Exª, a partir do cheque, talvez consiga levantar outros dados.

O SR. GASTONE RIGHI - Não há outros investimentos. O que o Deputado Luiz Salomão teria lembrado é que poderia haver em relação a CDB que eu deteria à época, se eu teria declarado ou não.

Realmente, não tenho nem lembrança disso, mas vou verificar e sendo pertinente à Comissão, eu darei a informação, com o maior prazer. Não há nenhuma razão de omitir isto.

Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Vice-Presidente deseja inquirir? (Pausa).

Nobre o Deputado Gastone Righi, V. Exª tem a palavra, se quiser, para considerações finais.

O SR. GASTONE RIGHI - Os senhores puderam me inquirir e aqui estão presentes pessoas que acompanharam a minha vida, algumas até desde muito jovem, como é o caso do nosso ilustre Senador Mário Covas, meu conterrâneo, amigo que muito prezo, ou o próprio Presidente desta Comissão, cujas investiduras como Ministro eu pude assistir, desde o meu primeiro mandato até mandatos recentes.

O respeito com que esta Comissão me tratou só pode lisonjear-me. Evidentemente é muito difícil, eu diria que é quase impossível termos uma vida tão translúcida quanto um cristal sem nenhum risco, sem nenhuma tisnadura, até mesmo porque, dependendo da posição de quem olha o cristal, pode ter sombras, mesmo sendo ele translúcido e transparente.

Posso, contudo, dizer uma coisa, para tranqüilidade daqueles que aqui são meus amigos, jamais tive qualquer envolvimento, qualquer relação, qualquer tipo de incorreção em relação ao Orçamento ou a verbas públicas.

Portanto, desejo que V. Exªs levem sua missão até o fim, inflexivelmente, como haverão de fazê-lo, porque o resultado desta apuração rigorosa e justa haverá de ser a

nossa imagem, a imagem de todos, inclusive a minha, se V. Exªs me considerarem absolutamente isento e inocente de qualquer envolvimento.

Muito obrigado pela atenção de todos e também pela atenção desta Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes de concluir a reunião, naturalmente os nobres parlamentares já tomaram conhecimento de que ontem o Congresso aprovou o pedido de prorrogação de prazo. Portanto, hoje à tarde, teremos uma reunião marcada para às 17h.

Entre outros assuntos da pauta, estou propondo a reformulação da sistemática de depoimentos.

Então, peço que às 17h estejamos aqui.

Agradeço ao Deputado Gastone por sua presença nesta Casa.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h41min.)

Depoimento do Sr. Deputado Aníbal Teixeira

(Não há gravação do início da reunião)

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - ...sessão da nossa CPMI, destinada à oitiva do nobre Deputado Anníbal Teixeira, e lhe farei as perguntas de praxe para que posteriormente S. Exª possa prestar compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Seu nome?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Anníbal Teixeira de Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Idade?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - 60 anos.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Estado civil?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Residência?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Belo Horizonte, Rua Fernando Tourinho, 103.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Profissão?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Lugar em que exerce atividade?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Belo Horizonte e Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Convido V. Exª a prestar compromisso. Solicito que todos fiquemos de pé.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado Anníbal Teixeira, V. Exª tem até uma hora, se desejar, para uma explanação inicial, para que depois possamos passar à fase das perguntas. Com a palavra V. Exª.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Em primeiro lugar, queria agradecer ao ilustre Deputado Odacir Klein, Presidente desta reunião, e agradecer sobremaneira a convocação. Entendo que esta oportunidade é fundamental a minha vida pública, pois permite que eu fale aos membros desta Comissão e a toda a Nação brasileira sobre essas acusações que vêm sendo ventiladas pela imprensa.

Queria antes de mais nada pedir desculpa aos membros da Comissão pela intempestividade da minha entrada em uma reunião há poucos dias. Já falei diretamente com o Presidente Jarbas Passarinho e com o nosso Presidente, aqui, sobre as razões que determinaram aquele fato. Trata-se daquele problema da justa cólera. Naturalmente, foi a primeira vez na minha vida que tive um gesto desta agressividade. Mas o tive em função de uma série de fatos que foram se acumulando. Eu já havia procurado o Presidente da Comissão, empenhado em depor para esclarecer qualquer dúvida que porventura exista em relação a minha pessoa. Esta oportunidade não aparecia. No entanto, a todo dia surgiam na imprensa notícias tendenciosas a meu respeito. Freqüentei, por talvez dois meses, as páginas dos jornais como membro da máfia do Orçamento. Isto abala a nossa família, os nossos amigos e o único patrimônio que um homem público tem, que é a sua credibilidade.

No dia que antecedeu aquele fato, a revista **Istoé** publicou um retrato nosso, dizendo que estávamos sendo investigados porque havíamos usado cartões de crédito acima dos nossos rendimentos. Isso realmente nos deixou muito indignado e até tenho uma desculpa a pedir a esta Comissão, Sr. Presidente: imaginei que essa informação teria saído da Comissão. Quando fui a São Paulo, na revista **Isto É**, o jornalista me informou que esta

matéria havia saído da Receita Federal, em uma manifestação promocional do Diretor da Receita sobre "os intocáveis".

Então, realmente, queria pedir desculpa a esta Comissão, visto que essa leviandade não partiu daqui.

No outro dia, aparece uma notícia em **O Globo**, intitulada "Bancos preferidos pela máfia", tendo o meu nome sido citado no Banco Sudameris, com o qual nunca mantive nenhum negócio a não ser um débito de 130 mil cruzeiros, derivado, vejam Srs. membros desta Comissão, pura e simplesmente porque esse banco comprou o Banco Europeu, onde eu tinha um débito de 130 mil cruzeiros. Daí passei a dar preferência a esse banco. Vejam o equívoco.

Esse fato, por sua vez, levou-me àquela atitude indignada, para o qual peço desculpas novamente, principalmente nessa matéria que se refere ao cartão de crédito; não foi desta Comissão que saiu.

Estive ontem trocando algumas palavras com o Senador Jarbas Passarinho no plenário, e S. Exª contou-me algo muito interessante. Fui cassado pelos militares. Eu era o Deputado por Minas Gerais mais votado por ter defendido Juscelino Kubistchek das acusações que lhe fizeram, acabei cassado. Mas não sofri naquela cassação um décimo do que estou sofrendo agora. Àquela época, pelo menos, não havia essa liquidação moral da qual, em grande parte, a mídia é responsável.

A minha vida é singela como a de quase todos os homens públicos. Ela começa com a atividade na política estudantil. Presidi oito entidades estudantis do Amazonas até as Minas Gerais e depois a nível nacional. Trabalhei com Juscelino Kubitschek, ocupando cinco cargos públicos de importância neste País. Fui Deputado Estadual, Secretário de Estado do Governo Magalhães Pinto e, finalmente, fui cassado em 1968 pelo Ato Institucional, ficando então 14 anos dedicado à minha atividade empresarial.

Eu confesso que, se os militares me fizeram muito mal, pelo menos me ensinaram outro lado, o da iniciativa privada, em que, graças a Deus e com muito trabalho, conseguimos desenvolver a nossa vida.

Em 1982, o Presidente Tancredo Neves me convocou, foi a minha casa - por um destino deste mundo, foi ele que me comunicou a minha cassação, também em minha casa - procurar-me para que eu voltasse à vida pública. Candidatei-me a Deputado Federal e fui eleito. Vim para este Congresso e, em função de uma série de circunstâncias e da morte de Tancredo Neves, acabei convocado pelo Presidente José Sarney para organizar a Secretaria de Ação Comunitária, destinada a mobilizar a sociedade na luta contra a fome, a miséria e a estagnação. Um trabalho realmente muito grande, feito em cerca de 3.800 municípios brasileiros e que redundou, como muitos aqui sabem, no programa, por exemplo, de 45 mil pequenos projetos comunitários que se fizeram em todo o País.

Além disso, implantamos o Programa do Leite, que atendeu 7 milhões e 600 mil crianças por dia, programa esse, infelizmente, fechado pelo ex-Presidente Fernando Collor. Além disso, entramos no problema do mutirão habitacional, construindo 318 mil casas populares ao preço de um quinto do que era pago pelo BNH.

Finalmente, por insistência de dois governadores, de São Paulo e Minas, e do Presidente José Sarney, fui para o Ministério do Planejamento, onde tive oportunidade de desenvolver um trabalho de unificação do Orçamento, a elaboração do plano de ação governamental e, sobretudo, o trabalho de sistematizar a ação de coordenação da administração pública a nível federal.

Como renunciei ao meu mandato de deputado para ir para a SEAC, fiquei sem mandato nos anos de 1988, 1989 e 1990, voltando à minha atividade empresarial. Eleito deputado, voltei em 1991. E depois fui citado pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos como um dos elementos que teriam participado da Máfia do Orçamento, citação essa, no meu entender, bem equívoca. Aliás, diga-se de passagem, a citação não é muito convincente e ele diz que acha, não tem certeza, pode ser e cita o meu nome.

Em função disso, sofri uma devassa em toda a minha vida pública e privada. Os meus movimentos bancários foram levantados; foi feita uma ação do Imposto de Renda exigindo. Eu que, há 30 anos, declaro e nunca tive nenhum problema com o Imposto de Renda, nem pessoalmente, nem nas minhas empresas, recebi um questionário do Imposto de Renda, que já respondi. E uma série de notas na imprensa que vêm realmente colocando-me numa posição muito delicada perante as pessoas que confiaram em mim, dando-me esse mandato.

Então, eu quero dizer que estou aqui para responder às questões que existirem. E quero, realmente, aproveitar essa oportunidade para estender esta apresentação, estas respostas, não só quanto ao período em que foi levantada a questão dos equívocos, das desonestidades praticadas dentro do Orçamento mas também desde a época em que voltei à vida pública em 1982. Apesar de absolvido, por unanimidade, pelo Supremo Tribunal Federal, de ter as minhas contas aprovadas sem nenhum reparo pelo Tribunal de Contas, apesar de ter sido reconduzido pelos eleitores, continuam pairando, às vezes, dúvidas, porque, infelizmente, não tenho sido feliz com a mídia. Nesse episódio, por exemplo, da **Istoé**, fui a São Paulo e, gentilmente, procurei a revista com uma carta minha, explicando que não havia esse problema do cartão de crédito. Prometeram publicar a carta e não publicaram. Aliás, isso acontece também com a revista **Veja** e com esses grandes veículos de comunicação. É preciso descobrir, no futuro, quais são as forças secretas que movimentam alguns grandes veículos de comunicação no Brasil. Existem essas forças secretas e são muito fortes. Mas ainda vamos chegar a esse ponto.

Estou, portanto, Sr. Presidente, à disposição dos membros da Comissão para responder as questões que se referirem à minha vida pública.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Deputado, V. Exª foi referido pelo ex-assessor do Senado e da Comissão Mista de Orçamento, José Carlos Alves dos Santos, como o Ministro em cujo Ministério o Deputado João Alves e o seu esquema de poder, existente na Comissão de Orçamento, conseguia liberar subvenções. Ele não citou apenas o seu Ministério, citou principalmente o da Ação Social, o da Educação, ao tempo do Ministro Chiarelli - e até não sei por que só ao tempo do Ministro Chiarelli porque ainda hoje soubemos que o Deputado Fábio Raunheitti e outros obtiveram, ano a ano, subvenções. Mas o fato é que ele disse que, quando V. Exª era do Ministério do Planejamento, havia verbas globais para subvenções e que aquele esquema de poder liberava subvenções.

V. Exª tem lembrança disso?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Há um equívoco muito grande. Em primeiro lugar, queria dizer ao Relator que o José Carlos não estava, na época, quando tive um contato com ele aqui, ele estava na Câmara. O Diretor de Orçamento era o Márcio Reinaldo, no meu Ministério, nomeado por nós. Então, ele realmente não tinha influência no Poder Executivo. Depois, ele veio a ser realmente o Diretor da SOF. Mas, na minha administração, ele não exercia nenhuma influência dentro do Executivo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tudo bem. Não estou questionando isso e realmente ele não deveria ter mesmo, naquela época. Mas a pergunta, objetivamente, é a seguinte: Quando V. Exª foi Ministro, havia no seu Ministério, como existe hoje no extinto Ministério da Ação Social, verbas globais para subvenções sociais?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Bem, é preciso separar um pouco o período. No período de 1987, quando eu estava no Ministério, esse Orçamento foi elaborado pelo Ministro Sayad, não participei da elaboração desse Orçamento. Existia uma dotação do FAS para subvenções sociais que era autorizada diretamente pelo Presidente da República. Mas era uma quantia muito pequena, relativamente aos números que...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Era aquela que participava de um anexo do Orçamento e que já constava do Orçamento com a designação do beneficiário?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Não. Ela não era carimbada, era tratado caso a caso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Global?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Global. O Presidente da República autorizava, publicava no Diário Oficial e nós tratávamos da operacionalização disso, sendo que nós nunca liberamos nada, porque quem liberava era o Secretário-Geral. Tenho inclusive esses dados aqui.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas ele liberava sem a autorização de V. Exª?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Eu fazia uma exposição de motivos, quando o assunto vinha até o Ministério. Por exemplo: a CNBB precisou de um recurso para uma campanha de defesa do menor, da criança. Então, eu recebia essa correspondência, fazia uma exposição de motivos ao Presidente e sempre o Presidente é quem autorizava essa liberação.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E V. Exª não tem lembrança de nenhum Deputado, especificamente daqueles que eram tradicionalmente ora Presidente, ora Relator-Geral, ora Sub-relator da Comissão de Orçamento? Eles não apareciam lá com listas de nomes para serem atendidas?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Não. Essas liberações são muito - tenho elas todas aqui -, atendiam praticamente todos os Deputados de forma mais ou menos equiparada. Não havia predileção nenhuma.

Se V. Exª se refere, por exemplo, a João Alves...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A João Alves e outros.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Ele recebeu, não dessa dotação, de uma outra dotação, para seis Municípios dele, a quantia insignificante de um milhão e quinhentos. Muito inferior, vejam os senhores...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Um milhão e quinhentos de quê, Deputado?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Daria mais ou menos, talvez, uns 10 mil dólares, 5 mil dólares, por aí, para 5 ou 6 Municípios dele. Eu tenho esses dados aqui. Era mais ou menos um décimo do que outros Deputados recebiam. Quer dizer, ele não tinha esse esquema lá.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª tem esses Municípios aí?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Tenho sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Poderia citá-los, para efeito de ficar consignado na Ata?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Eu peço desculpas ao Relator, mas essa lista tem... Deputado João Alves: Prefeitura Municipal de Caatiba; Prefeitura Municipal de Grajeru; Prefeitura Municipal de Itacaré; Prefeitura Municipal de Presidente Jânio Quadros; Prefeitura Municipal de Rio de Contas; Prefeitura Municipal de Tabocas do Brejo Velho.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Essas prefeituras são todas da Bahia?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Eu confesso ao senhor que não sei, mas presumo que sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não anotou?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Eu poderia verificar, mas é que não tenho o Estado de origem.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, eu tenho uma boa memória, e quando V. Exª era Ministro do Planejamento, no Governo José Sarney, V. Exª deu uma longa entrevista a uma das televisões com cadeia nacional, e V. Exª se dizia um homem rico. Falou em fábricas; se não me engano, falou em duzentos tratores. O senhor tem lembrança disso, ou não?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Cinquenta e dois. Tenho lembrança.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Parece até que o senhor foi questionado, porque no aniversário de uma personagem brasiliense V. Exª fez com que um avião desse um mergulho e jogasse flores.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - O ilustre Relator está lembrando como a imprensa é maledicente. Não houve esse aniversário, não houve essa senhora.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não foi a imprensa não.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Pois é, a imprensa; não foi o senhor; no entanto foi feita essa nota no **Jornal do Brasil.**

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bom, eu verifico aqui, pelas suas contas bancárias, que V. Exª já não tem mais aquele patrimônio. É verdade?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - É verdade, meu patrimônio foi reduzido significativamente. Ele foi adquirido quando eu era um deputado cassado. Eu até fiz aqui, para esta Comissão, e eu faço questão de mostrar ao Relator, uma análise do meu patrimônio, de como ele evoluiu.

Está marcado aqui, em vermelho, a época em que eu estava na vida pública; e, aqui, a época em que eu estava cassado. Vejam que eu consegui significativamente aumentar o meu patrimônio quando eu estava cassado e perseguido pelo Governo; e depois tive uma redução patrimonial. Eu tive uma redução, em termos de pessoa física, de 30,4% depois que voltei à vida pública, em 1982. Antes, realmente, eu tinha uma posição boa. Eu fiz 260 projetos industriais, eu tinha pecuária, tinha agricultura. Mas, realmente, esses dados que o senhor deu, não são 80 tratores...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu falei em 200.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Eram 52 tratores, inclusive tenho demonstração disso aqui também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, isso aí não é essencial.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Realmente a vida pública para mim não é sacrifício, porque sinto-me muito honrado em participar dela, mas, no caso concreto, eu perdi, significativamente, patrimônio. Não que eu tenha dilapidado esse patrimônio; a questão foi que a atividade a que me dediquei exigia uma dedicação em tempo integral e, na medida em que você se distancia - e muitos colegas aqui devem saber disso -, os negócios começam realmente a deteriorar. Então, eu tive uma redução de 30% do meu patrimônio.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Hoje, qual a atividade remunerada que V. Exª desempenha além do mandato?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Tenho uma empresa imobiliária chamada Empreendimentos Novo Reno. São terras que comprei quando estava cassado, em Coronel Fabriciano e, depois, em Belo Horizonte, em algumas áreas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pelas contas- correntes de V. Exª, verifica-se que V. Exª só veio a perceber subsídios a partir de janeiro de 1991. Fazendo-se uma comparação entre a remuneração e esses créditos bancários levantados, há um valor expressivo. Em 1991, para US$77,800 mil de subsídios, V. Exª teve créditos num total de US$250 mil. Em 1992, para US$75,200 mil de subsídios, V. Exª teve US$308 mil de créditos bancários. E, finalmente, em 1993, para US$55,278 mil, V. Exª teve créditos em um total de US$173 mil. Nesses quatro anos, a soma de créditos alcançou US$1,349,629.00 milhão. V. Exª considera esse número compatível com os seus ganhos fora da atividade política?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - É plenamente compatível. Ano a ano, eu percebia uma remuneração pequena da aposentadoria daqui e o rendimento das minhas empresas. Além do mais, fiz uma série de "desimobilizações". V. Exª se referiu a quais anos? Porque eu fiz um quadro desde 1982.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O nosso levantamento começa em 1989 e 1990, mas, nesses anos, V. Exª não teve remuneração nenhuma, pois não exerceu mandato. Portanto, o período que interessa é de 1991 a 1993, inclusive.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Certo. O levantamento começou quando? Em 1989?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Desde que V. Exª assumiu o mandato. Não foi em janeiro de 1991?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Foi.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Encontramos sempre créditos bancários muito acima do subsídio.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O que me interessaria saber, portanto, é, caso a Subcomissão de Bancos, a qualquer momento ou daqui até sexta-feira, solicite de V. Exª que comprove a origem desses créditos, se V. Exª tem condição de fazer isso?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Tenho. Posso até passar para a Comissão o que tenho - não fiz o levantamento desses créditos: efetuei a venda de uma gráfica por US$42,29 mil; vendi um apartamento residencial no Edifício Niemeyer, que era vizinho do Dr. Tancredo, por US$110,432 mil; vendi um veículo Santana por US$5,900 mil. Além disso, as minhas empresas fizeram vendas diversas. É uma lista até muito extensa, porque são lojas, apartamentos, casas, salas, andares, num montante de US$253 mil, nesse ano, totalizando uma "desimobilização" de US$576 mil, como pessoa física e jurídica, lembrando que, como pessoa jurídica, tenho 90% da empresa.

Em 1991, houve também a venda de 18 lotes; venda dos lotes 01, 02 e 03, do Bairro São Francisco, em Belo Horizonte; casa na Rua Gequiriçá; venda da Fazenda Povoação, no Município de Buritizeiro, com o rebanho bovino; além disso, uma venda, feita pela minha mulher, de um apartamento em Copacabana, no valor de 45 mil dólares. Ccloquei o valor para mostrar.

Então, em 92 temos a venda já de 18 lotes e chácaras; em 93, um apartamento no Edifício Candeias; 28 lotes de chácaras, em Coronel Fabriciano e mais a venda de um apartamento; dessa vez em Belo Horizonte.

Isso até 93. Espero não ter que vender mais nada em 94, mesmo porque já acabou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Consulto o nobre Deputado Vivaldo Barbosa, já que o Senador Eduardo Suplicy se reserva para depois, se deseja inquirir neste momento.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, prefiro fazer minha inquirição na parte final dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre Deputado Anníbal Teixeira:

V. Exª poderia me informar até que período foi Ministro de Estado, no Governo José Sarney? Quando V. Exª se exonerou do cargo?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Foi em 22 de janeiro de 1988.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Muito obrigado, é só para limitar minhas indagações ao exercício de 91 e 92, quando V. Exª era Deputado, posto que antes não estava exercendo função pública que tivesse qualquer implicação com o Orçamento.

V. Exª declara que vendeu, de acordo com o registro de imóveis, sua parte no 8° andar do Edifício Sulacap, cito à Av. Afonso Pena, no dia 17 de dezembro de 91, portanto, no período abrangido. V. Exª sabe explicar por que esse negócio não foi declarado? O imóvel não estava declarado.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Dezoito de?

O SR. LUIZ SALOMÃO - 17 de dezembro de 1991.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Tínhamos uma empresa, onde eu possuía o controle acionário; a empresa Lança Assessoria e Planejamento tinha um andar nesse edifício, e compramos um outro andar; a empresa teve dificuldades, então inteirei e fiquei com 1/4, como pessoa física, desse andar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas esse andar foi vendido em 17 de dezembro de 1991 - o 8° andar, e essa operação, que nos é informada pelo registro de imóveis, não consta na declaração de V. Exª.

V. Exª sabe explicar por quê?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Esse 1/8 do andar?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não, V. Exª disse que era 1/4, o andar é que era o 8°

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Teria que consultar minha declaração do Imposto de Renda para verificar isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Tenho aqui a sua declaração, e a operação não consta. 17 de dezembro de 1991.

Faço essa indagação para ajudar V. Exª, porque se V.Exª tivesse, pura e simplesmente, se omitido, por esquecimento, comporia melhor sua declaração de 91, porquanto, nesse exercício, V. Exª declarou à Receita Federal ter recebido 40 milhões 223 mil 531 cruzeiros, 30 milhões de rendimento tributável, 8 e tanto de não tributáveis, 947 tributados exclusivamente na fonte.

V. Exª teve pagamentos declarados de 10 milhões; portanto, tem uma renda disponível de 30 milhões, e o acréscimo patrimonial foi de 32. Portanto, há um patrimônio acrescido, a descoberto, da ordem de 4 mil dólares. Vale dizer que se V. Exª nada gastasse na sua manutenção e na de sua família, ainda assim, precisaria de mais 4 mil dólares para explicar o aumento patrimonial de V.Exª.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Presumo - vou verificar isso - que a escritura foi feita em nome da empresa. Na hora de passar a escritura para quem comprou, houve um acerto, talvez com a empresa, mas não entrou no documento. Talvez por isso não existisse um documento disso, já que foi uma ajuda que dei à empresa para comprar esse andar. Daí pode ter ficado omisso. Não acredito, todavia, que tenha ficado omisso, porque o meu contador é uma pessoa muito competente. Vou até verificar isso.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois é; então, informo a V. Exª que...

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Foi no ano de?

O SR. LUIZ SALOMÃO - No ano de 1991, portanto na declaração do ano de 1992. Estou de posse da declaração de V. Exª aqui.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - No ano de 1990... V. Exª se refere a essa declaração... essa falta de cobertura seria no ano de...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Exercício de 1992, ano base de 1991. Estamos examinando as transações ocorridas no ano de 1991.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Sim; mas, nesse ano, tive 41 milhões de recursos tributáveis. Certo?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não; V. Exª teve 32 milhões de rendimentos tributáveis.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - O meu dado aqui é de 41 milhões 261... Ah; desculpe! Isso aqui está dolarizado. Peço desculpas. Depois, vou tentar achar na minha declaração. Esse ano, por exemplo, tive um rendimento tributável de 41 mil 261 dólares, sendo isentos 271 mil dólares. Então, tive nesse ano, além do desconto na fonte de 32 mil dólares, 345 mil dólares. E esses 4 mil dólares, parece-me, teriam...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não; V. Exª disse isentos e não tributáveis... V. Exª disse 40 mil dólares de rendimentos tributáveis de pessoas jurídicas?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - É.

O SR. LUIZ SALOMÃO - E quanto disse: 270...?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - 271 mil e 777 dólares isentos.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não; V. Exª deve estar consultando uma declaração diferente da minha.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Podemos ver.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Porque, em cruzeiros, o rendimento tributável de V. Exª foi de 32 milhões 008 mil cruzeiros e os rendimentos isentos e não tributáveis foram apenas de 8 milhões; portanto, um quarto dos rendimentos tributáveis. Pelo que V. Exª está informando, são seis vezes e meia, quase sete vezes a diferença entre tributáveis e não tributáveis.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - É que nesse ano eu estou com uma folga muito grande, pelo menos pelos meus cálculos. Eu vou consultar.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Forneço a V. Exª uma cópia.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Eu vou consultar diretamente a declaração. É de 1992? (Pausa.) Então, vamos lá. Passe-me a cópia aqui para facilitar. Só que tem converter em dólar para poder comparar com o que fiz.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não; mas podemos fazer tudo em cruzeiros.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - podemos fazer tudo em cruzeiros.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Fiz em cruzeiros para facilitar a discussão com V. Exª. Não imaginei que V. Exª já havia dolarizado.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - É curioso que o imposto de renda - acho interessante - não tenha questionado esse problema.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Lamentavelmente, o imposto de renda brasileiro não examina as evoluções patrimoniais dos contribuintes, apesar de estarem hoje disponíveis tantos recursos de informática. Ele examina apenas na declaração a primeira página e, mesmo às vezes, quando há essas situações inexplicáveis, ele não aciona o contribuinte. Só em situações como essa, em que V. Exª foi selecionado para uma inspeção especial.

Nobre Deputado, pretendo não consumir tempo da CPI e do depoimento de V. Exª com essa matéria. Vou apenas encaminhar à Relatoria esta demonstração da Receita Federal para posterior esclarecimento de parte de V. Exª. Melhor assim; a menos que V. Exª queira explicar, o que aguardo.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Eu daria uma outra explicação para esse fato. Na verdade, a posição do Legislador é muito difícil. Há dois meses, como membro da Comissão de Orçamento e por entender de Orçamento, tive de questionar o Dr. Osiris, mostrando-lhe que ele havia feito uma diminuição, apresentado ao Congresso uma receita aquém da que ocorreria. Infelizmente, temos esse ônus. E foi algo acalorado, tanto que ele nem se despediu de mim. Então, o Dr. Osiris Lopes ficou, por certo, um pouco magoado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas V.Exª pode apagar da sua memória qualquer envolvimento do Secretário da Receita Federal nessa matéria. Essa análise é de minha responsabilidade, o que houve foi que um fiscal da Receita, que está à disposição da Subcomissão de Patrimônio, fez os cálculos, eu os verifiquei e eles estão corretos. O Secretário Osiris Lopes não tem nenhuma participação nisso.

V.Exª possui uma embarcação de nome Teleca?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Não. Na época que eu tinha uma empresa no Vale do São Francisco, tínhamos uma embarcação no valor de 3 a 4 mil dólares.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Chamava-se Teleca?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Chamava-se Teleca.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Há o registro da embarcação na Capitania dos Portos, mas não há a indicação da mesma na sua declaração. V.Exª está informando que alienou essa embarcação.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Ela pertencia à empresa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas está registrada em seu nome.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Por certo, porque o registro por pessoa física era mais fácil.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Para encerrar a minha intervenção, Sr. Presidente, pergunto ao nobre depoente se as transações imobiliárias que a sua empresa faz, os recursos correspondentes transitam na conta de V. Exª?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Não transitavam, mas, infelizmente, quando fiquei sem mandato, voltei a assumir a empresa. Assumi a empresa numa situação até de muita dificuldade, porque eu havia ficado fora muito tempo. Então, uma boa parte, eu diria que 80% dos recursos da Empreendimentos Novo Reino, transitam pela minha conta.

Fizemos aquele sistema que o Imposto de Renda permite, isto é, fazer um documento em que você pode utilizar recursos de uma empresa na outra. Funcionei como caixa da empresa, talvez por isso tem um movimento bancário um pouco maior.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu estava exatamente imaginando que a sua movimentação bancária, que é bem superior à remuneração declarada, se justificasse em função de haver uma certa interpenetração das finanças da empresa com as finanças pessoais de V.Exª. Pergunto a V.Exª: esses recursos da empresa que transitavam em sua conta foram amparados em contrato de mútuo?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Foram.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Com juros regulares de mercado.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Com juros regulares de mercado.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Agradeço a V.Exª e encerro a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço a V.Exª nobre Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, Deputado Anníbal, Teixeira, quantos mandatos o senhor tem como parlamentar?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Tenho quatro mandatos, sendo que dois incompletos: fui cassado como Deputado Estadual e, depois, renunciei ao mandato de Deputado Federal porque eu ía exercer um cargo na administração pública, que não era de nível de Ministério.

O SR. PEDRO PAVÃO - O senhor tem conhecimento, naturalmente, por que foi criada a CPI. Foi fruto de uma denúncia do Sr. José Carlos Alves dos Santos e ele disse que havia um esquema dentro da Comissão de Orçamento, que alguns parlamentares aqui já chegaram a apelidar de "máfia do orçamento". O que é o que o senhor tem a dizer para nós sobre isso? Qual é o seu pensamento?

Vou justificar por que perguntei quantos mandatos o senhor tem. Estou aqui há três anos apenas e o senhor já tem quatro mandatos. Naturalmente, V.Exª poderá me dar alguma referência "esquema", "máfia", "sete anões" ou coisa que o valha. Elucide para mim, pelo menos, dentro da concepção de V.Exª.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Deputado Pedro Pavão, V. Exª me faz reportar à história quase que do orçamento. Na verdade, executei, em 1987, um orçamento feito pelo Ministro Sayad e elaborei o orçamento de 1998. Então, tenho experiência de execução do orçamento feito por um Ministro e a elaboração de um orçamento feito por mim próprio.

Este, infelizmente, para o Congresso, a luta que se fez para trazer para o Congresso o orçamento ficou grandemente comprometido. Daí a importância desta Comissão para ver se resgatamos a imagem do Congresso como elemento de elaboração do orçamento que é a essência da própria democracia.

No meu tempo de Ministro, para elaborar o orçamento herdamos mais ou menos a estrutura administrativa dos militares, o Congresso pouco opinava no Orçamento. Então, o Poder Executivo tinha voz ativa no Orçamento.

Esses fatos todos ocorreram, infelizmente, depois da Constituição de 1988, quando se deu ao Congresso mais poder sobre o Orçamento. Então, ocorreram esses fatos, tanto que o Sr. José Carlos faz uma declaração de que recebeu o primeiro dinheiro em 1989. Vejam: eu não era nem Deputado nem Ministro na época.

Esse esquema, vamos assim dizer, começou nesse momento em que o Congresso passou a ter uma participação maior na elaboração orçamentária. No nosso tempo não ocorria esse tipo. Não vou dizer que não existiam pressões normais, mas mais dos Governadores, para atender essa ou aquela obra. O Orçamento era feito dentro de um critério mais técnico. Aliás, a razão, no meu entender, desses problemas do Orçamento é que o Brasil insiste, um país dessa dimensão, em funcionar sem planos.

O orçamento, por exemplo, de 1987 foi feito na base de um plano de governo com todos os detalhes que se pode imaginar. Todos os detalhes: a demanda de eletricidade, o que se ia investir em eletricidade, quais as centrais elétricas que seriam contempladas. Isso em todos os itens do país, itens sociais, habitação, saúde, alimentação.

Os programas sociais foram todos contemplados dentro do Orçamento. Então, não havia uma margem para esse tipo de incursão. Infelizmente, o Brasil anda sem planos. O que acontece é que é fácil para os grupos interessados, os **lobbies**, vamos dizer assim, tentarem dar uma bocada no Orçamento.

Agora, quero também dizer ao Deputado Pedro Pavão que sinto uma grande preocupação no momento. Esta Comissão tem que, realmente, chegar a boas conclusões, porque é fundamental, agora, que se resgate a imagem do Congresso como elaborador do Orçamento.

Não se pode pensar aqui que há uma orquestração nesse sentido de que o Deputado é incapaz de fazer o Orçamento. Isso não é verdade. E, outra coisa: os pecados do Orçamento - lembro ao nosso ilustre Presidente e também ao Relator - vêm muito mais do Executivo do que do Legislativo.

Os grandes pecados que esta Comissão está analisando foram praticados quando o Sr. José Carlos Alves dos Santos estava no Executivo. O Legislativo mexe com uma beiradinha do Orçamento.

O SR. PEDRO PAVÃO - E essa beiradinha causou todo esse transtorno.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Mas não foi aqui que deu o negócio. Foi o trabalho desse rapaz lá, cerceando o Orçamento...

O SR. PEDRO PAVÃO - Esse rapaz que o senhor diz?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - O Sr. José Carlos.

O SR. PEDRO PAVÃO - Mas ele, naturalmente, aceitou toda uma influência e interferência de Parlamentares porque, sozinho...

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Sozinho, realmente, não faria isso.

Mas, quero dizer o seguinte: o Congresso tem que tomar consciência de que não deve abdicar, de modo algum, dessa grande conquista, que é a análise do Orçamento. E o Congresso Nacional é muito mais transparente que o Executivo. Digo isso com insuspeição, pois estive dos dois lados. O Congresso é absolutamente transparente.

Vejam os senhores: se um Deputado resolver dar 600 milhões de dólares para a **General Motors** tem que assinar a emenda. No Executivo, isso aparece tranqüilamente em bilhões de dólares, anonimamente, pela burocracia.

Então, pensem os Srs. Deputados e Senadores nisso. O Executivo tem muito mais condições de praticar essas coisas. Peguei o Orçamento atual e já encontrei centenas de furos desse tipo. Dotações que são dirigidas a determinados setores.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Anníbal Teixeira, não vamos regredir...

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Peço desculpas por ter me prolongado, mas é importante que se explique.

O SR. PEDRO PAVÃO - Há de se admitir que um grupo de Parlamentares manipulavam o Orçamento. Essa denúncia não veio de graça. Essa denúncia tem fundamento?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - A partir de 1988, sim. Tem fundamento.

O SR. PEDRO PAVÃO- Essa declaração é importante para nós.

Faria uma outra pergunta a V. Exª.

A sua declaração de Imposto de Renda, V. Exª a considera perfeita?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Considero.

Acho muito difícil realmente. Sempre foi feita de boa- fé. Pode ter alguma falha, mas foi feita com absoluta boa-fé. Nunca procurei ocultar nada. Nunca fui questionado pelo Imposto de Renda, mesmo quando estava em questões, em posições que não tinha cargo público nem coisa alguma.

Então, considero que é uma declaração honesta, séria e se tiver alguma falha... Foi lembrado esse problema de um quarto por andar para quem administrava um patrimônio de cerca de mil imóveis. Quer dizer, não é realmente uma coisa tão grande, o valor seria de 4 mil dólares.

O SR. PEDRO PAVÃO - Quantos imóveis?

Ah, mil dólares. Os técnicos do PRODASEN são competentes, são de inteira confiança de V. Exª?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Eu diria o seguinte: que são competentes, mas são pessoas humanas às vezes sujeitas a algumas falhas ou a algumas motivações ideológicas que posso desconhecer.

O SR. PEDRO PAVÃO - É uma colocação muito importante. Sabemos que, após a quebra de sigilo bancário de cada um dos envolvidos, nós, da Comissão, a CPI no seu todo, só temos condições de encontrar indícios de participação através de emendas, subvenções sociais, movimentação bancária além da expectativa, naturalmente além do ganho real, ou, então, do patrimônio. E é o que está sendo feito. É importante eu frisar isso porque a própria mídia também faz uma divulgação bastante ampla do fato. Todas as análises são feitas por técnicos. Nas quatro Subcomissões há uma análise técnica e, naturalmente, um acompanhamento do parlamentar. Apenas isso. É a única maneira de chegarmos ao objetivo de que os denunciados tiveram uma participação ou usufruíram de benesses, ou propinas, ou coisa que o valha, através dessa metodologia. Há, naturalmente, algumas diferenças na Subcomissão de Bancos; existem naturalmente diferenças e é por isso que fiz a pergunta da confiabilidade tanto no seu contador, na sua declaração, como também no seres humanos que manipulam as máquinas, para que não pairem dúvidas.

Naturalmente, a vinda de V. Exª aqui hoje é para ter a oportunidade até de apresentar documentos que o eximam de alguns erros na sua declaração e, naturalmente, na sua movimentação bancária.

Na data de 02/01/91, portanto, no primeiro dia útil de 91, V. Exª recebeu uma ordem de crédito no valor de 49 mil dólares, ou seja, 8 milhões, 501 mil cruzeiros. Considerando que não foi constatada a realização de nenhuma operação no dia 02 que originasse, naturalmente, esse resultado, como justifica tal ingresso? Não seria até necessário que o senhor me provasse aqui, agora. Como esse relato que estou lhe fazendo já faz parte de um relatório preliminar da Subcomissão, é importante que o senhor se apresse. Naturalmente, se não tiver, que leve à Subcomissão um documento que comprove essa movimentação. Essa pergunta que estou dirigindo a V. Exª já é fruto de um relatório preliminar. Portanto, já existe cadastrado no PRODASEN essa movimentação no seu patrimônio. O senhor não teria, naturalmente... Eu lhe passo...

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Não. Posso responder até agora, não tem problema.

O SR. PEDRO PAVÃO - A partir do instante que o depoente vem até a Comissão, naturalmente ele tem acesso aos documentos. E para com V. Exª não vai ser diferente.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Sim. Em 91...

O SR. PEDRO PAVÃO - Eu faria mais uma pergunta.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - O senhor quer que eu responda de uma vez isso?

O SR. PEDRO PAVÃO - Ah, sim. Seria até interessante nós termos gravado nos Anais.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Vendemos dezoito lotes, em 91. Dezoito lotes em Coronel Fabriciano. Vendemos no Bairro São Francisco, que é um dos bairros privilegiados de Belo Horizonte para a área industrial, três lotes industriais, no valor de 120 mil dólares. Vendemos na Rua Jeguiriçá, em Belo Horizonte, para Neusa Ferreira dos Santos, um pequeno imóvel...

O SR. PEDRO PAVÃO - Em que data, Deputado?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Em 91.

O SR. PEDRO PAVÃO - A data, não. O mês.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - O mês aqui eu não tenho. Porque aqui é dia 1°...

O SR. PEDRO PAVÃO - Primeiro dia útil de 91...

O SR. ANÍBAL TEIXEIRA - Primeiro dia...

O SR. PEDRO PAVÃO - Isso não tem origem no ano de 90 no seu imposto de renda e, naturalmente, na sua declaração. Eu lhe passo, naturalmente...

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Mas ainda vou continuar, aqui tem mais coisas.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sim.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Venda de uma fazenda povoação(?), no Município de Buritizeiro, com o rebanho bovino. Deu 200 mil dólares isso. Além do mais, minha mulher vendeu, nesse mesmo ano, um apartamento na Rua Joaquim Nabuco, 138, por 45 mil dólares. Quer dizer, então, só aqui, em desmobilizações, já existem 245 mil dólares.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não vamos discutir a data, naturalmente porque V. Exª não tem. Eu tenho a data do crédito do valor em sua conta.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado Pedro Pavão, eu só queria lembrar que o tempo já está ultrapassado.

O SR. PEDRO PAVÃO - Serei bastante rápido, Sr. Presidente.

No mês de agosto, setembro, outubro de 1990, ocorreram, nas contas correntes de V. Exª, crédito da ordem de 471 mil dólares, proveniente até de alguma venda. Quero que o Deputado tenha consciência de que isso já consta dos Anais de um relatório preliminar da Subcomissão de Patrimônio; já consta e há tempo hábil para que V. Exª justifique naturalmente o débito;, agosto, setembro e outubro de 90, nas contas-correntes de V. Exª crédito da ordem de 471 mil dólares. Agora, vem a pergunta: da análise da mutação patrimonial, verificada, pela declaração de Imposto de Renda de V. Exª, consta que os bens alienados, durante o ano de 90, foram de apenas 65 mil dólares até março de 90. Após o mês de novembro, 140 mil dólares; dessa última importância, 132 mil dólares não tiveram os valores comprovadamente recebidos por V. Exª. Poder-se-ia apresentar uma justificativa.

Entendo ser até difícil para o depoente localizar números exatos, no ano de 90, nos meses de agosto, setembro e outubro, perfazendo os três 471 mil dólares.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - É uma quantia irrisória para o meu movimento empresarial e pessoa física no ano; é irrisória. Por exemplo, vendi, aqui, uma gráfica, 42 mil dólares;

O SR. PEDRO PAVÃO - No ano de 90?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Um apartamento por 110 mil 432 dólares; um veículo, que é bobagem; depois, vendi lojas, apartamentos, casas, três salas, casas... um volume de coisas que totalizam 576 mil dólares, dos quais, a ser correto, eu só teria 90%; eu só podia usar disso aqui 90%, porque 10% é do meu sócio. Tenho um sócio, certo? Mas a redução patrimonial nesse ano chega a 576 mil dólares. Foi um ano eleitoral, mas, realmente, não posso dizer que tive sobras de campanha. Quero, aqui, contar à Comissão de Bancos algo: fiquei 10 meses sem contas bancárias, porque esse apartamento que vendi para a campanha; era um bem de pessoa física. Vendi-o e fui morar de aluguel. A pessoa não me pagou as duas últimas prestações; eu estava em campanha, os senhores que são Deputados e Senadores sabem o que é isso. Então, dei 33 cheques sem fundos, e o Banco Central fechou a minha conta durante oito ou dez meses. Está tudo documentado aqui, inclusive o resgate desses cheques todos. Quer dizer, eu que fui Ministro que movimentei 70 bilhões de dólares, de repente, tenho que vender o apartamento que comprei quando cassado. Aliás, por sugestão do Dr. Tancredo Neves, porque era um apartamento vizinho ao dele. Tive que vendê-lo para fazer uma campanha; no entanto, a pessoa até hoje não me pagou; minto, a pessoa me pagou com 8m³ de pinho-de-riga. Aproveito e faço aqui uma promoção para quem quiser, pensei que era fácil vendê-los; no entanto, até hoje não consegui. Fiquei com as contas fechadas durante oito meses. Um Ministro que mexeu com 70 bilhões de dólares e que tinha um patrimônio respeitável - ainda o tem. Veja a Comissão de Bancos o equívoco dessa informação. Ela não joga com a realidade do movimento que eu tive como empresário, nem como pessoa física. Acho que é uma coisa a esclarecer realmente, porque o que posso dizer é

o seguinte: sobras de campanha que eu tive foi resgate de cheques sem fundos dados em função dessa falha de quem comprou meu apartamento e fiquei dois anos morando num apartamento alugado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Muito obrigado, Sr. depoente.

O SR. PEDRO PAVÃO - Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço a V. Exª, Deputado Pedro Pavão.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Deputado Odacir Klein, Deputado Anníbal Teixeira:

V. Exª mencionou, há pouco, que os principais problemas ocorrem, sobretudo, a nível do Executivo, e que, aqui, no Congresso Nacional, há mais uma franja de possibilidade de problemas em relação ao que pode fazer o Executivo.

Com certeza, V.Exª acompanhou de perto os trabalhos desta CPI e verificou, por exemplo, dois problemas importantes detectados. O esquema de intermediação de verbas que era adotado, por exemplo, pela empresa SEVAL-Serviço de Assessoria Ltda. que tinha relacionamento com o Deputado João Alves.

V.Exª acompanhou, certamente, o depoimento do Sr. Normando Leite Cavalcanti, proprietário da SEVAL. Que avaliação V.Exª faz daquele procedimento? O Relator poderia ter um contato tão próximo com uma empresa como a SEVAL, para que esta ajudasse na tramitação de projetos, na apresentação de projetos e assim por diante? Por que razão faço esta pergunta?

Solicito a atenção do Sr. Relator, Deputado Roberto Magalhães, porque me parece que, se tivéssemos prestado muita atenção ao que o Congresso Nacional havia detectado, por ocasião da CPI que apurou irregularidades na Administração Pública Federal em 1989, talvez não tivesse sido tão fácil as coisas se repetirem.

V.Exª foi absolvido no Supremo Tribunal Federal relativamente ao caso da cidade de Valença, que V.Exª deve conhecer muito bem. Mas noto, neste relatório, que há alguns fatos muito semelhantes àqueles que hoje esta CPI averigua.

Por que chamo a atenção do Sr. Presidente e do Sr. Relator? Aqui leio que o procedimento de intermediação, tal qual foi detectado pela SEVAL, existia, por exemplo, durante o tempo em que V.Exª foi Ministro da Secretaria do Planejamento. Para recordar, à página 164 deste relatório estão os casos dos municípios de Monte Mor, Jaboticabal, Brotas, Porto Ferreira, Santa Gertrudes, Sarapui, Araras, Itápolis, Paradópolis, Jaguariúna, Rio Claro, Vargem Grande do Sul, Estado de São Paulo.

> Desvio de repasses recebidos do Governo Federal para pagamento à empresa COINPRO - Consultoria e Intermediação em Projetos S/C Ltda, de comissão pela intermediação na obtenção de recursos públicos ilícitos previstos no art. 1°, inciso I, do Decreto-Lei n° 201, de 27.8.67. Apropriar-se de bens ou rendas públicas desviados em proveito próprio ou alheio.
>
> Item 2 - Representante legal da firma COINCRO-Consultoria e Informação e Projetos. Obtenção de comissão dos prefeitos dos municípios - os mesmos citados - a pretexto de se influir em funcionários públicos para liberação de verbas federais (Código Penal, art. 332, exploração de prestígio).
>
> Mais abaixo tem:
>
> Município de Bragança Paulista. Representante legal da firma SOTEN-Sociedade Técnica em Engenharia e Construções Ltda. Obtenção de comissão do prefeito do município de Bragança, a pretexto de se influir em funcionários públicos para liberação de verbas federais (Código Penal, art. 332, exploração de prestígio).

Fatos que também estão relacionados no caso da intermediação de verbas públicas para a Prefeitura Municipal de Valença, no Rio de Janeiro, que me parece ter sido um dos casos centrais em que V.Exª foi indiciado, mas acabou absolvido. Relembro, está aqui:

> Após o recebimento da verba, anulou o depoente a licitação. À época do depoimento, estava a própria Prefeitura executando as obras a custo inferior. Entretanto, a Prefeitura foi obrigada a pagar a importância de um milhão e quatrocentos e cinqüenta mil cruzados pelos serviços prestados pela firma Hidrossistemas na elaboração do projeto técnico.

A Hidrossistemas é de propriedade do Sr. Mário Sicarelle e Sérgio Menin Teixeira que, no caso, tinha um de parentesco com V.Exª de primo. Mas o que cito é o seguinte: parece-me que o caso CEVAL é muito semelhante ao da Hidrossistemas, da COIMPRO e SOTENG.

Pergunto: como V.Exª avalia esses casos de intermediação? De que maneira deveria proceder o Congresso Nacional? Que recomendação deveria ter esta CPI com respeito a tais tipos de intermediação que havia em 87 e 88, e que prosseguiram até que novamente fossem detectados por esta CPI?

O SR. ANNIBAL TEIXEIRA - Eu queria, em primeiro lugar, dizer ao Senador que V. Exª está constando, realmente, um fato; tanto que quando organizei a Secretaria de Ação Comunitária - veja a coisa como é que surge - ainda não tínhamos nem papel timbrado, fiz uma carta-circular para os prefeitos em que diz - isso, no dia 12 de maio de 1986 - da necessidade dos projetos; mando os formulários dos projetos; depois, diz: "Entretanto, tem sido notado que alguns formulários tiveram a participação de escritórios especializados, o que se torna absolutamente desnecessário, dada a simplicidade dos mesmos"

- eram formulários de computação fáceis de serem preenchidos. "Tal participação, além de onerar a prefeitura ou comunidade e não ter guarida junto à SEAC em nada contribui para a qualidade do material apresentado e tampouco favorece a aprovação dos projetos. O nosso objetivo ao elaborar o formulário singelo foi exatamente o de eliminar custos." Não está dito aqui que é corrupção.

Na verdade, a própria burocracia, a falta de modernidade do sistema público acabou gerando esses escritórios; o prefeito se sente mais ou menos despreparado para fazer, preencher formulários; então, ele acaba recorrendo a esses escritórios. E aí entra um problema que realmente - já que o objetivo é também dar diretrizes futuras para isso - tem que ser enfrentado. Tem-se usado muito pouco, no Brasil, a Informática. Analisamos, por exemplo, 103 mil pequenos projetos comunitários - creche, posto médico, pequenas pontes -, todos feitos por computação. Hoje, o computador permite esse tipo de controle - aprovamos 45 mil. Temos ali os dados que permitem cruzar custos, porque essa intermediação se dá, principalmente, porque ela gera custos a mais, senão o intermediário não tem onde ganhar. Então, quando se tem esses elementos, esse projeto pode ser analisado pelo computador - é o que fazíamos. O próprio computador não aceita projetos em que o custo da instalação de uma creche por criança esteja acima de uma determinada média. Apesar de tudo isso, ou seja, de termos hoje um instrumental técnico muito bom, continuamos trabalhando de forma totalmente empírica e dando margem a essas intermediações. Se pegarmos o Orçamento que veio agora para o Congresso e compararmos os custos de vários serviços vamos encontrar defasagens em custos de estradas, de determinadas obras, de metro quadrado de hospital construído. Então, o que precisa realmente é modernizar também o serviço público, de maneira que o prefeito se sinta em condições de conseguir os recursos sem precisar recorrer a esses escritórios especializados, que, às vezes, são até necessários em caso de alguns projetos - não se vai exigir que um prefeito não faça o projeto de uma obra que envolve responsabilidade civil, inclusive. Mas entendo que isso tem que ser feito com a modernização também da administração pública; é fundamental que se faça essa modernização.

Por outro lado, eu queria também dizer que a luta contra essa intermediação também entra em um quadro de necessidade de esclarecimento para os prefeitos.

Tenho aqui um volume de cartas muito grande, de circulares que fizemos, inclusive, dizendo que só o deputado teria acesso a essas informações. Mas tudo isso ainda é muito pouco. É preciso realmente que se chegue a alguma conclusão para eliminar isso. E isso só se pode fazer modernizando o serviço público e eliminando realmente esses focos.

Esses escritórios proliferaram em Brasília em função, exatamente, dessa dificuldade burocrática que existe em muito casos, embora já se note, hoje, alguma evolução. Tenho recebido até formulários dos Ministérios já bem simplificados e bem práticos para poder permitir essa avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Senador, antes que V. Exª continue, gostaria de comunicar, principalmente aos Deputados, que no plenário da Câmara dos Deputados estará sendo votada, agora, a matéria referente à anistia dos servidores públicos, e possivelmente alguns dos Parlamentares desejem exercitar o seu voto. Só quis transmitir a informação, porque se algum Parlamentar, eventualmente, desejar sair, poderá haver um revezamento nas inquirições.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Deputado Anníbal Teixeira, o Sr. José Carlos Alves dos Santos afirmou, em seu depoimento, que o esquema de subvenções teve início na gestão de V. Exª como Ministro da Secretaria do Planejamento, e noto que há um item do relatório sobre as irregularidades da época do Governo anterior, do Governo que findou o exercício em 1989, justamente falando das subvenções de caráter assistencial a Estados, Municípios e entidades de direito privado. Leio um trecho:

> "A arbitrária distribuição de recursos a fundo perdido visando a satisfazer razões e presumíveis interesses pessoais atentou contra a probidade administrativa, conduta prevista no art. 82, § 5°, da Constituição de 1967, então em vigor, que compreende os atos atentatórios à guarda e ao legal emprego dos dinheiros públicos, conforme expressão utilizada na Constituição de 1946.
>
> Restou, pois, caracterizado o delito definido no art. 9°, n° 7, da Lei n° 1.079, de 1950, que tem por **nomem juris** crime contra a probidade da administração, constituindo-se, especificamente, procedimento imcompatível com a dignidade do cargo.
>
> A alocação de recursos, sem cobertura orçamentária, contrariou..."

E assim vai.

Aqui já há uma referência a subvenções de caráter assistencial. V. Exª conhecia esse caráter das subvenções sociais? É fato? Há fundamento na assertiva do Sr. José Carlos de que essa sistemática de subvenções sociais iniciou-se, sobretudo, na gestão de V. Exª enquando Ministro da SEPLAN?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Não tem nenhum fundamento isso. As subvenções sociais, como dotações globais, existiram sempre no Orçamento, desde o Império. São subvenções globais que o Executivo aplica a seu critério.

A partir de 1988, com a Constituição, o Legislativo começou a determinar, nessas dotações globais, o que se chama de uma designação, a fixar isso - havia dotações globais. E a dotação social do Ministério do Planejamento era muito pequena. Fiz um levantamento aqui: deu 9 milhões de dólares. É uma quantia que atendeu, para V. Exªs terem uma idéia, quase 300 Deputados e 400 Municípios - alguns Municípios pediram sem

interferência dos Deputados -, quer dizer, um valor muito modesto. Acredito que, com esse valor, nem os intermediários se interessavam em mexer com isso. Isso na área do Ministério.

Os outros ministérios sempre tiveram, desde o Império, dotações globais. Então vejo que essa informação é uma informação...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, pediria para fazer uma intervenção, já que o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu estava prestando atenção, só que estava de lado. Agora, estou de frente.

Foi muito bom V. Exª ter chamado a minha atenção para que ficasse atento, porque esse é um assunto que trato no relatório que vou apresentar a esta Comissão, e em que tenho um empenho absoluto.

Em primeiro lugar, acabar definitivamente com as subvenções orçamentárias. Não há razão nenhuma para que existam, porque a União já gasta quantias fabulosas na área social, através do INSS, da LBA e de outros ministérios. Não há por que haver subvenções sociais. E mais, os Estados e Municípios também têm as suas verbas para esse fim, podendo fiscalizar, o que a União não pode fazer.

É impossível se montar um sistema para fiscalizar essas subvenções, que são de uma capilaridade imensa. E mais outro argumento: já existem as transferências compulsórias, tributárias, não-tributárias, constitucionais, regionais, etc. Por que, então, retirar dinheiro da União para jogar no Município e no Estado para fazer clientelismo - porque essa é que é a verdade -, quando não desvio de verbas? É uma fraude a discriminação de rendas da Constituição. É uma fraude. Estou propondo para que só em três casos possa haver transferência: projetos nacionais, projetos regionais e calamidade pública. Acontece que a União não paga os hospitais do INAMPS e, no entanto, joga milhões de dólares de recursos por este Brasil afora para entidades inidôneas.

Outra proposta muito importante e polêmica que farei é a seguinte: acabar também com as transferências voluntárias, mesmo por convênio. Inclusive, há o apoio do José Serra e de Everardo Maciel nessa tese, que têm um trabalho sobre isso. Desse modo, o dinheiro da União vai aparecer e ter condições de fazer investimentos prioritários. Esse assunto fala muito à minha sensibilidade.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Gostaria só acrescentar ao Relator que tenho acompanhado os seus pronunciamentos e penso que S. Exª tem toda razão. Inclusive, no começo do ano passado, fui incumbido pelo meu partido, o PTB, de preparar um trabalho para o Presidente Itamar Franco. Fiz esse trabalho, que é um pouco revolucionário, no sentido de que a própria comunidade escolha junto com a prefeitura o tipo de obra, vote e resolva sobre isso.

Folheando esse trabalho hoje, por acaso encontrei aqui - isso escrito há um ano - que uma das argumentações feitas ao Presidente era a seguinte: "O Orçamento público tem levantado as maiores controvérsias com a alocação de recursos em obras discutíveis do ponto de vista das prioridades e de custo". Depois: "Forças subterrâneas fazem **lobby** no sentido de alocar recursos em determinada áreas. Essa votação evitaria isso, etc".

É possível delegar isso à prefeitura, que já tem as suas incumbências. Algumas experiências estão sendo feitas, inclusive, em Belo Horizonte, onde o prefeito realizou votação em vários bairros e com grande resultado. A comunidade, em geral, pede muito menos do que os técnicos, às vezes, querem dar. Quero só reforçar que realmente isso acaba sendo desviado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Comunico ao nobre Senador que o tempo está esgotado. Poderia V. Exª encaminhar a última pergunta?

O SR. EDUARDO SUPLICY - A pergunta final, Deputado Anníbal Teixeira, diz respeito a este fato: houve um momento em que o Deputado João Alves aliou-se - pelo menos publicamente - a V. Exª com o intuito - ele assim declarou - de processar o ex-Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. No **Jornal do Brasil**, de 16 de dezembro de 1987, lê-se:

> "O Ministério da Fazenda está propondo ao Presidente José Sarney que congele a liberação de parte do Orçamento da União, aprovado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente há duas semanas. Categorizados, os assessores do Ministro Bresser Pereira acusam a SEPLAN de ter aumentado irregularmente, na última revisão do Orçamento, a dotação a programas de interesse do Ministro do Planejamento, Anníbal Teixeira, como o Programa do Leite e o apoio da população urbana carente, reduzindo, artificialmente, outras dotações originalmente".

Há um trecho que diz:

> "Ao concentrar recursos sob a rubrica em cargos gerais da União, a SEPLAN passará a deter o controle das liberações - se aumentarem - em setores tão diversos".

Parece que, na ocasião, o Deputado João Alves criticou violentamente o Ministro Bresser Pereira por tentar controlar a destinação de recursos, levando a entender aqui que esse Deputado tinha um entendimento muito próximo com a SEPLAN. Pergunto isso, obviamente, embora estejamos vendo as questões relativas aos últimos cincos anos, pois aqui poderia estar uma origem de entendimento muito próximo do Deputado João Alves com o Executivo. Então, eu agradeceria se V. Exª nos pudesse dizer se, de fato, já havia esse entrosamento do Deputado João Alves com a sua experiência, com a prática de estar destinando recursos do Orçamento para certas finalidades que - hoje temos maior consciência

- nem sempre foram aquelas condizentes com o interesse público maior da população? Poderia V. Exª contribuir quanto a essa questão para a CPI?

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado Anníbal Teixeira, sem querer prejudicar-lhe a resposta, a Presidência agradecerá pela concisão que V. Exª possa ter.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Senador, nunca tive um contato pessoal, sozinho, com o João Alves. Não tive. Compareci aqui ao Congresso, como o Ministro Fernando Henrique Cardoso fez, como todos os ministros fazem, para discutir com a Comissão de Orçamento. Ele era membro da Comissão dos Programas Orçamentários.

Neste livro meu - **Calúnia** - há até uma referência a esse entendimento com o Senador Rachid Saldanha Derzi e com o João Alves. Nessa reunião do Orçamento levei esse Plano de Governo; mostrei que não havia necessidade de muitas subvenções sociais, até exagerei, dizendo que qualquer Deputado que quisesse organizar uma creche ou um posto médico teria recursos para isso, que iríamos fazer o programa, que era o Programa da SEAC.

Eu tinha uma certa autoridade porque já havia feito esse Programa. Então, procurei minimizar qualquer dotação maior, para reservar a dotação para os programas maiores. Aliás, isso não foi mérito, nem foi virtude - eu não pensava que o João Alves tinha qualquer má intenção, senão poderia eu dizer agora: bem que eu desconfiava. Nada disso.

A discussão foi até bem elevada. Ocorreu o seguinte: a Comissão daqui pretendia que o Orçamento fosse feito com uma margem maior para a inflação. Insistimos em 35% - que era realmente um otimismo muito grande por ano -, eles queriam 120%. Chegou-se, senão me engano, a 60%. Mesmo assim, tenho que reconhecer que o João Alves até que acertou, infelizmente contra o Brasil. A inflação foi bem maior.

A discussão se deu em torno desse problema do coeficiente de inflação que seria dado ao Orçamento. Eu faço questão de dizer que ele não fez nenhum pleito. Até acredito, Senador, que esse assunto do João Alves começou depois do ano de 1987, porque senão ele já teria... E se ele tivesse feito algum pleito - eu jurei aqui que vou dizer a verdade - , talvez eu tivesse até considerado, ele era quase um representante do Congresso. Mas - vejam que interessante - ele não fez. A não ser que ele tivesse feito um acerto, porque o Orçamento que eu executava foi elaborado pelo Ministro Sayad. Mas o Sayad é um homem de bem - ele não teria feito um acerto que fosse uma coisa que sacrificasse assim a moral e a ética da administração.

Então, acredito que esse assunto do João Alves começou depois, quando ele sentiu que tinha mais força, talvez, dentro do Congresso e pôde participar mais do Orçamento. Essa é a resposta que tenho a dar.

Quanto ao Ministro Bresser Pereira, tenho a dizer que fiz uma declaração - e às vezes cometemos alguns erros - de que era um homem rico. Fiz essa declaração, dizendo que não ganhei dinheiro com o Ministério - V. Exªs podem examinar, estou disposto a mostrar tudo isso. A Imprensa divulgou que eu era homem rico. Eu tive posses; infelizmente, tive e perdi muito patrimônio, não em função da política em si, mas porque o político deixa de tratar de suas coisas. Eram empresas relacionadas principalmente à prestação de serviços.

Então, o Ministro Bresser Pereira fez uma declaração, ligando-me ao João Alves. Entrei na Justiça contra ele; chegando o processo em São Paulo, ele fez uma retratação, dizendo que não declarou isso.

Acredito que ele tenha sido influenciado por essa idéia de que eu era um homem rico. Até vou depois escrever uma carta a ele - e faço questão de mandar-lhe alguns dados - mostrando que realmente ele cometeu uma injustiça. Ele disse que nem declarou isso aos jornais. Então, realmente estou satisfeito com a sua retratação.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Deputado Anníbal Teixeira, na Subcomissão de Emendas Orçamentárias, a avaliação que fazemos da sua atividade na Comissão de Orçamento demonstra que V. Exª foi pouco atuante naquela Comissão. V. Exª não exerceu cargo de direção e nenhuma relatoria importante no âmbito da Comissão Mista do Orçamento. Liberou seis emendas em 1992 e sete emendas em 1993.

Agora, queria alguns esclarecimentos. Entre as emendas que V. Exª liberou, isso não é acusação, porque isso é explicado, V. Exª aprovou e liberou uma emenda para a Fundação João Mendes no Rio de Janeiro.

V. Exª poderia justificar quem pediu que essa emenda fosse apresentada pelo Deputado Anníbal Teixeira?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Pois não. V. Exª disse, Deputado Sérgio, que não tive uma posição na Comissão do Orçamento. Efetivamente não, mas representava o PTB na Comissão. Fiz, realmente... Procurei atender a todos os Deputados do PTB, fazendo pleitos, e o João Mendes me fez esse pleito: se eu podia apresentar uma emenda. Ficou até de chegar aqui para dar mais detalhes sobre a emenda. Como ele não chegou, fiz essa emenda e apresentei para que ele não ficasse sem uma presença. Queria que os Deputados do PTB, todos eles, pelo menos tivessem aprovadas uma ou duas emendas. Então, foi, realmente, uma iniciativa minha, mas para atender à solicitação pessoal dele.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Do Deputado João Mendes?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Do Deputado João Mendes, que era do PTB.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Essas são as perguntas da Subcomissão de Emendas. Mas queria discutir uma tese com V. Exª a respeito do Orçamento elaborado antes de 1988. Tem sido corriqueiro aqui nesta CPI o levantamento da seguinte questão: os Deputados não tinham possibilidade de alterar o Orçamento antes de 1988, antes da Constituição. Essa tese não é correta.

Tenho aqui um estudo registrado no livro recentemente publicado no Brasil "O Congresso e o Sistema Político do Brasil", de um **brazilianist**, Abdo I. Baclini(?). Ele levanta o seguinte argumento: em 1970 o Orçamento foi aprovado mediante um decreto do Executivo. O Congresso estava fechado. Mas, a partir de 1971, inicialmente se apresentaram muitas emendas ao Orçamento, mesmo com as restrições da Constituição outorgada.

Vou ler para V. Exª esse parágrafo:

> Em 71 foram apresentadas 16.345 emendas, mas apenas 117 foram aprovadas. Nenhuma delas com qualquer implicação financeira nos totais ou na distribuição entre as várias categoria de despesas, o que era permitido.
>
> Em 73 foram apresentadas 4.110 emendas, apenas 17 foram aprovadas. O Congresso logo percebeu que debater o Orçamento não lhe trazia benefícios, apresentavam-se cada vez menos emendas e menos ainda eram aprovadas. As emendas apresentadas variaram de algumas centenas por ano até 38 apenas e aquelas aprovadas variaram entre o mínimo de 2 e o máximo de 17. Apesar dessas emendas, o Orçamento era aprovado conforme apresentado pelo Executivo.

A tese que defendemos é que havia, de certa forma, um controle político. Primeiramente, pelo espírito reinante no período da ditadura militar, em termos de determinar que o Orçamento não poderia ser mudado. Tanto é que o número de emendas apresentadas foi de 16.000 num ano, em 1971, e, posteriormente, foi diminuindo.

A partir de 1980, a tese defendida pela Subcomissão é que havia um controle na Comissão do Orçamento por parte de uma pequeno grupo, que fazia o rodízio dos principais cargos - entre eles, nesse pequeno grupo, está incluído o Deputado João Alves -, que controlava a aprovação do Orçamento, não por determinação constitucional, mas pelo poder que lhe auferia essa condição de controlar a Comissão Mista do Orçamento.

Para isso - essa é a tese que queria debater com V. Exª -, esse grupo de parlamentares tinha alguns benefícios. Os benefícios provinham justamente das dotações e das subvenções sociais, ou principalmente das dotações. Essa avaliação do cientista político americano, que dedicou sete anos a essa pesquisa no Congresso Nacional, mostra, evidencia esse fato de estarmos trabalhando apenas com suposições.

Nesse sentido - vou encerrar o meu raciocínio e ouvir a opinião de V. Exª, que é um homem que conhece o Orçamento -, observamos que, por depoimentos prestados nesta CPI, sob juramento, o ex-Ministro João Alves, atualmente Governador João Alves, reconheceu que recebia listas de emenda para subvenção social das dotações globais como se fossem do Congresso, por intermédio dos Deputados Cid Carvalho e João Alves; a ex-Ministra Margarida Procópio reconheceu que recebia listas de entidades para se beneficiarem de subvenções sociais das dotações globais; o ex-Ministro Ricardo Fiúza não reconheceu publicamente o seu envolvimento, mas temos bilhetes comprovando que ele recebia essas listas e liberava esses recursos.

A pergunta que faço objetivamente é esta: V. Exª foi Ministro, em um período e em um órgão público que controlava essas subvenções, essas dotações globais. V. Exª - o Relator já perguntou isso - recebia essas listas; alguma outra pessoa recebia essas listas em nível da Secretaria de Planejamento?

Quero que V. Exª compreenda que essa é uma informação importante para nós, porque reforça o nosso raciocínio de que essas dotações globais já vinham de algum período, talvez com uma intensidade menor. Isso era proveniente desse grupo que controlava a Comissão de Orçamento e tinha como contrapartida à elaboração do Orçamento, de acordo com as regras emanadas do Executivo, esse benefício das dotações globais.

V. Exª compreendeu o raciocínio que expliciteí?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Sim, compreendi.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª pode ajudar-nos nessa questão?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Em primeiro lugar, eu queria dizer ao ilustre Deputado Sérgio Miranda que vamos aprendendo. Eu era cassado na época e não acompanhava bem essa atividade, mas estou vendo que apareceram 16.000 emendas em um ano, em pleno regime de arbítrio.

Sobre se havia uma lista, posso afirmar que nunca recebi listas desse tipo, vindas da Câmara, da Comissão de Orçamento. Nunca as recebi. E as dotações sociais do Ministério eram feitas em um varejo muito grande, quer dizer, o Deputado ia ao Presidente, pedia, por exemplo, uma dotação; S. Exª, então, mandava-a para mim, através dos ajudantes-de-ordens; eu fazia uma verificação se havia possibilidade de atender, formulava uma exposição de motivos, e S. Exª atendia a esses casos, cada um individualmente. Nunca recebi essa lista.

Todavia, a dotação de subvenção social do Ministério do Planejamento era relativamente modesta - eu disse aqui 9 bilhões de dólares -, o que não impede que outros Ministérios tivessem dotações e que esses entendimentos tivessem sido feitos. Não acredito que isso tenha sido feito. Mas, no Ministério do Planejamento, não: cada caso era tratado individualmente.

Há até um fato interessante que quero relatar à Comissão. O Presidente José Sarney atendia a todos, gostava muito de atender Deputados, mas, em determinada hora, começou a ficar um pouco cansado disso. Pediu, então, que eu fizesse uma delegação e passasse a fazer isso. Fui obrigado a fazer uma delegação, que me dava 40 milhões de dólares para distribuir.

Nunca usei essa delegação. Até argumentei com o Presidente que era uma oportunidade de se encontrar com os Deputados. Porém - tenho até esse documento aqui -, nunca liberei um tostão, fui muito cauteloso nisso.

Nós recebemos uma dotação grande, para atender os Estados que estavam tendo crescimento populacional: os Estados do Norte e Nordeste. O que fiz? Como o Amazonino Mendes era o Governador do Amazonas, eu o chamei para que reunisse os Governadores e decidisse como proceder à distribuição disso. S. Exª me passou um telegrama, e fizemos a distribuição de acordo com o critério dos próprios Governadores.

Dessa forma, creio, realmente, que esse sistema de dotações globais, no Ministério do Planejamento, não existiu; isso é o que posso assegurar. Agora, não posso dizer que, no Ministério xis ou ipsilon, não tenha ocorrido esse entendimento.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado.

Eu queria continuar um pouco a intervenção.

V. Exª pode, posteriormente, ceder à CPI esses dados da distribuição, esse documento que V. Exª trouxe, para que possamos fazer uma avaliação? Por exemplo, V. Exª citou que o Deputado João Alves recebeu para seis prefeituras essa dotação global, algo em torno de cinco a dez mil dólares. Isso daria em torno de 60 mil dólares?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Sim.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Tenho a impressão de que essa não era uma média normal para os parlamentares da planície aqui desta Casa; era um usufruto maior do que o comum.

A outra questão que queria levantar para V. Exª é para esclarecer. Já tenho me referido que o nosso trabalho é como a montagem de um quebra-cabeça. Vamos colocando uma peça aqui, depois tiramos uma ali que não encaixou bem...

Quero fazer-lhe uma pergunta. V. Exª indicou ao Ministro Alexandre Costa o Sr. Márcio Reinaldo Dias Moreira para ocupar a Secretaria de Administração?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª tem informação de quais os Parlamentares que o indicaram?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Não tenho. Não o indiquei, mas fiquei muito satisfeito, porque sempre gostei muito dele. Achei que era uma pessoa competente. Mas realmente não o indiquei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O Sr. Márcio Reinaldo foi o Diretor do SOF, antigo DOU, que agora virou SOF de novo.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Exatamente. Fiquei muito satisfeito mas não o indiquei. Parece que o Márcio estava antes em um outro Ministério; foi na época que eu estava fora. Não era nem Deputado nem Ministro. Parece que ele foi para a parte de Orçamento de um Ministério. Se não me engano, o da Saúde. Tenho quase certeza de que foi o Ministério da Saúde.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Ele foi assessor do Senador Ronaldo Aragão. Posteriormente, foi pelo Ministério da Saúde...

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - E quando ele foi para trabalhar com o Ministro da Saúde fiquei muito satisfeito. Liguei para ele...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O Ministro nos confirmou que foi ele que levou para o Ministério da Integração Regional a Dona Iolanda Brasil e a Dona Célia Abdala. Elas haviam saído do Ministério da Ação Social e ali trabalhavam durante o período da Ministro Margarida Procópio. Dona Iolanda Brasil era justamente a pessoa que encaminhava à Ministra Margarida Procópio, segundo depoimentos feitos sob juramento, as listas do Deputado João Alves. Era importante que fizéssemos essa pergunta para V.Exª.

V.Exª, para encerrar, Sr. Presidente, se dispõe a entregar ao relator essa relação de Parlamentares que receberam esses benefícios, que indicaram subvenções sociais para alguns Municípios?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Perfeitamente. Faço-o com o maior prazer. Quero até adiantar que entreguei essa relação, em primeira mão, à CPI que foi feita no Governo José Sarney. Agora, irei entregá-la de novo. Não custa nada.

Entreguei também para a Polícia Federal e pedi que ela fizesse uma verificação nos Municípios. A Polícia Federal deve ter verificado cerca de duzentos Municípios. Realmente, é uma oportunidade boa; dar uma informação verificando esses Municípios. Porque formalizei um pedido à Polícia Federal e sei que pelo menos duzentas cidades foram verificadas. Vou passar essa lista com muito prazer.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço a V. Exª, nobre Deputado Sérgio Miranda.

Concedo a palavra ao Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - Vou ser muito sucinto. Porque para aquelas eventuais dúvidas que eu pudesse apresentar já ocorreram perguntas.

Vou tentar justificar porque farei essa pergunta. Perguntado por um Senador, o Sr. José Carlos Alves dos Santos, quando aqui esteve, foi argüido da seguinte maneira:

> Quais Ministros V. Sª tem conhecimento que estariam envolvidos no esquema de liberações de recursos públicos, através de pagamento de propinas, e como agiam esses Ministros?
>
> Ele respondeu nos seguintes termos:
>
> Sobre o processo, já falei. As dotações eram liberadas mediante relação encaminhada pelo Congresso. Eles, evidentemente, autorizavam. Sabiam que as dotações se referiam à distribuição para entidades, conforme acordo e inclusão dessas dotações no Orçamento. Essas dotações eram incluídas depois de acertadas com o Poder Executivo, com os respectivos

> Ministros, onde elas iam entrar, e que o Congresso mandaria as relações posteriormente." Quer dizer, essas dotações não eram para os Ministros distribuírem. Quanto à questão do Ministro Anníbal Teixeira, na época da SEPLAN, não posso garantir como era o funcionamento ali porque não conheço. Foi a primeira vez que vi. Provavelmente, ele sabia desse tipo de acerto, senão ele não liberaria. As dotações seriam liberadas por ele porque é atribuição dos Ministros liberar recursos.

Simplesmente estou lendo isso para dizer que a denúncia inicial leva àquela origem, isto é, remonta ao período em que V. Exª era Ministro, a ação decorrente da manipulação do Orçamento. Senão, não justificaria nem perguntar o que vou lhe perguntar.

Ainda respondendo ao Deputado, o mesmo Sr. José Carlos Alves dos Santos respondeu assim:

> Sr. Depoente, seu depoimento demonstra, com muita transparência, que havia um esquema dentro do Congresso, de corrupção, no processo de tramitação do Orçamento. E que uma das dimensões dessa corrupção estava nas dotações e Subvenções Sociais alocadas em alguns Ministérios. E que apesar de o senhor ter dito no depoimento que não via o Ministro participar diretamente, esse Ministro - e alguns o senhor citou nominalmente - sabia dessas dotações, que eram globais e que faziam parte dos acertos desse esquema. Gostaria de deixar bem claro, os ministros que o senhor mencionou foram: Anníbal Teixeira? O senhor confirma? Confirmo sim, confirmo, no primeiro ano. E como é que o senhor confirma essa participação? Porque o Deputado João Alves falava e mandava essas relações; iam, que eu saiba, relações para o Ministério e havia dotações lá."

V. Exª, agora há pouco, respondendo ao interlocutor anterior, fez referência ao fato de que havia solicitações individualizadas, havia solicitações que passavam normalmente pela Presidência da República e que, finalmente, se constituíam em demandas parlamentares e se transformavam em realidade.

Em nenhum instante V. Exª recebeu, enquanto Ministro, relações oriundas, direta ou indiretamente, da Comissão de Orçamento ou de alguém que por ela falasse?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Senador, já respondi a essa pergunta. Nunca recebi nenhuma relação. E como não fui eu quem elaborou o Orçamento que executei, se houve esse entendimento, ele não foi transmitido a mim, tanto que tratávamos o assunto individualmente. Posso até... Vou lembrar aqui. O senhor foi contemplado com umas dotações dessas.

O SR. MÁRIO COVAS - É mesmo?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Está aqui. No entanto, o senhor se dirigiu diretamente ao Ministério, ou o seu Prefeito, e atendemos. Quer dizer, essas listas não foram... Eram individuais. Todos os casos eram individuais.

O SR. MÁRIO COVAS - Será que V. Exª poderia me avivar a a memória?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Vou tentar. Desculpe-me, não estou fazendo isso... Porque, realmente, tenho no senhor até um exemplo, porque o senhor é um homem de bem. Quer dizer, eram casos sempre individualizados.

O SR. MÁRIO COVAS - Não tem problema não.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Outros membros da Comissão receberam, mas não havia...

O SR. MÁRIO COVAS - Esteve um piloto de avião aqui, que fez a mesma referência, me tratando como pessoa **vip**. Gostaria de saber qual foi o meu Prefeito que foi falar isso, até porque não tenho nenhum Prefeito.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - É. Vou ver se acho. Às vezes até incluíram o senhor em alguma lista...

O SR. MÁRIO COVAS - Esse é um fato muito interessante.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Vou localizar. E peço desculpa ao Senador por ter feito essa referência, porque eu o tenho como um homem de bem dos melhores que temos no País.

O SR. MÁRIO COVAS - Não tenho dúvida. V. Exª sabe escolher bem os homens de bem!

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - O Senador agora me pôs numa situação de... Mas vou achar as listas sim.

O SR. MÁRIO COVAS - Bem, evidentemente, não vou paralisar o trabalho da Comissão para que o senhor tenha a possibilidade de procurar, mas o senhor fica me devendo dizer quem foi o meu Prefeito que teve a gentileza de...

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - A pasta está aqui na minha mão. Desculpe. Mas agora vamos ver se consigo achar, porque se eu não achar vou ter que me retratar agora. Deixe-me ver aqui... Também pode ser... Da SEAC sei que foram atendidos, não é?

O SR. MÁRIO COVAS - Não deve ser um Prefeito muito importante então.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Deve ser algum prefeito de São Paulo.

O SR. MÁRIO COVAS - Não deve ser muito importante, porque está escondido ...

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Não, não é coisa expressiva. O Dr. Ulysses Guimarães... Isso não tem nada de mais. Acho que realmente...

O SR. MÁRIO COVAS - Não estou dizendo que tem algo de mais...

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Pois é... Instituto do Câncer Arnaldo Vieira de Carvalho.

O SR. MÁRIO COVAS - Que tem? É esse o Prefeito?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Não. Isso aqui é para o Instituto do Câncer Arnaldo Vieira de Carvalho.

O SR. MÁRIO COVAS - Ah, o senhor atendeu o Instituto do Câncer, é isso?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - É.

O SR. MÁRIO COVAS - Esse é que é o meu Prefeito?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Nesses programas, o pedido do senhor. Provavelmente o senhor tenha feito isso com a maior tranqüilidade, mandado, e atendemos lá. Só estou dando exemplo de que... Até nem é Prefeitura.

O SR. MÁRIO COVAS - Melhor no Instituto do Câncer do que em outra coisa.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Não, é a prefeitura...

O SR. MÁRIO COVAS - Tudo bem.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Até peço desculpa ao senhor mais uma vez.

O SR. MÁRIO COVAS - Não tem nada que pedir desculpa. Não há nada que eu tenha feito na minha vida pública...

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Pois é, não há razão para isso. E isso foi muito criticado porque realmente dava muito trabalho, mas eu achava que era importante que se procurasse personalizar as pessoas que fizeram os pedidos. Eu acho que é interessante. O Congresso é muito mais transparente do que a burocracia oficial. Às vezes o Congresso paga um preço muito alto por causa da sua transparência. O Congresso é extremamente transparente.

O SR. MÁRIO COVAS - É porque ele tem que ser assim mesmo; se não for assim, não vale.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Exatamente. Isso aqui é uma coisa singela. Nós podemos identificar quando houve a ação do Deputado e, no entanto, nós estamos encontrando dotações imensas que vêm do Executivo sem "pai" nenhum, E são centenas de vezes maiores do que as dotações que os deputados indicam.

Quer dizer, acho que isso é algo a mais para o Congresso levar a bom termo esta Comissão - é claro -, para ter autoridade, para exigir realmente o seu espaço dentro do orçamento.

O SR. MÁRIO COVAS - O senhor é nítida e claramente um homem de posses. Nós ouvimos aquilo que o senhor anunciava como vendas feitas num único ano, o número de imóveis foi razoavelmente grande, várias casas, etc. Surpreendeu-me, portanto, a afirmativa de V. Exª de que tinha passado, em determinadas circunstâncias, cheques sem fundo, a ponto de ser fechada a sua conta. A sua variação na movimentação bancária é um pouco errática; mas, afinal, disso o pessoal da Subcomissão trata.

Fundamentalmente, quis perguntar a V. Exª - não sabia ainda sobre o Instituto do Câncer, pelo menos não me lembrava - sobre um problema análogo, que não envolvia a mim.

Em um livro que foi escrito a partir da CPI de Administração Pública, encontrei uma coisa que realmente me surpreendeu. Como é este o conceito que se quer evitar, seja ele fruto de uma corrupção, seja ele fruto de uma preferência de natureza política absolutamente inexplicável, consta - e eu queria exatamente que V. Exª me confirmasse ou não - que o município de Pinheiro, no estado do Maranhão, que tem a seu crédito o fato de ter sido o berço, o local onde nasceu ó ex-Presidente José Sarney, à época Presidente, recebeu, quando V. Exª era ministro, a fundo perdido, em um ano, a importância de 282 milhões 985 mil cruzados. Ele, que era um município cuja receita anual era de 44 milhões 985. Ou seja, o município teria recebido a fundo perdido o equivalente a cinco vezes aquilo que era a sua receita orçamentária. Recebeu outras coisas, não a fundo perdido e não do seu ministério. Mas do seu ministério recebeu o equivalente a cinco vezes a sua receita anual! Realmente, é uma coisa espantosa. É algo pouco aceitável do ponto de vista da lógica política.

Que o Presidente da República tenha o seu município, isso é natural; que o município acabe fazendo pressões sobre a figura do presidente, até de natureza afetiva, é compreensível; mas que o ministério libere a fundo perdido para um município, coincidentemente aquele em que nasceu o Presidente da República, cinco vezes a receita que o mesmo município tem no ano, parece uma coisa que, no mínimo, não obedece a padrões de corrupção - e eu até acredito que não obedeça -, é de uma opção de natureza política inteiramente inaceitável. Os padrões que estamos procurando evitar são exatamente esses. Os que não apenas evitem ou impeçam a corrupção, como impeçam um tipo de favoritismo, um tipo de tratamento tão diferenciado como esse.

Eu ponho isso em questão. Estou lendo aqui e volto a insistir. Como a denúncia remonta àquele período, parece-me razoável buscar a pertinência do fato. Afinal, nossas indagações aqui nem sempre podem repousar num fato concreto. Em geral esses fatos não aparecem concretamente, mas as indicações daí decorrentes é que acabam se constituindo em elementos, se não de convicção, pelo menos de pesquisa, de pergunta.

De modo que, eu gostaria de satisfazer essa dúvida que consta aqui no relatório da CPI. Teria sido possível, durante um ano da sua administração como Ministro, que um único município tenha recebido a fundo perdido cinco vezes aquilo que representa a sua receita anual?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - O Senador Mário Covas, que é um homem público e também um pensador, levantou uma questão realmente impressionante: até que ponto entra o problema da política e o problema ético. Na verdade, na época fui questionado

sobre isso e até dei um exemplo interessante: em Minas Gerais, tivemos um grande Governador, um homem público ilibado, que foi o Mílton Campos. O Dr. Mílton Campos foi um modelo para todos nós. No entanto, nunca fez nada por Ponte Nova, que é a cidade em que nasceu. Até hoje eles falam mal do Mílton Campos em Ponte Nova. Então, o político se vê às vezes compelido, exatamente por essa pressão das pessoas da localidade, a fazer essas destinações. Acho que o Presidente Sarney foi movido, nessas determinações que deu para atender o Município onde nasceu, por pressões locais.

O SR. MÁRIO COVAS - Só um parênteses: devo entender que V. Exª está afirmando que essa liberação decorreu de ordem do Presidente da República. É isso?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Não, não há nenhuma liberação que não tenha sido feita por ato expresso do Presidente da República. Inclusive isso era uma rotina. Era publicado no Diário Oficial a autorização, a determinação.

Mas o que acredito é que realmente houve - eu diria assim com uma auto-crítica - um excesso de recursos. Poderia ter sido - e até aí penitencio-me -, eu devia ter chamado o Presidente e dito: Presidente, isso aqui está mais do que o Município tem. Esse cálculo que V. Exª fez eu confesso a V. Exª que na época não fiz. Achei que era justo e tal. Nessa época, raciocinei assim: puxa, é mesmo, se não atender a cidade dele, amanhã ele sai e nunca mais pode nem passar lá. Então, realmente acho que, pelos dados que V. Exª deu, pode ter sido um excesso de recurso.

Essa preocupação, infelizmente, nós homens públicos temos que ter, porque quando se sai de um cargo e volta-se para a província, para as suas raízes, as pessoas começam a criticar que não se fez nada por eles. Inclusive temos ouvido essa conversa sobre Juiz de Fora. De vez em quando, alguém de Juiz de Fora diz que o Itamar não está atendendo Juiz de Fora, etc. etc. Isso é natural.

Eu apenas quero dizer que V. Exª fez uma colocação boa. Realmente tem que haver uma norma, um equilíbrio, uma certa proporcionalidade. Isso talvez pudesse até ser objeto de uma recomendação: a de que nunca os recursos transferidos para municípios pudessem exceder, por exemplo, a 1/3 da sua arrecadação. Talvez uma recomendação nesse tipo, e talvez o nosso Relator pudesse fazer alguma coisa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Minha posição é radical: acabar com a transferência a fundo perdido.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Então, o Relator já vai ter uns probleminhas no novo Orçamento.

O SR. MÁRIO COVAS - Bem, Sr. Presidente, com o penhor do Instituto do Câncer de São Paulo, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço V. Exª, nobre Senador Mário Covas.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Carrion.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Deputado Anníbal Teixeira, V. Exª, porventura, é mineiro de Juiz de Fora?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Não, sou de Belo Horizonte.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Deputado Anníbal Teixeira, V. Exª, pelo que nos declina, foi Ministro do Planejamento no período de 1986 até o princípio do ano de 1988. Aliás, em 1986, V. Exª declinou aqui que viabilizou o funcionamento da antiga SEAC. Em 1987, éramos prefeito de um Município do Rio Grande do Sul e tomamos conhecimento, através da imprensa e através de comunicações que havia entre as associações de municípios, que vinte municípios mineiros, reunidos na cidade de Juiz de Fora, em meados do ano de 1987, fizeram uma dura e enérgica acusação a V. Exª, então Ministro do Planejamento, e foi uma acusação extremamente grave, Sr. Deputado Anníbal Teixeira. A acusação versava que se estabelecia uma praxe nova no Brasil. Lembro-me de que o jornal o **Correio do Povo**, de Porto Alegre, publicou com destaque muito grande. Era maio de 1987. Sr. Deputado, perdoe-me talvez a rudeza da descrição da acusação, mas estes Municípios, estes Prefeitos, em número de vinte, reunidos na cidade mineira de Juiz de Fora, acusaram V. Exª, de forma peremptória, de praticar uma praxe até então nova no Brasil. Nós, como Prefeitos, à época, ficamos absolutamente escandalizados. E a praxe nova, Sr. Deputado, - e eu pediria a fineza da vossa importante atenção - fazia uma acusação dura de que V. Exª estaria liberando verbas do Ministério que dirigia, através da cobrança de 10% sobre elas.

Como isto ocorreu no Estado de Minas, nesta cidade de Juiz de Fora, que não conheço, eu perguntaria a V. Exª: Por que V. Exª poderia justificar um comportamento tão grave desses vinte Prefeitos. O que teria levado esta gente a fazer uma acusação até então inédita no Brasil, contra qualquer homem público, até esta data, que fosse exatamente pesada sobre V. Exª? Se V. Exª tem condições, responda-me, porque lhe digo, na época, como Prefeito isso foi muito comentado nas associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Realmente, isto causou um brutal desânimo nos Prefeitos com vistas à SEAC, com vistas ao Ministério do Planejamento, enfim, com vistas ao governo daquela época.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - O ilustre Deputado traz uma informação. Veja como a imprensa é tendenciosa. Eu já não estava no Ministério, portanto, não podia atender a ninguém.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Deputado, esta informação saiu no jornal o **Correio do Povo**, Porto Alegre, no ano de 1987. V. Exª me deixou claro que foi Ministro entre 1986, quando institucionalizou a SEAC e saiu do cargo; eu entendi alguma coisa entre fevereiro ou março de 1988. Então V. Exª estava no cargo.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Eu estava. Não, esta reunião de Prefeitos que estou dizendo ocorreu uns meses depois de eu deixar o Ministério.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Deputado, eu tenho boa memória. Essa reunião...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado, para organizarmos, V. Exª pergunta e o depoente responde.

O SR. FERNANDO CARRION - A reunião ocorreu em 1987. Eu tenho absoluta certeza.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Quero dizer que, ao contrário, esta reunião que se deu, dos Prefeitos das grandes cidades de Minas, inclusive com a presença de três Deputados Federais atuais, que eram Prefeitos, foi exatamente dizendo que, pela primeira vez na História do Brasil, ninguém cobrava nada para liberar verba. Eu tenho esse documento aqui assinado por todos os Prefeitos de Minas. Está a sua disposição. Veja V. Exª a tendenciosidade da imprensa. O documento é exatamente o contrário; é um documento em que os Prefeitos, inclusive três Deputados Federais atuais, afirmam, pela primeira vez na história do Brasil, que não se pediu nada às Prefeituras. Veja o que é imprensa tendenciosa. Este documento está à disposição de V. Exª aqui, assinado pelos Prefeitos.

O SR. FERNANDO CARRION - Eu realmente gostaria de recebê-lo; agora, longe de nós qualquer tendência, qualquer atitude de tentar causar algum embaraço a V. Exª, muito pelo contrário. No entanto, a imprensa do Rio Grande do Sul, e por certo a imprensa nacional, declinaram com letras absolutamente claras isso aqui. Pode realmente ter estabelecido uma enorme controvérsia entre o que a imprensa disse e aquele documento que V. Exª. porta. Agora realmente isso ocorreu no inverno de 1987 e, digo isso aqui, causou um desânimo feroz entre as Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul que fugiam da SEAC ante essas alegações. Mas eu acolho o documento que V. Exª. me puder fornecer contraditando absolutamente essa notícia da imprensa.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Eu queria dizer também o seguinte: no Rio Grande do Sul, a SEAC atendeu a cerca de 900 projetos comunitários e não há nenhuma reclamação de nenhum prefeito do Rio Grande do Sul, no que se refere à liberação de recursos ou qualquer coisa assim.

O SR. FERNANDO CARRION - Atendeu....

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Tenho até alguns telegramas de prefeitos do Rio Grande do Sul aqui.

O SR. FERNANDO CARRION - Atendeu, Sr. Deputado, atendeu muitos Municípios, sim; atendeu. O que causou espécie apenas... O embasamento da pergunta que faço é pelo libelo acusatório lançado contra V. Exª, então Ministro do Planejamento, um violento libelo acusatório até então nunca ocorrido na Pátria. É por esse motivo que não quero, absolutamente, fustigar V. Exª. Longe de nós isso aqui. Apenas a nossa intenção era até e tenho a oportunidade agora de ouvir, nos esclarecimentos de V. Exª, algo que me reanima, então, porque fiquei atormentado, Sr. Deputado Anníbal Teixeira, desde 1987, quando vi aquilo. Pensei: meu País está perdido, por que os homens públicos procedem dessa feita?

Acolho os documentos que V. Exª. me puder mandar.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Vou passar ao senhor porque está aqui o documento, para que o senhor possa ver que foi exatamente ao contrário: os prefeitos, solidários com a minha posição, se reuniram e fizeram esse documento. E entre esses prefeitos estava, por exemplo, o Deputado Zaire, que assinou esse manifesto, exatamente no sentido inverso, negando que em qualquer momento eu tenha pedido, ou alguém por mim, qualquer ajuda ou qualquer coisa. Pelo contrário, que pela primeira vez... Até um depoimento muito interessante que está aqui, também, é do Prefeito de Poços de Caldas. Esse prefeito declarou o seguinte: que antes da minha entrada para o Ministério - eu não o conhecia - que aparecia empresas de projetos lá cobrando comissões. E que depois que eu saí - declarou isso à Polícia Federal -, depois que eu saí o assunto voltou à baila e que na minha gestão não houve isso. E não houve porque realmente eu fiz cerca de 350 mil telex, cartas, documentos, eu tenho aqui impressos recomendando aos prefeitos que não aceitassem esse tipo de colocação.

Então, realmente, o que houve foi uma desinformação da imprensa, que publicou isso no Rio Grande do Sul. Terei muito prazer em passar o documento de solidariedade dos prefeitos das grandes cidades de Minas Gerais à minha pessoa.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Deputado Anníbal Teixeira. V. Exª informou no anexo da atividade rural da declaração do Imposto de Renda, pessoa física do exercício de 1991, ano base 1990, que obteve uma receita cujo mês não pôde ser identificado, no valor de cruzeiros, aproximadamente de 939 mil e 869 dólares médios, bem como despesas de custeio e investimentos da ordem de cruzeiros correspondentes a 679 mil de dólares americanos, sem contudo, apuraram o resultado tributável e o respectivo imposto, se fosse o caso.

Considerando que V. Exª. não possui, segundo a avaliação, rebanho de gado para gerar tal receita e que não foi possível verificar se houve a exploração de produtos agrícolas, pergunta-se:

1 - V. Exª pode esclarecer por que motivo deixou de apurar o resultado tributável da atividade rural e o respectivo Imposto de Renda?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Eu queria dizer o seguinte, que no ano de 1990 apresentamos um rendimento de 3 mil 878 dólares na atividade rural e teve uma isenção, porque a atividade rural tem várias isenções, de 80 mil, 224 dólares. Isso foi feito

absolutamente dentro da lei. Essa atividade deriva, principalmente, da atividade de fabricação de carvão.

O SR. FERNANDO CARRION - Segunda pergunta, Sr. Deputado Anníbal Teixeira: V. Exª poderia apresentar a esta Comissão a nota fiscal de produtor que comprove a venda dos produtos rurais, nos termos da legislação do Imposto de Renda, referente ao fato que versei no **caput**?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Recebemos do Imposto de Renda uma série de quesitos, aliás por solicitação, se não me engano, desta Comissão, e já respondemos isso ao Imposto de Renda. Aqui estão todas as comprovações de todas as rendas e escrituras, de todos os nossos negócios. Posso tentar localizar aqui. Provavelmente, deve ser alguma nota relativa à venda de gado e carvão; lembro-me muito do carvão.

O SR. FERNANDO CARRION - V. Exª poderia esclarecer também a que se referem essas despesas de custeio? Afinal foram elevadíssimas: 679 mil dólares, efetuadas nesse imóvel rural. São realmente elevadíssimas. V. Exª, tendo sido agropecuarista, sabe que 679 mil dólares de custeio num aparelho agropecuário é realmente um volume muito sensível.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Peço que o Deputado verifique isso. Realmente essa quantia de custeio está exagerada. Eu não declarei isso.

V. Exª tem a declaração aí?

O SR. FERNANDO CARRION - Tenho aqui os dados que embasaram a pergunta, que foram calcados na avaliação feita pelos técnicos da Subcomissão de Patrimônio, desta CPI. Eles fizeram este material.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Esse custeio para a atividade agrícola..., porque, como pessoa física, minha atividade agrícola foi relativamente modesta; como pessoa física. Agora, tive atividade agrícola nas empresas.

O SR. FERNANDO CARRION - Se entendo V. Exª, a propriedade, que, aliás, na época, se dizia: "hoje estou satisfeito"; porque vejo que V. Exª declara que fez um enorme patrimônio, enquanto cassado. E, na época, quando se lhe imputavam esses pontos de que lhe falei, através da imprensa e dessa reunião de Juiz de Fora, naquele período dizia-se que V. Exª teria 600 terrenos em Belo Horizonte e 200 tratores. Agora, se sabe. Evidentemente que 200 tratores funcionando poderiam até mesmo causar um custeio de tal natureza, de 679 mil dólares/ ano. V. Exª sabe que 200 tratores consomem um valor muito elevado, que poderia chegar a esses valores.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Vejo que há uma mistura entre a pessoa física e jurídica. Tive 52 tratores - os 200 tratores foram por conta da imprensa. Foram 52 tratores. talvez 1 ou 2 estivessem em minha propriedade, como pessoa física e não teriam gerado, como V. Exª muito bem disse, esse dispêndio. É claro que nas atividades empresariais esse dispêndio é até, eu diria, não irrisório, porque é uma quantia grande, mas estaria contido dentro de um projeto, como fizemos projetos de plantio de 5, 6 mil hectares. Realmente, essa quantia era permitida. Mas, como pessoa física, vou verificar, mas não há essa informação num volume de custeio de 600 mil dólares. Não existe isso.

O SR. FERNANDO CARRION - Última pergunta: V. Exª poderia informar, de imediato ou oportunamente, quantas pessoas, firmas ou entidades foram envolvidas nas vendas de produtos rurais? Quantos clientes? V. Exª poderia arrolar, pelo menos numa ordem de grandeza?

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Em termos empresariais é um pouco complexo, mas, por exemplo, tínhamos uma fábrica de ração, quando éramos cassados - depois a vendemos - que tinha uma infinidade de clientes. Tínhamos um cliente maior, que no caso era a Belgo-mineira, que comprava carvão vegetal; tínhamos compradores de gado, embora vendêssemos a 3 ou 4 só, que eram os frigoríficos de Montes Claros e dois frigoríficos em Belo Horizonte. Então, realmente é possível levantar isso em termos empresariais. Havia uma pluralidade de clientes na área empresarial.

O SR. FERNANDO CARRION - Tendo V. Exª feito uma controvérsia com aquilo que lhe falei, nunca a nossa intenção teria sido embaraçá-lo, apenas eu estava angustiado com isso. Entendo - permita-me esta colocação - que V. Exª, como homem público, ex-Ministro e Deputado, é obrigado a chegar àqueles jornais que lhe imputaram tamanha ofensa ou calúnia, por que não? Se V. Exª tem exatamente a prova da controvérsia, tem a obrigação e, ao mesmo tempo, um direito inalienável, inarredável de tomar esses jornais que na época lhe ofenderam; então, teria sido uma violência nunca vista no Brasil.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Muito bem!

O SR. FERNANDO CARRION - O fato arrolado nunca havia sido visto no Brasil, qual seja, o de um Ministro comandar, enfim, um aparelho que captaria 10% de "bola" ou propina, ou seja lá o termo que for, das verbas liberadas. V. Exª não iria ensinar o caminho; V. Exª que me pode ensinar muitos caminhos. Mas V. Exª tem o direito e a inarredável obrigação de bater, enfim, de pegar essa carta que tem desses prefeitos, que é matéria controversa, a matéria que trouxe, e fazer essa gente publicar em todos esses milhares de jornais do Brasil que V. Exª não é aquilo que diziam de V. Exª, e sim que V. Exª é o que diz de si próprio. Digo-lhe que se o depoente me comprova agora o que me diz e afirma, no que acredito, V. Exª passa um absoluto atestado de ilibada conduta e espanca aquele conceito terrível que os Prefeitos tiveram de V. Exª. Por certo, V. Exª deve ter sofrido causticamente, durante esses sete anos, por ser talvez uma pessoa violentamente injustiçada, pagando aquilo que não devia. Então, deixo a V. Exª também - e não sou proprietário de jornal nem nada disso - mas V. Exª tem que abordar aqueles jornais e fazer com que corrijam, ainda que tarde, a sua imagem deixada para o Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deputado Fernando Carnon, deixe que lhe fale o Presidente, que é advogado. Qualquer prazo de prescrição ou decadência já teria corrido para efeito de responsabilidade criminal ou, inclusive, para a exigência do direito a resposta.

Com a palavra o nobre Deputado Nelson Trad.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, Sr. Relator, a competência e a acuidade do Senador Eduardo Suplicy já me dispensam de formular a pergunta que eu tinha redigido a respeito da suposta acusação do ex-Ministro Bresser em relação à manipulação e à adulteração do Orçamento em 1987. Mesmo em tal circunstância, já me sinto perfeitamente esclarecido no que diz respeito a esse programa ITA, formulado pelo ilustre Deputado Anníbal Teixeira e que presenciei ser entregue ao Presidente Itamar Franco no ano de 1993.

Nessa circunstância, Sr. Presidente, verifico que nos obrigamos a preservar essa reserva de paciência, que deveremos utilizar muito nesses últimos dias que nos restam de trabalho.

Apenas, cumprimentando o nobre Deputado Anníbal Teixeira, renuncio à minha pretensão de formular as demais perguntas, já respondidas para satisfação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Encerrada a argüição, consulto o nobre Deputado se deseja fazer alguma manifestação final.

O SR. ANNÍBAL TEIXEIRA - Eu queria apenas - e me parece que o Presidente já sabiamente respondeu -dizer que é muito difícil realmente. Fiz na época uma publicação em que coloquei o título de "Pontos nos Is", relatando todas as acusações e as defesas. Publiquei em todos os grandes jornais do Brasil; mas é muito difícil realmente se conseguir um mínimo de compreensão dos veículos de comunicação. Eles, depois que fazem uma afirmação, fazem tudo para não desgastar a imagem do veículo, insistindo sempre em dar um destaque de duas ou três linhas.

Queria também dizer ao Sr. Deputado pelo Rio Grande do Sul que está aqui, já à disposição de S. Exª, o manifesto da Associação Mineira dos Municípios, exaltando a coragem de Anníbal Teixeira - a nota de jornal, o telegrama e as assinaturas com os nomes, inclusive, de quatro Deputados que também eram perfeitos à época. Quero assim passar um livro chamado "Calúnia" e dizer que gostei da sua preocupação de que possamos ter uma oportunidade, agora, de mostrar as coisas como são. Vou passar, então, e com muita satisfação, um dos últimos exemplares desse meu livro - "Calúnia" - que tem a transcrição desse manifesto.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Teremos amanhã, às 18h, o depoimento do ex-Ministro Carlos Chiarelli. Pela manhã, não tomaremos depoimentos. Deveremos realizar, possivelmente, uma sessão interna, à tarde, para decidirmos a respeito do final dos trabalhos desta CPI.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h36min.)

Depoimento do Sr. Carlos Chiarelli

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Declaro aberta a reunião que tem por propósito ouvir S. Exª, o Ex-Ministro Carlos Chiarelli.

O Vice-Presidente fará as perguntas de estilo.

O SR. ODACIR KLEIN - O seu nome?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Carlos Alberto Gomes Chiarelli.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. CARLOS CHIARELLI - 53.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Divorciado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Porto Alegre.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Advogado.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar em que exerce a atividade?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamo-nos colocar de pé para tomar o compromisso.

Por obséquio, Sr. Ministro Chiarelli.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Ministro Chiarelli, nós aqui temos uma praxe de proporcionar ao Depoente, em querendo, o período máximo de uma hora para uma explanação preliminar, se assim V. Exª o desejar. A palavra é de V. Exª.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Sr. Presidente, ilustre Senador Jarbas Passarinho; ilustre Deputado Odacir Klein, Vice-Presidente, ilustre Relator, Deputado Roberto Magalhães; Srs. membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito; Srªs e Srs:

Sr. Presidente, esta ocasião, neste fim de tarde, aqui em Brasília, nesta Comissão, era um momento por demais aguardado por mim, desde que vi meu nome referido, ainda que de maneira indefinida, com relação a problemas que, evidentemente, inquietam e preocupam a população brasileira.

Como ex-Parlamentar, quatro anos na Câmara, oito anos no Senado, possc bem avaliar a importância, o significado, a dimensão e a validade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

E venho a ela, Sr. Presidente, com o propósito firme de elucidar questões, e, sobretudo, de retirar com respostas objetivas, atentas e claras, as indagações pertinentes, que me serão feitas pelos Srs. Parlamentares para espancar as dúvidas e restabelecer, na plenitude, a verdade.

Após 53 anos de idade, após uma vida parlamentar, após uma atividade pertinente e consistente na vida docente, e hoje, no meu retorno à atividade profissional, não posso conviver, Sr. Presidente, com quaisquer nuvens que possam fazer pairar máculas e sombras sobre todo um passado e um trabalho feito em cima da integridade, da honra e da decência.

Por isso, eu ambicionava, aspirava e desejava tanto por esta ocasião, por esta oportunidade. Por isso, Sr. Presidente, madruguei, como V. Exª bem destacou, na ocasião, no dia 20 de outubro, quando se instalava esta Comissão, fiz chegar a V. Exª um expediente e idêntico encaminhei a S. Exª, o Sr. Relator, dizendo naquele então, antes que a Comissão inclusive já tivesse tomado as suas deliberações operativas iniciais, que queria informar da minha disposição de vir de pronto, em dia, hora e local, que V. Exªs bem entendessem para trazer a minha palavra sobre a referência que entendo inadequada e inverídica que aqui, então, havia sido divulgada.

Disse mais, Sr. Presidente, que fazia questão que o meu limitado patrimônio e que as minhas atividades financeiras fossem, de pronto, examinados com toda a perícia e competência dos Srs. Parlamentares e dos ilustres assessores técnicos que apóiam o trabalho da Comissão. Hoje, esse pleito está sendo atendido e, por isso, sou grato à Comissão por aqui me receber para poder dar o meu depoimento.

Tenho a convicção de que, talvez, detalhes, em certos aspectos, da minha vida sejam de conhecimento mais minudente por parte da Comissão pelo somatório de informações que ela recolheu do que aquelas que eu tenha de memória. Venho aqui de perto aberto, venho aqui com a palavra da franqueza, venho aqui com a disposição de colaborar, de elucidar e responder, sobretudo, Sr. Presidente, quando me inquietam algumas questões. Tive meu nome citado por alguém que diz que ouvia algo em desabono da minha pessoa, mas que não fazia acusação, apenas repetia a acusação de outro, o Sr. José Carlos, atribuindo uma referência desairosa a mim, emitida pelo Deputado João Alves. Não houve a confirmação dessa referência. Então, quem disse, disse que não dissera, mas que apenas repetia o que ouvira e a quem se atribuía a afirmativa não a confirmou, com o que não tenho acusador, Sr. Presidente.

Mais do que isso, Sr. Presidente, a referência se faz tão **en passant** que não vi o conteúdo de acusação: o quê, quando, como.

E é nessas circunstâncias, Sr. Presidente, que me coloco à disposição desta Comissão. E digo mais, Sr. Presidente, encerraria com essas palavras as minhas ponderações. Não fora a surpresa que tive ontem, à noite, ao ver a divulgação em Porto Alegre de fatos que, efetivamente, não me vinculam e que se procura fazer com que a eles esteja eu ligado. São fatos que não estão adequadamente descritos, corretamente descritos, veridicamente descritos, seguramente pela falha da fonte, não pelo da divulgação. Repilo esses fatos, mais do que os fatos, as versões, os fatos não há como repeli-los.

Estou aqui pronto, Sr. Presidente, com toda disposição, com muita energia, querendo respeitar sabendo que haverei de ser respeitado, venho aqui para que as coisas fiquem muito claras. Irei à exaustão, Sr. Presidente, para que tudo quanto seja necessário esclarecer, seja esclarecido.

E é com esse espírito que me submeto a esse depoimento e agradeço a oportunidade dessa manifestação inicial.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Exª.

Com a palavra o nobre Relator Roberto Magalhães.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Exmº Senador Carlos Chiarelli, na entrevista de José Carlos Alves dos Santos à revista **Veja** que, praticamente, motivou o movimento de opinião que desaguou na instituição desta CPI, disse o Sr. José Carlos que o chamado esquema de subvenções, com origem na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, e que tinha por objetivo a liberação de verbas, deu-se em 3 Ministérios: o Ministério da Ação Social, sobretudo ao tempo da Ministra Margarida Procópio; o Ministério do Planejamento, ao tempo do Ministro Anníbal Teixeira; e no Ministério da Educação, ao tempo do Ministro Carlos Chiarelli.

Diante desta afirmativa, pergunto a V. Exª: o Ministério da Educação tinha, realmente, verbas globais para subvenções sociais ao tempo que V. Exª foi Ministro?

O SR. CARLOS CHIARELLI - O Ministério da Educação tinha verbas globais votadas, evidentemente, pelo Congresso e inseridas no Orçamento da União para fins de alocação de recursos na área de subvenção social.

A Comissão Mista de Orçamento, através do Relator-Geral, encaminhava ao Ministro da Educação uma relação assinada, que era enviada ao setor técnico para liberação. A área técnica, após verificar se as entidades estavam inscritas no Conselho Nacional de Serviço Social, estavam adimplentes, empenhavam os recursos, no total, em favor do Banco do Brasil, de acordo com a legislação em vigor.

Os recursos eram liberados para o Banco do Brasil, através de ordem bancária, com relação das entidades encaminhadas pelo Congresso, cabendo ao Banco, pelas normas em vigor, liberar os recursos após ter, de autoridade local, documento atestando regular funcionamento da entidade e o regular mandato de sua diretoria. A área técnica incluía as entidades no SIAFI na conta 199820000 - Recursos a comprovar.

Ocorreram casos de recursos, inclusive, que não foram liberados por falta de prestação de contas, tarefa que incumbia ao Ministério. Todas as liberações para as entidades, Sr. Relator, estão no SIAFI e podem ser verificadas através da conta 199820000, acessando a data-conta e depois o razão. Essa é a mecânica. Assim procedemos, seguindo, de certa forma, o que já era um antecedente e que teve continuidade, por parte do nosso sucessor, no exercício de 1991, depois de nossa saída do Ministério. Tudo nos termos da Instrução Normativa nº 20.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª nunca suspeitou de que aquelas listas eram ilegais, porque a Comissão de Orçamento não tinha competência, como não tem até hoje, para decidir sobre liberação de verbas?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Nunca tive esta dúvida, até porque, ilustre Relator, sendo um Ministro que era egresso do Poder Legislativo, sendo um ex-Parlamentar, recebia essas listagens, encaminhadas ao Ministério, decorrente de deliberação da Comissão de Orçamento, escolhida pela própria Casa, como algo absolutamente respeitável e que não caberia a mim, em nome do Executivo, interferir ou modificar o que acreditava que seria uma agressão a algo que estava na esfera do Poder Legislativo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - É louvável o respeito e a reverência de V. Exª pelo Legislativo, mas, infelizmente, a verdade é que aqueles Deputados, não todos, mas alguns que constituíam o núcleo de poder da Comissão de Orçamento, utilizaram, durante muito tempo, este expediente para manipular e destinar muito mal os recursos das subvenções globais, não somente nesse Ministério, mas em outros, sobretudo no Ministério da Ação Social.

Este é um esquema que esta CPI identificou, dissecou e no tempo devido, logo mais, irá encaminhar ao Congresso toda esta verdade, que foi apurada, para que os culpados sejam responsabilizados.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Sr. Relator, quero, neste instante, aplaudir o fato de que se tenha descoberto e, sobretudo, coibido aquilo que era irregular, mas apenas gostaria de registrar que em 1990, início de 91, período em que estive à testa do Ministério da Educação, jamais ouvira qualquer referência de qualquer origem, e penso que não era apenas eu, que até vinha desta Casa, de que fatos ilícitos, ações desonestas ou procedimentos inidôneos estavam embutidos nessa ação que parecia lícita e tinha toda aparência de seriedade e postura correta, como, de resto, só se veio identificar incorreções agora, em 1993, 1994, nesta ação que a CPI desenvolve.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Devo dizer a V.Exª que dois outros ex-Ministros, Margarida Procópio e Governador João Alves, também manifestaram o mesmo posicionamento de V. Exª, alegando que hoje, realmente, eles estão advertidos de que Deputados da Comissão de Orçamento não podiam decidir sobre dotação de verbas, mas que, naquele tempo, achavam que aqueles Deputados jamais poderiam estar agindo de maneira irregular e que aquelas liberações estavam sendo inidôneas. Enfim, são coisas de um Brasil que espero vá passando ligeiro.

Senador, V. Exª tem conhecimento de duas Empresas, Engeconsult Engenharia e Planejamento Ltda. e Marma Construções Ltda., com sede em Porto Alegre?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Tenho conhecimento por informação decorrente de que o irmão de minha mulher é um dos proprietários dessas empresas. Tenho conhecimento da existência das empresas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Da Engeconsult?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Exatamente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª sabe se está em curso um inquérito, na Superintendência da Polícia Federal, em Porto Alegre, sob nº 524/93, contra essas duas empresas?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Pude ler no jornal a ocorrência desse fato, Sr. Relator. Ontem, procurei me informar a respeito deste assunto, dentro dos limites a mim permitidos, devido à exiguidade de tempo, em face da tentativa de vinculação que se tentava tecer da minha pessoa em relação a essa empresa.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª sabe da existência das empresas. Porventura, V. Exª tem informação sobre o trabalho desenvolvido por elas e se, especificamente, faziam intermediação de verbas entre a LBA gaúcha e prefeituras do interior?

O SR. CARLOS CHIARELLI - O que lhe posso dizer, ilustre Relator, é que a Empresa Engeconsult Engenharia e Planejamento, que surge nos noticiários, existe há quatorze ou quinze anos, é uma pequena empresa, se não me falha a memória, com nove ou dez empregados, que, segundo consegui apurar ontem, no decurso - e é este o prazo a que posso me referir com absoluta segurança - do prazo em que esteve à testa da Superintendência da LBA do Rio Grande do Sul a Drª Heloísa Calheiros, minha mulher, não ganhou uma licitação, não fez uma obra, não prestou nenhum serviço e não recebeu nenhum cruzeiro da LBA nesse período.

Por isso, Sr. Relator, estranho profundamente essa tentativa de vinculação que se tentou estabelecer. O que sei é que a LBA do Rio Grande do Sul, como de resto tantos organismos federais, repassou em função de verbas chamadas carimbadas, de emendas constantes na Lei Orçamentária, recursos a municípios que, por sua vez, deram a esses recursos o destino que a própria emenda estabelecia, quer dizer, o valor "X" para o município "Y" fazer a obra tal. Cada município realizou essas obras, através de administração direta ou por licitação com alguma empresa.

A informação que me foi dada é a de que, de mais de cem municípios que tiveram verbas decorrentes de emendas carimbadas do Orçamento, essa pequena empresa teria tido a oportunidade de, ganhando licitações, fazer algumas obras das prefeituras, sem a participação da LBA, sem vínculo com a LBA, em três ou quatro municípios, dos menores do Estado. Esse é o fato real: uma pequena empresa que existe há quinze anos, que tem essa atividade de consultoria e construção e que recrutou essas obras para pequenas, minúsculas prefeituras. Os gaúchos sabem - se não me engano -, falaram-me ontem em Terra de Areia; falaram-me em municípios desse recém-emancipados, que são micromunicípios. Essa é a informação preliminar que lhe posso prestar, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - As informações de que disponho realmente não falam de contratação dessas empresas pela LBA, apenas indicam ou revelam que a Engeconsult fazia intermediação entre prefeituras e administração federal por órgãos federais, no sentido da liberação de verbas destinadas a municípios.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não tenho nenhum conhecimento desse procedimento. Essa empresa - vou ser muito claro, Sr. Relator -, pelo seu porte, inclusive - pela informação que me foi prestada ontem -, da sua precária situação financeira, das dificuldades por que ela passa, da sua pequena estrutura, não tem a menor possibilidade de fazer qualquer tipo de ação de maior nível em qualquer área, além dos modestos espaços que me correspondam, dentro daquilo a que me referia - pelo que sei, pelo que me foi informado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª, mesmo depois do Ministério, já sem ocupar nenhum cargo político, não chegou a promover nenhum encontro de prefeitos do interior do Rio Grande com dirigentes dessa Empresa, a Engeconsult?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Jamais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Jamais.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Quero deixar claro, Sr. Relator, que não tenho nenhum vínculo com essa empresa. A relação que existe - volto a colocar - é que um dos sócios dessa empresa é irmão da minha mulher. A minha atividade é de titular de um escritório de advocacia, que tem mais de uma sede inclusive, e que opera a nível de ação junto a diferentes clientes, inclusive universidades, cooperativas, sindicatos, prefeituras; e de muita ação a nível de assessoramento de comércio exterior no Mercosul.

O meu escritório é situado na Avenida Carlos Gomes, 1.155, Conjunto 604, lá instalado há praticamente dez meses. Tenho que trabalhar no escritório, porque não tive da vida pública mais do que os limitados recursos que estão expostos a conhecimento público e que devem ter sido avaliados e conferidos. Estou trabalhando - graças a Deus - com razoável readequação à vida profissional, depois de tantos anos de atividade pública. Volto à atividade privada profissional - creio - com bom desempenho; que não tem nada que ver com a Empresa Engeconsult, que vive a sua vida, que há muitos anos já existe, que tem as suas atividades.

É por isso, Sr. Relator, que fico profundamente estupefato com relação ao que se estabelece entre mim e essa empresa e pela notoriedade que ganha o tipo de atividade dessa empresa, guardada as suas características, as suas dimensões, as suas precariedades, o que, facilmente, é comprovado, basta se fazer uma checagem em Porto Alegre. Basta se fazer um levantamento do que é essa empresa, dos seus limites, das suas limitações, da sua insuficiência.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou exatamente com um documento de uma diligência feita em Porto Alegre, pela qual se verifica que foi cumprido um mandado de busca e apreensão na sede da Engeconsult, autorizado pela Juíza Helói Bernet Justo, substituta da 15ª Vara Federal de Porto Alegre. Lá foi apreendida uma agenda onde aparece que o Sr. Mário Calheiros teve audiências com V. Exª, inclusive diz aqui: "Aparece sete vezes relacionado a encontros com o Sr. Calheiros, seu cunhado, ou a audiências com prefeitos do interior". É o que consta desta agenda, e que deve estar constando do processo.

V. Exª já negou qualquer envolvimento com prefeitos, mas, de qualquer maneira, julgo importante dar a V. Exª a seguinte informação: V. Exª disse que é uma pequena empresa, que não tem relevância, e nós não contestamos. Agora, na realidade, o inquérito que está correndo na Polícia Federal procura enquadrar os dirigentes em ilícitos graves. São os seguintes: crime de estelionato - art. 171, do Código Penal Brasileiro;

falsidade ideológica - art. 299; peculato - art. 312; emprego irregular de verbas ou rendas - art. 315.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Sr. Relator, não conheço o inquérito, não estou aqui com procuração da empresa. Posso informar a V. Exª o que me informaram e aquilo que é absolutamente explícito, visível a olho nu, em termos do que é a empresa na sua exteriorização, na sua estrutura, na sua capacidade.

Não sou partícipe da empresa, não sou cliente, não sou sócio, não tenho vínculo. Agora, que o dono da empresa, um dos sócios da empresa, em sendo meu cunhado, tenha duas, três ou quatro vezes falado comigo, parece-me algo absolutamente normal na relação familiar, o que não implica - isso que é importante - que eu tenha qualquer ligação a título de sua atividade, que é a atividade dele; assim como ele não tem nada a ver com o meu escritório.

Somos pessoas distintas, temos atividades distintas, e temos um relacionamento razoável, até porque é normal que se tenha um relacionamento, que se tenha possibilidade de convivência e que se tenha condições de contatos.

Inclusive, vou lhe dizer mais, espontaneamente: o meu apartamento da Rua Acarajim, esquina com a Taquari, que está aí na Declaração de Renda, comprado financiado pelo BNH, quando no ano passado vagou, porque o inquilino saiu, o Sr. Mário Calheiros fez-me uma proposta e foi morar no apartamento. É meu inquilino. Essa é uma situação tranqüila, inclusive está-me devendo quatro meses de aluguel - diga-se de passagem. É essa a empresa de grande porte.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não, Senador. Por enquanto estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Sr. Relator.

Deputado Vivaldo Barbosa, V. Exª quer inquirir?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Carlos Chiarelli, vou-me permitir puxar uma questão já levantada pelo Relator, para obter de V. Exª um esclarecimento adicional a tudo o que nós estamos desvendando sobre a questão das liberações de subvenção social.

V. Exª disse, à semelhança de outros ex-Ministros, e até sendo também um ex-Congressista, em acatamento às listas enviadas pela Comissão de Orçamento, isso não era motivo de maior análise ou dúvidas dentro da instituição, do Ministério dirigido por V. Exª, porque mereceria acatamento a indicação feita pela Comissão de Orçamento.

Essa questão tem trazido a todos nós dúvidas e até perplexidades, porque qualquer gestor de qualquer entidade pública tem que realizar despesas somente mediante aquelas autorizações legais previamente previstas em qualquer regulamento legal, portaria, decreto ou a própria lei.

É evidente que não há em nenhuma lei, não encontramos em nenhuma portaria ou decreto qualquer capacitação legal para a Comissão de Orçamento enviar a um Ministério uma lista indicando entidades, e aí, automaticamente, os recursos ali pedidos serem liberados.

Houve até casos, no Ministério do Interior, em que o então Ministro João Alves liberava esses recursos de maneira instantânea. Recebia um pedido do Deputado João Alves, encaminhando uma lista num dia e, no dia seguinte, já havia um despacho seu autorizando a liberação.

Também, logo em seguida - um dia, dois dias -, eram aprontadas as listas para o Banco do Brasil e o dinheiro já seguia de maneira muita instantânea. Uma excessiva homenagem ao Congresso Nacional, mesmo, Senador Chiarelli, que as pessoas que solicitassem não tivessem procedido de maneira irregular, como agora se constata que procederam; mas mesmo que não procedessem, mesmo que sobre elas hoje não pesasse nenhuma dúvida ou suspeita, não há autorização legal, não há competência.

Realmente, causa perplexidade como as autoridades liberaram esses recursos mediante mera provocação da Comissão de Orçamento.

Inicialmente, ainda gostaria de ouvir uma declaração de V. Exª a respeito, porque é uma questão, realmente, que tem trazido perplexidades imensas a todos nós que estamos trabalhando nessa matéria. Por que um Ministro ou um dirigente de um órgão autorizava essa liberação de recursos sem nenhuma análise, mesmo sem nenhuma lei ou portaria determinando que assim procedesse?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Ilustre Deputado, creio que, hoje em dia, algum Ministro que recebesse uma lista nessas circunstâncias evidentemente talvez tomasse outras providências e devesse, imperativamente, tomar outras providências, depois que houve a descoberta, depois que se revelou a existência de uma sistemática que a CPI está mostrando que era inidônea.

Agora, em 1990 - perdoe-me Sr. Deputado, V. Exª também era parlamentar em 1990 -, a presunção, creio que de todos nós, pelo princípio da boa-fé, era, rigorosamente, de que a Comissão de Orçamento, eleita pelo Congresso, representava a vontade do Congresso. Ninguém estava ali a presumir ilicitudes. Quem seria eu para presumir ilicitudes do Congresso com relação a essa postura das subvenções?

Mas, ilustre Deputado, fazia-se exatamente aquilo que estava previsto nos cânones de um cuidado que não era dessa agilização "recebe e paga". Verifica-se se está adimplente, se está registrado no Conselho Nacional de Serviço Social, comprova-se se está adimplente, faz-se o devido encaminhamento na área técnica, encaminha-se ao Banco do Brasil, que verifica se a administração está vigorando, se a entidade está, por informação da autoridade local, na plenitude do seu exercício efetivo, e, a partir de então, faz-se o pagamento.

Se a subvenção ou o auxílio fosse em mais de uma parcela, em caso algum pagou-se a segunda parcela - e estão aqui documentos, inclusive, comprobatórios do Tribunal de Contas com relação ao Ministério da Educação, que posso fazer chegar e gostaria de fazer chegar ao Sr. Relator. Em casos em que não houve a prestação de contas adequada - inclusive de entidades do Rio Grande do Sul, à época em que era Ministro -, não se pagou a segunda parcela.

Então, ilustre Deputado, originário de onde era, do Poder que era, pela comissão específica, sobre a qual não pesava a eiva de qualquer suspeita, sendo uma subvenção social com base na Instrução Normativa nº 20, checada no Conselho Nacional de Serviço Social, feita a anotação no SIAFI - todos estão lá cadastrados, que hoje podem ser recuperados e resgatados -, entregava-se ao Banco do Brasil, que fazia o pagamento depois da comprovação da atividade efetiva e do exercício pleno da instituição; depois, controlava-se a prestação de contas.

Acho que, à luz do tempo, à luz da época, em função da realidade que vivíamos - e não nós esqueçamos, 1990 praticamente foi a execução do primeiro exercício pós-Constituição de 88; foi o primeiro exercício de resgate das atribuições plenas do Congresso -, V. Exª há de convir comigo que seria extremamente preocupante que um Ministro - como seria entendido naquele momento? - autoritário dissesse: "Não, essas não. Vou pôr as minhas entidades. Vou pôr outras entidades".

O SR. VIVALDO BARBOSA - Noto até a atenção do Sr. Relator, que tem uma análise muito própria sobre o desempenho da Comissão de Orçamento, mas agora assistimos a uma visão da amplitude da representação da Comissão do Orçamento, do seu papel.

A Comissão de Orçamento, naturalmente, é para acolher e analisar o Orçamento da União, acolher as emendas parlamentares, votar e encaminhar o resultado do seu trabalho ao Plenário do Congresso. Não tem nenhum outro papel regimental ou funcional de representar o Congresso em qualquer outra instância ou circunstância. Mas essa questão, realmente, tem sido objeto da nossa reflexão.

Senador Chiarelli, um dos nossos métodos de trabalho aqui é o de levantar a movimentação financeira e bancária dos depoentes e tentar compatibilizar isso com a sua situação fiscal. Estamos até com alguma dificuldade com relação aos últimos depoentes, sobre os quais não recebemos dados adequados. É o que, em princípio, julgo ser o caso da movimentação bancária de V. Exª. Nós recebemos a movimentação bancária relativa a contas no Banco do Brasil, Banco Meridional do Brasil, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco de Crédito Real do Rio Grande do Sul e CITIBANK. Há alguma outra instituição bancária em que V. Exª movimenta?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não creio. Na verdade, para ser bem objetivo, a movimentação consistente, pelo menos nos últimos anos, é no Banco do Brasil. Eventualmente, há alguma outra movimentação, mas deve ser basicamente no Banco do Brasil.

O SR. VIVALDO BARBOSA - A análise que os assessores técnicos fiscais realizaram é a de que a movimentação bancária de V. Exª, bem diminuta, bem pequena - uma das menores que inclusive apareceram para o nosso trabalho até aqui, de todas as que estamos trabalhando -, revela que, em alguns anos, V. Exª teria declarado rendimentos bem mais expressivos do que a movimentação financeira. É o caso do ano de 1990, em que V. Exª, entre "rendimento tributável", "rendimento não-tributável" e "rendimento tributado exclusivamente na fonte", teria um rendimento de 8 milhões 035 mil cruzeiros e uma movimentação financeira, isto é, ingressos, créditos bancários, de 1 milhão 134 mil cruzeiros, o que dá uma certa distância, que me fez inicialmente acreditar que essa movimentação bancária de V. Exª não refletia todos os ingressos e fontes que V. Exª teria. São bem maiores os rendimentos do que os ingressos bancários.

V. Exª pode elucidar-nos algo a esse respeito?

Há outros anos em que isso acontece. Eu até reitero...

O SR. CARLOS ALBERTO CHIARELLI - Qual é o ano, Deputado?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Em 1990, por exemplo, há um rendimento atribuído a V. Exª, declarado por V. Exª, de 8 milhões de cruzeiros e um ingresso bancário de 1 milhão, 134 mil cruzeiros. Em 1991, o rendimento representaria 28 milhões, e o ingresso bancário, 8 milhões, 928 mil cruzeiros.

Então, há uma diferença, e ainda estamos intrigados como se pode localizar isso.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Sim, mas qual é o problema? A Declaração de Rendimentos espelha, efetivamente, o ganho. Isso tudo não transitou pelo banco?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Isso.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Tenho dificuldade de responder agora. Não tenho aqui condições de lhe dar essa resposta especificamente, mas posso lhe garantir que, necessariamente, não precisaria todo o recurso tramitar pelo banco.

Agora, em 1990, o que posso garantir é que a minha atividade básica e fundamental era a de Ministro de Estado. Essa era a minha atividade básica, fundamental e a origem fundamental dos meus recursos. Deve haver mais direitos autorais de livros jurídicos publicados, valor de aluguel, do apartamento alugado...

Honestamente, de cabeça, não posso dizer-lhe, mas a Declaração de Renda deve dizer exatamente o que é. Agora, se esse dinheiro tramitou ou não pelo banco, não posso garantir-lhe que... Pode acontecer que o banco tenha sido prejudicado, porque não

botei o dinheiro no banco, ou não tive tempo de aplicar o dinheiro, ou não sobrou dinheiro para aplicar no banco, o que talvez seja o mais prático de dizer exatamente.

O SR. VIVALDO BARBOSA - O Sr. Presidente me adverte que o meu tempo já está esgotado, até um pouco em excesso. É evidente que a nossa atividade como Ministro ou advogado geralmente implica na movimentação bancária, como Deputado ou Senador, que é a forma pública de ter o nosso recurso, o nosso ingresso.

Neste caso, subsiste essa questão, e, talvez, seja até do interesse do Relator, mais tarde, voltar a esse ponto; ou de V.Exª, posteriormente, poder esclarecer porque a maior parte dos rendimentos de V. Exª não transitou em bancos. Não significa que transitou em contas de outras pessoas associadas a V.Exª?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não. Se os rendimentos estão declarados como sendo meus não têm porque transitar por outros. A única coisa é que não foram colocados no banco. Não sei qual foi o objetivo. Se foi algum tipo de despesa de outra natureza. Realmente, hoje, é muito difícil dizer a V. Exª porque um recurso meu não coloquei no banco, no ano de 1990. Recurso que não foi para esconder de ninguém porque se declarei ao Imposto de Renda e paguei o Imposto de Renda fiz tudo quanto faz o contribuinte que está a fim de cumprir a lei. A única coisa que fiz foi não colocar o dinheiro no banco. Acho que é uma opção do cidadão colocar ou não o dinheiro no banco.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito. Devo terminar aqui. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Salomão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre Depoente, V. Exª tem como esposa a Srª. Heloísa Helena, que foi nomeada Superintendente Regional da LBA no Rio Grande do Sul, em 29 de junho de 1990. Foi uma indicação de V. Exª, que na época era Ministro do Governo?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Foi uma indicação, digamos assim, conjunta de áreas políticas e técnicas, porque ela era professora com pós-graduação em Serviço Social, tinha sido Diretora da FEBEM, enfim, e tinha apoio político, evidentemente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Perfeitamente. V. Exª afirmou, em resposta a uma indagação do nobre Relator, que não tinha participado de encontros entre V. Exª, o Sr. Mário Fernando Calheiros e os prefeitos. Gostaria que V. Exª fizesse um esforço de memória para verificar se, no dia 9 de fevereiro, não teve uma audiência, juntamente com o Sr. Mário, junto ao Prefeito Irineu Orti, que, se não me falha a memória, era Prefeito de Tapera, que está registrado na agenda do Sr. Mário Calheiros.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Na minha, não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Na do Sr. Mário Calheiros. Nem no dia 27 de maio deste ano de 1993, com o Prefeito de Ibirapuitã?

O SR. CARLOS CHIARELLI - É lamentável que aqui não se possa pegar o telefone e ligar para um e outro e perguntar se algum deles esteve em reunião comigo, em qualquer dias desses ou em qualquer outro dia, para tratar de algum assunto comigo, sozinhos ou em companhia de quem quer que seja, inclusive o Dr. Mário Calheiros. Agora, se isso consta na agenda dele, realmente, não posso...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Só para justificar as indagações do próprio Deputado Roberto Magalhães...

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não há nenhum problema com a pergunta. Só estou sendo enfático porque gostaria de deixar bem claro que não recebi, ilustre Deputado, qualquer um dos prefeitos, isoladamente nem em companhia de quem quer que seja, muito menos do Dr. Mário Calheiros.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Talvez o Deputado Fernando Carrion pudesse ratificar essa sua afirmativa, porque ele também está citado nesse encontro com o Prefeito de Ibirapuitã. Indagaria de V. Exª se mantém...

O SR. CARLOS CHIARELLI - Deputado Fernando Carrion?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Está aí ele? Que bom!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Fernando Carrion está inscrito. Na oportunidade, ele falará.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Gostaria de indagar de V. Exª se tem alguma relação técnico-comercial com o Sr. Eugênio Vicente Pinto Bermudes, que, ao que parece, foi colaborador de V. Exª no Ministério, não é isso?

O SR. CARLOS CHIARELLI - O Dr. Eugênio Pinto Bermudes, durante seis meses, trabalhou na assessoria do Gabinete do Ministério da Educação, sem nenhuma função na área financeira ou executiva. Era o assessor do Gabinete. É advogado e meu sócio de escritório, é um dos sócios do escritório de advocacia sob a minha orientação.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas, nobre Depoente, V. Exª disse que não tinha relações com prefeitos e o Sr. Mário Calheiros, mas reconhece que tem relações com o Sr. Eugênio Bermudes.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Pois não.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Vou ler o trecho de uma carta que seria firmada pelo Sr. Eugênio Vicente Pinto Bermudes - é uma carta-circular - aos prefeitos.

"Porto Alegre, fevereiro de 1993.

Caro Prefeito,

Esta tem o objetivo de fazer chegar a V. Exª o conhecimento da constituição e instalação de nossa organização, destinada a prestar serviços de

assessoria e consultoria jurídicas, bem como de orientação e acompanhamento na elaboração de projetos **lato sensu.**

A. Quem?

Formada sob a lúcida orientação do professor Carlos Alberto Chiarelli, ilustre homem público gaúcho, que, ademais, tem exercido diversas funções públicas e mandatos parlamentares..."

E aí faz um pequeníssimo resumo da sua longa trajetória política: "...é renomado jurista, etc., com dezenas de obras jurídicas publicadas..."

Pula um parágrafo e diz:

"Além disso, tendo convênio com importante e consolidada empresa atuante no setor de engenharia e arquitetura, credenciada por inúmeras obras implantadas, de qualificada feitura, sentimo-nos, nesse particular - isto é, montagem de projetos e construção dentro de programas de desenvolvimento e planos diretores de realizações públicas e comunitárias - absolutamente respaldados para atuar, assegurando, também nesse aspecto, padrões de eficácia."

Estou entendendo que o Sr. Eugênio Vicente Pinto Bermudes está oferecendo serviços de consultoria - ele fala aqui em consórcios - que têm como vanguarda da equipe a orientação lúcida do professor Carlos Alberto Chiarelli e, além disso, oferece serviços técnicos de uma importante e consolidada empresa atuante no setor de engenharia e arquitetura, que supõe-se ser exatamente a ENGECONSULT, tendo em vista as várias citações na agenda do Sr. Mário Calheiros do nome do Sr. Bermudes. Posso depois entregar ao nobre Relator essas citações.

V. Exª deve estar se divertindo com a minha hipótese, mas gostaria que V. Exª contestasse.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Vou aproveitar a excelente oportunidade da pergunta que V. Exª me oferece, primeiro para lhe dizer que esse apoio técnico que seria e pode ser dado ao escritório, na área de engenharia e arquitetura, é propiciado através do convênio universitário, um consórcio universitário no Rio Grande do Sul.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ele fala aqui de uma firma de engenharia...

O SR. CARLOS CHIARELLI - Exatamente. Mas é feita mediante... O acerto, o acordo que fizemos foi com o consórcio universitário. Item 1.

Agora, item 2, Deputado, vou-lhe ser mais claro: V. Exª não chegou a ler toda a carta, talvez por falta de tempo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Li e resumi aqui.

O SR. CARLOS ALBERTO CHIARELLI - Peço licença ao Sr. Presidente para ler.

"Importante esclarecer - nessa mesma carta, escrita em nome do escritório de advocacia - de pronto que, por filosofia e postulados éticos de seus dirigentes - dirigentes do escritório -, nossa organização não cobrará seus honorários obtidos a título de financiamento até mesmo a fundo perdido, posto que não se quer ver, em momento algum, as atividades desenvolvidas pela organização confundidas indevidamente com trabalho lobista.

V. Exª confirma que isso está nas...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Já tinha lido a carta, pode prosseguir. Bom, mas continue a leitura, por favor.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Pois não.

"Cobra-se pelo parecer, pelo plano, pelo projeto, uma vez acabado, ou, então, em se tratando de relação continuada de consultoria ou assessoramento, o valor mensal adequado, que é mais idôneo para a relação, menos gravoso para o cliente e capaz de afastar qualquer intermediação suspeita ou subalterna."

O SR. LUIZ SALOMÃO. - V. Exª concluiu a sua leitura?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não. Estou respondendo ainda à indagação de V. Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pois não.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Então, o que me parece muito claro é que, ao retomar atividade profissional, constituindo escritório de advocacia, assessoramento e consultoria, inclusive com uma carta que se fez a prefeituras, a cooperativas, a associações profissionais, a sindicatos, como creio que se deva fazer na medida e na proporção que se volta ao mercado de trabalho como profissional, dizendo dos serviços a oferecer e que disso decorreu, e de outros contatos, o estabelecimento de uma clientela e da atividade que hoje desenvolvemos, deixamos claro na carta aos prefeitos que não propúnhamos, em hipótese nenhuma, qualquer tarefa de liberar verba em lugar nenhum, cobrando qualquer tipo de percentagem de resultado; que nós nos dispúnhamos a assessorar a montagem de algum projeto que se julgasse adequado e cobraríamos pelo projeto - aliás, coisa absolutamente lícita e, no meu caso, necessária, posto que voltei à atividade profissional e cobro pelo serviço que realizo.

Não estou cobrando intermediação de verbas, não estou fazendo trabalho de lobista; estou fazendo um assessoramento técnico para o qual julgo o escritório estar habilitado, e contrata serviços de profissionais específicos. No caso de empresas que operam no MERCOSUL, o escritório de advocacia contrata economistas - quando se trata de relações de comércio exterior -, paga pelo serviço do profissional e cobra evidentemente do cliente. Esse é o processo. É isso que fazemos e é isso que diz nessa carta, pelo amor de Deus! É essa

a tarefa que vínhamos fazendo, que não tem nada a ver com a empresa ENGECONSULT, que não tem sequer porte para isso aqui.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Agradeço a resposta de V. Exª, mas consigno que, diferentemente do que havia sido dito pelo depoente ao Relator, que ele não tinha nenhuma relação com a empresa de engenharia nem prestava serviço à prefeitura, isto está revertido na última intervenção do Dr. Carlos Chiarelli, porquanto ele admite que presta serviços a prefeituras e que tem uma empresa de engenharia que não é um consórcio universitário, como está dito aqui. É uma empresa de engenharia e arquitetura, que depois vamos tentar verificar qual seja. Pode não ser ENGECONSULT, mas é uma empresa de engenharia. Se fosse um consórcio universitário, seria dito "por um grupo de técnicos ou de departamentos universitários". Vou passar, então...

O SR. CARLOS CHIARELLI - Posso voltar?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não. Acho que V. Exª já respondeu longamente sobre a questão.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não, eu gostaria de não deixar que se transcrevesse ou se registrasse alguma coisa que não condiz com a minha resposta. Eu...

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. Exª inicialmente negou que houvesse uma relação com as prefeituras.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Disse, repito, reitero e ratifico que não tenho nenhuma relação com prefeituras que tenham ligação com a empresa ENGECONSULT. Que nunca fiz nenhuma reunião com uma, duas, cinco prefeituras ligadas à ENGECONSULT, com ou sem a participação do dono da ENGECONSULT. O meu escritório de advocacia, que não tem nada a ver com a ENGECONSULT, predispôs-se a ter clientes que podem ser prefeituras, sindicatos, cooperativas. E que cheguei a ter, para ser mais objetivo, duas prefeituras: Dom Pedrito e Morro Redondo, durante quatro meses. E rescindi o contrato, ilustre Deputado, porque achei que não seria conveniente pelo trabalho que dá, em comparação com outros tipos de clientes. Essa situação não tem nada a ver com a ENGECONSULT. Quanto ao apoio técnico, ao invés de uma empresa, o escritório consorciou-se com um consórcio universitário.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Indago a V. Exª se há cópia do contrato do consórcio.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Nós temos cópia com o consórcio. Nós somos consultores do consórcio. Não tenho aqui mas faço-a chegar no dia que for necessário. Eu dou consultoria...

O SR. LUIZ SALOMÃO - Eu tenho outras perguntas.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Um momento. Eu dou consultoria ao consórcio, escritório da consultoria. São oito universidades e eles, em troca, dão apoio técnico a esse tipo de trabalho. Eu farei chegar a quem de direito, ao Sr. Relator, a cópia do contrato que temos de vínculo de trabalho com o Consórcio Universitário Gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Perfeito. Passemos a outra pergunta.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre depoente, examinamos as declarações de renda de V. Exª e verificamos que há alguns pontos em que gostaríamos de pedir esclarecimento para nos tirar da obscuridade.

O primeiro é que verificamos que V. Exª era proprietário de vários lotes em Santa Vitória do Palmar, na Rua Caxias Chuí, e que V. Exª declara, durante vários anos, que tinha lotes de 250m² em cada um deles. Depois V. Exª declara que tem uma casa de cerca de 500m² e ao lado dela, lindeiro com ela, um terreno de 250m². A casa está avaliada em 65 cruzados novos e esse terreno por um cruzeiro e cinquenta. Isso é uma declaração de 1990, ano base de 1989.

Quando viramos o ano para 1991, ano base 1990, aparece uma casa de alvenaria na Barra do Chuí, Santa Vitória do Palmar, na Rua Caxias, nº 279, construção inicial de 542m² e posteriormente mais 305m² e um terreno vizinho do mesmo proprietário, totalizando 851,75m².

Nós temos as averbações aqui no registro de imóveis, estou tentando sintetizar, mas V. Exª poderia esclarecer quando foram construídas essas duas edificações?

O SR. CARLOS CHIARELLI - O problema é muito simples. Essa casa, inclusive, não me pertence mais.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim, mas é que na declaração de V. Exª...

O SR. CARLOS CHIARELLI - Essa casa, vamos ser práticos e objetivos, pertencia à família da minha primeira esposa. Inclusive dois lotes. Sobre o terreno de um dos lotes, havia um prédio que datava do tempo do avô da minha primeira esposa, que, por força de transmissão hereditária veio a integrar o patrimônio dela e conseqüentemente o patrimônio comum. A esse terreno se agregou um terreno vizinho. Tudo isso é em Santa Vitória, só que na Barra do Chuí, que é um distrito de Santa Vitória do Palmar, subdistrito de Santa Vitória do Palmar. O distrito é o Chuí, ponto extremo do País. A Barra do Chuí é o ponto baldeário. Então, são terrenos nessa praia minúscula, no início ou no fim do Brasil, como quiserem, que se originaram de herança, basicamente uma casa muito antiga.

Nesse local foi construída uma nova casa, progressivamente num prazo - não me lembro há quantos anos -, mas foi construída e averbada. O problema fundamental é que havia um atraso, se não me engano, do recolhimento previdenciário do empreiteiro que fez a construção e só se pode registrá-la no registro de imóveis depois que foi quitado o valor do

débito que fora lançado pela Previdência. Digamos assim, no cadastro da Prefeitura a casa consta antes; a quitação com a Previdência foi feita depois dessa construção e, só com o pagamento da Previdência - como V. Exª sabe - é que se pôde fazer a averbação no registro de imóveis.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Acolho as justificativas de V. Exª. A única questão é que essa segunda edificação de 305,82m² não consta da sua declaração de Imposto de Renda e os valores que V. Exª investiu nessa propriedade deveriam ter sido declarados.

O SR. CARLOS CHIARELLI - **Data venia**, ilustre Deputado, há um engano. Essa casa jamais teve - quantos metros?

O SR. LUIZ SALOMÃO - 305m², segundo a declaração de V. Exª. Até achei estranho, porque o terreno é de 250m². Deve ter dois andares.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não, é impossível. A casa é térrea. Vou ser bem objetivo, essas coisas têm que ser claras. Essa segunda edificação a que V. Exª se refere, em função da declaração, é uma garagem para dois automóveis, ao lado um salão para uma churrasqueira, que deve ter 3x5m, um quarto para uma doméstica e um sanitário. Essa é a segunda ala. Vou lhe dizer com toda a sinceridade, não posso precisar; mas, considerando uma garagem para dois automóveis, deve ter coisa de 50m², não terá 90m² a segunda ala. E a primeira ala deve ter algo em torno de 170m², no máximo. Se está errada, está errada a...

O SR. LUIZ SALOMÃO - É a declaração de V. Exª. Farei chegar a suas mãos o registro respectivo.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Ainda bem que o terreno mostra que há inviabilidade. A casa é térrea e a segunda ala é isso que estou dizendo a V. Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nobre depoente, até quero dizer a V. Exª que, se há um erro, há um erro reiterado, porque V. Exª diz na sua declaração que existia uma construção inicial de 542,93m², o que é de uma precisão milimétrica. E depois V. Exª diz: incluindo posteriormente mais 305,82m² em terreno vizinho, totalizando 851,75m². De modo que não sou eu que está equivocado.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não estou imputando nada a V. Exª.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Provavelmente há um equívoco na declaração. V. Exª deve ter somado área edificada com área não edificada.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não, não vou transferir a responsabilidade para ninguém. Acontece que, na verdade - confesso-lhe -, normalmente declaração de renda é feita por alguém, a pedido da gente.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Tudo bem. Para encerrar, Sr. Presidente, tenho mais uma indagação sobre um outro lote, aliás, outros imóveis de S. Exª - agora acabei de embaralhar os papéis aqui, mas já os acho em um minuto.

V. Exª é também detentor de um outro lote na Rua Dom Diogo de Souza, antes chamada Rua Barão do Triunfo, também no Município de Santa Vitória do Palmar. V. Exª reconhece a propriedade desse lote adquirido em 16 de abril de 1984?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Um lote de...?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Um lote de 3.373,65m²

O SR. CARLOS CHIARELLI - Na cidade de Santa Vitória?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Na cidade de Santa Vitória, sem benfeitorias.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não. Esse lote era originariamente da herança de minha mulher, e, na separação, por evidente princípio ético, voltou a ela e pertence ao seu patrimônio.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim, só porque ele não constou, em nenhum momento, da sua declaração de renda, por isso é feita aqui a indagação.

Agora, para encerrar, eu indagaria de V.Exª se hoje está vivendo em imóvel próprio ou alugado.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Eu estou vivendo num imóvel que estou comprando, na rua Taufic Saad, 255, Porto Alegre.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V.Exª comprou nesse exercício de 1993?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Comprado agora, em 1993.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Por isso não consta de nenhuma declaração.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Em abril de 1993.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V.Exª é proprietário de um imóvel, um apartamento, em Punta del Leste?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não, senhor. A minha mãe está adquirindo um por promessa de compra e venda, com os recursos da venda de um prédio em Uruguaiana.

O SR. LUIZ SALOMÃO - OK. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Nobre Senador Garibaldi Alves Filho, com a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente.

Sr. Carlos Chiarelli, ex-Ministro da Educação, V.Exª, respondendo ao Relator, Deputado Roberto Magalhães, e respondendo também ao Deputado Vivaldo Barbosa, afirmou que recebia aquelas listas de subvenções globais e despachava de acordo com as solicitações enviadas pela Comissão de Orçamento. No ano de 1990, temos um levantamento de que foram liberados 30 milhões de dólares, pelo Ministério da Educação, para entidades do MEC. Eu pergunto a V.Exª: Além daquelas listas, durante a passagem do Ministro Carlos Chiarelli pelo Ministério da Educação, quais os critérios adotados pelo Ministério para a liberação de subvenções? Além das listas que vinham da Comissão de Orçamento, V.Exª também liberou recursos de subvenções?

O SR. CARLOS CHIARELLI - De subvenções?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sim.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não me recordo, Senador. Recursos de subvenções destinados a quem?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - A entidades educacionais; porque nós temos aqui...

O SR. CARLOS CHIARELLI - Havia recursos, digamos, liberados, na Secretaria de Ensino Superior, que eram destinados às entidades de ensino superior; havia convênios na área do ensino fundamental, através do FNDE; havia convênios de recursos liberados, com recursos orçamentários da Secretaria de Ensino, na época, SINEB, que inclusive adotava o sistema rigorosamente de prioridade para os Estados de menor capacidade de renda; foi sempre o critério a nível do recurso orçamentário da SINEB.

Essas eram as áreas que, nesse momento, eu posso lhe dizer que me recordo, porque as universidades federais tinham o seu orçamento próprio; as escolas técnicas federais e agrotécnicas, também; e essas eram as fontes do Ministério, a SINESU, a SINEB e a Secretaria Nacional de Ensino Tecnológico.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - É porque esse levantamento dá conta dessa liberação de 30 milhões de dólares em subvenções, daí o motivo da minha indagação.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Eu não quero fazer nenhuma afirmativa, porque eu quero ser peremptório naquilo que tenho absoluta certeza. Mas subvenções...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Porque não se trata de FNDE, só subvenções, de acordo com esse levantamento.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Mas destinados a entidades assistenciais?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Educacionais.

Por exemplo, no Rio Grande do Sul, apenas para registro, para que V.Exª tenha uma compreensão melhor, foram atendidas 66 entidades, correspondendo a 14% do total dessa liberação.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Mas eram essas que eram originárias das subvenções sociais.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Só da listagem?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Só da listagem. Que eu me recordo, honestamente, não tenho a menor idéia de que o Ministério da Educação dispusesse dessa liberdade, dessa autonomia, dessa disponibilidade de verbas para atender essas subvenções.

Aliás, havia uma apreensão enorme das instituições, a única área onde se podia, quando se tratava de ensino fundamental etc, as prefeituras, eram as ZPEs ou ensino superior, a SINESU. E no caso, projetos especiais da Secretaria Nacional de Ensino Básico.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Obrigado, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Sr. Carlos Chiarelli, Srs. ex-companheiros de Câmara dos Deputados e do Senado da República;

As minhas intervenções, Dr. Carlos Chiarelli, no mais das vezes se tornam suaves, tranqüilas, talvez pelo longo tempo que convivo nesta Casa. E tendo convivido tanto tempo nesta Casa, tive oportunidade de conhecê-lo de perto. Nós fomos os últimos Presidente e vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara dos Deputados.

Naquela ocasião, pelo seu notável saber jurídico, decidimos fazer um seminário que se intitulou Mau Uso do Trabalhismo Brasileiro, que foi de absoluto sucesso.

V. Exª, ao nos deixar, depois de encerrada aquela comissão, ao lado do Dr. Jair Soares, faz uma campanha notável no Rio Grande do Sul, derrota o Senador Paulo Brossard, e vem para o Senado da República. E aqui V. Exª, V. Sª se portou como um Senador digno, competente, capaz; inclusive, participou de inúmeras CPIs nesta Casa. Foi Ministro de Estado, deixou todos nós com uma excelente impressão da sua pessoa, quer como figura humana, quer como intelectual quer como político.

Nessas condições, então, deste preâmbulo, desse episódio, como dizia aqui o eminente colega nosso, eu começaria lhe fazendo umas perguntas singelas.

V. Exª tem uma firma de consultoria. Como se chama essa firma de consultoria?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Em primeiro lugar, quero ser breve para que a emoção não me traia. Muito obrigado pelas referências Senador Francisco Rollemberg. Eu é que me senti engrandecido nesta Casa e na Câmara em poder colocar no meu currículo que fui seu colega.

Ilustre Senador, tenho um escritório de advocacia e consultoria que se chama Carlos Chiarelli e Advogados - Chiarelli e Bermudes.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - V. Exª ou V. Sª, permita-me apenas chamá-lo assim, quando nosso colega aqui na Câmara, conheceu bem o Sr. Carlos Alberto Algaia. Naquela época, V. Exª lembra que posição ele ocupava, que cargo ele ocupava aqui em Brasília? É o atual reitor da Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Ele é o atual Diretor da Pontifícia Universidade Católica.

O Dr. Algaia esteve aqui, pela primeira vez, como Secretário Geral do Ministério, aliás, primeiro como Chefe de Gabinete e depois Secretário-Geral, se não me falha a memória, do Ministério da Previdência e Assistência Social; Previdência e Assistência, eu acho.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Mas, e quando V. Exª foi Ministro da Educação?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Como V. Exª falou, o Dr. Algaia era aqui em Brasília. Não, no meu período de Ministro da Educação, o Dr. Algaia, parte do meu período, ele foi Presidente da Fundação TV Educativa. Como ela é sediada no Rio, pensei que V. Exª estivesse perguntando da primeira vez que ele aqui esteve.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - O Dr. Bermudes trabalhava com V. Exª.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Trabalhou durante 6 meses do meu período de 18 meses no Ministério; trabalhou no gabinete do Ministro.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Hoje, no Rio Grande do Sul, o Dr. Algaia assume sua cadeira na universidade, e o Dr. Eugênio Vicente Pinto Bermudes é seu colega de escritório.

O SR. CARLOS CHIARELLI - O Dr. Algaia não assumiu minha cadeira, Senador.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não estou dizendo que ele tenha assumido sua cadeira. O senhor era professor de Direito do Trabalho, em Pelotas.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Sim, e ele era Diretor da Faculdade de Porto Alegre.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sim, são coisas diferentes, não falei assim. Conheço bem esses detalhes, por intermédio de V. Exª, que me falou sobre esses fatos há muito tempo atrás.

V. Exª hoje reside em Porto Alegre. Continua amigo do Dr. Algaia?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Pois não. Sim.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Essa Universidade Católica, da qual o Dr. Algaia hoje é Reitor, faz parte desse convênio do consórcio universitário?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não. O consórcio universitário comunitário gaúcho comum é formado pelas 8 universidades comunitárias, que são as universidades regionais, típicas do Rio Grande do Sul: Universidade de Passo Fundo, Universidade de Caxias do Sul, Universidade de Ijuí, Universidade URCAMP, Universidade da Campanha, sediada em Bagé. O Dr. Carlos Alberto Algaia é o Diretor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, sediada em Porto Alegre.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Dr. Carlos Chiarelli, lendo este relatório feito pelos companheiros que foram ao Rio Grande do Sul, vejo que a Polícia Federal anexou o modelo de uma carta, esta que V. Exª leu. Aqui é uma organização formada sob a luz da orientação do Professor Carlos Alberto Chiarelli. Que tipo de carta é essa? Uma propaganda, uma divulgação de seu escritório?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Exatamente.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sendo uma divulgação de seu escritório, e sendo V. Exª especialista em direito do trabalho, parece-me, já que V. Exª era professor de Direito do Trabalho, V. Exª se propõe a prestar assessoria de que tipo? Sendo um generalista, direito administrativo, contratos?

O SR. CARLOS CHIARELLI - V. Exª há de ver que em cima, referida até...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não, não vi a carta. Conheço fragmentos dela.

O SR. CARLOS CHIARELLI - No início diz que é formada sob a luz da orientação do professor Carlos Chiarelli, jurista, com mais de uma dezena de obras jurídicas, procurado, particularmente, no campo trabalhista...

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Nada disso tem no documento que disponho.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Nossa organização reúne diversos profissionais habilitados e experientes. A base da equipe são 4 profissionais. A idéia da criação desse escritório foi exatamente a partir desses 4 integrantes, e o escritório tem uma subsede em Pelotas - minha terra de origem - que é atendido pelo meu filho, que fez curso de pós-graduação na Itália e é professor da Faculdade Federal. Tem um outro vínculo em Uruguaiana, cidade que basicamente tem a maior ligação com a Argentina, portanto, de maior interesse com relação ao MERCOSUL. O escritório dispõe-se a atuar no campo, evidentemente, trabalhista, previdenciário - por ser minha especialidade. Mas isso seria limitar o escritório; então, o escritório atua na área administrativa, tributária e, sobretudo, na coordenação de projetos que visam atendimento a instituições tipo cooperativa, associações de classe.

Por exemplo, não importa quem, até por dever ético, terminamos de montar uma cooperativa de hospitais e entidades prestadoras de serviço, no campo da saúde - trabalho feito pelo escritório -; estamos elaborando um projeto de reconversão de pequenas propriedades, com vistas a obtenção de financiamento de pequenas propriedades rurais, junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para enfrentar a concorrência dos pequenos produtores da Argentina e Uruguai.

São "n" propostas e projetos de trabalho. Claro que não temos, no seio do escritório, profissionais permanentes, que sejam capazes de dar assessoria em comércio exterior, em econometria etc. À medida que um projeto é contratado, vamos buscar aquela pessoa para fazer essa tarefa e, evidentemente, essa pessoa é remunerada pelo trabalho prestado ao escritório, que cobra do cliente o valor global, com interesse de lucro logicamente.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Esse escritório presta consultoria à Engeconsult ou não?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, o eminente depoente diz não ter contato, a não ser familiar, informal com o pessoal da Engeconsult; dispôs-se a esclarecer o seu comportamento como advogado de renome, que o é, homem culto, cultor do Direito, professor universitário. Confesso que, depois de ler esse relatório, tão bem-embasado, tão bem-redigido, vejo que os fatos pelos quais o Ministro Carlos Chiarelli foi convocado dizem mais respeito a seus laços familiares do que ao seu comportamento pessoal. Por isso, não tenho mais nenhuma pergunta a fazer a S. Exª, de forma que agradeço a oportunidade que me foi dada.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Trad.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, ilustre Ministro Carlos Chiarelli, não seria nenhum despropósito fazer uma declaração de que não há razão por que temer constrangimentos em uma situação como a que nos encontramos. Faço a afirmação pelo passado parlamentar de V. Exª, acostumado com os embates desta Casa e, sobretudo, porque V. Exª, também de forma histórica, já passou por situações idênticas à que hoje nos encontramos. É claro que, no primeiro semestre de 1988, V. Exª estava ocupando o lugar do ilustre Deputado Roberto Magalhães, relatando uma Comissão Parlamentar de Inquérito que já consta como uma das mais notáveis da história política do Parlamento. É claro que, se constrangimento houvesse, seria em função da citação intermitente de uma pessoa que é ligada por laços afetivos a V. Exª. Portanto, meu caro Ministro, peço que V. Exª entenda e releve algumas das citações que possa fazer do nome de sua extremada companheira.

Quero dizer a V. Exª que participei de uma diligência no Rio Grande do Sul, sendo signatário de um relatório que já entreguei à Presidência da Casa, onde pude levantar, através da denúncia de uma senhora, de nome Alane, que faz assíduas acusações contra a Dª Heloísa Helena Ramos Calheiros. Ela afirma, em seu depoimento, prestado ao Deputado Átila Cerqueira, e o faz de forma segura e com anotações precisas, que a Dª Heloísa, em exercendo o cargo de superintendente da LBA, tem, no Banco do Brasil de Porto Alegre, uma conta corrente, de nº 05.069-5, Agência 12.483. E, enfaticamente, aponta datas e quantias que teriam sido depositadas no nome da sua esposa, num total de 6.240 dólares, em datas que começam no mês de fevereiro de 92 até agosto desse mesmo ano. V. Exª tem conhecimento desse fato?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não tenho nenhum tipo de constrangimento, nobre Deputado, com a pergunta que V. Exª formula. Ao contrário, eu gostaria de agradecer a V. Exª por formulá-la. Continuamos no plano das relações pessoais e afetivas. A Dra. Heloísa Helena é destinatária, segundo V. Exª informa, de cheques que chegam a soma de 6 mil dólares, não é?

O SR. NELSON TRAD - São de 6.240.93.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Eu disse antes, inclusive, do interrogatório de V. Exª, e o disse, espontaneamente, que o apartamento da minha propriedade, constante das declarações de Imposto de Renda, situado na Rua Carazinho, esquina Taquara, em Porto Alegre, tem sido alugado e que, no ano passado, no momento que ele ficou liberado, um irmão da minha esposa interessou-se e passou a ser o inquilino. Ficou com alguma coisa da existência da estrutura, cozinha, etc., coisas da estrutura do apartamento, e passou a pagar o aluguel. Esse aluguel, eu entendo que ele deva pagar em favor dela. Então acredito - não vou lhe fazer aqui uma declaração juramentada, mas tenho quase certeza - que esses pagamentos dizem respeito: um - ao montante do débito que ele tinha por ficar com móveis e utensílios daquele apartamento; dois - por parcelas do aluguel; três - posso informá-lo de que esse aluguel está há três ou quatro meses atrasados, porque ela me disse. Essa é a situação.

O SR. NELSON TRAD - Ministro, em relação a esse pagamento e a origem dele, evidentemente quando V. Exª estava explicitando a situação de senhorio e de inquilino do seu cunhado, eu fui buscar, nas datas apontadas pelos depósitos, para ver se, na realidade, tais pagamentos eram mensais. Entretanto, existem, aqui, pagamentos, no mesmo mês, por três vezes. Evidentemente, aquele débito que V. Exª realçou, do inadimplemento do inquilino, diz respeito a quatro meses. E anotei, aqui, que do mês de abril até o mês de agosto, apenas no mês de junho e julho de 92 tais pagamentos não tinham sido efetuados. Entretanto, aceito a explicação de V. Exª...

O SR. CARLOS CHIARELLI - Eu gostaria de deixar isso muito claro.

Em primeiro lugar, há um pagamento que deve corresponder a um valor que não me recordo hoje porque, basicamente, eu deixei esse tipo de contratação a critério de irmão e irmã, e parecia uma coisa muito desagradável ter uma relação de senhorio e inquilino com o cunhado. Foi acertado entre ambos o pagamento daquelas parcelas referentes aos móveis da cozinha, coisas que deveriam ser quitadas. A partir daí, também o pagamento do valor da mensalidade do aluguel.

Então, deve haver pagamentos, aí, mas seguidos daquilo que devia ter sido pago tudo de uma vez só e que não foi e que foi pago em quinze, vinte ou trinta dias em parcelas meio desordenadas. Depois, passou a haver pagamento, seguramente, porque evidentemente que não termina em agosto de 92. Ele continuou pagando o aluguel, até ficar devendo quatro meses ou cinco meses, que dizem respeito a agosto de 93 em diante.

Essa é que é a situação. Ela parece ser muito clara, é essa a origem desse pagamento. E a coisa mais fácil, para que a gente não se delongue aqui, é conferir se o apartamento está lá, a utilização existe, o cidadão está lá instalado, a propriedade é minha.

Então, não há a menor dificuldade em chegar e constatar essa situação a que estou me referindo. Não estou falando em nada assim que seja inviável de provar. Há um apartamento que é de minha propriedade e que está registrado, que ele está ocupando, que é inquilino e que está pagando. Parte do pagamento dos aluguéis do ano passado e das instalações com que ele ficou, estão aí. Agora, o atraso é até matéria que não interessaria, mas estou referindo para falar de manheira muito clara e para não haver nenhuma dúvida.

O SR. NELSON TRAD - Muito bem, Ministro.

V. Exª, se não me engano, já fez referência ao Dr. Luiz Pedro Pólio, hoje, na sessão. Se não o fez, pergunto a V. Exª se o conhece.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Conheço o Dr. Pólio. É um advogado, assessor do Partido da Frente Liberal na Assembléia Legislativa do Estado, e uma pessoa com a qual mantenho as melhores relações e que, muitas vezes, atendeu assuntos referentes ao imóvel. Na época em que meu apartamento não estava alugado para meu cunhado, ele cobrava, pagava a luz, recebia os direitos autorais, me remetia e me fazia uma espécie de assessoramento político. Originariamente, há mais de vinte e cinco anos, é antiquário.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, se a minha pergunta for impertinente, evidentemente que foi me submeter ao indeferimento de V. Exª.

É o seguinte, Ministro:

No curso das investigações, o Delegado Federal Átilo Antônio Cerqueira, aponta um vestígio, digo mais, um indício, bem saliente, da ligação do Dr. Tólio com o esquema do PC, que funcionava junto com o SUDS. Como é que ele chega a essa conclusão?

A pedido do Delegado Federal Paulo Lacerda, que presidiu ou preside o inquérito sobre o esquema PC, o Delegado Átilo ouviu, no dia 28 de junho de 1993, o Dr. Tólio, que havia recebido, através da conta do famigerado fantasma José Carlos Bonfim, mantido no Banco Rural, Agência Avenida Paulista, a quantia de trinta mil dólares.

V. Exª conhece esse detalhe? Por acaso o Dr. Tólio, em algum momento, revelou a V. Exª essa situação constrangedora?

O SR. CARLOS CHIARELLI - A única coisa que sei é que ele estaria tendo dificuldades - acho que há mais tempo, parece-me que um ano, acredito - , mas sem que conheça o montante ou origem, por força de negócios que ele fez com um antiquário, comprando produtos argentinos e uruguaios, o que há mais de vinte anos faz, é registrado, etc., e teria vendido para pessoas em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília, se não me engano, e alguns dos pagamentos teriam lhe ocasionado problemas com a Receita, pela origem do cheque. Não conheço o cheque, não sei quem comprou, não conheço a mercadoria vendida. Tive essa notícia de maneira muito indireta, e só uma coisa posso lhe dizer: pelo que presumo, não há a menor relação entre essa atividade do Dr. Tólio, que é uma pessoa que trabalho em uma área, em um setor, que tem uma vida autônoma, independente, e essa questão do SUDS, que é uma coisa completamente diferente. São duas situações completamente diferentes, de pessoas diferentes, com atividades diferentes.

Não tenho condições, ilustre Deputado, de lhe dar informações detalhadas sobre esse assunto, porque é um problema da vida comercial e tributária do Dr. Tólio que não me cabe investigar.

O SR. NELSON TRAD - Está incorporado o soldado no Deputado. Bato continência, agradeço e passo a V. Exª a direção dos trabalhos, sem tirá-la e jamais comprometê-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - No caso de V. Exª, eu repetiria um velho Presidente desta Casa e diria: "O tempo, nosso inimigo", foi que fez com que V. Exª já tivesse passado quatro minutos na inquirição.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, ilustre Sr. Carlos Chiarelli, neste relatório sobre a análise dos documentos contidos nos autos do Inquérito nº 514/93, instaurado na Superintendência da Polícia Federal, para apurar as atividades das empresas Engeconsult e Marma Construções, junto à LBA, há um item, no relatório do Senador José Paulo Bisol, Deputados Nelson Trad e Luiz Salomão = o item nº 6 - que se refere aos seguintes fatos que vou ler.

> "Outro fato estranho destacado no inquérito aberto pela Superintendência da Polícia Federal do Rio Grande do Sul diz respeito à instauração de sindicância pela LBA, com a finalidade de apurar irregularidades na construção de um Centro Comunitário na cidade de Paim Filho, através da Portaria nº 274, de 93.
>
> Por esta Portaria, a então Superintendente da LBA, Heloísa Helena Calheiros, nomeou os funcionários Carlos Alberto Alguaier, Maria Lúcia Carraro Smanioto e Hélio Zurzo, que tinham sete dias para concluírem suas investigações.
>
> O alvo dessa investigação era uma obra da Engeconsult, empresa de propriedade do irmão da ex-Superintendente, Mário Calheiros.
>
> De acordo com o relato do Delegado Átilo Cerqueira, os documentos relativos a essa sindicância desapareceram na sede da Superintendência da LBA, no Rio Grande do Sul. O Sr. Algaier, que presidiu a Comissão de Sindicância, atualmente ocupa o cargo de Reitor da Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O Sr. Hélio Zurzo era, na época, tesoureiro da Superintendência da LBA, pessoa responsável pela contabilidade da entidade no Rio Grande do Sul. Ambos deveriam merecer a confiança de Heloísa

Calheiros, uma vez que foram por ela designados para investigar seu irmão, o qual, segundo a polícia, tinha relações de negócios com o seu marido, ex-Ministro Carlos Chiarelli."

Teria conhecimento de que esses documentos, relativos a essa sindicância, de fato desapareceram da Superintendência da LBA, no Rio Grande do Sul?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Sr. Senador, inicialmente, vou repelir novamente qualquer tipo de ligação e envolvimento ou vinculação, ainda que conste no relatório o que constar, por inverídico, por falta de seriedade, seja escrito por quem for, que me vincule à Engeconsult. Está na hora de terminar com essa espécie de artifício, tentando fazer uma ligação que não existe, e que em momento algum e em caso algum ficou, sequer tenuemente, evidenciado. Quer dizer, não sei por que alguém, que é casado com uma pessoa que tem um irmão que é sócio de uma empresa, tem que ter relação com a empresa do cunhado. Se existe uma presunção afetiva ou uma presunção societária, em função da relação afetiva, é um fato novo que eu desconhecia.

Então, a primeira questão, para deixar muito claro, e desculpem a veemência, mas é porque o fato se repete, e se impõe, para que se espanque a dúvida, é que a afirmativa é absolutamente gratuita. Não tem o menor fundamento, não tem a menor prova, e não terá nunca a prova, pela sua falta de um mínimo de alicerce lógico e fático. Primeira questão.

A segunda questão: a resposta à pergunta de V. Exª está na pergunta de V. Exª. V. Exª acaba de dizer que foi aberta uma sindicância por determinação espontânea da Superintendente, para apurar uma obra feita por um prefeito. Então, era a superintendente da LBA zelando pelo patrimônio da LBA, que cumpriu uma obrigação determinada pelo Congresso, que repassou uma verba de uma emenda carimbada do Orçamento para uma prefeitura, e a prefeitura, não a LBA, contratou uma empresa. E para zelar pela boa execução da obra, mesmo que a prefeitura tivesse licitado a obra, e essa empresa tivesse ganho, a superintendente tomou a iniciativa de fazer uma verificação, uma tomada de contas, uma inspeção e uma auditoria.

Então, acho que essa é a maior prova. Se V. Exª chegasse aqui e dissesse que tinha irregularidade na obra tal e não foi tomada nenhuma providência, talvez isso criasse alguma dificuldade, ainda que a obra fosse da prefeitura, e a responsabilidade seja do prefeito.

Agora, desculpe, Sr. Senador, V. Exª vai ter que deixar que eu registre um fato. Levantar qualquer eiva de suspeição, já não vou falar na superintendente porque esta tem uma relação direta comigo, mas sobre a figura do Dr. Carlos Alberto Algaier, responsável por esse trabalho, **data venia**, já ouvimos o depoimento do Senador Rollemberg, e eu não posso, provavelmente, pelas normas regimentais, invocar testemunhos de pessoas que, aqui, nesta sala, conhecem o Dr. Algaier, e que até não são seus correligionários, pessoas cuja credibilidade creio que é absolutamente tranqüila, pessoas que estão muito próximas a mim, não vou citá-las, mas que, evidentemente, sabem de quem se trata. E foi esse homem ínclito, Diretor da Faculdade de Direito, hoje, da Pontifícia Universidade Católica que fez essa sindicância, e que mostrou realmente o resultado final e que encaminhou essa sindicância, segundo sei, aos órgãos competentes nacionais da LBA.

Então, eu fico surpreso pela indagação porque, na verdade, ela é uma comprovação da licitude, da seriedade e da preocupação com o zelo que teve a administração da LBA. Ainda, Sr. Senador, que eu creia que não é a minha função aqui, neste depoimento, mas não me furto a ela, discutir a gestão da LBA e, muito menos, discutir os contratos da Engeconsult, porque não tenho com a Engeconsult nenhum vínculo e só tive com a LBA o único vínculo afetivo, no decurso da gestão da superintendente à época em que era essa superintendente a minha mulher.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ainda ontem, eu estava lendo alguns trechos do parecer que V. Exª, como Senador, elaborou enquanto Relator da Comissão Especial de Inquérito que apurou irregularidades no Governo, nos fins de 1989, e verifiquei que alguns dos problemas que esta CPI está detectando, em verdade, já haviam sido detectados naquela CPI. Para dar exemplo, empresas de intermediação que atuavam procurando se colocar como procuradores, pessoas ou empresas que facilitavam a liberação de verbas junto a órgãos do Executivo e que, nesta CPI se verificou, tinham um relacionamento com parlamentares, numa quase sociedade nem sempre aberta, mas isso está sendo, inclusive, objeto de inquérito da Polícia Federal. O outro problema que, nesta CPI, se avançou em grande profundidade foi relativamente às subvenções sociais e observei que, naquele relatório, havia uma menção ao esquema das subvenções sociais, foi até junto ao Deputado Anníbal Teixeira, que havia sido Ministro do Planejamento, que perguntei em que medida ele havia detectado aquilo, conhecia de perto e que contribuição teria para as conclusões desta CPI.

Eu gostaria de perguntar o seu diagnóstico, tendo sido, Senador, Relator daquela CPI, que estudou, portanto, assuntos tão correlatos a esta, e também conhecendo o Executivo tão bem, por ter sido Ministro, tendo conhecido a Legião Brasileira de Assistência, tendo em conta as recomendações de algumas áreas do Governo, que, por exemplo, têm considerado a transformação ou erradicação dos ministérios do Bem-Estar Social e da Integração Regional e, às vezes da própria LBA.

Gostaria de ouvir seu diagnóstico, em termos do que recomendaria a esta CPI sobre o tema das subvenções sociais, o tema das empresas de intermediação, que continuam a existir em Brasília atuando como naquela época se detectou e agora novamente, e relativamente à transformação do conteúdo dos gastos públicos para se alcançar maior produtividade econômica e social. É a última questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Exatamente, ia dizer isso a V.Exª. V.Exª agora provocou o depoente para uma conferência e não poderíamos continuar com perguntas depois.

Com a palavra o Sr. Carlos Chiarelli.

O SR. CARLOS CHIARELLI - V.Exªs estão livres desse eventual projeto de sonífero, que seria uma conferência minha nesta hora.

Em primeiro lugar, Senador Eduardo Suplicy, parto do princípio de que tudo que o município puder fazer é melhor que o faça antes do estado e o que o estado puder fazer é melhor que o faça em lugar da União. Penso isto no campo da ação social, da educação e da saúde. Quanto mais descentralizarmos, quanto mais delegarmos, quanto mais entregarmos a tarefa à execução do município, mais ele ficará suscetível de fiscalização, de controle e de avaliação direta da comunidade e, na falta dele, do estado. Seguramente teríamos evitado muitos dos problemas que encontramos naquela Comissão e que, quem sabe, e seguramente V.Exªs estão encontrando hoje.

Não me atreveria a fazer diagnósticos sobre órgãos especificamente da estrutura do Governo. Fico no princípio geral e reitero, como fiz naquela ocasião na manutenção de uma postura absolutamente coerente, que devemos inviabilizar, através dessa medida crescente da municipalização e da estadualização, esses escritórios que operam especificamente com a tarefa de liberação de recursos. Escritórios que não têm conteúdo técnico, que não atuam no sentido de dar respaldo efetivo de natureza técnica, que são meros elementos de obtenção de ganhos por resultado, que existiam para liberar a verba. Naquela ocasião, detectamos a existência de 83, se não me falha a memória, em Brasília, que operavam recebendo percentuais sobre a verba liberada.

E foi justamente, Senador, marcado por este fato, que V.Exª deve ter ouvido a leitura do teor da carta que mandei àqueles de quem desejava ter a prestação de serviço como clientes. Seguramente não há de ser muito seguido que alguém recebe esse tipo de carta oferecendo serviços e dizendo que não aceita pagamento por resultado, que cobra o processo, que cobra o serviço. O resultado da liberação é uma tarefa que cabe ao prefeito, ao presidente da cooperativa, ao dirigente da associação obter, quando for na área pública, inclusive, com apoio político do seu Parlamentar. Não é tarefa de escritório de intermediação que venha fazer gestões indevidas junto a setores técnicos ou autoridades do Executivo.

Foi por isso, um pouco como reflexo desta postura, que escrevi o que adotei no meu escritório, esta linha que está escrita muito antes da CPI, há oito meses, quando o escritório se implantou. É com esse tipo de manifestação que acredito que posso responder a V.Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Para dirimir a dúvida, à medida em que V.Exª mencionou que não tem uma relação que não seja a familiar com a ENGECONSULT, mas observo duas referências neste relatório que, pelo menos, indicam uma possível relação. Pediria que esclarecesse, porque o Sr. Mário Calheiros, em determinado ponto se esclarece, manteria encontros na sua agenda entre prefeitos e V. Exª. Há uma referência também, não sei se já foi respondida - se foi, considere relevante -, porque estava em outra tarefa e talvez já tenha sido perguntado. Por que teria a anotação de um pagamento de seu IPTU, só para dirimir completamente a dúvida?

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Se o Depoente entender que já respondeu, está dispensado de responder.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Já respondi.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Perdão. Se já está respondida...

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o nobre Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Ministro, Sr. Presidente, tenho apenas duas indagações, possivelmente uma delas até repetida, mas que reputo o ponto mais importante do depoimento do Senador, e que se refere à relação remetida pela Comissão de Orçamento sobre liberação de verbas e a quem eram destinadas. A minha primeira indagação é sobre isto: eram dotações globais, Sr. Ministro? As verbas liberadas eram provenientes de dotações globais?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Sim. Eram dotações globais que vinham discriminadas através de listagens, encaminhadas ..

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Ia só indagar. Eram dotações globais, isto significa que eram verbas colocadas no Orçamento pelo próprio Ministério e, portanto, no meu entender, de uso exclusivo. Não eram aquelas emendas carimbadas de parlamentares.

Quem é que subscrevia essa relação que era remetida a V. Exª?

O SR. CARLOS CHIARELLI - O Relator-Geral da Comissão de Orçamento do Congresso.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - O Relator, sozinho, é que mandava uma relação? Esta relação era só de verbas, de entidades ou existiam nomes de outros parlamentares?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Primeiro vou elucidar uma outra questão, ilustre Deputado. Esse primeiro orçamento que administrei foi preparado no ano anterior, quando ainda não era Ministro.

Gostaria de deixar claro um fato, até porque ajuda a elucidar todas estas indagações. No projeto de orçamento enviado pelo Executivo, no ano em que estava à testa do Ministério, não se fez inclusão de recursos para subvenções sociais. Eles foram incluídos **a posteriori** aqui no Congresso.

Não pleiteamos verbas para subvenção social como Ministro. Fizemos, no primeiro ano, em função do orçamento que fora preparado no ano interior, o pagamento daquilo que estava consignado. No segundo ano, como o Congresso incluiu, cumprimos a nossa obrigação desse pagamento, mas o Ministério, o Executivo, não fez proposta visando a que existisse dotação para subvenções.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E este acréscimo teria sido por suplementação?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não. Foi incluído no Orçamento.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas por suplementação do Executivo?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não posso lhe assegurar. Sei que a proposta original não continha.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas é possível que tenha sido por algum crédito adicional?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Pode ter sido. Vou responder a sua pergunta. A pergunta de V. Exª é referente a se era global e como era a mecânica?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Isto.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Havia uma listagem, ou mais corretamente, havia várias listagens - três ou quatro, não me recordo - em formulários, onde constava, basicamente, o nome do município, o valor e a chancela, assinatura, rubrica, daquele que encaminhava, por ofício o expediente, sempre citando a Instrução Normativa nº 20, dando a listagem anexa, com sua rubrica, e autenticando o documento em papel timbrado, carimbado do Congresso Nacional e fazendo em nome do Congresso Nacional.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - A instrução...

O SR. CARLOS CHIARELLI - A mecânica, o que acontecia? Em alguns casos via gabinete do Ministro; em outras vezes, diretamente ao setor técnico, porque se tratava de uma operação automática.

Era feita a conferência da existência da legalidade da adimplência da instituição, mediante consulta ao Conselho Nacional de Serviço Social. Preenchido este pré-requisito, a etapa seguinte, feita a mecânica orçamentária adequada, de vez que o Ministério da Fazenda liberava os recursos e, terceira etapa, inscrição no SIAF, para que houvesse controle que instrução Normativa nº 20 e dando a listagem anexa, com a sua rubrica e autenticando documento em papel timbrado, carimbado do Congresso Nacional; e fazendo-o em nome do Congresso Nacional. A mecânica era a seguinte: em alguns casos, inclusive, via Gabinete do Ministro, outras vezes diretamente ao setor técnico - porque se tratava de uma operação automática -, era feita a conferência da existência da legalidade da adimplência da instituição mediante consulta ao Conselho Nacional de Serviço Social. Preenchido esse pré-requisito, a etapa seguinte: feita a mecânica orçamentária adequada, o Ministério da Fazenda liberava os recursos; terceira etapa: inscrição no SIAF, para que houvesse o controle e que pudesse, pelo menos, a partir daquela gestão, estar lá, para, até hoje, ser conferido, no momento em que se quiser; uma conta que dei o número, no início, inclusive. A partir desse momento, havia o encaminhamento ao Banco do Brasil, para que ele checasse se a entidade estava com a sua atividade vigente, se a sua administração estava com mandato em atividade; e que fizesse o pagamento. Era essa a mecânica. Depois - só para completar -, o Ministério fazia o controle da prestação de contas, inclusive, sustando - como tem aqui documentos - e determinando os pagamentos da chamada segunda prestação - quando eram concessões sucessivas daquelas entidades que não tivessem prestado contas da primeira prestação.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - A Resolução nº 20 permitia que o Relator do Orçamento liberasse praticamente, automaticamente, esses recursos?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Deputado, volto a ponderar o que disse no início: não tomei a iniciativa de fazer essa perquirição. Volto a pedir que nos situemos um pouco prussianamente, em busca do tempo perdido. Recorde, Sr. Deputado, que estávamos em 1990; recorde V. Exª que era praticamente o alvorecer das atribuições plenas do Congresso, em decorrência da Constituição de 1988; recorde V. Exª que, àquela época, não havia qualquer sintoma, sinal, indício, desconfiança - pelo menos que eu soubesse e creio que alguém soubesse, nesta Casa - de problemas com relação ao Orçamento e à Comissão de Orçamento.

Haveria lógica que o Congresso, com os poderes que tinha, com a competência recém-resgatada, através da sua Comissão, eleita pela Casa inteira, através daquele que foi eleito para aquela tarefa, indicasse essa listagem de verbas de subvenção? E o Ministro, que era originário desta Casa - apesar de eu nunca ter feito parte da Comissão da Orçamento, nem como titular, nem como suplente; jamais participei de uma reunião da Comissão de Orçamento como Parlamentar, o que não me dá mérito nenhum, apenas elucida o fato -, seria lógico que ele dissesse "Quanto a isso que vem do Congresso, em termos de subvenção social, chancelado pela sua Comissão, que tinha todos os sintomas de idoneidade, não vou acatar, vou botar as minhas entidades e vou distribuir para elas aquilo que penso que o Congresso não sabe distribuir. Eu é que sei distribuir"?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Exª foi Senador por oito anos e Deputado Federal por quatro. Teve mais algum mandato eletivo, legislativo? V. Exª, nesses doze anos de mandato - tenho absoluta certeza -, tem conhecimento de que o relacionamento protocolar entre o Ministro - ou órgão do Poder Executivo - e o Congresso - ou uma das Casas do Congresso - faz-se através da Mesa. Se V. Exª atendeu ao Relator, V. Exª atendia ao Relator praticamente em nome pessoal. Disso não temos como fugir, porque, desde as Câmaras Municipais, sabemos que o relacionamento entre os Poderes não se faz entre um Relator de

uma Comissão e um Ministro, mas, sim, entre a Mesa da Câmara ou do Senado ou do Congresso diretamente ao Poder Executivo; desse modo, pois, representativo de um Poder e não um simples Relator ou um Relator pedindo liberação de verbas.

Esse é um aspecto que reputei sério. O que aconteceu é que, infelizmente, essas verbas liberadas deram origem, praticamente a essa CPI.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Só gostaria de dizer a V. Exª que esse não era o quadro específico do Ministério da Educação, e muito menos da minha gestão. Era um fato que tinha tradição, que tinha história, que era costumeiro, e até teve continuidade. Não foi uma inovação, não foi uma peculiaridade, não foi invenção minha.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Exª declarou que adquiriu em abril de 1993 o apartamento situado na Rua Taufic Saad, 255/201, em Porto Alegre -RS, fone 330.89.61, V. Exª poderia nos informar de quem V. Exª o está adquirindo?

O SR. CARLOS CHIARELLI - O apartamento foi vendido em novembro do ano passado ao Dr. Eugênio Bermudes, e pelo Dr. Eugênio Bermudes, na contratação do escritório de advocacia, foi transferido para mim parcialmente. O Dr. Eugênio é o meu sócio do escritório de advocacia.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Foi ele que transferiu a V. Exª?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Sim.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Exª tem idéia de quando ele adquiriu?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Em novembro de 1992.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Ele transferiu a V. Exª em abril de 1993?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Na data da celebração ele transferiu por instrumento de procuração, que me permite a celebração da escritura, dentro do contrato celebrado entre nós para a formação do escritório de advocacia.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Entrou como parte?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Entrou como parte da parcela que ele deveria pagar pelas estruturas que foram montadas por mim.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Exª tem idéia de quando o Dr. Eugênio adquiriu esse apartamento?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Foi por volta de outubro ou novembro do ano de 1992.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Exª tem algum relacionamento com esse apartamento sito na Av. Nilo Peçanha, 1.452, em Porto Alegre? Ou o Sr. Tólio, ou o Sr. Mário Fernando Calheiros, ou a Srª Heloísa Helena?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Pode ser que seja o apartamento alugado para onde a Drª Heloísa mudou-se originariamente, há dois anos e meio ou três anos.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Essa Drª Heloísa seria sua irmã?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Minha esposa.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Exª é casado?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Sou divorciado, e agora ela é minha companheira.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E o apartamento na Av. Carlos Gomes, 1.155, em Porto Alegre?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Vou organizar isso; desculpe-me, Sr. Deputado. Em primeiro lugar: não existe apartamento na Av. Carlos Gomes nº 1.155.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Aliás, desculpe-me: é escritório.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Este é o escritório de advocacia do qual se originou essa carta, onde exerço a minha atividade, onde é meu sócio o Dr. Bermudes, do qual participa o meu filho e onde existem outros profissionais trabalhando, que tem subsede em Pelotas e Uruguaiana. Lá instalei o escritório no qual veio trabalhar como sócio o Dr. Bermudes, que para participar da sociedade entrou com uma parcela do apartamento que ele havia adquirido, apartamento onde moro, na Rua Taufic Saad, 255.

Esse outro apartamento da Nilo Peçanha, não tenho de cor os números, deve ter sido o primeiro apartamento onde eu e minha segunda esposa moramos, alugado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não é mais de V. Exª?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Nunca foi, era apartamento alugado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E o apartamento em Punta del Leste, no Uruguai, na Av. Costanera, 158, 8º andar? V. Exª tem algum relacionamento com esse apartamento?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Já respondi a essa pergunta: ele está sendo comprado por minha mãe; sou o firmatário do instrumento de procuração da promessa de compra e venda.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Temos as razões de fazer essas indagações, relacionadas com esses imóveis, e depois vou sugerir ao Sr. Relator que proceda a uma verificação no seu histórico mais detalhado. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra o nobre Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Parlamentares, Ministro Chiarelli, V. Exª, vamos reiterar essa pergunta, mas de um outro ângulo. V. Exª recebia relações da Comissão Mista de Orçamento para liberação de dotações globais para entidades. Poderia informar à CPI quem as encaminhava?

O SR. CARLOS CHIARELLI - O Relator Geral da Comissão de Orçamento.

O SR. COSTA FERREIRA - Mas, V. Exª não sabe precisar quem era, na época, quem era o Relator.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Honestamente, não me lembro, porque foi em 90, não? Não acompanhava a vida do Congresso. Lembro-me que recebia um documento assinado pelo Relator Geral da Comissão de Orçamento. Mas é fácil de evidenciar quem era o Relator. Honestamente, não me lembro nessa ocasião.

O SR. COSTA FERREIRA - V. Exª, como um dos líderes de relevo no Governo Collor, pode informar a essa CPI se o Sr. Paulo César Farias exercia influência na liberação de recursos orçamentários, especialmente dos pleitos contidos nas relações remetidas pela Comissão de Orçamento aos Ministérios?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Deputado, posso lhe dizer que nunca tive qualquer tipo de contato que tenha qualquer alusão à liberação de verbas no Ministério da Educação nem de subvenção nem qualquer outra com o Sr. Paulo César Farias.

O SR. COSTA FERREIRA - Não tinha nenhum contato com o Sr. Paulo César Farias?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Disse que aqui diria a verdade. Evidentemente, que ele era uma pessoa que fez a campanha eleitoral, tínhamos a cada quinze dias reuniões, públicas, das quais participavam o candidato à Presidência, Dr. Collor, candidato a Vice-Presidente, Dr. Itamar, líderes de todos os Estados, o assessor de imprensa, de rádio, muitas vezes ou algumas vezes estava também o Dr. Paulo César Farias nessas reuniões coletivas.

O SR. COSTA FERREIRA - Nunca fez visitas a V. Exª?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Fez sim Senhor, no Ministério. Esteve lá duas vezes. Uma acompanhado pelo bancada de Alagoas e outra vez sozinho. Ambas as vezes para me pedir a nomeação de um professor para diretor da Escola Técnica Federal de Maceió. Que, por sinal, não foi acolhido o pedido dele nem da bancada porque candidato era o segundo da lista e havia um critério de nomear o primeiro.

O SR. COSTA FERREIRA - Qual era a influência do Deputado João Alves na liberação de recursos no Ministério que V. Exª administrava, e se V. Exª se lembra para quais Estados eram liberados?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Desculpe, ilustre Deputado, mas, na verdade, com o Deputado João Alves, os contatos que tive com ele devem ter ocorrido aqui à época em que era deputado, porque creio que quando cheguei ele já era deputado e não iria eu dizer agora porque ele é uma pessoa que está com seriíssimos problemas, que não o conhecia, eu o conhecia, e creio que os mais antigos como eu conheciam o João Alves.

Então, as vezes que estive com ele foi nessa ocasião em que era parlamentar. Não me recordo de ter estado com ele na época em que estava no Ministério. Então, contatos com o Deputado João Alves comigo para liberar verbas do Ministério da Educação, não me lembro de ter recebido uma visita sequer. A única ação em nível parlamentar era essa especificamente do relator da Comissão de Orçamento, que talvez pode ser que até em algum momento tenha sido ele. Não sei. Mas por escrito, expediente, formulário.

O SR. COSTA FERREIRA - Qual era o seu relacionamento com o economista José Carlos, pessoa destacada em assuntos orçamentários e que conhecia a mecânica deste tanto no Executivo como no Legislativo?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não conhecia o Dr. José Carlos. Não me recordo de ter estado com ele em nenhum momento. Não me recordo. A figura que apareceu agora, notória, não me era conhecida.

O SR. COSTA FERREIRA - A última pergunta. É uma colaboração que V. Exª vai nos dar como parlamentar. Na qualidade de parlamentar atuante, V. Exª sabe informar-me qual era a metodologia usada junto ao Executivo para a liberação de recursos orçamentários?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Como é exatamente?

O SR. COSTA FERREIRA - Qual a metodologia, junto ao Executivo, para a liberação de recursos orçamentários?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Desculpe-me, a metodologia de quem, Deputado?

O SR. COSTA FERREIRA - Usada para a liberação de recursos, na época em que V. Exª era Parlamentar.

O SR. CARLOS CHIARELLI - A metodologia das subvenções?

O SR. COSTA FERREIRA - De um modo geral.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Acho que já respondi.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que já foi feita essa pergunta pelo nobre Senador Garibaldi Alves Filho, Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Se já foi feito, apenas quero agradecer a gentileza de V. Exª e dizer que estou satisfeito.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Obrigado. Eu é que agradeço a gentileza de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado Costa Ferreira.

Concedo a palavra ao Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. ex-Senador Carlos Chiarelli, o Sr. Mateu Rota(?) Chiarelli é seu filho?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Sim, Deputado.

O SR. ZAIRE REZENDE - Poderia informar-nos sua idade e profissão?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Do meu filho? Vinte e sete anos, advogado e professor.

O SR. ZAIRE REZENDE - O Sr. Mateu, seu filho, estudou na Itália?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Meu filho estudou na Itália, aliás, duas vezes. É pós-graduado na Universidade de Roma e teve curso de especialização em Bolonha.

O SR. ZAIRE REZENDE - Até quando?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Agora a memória paterna está falhando, mas ele voltou há dois anos, creio. Esteve na Itália, fez um curso de especialização, voltou, trabalhou aqui, ganhou uma bolsa, fez um curso mais longo e depois voltou, acho que há dois anos.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Depoente, encontra-se na Subcomissão de Patrimônio Fiscal uma certidão do Cartório de Registro de Imóveis de Pelotas, 2ª Zona, informando que o seu filho, Mateu Rota Chiarelli, comprou e lavrou, em 30 de abril de 1993, escritura de compra de imóvel no valor de 300 milhões de cruzeiros, equivalentes a 125 mil, 208 dólares, referente a um prédio de dois andares, situado na Avenida Artur Augusto de Assunção, nº 605, na Praia Laranjal, em Pelotas.

A declaração de renda de V. Exª, do ano-base de 1991, informa remessas de dinheiro para a Itália, para custear estudos de seu filho. Essa compra teria, então, sido realizada dezesseis meses após o retorno de seu filho ao Brasil.

Pergunto: Sabe V. Exª qual a fonte de recursos usada por seu filho para tal aquisição?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Antes de lhe responder plenamente, vou ser obrigado a fazer uma pequena retificação, porque acho que houve o problema da troca da moeda.

A casa comprada por ele não é de 130 mil dólares, é de 13 mil dólares. Faça a verificação, porque é exatamente isso, tenho absoluta certeza disso. Quando trocou para cruzeiro real... Faça a conversão e verá.

É uma casa, de pouco menos de 90 metros quadrado, onde ele mora, situada na Praia de Laranjal, em Pelotas, cidade onde exerce a profissão de advogado. Sendo sócio do escritório, estando em atividade profissional, tendo o seu ganho, comprou uma casa de 13 mil dólares, onde mora.

Aliás, vou dar à Comissão, quer dizer, para que alguém não tenha qualquer dúvida, vou fazer uma relação de honorários básicos, ganhos pelo escritório neste ano.

O SR. ZAIRE REZENDE - Esclareço a V. Exª...

O SR. CARLOS CHIARELLI - Ele pode dar origem, tranqüilamente, a esse pagamento, porque é parte do escritório e tem hoje mais de 130 reclamatórias nas duas Juntas de Conciliação e Julgamento de Trabalho, em Pelotas. Isso pode ser também verificado mediante certidão, facilmente extraída daquela casa.

O SR. ZAIRE REZENDE - Esclareço a V. Exª que essa informação foi fornecida pela Assessoria da Receita Federal, que acompanha os trabalhos da Subcomissão de Patrimônio Fiscal e, inclusive, a transformação dos valores em dólares.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Está tudo certo, menos o valor, porque houve um engano cronológico. Posso-lhe assegurar, porque tenho dúvidas de que, naquele balneário, haja alguma casa, com todo respeito à minha cidade, que seja capaz de ter um valor de 135 mil dólares, muito menos aquela casa, que tem oitenta e poucos metros quadrados.

O SR. ZAIRE REZENDE - A certidão fala em prédio de dois andares.

O SR. CARLOS CHIARELLI - É? Então, vou-lhe dizer exatamente o que é: há uma sala embaixo, um banheiro. Uma sala completada com copa e cozinha. Ele é solteiro. Um pequeno escritório de dois metros por dois e um banheiro. Há uma pequena escada em caracol e, em cima, há um quarto. Essa é a casa. Só se ele fosse completamente estulto pagaria cento e trinta e cinco mil dólares por ela. Talvez no **Central Park**, em Nova Yorque, por aquele espaço, por aquela casa esse preço.

O SR. ZAIRE REZENDE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Inicialmente pergunto a V.Exª, para situar-me bem no tempo, em que período V. Exª foi Ministro da Educação?

O SR. CARLOS CHIARELLI - De 15 de março de 1990 a 21 ou 22 de agosto de 1991.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Durante o período em que V. Exª foi Ministro teve a oportunidade de conhecer uma funcionária do Ministério da Educação, a Dona Elizabeth Lofrano Alves?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Como é o nome?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Ana Elizabeth Lofrano Alves.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Ah, a senhora que faleceu?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sim.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não. Não a conheci.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Dentro do Ministério V. Exª nunca teve qualquer espécie de relacionamento funcional com ela nem sabe o tipo de atividade que ela exercia?

O SR. CARLOS CHIARELLI - A pergunta é conhecer no sentido de que eu tivesse tido reuniões de trabalho, que ela tivesse acesso ao gabinete, que ela prestasse um

assessoramento? Conhecia quarenta ou cinqüenta auxiliares mais diretos e não me atreveria dizer que a conhecia. Agora que entendi quem era a pessoa, ouvindo, lendo o noticiário que traz dados sobre a Dona Elizabeth, e com a colaboração de auxiliares, sei que ela trabalhava numa área do Ministério. Mas não havia contato direto porque ela tinha uma posição de assessoramento num departamento ou algo assim.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pois não. V. Exª, no início de seu depoimento, ou respondendo a alguma indagação que não me recordo, dissertou aqui a respeito da mecânica para a liberação das subvenções sociais. V. Exª disse que era expedida uma ordem bancária, em favor do Banco do Brasil, para que fossem efetuados os pagamentos aos beneficiários desses recursos saídos da dotação global. V. Exª disse que isso era feito de conformidade com as normas vigente no período. Acontece que o Tribunal de Contas da União, procedendo auditoria em diversas entidades que receberam subvenções, tanto do Ministério da Ação Social quanto do Ministério do Bem-Estar Social e do Ministério da Educação, constatou o mecanismo que feria exatamente as determinações legais. É exatamente este o mecanismo que V. Exª citou. Porque era feita uma nota de empenho em favor do Banco do Brasil e expedia-se uma ordem bancária para que se efetuasse a liberação dos recursos de conformidade com a relação em anexo. Eram essas famigeradas relações que vinham, segundo se diz, da Comissão Mista de Orçamento. Normalmente, sempre quem as encaminhava era o Deputado João Alves. Esta nota de empenho em favor do Banco do Brasil, para que se efetuasse o pagamento às entidades, em anexo, era a fórmula utilizada para se fraudar a transparência exigida pela criação do SIAF - Sistema Integrado da Administração Federal. Inclusive essa ordem bancária, essa dotação global, vinha normalmente como despesas correntes a classificar. V. Exª disse que eram recursos a comprovar.

Então, se se quisesse saber através do SIAF os destinatários daqueles recursos nunca apareceriam os destinatários dos recursos, mas tão-somente o Banco do Brasil.

Então, nobre Depoente, divirjo de V. Exª a respeito de que a regularidade normativa era devidamente observada. Porque, convenhamos, uma ordem bancária em favor do Banco do Brasil, acompanhada de uma relação de entidades, de maneira que se não tivesse a transparência no SIAF, era um procedimento no mínimo irregular.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Já fiz minhas manifestações a respeito desse tema. Apenas faria uma enfática a V. Exª: todas as liberações, pelo menos as referentes ao MEC, nesse período, todas as liberações para as entidades, ilustre Deputado, estão no SIAF e podem ser verificadas através da conta nº 199.82.000, acessando a data-conta e depois o razão.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nunca o senhor se lembra de ter sido feita liberação para que se classificassem despesas...

O SR. CARLOS CHIARELLI - Está aqui informação escorreita da área técnica que prestava assessoramento dentro do Ministério nessa ocasião.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Já que estamos com uma divergência, não adianta prosseguirmos a respeito.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não, é essa a informação...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sim, porque o senhor tem essa informação e tenho outra. Então, vamos precisar depois de uma avaliação...

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não. Estou dando o número da conta, que está no SIAF, que foi registrada e que...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Só que essa conta talvez, nobre Depoente, poderia ser a conta exatamente que está lá: despesas, não é?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não. Todas as liberações para as entidades individualizadas estão no SIAF e podem ser verificadas através da conta nº 199.82.000, acessando a data-conta e depois o razão. Essa é a informação que recebi da área técnica que, à ocasião, prestava assessoramento, a responsabilidade, digamos, pela operacionalização técnica desse processo. Evidentemente...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Evidentemente vou procurar me esclarecer e, se estiver equivocado, serei o primeiro a confessar o equívoco.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Inclusive a informação que me foi dada é que o Tribunal de Contas da União ou qualquer outro órgão não questionou a forma de liberação que tem amparo legal, e é possível estar ele sendo feito à mesma maneira durante muito tempo e já vinha sendo feito anteriormente.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Essas são liberações efetuadas exatamente nesses períodos de 90, 91, 92, que a própria auditoria do Tribunal de Contas, através de sua Inspetoria Geral de Controle Externo, nos apontou.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Inclusive vou deixar à Comissão as manifestações do Tribunal de Contas sobre casos de não pagamento porque, segundo a prestação, não tinha ocorrido a devida prestação de contas.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Mas é outra hipótese.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Não. E depois o pagamento feito e a liberação pelo Tribunal de Contas dizendo que... então, está aqui o documento e devo deixá-lo para facilitar.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pois não. Nobre Depoente, pergunto a V. Exª se conhece a Organização Santamarense de Educação e Cultura, mais conhecida pela sigla OSEC, situada em São Paulo, Capital?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Organização...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Organização Santamarense de Educação e Cultura, conhecida pela sigla OSEC, constituída de várias faculdades - Medicina, Odontologia, Educação Física, Filosofia, Ciências e Letras, Comunicação Social e Turismo e Ciências Humanas.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Ilustre Deputado, por essa indicação não tenho idéia de qual é a instituição que seja.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não. Pergunto a V. Exª porque essa organização recebeu em 1990, no dia 9 de novembro de 90, a título de subvenção do Ministério de Educação e Cultura, para bolsas de estudo, US$ 982,701.00. Em 1º de agosto de 1991, recebeu US$ 1,155,015.00, num total de US$ 2,137,716.00. Essa organização também recebeu do Ministério do Bem-Estar Social a importância, de 89 a 92, de US$ 8,071,349.00, e tudo destinado a bolsas de estudos. Na auditoria procedida pelo Tribunal de Contas chegou-se à seguinte conclusão, pelas informações dadas, e essa entidade tem como uma das associadas principais a Golden Cross - Assistência Internacional de Saúde. E pelas informações coletadas pelos auditores, as prestações de contas feitas pela referida entidade **(incompreensível)** apresentação de uma lista nominal de todos os alunos matriculados na faculdade. Todos os alunos.

E tem mais: que a comprovação da aplicação é no sentido de que esses recursos eram necessários para fazer face à diferença existente entre o custo dos cursos oferecidos e a receita obtida através da arrecadação das mensalidades.

O senhor veja bem, nobre Depoente, que o Ministério, que na ocasião era dirigido por V. Exª, procedeu - e estou dando um exemplo porque estou fazendo isso pelo processo de amostragem. Porque temos muitas outras entidades que foram contempladas com recursos dessa natureza. Mas veja que numa prestação de contas feita pela OSEC, eles têm número de alunos por cursos: Letras, Pedagogia, Física, Matemática, Biomédicas, Biologia, Psicologia, Estudos Sociais, num total de 1.917 alunos. Então, todos os alunos foram contemplados com bolsas de estudo, quando não correspondia à verdade. Porque os chamados alunos carentes passavam por um contrato de mútuo para custeio de anuidade e mensalidade escolar.

Então o que temos, nobre Depoente, é uma situação no mínimo muito estranha. Quer dizer, o Ministério que era dirigido por V. Exª em dois anos libera mais de 2 milhões de dólares para pagamento de bolsas de estudo, que são bolsas de estudo que sequer eram destinadas para alunos carentes. V. Exª tinha conhecimento disso? Tinha uma forma de fazer a fiscalização? Quem, afinal de contas, solicitava recursos dessa monta, exatamente para essa organização?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Desculpe, qual a data da liberação?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Já passo para V. Exª. Eu já havia dito, mas repito. No dia 9 de novembro de 1990, 982.701,21 dólares. Em 1º de agosto de 1991, 1.155.015,20 dólares, num total de 2.137.716,41 dólares.

O SR. CARLOS CHIARELLI - A título de subvenção?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Subvenção para bolsas de estudo.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Voltamos à situação originária, Deputado. Há subvenções, volto a dizer - não vou aqui alterar a informação porque é verdadeira e fidedigna -, que eram pagas nos termos e modos em que recebíamos a listagem originária do Congresso Nacional.

A conferência feita era sob a adimplência no Conselho Nacional de Serviço Social e da legalidade da instituição. E a segunda verificação. Primeiro é o Conselho Nacional de Serviço Social. A segunda: Banco do Brasil, sob a vigência e operacionalização da diretoria. Terceiro momento: prestação de contas. Posso dizer-lhe que a prestação de contas, inclusive dessa segunda parcela, é impossível que tenha sido feita a verificação no meu período, porque saí vinte dias depois.

O SR. LUIZ MÁXIMO - É exatamente isso, nobre Depoente...

O SR. CARLOS CHIARELLI - Então, não foi no meu período. Eu fiz o controle da prestação de contas.

O SR. LUIZ MÁXIMO - ... que me causa uma perplexidade. Quer dizer, as pessoas responsáveis pela administração pública preocupam-se tão-somente com os aspectos formais das coisas sem procurar se perquirir exatamente da finalidade para a qual os recursos são destinados. Então, cito aqui apenas um exemplo, que é da OSEC, dessa organização que se situa em meu Estado, a título de amostragem para que V. Exª tenha conhecimento do que realmente andou acontecendo.

O SR. CARLOS CHIARELLI - O que eu posso dizer a V. Exª, ilustre Deputado, é que toda e qualquer entidade cuja prestação de contas mostrasse qualquer tipo de imperfeição, eu imediatamente mandava sustar o seu pagamento. E isso está comprovado, inclusive com entidades até mesmo sabidamente assistenciais, históricas, asilos com 40 anos de existência no meu Estado. Entidades que eu conhecia. Recordo agora o Asilo de Velhos de Uruguaiana. Entidades da minha cidade, Pelotas, tiveram o pagamento sustado porque a apresentação da prestação de contas ao Ministério não foi feita nos moldes e termos adequados. Essa era a nossa competência.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Apenas isto: V. Exª acha normal uma organização dessa, com mil novecentos e tantos alunos, todos eles, numa prestação de contas, contemplados com bolsas de estudo?

O SR. CARLOS CHIARELLI - Acho que não cabe a mim saber da normalidade. Havia um mecanismo, um setor, uma área e uma processualística do controle

da prestação de contas. Posso repetir a V. Exª o que eu disse antes de V. Exª me dizer qual era a indagação: não conheço essa entidade. De resto, é impossível que um ministro - aliás, qualquer pessoa - conheça todas as entidades voltadas à área cultura e educacional do País, com a dimensão do nosso País; que conheça rigorosamente o mecanismo de funcionamento. Quer dizer, tem que haver e deve haver e existem órgãos técnicos que fazem essa verificação e que tinham, isto sim, do ministro, rigorosa instrução para que jamais permitissem. Tanto fizeram que fizeram com entidades do meu Estado e da minha cidade. Isso está comprovado. Então, por que o ministro seria complacente com entidade que não conhecia e seria extremamente cruel com uma entidade beneficente, histórica, de 40 anos, que era conhecida, até administrada por pessoas sabidamente idôneas?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Vou parando porque o nobre Presidente, por causa do tempo, já me esporeia para que eu termine.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Lastimo, mas não sou eu que comando, é o relógio.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Foi o que falei. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra, como último inscrito, ao nobre Deputado Fernando Carrion.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares:

Inicialmente quero deixar a minha absoluta surpresa com o item 4 da argüição feita, pergunta nº 4, folhas 3, do Deputado Luiz Salomão. Permita-me fazer as referências e as citações com as respectivas respostas.

Nº 1 - É caracterizada a agenda do Sr. Mário Calheiros, de 1993 - folha que levanto;

Nº 2 - É identificado este senhor como dono da Engeconsult;

Nº 3 - É identificado - nesta folha que levanto com a mão direita - encontro de Calheiros com Prefeitos, data de 27 de maio de 1993, uma quinta-feira, 10h da manhã;

Nº 4 - O Dr. Calheiros escreveu: reunião com Chiarelli-MS Potranca, identificado como vice-Prefeito de São Gabriel, Rio Grande do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Potranca?

O SR. FERNANDO CARRION - Potranca aqui está ou Petranca. Potranca seria uma verdadeira égua. (Risos) Acredito que é Petranca.

Prefeito Municipal PM, de Ibirapuitã, não está identificado o nome, é o Sr. Paulo Portela com o Deputado Fernando Carrion.

Bem, eu gostaria de responder item por item.

Inicialmente quero dizer que nunca vi Mário Calheiros, nunca falei com esse homem por telefone ou pessoalmente. Não o conheço. Nunca havia ouvido falar nesta empresa chamada Engeconsult, de Porto Alegre.

Com respeito ao encontro deste Sr. Calheiros com Prefeitos na data de 27 de maio, quinta-feira, às 10h da manhã, em que este Sr. Calheiros escreveu - identifico as pessoas: Dr. Carlos Chiarelli eu o conheço, foi Deputado Federal, foi Senador pelo meu Estado e por ele tenho apreço; MS, nunca ouvi falar. MS para mim seria as iniciais de Mato Grosso do Sul; Dr. Potranca ou Petranca ou Petrarca ou seja lá o que for - a menos que não seja um eqüino - nunca ouvi falar, meu caro Presidente; Prefeito Municipal de Ibirapuitã é o Sr. Paulo Portela, de ilibada conduta, do Município de Ibirapuitã, situado a 62 quilômetros da cidade de Passo Fundo, que represento nesta Câmara dos Deputados, homem sério, eleito pelo PPR, meu partido, pessoa por quem tenho o maior apreço e acredito ser, absolutamente, recíproco.

Com vistas a esta pretensa reunião, porque ali diz: PN, Ibirapuitã; não dá o nome, mas eu digo, Paulo Portela, com o Deputado Fernando Carrion, às 10h do dia 27, no meu raciocínio cartesiano, como engenheiro, igual ao de V.Exª, Sr. Presidente, demandaria que uma pessoa estivesse já pernoitando em Porto Alegre, no dia 26, quarta-feira, porque não há condições áreas de forma alguma, de chegar lá neste momento.

Graças a Deus, me parece, tenho...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A menos que montasse a potranca.

O SR. CARLOS CHIARELLI - ... aqui uma velha agenda minha, que vou acostar aqui, de 1993, e posso inclusive dizer: "Dia 26 de maio, na quarta-feira, às 10h, minha presença, Brasília, Comissão de Defesa Nacional, da qual sou membro; após, Comissão de Transportes, da qual sou membro; após, acompanhamento, em Brasília, de uma comitiva do Município de Planalto, Rio Grande do Sul, companheiros do PPR, os quais acompanhei nesta cidade. Dia 27,- exatamente o dia aqui acostado - Brasília. O que fiz? Acompanhei o Vereador Tasca, médico da cidade de Sarandi, Rio Grande do Sul, aqui nesta cidade de Brasília. À noite, janta em minha casa, apartamento 604, bloco 302, "E". Com quem? Com minha mulher -há que se dizer tudo - com a Deputada Maria Valadão, do nosso partido, PPR, da relação de minha mulher, e com a Srª Rejane Carrion, esposa do Deputado Francisco Carrion Júnior, meu primo-irmão e absolutamente meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se V.Exª me permite, é uma agenda absolutamente sem pecado.

O SR. FERNANDO CARRION - Sem pecado. No dia, estava acompanhado da minha esposa, é isto que é notável.

No dia 28, Sr. Presidente, às 8h da manhã, tripulando o veículo Verona LX, 5505, placa de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, de minha propriedade, saí para uma viagem rodoviária de 608 Km, demandando a cidade de Araxá, onde parei no Grande Hotel, para fazer o quê? Participar do 4º Encontro de Cassinos, tangido pelo Deputado Dércio Knop,

autor do projeto competente. Lá fiquei, na companhia de minha esposa e na companhia da Drª Rejane Carrion, mulher do Deputado Francisco Carrion, meu primo-irmão e amigo, há 50 anos.

Acosto a competente prova da minha agenda, um tanto desorganizada, porém entendida, como prova; e, meu caro Presidente, evidentemente que não sabia, nunca soube desta reunião, e admoesto - e quero que isto fique claro - este senhor, Mário Calheiros, que não conheço, com quem nunca falei por telefone, por ele ter se atrevido a me plotar em sua agenda. O meu nome não poderia estar povoando a agenda de quem não conheço. Evidentemente que um fato desta natureza poderia até ter sido feito com absoluto desconhecimento meu, como tal.

Acredito estar totalmente esclarecido este ponto, que faço até muito mais em respeito aos meus companheiros de CPI, porque, no instante em que foram citados pelo Deputado Paulo Ramos estes pontos no item 04, que diziam: "Sr. Calheiros, Dr. Chiarelli = MS, Dr. Potranca, PM, Ibiurapuitã (que está errado, é Ibirapuitã), Deputado Fernando Carrion, em respeito aos meus colegas, eu tinha esta absoluta necessidade de fazer um esclarecimento; em respeito à verdade, nada mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, feita pelo Deputado Paulo Ramos ou Deputado Salomão?

O SR. FERNANDO CARRION - Desculpe. Se eu disse Paulo Ramos, eu me equivoquei violentamente. Aqui está, Deputado... Isto é o relatório sobre a análise dos documentos contidos nos autos, assinado pelo Senador José Paulo Bisol e pelos Deputados Nelson Trad e Luiz Salomão, tendo sido argüido - essa folha -, por este caro, ínclito colega, este Deputado que disse, há instantes, Luiz Salomão.

Meu caro Presidente, ainda dispondo dos instantes que me restam eu apenas queria deixar colocado o seguinte:

Sr. Carlos Chiarelli, ex-Ministro da Educação e ex-Senador do Estado do Rio Grande do Sul, o que devo realmente dizer é que tive a oportunidade, como Deputado, de conviver com o Sr. Carlos Chiarelli enquanto S. Exa. foi Ministro da Educação e que quero, isso sim, fazer aqui um depoimento, Sr. Presidente, de que o Sr. Carlos Chiarelli foi responsável pelo absoluto funcionamento do crédito educativo no País, enquanto foi Ministro. Quero dar esse depoimento em nome da justiça e em nome da verdade.

Quando o Dr. Calos Chiarelli, por desgraça, abandona aquele Ministério da Educação, lá pelas tantas de 1991, o crédito educativo foi entregue às baratas e o seu sucessor encarregou-se de inviabilizá-lo completamente.

E quero deixar aqui um elogio a Carlos Chiarelli, pelo muito que fez pelos estudantes pobres do País quando alevantou o crédito educativo. Quando V. Exa. saiu, Dr. Carlos Chiarelli, o seu sucessor acabou, arrazou com o crédito educativo, impossibilitando os estudantes pobres de estudar. O que aliás foi recomposto agora pelo grande Ministro Murílio Hingel.

Quero, também dar um depoimento. Enquanto V. Exa. foi Ministro atendia, tenho certeza, os prefeitos de todo o Brasil, mas também os prefeitos do Rio Grande do Sul, primeiro, com o cavalheirismo que é marca do seu temperamento, com a competência e objetividade, que são carimbos da sua personalidade. E tenho absoluta certeza de que aqueles atendimentos através dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE- que não sequer emendas Parlamentares ou emendas de qualquer natureza ou subvenções ou quaisquer coisas dessa natureza, aqueles recursos, FNDE, chegaram a tempo e à hora, Sr. Calos Chiarelli - até gostaria que olhasse para mim - no sentido de desenvolver construções de escolas, reformas de escolas, compras de ônibus para transporte escolar e fatos dessa natureza.

Sr. Presidente, eu que - não digo que fui provocado por aquela assertiva, mas citado e nada melhor do que matar a cobra e mostrar o pau - realmente tenho a oportunidade de fazer isso, e passo esses papéis para V. Exa. e quero deixar um depoimento abonatório que é o que sei em nome do cidadão que, para mim, é ínclito, acima de qualquer suspeita, Carlos Gomes Chiarelli.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço muito a V. Exa., nobre colega, pelas suas palavras que louvo aí pela sua agenda, porque V. Exa. disse que é desorganizada, não, mas como dissemos aqui é perfeita.

Como o nobre Relator não tem perguntas a fazer, o Vice-Presidente também não, dou a palavra ao Ministro Carlos Chiarelli, para as considerações finais.

O SR. CARLOS CHIARELLI - Sr. Presidente, ilustre Senador Jarbas Passarinho; ilustre Deputado Odacir Klein, digno conterrâneo; ilustre Deputado Roberto Magalhães, Relator desta Comissão; Srs. integrantes desta CPI, que resistiram a esta demorada sessão e que seguramente já chegam ao final de um dia de exaustiva atividade Parlamentar.

Eu queria aproveitar, ilustre Presidente, para retomar de maneira muito objetiva, muito conclusiva, aquilo que ponderei no início da minha estada nesta Casa e nesta sala. Digo a V. Exa., Senador - me permita fazer esta sumária divagação - que esta instituição me traz de volta momentos inesquecíveis da minha vida pública e, inclusive, da minha experiência como cidadão, como pessoa.

Que este lado desta instituição, esta Casa, com a devida vênia e permissão dos também, meus ex-colegas Deputados, mas esse querido Senado da República, foi um momento de embates, debates e combates dos quais jamais vou me esquecer.

Digo mais, ilustre Presidente, esta sala, nela vivi momentos de angústia, tensão, exigência de equilíbrio, cobrança de lucidez e desafios terríveis para que soubesse bem exercitar o limite da competência, que a Constituição, a lei, assegurava-nos como asseguram a V. Exªs.

Imagino, tento imaginar a tarefa hercúlea que está sobre os ombros ilustres do Deputado Roberto Magalhães. Por mais difícil que seja a posição que se tem nesta cadeira, a convocação para depor, com essas sombras lançadas, soltas como nuvens que se deslocam e que não se tem como resgatá-las e retomá-las, por mais difícil que seja essa condição, ainda creio que seja menos difícil que a sua situação. Cobrança, exigência, no momento em que encerra, de certa forma, a tarefa do Plenário, que se esgota a função do vice-Presidente, de reconhecida e ilibada postura, como os demais, mas a quem presto minhas homenagens como conterrâneo e adversário político; a quem aprendi a admirar na convivência dos debates e até no intrincado das nossas, nem sempre ou quase sempre, coincidentes posições doutrinárias, mas sempre coincidentes em termos éticos; no momento em que se apagam as luzes sobre a atuação fantástica do Presidente da Comissão, Senador Jarbas Passarinho, acendem-se luzes de expectativas de cobrança e de um desafio fantástico para V. Exª.

Tomara a Deus que possa estender, sobre sua inteligência e equilíbrio, já reconhecidos, todas as suas bênçãos para que chegue V. Exª à elaboração daquilo que todos sabemos, que será o parecer adequado e que a Comissão haverá de apreciar.

Sr. Presidente, deixo com esta Comissão alguns documentos para que minha vida fique aqui perfeitamente radiografada, os honorários recebidos neste ano, o contrato do escritório de advocacia, a carta que se fez buscando clientes.

Não sei, depois de 12, 13 anos de vida pública - desculpem-me se lhes tomo alguns minutos, mas foram 89 dias de espera -. No dia que ouvi na **Rede Globo** que meu nome era citado por uma pessoa que não conhecia e não conseguia identificar na minha memória, colocando-me num contexto com o qual não tivera a menor vinculação e permitindo que, sobre mim, o País inteiro lançasse suspeitas. São 89 dias esperando por este momento, por isso me perdoem esse desabafo e essa declaração e manifestação unilateral. É provável que já se tenham acostumado com ela.

Os senhores são uma platéia permanente, eu sou o orador transitório, é um pouco a inversão dos comícios de campanha, onde muda a platéia e permanece o orador. Perdoem-me de lhes dizer que é um momento da maior importância, não sei se um dos maiores da minha vida, depois de tanto tempo de vida Parlamentar, depois de tanta atividade pública, nesta Casa, no Executivo, na vida universitária, na advocacia dos sindicatos, voltar.

Os senhores não sabem como é difícil voltar ao exercício de uma profissão que se parou de ter como atividade rotineira 15 anos antes. Deixar de lado a vida política, da qual sempre nos queixamos, mas pela qual temos uma sedução irreversível e irresistível, para reconstruir um projeto de profissional liberal. E é por isso que fiquei muito triste, primeiro, com a citação e, sobretudo, com esse documento de ontem. Desculpem-me. Rebati. Tenho a tranqüila consciência de que nada mais me atinge ali do que vínculos afetivos. Mas, é muito difícil, depois de tudo isso, meu caro Senador Jarbas Passarinho, depois de ser Deputado, Senador, Secretário de Estado, Ministro por duas vezes, ter um patrimônio, sei lá de 300 mil dólares ou, quem sabe, de um pouco mais: 320 mil ou não sei quanto, e chegar aqui para ser questionado e olhado, às vezes, como alguém que, quem sabe, enriqueceu ilicitamente. Tivesse enriquecido ilicitamente quando geri recursos públicos, não estaria hoje na refrega mais difícil que é a luta aberta do mercado de trabalho. É isso que lhes posso dizer. Estou tentando construir, agora sim, um patrimônio. Faço-lhes chegar honorários declarados, que médicos e advogados não gostam de mostrar, mas vai aqui o que se ganhou esse ano passado. Para que saibam que a casa do meu filho, Deputado Zaire, V. Exª que me perguntou, objetivamente e com muita seriedade, tenham a absoluta convicção, custou 13 mil dólares. É uma casa, muito modesta, de um jovem de 27 anos, que está começando a trabalhar e que está querendo construir o seu patrimônio depois de ter ganho dois concursos na faculdade para ser professor, diariamente fazendo as suas audiências na Justiça do Trabalho. Fico triste ao ver que aqui se refere à vida financeira da minha mulher, a 6 mil e 200 dólares, referentes a um apartamento alugado, como se ela tivesse feito enriquecimento ilícito, vivendo hoje um momento de dificuldade. Muito obrigado por terem me ouvido. Não quero me prolongar. Obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes de concluir esta reunião, quero lembrar que, amanhã, temos a oitiva do Deputado Osmânio Pereira às 9h30mm.

Não está presente, no momento, o nobre Senador Elcio Alvares, que vamos perder do nosso convívio, de vez que S. Exª aceitou hoje o convite para ser Ministro da Indústria e Comércio. (Pausa)

Está-me informando o Deputado Odacir Klein que S. Exª permanecerá até o final da CPI.

Quanto ao Ministro Carlos Chiarelli, a primeira declaração que vou fazer vai mostrar nos meus 47 anos olhados pelo espelho e a juventude de S. Exª quando o conheci. Era eu Ministro do Trabalho e Previdência Social quando, um grupo que me pedira audiência no Ministério, vindo do Rio Grande do Sul, lá já despontava, pela inteligência, pela facilidade com que falava, pela sua fluência, um jovem advogado, assessor de um órgão sindical. Depois a vida fez nossos reencontros.

Tenho sido extremamente parcimonioso, Ministro Carlos Chiarelli, em fazer aqui declarações que, como Presidente desta CPI, só posso, evidentemente, fazê-las depois que o relatório do meu preclaro Relator, Dr. Roberto Magalhães, e os conselhos altamente valiosos que recebo do Deputado Odacir Klein me permitirem fazer. Todavia, as palavras

emocionadas de V. Exª levaram-me a rever o que li há muito tempo sobre a transitoriedade da glória e a fugacidade do poder. V. Exª colocou exatamente esse contraste no momento em que falou. Não tenhamos ilusões, todos nós que somos homens públicos: realmente a glória é fugaz e o poder é transitório. O que espero é que V. Exª possa receber como recompensa desses 89 dias a que se referiu uma solução que lhe possa ser agradável, que possa ser mostrado como parte inevitável das vicissitudes que a vida pública traz a cada um de nós.

Agradeço a presteza com que V.Exª acedeu ao nosso convite e o esforço que fez para marcar essa viagem e chegar hoje aqui. Nós, que através do Deputado Odacir Klein, estávamos com grande dificuldade de fazer, para hoje, o nosso calendário.

Que V.Exª seja feliz no patrimônio que vai crescer e que deixe lembranças que deixou entre nós, quer como Deputado e, posteriormente, como meu Colega do Senado, no jogo floral das idéias e na beleza da expressão.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 21h58min.)

Depoimento do Sr. Deputado Osmânio Pereira

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Está aberta a reunião.

A reunião de hoje tem por finalidade ouvir o Deputado Osmânio Pereira.

Vamos proceder as perguntas de praxe para efeito de identificação e posterior prestação de compromisso.

Seu nome?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Osmânio Pereira de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Idade?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Cinqüenta anos.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Estado civil?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Residência?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Em Belo Horizonte, Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Profissão?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Advogado, Parlamentar e pecuarista.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Lugar em que exerce a atividade?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Em Belo Horizonte e aqui em Brasília, como Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A Presidência solicita aos presentes que permaneçam de pé, para ouvirmos a prestação do compromisso regimental.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - "Juro, dizer a verdade, somente a verdade do que sei e do que me for perguntado."

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - V. Exª tem até uma hora, se desejar, para fazer a sua explanação inicial.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Osmânio Pereira.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, demais integrantes desta Mesa, Srs. Senadores e Deputados membros desta CPI:

Vou procurar ser breve, porém existem alguns assuntos em que tenho que me alongar mais um pouco, para prestar todas as informações necessárias.

Sr. Presidente da Comissão:

O Sr. Presidente da Comissão convocou-me para depor perante esta douta CPI e ainda estou sem saber se como indiciado ou testemunha.

Dentro do princípio de eventualidade da defesa, quero, de forma clara e cristalina, colocar, em preliminares, algumas questões:

Primeiro - Formulei, formalmente, uma série de questões à CPI, através do Sr. Presidente, para saber como e por que meu nome foi envolvido como Deputado a ser investigado pela CPI do Orçamento. Até o presente momento, não recebi qualquer resposta a estas indagações.

Segundo - É público e notório que toda a Nação brasileira e, de modo especial, a mídia nacional, tem divulgado, sistematicamente, o nome de Deputados que pela CPI têm sido indicados como "envolvidos" na corrupção do Orçamento da União, denunciados pelo técnico José Carlos dos Santos.

Li e reli o depoimento de José Carlos dos Santos e não encontrei em nenhum momento a indicação do meu nome como integrante do esquema de corrupção da Comissão de Orçamento.

Que fique claro, portanto, o que já deve estar claro e evidente para a CPI, que não fui, em nenhum momento, citado pelo denunciante que gerou a constituição desta Comissão como integrante de qualquer grupo ou facção envolvido com a corrupção denunciada.

Terceiro - Como já denunciei ao Sr. Presidente da CPI, fui surpreendido, na noite do dia 02 de Dezembro de 1993, com a divulgação, na mídia nacional, do meu nome como integrante de um esquema de "governo paralelo", controlado por empreiteiras, sob a coordenação da Norberto Odebrecht.

O Sr. Presidente deve se lembrar e, se não se lembra, os vídeos registram, que na relação divulgada por V. Exª, por duas vezes, foi citado como integrante do "esquema" de corrupção da Odebrecht o nome do Deputado Osmani Pires e, posteriormente, dito que o meu nome integrava a lista encontrada nos "documentos" apreendidos na residência do Sr. Aílton Reis. Estes nomes que foram veiculados pela mídia nacional, antes mesmo de que tivessem sido objeto de qualquer investigação, ainda que precária, pelos colegas integrantes desta CPI, constituindo o fato, no mínimo, precipitação.

Também neste particular, até o presente momento estou aguardando, por parte desta Comissão, as respostas à indagação feita quanto ao momento e às razões que levaram a CPI a concluir que as letras OP seriam as minhas iniciais, uma vez que o meu nome é Osmânio Pereira de Oliveira.

Quarto - Relembro, para efetivo registro, que a divulgação dos 10 (dez) nomes de Parlamentares, onde o meu nome foi incluído em 10º lugar, foi antecedida de grande expectativa, criada pelos meios de comunicação social, quanto à descoberta da existência de um "governo paralelo". Este fato se apresentava tão grave que, antes da divulgação, membros desta honrada CPI procuraram o Sr. Presidente da República e o Sr. Ministro do Exército, dando à divulgação do fato conotações de questão de Segurança Nacional.

Quinto - Também assisti indignado ao fato de que diversos Parlamentares, com explícita referência aos seus nomes nos mesmos "documentos" apreendidos na residência do Sr. Aílton Reis, foram previamente "inocentados" de qualquer possível culpa ou responsabilidade, estando imunes a quebras de seus sigilos bancários e às investigações realizadas por esta Comissão, que, por princípio, não pode, por dever de justiça e da competência que lhe é atribuída pela Constituição Federal, deixar de averiguar qualquer fato relevante que possa indicar o envolvimento de qualquer parlamentar, independentemente de sua origem partidária, projeção nacional ou familiar.

Sexto - Da mesma foram, após o encontro dos "documentos" na residência do Sr. Aílton Reis, da Construtora Norberto Odebrecht, como todos os brasileiros, tive conhecimento, através da mídia impressa nacional, de que 68 (sessenta e oito) políticos, envolvendo Deputados, Senadores e Governadores de Estado, estavam nominalmente citados nos disquetes decodificados da mesma empreiteira Norberto Odebrecht. Nesta oportunidade, a Comissão Parlamentar de Inquérito, esta CPI, não foi à mídia nacional para, como aconteceu no caso daqueles 10 primeiros nomes veiculados, divulgar os nomes registrados nos arquivos informatizados.

Sétimo - É na qualidade de Cidadão que desejo para mim, como Deputado, ou para qualquer representante do povo brasileiro, o devido processo legal, que é uma garantia e um direito constitucional.

Ninguém pode ser condenado sem o devido processo legal; este é o princípio esculpido na Constituição Cidadã.

De fato, sem qualquer investigação, ainda que sumária, sem processo legal, meu nome foi divulgado nacionalmente como culpado, como se efetivamente integrasse, a partir da construtora Norberto Odebrecht, "o Governo Paralelo", construído à base da corrupção e de propinas.

Trabalhei normalmente no dia 02 de dezembro de 1993, nesta Casa, e viajei à noite para Belo Horizonte.

Fui diretamente para o Hospital Mário Penna, onde decidimos os detalhes de uma campanha de arrecadação de recursos para aquela obra social.

Cheguei em casa às 23h30min e a minha esposa, que me recebeu na entrada do banheiro, disse-me o seguinte: "A CPI, através do seu Presidente, divulgou pela televisão que você integra a lista de Parlamentares da máfia da corrupção do Orçamento."

Minha profunda indignação se fez manifesta, através de entrevista coletiva à imprensa de Minas Gerais, no ardor das primeiras notícias. Agora, mais sereno, reconheço que tenha extrapolado nas observações que fiz e que podem, pelo excesso, ser deduzidas pelo momento de profunda carga emocional que vivi.

Também não estive imune à reação normal de qualquer democrata, quando da tribuna desta Casa, de forma contundente, possa ter agredido membros desta Comissão, ao dizer que as questões parlamentares devem ser resolvidas no Parlamento. Tenho motivos para não acreditar em soluções fora do processo democrático, e se me dispus a ser Parlamentar, integrando a Bancada de Minas Gerais, foi porque acreditei e acredito que podemos democraticamente construir um grande País, buscando as soluções, no profundo respeito às nossas instituições, conscientes do papel e da responsabilidade que a nossa Carta Magna lhes atribui.

Oitavo - Reafirmo aqui minha inabalável confiança na Democracia e neste Congresso. Vivi como Parlamentar situação em que tive de dar também o meu voto na

cassação de colegas Parlamentares, envolvidos em procedimentos que cabalmente demonstraram a justiça das penas que lhes foram aplicadas. Em cada caso e em cada situação.

Fui coordenador na Universidade Católica da AP - Ação Popular. Fruto desse trabalho de militância estudantil, fui preso duas vezes; fui interrogado, durante dois dias e duas noites, por um grande amigo de V. Exª - o senhor conhece -, o antigo Coronel Medeiros, General Medeiros. Sofri, porque o General Medeiros me tratou muito bem, durante todo aquele depoimento, e infelizmente alguns queriam, naquela época, que eu falasse que tinha sido espancado e torturado, e eu não aceitei aquela mentira. E por isso respondi ao meu processo e não fui condenado.

Em seguida, após deixar a Universidade, passei a assumir outras atividades. Em 1969, deixava a Universidade e me casei. Em 1970 - digo hoje, pelas mãos de Deus - fui colocado em uma obra social em Belo Horizonte, que todo o Estado conhece, que se chama Mário Penna. Encontrei dezesseis pacientes morrendo à míngua; encontrei um homem com uma chaga aberta no peito, com bichos caindo, sem médicos, sem recursos, em um hospital que pertencia à Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais.

Naquele dia, estava sentindo um vazio tremendo na minha vida e senti que ali tinha alguma coisa a realizar. Parti para a denúncia daquela situação injusta e, ao mesmo tempo, comecei a arregimentar as pessoas que ali simplesmente iam para rezar pelos doentes. Em pouco tempo, conseguimos criar a Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna, que passou a trabalhar e a colaborar com o Governo do Estado de Minas Gerais, para melhorar as condições daquele que era chamado de um depósito para as pessoas morrerem. De lá não saía ninguém vivo; quando não se morria do câncer, morria-se das infecções, porque não havia aparelho nem para esterilizar uma agulha.

Em 24 anos, como único Diretor-Presidente daquela Associação, depois que recebemos da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, mobilizando recursos públicos e comunitários, numa integração comunidade e setor público, conseguimos construir 25 mil metros quadrados de obras. De 16 pacientes, hoje já atendemos a mais de 100 mil pacientes por ano. De um punhado de empregados, que nem carteira sequer tinham assinada, hoje temos mais de 500 empregados, em torno de 100 médicos, 400 leitos, e é hoje uma das maiores instituições de câncer do País.

É o Dr. João Rezende Alves, a quem também o nobre Senador e Presidente desta CPI conhece, que acompanhou Tancredo Neves até o momento da sua morte, é hoje, ao meu lado, aos 83 anos, aquele que nos acompanha, numa equipe que estamos juntos desde 1970.

Então a minha vida foi sempre voltada para essas causas sociais. E gostaria de ressaltar: não para vaidade; em 24 anos de trabalho, esta obra foi construída com o que sobra do meu tempo. Nunca percebi um centavo sequer. A gasolina que eu uso e os pneus que gasto do meu carro, do meu bairro para esta obra, para o Instituto Mineiro de Oncologia, são gastos do meu bolso. Como também nenhum diretor percebe nada. Lá, o nosso lema é: "Dar aos pobres, aos indigentes, aquilo que os ricos podem comprar com os seus recursos, com os direitos." Este é o nosso lema, a nossa obra.

Trabalhei muito, também - muito, mesmo -, na Penitenciária de Neves, na recuperação de presos, no acompanhamento de seus problemas jurídicos e outros trabalhos que nós fazíamos, durante muitos anos, nos idos de 70.

Tenho trabalhado arduamente numa outra instituição, já há quase 15 anos, que leva o nome de Associação dos Amigos de Palmópolis. Nessa Associação, que tinha uma pequena creche, no lugar mais pobre do Vale do Jequitinhonha, hoje nós temos centenas de famílias assentadas, uma creche com 300 crianças, fábrica de farinha, fábrica de doce, fábrica de cerâmica e um caminhão que adquirimos para transportar mandioca das roças daqueles pobres; e um trabalho de formação de cidadania que causa inveja a muitas capitais brasileiras.

Eu escolhi o Vale do Jequitinhonha, antes da minha eleição e depois de eleito, para lá trabalhar com determinação. E lá, também, no Vale do Jequitinhonha, estamos desenvolvendo um outro trabalho com uma outra obra, que é filha do Mário Pena: a Fundação São João Bosco para a Infância.

Tão logo vimos a criação do Estatuto da Criança e da Adolescência, nós, Mário Pena e Inspetoria Dom Bosco, que tem 100 anos de experiência com a formação da juventude, fizemos uma associação e criamos essa fundação, que está percorrendo todos os municípios mineiros para criar os conselhos tutelares e municipais do Estatuto da Criança e da Adolescência. Fizemos recentemente uma parceria com a UNICEF e estamos desenvolvendo vários projetos também no Vale do Jequitinhonha.

Não sei se estou cansando os senhores, mas eu gostaria que conhecessem um pouco a vida de alguém que veio para esta Casa para dar continuidade a essa obra.

Exerci inúmeras lideranças em vários movimentos de cursilhos de cristandade e encontro de casais com Cristo. Tive a honra de presidir o Movimento de Renovação Carismática Católica, na minha cidade, no meu Estado e no Brasil, além de ser o primeiro Diretor mundial em Roma, onde trabalhei com o Santo Padre. E tive a honra de ser por ele recebido pelo menos 6 vezes e de ganhar, das suas mãos, em inúmeras oportunidades, a eucaristia.

Percorri o mundo inteiro pregando, em nome da Renovação Carismática, a minha fé, não fazendo proselitismo, mas dando testemunho de um compromisso engajado, numa luta de libertação de todo o povo brasileiro; não com a violência, mas com os valores do Evangélio.

Trabalhei também em um outro movimento que muitos conhecem, de evangelização 2000. E, em dezembro de 1990, no dia 1º, aqui, na cidade de Brasília, nós,

com 35 mil pessoas no estádio, lançamos uma década de evangelização mundial, preparando a humanidade, preparando o Brasil para os 2.000 anos do nascimento de Cristo. Não sou evangélico, sou católico, comprometido com a minha fé.

Fui votado em 503 Municípios, praticamente gastando muito pouco, sola de sapato e carro. Às vezes, sem motorista, dirigindo dia e noite para poder estar em contato com as comunidades.

Finalmente, eu gostaria de entrar nos fatos: as emendas orçamentárias, que foram o motivo de me trazer a esta CPI.

No Orçamento de 91, já votado quando assumi meu mandato, no dia 1° de fevereiro, não pude ter qualquer atuação ou participação. Conclusão: não apresentei, mesmo desejando levar benefícios para o Vale do Jequitinhonha, onde estou comprometido. Não pude levar absolutamente nada, desde o primeiro dia, no meu primeiro pronunciamento nesta Casa, quando fui totalmente contrário e de confronto ao Governo Fernando Collor de Mello. Estive, durante todo o período do Governo Collor, em confronto, denunciando várias coisas com as quais não concordava.

Orçamento de 92: como Relator parcial, desenvolvi vários trabalhos. Para isso, quero, antes de entrar nos detalhes, passar às mãos do Relator alguns documentos. O primeiro, Sr. Relator, é um documento que diz: "minha vida é minha defesa", com todos os relatos dos trabalhos desta Comissão de Orçamento.

Neste segundo volume - eu gostaria de passar às mãos de V. Exª -, há toda a documentação da minha vida, das providências que tomei desde o dia que pedi, espontaneamente, a quebra do meu sigilo bancário: extratos bancários, vida patrimonial e outros documentos de cartório; enfim, uma série de documentos que comprovam as coisas que foram feitas.

Passo também às mãos de V. Exª dois volumes que contêm todas as emendas que aprovei na Relatoria, especialmente na parte das emendas que vieram da FUNASA - e vou explicar por quê. Então, estão aqui o primeiro e o segundo volumes com toda a documentação dos trabalhos realizados.

Como Relator parcial, tive que desenvolver meu trabalho de rotina, que já estava programado e que previa a aprovação de, aproximadamente, umas 368 emendas.

Depois que eu já estava com o trabalho completamente pronto na minha relatoria - e eu seria um dos primeiros a integrá-lo -, fui procurado pelo Coordenador da área de saúde, o Deputado Flávio Derzi, e por outros membros da Comissão de Orçamento para um problema surgido: aproximadamente 900 Parlamentares haviam encaminhado as suas emendas para a FUNASA, Fundação Nacional de Saúde. Essas emendas não poderiam ser acolhidas, porque o objetivo da FUNASA não permitia investimentos em construção de hospitais, postos de saúde, unidades, etc.

Saí, junto com o Relator do INAMPS e da FUNASA, para uma reunião, da qual inclusive participaram alguns elementos da minha Bancada, com os quais conversei - um deles está aqui, é o Deputado Sérgio Machado. E ficou decidido na Comissão de Orçamento que faríamos a fusão do relatório daqueles três setores, INAMPS, FUNASA e Fundo Nacional de Saúde. Com esta fusão dos relatórios, foi possível à relatoria do INAMPS e à relatoria do Fundo Nacional de Saúde acolher aproximadamente 900 emendas que simplesmente seriam pulverizadas, seriam canceladas, trazendo prejuízos enormes a diversas comunidades e a muitos lugares do Brasil.

Essas emendas que foram aprovadas por mim e pelo Relator do INAMPS, da minha parte foram da ordem de 400 - ou um pouco mais - emendas, que constam do documento que passei às mãos do Relator.

Então, tive que refazer, em 8 dias, todo um trabalho pronto; praticamente em 4 noites fomos dormir às 4h30min, 5h da manhã para, no prazo legal, determinado pela Comissão de Orçamento, entregar o relatório pronto. Conseguimos redistribuir os recursos. E parte dos recursos que eu ia devolver ao Relator Geral foram utilizados nas emendas oriundas da FUNASA.

Este foi o trabalho que realizamos para poder viabilizar, no ano de 1992, para o exercício de 1993, aquelas emenda que seriam canceladas.

Dentre as emendas aprovadas por mim na relatoria do Fundo Nacional de Saúde, constam 900 e tantas; dentre estas, duas foram motivo da controvérsia, onde aparecem essas iniciais.

A primeira é uma emenda de Mato Grosso. Esta emenda me foi apresentada pela Bancada do Estado do Mato Grosso; esta Bancada solicitou, através de uma Emenda coletiva, nº 00020-6, 20 milhões de cruzeiros à época. Examinei os recursos disponíveis, os critérios da Lei de Diretrizes Orçamentárias e concedi, quer dizer, acolhi através de 5 milhões de cruzeiros. Tomei conhecimento, posteriormente, de que o Relator Geral subiu esta quantia para 20 milhões de cruzeiros. Tenho aqui - e passo às mãos do Sr. Relator - o pedido do Governador do Estado, assinado por Jaime Veríssimo de Campos, da liberação desses recursos. Nunca estive em audiência, nunca pedi, através de ofício ou de qualquer outro expediente, a liberação desta emenda; simplesmente a aprovei porque se tratava de uma obra pública. Como o critério de aprovação adotado por mim era o de seguir a Lei de Diretrizes Orçamentárias - e lá estão explícitas essas prioridades para obras públicas -, aprovei essa emenda naquele valor.

Até a data da denúncia dos nossos nomes, dia 2 de dezembro, esses recursos nem sequer tinham sido liberados. Tomei então a iniciativa de notificar o Sr. Ministro da Saúde, conforme o documento do dia 3 de dezembro, protocolado pelo número de protocolo,

sobre a total inconveniência de se efetivar o pagamento desta emenda até que se encerrassem os trabalhos da CPI.

Então, passo às mãos de V. Exª essa história e as providências tomadas.

Com relação à emenda, também objeto do documento do Sr. Aílton Reis, aparecem as iniciais OP. Diante das iniciais, um percentual de 0,35%, inclusive cortado - e é o único percentual que está cortado, não sei por quê. Aparecem também, logo abaixo de OP, três letras: OSM, tudo indicando que aquele diretor ou não sabia do que se tratava OP naquela reunião - tiveram que perguntar a alguém quem era o tal OP -, ou para que não esquecesse posteriormente quem ele era.

Essas são deduções que se pode tomar. Como se pode deduzir que OP significa ordem de pagamento ou qualquer outra coisa?

Naquele documento, aparece esta emenda da Universidade Federal do Piauí, também uma obra pública; uma obra que merece prioridade no Orçamento. Esta emenda é de autoria do Deputado Ciro Nogueira, Emenda de nº PO 88757. Este Deputado foi ao meu gabinete e pediu para liberar os recursos dentro dos mesmos critérios de contemplar a todos os Parlamentares desta Casa. Eu não pude atender ao que ele pedia e atendi dentro dos critérios técnicos. Concedi, a quem pedia 19 milhões de cruzeiros, apenas 2 milhões.

Posteriormente, esses recursos foram ampliados para 19 milhões de cruzeiros pela Relatoria Geral. Quem pede a liberação de recursos é o Professor Charles Camilo da Silveira, Reitor da Universidade do Piauí. Da mesma forma, não existe nos Anais do Ministério da Saúde qualquer registro com relação a qualquer interferência minha para a liberação desses recursos. Logo, essas duas emendas não pertenceram, nem pertencem a mim. Como Relator Parcial, agindo como magistrado, analisei o interesse social e, à luz dos critérios da LDO, concedi aquilo que era possível. Mas como também esta emenda não havia sido liberada no dia 2 de dezembro por ocasião da denúncia daqueles dez nomes, dentre os quais o meu, tomei a precaução de também notificar o Sr. Ministro da Saúde - e aqui está o documento, carimbado, do dia 3 de dezembro - sobre a total inconveniência de se proceder à liberação desses recursos.

Passo também às mãos de V. Exª as providências encontradas.

Nas demais emendas, o documento, que é vasto, conta como trabalhei, como foram distribuídas. Por exemplo, nas emendas de cunho social - só para registro, eu gostaria de apontá-las aqui -, procurei identificar aqueles Parlamentares que tinham realmente preocupação com a área social. E vou citar, com muito orgulho, o grande Companheiro e Colega nosso, Deputado Eduardo Jorge, do PT, que foi o campeão na obtenção de recursos e de aprovação de emendas do Fundo Nacional de Saúde. Simplesmente porque ele, entendendo o espírito verdadeiro do Orçamento, destinou os recursos que tinha direito de distribuir para as capitais, para as grandes cidades e só para o Sistema Único de Saúde.

Então, praticamente não neguei uma única emenda ao Deputado Eduardo Jorge; foram 27 emendas aprovadas para ele. Como aprovei também para Álvaro Pacheco, para Marcelino Romano várias emendas com mesma finalidade. Como aprovamos também para o Senador Pedro Simon, para o Deputado Cardoso Alves. Enfim, há aqui um registro. Para a Deputada Sandra Starling, obras importantes.

Enfim, o critério que eu utilizei nessas aprovações, Senador Nelson Carneiro, Deputado Marco Penaforte, Sérgio Arouca - esse foi outro importante que coloquei aqui porque ele destinou recursos também para obras públicas de extrema necessidade; Maria Luíza Fontenelle.

Então, dentro desses critérios, procurei ver qual era a motivação da feitura da emenda, como também o outro critério eram emendas coletivas, emendas de bancada.

Essas emendas receberam da minha Relatoria uma atenção toda especial e eu gostaria de, encerrando essa parte, dizer que, como Parlamentar, no Orçamento de 92, aprovei apenas 12 emendas de um total de 30 apresentadas, sendo liberados aproximadamente 310 mil dólares no Orçamento de 92.

No Orçamento de 93, aprovei 32 emendas de um total de 50 apresentadas, num valor aproximado de 5,7 milhões de dólares. E, nesse particular, a maioria das emendas de 93 são dedicadas a regiões pobres do Vale do Jequitinhonha.

No ano de 92, quando eu não era integrante da Comissão de Orçamento, aprovei recursos, como Deputado, para o reaparelhamento do Instituto Mineiro de Oncologia e Hospital Mário Pena, esse sobre o qual dei testemunho. E foram dois recursos de 368 milhões, 960 mil, preço da época, que equivalem hoje a 153 mil, 405 dólares.

Esses recursos já foram utilizados integralmente nessas duas obras, trazendo um benefício muito grande na parte de equipamentos médico-hospitalares. E passo aqui, às mãos de V. Exª, as prestações de contas desses recursos liberados para essas duas obras, que são mais obras públicas do que particulares.

Estou incluindo também, nesta prestação de conta, um recurso de 50 mil dólares que o INAMPS liberou para o nosso hospital, para que pudéssemos adquirir um dos mais modernos aparelhos de braquioterapia, que é o terceiro no Brasil, e que tive que buscar pessoalmente na China, através de um convite que recebi da Embaixada da China Popular.

Esse aparelho, que na Comunidade Econômica Européia e nos Estados Unidos custa em média 700 mil dólares, eu trouxe da China, Sr. Presidente, por apenas 220 mil dólares. Já está no nosso hospital, funcionando. Os médicos já foram à China e aqui tem a prestação de contas de tudo isso.

Para completar os 220 mil dólares desse aparelho, fizemos campanhas em Belo Horizonte e conseguimos também completar os recursos.

De quanto tempo disponho, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª terá até 10h53min.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Vou concluir.

Quero passar também às mãos de V. Exª um pequeno recurso, uma pequena subvenção de 1 milhão de cruzeiros, que foi concedida à Fundação São João Bosco para a Infância, neste ano; recurso já aplicado, e o relatório correspondente desse recurso encontra-se aqui.

Da parte de Orçamento, parece-me que seria o suficiente.

Eu gostaria de analisar um pouco o documento no qual estou envolvido, que é o documento da ODEBRECHT.

Desse documento, podemos fazer várias análises e cada um tira as suas conclusões. Mas, à pág. 06, nós encontramos, está aqui, no Estado do Piauí, Hospital Universitário, FUNASA riscado, Fundo Nacional de Saúde, emenda parcial, OP 3% sobre 2 bi, 0,35%, riscado 35.

Como já comentei, um Parlamentar que deseja propinas ou ganhar dinheiro através de expedientes irregulares de emendas, quando se pede um recurso de 19 bi, ele não vai reduzir ao mínimo, de 19 para 2, quer dizer, seria um contra-senso. Em segundo lugar, repito: essas iniciais - OP, nós podemos tirar várias ilações. Não acredito que tenha sido uma referência à minha pessoa, porque nunca tive qualquer contato, nunca fui procurado por qualquer diretor da ODEBRECHT, nunca tive nenhum relacionamento, tampouco aprovei emenda de minha autoria para qualquer obra dessa construtora.

Conheci o Sr. Aílton Reis aqui, neste plenário. Lembro-me de que, no interrogatório que o Senador Mário Covas fez ao Dr. Aílton Reis sobre a minha pessoa, fazendo ligação com essas iniciais, ele disse que nunca tinha tido conhecimento e que não conhecia o Deputado Osmânio Pereira.

Na outra página nem existem iniciais. Na página 10 do meu documento consta "Hospital do Câncer - Relator parcial - 5 bilhões - 3%, 5% sobre um outro valor que não está bem legível, 1.26. Neste não aparecem nem as iniciais. Mas como foi uma emenda da minha relatoria parcial, poder-se-ia tirar alguma conclusão. Acredito que tenha sido isso que levou à Subcomissão a pensar no meu nome.

Portanto, nada tem a ver, não existem, nas minhas contas bancárias qualquer registro de ingresso de recursos dessa construtora. Diante de Deus e desta CPI posso dizer que nada tive e nada tenho com esses homens. E repudio a forma como trabalham, especialmente de maneira unilateral, usando iniciais de muitos parlamentares para programar suas atividades ilícitas, mesmo que seja num futuro próximo, como muitos deles falaram.

De forma, Sr. Presidente, que, sobre essa parte do documento, não tenho muito mais a acrescentar, tampouco vou fazer demagogia. Quero simplesmente dizer que nada tenho a ver com tudo isso.

Quanto ao meu patrimônio, eu gostaria de fazer um registro. Quando tomei posse no dia 1º de fevereiro de 1991, antes mesmo da minha posse, fui ao Tribunal Regional Eleitoral e ali coloquei um documento com toda a minha relação de bens. No documento - obtive a certidão no dia 09 de dezembro no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e anexei-a aos papéis que passei ao Sr.Relator, há relação dos meus bens.

No tocante a essa parte, eu gostaria de dizer, de maneira muito franca e sincera, que recebi parte dos meus bens por doação e herança de meu pai, que hoje, aos 93 anos, ainda dirige três grandes propriedades rurais em Itapetinga, Bahia. Meu pai, cego de uma vista, enxergando 30% com a outra, ainda dirige três propriedades rurais, comprando, pagando e administrando. E ainda socorre muitos dos meus irmãos que não conseguiram, ao longo da vida, fazer o que o meu pai fez. Também eu fui socorrido por ele várias vezes, e, com a graça de Deus, esse homem me ajudou tremendamente. Fui o primeiro filho a formar-se, graças a um homem que mal sabe escrever, semi-analfabeto, e mãe analfabeta, que não sabe escrever, mas se deslocou do interior da Bahia, mesmo tendo eu nascido no norte de Mimas, para Belo Horizonte, onde recebi minha educação.

Então, parte do meu patrimônio recebi do meu pai e o conservo. Conservo uma propriedade rural, uma fazenda, onde tenho um criatório de gado e conservo outras coisas que tenho com a ajuda do meu pai.

Esse patrimônio é um pouco inferior ao que eu tinha quando tomei posse. A casa onde vivo com minha mulher e meus filhos está hipotecada há aproximadamente 8 anos, porque tive que comprar a outra metade da fazenda que eu tinha em sociedade com um cunhado meu. Vou pagar, dentro de 2 meses, as duas últimas parcelas dessa hipoteca de há 8 anos.

O meu carro, Sr. Presidente, uma Parati Standard, comprei financiada pelo IPC. A fazenda que comprei com o dinheiro da hipoteca da casa, hoje a fazenda está hipotecada a um banco, para que eu pudesse recuperar a fazenda nas pastagens, aguada, cerca, currais e pudesse recompor um pouco o rebanho que perdi em decorrência do meu excesso de trabalho no Congresso Nacional e nas obras sociais. Quase abandonei as minhas atividades pecuárias - larguei de lado - tive sérios prejuízos; agora, no segundo semestre de 1993, consegui me recuperar.

Do meu pequeno patrimônio, tenho uma casa hipotecada, uma fazenda hipotecada e um carro alienado. O carrinho que a minha mulher tem foi comprado pelo meu sogro.

De forma que, em síntese, não vou alongar-me. Tenho aqui alguns quotas de propriedades, sou o principal acionista dessa empresa agropecuária - uma fazenda é agropecuária, a outra é pessoa física. Toda essa documentação, com a evolução, com as declarações do meu imposto de renda, tudo isso está anexado ao documento passado às mãos

do Relator, inclusive com o laudo e análise completa da evolução patrimonial de todo o patrimônio.

Na parte bancária, Sr. Presidente, gostaria de fazer também umas considerações e vou trazer aqui alguns dados.

Na parte bancária, como um dos filhos que sempre assumiu liderança na minha família, acabei, ao longo desses anos, assumindo também funções de ordem administrativa, econômica. Vou citar casos: a minha mãe, que já está idosa, diabética e com sérios problemas de coração, tem que ir a Belo Horizonte praticamente de quatro em quatro meses para fazer avaliações médicas. Minha mãe chega, traz os seus recursos para pagar o médico, para pagar a passagem de avião de volta, fica hospedada geralmente na nossa casa ou na de outro irmão que mora em Belo Horizonte. No caso dela ou de qualquer pessoa da família que chega a Belo Horizonte, recebo, acolho. É comum o meu pai mandar recursos para que se cubram essas despesas. Todo o dinheiro vai via uma conta que tenho no Banco Econômico e que está aqui demonstrado. O meu pai manda também recursos para distribuir a outros irmãos, pelos menos três ou quatro vezes ao ano; ele dá ajuda, presente, faz doações e às vezes distribui também aquilo que é proveniente da Primorosa Agropecuária, que é uma empresa familiar. Geralmente isso vem via minha pessoa - vinha, porque agora mandei cortar diante dos problemas que surgem com ingresso de recursos na nossa conta bancária. Mas esses recursos chegavam às minhas contas e eu efetuava o pagamento a cada um dos meus irmãos - no total de cinco - que residem em Belo Horizonte.

Nas minhas contas bancárias, que são no BANORTE - Banco Nacional do Norte, Banco do Brasil de Brasília, Banco do Brasil de Belo Horizonte, Caixa Econômica Federal de Belo Horizonte, faço a movimentação. Em um desses bancos tenho conta conjunta com a minha esposa há aproximadamente 30 anos. É no BANORTE. Essa conta conjunta recebe também os salários da minha esposa, que é funcionário da Universidade Nacional de Minas Gerais.

Nessas contas, a minha filha, que hoje é funcionária de um banco, lançava, até há pouco tempo, o que ela recebia. Outros ingressos de fazenda, outros ingressos de movimentações, todos eles relacionados aqui, passavam e passam por essa conta conjunta. Então, há movimentação familiar de determinadas contas. Tudo isso tive o trabalho de levantar, colocar aqui em mapas, por ordem de mês, a partir de 1º de fevereiro de 1991 até dezembro de 1993. Tenho resumo das origens financeiras, dos 3 anos, tenho as nomenclaturas de todas as origens dos recursos. Tem aqui os quadros nominativos. Tudo isso coloquei num conjunto de pastas, que estão aqui à disposição da Relatoria.

Quero passar às mãos do Relator os envelopes com todos os documentos, com todos os extratos bancários e toda essa conciliação que fiz com apoio da minha equipe e de um perito em Belo Horizonte.

Tenho, então, para o Relator, para que ele não tenha que trabalhar tanto com aqueles envelopes, o mesmo documento que se encontra em meu poder com os dados de movimentação, ano a ano, com tudo aquilo que vem discriminado, como origens dos créditos bancários, em cada banco, e também como isso nasceu.

Explico que praticamente 87% estão comprovados. Alguns bancos ainda não complementaram algumas poucas informações, mas consegui atingir 87% das informações comprovadas. Passo também o resumo às mãos do nobre Relator.

Em sínteses, são essas as considerações que eu gostaria de apresentar a V. Exª e também aos companheiros, Deputados integrantes desta digna e douta CPI. Coloco desde já à disposição para alguma informação, alguma indagação que queiram fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª, Deputado Osmânio Pereira, pela exposição que fez.

Tenho-me mantido nesses quase 90 dias em silêncio obsequioso, em silêncio de não poder falar como Presidente da CPI, não adiantar julgamentos.

V. Exª, entretanto, teve um gesto de nobreza extremamente importante que eu gostaria de ressaltar, quando tratou das suas atividades políticos-estudantis, quando eu era Ministro do Trabalho e não Ministro da Educação. Mas meu colega de turma de Escola Militar e depois de Estado Maior, hoje General na Reserva, Otávio Aguiar de Medeiros, era Comandante do CPOR - se não me engano - de Minas Gerais quando foi encarregado desse inquérito policial militar. Sei de pessoas que ele ouviu, por dever de ofício, que depois inclusive o convidaram para padrinho de casamento. E V. Exª teve um gesto extremamente nobre ao dizer que foi muito bem tratado por ele e se recusou a mentir na medida em que lhe pediam que dissesse que havia sido torturado e ofendido. Poucas pessoas têm esta grandeza moral, Deputado.

Eu, ainda há poucos dias, respondia a um jornalista do Pará que me perguntava a respeito de uma ficha ideológica minha no Comando Militar da Amazônia, como eu sendo membro da AP e, portanto, ter, no Inquérito que foi o único que eu fiz em toda a minha vida militar-política, protegido membros da AP por membros da PROC clandestino. Nunca fui. Tinha amigos no Pará e através deles conheci o documento original do Padre Vaz.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Do Padre Vaz.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se não me engano, Henrique Vaz, posteriormente eliminado da AP quando ela se transformou em APML...

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) -... em Ação Popular Marxista-Leninista. E o único Inquérito que eu fiz praticamente quase me causou responder também a um Inquérito Policial Militar. Veja V. Exª que essas coisas são muito interessantes, porque,

em minha vida político-estudantil, Presidente do Diretório Secundarista que fui, fui buscado, por alguma capacidade de liderança que certamente eu tinha, ora pelos integralistas, ora pelos comunistas. E, enquanto os integralistas procuravam me entusiasmar com a tese do "Brasil independente não apenas politicamente", não apenas no Grito de Independência, mas economicamente, empolguei-me pela idéia e fui a algumas sessões iniciais. E eu me espantava muito, porque não gostava da Cruz Suástica, não gostava da exibição européia. Retirei-me. E o primeiro comunista de minha turma, que era evidentemente clandestino, disse-me esta frase que até hoje está no meu ouvido:

"Não basta ao Brasil ser um País independente política e economicamente. É necessário criar uma nova humanidade e que homem nenhum seja capaz de explorar o trabalho do seu semelhante."

Mas quando começaram a doutrinar-me a esse respeito - eu, naquela ocasião, diferentemente de V. Exª hoje, era militante católico, por influência de uma irmã da Ação Católica - disse, quando chegou no materialismo histórico:

"Há um grande equívoco em o senhor continuar aqui."

Nunca fui membro de carteirinha de Partido, nunca pertenci à Juventude Comunista como nunca pertenci à Juventude Fascista. E isso me dá uma grande alegria, mesmo quando vejo V. Exª escrever "Revolução de 64" com aquela provocação natural de todos aqueles que, como V. Exª, participara de um movimento contra nós.

Dou graças a Deus de ter vivido o suficiente para duas coisas, Deputado Osmânio Pereira: uma, para ver o desmoronamento do império soviético sem praticamente luta - a não ser luta interna, posterior ao desmoronamento. E outra, por ter a oportunidade hoje de conviver, nesta Casa, com pessoas que, ou pela luta armada, com arma na mão, combateram o que eu defendia ou pessoas, como V. Exª, que, no campo teórico também seguramente sempre tiveram em trincheiras adversárias. nem falo em trincheiras porque não houve luta armada da parte de V. Exª.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, o gesto nobre de V. Exª me sensibilizou muito. Peço que aceite essa demonstração, até um pouco comovida, em relação a um amigo que tem sofrido, como o General Medeiros, acusações absolutamente ignominiosas. Muito grato a V. Exª.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, solicito para falar ao final.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Sr. Senador Eduardo Suplicy também se reserva para a parte final.

A primeiro inscrito é o Sr. Deputado Zaire Rezende.

Tem a palavra S. Exª.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Deputado Osmânio Pereira: apesar de alguns esclarecimentos já terem sido feitos através da sua detalhada exposição, pergunto, para os esclarecimentos finais: durante o ano-base de 1992, V. Exª declarou à Receita Federal rendimentos auferidos da Câmara dos Deputados no valor equivalente a 75 mil e 226 dólares e da empresa Primorosa Empreendimentos Agropecuários, 421 e 63 dólares, que, somados ao recurso recebido, a título de empréstimo, junto ao Instituto de Previdência dos Congressistas equivalente a 3 mil e 886 dólares, em 1987, totalizaram 79 mil e 536, 79 mil e 534 e 60 dólares de recursos declarados como recebidos. Considerando que, durante o ano-base de 1992, além desses, não consta nenhum outro recurso recebido seja a título de rendimentos, ganhos de capital, doações, empréstimos, etc., pergunto se V. Exª poderia apresentar esclarecimentos para os depósitos - créditos bancários - havidos em 1992, no valor de 170 mil dólares que ultrapassam em 90 mil 596,4 dólares os rendimentos expostos por V. Exª como recebidos?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - No ano de 1991?

O SR. ZAIRE REZENDE - No ano de 1992.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - De 1992.

O SR. ZAIRE REZENDE - Ano-base de 1992.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Ano-base de 1992. Tenho vários ingressos, nesse ano de 1992, de transferências de um banco para outro. Neste demonstrativo, num quadro que coloquei: "Resumo de créditos bancários líquidos", fiz todos esses lançamentos. No quadro anterior que passei às mãos do Relator - e que, se V. Exª quiser, poderá também consultar - o que passei à mão do Relator tem todas as fontes e as origens, mês a mês, dos ingressos desse recurso. E como eu disse no início, há nesses lançamentos, não só em 92, mas em outros anos, recursos provenientes, por exemplo, de ações e de empréstimos bancários. São vários empréstimos bancários que fiz ao longo dos 3 anos. Há aqui venda de um carro - esse já é em 93, há ingressos oriundos de doações do meu pai e recursos que vieram para redistribuição com os demais irmãos em Belo Horizonte, há pequenos recursos dentro da minha folha de manutenção, porque não só sou parlamentar.

Esses 3 anos, 91, 92 e 93, foram extremamente difíceis para mim, porque antes eu tinha uma administração e uma presença muito grande nas minhas propriedades rurais, especialmente em 92 e 93, e tive que lançar mão de pequenos empréstimos familiares. Tenho um sogro em Belo Horizonte, vários familiares, no mesmo ano recebendo e pagando e, às vezes, até sem cobrar juros, recorri várias vezes a eles nisso aí. E nesses quadros que apresento aqui estou colocando todas essas fontes, inclusive com essas nomenclaturas da origem. Então, não sei se V. Exª gostaria de examinar esses quadros, porque é todo uma

movimentação nesses 3 anos. E há aqui, praticamente, 14 ou 15 fontes de recursos que entraram, quer dizer, ingressos de recursos os mais variados.

O SR. ZAIRE REZENDE - V. Exª já passou esses documentos?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Já passei esse documento às mãos do Relator e posso prestar qualquer esclarecimento.

O SR. ZAIRE REZENDE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, nobre Deputado Osmânio Pereira, na avaliação que temos, da Subcomissão de Emendas, da ação parlamentar de V. Exª, no que diz respeito ao Orçamento, fazemos o seguinte resumo: V. Exª apresentou 30 emendas para o Orçamento de 92, aprovou 12, liquidou apenas uma. Em 93, apresentou 50, aprovou 32, liquidou 6.

Chama-nos a atenção, no caso de V. Exª, o fato de V. Exª ter sido Relator parcial de uma área da Comissão de Orçamento que propicia a aprovação de emendas para investimentos que tem sido disputada em várias circunstâncias. Foi sub-Relator da FUNASA, Fundo Nacional de Saúde, FIOCRUZ, INAMPS, CEME e Fundo CEME, envolvendo a área de saúde e combate a endemias.

Tenho algumas perguntas a fazer a V. Exª, mas inicialmente vou justificar perante a população o fato de nós termos incluído V. Exª entre aqueles que deveriam depor sobre o caso ODEBRECHT. V. Exª há de convir que, nesta Comissão, o que nos mantém unidos - esta é uma Casa política - é a definição de critérios precisos para submeter parlamentares à investigação. Um dos critérios adotados, pode até ser criticado, por consenso, foi que todos os parlamentares que tivessem, próximo ao seu nome, a indicação de uma percentagem, deveriam ser investigados. Não pairou dúvida sobre nós, não apenas no caso de V. Exª, mas no caso de outros parlamentares, que a indicação Relator parcial e, entre parênteses, iniciais do nome parlamentar, era uma indicação de que esse dizia respeito a V. Exª.

No caso do Senador Dario Pereira, tivemos algo semelhante: Relatoria Parcial DP, que poderia ser, o que também foi argumentado, o Diretor Presidente ou algo da mesma forma. Mas pela indicação Relatoria Parcial ficava-nos evidente que aquelas iniciais diziam respeito ao Parlamentar responsável por aquela Relatoria Parcial.

Faço questão de mencionar isso inicialmente na minha inquirição, porque creio que não deve pairar nenhuma dúvida de que a Comissão procurou e tem procurado agir de forma correta para buscar o esclarecimento até as últimas conseqüências desses fatos que ocorreram na Comissão de Orçamento e as relações com grandes empresas.

Como V. Exª já referiu no seu depoimento inicial, peço explicitação de como V. Exª foi indicado para a Sub-Relatoria no que diz respeito ao INAMPS e ao FUNASA - Fundo Nacional de Saúde. Quais os procedimentos internos da Comissão de Orçamento para a indicação dos Sub-Relatores dessas áreas que designamos como áreas-chave? Em uma delas está incluído o Fundo Nacional de Saúde. Houve acordo de lideranças? Participação do Relator? Quais os procedimentos que levaram a indicação de V. Exª para essa Sub-Relatoria?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Perfeitamente. Em primeiro lugar, nobre Deputado Sérgio Miranda, gostaria de esclarecer que fui Relator parcial exclusivamente do Fundo Nacional de Saúde; o Relator da FUNASA - Fundação Nacional de Saúde - foi o Deputado Rodrigues Palma; o Relator do INAMPS foi o Deputado Paulo Octávio, e o coordenador dessa área, Flávio Derzi.

Só posso responder pela Relatoria da Fundação Nacional de Saúde. Com relação a essa questão da indicação, diria que, como Deputado que vem pela primeira vez a esta Casa o interesse é que conheçamos toda a mecânica de funcionamento do Congresso Nacional. Procurei, desde o primeiro momento, trabalhar na Comissão de Seguridade Social e Educação. Elegi essas áreas, porque na Seguridade Social há um setor de saúde, onde já trabalho - mesmo sendo advogado - há 24 anos, participando de diversos movimentos, seminários e encontros, além de gerenciar encontros de saúde. Mais recentemente, tenho feito até gerenciamento misto, que é uma obra que temos na Prefeitura de Belo Horizonte, na administração Patrus e Mário Penna, nossa terceira unidade.

O critério que temos dentro do PSDB é democrático, de não deixar nenhum Deputado ficar muito tempo numa só área. A sugestão de nossa Liderança e da própria Bancada é de que, a cada ano, tenhamos Deputados novos trabalhando em diversas Comissões, dando oportunidade a outros de um aprendizado, às vezes mais capazes, mais técnicos e preparados.

Tinha interesse, como tive na Comissão de Justiça, onde conheci a mecânica; fui como titular, porque os dois representantes de Minas não poderiam ser renovados, então assumi como titular, naquele ano, essa Comissão. Com isso, fui designado, dentre aqueles elementos que existiam lá. Os partidos políticos também têm direito de ter suas Relatorias e indicações, então tive interesse, e minha Bancada concordou, em ser designado Relator Parcial, com um único objetivo: servir e prestar um serviço diferente.

Para mim foi gratificante, porque tive a alegria de receber a maioria dos Deputados e Senadores no meu gabinete, de portas abertas, nunca precisei fechar a porta os que tinham interesse em aprovar algum tipo de emenda. Essa para mim é uma honra, porque sabemos de muitos conchavos, sabemos às vezes de alguns tipos de trabalhos feitos na surdina ou fora dos gabinetes.

Trabalhei também na biblioteca, quando tinha muitos papéis, e lá estava sempre aberto para receber. E foi com esse intuito que, no início do meu relato, coloquei,

usando dos critérios estabelecidos em lei, procurando seguir à risca o interesse público, o Sistema Único de Saúde e as obras prioritárias, como também recomendações de que se aprovassem recursos para obras que já estavam em fase final de conclusão, postos de saúde, centros, hospitais.

Dentro daqueles critérios que ali foram apresentados, e ouvi também a minha Bancada, a minha Liderança, que segui esse rumo.

É uma praxe democrática dentro do PSDB fazer essa renovação, tanto que, no ano seguinte, já tive que cair fora e para mim valeu a experiência. Senti um certo isolamento na Comissão de Orçamento, não fui procurado pelos grandes líderes que ali já atuavam há muitos anos, trabalhei relativamente isolado. Não tive por parte também da própria Comissão de Orçamento toda a ajuda técnica que um parlamentar precisa. Trouxe do Banco do Brasil um funcionário, esposo da minha secretária, que varou noite comigo, trabalhando gratuitamente, comendo sanduíche ao nosso lado. Consegui um único técnico da Comissão de Orçamento, e com outra pessoa que trouxe de Belo Horizonte, pessoa inclusive que já foi secretário de planejamento, que tem experiência, graças a essas duas pessoas que tinham infinita experiência, muito mais do que tenho, é que consegui, varando umas quatro noites, aquilo que foi uma boa peça, aprovada por unanimidade, com voto de louvor.

A maioria, quase a totalidade dos parlamentares que me procuraram, ficaram satisfeitos porque a nenhum deixei de atender, porque era o espírito democrático.

E citei aqui o caso dentro do interesse público do Deputado Eduardo Jorge, que foi o campeão de aprovação de emendas na minha Relatoria, porque ele seguiu estritamente à lei e destinou ao setor público, ao SUS, os recursos que ele poderia indicar.

Não sei se respondi tudo a V. Exª.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Vamos aos dois casos concretos de obras, em que a Relatoria parcial aparece com indicação e percentagem. Primeiro, quanto ao hospital de Cuiabá, Hospital do Câncer, V.Exª diz que essa emenda é coletiva...

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Exato.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu tenho, dentre os pontos que analiso sobre a Comissão Mista do Orçamento, uma dúvida sobre esse problema de emenda coletiva. Porque uma emenda coletiva não é coletiva, ela é coletiva do ponto de vista do apoiamento, mas sempre ela é encaminhada por um parlamentar. No relatório final aparece como coletiva...

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Perfeitamente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - ... então fica parecendo que foi uma articulação coletiva sem que houvesse algum deputado responsável.

V. Exª pode nos dizer qual foi o deputado que encabeçou essa emenda?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Posso e não deixarei de dizer nada, porque me comprometi a dizer a verdade. O Deputado que foi ao meu gabinete 4 vezes e pediu a aprovação dessa emenda chama-se Joaquim Sussena, hoje Secretário de Saúde de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso. Ele pleiteou, brigou, levou, fez a justificativa técnica da importância da obra para o Estado, e por ser uma obra pública, de interesse da Bancada do Governo do Estado, eu aprovei de uma maneira bem inferior ao que ele havia sugerido. Sei que não agradei a ele, que pretendia muito mais, e tanto pretendia que obteve os 20 milhões da época e não aceitou os 5 que eu concedi.

Numa outra emenda, o Deputado Ciro Nogueira foi quem buscou a aprovação da emenda para a reitoria da Universidade Federal de Teresina, no Piauí. Ele procurou, pleiteou, e foi por intermédio dele que foi aprovada.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Deputado Osmânio Pereira, é importante que isso seja divulgado, que as duas vezes que o nome de V. Exª aparece nesses números, que parecem cabalísticos porque o Dr. Aílton Reis não esclareceu.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Certo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª tem uma característica, eu diria... na primeira vez, quando se trata do Hospital Universitário de Teresina, apesar de aparecer a percentagem, o resultado final da operação aparece cortado.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Certo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E, no segundo caso, onde não aparecem iniciais de V. Exª, mas aparece o hospital de Cuiabá, aparece uma percentagem mais a indicação zero.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Certo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Então, nos dois casos, pode surgir interpretação, primeiro caso cortado, como se não houvesse dado um seguimento àquela indicação de percentagem e, noutro caso, aparece zero.

Então, é um caso, do nosso ponto de vista, da análise que fazemos na Subcomissão, peculiar entre os outros.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Certo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Agora, quero fazer-lhe uma pergunta bem objetiva: algum representante da ODEBRECHT procurou V. Exª para negociar essas emendas?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Não, absolutamente. Quem me procurou foram parlamentares, e já citei os nomes. Eles é que foram fazer gestões, interferência, reivindicar no meu próprio gabinete.

Gostaria também de fazer um comentário que V. Exª levantou, para o qual não tenho dados maiores de juízo de julgamento. Mas, na questão do hospital de Mato Grosso, na referência de que o percentual não está cortado, logo abaixo vem a palavra "liquidez", e vem aí "Ministério - 5%. Procurei alguns técnicos tanto no Congresso quanto fora, consultei

também um criminalista. Desculpe-me, V. Exª conhece o advogado Ariosvaldo Campos Pires, ex-Presidente da OAB, um grande mineiro, companheiro nosso, procurei aqui também um ex-juiz desembargador, também já experiente nessa área, e pedi que fizesse diligência de todas essas questões. E o comentário que ouvi - não tenho dados maiores - é que, quando há "liquidez, Ministério- 5%, é que a Comissão vai integral para o Ministério. Quer dizer, quando essa liquidez cai, ela tem que ser somada com aquilo que efetivamente está sendo pago. E, no caso aqui do hospital, a liquidez é de 5%. Então, é uma outra, vamos dizer, dedução que podemos examinar.

No tocante também ao caso da Relatoria do hospital de Teresina, vem também "liquidez JT, 5%. Então, ficam também essas dúvidas para a própria CPI, e continuarmos investigando para ver do que se trata.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Era isso que eu queria saber.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Deputado Sérgio Miranda, seu tempo já está ultrapassado em cinco minutos.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Era hoje bastante objetivo, Sr. Presidente, mas estou estendendo-me em demasia nas perguntas.

Eu queria apenas frisar, para fecho do meu raciocínio, que essa característica do Deputado Osmânio Pereira está sendo levada em conta pela nossa Subcomissão. Quando aparece seu nome vinculado a uma percentagem, no primeiro caso, essa percentagem aparece cortada, como se fosse algo diferente dos outros, e, no outro caso, aparece zero. Temos a convicção de que esses números não aparecerem por acaso. Essas percentagens não surgiram do céu; elas têm algum significado.

O caso dele tem essa exceção, tem essa característica. Há também o fato que aparece DGI, discriminação dos percentuais de DGI. Até hoje, nem o Dr. Aílton Reis, nem qualquer representante da ODEBRECHT esclareceu para nós o que seria esse DGI.

Quero agradecer ao Deputado, agradecer à Mesa. Eram essas as perguntas que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço a V. Exª

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Deputado Odacir Klein, Deputado Osmânio Pereira:

Ouvi com atenção as explicações que desde o começo e agora, mais detalhadas, ao Deputado Sérgio Miranda. Com respeito a qualquer menção a V. Exª, acredito que tenha dado as explicações de forma bastante definitiva, mas, tendo V. Exª estudado esses documentos da Norberto ODEBRECHT, procurando relacionar tudo aquilo que viveu, que percebeu, observou na Comissão Mista do Orçamento, ou mesmo quando não participou, e os elementos que estão nesses manuscritos encontrados na residência do Sr. Aílton Reis. Fez algum sentido para V. Exª o que está na designação dessas porcentagens, dessas quantias, as referências a outros Parlamentares, em relação à movimentação que observou ou que testemunhou?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Olha, eu troquei idéias com vários Parlamentares, inclusive integrantes da CPI.

Não tenho dúvida de que esse documento - vamos dizer assim - tem várias interpretações. Uma seria aquela intenção, vamos dizer, ilícita mesmo, da ODEBRECHT, de contemplar Parlamentares que, de uma forma ou de outra, tivessem prestando benefício através de aprovação de suas emendas. E isso competiria àqueles que tivessem ou não integridade para aceitar.

Mas eu acredito, o que é, também, uma outra tese, nobre Senador, que houve um momento em que a CPI estava fechando aquela primeira parte daqueles Parlamentares envolvidos na denúncia do José Carlos. E a CPI começou a se movimentar em direção ao que nós chamamos "tubarões", os grandes empreiteiros e aqueles que financiam a corrupção, os corruptores.

E nesse tempo aparece esse documento, de uma maneira assim muito bem preparada, e em vez de a CPI dar um passo em direção àqueles maiores e buscar desvendar o mistério dos corruptores, de repente nós nos voltamos para dentro da Casa, voltamos a nos investigar a nós mesmos e não conseguimos, com o encerramento já marcado, atingir.

Eu espero que nessa outra etapa da CPI das empreiteiras e outras que vão brotar se possa clarear melhor, porque não tenho dúvida alguma de que há um conluio neste País de envolvimento de Parlamentares com empreiteiras.

Acho que a CPI já produziu frutos e resultados relevantes, que serão reconhecidos historicamente neste País e que vão contribuir para mudar a face deste País, política e democraticamente.

Então, não sei se respondi a V. Exª, mas eu concordo que isso não é uma obra só para brincadeira. Mas há também uma indagação, há, também, uma afirmação de que esse diretores, acostumados, ao longo dos anos, com esses tipos de vícios, talvez quisessem, vendo a projeção e o dinamismo de vários Parlamentares atuantes, investir nas suas carreiras futuras em matéria de financiamento de campanha eleitoral.

Mas a mim nenhum procurou, nem teve a ousadia de propor nada, porque se propusesse responderia à altura imediatamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu acredito que, como Relator-parcial da área de Saúde para o Orçamento de 92 - estávamos em 91 - V. Exª tenha, portanto, tido como correspondente no Executivo, no Ministério da Saúde, o Ministro Adib Jatene.

Naquele ano, ou pelo menos durante a sua gestão, ele fez uma afirmação relacionando o poder das empreiteiras em definir os Orçamentos púbicos.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Exatamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª teve a oportunidade de refletir sobre isso, trocar idéias com o Ministro Adib Jatene e até de observar que havia fundamento na afirmação dele, naquilo que estava vivendo como relator-parcial na área da Saúde?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Olha, eu não tenho dúvida nenhuma de que as frases e as sentenças que ele pronunciou são puras verdades e que nós estamos tentando desvendar aos poucos.

Eu estive, em várias oportunidades, com o Ministro e para mim foi uma honra conviver com uma figura humana, um homem sério, honrado, capaz.

Foi a única oportunidade que eu tive, durante todo o meu mandato, de liberar duas coisinhas. Foi exatamente no período em que ele lá esteve. Fui com outros diretores, com outras lideranças do setor de saúde de Minas Gerais, e ele conversou conosco exatamente esse assunto. Ele estava convencido, pelo levantamento dos fatos, e nos deixou também convictos de que toda essa rede, toda essa trama existe.

E eu digo agora, por experiência própria. Trabalhei, porque tenho um compromisso com uma área que se chama Vale do Jequitinhonha. E para essa área foram liberados, esta semana, dois recursos para Palmópolis e Rio do Prado. São municípios que nem sequer têm postos de saúde. A população vive à míngua; há poucos dias estava em Estado de calamidade e o Ministro Jutahy Júnior liberou recursos para 48 municípios, também por nosso intermédio, via Governo de Minas Gerais. Esses recursos estavam sendo distribuídos ontem e anteontem no Vale do Jequitinhonha pelo Vice-Governador.

Aprendi que quando pego uma coisa, pego para valer. Pego, arregaço as mangas e vou em frente. A obra e o testemunho que aqui dei de 24 anos lutando no setor de saúde, inclusive desafiando o Governo do Estado de Minas Gerais, como fizemos em praça pública, em passeatas, com denúncias, mudando a realidade do setor de oncologia, em Minas, foi graças a esse dinamismo. Digo e confesso aqui, diante desta Comissão, das dificuldades em que se encontra, inclusive no atual Governo, para conseguirmos a liberação de recursos para áreas prioritárias essenciais, porque além da burocracia há, no ar, por parte de alguns funcionários, certas coisas que eles não falam e que ficam esperando que ofereçamos. Como não temos coragem de oferecer, às vezes o que se poderia resolver em 03 meses, acabando levando 08 meses e quando o recurso chega à região, já não vale mais nada.

Mas isso que o Ministro Adib Jatene falou é verdade.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria, ao encerrar a minha argüição, de expressar que, diante de informação dada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** e como Líder do PT, no Senador, esta afirmação será completada pelo Deputado Aloizio Mercadante, como representante do Partido dos Trabalhadores, da Bancada da Câmara Federal, que não há fundamento em qualquer acordo, como mencionado no jornal **O Estado de S. Paulo** relativamente à posição do Partido dos Trabalhadores e esta CPI, ou outras CPIs que estão sendo propostas no âmbito do Congresso Nacional. Inclusive quero afirmar aquilo que disse nesses últimos dias e ontem na reunião dos Líderes: o Partido dos Trabalhadores não tem objeção a que se realize a CPI da CUT e do PT, apenas propôs que haja uma CPI sobre todas as entidades e partidos, sem qualquer vinculação ou acordo.

Assim, quero reafirmar isso peremptoriamente.

Agradeço ao Deputado Osmânio Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Senador Mário Covas.

O SR. MÁRIO COVAS - Deputado Osmânio Pereira, realmente não tenho muito o que perguntar. Vou adiante, acho que V. Exª é um caso peculiar nesta Comissão.

Se este documento serve como base de incriminação de alguém, no caso de V. Exª é um fator de inocentação. Interessante isso!

Acabou chegando à Comissão esse documento apanhado na ODEBRECHT, ou na casa de um diretor dessa firma. Durante alguns dias ele foi examinado por alguns Membros da Comissão e, finalmente, dado conhecimento ao conjunto da Comissão.

Se realmente tivéssemos extraído dele um critério, o critério era exatamente o da exclusão de V. Exª. É interessante isso!

O documento tem uma certa lógica, pelo menos na parte em que se refere ao suposto ou real auxílio a quem quer que seja. É só examinarmos e veremos isso com clareza.

Vou repetir pelo menos uma pagina do documento:

Hospital Universitário de Teresina : emenda parcial - aí vem, entre parênteses, o nome ET; em seguida vem a expressão 2%; em seguida vem uma fração, que não é uma fração, no numerador está escrito 4 bi e no denominador está escrito 19 bi, em seguida se põe = 0,4%.

Critério matemático mostra que 2% de 4 bi, em 19 bi, que deve ser o total do que foi aprovado no Orçamento, dá exatamente 0,4% de 19 bi.

Abaixo disso vem escrito: Relator-Geral - 3%, 15 bi sobre 19 bi, ou seja; eram 4 bi que foram dados pelo sub-relator, 15 bi do Relator-Geral, somam 19 bi; 3% de 15 bi sobre 19 bi dá 2,37 sobre 19 bi.

Em seguida vêm outros dados: liquidez 5% - teoricamente isto deve se referir à tarefa de tirar o dinheiro; e há uma outra declaração: no Estado 1%.

Isso se repete sistematicamente em todas os casos. Tomando a Adutora Pedro II está escrito assim: emenda parcial JLM - 4% de 1 bi sobre 19,2 bi, que dá 0,21% de 19,2. Relator-Geral - 3% de 18,33 sobre 19.2; dá 2,87 de 19.2. E assim vai.

No caso da emenda do Fundo Nacional de Saúde, aliás erradamente escrito aqui FUNASA e depois riscado para Fundo Nacional de Saúde, está escrito: emenda parcial

(OP), 3% de 2 bi sobre 17 bi, que dá 0,35% de 17 bi. A conta é análoga às demais, com uma única diferença: é que o 0,35 está riscado. A única coisa possível de deduzir aqui é que a conta era essa, mas que não havia necessidade do dinheiro. Só há uma razão para não ter necessidade do dinheiro, é porque não se ia pagar.

Isso fica compatível quando vamos lá na frente e vemos a emenda relativa ao Mato Grosso, onde se faz o mesmo cálculo mas se escreve no final: igual a zero, ou seja, também nesse caso o documento, se é para ser interpretado dessa maneira, e foi, dessa maneira que ele foi interpretado, tanto é verdade que as convocações foram feitas sobre quem se estatuía percentagem e não sobre quem se fazia a referência, a gente sobre quem se fazia a referência, e corretamente, no meu modo de entender, não foi convocado à Comissão, as convocações recaíram sobre aqueles sobre os quais haviam percentagem.

Mas, no caso específico de V. Exª, a percentagem vem acrescida do risco; em outras palavras, vem acrescida do fato de que se a interpretação correta que aquele era o valor, no caso de V. Exª não havia necessidade do valor.

Há um dado adicional aí: em baixo do nome de V. Exª, OP, vêm três iniciais OSN, que, a rigor, não foram passíveis de interpretação, ninguém se ateve a pesquisar o que queria dizer OSN; não é o apresentador da emenda. O nome do apresentador da emenda aparece nos documentos adiante numa outra circunstância, não é o nome dele, o nome dele começa com a letra **C** e não com a letra **O**; mas OSN é alguma coisa que fica pouco significativa, mas também pode dizer que alguém, que não OP, nesta hipótese, foi o beneficiário, se é que houve, desse valor.

De qualquer maneira, o que quero dizer, o que quero deixar claro, é que, na minha visão, o documento, ao invés de apontar para V. Exª, exclui especificamente V. Exª. A mim ele não exclui; é verdade que não me inclui, mas não me exclui; mas V. Exª ele exclui. Ele é mais afirmativo em relação a V. Exª do que a mim, porque a mim ele não põe e nem tira, mas a V. Exª ele cita e tira, e exclui.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Perfeito.

O SR. MÁRIO COVAS - Logo, a mim me parece que, no que se refere a isso, não há como insistir nessa matéria; eventualmente, poderia insistir-se em outra matéria.

Acabo de ouvir, V. Exª talvez tenha sido o depoente que mais longo tempo tomou na sua exposição inicial e nela tratou dos seus depósitos bancários, da sua declaração de renda, antecipando-se nesse aspecto, até mesmo oferecendo elementos para que as perguntas fossem feitas, o que não mostra uma boa inspiração como testemunha, mas até mesmo oferecer possibilidades de receber perguntas sobre a matéria de que tratou. Sobre essas questões, os Membros das Comissões e eu próprio, louvando-me neles, não tem muito a perguntar.

A declaração de V. Exª é uma declaração singela. A Declaração de Bens não teve aumento durante o período em que esteve aqui e os extratos bancários são compatíveis com o de um Deputado Federal que tem outras atividades além da de Parlamentar.

De forma que eu simplesmente tomei a palavra para dizer que, no meu modo de entender - e eu não faço isso apenas porque V. Exª é alguém companheiro do meu Partido, eu o faria com o maior adversário se encontrasse para ele uma circunstância igual a essa, como faria V. Exª o inverso se tivesse a convicção de que V. Exª era culpado - o bom senso, a análise correta desse documento, o critério que nós pretendemos seja a base do raciocínio, se for aplicado no caso de V. Exª, ao invés de incluir, exclui. V. Exª, por esse documento, está apontado como alguém que, embora Relator e, portanto, como teoricamente, potencialmente, alguém disponível para o sistema, na realidade acabou por aprovar uma emenda e não ser beneficiário desse valor.

De forma que eu não tenho muito mais coisa para dizer. Não há pergunta que se possa fazer. Mas também não achei justo que, pensando isso, não dissesse isso claramente. Eu quero só dizer que fico com V. Exª, como com outro qualquer, fico agradado de que possa analisar a coisa sob esse ângulo. E fico satisfeito que V. Exª possa passar por aqui, mantido o respeito dos seus companheiros e, sobretudo, dos seus conterrâneos de Minas Gerais.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Osmânio, eu vou fazer a V. Exª provavelmente uma única pergunta. Já que me reservei para o fim e muita coisa foi perguntada e V. Exª também já se antecipou, eu queria somente que V. Exª me explicasse o seguinte: a sua conta bancária não está completa - a que nós temos aqui. Verifico isso pelos dados que V. Exª nos trouxe agora, mas pelo que temos, no ano de 91, V. Exª teve 77 mil, 810 dólares de subsídios e os seus créditos bancários foram de 76 mil e 587. Vale dizer: paridade.

Em 1992, aumenta muito a coluna dos créditos bancários. Para um subtotal daquele ano de subsídios de 75 mil 226 dólares, V. Exª teve crédito da ordem de 170 mil e 133 dólares.

Em 93, volta a paridade. De 55 mil e 200 de subsídios, 54 mil e 35 de créditos.

Ocorre que pelo que V. Exª forneceu à Mesa de toda a sua movimentação bancária, que está completa - a nossa não está -eu verifico que enquanto a Subcomissão de Bancos desta CPI encontrou um total geral, de 89 a 93, de 303 mil, 840 dólares, V. Exª nos indica um movimento, a partir de 91, de 829 mil, 348 dólares.

Perguntaria: primeiro, por que essa disparidade entre subsídios e créditos bancários em 92? Segundo: essa diferença, que vai de 303 mil e 840 dólares, que é o total do Banco do Brasil e do Banco Rural para 829 mil e 348, que é o total que V. Exª apresenta, incluindo o BANORTE, Banco do Brasil em Belo Horizonte, Caixa Econômica e Econômico?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Em primeiro lugar, o quadro que V. Exª tem, depois de expurgado, porque nós pegamos um quadro com todo o ingresso, toda a movimentação. Então, tudo aqui que entrou foi documentado, porque tinha um documento. Depois, fizemos o expurgo, porque era o mesmo crédito saindo desse banco para outro. V. Exª vai chegar a um valor de 622 mil - está aí nesta página: Resumo de créditos bancários líquidos por mês: 622.496,98.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Exato.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - E V. Exª vai ver ao longo de todo esse período, três anos, uma média de manutenção das minhas despesas. Na última coluna, V. Exª tem um percentual em cruzeiros e um percentual em dólares. Nós fizemos o cálculo dólar/mês.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A mesma metodologia na Subcomissão de Bancos.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Exatamente. Então, pela metodologia, V. Exª vai ver que, em certos momentos, tivemos que buscar algum tipo de reforço, algum recurso, e que estão justificados em outros quadros e naqueles pacotes com os documentos, mas a minha movimentação real que, inclusive, é superior àquela que foi noticiada por um jornal de Minas Gerais, de ontem - **Diário do Comércio** - está aqui, é a movimentação real que encontrei, sem omitir qualquer dado, pelos extratos, e com todas as fontes explicadas.

Vou dar como exemplo créditos bancários líquidos: em março de 1991, aporte de crédito - isto ainda não passei a V. Exª e poderia passar, estão aqui, variações percentuais, no quadro de resumo dos créditos bancários líquidos: em março de 1991, tive que recorrer a 33.454,55. Essa foi a movimentação de créditos bancários, no mês de março de 1991, que correspondia a 5,37%.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Exatamente, o que eu queria saber é a diferença do subsídio no mês para esse montante.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Eu vou procurar aqui - a diferença no mês...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Na realidade, V. Exª teve, já com a conta expurgada, nesses três anos - 1991, 1992 e 1993 - o dobro do que recebeu em subsídios em créditos bancários. Então, eu queria saber qual foi a fonte que alimentou as suas contas?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - No primeiro quadro, V. Exª tem todas as fontes.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - No primeiro quadro?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - V. Exª tem o resumo, as origens: "convenções utilizadas nos demonstrativos financeiros" e, logo depois, tem o quadro com as origens financeiras que deram o aparecimento de tudo isto. Quer dizer: as fontes que geraram foram provenientes - tem, aí, uma sigla do lado esquerdo e o nome completo, logo em seguida, e explicado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas não tem os valores respectivos.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Os valores estão nos quadros. No quadro seguinte, V. Exª tem os valores dos três anos. Vou citar, por exemplo, um quadro....

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O que V. Exª chama de quadro seguinte é o do resumo das origens?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Resumo das origens financeiras, por banco, nos três anos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Agora, entendi.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Entendeu? Por exemplo: vou pegar um caso aqui: minha esposa. Além do meu salário, há o dela, que, hoje, corresponde, aqui - deixe-me ver...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A AMAO.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - A AMAO representou um total de 28 mil 780 e 40 dólares. Como a conta é conjunta, isso foi somando e é um dos detalhes que eu cito.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Esta conta é em que banco?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - É do BANORTE.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - BANORTE. É por isso que o seu subsídio não está aqui somado; porque é depositado no Banco do Brasil.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Exatamente.

Alguns ingressos no BANORTE são também transferências do Banco do Brasil daqui para lá.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, o quadro está muito claro. Eu só queria que V. Exª deixasse isto comigo para eu remeter à Subcomissão de bancos. Certo?

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Perfeitamente. Está combinado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Osmânio, V. Exª tem a palavra para considerações finais.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Relativo ao depoente?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço que aguarde. Depois dispensarei o depoente e atenderei à questão de ordem de V. Exª.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Perfeito.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. membros desta CPI:

Gostaria de manifestar, enfim, meu profundo respeito aos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como congratular-me com os membros desta Mesa e de toda a Comissão pela serenidade, firmeza e competência na condução dos trabalhos nesta tarefa que tem sido tão difícil. Estou certo de que o espírito de justiça e o sentido de responsabilidade seguirão conduzindo essa tão importante missão, que é garantir a realização da experiência democrática em nosso País.

Finalmente, Sr. Presidente, dirijo-me aos meus concidadãos brasileiros e mais particularmente a todos aqueles e aquelas que me acompanham em minha caminhada como homem público. Tenho recebido centenas da manifestações de carinho, confiança e solidariedade de pessoas que conhecem a pessoa humana chamada Osmânio Pereira de Oliveira. Irmãos de fé, católicos, evangélicos, carismáticos, gente simples de comunidades eclesiais de base, dos quatro cantos deste País, que incansavelmente têm rezado e confiado na justiça divina e dos homens. Por essas pessoas eu gostaria de deixar, por fim, não a minha palavra, mas a palavra de um grande amigo que aprendi a amar e a respeitar, que é Deus. Digo sem pieguismo porque acredito nisso e vivo nisso, há 50 anos, tendo recebido de meu pai esta formação. É uma palavra de Isaías que diz:

> Eis o Deus que me salva. Tenho confiança e nada temo, porque minha força e meu canto é o Senhor, e Ele foi o meu Salvador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu vou dispensar o depoente porque em relação ao depoimento está encerrado. Em seguida ouvirei V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E, pela ordem, na cronologia dos pedidos, primeiro é o Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, os jornais hoje noticiam que a instalação da chamada comissão das empreiteiras - mas a meu ver esta aqui era a comissão das empreiteiras - está por ser postergada por mais 60 dias. Nesta semana, quando encaminhei o pedido a V. Exª no sentido de que, para o bom andamento e a boa conclusão dos trabalhos desta Comissão, era indispensável o depoimento das empreiteiras citadas pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos - cujas informações e citações de nomes e empresas originaram esta CPI - V. Exª realmente ponderou que o mais adequado, nesta altura dos trabalhos e face ao tempo e à cronologia, era que os presidentes de empreiteiras fossem ouvidos na outra comissão.

Eu estava, realmente, na expectativa de que a outra comissão, como se noticiava, se instalaria em seqüência a esta, e então, é evidente, poderia haver uma continuidade, embora eu creia que haverá um distanciamento muito grande do foco das atenções nacionais e políticas desta Comissão para outra. Acho que uma omissão das empreiteiras terá um foco de atenção muito menor, mas acatei as ponderações de V. Exª para não criar dificuldades ao final dos trabalhos.

Mas agora, Sr. Presidente, diante dessa notícia, eu me permitirei insistir com V. Exª que é imprescindível que tragam aqui os esclarecimentos que os responsáveis por essas empresas devem à CPI sobre a inserção na manipulação do Orçamento. Não só por ter sido afirmado pelo Sr. José Carlos antes, mas também pelo trabalho das Subcomissões que, a essas alturas, já revelou que houve a participação dessas empreiteiras ou pelo menos algumas delas no processo de manipulação do Orçamento.

De maneira que será, para todos nós, profundamente frustante, pois já estamos carregando esse sentimento ao ver o prazo desta CPI finalizar sem uma investigação mais ampla e necessária para a formação das convicções que precisamos para nossas formulações finais. Reitero, diante desse fato novo, posterior à conversa, ao entendimento que mantive com V. Exª, que essa comissão ouça os presidentes das empresas, com precedência ao depoimento do Presidente da OAS, por circunstância especial, como eu já havia pedido a V. Exª.

Peço a compreensão de V. Exª por esta questão levantada e para qual espero acatamento, para que esta Comissão não termine seus trabalhos com a falha de não ouvir aqui os principais responsáveis, titulares dessas empresas, que participaram, com muita convicção nossa, de todo o esquema de manipulação do Orçamento federal.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ilustre Deputado Vivaldo Barbosa, gostaria muito de ouvi-los e acho que V. Exª tem razão quando diz que é imprescindível fazê-lo. O problema agora é saber como ouvir, além dos que estão agendados, mais oito empreiteiras no prazo que vai até segunda-feira. Peço a V. Exª que faça contato com o vice-Presidente Odacir Klein e consiga uma solução aritmética para resolvermos isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, quero lembrar que por duas vezes coloquei oito empreiteiras no calendário - V. Exª deve se lembrar disso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É verdade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E por duas vezes foram adiadas, ora sob argumento de que não tínhamos elementos, ora outro argumento. Considerava fundamental ouvi-las, porque foram citadas pelo Sr. José Carlos, e embora sejam pessoas

jurídicas, mas são pessoas. Nunca me que conformei que não viessem aqui, mas me rendi ao argumento não de todo Plenário mas de alguns parlamentares, de que não era a hora; e, resultado: ficamos sem hora.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado José Genoíno, pela ordem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, pela primeira vez vou me referir a um debate político lateral, mas que envolve esta CPI. Preferiria fazê-lo com a presença do Deputado Luiz Salomão, porque está no jornal...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Hoje ele está casando a filha.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Pois é. Lamento a ausência de S. Exª, mas está entre aspas, no jornal **O Estado de S. Paulo**, que o Deputado Luiz Salomão afirma que houve um acordo, entre o PT e José Sarney, para não quebrar-se o sigilo bancário e não convocar-se Roseana Sarney.

Quero relatar que foi a CPI, por unanimidade e determinação de V. Exª, que disse que só investigaríamos, com quebra de sigilo e convocação, quem tivesse relacionado nos documentos da ODEBRECHT com porcentagens.

V. Exª deu poderes aos Deputados Luiz Salomão, Pedro Pavão e Moroni Torgan para irem ao Maranhão, não foi para nossa Subcomissão. Os Parlamentares foram ao Maranhão e trouxeram emendas de obras, segundo o Deputado, superfaturadas. Ele poderia trazer, ao Plenário da CPI, o requerimento direto. Não era mais membro da nossa Subcomissão de Emendas porque saiu de lá por vontade própria e reuniu a Subcomissão de Emendas, uma coisa inexplicável, uma armadilha política para propor a quebra do sigilo bancário de Roseana Sarney. E a Comissão, coordenada pelo Deputado Sigmaringa Seixas - eu nem falei nessa reunião -, apresentou, juntamente com o suplente, Deputado Sérgio Miranda, que o critério era se havia ou não percentual. E toda a Subcomissão, com exceção do Deputado Luiz Salomão, votou que estava fora dos critérios; inclusive os dois deputados que acompanharam o Deputado Luiz Salomão, ao Maranhão, Deputados Pedro Pavão e Moroni Torgan, fizeram a ressalva em relação ao nome da Deputada Roseana Sarney.

Surpreende-me ver no jornal, entre aspas, a frase de que houve um acordo. É mentira, não houve acordo, não houve entendimento, isso faz parte de intriga política. Estou fazendo essa colocação perante V. Exª e relatando os fatos porque isso é manchete, hoje, de um jornal importante, de circulação nacional, **O Estado de S. Paulo.**

Esses são os fatos, Sr. Presidente. V. Exª sabe que sou apenas um colaborador na Subcomissão de Emendas e como tal não tenho ido em diligências, não tenho ido em nenhuma missão externa desta CPI, não fui ao Maranhão, não tive qualquer contato com ninguém da família Sarney sobre esta questão. Tenho dito publicamente em entrevistas que o critério que a CPI adotou é quebrar o sigilo e convocar quando o nome está relacionado com percentual. Isso foi afirmado várias vezes por V. Exª, com o apoio unânime desta Comissão, ninguém questionou esse critério.

Portanto, Sr. Presidente, lamento que o Líder do PDT tenha colocado entre aspas num jornal importante que isso era um acordo, citando o meu voto, o voto do Senador Eduardo Suplicy e a declaração, de ontem, do Deputado Aloizio Mercadante. Isso não é bom, eu particularmente tenho tido uma cautela muito grande nessas questões, inclusive no depoimento do deputado do PDT fiz questão de lhe fazer um elogio, não temos procurado atrito.

Mas, Sr. Presidente, no meu modo de entender, se está confirmado entre aspas é mentira, repito, e faz parte de uma intriga. Eu não sei por que isso foi lançado ontem e hoje é manchete no jornal **O Estado de S. Paulo.**

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Temos experiência política - e o Deputado José Genoíno a tem bastante - e penso que, em primeiro lugar, seria conveniente verificar se essas aspas correspondem realmente ao pensamento.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso é importante. Gostei que no final V. Exª tenha colocado uma condicional.

Vale confirmar claramente o que V. Exª disse em relação aos critérios. Apenas lembraria que foram dois: o da indicação a partir do documento geratriz de tudo isso, que foi o depoimento do Sr. José Carlos Alves, e os documentos da ODEBRECHT, apreendidos na residência do diretor. O cruzamento levou, inevitavelmente, a uma prioridade.

V. Exª deve estar recordado que, em seguida, o Sr. José Carlos Alves, depois daquela suposta tentativa de suicídio, apresentou mais 16 nomes, dos quais somente três, pelo que as subcomissões me deram, mostravam incidência com os papéis da ODEBRECHT. E desde o primeiro momento em que me foi trazida essa documentação, ficou muito claro que duas coisas deveriam ser afastadas do trabalho da CPI: uma era a referência a campanhas, o que houvesse de referência a campanha não seria considerado, e o outro era a referência a presentes. Tive até que fazer uma pesquisa, se posso dizer assim, para saber o que era AB, AM, OI, e cliente especial: AB é agência de bolso, AM é agência de mesa, OI é ODEBRECHT Informa - uma revista que eles mandavam -, e cliente especial, o que ganhava quadros. A mesma indicação sobre presentes, por exemplo, atingiu dezenas, se não centenas de funcionários do Executivo e de membros do Legislativo.

Então essa foi a razão pela qual, de início, não se decidiu chamar o Deputado Miguel Arraes, que não aparecia com referência percentual, mas aparecia como... ou alguém que, em seu nome, solicitara em Pernambuco uma participação para ele por parte da ODEBRECHT, não no valor total de trinta mil dólares mesmo, mas alguma coisa que

pudesse compor esses trinta mil dólares. Então, isso não havia referência percentual, não havia ligação com emenda.

E, no caso da Deputada Roseana, só havia uma referência a um quadro de Caribé, se não me engano, e uma presença na agenda, se não me engano, do Sr. Aílton Reis, em que aparecia um entendimento sobre uma almoço ou jantar, na casa dele. Isso, desde logo, desconsiderado e V. Exª tem inteira razão, foi uma questão de critério e uma questão de acordos e de entendimentos entre partidos.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dou a palavra antes ao Deputado Paulo Ramos, que pediu, falou no PDT, nós vamos ouvir o PDT.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, antes da intervenção do parlamentar do PT, eu já havia solicitado a palavra. Entretanto, para tratar de um assunto, mas na ausência...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Antes da intervenção, não; ele pediu antes. V. Exª diz antes do fim da intervenção?

O SR. PAULO RAMOS - Não, antes de eu tomar conhecimento do que seria tratado por ele na intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ah, sim! O que pressupõe que o assunto de V. Exª até seria outro.

O SR. PAULO RAMOS - Seria outro, mas sou obrigado a tratar simultaneamente dos dois...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. PAULO RAMOS -...com a objetividade possível...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - De sempre.

O SR. PAULO RAMOS -..., de sempre, a objetividade militar.

O Deputado Luiz Salomão não está presente, está em casa da filha, conforme V. Exª inclusive já divulgou. Quero dizer que a afirmação de que teria havido um acordo, essa afirmação vem sendo repetida na Casa e não é a primeira vez que ela é transmitida pelos jornais.

Nós sabemos que, nesta Casa, muitas vezes, os acordos acontecem de forma as mais diversas. Os acordos, às vezes, são tramados em reuniões privadas, o que não traz nenhum demérito. Simplesmente, talvez - e o Deputado Luiz Salomão terá a oportunidade de explicar, - tenha afirmado que a conveniência política de ambos os lados, naquele momento, determinou que houvesse uma espécie de acordo, mesmo que tenha sido um acordo não preestabelecido.

De qualquer maneira, e mais, se a afirmação está entre aspas e se realmente ele foi feita pelo Deputado Luiz Salomão, pela responsabilidade que tem, estou convencido que ela corresponderá à verdade. Mas que a presença dele possa ser a determinante para o esclarecimento. Reitero que, em estando entre aspas, e as aspas sendo verdadeiras, pela responsabilidade que tem o Deputado Luiz Salomão, certamente as afirmações são verdadeiras.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. PAULO RAMOS - Mas eu quero tratar da questão, muito rapidamente, das empreiteiras, dizendo o seguinte: já houve, no Congresso Nacional, uma CPI de Obras Públicas, feita exclusivamente pelo Senado. Na CPI das Obras Públicas, as empreiteiras estavam envolvidas.

Houve uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tratando do Sistema Financeiro da Habitação, onde claramente as empreiteiras estavam envolvidas.

Houve uma CPI do PC Farias, onde as empreiteiras também estavam altamente comprometidas.

E, agora, na CPI do Orçamento, onde se confirma mais uma vez, onde se clarifica mais ainda o envolvimento das empreiteiras. Eu quero me solidarizar com a preocupação e com a postulação do Deputado Vivaldo Barbosa na medida em que, em sendo superada mais uma CPI sem que as empreiteiras recebam o rigoroso tratamento pelo envolvimento já comprovado, certamente que teremos algumas dificuldades de explicação e, talvez, a frustração seja uma frustração que possa...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu antecipei, Deputado Paulo Ramos, que o meu desejo também seria esse.

Agora, o problema é saber como colocar oito oitivas de empresas diferentes, recolhendo todo o material que for necessário para ouvi-las. E sobre este assunto PT e PDT, eu acho que o assunto deve ficar agora entre os partidos.

Tem a palavra o Deputado Sigmaringa Seixas.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Um esclarecimento apenas. Mas o fato em si, Sr. Presidente, é que merece um esclarecimento por parte do coordenador da Subcomissão de Emendas, já que ele foi trazido a esta Comissão.

Esse problema foi discutido efetivamente no âmbito da Subcomissão, de forma absolutamente criteriosa e isenta.

O Deputado Luiz Salomão, por determinação de V. Exª, foi, em companhia de dois outros colegas, ao Estado do Maranhão para fazer uma determinada diligência. Lá chegando, S. Exª ampliou o campo de sua investigação e verificou que uma determinada obra, uma ponte que liga o Estado do Maranhão ao Piauí, apresentava algumas irregularidades. Trouxe essa informação e ao mesmo tempo verificou que havia uma emenda da Deputada Rósea Sarney, destinando recursos à construção dessa ponte e, com base nisso, queria pedir a quebra do sigilo bancário da Deputada Rósea Sarney.

Nós consideramos, na Subcomissão, que o fato em si não justificava uma quebra de sigilo. Afinal de contas, foi uma investigação feita por Parlamentares, que, por mais competentes que sejam, não têm, evidentemente, qualificação para fazer uma diligência dessa natureza.

E foi só com base nisso que a Subcomissão, por unanimidade, entendeu que o fato, como estava colocado, não era suficiente para justificar o requerimento de quebra de sigilo.

Mas não paramos aí, Sr. Presidente.

Foi uma denúncia que, se comprovada, poderia... seria grave, nós mandamos, eu mandei, na qualidade de coordenador da Subcomissão de Emendas, um ofício ao Tribunal de Contas, Sr. Presidente, pedindo que fosse feita uma auditoria nessa obra.

Essa auditoria até hoje não foi concluída, pelo menos nós não recebemos nenhuma comunicação a respeito. Se fosse feita, essa auditoria chegando e concluído, realmente, que há irregularidades, nós, então, examinaríamos o caso à luz dessa auditoria.

Mas, naquele momento, Sr. Presidente, rigorosamente, não havia... o fato não justificava quebra de sigilo bancário de quem quer que fosse - Deputada Rósea Sarney ou qualquer outro Parlamentar.

Apenas eu me sinto no dever de prestar estes esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarras Passarinho) - Pois não, Deputado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Posso falar?

O SR. VIVALDO BARBOSA - É uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Posso falar?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Faço um apelo a V. Exª, só para uma questão... um esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Posso dar uma resposta imediata ao Deputado?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sim, não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Apenas eu estranhei que um assunto desses fosse discutido no âmbito da Subcomissão, porque toda questão de quebra de sigilo bancário foi sempre trazida para o Plenário. Isso eu estranhei.

Mas como, depois, o Deputado Luiz Salomão chegou aqui e retirou o pedido, eu não mais o submeti a Plenário.

A palavra é de V. Exª.

Agora, esse assunto, eu vou insistir, esse assunto não é do Plenário desta Comissão, aproveitando-se o momento em que termina o depoimento.

A imprensa está aí, todos os senhores têm acesso a ela, se essa "colocação" que eu tive, apenas é a preocupação de saber se ela pode ser confirmada ou não, é outro motivo do início da discussão, levantada pela questão de ordem do Deputado Genoíno.

Mas eu ouço V. Exª.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, V. Exª também compreenderá a necessidade de esclarecimentos próprios a respeito.

V. Exª, em duas informações, aí, disse que, realmente, o Deputado Salomão, em uma informação, retirou o requerimento e que estranhou que esse assunto fosse tratado na Subcomissão.

Eu me lembro, Sr. Presidente, neste instante: todas as Subcomissões discutiram internamente, no seu âmbito, que nomes trazer para o Plenário da Comissão, para pedido de quebra de sigilo bancário. E todos tinham o entendimento de que as decisões seriam feitas no âmbito da Subcomissão e só aqueles nomes aprovados seriam trazidos aqui. Por isso é que o Deputado Salomão submeteu o seu caso à sua Subcomissão e, quando foi derrotado lá, retirou o pedido aqui, onde havia feito simultaneamente.

E que, outro esclarecimento que V. Exª deu sobre os critérios, realmente, de cruzamentos, de citações de mais de uma fonte, a questão da Deputada Rósea Sarney é que, além dessa informação que V. Exª prestou de ter nome dela relacionado com brindes e presentes numa reunião na sua casa, com o pessoal da ODEBRECHT - isso é que motivou muito o Deputado Salomão a levar a sua questão avante -, é que ela tinha feito uma emenda de uma obra do interesse da ODEBRECHT.

Então, além dos brindes, além da reunião na sua casa, havia a emenda que ela fez e que o recurso foi liberado em uma obra completamente parada.

Isso, é evidente, pareceu motivo suficiente para quebra de sigilo bancário.

É evidente que eu pediria cautela ao Deputado Genoíno, como V. Exª já pediu, na leitura dos jornais antes de uma confirmação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Como ele preferiu vir trazer o assunto a público, a gente também, é evidente, tem que comentar o assunto.

Transmito ao Deputado José Genoíno que essa questão de acordo não é uma questão que, nos termos em que foi colocada, paire sobre a Bancada do PDT. O que paira sobre a Bancada do PDT...

O SR. MÁRIO COVAS - (fora do microfone) Isso não é uma coisa que atinge só o PT, atinge todo mundo. Foi a Comissão que rejeitou.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Exatamente! Estou realmente dizendo que foi a Comissão que a rejeitou; a proposta do Deputado Luiz Salomão ficou isolada, foi rejeitada. E o que realmente nos causou surpresa naquele instante, foi que o Senador Eduardo Suplicy, pelo PT, votou contra esse requerimento. Outros partidos, seria evidente, por outras

razões, mas a atitude investigativa do PT é tão profunda a esse respeito, é tão considerada. Por que S. Exª votou contra? Evidente que isto é uma crítica que fazemos. Estou aberto a apartes, mas esta é uma crítica que fazemos, evidente que da mesma forma que recebemos outras por atitudes nossas....

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A partir de agora, considero que estamos numa reunião informal. Então V. Exª concederá o aparte se assim o desejar, porque estamos numa reunião informal.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - A ponte não está sendo feita pela ODEBRECHT. Quem afirmou isso foi V. Exª. Não é da ODEBRECHT; segundo: só por esse argumento vê-se que desmorona tudo. Não era da ODEBRECHT. Uma ponte que está paralisada e onde se gastou 9 milhões de dólares, a emenda era de 130 mil de dólares, não tinha nenhuma conexão.

Na hora da votação o Deputado Luiz Salomão disse:" Gostaria de receber o apoio da Comissão." Depois de exaustivamente debatida, por 08 votos contra o voto dele, acharam que não havia sentido algum. Por isso S. Exª veio aqui e retirou. Foi esse o fato. Não há mais nada do que isso!

O SR. VIVALDO BARBOSA - Evidente que a emenda aqui realmente não tinha valor elevado, mas ela suplementava realmente quantias globais para servir. Não sei, talvez o Deputado Maurício Najar pudesse informar qual era a empreiteira encarregada, porque nos pareceu que era empreiteira ligada à ODEBRECHT.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não era! Não era. Não sei se V. Exª se lembra, mas

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Vivaldo Barbosa, estou ouvindo V. Exª e os apartes em geral, devo apenas dizer-lhe o seguinte: primeiro, não tomei nenhuma providência quando o Deputado Luiz Salomão trouxe, e não foi só ele , o resultado da diligência que fez com o Deputado Moroni Torgan, tenho certeza. A diligência tinha sido para um fim e este não era o fim; e quando V. Exª fala mais: que as subcomissões tomaram decisões, mais uma vez se prova aqui, agora estou mostrando publicamente V. Exªs estão levando a questão, que a Mesa continuou sendo ignorada nas decisões que as subcomissões tomaram.

Estou ouvindo pela primeira vez de V. Exª que as subcomissões decidiam essas questões internamente. E, insisto, todas as vezes que dirigi esta Comissão e que o Deputado Odacir Klein a dirigiu, os pedidos de quebra de sigilo foram nominalmente chamados pelos titulares e, na ausência deles, pelos seus suplentes, para votarem em Plenário.

Tanto que mantive aqui o requerimento do Deputado Luiz Salomão, e S. Exª retirou.

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sr. Presidente, será que eu poderia esclarecer? Não estávamos, evidentemente, decidindo a quebra de sigilo. O que S. Exª pretendia era o apoio da subcomissão para o requerimento que seria apresentado no Plenário.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para dizer a V. Exª que, naquela oportunidade, o Deputado José Genoíno, que integra a nossa subcomissão como colaborador, nem votou. Exatamente porque não era da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que houve o voto exclusivo do Deputado Roberto Franca. Dos 08 a 01, o 01 foi do Deputado Roberto Franca.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente....

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Quero encerrar, porque essa é uma reunião informal e quero acabar. É uma questão interna que começa a ser uma disputa entre declarações a favor e contra uma posição do PT e uma posição do PDT.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Quero falar, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pode falar. V. Exª tem a palavra.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, encerro a minha intervenção, pedindo apenas ao Deputado José Genoíno cautela, conferindo primeiro com o Deputado Luiz Salomão, primeiro conversando com S. Exª.

Digo também não referi que o Deputado José Genoíno participasse da votação. Referi-me ao Senador Eduardo Suplicy, que era membro da subcomissão.

Sr. Presidente, eu pediria a compreensão de V. Exª, porque foi um método, a meu ver, adequado, de que a comissões primeiro fizessem as considerações para depois trazer pedidos aqui que tivessem um mínimo de aceitação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - As considerações que o Deputado Sigmaringa Seixas coloca é outra coisa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Esse realmente foi o sentido de todas as coisas...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado Vivaldo, um aparte breve?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Assim iremos fazer uma reunião...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não Sr. Presidente, é que ele referiu-se a mim e quero atendê-lo de pronto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou deixá-los conversando e vou-me embora. Não tem cabimento isso!

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Não, Sr. Presidente, eu abro mão. É só para dizer que levo em conta as observações do Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Um já pediu, outro já pediu para tratar da mesma matéria, não posso ficar aqui fazendo isso num problema que não é mais da Comissão em si.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, acho, em primeiro lugar, que tentar reduzir essa questão a manchete de um e outro jornal importante de um País que mencionaram essa matéria, a um problema da relação entre dois partidos, é não assumir com profundidade os desdobramentos dessa interpretação.

O que está dito é que a CPI sucumbiu a um acordo entre o Partido dos Trabalhadores e o grupo do ex-Presidente José Sarney. O que está dito é que a CPI foi cúmplice de um acordo irresponsável que impede a investigação política de quem quer que seja. O que esta dito é que...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como CPI é falso!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O que está dito é que houve um acordo imposto pelos membros do PT à CPI, para tentar impedir não só ao depoimento de Roseana Sarney, como o do Deputado Miguel Arraes. É isso que está dito e é isso que está escrito da matéria desse jornal.

E mais! Dizendo que foi isso que permitiu ao Congresso Nacional não levar adiante as CPIs que estavam programadas, inclusive a CPI da CUT.

Portanto é uma denúncia que envolve a CPI, que denigre a imagem da CPI e, mais, que atinge a própria lisura do Congresso Nacional.

Quero, em primeiro lugar, perguntar à Mesa se em algum momento foi colocado no plenário da CPI, nas reuniões reservadas, requerimentos... se em algum momento existiram nessa Mesa, durante os 90 dias de trabalho, requerimentos.

Quero dizer inclusive que participei do relatório da ODEBRECHT, com o Senador Paulo Bisol; apresentamos toda a documentação e os critérios para irem às subcomissões. Se alguma subcomissão pediu a quebra do sigilo bancário e fiscal ou se algum membro da CPI pediu e foi colocado em votação qualquer requerimento relacionado ao Deputado Miguel Arraes ou à Deputada Roseana Sarney?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) -Eu começo fazendo perguntas, antes de responder a V. Exª. O Senador Bisol e V. Exª, acho que numa quarta-feira trouxeram ao conhecimento, quando chegou numa quinta-feira, com várias pessoas presentes no apartamento do Senador Paulo Bisol, V. Exª fez uma proposta: Eu tinha ficado calado e depois até aderi a proposta de V. Exª. Essa proposta, estou eu equivocado ou foi exatamente neste sentido: o que se referir à campanha e o que se referir a brindes está fora de uma pesquisa imediata, está fora de uma investigação imediata.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - E mais! Concordei com a interpretação do Senador Mário Covas, que disse o seguinte: "Isso aqui é um documento unilateral, é uma intenção de apoio para o próximo ano e tem que ser desprezado". Mesmo por que, naquele documento que foi desprezado pela CPI, havia cinco titulares da CPI mencionados, o próprio Relator da CPI está mencionado e era um documento de intenção unilateral; que foi dito pelo depoente que sequer tinha sido discutido na reunião. Bom, e que, portanto, não havia qualquer possibilidade daquilo ter se traduzido em finalidade de campanha, porque era para o ano de 1994.

Agora, independente disso, essa interpretação foi permitida a todos os membros da CPI, em todas as subcomissões, e não houve um membro, titular ou suplente ou um parlamentar desta Casa que tivesse trazido aqui, a partir dessa leitura, qualquer requerimento pedindo a quebra do sigilo do Deputado Miguel Arraes ou de qualquer outro parlamentar que a CPI não tenha atendido.

Por isso...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Foi a pergunta que V. Exª me fez - ainda sem elevar a voz. V. Exª me fez a pergunta e cabe-me respondê-la. Eu confirmaria o que V. Exª está dizendo, não tomei pela Mesa, a Mesa que se manifeste, nenhum pedido nesse sentido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não. Existe algum pedido? Até hoje não existe.

E queria dizer o seguinte: eu disse sim e digo aqui publicamente, tive o apoio do Relator e, depois, do próprio Presidente da Mesa, que, pelo que entendi, foi consenso na CPI.

Se não houve consenso proponho que a gente rediscuta a questão. A minha leitura é que não procederia a quebra de sigilo bancário e fiscal, depois que todas as subcomissões, todo o plenário da CPI teve essa possibilidade e teve acesso a toda a documentação, por sinal a própria imprensa teve acesso a toda a documentação, que depois de mais um mês e meio de transcorrido esse processo, no apagar das luzes do processo da CPI, nós viéssemos a trazer novos nomes. Por quê? Por uma única razão, quer dizer: quebrar o sigilo bancário e fiscal para concluir uma diligência. como fizemos ontem, é uma coisa; mas, para iniciar o processo de investigação, é teatro, é hipocrisia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Seria quebrar o critério.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Por uma única razão. São 20 mil agências bancárias. O Banco Central tem que levantar isso. Isso demora no mínimo 15 dias. A análise patrimonial não seria feita; a análise das emendas não seria feita; a análise das subvenções sociais não seria feita. Então, com esse tipo de jogo político o nosso Partido realmente não vai compactuar.

Agora, não vamos impedir a investigação de quem quer que seja. Seja qual for a origem política ou a responsabilidade ou estatura o nosso critério foi: todos devem ser investigados e todos devem depor baseados nos critérios definidos pela CPI. Portanto, repudio esse tipo de interpretação. Acho lamentável; paralelamente, espero que o Deputado Luiz Salomão...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se for confirmado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Lógico, espero que o Luiz Salomão explique se ele realmente afirmou que havia um acordo para impedir o depoimento do Deputado Miguel Arraes e Roseana Sarney. Tenho certeza, tenho certeza, pelo que tenho convivido, que S. Exª não faria uma afirmação dessa natureza. De qualquer forma, aguardo o seu pronunciamento para fazer o juízo de valor final.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h10min.)

Depoimento do Sr. Deputado Ricardo Fiúza

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Sr. Deputado Roberto Rollemberg, Sr. Deputado Ricardo Fiúza, vamos dar início aos trabalhos desta reunião, na qual iremos ouvir novo depoimento do Deputado Ricardo Fiúza. S. Exª já prestou o seu compromisso e já houve a qualificação, em reunião anterior. Vamos dispensar as formalidades legais.

Dando início aos nossos trabalhos, darei a palavra ao Deputado Ricardo Fiúza para as suas considerações iniciais, pedindo a S. Exª que seja feita dentro de uma certa brevidade para o melhor andamento dos nossos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Coordenador da Subcomissão de Subvenções; Sr. Relator, Deputado Roberto Rollemberg; Srª Deputada Jandira Feghli; Srs. Deputados, Srs. Senadores:

Serei muito breve nesta introdução, mesmo porque entendo que esta Subcomissão funciona - digamos assim - como uma comissão técnica.

Tive a oportunidade de prestar 12 ou 13 horas de depoimento no Plenário, no dia 3 de novembro próximo passado. Aliás, fui o primeiro a ser ouvido. Posteriormente, já no dia 4, iniciei a procura às Subcomissões, tendo procurado o Senador José Paulo Bisol para me colocar à absoluta disposição de S. Exª e de todos os Coordenadores das Subcomissões para fornecer, de maneira concreta, absolutamente clara e transparente, todas as informações que S. Exªs desejassem, responder as questões, tirar dúvidas. Desde o primeiro minuto assim procedi.

Durante esse período, Sr. Relator, fui alvo da mais impiedosa campanha de imprensa - da imprensa falada, da imprensa escrita, da imprensa televisada. Impus-me um silêncio histórico para que não se dissesse amanhã que eu estava tentando, através de manobras, obstaculizar o trabalho das Subcomissões. Praticamente, todos os dias, visitei as Subcomissões com a humildade que me era devida, procurando os Srs. assessores, entregando papéis, remetendo uma enormidade de correspondências - aqui estão - ao Presidente desta CPI, Sr. Senador Jarbas Passarinho.

Infelizmente, devo reconhecer que, em algumas oportunidades, embora isso se refira à minoria da Comissão, senti um ódio deliberado, uma postura nitidamente ideológica, uma busca incessante de novos fatos, surpresas extremamente desagradáveis, quando eu ia a uma Subcomissão, como à Subcomissão de Patrimônio, onde entreguei 11 anos das minhas Declarações de Imposto de Renda, da minha família, das minhas firmas, Atas, balanços, balancetes analíticos.

Entreguei o currículo ao Sr. Relator, onde dissequei e comprovei a minha vida durante 37 anos– dos 17 aos 54 anos de idade, desde o primeiro débito, a primeira compra, a primeira aquisição com escrituras, datas, pastas, recursos. Não julgava ser capaz de recompor um período de 37 anos mas, graças a Deus, assim o fiz.

Fui à Comissão de Bancos várias vezes; tive ciência das minhas posições bancárias pelos jornais, bem como da minha mulher, dos meus filhos. Tive declaração da Comissão dos Bancos de que as minhas contas são absolutamente corretas. Aliás, aquelas "cassandras" do pessimismo, aqueles que não têm somente a vontade de buscar a verdade, mas têm a patologia de fazer o mal, diziam que era surpreendente como as minhas contas eram baixas. Esperavam ali contas de um milionário e não de um homem que viveu do

trabalho. Encaminhei a V. Exª, Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, documento datado do dia 9 e protocolado no Gabinete de V. Exª no dia 10, onde eu procurava exaurir o assunto Subvenções Sociais. Entreguei também toda a documentação que me foi solicitada pela Comissão de Orçamento.

Fiz um longo e excessivo trabalho, dissecando, com profundidade, todas as questões, demonstrando cabalmente a lisura, refutando acusações de manipulação de emendas após aprovação. Eu esperava ter esgotado o assunto definitivamente. Mas, na semana passada, Sr. Coordenador, fui surpreendido pela mentirosa notícia publicada pela revista **Veja**, visivelmente plantada por uma fonte odienta, segundo a qual meu patrimônio tinha uma diferença não explicada, no mês de novembro, de 5,6 milhões de dólares. Essas leviandades, essas irresponsabilidades, eu as responderei a todas, mas não com comentários, com opiniões, mas com fatos. E hoje, para mim, seria o dia limite para mudar de postura. Não que eu pretenda passar para uma postura agressiva, mas o estoicismo com que aguentei todo esse período, que levou problemas e intranqüilidades a mim e à minha família, hoje espero dar um basta a qualquer leviandade.

Devo dizer que sou um Deputado, tenho as prerrogativas que tem V. Exª, que têm todos os Srs. Senadores que aqui estão. Não sou um réu, não estou disposto a ser inquirido por um colega travestido de delegado de polícia como se eu fora um réu. É preciso deixar bem claro que darei, em dobro, o tratamento que receber. A partir deste momento, devo dizer, sem nenhum desejo de arrogância ou de prepotência, não aceitarei nenhuma acusação que me seja feita fora deste foro competente, à frente das televisões, das câmeras, dos jornais, para que se inicie um processo de reversão dessa tentativa de denegrir a minha imagem. Esse é o meu objetivo.

Encerro as minhas palavras, Sr. Coordenador, dizendo o seguinte: Estou aqui não para fazer discursos, mas para responder objetivamente todas as questões que me forem formuladas. Porque tenho tido surpresas e decepções muito grandes. Fui à Subcomissão de Patrimônio, por exemplo, e perguntei ao Senador José Paulo Bisol se ele tinha alguma dúvida. Ele disse que não. E já tenho ciência de que ele foi ao PRODASEN pedir um relatório no dia 20. E eu perguntei pessoalmente ao Senador Bisol se ele tinha alguma dúvida sobre emendas, porque ele entrou na outra Subcomissão. Ele disse que não, que era assunto do Deputado Sigmaringa Seixas. Vi cópia de uma carta endereçada à Polícia Federal com acusação extremamente mentirosa e leviana, que me foi fornecida por um jornalista. Eu trouxe a cópia dessa carta, as notas fiscais que demonstravam a lisura do meu procedimento, o cheque emitido pela minha empresa contra sua conta no Banco do Brasil. Estive com o Senador Bisol e disse: "soube que o senhor tem uma dúvida de uma informação que foi remetida à Polícia Federal". Ele disse: "não, não tenho ciência desse fato". E eu com a carta no bolso. Fiquei acanhado de mostrar que ele estava faltando com a verdade.

O meu procedimento, a partir deste momento, é, sob hipótese nenhuma, aceitar esse tipo de comportamento. Não cercearei qualquer pergunta, não me esquivarei a responder qualquer pergunta, mas, a partir deste momento, dou um basta a esse tipo de procedimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Agradeço ao Deputado Ricardo Fiúza, salientando apenas que, na qualidade de Coordenador desta Subcomissão, tenho a mais absoluta tranqüilidade de que os debates aqui vão decorrer dentro de um clima de absoluta urbanidade, civilidade, não havendo, da minha parte, nenhuma expectativa de que venhamos a ter outro comportamento nem da parte de S. Exª, o Deputado Ricardo Fiúza, nem da parte de qualquer um dos inquiridores, Srs. Senadores e Srs. Deputados. Pergunto ao Deputado Roberto Rollemberg se teria alguma consideração inicial a fazer, na qualidade de Relator.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, para uma questão de ordem, antes da intervenção do nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pois não. Deputado Vivaldo Barbosa, para uma questão de ordem.

O SR. VIVALDO BARBOSA - É que o Deputado Ricardo Fiúza, na sua explanação inicial, disse que não aceitaria ser interrogado por deputado transvestido de delegado de polícia ou de investigador, não sei a expressão. Realmente, não alcancei o sentido que o Deputado quis imprimir à sua frase. Todos nós, Deputados e Senadores, estamos investidos na nossa função plena, no exercício do mandato popular, que nos determina a investigação de irregularidades praticadas tanto no Parlamento, como no Executivo e, constatando irregularidades, até aplicar penas quando ocorrer falta de decoro parlamentar. Realmente essa questão deve ser esclarecida antes de qualquer outro trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Vivaldo Barbosa, na qualidade de coordenador, eu queria dar por encerrada a questão de ordem levantada por V. Exª, garantindo a todos os Parlamentares presentes as prerrogativas inerentes aos Srs. Parlamentares. Podem ter a tranqüilidade absoluta de que esta Coordenadoria não inibirá nenhum Parlamentar no desejo de obter os esclarecimentos desejados junto ao Deputado Ricardo Fiúza. Também não aceitarei que o depoente iniba ou agrida qualquer dos Parlamentares, no exercício das suas funções. Fique certo de que zelarei por isso.

Peço ao depoente que nossos trabalhos possam ocorrer dentro da mais absoluta tranqüilidade.

Com o palavra o Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Fiúza, Srs. Parlamentares, reservo-me para o final. Entretanto, obrigo-me a uma declaração

inicial. Tenho muita honra e responsabilidade de receber, da Presidência da CPI, a substituição nos casos relativos aos Deputados de Pernambuco, inclusive o Deputado Ricardo Fiúza, na função de Relator Parcial para esse setor. Em virtude disso, é claro que os comentários são naturais quando há separação entre os relatórios.

Reitero minha confiança e respeito absoluto pelo Relator Roberto Magalhães, entendendo que sua atitude é própria de um homem imparcial, porque não deseja que caiam sobre ele acusações de influências regionais negativas ou positivas. S. Exª tem nossa solidariedade.

Assumo essa função com muita responsabilidade, porque afinal, sendo membros da CPI, temos que estar à disposição para qualquer tarefa.

Registro que o fato de eu ser o Relator de Pernambuco é acidental, em decorrência da suspeição que o próprio Relator levantou. Respeito a sociedade pernambucana pelo que Pernambuco significa para este País. Pernambuco é um Estado ligado à minha juventude, quando fazíamos a defesa do petróleo nacional; foi em concentrações estudantis que aprendi a brasilidade do Norte e Nordeste. Isso é muito tradicional. Por outro lado, minhas vinculações com esse Estado são grandes, pois tenho muitas amizades. Existe um cidadão, por quem tenho muito respeito, que é meu primeiro neto pernambucano; além disso, tenho a figura do Senador Ney Maranhão, entre outros, que respeito pela sua conduta. Realmente, trata-se de uma inspiração muito importante, que servirá de atestado de que nossa dedicação à causa é grande. Ainda tenho meu parente, Senador Francisco Rollemberg, cuja origem é de Sergipe, que nos dará a visão e possibilidade de uma atuação absolutamente imparcial em busca da verdade, sem qualquer perseguição ou preconceito em relação à minha atuação.

Reservo-me para o final, uma vez que se trata de uma reunião especial, com casos específicos, pois preciso fazer uma análise global.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Antes de passar a palavra, de acordo com a lista de inscrições, aproveito a presença da imprensa para dar um esclarecimento a respeito de noticiário publicado hoje, no sentido de que a Subcomissão de Subvenções Sociais já teria oficialmente encaminhado uma lista de pedidos de cassações de 14 Parlamentares. Na verdade, ainda estamos em processo de discussão e votação a respeito do nosso Relatório Final. Os nosso trabalhos ainda não tiveram aquele sentido conclusivo que se procurou dar no noticiário de hoje. Os nome são os que estão sob averiguação desde o início dos trabalhos da Subcomissão e da própria Comissão, mas não existe lista oficial, como foi divulgado hoje ou como se quis divulgar hoje.

Peço à secretaria que traga a lista de inscrições à Mesa.

De acordo com a lista de inscrições, tem a palavra o Deputado Lázaro Barbosa.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. colegas, eminente Deputado Ricardo Fiúza,

Homem experiente, calejado já na vida, e que já passou por diversas vicissitudes, sou capaz de compreender o estado de espírito de V. Exª . Não tomo as suas colocações iniciais como uma tentativa de cerceamento dos seus colegas Parlamentares neste difícil e indesejável ofício de perquirir a verdade no tocante aos fatos que se buscam apurar nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É verdade, Deputado Ricardo Fiúza, que, muitas vezes - isso é público e notório - têm acontecido extrapolações; aqui ou ali criam-se certos constrangimentos, como o que acaba, por exemplo, de levar o nosso Coordenador, o eminente Senador Garibaldi Alves Filho, a dar explicação pública à imprensa em relação ao noticiário desta noite e desta manhã, como se esta Subcomissão já tivesse tomado decisão definitiva e já transitada em julgado sobre apreciação de um alentado número de Parlamentares, cujos nomes seriam encaminhados ao Relator-Geral junto com a proposta da perda dos respectivos mandatos.

Dito isso, Deputado Ricardo Fiúza, quero dizer a V.Exª que fiz parte da comissão designada pelo Presidente Jarbas Passarinho para ouvir, mais uma vez, o Sr. José Carlos Alves dos Santos. Este dirigiu expediente à CPMI pedindo para ser argüido de novo, como sendo capaz de trazer algumas luzes para a apreciação desta CPI por omissões que tivera cometido antes. Pudemos notar, no decorrer da conversa com o Sr. José Carlos Alves dos Santos, que ele alimentava sobretudo a preocupação básica de demonstrar que V. Exª tinha efetivo conhecimento das "combinações" na Comissão de Orçamento e no tráfico de influência com o dinheiro público que nela se operava.

Não sei se os colegas que lá estiveram conosco puderam também captar o mesmo sentimento que eu pude captar, ou seja, de que, por trás das novas colocações feitas pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos, havia alguma coisa que não foi possível à Comissão precisar, algo que extrapolaria, no relacionamento dele com V. Exª, as questões do Orçamento.

Eu começaria perguntando a V. Exª se, ao ler naturalmente pela imprensa sobre o novo depoimento de José Carlos Alves dos Santos, V.Exª poderia acrescentar a esta Subcomissão alguma coisa, inclusive em relação a esse lado que tenho a impressão não passou despercebido a nenhum de nós: parece-me que há uma preocupação excessiva do Sr. José Carlos Alves dos Santos com a possibilidade de que a Comissão Parlamentar de Inquérito não estivesse entendendo, na sua inteireza, o comprometimento de V. Exª com os fatos que estão sendo apurados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Coordenador, Sr. Relator, Sr. Deputado Lázaro Barbosa:

A colocação de V. Exª me traz, em primeiro lugar, uma preocupação de síntese, porque tenho receio de, nesta resposta, fazer uma visão abrangente de todo o problema. Mas vou me ater a alguns fatos concretos.

Em primeiro lugar, eu, inclusive, pediria, não sei se o Sr. Coordenador distribuiu aos membros da Comissão o trabalho que apresentei. Se o senhor desejar, posso, depois, remeter cópia a cada um dos senhores membros.

Alguns fatos precisam ser bem claros. Em primeiro lugar, - tenho seis mandatos em 24 anos. Aliás, só tenho na Câmara seis Companheiros com seis mandatos ou mais de seis. Já sou considerado um velho aqui dentro. Aliás, já deveria ter saído, sairei agora no próximo ano - 22 anos de mandato, jamais participei da Comissão de Orçamento. E a resposta está interligada a de V. Exª; jamais! Jamais fui sequer à Comissão de Orçamento. Segundo, jamais pedi uma subvenção social em 23 anos de mandato, que faço agora, salvo aquelas subvenções padrão, da qual tínhamos todo o direito, naquele Anexo II, daquelas bolsinhas ridículas; quando saía a inflação, havia corroído tudo. Em terceiro lugar, eu não tenho, nunca tive e não terei nenhuma entidade vinculada a mim, a parentes meus, a amigos próximos, a cabos eleitorais meus, a Deputados Estaduais meus; nunca fiz esse assistencialismo que avilta a dignidade do ser humano, tirando a noção do direito de ter. É a esmola que avilta.

Ao assumir a Comissão de Orçamento, é preciso que saibam todos - lembrem-se, os senhores sabem melhor do que eu - que esse volume total de subvenções sociais vem do Executivo. Quando assumi a Comissão de Orçamento - e apenas durante 40 dias em 23 anos de vida pública, do dia 11 de novembro ao dia que foi votado, 29, se não me falha a memória, dezembro - ao chegar nessa Comissão, o Sr. Presidente da Comissão já havia sido escolhido; os Srs. Relatores setoriais já haviam sido escolhidos; os relatórios setoriais já estavam prontos, em discussão, com os Líderes dos partidos, no lugarzinho que se apelidava "Tribunal de Nüremberg". O parecer preliminar do antigo Relator já havia sido votado; aliás, rejeitado e votado o substitutivo.

Naquela oportunidade, fui instado, por vários Companheiros, a respeito da questão das subvenções sociais, para que, do volume global, já fizéssemos uma distribuição na própria Comissão. Naquela oportunidade, eu disse que não concordava com aquilo, porque estávamos entrando num processo onde o Congresso estava nas páginas dos jornais todo o dia em função da Comissão de Orçamento. E, brincando, eu dizia aos Líderes de todos os partidos que eu prometia tirar o Congresso em 15 dias da imprensa, no tocante a esses fatos desagradáveis. E não tínhamos, naquele momento, como avaliar essa distribuição. Isto pareceria uma grande barganha dos Deputados, para que cada um tivesse a sua cota e a desse, de maneira aleatória, àquelas entidades.

Não foi fácil. Cheguei até a dizer no momento: "não há problema, estou Relator por um consenso dos Líderes", porque indiquei vários nomes para substituir o Deputado João Alves e sempre uma facção ou outra não aceitava, quando sugeriram que eu, como Líder, coordenasse um grupo com todos os partidos para fazer o Orçamento.

Então, a primeira oportunidade que tive de distribuir as subvenções sociais, não o fiz.

É claro, há de convir V. Exª que eu não imaginava que viria a ser Ministro de Estado. Portanto, se algum interesse eu tivesse em fazer qualquer barganha, em participar de qualquer esquema, eu teria perdido a primeira grande chance, e única, naquele momento. Não o fiz.

Como está transcrito aqui, eu disse que isso deveria ir, como veio do Executivo para os Ministérios, porque eu imaginava que tivessem a vocação, melhores elementos, instrumental, capacidade de avaliar e que eles desempenhassem as suas atribuições distribuindo aquelas subvenções àquelas entidades que estivessem aptas a receber.

Chego, então, ao Ministério da Ação Social. Ao chegar no Ministério da Ação Social, Sr. Deputado, depreendo-me com uma trágica realidade orçamentária! Imagine V. Exª que, até o mês de junho, recebi apenas 5% do Orçamento do Ministério, 5%.

O Dr. José Carlos Alves dos Santos nunca figurou no rol das minhas amizades. Era uma pessoa que eventualmente eu conhecia pelos corredores: "Como vai o senhor"?!

No dia que assumi essa Relatoria, como lamentavelmente o Orçamento é feito pelo Congresso em parceria com o Executivo, mesmo durante a parte da elaboração do Congresso, foi-me dito por todos - e era unânime -, inclusive o Deputado Luís Roberto Ponte fazia dele os maiores elogios, e todos, que aquele senhor era a pessoa apta a me dar um suporte técnico quando necessário.

Muito bem. Nesse dia, ele declara no seu depoimento, no primeiro depoimento, que me conheceu naquela oportunidade, no gabinete do Sr. Pedro Parente. Confesso que não me lembro de ter ido ao gabinete dele, imagino que tenha vindo aqui o Pedro Parente, porque vou muito pouco a Ministério - "V. Exª foi Ministro e cometi a grosseria de não ter ido sequer uma vez tomar um café e lhe dar um abraço"!

Muito bem. Durante esse período, esse senhor me pareceu uma pessoa de bom caráter, pareceu-me um técnico competente, não demonstrava sinais exteriores de riqueza e tinha uma imensa capacidade de trabalho.

Durante o período do Orçamento, em que ele coordenou as ações técnicas com alguns companheiros Deputados que me ajudaram - e aos quais eu não transfiro nenhuma responsabilidade de erros porventura existentes, porque eles me ajudavam do ponto de vista

técnico -, estive com o Dr. José Carlos. Então, um relacionamento que foi crescentemente de confiança, tanto que declarei aqui, nesta Comissão, no meu depoimento, que dez dias antes de o criminoso declarar, fazer aquelas declarações à revista **Veja**, eu o chamei na minha casa.

Eu havia perdido o prazo de fazer subvenções para os meus Municípios; relaxamento. Houve um adiamento de prazo e eu disse para o meu secretário: "Vicente, faz as subvenções, pega a relação aí e põe mais ou menos pelo nível de votação, em infra-estrutura hídrica e infra-estrutura urbana".

Ele disse: "Eu não sei fazer".

Eu disse: "Liga para o Zé Carlos e pede a ele para fazer".

Dez dias antes de ele acusar, para V. Exª verificar a minha boa-fé.

Ele foi à minha casa no dia, às 9h da manhã. Eu o recebi:

- José Carlos, como está você? Tenha paciência, sua senhora poderá aparecer ainda. Você está com algum problema? O que é que você vai fazer depois?

- Vou montar uma assessoria.

Eu lhe disse:

- Olha, José Carlos, eu pedi para você vir aqui para fazer as minhas emendas, porque houve uma prorrogação. Está aqui a relação dos meus Municípios. Você, por favor, faça".

Ele disse:

- Eu não tenho como fazer, porque eu não tenho as instruções deste ano".

Eu lhe disse:

- Ele tem, Vicente tem, ele entrega, você leva e faz amanhã.

Ele desapareceu. Uma semana depois, sai a matéria na revista **Veja.**

Se V. Exª tiver a oportunidade de ler o trabalho - e eu gostaria de não ter que reler para não cansar V. Exªs -, ele, em momento nenhum, me acusa, em momento nenhum! Ele diz que ouviu dizer de João Alves. Eu tenho o depoimento todo transcrito aqui. Mas, ao que se sabe, João Alves é assim, meio maluco!

Ouviu dizer de João Alves que o Deputado Ricardo Fiúza sabia do esquema.

Naquela oportunidade, cometi a infantilidade, deixei-me levar pelo temperamento e fui assistir ao depoimento. E tal foi a minha revolta por tratar essa pessoa com a maior urbanidade, porque eu havia ido na casa dele um dia, durante quinze minutos.

Quando houve o aniversário do Deputado João Alves, eu, na condição de Líder - o Líder é sempre muito convidado para ir à casa dos companheiros, vai por prazer e também por obrigação -, fui com a Deputada Roseana Sarney. Já cheguei atrasado, porque só saí da Liderança à meia-noite. Cheguei apenas no terraço, cumprimentei o José Carlos, a senhora e o aniversariante. O Deputado Ibsen e outros estavam ali, próximos; eu os cumprimentei, disfarcei e saí. Não passei nem quinze minutos.

Muito bem. Ao assumir o Ministério, conforme declarei, face a esse relacionamento que agora explico, e está escrito nessas páginas, eu chamava o José Carlos algumas vezes lá - a essa altura ele já estava aposentado - e dizia-lhe: "Zé Carlos, me presta uma assessoria informal aqui, não tenho como pagar", como também não tinha como pagar a assessoria de imprensa, porque eu não queria que empreiteiro pagasse a assessoria de imprensa. Quando lá cheguei, havia jornais de cada departamento: jornal da área de habitação, da área de saneamento, etc. E eu não tinha sequer um assessor de imprensa, porque o salário era miserável. E eu não queria utilizar essas práticas de amigos, empreiteiros ou empresários para pagar um assessor de imprensa. Então, disse-lhe isso.

Nas várias reuniões que fizemos, por exemplo, eu verificava que no Orçamento tinha: contrapartida para recursos externos. Eu pedia que ele analisasse se aqueles recursos externos tinham alguma viabilidade, porque, se não tivesse, eu iria pedir à Câmara, a V. Exªs, um crédito suplementar tirando de recursos externos para outras verbas. E tem a posição financeira absolutamente no Ministério.

Numa oportunidade - isso está dito aqui e trouxe agora um fato novo, Sr. Relator -, na presença da Srª Consultora Jurídica Drª Sílvia Helena Mastrocolo, que aqui está, na presença do Sr. Secretário Executivo do Ministério, na presença da Assessora Lílian Macedo, discutíamos as questões, porque a Drª Lílian Macedo era exatamente da área internacional, quando o Dr. José Carlos disse:

- Mas o senhor tem uma disponibilidade grande na fonte 100", que são as subvenções sociais.

Naquela oportunidade, eu disse:

- Olha, Zé Carlos, sou muito cismado com esse negócio de subvenção social, porque é um negócio muito intangível, você não tem como avaliar.

Então, ele me acrescenta na hora:

- O senhor tem, como atividade fim do Ministério, as subvenções sociais.

Retruquei:

- Imagine, temos o Governo Collor sob toda suspeição - ainda não havia a CPI. Estamos próximos da eleição municipal, já estou recebendo cartas de Deputados pedindo subvenções sociais, estou muito na retranca - usei essa expressão.

E ele disse:

- Olha, o procedimento é o seguinte: a Comissão sempre mantinha intacta essas subvenções, mas o Relator ou o Presidente - não me recordo bem - da Comissão

posteriormente remetia aos Ministros das Pastas, às quais estavam alocados os fundos uma relação de entidades para serem atendidas".

E eu lhe disse:

- Acho estranho porque, tendo cessado o processo orçamentário no Congresso, estando já no Executivo, a verba já alocada ao Executivo, como pode a Comissão, desta maneira, determinar ao Ministro que faça isso?

- Isso é uma praxe!

E eu disse:

- A qual não seguirei. As entidades que quiserem receber a subvenção terão que fazer os seus pedidos. E essas que já estão com o pedido do Deputado deverão fazer em caráter de urgência os seus pleitos, para que sejam analisados à luz de todos os requisitos essenciais, formais, éticos e legais.

E eu disse mais:

- Tenho muito medo dessas prestações de contas, porque, quando cheguei no Ministério - eu queria informar isso a V. Exªs -, procurei saber tudo o que havia de errado. E havia 148 entidades que não tinham prestado contas da gestão anterior. Na mesma hora, chamo o departamento competente, determino que se abra uma tomada de contas especiais para a apuração desses fatos e punição dos responsáveis e remeto ao Tribunal de Contas.

Quando cheguei, a primeira providência foi esta: regularizar tudo. Existe alguma entidade ou prefeitura que não tenha prestado contas? Levantaram 148; ao Tribunal de Contas.

Isso tudo foi objeto dessa conversa. Ele disse:

- Não, o senhor deve fazer o seguinte, se o senhor me permite sugerir.

E eu disse:

- Quero o seu concurso de homem experiente nisso!

- O senhor faz o seguinte: o senhor está com medo dessa distribuição política no varejo?

- Estou! Amanhã vão dizer que eu fiz isso para manter o Presidente, amanhã vão dizer que fiz politicalha para favorecer partidos ou candidatos.

E ele disse:

- O senhor faz o seguinte: o senhor atende uma parcela daquelas entidades tradicionalmente atendidas. Tradicionalmente atendidas são: hospitais, santas casas, universidades, entidades de porte que prestam contas, algumas, há mais de 10 anos, sem nenhuma irregularidade. Portanto, o senhor já tem um parâmetro, atendeu porque estas entidades dependem desses recursos para sobreviver, já contam com esses recursos como fonte de receita. O senhor atende a uma parcela dessas entidades e, nas outras, o senhor pulveriza atendendo os pleitos dos Srs. Parlamentares, de Prefeitos e de entidades.

Achei a sugestão muito boa. E disse:

- Assim será feito. Com uma diferença, não aceito pedido que a entidade se dirija ao Ministério para que siga todos os trâmites legais.

Muito bem, assim foi feito.

Isto declarei, Sr. Coordenador, no trabalho que fiz para V. Exª. Mas, esta semana, em função desta honrosa convocação que V. Exª me faz, dirigi-me, por carta, a pelos menos três pessoas de alta responsabilidade que estavam naquela reunião, ao meu Secretário-Geral Adjunto, Dr. Maurício Benedito Barreira Vasconcelos.

> "Prezado senhor, como é do conhecimento de V. Sª, o Sr. José Carlos Alves dos Santos tem insistentemente procurado envolver meu nome em supostas irregularidades na aplicação de recursos destinados às subvenções sociais.
>
> Sobre este assunto, tive oportunidade de prestar completos esclarecimentos à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tanto em meu depoimento em plenário, em 3 de novembro, quanto em correspondência enviada ao eminente Senador Garibaldi Alves Filho, Coordenador.
>
> Ao prestar esse esclarecimento, tive oportunidade de observar que partiu do Sr. José Carlos a sugestão de que deveria eu utilizar parte dos recursos destinados às subvenções sociais para atender às chamadas entidades tradicionalmente atendidas. Do mesmo modo, dei ciência à Comissão dos critérios que fixei para atender os pedidos de recursos que sistematicamente eram encaminhados ao Ministério da Ação Social.
>
> Tendo em vista que V. Sª, por ter estado presente na reunião onde tais assuntos foram tratados deles e deles teve conhecimento, muito agradeceria se pudesse confirmar ou não tais fatos, autorizando-me a dar ciência de sua resposta à referida Comissão de Inquérito.
>
> Em anexo, encaminho o texto que serviu de base ao meu pronunciamento em 03 de novembro, bem como da correspondência enviada ao Senador Garibaldi Alves Filho".

Enviei esse documento. Fiz uma carta igual para a Consultora-Geral do Ministério, para a Drª Lilian Macedo, que estava presente, e para o Coordenador.

Peço a V. Exª que tenha um pouquinho de generosidade para que eu leia...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Ricardo Fiúza, eu já ia me dirigir a V. Exª para realmente deixarmos o interrogatório fluir naturalmente, porque acho que V. Exª terá oportunidade de fazer uso dessa documentação.

Compreendo que a pergunta do Deputado Lázaro Barbosa foi muito abrangente, dando ensejo a que V. Exª desse uma resposta tão longa.

O SR. RICARDO FIÚZA - Atendo e concluo dizendo que a resposta é parcial, partindo do pressuposto de que a Srª Deputada e os Srs. Deputados que me inquirirem me permitirão e me ensejarão voltar ao assunto.

Fiz essas três cartas, recebi as respostas, onde confirmam - e durante o depoimento vou ter oportunidade de ler - quando diz "na oportunidade, recordo que enfatizou...", como foi exatamente o que disse a V. Exª.

Por que, Sr. Coordenador? O que aconteceu na Comissão de Subvenções? A Comissão de Subvenções tem uma atipicidade para mim: não é uma comissão de fatos concretos; fatos concretos é a Comissão de Patrimônio, porque, se duvidarem do meu patrimônio, tenho como demonstrá-lo contábil e tecnicamente; se duvidarem das minhas contas bancárias, tenho como demonstrá-las contábil e tecnicamente; da Comissão de Orçamento, idem.

Na Comissão de Subvenções, o que estava acontecendo? Está tudo transcrito e terei oportunidade de mostrar a V. Exªs - perdi também a segunda oportunidade de aplicar as subvenções, porque só apliquei, do total de 170 bilhões, 70! Ora, se eu tinha a caneta na minha mão, eu tinha disponibilidade financeira, tinha disponibilidade orçamentária e tinha interesse em fazer parte de esquemas, era um estúpido de não aplicar o total!

Pois bem, o que aconteceu com essa Comissão? Naquela oportunidade - vou concluir bem rápido -, naquela emoção de estar na frente do Dr. José Carlos, eu disse ao Senador Jarbas Passarinho: "Meu Deus, esse não é o José Carlos que conheci, que uma vez chegou para mim e disse que estava com problemas conjugais seriíssimos"! E notei que ele estava muito constrangido e disse-lhe que não fizesse aquilo, que tivesse calma, procurasse avaliar a situação. Ele disse que estava com uma situação constrangedora em casa. Perguntei se a senhora dele estava sabendo desse problema. Ele confirmou essa história. Mas, logo depois, três páginas depois do depoimento, ele disse que quando perguntei se ela estava sabendo desse problema, eu estava me referindo a problemas da Comissão de Orçamento. E foi dito a ele, por uma pessoa de relacionamento recíproco, que ele tinha ódio mortal de mim; que gostava muito de mim antes, mas que, depois daquele interrogatório, porque ele acha que com aquela pergunta que fiz, com a melhor boa-fé, deflagrei um processo que culminou na confirmação do brutal assassinato frio e premeditado à sua senhora. Ele atribui a mim isso! Ele imagina que, naquela oportunidade, eu queria acusá-lo da morte da mulher. E eu não fiz isso. Tenho todos os defeitos, mas não sou falso, não sou mentiroso, nem faço as coisas pelas costas, sempre fui muito transparente. Se eu quisesse, eu o acusaria na cara; não foi isso!

E em segundo lugar, que teria mandado uma pessoa me pedir 30 mil dólares emprestados para pagar o resgate da mulher e que eu tinha negado. Realmente, eu me lembro que uma pessoa me procurou, mas com uma conversa muito por alto. E eu disse que lamentavelmente, naquela época, eu não tinha aquele dinheiro.

Por essas duas razões, ele veio num crescendo, ele passou a dizer que ouviu de João Alves até admitir a possibilidade de que eu tivesse interesse na morte da senhora dele, o que foi uma coisa extremamente chocante para mim. Não é da minha índole. Então, eu vou demonstrar nas perguntas subseqüentes essas afirmativas. E, porventura, Sr. Relator, se uma pergunta não me ensejar uma coisa que eu julgue importante, no final eu volto e peço esclarecimentos. Desculpe-me, Sr. Coordenador.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Coordenador, penso que poderíamos pedir ao Deputado Ricardo Fiúza que fizesse a leitura desses documentos porque isso pode ajudar-nos.

Eu particularmente, Deputado Ricardo Fiúza, só tenho um medo na minha vida: é o de ser injusto.

O SR. RICARDO FIÚZA - Muito obrigado.

O SR. LÁZARO BARBOSA - É o único medo que tenho. Especificamente no caso de V. Exª, seja porque acompanho a sua vida pública já há muitos anos, seja pelo respeito que se deve ter a um outro Parlamentar que aqui chegou da mesma forma pela qual cheguei, pelo voto popular, desejo que V. Exª tenha todas as oportunidades necessárias de esclarecer essa questão toda e permitir a nós, particularmente a mim, formar um juízo de valor que não esteja eivado de dúvidas.

Eu pediria a V. Exª que permitisse ao Deputado Ricardo Fiúza a leitura desses documentos, até porque S. Exª, agora, na parte final, começou a entrar nessa análise que considero muito importante para conseguirmos interpretar o que vai na alma naturalmente conturbada de um cidadão que está nas condições do Sr. José Carlos dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Lázaro Barbosa, eu, de maneira nenhuma, iria deixar de fazer com que o Deputado Ricardo Fiúza lesse essas cartas. Apenas estava reservando-me para que S. Exª as lesse durante o interrogatório, ou lesse no final do seu depoimento, nas suas considerações finais.

Mas se V. Exª solicita que ele leia nesta oportunidade, passo a palavra...

O SR. LÁZARO BARBOSA - Isso poderá, inclusive, instruir o meu juízo para as perguntas finais que desejo dirigir a S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pois não. Está plenamente atendido. Peço ao Deputado Ricardo Fiúza essa leitura.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Coordenador, Sr. Relator, Srªs. e Srs. Deputados, a carta que acabei de ler foi padrão. Eu a mandei para todas as três pessoas que estavam presentes, que são pessoas de altíssima responsabilidade e acima de qualquer suspeita. Portanto, a minha eu só li aquela primeira porque serve para todos. Lerei só as respostas.

"Sr. Deputado, em atenção à solicitação de V. Exª, contida na correspondência de 11-01-94, e para os devidos fins, confirmo que, na condição de Secretário Executivo do Ministério da Ação Social, participei de reunião no gabinete de V. Exª, então titular daquela Pasta, na qual estiveram presentes, além de V. Exª, o Sr. José Carlos Alves dos Santos, a Srª Consultora Jurídica do Ministério e outras pessoas.

Na referida reunião, efetivamente tratou-se de outros temas de questão de aplicação dos recursos destinados às subvenções sociais, dentre outros temas, o da questão das aplicações de recursos destinados às Pensões Sociais, originário da Fonte 100, recursos ordinários do Tesouro.

Na discussão do assunto, o Sr. José Carlos Alves dos Santos, ex-Diretor do Departamento de Orçamento da União, e antigo assessor da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, sugeriu - o Dr. José Carlos Alves dos Santos sugeriu - o atendimento preferencial a entidades que, no exercícios anteriores, vinham regularmente recebendo tais recursos.

V. Exª, atento aos argumentos de que essa destinação asseguraria a continuidade dos serviços prestados à comunidade e propiciaria melhor fiscalização da aplicação do dinheiro público, pois nenhuma dúvida se opunha ao trabalho até então desenvolvido por aquelas entidades, concordou com a sugestão apresentada.

Na oportunidade, recordo-me de que V. Exª enfatizou diversos procedimentos. Determinou estrita obediência aos trâmites legais e cumprimento de todas as exigências pertinentes. Recomendou como limite para cada entidade o mesmo valor por ela recebido no ano anterior. Fixou o valor cujo desbloqueio deveria ser solicitado junto ao Ministério da Economia. E entre as diretrizes de sua distribuição, recomendou que se procurasse destinar cerca de 1/5 do total às entidades tradicionalmente atendidas - que o Dr. José Carlos me sugeriu, que, aliás, muito lógico - ressaltou a prioridade de apoio às áreas historicamente carentes, como as periferias das grandes cidades e os bolsões de pobreza no Norte e Nordeste como nas periferias das grandes cidades e os bolsões de pobreza do Norte e Nordeste. Determinou também que as entidades deveriam, com urgência, apresentar os seus pleitos, por ofício, observando que não seria suficiente um simples pedido de cada Parlamentar. Registro, Sr. Deputado, que jamais presenciei ou tive conhecimento de qualquer incorporação nos atos de gestão praticados por V. Exª à frente do Ministério de Ação Social e coloco-me à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que se façam necessários. Maurício Benedito Barreira Vasconcelos."

O Sr. Maurício trabalhou como Assessor do Presidente da República, foi Secretário-Geral de vários Ministérios e hoje é Presidente da Companhia de Energia do Estado do Pará.

Responde-me também a Srª Lilia Marta Aragão a carta de mesmo teor que fiz. Essa senhora é funcionária do Ministério das Relações Exteriores, funcionária pública de carreira, concursada, e que hoje trabalha como Assessora, se não me falha a memória, do Sr. Ministro da Educação Murilo Avelar Hingel.

"Sr. Deputado, recebi a sua carta e apresso-me a confirmar que, realmente, estava presente em seu Gabinete, no Ministério da Ação Social, quando o Sr. José Carlos Alves dos Santos, também presente naquele Gabinete, sugeriu que as subvenções sociais fossem destinadas, preferencialmente, para entidades tradicionalmente assistidas, que cumpriam relevantes funções sociais e dependiam do auxílio do Governo Federal. Assisti também que, ao concordar com a sugestão apresentada, o senhor determinou que fossem fielmente seguidas as regras legais e que o valor a ser destinado a cada entidade ficasse limitado à importância por ela recebida no ano anterior."

A terceira resposta e última - da Srª Drª Silvia Helena Mastrocollo Disenze, Consultora-Jurídica do Ministério e, hoje, trabalhando em outros Ministério, com longa carreira de serviços prestados ao País e acima de qualquer suspeita.

"Sr. Deputado Ricardo Fiúza, em resposta à correspondência a mim enviada no início do mês em curso, tenho a esclarecer: no exercício da função de Consultora-Chefe da Consultoria Jurídica do então Ministério da Ação Social, tive a oportunidade de participar de diversas reuniões de Gabinete, inclusive quando V. Exª, na qualidade de Ministro de Estado daquela Pasta, buscava definir critérios e procedimentos técnico-jurídicos a serem observados durante a sua gestão.

Naquelas ocasiões, destacava-se a preocupação demostrada por V. Exª, exigindo a estrita observância ao fiel cumprimento dos preceitos legais e administrativos que norteiam os atos públicos. Determinava V. Exª, por reiteradas ocasiões, que se mantivessem, em todas as esferas do Ministério especial cuidado na obediência da lei e absoluto respeito pelo bem público.

No âmbito específico da liberação de recursos para as subvenções sociais, sou testemunha" - diz a Drª Silvia - "de que V. Exª, por considerar adequada, optou por acatar a sugestão do Sr. José Carlos Alves dos Santos, de priorizar as entidades tradicionalmente atendidas, desde que comprovadamente regulares e dependentes de auxílio oficial, condicionando,

portanto, tal procedimento à estreita observância da legislação pertinente à Lei nº 4.320/64 e do Decreto nº 93.872/86.

Dessa forma, o relato do ocorrido, naquela reunião, conforme descrito por V. Exª, no documento enviado à Subcomissão, reflete com fidelidade os fatos ocorridos.

Do que me foi dado a conhecer, V. Exª, enquanto Ministro de Estado, pautou-se pelo exclusivo atendimento aos específicos objetivos finalísticos da Pasta que lhe foi confiada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Por favor, peço silêncio.

O SR. RICARDO FIÚZA - "Até por respeito à Justiça, coloco-me à inteira disposição de V. Exª, autorizando-o, desde já, a dar a esta a destinação que porventura considere necessário."

Essas correspondências não tinham sido referidas por mim, no primeiro trabalho, mas entendi, Sr. Coordenador - veja que em momento nenhum, mesmo após a descoberta do crime, eu tentei inviabilizar o depoimento do Dr. José Carlos. Qual a minha preocupação? A de que amanhã não se dissesse que, por serem inidôneas as fontes, os fatos não viriam a ser apurados. Ora, quantas vezes a polícia apura fatos baseados em depoimento de criminosos, aqueles que trabalham como alcagüetes? Então, se eu dissesse "Se eu bater nesse José Carlos de frente, vão dizer que está batendo para inibir a acusação." E eu não bati. Respondi a acusação.

Portanto, fica claro, absolutamente cristalino, que eu agi com a melhor das intenções e, além do mais, ao verificar todas, sem exceção, as entidades por mim atendidas, posso declarar que nenhuma entidade atendida tinha sobre ela nenhuma suspeição que tivesse sido manifestada por qualquer jornal, televisão ou qualquer Sr. Parlamentar; segundo, que nenhuma entidade foi atendida sem cumprimento dos mais absolutos trâmites legais, nenhuma.

Esse depoimento, Deputado Lázaro, que ele deu foi instigado por um parlamentar que vive lá, ainda hoje, porque eu também tenho amigos. Tenho 24 anos de Casa e nunca fiz um mal voluntário a ninguém na minha vida. Não tenho inimigos. Não há uma só pessoa com quem não fale no Congresso, de composições polêmicas e firmes. A lealdade tem sido a minha marca.

Nenhuma entidade foi atendida sem o cumprimento do rigoroso preceito legal. Agora, se um Ministro de Estado faz um convênio com o Estado de São Paulo para a construção de uma rodovia, faz um convênio com o Estado do Amazonas para a construção de uma hidrelétrica, com o Rio de Janeiro para construção de uma termonuclear e, na ponta, o Estado que fez esse convênio, ou seja, a entidade que recebeu este dinheiro aplicou mal, geriu mal este dinheiro, ao ministro não compete essa responsabilidade, desde que ele tenha obedecido rigorosamente a todos os trâmites legais e éticos.

Eu digo éticos porque nas longas reuniões fixei parâmetros. Se uma entidade recebe há 10 anos e nunca se contestou a validade daquela ajuda, é um parâmetro insofismável, porque o Tribunal de Contas sempre se manifestou favoravelmente a essa entidade, tanto que não existe uma só entidade que tivesse o menor impedimento; não existe uma só entidade que não tenha cumprido todos os requisitos legais.

Para completar, enfatizo: além disso, quanto à minha preocupação com aquela fase tumultuada, pela experiência dos meus 54 anos, eu usaria uma expressão popular: "fui para a retranca". Deixei o maior saldo que um ministro deixou na história deste País na sua Pasta, em todas as rubricas. Saldo que eu digo orçamentário e financeiro, em todas.

Vou pedir a V. Exª que, daqui para o final, me permita relatar esses saldos, porque eu acho que contra fatos não há argumentos. Eu cito fatos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Solicito ao Deputado Lázaro Barbosa que faça a última pergunta.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Pois não, Sr. Presidente. Deputado Ricardo Fiúza, já constatamos, e V. Exª mesmo o reconhece, que, muitas vezes, até na órbita policial, lança-se mão do depoimento de pessoas pouco confiáveis, do ponto de vista ético, porque se vive uma situação processual complicada e chega-se com isso a desvendar casos importantes de interesse da Justiça.

O Sr. José Carlos Alves dos Santos procurou fazer uma exegese dos dois bilhetes de V. Exª. Naquele, dirigido ao Secretário-Geral, determinando que se fixasse no parâmetro dos 80% de descontingenciamento e aquela recomendação de que se atendessem as entidades que normalmente já vinham sendo atendidas, mas que se evitasse transferir soma grande de recursos para a Bahia, porque este Estado já estaria bem aquinhoada. O Sr. José Carlos Alves dos Santos chegou a afirmar que a intenção de V. Exª com isso era apenas a de encobrir a sua decisão de continuar prestigiando o esquema do Deputado João Alves. O que V. Exª teria a dizer?

O SR. RICARDO FIÚZA - Na página 7 do trabalho que, cumprindo o meu dever, encaminhei ao Coordenador da Subcomissão está bem explicado esse bilhete. V. Exª sabe que o Dr. José Carlos não acrescentou nada a esse novo depoimento, e aquela relação manuscrita de subvenções que ele fez à mão é exatamente a primeira que ele remeteu ao Senador Passarinho, que me serviu de base para esse trabalho. Não houve nenhum fato novo.

Os valores mencionados no bilhete escrito pelo meu próprio punho, encontrado com o Sr. José Carlos Alves dos Santos... ele deve ter roubado esse bilhete da mesa do Dr. Maurício, porque depois dessa discussão a minha preocupação... fiz ali bilhetinho pelo próprio punho. Dr. Maurício, era a síntese do que nós havíamos..., e não era porque a Bahia estivesse atendida, porque o Maurício sabia, quando eu dizia Bahia ali, eu

estava me referindo àqueles municípios do Deputado João Alves sobre os quais pesavam dúvidas.

Eu não queria que amanhã aqueles municípios continuassem atendidos para que não se dissesse que houvera continuidade no processo de atendimento. Portanto esse bilhete tinha as indicações entidades, 13; indicações políticas observadas, trâmites legais, 5; total, 18. Efetivamente referem-se a bilhões de cruzeiros e decorrem da situação que, àquela altura do mês de junho, somente 20 bilhões tinham sido desbloqueados no Ministério da Economia, de um total de 169.9, sendo que 18 bilhões eram exatamente o saldo disponível a ser programado para o fechamento do primeiro semestre. Portanto, um famoso bilhete não poderia ter outra redação e retratou fielmente a realidade explicitada.

Os recursos citados no bilhete, para desconto do desbloqueio e dotação, no valor de 70/80 bilhões, refere-se ao terceiro trimestre, ou seja, eu devia, além disso, desbloquear para o terceiro trimestre, porque eu tinha a preocupação de fazer todo mês as liberações, para que não se esgotassem os recursos na mesma hora. De fato, como demonstrado à CPI, nos documentos apresentados, as liberações para subvenções sociais atingiram, nos 8 meses de minha gestão, exatamente 70,4 bilhões do total de 169. Nunca é demais frisar o saldo de 6 bilhões, que deixei, por vontade própria, ao meu sucessor. Em razão de haver definido liberar recursos apenas na proporção dos meses transcorridos, preservando verbas que permitissem aplicações regulares até o final do exercício, também não imaginava que iria sair do Ministério. Essa assertiva se confirma pelo fato notório de que, quando saí do Ministério da Ação Social, deixei recursos financeiros superiores a 400 bilhões, na época, ou precisamente 416.243.779.594.17, conforme relatório do Ministério da Fazenda.

O alegado fato de as petições das entidades não serem protocolizadas nada significam, pois, em sua grande maioria, como de hábito, os pedidos eram encaminhados diretamente ao gabinete, por Parlamentares, ou entregues ao próprio Ministro, pelas entidades em audiência.

No caso específico da acusação do Sr. José Carlos, é lícito - o que imagino, aliás, aqui eu imaginava; hoje tenho certeza - que, se ele era portador de algumas, abusou da confiança, de má-fé, e não com meu consentimento. A carta, portanto, não contém o tal bilhete, não contém nenhum indício de que eu tenha praticado ou concordado com irregularidades; pelo contrário, é a confirmação de tudo o que dizia, o excesso de cuidado para que amanhã eu não saísse desse Ministério dizendo que tinha feito politicagem.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Sr. Presidente, tenho mais duas perguntas que considero muito importantes. Entretanto, reservar-me-ia para a parte final. Se não surgirem e não forem esclarecidas no final do debate, passarei ao nosso Relator para questioná-las após.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Agradeço.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Caso não haja inconveniente, até para controle dos Deputados, o Deputado Lázaro deveria enunciar suas perguntas brevemente, no sentido de sabermos se as perguntas que V. Exª fará são estas.

O SR. LÁZARO BARBOSA - Eminente Relator, muitas vezes pode ocorrer que outros colegas já inscritos formulem essas perguntas. Não quero tirar a oportunidade de participação dos outros colegas. Caso elas não sejam feitas, colocá-las-ei para que V. Exª, no final, as faça.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Com a palavra o Deputado Vivaldo Barbosa. Houve, inclusive, um lapso da minha parte, pois V. Exª tem a prerrogativa de perguntar inicialmente, pelo fato de ser um dos subscritores da CPI.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Muito obrigado. Queria inicialmente levantar duas questões preliminares. A primeira é uma saudação à lembrança que o Deputado Roberto Rollemberg fez da sua luta em defesa do petróleo, em Pernambuco, luta que permanece hoje muito atual. Certamente, todos os que lutaram naquela época estamos na mesma trincheira, para que não deixem que se inscreva, na atual Constituição, aquele grito da época de que o petróleo não é nosso, continuará sendo nosso.

A segunda, para reiterar aquela questão de ordem: que o questionamento aqui se dará dentro nas mesmas condições que sempre o fizemos, num bom tom e na compreensão do nosso dever Parlamentar de apurar os fatos e chegar às conclusões.

Do Deputado Ricardo Fiúza, pela sua longa trajetória nesta Casa, creio que esperamos a melhor compreensão do exato cumprimento do dever que temos no exercício de mandato parlamentar.

Deputado Ricardo Fiúza, V. Exª mencionou, como achando algo estranho, que esta Comissão - até não compreendi bem a que conclusão V. Exª estava apontando - não trata de atos concretos, e que talvez o julgamento, a apreciação melhor da conduta de um parlamentar fosse na área de patrimônio, onde o acréscimo patrimonial evidenciaria qualquer prática irregular.

Gostaria realmente de um esclarecimento do alcance dessa questão de V. Exª, porque a outorga de subvenção social, a concessão é um ato administrativo, quer um ato legislativo do Congresso Nacional, quando aprova o Orçamento, e V. Exª foi relator do Orçamento naquele ano, quer quando qualquer encarregado da liberação executa, e quando V. Exª foi ministro. Esses são atos muito concretos, um ato legislativo e um ato administrativo, e envolveram realmente quantias fabulosas de recursos, que todos nós já sabemos, V. Exª já sabe, foram muito mal e irregularmente utilizados.

Acho que esta Subcomissão tem o dever de apurar esses atos concretos, sobre eles apreciar e dar o seu parecer sobre a conduta, quer do ato legislativo, a aprovação do

Orçamento, quer daqueles que praticaram ato legislativo sem os devidos resguardos legais e da boa prática administrativa.

Gostaria de um esclarecimento de V. Exª sobre o alcance dessa afirmação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Coordenador, Sr. Relator, vou me permitir aqui um tratamento mais próximo dessa grande figura hiperteimosa, cheia de crenças e de sonhos, inflexível na defesa do que acredita, muitas vezes, na minha ótica, equivocada, mas ele também acha que sou equivocado, do Deputado Vivaldo Barbosa, com quem convivi em trincheiras opostas, ele liderando o PDT e eu liderando o Bloco. Dele tenho sempre as recordações do cavalheirismo, da temperança, da inflexibilidade na defesa de seus pontos de vista, e quero me penitenciar porque o sofrimento tem me levado - esse período -, meu caro Líder Vivaldo Barbosa, a estar cansado; estou colocando as coisas mal. Quero pedir desculpas à Comissão e a V. Exª se me expressei mal; eu estava me referindo à questão objetiva porque havia apenas uma acusação de uma pessoa contra mim, e eu dizendo que essa pessoa estava mentindo. O facínora, José Carlos Alves dos Santos, hoje tratado com tanto respeito, dizia, fazia uma exegese, usando a expressão de V. Exª, de que eu sabia, de que eu havia feito, que eu era inimigo do Deputado João Alves. Há um detalhe interessante: por temperamento, o Deputado João Alves deixou de falar comigo, quando, naquela composição, fomos obrigados a substituí-lo porque ele havia perdido as condições políticas em função da rejeição do seu parecer preliminar; veio me cumprimentar há uns 3 meses na Câmara. O Dr. José Carlos sabia disso, então ele inventou uma figura do intermediário, chamado Deputado Genebaldo Correia. Ele disse que como o Deputado João Alves não falava comigo, eu, para mascarar, recebia do Deputado Genebaldo Correia. Posteriormente, ele se contradiz, ele diz que recebia do Deputado João Alves, que dizia:"Vai lá e espere para o Fiúza dar, que ele está esperando isso". É um rosário de mentiras e contradições.

O que eu quis dizer? Que, lamentavelmente, neste caso específico, embora a Comissão seja da maior relevância e trate de questões extremamente objetivas, ou seja: primeiro, deferimento, regular ou irregular, da subvenção por parte do Ministro; segundo, aplicação regular ou irregular. Como, no meu caso, o deferimento foi absolutamente revestido de todos os atos éticos e formais, ele fez a exegese que quis daquele papel no meu depoimento, e já na cadeia, cheio de ódios pessoais. Então, o que é que eu disse? Lamentavelmente, é a minha palavra contra a desse senhor. E disse isso para justificar o fato de ter pedido o depoimento daquelas pessoas que testemunharam o que acabei de dizer, para que não ficasse somente a minha palavra contra a dele e que eu quisesse utilizar 24 anos de mandato, com a maior dignidade, que V. Exª poderá confirmar, sem nunca ter faltado a compromissos ou à verdade, com a palavra de um homem que estava eivado da maior suspeição pela sua frieza, por tudo que fez. Isso que eu quis dizer, que lamentavelmente seria a minha palavra contra a dele, porque fatos concretos contra mim não existem; existe uma interpretação dele, repetida na segunda.

Portanto, o maior respeito a V. Exªs.

No tocante àquela expressão inicial - longe de mim referir-me a V. Exª - se eu mostrar a V. Exª o monte de recortes de jornais que tenho atacando a minha honra, da forma mais irresponsável - V. Exª vai me poupar dizer quem foi - vai verificar que tenho razões sobejas para estar extremamente machucado e até decepcionado.

Posso ir agora às questões objetivas.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Deputado Ricardo Fiúza, quando V. Exª assumiu a Comissão de Orçamento, naquele ambiente em que todos desejamos a sua ascensão àquela condição, já que era o Líder do PFL, do Bloco, era uma postura diante das demais lideranças - e eu pertencia àquele quadro de Líderes - de que realmente haveria uma ruptura com tudo aquilo que condenávamos naquela época, queríamos ter apurado naquela época e não conseguimos e que agora realmente se evidencia.

Na parte da subvenção social, eu realmente gostaria que tanto o depoimento anterior de V. Exª quanto as declarações até aqui formuladas, os atos de V. Exª, a meu ver, até aqui, com os elementos de que dispomos, não representaram essa ruptura.

O que eu gostaria do esclarecimento de V. Exª, primeiro, é que, como Relator, V. Exª manteve, dentro do orçamento, as dotações das subvenções sociais para entidades de assistência social sem especificação, sem indicação e sobre as quais nem o Congresso Nacional nem V. Exª ofereceram nenhuma emenda, nenhuma alteração no seu texto para caracterizar que entidades seriam aquelas, ficou realmente o mesmo esquema dos orçamentos anteriores - uma questão nebulosa, abrangente, global - para permitir, depois, o maior poder de decisão sobre quais entidades ou total poder de decisão, o arbítrio sobre quais entidades aqueles valores elevados de dotação social iriam ser aplicados. O orçamento ficou o mesmo.

Depois, V. Exª está aí nos explicando como se deu o processo decisório, mas nas decisões de V. Exª - o que já tentamos obter no seu depoimento anterior um esclarecimento, as entidades, anteriormente contempladas, continuaram a ser contempladas. V. Exª já esclareceu até com mais riqueza de detalhes como foi o processo de decisão a respeito, mas remanesce a questão. As mesmas entidades anteriormente contempladas - nós já tivemos aqui o depoimento do Deputado Feres Nader - desde 1970 as entidades dele recebiam as mesmas parcelas ou parcelas semelhantes. O Deputado Fábio Raunheitti nos revelou que desde 1991 ele recebia para as suas entidades as mesmas ou semelhantes parcelas. E hoje está revelado diante de nós que tudo isso era um processo irregular.

V. Exª já esclareceu como, em que processo se deu, por que se deu a decisão de manter as entidades que, tradicionalmente, recebiam, mas eu, diante dos documentos que

esta CPI dispõe, das cópias dos despachos de V. Exª, V. Exª despachou; não mais aceitou uma lista, como já esclareceu, e pediu que as entidades dirigissem diretamente. Como eram as mesmas entidades do período anterior, evidentemente que se esperava uma análise criteriosa do que fazia essa entidade com esses recursos. No entanto, V. Exª despachou no próprio pedido, na folha de pedido, pedidos até subscritos por pessoas com nomes, como Raunheitti de sobrenome, dois ou três pedidos de pessoas diferentes de nome Raunheitti, dando indicação de que eram pessoas ligadas ao Deputado Federal Fábio Raunheitti.

Então, nós que sonhamos essa ruptura do procedimento anterior, não crê V. Exª que essas evidências nos fazem naturalmente convencer de que V. Exª deu seqüência, não examinou que entidade, ou o que faziam, não mandou analisar o que fizeram anteriormente essas entidades com os recursos recebidos, e que V. Exª, despachando, na folha do pedido, não dificultou uma análise técnica dentro do Ministério sobre esse respeito? Gostaria que V. Exª nos propiciasse esclarecimentos a esse respeito.

O SR. RICARDO FIÚZA - Nobre Deputado Vivaldo Barbosa, Sr. Coordenador, Sr. Relator das Subcomissões:

É legítimo, Deputado Vivaldo Barbosa, que V. Exª tenha dúvidas; absolutamente legítimo. Faz convencer, ficar convencido é um pouco de exagero, permita-me V. Exª.

Em primeiro lugar, devo dizer a V. Exª que houve um processo de ruptura, não houve continuidade. E o principal fato desse processo de ruptura, e que é extremamente relevante, é que as entidades se dirigiam para a análise do Ministério; antigamente, não. Ia uma relação para o Ministro, subscrita pelos Deputados, e o Ministro, partindo do pressuposto de que aquilo era verdade absoluta, autorizava da forma proposta.

No nosso caso, embora capeados os pedidos por ofícios de Deputados, e que iam antes discutir, e que na maioria das vezes, devo dizer a V. Exª, tínhamos acirradas discussões e esses valores eram, geralmente, reduzidíssimos em relação aos pleitos, isso é um processo de ruptura.

Segundo, o despacho de todos os atos que eu dava, não só desse, eu sempre dei na primeira folha: "Autorizo. Observados todos os requisitos legais". No caso das subvenções, observado o limite máximo do concedido no ano anterior.

Isso é critério. E veja bem V. Exª: se as entidades tradicionalmente atendidas o eram desde 1970 algumas, e sobre elas, até aquele momento, se V. Exª me disser que houve, antes do meu deferimento, sobre aquelas entidades, qualquer suspeição ou denúncia, tudo que eu digo aqui está invalidado.

Nenhuma voz se levantou para dizer que a entidade **a**, **b**, **c** ou **d**, por mim atendida, estava sob suspeição.

Imaginemos o oposto: que eu não tivesse atendido as entidades que há dez anos recebiam subvenções. Eu estaria, hoje, nesta CPI, sendo inquirido do seguinte: "V. Exª, para manter o Governo Collor, para garantir os votos ao Presidente Collor, abandonou entidades que há dez anos recebiam subvenções e partiu para a picaretagem de atender apenas Deputados e Senadores nas suas bases, para suas campanhas eleitorais, etc, etc, etc".

Eu agi, Deputado Vivaldo Barbosa, no mais estrito limite do meu dever.

Se V. Exª disser: "Aquelas entidades eram suspeitas e o senhor atendeu", eu me rendo, mas não eram.

Eu quero que V. Exª dê o exemplo de uma pessoa que denunciou uma entidade dessas.

Segundo, todas haviam prestado conta, durante anos, que diga, além do mais.

Terceiro, eu obedeci tudo o que a lei determina e os decretos determinam.

Eu fui acusado, Sr. Coordenador, de mandar isso em relações para o Banco do Brasil, como a prova da minha imoralidade.

Deputado Augusto Carvalho, que até é meu amigo pessoal, disse que eu mandava aquilo para não passar pelo SIAFI, para encobrir, para ninguém saber que entidades eram aquelas, e que não registravam nem no SIAFI.

Meu Deus, que forma apressada de analisar as coisas!

Quando se faz aquele pleito, que passa por todos os departamentos do Ministério, que verifica se prestou conta, se está em dia com o Tribunal de Contas, você manda para o SIAFI primeiro, para fazer o empenho, porque o SIAFI registra tudo. Se tiver uma irregularidade, não faz o empenho e em algumas delas aconteceu isso. O SIAFI não registrava o empenho.

Vindo esse empenho, eu era obrigado a fazer uma relação para o Banco do Brasil, para que o Banco do Brasil chamasse a entidade antes de receber e exigisse as seguintes coisas: atos constitutivos, atos que demonstrassem a validade do mandato dos gestores, diretores da entidade, atestado da autoridade local competente - Juiz de Direito, Promotor ou Delegado - de que a entidade estava em pleno funcionamento e que cumpria as suas funções, para, então, o Banco do Brasil liberar.

Se eu tenho mandado direto para uma entidade dessas, aí, sim, eu estaria fazendo uma imoralidade.

Isso foi a acusação contra mim e foi esclarecida sobejamente.

Portanto, eu me permito dizer a V. Exª. V. Exª afirmou: "Tudo isso é um processo irregular. E isso dificultou a análise criteriosa."

Com o respeito e a estima que tenho por V. Exª, devo dizer que o processo é arcaico, anacrônico, enfeixa excesso de poder nas mãos dos Ministros, deve ser revisto, mas na minha gestão não houve nenhum processo irregular. Nenhum. Nenhum.

Segundo, todos, embora o despacho seja na primeira página - poderia ser na última do processo -, foram analisados criteriosamente.

V. Exª sabe que o Deputado Jutahy Magalhães, que assumiu o Ministério, não sendo do meu Partido, não teria nenhuma razão para encobrir qualquer ato da minha gestão que não fosse absolutamente revestido de todos os requisitos. S. Exª mandou - aí está - para o Tribunal de Contas a aprovação de todas as minhas contas, inclusive dessas entidades às quais V. Exª se refere, e foram aprovadas pelo Ministério sem restrição. E a mim, nobre Deputado, não foi dado o direito de fiscalizar, por uma razão muito simples: porque eu saí do Ministério sessenta dias depois.

Deve ter sido feito por ele, como eu fiz com a minha antecessora, encaminhando cento e quarenta e oito processos ao Tribunal de Contas.

Se lá ainda estivesse, seguramente eu teria feito a fiscalização. Agora, entre a liberação e a data da fiscalização, decorre um hiato de tempo que, para mim, lamentavelmente, não foi suficiente.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª tem toda razão quando afirma que sobre essas entidades ninguém havia levantado qualquer palavra, mas a questão era esta: de que como eram as mesmas entidades que o Deputado João Alves liberava, exatamente o Ministério daquela altura, que deveria ser a ruptura com a prática anterior, não deveria passar uma análise prévia antes do despacho de V. Exª?

Essa questão que eu gostaria de explorar mais aprofundadamente.

O SR. RICARDO FIÚZA - Perfeitamente. Eu fico muito grato a V. Exª, porque eu não sairei dessas Subcomissões a não ser condenado ou limpo.

Eu disse ao Senador Bisol: Se o senhor tiver alguma coisa contra mim, chame as televisões, traga um par de algemas, que o senhor irá me algemar perante as televisões; fora disso, o senhor vai desdizer.

E é isso que eu digo. Qualquer indagação, por mais dura que seja, é extremamente fundamental para que daqui eu não saia sob suspeição. Agradeço a V. Exª.

V. Exª me disse, vamos ver se consigo repetir: sendo estas as mesmas entidades do Deputado João Alves, V. Exª parte do pressuposto de que eu sabia disso. Se eu soubesse não teria feito nenhuma. Portanto, não tenho o dom da premonição ou da adivinhação.

Segundo: V. Exª reconhece que ninguém nunca sobre elas levantou suspeição;

Terceiro: há 10 anos eram atendidas, tinham suas contas fiscalizadas e aprovadas. Qual a razão objetiva que me levaria a não atendê-las, se eu agi de boa-fé? Porque mesmo hoje não creio que aquela relação seja do Deputado João Alves. Creio que há uma possibilidade de terem sido inseridas entidades de interesse do Dr. José Carlos Alves dos Santos, como fez no Departamento de Orçamento da União, quando lá estava, para promover o seu enriquecimento.

Se fraude houve, houve uma lesão de boa-fé, por parte da minha boa-fé, por parte do Sr. José Carlos Alves dos Santos. Mas mesmo assim, mesmo assim, do ponto de vista ético e formal, nenhuma só vírgula pode ser levantada sobre nenhuma liberação.

Segundo: o meu despacho não era autorizativo, era sob condição resolutiva: Autorizo, observados todos os requisitos legais - alguns até exagerados.

Quer dizer, o despacho era válido após a implementação da condição resolutiva, que era a análise pelos departamentos competentes. E enfatizo, como o nobre Deputado Jutahy Magalhães Júnior, de quem sou admirador, embora adversário político, estava lá, não tinha nenhum interesse em cobrir um ex-Ministro do Governo Collor, um ex-Líder que senta nos bancos lá atrás, nas últimas cadeiras do plenário do Congresso, completamente desprovido de qualquer poder, seguramente não teve S. Exª qualquer interesse em encobrir.

Peço que perguntem ao Ministério, que indague se nos meus deferimentos existe uma só irregularidade.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Agora V. Exª traz a possibilidade de que, dentre algumas dessas entidades, o próprio Sr. José Carlos Alves dos Santos teria colocado. Foi ele que levou as relações a V. Exª?

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu não trago; eu digo que se porventura houve má-fé, houve por parte dele, porque ele agora diz que tinha conhecimento que era de João Alves. Porque ele não me disse na época? Nunca ele levou. Mas por que ele não me disse: O senhor deve atender às tradicionais, mas deve se acercar de cuidados com entidades **a, b, c, d, e, f, g, h**, porque elas são de interesse do Deputado João Alves? Nunca ele me disse nem a ninguém que sabia. Agora, depois que começou no arrodeio das acusações a mim, terminando por consubstanciar esse relatório de próprio punho que o Senador Jarbas Passarinho me remeteu, para que eu analisasse, é que ele, nas caladas da noite, na masmorra, na solidão, instigado que foi pelo Deputado Augusto Carvalho, conforme diz, documentos que me foram fornecidos pelo Deputado Augusto Carvalho, tem tempo para lucubrar formas de encobrir os seus atos, tentando me envolver.

É isso que tenho a dizer a V. Exª.

Se V. Exª tem dúvidas, insista, por favor, porque não vou deixar uma dúvida.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Deputado, tenho que correr, porque o tempo é curto e outros Deputado irão querer inquirir V. Exª.

Apenas gostaria de voltar à rumorosa questão das emendas aprovadas, após a votação em plenário. Agora, já essa informação - do primeiro depoimento de V. Exª não tínhamos essa informação - de que efetivamente há registrado no PRODASEN os dias, horas e minutos em que as emendas foram colocadas. Então, como há realmente, dentro dessas emendas, na lista dos Deputados, uma quantidade grande de emendas colocadas por V. Exª, 94, - V. Exª era o Relator-Geral, naturalmente, é pertinente esse grande número de emendas, 94, inseridas...

O SR. RICARDO FIÚZA - Noventa e quatro?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Noventa e quatro emendas, como autor...

O SR. RICARDO FIÚZA - Noventa e quatro. Fui Relator em 91.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Não, desculpe. 94 é o número de emendas inseridas...

O SR. RICARDO FIÚZA - Ah, sim!

O SR. VIVALDO BARBOSA - ...naquela relação adicional. Deputada Roseana Sarney - 18, outros deputados em quantidades menores. Mas as maiores quantidades foram de V. Exª e da Deputada Roseana Sarney.

O SR. RICARDO FIÚZA - Minha, não existe uma! Não tenho sequer emenda pessoal como Relator, seja no ato ou fora dele.

Aí, se V. Exª me permitisse, gostaria de dizer: Sr. Coordenador e Sr. Relator, para que as coisas fiquem devidamente claras, eu me propus vir aqui - não só atendendo à convocação do eminente Coordenador, com muito prazer - imaginando haver aqui representantes das outras subcomissões, porque ao final do meu depoimento, era minha intenção dirigir-me a cada um desses responsáveis, se assim o permitisse o Sr. Coordenador: senhor responsável pela Subcomissão de Bancos, eu peço que V. Exª declare se tem ou não qualquer dúvida, e qual é a dúvida. Senhor representante de tal Subcomissão, o Sr. Deputado Vivaldo Barbosa, no exercício legítimo do seu direito, questiona-me sobre questão orçamentária, que eu tenho todos os elementos para responder, e demandará muito tempo.

Em primeiro lugar, devo dizer a V. Exª que é absolutamente inverídica qualquer acusação de que tenha sido colocado sequer uma emenda após a aprovação pelo Plenário, e demonstro.

Segundo, esse pretenso relatório que foi encomendado pelo Senador Bisol, no PRODASEN, no dia 20, tem a data apenas da última movimentação da emenda. Significa o seguinte - eu tenho todos os dados: que se uma emenda entrou no dia 17, na Comissão, ainda, e em fevereiro se verificou que tinha uma só letra errada nessa emenda, o PRODASEN só registrava a última modificação. Digamos, chutando, 20 de fevereiro. Então ela entra em 20 de fevereiro como tendo entrado naquele dia.

É estranha essa obsessão do Senador Suplicy em cima de mim.

Terminei falando sem perguntar se é para entrar nessa questão - porque vai ser longa, Senador Rollemberg, porque tenho que deixá-la esgotada, vou deixar essas questões esgotadas. Aliás, pretendia hoje esgotar todas as questões. Então eu quero saber se devo deixar de responder sobre... **(inaudível)** Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Vivaldo Barbosa, Deputado Ricardo Fiúza, vamos adotar o seguinte procedimento: vamos esgotar os questionamentos da Subcomissão de Subvenções Sociais e depois vamos dar oportunidade a que se pergunte a respeito das questões das outras Subcomissões.

V. Exª poderia inclusive retomar essa questão quando nós entrarmos no mérito das questões de outras Subcomissões; é um apelo que faço a V. Exª.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª não precisava fazer apelo; acato inteiramente a coordenação de V. Exª a esse respeito, é um método muito adequado. Só para a compreensão do Deputado Ricardo Fiúza, nós estamos já na configuração do relatório final da Comissão; depois isso vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai a plenário. É evidente que todos nós, mesmo trabalhando dedicadamente em uma área, temos de ter a compreensão de todas as questões que são levantadas a respeito das pessoas que são objeto de acareação.

O SR. RICARDO FIÚZA - Claro. Um pequeno comentário: e isto é absolutamente essencial para mim. Não pretendo sair daqui hoje deixando nenhuma pergunta sem resposta. E as questões que foram aventadas pela imprensa, se não foram levantadas, eu vou levantar. Obrigado a V. Exª.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Devolvo, então, a coordenação ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Obrigado a V. Exª.

Com a palavra o Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Coordenador, Sr. Relator, nobre Deputado Ricardo Fiúza:

Quero inicialmente dizer a V. Exª, tendo em vista o desabafo inicial, humano e compreensível, por parte de V. Exª, que não mantenho nenhum sentimento de ódio ou de antipatia por V. Exª; pelo contrário, eu mantenho, embora à distância, porque nunca convivemos, uma respeitosa simpatia por sua determinação...

O SR. RICARDO FIÚZA - Muito obrigado.

O SR. LUIZ MÁXIMO - ... de buscar demonstrar a improcedência de tudo aquilo que tem sido colocado no curso desta CPI. O único sentimento, nobre Deputado, que me habita é o da angústia de ter todos os fatos devidamente esclarecidos para que eu possa, afinal, em cada caso, formar minha convicção. Aliás, a minha vida profissional inteira, anteriormente ao exercício da atividade parlamentar, sempre se direcionou nisso: angústia pela busca da verdade. E é dentro deste propósito que faço a inquirição a V. Exª.

Primeiramente, para situar-me no tempo, eu queria que V. Exª me esclarecesse o período exato em que esteve à frente do Ministério.

O SR. RICARDO FIÚZA - De 17 de janeiro a 29 de setembro.

O SR. LUIZ MÁXIMO - De 1992?

O SR. RICARDO FIÚZA - De 1992.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pois não. Eu gostaria...

O SR. RICARDO FIÚZA - Deputado Luiz Máximo, sobre as palavras iniciais de V. Exª, eu quero dizer que a recíproca é absolutamente verdadeira. Muito obrigado.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado, tendo em vista o esclarecimento que V. Exª fez a respeito da tramitação da subvenção social, eu gostaria de ouvir de V. Exª um esclarecimento a respeito do trâmite pelo qual a subvenção transitava até chegar à entidade beneficiada. Faço essa indagação - depois complementarei - tendo em vista resultados de auditorias procedidas pelo Tribunal de Contas da União nas mais diferentes entidades.

O SR. RICARDO FIÚZA - Deputado Luiz Máximo, em primeiro lugar, não gravo muito sigla de Ministério - se não me falha a memória é COFE. Quando eu dava o despacho, ia para o meu secretário-geral, que encaminhava à COFE para todas as providências.

As exigências que tinham que ser preenchidas eram as seguintes - e todas foram - :

a) - ter sido fundada no ano anterior e organizada até o ano da elaboração da Lei de Orçamento.

Nenhuma delas foi atendida sem esse requisito, pelo menos que eu saiba. Sob minha determinação, todas foram.

b) - não constituir patrimônio de indivíduo;

c) - dispor de patrimônio e renda regular;

d) - não dispor de recursos próprios suficientes à manutenção, ampliação de seus serviços;

e) - ter feito prova de seu regular funcionamento e regularidade do mandato de sua diretoria;

f) - ter sido considerada em condição de funcionamento satisfatório pelo órgão competente de fiscalização.

Ou seja: prestações de contas do ano anterior pelo próprio Tribunal de Contas; no caso das fiscalizações especiais, do próprio Ministério, como eu disse a V. Exª que fiz 148 em cima da gestão anterior à minha;

g) - ter prestado contas da aplicação de subvenção ou auxílio anteriormente recebido e não ter a prestação de contas apresentado vício insanável;

h) - não ter sofrido penalidades ou suspensão de transferência da União em virtude de irregularidades verificada em exame de auditoria.

Chamo ainda atenção para o fato, se me permite V. Exª, da exigência do § 4º, do art. 60, do Decreto nº 93.872/86.

> "A subvenção será paga através de rede bancária oficial, ficando a beneficiária obrigada a comprovar no ato do recebimento ter feito prova do seu regular funcionamento e de regularidade de mandato de sua diretoria mediante atestado firmado por autoridade pública do local, onde sejam prestados os serviços."

Além disso, esse conjunto de exigências era examinado pelo Conselho Nacional de Serviço Social em processo para obtenção desse registro.

Assinalo também que essa mesma modalidade de ajuda financeira é passível de ser estendida às Prefeituras desde que estivessem registradas no Conselho Nacional de Serviço Social.

Em todos os casos, exige-se a comprovação de adimplência contra as prestações de contas perante o Governo Federal e registro no CNS. Ou seja, não só naquele Ministério, mas em todos os Ministérios. Digamos que eventualmente tivesse recebido uma escola do Ministério da Educação.

Portanto, esses eram os requisitos para os quais eu determinava rigorosa obediência. Pelo que me consta, foram obedecidos.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado, sobre a indagação que fiz, talvez eu não tenha me expressado claramente. Era a tramitação do recurso da subvenção desde a autorização até o destinatário.

O SR. RICARDO FIÚZA - É o detalhe. É o finalzinho. Porque o Ministério não tem talão de cheque.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Certo.

O SR. RICARDO FIÚZA - Hoje, quando você faz um empenho, quer dizer, obedecidos esses requisitos, é feito um empenho para o SIAFI, que faz o empenho e remete para o Banco do Brasil com aquela relação anexa.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Exatamente nesse ponto, nobre Deputado, que quero me centrar.

O SR. RICARDO FIÚZA - Pois não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - É que esse procedimento, nobre Deputado, contrariava as normas legais aplicadas ao caso. O que o Tribunal de Contas da União detectou foi exatamente a irregularidade dessa tramitação, porque era expedida, era emitida uma nota de empenho, figurando como credor o Banco do Brasil, para que efetuasse a liberação da dotação global constante da ordem bancária para as entidades relacionadas no anexo.

Esse era o sistema, segundo os técnicos do Tribunal de Contas, utilizado exatamente - a expressão não é minha, como consta do relatório do Tribunal de Contas da União - para fraudar o objetivo da implantação do SIAFI - Sistema Integrado de

Administração Financeira, que é a transparência. E esses recursos do Banco do Brasil, como foi levantado em algumas entidades, era lançado como "despesas correntes a classificar". Então, se se quisesse buscar no SIAFI a nominação das entidades beneficiadas, elas nunca apareceriam a não ser através de um código - que eu acabei não descobrindo até agora - que teria o acesso para a discriminação. Tivemos casos levantados nesse sentido. É isso que eu quero. Porque a grande verdade, nobre Deputado, antes de V. Exª responder - já adianto para objetivarmos mais o nosso trabalho - é que o descontrole sobre aplicação de subvenções nos Ministérios, especificamente no Ministério do Bem-Estar Social, é anterior à gestão de V. Exª. Havia inexistência da fiscalização por parte da unidade gestora, do controle interno, ou do controle externo; as prestações de contas não passavam de uma relação de notas fiscais e de recibos, não sendo possível, através de sua análise, a prestação correta sobre a legalidade e legitimidade da aplicação das subvenções por parte das entidades beneficiadas, isso era o quadro imperante. É anterior ao ingresso de V. Exª. Então, além desse esclarecimento a respeito dessa forma de se liberar recursos, que era já uma praxe existente do Ministério, e diante deste quadro, eu pergunto se V. Exª procurou fazer alguma coisa para reverter aquela situação.

O SR. RICARDO FIÚZA - *Eminente Deputado Luiz Máximo*, quero dizer a V. Exª que nem sempre os assessores informam corretamente. São pessoas humanas, passíveis de erro. O assessor que informou isso ou os assessores que informaram essa coisa, não entendem nada do que disseram. Aí vai a primeira afirmação minha, contundente: se isso for verdade, casso o meu mandato. Isto é a mais absoluta aberração que um assessor já pôde ter dito ao assessorado. A minha obrigação era exatamente essa. Não há como burlar o SIAFI, porque você não pode fazer uma ordem de pagamento ao Banco do Brasil antes de passar pelo próprio SIAFI. Essa questão não foi colocada no dia do meu depoimento no plenário. Não há a menor possibilidade. Se alguém informou... e eu remeto a V. Exª, eu peço aos assessores que eram do Ministério na época. Quero dizer a V. Exª que eu tenho horror à burocracia. Não sou nenhum **expert** nesse assunto, mas é claro que me aprofundei nisso. Não há nenhuma fórmula de se proceder diferentemente. Tem que se fazer mesmo ao Banco do Brasil essa OP global, com a relação anexa, porque assim o determina a lei. Deputado, se eu fizesse uma vírgula diferente, eu hoje estaria condenado. Eu não poderia, sob hipótese nenhuma, sob pena de estar ao arrepio da lei, proceder de forma diferente. E devo dizer a V. Exª que na minha gestão não existe nenhuma em código; todas as relações para o Banco do Brasil tinham nome; qualquer pessoa descobre isso. É daqui para segunda-feira eu posso procurar aqueles assessores e remeter para V. Exª. Eu quero dizer a V. Exª, respondendo bem objetivamente, que eu não tinha. Eu era proibido por lei de proceder diferentemente. Não houve, jamais, uma burla ao SIAFI, porque esse passo de ir ao SIAFI é anterior à ordem de pagamento ao Banco do Brasil. Agora, se o Banco do Brasil classifica como despesas, lá, não sei o que, é uma questão do plano de contas interno do banco e eu não tenho nada com isso. Agora, a ordem de pagamento sai no total da relação anexa porque este é o procedimento que a Lei nº.... Exatamente ao que a lei me obriga... (**Pausa**) Daqui há pouco eu procuro o número da lei, para não atrasar. A lei me obriga a proceder isso. Desse ponto de vista formal, não há o menor reparo. Um pequeno reparo, com respeito e com carinho, é que V. Exª disse que esse descontrole era anterior à minha gestão. Eu não vou entrar em juízo de valor de gestão de ninguém; não tenho vocação para dedo-duro. Mas quero dizer que, na minha, não houve descontrole. Pelo menos do ponto de vista formal não houve descontrole algum.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado, é que mesmo no tempo de V. Exª houve uma inexistência de fiscalização por parte das unidades gestoras do controle interno e do controle externo. V. Exª vê, nobre Deputado, que isto que falei - e está certo - não é resultado de nenhuma "deduragem".

O SR. RICARDO FIÚZA - Não estou dizendo isso, não. Eu estou falando sobre a gestão anterior.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Mas há a expressão que V. Exª... **(inaudível)**

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu não iria estar criticando Ministro anterior.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Aqui não se trata de assessor. Trata-se de um relatório feito pelo Tribunal de Contas da União. Especificamente, nobre Deputado - só para citar um exemplo, porque eu não iria trazer todos os casos aqui auditados -, para V. Exª ter uma idéia, isto aqui foi uma auditoria procedida pelo Tribunal de Contas da União na Fundação de Serviço Social de Pedro II, no Piauí. Aqui está dito o seguinte:

> "Concedida pela Coordenação de Orçamento e Finanças do então Ministério da Ação Social, atual Ministério do Bem-Estar Social, em 17 de junho de 1992, no valor de 150 milhões de cruzeiros, através da NE-00131, de 4 de junho de 1992, para o Banco do Brasil, agência 04529-2. A nota de lançamento NL-14192 foi emitida em 17 de junho de 1992, para regularização da ordem bancária acima citada, que foi paga como "despesas a classificar". Com vigência até 28/02/93, essa subvenção social não teve objetivo discriminado, encontrando-se a FUSEP..." - a entidade - "...inadimplente com relação à prestação de contas.

E na parte legal, propriamente dita, com relação a essa auditoria, os técnicos do Tribunal de Contas caracterizam tal procedimento como digo lá:

> "Por infringir o art. 61 da Lei 4.320, de 64, combinado com o art. 29 do Decreto nº 93.872/86, dificultar sobremaneira o trabalho auditorial, via SIAFI, tentativa de burlar o controle externo e ferir frontalmente a concepção pela qual foi instituído o Sistema Integrado de Administração Financeira do

Governo Federal - SIAFI, que tem como objetivo promover a transparência dos atos da Administração Pública."

O SR. RICARDO FIÚZA - Muito bem. Ótima oportunidade. Quero dizer a V. Exª que esse é um relatório de um inspetor. Porque o Tribunal de Contas aprovou essas contas todas e quando esses relatórios parciais chegaram, na gestão do Ministro Jutahy Magalhães Júnior, eles fizeram diligências e verificaram que eram infundadas, tanto que o meu relatório foi aprovado sem restrição.

No tocante às despesas de classificação, agora entendi, é a Sociedade que classificou mal na sua contabilidade.

Em terceiro lugar, na minha gestão não houve uma só burla ao SIAFI - na minha; nenhuma; eu me responsabilizo.

Em quarto lugar, não sei nem que entidade é essa, não me recordo - não posso, eu dei 2.600 audiências nesse período em que estive no Ministério. Portanto, não posso me lembrar de cabeça. Mas devo dizer a V. Exª que aí é erro de aplicação. Ou seja, a entidade recebeu o dinheiro, cumpridos os trâmites legais, e aplicou mal. Deve ser preso e punido quem desviou o dinheiro. Se arrumou uma nota depois, se não sei o que, classificou "despesa a classificar", e depois comprovou o Tribunal de Contas que houve a irregularidade, que puna quem fez a irregularidade.

Segundo, vem esse assessor e diz: "Concedida pela Coordenação de Orçamento e Finanças". A Coordenação de Orçamento e Finanças não concede, quem concede é o Ministro. Portanto, mais um erro formal.

E quarto ponto: V. Exª me perguntou que período eu passei. Se V. Exª verificar a data da concessão dessa tal subvenção e a data da minha saída do Ministério, haverá de verificar que era impossível exercer a fiscalização, salvo se eu desse o dinheiro e fiscalizasse no outro dia.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não, eu digo de um modo geral... **(inaudível)** ... a V. Exª que pensei em caso de auditoria.

O SR. RICARDO FIÚZA - Claro, eu compreendo perfeitamente. Quero dizer a V. Exª que, de modo geral - e é absolutamente verdadeiro -, eu não tive tempo de exercer nenhuma fiscalização, porque saí do Ministério. O meu sucessor deve ter feito, como eu fiz do meu antecessor, ou melhor, da minha antecessora. Lá chegando, como disse a V. Exª, detectei 148 casos sobre os quais pesava alguma dúvida e determinei tomada de contas especiais. Imagino que o Ministro que me sucedeu deva ter procedido da mesma forma. E tanto imagino que o próprio Tribunal de Contas, tão cioso em divulgar esses relatórios, deve ter verificado o equívoco, porque aprovou essas contas.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado, o Tribunal de Contas só se manifesta sobre contas das entidades quando elas são objeto de impugnação por irregularidades. Daí então que se representa o Tribunal de Contas, não vai mais direto ao Tribunal de Contas da União para fazer a tomada de contas.

O SR. RICARDO FIÚZA - É lamentável, é um País sem fiscalização. Os Ministérios não têm sua fiscalização. Eu espero que não se pretenda debitar erros de 100 anos neste País a quem meteoricamente passou pelo Ministério e cumpriu tudo que determina a lei.

Se V. Exª me perguntar se eu acho que esse processo está absolutamente perfeito, eu digo que não. Primeiro, há um arbítrio muito grande: é apenas um ministro que define se dá ou não dá, não é um colegiado. Portanto, isso já devia ter sido mudado. Segundo ponto, a estrutura que deve se fortalecer é o Tribunal de Contas, para que ele exerça, no mínimo por uma amostragem realmente abrangente, a fiscalização de todas as entidades que recebem do Governo Federal. Porque da mesma forma que o Ministério da Educação libera uma escola - o que, aliás, é uma aberração, não devia liberar, porque escola devia ser o município e o estado, mas que libera -, ou que o Ministério dos Transportes libera uma etapa de uma rodovia, ou que o Ministério de Minas e Energia libera uma linha de transmissão, isso tinha que ser fiscalizado, porque ao ministro compete cumprir os requisitos legais, formais, e obviamente atentar para os aspectos éticos, e eu assim o procedi. Agora, eu queria deixar bem claro, para que sobre isso não pairem dúvidas, que do dia da liberação à minha saída não decorreu o prazo de praxe para que se verificassem quais as suspeitas, para que se mandasse fazer a tomada de contas especiais, como eu fiz da gestão anterior. Imagino que o Sr. Ministro que me substituiu assim o procedeu. Portanto, se V. Exª me pergunta por que não fiscalizei, eu diria que foi por uma razão muito simples - e não é uma forma de escapismo nem de covardia -, porque lá eu não estava.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado Fiúza, nós temos, evidentemente, as informações das mais variadas fontes, e a minha Subcomissão, a Subcomissão a qual pertenço, é a Subcomissão de Subvenções Sociais, e foram auditadas 76 entidades em todo o Brasil, que nós fizemos para mostrar.

O SR. RICARDO FIÚZA - Foram auditadas?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Foram auditadas 76 entidades, beneficiadas por subvenções sociais, nos últimos 5 anos. Destas, foram encontradas irregularidades graves em 75. V. Exª falou o seguinte: como dos requisitos formais para autorizar a concessão e liberação de subvenções como um desses requisitos foi salientado o da adimplência por parte da entidade. V. Exª não se lembra, no curso de sua gestão, ter autorizado liberação de subvenção para qualquer entidade ou prefeitura inadimplente?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não só recordo perfeitamente, lembro perfeitamente, como declaro formalmente que não fiz uma só liberação para qualquer entidade ou prefeitura inadimplente. Mesmo porque o Sistema Integrado do Ministério da Fazenda não registra. Portanto, na nossa gestão esse fato não ocorreu sequer uma vez.

Nenhuma entidade inadimplente ou sob prestação de contas, com vício insanável, teve sequer uma liberação de um centavo, salvo se o Serviço Federal - o SIAFI, o Ministério da Fazenda, não sei bem qual a sigla - tiver falhado no fornecimento dessa informação. Portanto, não, absolutamente, não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado, lamentavelmente... Não vou dizer que V. Exª esteja faltando com a verdade quando faz tal afirmação. Mas, lamentavelmente, nós tivemos aqui na Subcomissão, decorrente de levantamentos feitos por inspeção geral do Tribunal de Contas da União, a informação de que em 16 de setembro de 1992 a ordem bancária 920PO1726 contemplou 6 entidades, sendo que 4 delas eram prefeituras que estavam incluídas nos relatórios de convenentes inadimplentes, emitidos em 10 de setembro de 1992, pela Divisão de Programação e Execução Financeira da COFE, do MAS. Essas prefeituras que estavam inadimplentes, de conformidade com relatórios feitos pela Divisão de Programação e Execução Financeira da COFE, do MAS, eram as seguintes: Prefeitura Municipal de General Maynard, em Sergipe, 17.326 dólares; Prefeitura Municipal de Moita Bonita, Sergipe, 34.653 dólares; Prefeitura Municipal de São Francisco, Sergipe, 17.326 dólares; Prefeitura Municipal de São Miguel do Aleixo, Sergipe, 34.653 dólares. Então, o Tribunal de Contas da União nos dá essa informação decorrente de auditagens procedidas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Coordenador, Sr. Relator, duas informações ao eminente Deputado Luiz Máximo:

Em primeiro lugar, esse relatório é parcial, do Tribunal de Contas da União, por Estados, sem o contraditório das entidades e sem a decisão definitiva do Colegiado do Tribunal de Contas da União, que rejeitou esse relatório. Se assim não tivesse acontecido, eu não teria como liberar - informação que tive posteriormente. Por quê? Porque o SIAFI não registraria. Portanto, a informação é incompleta.

Em segundo, é compreensível... Eu gostaria de ter levantado quantas entidades foram atendidas nestes últimos 5 anos; não sei, não tenho a menor idéia. Porque se foram fiscalizadas cerca de 70 e poucas e uma parcela de 90 a 95% tiveram irregularidades, é uma coisa razoavelmente compreensível. Significa que foram fiscalizadas aquelas entidades sobre as quais havia acusações, suspeitas, denúncias, indícios etc. Essa percentagem assustadora, que reflete o descalabro do controle das finanças públicas no Brasil, seguramente não se aplicará ao todo das entidades. O que ocorre? É que se havia denúncia sobre 70 ou 80 estas foram alvo dessa fiscalização especial. Significava que as denúncias eram procedentes. Mas, seguramente, se analisarmos o universo do que foi atendido, o percentual deverá ser infimamente menor que esse.

Volto só à afirmativa anterior: os relatórios são parciais, não há a menor possibilidade de se atender uma entidade que esteja sem prestação de contas. E, dentro de um prazo, Senador Garibaldi, eu gostaria que o Deputado Luiz Máximo tivesse a gentileza de me encaminhar uma cópia desse relatório, porque S. Exª vai verificar que as minhas afirmativas são verdadeiras. Mas, apenas no intuito de colaborar... Não sei se foram buscar o relatório geral. Foram? Eu mandei buscar o relatório que invalida isso aí, que é um relatório completo, do Tribunal de Contas. De qualquer maneira, daqui para, o mais tardar, na segunda-feira - preciso de um dia útil até meio dia -, comprovarei as assertivas que aqui faço a V. Exª. Quero dizer que são, lamentavelmente, improcedentes, porque não estou aqui para demonstrar o absurdo. Estou aqui para demonstrar a lisura de uma gestão, reconhecer eventuais erros praticados, omissões; todas que porventura tenham ocorrido seguramente o foram de boa-fé. Agradeço a V. Exª por levantar esse esclarecimento. Peço a V. Exª, por gentileza, que o Sr. Coordenador faça chegar a mim uma cópia, e eu trarei; se o relatório chegar e eu souber compulsá-lo, ainda responderei até o final.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Por isso é que eu digo, nobre Deputado, que é importante que tudo aquilo que venha para cá seja objeto de indagação.

O SR. RICARDO FIÚZA - É evidente, isso é a única coisa fundamental para mim.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E o senhor veja bem, aí é que vem a situação, quando V. Exª diz que o SIAFI pode ter informado errado, pode não ter informado. Aí é que vem, nobre Deputado, aquela afirmação que fiz anteriormente da liberação passar direto da coordenadoria para o Banco do Brasil, como dotação global, conforme lista anexa, então no SIAFI não ficava registrado. É isso que falo.

O SR. RICARDO FIÚZA - Se houver um caso desse, onde ficar comprovado que pelo menos de longe o Ministro teve sequer ciência, ou complacência, ou transigência com isso, V.Exªs cassem o meu mandato, façam um confisco de bens e tomem tudo o que eu tiver para que me levem à execração pública. Essa informação não procede.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Aguardaremos as complementações que V. Exª...

O SR RICARDO FIÚZA - Mas eu já afirmo categoricamente. Vou trazer os documentos a título de colaboração e subsídio.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado, sabe o que acontece? É porque temos o documento oficial do Tribunal de Contas que faz uma afirmação e uma conclusão. Mas se o senhor diz que tem a contraprova...

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, eu não tenho a contraprova, eu tenho o relatório definitivo; esses são relatórios parciais.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Exª tem o que nós não temos.

O SR. RICARDO FIÚZA - Portanto, vamos deixar bem claro: este a que V. Exª se refere é um relatório parcial que, posteriormente, foi revisto pelo próprio Tribunal de Contas, fato que só tomei conhecimento, obviamente, depois desta CPI, porque fui obrigado a mergulhar nesses assuntos, embora nisso não tenha havido a menor irregularidade.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado, eu vou agora retomar aqui um ponto. Quando o Sr. José Carlos Alves dos Santos foi ouvido, não aqui em plenário mas no dia 4 de janeiro de 1994 por uma Comissão coordenada pelo nobre Senador Garibaldi Alves Filho, indagado a respeito de como eram feitas as liberações, respondendo à seguinte indagação do Deputado Zaire Rezende: "Sr. José Carlos, o senhor falou nas entidades tradicionalmente atendidas pelo Deputado João Alves, e falou em alguns Estados; o senhor tem conhecimento de todos os Estados onde haveria essas entidades tradicionalmente atendidas por João Alves? E se tem, quais seriam os Estados?" E ele responde o seguinte, depois de algumas considerações: "Agora os Estados que tinham, com certeza o Estado que eu mais levava dinheiro era o Estado do Rio de Janeiro. O Estado de São Paulo, algumas entidades de Santo Amaro, qualquer coisa assim". O Deputado Zaire Rezende fala: "Euzéquio?". O Sr. José Carlos Alves dos Santos responde: "Euzéquio, acho. É, exatamente Euzéquio".

Então, o senhor veja bem: o Sr. José Carlos Alves dos Santos, a respeito dessas entidades tradicionalmente contempladas pelas subvenções e por Estados, cita com certeza os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. E o Deputado Zaire Rezende pergunta "Euzéquio", ele fala que é "Euzéquio"; o Sr. José Carlos falou que era Santo Amaro. O Deputado Zaire Rezende já tinha ouvido falar nessa entidade, só que por uma questão talvez de audição ele não entendeu corretamente, era OSEC, Organização Santoamarense de Educação e Cultura. V. Exª veja bem: entidades tradicionalmente atendidas.

Nobre Deputado, V. Exª falou da preocupação de se atender àquelas entidades que prestam relevantes serviços ao País, como é o caso das Santas Casas. Entretanto, vemos entidades recebendo quantias vultosas e que não prestam aqueles serviços que delas seriam exigidos. Essa Organização Santoamarense de Educação e Cultura, que se situa no bairro Santo Amaro, em São Paulo, tem como associada a Golden Cross Assistência Internacional de Saúde e o Instituto Geral de Assistência Evangélica; ela mantém Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Educação Física, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Comunicação Social e Turismo e Faculdade de Ciências Humanas.

Sabe essa organização, nobre Deputado, que tem como associada a Golden Cross e uma instituição evangélica, quanto ela recebeu de 1989 a 1992 do Ministério da Ação Social, depois do Ministério do Bem-Estar Social para bolsas de estudos? Oito milhões, 71 mil e 349 dólares. Isso daqui, segundo levantamento procedido, corresponde a 60% de toda a subvenção social destinada ao Estado de São Paulo nesse período. Quando V. Exª respondia pelo Ministério do Bem-Estar Social, no dia 28 de julho de 92, a entidade foi contemplada com 268 mil 164 dólares. No dia 28 de julho, 322 mil 329 dólares. Isso tudo para bolsa de estudo. Pior, Deputado, na prestação das bolsas de estudo, essa entidade, sabe o que ela fez? Deu prestação de contas, dividindo o número dos alunos pelo valor das prestações de cada curso para 1.719 alunos. Todos os alunos com bolsas de estudo. Só que se averiguou que não era feito um contrato de mútuo, de empréstimo, da Faculdade com os alunos.

Então, V. Exª vê, nobre Deputado, o encaminhamento da subvenção social. V. Exª conhece essa organização? V. Exª pode fazer algum comentário a respeito disso, quando relacionamos entidades tradicionalmente atendidas? Uma das tradicionalmente atendidas era exatamente essa Organização Santoamarense de Educação e Cultura. Chamou-me a atenção o fato de que, no depoimento do Deputado José Carlos, ele fala "São Paulo, se não me engano, Santo Amaro". É o bairro. Depois, o Deputado Zaire falou em Euzéquio, ao que José Carlos respondeu: "É, é isso, Euzéquio, Euzéquio, Euzéquio".

Então, V. Exª veja bem que os dados se completam. Eu gostaria de algum comentário de V. Exª.

O SR. RICARDO FIÚZA - Tenho que ter cuidado para não parecer que quero contraditar V. Exª, muito menos - nem de longe - arranhar as normas da cortesia a que todos nós devemos estar sempre submetidos. Não sei que Euzéqui ou Euzéquio é esse, não sei. Não poderia saber. Segundo,...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Mas V. Exª autorizou a liberação.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sim, mas V. Exª quer o quê? Quer que eu seja um computador? Se eu soubesse de cabeça tudinho, eu era um gênio. Não há a menor possibilidade. V. Exª não insista nessa tecla...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Ministro, mas acontece que determinados tipos de subvenção pelo seu volume, ou...

O SR. RICARDO FIÚZA - Ou subvenção de 5 mil dólares pode ser um volume exagerado, ou subvenção de 1 milhão de dólares pode não ser um volume exagerado. Se uma subvenção de 5 mil dólares pretende atender a uma creche que tem duas crianças no fundo de quintal, como algumas que existem no Rio de Janeiro, no tempo do Governador Brizola, em que as mães melhoravam o quarto na casa e recebiam duas ou três crianças e recebiam uma subvenção, pode eventualmente essa subvenção de 5 mil dólares ser grande e uma de 1 milhão de dólares não ser grande. No caso, V. Exª me disse que essa foi de 260 mil dólares; não tenho como avaliar se foi grande ou foi pequena em relação ao grupo de alunos. Se ela subsidiou bolsa de estudo, não tenho como avaliar.

O que eu quero dizer, em primeiro lugar, para que não pareça que estou com intuito deliberado de contraditar V. Exª, é que concordo inicialmente em que todos esses critérios precisam ser revistos no País, em que é preciso que haja uma entidade que avalie a aplicação desses recursos. Muita gente propõe a extinção disso, o que acho o maior absurdo. Somos o país do exagero: aplicou errado, pára. Não tem isso. Tem que punir o que aplicou errado. Modernizar o Conselho Nacional de Serviço Social? Eu tinha grande dificuldade, porque não é remunerado, ninguém queria o Conselho. O Conselho, quando cheguei lá no

Ministério, era um amontoado de papéis que vinham do Ministério de Educação. Não se conseguia ter conselheiros que fossem trabalhar, porque lá não tem jeton. Ninguém vai sair do seu Estado, pagar sua passagem e vir para cá trabalhar. Resultado: há um acúmulo brutal de processos.

O que tínhamos que fazer? Primeiro, modernizar o Conselho Nacional de Serviço Social, que é o responsável para dizer se essa OSEC, que tem como sócio, segundo V. Exª, Golden Cross, evangélicos etc, realmente deveria estar - como estava - classificada entre entidades aptas a receber subvenção social. Ou seja, registrada no Conselho Social.

A primeira providência é esta: modernizar a estrutura do Conselho Nacional de Serviço Social. Segundo, modernizar, incrementar a estrutura de fiscalização. Terceiro, verificar se o gestor dos dinheiros públicos, no caso o Ministro, procedeu dentro das leis existentes, das normas, que podem ou não ser boas ou más. Entendeu?

O que tenho que defender, Deputado Luiz Máximo, o que tenho que deixar claro, é que não sou o responsável pelos erros históricos deste País, seja na concessão de subvenções, seja na elaboração do Orçamento, seja na contratação de obras públicas, seja na licitação. O que não se pode é imaginar que eu poderia corrigir erros de uma formação histórica, cartorial que o Brasil tem, originada ainda na vinda da família imperial para o Brasil, quando este País foi o primeiro país a ser Estado sem ser Nação. O Estado brasileiro se hipertrofiou de tal forma que levou a todas essas situações.

Concordo integralmente com V. Exª, sendo que não posso, sob hipótese alguma, admitir, a minha conivência ou culpa nesse processo. Isso que é preciso deixar bem claro. Se V. Exª me perguntasse se acho tudo perfeito, eu diria: "claro que não". Não sou um débil mental.

Acho que estamos nesse grande fantástico processo de mudanças, de criação de crise geradora de uma mentalidade nova neste País, no que diz respeito ao Erário, ao dinheiro público, tudo isso. Esta CPI, por exemplo, é um dos mais vigorosos instrumentos dessa transformação. Esse debate é extremamente fecundo agora.

O que não se pode é pretender que um eventual Ministro durante oito meses, que cumpriu todos os requisitos legais, venha a responder pela pertinência ou não pertinência das normas legais que regem a matéria.

A mim devem ser imputadas quais as transgressões que eu fiz à norma vigente e eu afirmo sem nenhum medo a V. Exª: nenhuma! Nem sob o aspecto ético.

No demais, se a OSEC deve receber, não deve receber, quem deveria dizer isso é o Conselho Nacional do Serviço Social.

Segundo, quem devia fiscalizar era o Tribunal de Contas ou os Ministérios terem estrutura para isso, porque não têm. Nós fiscalizamos por amostragem quando existe denúncia, conforme repito, pela décima vez, fiz cento e quarenta e oito tomadas de contas especiais.

E, além do mais, perdoe-me V. Exª por enfatizar e lembrar que, se eu lá estivesse, seguramente eu teria feito essas fiscalizações, porque não ia passar à História como relapso. Não ia, tenha certeza disso.

O meu sucessor deve ter feito.

Essa é questão fulcral: em que eu transgredi a norma ou a ética? É essa a questão fulcral.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado, nós, aqui, eu, pelo menos, não faço imputação a ninguém. Eu trago os fatos para, depois, fazer uma avaliação de seu conjunto, para formular minha convicção a respeito. E nunca vou chegar à verdade se não procurar esquadrinhar todos os cantos desse cipoal em que nós nos achamos indiciados.

O SR. RICARDO FIÚZA - Se V. Exª assim não proceder, quem ficará prejudicado sou eu, porque sempre ficará a suspeição.

Quantos anos imagina V. Exª que eu levarei para limpar o meu nome das acusações levianas da imprensa todo dia? Vinte, trinta?

É o mesmo que eu depenasse uma galinha e soltasse aos ventos as penas e fosse tentar juntá-las. Nunca mais!

Portanto, qualquer pergunta, por aparentemente embaraçosa que pareça, é vital para este meu processo.

Eu agradeço a V. Exª.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Eu vou fazer mais duas últimas perguntas, se o Sr. Coordenador me permitir, seguindo essa mesma linha, nobre Deputado.

Outro caso que nos chegou e que nós também estamos apurando no âmbito da Subcomissão, é a respeito de uma entidade de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul: é a Ação Social Evangélica - ASE, cujo ofício solicitando, na ocasião, 150 milhões de cruzeiros em subvenção, foi datado em 18 de maio de 92.

Ocorre que o despacho do Ministro se deu na mesma data. O ofício não foi enviado por fax, autorizando 200 milhões de cruzeiros, ou seja, 50 milhões a mais do que o solicitado.

A Presidente da entidade, Srª Marlene Pessoli Nunes, admite ter entregue folha timbrada, assinada em branco, para que o Deputado João de Deus Antunes posteriormente preenchesse, de acordo com o seu interesse e viabilizasse a liberação do recurso no MAS.

Antes de concluir, esclareço a V. Exª que parte desse dinheiro acabou vindo parar na conta do Banco do Brasil, aqui da Câmara, do Deputado João de Deus Antunes.

Outro aspecto a ser ressaltado é que estava manuscrito, no canto inferior da folha, que não esclarece de quem é a caligrafia: "Deputado João de Deus Antunes, Rio Grande do Sul, comunicar ao Deputado José Luiz Maia, líder do PDS."

Resumo: uma entidade lhe enviou um ofício pedindo 150 milhões, V. Exª autorizou 200 milhões, e a presidente da entidade disse que deu o papel em branco para o Deputado João de Deus Antunes.

V. Exª tem lembrança desse caso? E esse dinheiro, 150 milhões, veio parar na conta do Deputado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Essa questão é muito facilmente respondida.

Em primeiro lugar, eu não posso ter lembrança de um fato que desconheço, ou seja, que um Deputado recebe um papel assinado em branco, que ele preenche. Eu precisaria ter um SNI qualquer à minha disposição para ver quem fez, chamar a pessoa etc.

Normalmente, eu acho - aliás, concordo, e digo isso no meu depoimento, que apesar de todo esse clima de terror, de suspeição que hoje, de forma fecunda, medra no Congresso, continuo achando que o legítimo representante da comunidade, das associações, dos empresários, dos trabalhadores, dos sindicatos, são os Parlamentares.

Seguramente o Deputado João de Deus Antunes deve ter estado comigo na defesa intransigente dessa entidade.

Então, para deixar bem claro: primeiro, se as declarações dessa senhora são procedentes, isso é um crime que deve ser tipificado no Código Penal, de responsabilidade dela, que é uma leviana ao assinar um papel em branco, que poderia ter sido preenchido com uma declaração contra ela ou com um débito, o reconhecimento de um débito; segundo, do Deputado que aceita participar - não sei se participou, não estou acusando, estou me referindo a um fato...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Certo.

O SR. RICARDO FIÚZA - ...porque o Deputado aceita participar de uma fraude dessa. Esclarecidos esses dois fatos e que a nenhum Ministro de Estado poderia ser dado saber disso, a não ser que eu soubesse, e não soube, claro, é evidente, porque senão não teria atendido.

E o terceiro ponto aqui: definidas essas duas aparentes fraudes, verificar se, embora o documento tenha um vício original, tenha um defeito original, se após chegado na mesa do Ministro, o Ministro procedeu dentro da lei e da norma. Eu procedi.

A sugestão que tenho é a seguinte: puna-se o culpado rigorosa e exemplarmente - a gestora da entidade, o intermediário no caso, que deve ter sido o Deputado, não me recordo, e o Ministro se, por acaso, não tiver obedecido aos requisitos legais. Só me compete dizer a V. Exª que eu desconheço qualquer deferimento irregular da minha parte. Isso deve ter sido longamente debatido, porque nenhum dos colegas ... É muito fácil julgar uma pessoa fora dos acontecimentos.

Se V. Exª imaginar uma pessoa que deu 2.600 audiências - tenho data por data, com nome de cada parlamentar, prefeito, autoridade, sindicalistas, representantes de entidades, tenho isso no computador. Se V. Exª imaginar que é possível que eu me recorde dos casos específicos, V. Exª me superestima, até agradeço!

Então acho que devam ser apurados os culpados e punidos exemplarmente. A sensação da impunidade tem que acabar neste País. É a única forma. Da minha parte não há irregularidade alguma.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado, uma última indagação que vou fazer a V. Exª.

Tenho em mãos a cópia xerográfica, não sei se poderia classificar como memorando ou bilhete, parece-me que da autoria de V. Exª. Vou procurar ler, depois passarei às mãos de V. Exª, para sua leitura. É datada do dia 15 de julho de 1992, em papel com timbre do Ministério da Ação Social:

"Dr. Maurício:

1 - Trazer para assinatura tudo o que estiver pronto do Deputado - não estou conseguindo entender direito, parece-me do Deputado Evaldo Gonçalves, não sei, V. Exª dirá;

2 - Priorizar para liberar sem falta, (grifado) todas as emendas orçamentárias para liberar: julho, agosto, setembro, com parcelas maiores no começo (começo grifado);

3 - Relacionar os pleitos orçamentários pendentes - ao lado há uns números que não sei o que é, com uma sigla - relacionar os pleitos orçamentários pendentes e passar na frente verba - não sei o quê - (grifado), para assinar os convênios (grifados) e pagar (duplamente grifado);

4 - Verificar se tem restos a pagar 91, e verificar as liberações.

Passo às mãos de V. Exª para que possa ler, porque isto foi extraído dos autos de uma inspeção externa do Tribunal de Contas, feitos em 1992, a requerimento da Câmara Federal, sob os mais variados assuntos, onde se apurava possíveis envolvimentos de Ministérios com relação a Deputados, porque se estava em fase da votação do **impeachment** do Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Deputado Luiz Máximo, a primeira coisa é do Deputado Evaldo Gonçalves. Se foi do Deputado Evaldo Gonçalves, deve ser coisa modesta, porque ele era uma Parlamentar muito aguerrido na defesa da sua região, como geralmente são os Deputados da Paraíba.

Este bilhete é absolutamente autêntico, absolutamente normal. É um despacho meio informal para o Dr. Maurício, porque seguramente o Deputado Evaldo Gonçalves deveria estar reclamando do Ministro o fato de que os seus processos não andavam, como acontecia todo o dia. O que eu recebia eram 99% de reclamações e 1% de agradecimento.

Portanto: "traga para assinatura o que estiver pronto do Deputado Evaldo Gonçalves", é a coisa mais legítima do mundo. Não pedi o que não estava pronto. Ou seja, ele deve ter ido reclamar, dizendo que não era possível, que não era atendido em coisa alguma etc etc etc.

"Priorizar, para liberar sem falta todas as emendas orçamentárias", ele devia ter discutido comigo essas emendas, devia ser uma coisa bastante modesta, razoável, porque ele é um homem modesto, para liberar. O que ele deve ter feito? Devo ter dito a ele "Evaldo, não tem recurso de uma vez. Recebo por trimestre. Então vamos fazer uma programa para as suas emendas serem liberadas no trimestre. Vamos liberar: julho, agosto uma parte e setembro já é um outro trimestre"

"Com parcelas maiores no começo". Por quê?

Porque havia um contingenciamento, e eu tinha um volume global de recursos para trabalhar em cima dele. Portanto o item 02 é absolutamente normal. Reconheço como legítimo e o faria de novo.

"Reexaminar os pleitos orçamentários pendentes e passar em frente urgentíssimo para assinar". Isso é da cidade de Sumé, na Paraíba, que é uma cidade paupérrima é muito pobre, extremamente seca. Nesse município tem o Deputado Evaldo Gonçalves e o Deputado, que também é de Patos, cujo o nome daqui a pouco eu me recordo, passar urgentíssimo a priorizar os convênios e assinar. Em nenhum momento diz: de forma irregular, não obedecidos os requisitos essenciais, em nenhum momento; verificar se tem restos a pagar de 1991. Certamente ele me disse, olhe tem coisa desde de 1991 da Ministra Margarida e tem marcação comigo e não libera. O que é que eu disse: verifique se tem restos a pagar empenhados. Porque, ao chegar no Ministério, os restos a pagar, que estavam empenhados, eu procurei liberar para atendimento das comunidades.

Esse bilhete, que é realmente de minha autoria, é um ato absolutamente normal de gestão e, neste caso em tela, eu faria de novo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Estou satisfeito, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Muito obrigado a V. Exª.

Concedo a palavra a nobre Deputada Jandira Feghali.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, Deputado Roberto Rollemberg, Deputado Ricardo Fiúza:

Do seu primeiro depoimento para hoje, obviamente todos nós que trabalhamos na Comissão Parlamentar de Inquérito como Membros ou como colaboradores, pudemos aprender manipular materiais e entender melhor o processo e o esquema de subvenções sociais e também conhecer bem as entidades que na verdade foram beneficiadas e o tamanho da irregularidade que essas entidades apresentam.

Gostaria de me concentrar na questão da Subvenção Social porque foi o estudo mais aprofundado que conseguimos fazer.

Em primeiro lugar, nobre Deputado, uma coisa que me chama a atenção é exatamente a mudança de relatoria e a sua participação pública como Ministro de Estado, é a sua afirmação de ruptura com o esquema anterior. E o que me chama a atenção exatamente é que, olhando as subvenções liberadas durante a sua gestão e no seu período, de pronto, rapidamente, sem uma visão mais demorada, identifico 47 entidades nessa listagem de 4 meses de liberação, pegando principalmente maio, junho, julho e agosto, 47 entidades que estão sob investigação nesta CPI, e eu poderia dizer que 98% delas com irregularidades gritantes. E V. Exª - gostaria só que essa informação fosse dada outra vez, porque não sei se ouvi corretamente - afirmou que assim que entrou no Ministério pediu uma averiguação e prestação de contas de entidades que eram beneficiadas pelo Ministério. V. Exª confirma isso?

O SR. RICARDO FIÚZA - Entidades que apresentavam irregularidades na prestação de contas eram exatamente 148; dessas 148, todas, eu determinei tomada de contas especial. A forma como a pergunta é formulada dá a impressão de todas as entidades.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não, das 148, e dentro das 148 não havia nenhuma das tradicionalmente atendidas nesta prestação de contas?

O SR. RICARDO FIÚZA - Se havia, não me recordo, mas afirmo que nenhuma que tinha irregularidade foi atendida por mim, salvo se o Tribunal de Contas posteriormente tiver dito que não havia irregularidade, salvo isso, ou seja, se o relatório parcial identificava irregularidade, posteriormente o Tribunal de Contas no pleno disse que não havia e deu como normal no SIAFI.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Então eu lhe pergunto o seguinte, nobre Deputado: houve afirmação sua, não só hoje como no primeiro depoimento que reestudei, de que havia uma decisão de atender em pequena quantidade o Estado da Bahia, para que não parecesse uma continuidade de benefícios ao Deputado João Alves, para que não parecesse a continuidade do esquema. Isso está no seu depoimento literalmente, eu posso reler.

O SR. RICARDO FIÚZA - Veja se tem a palavra parecesse, por favor, porque se tiver a palavra foi mal aplicada; parecesse dá a impressão de que eu sabia do esquema.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Vou dar uma olhada aqui.

O SR. RICARDO FIÚZA - Enquanto a senhora procura, só para ganhar tempo, se puder me permitir...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não, já achei, está absolutamente localizada.

O SR. RICARDO FIÚZA - É notório com o esquema; notório com o esquema não era para mim, pode ser hoje com esta CPI, porque se eu tivesse ciência desse esquema e não o tivesse denunciado eu seria conivente. Não conheço esquemas, não conhecia

esquemas, não havia nenhuma crítica a esse esquema, não havia CPI nem acusações formais. Hoje existe, hoje eu imagino que pelo que será apurado ficará demonstrado que esquema, que é o esquema e quem compactuou com o esquema.

Então, portanto, a coincidência de algumas subvenções para entidades que eventualmente participem de qualquer esquema menos legítimo, é uma coincidência.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputado, a sua palavra literal, aqui na página 55, do seu depoimento de 03 de novembro de 93, coloca o seguinte:

> O critério: não dê nada maior do que no ano anterior. E, olhe, cuidado para não dizerem que estamos fazendo esquema de Comissão com aquele pessoal que estava marcado por colocar grandes subvenções para os grandes municípios. Portanto, para os municípios da Bahia - referindo-me ao Deputado João Alves - coloque pouquinho. Melhor é não colocar, para amanhã não vir dizer que continuou o mesmo esquema da Comissão.
>
> São palavras suas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Muito bem. A palavra "parecesse" não existe.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sim. Por isso fui ler para ser justa.

O SR. RICARDO FIÚZA - Por isso, eu confirmo...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Mas é usada a palavra "esquema da Comissão", certo?

O SR. RICARDO FIÚZA - Respeito muito a senhora, porque é uma pessoa muito séria.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Muito obrigada.

O SR. RICARDO FIÚZA - Tudo que a senhora faz é cheia de convicções.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Muito obrigada.

O SR. RICARDO FIÚZA - Portanto, a palavra "parecesse" não existe. Porque "parecesse" dá um sentido aí meio chato para mim, no caso.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Está certo. Eu retiro a palavra "parecesse". Por isso li o texto para não haver dúvida.

O SR. RICARDO FIÚZA - Perfeitamente.

A SRª JANDIRA FEGHALI - De qualquer forma não retira a essência da minha pergunta, Deputado, que eu gostaria de fazer.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sim, senhora. Pode fazer.

A SRª JANDIRA FEGHALI - De qualquer forma, o uso da expressão "mesmo esquema da Comissão" pelo menos identifica que, naquele momento, não só havia uma denúncia como havia a denúncia de que existia um esquema na Comissão. Para V. Exª usar essa expressão, obviamente isso era conhecido, até porque a substituição do Deputado João Alves foi pública. E há, já aí, muitas denúncias de corrupção naquele momento.

Então, a primeira questão que eu gostaria que ficasse bem clara: por que, nesse caso, não dar dinheiro para os municípios da Bahia significava ruptura ou pelo menos a não continuidade do esquema, e para as entidades tradicionalmente atendidas isso não foi observado, mesmo que por sugestão, conforme V. Exª afirma, do Sr. José Carlos Alves dos Santos? Ou seja, rompe-se com o esquema de uma forma, que seria o Estado da Bahia, mas com a outra parte do esquema, que era o das subvenções, as entidades chamadas tradicionalmente atendidas não há a mesma atitude, ou pelo menos a preocupação de averiguar que entidades eram essas, se havia prestação de contas regular, se havia irregularidade etc. E eu até lhe dou mais um exemplo de que algumas entidades que receberam, em quatro anos, em torno de 15 milhões de dólares, na sua gestão em torno de 4 milhões, essas entidades muitas delas receberam vultosos recursos eram ligadas ao Deputado Fábio Raunheitti, que já vinha sendo denunciado pela própria CPI da Previdência e outras como uma pessoa suspeita do ponto de vista da sua lisura como Parlamentar. Então essa é a primeira pergunta que gostaria que V. Exª esclarecesse.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu agradeço a V. Exª a pergunta.

Acho que esse bilhete é uma prova cabal, é fundamental para minha defesa e reflete o meu cuidado.

No tocante a esquema de Comissão, eu não referia naquela época, como nenhum de nós nos referíamos, com pelo menos o mínimo de segurança, a esquema de corrupção. O que havia, e os jornais da época eu os catalogueí todos, eram denúncias de que alguns Deputados tinham a facilidade de aprovar emendas em valores altos para os seus municípios como forma de se beneficiar eleitoralmente. É evidente que, sem fazer nenhum julgamento do Deputado João Alves, que a mim não compete, não compete fazer, pelo fato de S. Exª ter saído da Relatoria de forma razoavelmente traumática, ou seja, na condição de Líder eu, em função dos boatos que ocorriam, tenha procurado induzi-lo, e ele saiu fazendo uma carta renunciando. É evidente que seria um contra-senso eu permitir que se repetissem para aqueles municípios de S. Exª os mesmos valores sobre os quais havia dúvidas.

No tocante, portanto, - cautela e precaução absolutamente indispensáveis ao gestor, no meu caso, o Ministro - agi absolutamente de forma correta neste caso. Mas V. Exª, aí, faz uma ilação: por que a outra parte do esquema?

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sim.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não existe a outra parte do esquema; agora que se está sabendo disso. Nunca, jamais, em tempo algum, ninguém, nem V. Exª, nem nenhum Parlamentar levantou que aquelas entidades tradicionalmente atendidas faziam parte de qualquer esquema, salvo após instalação desta Comissão. O que não ocorria com as entidades dos municípios onde, eventualmente, um Deputado era votado. Sobre essas havia suspeição. Por quê? Porque como esta Casa é a Casa da transparência, onde os conflitos de interesses,

conflitos pessoais de colegas que disputam no mesmo município a preferência do voto estão sempre abertos a denunciar as irregularidades, no tocante ao Estado da Bahia, realmente, havia uma série de denúncias não formais, mas pela imprensa, de que havia exagero em municípios **A, B, C** ou **D**. O que eu faço? Faço uma determinação ao meu Secretário-Geral que, para aqueles municípios sobre os quais pesam suspeições, não faça e se tiver que fazer faça bem pouquinho, para que aquela suspeição desapareça.

Portanto, o esquema ao qual eu me refiro, nessa época, não era o esquema ao qual se refere a Comissão hoje, o esquema que desvirtuou, ou melhor, o esquema que se refere a desvirtuamento de aplicações. Era o esquema de um conjunto de Deputados ou de um Deputado ou de vários Deputados que tinham o poder de colocar para seus municípios os números maiores do que os razoáveis. Portanto, eu determinei que isso não ocorresse mais.

Na outra parte, se V. Exª tiver por acaso, nos seus arquivos, ou na sua Assessoria alguma denúncia sobre essas outras entidades que atendi, por gentileza, me diga porque eu desconheço. Portanto, não houve a outra parte do esquema.

Hoje, se sabe por "ouvir dizer" do Sr. José Carlos Alves dos Santos - que é a única pessoa que disse isto, até hoje - que ele diz que sabia disto e que havia ouvido dizer por João Alves. Posteriormente, foi incrementando as acusações até o ponto de dizer que eu sabia. Agora, uma coisa engraçada: é que em nenhuma pergunta espontânea - eu li todos os depoimentos e V. Exª há de convir que eu acompanhei a CPI com vivíssimo interesse -, em nenhuma vez, em que foi perguntado, de forma espontânea, sobre as pessoas envolvidas, ele citou o meu nome. Só quando foi questionado em pesquisa: "E o Deputado Ricardo Fiúza?" Aí ele respondia. V. Exª haverá de verificar nos arquivos da Comissão que não tenho nenhuma afirmativa. Como se fosse uma pesquisa espontânea para candidatos a governador, quando se dava o nome, quando se perguntava: "E o Deputado Ricardo Fiúza?" Ele, então, confirmava. É engraçado, é muito interessante.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sr. Deputado, como o meu tempo é limitado, eu gostaria de seguir na inquirição de alguns dados.

O SR. RICARDO FIÚZA - Fique à vontade, Srª Deputada. Por favor.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Um outra questão que foi denunciada, e gostaria de seu esclarecimento é que, na medida em que V. Exª afirma que não aceitava mais lista dos parlamentares e, sim, queria o ofício das entidades, **per si...**

O SR. RICARDO FIÚZA - Embora capeada por ofícios parlamentares.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sim, e, mesmo assim, eu lhe pergunto se há, dessas entidades que são as mais regulares - contando as do Rio de Janeiro, algumas de Minas Gerais, tenho aqui a listagem - se há, na verdade, a entrada de protocolos ou de **fax** onde esses ofícios puderam ser registrados porque....

O SR. RICARDO FIÚZA - O que houve....

A SRª JANDIRA FEGHALI - Só um momento, Deputado. Porque a informação que temos é de que o despacho foi feito no mesmo dia, para todas as entidades, por V. Exª, de forma imediata, o que chama a atenção dessa urgência, porque se havia uma ruptura com o esquema anterior - não se aceitavam listas e, sim, os ofícios individuais de cada entidade - essas entidades todas entraram no mesmo momento, foram despachadas no mesmo momento, sem um protocolo, sem um ofício registrado, oficialmente, no seu gabinete.

Inclusive, chama-me a atenção, aqui, uma lista feita pelo Deputado José Geraldo de várias prefeituras, onde vem, em anexo, o ofício dos prefeitos e em todos eles tem um adendo, aqui, com outra máquina, ou seja, a mesma máquina do Deputado José Geraldo, colocando o número da agência e da conta do Banco do Brasil. Dá para perceber que é a mesma máquina - não tem, aqui, o estudo grafotécnico mas fica nítido, por alguns defeitos de algumas letras da máquina.

Então, quero entender como é que essas coisas puderam acontecer. Quer dizer: sem ofício protocolado, foram despachados no mesmo dia. Segundo o Dr. José Carlos, foi uma lista que ele encaminhou, diretamente, a V. Exª em envelope dado pelo Deputado João Alves para lhe entregar e despachar, com urgência, para cumprir os chamados 13 milhões. E, realmente, o valor bate. Quando fomos ver a lista das entidades, é, exatamente, 13 milhões em liberações que é o número 13 que está no bilhete que V. Exª coloca como prova de defesa.

Então, gostaria de entender como é que isto funcionou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eminente Deputada Jandira Feghali, só existe uma afirmativa que leva a esta suspeição. Esta afirmativa foi feita pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos e quando ele fez esta afirmativa - que V. Exª muito bem levanta, aqui - ele disse que isto foi feito, mas que houve um intuito meu de burlar isso; que, embora ele tenha me entregado no mesmo dia, foram deferidos com datas separadas. Esse dinheiro não foi deferido no mesmo dia. É uma mentira dele. Não foi. Eu tenho todas as cópias.

Segundo, se V. Exª fizer um levantamento em todos os Ministérios deste País, haverá de encontrar 90% dos pleitos dos Srs. Parlamentares que não são protocolados, que são levados pelo parlamentar.

Em terceiro ponto, quando uma entidade dessa é atendida no mesmo dia, é porque já houve uma longa discussão com o parlamentar ao qual eu deferia um valor global.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputado, só um ponto para que V. Exª esclareça.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sim. Pois não.

A SRª JANDIRA FEGHALI - V. Exª confirma que essas entidades foram encaminhadas pelo Dr. José Carlos Alves dos Santos para as suas mãos?

O SR. RICARDO FIÚZA - Está é a mais deslavada mentira desse mentiroso contumaz que mentiu em todas as fases da vida dele.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Então, como chegaram esses ofícios? V. Exª pode esclarecer à Comissão?

O SR. RICARDO FIÚZA - Esses ofícios chegavam ao meu gabinete e, agora, vou dizer a V. Exª como disse, aqui, nesse depoimentozinho que fiz antes, que é possível, até sub-repticiamente, que ele tenha colocado esse ofício no meu gabinete. Eu não digo todos, mas algum é possível. Por quê? A mim importava discutir com os parlamentares os valores. Então quando um Deputado chegava lá para dizer: "As entidades, meus municípios, eu não tenho nada, não tive no Orçamento, não tive isso, não tive aquilo", eu examinava a situação do atendimento do município ou do Estado, e então dizia: "Faça o seguinte: veja os seus municípios, as prefeituras ou entidades devidamente registradas e faça um pedido no total aproximado".

Se V. Exª tivesse me dado a honra de pedir para algum município seu, certamente, V. Exª teria ouvido: "Deputada, faça o seguinte: disponha aí de um total de x e divida pelos sindicatos, santas casas, hospitais, postos de atendimento etc". Portanto, o fato de ser deferido significava uma longa e penosa discussão para mim, porque os valores geralmente eram 100 vezes maiores do que eram pedidos e que eram atendidos.

É possível, apenas estou raciocinando, que no caso de ter a máquina batido a conta corrente do banco, é possível que os funcionários do Ministério tenham visto que faltava a conta - porque tinha que ter uma conta do Banco do Brasil específica da entidade - e tenham devolvido o ofício, e eventualmente esse Deputado, que não sei quem é, deve ter telefonado, deu o número das contas, e tenham sido batidas à máquina, o que não se constitui nenhuma fraude, nenhum ilícito, nenhum sintoma de má-fé, de coisa nenhuma. Agora, se V. Exª imaginar que eu, Ministro de Estado, tivesse que verificar se a máquina que bateu a conta era a mesma ou não que bateu o ofício, estou partindo do pressuposto de que todos os Deputados agiam de má-fé.

E sobre essas entidades, às quais V. Exª se refere, 40 e poucas, que estão sob fiscalização e estão irregulares, eu repito o que disse ao Deputado que antecedeu V. Exª: que, seguramente, são as entidades sobre as quais pesa suspeita. O que deveria ser feito e o que o Congresso deve continuar fazendo é pedir ao Tribunal de Contas que apure, do universo todo atendido, qual a percentagem das irregulares? Porque é compreensível, Sr. Coordenador...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Isso nós estamos fazendo, Deputado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sim, Excelência. É compreensível que se V. Exª tem indícios veementes de fraudes em 5, 10 ou 20 e manda fiscalizar 5, 10 ou 20, não mandaria se não tivesse indícios veementes. E é claro que nesses indícios veementes a parcela maior será confirmada; isso tem que ser feito no universo.

Agora, estou cumprindo o meu dever, respondendo a V. Exª com satisfação. Mas devo dizer, mais uma vez para ficar bem claro, que sou obrigado a responder sobre atos da minha gestão, ou seja, atos formais do ministro e me coloco absolutamente ao seu lado no sentido de exercer a fiscalização da forma mais violenta possível na ponta, ou seja, na aplicação de quem recebeu os recursos. Agora, tenho que ser culpado de atos do ministro; se alguém roubou, vamos colocá-lo na cadeia.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputado, acho que essa é uma interpretação política sua...

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, essa é uma interpretação legal.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Eu posso dar a minha opinião obviamente, não?

O SR. RICARDO FIÚZA - Pode. Desculpe, por favor.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Essa é a sua interpretação, mas aqui temos detectado que era impossível uma corrupção do Congresso sem a conivência ou o conluio do Poder Executivo. Isso para nós, aqui na subcomissão, tem ficado muito claro. E se eu achasse, **a priori**, culpa sua, não estaria pedindo seu esclarecimento, estaria dando juízo de valor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputada Jandira, me permite? Recebi agora um pedido do Serviço de Som para o Deputado Fiúza falar mais perto do microfone para melhor qualidade do som.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputado, a minha linha de inquirição está no sentido de que V. Exª está afirmando que fez tudo dentro da lei, tudo de forma regular, e eu estou tentando, a partir dos dados que tenho, esclarecer questões que acho que são irregulares. Essa é a minha linha de inquirição.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu tenho obrigação de responder e o faço com prazer.

A SRª JANDIRA FEGHALI - A única coisa que não ficou clara na pergunta anterior é: se ofícios chegaram. E estou me prendendo a essas entidades porque elas são flagrantemente irregulares, e vultosos os recursos. Então mesmo que a sua interpretação seja de que o problema da entidade é lá na ponta, acho que é um problema também do Poder Executivo e de quem tem o comando do Ministério, de quem libera o dinheiro que pode ser mal utilizado na ponta, para quem se estão liberando esses recursos. Então se há uma assessoria que o enganou ou que foi incompetente ou que foi insuficiente aí é uma interpretação que V. Exª pode dar, porque na verdade seu depoimento assim como o da ex-Ministra Margarida Procópio era um pouco esse: "Chegava às minhas mãos, eu despachava. Então, a Assessoria não me passava a informação correta".

O SR. RICARDO FIÚZA - No meu caso não houve isso, não, todas as liberações foram corretas. Eu não estou colocando culpa na Assessoria porque não há nenhuma...

A SRª JANDIRA FEGHALI - As liberações, segundo V. Exª, foram formalmente corretas, mas está demonstrado que foram entidades que aplicaram irregularmente. Então o que estamos tentando ver é se V. Exª conhecia ou não a irregularidade. É essa a razão da inquirição.

O SR. RICARDO FIÚZA - Posso lhe assegurar que absolutamente não conhecia.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Uma outra questão que V. Exª afirmou é que existia uma obrigatoriedade por lei de se fazerem os pagamentos por ordem bancária global ao Banco do Brasil. Não sei se V. Exª citou o número da lei, porque fui buscar uns documentos e não ouvi. A informação que tenho do Tribunal de Contas é que há, no máximo, atos normativos do Tesouro Nacional que orientam que quando for pagamento de folha de pagamento ou algo muito numeroso, muito volumoso, do ponto de vista de número, que se fizesse por ordem global. Mas, no caso, fica sem esclarecimento por que algumas entidades, no período da sua gestão, eram entidades solitárias e receberam dessa forma, sem a declaração exata do nome da entidade e sem a relação anexa, ou seja, posso pagar uma entidade na sua conta, dizendo para qual entidade estou enviando esse recurso; de todas que tenho aqui, e são oficiais do Banco do Brasil, o nome da entidade é sempre anexo à ordem bancária.

O SR. RICARDO FIUZA - É assim que se faz.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sim, mas a informação que tenho é que não é assim que se faz.

O SR. RICARDO FIUZA - A informação...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Tanto é irregular que este ano o Tribunal de Contas baixou uma proibição para que as coisas sejam feitas assim, porque sob o ponto de vista do SIAFI, era quase impossível descobrir alguns beneficiários em função desse método de pagamento.

O que me chama a atenção é que muitas das entidades que foram pagas de forma isolada, e sob a mesma forma, ou seja, o número da ordem bancária sem o nome da entidade, com o nome da entidade em relação anexa, muitas delas são exatamente as entidades que estão flagrantemente irregulares na distribuição de recursos.

Por exemplo: Instituto Eva Cândido; na mesma ordem bancária, três instituições do Rio: Hospital-Escola São José, do Deputado Fábio Raunheitti; Centro Educacional Realengo, Santa Teresinha e, junto, na mesma ordem bancária, a Fundação Vivili, do Piauí. Ou seja, uma ordem para o Rio, uma ordem para o Piauí, na mesma ordem bancária. Associação Evangélica, sobre a qual houve denúncia e que é por onde se está investigando o Deputado João de Deus; Francisca Feitosa, que está sob inquérito, no Ceará; Frei Damião, em Alagoas, que está sendo apurada por nós. Mais uma outra ordem bancária. São três entidades de Caxias, no Rio de Janeiro, que estão absolutamente irregulares, junto com uma entidade de Brasília, que também está sob investigação. Duas entidades, que é o Colégio Aplicação Sesli, Faculdade de Nova Iguaçu, do Deputado Fábio Raunheitti, também numa ordem bancária e somente duas entidades; outras duas de Goiás, Ranchinho Alegre.

Então, me chama atenção por que fazer uma ordem bancária, com folha em anexo, e não diretamente com o nome da entidade, que ficaria absolutamente claro no SIAFI, quando não havia um volume de ordens bancárias a serem feitas, mas apenas uma; a seqüência de datas: realmente, não era a mesma data, são em dias seguidos: 11 de junho, 12 de junho, 16 de junho, 22, 23 e 25. Ou seja, se havia necessidade de uma ordem bancária global para liberação de dinheiro para essas entidades, para ser feita ao Banco do Brasil, por que foram feitas em 11, 12, 16, 22, 23, 25, 26, seguidamente, e não numa ordem única que pudesse justificar o método de se encaminhar desta forma e não nitidamente o nome da entidade?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - Nobre Deputada, fui acusado no começo por ter feito liberações com uma listagem englobando várias entidades no mesmo dia; agora V. Exª manifesta a sua legítima estranheza de que em alguns dias tinha apenas uma entidade, ou duas entidades.

A SRª JANDIRA FEGHALI - A minha estranheza não é essa, Deputado, a minha estranheza é ter sido feita de forma isolada para algumas entidades nesta forma de ordem bancária e não com o nome da entidade.

O SR. RICARDO FIÚZA - A estranheza agora é oposta; não foi V. Exª, mas primeiro me questionaram por que não eram isoladas, agora por que são isoladas. Devo dizer a V. Exª que reafirmo, enfática e peremptoriamente, que esse era o processo ao qual eu estava obrigado na condição de Ministro de Estado àquela época. Se agora, como V. Exª diz, este ano, o Tribunal de Contas, o SIAFI, ou quem quer que tenha autoridade competente modificou a sistemática, essa é a prova de que a minha estava correta, dentro da norma que podia ser boa ou má.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não é a mesma informação que tenho, Deputado, por isso lhe faço a pergunta.

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª fez a pergunta e eu estou respondendo.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sim, V. Exª afirma que há uma lei; eu estou dizendo que segundo informações não há uma lei. A não ser que V. Exª me dê o número e eu mande buscar; são questões normativas do Tesouro Nacional.

O SR. RICARDO FIÚZA - Chamo a atenção para o fato de que além dessas exigências o § 4º do art. 60 do Decreto 93.872 determina:

> A subvenção social será paga através de rede bancária oficial, ficando a beneficiária obrigada a comprovar, no ato do recebimento, a condição estabelecida na alínea c do parágrafo anterior, mediante atestado firmado por autoridade pública do local onde sejam prestados os serviços.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Isso é outra questão, Deputado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, Excelência, é a questão exata.

O que é que me competia? Fazer uma ordem de pagamento ao Banco do Brasil via SIAFI, autorizando o débito na rubrica orçamentária correspondente, e o crédito na conta daquelas entidades relacionadas, desde que cumpridos os requisitos legais.

Se V. Exª tem uma informação diferente da minha; eu estou lhe dando a informação correta. Evidentemente, sendo acusado, verifiquei se poderia fazer essa afirmação. Só temos uma forma de dirimir essa dúvida: o Sr. Coordenador pede um parecer jurídico para verificar.

A SRª JANDIRA FEGHALI - É a minha proposta ao Coordenador.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu estou fazendo antecipadamente. Lamentavelmente tomei a forma. Que se verifique se o que o Ministro está dizendo é o errado ou o correto, porque vou pedir um parecer mostrando que os meus técnicos e a Sra. Consultora Jurídica do Ministério, à qual estava afeto o zelo nas questões jurídicas, haverão de fazer o seu parecer dizendo que orientou o Ministro que o procedimento melhor era aquele. Se não for, eu pequei, estou em culpa; se for, V. Exª vai se convencer da minha boa-fé. É a única forma.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Gostaria apenas, Deputado, de voltar, porque a continuidade da subcomissão nesse momento é exatamente investigar, porque a sua afirmação é de que agiu dentro da legalidade e da legitimidade da ética.

O SR. RICARDO FIÚZA - Estou plenamente convencido.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Os documentos aqui estão levantando dúvidas, cabendo à subcomissão aprofundar essa investigação.

O SR. RICARDO FIÚZA - Perfeitamente.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Há uma outra questão que eu gostaria de retomar, a partir do Deputado Luiz Máximo, que é exatamente sobre a sua afirmação de que não liberou nenhuma verba irregular sob o seu conhecimento. Não é? E essas quatro prefeituras de Sergipe, que foram citadas pelo Deputado Luiz Máximo: General Maynarde, Moita Bonita, São Francisco e São Miguel do Aleixo. V. Exª teve, não do Tribunal de Contas mas do COFE - Coordenação de Orçamento e Finanças do seu Ministério, um relatório no dia 10 de setembro que comprova a inadimplência e a falta de prestação de contas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Dia 10 de setembro de que ano?

A SRª JANDIRA FEGHALI - De 1992. Tenho aqui se quiser que passe às suas mãos.

É a verba foi liberada no dia 16 de setembro de 1992, seis dias depois. Eu gostaria de entender como é que se liberou.

O SR. RICARDO FIÚZA - O que é que diz o ofício, Deputada?

A SRª JANDIRA FEGHALI - Posso fazer chegar às suas mãos, talvez fique mais fácil. A ordem bancária está aqui também, no dia 16 de setembro com a conta bancária do Banco do Brasil.

O SR. RICARDO FIÚZA - Qual foi a data da liberação?

A SRª JANDIRA FEGHALI - Dia 16, está em cima do documento, aí, por favor.

O SR. RICARDO FIÚZA - Srª Deputada, é claro que eu vou apenas interpretar e levantar. Não há possibilidade. O que é que diz aqui? Diz que tem pendência na prestação de contas.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sim.

O SR. RICARDO FIÚZA - Certamente o interessado foi informado e cumpriu as exigências.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Em seis dias?

O SR. RICARDO FIÚZA - Imagino que pode ter sido até no mesmo dia. Quem sabe que tipo de exigência era? Por exemplo, faltou a apresentação do certificado do FGTS, alguma coisa semelhante, não sei.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sim.

O SR. RICARDO FIÚZA - Vou levar para informar. Agora enfatizo de novo que não há nenhuma irregularidade formal na minha gestão. Isso são indícios que devem ser apurados e, seguramente, a Comissão haverá de apurar; em comprovando, culpar-me. Não há outra alternativa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Mas se não precisasse do seu depoimento, Deputado, V. Exª não estaria aqui.

O SR. RICARDO FIÚZA - É evidente. E eu pedi este depoimento - Exª veja, por exemplo. Eu poderia... Deputado Luiz Máximo, V. Exª me trouxe o relatório parcial do Tribunal de Contas e eu tenho o relatório completo do Tribunal de Contas. O Sr. Secretário de Controle Interno encaminha a justificativa para a tomada de conta:

> "Em atenção ao memorando encaminho a V. Sª, em anexo, relatório da tomada de contas, contendo justificativas sobre as ressalvas e irregularidades relativas à unidade gestora, Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças,

apontada pela equipe do Auditor, da auditoria, através do Relatório nº 102, de 93".

É esse que V. Exª tem?

Muito bem! O que é que tem? Contendo as justificativas, quem diz isso? O Ministro de Estado que me substituiu, que pegou todas essas dúvidas - e eu não tenho cópia disso, e preciso dessa cópia, Senador. Mas se V. Exª se dispuser, eu posso deixar e V. Exª manda xerocar, porque tira todas essas dúvidas.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Só uma questão de ordem. Não sei a quem V. Exª está respondendo neste momento. Ah, sobre a mesma questão da Prefeitura! É isso? Das quatro Prefeituras?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Luiz Máximo é para uma questão de ordem, pela ordem?

O SR. LUIZ MÁXIMO - É só pela ordem, para ordenar a inquirição da nobre Deputada Jandira. É que o nobre Deputado Fiúza dirigiu-se a mim a respeito do relatório.

Eu tenho o resultado de uma auditoria. A data do seu relatório de quando é, nobre Deputado?

O SR. RICARDO FIÚZA - Esse aqui já é da gestão do Ministro Jutahy Magalhães Júnior, datado de... relatório de tomada de contas de 1992, julho de 1993.

O SR. LUIZ MÁXIMO - É que esse relatório que nós temos aqui, nobre Deputado, feito pelo Tribunal de Contas, é do dia 13 de dezembro de 1993.

O SR. RICARDO FIÚZA - Muito bem! Então, o é que deve ser feito aí? Indagar se essa prestação de contas que foi feita após a minha gestão contém erros. Ou se o Tribunal de Contas contém erros. Só que isso é uma questão que não tem a menor ligação com a minha gestão. Ao verificar quem tem erros ou não, a Comissão detectará se eu cometi alguma ilicitude; em cometendo, pune-me, pronto. Não é isso?

Vou deixar com V. Exª esse relatório, que foi do Ministro Jutahy Magalhães Júnior, dizendo que todas as minhas contas foram corretas. Inclusive que essas dúvidas levantadas pelo Tribunal de Contas foram apuradas, e que são improcedentes.

Portanto, eu vou pedir a V. Exª... Infelizmente, não tenho uma xerox para isso; a Comissão deve ter. Por gentileza; é a única que eu tenho.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputado, tenho poucas perguntas ainda e gostaria de continuar. É que na página 61 do seu primeiro depoimento houve uma pergunta do Deputado Aloizio Mercadante, que questionou a respeito do resultado de uma auditoria feita sobre a gestão de 92. Eu não sei se é sobre o mesmo assunto. É o mesmo assunto? Ah, foi uma auditoria específica de um... Não, isso aqui foi uma auditoria geral, em função de uma transferência concentrada no período de discussão, no Congresso, do **impeachment**. Isso é o que está no depoimento. Eu estou apenas relendo.

E o resultado da auditoria é o seguinte:

> "Os dados da moldura conduzem a conclusões preocupantes. Os recursos transferidos do período, o montante de um bilhão, 157 milhões, ou seja, 75%, encontram-se em situação considerada anormal, e 34% estão em situação de completa inadimplência; 41% estão em fase de diligência e apenas 25% são considerados em situação de adimplência".

Então, na medida desta análise do Tribunal de Contas da gestão 92, e que são dados que, na verdade, nós vamos comprovar hoje na CPI, que realmente tem coerência essa análise do TCU com os dados das entidades que nós estamos vendo hoje, o que V. Exª tem a dizer sobre essa auditoria feita em relação à gestão de 92?

O SR. RICARDO FIÚZA - A mesma coisa que eu disse a ele, que está aqui no meu depoimento, que ele ficou de me remeter e não remeteu e eu cobrei por ofício ao Presidente Passarinho.

Segundo...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Quer dizer, V. Exª não conhece essa auditoria?

O SR. RICARDO FIÚZA - Por favor, V. Exª vai me deixar responder.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não, só para entender. V. Exª não conhece a auditoria?

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª vai me deixar responder?

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sem dúvida que vou deixá-lo responder. Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputada Jandira...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Não, é que eu estou querendo entender, que não foi encaminhado a S. Exª o resultado da auditoria e eu quero saber se S. Exª não conhecia a auditoria. É a única pergunta que eu estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - Se me for permitido responder, Sr. Presidente.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sem dúvida. Pois não.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu, que não tenho o brilho e o talento da Deputada, fico confuso.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Muito obrigado, Deputado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Quero dizer a S. Exª que, ao responder isso, o Deputado não soube me dizer. Isso só vendo no depoimento, se era auditoria do Tribunal de Contas ou se era do próprio Ministério na hora. Está aqui transcrito. Muito bem.

Em segundo lugar, que todas as auditorias parciais, para mim, não têm o menor significado. O que tem significado é a auditoria geral.

O que deve ser feito, e contra o que eu não me insurjo, pelo contrário, desejo, é que essas auditorias... V. Exª sabe, Deputada Jandira Feghali, que uma vez, uma turma do Tribunal de Contas fez uma auditoria, dizendo que eu devia ser condenado pelos absurdos da aplicação do FGTS. Saiu em todos os jornais do Brasil.

O **O Estado de S. Paulo** fez uma manchete, dizendo que eu era um dos corruptos responsáveis pelo roubo do FGTS. E uma coisa engraçada: eu apliquei zero cruzeiros de FGTS. Zero. Simplesmente zero. Quando foi para o Pleno, caiu.

O que deve ser feita é a consolidação dessas auditorias parciais, com a auditoria do Tribunal de Contas, para dizer, claramente: "O Deputado Ricardo Fiúza faltou às suas responsabilidades". Aí, me pune. Simplesmente isso, porque eu tenho absoluta e plena convicção que não extrapolei os estritos limites que me foram conferidos pela lei ..., e que me cerquei de todos os cuidados, não com esse esquema.

Ninguém aqui disse que se levantou suspeita sobre essas tradicionalmente atendidas. Ninguém, agora na Comissão, que nós deveríamos ter feito há mais tempo.

Não deixei de cumprir nenhum requisito formal; existe uma dúvida de que o procedimento para remessa ao Banco do Brasil não era o que eu adotei. Que se esclareça a dúvida; se não for, me pune. Eu sei que era, entendeu?

O que existem são opiniões, as mais respeitáveis, a respeito de dúvidas que são facilmente comprováveis.

Eu quero é saber qual foi o meu envolvimento com qualquer ilicitude. Até agora, não tem nenhuma.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Deputado, apenas para um esclarecimento à Mesa, olhando o mesmo depoimento de 03 de novembro de 93, o Deputado Aloizio Mercadante refere-se ao número do processo da auditoria, que acabei de situar.

É o Relatório de Auditoria de Gestão nº 102, de 93...

O SR. RICARDO FIÚZA - É a esse que me referi agora mesmo.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Processo nº 10166000491, da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças do Ministério. Então é da COFI, não é do TCU.

O SR. RICARDO FIÚZA - Por sorte, Deputada, esse é o relatório ao qual se refere o Ministro de Estado Jutahy Magalhães, Ofício 102. V. Exª pode ver na primeira página, dizendo que foram esclarecidas essas questões e pede aprovação. Por sorte minha, graças a Deus.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Está certo.

Uma última questão, Deputado. Eu não vou nem me remeter mais, aqui, porque me parece que algumas questões levantadas pelo Dr. José Carlos foram já refutadas por V. Exª, no que tange ao bilhete, à interpretação que ele faz e aos dados. Caberá à Subcomissão, depois, dar a sua interpretação.

O SR. RICARDO FIÚZA - É evidente.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Gostaria apenas de fazer uma pergunta para um esclarecimento maior.

Na verdade, pelos dados que eu tenho aqui no quadro, as entidades que receberam maior volume de recursos foram exatamente as que são indicadas como da lista do Deputado João Alves, recuperadas pelo Dr. José Carlos, e que receberam o maior volume de recursos na sua gestão. Foram exatamente essas entidades.

Gostaria de saber se isso não lhe chamou a atenção naquele momento e se há algum esclarecimento maior sobre essa questão, porque essas entidades, exatamente, foram as que receberam o maior volume de recursos em relação ao conjunto das entidades, e, lamentavelmente, nós temos que reconhecer que são todas entidades ligadas, a maioria, a Deputados que estão sob investigação e que já tinham sido denunciados no esquema de Orçamento da Casa.

O SR. RICARDO FIÚZA - Senhora Deputada, voltando a deixar bem claro: na minha época, durante a minha gestão, ainda não havia essas suspeições.

Segundo, as liberações são feitas proporcionalmente ao tamanho das entidades. Se são as maiores, recebiam mais.

Terceiro, eu nunca, jamais, em tempo algum, soube ou me foi dito, salvo posteriormente, posteriormente ao meu depoimento, já no cárcere fui acusado pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos.

Jamais um só Deputado, uma só pessoa pode se levantar e dizer: "Avisei o Ministro que havia uma leve suspeita". Se houver essa pessoa, no Brasil, sou culpado. Não tenho o dom de adivinhar. Agi absolutamente e legalmente dentro das normas preestabelecidas.

Os altos volumes são proporcionais ao tamanho das entidades. Além do mais, se não havia denúncias ou suspeitas, as prestações de contas de 10 anos eram, para mim, o atestado de que aquelas entidades procediam corretamente. Senão não teria feito, evidente.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Sem me contrapor à interpretação, ou afirmação, de V. Exª, quero dizer que não há, em alguns casos, correspondência entre o tamanho da entidade e volume de recursos.

O SR. RICARDO FIÚZA - Nesse caso, o relatório da CPI deve dizer:" Achamos que a entidade tal, ou as entidades tais...

A SRª JANDIRA FEGHALI - Como vamos fazer o relatório é uma questão da CPI. O que lhe estou dizendo é que a sua informação não corresponde a alguns dados que temos aqui:

Bom Jesus de Itabapuana recebeu 1 milhão e 400 mil dólares de subvenção e tinha 40 crianças numa creche, como a Fundação Vivili, do Piauí, recebeu 1 milhão e 100 mil dólares de subvenção.

O SR. RICARDO FIÚZA - Muito bem. Então vamos verificar onde foi que o controle interno falhou, se o Ministro compactuou com isso, se o Ministro determinou que não fossem feitas averiguações ou determinou a rigorosa observância de todas as normas, para verificar se nesses desvios, que são lamentáveis e devem ser punidos, há a participação do Ministro de Estado. Acho que não tem. Tenho certeza de que não tem.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Para finalizar, uma pergunta apenas conceitual.

Como é que V. Exª vê a responsabilidade do Poder Executivo, em genérico, na possibilidade dessas corrupções do Poder Legislativo na liberação de verbas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Deputada, o que acho - fazendo uma pequena exegese do processo - é que a hipertrofia do Estado, no Brasil, levou a todas essas distorções. Acho que é inadmissível que um só homem possa decidir, com sua caneta, sobre um volume de recursos tão grande.

Por exemplo, para controlar essas entidades, deveria haver uma entidade não governamental, sob o controle da sociedade civil, dos sindicatos dos trabalhadores do local, da comunidade envolvida para que houvesse maior transparência nesse processo. Agora, o que não se pode é imputar a uma pessoa que passou 08 meses num Ministério, culpas de um sistema, desde que essa pessoa tenha, na sua gestão, se limitado às normas jurídicas vigentes. E hoje, graças a esta CPI, estamos verificando que temos que rever todo esse modelo, todo esse processo.

No tocante à tese, estamos absolutamente de acordo. A mim compete comprovar a licitude, a legitimidade e ética dos meus atos. Infelizmente é isso. Compete a esta Comissão avaliar esta licitude, esta legalidade, punir os culpados e, eventualmente, se o Ministro tiver culpa, que seja punido.

Apenas me defenderei até a última instância, porque estou absolutamente convicto, porque tenho elementos para isso.

A SRª JANDIRA FEGHALI - Só para entender: a tese em que estamos de acordo, qual é Deputado?

O SR. RICARDO FIÚZA - Que todo esse processo, distribuição de recursos no Brasil, tem que ser revisto. Tem que haver um processo com muito maior transparência, uma participação muito mais efetiva da sociedade civil. Por exemplo, o Conselho Nacional do Serviço Social - apenas para dar um exemplo - tinha que ser um organismo com representantes dos trabalhadores, como é o FGTS, por exemplo, deveria contar com a participação de um conselho dos trabalhadores, conselho das pessoas notórias da comunidade para que houvesse maior transparência nesse processo.

Não pode é um Conselho Nacional de Serviço Social atestar algo quando está se vendo que se tratava de um volume de papéis do Ministério da Educação - na minha gestão ou na anterior passou para outro Ministério - e que havia, não por parte de quem deferiu, porque eu cumpri a norma, afrouxamento na fiscalização, demora nas fiscalizações, falta de instrumentalização do Tribunal de Contas, falta de instrumentalização do Poder Executivo. Por exemplo, as entidades, a nível de município, poderiam ser fiscalizadas pelas Câmaras Municipais, onde há sempre o conflito de interesses, cada um querendo acusar o outro de desonesto.

Há um longo processo, graças a esta CPI, de maturidade política, onde temos que ter a impunidade varrida de uma vez deste País.

Era isso que eu queria dizer a V. Exª. Agradeço a intervenção de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Obrigado, Deputada.

O último parlamentar inscrito, que participa dos trabalhos das Subcomissão Subvenções é o Deputado Costa Ferreira, a quem concedo a palavra.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, pela ordem. Antes que V. Exª conceda a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pois não, nobre Senador.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Como já temos poucas inscrições e como foi a vontade manifesta do nobre Depoente, gostaria que se fizesse gestões no sentido de que aqui se fizesse presente também membros das demais Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pois não, Senador.

Inclusive já estão inscritos aqui membros de outras subcomissões.

Agora, vamos encerrar a inquirição da Subcomissão de Subvenções dando a palavra ao Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Deputado Ricardo Fiúza:

Temos acompanhado os episódios que culminaram com esta CPI. Eu queria formular algumas perguntas a V. Exª.

V. Exª concorda que as declarações do Sr. José Carlos à **Veja** contribuíram para desvendar as irregularidades ocorridas no Orçamento da União, cujo maior expoente foi o Deputado João Alves? Diante destes fatos todas as suas declarações são verídicas, merecem fé pública? Ou são, no mínimo, eivadas de contradições.

O SR. RICARDO FIÚZA - As declarações são todas eivadas de contradições, as declarações são eivadas de um ódio, de um elemento criminoso que queria encobrir o seu crime, mas nem por isso devem deixar de ser apuradas.

O SR. COSTA FERREIRA - Deputado Ricardo Fiúza, o Tribunal de Contas da União apresenta um quadro demonstrativo em que na sua gestão de Ministro do Bem-

Estar Social, em 1992, V. Exª liberou 22 milhões, 432 mil, 571 dólares e 7 cents, contra 1 milhão, 507 mil, 478 dólares e 84 cents do Ministro Jutahy Magalhães Júnior.

Gostaria de saber quantos meses V. Exª passou no Ministério nesse ano e quantos meses passou o Ministro Jutahy. Considerando-se tal situação, a disparidade concernente ao montante liberado por V. Exª e pelo Ministro Jutahy, por que tamanha diferença?

O SR. RICARDO FIÚZA - Posso responder, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Pois não. Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - Nobre Deputado Costa Ferreira, eu tinha alguns dados aqui que V. Exª me enseja a utilizar. Quanto o Ministro Jutahy liberou, eu não sei. Sei que eu liberei, do total de que dispunha... Isso é que é um dado relevante, esse dado precisa ficar bem claro. Eu dispunha de 170 bilhões, a valores da época. Para ser exato: 169,9 bilhões. Liberei 70,4 bilhões. Pelo que me consta, portanto, deixei em torno de 100 bilhões em cofre, para usar uma linguagem bem clara. Pelo que sei, S. Exª, no legítimo direito, fez todas as liberações desse valor. Segundo: se o fez, o fez muito bem, porque isso é atividade-fim do Ministério. Terceiro, a concentração de liberações que foi aqui argüida, num determinado período, comigo, decorreu de um fato muito simples, não de questão política nenhuma, porque foi exatamente naquele período que recebi o dinheiro. Portanto, eu fui avaro, eu fui seguro nas liberações. Eu poderia ter liberado 170 bilhões nos meus oito meses, eu tinha este dinheiro - está aqui o relatório do SIAFI -: só liberei 100.

Se o Sr. Coordenador me permitir, eu vou fazer apenas um breve resumo. Tive um orçamento aprovado pelo Congresso de 3 trilhões. Aliás, aprovado pelo Congresso, não. Um aprovado de 7.979 trilhões. Desse total, com o contingenciamento, o Decreto nº 653/92 autorizou-me 3 trilhões e meio, em números redondos. Eu liberei 1.127 até 28/9. Do valor aprovado em lei pelo Poder Executivo, para que fossem gastos 3 trilhões, 459, reduzindo em 4.5 trilhões o meu direito, ou seja, cortando 57%, foram liberados 1 bilhão, 127; isto é, todo o gasto realizado na minha gestão correspondeu, Sr. Coordenador, a 14% do valor autorizado em lei. O Ministro perdulário gastou apenas, em 8 meses, 14% do autorizado em lei. É muito fácil, é só puxar no SIAFI. E cerca de um terço, ou seja, 32,6% do limite anual fixado pelo Poder Executivo.

Em resumo: tendo autorização para gastar 3,4 trilhões, liberei 1,1 trilhão, em 8 meses de gestão, e deixei um saldo a liberar de 2,3 trilhões; ou seja, eu deixei para o meu sucessor 67,4% dos recursos que eu tinha direito a usar - em 8 meses; portanto, para ele gastar os 67 em 4 meses, durante o final do ano.

Portanto, essa é a prova cabal da forma cuidadosa como me houve naquele Ministério. Tive o maior cuidado, porque o clima político da época certamente me levaria a uma situação extremamente embaraçosa se eu não tivesse tido esses cuidados. E V. Exª, que é um homem de uma região carente, sabe e testemunhou o nível de pressões ao qual eu estava submetido. E hoje digo com muita alegria: há uns 30 ou 40 colegas no Congresso todos com raiva de mim, porque não pude, lamentavelmente, atender aos pleitos que S. Exªs faziam. E todos, quando cheguei aqui, diziam-me: "Você está num desgaste muito grande aqui dentro." Por quê? Porque eu tive cuidado, e por esta razão eu posso enfrentar qualquer CPI e qualquer pergunta.

Portanto, V. Exª verifica que o que importa é o valor global. Essas tais entidades, que o facínora José Carlos me acusa maldosamente, consumiram 19,4% do total de recursos que eu tinha direito. Imagine V. Exª se eu não atendo às entidades tradicionais. O que é que aconteceria? "Não atendeu àquelas que há 10 anos eram atendidas para fazer corrupção, para arranjar voto para o Governo Collor." Era isso a que eu estaria respondendo hoje aqui. "Deixou as grandes entidades, universidades com 10 mil alunos, com não sei quantos mil alunos, para fazer picaretagem com entidades fantasmas, não sei o quê, atendendo a Deputados." Era isso a que eu estaria respondendo hoje aqui.

Estou absolutamente tranqüilo na minha gestão.

O SR. COSTA FERREIRA - V. Exª está sendo acusado de haver liberado verbas públicas a entidades irregulares. Como V. Exª explica: considera-se culpado ou não concorda com estas colocações e o porquê?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não só não concordo como repilo e declaro: não há uma só entidade irregular que tenha tido liberação na minha gestão, uma só. Elas podem ter se tornado irregulares após ou podem ter sido irregulares antes e terem regularizado a posição perante os órgãos competentes, mesmo porque o SIAFI não resiste. Se eu tinha uma liberação para uma determinada prefeitura e essa prefeitura estava devendo uma prestação de contas no Ministério da Educação de uma verba simbólica, como aconteceu ene vezes, o SIAFI não registrava.

Portanto, salvo um erro de controle muito grande, absolutamente alheio à vontade do Ministro, absolutamente fora da responsabilidade do Ministro, nenhuma só entidade teve liberação irregular.

O SR. COSTA FERREIRA - Qual era a orientação do Ministério para acompanhar a aplicação dos recursos pelas entidades beneficiadas com subvenções globais?

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª deve ter ouvido a minha afirmativa de que julgo que o processo todo deve ser aprimorado.

Os Ministérios não têm estrutura de fiscalização; quem fiscaliza é o Tribunal de Contas. O Ministério informa ao Tribunal de Contas quando sente, na prestação de contas, alguma irregularidade. Mas a rigor, neste País, não existe a fiscalização que deveria existir.

Suponhamos que o Ministro dos Transportes autorizasse um convênio com o Estado do Maranhão para a conclusão de um trecho de rodovia, 20 quilômetros. A

fiscalização é efetuada pelo Estado do Maranhão e as prestações de contas vêm formais para o Ministério. Se não houver um indício de fraude, o Ministério não pode, nem tem como tomar iniciativa ou tomar conhecimento. A fiscalização é feita pelos Estados, pelos Municípios, como órgãos delegados pelo convênio.

O Ministério da Ação Social, Sr. Coordenador da Subcomissão, não trabalha diretamente. Funciona como um banco de segunda linha, ele é um repassador.

Sabe V. Exª, apenas uma curiosidade: quando cheguei lá, a primeira coisa com a qual eu me preocupei foi com concorrências. Eu disse: "Quais são as concorrências que esse Ministério faz"? Aí, disseram: "Cesta básica". Eu disse: "Não faz mais"!

Transferi ao Ministério da Agricultura, por ter COBAL etc., a responsabilidade das concorrências e da compra da cesta básica. Eu apenas informava ao Ministério da Agricultura o total que dispunha de cestas básicas, quais as regiões que deviam ser atendidas e o Ministério da Agricultura fazia as concorrências.

V. Exª sabia que não fiz nenhuma concorrência?! Só terminei uma concorrência, a do PROSEGE, um financiamento do Banco Mundial que estava pronto quando cheguei, mas parado há anos. Eu até tive um atrito com o camarada do Banco Mundial seríssimo, dizendo a ele que me respeitasse, que isso aqui não era uma "República de Bananas" para ele estar impondo condições. Porque, antes de assinar os convênios, ele já queria novos programas para sair no jornal: "Banco Mundial coloca a disposição..." Tudo mentira! O dinheiro do Banco Mundial é como a linha do horizonte, quanto mais você se aproxima, mais distante fica. O que eu fiz? Chamei o Deputado Luís Roberto Ponte e disse: "Oh, Ponte, você que coordena o assunto dessas entidades empresariais, sindicatos, órgãos de classe representativos, leve esse edital de convocação e disseque esse edital para verificar se tem algum furo"! Ele levou. Foi o maior "bolo" com o Banco Mundial porque disseram: "Mas não pode, isso está aprovado em Washington etc." Ainda tinha mais um ano de idade, uma firma qualquer que era fiscalizadora, que dava parecer. Eu soube que essa entidade tinha alguma suspeição e cancelei na hora. Foi outro "bolo" com o Banco Mundial. Não faço! E o Deputado Luís Roberto Ponte levou o edital, demorou dias. Vieram me pressionar dizendo que o programa ia ser atrasado quatro meses. Eu disse: "Ele pode até não sair"! Agora, se existe suspeição em relação a esse edital, não faço.

Foi feita a concorrência do PROSEGE. Se não me falha a memória, um número muito grande, 500 milhões de dólares... Bom, não me recordo. Era um número extremamente expressivo para todos os Estados do Brasil.

Terminou fazendo o edital com as correções e saiu o recurso contratado. Foi a única concorrência que fiz, única! E sobre a qual ninguém levantou nenhuma dúvida. Agi com cuidado.

O SR. COSTA FERREIRA - Qual era o critério para a liberação de subvenções às entidades, levando-se em conta que umas entidades recebiam quantias ínfimas e outras quantias bastante vultosas?

O SR. RICARDO FIÚZA - Esse critério é de avaliação do Ministro com o seu representante legal, um representante da entidade e, normalmente, com a assistência de um Parlamentar. E nesses pleitos sempre vinham as explicações que eram analisadas a nível de Ministério.

Portanto, havia um critério de valor para se atender a determinada entidade.

O SR. COSTA FERREIRA - As subvenções globais tinham origem no Poder Executivo e eram mantidas na Comissão Mista do Orçamento para atender as emendas ou apenas os interesses sociais a critério do Ministro?

O SR. RICARDO FIÚZA - No meu caso, foram os interesses sociais porque eu não recebi - não aceitei receber - relação de Comissão de Orçamento que me informaram que existia. Nunca vi, porque nunca participei. É um detalhe importante, repito: nunca tive liberação de subvenções sociais em 24 anos de mandato; nunca tive nenhuma entidade a mim vinculada, a parentes, a aderentes, a amigos próximos, a Deputados Estaduais. Nunca solicitei subvenções sociais, nunca.

O SR. COSTA FERREIRA - No caso, quais eram as diretrizes da LDO para tal situação?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não sei responder isso. Não há quem responda. A pergunta não é irrespondível; teria que pegar a LDO e verificar. Eu sei o seguinte: o valor que vinha do Executivo, na minha ótica, a melhor forma era ser transferido aos Ministérios, e eu não era Ministro; era Relator do Orçamento. Se quisesse tirar proveito era aquela hora, distribuindo o Orçamento. Portanto, não sei nem o que a LDO refere.

O SR. COSTA FERREIRA - Aqui foi dito por parlamentares e outros depoentes que grande parte das subvenções eram liberadas pelo Ministro diretamente a entidades, sem cobertura de parlamentares. Considerando-se tais afirmativas, quais eram os métodos e critérios para tais liberações?

O SR. RICARDO FIÚZA - O percentual não sei. Sei que a maioria das entidades tem pleito de parlamentares. Outras entidades iam com prefeitos, outras iam com pessoas representativas da comunidade, com diretores, muitas com freiras, hospital de leprosos em Mato Grosso, não sei o que, e que não tinham um pai político. Eu, a rigor, acho que o representante, ou seja, o parlamentar deve sempre capitanear essas iniciativas porque ele conhece a região. Eu não parto do princípio de que os parlamentares sejam desonestos. Se, eventualmente, tiver uma minoria que não faça jus ao seu mandato, a grande maioria, seguramente, o faz.

Agora, por outro lado, eu também não deixaria de atender, em audiência, entidades que vinham fazer os seus pleitos porque não tinham um parlamentar. Aí, o que é

que eles diriam? Iam para o jornal dizer que eu só atendia Deputado; não atendia entidades. É um negócio sério e não há quem acerte.

O SR. COSTA FERREIRA - Eu quero formular a última pergunta e, de antemão, já expressar o meu agradecimento a V. Exª.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu é quem agradeço a V. Exª.

O SR. COSTA FERREIRA - Qual era a mecânica usada pelo Governo em contingenciar recursos públicos, orçamentários? Quais eram os seus objetivos; quem liberava; quem eram os beneficiados com o descontingenciamento, só quem apoiava o Governo ou todos os parlamentares?

O SR. RICARDO FIÚZA - Houve uma coisa engraçada - V. Exª me enseja um comentariozinho, se o Coordenador permitir - durante a minha gestão, nenhum Deputado de qualquer partido, votando ou não votando no Governo, disse a mim ou em qualquer lugar que não era atendido porque não votava no Governo. Pelo contrário, tive demonstrações de excelentes caracteres, Deputados que vinham e me diziam: "Fiúza, eu não voto com o Collor". E eu atendia. Eu quero que um Deputado, no Brasil, diga que não foi atendido porque não votava no Governo - um Deputado que diga: "Fiúza disse que só me atendia se eu votasse em Collor". Só quero um, um só, que diga que vinculei qualquer atendimento a isto. É evidente que os Deputados dos partidos aliados com o nosso tinham mais intimidade comigo, iam mais etc., mas eu recebia Deputados de todos os partidos, recebia companheiros parlamentares. Tive a honra de receber o Deputado José Genoíno, o Deputado Luiz Gushiken, o Senador Mário Covas, que foram a mim para falar sobre as demissões de funcionários da Caixa que julgavam injustas, para que eu interferisse na readmissão desses funcionários. Recebia visita de cortesia do Deputado Miguel Arraes, recebia n Deputados do PDT, enfim, de todos os partidos que iam tratar dos mais variados assuntos por uma razão muito compreensível: por eu ter sido, vários anos, vice-Líder - fui Líder na Câmara - e ter seis mandatos, ou seja, eu era um deles. V. Exª sabe que, muitas vezes, eu saía à uma ou duas horas da manhã. Eu só saía depois de atender o último colega e ouvia pacientemente. Nunca olhei o relógio. Esta era a minha obrigação como também era minha obrigação me pautar dentro dos limites éticos, morais e jurídicos, nos quais eu me pautei, com absoluta certeza.

O SR. COSTA FERREIRA - Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho; Sr. Relator, ilustre Deputado Roberto Rollember; Srs. Senadores; Srs. Deputados; Ministro Ricardo Fiúza:

Eu tenho acompanhado, desde o início, atentamente, o desenrolar das investigações desta CPI, a posição de cada membro desta Comissão. O Brasil todo está voltado para os fatos que têm que ser apurados, doa em quem doer, porque o Congresso Nacional está cortando a própria carne.

Quero dizer a esta Comissão, neste momento, que este Senador que assumiu uma posição na CPI do PC e foi uma das pessoas que comandou, lutou até o fim, no episódio do **impeachment** do Presidente Collor, ficou com o mesmo, continua com o mesmo, porque, na minha opinião, quando se tem dúvida, absolve-se o réu.

Sou um homem que não aceito patrulhamento, mas também não misturo amizade pessoal com a responsabilidade do cargo que ocupo e a responsabilidade perante o povo brasileiro.

Nesses episódios da Comissão de Orçamento, V. Exª é uma pessoa que tenho acompanhado passo a passo. Conheço o Deputado Ricardo Fiúza, há muitos anos, é um parlamentar aberto, que defende as suas convicções sem rodeio. V. Exª, Deputado Fiúza, sabe que se este Senador tiver convicção de que V. Exª é culpado, este Senador votará pela sua culpabilidade V. Exª será o primeiro a saber.

E V. Exª sabe que pessoalmente se precisar deste Senador, contará com ele. Na questão pública, eu não tenho amigo. Compreendo perfeitamente a revolta de V. Exª nesse tempo todo, onde acredito que não pessoas da Comissão, mas pessoas interessadas, revoltadas ou invejosas pela sua posição parlamentar têm plantado notícias na imprensa, de modo que têm tentado linchar V. Exª e sua família.

Isso me toca, porque já passei por isso. Tenho no meu gabinete uma foto - quem quiser vá lá e veja - dos anos de 69, deste Senador, com traje de detento nº 20402, quase linchado também. Passei 8 anos para me defender. No fim de 8 anos - tenho os documentos originais - o Governo Militar mandou 3 linhas dizendo que nada tinha contra mim.

É por isso que eu, hoje, nesta Comissão, tenho muito cuidado em julgar as pessoas, porque estou julgando a honra de cada um.

Deputado Ricardo Fiúza, compreendo a sua revolta e as pessoas também que tem sensibilidade e que passaram pelas coisas boas e ruins desta vida também compreendem, mas estamos aqui para investigar. Investigar tudo e principalmente quando se trata de uma pessoa, de um homem de primeira linha na área política, do ex-Presidente Collor, do combativo como é V. Exª, que ocupou cargo de importância fundamental no Congresso, no Governo Federal e no Executivo.

Nós estamos vendo, como aconteceu agora, nosso Presidente ler uma lista de cassações: o linchamento, a preparação, como se houvesse aqui uma revolução, e as cabeças já rolassem antes de existir defesa. Aconteceu comigo também, Senador. No AI-2, AI-5, as listas.

Até agora, na minha Comissão, que é a de Bancos, não há nada que o incrimine. Fiz questão de trazer uma lista onde o sigilo bancário de V. Exª e de toda sua

família foi quebrado. Sei o que é V. Exª ler o seu nome... Nós, Deputado Ricardo Fiúza, somos acostumados a tomar água de barreiro, a dormir em cama de pó-de-mico, mas ver o nome de uma filha, de um filho numa lista dessas, nos deixa meio atormentados. E foi o motivo da revolta de V. Exª no início, quando veio aqui e começou a falar nesta Comissão.

Conheço V. Exª, o seu trabalho. Mas o grande público não. V. Exª é um homem que deveria ter nas suas contas milhões de dólares. Aparece nos últimos cinco anos, com 443 mil dólares; sua filha Maria Teresa, com 270 mil dólares. Porque sei que a família de V. Exª, sua mulher e seus filhos todos trabalham no escritório. A Elisabeth, com 93 mil dólares; o Ricardo Fiúza Filho - seu braço direito -, com 75 mil dólares e, finalmente, o nosso Roberto - último da lista dos 60 -, com 5 mil dólares.

O depoimento que quero dar refere-se à Comissão de Banco. V. Exª, nesta Comissão, tem nota 10!

Agora, eu não poderia deixar de fazer uma pergunta, porque isso bate na minha mente e quero que V. Exª dê uma explicação aqui a esse respeito.

Desde quando houve esse problema da derrubada do Deputado João Alves da Comissão de Orçamento, S. Exª, o Senador Eduardo Suplicy, pelo qual tenho respeito e admiração, foi à tribuna alertar e foi quem começou esta investigação na Comissão de Orçamento. E, se não me engano, a imprensa andou falando que o Deputado João Alves, revoltado com algumas insinuações que por acaso o Senador Eduardo Suplicy havia feito, ameaçou atirar em S. Exª. Se o Senador Eduardo Suplicy estiver aqui, confirmará que, na tribuna, eu me solidarizei com S. Exª e disse que se houvesse tiro, levaríamos juntos!

Portanto, eu gostaria que o Deputado e Ministro Ricardo Fiúza desse uma explicação, já que S. Exª, no meu entender, está, até agora, convencendo-me em todas as perguntas e respostas que lhe foram feitas. V. Exª está respondendo a altura, pelo menos esta é a minha convicção.

Aproveito a oportunidade para dizer que eu achava que deveriam estar aqui também, afora essa figura respeitável que admiro muito, o Presidente desta Comissão, e o nobre Relator, os Presidentes das Subcomissões para inquirir também o Deputado Fiúza, no sentido de esclarecermos todas as dúvidas, como se diz lá no Nordeste: "com pontos, vírgulas e cedilhas"!

Pergunto a V. Exª, Ministro: a que V. Exª atribui esta luta incessante do Senador Eduardo Suplicy em tentar provar que conta com o apoio do Congresso, conta com o apoio deste Senador?

Esse relatório que foi feito por V. Exª e que S. Exª tenta provar que foi fraudado... V. Exª, num momento difícil, assumiu esta Comissão tão importante, que é a Comissão de Orçamento. Talvez, se V. Exª não a tivesse assumido, não estaria passando por esses dissabores, durante quase 90 dias.

E me preocupa um aspecto: numa reunião nossa, se não estou enganado, inclusive alguns órgãos de imprensa mencionam o desaparecimento de documentos que provavam a autorização dada pelo Congresso para a mudança de algumas emendas no Orçamento.

Aproveitando esta oportunidade, peço a V. Exª que esclareça a respeito, porque é por aí que os grandes órgãos da imprensa batem em V. Exª. Com isso, esclareceríamos tudo. Se não me engano, com a presença inclusive do Senador Eduardo Suplicy.

Muito obrigado, Senador. É essa a pergunta que eu desejava fazer.

O SR. RICARDO FIÚZA - Senador Ney Maranhão, agradeço a forma carinhosa como V. Exª se refere a mim, porque me conhece desde que tenho pelo menos 7 ou 8 anos de idade; morávamos perto. Embora V. Exª seja ligeiramente mais idoso do que eu, me conhece profundamente.

E também louvo a declaração de V. Exª, de que, no que pese essas ligações de tão longo tempo, será imparcial no julgamento, porque é disso que eu preciso e desejo.

Eu não poderia responder a esta pergunta agora porque vamos dissecar, segundo o Relator, toda a questão orçamentária. Mas no tocante à pergunta de V. Exª sobre quais as razões que movem o Senador Eduardo Suplicy, só posso atribuir à convicção de S. Exª de que está certo, que é pelo menos tão forte quanto a minha de que S. Exª está errado.

Naturalmente S. Exª vai levantar as questões e eu vou procurar demonstrar as minhas razões. V. Exª me perdoe, não poderia fazer um juízo de valores com mais detalhamento do que esse. Certamente S. Exª acredita no que diz e eu acredito no que digo. Vamos tentar demonstrar nossas verdades, esgotando o assunto com a maior profundidade possível.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. NEY MARANHÃO - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, pela ordem.

O Deputado Ricardo Fiúza me pediu a cópia dos materiais das prefeituras, eu mandei tirar e gostaria que chegasse às mãos do Depoente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Vamos ter um intervalo de 5 minutos.

(A reunião é suspensa por 5 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Vamos recomeçar a reunião, concedendo a palavra o Deputado Fernando Freire, como representante da Subcomissão de Bancos.

O SR. FERNANDO FREIRE - Sr. Coordenador, Sr. Relator, Deputado Ricardo Fiúza.

Deputado Ricardo Fiúza, V. Exª pode informar quais os bancos onde mantém conta corrente, movimentação financeira?

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Deputado Fernando Freire, no dia em que a Subcomissão de Bancos começou a trabalhar, eu peguei todos os extratos bancários que tenho colecionado, os originais da época, não pedi a banco nenhum, sem olhar , não olhei nenhum deles e encaminhei todas as pastas para a Subcomissão de Bancos.

Durante longo período, só tive conta no Banco do Brasil. Após aquela greve, tendo ficado muitos dias sem conseguir tirar sequer um dinheiro para poder pagar o pão de casa ou comprar um café, abri uma conta no Citibank. Eu tenho três contas: uma conta no Banco do Brasil, agência Parlamento, uma conta no Citibank, agência Brasília, e uma conta no Citibank, em Recife. Todas essas contas foram anexadas para a Subcomissão de Banco, só e exclusivamente.

O SR. FERNANDO FREIRE - E com base, Sr. Deputado, nas informações prestadas por essas instituições, Banco do Brasil, Brasília, Recife e Citibank, o Banco Central encaminhou à Subcomissão de Bancos - e na verdade aqui vou fazer apenas o registro: em 1989, V. Exª movimentou um total de 97 mil, 740 dólares; em 1990; 99 mil, 396 dólares; em 1991; 71 mil dólares; em 1992; 70 mil dólares e, finalmente, em 1993, 104 mil dólares. Totalizando uma movimentação global, nesses 5 anos, de 443 mil dólares.

Sr. Coordenador, Sr. Relator, vale o registro que, sob o ponto de vista da Subcomissão de Bancos, as contas do Deputado Ricardo Fiúza, no entendimento da nossa subcomissão, são amplamente compatíveis .

E vale também, por último, um outro registro. V. Exª, Deputado Ricardo Fiúza, sabe que esta Comissão autorizou a transferência de sigilo da Srª Ilse Chaves Fiúza, sua esposa, que tem conta-corrente com V. Exª. A totalização das contas do Sr. Ricardo Fiúza Filho foi da ordem 75 mil dólares, no período compreendido de 1989 a 1993. Foi ainda autorizada a transferência de sigilo do Sr. Roberto Chaves Fiúza, totalizando, nesse período de cinco anos, a quantia de 5 mil, 350 dólares; da Srª Elizabeth Chaves Fiúza de Araújo, no mesmo período, 93 mil dólares, e, finalmente, da Srª Maria Tereza Fiúza de Araújo Pinto, 280 mil dólares. E essa Subcomissão está informada que se trata de sua filha, inclusive, que participa das empresas de V. Exª, no Estado de Pernambuco.

Essas contas igualmente, Sr. Relator e Sr. Coordenador, do ponto de vista da Subcomissão de Bancos, não apresentam nenhuma irregularidade, sendo consideráveis igualmente, a exemplo da conta do Deputado Fiúza, absolutamente compatíveis.

Eu perguntaria, finalizando, Deputado Fiúza, se V. Exª poderia ou saberia informar por que, em alguns anos familiares de V. Exª, apresentam movimentação zero ou insignificante nas contas correntes? É apenas um esclarecimento.

O SR. RICARDO FIÚZA - Segundo pude verificar dessa relação, apenas Roberto Chaves Fiúza, que é meu filho, com 22 anos, inclusive é deficiente auditivo, V. Exªs não têm os três, quatro anos anteriores. Parece que a Comissão só tem os dados do último ano. Daí só serem 5 mil dólares, até porque não viveria cinco anos com essa quantia, obviamente. Esse meu filho tem uma vida extremamente modesta, como os meus outros familiares, para aqueles que os conhecem. Digo isso para que eles não confundam as coisas.

Se V. Exª, como Relator, me permite aditar, estou sendo fiscalizado pela "malha fina" do Imposto de Renda. Ontem, concluí dez pastas com todas as perguntas, que naturalmente são muito mais profundas do que as da Comissão pela especialização daquela delegacia da Receita Federal. Perguntam-me tudo: posses minhas, dos meus familiares e das minhas firmas, até as viagens que fiz, não quais os recursos ou custos, mas qual a razão. Enfim, mergulharam profundamente nesse assunto.

Como entreguei à Comissão de Patrimônio, ao invés de cinco anos, onze anos de declaração de Imposto de Renda - e poderia ter entregue vinte e cinco, porque as tenho todas - assim o fiz para o Imposto de Renda. E disse em tom de brincadeira, naturalmente, aos fiscais que me estão investigando, tamanha a convicção que tenho da minha absoluta lisura na minha vida, que, se eles me multarem num centavo na "malha fina", num centavo, eu deposito e recorro, porque na minha declaração de Imposto de Renda e dos meus familiares, na "malha fina", com a evolução do meu patrimônio, todas as atas, assembléias, todas as alterações contratuais, os depósitos - a minha conta bancária eu conciliei como se fora uma firma - demonstrei que, ao longo desses cinco anos, apenas um depósito, de cujo número não me lembro, deve ser 180 mil dólares - fora o salário de Deputado a minha conta só movimentei o salário de Deputado por uma razão muito simples: porque não tiro um centavo da minha firma, o salário de Deputado dá para viver. Apenas uma, no ano da eleição, registrada, fiscalizada pelo Imposto de Renda, que foi distribuição de lucros no ano que eu precisei ter uma receita maior pelo ano de eleição.

Isso tudo foi declarado e está lá sendo entregue hoje à Secretaria da Receita Federal aqui para averiguações. Levei vinte dias preparando documentação, tamanho o detalhamento que pediram. E posso assegurar a V. Exª que, se me multarem num centavo, um só centavo, eu deposito e recorro em juízo, porque a minha vida aguenta qualquer devassa em qualquer setor.

Desculpe-me a prepotência. É apenas o desabafo do homem que tem sido profunda e injustamente humilhado.

O SR. FERNANDO FREIRE - Eu concluí, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Obrigado, Deputado Fernando Freire.

Com a palavra o Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Deputado Ricardo Fiúza:

Hipócrates dizia o seguinte: "Eu prefiro falar para uma multidão de surdos que querem me ouvir e estão predispostos a aceitar minhas idéias a falar para uma multidão de ouvidos aguçados, que, antecipadamente, repudiam o que falo e o que penso".

Quero dizer que noventa por cento desta Comissão veio para aqui para julgar e terá a coragem de absolver, mas existe dez por cento que não. Ah, não tenho dúvida disso! Existe dez por cento que V. Exª, Deputado Ricardo Fiúza, poderá fazer o que tem feito: continuar prestando os maiores, claros, evidentes e transparentes esclarecimentos que lhe forem solicitados, no entanto, nessas mentes, continuarão pairando essas dúvidas, porque o problema deixa de ser de análise fria do comportamento de cada um, como eu faço.

Na CPI, já passaram companheiros, colegas nossos do PDT, do FSDB, de todos. Eu poderia fazer como os outros, inquiri-los, procurar revirar sua vida, inventar até uma história bonita para possível adversário no campo das idéias. Não, Deputado Fiúza, nunca tive esse comportamento, porque entendo que, neste momento da vida nacional, é mais importante ter coragem para absolver do que para punir.

A imprensa, na sua maioria - não generalizo, nunca se deve generalizar -, a imprensa hoje, no nosso País, exige punição e fala muito pouco de absolvição.

Mas eu o conheço, Deputado Fiúza. Conhecemo-nos há quinze anos nesta Casa. Fui seu líder, V. Exª foi meu vice-líder. Durante esse período - isso não foge à prática parlamentar, do convívio parlamentar - o Parlamentar pede ao líder uma audiência com um Ministro, para ir para esta ou aquela Comissão, pedir ao líder este ou aquele favor de determinado setor da Administração Federal.

Eu quero dar aqui um depoimento: nunca o Deputado Ricardo Fiúza pediu-me que fosse para a Comissão de Orçamento, para Comissão nenhuma. S. Exª, apenas em função da sua vocação, me dizia: "Eu quero ficar na Comissão onde sempre estive: Economia".

E no último ano em que eu fui seu líder, convidei-o para ser Presidente da Comissão de Economia, onde fez um trabalho brilhante, deu a essa Comissão uma nova dimensão, convidando setores os mais diversos da Economia do País para debates internos, coisa que nessa Comissão não tinha havido até essa época.

Portanto, este meu depoimento vale por uma longa convivência com um Parlamentar que tem tido, ao longo desse tempo, uma conduta, neste Congresso, que - da minha parte e da parte da grande maioria desta Comissão e do Plenário do Congresso Nacional a visão é a mesma - é irreparável.

V. Exª foi Relator num momento de dificuldades políticas. A substituição do Relator João Alves não foi normal; foi traumática. V. Exª, como líder do seu Partido, para não criar problemas, teve a coragem de assumir a Relatoria.

Sou da Comissão de Emendas, e o Deputado Sérgio Miranda está aqui e, estou certo, irá questioná-lo - já conversamos, até -, mas não se encontram falcatruas de emendas de V. Exª, não. Pelo menos, o Deputado Sigmaringa Seixas, que é o Coordenador, até hoje não fez entrega, e estou certo de que, embora tenha andado muito ocupado nesses últimos dias com o problema do Governador Roriz, S. Exª, diante da reunião que iríamos ter aqui, chegaria para mim, para seus colegas da Subcomissão e diria: "Olha, há esses problemas na Comissão de Emendas". Não trouxe absolutamente nada.

Acho que a nota que podemos atribuir da Subcomissão de Emendas a V. Exª é a mesma que lhe deu a Subcomissão de Bancos.

Deputado Fiúza, neste momento, queria fazer um apelo em nome dos meus cabelos brancos, da minha velha experiência parlamentar, para que possamos dar seguimento a esta pregação quase que diuturna do Senador Passarinho: não vamos partidarizar, não vamos politizar esta Comissão.

Este momento é dos mais importantes para a vida do País e para a vida de pessoas. Nós estamos julgando homens! Homens que tiveram a vida aos olhos da grande maioria. Ninguém, Sr. Presidente, Sr. Coordenador, Sr. Relator, foi investigado nesta Casa como o Deputado Ricardo Fiúza! E ninguém perseguiu com tanta determinação e com tanta vontade uma carta do Congresso que ele possa levar para seus filhos e para o País, dizendo que é um homem digno e honrado! Ninguém perseguiu tanto essa carta! Ninguém perseguiu tanto essa decisão! Ninguém teve tanta vontade para chegar ao fim e dizer: "Eu posso ir para casa tranqüilo".

Portanto, quem faz isso que tem feito o Deputado Fiúza é porque não tem compromisso algum com esse "mar de lama" a que nós assistimos em outros setores do Congresso Nacional.

Em nome disso, não tenho pergunta nenhuma a lhe fazer, Deputado Fiúza. Tenho é que cumprimentá-lo, porque precisa, neste momento, ser um homem da sua estatura moral para enfrentar tudo que tem enfrentado, e preciso também dizer-lhe: os seus caminhos, eu os persigo, porque eu persigo também os caminhos daqueles que praticam com dignidade política neste País. E V. Exª merece de nós e de mim não uma crítica, mas aplausos e o estímulo para continuar lutando e certo de que terá ao seu lado outros companheiros que sempre acreditaram em V. Exª, que conhecem o seu passado e o têm na conta de homem de bem.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FIÚZA - Nobre Deputado José Lourenço, eu gostaria de me demorar muito nestes comentários, mas V. Exª há de convir que tenho um limite de resistência psicológica, que está prestes a ser excedido. Não devo abusar dos meus nervos e da minha emocionalidade.

Agradeço a V. Exª por tudo o que disse, porque disputamos a liderança. Eu substituí V. Exª, e isso poderia ter deixado uma mágoa, um ranço e não deixou. V. Exª tem grandeza.

V. Exª tocou numa das coisas que mais nos fere. Ao comparecer a esta mesa, em pé de absoluta igualdade com qualquer um outro que aí está, como Depoente, num processo jamais visto na história do Mundo, porque nem na Itália os depoimentos foram públicos, e fotografados, e filmados para a televisão, para cento e cinqüenta milhões de brasileiros, ao sentar nesta mesa, qualquer um, por mais que prove a sua inocência, dificilmente se livrará da imagem do homem que esteve envolvido em processos escusos. Esse é o grande peso! Essa é a grande injustiça!

E quando V. Exª fala na minha vida aqui dentro, lembro que são vinte e quatro anos de convívio nesta Casa, sem uma deslealdade, sem um ato menor, sem o descumprimento de uma só vez da minha palavra, sem uma só mentira. Tudo parece ruir como se nada tivesse o menor peso ou, pior, é comparado ao peso de uma denúncia de "ouvir dizer" de um facínora que o submete a todo este longo processo de humilhação que atinge a pessoa, a esposa, os filhos, os netos e atingirá os bisnetos.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Fique certo que V. Exª sairá - permita-me, Sr. Presidente - daqui engrandecido porque a opinião pública e o povo brasileiro não estão afastados, de forma alguma, das decisões desta Casa. E V. Exª não será absolvido, mas terá uma ratificação, por esta Casa, da sua conduta.

V. Exª não tem pena para ser absolvido. Coloquei mal essa palavra, ela está sendo usada indevidamente. V. Exª está ratificado por esta Casa, a sua vida de homem digno. E essa ratificação servirá para todo o País e todos irão identificar em V. Exª o que identificamos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, participo desta audiência trazendo algumas questões, dúvidas, interrogações da Subcomissão de Emendas ao Deputado Ricardo Fiúza.

O Deputado Ricardo Fiúza encaminhou ao Coordenador da nossa Subcomissão Deputado Sigmaringa Seixas um extenso relatório sobre os acontecimentos da aprovação do Orçamento de 92, período em que o Deputado era Relator-Geral. Estamos nos detendo nessa questão, estudando, analisando e temos algumas questões bastante objetivas, Deputado, para tratar com V. Exª.

Vamos supor que todo raciocínio que V. Exª elabora seja correto - é uma suposição - que havia uma lista de destaque sobre a mesa do Congresso quando foi aprovada a Redação Final. Essa lista não foi encontrada. Não existe um registro no tal micro sobre os destaques que estavam sobre a mesa do Congresso, na hora da votação da Redação Final; não os destaques da Comissão. São dois momentos diferentes. Não vale para a nossa análise os destaques apresentados durante a votação na Comissão de Orçamento. Referimo-nos aos destaques que deveriam estar, como alguns depoentes afirmam, sobre a mesa do Congresso Nacional na aprovação da Redação Final do Orçamento. Vamos supor que isso seja correto, que existam esses destaques.

V. Exª teve o trabalho - talvez tenha sido inclusive cansativo - de, para todas as suas emendas, apresentar o Deputado que fez o pedido. E é sobre isso que queremos indagar objetivamente a V. Exª.

V. Exª se refere a algumas emendas de relator a pedido do Deputado Carlos Benevides. São as emendas: G-00063/0; Z-00064/8; G-00065/6; G-0068/1; G-00115/6. É importante estar atento: esse pedido do Deputado Carlos Benevides se encontra em um documento do PRODASEN, rubricado pelo Deputado Ricardo Fiúza. Mas o que nos chamou a atenção, Deputado, foi que nesse documento constam vários destaques, mas constam alguns pedidos que não se vinculam a emendas: Secretaria de Desporto - o desporto linguagem tradicional, é do próprio Deputado Carlos Benevides - Presidência da República, Camuci, Ceará; Centro Poliesportivo - 160 mil; Novo Oriente, Ceará; Jaguaretama, Ceará; Carau, Ceará; e LBA, Fortaleza, Ceará; Varjota, Ceará; Brejo Santo, Ceará, e outros.

V. Exª pode explicar à nossa Subcomissão: se não haviam emendas, como elas podem ter sido destacadas? Para as outras existem destaques, mas não haviam emendas. Então como V. Exª poderia atender ao pedido do Deputado que não apresentou emendas para esses subprogramas? E apresentou sim, V. Exª, emendas de Relator-Geral?

Friso que quero respostas objetivas. Esse assunto foi bastante tratado pela imprensa e é um assunto técnico, cria distorções, incompreensões, portanto, queremos uma resposta objetiva para esse assunto.

V. Exª afirma que essas emendas de Relator-Geral foram incluídas a pedido do Deputado Carlos Benevides, deveriam constar da relação de destaques da votação da Redação Final. Admitindo que foi autorizado para fazer a correção, afirmo que não haviam emendas; então não poderiam ser destacadas. Como foram aparecer como emendas de Relator-Geral? Na relação de emendas do Deputado Carlos Benevides, não constam essas emendas. Então como é que elas poderiam ser destacadas para ser incluídas por V. Exª como emendas do Relator-Geral? Compreendeu a indagação?

O SR. RICARDO FIÚZA - Perfeitamente.

Sr. Coordenador, Sr. Relator, o nobre Deputado frisa: quero resposta precisa. E eu friso o seguinte: precisamos esgotar este assunto definitivamente. Respostas precisas e isoladas sobre um fato não responderão a questão.

Foi publicado pela imprensa, várias vezes, que os Srs. Parlamentares que tem dúvidas sobre o Orçamento tinham uma relação do PRODASEN, com data e hora da inserção.

Estive com o Senador Bisol, embora não seja desta Comissão, que ficou com os documentos que entreguei ao Deputado Sigmaringa Seixas durante vinte dias. S. Exª me disse, àquela época, que tinha essas dúvidas. E eu pedi a S. Exª que encarecidamente verificasse se o meu trabalho ao Deputado Sigmaringa respondia as dúvidas.

Durante vinte dias, ele reteve o trabalho do Deputado Sigmaringa, vinte dias! Fui, então, a S. Exª três vezes perguntar quais as duvidas. E, numa das oportunidades, depois de tentar exaustivamente localizar o Senador Paulo Bisol, quando S. Exª já havia devolvido, fui ao Senador Bisol e perguntei: "Senador, o senhor me disse que tinha uma relação de emendas sobre as quais pairavam dúvidas. E eu gostaria que V. Exª me dissesse se tirou as dúvidas ou se elas continuam. Na segunda hipótese, ou seja, se continuam as dúvidas, por fineza, dê-me a relação para que eu possa analisar. Por quê? Porque é uma praxe, até certo ponto não muito correta, inquirir apenas na hora sobre um assunto que envolve uma multiplicidade de lançamentos e de pesquisas para, depois, dizer que a pergunta ficou sem resposta. Dentro desta colocação, peço - não imponho nada - a V. Exª o seguinte: vou esgotar este assunto definitivamente hoje. Peço a V. Exª a generosidade de me permitir receber o elenco de perguntas todas e essa tal relação para que eu possa fazer uma análise de tudo e responder a todas as questões agora".

Porém, faz-se uma pergunta isolada. Eu, aqui, só teria que responder se fosse objetivamente o seguinte: é improcedente; todas as emendas de Relator Geral são oriundas de emendas. Aí, V. Exª vai dizer: "Como que eu não achei emenda"? E vai bater boca comigo! Eu poderia dar uma resposta objetiva: "Não, não procede". Era a única forma objetiva, o que obviamente não satisfará a V. Exª e nem a mim, porque não estou com interesse de satisfazer só a V. Exª; estou com interesse não, vou esgotar este assunto até o final, aconteça o que acontecer, quaisquer que sejam as consequências! Esse assunto rola desde março de 1992 e este é o fórum competente para esgotá-lo. Agora, é preciso que me sejam dadas as condições de responder cabalmente a tudo. Por isso que encareço a V. Exª a generosidade de completar as perguntas: se por acaso algum dos Srs. membros tiver a tal relação da qual só tomei conhecimento pela imprensa, que é datada, vem com data e hora nas emendas, para que eu possa... Porque uma postura correta seria V. Exªs me encaminharem esta relação porque é impossível qualquer gênio chegar em cima de uma resposta de 5 minutos e responder uma relação de emendas. Eu gostaria de pedir este direito de defesa, ou seja, por favor, encaminhem-me as dúvidas agora que eu responderei tantas quantas possa. E as que não puder, direi a V. Exª: "não tenho como responder, estou errado".

É isso que peço. Friso que quero respostas precisas. Friso: é impossível dar respostas sem ter todo o material. O que a resposta precisa é: não procede a afirmativa, todas as emendas do Relator-Geral são calcadas em emendas de Deputados. V. Exª vai responder-me: "Não, mas eu não achei"! Vou dizer: "Não achou porque não procurou" etc.

Então, quero a relação de emendas. Por quê? Desde que o Sr. Senador Suplicy, no legítimo direito de pesquisar estas coisas, desde de março de 1992, encaminhou o primeiro relatório, ele nomina 60 supostas irregularidades. Depois, esse número subiu imensamente.

Quando fui analisar essas supostas 60 irregularidades que S. Exª afirmou com muita convicção - e creio sinceramente que S. Exª assim procede por ter convicção -, houve uma coisa engraçada: nessas emendas, nas primeiras 60, ditas por S. Exª com a mesma certeza que hoje tem, de que inseri, Senador Garibaldi, Deputado Roberto Rollemberg, na relação das emendas apresentadas pelo Sr. Senador Eduardo Suplicy, 20 emendas dessas 60 - 060, 641/3, 564/1, etc. -, "apontadas como havendo irregularidades, sobre as quais existem no PRODASEN ainda hoje, disponíveis nos terminais, mostram ter sido rejeitadas pelos Relatores Parciais, nem sequer foram consideradas pelo Relator-Geral, além de inexistirem na redação final da Lei Orçamentária". Ou seja, S. Exª vai me permitir porque não estou com o menor intuito de contradizer ninguém. Eu estou com o intuito de esclarecer os fatos. Se o Presidente da Mesa e o Sr. Relator tiverem a generosidade de me permitir expender todas as minhas opiniões, prometo a V. Exª que não deixarei de ouvir atentamente todas as dúvidas de todos os companheiros. Mas só para V. Exª ter uma idéia de como o assunto... Isso saía em toda a imprensa. Dessas 60 emendas que eu fui acusado - eu gostaria que V.Exª prestasse atenção ao detalhe - de ter inserido após a votação no plenário, 20 nem sequer constavam da Redação Final. Nunca foram votadas nem sequer aprovadas. E eu tinha inserido depois de aprovadas. Está aqui os números das vinte.

Veja V. Exª que as assessorias, a multiplicidade de procedimentos, de metodologias podem levar pessoas extremamente bem intencionadas a esses equívocos, como foi levado o Sr. Senador. Das 60, as primeiras 20 não tinham sequer sido aprovadas. E disseram que eu aprovei após o Orçamento. Não saiu na Redação Final publicada etc, etc.

Por isso, eu encareço e repito que o meu pleito é o seguinte: gostaria que me encaminhassem a tal lista e que me encaminhassem quatro, cinco perguntas, fizessem um conjunto para que eu possa responder. Porque para responder objetivamente não vou satisfazer a V. Exª.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu vou ser objetivo para formular as perguntas e as dúvidas concretas.

A primeira pergunta é a seguinte: V. Exª encaminhou um material importante, tentando esclarecer esse **affair**. Nós analisamos o material e temos a seguinte dúvida: V. Exª encaminha como uma solicitação do Deputado Carlos Benevides uma série de emendas que estão apresentadas no Orçamento como Emendas de Relator-Geral, e diz que foi o Deputado Carlos Benevides que fez esse pleito. Na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos foi encontrado um material que é um pedido do Deputado Carlos Benevides, rubricados por V.

Exª, em folhas do PRODASEN, que consta uma série de destaques, de alterações, emendas - *inclui tal emenda, tal destaque, retira dinheiro de tal destaque para colocar em tal outra* emenda - e constam também - é isso que estou perguntando - alguns pleitos não vinculados à emendas. Então é uma demonstração de que não havia emenda, porque o restante são pleitos vinculados à emenda. E esses pleitos aparecem como emendas do Relator-Geral. Nós compulsamos 23 volumes, que têm o espelho de todas as emendas apresentadas pelos Deputados. No que diz respeito ao Deputado Carlos Benevides, esses pleitos não aparecem como emendas. Está compreendendo o meu raciocínio?

O SR. RICARDO FIÚZA - Perfeitamente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não aparecem como emendas.

Então, nós consultamos todos os 23 volumes, as 71 mil emendas; mas no que diz respeito ao Deputado Carlos Benevides não existem emendas para esses subprogramas. E aparecem como Emendas do Relator-Geral. Se não existem as emendas, elas não poderiam estar nas listas de destaques. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta: V. Exª é um Deputado mais experiente do que eu - tenho pouco tempo de Congresso Nacional.

O SR. RICARDO FIÚZA - Mas não tenho o seu brilho, nem o seu talento.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não. Obrigado. Não mereço tanto.

Mas V. Exª compreende o que é um destaque numa votação, não é? Pelo Regimento.

O SR. RICARDO FIÚZA - Perfeitamente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O destaque é um direito regimental que o Deputado tem de, ao se votar uma matéria, se ele discorda de alguma posição naquela lei, do Relator, ele pede um destaque para votar precisamente aquele artigo, não é?

V. Exª pode me explicar esse conceito de destaque de Relator-Geral? Se a emenda é apresentada pelo Relator, o Relator não pode pedir um destaque a si mesmo. Isso não é lógico? Pelo menos pelo meu conhecimento de Regimento. Outros Deputados mais experientes do que eu podem confirmar, são técnicos em Regimento. Não existe destaque de Relator. O Relator é autor da proposta. Não é evidente?

O SR. RICARDO FIÚZA - Evidente.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Então, como aparecem na Redação Final 177 Emendas de Relator-Geral, fruto de uma relação de destaques? Não existiam naquela relação de destaques que nós não encontramos, não poderiam haver destaques de Relator-Geral. Como aparecem posteriormente Emendas de Relator-Geral, fruto de uma relação de destaques que não poderiam permitir destaque de Relator-Geral? Esta é a segunda pergunta. É uma pergunta que diz respeito ao Regimento que também nós não encontramos resposta para essa pergunta.

Eu queria pedir a um assessor da Mesa que levasse, por favor, que levasse para o Deputado a relação de propostas do Deputado Carlos Benevides para S. Exª confirmar a rubrica e se já teve esse documento em suas mãos? Se não me engano, Deputado, este documento esteve em suas mãos no dia do depoimento, e V. Exª confirmou esta rubrica, mas é semelhante a outras rubricas do próprio documento apresentado por V. Exª à Subcomissão de Emendas. Na parte superior da folha tem a rubrica.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sim, é a minha rubrica. Isto não significa, em hipótese alguma, que não haja emenda nem destaque. Eu preferiria responder a questão com bastante profundidade. V. Exª me pergunta qual é o meu conceito de destaque, não é verdade?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Seu conceito, não - o conceito da Casa. Não é um conceito individual. É o conceito do Regimento.

O SR. RICARDO FIÚZA - Muito bem: O que eu imagino que o Regimento diz ser destaque.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - *Isto.*

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª que tem o meu trabalho e me cativa pelo fato de o ter lido - porque 90% não leram -, à página 13, V. Exª vai verificar que o conceito de destaque, naquele ano, teve, por unanimidade dos partidos, uma modificação substantiva. Como eu disponho de tempo extremamente exíguo e vou ser forçado a ler todas as delegações, o Deputado Paulo Hartung, que fala em nome de todos os partidos, diria: "Não falo em meu nome, mas de todos os partidos", transformou os destaques....

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Pode continuar.

O SR. RICARDO FIÚZA - Transformou os destaques em indicação ao Relator-Geral. Diz S. Exª: "Queria apresentar uma proposta que não é minha, mas do conjunto dos partidos políticos que têm assento nesta Comissão. Os companheiros separaram destaque relativo ao texto e propuseram um acordo ao Relator, sobre o qual o Relator pode, agora, posicionar-se se deveria ser transformado em indicação ao Relator. Digo isto não em meu nome próprio, mas em nome de um conjunto de partidos políticos." Aí, digo eu:

"No tocante à sugestão de se deixar para amanhã, Sr. Presidente, tem que deixar bem claro o seguinte: não tenho como entregar a relação dos destaques processados que apresentem erro material. É impossível. O computador do Senado demonstrou, hoje, que imprime 20 mil linhas por minuto e leva 4 horas para fazer o Relatório. Então, é impossível. Vou dizer o que vou propor: os destaques que signifiquem apenas remanejamento de valores entre os próprios Deputados ficam também para depois porque não há problema. É **forum** íntimo de cada e se ele achar ruim, reclama. Não há problema. O que eu entregaria amanhã?"

Sr. Presidente, isto eu dizia no dia 17 de dezembro.

"Faria uma relação de todas as emendas, entregaria ao Sr. Presidente da Comissão que as distribuiria às Lideranças dos Partidos como um documento para ser cotejado quando da Redação Final do Orçamento. Posso, inclusive, fazer isto num micro, no Senado."

Não estou inventando - isto está no relatório, foi no dia 17, na Comissão.

"E entrego a relação de todos os destaques. Então, amanhã, vai todo mundo ficar sabendo e confere. E por quê? Porque vou ter que identificar fontes, não vou guardar essas fontes em cima de emenda de Deputado e ver qual é o saldo de alguns subprojetos para poder atender. Este trabalho demanda tempo."

Mais à frente, o Deputado Eduardo Jorge respondendo ao Deputado Ricardo Fiúza, que diz:

"Só uma observação a respeito do que o Deputado Ricardo Fiúza acabou de fazer e me manifesto enquanto membro desta Comissão: quanto mais claro for o trabalho que o Deputado Ricardo Fiúza apresentar, amanhã, em plenário, melhor para o Relator."

O que era? S. Exª, na condição de Líder do PT, naquela época, sabia que era impossível processar, e que eu iria entregar uma listagem de microcomputador - e que não inventei, depois - desde o dia 17, na Subcomissão.

Respondo eu:

"Claro mas não posso me comprometer a entregar o trabalho processado porque sei que não dá."

O Sr. Ronaldo Aragão diz:

"Vou ler a proposta, para ficar bem clara, identificando voto protegido... É imperioso lembrar que a reunião da Comissão de Planos e Orçamento foi encerrada na madrugada do dia 19/12 e a sessão do Congresso, destinada à apreciação da matéria, foi marcada para as 16 horas do mesmo dia. Por isto, na grande maioria dos casos, a única alternativa factível, diante dessa decisão, aprovada pelo Plenário da Comissão - lista de orçamentos - foi apresentar como emendas de Relator-Geral. A maioria dos destaques se transformaram em indicações, já que seu processamento seria mais rápido, em virtude de necessitarem de maior número de operações para serem processadas. Essa simplificação tornava-se ainda mais necessária, em face do grau de exaustão em que se encontravam os assessores, digitadores, etc...

Objeto das delegações.

1. Proceder à correção de erros materiais; como essas correções demandavam muito tempo, etc..., autorizou o Relator Geral a procedê-las posteriormente, o que foi feito sem que isso implicasse descumprir a aprovação do projeto pelo Congresso Nacional.

1. Aglutinação ou desmembramento de emendas de um mesmo autor, sem alteração do valor global aprovado.

Em muitos casos, autores de emendas preferiram desdobrar o valor aprovado em outros valores. O número dependia do valor aprovado para possibilitar o atendimento do maior número de municípios de sua representação.

Em outros casos, ocorreu o contrário: aglutinação. Como esses casos não significam modificar valores aprovados, a Comissão Mista de Orçamento deliberou que o Relator poderia proceder às modificações dessa natureza, objeto de destaque.

3. Acolhimento de emendas destacadas que não tenham sido aprovadas na Comissão Mista de Planos e Orçamento.

Esse é um ponto ao qual voltarei: acolhimento de emendas destacadas que não tinham sido aprovadas.

Em negrito estava:

Como não havia tempo para todo o processamento, uma vez que, além do exame da matéria, havia necessidade de tempo para providências técnicas, optou-se pela apresentação de uma listagem de microcomputador, contendo número de emendas, autor, finalidade, valor aprovado. Essa listagem constava do projeto na hora da votação, e o disquete ficou à disposição dos interessados durante todo o tempo da sessão. Fato amplamente divulgado, na oportunidade, sem que ninguém tenha procurado examiná-lo ou obter cópia, o que não foi por qualquer motivo dificultado ou impedido por mim, ou qualquer outra pessoa. Não procedeu ao exame quem não desejou e não teve interesse.

O que foi feito posteriormente, Sr. Presidente, foi apenas executar se o imenso processamento dessas informações dentro do Sistema PRODASEN com todos os detalhes técnicos para que a matéria subisse à sanção presidencial.

Isso é importante para que as pessoas se lembrem da delegação. Vamos à questão específica, e eu faço a pergunta de novo, Sr. Presidente, porque é importante para a análise global e para que o Sr. Deputado tenha a sua resposta, resposta que tem todo o direito de ter.

Eu soube pela imprensa que estavam exultantes aqueles que defendiam a tese de modificação posterior que havia uma listagem do PRODASEN, com data e hora, das emendas. Eu, para responder isso, preciso saber se é verdade e onde está essa lista.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - É verdade. Nós temos a lista. Houve um procedimento de segurança do PRODASEN no programa, onde o programa fixa o dia e o

minuto, a hora e o minuto da inclusão de determinada emenda. Nós podemos apresentar esse relatório a V. Exª.

O SR. RICARDO FIÚZA - Quando? Porque este seria o dia de esgotar o assunto. V. Exª há de convir...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, agora. Entregaremos o documento agora para V. Exª.

O SR. RICARDO FIÚZA - Ah! sim, eu gostaria.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não.

O SR. RICARDO FIÚZA - Porque vou fazer um pequeno comentário só para mostrar o erro de metodologia. Eu não sou nenhum **expert** em Orçamento, tanto que hoje de manhã fiz um ofício ao Senador Jarbas Passarinho e, como não conheço os técnicos do PRODASEN, não tenho o acesso que algumas pessoas têm, não tenho nem nunca tive ligações com o PRODASEN - as minhas ligações eram feitas pelos líderes dos partidos, pelos Deputados que auxiliavam e pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos, naquela época - pedi ao Senador Jarbas Passarinho, nobre Relator, que me designasse dois técnicos para que eu pudesse ter confirmação de alguns fatos ou tirar dúvida sobre alguns aspectos.

Não sou nenhum **expert** em Orçamento, mas claro que, durante esses 60 dias, tentei aprofundar-me no assunto.

Então, o Senador Passarinho determinou o Dr. Orlando José Leite de Castro ou o Sr. Oscar Dias. Pedi esses nomes, porque vi - não há nenhuma ligação - o **Programa Jô Soares**, onde o Dr. José Orlando Leite de Castro pareceu-me uma pessoa que entenda do assunto.

Quero apenas fazer duas colocações fundamentais. Em primeiro lugar, deixo claro que essa relação existe há muito tempo e desde março de 92 esse assunto vem rolando. Em segundo lugar, Sr. Presidente, existem fatos surrealistas, coisas que viram, acessórios que se transformam em razões ou acusações para desmoralizar trabalhos.

Quando o Sr. Senador Suplicy fez o primeiro requerimento, S. Exª fez também uma reclamação ao Procurador-Geral da República ou algo semelhante, que foi encaminhado ao Presidente do Congresso. Este encaminhou a relação à Comissão Mista de Orçamento já no ano posterior à minha gestão, quando já era Ministro de Estado, para que emitisse um parecer sobre a procedência ou improcedência daquelas colocações do Sr. Senador. Muito bem.

Telefonei, então, ao Sr. Mauro Benevides que me informou a respeito e mandou para a Comissão. Telefonei para o então Ministro Eraldo Tinoco e para o Dr. José Carlos Alves dos Santos, para que eles subsidiassem o levantamento desta questão e auxiliassem o trabalho do Relator, que foi designado pelo PDT, Senador Magno Bacelar.

Como eu tenho ouvido os depoimentos - e em cada depoimento o Senador Suplicy brinda-me com pelo menos 10 referências ao meu nome - verifiquei claramente no depoimento do Deputado Eraldo Tinoco como o assunto saiu do principal para o acessório. Perguntava-se se o Deputado Eraldo Tinoco teria sido o autor daquele trabalho do Senador Magno, ofendendo-o e querendo responsabilizar o Deputado Eraldo por aquilo. Também encontraram na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos, como se fosse o repositório da verdade universal, anotações do Dr. José Carlos que mostravam que ele tinha colaborado neste assunto, ou seja, levantar as dúvidas de S.Exª, o Sr. Senador. Isso foi colocado como se fosse um fato inusitado; é um fato concreto, natural e devido.

Qual é o parlamentar que não lança mão de assessoria para responder, principalmente, a assuntos volumosos? Muito bem, vou lembrar à Comissão o que vai ser colocado de novo sob suspeição, mas a Comissão precisa se lembrar.

A Comissão, através do Relator, Senador Magno Bacelar, levantou uma por uma das acusações do Senador Eduardo Suplicy. A Comissão, com o plenário praticamente completo, teve contra os votos do PT, em solidariedade ao seu companheiro de Partido - o que é muito compreensível -, e a ausência de S. Exª porque não era membro da Comissão.

A Comissão então conclui:

> "Sobre a matéria em questão, cabe informar a V. Exª que já foi objeto da apreciação pela Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos, em reunião extraordinária, realizada em 13/03/93, conclusão anexa, tendo sido emendada e aprovado o parecer do Senador Magno Bacelar votado."

Cuja conclusão me permitam transcrever:

> "Pelo exposto fica caracterizado que os questionamentos apresentados pelo Sr. Senador Eduardo Suplicy são improcedentes, vez que não se constatou qualquer inclusão de emenda por parte do Relator-Geral, cuja atuação foi largamente elogiada no processo de votação do Projeto da Lei de Meios de 1992. Face ao esforço expendido, a transparência e a seriedade de suas ações e colocações, apesar das dificuldades causadas por fatos alheios à sua própria vontade, do Relator da Comissão... "
>
> "Relembramos a substituição do Relator-Geral, a impossibilidade de se cumprirem os prazos determinados, a precariedade da organização da comissão, o inesperado e elevado número de emendas apresentadas, aproximadamente 73 mil...

Parecer e voto:

> "Face ao exposto entendemos que a Lei Orçamentária para 1992 está de acordo com a redação final aprovada pelo Congresso Nacional, a qual, por sua vez, inclui tão somente as emendas apresentadas de acordo com a

delegação, as normas estabelecidas pela Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização.

Somos de parecer, portanto, que o presente processo seja encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional para arquivamento, por serem improcedentes as alegações, apresentadas pelo Senador Eduardo Suplicy, de que o Deputado Ricardo Fiúza , Relator-Geral do Orçamento, teria cometido inclusões irregulares de dotações no referido projeto."

É claro que nessa hora, de tamanho emocionalismo, ninguém se acanhará de dizer: isso não vale nada, essa Comissão com 120 membros não vale nada. O que vale são as dúvidas do Sr. Senador.

No tocante a essa delegação , que eu podia desdobrar emendas, eu vou provar a V.Exªs que é absolutamente impossível,tenham V.Exªs relatórios de PRODASEN com data ou não: Em primeiro lugar, a informação se refere à data e hora da última atualização efetuada no registro individual de cada emenda. Qualquer alteração relativa à emenda como registro de parecer, identificação de fontes de recurso, classificação funcional programática, texto, ou mesmo uma simples mudança de CEP do Sr. Relator causaria a atualização da data e hora. A correção de erros materiais teria o mesmo efeito.

Assim, é absolutamente falso e improcedente vincular o registro ao momento da inclusão de uma emenda, ou seja, os relatórios gerenciais eram tirados, e muitos - os erros *eram compreensíveis para um Orçamento com 73 mil emendas, 26 volumes - tirava-se o* relatório gerencial, suponhamos que a emenda tivesse uma só letra errada, que em "município de Butantã" por azar o teclador escrevesse "município de Butantó", o registro anterior era apagado pelo programa do PRODASEN à época e essa emenda aparecia como só tendo entrado no dia da correção. Suponhamos que ela viesse desde a Comissão,no dia 18, e dois dias antes do Orçamento sair do PRODASEN, nem lembro a data, fosse corrigida uma só letra nesse registro, aparece como ter entrado naquele dia; isso levantei com técnicos, não significa, de forma alguma, que exista registro de data e hora de inserção inicial da emenda.

Em segundo lugar, não existe nenhuma emenda não resultante de destaque, todas são resultantes de destaque, há emendas originais com eventuais desmembramentos; qualquer afirmativa discordante não pode ser provada, porque seria necessário confronto da emenda em análise com todas as emendas apresentadas em sua forma original, no registro do PRODASEN. Por quê? Porque no momento em que o Relator-Geral poderia desdobrar uma emenda, suponhamos: município "x", infra-estrutura urbana,e eu, como Relator-Geral apresentasse uma emenda para esse mesmo município, de instalação de um chafariz, era o desdobramento daquela emenda de infra-estrutura urbana. De acordo com a delegação, é matematicamente impossível que se confronte.

Existem dúvidas sobre quantas emendas? Cento e poucas. Com isso, teria que passar 73 mil vezes as 100, e tantas quantas sejam as dúvidas, daria um número de trilhões, absolutamente impossível de terem sido analisadas todas para se verificar se algumas daquelas, que aparecem aqui como não tendo emenda original, não era um desdobramento parcial ao qual fui autorizado.

Portanto, se uma emenda de 5 milhões de cruzeiros foi desdobrada em 10 de 50, que era a minha autorização, é impossível que uma dessas de 50, alguém de sã consciência possa dizer que cotejou 73 mil vezes 150 emendas de uma por uma, analisando texto por texto. Além do mais, o confronto com o registro do PRODASEN é absolutamente incompleto, porque não foram digitados os textos das emendas rejeitadas, que eu poderia ter aprovado.

Uma emenda foi rejeitada numa Comissão - eu aprovei muitas rejeitadas na Comissão, que o colega chegava e dizia: "Eu não tive nenhuma emenda aprovada e as que trago são rejeitadas".

Não existe uma só emenda rejeitada que tenha sido digitada nos textos das emendas pelo PRODASEN, portanto, o que torna absolutamente impossível a identificação do mérito e objetivo das mesmas.

Não existe um computador no mundo, porque aí é questão de mérito, que na ementa... a ementa das rejeitadas não foi digitada, como também, misteriosamente, desapareceram os destaques, e eu nunca abri a boca para dizer que tinha um suspeito de má fé. Os destaques eram a minha defesa, e quando mandei buscar não havia mais!

Como também nunca disse que fizeram relação emprenhada no PRODASEN, para me acusar, que não sou louco!

Mas é suspeito que a minha defesa desapareça: os destaques. Mas, mesmo assim, é despiciendo, na medida em que a ementa das emendas rejeitadas, não tendo sido registradas no PRODASEN, quem fizer uma afirmativa de que não havia uma emenda para gerar a modificação que eu fiz não sabe o que está dizendo.

Eu peço aqui, agora, ao eminente Relator, que me permita pedir a opinião dos técnicos que solicitei ao Senador Passarinho que designasse, porque não sou técnico, nem tenho equipe de técnico, quem fez o trabalho fui eu. Eu estou em prisão domiciliar voluntária há quinze dias antes do dia 03, lendo, estudando e escrevendo. Não tenho técnico nem advogado.

Por isso, peço a V. Exª que me permita, Senador Garibaldi, - é uma questão técnica - fazer uma pergunta aos dois técnicos que aí foram designados pelo Senador Passarinho, sobre a procedência ou a improcedência das minhas alegações.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu queria...

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu estou vendo que o Senador Suplicy fica com seu técnico todo o tempo, inclusive está atrapalhando a minha exposição falando alto, e eu quero ter o direito de consultar um técnico.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu queria fazer uma explicação, Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra, o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª observa que eu parto do seguinte raciocínio, que se baseia em alguns axiomas: eu concordo, em princípio, com a argumentação do Deputado Ricardo Fiúza, que S. Exª tinha uma relação de destaques, que S. Exª foi autorizado por uma cultura da Casa para que, após a redação final, houvesse essas mudanças. Eu parto desses axiomas, eu parto dessa argumentação de V. Exª.

O que eu discordo, e V. Exª diz que ninguém pode fazer essa afirmação, eu faço essa afirmação a partir de indicações do próprio Deputado Ricardo Fiúza, que nos deu uma relação, que foi fruto de um trabalho exaustivo, indicando qual o Parlamentar que pediu para a introdução de tal ou qual emenda.

Nas emendas dos Deputados Carlos Benevides existe uma relação, em papel timbrado do PRODASEN, onde há referências a destaques, mas algumas emendas não têm como origem destaques. Então, não havia essas emendas.

Nós avaliamos, fizemos o levantamento das emendas do Deputado Carlos Benevides, que o próprio Relator, Deputado Ricardo Fiúza, foi quem afirmou que deram origem a esses destaques.

Então, esse é um princípio, isso nós podemos afirmar.

Não é preciso compulsar setenta e três mil vezes cento e setenta e sete; é preciso compulsar apenas as emendas do Deputado Carlos Benevides.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, senhor.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu queria terminar, Deputado.

A segunda questão que eu afirmo, partindo dos axiomas aqui levantados, é que pela sistemática da Casa, inclusive pela autorização recebida pelo Deputado Ricardo Fiúza, não pode haver destaque de Relator. Não existe destaque de Relator.

Eu queria consultar algum regimentalista aqui da Casa. Pelo menos os colegas mais experientes sabem que não existe destaque de Relator; existe destaque de Deputado. O Deputado pede um destaque.Há um projeto que o Relator apresenta para o Plenário.

Então, são essas as duas perguntas básicas.

Eu não entendo destaque de Relator. Não sei se algum colega pode esclarecer essa dúvida.

A segunda questão que eu levanto: eu observo que essas questões, Deputado, não se ligam a uma questão orçamentária em si. Ligam-se à prática regimental, admitindo todas as liberalidades possíveis. Admitindo que após a redação final possa haver um acordo dos líderes da Casa, que possa ser alterado o projeto. Eu admito isso.

O SR. RICARDO FIÚZA - Mas não foi. Não houve esse acordo. Após votado, não houve.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Ricardo Fiúza, peço a V. Exª que aguarde a pergunta do Deputado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Admito, inclusive, Senador Garibaldi Alves Filho, para reforçar o raciocínio, admito essa liberalidade, anti-regimental, antiprática parlamentar, mas admito que haja isso. Em geometria diz-se que o raciocínio é **a fortiori**. V. Exª fortalece aquele argumento para mostrar que, mesmo com essa base, temos condições de mostrar isso.

Quero passar às mãos do Deputado Ricardo Fiúza a relação de emendas introduzidas com a data e o horário, que foi um procedimento de segurança do Programa do PRODASEN, das emendas do Relator.

São essas as duas perguntas que quero que o Deputado esclareça. Mas tenho um outro raciocínio a explicitar.

Sr. Presidente, fomos induzidos nesse processo, porque essa é uma discussão árida, muitas vezes a imprensa não compreende. Através do Deputado João Alves e através de um técnico desta Casa, para, com o seguinte argumento, que 40 emendas foram introduzidas pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos, emendas que geravam um dispêndio, por parte do Executivo, de 200 e tantos milhões de dólares e que teria sido daí a origem dos dólares encontrados na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

Fomos induzidos a erro nesta Subcomissão, e a imprensa apoiou esse erro, porque isso é falso. As quarenta emendas surgiram num processo natural deste Congresso, depois de terem a redação final. Houve erros, e Deputados sérios mostraram que foram aprovadas as suas emendas e pediram ao Presidente da Casa, Senador Humberto Lucena, que, antes do autógrafo do Presidente, fossem corrigidos aqueles erros. Isso é natural. Isso já ocorreu em outras votações.

Fomos induzidos a erro, reconheço isso, na nossa Subcomissão, dizer que isso tinha sido uma fraude do Sr. José Carlos Alves dos Santos, para tentar comprometê-lo, mas para comprometer também um número expressivo de parlamentares.

Quero aqui afirmar que isso é incorreto. Esse procedimento foi normal. É um procedimento regulamentar. Antes do autógrafo, a partir da demonstração da votação, que foi no dia 18, está aqui a emenda aprovada, e que houve incorreções.

As perguntas que encaminho ao nobre Deputado Ricardo Fiúza não dizem respeito a procedimento orçamentário, mas ao procedimento parlamentar. Não é uma dúvida sobre o Orçamento; é um procedimento que diz respeito ao decoro parlamentar. Esta é que é a questão básica que estou levantando.

Caso essas explicações não sejam dadas capazes de convencer a Subcomissão, Sr. Presidente, poderemos chegar à seguinte conclusão do nosso estudo: os fatos até agora apresentados e documentados deixam claro que o processo de elaboração do Orçamento de 92 teve continuidade após a votação de redação final com o Relator Geral tomando decisões que ultrapassavam as suas delegações.

Essa é a conclusão. Não diz respeito, volto a frisar, à questão meramente do Orçamento, mas à questão do procedimento parlamentar.

Eram as duas questões sobre as quais pretendemos obter esclarecimentos. Vou entregá-las ao Deputado Ricardo Fiúza, que deve ter o amplo direito de defesa. Fizemos o esforço de compulsar as emendas do Deputado Carlos Benevides. Podemos citar também, Deputado Ricardo Fiúza, as emendas do Deputado Etevaldo Nogueira, em cujas emendas não temos a comprovação - que é esse documento encontrado na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos, de que não havia emenda, de que o pedido de destaque não estava alicerçado numa emenda. Era um mero pleito. Mas as emendas do Deputado Etevaldo Nogueira emendas G-000349/3, G-000611//5; G-000711/1; G-000715/4; G-000721/9, não têm registro como emenda do Deputado Etevaldo Nogueira; logo, não poderiam ter sido destacadas. Logo, não poderiam ter sido incluídas como emenda de Relator.

Eram essas as informações que desejávamos. Podemos apresentar essa documentação e esperamos que o Deputado possa responder.

Especificamente em relação à Subcomissão de Emendas eram esses os assuntos.

Agora, eu teria mais duas outras perguntas que dizem respeito a outro assunto, não ao processo do Orçamento de 92.

O SR. RICARDO FIÚZA - Peço a V. Exª que me permita responder.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, diz o eminente Deputado que são fatos documentados, ficou registrado na televisão. Não são fatos documentados.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Quais fatos documentados?

O SR. RICARDO FIÚZA - Esses que V. Exª acaba de dizer.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Como está na televisão?

O SR. RICARDO FIÚZA - São versões que V. Exª julga serem...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Repilo isso, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não são fatos...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu não estou alterando a verdade aqui. Repilo essa afirmação.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, são documentos a critério de V. Exª, e não são do meu. Por exemplo...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O tratamento que nós temos dado tem sido um tratamento elegante...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Sérgio Miranda...

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª não venha falar em tratamento, para um homem que há 60 dias é acusado!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - ... **(inaudível)**... obrigação do Congresso...

O SR. RICARDO FIÚZA - E eu quero lá saber disso?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - ... **(inaudível)**... obrigação do Congresso Nacional.

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª diz: a emenda de Relator...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu não estou falseando a verdade.

O SR. RICARDO FIÚZA - ... está apresentando documentos...

(Tumulto em plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Ricardo Fiúza! Vou ter que suspender a reunião, se prosseguir dessa maneira.

Vamos ouvir o Deputado Ricardo Fiúza, mas faço um apelo para que S. Exª modere o tom na resposta.

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª pede a mim?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Peço a V. Exª.

O SR. RICARDO FIÚZA - Vou atender a V. Exª, mas V. Exª tem que entender é que documentos que S. Exª julga serem corretos não são fatos comprovados, como S. Exª afirma e fica gravado na televisão.

Veja bem V. Exª: emendas de Relator-Geral incluídas e/ ou alteradas no Orçamento de 92, o que S. Exª me mandou.

Quando S. Exª leu, disse "emendas incluídas e/ ou alteradas", eu tinha o direito de alterar. Além do mais, não o fiz, mas é prerrogativa do Relator-Geral lançar como emenda de Relator-Geral um pleito verbal de qualquer Deputado. Além do mais...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Depois da redação final?

O SR. RICARDO FIÚZA - Não houve um só pleito...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Sérgio Miranda, vamos aguardar a resposta.

O SR. RICARDO FIÚZA - ... não houve um só pleito lançado que não tenha sido votado.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, não existe um só pleito que não tenha sido...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Nelson Trad, pela ordem.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, talvez eu transmita à Mesa o sentimento geral do Plenário. Nós estamos num momento decisivo da sorte do Deputado Ricardo Fiúza, através de um questionamento polido, equilibrado - evidentemente, acídulo -, do Deputado Sérgio Miranda.

Eu apenas talvez esteja transmitindo aqui um sentimento da Casa: vou pedir tranqüilidade, equilíbrio e serenidade ao ilustre Deputado Ricardo Fiúza, porque a emoção poderá, na verdade, obscurecer a certeza da resposta que S. Exª tem para o convencimento da Casa. Ou, efetivamente, se for na base da emoção, sepultá-lo, por uma injustiça que nós não queremos cometer.

Faço esse apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Feito o apelo de V. Exª, passo a palavra ao Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Presidente, a minha ênfase - que não é exaltação, é ênfase - decorre da imperiosa necessidade que tenho de colocar os fatos no devido termo. Muito maior ênfase foi dada às insidiosas acusações contra a minha pessoa.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Protesto, mais uma vez, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não por V. Exª! Eu ia falar da imprensa, V. Exª é um precipitado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Protesto de novo! Eu não sou precipitado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Mas V. Exª me interrompe.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Sérgio Miranda...

O SR. RICARDO FIÚZA - V. Exª me interrompe.

Então não posso deixar, Sr. Presidente, de deixar claro algumas expressões. Qualquer Sr. Deputado ou Senador que disser "fato documentado", eu tenho o direito de dizer que não considero documentado, considero uma versão na qual o senhor acredita! Porque senão passa a sensação à Nação de que é um fato documentado.

Tenho aqui uma relação que me foi mandada, como deve haver **n** relações dessas, porque eu tive o cuidado de democratizar o Orçamento desta Casa! Não houve "grupinhos" para aprovar emendas. As estatísticas estão aqui: 98% dos Deputados e 97% dos Senadores. Não mexi numa emenda minha, pessoal, mas o Sr. Deputado Luiz Salomão disse, nas televisões, no dia do meu depoimento, que eu havia aprovado 3,5% do total do Orçamento para mim, quando apresentei como Deputado 181 emendas, das quais os relatores parciais aprovaram 72 parcialmente, em um total de 3,5% do valor que pretendi.

Eu, como Relator-geral, não mexi em um centavo de uma emenda minha. Poderia ter reposto para os meus Municípios e fui triturado antes de ser Relator - e não mexi em nenhuma. Nas emendas de Relator-Geral, não apresentei nenhuma do meu interesse. Identifiquei as 850 emendas que o Deputado Sigmaringa pediu.

E quero dizer a V. Exª que a minha ênfase é um direito de um homem que está há 70 dias sendo acusado e que as informações que tenho do caráter de V. Exª são as melhores. Não estou com nenhuma revolta contra V. Exª, porque sei que V. Exª só diz o que acredita, podendo estar até equivocado - como creio que está e V. Exª crê que estou.

Agora, o fato de não ter a emenda desse excesso não significa absolutamente nada, porque isso pode ter sido desdobrado em qualquer uma das 73 mil emendas nas quais estavam as do Senador. Qualquer Parlamentar, membro da Comissão, pode pedir um destaque de outro Parlamentar. Para averiguar as emendas do Deputado Carlos Benevides é preciso compilar todas as emendas e não só as do Deputado Carlos Benevides. Então, 73 mil vezes 150 seriam 7 milhões ou 8 milhões de compulsões, lendo o texto de cada uma, para ver se aquela, daquele Município, não foi tirada de uma infra-estrutura disso, infra-estrutura daquilo tudo.

Sr. Deputado, eu, Relator, Ricardo Ferreira Fiúza, não inseri nenhuma emenda nova após a votação pelo Plenário.

Segundo: todas as emendas que iam ser mexidas estavam em uma relação, sobre a mesa, em um microcomputador com seis cópias. E essa relação, não estou falando nela agora. Li que, desde a delegação do dia 17, eu já dizia: apresentarei a relação. A demora do Orçamento e a inserção dessas emendas foi a implementação que leva, pelo menos, 10 lançamentos para cada uma, de tudo aquilo que foi votado.

Vou fazer uma declaração que não gostaria de fazer. Na reunião que tive com o Deputado Sigmaringa Seixas, na presença do Deputado José Genoíno, o Deputado José Genoíno teve a dignidade, sendo o meu adversário político, de dizer em alto e bom som ao Deputado Sigmaringa Seixas: "Eu vi, peguei na relação, tinham cinco cópias". Eu digo seis. Ele disse: "Eu vi cinco". Não tirou para guardar quem não quis ou, se não guardaram ou se guardaram, não querem compulsar. Nem um só Parlamentar desse País, com exceção do nobre Deputado e Senador Suplicy, levantou qualquer dúvida - 504 Deputados e 80 e tantos Senadores. Pela primeira vez no Orçamento da União não foi questionado, pela primeira vez!

E eu poderia dizer muito bem a V. Exª, se eu fosse covarde ou um poltrão, o que não sou. Jogar a culpa nos outros, em terceiros...

Que dia eu fui para o Ministério? Que dia foi aprovado o autógrafo no Congresso Nacional?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - (Inaudível)

O SR. RICARDO FIÚZA - De fevereiro?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Do Orçamento que foi aprovado e a redação final dia 19 de dezembro.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não. Publicado?

O SR. EDUARDO SUPLICY (fora do microfone) - Vinte e oito de fevereiro.

O SR. RICARDO FIÚZA - Vinte e oito de fevereiro. Desde o dia 19 de janeiro eu já era Ministro de Estado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (fora do microfone) - Saiu do Congresso dia 7 de fevereiro.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sete de fevereiro. Desde janeiro eu já era Ministro de Estado.

Eu poderia covardemente dizer: "Alguém mexeu, porque eu já era Ministro, não estava mais aí". Não, ninguém mexeu. Nenhuma só emenda foi colocada que não tenha sido votada no Plenário. Nenhuma. Não houve fraude nesse Orçamento.

Andei atrás de todos os Partidos. Recordo-me perfeitamente que, antes da votação, procurei o PDT, na pessoa do Líder Vivaldo Barbosa e disse: "Vivaldo, seus Deputados estão mal atendidos. Não quero que se diga que há Deputado de primeira e segunda categoria aqui."

E o relatório mostra o equilíbrio e a média das emendas por Estado e por fonte; que as emendas que fiz foram institucionais para a Educação, para a Saúde, etc. E aprovei emendas - indicações verbais de Parlamentares - para, por exemplo, recursos para a saúde em todas as secretarias por sugestão do Deputados do PT, porque achei justo.

Peço a V. Exª... essas modificações que não se referem a emendas são desdobramentos autorizados de emendas. Que se arranje um supercomputador: multiplique 150 por 73 mil, analise cada um. O que não foi... o PRODASEN não transcreveu nenhuma...o confronto com os ... no PRODASEN, é porque não foram digitados os textos das emendas! O PRODASEN não digitou o texto das emendas rejeitadas! Como se pode cotejar, dizer que fiz uma emenda de minha autoria se não tenho o texto das emendas rejeitadas? Quantas emendas rejeitadas eu aprovei? Onde está o texto? Senador Garibaldi, para que a emoção não tome conta, estão aí dois técnicos do Senador Jarbas Passarinho. Pediria a V. Exª que permitisse ao técnico José Orlando Leite de Castro que me respondesse a duas perguntas eminentemente técnicas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Queria apenas informar a V. Exª que aquela denúncia de técnico, que nos induziu a erro, conscientemente, foi justamente o Sr. Orlando Leite Ribeiro.

O SR. RICARDO FIÚZA - Quer dizer, o técnico do Senador Jarbas Passarinho já está sendo posto sob suspeição?!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, pode...

O SR. RICARDO FIÚZA - O técnico do Senador Suplicy, que está aí me atrapalhando o tempo todo, não é suspeito?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pode ajudar V. Exª o técnico.

O SR. RICARDO FIÚZA - Quero fazer uma pergunta técnica.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pode, Deputado.

O SR. RICARDO FIÚZA - Eu não o conheço. O Sr. Orlando Leite de Castro foi por mim afastado!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu sei. Quero dizer que quem nos induziu a erro, que permitiu que a imprensa especulasse, com a honra de Deputados e Senadores da Casa...

O SR. RICARDO FIÚZA - Não, com a honra do criminoso!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - ...com a honra de Deputados e Senadores, que tinham pedido ao Senador Humberto Lucena a correção de distorções dentro da prática regimental, antes do autógrafo do Presidente da República - e há documentos mostrando que tais emendas tinham sido aprovadas; foi o técnico. Mas isso não contesta o apoio técnico.

Quero afirmar, Sr. Presidente, para tirar as dúvidas, se o Deputado Ricardo Fiúza tem tempo até segunda-feira para esclarecer essas questões, que o nosso Relatório será entregue ao Senador Jarbas Passarinho, aliás, ao Relator-Geral, Deputado Roberto Magalhães, na próxima segunda-feira, quando se encerrará a CPI. Quero esclarecer duas dúvidas colocadas pelo Senador: essa página que capeia essa relação de emendas não tem nada a ver com o conteúdo das emendas. V. Exª leu apenas embaixo, com observação; tem, inclusive, a diferenciação das emendas. Na parte interna tem a data e a hora. Podemos comparar a data e a hora da introdução dessas emendas com a data e a hora de outras emendas. Queria me referir a essa questão. Queria saber se essa questão está encerrada. O Deputado Ricardo Fiúza tem esse período para nos dar essa resposta e eu pediria licença ao Presidente para entrar em outras questões.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não, sou obediente à orientação da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Há uma solicitação que foi encaminhada pelo Deputado Ricardo Fiúza ao Sr. Senador Jarbas Passarinho, com o seguinte teor: "No intuito de eventualmente prestar esclarecimentos técnicos durante o depoimento que farei perante esta CPI, venho, muito respeitosamente, solicitar a V. Exª convocar, para comparecimento, os técnicos Sr. Orlando Leite de Castro, do Senado Federal, e o Sr. Rui Oscar Dias Janiques, do PRODASEN. Ambos conhecedores das metodologias orçamentárias vigentes em 91 e 92. O atraso na solicitação deve-se à ampliação dos assuntos previstos para esse novo depoimento, inicialmente restrito à Subcomissão de Subvenções Sociais.

Escusando-me pelo momento em que o faço.

Deputado Ricardo Fiúza."

Consulto o Relator, Deputado Roberto Rollemberg, se S. Exª realmente acha proveitoso que, no momento, possamos ouvir os esclarecimentos desses técnicos.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Pela ordem, Sr. Presidente, se o nobre Relator me permitir. Antes da manifestação de S. Exª, gostaria de expor, aqui, a minha opinião.

A matéria, nobre Sr. Coordenador, está se mostrando profundamente controvertida. Eu não ponho em dúvida, em momento algum, a seriedade do trabalho desenvolvido pelo nobre Deputado Sérgio Miranda. Em absoluto. O trabalho de S. Exª tem sido lastreado nas informações que, por certo, ao que me parece, têm por S. Exª sido colhidas juntos a funcionários, a técnicos e a assessores do PRODASEN. Quero, Sr. Coordenador, ter mais informações a respeito. Acho extremamente importante que ouçamos, exclusivamente sob o aspecto técnico, as pessoas a que V. Exª se referiu na leitura do documento endereçado pelo ilustre Deputado Ricardo Fiúza ao Presidente da CPI, Senador Jarbas Passarinho.

Então, penso que, pessoalmente, que sou uma pessoa que quero sempre tomar decisões baseadas, na medida do possível, em dados concretos que me levem a uma convicção serena - é bem verdade que quebrando a praxe dos nossos trabalhos, porque, pela vez primeira no decurso da CPI, teríamos a oitiva de técnicos no decorrer dos nossos trabalhos. Mas, pessoalmente e pedindo vênia ao ilustre Relator, manifesto-me favoravelmente, porque me confesso realmente confuso, não suficientemente esclarecido e todo e qualquer elemento que possa dissipar minhas dúvidas, eu exijo que venham ao meu conhecimento.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Sr. Sérgio Miranda, para uma questão de ordem.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Confesso que não sou especialista em Orçamento. Estudei esse assunto e dediquei-me; é uma questão polêmica na Casa. Tenho a compreensão de que a imprensa, por ser um assunto técnico, distorceu muitas notícias; tenho a visão de que esse assunto criou polêmica na Casa. Procurei me restringir a essa polêmica e basear-me inclusive nos argumentos do Deputado Ricardo Fiúza.

Porém, se o Relator - por isso que pedi a questão de ordem antes da opinião do Relator - conceder que os dois técnicos do Deputado Ricardo Fiúza sejam ouvidos, eu queria pedir vênia ao Relator que os dois técnicos que auxiliaram a elaboração desse estudo também tivessem condições de explicitar suas opiniões. Não sou um técnico, o nosso debate é entre Parlamentares. Acho que é correto o Deputado Ricardo Fiúza pedir dois técnicos. Mas, para que possamos manter uma igualdade no caso, eu queria sugerir o nome de dois técnicos para que também pudessem responder. Acho que poderíamos viver uma situação esdrúxula, aqui nesta Comissão: um debate entre técnicos. Mas se isso é necessário para o esclarecimento da verdade, acho que esse pleito que encaminho ao Deputado Roberto Rollemberg é justo e deve ser atendido.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Sr. Presidente, pela ordem. Acho que essa indicação é do Presidente da Comissão, do Senador Jarbas Passarinho, e sobre ela devemos apenas acatar a sua solicitação e decidir...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Deputado José Lourenço, apenas para esclarecer...

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Não vai técnico contra técnico aqui não. Os técnicos foram indicados pelo Presidente e...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Não. Deputado José Lourenço, apenas para esclarecer, que o Senador Jarbas Passarinho encaminhou ofício e deferiu a decisão à Comissão, durante o andamento dos trabalhos. S. Exª encaminhou ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, assinado Presidente Senador Jarbas Passarinho.

É uma decisão que vamos tomar aqui durante o andamento dos nossos trabalhos. Mas quero ouvir o Relator e depois ouviremos a Comissão. De acordo com a decisão da Comissão, adotaremos a decisão.

Com a palavra o Relator Roberto Rollemberg.

O SR. RELATOR (Roberto Rollemberg) - Sr. Coordenador e Presidente desta reunião, o debate levantado pelo Deputado Sérgio Miranda, com o Deputado Ricardo Fiúza, leva esta Relatoria a, efetivamente, examinar com tranqüilidade esse aspecto, assim como o encaminhamento deste Relatório sobre as atividades de 92, e o ofício, com a aprovação do Ministro Jutahy Magalhães Jr., também será objeto de estudo pela Relatoria porque, inclusive com os dados técnicos que temos aqui, é impossível o exame imediato.

Acho absolutamente necessário transformar esta reunião em diligência que, obrigatoriamente, não precisará ser uma reunião pública de plenário, porque trata-se de um confronto e de uma análise técnica que vai servir para a Comissão e para este Relator. É uma apreciação técnica e que, portanto, concordo que haja essa convocação. Como a iniciativa foi do Deputado Ricardo Fiúza, acho que preliminarmente, no sentido de defesa, deva ser admitida liminarmente. E, em segundo lugar, com a proposta do Deputado Sérgio Miranda, que também levantou o problema, a apresentação de mais um ou dois técnicos, nesta confrontação técnica, parece-me uma forma de aperfeiçoamento da discussão. Entretanto, acho que é uma questão interna da Comissão, claro que com a participação da parte interessada, no caso, o Deputado Ricardo Fiúza, e a Relatoria que está destinada a examinar o caso do Deputado Ricardo Fiúza e outros Deputados de Pernambuco.

Penso que este assunto poderia ser aqui encerrado, dando prosseguimento a esta audiência. E este caso, como a análise da documentação juntada, que também merece maior prazo para verificação, poderá ser feito. Inclusive porque, até dia 17, estaremos com liberdade para fazer as diligências necessárias.

Então, proponho que, ao término desta reunião, seja discutida com V. Exª a oportunidade, o mais rápido possível, da juntada desses técnicos para dar um parecer para a Comissão e para a Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Diante do parecer, podemos assim dizer, emitido pelo Sr. Relator, esta Coordenadoria providenciará para que esta diligência seja efetuada. Aliás, eu, inclusive, devo declarar também que isso será feito sob a Coordenadoria da Subcomissão de Emendas, já que o assunto é afeto à referida Subcomissão. Então, o Deputado Sérgio Miranda prossegue com as outras perguntas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado. Aceito a orientação do nobre Relator, Deputado Roberto Rollemberg.

Ainda sobre a Subcomissão de Emendas, Sr. Presidente, nos materiais apreendidos na casa do Sr. Aílton Reis, da Construtora Norberto Odebrecht, existiam alguns disquetes que, depois de decifrados, um deles consta do chamado Relatório do PA-91, elaborado pelo Assessor de Desenvolvimento de Negócios da ODEBRECHT, Renato Freire de Araújo. Vou ler uma parte desse relatório.

O relatório apresenta, para a direção da Construtora Norberto Odebrecht, os resultados da ação daquela Construtora no Congresso Nacional, no que diz respeito ao Orçamento de 91. É uma avaliação interna da ODEBRECHT sobre a ação daquela Construtora, e o Executivo, encarregado, presta contas, no relatório, aos executivos, à direção daquela reunião.

Diz o seguinte:

"Metas técnicas, econômico-financeiras cumpridas".

Diz a ODEBRECHT:

"Apresentamos um total de 63 emendas à LDO 92 e 6 destaques. E conseguimos introduzir 20 subprogramas de nosso interesse. Não foi possível a inclusão de metas de obras, pois a LDO não permite isso. Prestamos aos clientes da CNO, prefeituras, governos estaduais e órgãos federais, na solicitação correta para a inclusão dos programas no projeto de lei, obtendo sucesso.

Ao todo, foram enviados 70 ofícios aos Ministérios e inclusas 66 obras da CNO no projeto de lei, representando 210 milhões, sem considerar Metrofor, Metrô de Brasília, e uma parte do reassentamento de Itaparica.

Considerando esses três programas, passamos para 390 milhões de dólares no projeto de lei."

É o que diz a ODEBRECHT.

"Apresentamos, no OGU de 92, emendas - a linguagem, Sr. Presidente, é apenas um parêntese, é muito agressiva para este Congresso. A Norberto Odebrecht, nos seus relatórios internos, se outorga o direito de apresentar emendas - para 110 programas da CNO, e conseguimos aprovar 60 programas nos relatórios parciais, num montante de 54 milhões para a CNO.

Obtivemos, no OGU 92, 27 indicações de relatores parciais que foram atendidas pelo Relator Geral, num total de 94 milhões para a ODEBRECHT.

Aprovamos, no OGU 92, junto ao Relator Geral, verbas no total de 102 milhões de dólares para 50 programas da Construtora ODEBRECHT".

Eu queria perguntar ao nobre Deputado Ricardo Fiúza, a partir desse relatório da Construtora Norberto Odebrecht, se, na elaboração do Relatório Geral, V. Exª foi procurado por algum representante da referida Construtora para inserir estas verbas, num total de 102 milhões de dólares?

Era essa a pergunta que eu queria fazer. A pergunta que eu faço ao Relator Geral é se ele foi procurado, ou diretamente por algum representante da CNO, ou indiretamente por algum Parlamentar que se poderia ter dito representante dessa Construtora para a inclusão dessas verbas.

O SR. RICARDO FIÚZA - Não conheço, nunca vi, nem sei quem é, nem este, nem nenhum empreiteiro foi recebido por mim, durante o Orçamento. Segundo, jamais incluiria qualquer emenda de interesse que não fosse da região dos Parlamentares. Terceiro, não tem nenhuma emenda minha, pessoal, como Relator-Geral.

Portanto, a resposta é não.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Obrigado. Mais duas perguntas, nobre Deputado: uma pergunta que me foi solicitada por um Parlamentar que participa da Comissão de Bancos e quer um esclarecimento apenas.

V. Exª vendeu a Usina Jaçanã para a Usina Bititinga. Verdade? É correto isso?

O SR. RICARDO FIÚZA - A pessoa que fez essa pergunta não entende nada do que disse.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, nem fez a pergunta.

O SR. RICARDO FIÚZA - Se vendeu a Usina Jaçanã para a Usina Bititinga? Quero explicar a V. Exª que a pergunta já começa com um erro de origem, a preliminar está errada.

Vou esclarecer a V. Exª: Quando nós adquirimos essa empresa, e só passamos com ela menos de dois anos, ela, que é a mesma, nunca foi vendida a ninguém - o ativo dela

continua da mesma sociedade, chamava-se Omena, Irmãos S.A., que era o nome da família antigamente detentora do controle acionário - ao nos ceder o controle acionário, aos meus filhos, eu não participava, nós colocamos o nome da nossa firma, que é Jaçanã Pecuária; ao invés de colocar pecuária botamos: Agroindustrial Jaçanã por se tratar de uma indústria.

Quando vendi esta empresa, eu disse: não deixo o nome de minha firma Jaçanã; o cidadão botou Usina Bititinga S.A., porque é o nome fantasia da empresa, para não ter mais essas confusões.

Portanto, não houve sucessão, não houve mudanças, é a mesma empresa, que tem uma nova denominação social, pelas razões que acabo de explicar a V. Exª.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado. Muito preciso o esclarecimento.

Então, a Usina Bititinga não é de propriedade de V. Exª?

O SR. RICARDO FIÚZA - Nas pastas que mostrei para a Comissão de Patrimônio, onde demonstrei a evolução do meu patrimônio, compras, aquisições e tudo, traz a data da aquisição do controle daquela empresa, e a venda do controle daquela empresa há mais de dois anos.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. É muito preciso o esclarecimento.

Mas, como V. Exª explica a partir desses fatos, depois que foi completado esse negócio e que a Usina Bititinga não é mais de sua propriedade, vários cheques de V. Exª para a Usina Bititinga?

O SR. RICARDO FIÚZA - Emitidos por mim?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, por V. Exª.

O SR. RICARDO FIÚZA - Olhe, que não são emitidos por mim esses cheques.

A minha conta só movimentou depósitos de Deputado Federal, portanto, não daria nem volume sequer para uma hora de Usina Bititinga.

Se houve alguma transferência de recursos, das minhas firmas para a Usina Bititinga, é porque ela foi praticamente levada à falência por uma perseguição mentirosa de alguns e da imprensa, que inclusive publicava nos jornais: Banco do Brasil faz operação privilegiada para proteger o Líder. Simplesmente, nunca fiz operação no Banco do Brasil, enquanto essa empresa era nossa.

Quando sentimos que o problema era de uma falência iminente, transferimos da forma como compramos. Quando compramos assumimos um passivo e fizemos uma cisão, ou seja, uma parte do patrimônio ficou com os antigos acionistas. Vendemos a outros acionistas, que aportaram vultosos recursos; é normal, é natural no processo de venda de uma usina que tinha um passivo de 23 milhões de dólares, embora um patrimônio de 75, que hajam vários ajustes pós-compras.

Não sei quais são os cheques, explicarei quais são os cheques, e por que esses recursos foram aportados após essa usina vendida.

Em todos os grandes negócios, são feitas "n" ajustagens, após as transferências, seja porque os passivos se excederam ao que foi declarado no contrato de compra, seja porque havia uma condição resolutiva a ser implementada, seja porque havia uma condição suspensiva a ser implementada, seja porque havia um crédito de acionista em conta-corrente, ou a usina era credora, ou devedora da sociedade, antigamente controladora. Portanto, é impossível responder a pergunta, sem ter acesso ao documento.

Posso lhe assegurar que deve ter sido extremamente legítimo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não, eram estes os esclarecimentos que eu queria obter: Eu não tenho cheques... Aí vale aquele ditado: Que o sapateiro não passe do sapato. Estou na Comissão de Emendas, me dão a pergunta da Comissão de Bancos, não entendo nada de banco, mas o Deputado se propõe a esclarecer esse assunto. S. Exª vai ter esses cheques à sua disposição, antes de segunda-feira, quando serão apresentados os relatórios finais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Coordenador, quero deixar bem claro que eu não deixei pergunta sem resposta, e que eu não tenho nenhuma obrigação de fazer isso.

Quero saber se isso constitui objeto ou alguma ilicitude. Porque, simplesmente o fato de dizer que um cheque seu pagou a fulano, não sou obrigado; eu farei porque quero, por liberalidade.

Portanto, não deixei pergunta sem resposta, nem fiquei para prestar esclarecimentos posteriores, como será amanhã colocado nos jornais...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, eu queria somente para esclarecer.

O SR. RICARDO FIÚZA - Estou esclarecendo para os jornais.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu queria esclarecer para a Mesa, não para os jornais. Eu queria dizer que essa questão, no que diz respeito à Subcomissão de Emendas, precisa ser esclarecida. Não fui convencido pelo Deputado do fato de não ter havido inclusão de emendas. Podemos esclarecer posteriormente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - O próximo inscrito é o Senador Francisco Rollemberg.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, não era meu propósito, hoje pela manhã, fazer qualquer interpelação ao Deputado Ricardo

Fiúza, haja vista que V. Exª designou nosso companheiro da Comissão, Deputado Luiz Máximo para falar por nós.

Mas é preciso que se fale - às vezes, precisamos falar. Eu poderia, neste instante, dizer até que teria mágoas do Deputado Ricardo Fiúza porque, quando Ministro, nunca consegui ter acesso a S. Exª - V. Exª poderá confirmar - por isso mesmo, nunca compareci ao seu Ministério durante a sua gestão.

Mas, Deputado Ricardo Fiúza, eu o conheço desde 1971. Nós somos de uma geração de, hoje, velhos parlamentares. V. Exª, na Câmara dos Deputados, sempre se portou com muita seriedade, com muita compostura e com muita responsabilidade para com todas as missões que lhe foram outorgadas. V. Exª foi líder de vários governos, vice-líder, presidente de comissões, e sobre V. Exª, durante todo aquele período em que fomos colegas durante 16 anos, nunca pairou sobre a sua pessoa qualquer dúvida quanto a sua honorabilidade.

Mas, Deputado Ricardo Fiúza, hoje pela manhã, o que assisto aqui? A um impasse, um impasse técnico, um impasse onde V. Exª tem procurado responder com profundidade a todas as perguntas que lhe são formuladas. Neste instante, estamos vivendo um impasse em decorrência da interpretação de V. Exª e da interpretação da Comissão de Emendas.

O Sr. Presidente fez muito bem em transformar isso em sindicância. É importante que assim seja, eminente Deputado Ricardo Fiúza, porque, nessa sindicância, tenho a certeza de que em se tratando de uma questão meramente técnica, como tem sido posta por V. Exª durante toda sua exposição, V. Exª, por certo, poderá continuar como está fazendo até agora, a comprovar todas as suas afirmações, rebatendo todas as acusações que lhe têm sido feitas.

Acho, então, Sr. Presidente, que, como parlamentar antigo desta Casa, conhecedor do Deputado Ricardo Fiúza, conhecedor da sua vida pregressa, seu companheiro de partido durante vários anos e assistindo o sofrimento de um massacre que ele vem sofrendo durante esses 70, quase 80 dias, e ver a postura, o cavalheirismo, a lhaneza e a segurança com que vem se apresentando nesse instante, Sr. Presidente, digo ao Sr. Ricardo Fiúza o seguinte: quando entrei para esta Comissão, dei uma declaração em Sergipe de que não teria amigos; aqui viria como juiz, viria para julgar. Portanto, condenaria com a mesma coragem que absolveria aqueles que aqui ouvisse.

Continuo com esta postura, mas devo dizer-lhe, não como uma antecipação de voto, porque não sei como votarei ainda, que V. Exª tem se portado com muita segurança, com muita coragem, com muita audácia, com muita obstinação, com muita pertinácia na comprovação daquilo que V. Exª defende com tanto ardor, que é a sua honra pessoal e a sua dignidade.

Essa sua postura, nobre Deputado, que por certo assusta alguns, causa em outros uma admiração também maior. Não sei se a admiro, não sei se a condeno, mas é preciso que esta Casa, neste instante, saiba que este cidadão que está aqui no Congresso Nacional, há 23 anos - nós somos uma geração de poucos, poucos de nós aqui estão, somos 6 -, pode dizer de alto e bom som: eu conheço Ricardo Fiúza; S. Exª era um homem probo, eu acredito que seja um homem probo.

Vamos à sindicância, vamos fazer o confronto técnico para dar a Ricardo Fiúza a oportunidade de, em sendo julgado pelos seus Pares, ser condenado ou absolvido. Mas não podemos fazer, neste instante, qualquer pré-julgamento; não podemos neste instante transformar a cadeira onde depõe, como testemunha, na cadeira de réu, porque o Sr. Ricardo Fiúza tem história, tem passado e terá futuro, tenho certeza, para o seu próprio engrandecimento, para a honra e dignidade de sua família e do Estado que, por tantos anos, lhe mandou a esta Casa.

Sr. Presidente, não faço nenhuma pergunta nesta hora. Eu presto um depoimento para que outros Companheiros que chegaram aqui muito depois de nós, que não viveram as agruras que nós vivemos no período da ditadura; onde nós não tínhamos voz ativa; onde nós tínhamos uma participação mínima; onde o tecnocrata tinha o prazer mórbido de jogar na cesta de lixo qualquer reivindicação nossa; onde nós recebíamos pronto um orçamento e votávamos ou não aprovávamos, e nós votávamos e aprovávamos; onde se criava uma Comissão Mista de Orçamento, que era um arremedo de Comissão - e V. Exª sabe disso. Nós recebíamos os anexos, que eram sorteados entre Deputados e Senadores, anexos criptografados. Ministérios inteiros mandavam 2, 3 páginas, praticamente citando siglas e baseados em uma pequena justificativa. E, no mais das vezes, nós, baseados naquela justificativa, apresentávamos o nosso parecer favorável; não podíamos emendar coisa alguma.

E, agora, quando tomamos de volta aquele poder que nos cabia; quando assumimos a responsabilidade de fazermos, como nos países modernos, o Orçamento da nossa Nação, não podemos, de maneira nenhuma, permitir que nós mesmos nos destruamos, que nós mesmos nos desmoralizemos e tenhamos de pedir que o Executivo nos mande de volta aquele orçamento feito, porque por temor, por covardia, por partidarismo, por ideologia, ou seja lá o que for, fiquemos todos acovardados de estudar, debater e discutir aquela lei mais importante, que vem para o Congresso Nacional, que é a obrigação nossa de aperfeiçoá-la, que é o Orçamento da União.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade que me deu para falar neste instante. Como disse, não há pergunta a fazer. É um depoimento. Um depoimento, talvez até emocionado, mas que achei no dever de fazê-lo, porque esta Casa não pode, não deve se acovardar, se amesquinhar no cumprimento dos seus deveres maiores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - Meu caro Senador Francisco Rollemberg, pelas mesmas razões que peço a V. Exª que me compreenda, pelas mesmas razões que disse o Deputado José Lourenço, peço a V. Exª que me poupe de agradecer como deveria essa demonstração tão generosa a respeito da minha vida pública e do meu passado, esquecida por tantos hoje em dia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Relator Roberto Rollemberg.

O SR. RELATOR (Roberto Rollemberg) - Sr. Coordenador, Srs. Deputados, eu queria, antes de fazer algumas perguntas ao Deputado Fiúza, declarar que nesta reunião e em tantas outras da CPI sempre, quando termina, existem algumas dúvidas. Entretanto, a divulgação das dúvidas é sempre contra quem depõe ou contra quem interpela. Entendo que a dúvida deve ser uma preocupação de todos. Dúvida não milita contra uma só das partes, e, sim, para a Relatoria, para a decisão da CPI e da opinião pública. Fui advogado criminal por muito tempo. Lembro-me de que quando fazia uma acusação, encontrei um dileto amigo, e ele me disse: Dr. Rollemberg, não me aceite como jurado, porque eu vou absolver esse réu. De outra feita, eu estava defendendo um réu e também um amigo: não me aceite, porque eu vou condenar o réu. Nas duas hipóteses, eu pedi àquele jurado, ou àqueles dois jurados em posições diferentes, que olhassem o processo. Eu não os recusaria, nem o que declarou que votaria contra mim, nem o que declarou que votaria a meu favor, porque eu confiava no processo e confio na Justiça. Na CPI é mais ou menos a mesma coisa.

Se me permitir a reunião no fundo da sala, vou continuar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Peço, por gentileza, àqueles que estão no fundo da sala que ouçamos a palavra do Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Rollemberg) - Não porque ela seja brilhante, mas efetivamente porque a reunião deve ser mais discreta e mais elegante.

Mas a verdade é que duas opiniões às vezes se distanciam muito; a opinião pública e o processo. O processo às vezes diz alguma coisa e a opinião pública não diz; às vezes coincidem. Então, a grande dificuldade da CPI é exatamente compatibilizar aquilo que se apura com aquela versão que corre lá fora.

Nesta dificuldade, sabemos que esta CPI, quando pedir a suspensão ou cassação de 10, vão dizer que deveriam ser 20; se punirmos 20, vão dizer que deveriam ser 30, e assim por diante, na falta de credibilidade que, infelizmente, preside os atos dos homens públicos.

E porque existe o processo, e porque existe lá fora uma outra interpretação das coisas, ao fazer as perguntas ao Deputado Ricardo Fiúza, quero que S. Exª entenda e que a CPI também entenda que posso fazer umas perguntas que podem parecer não ser de competência técnica da CPI, mas é de competência da CPI porque também ela está sob a influência da opinião pública, e às vezes um caso que especificamente não é da CPI, mas é do conhecimento público, e é um componente do homem público, também deve ser esclarecido.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer ao Deputado Ricardo Fiúza que o Coordenador Senador Garibaldi Alves Filho, que é uma das figuras mais expressivas desta CPI, pela sua dedicação e seriedade, pediu um documento da Comissão que é público e que por certo já passou ou vai passar ao Deputado Ricardo Fiúza, onde estão dúvidas que esta Comissão tem. Portanto, a Comissão nada esconde do investigado ou da testemunha, assim como a testemunha ou o investigado não devem esconder da CPI.

Na indicação dos representantes dos técnicos, requerido pelo Deputado Ricardo Fiúza, me apraz muito, Deputado, que estejam aqui um técnico do Senado e um do PRODASEN, porque, fora do processo, esta Relatoria recebeu reclamação de alguns funcionários do PRODASEN, sobre V. Exª, emocionalmente, ter ofendido por aquilo que julga ser injusto; ter, em determinada época, dito a técnicos do PRODASEN da sua incapacidade ou qualquer outra discussão que tenha incompatibilizado com o PRODASEN.

No momento em que V. Exª indica um elemento do PRODASEN, vejo superadas eventuais divergências que podem ter havido e que não podem influir nas informações que a Relatoria deseja.

Para completar, o Deputado Sérgio Miranda apresentou dois nomes, Edwiges de Oliveira Cardoso e Samir Curi, que peço que façam parte dessa diligência a ser efetuada posteriormente.

Sr. Deputado, nesses itens da Comissão, algumas preocupações havia, mas foram debatidas aqui amplamente e sobrou para esta Relatoria o item quinto, que analisa em seu depoimento a esta CPMI: "O Deputado Fiúza afirma que sua proposição de socorrer o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo de Desenvolvimento Social, teria sido motivo para uma representação da Central Única dos Trabalhadores contra sua pessoa, ao TCU, e que tal representação teria sido dada como improcedente ou arquivada pelo Tribunal.

Cabe esclarecer que tal representação foi encaminhada não somente pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e que foi acatada, em 8/10/92, gerando inspeção extraordinária na Caixa Econômica Federal e no Instituto Nacional de Seguro Social.

Esse é o primeiro pedido de esclarecimento. Eu peço que V. Exª vá anotando, porque vou fazer todas de uma vez, para que, caso uma tenha conexão com a outra, V. Exª possa fazer uma análise global do problema.

Outro problema é com referência a empréstimos que V. Exª fez junto à Caixa Econômica Federal e não os tendo saldado e retirado o seu aval, transferiu a outro grupo essa responsabilidade, eximindo-se do aval que anteriormente havia assumido.

Outro aspecto ainda - e percebem que são exatamente conceitos extraprocessuais, mais de conhecimento da CPI -, é sempre a discussão da política que V. Exª teria liderado em relação aos problemas das isenções e acordos com os usineiros.

Esses são alguns pontos que chegam à Comissão, circulam na Comissão, e que não são objeto específico de investigação, mas são componentes do raciocínio de que se deva analisar no contexto geral.

Quanto à juntada dessa documentação e às missivas referentes a nomes que aqui assumem responsabilidades, serão examinados pela relatoria.

Finalmente, gostaria que V. Exª fizesse uma observação das relações de V. Exª com o Ministro Jutahy, uma vez que existem algumas críticas à conduta ministerial de V. Exª e, posteriormente, encontra-se um documento, ainda não analisado, do Ministro Jutahy aprovando as contas anteriores.

Nesse conjunto de solicitações, e implicitamente perguntas, gostaria de ouvir V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Relator, Sr. Coordenador, Srªs e Srs. Parlamentares:

O item V diz:

"Em seu depoimento a essa CPMI o Deputado Fiúza afirma sua proposição, etc., sobre o Fundo de Garantia."

A respeito desse assunto, Sr. Relator, tenho a esclarecer o seguinte:

Ao assumir o Ministério da Ação Social, verifiquei o estado de calamidade em que se encontravam as COHABs do Brasil todo. E verifiquei que os recursos do FGTS eram insuficientes para o atendimento dos contratos ou dos comprometimentos já existentes.

Verifiquei que o FAT - Fundo de Assistência ao Trabalhador -, dispunha, se não me falha a memória, de 500 bilhões, naquela época.

Em documentação que enderecei ao Sr. Presidente da República, propus a S. Exª que parte dos recursos do FAT fossem emprestados - emprestados, repito - ao FGTS para a continuidade das obras. O assunto foi debatido e não foi aceito pelo Conselho do FAT, àquela época.

A operação era a mais inteligente, legítima, visto que o FAT teria maior rentabilidade do que estava tendo, era por prazo determinado, não era empréstimo particular, mas de Fundo para Fundo, e que, por qualquer razão, não foi aceito.

Tive conhecimento - e devo ter lá em casa -, do parecer do Tribunal de Contas, que seja feito por quem tenha sido feito é eivado do maior erro, quando diz que isso prejudicaria o FAT.

Naquela época, Sr. Relator, eu não estava sem disponibilidade do FGTS, não. Tinha, se não me falha a memória, 700 bilhões, e não era pequena a pressão, Sr. Relator, inclusive de muitos companheiros deputados, para que fossem contratadas novas obras. Ao que respondi, está tudo documentado, que achava uma leviandade, quando não havia recurso sequer para continuar as obras, fazer novas contratações, e não o fiz. E não foi fácil, porque a pressão foi imensa.

Posteriormente, manda-me um Ministro do Tribunal de Contas, que não me recordo mais, o voto arquivando essa representação que vou remeter para V. Exª.

Nos termos da Lei 8.036, a administração do FGTS ficou dividida entre o Ministério da Ação Social e Caixa Econômica. Um gestor e o outro operador. E o Ministério do Trabalho como órgão fiscalizador.

O Orçamento executado ao longo de 91 havia sido elaborado em meados do ano anterior, de 90 - ressalte-se que fui Ministro em 92 - logo após o Plano Brasil Novo, com previsões excessivamente otimistas acerca do comportamento da economia e do conseqüente ingresso de recursos.

A não-revisão desse orçamento teria levado a que fossem contratados operações de financiamento - 60% para habitação, 30% saneamento e 10% para infra-estrutura, no ano de 91 - em desacordo com a real capacidade do FGTS enfrentar o desembolso, muito embora dentro do limite global autorizado pelo Conselho Curador.

Quem autorizou esse orçamento foi o Conselho Curador.

Por outro lado, o orçamento e o plano de contratações e metas físicas do FGTS para 92, aprovado pela Resolução 059, de 17 de dezembro de 91, do Conselho Curador, definiu para esse exercício o valor total de contratações e desembolso, as contratações em UPF - Unidade-Padrão 8.419.5, e 17.917 de desembolso, onde se verifica um descompasso. Ou seja, havia autorização formal para que fossem contratadas novas operações, até o limite de 200,9 milhões de UPF's, ou de 8 bilhões, 419 mil cruzeiros, a preço de setembro.

Entretanto, o acompanhamento da arrecadação líquida do FGTS demonstrou uma perda crescente, diminuição das UPF's, sobretudo em função do aumento dos saques, por rescisão de contrato de trabalho, levando a dificuldades cada vez maior para honrar os compromissos decorrentes das operações feitas por aquele fundo.

Diante dessa situação, determinei que nenhuma contratação de obra nova fosse realizada com recurso do FGTS, até que se regularizasse a situação do Fundo.

Sr. Relator, eu, Ministro de Estado, político, líder, sob pressão pré-eleitoral, num governo que estava com problemas, tendo o recurso, determinei que não se fizesse, nem um centavo.

De fato, durante toda minha gestão, nenhum contrato foi formalizado, muito embora a autorização de novas contratações embutidas no Orçamento de 92 vigorasse de janeiro a junho.

Acho que seria me alongar demais de toda questão para V. Exª. Apenas como já dei a explicação, acho que é cabal, eu propus, e foi aceito ,que parte do recurso de FGTS, Fundo de Desenvolvimento Social, fosse emprestado ao FGTS, nas mesmas condições e para mesma finalidade que havia surgido o fato.

Ou seja, nesse sentido, Sr. Presidente, o que eu propus foi feito pelo Decreto n. 640, em 26/08/92, quando não era mais Ministro, autorizando a Caixa Econômica a autorizar até 500 bilhões para reforçar o desembolso dos contratos que eu pretendia naquela época.

Portanto, o Ministro Jutahy Magalhães Júnior agiu exatamente em cima do estudo que eu havia deixado e que havia sido tão criticado. O estudo é sério, é competente, não envolve nenhuma irregularidade, me perdoe a falta de modéstia.

V. Exª me pergunta pela operação da Caixa.

Se eu disser a V. Exª que gostaria de ficar na preliminar, vão dizer que eu estou deixando sem resposta. A preliminar é a seguinte:

A CPI tem objeto certo, esta comissão, obviamente, não tem como seu objeto apurar esses assuntos. Isso está numa pasta que vou encaminhar a V. Exª, com as notas da Caixa Econômica, com as cartas que foram feitas à Caixa Econômica, onde a mim competia, simplesmente, responder o seguinte. Se o empréstimo foi feito a taxas de mercado e com cláusulas uniforme, porque, em não sendo, seria vedado a um Parlamentar fazê-lo. Eu não era sequer acionista daquela empresa, mas não quero levantar isso, porque meus familiares eram, portanto, considero-me também como se acionista fosse.

Essa empresa tinha a receber - como está recebendo agora, esta semana -, segundo me informam os seus atuais detentores do controle acionário, recursos do Fundo de Equalização de Preços - que é um dinheiro não do Governo, apenas arrecadado pelo Governo -, num total de US$ 2,5 milhões. E como atravessava situação financeira difícil, embora patrimonial superavitária, meus filhos se dirigiram à Caixa Econômica e propuseram uma operação de curto prazo, porque imaginavam receber esse recurso em tempo hábil para saldá-la. Essa operação foi renovada "n" vezes, conforme documentos que vou mandar para V. Exª.

A exemplo da maioria das empresas deste País, que enfrentam dificuldades e pagam juros escorchantes, essa operação não teve o menor favorecimento no que se diz a *cláusulas e taxas.*

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Pela ordem, Sr. Presidente. Desculpe interromper V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Apenas para conhecimento, Sr. Presidente. Qual foi o juro cobrado de V. Exª?

O SR. RICARDO FIÚZA - Tenho que abrir aqui para mostrar a V. Exª que o empréstimo original era US$ 1.600 mil e, hoje, são US$ 4.900 mil à empresa.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Não, é porque os juros internacionais, hoje, para que o País saiba, estão a 7%, sem correção monetária. A inflação do dólar americano foi 2.7; os juros reais, hoje, nos Estados Unidos são 4.3 ao ano.

O SR. RICARDO FIÚZA - Muito bem! Mas, infelizmente, a nossa realidade econômica é diversa.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Não, mas quem toma 12% ao mês, por exemplo, na Caixa Econômica, acha que a Caixa Econômica está privilegiando alguém.

O SR. RICARDO FIÚZA - Mas não foi. Não foi nem 12. Então, vou encaminhar a V. Exª, porque seria massacrar a Comissão com dados que já mandei. A Caixa Econômica fez dois ofícios: um foi contestado, voltou um segundo ofício que confirma basicamente o primeiro. Diz o seguinte: que houve uma auditoria parcial, ou seja auditoria ainda não completada, reitera julgar que houve irregularidades na contratação. Irregularidades formais - o cartão de assinatura não estava assinado pelo gerente -, a operação foi feita às carreiras, a autorização foi dada por telefone, isso aquilo e aquilo outro. Como se, Sr. Presidente, quem toma dinheiro a esses juros escorchantes não soubesse o que é isso: são operações de **hot money**, de curto prazo, sempre e normalmente feitas às carreiras, para justificar, inclusive, as taxas extorsivas.

O que fica claro, Sr. Presidente, é que a operação não foi feita no Banco Social da Caixa - foi feita no Banco Comercial da Caixa - e foi feita a juros de mercado. A origem dos recursos não foi orçamentária -, e que as cláusulas, inclusive, da renegociação, foram cláusulas uniformes. Não houve nenhuma cláusula diferente para essa empresa.

Durante o processo de rolagem das dívidas - e que aqueles que não sabem a dificuldade de se produzir nesse País...Se a empresa tem 3.500 pessoas... uma coisa engraçada: Pernambuco e Alagoas têm trabalhadores na cana-de-açúcar que não têm qualificação, ou seja, *não podem trabalhar no setor secundário, nem no setor terciário,* em torno de 350 mil. E ninguém se preocupa com isso. Essa empresa tem 3.500.

Muito bem. Ao vender a empresa, e essa operação foi feita com a empresa, com o aval dos diretores da época, e ao novar a operação, os novos acionistas, que estão fazendo um esforço sobre-humano, prejudicado por essas fofocas de pessoas que não sabem

o que é uma folha de 3.500 pessoas no fim de semana, renovaram para pagar parceladamente e, segundo me informaram, vão depositar uma parte essa semana, ingressar em juízo, pedindo uma perícia contábil para redução dos juros, porque não vão pagar esse absurdo que está sendo cobrado. Novaram a operação, da mesma forma como foi feita com a empresa, com o aval dos diretores. Nessa oportunidade, causa espécie - vê-se chifre em cabeça de cavalo - que os antigos diretores, no caso a minha família, os meus familiares - e pensei que tinha avalizado essa operação, mas não tinha, mas não é problema, porque a minha mulher avalizou e meu filho é a mesma coisa que ser eu - já não figuram também como avalistas. Por *uma simples razão: não eram mais diretores, acionistas controladores. E a operação foi feita* com a sociedade, com a pessoa jurídica, Usina Ibitinga S. A., e aval dos diretores, como foi feito anteriormente, sendo que os diretores são os novos diretores. Aí apareceram logo mil levantamentos de cadastros, novos diretores, para dizer que era um grupo, que não-sei-o-quê, que não-sei-o-que-lá, etc., e até ações para repor o meu aval.

Se V. Exª me permite, com todo o respeito, não creio que seja assunto da CPI, mas forneço à CPI todos os elementos. É a prova que, na busca incessante de me incriminarem, a qualquer custo, algumas pessoas saem, ao não encontrar questões substantivas nos objetivos, procuram essas outras questões. Mas é um questão de foro íntimo, e eu respeito.

Disseram que eu participei de um tal acordo de isenção dos usineiros, que dei um grande prejuízo ao Governo de Alagoas.

Quero dizer a V. Exª o seguinte: isso foi feito antes da eleição do Presidente Collor. Eu não falava sequer com o Presidente Collor. Eu era **persona non grata** ao Presidente Collor. Eu nunca subi em um palanque do Presidente Collor. Eu votei no candidato do meu Partido, porque sempre fui leal, votei em Aureliano Chaves; no segundo turno votei no Presidente Collor; simplesmente cheguei lá e dei o meu voto. Eu fui Ministro do Presidente Collor na segunda fase do Governo dele - aliás, tive muita honra, porque era um excelente Ministério, tentando evitar a crise, evitar que o País passasse os traumas que passou. Portanto, eu não era usineiro, não conhecia usinas em Alagoas, não tratei com usineiro, não sabia de isenção, não tenho nada a ver com isso. Esse fato deve ter ocorrido a uns três anos antes, pelo menos, de que comprássemos a empresa, que hoje luta para sair das dificuldades e continuar pagando os seus salários.

A última pergunta de V. Exª é sobre o meu relacionamento com o Ministro Jutahy Magalhães Júnior, se não me falha a memória. Devo dizer a V. Exª que nunca fui íntimo do Ministro Jutahy Magalhães Júnior. Fui mais íntimo do pai de S. Exª, Senador Jutahy Magalhães, que foi meu colega, Deputado por mais tempo, e é mais próximo da minha geração, embora seja um pouco mais idoso do que eu. Mas, agiu como um cavalheiro, não fez demonstrações carnavalescas em torno da minha gestão, mas foi extremamente rigoroso com a análise do meu período. Não tenho nada a acrescentar. Dele não guardo nenhuma mágoa e o tenho na conta de um homem de bem e de um político exemplar. É a emissão apenas de um conceito.

O SR. RELATOR (Roberto Rollemberg) - Sr. Coordenador, então, com essas diligências que serão feitas, nós já teremos, até o dia 17, com tudo o que puder ser feito, a condição de fazer um relatório de acordo com os princípios que esta CPI deseja, que é apurar a verdade e a defesa do interesse público. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Ricardo Fiúza para as suas considerações finais, o Senador Eduardo Suplicy pediu a palavra porque foi citado durante esta reunião.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Sr. Relator, Deputado Roberto Rollemberg, Deputado Ricardo Fiúza.

Não era a minha intenção, hoje, argüir, Sr. Presidente, e não o farei, até por que gostaria de demonstrar que, ao contrário do que foi por diversas vezes afirmado, não apenas hoje, o que tenho procurado fazer é a busca da verdade inteira, não a aceitando quando ela não é exposta inteiramente ou quando não está tudo esclarecido. Não se trata, de forma alguma, de uma questão pessoal para com um Deputado que, durante os tempos que aqui convivemos, antes como Deputados Federais, no período 83/87, embora adversários que, por vezes, éramos aguerridos, sempre tivemos uma relação de respeito. E, enquanto Senador, também no primeiro ano, e durante o tempo em que ambos fomos membros da Comissão Mista do Orçamento, em que S. Exª assumiu a posição tão responsável de Relator, nós, por vezes, dialogávamos com muito respeito. Conversamos sobre os mais diversos assuntos e eu reiterei aquilo que está em seu depoimento ou nas suas explicações nessas 45 laudas que foram já expressas em outras ocasiões, de fato eu reconheci o denodo com que o Deputado Ricardo Fiúza trabalhou nos 40 dias em que foi Relator e, em especial nos últimos dias em que houve a necessidade de um trabalho exaustivo.

No dia da votação da redação final, conversei com o Deputado José Genoíno, pois avaliávamos que bastaria que ele se pronunciasse a respeito da avaliação que, tanto eu, como o Deputado Eduardo Jorge, na Comissão Mista do Orçamento, havíamos colocado na noite na Comissão Mista do Orçamento pelo PT. Na reunião do Congresso Nacional, falou apenas o Deputado José Genoíno. E não colocávamos em questão, à época, o que somente depois é que eu me dei conta e tive a consciência do que me pareceu, pelo menos, ser aquilo que tenho denominado a inclusão, após a votação da redação final, de inúmeras emendas. Os números apresentados, primeiro quanto às emendas relativas ao Ministério da Ação Social,

por volta de março ou maio de 92 e, depois, em junho de 92, após cuidadosa pesquisa junto ao SIAFI, e, aí, referentes a mais de setecentas e tantas emendas, referem-se a um levantamento cuidadoso. Pode ter tido uma ou outra falha. Mas, no conjunto, o fato, até hoje, no meu entender, ainda não foi plenamente esclarecido e avalio como extremamente importante esse esforço para chegarmos à verdade inteira, não apenas à meia- verdade.

Eu gostaria de ressaltar que, como em nenhum outro momento da CPI, hoje eu vim com a vontade inteira de estar aqui com os olhos e os ouvidos abertos para dirimir quaisquer dúvidas. E sabe muito bem o Deputado Ricardo Fiúza, como indicação de que a sua avaliação não é tão correta de que eu estaria fazendo uma perseguição pessoal, que eu apenas tenho me dedicado aos assuntos que me chegaram ao conhecimento e que considerei dever e responsabilidade minha examinar o caso das emendas. Eu sou da Subcomissão de Emendas, e o caso que chegou a mim, relativamente ao empréstimo na Caixa Econômica Federal, e que também deverá ser objeto de parecer técnico sobre se os recursos são ou não atinentes ao processo orçamentário. E vou explicar por quê.

Mas, relativamente à questão das emendas, é muito importante que haja as opiniões do Sr. Orlando Leite de Castro, do outro técnico, Rui Gianini, e técnicos que trabalham também no Senado e que estudaram em profundidade, inclusive a Edwiges Oliveira Cardoso, minha Chefe de Gabinete, considerada por todos os meus colegas Senadores uma das mais competentes funcionárias de carreira do Senado. E o Deputado José Lourenço sabe que hoje aqui sou a pessoa que vai ouvir, mas vai querer saber a verdade completa. E seria importante, na medida em que o Deputado Ricardo Fiúza mencionou que o Sr. José Carlos Alves dos Santos foi uma pessoa que, durante a vida toda - a expressão foi aproximadamente essa, pelo menos o sentido -, uma pessoa que a vida inteira, ou que quase durante toda a sua vida, mentiu, ou que mentiu sempre. Alguma palavra nesse sentido.

Sabemos, comprovadamente, que o Sr. José Carlos Alves dos Santos, para esta CPI, em alguns momentos, não falou a verdade. Vou dar um exemplo: quando ele mencionou que tinha obtido cerca de um milhão e poucos de cruzeiros, ele, no seu primeiro depoimento, já sabia e depois veio confessar à própria CPI que, em verdade, ele tinha cerca de três milhões de dólares e mais quinhentos mil dólares na sua conta. Ele, primeiro, tinha confessado um milhão e poucos de dólares. Depois, confessou três milhões e poucos e os mostrou à CPI. Então, certamente ali se comprovou que a sua palavra não foi verdadeira na primeira vez. Mas, muito daquilo que ele revelou à CPI foi comprovado como verdade. Algumas coisas que ele disse, precisam ser objeto da averiguação. Sr. Presidente, como tenho a vontade de esclarecer inteiramente, eu procurei perguntar, mais uma vez, ao Sr. José Carlos Alves dos Santos, e V. Exª foi testemunha, Senador Garibaldi Alves Filho, presidiu, na Polícia Federal, a questão, então, eis como o Sr. José Carlos Alves dos Santos descreveu o que ocorreu no procedimento após o dia 19 de dezembro de 91, quando mostrei a listagem onde havia registrado data e horário.

"Senador, eu folgo muito em saber que aparece a data e horário. Eu havia dito, inclusive, na CPI, em conversação, não me lembro mais, exatamente, que não sabia se existia essa possibilidade de data e horário. Mas eu havia descrito esse processo, como tinha sido aqui. As emendas foram operacionalizadas, posteriormente, aquele negócio todo, dentro daquela possível liberdade que o Deputado Fiúza entendia, dentro daquela autorização, dada pela Comissão. Inclusive, chamei a atenção do Senhor, na Comissão, porque uma decisão da Comissão não podia prevalecer para o Plenário"

Mais adiante, ele diz:

"Volto a dizer que, no meu depoimento na CPI, citei, muito claramente, que uma decisão da CPI não podia prevalecer para o Plenário, para um documento que era a redação final. Que não era mais do âmbito da Comissão e que só poderia ser do âmbito do Plenário. Aquela delegação, por mais que fosse devagar, em torno do seu conteúdo, que ela significava, realmente, não poderia valer para o Plenário. Agora, isso aqui veio caracterizar aquilo que todos sabiam, que V. Exª determinou que já haviam levantado, que tínhamos confirmado anteriormente: que o Orçamento não estava pronto, naquele momento em que foi votado no Congresso Nacional. Que aquilo que foi dito lá, "Sobre a mesa, a redação final", não era uma verdade, pois não havia uma redação final, ali. Continuou-se o processo de elaboração do Orçamento. Os parlamentares indo ao PRODASEN, à casa do Deputado Fiúza, à casa do Deputado que é vizinho, assim por diante."

Mais adiante: "Aquele grupo de Sub-Relatores, mais os demais parlamentares do Congresso, quer dizer, autores de emendas, ou pedindo a aprovação de emendas, os procuravam, neste período posterior ao aprovado do orçamento, pedindo a aprovação das emendas. É daí que saiu esta lista toda, evidentemente. As emendas, na realidade, eram aprovadas pelo próprio Deputado Fiúza, que era o Relator, ou por alguns membros da Sub-Comissão, rubricados e mandados para operacionalizar. Eu não acompanhava, especificamente, a operacionalização da emenda, eu estava ali acompanhando o aspecto técnico, vendo se pode ou não pode, de onde saíram os recursos, esse tipo de coisa. Mas, evidentemente, estávamos vendo o processo sendo feito, e quase participando dele; eu não participava, eu, realmente, não operacionalizava o processo, estávamos acompanhando e, naquela turbulência toda, convivendo ali dentro, víamos as coisas sendo feitas, realmente. Então, essas emendas foram colocadas, houve centenas de emendas colocadas depois, emendas que não estavam aprovadas na primeira fase e foram aprovadas posteriormente. E pleitos que foram transformados em emendas, pelo Deputado Ricardo Fiúza. Quer dizer, o que está aqui, como do Deputado Fiúza, na realidade, é o Deputado Ricardo Fiúza, como Relator-Geral, devem ser emendas dele, como Relator-Geral e não emendas dele, pessoais, assim como as dos demais parlamentares. Eram pleitos de parlamentares que chegavam,

como não existiam emendas apresentadas, sobre aquele assunto, então, ele aprovava, na hora. Que é, tipicamente, o que aqui foi perguntado pelo Deputado Sérgio Miranda. Se, *porventura, aquele caso referente ao que havia sido indicado pelo Deputado* Carlos Benevides, ainda que não fosse emenda anteriormente, tivesse sido incluído. Isso distorce mais o processo, porque não eram emendas nem emendas, porque aqui já existiam, apresentadas no prazo normal. Eram emendas que foram colocadas posteriormente. Por isso é que surgiram, naquele momento, as emendas de Relator. As emendas de Relator, apresentadas no seu relatório são várias e teoricamente decorreriam de uma análise que o Relator fez do processo, e de necessidades que poderiam ser feitas à peça orçamentária. Isso aqui mostra que eram emendas que foram posteriormente acertadas, o assunto foi posteriormente acertado por ele".

Assim, só mais umas linhas, Sr. Presidente.

"Há parlamentares que não conseguiram antes e foram começar a trabalhar no PRODASEN posteriormente, quando havia possibilidade de se fazer isso, inclusive nas emendas do Relator. As emendas apresentadas, como de Relator, dificilmente esses parlamentares teriam pleiteado antes, porque não existiam emendas formais, vamos dizer assim, para serem pleiteadas. Só poderiam pleitear na hora de serem colocadas, seria na hora. Eu preciso disso, se acertava com o Relator ou com algum daquele grupo de Sub-Relatores, e decidiam, na hora, e no papel davam o visto e era tocada, para ser operacionalizada.".

Sr. Presidente, eu tive o cuidado de ir ao PRODASEN e perguntar à Dra. Regina, às pessoas que estavam lá, auxiliando o Dr. José Carlos, e informaram que lá por volta de novembro, de dezembro, o Deputado Ricardo Fiúza reuniu a Diretora e os principais Assessores e apresentou o então Diretor Geral do Departamento de Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos, informando de que ele seria o coordenador, dos trabalhos, naquela fase de acompanhamento e fechamento.

E de como, na medida em que, ocorreu o Natal, depois o Ano Bom, gradativamente menos pessoas acompanharam aquele processo, que acabou só por volta do dia 04 de fevereiro, quando se registram as últimas emendas.

É verdade, que o Deputado Ricardo Fiúza menciona, que alguma das inserções, com data e horário, foram só para verificação; outras foram para modificações técnicas de erro; outras foram para modificações inclusive de diminuição de valor de emendas; e outras acrescidas.

Foi todo um processo assim descrito. Não apenas pelo Sr. José Carlos, mas, também, por pessoas que com ele trabalharam e que poderão dar o testemunho.

Quero, apenas, a verdade inteira, como também no caso do empréstimo da *Caixa Econômica Federal, que está sendo objeto do interesse do Deputado Roberto* Rollemberg.

Vou dar um exemplo do que é se querer a verdade inteira, ou a meia verdade.

Quando o Deputado Ricardo Fiúza encaminhou ofício à Caixa Econômica Federal, pediu ao Sr. José Lindoso de Albuquerque Filho, que respondesse a sete perguntas. No próprio dia 20 de dezembro, o Sr. José Lindoso Albuquerque Filho, respondeu sem um exame muito detalhado.

Mas, a primeira pergunta, do Deputado Ricardo Fiúza, era a seguinte: Se a operação inicial concedida em 08 de maio de 91, à Companhia Agro-Industrial Jaçanã, foi através da Caixa Econômica Banco Social ou através do Banco Comercial Múltiplo, da Caixa Econômica Federal.

Primeiro, a resposta em uma linha e meia. Mas, se bem com o seguinte preâmbulo "Em atenção à carta de V. Exª, datada de 20 de 12 de 93, passamos a prestar os esclarecimentos solicitados.

No entanto, aproveitamos a oportunidade para informar que as respostas abaixo discriminadas - vou concluir, Sr. Presidente, estou prestando atenção há bastante tempo, e fui citado inúmeras vezes - não invalidam, nem colidem com as informações prestadas ao Exmº Sr. Relator da CPI, o Deputado Roberto Magalhães, em expediente do dia 10 de dezembro de 93, com referências às irregularidades, apuradas pela auditoria e Comissão de Sindicância Instauradas pela Caixa Econômica.

Daí vem a resposta: a operação inicial concedida em 08 de maio de 91 à Companhia Industrial de Jaçanã foi efetivada através da área comercial da Caixa Econômica Federal.

Sr. Presidente, primeiro, essa não era a operação inicial, era a oitava.

Então, a pergunta inteira, sobre a verdade inteira, seria a operação do dia 08 e o que é que precedia.O que é que acontecia.

Mas, Sr. Presidente, na resposta aqui dada, pelo Deputado Ricardo Fiúza, há pouco, ele mencionou tanto a primeira resposta do Sr José Lindoso, quanto a segunda, mas, na segunda resposta, Sr. Presidente, está dito o que não foi dito na primeira: que ratificamos - isso no item 2 - as informações e que as irregularidades apresentadas nas concessões e negociações de dívidas, foram constatadas pela auditoria da Caixa Econômica Federal e que o processo administrativo, fruto da sindicância, ainda não foi concluído, encontra-se na consultoria jurídica da matriz, aguardando apresentação das respectivas defesas, sendo observados os prazos legais.

Portanto, houve irregularidades constatadas e não mencionadas há pouco.

Diz ainda, que o débito em questão foi ajuizado em 24 de dezembro de 92, por determinação da Presidência da Caixa Econômica Federal, - e lembre-se, Sr. Presidente, logo no início, portanto, do Governo Itamar Franco, quando ele está por assumir inteiramente após o afastamento definitivo de Collor, 29 de dezembro , aqui é 24 de dezembro.

Então, o Sr, Danilo de Castro determina que a questão seja ajuizada.

E a verdade completa, que eu gostaria que o Deputado Ricardo Fiúza vai ter sempre em mim uma pessoa que uma vez demonstrada a verdade completa, ele vai ter a certeza de que eu vou reconhecer - vou reconhecer - mas se houve ou não algum procedimento que possa ser considerado como normal para qualquer cidadão ou empresário, ainda que com muito mérito de ter uma empresa de 3.500 trabalhadores e, obviamente, para quem tem uma empresa dessa natureza, está realizando um esforço extraordinário para o desenvolvimento econômico do País, mas vou citar apenas o depoimento à Comissão de Sindicância do então gerente de operações da Superintendência da Caixa Econômica Federal em Alagoas, Sr. José Alberto de Albuquerque Pereira, que assim explicou as condições em que se deu a decisão da concessão do crédito especial referido.

" Posteriormente, no dia 8 de maio daquele ano, 1991, recebi convocação urgente para comparecer à Superintendência, onde fui informado que naquele final de manhã o então Diretor de Operações, Dr. Álvaro Mendonça, se encontrando com o Presidente Lafayette Coutinho, no Gabinete da Presidência, havia determinado, através de ligação telefônica a partir daquele Gabinete, que fosse realizada operação de crédito especial no valor líquido da ordem de 400 milhões de cruzeiros, por 30 dias, o que equivalia, aproximadamente, 1 milhão e meio de dólares, determinando, ainda, que com o produto desse empréstimo, fossem liquidadas todas as operações existentes o que, efetivamente foi feito, conforme MSG nº 230-41, para a agência mantenedora da conta".

Sr. Presidente, a excepcionalidade da operação era tão evidente que o Superintendente adotou o procedimento cautelar de obter a ratificação, por escrito, da Presidência da Caixa, operação porém, segundo afirma o relatório da sindicância, nem o Presidente tinha competência para tal decisão. A referida operação, em que pese a ratificação pela Presidência, é de alçada do colegiado da diretoria.

Mais adiante, Sr. Presidente, e é preciso que a verdade inteira esteja aqui colocada. Ou nós vamos ter a paciência para saber a verdade inteira hoje ou, então, as coisas não atingirão o objetivo desta CPI. O que ocorreu mais adiante, como relata o Sr. Luiz Alberto de Albuquerque Pereira, já por ocasião da nona operação, é o seguinte, nas suas palavras:

"Assumindo o comando das negociações a DIROP chegou a se fazer presente ao Gabinete do Superintendente na pessoa do Sr. Diretor Celso Rank Camargo e do Chefe do DIAP, Marcos Musso, que, em reunião na manhã do dia 9 de dezembro de 1991, com a presença de representantes da devedora, foi deliberado pelo Diretor a liquidação da pendência através de duas operações de Caixa Econômica Federal giro, metade com recursos da Caixa Econômica Federal e metade com recursos do PIS".

O Deputado Roberto Rollemberg está corretamente pedindo um parecer técnico para saber se recursos do PIS são ou não recursos orçamentários.

Continua : " No dia seguinte, entramos em contato com a devedora para receber os instrumentos contratuais, no que fomos informados de que os encargos incorporados ao débito haviam sido considerados excessivamente elevados, tendo a devedora, através de seu ex-dirigente, Ricardo Fiúza Filho, pleiteado ao ex-Diretor, Celso Rank, a redução desses juros a níveis mais suportáveis, no que foi recomendado que no momento em que estivéssemos no escritório da empresa, na busca de contratos, telefonássemos dali para o Diretor da Caixa Econômica Federal que, naquela data, se encontrava despachando na Superintendência.

Recebida a recomendação, de lá mesmo o dirigente da devedora fez ligação com o Dr. Celso que, informado da nossa presença, minha e do meu substituto eventual, Alexandre, pediu para falar ao telefone, quando determinou que no período da data da contratação de crédito rotativo, até 30/12, fossem cobrados encargos remuneratórios equivalentes apenas - peço atenção Sr. Presidente - à variação da taxa referencial-TR, o que implicou no estorno dos valores excedentes no montante de 559 milhões de cruzeiros, conforme MFG nº 681/91, dirigida à Agência Pajussara, com a assinatura do depoente e visto do Sr. Ocílio Pereira do Lago".

Sr. Presidente, há outros detalhes. Nesta comissão de sindicância se estranha como é que foi possível passar da Agroindustrial Jaçanã para a Usina Bititinga, sem a exigência das mesmas garantias, como o aval do Deputado Ricardo Fiúza. Mas, folgo em saber que o Deputado Ricardo Fiúza está realizando esforços para que essa dívida, que hoje está em 4,9 milhões de dólares, segundo a última comunicação da Caixa Econômica Federal, em função de que? Em função de uma vez não tendo sido cumpridos os compromissos somente à taxa de TR, a Caixa Econômica Federal se viu obrigada a cobrar, sim, juros de mora, multa e, daí, a coisa se elevou tanto, e, obviamente agora caberá a realização de um esforço inaudito, porque, quando não se paga na hora, mesmo quando tão facilitado, depois vem juros de mora, multas etc. Se a empresa conseguir ultrapassar todas as suas dificuldades, e eu compreendo as dificuldades de uma empresa com 3.500 empregado, e do valor de um empresário capaz de administrar e superar dificuldades creditícias dessa natureza. Então, acho que isso é o importante para o País, porque se a Caixa Econômica Federal tiver prejuízos com a utilização de recursos do PIS, que são recursos dos trabalhadores brasileiros, emprestados a um Parlamentar que, em certo momento, obteve somente empréstimo à taxa de TR e não conseguiu cobrir. Então, pelo menos ele era avalista - claro que a empresa era de seus familiares - então aí nós teremos uma situação extremamente séria, Sr. Presidente. Mas, se com o esforço, seja de seus familiares ou da família Coimbra, com a ajuda de quem quer que seja e consiga superar, mesmo diante desse crédito que agora o Deputado Ricardo Fiúza anuncia - e já tinha mencionado no seu primeiro depoimento - de US$2 milhões e meio, que

seria credor desse crédito para facilitar a vida dã empresa. Então, que isso seja bem..., porque, se houver prejuízo para a Caixa Econômica, estará havendo prejuízo para quem? Para o Tesouro Nacional, porque nós aqui aprovamos créditos para a Caixa Econômica, créditos com recursos do orçamento para aumentar o capital da Caixa Econômica. E quando há prejuízo na Caixa, nós que aprovamos aqui recursos para serem lá injetados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Senador Eduardo Suplicy, faço um apelo para V. Exa. concluir.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Concluindo, Sr. Presidente - e o Senador Ney Maranhão é o maior testemunho, que desde o primeiro dia, nas nossas andanças a pé, ou nas conversas dentro do Plenário, que eu realmente quando inicio algo, vou até o fim. Quero saber da verdade completa, posso até cometer erros...

Sinal de que não fui ver todas as questões pessoais é que em nenhum momento fui estudar as questões, por exemplo, relativas a bancos a cheques. Sobre o que chegou as minhas mãos, e verifiquei que havia problemas, eu quero esclarecimento completo. E se a Comissão Parlamentar de Inquérito achar que tudo isso que aqui foi mencionado está suficientemente esclarecido, então o importante é que eu, pelo menos, tenha dado a contribuição para que não pairasse dúvida alguma, Sr. Presidente.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, como eu fui citado, eu quero dizer que eu tenho certeza de que essa castanha vai ser quebrada e a verdade vai aflorar através do comando do Relator, Roberto Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Eu pergunto ao Relator se tem ainda algumas considerações.

O SR. RELATOR (Roberto Rollemberg)- Eu queria pedir a V. Exª que todo esse material, lido pelo Senador Suplicy, fosse encaminhado à relatoria, correspondentemente o Deputado Ricardo Fiúza terá vista, e já tem alguns documentos que na minha pergunta S. Exa. encaminhou. E, como eu disse, até o dia 17 nós temos todo o espaço para verificação. Só o que me preocupa, Senador Suplicy, é a sua busca da verdade completa. Eu acho que a verdade é completa. Em todo o caso, a verdade completa não ocorrerá nunca. O que existe é a verdade de cada um de nós. E o que existe mesmo é a justiça, face das análises dos elementos em busca da verdade. Essa verdade, completa é realmente uma coisa muito subjetiva e a verdade em si, cada um de nós tem a nossa verdade.

Para nós, na Relatoria, interessa a justiça, que é a análise dos elementos informativos que poderão sofrer essa análise.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Com a palavra o Deputado Ricardo Fiúza para as suas considerações finais.

O SR. RICARDO FIÚZA - Sr. Coordenador, serei muito breve.

A leitura que acabamos de ouvir, do Sr. Senador, não quis fazer, Sr. Relator-Geral, porque já estava aqui, não quis ser cansativo. Tudo que foi dito se encontra nas pastas, inclusive as cartas da Caixa. A única coisa que não tenho é o idôneo depoimento prestado à Subcomissão, na Polícia Federal, pelo repositório da verdade universal hoje, José Carlos Alves dos Santos, e gostaria de ter.

Quero agradecer a V. Exª e quero dizer a V. Exª o seguinte, temos um prazo fatal, dia 17, dentro deste prazo fatal eu tenho o direito de responder a todas as questões e não deixarei nenhuma sem resposta, nenhuma.

Lamento e me preocupa o fato de não ter tido um representante da Comissão de Patrimônio, e digo a V. Exª por que lamento. Porque a evolução do meu patrimônio é absolutamente inatacável, demonstrado centavo por centavo, o que fiz ao Sr. Senador José Paulo Bisol, e vi na revista **Veja** da semana passada uma nota, que deve ter sido vazada da Subcomissão, de que o meu patrimônio teve uma diferença de 5,6 milhões de dólares. Evidente que a fonte não foi descoberta, mas quero dizer a V. Exª que julgo um direito e julgo injusto que a Subcomissão de Patrimônio não dê, a tempo hábil, a sua versão para que eu possa, eventualmente, esclarecer algum ponto; segundo me consta a Comissão de Bancos não tem dúvidas, a Comissão de Subvenções foi debatido hoje aqui e temos ainda os esclarecimentos que V. Exª necessitar. A Comissão de Orçamento tem esse problema das inserções que, em boa hora, V. Exª quer fazer um trabalho mais calmo.

As minhas perguntas aos técnicos serão muito pequenas, só dois minutos, eu não faria acareação de técnicos, vou perguntar, só de ponto de vista objetivo duas questões, e desejo deixar bem claro, salvo se for vítima de uma manobra escusa, de que uma Subcomissão não me apresente a acusação e o faça fora de prazo, para que propositadamente eu não possa responder, fora desta possibilidade, que é remotíssima, porque acredito nos membros de todas as Subcomissões, deixarei cabal e definitivamente esclarecido qualquer ponto de vista que V. Exª deseje para emitir o seu juízo no relatório.

Quero agradecer ao Sr. Coordenador, Senador Garibaldi Alves Filho, a V. Exª, às Srªs e Srs. Deputados que me deram oportunidade de debater o assunto, e dizer que estou, até o dia do julgamento desta Comissão, vinte e quatro horas por dia à disposição, na 302 norte, bloco G, ap. 501; sendo convocado, em quinze minutos eu chego para atender à convocação de V. Exª e imagino ter todos os esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) - Agradeço a presença de V. Exª.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h41min.)

Depoimento do Sr. Deputado Roberto Jefferson

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Declaro aberta a reunião que tem como finalidade precípua ouvir o nobre Deputado Roberto Jefferson.

O Vice-Presidente fará as perguntas usuais.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Roberto Jefferson Monteiro Francisco.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Quarenta anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Rua Ernesto Paixão, 37, Petrópolis, Bairro Valparaízo.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Advogado.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar em que exerce a atividade?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - No Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamo-nos pôr de pé para ouvir o compromisso.

Peço à imprensa que se ponha de pé.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - "Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado."

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Nobre Deputado Roberto Jefferson, temos procedido aqui sempre da mesma maneira, damos ao Depoente a oportunidade, em ele querendo, de dispor de um prazo de uma hora para uma explanação original. É a palavra de V. Exª, se assim o quiser.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, agradeço a V. Exª.

Pediria apenas a V. Exª, ao final, cinco minutos, se entender necessário, para esclarecer alguma coisa que ficasse faltando, e me coloco imediatamente à disposição do Sr. Relator e dos companheiros que compõem a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Exª.

Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado Roberto Jefferson, V. E.. chegou a integrar esta Comissão e eu me recordo daquela noite em que V. Exª, intervindo num certo momento, numa discussão com o Sr. José Carlos Alves dos Santos, ele resolveu incluí-lo no rol dos denunciados. V. Exª, em seguida, num gesto louvável, desligou-se desta Comissão. Eu pergunto: V. Exª, passados os três meses, tem condições de dizer por que o Sr. José Carlos teve aquela atitude para com V. Exª?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sim. É simples, Sr. Relator. Eu percebi durante todo o questionamento do Sr. José Carlos a orientação que a defesa havia feito a ele. E ele conduzia as suas respostas todas para o crime de prevaricação. Se V. Exª analisar a minha linha ao inquirição do Sr. José Carlos, eu a forço em peculato, concussão e corrupção passiva. Por quê? A pena de prevaricação, funcionário público que recebe um agrado, um presente, um agrado pessoal, ela oscila entre três meses de detenção a um ano. Mas quando a gente trata de peculato, de concussão e de corrupção passiva, estamos falando de penas que transitam no universo de mínima em dois anos até doze de pena máxima em reclusão. E eu senti que todo o questionamento que estava sendo feito a ele, naquela hora, ele respondia de maneira a se colocar como um presenteado permanentemente pelo Deputado João Alves. O que ele disse é que recebeu, de presente, uma gratificação. Quer dizer, a linha nítida que eu pude assistir é que ele encaminhava-se para uma tentativa de sustentar prevaricação, como tese de defesa. E se V. Exª verificar a minha linha de questionamento a ele, eu perguntava de apropriação indevida de dinheiro, de vantagem indevida, tipos que compõem concussão, peculato e corrupção passiva. Quando ele se sentiu premido por mim, ele era um canhão, ele disse: "Mas eu ouvi dizer que o senhor também recebia recursos para aprovar o Orçamento." Bom, o senhor ouvia dizer por quê? Porque o senhor era um homem poderoso. Mas poderoso, como? Eu não era Líder de Partido, não era e nunca aceitei ser membro da Comissão de Orçamento. Nunca fui Relator ou Sub-Relator da Comissão de Orçamento. Nunca me preocupei, Presidente, Sr. Relator, em aprovar emendas, nunca me preocupei com isso. Apresentava trinta, quarenta, cinqüenta emendas, se aprovasse nove, dez, onze, tudo bem, nunca fui discutir isso. Mas ele me atingiu, sabendo que jamais eu havia participado como membro da Comissão de Orçamento. Por ouvir dizer, nesta Casa, mais ou menos a gente tem conhecimento de quem participa ativamente dos trabalhos da Comissão de Orçamento, quem tem interesses.

Acho que não há dúvida entre até os próprios colegas que compõem esta Comissão, eu nunca dela participei e nunca tive nenhum interesse por ela. Só não achei, até porque ele estava sendo tratado até com inteligência pelos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, ele estava sendo tratado com cuidado. Sr. José Carlos, o senhor aceita um cafezinho? Não quer um copinho d` água? O senhor está se sentido bem? Quer dizer, ele não era réu, parecia que nós estávamos ajoelhados diante de um homem que

aceitava apenas presentes, havia no Congresso uma malta de malfeitores e ele, parte integrante, tratado ou querendo se colocar apenas como homem que recebia presentes para assistir essa grande festa de poderosos aqui no Congresso Nacional.

E eu entendi, Sr. Presidente, de apertá-lo. V. Exª poderia dizer-me: "Deputado Jefferson, foi uma decisão sua inicial apertar ou colocar o torniquete nele, fazer um questionamento jurídico mais técnico, no sentido de investigar a concussão, o peculato e a corrupção passiva?"

Eu vou dizer a V. Exª que não.

Sr. Presidente, Sr. Relator, eu estava sentado lá atrás, na minha frente o Deputado José Genoíno, ao meu lado o Deputado Gastone Righi e mais à ponta o Deputado Ricardo Fiúza. E o Deputado Gastone Righi disse: "Olha, me defende. Eu não tenho nada com isso".

Eu lhe disse: "Gastone, esse cara é um canhão, onde ele atirar, vai ficar destruído. Enquanto não descobrirem o corpo da mulher dele, ele será um canhão. Vale a palavra dele contra a de qualquer um. É bobagem fazer qualquer tipo de inquirição a ele. Tem que levar nessa linha: Quer um copinho d`água? Está se sentindo bem? Quer tomar um cafezinho? O que o senhor sabe contra o Deputado tal ou o Senador tal?"

Eu ousei perguntar-lhe qual o seu merecimento para receber tantos milhões de dólares, já que disse que era presente. Mas como é que o senhor pode receber presentes tão caros apenas pelos seus lindos olhos e pela sua bela barba? Eu ousei perguntar-lhe isso, e ele, inteligentemente instruído, quero crer que pela sua defesa, usou uma tática de futebol, em que a melhor arma é o ataque. Então ele me atacou.

Confesso, Sr. Presidente, que eu me senti, a partir de então, sem condições de permanecer nesse convívio dos colegas que compõem a Comissão de Orçamento. Eu me afastei da Comissão, para que ela pudesse fazer profundamente as investigações que fez a respeito da minha vida, da vida da minha esposa, de meus filhos, até dos menores.

(Pausa) (Falha na gravação)

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Posso fazer outras perguntas, nobre Deputado?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sim. V. Exª poderá fazer quantas perguntas desejar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Veja bem, V. Exª diz que jamais teve interesse em participar da Comissão de Orçamento, jamais participou dela, mas V. Exª é um homem muito arguto e conhece, como poucos, esta Casa e as pessoas desta Casa.

Então, perguntaria: será que V. Exª chegou a perceber que naquele submundo da elaboração orçamentária havia algo de podre como no Reino da Dinamarca, segundo as palavras de Shakespeare?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Relator, ouvia dizer. Sempre ouvi dizer nesses meus onze anos de mandato, agora caminhando para o décimo segundo, como Deputado Federal, que a Comissão de Orçamento possuía uma posição nítida em certos momentos e uma posição **underground** em outros. Havia alguma coisa de coxia e pé de escada.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Agora, havia realmente rumores, rumores estes que estão registrados nos jornais da época...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - ...num documento feito pela Procuradoria-Parlamentar, por mim redigido e assinado com os companheiros do Colegiado, enfim, mas havia coisas insuspeitadas como, por exemplo, V. Exª sabia que um dos tentáculos desse esquema de corrupção vinha, como pedra angular, através das chamadas subvenções sociais, não aquelas do anexo que eram de valor pequeno e nominadas, mas aquelas decorrentes de verbas globais?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nunca teve conhecimento?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não. O comentário forte que havia na Casa, Sr. Relator, era uma participação das empreiteiras diretamente na elaboração das peças orçamentárias. Essa subvenção social surgiu forte a partir do noticiário novo da investigação, a partir da quebra do sigilo bancário, agora, desta vez.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tinha a descoberto? Ela vem de longe.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - O que nós sempre ouvimos é que havia os interesses das empreiteiras prevalecendo na elaboração do Orçamento, dentro do Congresso Nacional, principalmente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, V. Exª é um homem ativo, que faz política no Estado do Rio de Janeiro há muitos anos, não só ativo, mas polêmico, e também um comunicador social. V. Exª sabe que os três Estados mais beneficiados com subvenções no País, nos últimos cinco anos, foram Rio de Janeiro, Piauí e Ceará?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Passei a saber a partir desta Comissão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª não sabia que em Barra Mansa e que em Nova Iguaçu havia...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não, senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) -...aqueles conjuntos...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não. Sabia, é evidente, das faculdades, mas não sabia das subvenções.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Das subvenções milionárias? Nem tem idéia como é que isso foi possível?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não, senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não tem?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não, senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Continuando na mesma linha de raciocínio da sua desenvoltura, da sua capacidade de luta e de trabalho, eu confesso a V. Exª que tive uma surpresa. Imaginei que V. Exª, apesar de jovem, fosse um homem que já tivesse uma certa fortuna, um certo patrimônio. Verifico, pelas suas contas bancárias, que V. Exª tem uma conta bancária correspondente à média dos Deputados que só tem uma atividade.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - É verdade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª não tem outra atividade?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não. Não tenho não, Sr. Relator. Eu advogava, que é a minha profissão. Eu fui comunicador social por acidente. Eu era advogado de três apresentadores de programa de televisão e numa fase em que faleceu um deles, o saudoso Fernandes Leite Mendes, fui convidado a passar um mês no "ar" fazendo consulta jurídica, que era o lado mais ponderado e moderado do programa, e acabei ficando cinco anos. Mas eu sou advogado criminalista. Depois que me elegi a primeira vez, alguns processos eu levei adiante - hoje ainda mantenho alguns poucos. Mas quando eu era procurado por alguém dizendo: "Ah, doutor o meu filho está preso. O senhor podia nos ajudar, que na minha casa o senhor teve doze votos." Eu já entendia o significado dessa colocação. Tendo que ficar em Brasília, sem poder dar presença pessoal na fase de instrução e até mesmo de julgamento dos processos no Rio, tive que me afastar. Hoje eu vivo exclusivamente das subvenções que ganho como Deputado Federal.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, Sr. Depoente, Deputado Roberto Jefferson, quando da denúncia de José Carlos Alves dos Santos, eu fiz um levantamento, através da minha Assessoria, de todos os Parlamentares que haviam sido citados, naquele depoimento e que, de alguma forma, tinham sido mencionados em relação ao processo de corrupção, que era a base da investigação, relacionada à Comissão de Orçamento, no Congresso Nacional.

É verdade que a menção a V. Exª era diferenciada porque, na realidade, ela surgiu no transcorrer da argüição diante da inquirição mas, de qualquer forma, havia menção na seguinte forma: "Eu ouvi dizer, hoje, pelo Deputado João Alves que V. Exª recebia também da caixinha", ou coisa que o valha. Em função disto, eu apresentei um requerimento de quebra de sigilo bancário e fiscal de todos os que foram citados por José Carlos - foi o primeiro requerimento apresentado e o meu critério foi absolutamente documental e objetivo. Naquela oportunidade, V. Exª protestou em relação à inclusão do seu nome, não argüiu com tanto detalhe, inclusive, mas mencionou que a linha de conduta da argüição é que teria levado àquela intervenção. Eu acho que é um gesto correto e difícil, mas que eu reconheço de público.

V. Exª se retirou da CPI, considerando que se sentia impedido de continuar nas tarefas da Comissão. Mas, naquela ocasião, V. Exª também disse que, além de não me suportar, considerava que aquela iniciativa vinha como uma perseguição política.

Eu afirmei, naquela oportunidade, e quero registrar hoje, que não existe nenhuma atitude de perseguição política a V. Exª, apesar dos embates duros que tivemos na CPI do Collor - e não foram fáceis para nenhum dos dois e acho que fomos movidos por convicções, por visão de mundo, por compromissos políticos, não tinha qualquer intenção pessoal -, não tive nenhuma atitude nesse sentido durante todo o processo da CPI e não a tenho nesta oportunidade. Tanto assim, que fiz questão de, em nenhum momento, ter acesso a qualquer informação que dissesse respeito a V. Exª, em todo o processo de investigação. Fiquei, inclusive, mesmo agora, sabendo da sua movimentação bancária, nem sequer isso tive em mãos durante o processo de trabalho das Subcomissões, porque me senti impedido, assim como V. Exª, diante desta CPI, de fazer qualquer tipo de levantamento - ou qualquer tipo de investigação na medida em que havia, também, sobre mim a suspeição levantada por V. Exª em relação à motivação do gesto da quebra de sigilo. E, diante disso, assim como não fiz isso durante 90 dias, não o faço, hoje, mas quero registrar, também, em plenário, que durante esse processo não recebi nenhuma denúncia ou tive acesso a qualquer informação relevante porque, se tivesse, teria encaminhado para outro membro da CPI para levá-la adiante. Portanto, esta minha atitude não quer dizer que eu não reconheça, na investigação da CPI, o rigor e a profundidade com que foram tratados todos os outros mencionados, às vezes, até, causando constrangimento, como a questão dos filhos - que não foi só com V. Exª, acho que foi um critério formal, às vezes, indevido, em pedir informações de todos os familiares na Subcomissão de Patrimônio. De qualquer forma, não acompanhei a investigação, não o fiz, por me sentir impedido.

Deixo registrado, portanto, neste Plenário, a minha atitude, mas pedi a quebra do sigilo bancário e fiscal por um fato determinado e concreto que foi a menção, independente da referência que V. Exª, hoje, fez aqui, no ponto de vista do compromisso que eu tinha com a investigação dos fatos, eu me senti no dever de fazê-lo.

Era o que tinha a dizer e, portanto, abro mão de fazer qualquer tipo de argüição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, tendo aqui um episódio superado, mas durante a CPI do Collor houve um embate duro entre mim, o Senador Eduardo Suplicy e o Deputado José Dirceu que passou e, depois, reconheceu, injustamente, uma acusação, de natureza moral, feita a mim, ao jornal **O Globo**. Quando eu vi de V. Exª um pedido de quebra de sigilo, sabe qual a impressão que me passou, Sr. Deputado Aloizio Mercadante? É que, mesmo o PT tendo a certeza de que eu nunca tive nenhum envolvimento com a Comissão de Orçamento, queria atirar numa coisa para acertar na outra, buscava encontrar o PC em minha vida.

Essa era a impressão que tinha naquela época, porque já fui acusado, no início, pelo Deputado José Dirceu e depois por várias pessoas de ter recebido 1 milhão de dólares, 2 milhões de dólares, 5 milhões de dólares, 10 milhões de dólares do PC, para defender o Presidente Collor.

Deputado Mercadante, entendo que todo homem tem que ter idéia e prática. Meu combustível não é dinheiro, luto por princípios. Entendo que a seiva que empurra um homem para a frente e para a luta, em qualquer campo, não é o dinheiro.

O soldado mercenário não vale um que luta por amor.

Acho que nesta Casa sempre dei demonstrações, nesses onze ou doze anos de confronto, quando a galeria estava lotada, em 1988, com o pessoal da CUT cuspindo na gente, jogando dinheiro, e que eu ia para a tribuna, fazia aquilo por uma posição de convicções que assumo, que nunca neguei.

Tive aquela impressão equivocada, também recebi uma ligação de manhã, de alguém que me dissera que V. Exª, na Rádio CBN, havia feito uma entrevista me acusando, já taxativamente, de estar envolvido, e aquilo passa por aquele espírito que a gente conhece dos nossos sentimentos de antagonismos partidários, ideológicos e políticos dentro da Comissão.

Registro - e também quero deixar claro aqui -, que não tenho pessoalmente nada contra V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Só para esclarecer, naquela oportunidade V. Exª mencionou, de fato, a entrevista da Rádio CBN.

Tenho a fita da Rádio CBN. Procurei-a imediatamente. Pedi para a Diretora de Jornalismo, eu a recebi, e ela está à disposição de V. Exª. Se V. Exª ouvir a fita, vai perceber que quando estava entrando no recinto me perguntaram qual a decisão em relação ao depoimento de José Carlos Alves dos Santos, o que a CPI iria fazer?

Falei: "Estou apresentando um requerimento de quebra de sigilo bancário e fiscal de todos os que foram mencionados no depoimento de José Carlos Alves dos Santos como estando envolvidos no esquema de corrupção."

Há algum membro da CPI?

Falei: "Sim. Há um membro da CPI que foi mencionado durante o depoimento e que também consta da minha lista".

Então, o que eu disse na imprensa, disse no plenário depois.

Registro - isso é importante -, que se começássemos a CPI hoje, eu tomaria a mesma decisão, independente do resultado, que era absolutamente imprevisível.

A decisão era a de que, no depoimento de José Carlos Alves dos Santos, existiam o critério e o fato, reconhecidos pelo Congresso Nacional, para dar uma CPI. Era a origem do processo da CPI.

Na medida em ele que confirmou aqueles nomes, ainda que em circunstâncias diferenciadas, o processo da apuração passava por aquela lista.

Não havia outra possibilidade de excluir ou incluir quem quer que seja, tanto que não foi incluído nem retirado nenhum nome.

E o processo da investigação, ao longo do tempo - também fui questionar, naquela oportunidade, sobre alguns nomes, perguntar: Por que tinha sido incluído tal nome? Lembro-me, por exemplo, que o nome do Senador Alexandre Costa foi questionado. Peguei, li o trecho, e falei: "Foi incluído - V. Exª tinha-se retirado, inclusive, naquela oportunidade da sala - porque está mencionado aqui que fazia parte e liberava subvenções."

O critério foi absolutamente objetivo e, portanto, fica registrada aqui a minha atitude.

Dou prosseguimento à argüição da CPI. Acho que não tem mais qualquer tipo de impedimento em relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Nelson Trad, com a palavra.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Odacir Klein, honrado companheiro Roberto Jefferson:

Na cadeira ao lado do Deputado Roberto Jefferson já sentou testemunha, já sentou indiciado, mas ainda não havia sentado uma vítima, na expressão corporal, como no momento estamos presenciando e visualizando.

Pela primeira vez, Sr. Presidente, nesses noventa e poucos dias de trabalho exaustivo, vou pedir a V. Exª licença para uma insubordinação. Vou fugir às regras que V. Exª impôs aos trabalhos da Comissão e à disciplina que eu impus na conduta do meu procedimento como membro da Comissão. E eu sei que não cabe um depoimento neste momento. E, aliás, sempre fustiguei aqueles que utilizavam-se do tempo para fazer proselitismo de suas qualidades algumas vezes ou mesmo exaltação àqueles que aqui chegavam.

Mas de plano, Sr. Presidente, que no momento em que o Deputado Roberto Jefferson assumiu atitude de renunciar ao mandato recebido pela Liderança de seu Partido, eu, seu suplente, sentado ao seu lado, fui interpelado por ele, ou perguntado por ele: "O que é que você achou?". E respondi na hora: "Eu faria o mesmo."

Hoje, estou aqui apenas para lamentar os momentos agradáveis, embora traumáticos em outros, a ausência do meu colega, Deputado Roberto Jefferson, que se impôs afastar-se de companheiros de alto nível intelectual e de excelente procedimento parlamentar, de convivência, na realidade, que honra e enobrece qualquer um de nós. V. Exª se impôs um castigo demasiado afastar-se da convivência quase diária de um extraordinário Presidente, como o Senador Jarbas Passarinho, essa figura equilibrada, sensata, que carrega dentro de si um vulcão em permanente ebulição, mas sabendo contê-lo nos momentos preciosos, e a revelação para mim - e isso é até estranhável para muitos - da sabedoria e da autoridade do Deputado Odacir Klein.

V. Exª há de perceber quase que o vazio deste plenário é uma homenagem à honra e à honestidade de V. Exª. Aqui, o ilustre Deputado Aloizio Mercadante que o País hoje reconhece como um dos grandes valores da inteligência nacional... E todos aqui presentes, assim como o Ministro Lázaro e os companheiros que se encontram conosco aqui me encorajam a dizer - e aí peço, mais uma vez, licença a V. Exª para falar em nome da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, através do nosso Líder, Rodrigues Palma, que me solicitou dizer a V. Exª que o seu vazio nesta Casa em absoluto tem sentido do vácuo da sua vida e da solidariedade permanente da sua presença dentro da nossa bancada. V. Exª é respeitado, é um homem obstinado, leal, abusado até muitas vezes na preservação das suas idéias.

Isso tudo, hoje, mais do que nunca, é afirmação positiva de que seu mandato vale a realidade do valor dos seus eleitores e do seu Estado, que neste momento não anda muito bem através do procedimento irregular de muitos que participaram dessa sangria do Tesouro Nacional, através de uma conduta que não tem a nossa complacência e muito menos a nossa solidariedade.

Agradeço o gesto de V. Exª por ter me dado esta oportunidade de colaborar com a Comissão Parlamentar de Inquérito. V. Exª nessa qualidade de vítima sai exaltado e se pudermos, na verdade, utilizar-se da expressão carinhosa do abraço e da solidariedade dos colegas, receba V. Exª, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, as homenagens sinceras de admiração permanente dos seus companheiros.

Obrigado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, agradecendo, de coração, ao Deputado Nelson Trade, eu entendi, naquela época, que não podia, em sendo investigado, fazer parte da comissão que investiga. Ficaria uma contradição muito grande. Eu eivaria de suspeição todo o trabalho desta Comissão, porque seria mais um que alguém pudesse dizer:" - Olha lá o Roberto, foi acusado e está lá dentro para impedir que as coisas sejam claras em relação a ele. E impediria, afinal, que a minha própria situação fosse esclarecida taxativamente. Então, entendi que, me afastando, dava liberdade à Comissão de aprofundar as investigações, que a minha ausência não criaria nenhuma suspeição em relação aos trabalhos que esta Comissão realizava. Só por esse motivo. Festejo todos os companheiros e colegas da Comissão, mas tenho podido ser brindado pela inteligência que pulula aqui dentro desta Comissão, ouvindo as transmissões na rádio, quando posso, ou senão nas transmissões diretas pela televisão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Membros desta Comissão, caro Deputado Roberto Jefferson.

Somos oriundos do mesmo Estado, o Rio de Janeiro, e, certamente, temos as nossas divergências.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Que são poucas.

O SR. PAULO RAMOS - Naturalmente. Entretanto, não quis deixar de participar desta reunião de hoje para dar o testemunho da injustiça de que V. Exª foi alvo. Tenho acompanhado os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, desta CPI, e vejo que, muitas vezes, a chamada emoção primeira faz com que alguns sejam alcançados pela perversidade e outros sejam alcançados pelo passar do tempo ou pela urgência para a conclusão dos trabalhos.

Estive também presente quando do depoimento do Sr. José Carlos Alves do Santos e vi, não a armadilha em que V. Exª entrou, mas vi, e reconheço, a competência com que V. Exª fazia a inquirição. De qualquer maneira, o Deputado Nelson Trad e outros Parlamentares já expressaram o sentimento de todos nós, ficando a minha esperança de que as amarguras enfrentadas sejam superadas, pelo menos a partir de agora, deste reconhecimento unânime.

Não tenho perguntas a fazer, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Meu abraço, Paulo. Muito obrigado. Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O ilustre Relator não deseja mais perguntar. As inscrições foram fechadas há vinte minutos. Eu lastimo que a oportunidade solicitada pelo Senador Jonas Pinheiro e pelo Deputado Lázaro Barbosa tenha que ser pela inflexibilidade que me cabe de conduzir, neste caso, os horários, que S. Exªs. fiquem privados, naturalmente, do que seria, no que estou prevendo, a continuação das palavras que V. Exª está recebendo. O vice-Presidente quer perguntar? (Pausa)

Não quer perguntar, eu vou, pela primeira vez, perguntar.

Em primeiro lugar, quero caracterizar não como pergunta, mas como declaração V. Exª me deu a honra, acho que podemos nos chamar amigos, de me consultar sobre a sua decisão. E vejo que fui fragorosamente derrotado por todos. Quando V. Exª falou que achava que deveria retirar-se da CPI, talvez o meu temperamento, que o caráter consegue conter, mas a biologia não, mas o meu temperamento foi no sentido de que, ao contrário, V. Exª deveria permanecer aqui. Primeiro para mostrar que a sua presença aqui, pelo seu exemplo, pelo seu trabalho, iria descaracterizar qualquer tentativa maledicente de provar que V. Exª estaria se utilizando da CPI para, na verdade, neutralizá-la. Mas fui vencido e vejo pelo exemplo de todos aqui, a começar pela primeira palavra do Relator, que eu estava sozinho com esse pensamento. E, portanto, discordei da renúncia. Ainda há pouco, eu dizia a V. Exª que essa rarefação demográfica que está aqui no plenário era uma espécie de homenagem a V. Exª, porque, do contrário, estaria esta sala repleta e os holofotes de televisão todos em cima de V. Exª à espera de algum resultado altamente comprometedor. Por isso que tenho reagido sempre quando alguém, por equívoco, diz assim: "Quem senta neste banco... Não. banco é de réu. Quem senta nesta cadeira é diferente."

E terminaria dizendo, mas, ao contrário, antecipo-me, que, embora tenha muita admiração pessoal pelo Senador Pedro Simon, discordei muito de uma frase dele que, quando a CPI começa a aplaudir depoentes é porque ela demonstra o seu fracasso. Isso é o contrário.

Quero cumprimentar V. Exª e ao Deputado Aloizio Mercadante pela troca de palavras. Acho que isso é uma das coisas mais bonitas na tribuna parlamentar. Todos nós nos exaltamos, todos nós falamos, mas há um momento em que sobreexcede a discordância, há necessidade de manter um nível de comportamento e, muito especialmente, depois que os ânimos serenam a autocrítica funciona.

Esse é apenas o início para lhe fazer perguntas. E vou fazer perguntas, se me permite o Relator, que eu quebre esse princípio.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quem sou eu para autorizar o Presidente a alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Já dei pareceres ao Relator sob censura, quanto mais isso. Então, para servir-me do Penalista, que V. Exª é, V. Exª, quando falou aqui, retirando-se da Comissão, parece-me que falou em mais de 40 homicidas que teria recebido ou coisa parecida.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Mais, Sr. Presidente. Eu já participei de mais de 140 processos de júri como advogado de defesa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, eu queria me servir exatamente da experiência que sei que V. Exª tem, embora muito jovem para mim, mas essa experiência já está muito sedimentada, eu creio. Quero fazer algumas perguntas que poderia entender que servissem para nós aqui na CPI. Por exemplo: como advogado experimentado, V. Exª, se tivesse que argüir pessoas que estivessem com seus nomes colocados naqueles papéis da ODEBRECHT... Vou aguardar que os cumprimentos efusivos parem, depois poderei continuar com V. Exª. (Pausa)

Então, como advogado brilhante que é, se V. Exª tivesse à mão aqueles documentos da ODEBRECHT, em que figuram nomes, taxas, porcentagens etc., V. Exª entenderia como indício e teria como pré-prova ou algo parecido?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, eu entenderia como informação. Indício, não, informação. Uma informação a ser investigada, em certa fase inicial de um inquérito. Uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Na minha linguagem militar, que é diferente, evidentemente, da linguagem do jurista, eu faria uma distinção entre um informe e a informação. O informe seria alguma coisa que se recebe em condições de ter dúvidas a respeito da origem, e a informação já seria o contrário, seria a partir de uma origem merecedora de crédito e algo que tivesse sentido objetivo.

Então, eu prefiro entender, no meu jargão, V. Exª mesmo teria, como um informe. Mas passa V. Exª pela experiência extraordinária que tem, como advogado, que qualquer pessoa que fosse objeto desse tipo de informe, chegasse aqui, para sentar, como testemunha, como foi o caso do Diretor Aílton Reis, ele, facilmente, confessaria que aquilo significaria propina?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, o pobre, quando vê muita esmola, desconfia. Durante a investigação de qualquer processo-crime, uma prova tão rica de informações, esquecida no fundo de um quarto, na casa de alguém, que, de repente, possa ser investigado, algo que gera suspeição. Eu, quando ouvi aquilo, que envolvia o nome do Presidente e de cem parlamentares, eu achei que era uma manobra...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ouviu o nome do Presidente...

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sim, referido que havia anotações em relação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Da República.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sim. E de cem Congressistas. Esquecidos, assim, por acaso, no fundo do quarto de um Diretor da ODEBRECHT, escrito à mão. Sinceramente, Sr. Presidente, achei que era demais. A minha impressão é de que foi uma coisa adrede, para atingir algumas pessoas que aquele senhor visava denegrir.

A impressão que me passou, sendo ele um profissional, deixar aquela documentação tão rica, solta, na casa dele, e a informação vazar, e alguém pede uma diligência na casa dele, porque sabe o que vai encontrar, acho uma prova muito rica, e volto a

repetir aquele dito popular, de que pobre quando vê muita esmola, desconfia. Fiquei desconfiado, tanto da integridade daquela documentação, quanto da integridade da pessoa que guardava aquela documentação.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, posso concluir que V. Exª admitiu uma intenção.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Uma intenção que seria criar um problema, gerar um problema de grande significação. Mas se V. Exª soubesse que esse material foi apreendido depois de uma delação? V. Exª continuaria com a impressão de que esta pessoa teria tido interesse de criar aquele problema ou teria sido o contrário, flagrado em alguma coisa que guardou e não soube guardar em tempo oportuno ou não soube destruí-la?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, às vezes,

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu tenho informes.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Às vezes, o delator cumpre a vontade de quem ele quer atingir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, seria uma hipótese. Por isso é que eu disse que V. Exª admitiu uma intenção.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas, se, ao contrário, se o delator chega aqui, nervoso, completamente, acuado, pedindo milhões de desculpas a todo mundo, a todos aqueles que ele citou ou deixou citar e, desde logo, faz com que essa hipótese, do meu ponto de vista, começa a desvanecer. Ele, na verdade, ao que me parece, foi flagrado, a partir do momento em que essa documentação chegou ao conhecimento de quem não desejava que conhecesse. É uma outra interpretação que eu teria.

Dentro deste ponto de vista, se V. Exª admitisse a minha hipótese, eu lhe perguntaria: se nessa série de documentos houvesse alguma coisa já devidamente comprovada como verdadeira? Esta verdade que se continha nos documentos, ela poderia abranger, como credibilidade, o conjunto de documentos, ou ela seria colocada ali, na hipótese de V. Exª, apenas para mascarar uma tentativa de contaminação?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Não, Sr. Presidente, é de Goebbels. Hitler usava esta técnica. Várias verdades e várias mentiras. Eu vi isso no depoimento do Sr. José Carlos. Várias verdades e várias mentiras. Inclusive, com a tentativa de encobrir uma verdade que, para ele, é dramática. Eu assisti a isso. Várias verdades permitem crédito para várias mentiras. Sempre aquela conta de chegar. O que a gente faz, no final, é a conta de mais e menos. Mais um, menos um, igual a zero. E se vai eliminando.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Isso, de qualquer maneira, parece que V. Exª falou em Goebbels. Seria mais adequado, no meu entender, a uma repetição incessante da mentira para transformá-la em verdade.

Aquilo que temos no nosso folclore político: olha-se mais a versão do que o fato.

Mas, admitindo que eu estou admitindo, e afirmo a V. Exª: ali naqueles documentos havia alguma coisa absolutamente correta, verdadeira. Não daria margem a V. Exª para admitir que a partir dali todos que tivessem referências devessem ser ouvidos?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, honestamente, para esclarecer, nessa fase, na minha casa, comecei a ler um livro sobre a vida do Lacerda. A vida de um lutador. Há uma passagem muito bonita de V. Exª, quando cita Maritain. Uma passagem muito bonita de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - E havia não uma carta...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Às vezes os Coronéis, citam Maritain.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - E eu li uma carta de Sobral Pinto a Lacerda dizendo o seguinte: para temeridade que ele fazia na desmoralização sistemática de todos os homens públicos do País. E até um homem do qual divirjo, por posicionamento ideológico, várias colocações que tenho, o ex-Governador de Pernambuco, o Deputado Miguel Arraes, é um homem assim. É um homem assim. Entendo aquela anotação, num papel de xerox, xerox não é prova em lugar nenhum, pode ser um documento adrede preparado, atinge a dignidade junto dos maiores homens públicos do País.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não estava chegando na espécie.

Nessa espécie eu discordaria. Meu raciocínio não está dentro disso. O meu raciocínio está mais relacionado com aquilo que nós tomamos como iniciativa aqui. E nem pensava que V. Exª chamou ainda há pouco de prevaricação, de aceitar um presente, qualquer pessoa, porque é uma relação fantástica. É mais de cem nomes, no documento, de pessoas do Executivo, do Parlamento etc. Pessoas gerais.

Não, eu citava mais as pessoas que estariam com uma referência claríssima de taxa ou percentagem sobre determinados assuntos, que poderiam ser uma decorrência der um boomerangue.

Uma emenda apresentada e um benefício recebido.

No caso do Deputado Miguel Arraes, o que há é uma referência de um cidadão de Pernambuco.

Alguém da ODEBRECHET de Pernambuco, que recomendava, segundo suas palavras, aqui, uma participação em campanha. É diferente. E, exatamente, o fato que eu conheço, como verdadeiro, por confissão de um homem que respeito muito, é que ele chegou

a renunciar a uma determinada candidatura, no passado - veja bem Deputado -, não no futuro, que foi toda a forma que foi colocada aqui pelo Sr. Aílton Reis.

Tudo era previsão para o futuro. Num dos papéis, há uma referência que se prende ao passado, que levou essa pessoa, inclusive, a abandonar a candidatura, porque o seu nome estava sendo explorado.

Então, tenho, pelo menos, dois tempos dessa documentação.

E não vou chamar V. Exª de ardiloso. Chamo V. Exª de extremamente inteligente, o que é diferente.

Se estivesse V. Exª diante desse júri, com o réu, que V. Exª estivesse defendendo, ou ao contrário, defendendo alguém, não lhe chamaria a espécie de que não era apenas a colocação de uma verdade, que estaria ali, como V. Exª citou, para contaminar todas as inverdades presentes?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Seria isso.

Bem, essa é, no meu entender, a explicação que nós damos, aqui, para podermos ter tomado uma prioridade, que foi fazer investigar as pessoas que estavam com seus nomes ligados.

Temos visto, tenho extremo cuidado aqui, porque o Deputado Odacir Klein, quando presidimos reuniões e fora daqui não opinamos, antes. O relatório ainda pode fazê-lo, mas nós não.

Temos tido o grande cuidado de não fazer antecipação de julgamento. Mas, já houve casos aqui como esse, que V. Exª representa hoje, em que nós percebemos que as pessoas foram extremamente molestadas, por uma atitude, por uma ação, que é muito pior do que uma simples leviandade.

V. Exª não teve o nome arrolado. V. Exª não teve o nome com qualquer referência aritmética local.

Lembro-me bem do depoimento, era o primeiro depoimento que nós estávamos tomando. E reli aquela peça. Cheguei a reler aquela peça e vi bem que a resposta do Sr. José Carlos foi a partir do momento exatamente que V. Exª começava enredá-lo, na tentativa que agora V. Exª mostrou aí, de caracterizar que ele tinha uma instrução de advogado, para sair pelo menor crime, que seria apenas o da prevaricação.

Logo, para mim, acho que a CPI não errou. A CPI, quando resolveu analisar esses nomes, não errou. Pode ter havido, e certamente houve, equívocos, pessoas que eles poderiam imaginar vir a apoiar - isso é fora de qualquer dúvida, fora de qualquer dúvida. Mas, também, havia necessidade enorme nesses 90 dias em que estamos comemorando, praticamente agora, comemorando não, marcando, tínhamos que cobrir isso através de algumas provas que poderiam surgir, não testemunhais, que não esperávamos, mas uma prova decorrente da análise patrimonial e da análise do movimento bancário.

Acho que poderia agora pedir-lhe a experiência de três mandatos: do homem que como vários de nós nunca teve nenhum fascínio por pertencer à Comissão de Orçamento, e que como V. Exª mesmo, assinando emendas, deixava que elas corressem o rio natural das intenções e dos humores dos poderosos que eram os Relatores e os Sub-Relatores.

Mas, nesse sentido, pergunto: pela experiência dolorosa que V. Exª há - nós sentimos ainda há pouco a comoção pessoal que assaltou V. Exª. Há ou houve - porque o tempo passou - alguma intenção de V. Exª na Revisão da Constituição de apresentar alguma emenda com vistas a modificar a sistemática de tramitação do Orçamento no Congresso?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, eu entendo que nós devíamos fazer o Orçamento pelas Comissões Permanentes. Já li, inclusive, essa idéia, não sei se é do próprio Relator, mas acho que essa é a melhor idéia. Eu presidi a Comissão de Seguridade Social da Câmara e nós sabíamos, pela vivência com o Ministério da Previdência, da Ação Social, da Saúde, qual era o problema que afetava cada área daquela.

Nós mesmos, àquela época, inclusive através de um Deputado do PT, Deputado Eduardo Jorge, montamos uma comissão de acompanhamento da Comissão de Seguridade Social para interagir com a Comissão de Orçamento para que pudéssemos salvar os recursos da área social. Eu entendo que não precisamos ter uma comissão especial para isso. Nós podemos ter, no Congresso Nacional, a tramitação do Orçamento pelas Comissões Permanentes da Casa, inclusive valorizaria muito o trabalho das Comissões Permanentes.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª me permite uma intervenção?

No meu parecer vai ser feita essa proposta, e a minha proposta não é porque seja assim nos Estados Unidos, nem porque seja mais ou menos assim na Europa, é porque eu tive a convicção que a única forma de dar transparência ao projeto de Orçamento é através das Comissões Técnicas.

Primeiro, porque todo Deputado pertence. Segundo, porque mesmo que alguns não frequentem, há sempre o núcleo e do núcleo, exatamente os Deputados mais interessados, até mais preparados que faz da Comissão a sua trincheira de trabalho.

Foi lá que conheci Nelson Trad, foi lá que passei a admirar Nelson Trad que muitos agora estão conhecendo. Foi lá na Comissão de Justiça. Então, Deputado, acho que fora daí não tem solução para transparência, e sem transparência, há corrupção quanto maior ela existir.

Agora, é evidente que nós não podemos deixar que esse projeto corra pelas Comissões Técnicas e desague depois desordenadamente no Plenário. Não, eu proponho uma

comissão que não seja a feição dessa que está aí. Primeiro, que não seja constitucional, que seja regimental. Comissão de Sistematização Orçamentária, que pegue aquele resultado, aquele trabalho das Comissões Técnicas, sistematiza apenas, sistematiza e leva ao Plenário.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, acho essa uma grande idéia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Já está escrita, só falta ler.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E só falta discutir.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, falta sobretudo aprovar, o que não vai ser fácil.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Por isso, V. Exª se incorporaria a essa legião que afirma que o Orçamento é uma ficção?

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Ah, sim. Inclusive pelos depoimentos que vi aqui, Sr. Presidente. Créditos suplementares que vêm para conhecimento do Congresso, depois de o Governo já ter gasto o dinheiro, já ter executado a despesa. Eu vi tudo isso aqui. Eu acho que nós vamos dar mais transparência, transferindo o debate de uma Comissão Especial para dentro das Comissões Permanentes, com a sistematização, ao final. Acho que fica muito mais transparente e dá forças às Comissões. Eu não sei... Esvazia um pouquinho a ditadura das lideranças, esvazia um pouquinho, mas abre a participação mais efetiva de todos...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu faria mais uma intervenção para dizer que recebi uma belíssima contribuição de um deputado do Rio de Janeiro, Deputado Luiz Salomão, inclusive, estou incorporando a esse estudo geral, em que ele faz uma proposição que eu acho difícil, mas que seria ideal: é que o projeto de Orçamento seja elaborado, compartilhadamente, entre o Executivo e o Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Meu caro Deputado, a minha intenção foi apenas, catecúmeno bisonho no campo de fazer inquirições, chegar a uma conclusão, que se pudesse arrimar na experiência de V. Exª, para essa dúvida; essa esfinge que para mim significa aquele nome, aquele conjunto de nomes, aquelas referências aritméticas e, como eu conheço um caso verdadeiro - é possível que outros conheçam outros casos verdadeiros. Jamais, entretanto, eu tive a menor ilusão a respeito de que, chegasse aqui o diretor de uma empresa, qualquer que ela seja, uma empreiteira, para dizer: "Realmente eu confesso que pratiquei a corrupção ativa, ou a concussão, ou o que fosse." Seria, portanto, um esforço extraordinário para poder chegar a uma conclusão. Não posso pensar em que nós tenhamos a idéia de aderir à soma de expedientes que recebemos aqui, Deputado Jefferson, todos os dias, uma espécie de delírio acusatório, acusações de todas as naturezas, a todo o instante. Muita gente pensa que esta CPI se transformou numa espécie de solução definitiva para sanear a corrupção no Brasil e, daí, a minha audácia de tentar, como Presidente, um dia participar, também, de uma pergunta relacionada com alguém, ou feita a alguém, que pudesse me dar na sua resposta elementos para a convicção. Acho que V. Exª classificou muito bem aquele depoimento, e o cavalheiro que estava depondo, como um canhão. Como eu sou Oficial de Artilharia, da reserva, eu sei que há canhões que atiram com precisão e outros que não, dependendo exatamente de quem o comanda; de quem o municia, não; mas de quem o atira, através de dados especiais.

O que eu lastimo, para encerrar esta minha palavra com V. Exª, é que essas pessoas possam ter-se transformado - parece que nesse caso se transformou -, em alguém que, no alto da sua importância - e V. Exª ironizou, ainda há pouco aceita um cafezinho? Está bem tratado? Não está bem tratado? Eu recebi a minha parcela da alusão da ironia de V. Exª -, possa dar, Deputado Roberto Jefferson, a nós, ao fim deste trabalho atestado de honorabilidade ou sentença condenatória. Esta, sim, é a tristeza que eu levo dos trabalhos que estamos realizando. E agradeço V. Exª ter me ouvido e dou-lhe a palavra para as considerações finais.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - Sr. Presidente, meu agradecimento a V. Exª, ao Sr. Relator, ao Vice-Presidente da Comissão, aos Colegas que a compõem e desejo, do fundo de minh` alma, que esta Comissão possa encontrar a verdade e balizar daqui um novo comportamento para esse tema tão controverso, tão difícil, que é a elaboração do Orçamento da União, dentro do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado ao Deputado Nelson Trad, meu amigo fraterno; muito obrigado ao Deputado Paulo Ramos, muito obrigado aos senhores...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E ao Deputado Mercadante.

O SR. ROBERTO JEFFERSON - E não tenho mais nada a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está encerrada a reunião.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não escutei V. Exª ainda há pouco.

Declaro revogado o encerramento da reunião para dar a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a atenção dos meus nobres Colegas.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, fui procurado pelo Senador Bisol e ele fez uma solicitação que, considerando que hoje, sábado e domingo são os dias finais de trabalho desta CPI, em nível de trabalho conjunto...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Até segunda-feira.

O SR. PEDRO SIMON - ...S. Exª. solicitou que pedíssemos ao Presidente da República uma fórmula para que o Banco Central, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e a Receita Federal ficassem à disposição desta Comissão, e o Presidente da República solicitou que eu comunicasse a V. Exª de que há um plantão no Banco do Brasil, no Banco Central, na Caixa Econômica Federal e na Receita Federal, à disposição de V. Exª e desta Comissão para tudo que acharem necessário e que estes órgãos possam colaborar com a Casa. Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu agradeço e traduzo isto por prontidão rigorosa. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h21min.)

Depoimento do Sr. Deputado Jesus Tajra

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Esta reunião tem a finalidade precípua de ouvir o depoimento do nobre Deputado Jesus Tajra.

O Vice-Presidente vai fazer as perguntas de estilo.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. JESUS TAJRA - Jesus Elias Tajra.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. JESUS TAJRA - Sessenta e dois anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. JESUS TAJRA - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. JESUS TAJRA - A permanente em Teresina, na Rua Benjamin Constant, nº 1642. E aqui em Brasília, SQN 302, Bloco A, Ap. 101.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. JESUS TAJRA - Sou empresário e aqui político.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar onde exerce a atividade?

O SR. JESUS TAJRA - Em Teresina e em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ficaremos de pé, para ouvir o compromisso.

O SR. ODACIR KLEIN - Por favor, Deputado.

O SR. JESUS TAJRA - "Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do me for perguntado."

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Deputado Jesus Tajra, V. Exª está de acordo com o que temos feito aqui como praxe? Tomará, a seu critério, a possibilidade de fazer uma explanação, que tem a duração máxima de uma hora.

A palavra é de V. Exª.

O SR. JESUS TAJRA - Serei breve.

Exmº Sr. Presidente desta CPI, eminente Senador Jarbas Passarinho; Exmº Sr. Vice-Presidente, eminente Deputado Odacir Klein; Exmº Sr. Relator, nobre Deputado Roberto Magalhães; Srs. Deputados; Srs. Senadores integrantes desta Comissão:

Seria extremamente honroso para mim estar aqui entre V. Exªs, como tem sido honrosa, ao longo desses sete anos, a convivência nos plenários da Câmara, do Congresso e das Comissões, participando de debates e votações no nosso dia a dia de trabalho parlamentar.

Contudo, não posso esconder, neste momento, que me sinto incomodado, não pela presença de V. Exªs, mas pelas circunstâncias que definiram a minha presença agora neste plenário da CPI, após quarenta dias de ansiedade.

Todo esse quadro doloroso adquiriu uma dimensão muito maior quando se sabe que a grande imprensa nacional só se refere a esta Comissão como a "CPI da Máfia do Orçamento" ou como a "CPI da Corrupção".

Assim, a idéia que se transmite, desde logo, à opinião pública é a de que quem tiver, de alguma forma, sido citado por esta CPI já é, de pronto, um corrupto, praticante de manipulações na elaboração do Orçamento.

Essa lamentável situação - no que me diz respeito -, tem gerado intranqüilidade entre meus amigos e familiares, estupefatos com uma surpresa tão contundente.

Lembro-me que o nobre Deputado Aldo Rebelo fez referência a Engels, no momento em que ele interpunha uma questão a um depoente, dizendo que os fatos precisam ser considerados em todas as suas circunstâncias.

Por isso, vou-me permitir também falar um pouco de mim mesmo, para que o fato, que aqui vai ser focalizado, seja analisado em tudo aquilo que sou na minha vida, tenho sido ao longo de seis décadas de vida bem vivida, com vitórias e conquistas, enfrentando também obstáculos e tropeços, mas trilhando sempre, em qualquer circunstância, o caminho da honradez - herança maior dos meus pais -, patrimônio que, com minha mulher, transfiro aos meus filhos.

Tive uma vida estudantil vitoriosa, conquistando o primeiro lugar em cada ano dessa trajetória.

A vocação política herdada - creio, do meu avô materno, político militante no Líbano -, revelou-se em mim ainda estudante, quando tive ensejo de atuar no seio da UNE - União Nacional dos Estudantes, numa salutar convivência com muitos companheiros, ao lado, inclusive, dessa figura eminente da política nacional, que é o Senador Pedro Simon.

Ainda jovem, prestei concurso para Fiscal de Tributos Federais, hoje Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, tornando-me, juntamente com um colega de São Paulo, o fiscal mais jovem do Brasil, aos 21 anos.

Foram neste mister, 20 anos de trabalho, com passagens pelos Estados do Piauí, do Ceará e de São Paulo, tanto no interior como na capital. Neste período, retornando ao Piauí, ingressei na vida pública elegendo-me Deputado Estadual, o mais votado na capital e o segundo no Estado todo.

Há mais de 20 anos ingressei na vida empresarial, pois pedi exoneração do meu cargo de fiscal de tributos federais, vocação acredito atávica, posto que herdada de meu pai que foi um dos maiores comerciantes do Piauí.

Aqui, igualmente, obtive vitórias e sucessos graças a um trabalho árduo, dedicado e constante.

Nossas empresas - compõem um conjunto, um grupo -, hoje, têm um presença marcante no comércio do Piauí com cerca de 350 colaboradores e um faturamento anual correspondente a pouco mais de 20 milhões de dólares, com metas de constante expansão, agora sob a direção dos meus filhos.

Tenho uma vida financeira e patrimonial consolidada, a política é para mim tão-somente uma vocação, uma paixão e não um profissão. Hoje, dedico a ela a maior parte do meu tempo.

Antes de chegar a esta Casa, além de Deputado Estadual fui suplente de Senador, Secretário de Estado e Prefeito de Teresina, estou agora no meu segundo mandato de Deputado Federal.

Tudo isso que acabei de dizer, falando de mim mesmo, não é por cabotinismo, nem para expressar vaidade, mas para evidenciar a V. Exªs o cidadão Jesus Tarja, que agora será analisado, julgado por V. Exªs no desempenho de Deputado Federal.

Gostaria de saber porque aqui estou. Gostaria de saber, nobre Relator, se pudesse esclarecer inicialmente, a razão da minha presença neste momento diante de V. Exªs nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o nobre Relator, Deputado Roberto Magalhães.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ilustre Deputado Jesus Tarja, V. Exª não foi denunciado pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos, nem através da revista **Veja** e nem quando ele aqui prestou depoimento.

Estou lidando com mais de 60 nomes, todos os dias, avaliando, reavaliando, discutindo, redigindo, daqui a pouco eu não lembro nem do meu nome.

Na verdade V. Exª teve o seu nome cogitado para vir aqui, nesta Comissão, quando nos chamados papéis da empresa ODEBRECHET lhe foi atribuída uma situação **sui generis**, V. Exª constava de uma relação de nomes de políticos de projeção nacional, onde segundo o juízo, não sei se do Dr. Aílton ou de quem, como político que colaborava sem recebimento de remuneração, sem recebimento de qualquer vantagem.

Mas, uns estavam ali e outros estavam em outras posições. No caso de V. Exª apareceu ali, não se sabe por que, também, numa outra posição fora daquele quadro.

Recordo-me que V. Exª me procurou, argumentou, achei que V. Exª tinha razão e até ajudei na sua argumentação. Eu disse: Deputado, V. Exª não pode estar em dois lugares ao mesmo tempo. Ou V. Exª está ao lado dos medalhões da política nacional ou V. Exª está ao lado das emendas e dos percentuais, não pode é estar nos dois.

Parece-me que entre uma referência que, se não me engano, se resume, praticamente, a iniciais e ao nome por extenso, deveria prevalecer. E defendi essa tese, mas fui vencido: prevaleceu a tese liderada pelo ilustre Deputado Luiz Salomão de que V. Exª deveria ser chamado. Essa é a razão porque V. Exª está aqui agora.

O SR. JESUS TAJRA - Muito bem. Agradeço os esclarecimentos e, se V. Exª permitir, gostaria, então, de falar.

Na verdade, Srs. Senadores e Srs. Deputados, o meu nome figura com todas as letras nesse relatório do Senador José Paulo Bisol na página - não há a numeração da página, perdão - entre o grupo 1 - Deputados amigos que nos apóiam em CPIs, projetos, emendas etc,. sem cobrar e esperam por apoio nas eleições. E aqui vêm 15 nomes entre os quais o meu, pelo Piauí, Jesus Tajra, ao lado de uma figura eminente da política do Piauí, Hugo Napoleão, nesse mesmo conceito.

Então, estou aqui situado. Honrado não pela lista, mas pelas companhias ilustres. E, como V. Exª diz, não posso estar aqui entre aqueles que não cobram e com uma sigla que corresponde as minhas iniciais com um percentual, diga-se de passagem, seguida da palavra liquidez. Então, eu me recuso a aceitar: primeiro porque nunca tive esse problema de

transformar mandato em balcão de negócios; segundo porque não sou eu. Só na Câmara existem sete companheiros com as mesmas iniciais - JT. Isso mostra que não é fácil se identificar dessa maneira qualquer pessoa. Imaginem os senhores quantos JTs existem lá fora, no ambiente do Congresso Nacional. Então, me recuso a aceitar que eu seja identificado por essa sigla.

E hoje, pela colaboração de um dos meus filhos que aqui se encontra, neste ambiente - meus dois filhos fizeram questão de estar aqui me acompanhando, sentindo de perto, vivendo de perto este momento -, copiou uma frase do Senador Mário Covas hoje aqui de manhã, quando depunha o nosso companheiro, o Deputado Osmânio Pereira. E, ao se referir a esse papel - não considero isso um documento, ou como diria o Governador Leonel Brizola, um papelucho, quando saiu em defesa dessa figura eminente da política nacional que é Miguel Arraes -, diz o seguinte o Senador Mário Covas: "Se esse documento serve como base de incriminação de alguém, com relação a V. Exª é fator de inocentação. Se tivéssemos que extrair dele um critério, o critério seria o da exclusão de V. Exª."

E por que S. Exa. disse isso? Porque ao lado do nome do Deputado Osmânio Pereira havia um percentual, uns cálculos e, no final, um percentual com um risco por cima e, no outro, um zero o que significava dizer que ali, naquele momento, a pessoa que fez isso, o Sr. Aílton Reis - que, se diga de passagem, também não conheço, vi pela primeira vez através da televisão, quando depunha aqui nesta Comissão - estava manifesta a intenção de excluí-lo de percentual. Imaginem os senhores a minha posição, quando ele me inclui nessa relação de Parlamentares que não cobram.

Então, não pode ser. Não posso me identificar de maneira alguma, com essa situação altamente constrangedora, os senhores hão de convir, nem tanto para mim, mas para minha família que sente. É muito desagradável estarmos no nosso meio de luta, de trabalho, de convivência política lá, no Piauí, e os amigos a nos olharem, às vezes, com certa dúvida para saber se tivemos esse deslize. Nós que temos, graças a Deus, credibilidade e respeitabilidade pela seriedade com que nos conduzimos na nossa vida de cidadão comum e de homem público, principalmente, ficar essa dúvida... O pior estado de espírito, meus amigos, é o da dúvida! E quero dissipá-la aqui, não para mim, porque a minha consciência não me acusa de nada, mas para os meus amigos, para os meus 41 mil eleitores do Piauí, para que eles não sintam dúvidas da minha conduta aqui dentro desta Casa. Nunca participei da Comissão do Orçamento. Fui indicado, pela primeira vez, neste ano de 93, por um critério de expressão numérica de Bancadas do meu Partido, PFL. Então, como o Piauí tem uma Bancada expressiva no contexto da Bancada geral do meu Partido, cabia ao Piauí fazer uma indicação. E nós fizemos o critério do rodízio. E, pela primeira vez, coube a mim essa indicação. Não cheguei nem a participar de uma atividade, porque aconteceu o que aconteceu. Nunca fui Relator ou Sub-Relator. Tenho emendas? Não tenho emendas aprovadas em 89 e em 90. Tive quatro emendas aprovadas em 91, para pequenas obras, uma delas importante, porque era o alargamento de uma ponte na cidade de Campo Maior, causadora de muitos acidentes e muitas vítimas. Foi alargada; são duas pontes, alargadas. Graças a Deus esse problema não existe mais. Tive, em 92, onze emendas, aliás, quatorze emendas aprovadas e, para 93, tive 22 emendas aprovadas, todas pequenas obras para os Municípios que represento. Nenhuma envolvendo grande empreiteira. Quero, aproveitando para continuar falando aqui, Sr. Presidente, dizer que a ODEBRECHT é co-partícipe da construção do Hospital Universitário no meu Estado. Ela não ganhou a concorrência, vencedora foi uma construtora local que sub-rogou, em 40 ou 45%, parte dessas obras. Esse hospital teve início, os primeiros passos foram dados, e eu tenho aqui um relatório que recebi da Universidade Federal do Piauí, enviado pelo Reitor, Charles Silveira, datado do dia 23 de dezembro, relatório das suas atividades lá. Vou me permitir lê-lo para V. Exªs, porque ele não mandou só para mim, mas para toda a Bancada Federal, a quem ele se dirige sempre pedindo uma ação conjunta para assegurar recursos a fim de concluir esse hospital, que foi iniciado em janeiro de 89 e, até agora, só alcançou apenas 36% das obras.

Diz o relatório: O Estado do Piauí é uma das únicas Unidades da Federação que ainda não possui hospital universitário, apesar de contar com um curso de medicina a um quarto de século.

A luta, junto ao Governo Federal, para o suprimento dessa lacuna começou tão logo se deu a implantação da Universidade - é longa a luta para se chegar onde se chegou.

Após cumprir as negociações indispensáveis, a Reitoria - na ocasião o Reitor se chamava José Nathan Portella Nunes, irmão do saudoso Senador Petrônio Portella Nunes e também irmão do Senador Lucídio Portella Nunes - autorizou, em data de 21 de outubro de 1988, a abertura da concorrência pública visando a construção do hospital, marcada para 25 de novembro do mesmo ano, ficando estabelecido o prazo de 15 meses para execução da obra, que se iniciou em janeiro de 1989. As dificuldades decorrentes da não liberação dos recursos, nos prazos e nas quantidades previstos, provocaram a celebração de sucessivos aditivos contratuais, encontrando-se a obra, no presente momento, com aproximadamente 36,27% do contrato realizados e quitados.

Estou lendo trechos.

A Reitoria da Universidade Federal do Piauí pugnou, durante todo esse tempo, pelo fiel cumprimento das normas que regulamenta a execução orçamentária, não lhe tendo chegado ao conhecimento, até o presente, qualquer irregularidade que pudesse ter sido cometida e que se relacionasse ao exercício de sua competência, inclusive porque tal se tornaria evidente de forma inapelável, diante dos controles hoje exercidos sobre a gestão do dinheiro público por órgãos internos e externos de auditoria.

Em seguida, ele vem falando do projeto:

O projeto para a construção do Hospital Universitário - arquitetura, cálculo estrutural e instalações gerais -, suas especificações e seu orçamento foram fornecidos pelo MEC - Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação, elaborados pela empresa Bros. and Lightning Arquitetura e Consultoria S/C Ltdª, sem qualquer interferência da Universidade Federal do Piauí.

Vejam bem como surgiu o Hospital Universitário do Piauí.

O *valor global da obra foi estipulado pelos projetistas*, bem como o das parcelas correspondentes a cada tipo de serviço e etapa da construção. Todos eles, segundo o parecer dos órgãos competentes, compatíveis com os preços de mercado à época.

O processo licitatório" - isso é importante.

Em 21 de outubro de 1988, foi publicado o edital autorizativo da abertura da concorrência pública, que foi adquirido pelas firmas..."

Vou dar o nome delas: PLANOVA - Planejamento e Construções Ltdª; SERGEN - Serviços Gerais de Engenharia; Construtora Norberto Odebrecht; Construtora Queiroz Galvão; *Construtora Lourival Sales Parente.*

As propostas foram abertas no dia 25 de novembro do mesmo ano, tendo deixado de apresentar as suas as empresas PLANOVA e SERGEN. A Construtora Queiroz Galvão foi, de logo, considerada inabilitada por não cumprir todas as exigências do edital, no tocante à documentação.

A Comissão de Licitação foi constituída por representantes da Universidade Federal do Piauí, em número de um, e do Ministério da Educação, em número de dois - quer dizer, eram dois do Ministério da Educação -, que proclamaram vencedora a Construtora Lourival Sales *Parente, em data de 14 de dezembro de 1988. Dando-se, a 19* do mesmo mês, a homologação respectiva.

O valor da proposta vitoriosa era de 14 bilhões, 173 milhões, 819 mil e 500 cruzados, *sendo 5% inferior ao preço base estabelecido* no edital, que era de 14 bilhões, 919 milhões e 810 mil cruzados. Convertida em dólar, a proposta aprovada equivale, em números da época, a 24 milhões, 102 mil, 265 dólares e 88 cents.

Em 21 de dezembro de 1988, deu-se a assinatura do contrato apropriado com a Construtora Lourival Sales Parente, que, em 05 de janeiro de 1989, firmou termo de cessão, sob forma de sub-rogação de *um contrato de empreitada global*, com a Construtora Norberto Odebrecht, a quem ficou atribuída a responsabilidade pela execução de 45% da obra.

Essa é a razão da presença da ODEBRECHT na construção do Hospital Universitário do Piauí.

Então, meus senhores, depois que o MEC deixou de incluir verbas originárias do Orçamento nas suas propostas, o Reitor passou a dirigir a nós, Deputados, Representantes do Piauí, e aos Senadores também, apelos para incluir recursos no Orçamento. E a Bancada Federal sempre agiu em conjunto nesse sentido, para garantir esses recursos.

Temos aqui - permitam-me, depois, passar isso aqui às mãos do Relator - o jornal de Teresina **O Dia**, do dia 15 de dezembro: "Reitor pedirá a conclusão do Hospital Universitário", onde ele diz aqui, num trecho: "Contamos com o apoio da Bancada Federal no Congresso Nacional e do Governo do Estado, *mas, até agora, ainda não conseguimos* sensibilizar o Governo Federal para a liberação dos recursos, explica o reitor".

Vejam bem as dificuldades. A gente luta, de todas as maneiras, para assegurar recursos no Orçamento, a Bancada Federal, porque a liberação é difícil, sai deteriorada, como ele já salientou no seu relatório, não dando, por conseguinte, nestes cinco anos - 1989, 1990, 1991, 1992 e 1993 - para concluir a obra, alcançando apenas 36%.

Então, eu estou dando este relato para mostrar que meu trabalho parlamentar, com os companheiros de Bancada, é na defesa dos interesses do meu Estado, do nosso Piauí, cumprindo com essa obrigação elementar, de todos nós; coisa, aliás, que a Comissão já reconheceu, quando deu uma nota publicada há algum tempo, há alguns dias.

Então, não faço mais do que cumprir as minhas tarefas de Parlamentar, juntamente com meus companheiros de Bancada, buscando assegurar ao Piauí, que é um dos Estados mais carentes do Brasil, de maiores dificuldades, um pouco de melhores condições de vida ao nosso povo.

E este Hospital Universitário tem dupla finalidade: assistir a população mais carente e, ao mesmo tempo, preparar médicos mais competentes.

Era isso o que eu queria dizer, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, eu entendo o desconforto de V. Exª, mas, pelo menos deve ficar claro, V. Exª sabe que aqui está como testemunha, e não como acusado ou indiciado.

O SR. JESUS TAJRA - Eu agradeço.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Agora, creio que V. Exª poderá ajudar significativamente esta Comissão, porque V. Exª está demonstrando um conhecimento bem razoável em relação às obras federais no Piauí. Então, eu perguntaria: construção de

ponte sobre o rio Poti. Não vejo nenhuma emenda de V. Exª. Vejo emendas de José Luiz Maia, Ricardo Fiúza e Paes Landim. Mas V. Exª, certamente, tem notícia dessa obra. Em que pé ela está ?

O SR. JESUS TAJRA - O rio Poti nasce no Ceará e atravessa muitas cidades no Estado, muitas. Só em Teresina, ele separa, divide Teresina em duas partes. Teresina está quase se transformando em uma nova Recife, com tantas pontes, porque esse rio separa, divide Teresina em duas partes, a leste e ao oeste, e as necessidades de pontes são constantes.

Basta dizer a V. Exª que, no momento, nós temos uma ponte no bairro Poti, que é essa ponte que foi construída recentemente pelo Governo do Estado, em convênio com a Prefeitura Municipal, porque a obra seria mais municipal do que federal, porque passa só no Município de Teresina; tem uma ponte na saída, no encontro da avenida Petrônio Portella, que desemboca exatamente em cima do **campus** universitário; tem duas outras pontes na avenida principal da cidade, que é a Frei Serafim, de um lado, e, do outro lado, a João XXIII, que é uma seqüência da BR-343; e tem mais uma ponte à altura da rodoviária, ligando o leste ao oeste, para onde convergem ônibus e caminhões pesados, na direção do Ceará e da região norte do Estado, e quem vem de lá em direção ao Maranhão, Pará e sul do Piauí e do Brasil; tem ainda uma ponte ferroviária e ainda estamos necessitando de, pelo menos, mais duas pontes para facilitar o sistema viário de Teresina.

É esta a explicação que tenho a dar a V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª sabe qual é a empreiteira que está realizando esse serviço, essa ponte em construção?

O SR. JESUS TAJRA - Não, a ponte foi construída por uma empresa local, Lourival Sales Parente. E essa outra ponte que está aí, para ser construída, confesso a V. Exª que não sei. Está a cargo da Prefeitura Municipal de Teresina, e eu confesso a V. Exª que não sei.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nós temos uma indicação de que seria uma obra relacionada a emendas de interesse da Norberto Odebrecht, mas, ao mesmo tempo, temos documentação oriunda da SERVAZ, dando conta de que as obras de dragagem no rio Poti serão efetuadas pela...

O SR. JESUS TAJRA - Confesso a V. Exª que desconheço qualquer outra obra da ODEBRECHT no Piauí, a não ser essa, com a participação dela, no Hospital Universitário. Desconheço qualquer outra.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª já deixou claro que nunca teve interesse em relação à Comissão de Orçamento. Só em 1993 participou...

O SR. JESUS TAJRA - Só em 1993, e por uma questão de rodízio.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas, como V. Exª, no nosso Partido - como eu -, é Vice-Líder, e tem influência e conhecimento dos assuntos, pergunto: V. Exª, ainda que à distância, acompanhou aqueles problemas e aquela crise que houve com a saída do Deputado João Alves da Relatoria-Geral, em 1991, quando assumiu o então Líder do PFL, Deputado Ricardo Fiúza? V. Exª poderia nos esclarecer sobre aquela crise que redundou no afastamento do Deputado João Alves ou, realmente, não tinha conhecimento e não participou sequer em termos de ter conhecimento, conversar e obter informações?

O SR. JESUS TAJRA - Nobre Deputado Roberto Magalhães, eu raramente dava presença na Comissão de Orçamento. Os companheiros que aqui fazem parte ou já fizeram parte da Comissão de Orçamento sabem que não me viam lá. Eu ia lá, às vezes, à procura de um companheiro para um contato - companheiro do Piauí -, para tratar de um assunto, já que ele fazia parte da Comissão.

Tive oportunidade de ir lá, uma vez, para reivindicar, exatamente, a aprovação de uma emenda relacionada com essa ponte, a que me referi, lá em Campo Maior, e não obtive êxito.

Fui pedir a um companheiro do Ceará - porque não tinha ninguém do Piauí -, Firmo de Castro, que requeresse destaque e, na hora em que foi chamado o pedido de destaque, o Firmo de Castro não estava presente. O Presidente não me permitiu defender a minha emenda, porque eu não era o autor, não era da Comissão. Eu até, na hora, me estremeci com ele. Só depois, no ano seguinte, houve a oportunidade de essa emenda ser aprovada.

Então, como não participava, eu não acompanhava de perto, sempre achei que a nossa prerrogativa de Parlamentar deveria nos assegurar o direito de ter emendas nossas, dentro de uma paridade, de uma equidade, aprovadas, sem precisar estar pedindo a um e a outro. Eu sempre evitei isso, andar atrás de Relator, de Sub-Relator, para pedir aprovação de emendas, porque achava que era um direito meu, uma prerrogativa minha, que devia ser considerada como tal.

Tanto que quando o nosso Colega Deputado Messias Góis assumiu a Presidência, em conversa com ele, lá na Liderança, eu dizia: "Está na hora de V. Exª estabelecer um critério de equidade dentro da Comissão de Orçamento, porque eu não consigo aprovar emendas, sou um fracasso em termos de emendas aprovadas". E, felizmente, o melhor ano de emendas aprovadas para mim foi exatamente esse em que o Deputado Messias Góis foi Presidente, porque saíram minhas emendas, em maior quantidade, aprovadas.

Evidentemente que alguma coisa foi feita para melhorar. E essas minhas emendas, como já falei aqui, são de pequenas obras nos Municípios que represento.

Então, não posso dar informações a V. Exª, porque, inclusive, quando se deu a substituição do Deputado Ricardo Fiúza, ou, melhor dizendo, a substituição do Deputado

João Alves pelo Deputado Ricardo Fiúza, eu me encontrava ausente. Eu estava em São Paulo, onde passei uma semana ausente. Quando voltei, já encontrei tudo consolidado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, o Piauí está entre os três Estados mais beneficiados com subvenções sociais, ao lado do Ceará e do Rio de Janeiro. Pergunto a V. Exª se costumava obter subvenções à conta de subvenções globais, ou, se não costumava, se tinha conhecimento de Deputados que conseguiam, e como eles conseguiam obter essas subvenções por verbas globais.

O SR. JESUS TAJRA - Confesso a V. Exª que estou até surpreso em saber que o Piauí, ao lado do Rio de Janeiro, é um dos maiores aquinhoados com as subvenções...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perde para o Ceará.

O SR. JESUS TAJRA - Perde para o Ceará?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perde.

O SR. JESUS TAJRA - Está bom! Se V. Exª falou, fez referência...

Para mim foi surpresa, eu ignorava completamente a existência desse mecanismo de subvenção. A não ser aquelas nossas, aquela nossa cota que era atribuída a todos os Deputados e a todos os Senadores, que parece que até se extinguiu agora, na atual proposta orçamentária.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Se extinguiu, agora, de direito, porque, de fato, já há dois anos que não pagavam.

O SR. JESUS TAJRA - Não pagavam.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Para esta Legislatura, os Deputados de primeira Legislatura não chegaram a ter o prazer de dizer: "Atendi um hospital, atendi uma..." Nada!

O SR. JESUS TAJRA - Então, Deputado Roberto Magalhães, eu desconhecia completamente a existência de dotações destinadas a subvenções dessa natureza, aqui, que todo mundo conhece.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, para que V. Exª possa se informar das coisas que estamos aqui descobrindo, um Município do Ceará obteve, em dois anos, um milhão e meio de dólares em subvenções para Municípios e fundações, mais do que o Estado de Pernambuco no mesmo período. No Estado do Rio de Janeiro, um único Município, o Município de Nova Iguaçu, tem um conjunto de faculdades que recebeu, nos últimos quatro anos e meio, 14 milhões e 900 mil dólares em subvenções sociais, por conta de verbas globais. Essas verbas eram liberadas pelo núcleo de poder que dominava a Comissão do Orçamento.

Aqui, depuseram dois Ministros de Estado - aliás, três ex-Ministros - e todos confirmando que o então Presidente da Comissão, Deputado João Alves, entregou um ofício ao Deputado Cid Carvalho, que ia de Ministério em Ministério levando listas para liberar subvenções.

Nós, aliás, precisamos fazer um levantamento de quanto foi levantado através, diretamente, da Comissão de Orçamento. Acredito que houve alguma subvenção licitamente liberada. Sou otimista, precisamos saber quantos milhões de dólares saíram por esse ardil. Os Ministros dizem aqui: "Mas era um Deputado, eu não podia contestar. Eu via nele o Congresso".

O SR. - (Inaudível)

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, muito antes. Ontem, aqui, o ex-Ministro Carlos Chiarelli confirmou que, em 1987, já liberava recursos.

Pois não, Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Rapidamente, só para V. Exª esclarecer que as verbas eram destinadas e não beneficiavam a população. Senão, ao contrário de penalizar, aqueles que levavam as verbas, as supostas verbas, saem beneficiados diante da comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Estamos inovando. Cabe ao Relator fazer perguntas, senão começaremos, como o bom hábito da Câmara dos Deputados, a dar apartes. Aliás, o Senado também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. Talvez pudesse ser o intermediário da observação do Deputado Paulo Ramos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, Deputado Jesus Tajra, como nos documentos encontrados na casa do Sr. Ailton Reis há uma referência...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se não fosse incomodar o Plenário, pediria que prestasse atenção ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Como nessas notas para a reunião do dia 26.09.93, dentre os documentos encontrados na casa do Sr. Aílton Reis, V. Exª está classificado, conforme mencionou, no Grupo 1, de "Deputados amigos que nos apóiam em CPIs, projetos, emendas etc., sem cobrar, e esperam por apoio nas eleições", minha pergunta refere-se a essa questão.

Por exemplo, nas eleições em que V. Exª foi eleito, da última vez, em 1990, poderia nos explicar como organizou a sua campanha, inclusive do ponto de vista financeiro, para obter os recursos para se eleger? E, em relação a este ano, é sua intenção ser candidato? Como seria a organização em relação à experiência de 1990, no sentido de tornar clara a forma como V. Exª se organiza e em que medida qualquer ação parlamentar de V. Exª acaba

tendo alguma relação com essa organização de campanha - e aí eu falo, inclusive, do ponto de vista financeiro.

O SR. JESUS TAJRA - Muito bem. Eu deveria...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se me permite o Senador...

O SR. EDUARDO SUPLICY - É por causa da referência...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deveria lembrar que os critérios que adotamos aqui, logo inicialmente, foram que, em termos de campanha, ou em termos de presentes, ou prevaricações, como hoje disse o Deputado Roberto Jefferson, nós decidimos não fazer disso objeto de averiguação. É uma pergunta muito pessoal para o Depoente. O que tem acontecido é que sempre os depoentes resolvem responder. Mas, na verdade, a pergunta não é rigorosamente pertinente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - É que não queria ferir aqui o objetivo da CPI. Obviamente, ela é sobre o Orçamento, mas se, porventura, na resposta houvesse alguma coisa que se relacionasse às questões do Orçamento, esse seria o objetivo da resposta.

O SR. JESUS TAJRA - Eu não me recuso a responder a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas eu fiz uma pergunta no sentido mais amplo, para saber das coisas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Este é que é o mal, porque o Depoente não se recusa. Não se recusa, porque fica, de algum modo, colocado de uma maneira constrangida. V. Exª poderia ter perguntado a mim, também, como é que eu fiz minha campanha. E eu poderia perguntar a V. Exª como fez a sua.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E eu estarei pronto a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E eu não estaria, sem dúvida, de dar. (Risos)

O SR. JESUS TAJRA - Posso dizer ao Senador Suplicy que eu sou uma pessoa até certo ponto popular na Capital. Minha base maior eleitoral é Teresina, onde eu tenho de 10 a 11 mil votos. Eu fui professor, jornalista, esportista, presidente do clube mais popular, uma espécie de Corinthians lá, que é o Flamengo - eu sou corintiano lá em São Paulo. Então, a gente adquire uma popularidade. Além disso, o trabalho que desenvolvo em nossa Capital é constante, com presença nos bairros, e dou assistência aos Municípios que represento. Sou constante também. Eu viajo muito durante o ano, 40 a 50 mil quilômetros de carro, percorrendo o meu Estado, que é grande - é do tamanho de São Paulo, territorialmente, com uma dificuldade muito maior, porque as distâncias se tornam maiores porque o núcleo populacional se esparge numa extensão territorial igual à de São Paulo. V. Exª fala em São Paulo e alcança milhões de paulistas; se eu falar em Teresina, eu alcanço só os teresinenses. Então, eu tenho que percorrer mesmo e as distâncias são grandes de uma cidade para a outra. Eu, às vezes, percorro até 1.200 km em uma viagem para visitar um único Município. Então, a gente procura se esforçar.

Posso assegurar a V. Exª que me elejo com meu esforço, com o meu trabalho, com a credibilidade que eu tenho e com meus recursos, além de uma pequena ajuda de meus familiares, tão inexpressiva que é mais simbólica, para mostrar uma solidariedade de campanha. E muito esforço, também, desses familiares, quando eles também se espalham pelos pontos em busca de votos para que eu seja eleito.

Quanto ao futuro, não posso dizer. Eu não sei se serei candidato a quê. Tenho as minhas pretensões, mas, às vezes, a gente vai sendo obstruído naqueles desejos tênues. Eu, por exemplo, posso dizer que gostaria de ser o Governador do meu Estado, de governar o meu Estado. Tinha essa pretensão, mas as circunstâncias políticas nem sempre favorecem, porque tudo marcha para o Senador Hugo Napoleão. Então, a gente tem que se curvar diante das tendências e das bases, quando elas se manifestam, e das lideranças. Então, eu tenho que buscar uma outra meta que me permita uma vitória.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Nesse sentido, aqui não haveria qualquer diferença, porque o Senador Hugo Napoleão está citado ao seu lado nessa mesma menção que fiz, do Grupo 1.

O SR. JESUS TAJRA - Com muita honra para mim.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, eu não tenho mais perguntas, mas apenas gostaria de esclarecer que eu acredito que poderei responder à indagação de V. Exª quando da próxima CPI, seja da CUT ou do PT, ou da de todos os partidos. Estarei pronto para responder às indagações de V. Exª.

O PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª está se comportando **avant la lettre**. Eu não lhe fiz pergunta, eu disse: poderia fazê-lo. Quem sabe, um dia, nós tenhamos de fazer pergunta um ao outro a esse respeito e o meu **feeling** é que ambos saberemos responder bem.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu ouço o nobre Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srs. Parlamentares, eu teria algumas perguntas a fazer ao ilustre Deputado Jesus Tajra; entretanto, no decorrer e no desenrolar do depoimento que V. Exª está efetuando para toda a Nação, eu queria apenas parabenizá-lo pela maneira coerente, cortês, como vem se conduzindo, e não farei nenhuma pergunta, porque não há por que fazer.

O SR. JESUS TAJRA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Deputado Jesus Tajra, a Subcomissão de Emendas, ao examinar a atividade de V. Exª na Comissão de Orçamento, apresenta o seguinte relatório:

"Em 1990, apresentou sete e não aprovou nenhuma; em 1991, apresentou doze emendas, aprovou quatro, liquidou apenas uma: em 1992, apresentou cinquenta e sete emendas, aprovou quinze, liquidou apenas três; em 1993, apresentou trinta emendas, aprovou vinte e quatro e liquidou de novo apenas três."

A convocação de V. Exª se prende ao fato de, junto ao nome de V. Exª, ter uma percentagem e ter sido adotado este critério pela nossa CPI.

Queria fazer a seguinte pergunta a V. Exª, buscando decifrar essa percentagem ao lado de iniciais de pessoas que identificamos como parlamentares. V. Exª não apresentou emenda em relação ao Hospital Universitário de Teresina?

O SR. JESUS TAJRA - Conjuntamente com os companheiros de Bancada.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª se empenhou na liberação de verbas, na liquidação dessa emenda? Foi a Ministério? Teve alguma participação no processo de liberação de verbas para...

O SR. JESUS TAJRA - Estive este ano, com o Reitor Charles Silveira, a pedido dele, que pediu uma audiência com o Ministro Hingel. Em final de julho, se não me falha a memória, estivemos eu, ele e o próprio Ministro, e ele lá foi tratar de assuntos gerais da Universidade, inclusive o Hospital Universitário. E como eu lhe disse aqui, o dinheiro não foi recebido. Eu mostrei aqui, exibi o jornal... Permita-me ler um trecho do jornal, da entrevista do Reitor, aqui está, onde ele diz:

"Contamos com o apoio da Bancada Federal no Congresso Nacional e do Governo do Estado, mas até agora ainda não conseguimos sensibilizar o Governo Federal para a liberação dos recursos."

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Quer dizer que V. Exª tinha alguma interpretação sobre esse percentual e ou "pela liquidez"?

O SR. JESUS TAJRA - Eu não tenho essa interpretação a dar, apenas, num determinado momento, o Deputado Sigmaringa Seixas falou para um outro companheiro, e esse me transmitiu, explicando inclusive que essa palavra "liquidez" era atribuída à área ministerial, ao Executivo.

E V. Exª falou, aproveitando, nobre Deputado Sérgio Miranda, que havia um percentual ao lado do meu nome. Perdão, não existe. O meu nome está numa outra lista - aliás, até o Senador Suplicy já fez referência a ela. Aí é uma sigla, um JT, e já até falei que só nesta Casa há sete JTs - nesta Casa que eu digo é a Câmara -, sem nenhuma insinuação, apenas para mostrar da dificuldade de se identificar, por simples iniciais, alguém.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - JT.

O SR. JESUS TAJRA - ...JT, que já falei, só aqui nesta Casa, existem sete. Nesta Casa, que eu digo, é a Câmara, não é? Sem nenhuma insinuação. Apenas para mostrar a dificuldade de se identificar alguém por simples iniciais, não é?

Agora, já falei aqui que temos dificuldades. Acho - e aqui vai uma sugestão para o nosso Relator, para a Comissão -, que se deve estabelecer critérios, normas impositivas aos Ministérios na liberação dos recursos programados no Orçamento, para que o Deputado não fique na ante-sala de Ministro pedindo liberação dos recursos para seu o seu Estado, para o seu Município.

Se está no Orçamento, tem que ser respeitado e cumprido, e não o Deputado estar-se transformando em contínuo graduado (Muito bem!), em uma posição incômoda, humilhante. Eu considero humilhante um Deputado ou Senador andar de sala em sala de Ministério, até o quarto, quinto escalão, pedindo um favor para se apressar o andamento de um processo desses. Isso tem que acabar, não pode continuar.

Um Ministro tinha que liberar dentro de um cronograma rígido. O Ministro da Fazenda não pode ser o dono do dinheiro, contingenciar, fazer o que quer. O Orçamento tem que ser respeitado, para evitar exatamente esse tipo de constrangimento e situações como essa que estou enfrentando neste momento.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª.

Com a palavra o nobre Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado Jesus Tajra, V. Exª, em sua exposição, colocou, e bem, que quer que todas as dúvidas existentes a respeito do suposto eventual envolvimento seu, nos casos que estão sendo objeto de investigação, sejam dissipadas.

Partindo dessa sua colocação, permito-me fazer algumas indagações a V. Exª.

O SR. JESUS TAJRA - Pois não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Exª, quando se refere às letras JT, diz que não há nenhuma segurança para afirmar-se que seja realmente Jesus Tajra.

O SR. JESUS TAJRA - Claro, primeiro pela minha consciência...

O SR. LUIZ MÁXIMO - Certo.

O SR. JESUS TAJRA - ...por que nunca fiz do meu mandato balcão de negócios.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não estou afirmando isso.

O SR. JESUS TAJRA - Não estou dizendo aqui, primeiro, pela minha consciência, porque essa é a minha posição.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então, como V. Exª afirmou isso e como também disse que JT até poderia ser as iniciais dos nomes de seis outros parlamentares, ...

O SR. JESUS TAJRA - Sim. Aqui existem outros seis companheiros com JT.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Só JT?

O SR. JESUS TAJRA - Sim.

O SR. LUIZ MÁXIMO - De nome parlamentar?

O SR. JESUS TAJRA - V. Exª pode pesquisar aqui nos jotas.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Não, eu digo nome parlamentar.

O SR. JESUS TAJRA - Hein?

O SR. LUIZ MÁXIMO - Digo nome parlamentar.

O SR. JESUS TAJRA - De nome parlamentar existem alguns. Está na lista. V. Exª vai encontrar.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Agora, então ...

O SR. JESUS TAJRA - Não quero é facilitar, mesmo porque não estou insinuando nada. Quero só mostrar a dificuldade de se identificar alguém por simples duas letras. Quero evidenciar essa dificuldade. Se aqui, nesta Casa, existem vários JTs, imagine lá fora! Nós, em um universo de 500 parlamentares, que são quinhentos e tantos parlamentares, temos... Lá fora, quantos são? Não é? É isso que quero falar.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Exatamente. Porque mesmo em face de sua alegação anterior, liquidez é um termo normalmente direcionado ao Executivo. Então, JT poderia ser até mesmo ser um membro do Executivo.

O SR. JESUS TAJRA - Registrei isso como informação do Deputado Sigmaringa Seixas para um outro Deputado que me falou isso.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Agora, como "JT" aparece aqui naquele documento da ODEBRECHT, dentro do Estado do Piauí, pergunto se seu Estado tem algum outro Parlamentar, cujos nomes se iniciam pelas letras JT.

O SR. JESUS TAJRA - Não. No Piauí não existem. Só eu mesmo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Só o senhor?

O SR. JESUS TAJRA - É.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Quer dizer que, então, ficamos realmente naquela dúvida que o senhor coloca e que é procedente: saber a quem se refere, efetivamente, esse JT.

O SR. JESUS TAJRA - Exatamente.

Agora, quero lembrar a V. Exª que outras siglas apareceram em outros Estados, que não tem nada a ver. Apareceram no Estado do Piauí também. É engraçado. E como apareceram outras siglas em outros Estados que não têm nada a ver com o Deputado, com a origem do Estado do Deputado.

V. Exª vê, nobre Deputado Luiz Máximo, V. Exª é homem de direito, é da lei, como é difícil com um simples indício desse identificar e provar.

Esse papelucho, quero repetir aqui esse termo, porque para mim não passa de um papelucho, isso não é documento, coloca as pessoas, várias pessoas, em situação constrangedora sem ter nenhum valor probante; não há nada que prove coisa nenhuma contra ninguém. Não é só contra mim, não; acho que contra ninguém.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Nobre Deputado, concordo em termos com V. Exª que este documento não traz nenhum relacionamento com qualquer outro indício, dado provatório, que pudesse ser ligado a essa indicação. Então, só por si, esse registro no documento, como valor jurídico para fins de convencimento, é muito frágil. Agora...

O SR. JESUS TAJRA - Perdoe-me interromper, mas se V. Exª associar isso ao fato de que o meu nome, com todas as letras, está catalogado numa lista de colaboradores que não cobram, o próprio autor dessa manifestação me excluiu, ele próprio. Porque o conceito que ele tem de mim é que o meu trabalho aqui não é de cobrar - como não é; então não pode me colocar, dizer que esse JT que está com um percentual sou eu. Existe essa questão lógica, é uma exclusão; até o nosso digno Relator fez referência a isso, me ajudou nessa sua colocação. Porque eu não posso estar em dois lugares com conceitos contraditórios, diversos.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Talvez V. Exª não tenha entendido perfeitamente a minha colocação.

O que eu quis dizer é que a indicação das letras JT num documento dessa natureza, só por si, não consiste um suporte suficiente para incriminar. O que eu quero dizer é que uma indicação dessa natureza, não me estou referindo especificamente a V. Exª, mas a todos aqueles que tiveram os nomes ou as letras indicadas, que teriam um suporte de incriminação se estivessem relacionados com qualquer outro dado provável.

Porque indício, V. Exª sabe, é exatamente a circunstância provada e conhecida que, por indução, permite concluir sobre outras circunstâncias.

Era esse o raciocínio que eu quis colocar.

O SR. JESUS TAJRA - Agradeço a V. Exª.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Mais uma pergunta, nobre Deputado.

As coisas às vezes chegam ao conhecimento, são noticiadas e nós ficamos sem saber a realidade da notícia.

Pergunto a V. Exª se o nobre Deputado tem relacionamento com alguma entidade de natureza filantrópica. Mas no caso positivo, qual seria essa entidade filantrópica e se teria... para carrear a mesma subvenção social, auxílio ou contribuição oficial?

O SR. JESUS TAJRA - Não. Não tenho nenhuma relação com entidade filantrópica para qual tenha carreado subvenções, essa subvenção que não se refere à subvenção de cota parlamentar.

Agora, de cota parlamentar, aí, sim, tenho. Tenho a APAE, tenho uma entidade na Cidade de Campo Maior, associação de um bairro, associação operária ou qualquer coisa assim. Eu tenho catalogado.

Tenho a fundação que tem o nome do meu pai, mas não tem subvenção; nenhuma dessas daí tem subvenção, essa que está sendo motivo de investigação nesta CPI.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Finalmente, nobre Deputado, V. Exª poderia nos esclarecer se mantinha algum relacionamento e de que espécie com o Deputado João Alves e com o economista José Carlos Alves?

O SR. JESUS TAJRA - Nenhum. Quer dizer, com o Deputado João Alves, um relacionamento de convivência normal aqui nesta Casa, como convivo com V. Exª, com o Deputado Paulo Ramos, com a Deputada Beth Azize, sendo que com esses dois últimos aqui tenho muito mais proximidade. Com o Deputado João Alves, tínhamos uma convivência até partidária; encontramo-nos, às vezes, lá pela Liderança do Partido. Mas o Deputado João Alves não era um homem de circular muito aqui na Casa, não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - *Sr. Presidente, dou-me por satisfeito.*

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Luiz Máximo.

Com a palavra o Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - S. Exª declinou da palavra.

Dou a palavra ao Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Depoente, Deputado Jesus Tajra, V. Exª, em suas declarações de renda dos anos base 1988, 1989, 1990 e 1991, declarou a existência, em 31 de dezembro de cada ano, de valores intitulados, dinheiro nas seguintes quantias: em 1988, 30 mil cruzeiros novos, correspondentes a 39 mil 375 dólares; em 1989, 300 mil cruzados, correspondentes a 29 mil e 41 dólares; em 1990, 6 milhões de cruzados, correspondentes a 35 mil e 224 dólares; em 1991, 14 milhões, 274, mil e 800 cruzados correspondentes a 14 mil 292 dólares.

Pergunto: poderia V. Exª informar onde ficavam depositados tais valores? E acrescento: poderia V. Exª justificar a origem desses recursos?

O SR. JESUS TAJRA - *Muito fácil, nobre Deputado Zaire Rezende.*

Em primeiro lugar, V. Exª pode verificar, pela minha declaração, que ela comporta perfeitamente a existência de recursos financeiros. Está compatível com os meus ganhos. Não há qualquer dúvida quanto à origem deles, portanto, está no resultado do meu trabalho e, em parte, em imóveis que vendi.

Quanto ao fato de eu declarar dinheiro, é porque era dinheiro mesmo. Só posso dizer que tenho o depósito, quando eu tenho o depósito; e dinheiro, quando ele estava em minhas mãos. Então, era dinheiro mesmo. E é dinheiro nacional, porque quando adquiri dólar, na minha declaração tem dólar, é dólar adquirido no Banco do Brasil.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Depoente, sua movimentação bancária de 1990 mostra dois depósitos em dinheiro, ocorridos em 4 de julho de 1990 no valor de 4 mil e 500 cruzados correspondentes a 71 mil 365 dólares; e no dia 22 de agosto de 1990 no valor de 6 milhões de cruzados correspondentes a 83 mil ,222 dólares, em sua conta bancária nº 131.542.002 do Banco Sudameris. Pergunto: poderia V. Exª informar a origem desses depósitos?

O SR. ZAIRE REZENDE - Venda de imóvel: um deles dentro do ano; a escritura foi feita dentro do ano. O outro, como o comprador não fez a escritura dentro do ano, eu só tinha um jeito: já tinha o dinheiro e o imóvel não tinha saído oficialmente do meu patrimônio; eu declarei como débito, como dívida minha para com o comprador. V. Exª pode constatar isso na declaração.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, terminando, deixo registrado que a Subcomissão de Patrimônio Fiscal trabalhou na avaliação, contando com a ausência dos seguintes documentos: documentos de cartório, documentos do sistema de radiodifusão, do INCRA, das declarações aos Tribunais Regionais Eleitorais e também das de Banco de Desenvolvimento. Muito obrigado, Sr.Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. JESUS TAJRA - Posso falar? Nobre Deputado Zaire Rezende, se eu soubesse que tinha necessidade de apresentar escrituras do meu patrimônio, eu as teria trazido, porque se os cartórios não deram, não tem problema.

Sobre os documentos da radiodifusão que V. Exª falou, devo esclarecer que faço parte do quadro social de uma televisão e de uma rádio, conquistadas em concorrência em 1982. Eu não era nem Deputado. Quero esclarecer isso para que também não fique qualquer dúvida em relação a isso. Era o que eu tinha a esclarecer a V. Exª.

O SR. ZAIRE REZENDE - Devo esclarecer que realmente não foi solicitada a V. Exª como a nenhum outro depoente.

O SR. JESUS TAJRA - Pois não.

O SR. ZAIRE REZENDE - Isto são providências que a subcomissão toma para poder obter as informações, mas não recebemos, até o momento, esses aspectos que citei.

O SR. JESUS TAJRA - Pois não. Entendi.

O SR. ZAIRE REZENDE - Obrigado.

O SR. JESUS TAJRA - Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - As Comissões são tão ciosas, Deputado Jesus Tajra, que a Mesa não conhece sequer as perguntas que vão ser feitas. São guardadas a sete chaves. A Mesa também não conhece. De maneira que todos foram tratados do mesmo modo.

Com a palavra o Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, até em respeito à CPI e ao Depoente, eu me inscrevi. Mas, considerando que a nossa Subcomissão, que preparou o estudo das emendas, já foi representada muito bem nas perguntas do Deputado Sérgio Miranda e também pelo Relator, porque passamos esse trabalho para o Relator, eu não tenho perguntas a fazer ao Depoente, considerando que essas perguntas já foram feitas pelos Deputados que citei. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Apenas eu me furto e me privo de ouvir V. Exª. É uma tristeza.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Agradeço, porque entendo que a declaração de V. Exª não é apenas o gesto de gentileza e cordialidade parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não se poderia confundir a minha origem com diplomacia.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Exatamente, Sr. Presidente. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado gaúcho, Fernando Carrion, último inscrito. Eu sempre cito gaúcho, me desculpe, mas é uma homenagem.

O SR. FERNANDO CARRION - Com muito honra, meu caro Presidente.

Sr. Deputado Jesus, após a análise muito bem conduzida pelo nosso colega da Subcomissão de Patrimônio, Deputado Zaire Rezende, queda pouco para que realmente seja perguntado.

Sr. Deputado Jesus Tajra, Sr. Presidente, Sr. Relator, no quadro comparativo de rendimentos e ganhos **versus** créditos bancários, que temos aqui, na comparação, a movimentação bancária do nobre Deputado Jesus Tajra foi abaixo dos rendimentos e ganhos. Por conseguinte, pela avaliação aritmética que fizemos, está satisfatória a situação.

Nada mais temos a perguntar, com o que encerramos a questão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Relator pretende reinquirir?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Vice-Presidente?

O SR. ODACIR KLEIN - Não.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Ministro, o Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, antes que V. Exª encerre a reunião - e ontem, quando chegava aqui, tive conhecimento do seu registro, feito de maneira tão simpática e tão incentivadora -, pretendia, neste instante, externar a V. Exª o meu agradecimento por um gesto, que sei, vem da cordialidade permanente e, acima de tudo, por um incentivo que considero profundamente válido e do qual, desde já, me aposso, para dizer que será imprescindível a sua orientação e participação em qualquer ato que venha a cometer à frente de uma pasta ministerial.

Mas um ponto que quero deixar claro, Sr. Presidente, ao receber o convite ontem do Presidente da República, coloquei, com delicadeza, mas com ênfase, uma condição aceitava o convite para o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, mas não poderia abrir mão do meu indeclinável dever de permanecer nesta Comissão até o último dia, quando fosse aprovado o relatório do Deputado Roberto Magalhães. E, ouvi do Presidente, uma palavra não só de compreensão, mas a reiteração permanente de que S.Exª ele está disposto, até o último instante, a dar todo o apoio a esta Comissão. E hoje registrei também, com muita alegria, um gesto de S.Exª, ao informar que todas as repartições que estão, de uma forma ou de outra, envolvidas no processo investigatório, estarão de plantão até o término dos trabalhos das subcomissões.

Portanto, Sr. Presidente, nesse ligeiro registro, agradeço comovido mais uma vez a sua deferência. E quero reiterar, perante os nossos companheiros, dentro da linha dos seus pronunciamentos gerais, que foi a consciência que V. Exª me inspirou em todo momento, da mais alta gravidade de que estamos investidos neste momento, que me levou a esta posição, na consciência de que, unidos e identificados no mesmo propósito, vamos dar ao País o exemplo de maturidade e, acima de tudo, consciência da dignidade do Congresso brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR.RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, peço a palavra a V. Exª para, como Relator, mas, sobretudo, como membro desta Comissão, que é o que sou na realidade - a Relatoria é uma consequência; o que todos somos aqui é membros de uma Comissão de Inquérito - dizer que o gesto do Senador Elcio Alvares é raro. É muito raro. Fosse S.Exa. um homem comum, um homem qualquer, já nem aqui viria mais. Estaria já preparando seu discurso de posse, fazendo os convites, mandando para nós, certamente, o convite; mas correndo para se investir na curul ministerial. S.Exª não. Quando o procurei

ontem, preocupado, para manifestar a minha angústia em perdê-lo aqui no plenário e não saber quem viria substituí-lo, S.Exª me disse: "Fique tranqüilo, porque já falei ao Presidente que ficarei até o fim na Comissão". Esse gesto define um homem.

Mas, do Senador Elcio Alvares, tenho, desde que aqui cheguei, Sr. Presidente, quase diariamente, surpreendido gestos de grandeza, de sensibilidade humana, de afirmação, de coragem. E eu tenho sido o grande beneficiário disso. Desde a hora em que S.Eª se preocupou em que eu tivesse uma assessoria à altura da função de Relator. De modo que, não somente por tudo isso, o felicito, mas esta Casa, e o Presidente da República, que talvez ainda não saiba a qualidade do Ministro que vai ter ao seu lado. E dizer a Elcio Alvares que só lamento uma coisa: que estando há três anos aqui, só recentemente vim a conhecê-lo de perto.

Muito obrigado.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, apenas ao Relator Roberto Magalhães uma expressão comum, mas muito sincera: muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A Mesa com certeza, agora, os dois terços da Mesa que ainda não falaram subscrevem tudo o que disse o Sr. Relator. Mas eu vou me permitir reservar-me para o momento em que V. Exª se despedir definitivamente da CPI, cumprindo a bela missão, que no momento está cumprindo, e é a mesma posição do Deputado Odacir Klein.

Mas devo dizer-lhe, meu caro Senador Elcio Alvares, que, embora isso seja uma frase feita, é preciso resgatar a dignidade das frases feitas: há convites que honram o convidado e há convites que honram quem convida. É o caso de V. Exª.

Concedo a palavra ao Deputado Jesus Tajra para suas observações finais, depois desse prelúdio da sua peroração.

O SR. JESUS TAJRA - Obrigado, Sr. Presidente. Antes das palavras finais, eu quero, também, me congratular com o Senador Elcio Alvares, companheiro de partido, Senador eminente, atuante, pelo convite que recebeu do Presidente da República, para assumir o Ministério da Indústria e Comércio. Certamente, vai, como disse o Senador Passarinho, desenvolver o trabalho profícuo que vem desenvolvendo aqui, neste Senado Federal.

Como bem disse o Senador, a presença de V. Exª vai honrar o Governo atual.

Quero agradecer, também, ao nobre Deputado Odacir Klein, que se bateu aqui, nesta CPI, para que todos aqueles relacionados nestes papéis da ODEBRECHT tivessem a oportunidade de vir aqui, falar, dizer, se defender, para que pudessem daqui sair sem mácula em sua dignidade, em sua honra, esclarecendo publicamente a posição de cada um. Isso é da maior importância. E me sinto feliz, neste momento, por isso, de estar podendo falar, através da RADIOBRÁS, para quase todo o Brasil, certo de que muitos de meus familiares espalhados pelo Brasil, em vários Estados, podem estar me vendo e sabendo que o seu irmão se mantém, como sempre se manteve, naquela linha de seriedade de conduta, dissipando qualquer dúvida com relação a sua atividade parlamentar de Deputado federal.

Quero também agradecer o carinho, o afeto dos meus filhos aqui presentes, os dois, e das minhas filhas, que estão ao lado de sua mãe, lá no nosso apartamento, acompanhando este depoimento, numa demonstração de muito amor filial, porque sabem o pai que têm.

Foram dias de muita amargura. Não desejo a um possível inimigo que viesse a ter, porque não tenho, uma situação dessas, de vida, onde nosso nome fica sendo badalado com o envolvimento de causas, de questões espúrias, sem que se possa falar, dizer alguma coisa, na expectativa de um momento como este.

Eu cheguei aqui tranqüilo, de cabeça erguida, não por orgulho ou vaidade, mas por força de minha consciência, daquilo que sei que sou, que represento na sociedade terezinense e piauiense, daquilo que sou e represento para minha família e para meus irmãos. E quero sair daqui, do mesmo jeito, tranqüilo e de cabeça erguida, podendo encarar os companheiros de Congresso como sempre fiz, numa convivência sadia, cordial, com todos, independentemente de cor partidária.

E a V. Exª, Senador Jarbas Passarinho e ao meu companheiro de partido, o Sr. Relator, Deputado Roberto Magalhães, as minhas congratulações pelo desempenho com que se têm havido no comando desta CPI e, ao mesmo tempo, esperando que se chegue, tudo, em boa paz.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está encerrada a reunião, até amanhã, às 09h30min.

(Levanta-se a reunião às 20h37min.)

Depoimento do Sr. Deputado Ézio Ferreira

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Declaro aberta a reunião que tem por finalidade ouvir o depoimento do Deputado Ézio Ferreira. Peço a S. Exª que tome assento à mesa e ao Vice-Presidente que faça as perguntas de estilo.

O SR. ODACIR KLEIN - O seu nome?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Ézio Ferreira de Souza.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Cinqüenta e três anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. ÉZIO FERREIRA - SHIS - QI-5 - Chácara 01.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Empresário.

O SR. ODACIR KLEIN - Lugar em que exerce a atividade?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito que fiquemos todos de pé para ouvirmos o termo de compromisso. Se a imprensa não se levantar nós não teremos compromisso lido.

Por obséquio, Sr. Deputado.

O SR. ÉZIO FERREIRA - "Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª e à imprensa.

Nobre Deputado, a nossa praxe V. Exª conhece bem: nós reservamos sempre o máximo de uma hora para o depoente, em ele querendo, fazer uma explanação inicial, depois do que, então, se passa às inquirições.

A palavra é de V. Exª.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Senadores, Deputados, membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito:

Eu vou fazer uma explanação da minha vida, para que V. Exªs tenham uma síntese do que é, do que foi, o homem Ézio Ferreira.

Nasci nas barrancas do Solimões, na cidade de Benjamin Constant. Aos sete meses de vida perdi o meu pai. Minha mãe, analfabeta, migrou para a capital. E quando lá chegamos, ela, para me dar o sustento, começou a lavar roupa. Com um ano de vida na capital, ela conheceu um caboclo, casou-se e nós fomos morar na Ilha do Moratú, uma ilha perto de Manaus.

Eu costumo dizer aos meus amigos, aqueles que são mais íntimos, que eu nasci paupérrimo - paupérrimo -, mas nunca soube o que era pobreza, porque aos quatro anos de idade, voltando do interior para a casa de uma tia minha, para estudar, fui adotado por uma das famílias mais ricas do meu Estado - rica em dinheiro, rica em coração, rica em caráter, rica em todos os sentidos. Essa família chama-se Valdemiro e Estela Lustosa. Minha vida se transformou como se transforma ao se sair do nada para o muito, e ali eu fui criado, fui educado, foi forjado o meu caráter.

Aos 14 anos, comecei a trabalhar e assumi a gerência de uma fábrica do meu pai, com 600 empregados, e aí começou a minha vida de trabalho, de estudar - passei a estudar à noite para poder trabalhar de dia.

Trabalhei com meu pai até os 24 anos. Aos 24 anos de idade, disse a ele que gostaria de fazer à minha vida, trabalhar a minha maneira; não que eu teria o que desmerecer porque as pessoas me chamavam só de Lustosinha, mas eu queria ser o Ézio Ferreira, e o meu pai me deu a oportunidade.

Ao sair para trabalhar por conta própria, o meu pai me chamou e me deu, em 1963, um cheque de 10 milhões de cruzeiros, para que eu pudesse iniciar a minha vida - 10 milhões de cruzeiros. E aí eu coloquei uma firma para fazer comércio. Mas isso não durou muito tempo, porque o Grupo Sabá, o maior grupo da região, na pessoa o Sr. Isaac Benayon Sabá, que era o dono da Refinaria de Petróleo da Amazônia e de outras tantas empresas, como a Fitejuta, Petróleo Sabá, Madeiras Compensadas da Amazônia, um **pool** de empresas, convidou-me a trabalhar com ele - insistentemente, porque eu não queria mais trabalhar como empregado, eu queria fazer a minha vida pessoal. Mas o convite que ele me fez foi irrecusável.

Naquele tempo, lembro-me bem de que a pessoa vivia com 90, 100 mil cruzeiros; eu vivia muito bem, obrigado; freqüentando a alta sociedade, vivendo de uma maneira que satisfazia o meu ego.

Confesso a V. Exªs que o convite foi irrecusável. Ele me ofereceu 2 milhões de cruzeiros para assumir a parte executiva-financeira de todo o Grupo. E foi quando eu fui, sem deixar de trabalhar para mim, individualmente. Trabalhei, ao longo de oito anos, e saí, porque quis, do Grupo Sabá.

Esta é a primeira parte da minha vida. E assim fui construindo e amealhando o que tenho hoje.

Depois saí do Grupo Sabá, comprei uma firma por nome Eletroferro, uma grande loja de ferragens; mas não nasci para ser comerciante, vi que não dava certo. Comprei uma fábrica por nome Lisbonense e depois vendi - uma fábrica de bolachas, de biscoitos, era a maior fábrica do Estado do Amazonas. Depois, passei para frente. Posteriormente, fiz uma empresa por nome PROCON, depois, sucedânea, Solo Engenharia. Entrei na indústria da construção civil, fui o líder da construção civil no meu Estado. Construí minha firma; construí, só pela minha firma, como empresário da construção civil, 2 mil 437 unidades, as quais geraram 35 milhões, 374 mil dólares, fora a poupança.

Antes de ser político, pertencia, como jovem, ao Orbis Clube, que era o Rotary mirim. Fui do Rotary, frequentei o Rotary, o Lyons e a maçonaria.

Fui Presidente do Fast Clube, fui Presidente do Atlético Rio Negro Clube, e tenho certeza de que o povo amazonense, até hoje, espera a minha volta para esses clubes, porque por onde passei eu realizei.

Peguei o Fast, como Presidente, já há 10 anos sem ser campeão, e quando larguei a Presidência do Fast, deixei o Fast como bicampeão da Taça Estado da Amazonas e bicampeão do Estado, e deixei o Fast no campeonato nacional, na liga nacional.

Depois fui para o Atlético Rio Negro Clube, também já há 10 anos sem ser campeão; o Atlético Rio Negro Clube, para aqueles que não conhecem, é um dos clube mais sociais do meu Estado, da cidade de Manaus; também fiz o Rio Negro campeão.

Pasmem, meus senhores: a minha vida... Isso é uma formação de caráter, sempre foi. Porque muita gente questiona. Os jornais, às vezes, criticam-me: "Porque o Ézio recebe, dá festas." Quando eu tinha 15 anos de idade, a minha mãe fazia chá do tipo inglês para que eu recebesse os meus amigos e as minhas amigas dentro da minha casa; isso é uma formação de caráter. Só tinha uma coisa: meu pai não gostava de festa no dia do seu aniversário, e eu aprendi também a não gostar de festa no dia do meu aniversário; era uma questão de formação.

Para receber, sempre recebi; lá em Manaus, antes de ser político, recebi vários ministros, generais, autoridades. Inclusive jantei com Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República.

Então, a minha formação foi essa.

Depois resolvi ingressar na vida pública, por uma exigência de muitos amigos, não vou aqui enumerá-los.

Candidatei-me a deputado federal; quando eu disse ao meu pai que eu iria ser candidato a deputado federal, ele disse: "Você está maluco. Porque tem tanta gente boa aí para disputar eleição, como é que você sai para deputado federal? Você nunca mexeu com isso, nunca mexeu com política". Eu disse: meu pai, eu também sou bom, assim o senhor me educou.

Candidatei-me e, graças a Deus, fui o segundo Deputado Federal mais votado em 86, só perdi para o Bernardo Cabral, por 2 mil e poucos votos.

Veio a eleição de 90, fui o Deputado Federal mais votado do Estado, na reeleição.

Quero perguntar aos senhores: receber bem é um pecado, receber os meus colegas, os meus amigos, é um pecado?

Enquanto vida eu tiver, enquanto posse eu tiver, eu vou continuar recebendo bem os meus amigos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se o Deputado me permite, apenas para este início de manhã, V. Exª diz que só não gosta de festa no dia do aniversário.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Bom, aí cabe uma explicação, Senador. Por exemplo, casei-me, no segundo matrimônio, e meu filho Ézio Júnior, que está ali, ia completar um ano de idade, e eu disse a minha mulher que eu não queria aniversário. Mas a minha mulher também é festeira; ela disse: "Eu quero comemorar o aniversário do meu filho." Eu disse: mas eu não gosto disso. A gente, quando casa, é machão, depois a mulher domina, não é? (**Risos**) Eu disse: eu não quero fazer o aniversário do meu filho. O que uma criança de um ano entende de aniversário? Ela disse: "Mas eu quero." Eu disse: então vai fazer no meio dos filhos dos hansenianos. E foi. Assim foi feito, no meio dos filhos dos hansenianos, de 270 crianças. E ela teve um trabalho de dois meses para fazer roupa, sapato e dar um brinquedo para todas as crianças. E assim foi comemorado o primeiro aniversário do meu filho.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Apenas era uma observação de ordem pessoal, porque me lembro de que, aluno na Escola Militar, aluno pobre, eu não saía e ficava lendo na biblioteca da Escola, no Rio de Janeiro, e uma vez li uma passagem de Montesquieu em que ele dizia que, de fato, não devíamos comemorar o dia de aniversário alegremente, porque os homens - considerando no gênero, o todo -, quando nascem, se não choram, apanham na nádega para chorar, e então não se deveria comemorar o primeiro choro da vida.

Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nobre Deputado Ézio Ferreira, na entrevista à **Veja**, que se converteu na motivação mais próxima desta CPI, o Sr. José Carlos dos Santos declarou que ouvira do Deputado João Alves que V. Exª tinha conhecimento de um esquema para liberação de subvenções na Comissão de Orçamento. V. Exª confirma ou contesta essa informação?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Nobre Relator, eu li a **Veja** várias vezes; se não estou enganado, se não me falha a memória... Está aqui a **Veja**: o Sr. José Carlos dos Santos foi perguntado pelo jornalista: "Quem mais?" "João Alves falava do Deputado Ézio Ferreira

do PFL-AM. Mas o Ézio tinha outro esquema. Era um negócio com empreiteiras." Só. Ele não citou que eu tinha negócios com subvenção social. Mas eu vou responder a V. Exª. Até instaurada a CPI, nobre Relator,...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu queria, antes, dizer a V. Exª...

O SR. ÉZIO FERREIRA - ... eu desconhecia que havia subvenção, eu não sabia que existia isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não. Peço à secretária que providencie o depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos aqui, porque tenho em mãos um documento oficial da Subcomissão de Emendas que diz claramente isso, que o Sr. José Carlos assim afirmou. Se não está na **Veja**, vamos ver se está no depoimento. Se bem que me parece que isso não é fundamental. Mas, de qualquer maneira...

O SR. ÉZIO FERREIRA - É aquilo que eu respondi, nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - De qualquer maneira, esta Comissão identificou dois esquemas: um das empreiteiras e outro das subvenções. Estou começando pelo mais simples. V. Exª não tinha nem conhecimento?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Não tinha nem conhecimento de subvenção.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não sabia sequer da existência de verbas globais?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Dou-lhe minha palavra de honra que eu não sabia que existia isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perfeito. E a quem V. Exª atribui a outra referência, esta que V. Exª tem nas mãos, de que V. Exª tinha um esquema com empreiteiras? A que V. Exª atribui essa afirmação do Sr. José Carlos?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Acredito... Porque eu conhecia o José Carlos e ele sabe que eu sou do ramo; e podia... E não nego, continuo amigo dos meus amigos de Manaus. São construtores que trabalharam ao longo da minha vida. Não vou negar isso! Então, acho que é por isso que ele falou.

Mas quero dizer a V. Exª, nobre Relator, que, em 1989, eu era membro da Comissão de Orçamento como suplente. Apresentei 7 emendas; foram aprovadas 3. Sabe quantas foram liquidadas? Nenhuma!

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas, depois, V. Exª melhorou a **performance** porque, em 91...

O SR. ÉZIO FERREIRA - Claro! Vou dizer: em 91, eu era membro titular. Apresentei 39 emendas, foram aprovadas 11 e foram liberadas 7 - depois, se o senhor quiser, digo o nome das emendas.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu queria saber o valor. Tenho aqui, em 91, V. Exª...

O SR. ÉZIO FERREIRA - Bom, em 91, infra-estrutura urbana em Manaus, 1,8 milhões de dólares. E, para assistência financeira, para o Amazonas, 5,4 milhões.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tenho o número das emendas, talvez seja mais fácil para V. Exª, não?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Em 91, nobre Relator, aprovei 7 emendas, das quais, para a infra-estrutura urbana de Manaus, a cargo do Governo Estadual, 154 mil dólares. Ainda falta, porque, às vezes, deixa-se resto a pagar e não sei quanto foi recebido. Estou falando do PRODASEN.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tenho aqui 1,8 milhões.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Não, tirei esses dados do PRODASEN. Passo às mãos de V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Assistência financeira.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Abastecimento de núcleos de água, de núcleos rurais no Estado do Amazonas. 29 mil dólares.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Esse eu não tenho.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Pois é! Sistema de coleta, abastecimento de água no Amazonas, também 29 mil dólares; sistema de coleta de tratamento de esgoto, no Estado do Amazonas, 59 mil dólares; assistência financeira para a construção de escolas em São José Compensa(?), no Estado do Amazonas, 2 milhões e 497 mil dólares. E há uma emenda para a BR-174, trecho Manaus-Presidente Figueiredo, 1 milhão e 916 mil dólares.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Aqui, tenho 16.2 milhões.

O SR. ÉZIO FERREIRA - 1 milhão e 900 liberados.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E esse documento diz: apenas as aprovadas e liberadas.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Não, as emendas foram de número maior. Estou falando o que foi pago pelo Governo do Estado, o que foi pago para a BR-174.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Qual é o total de V. Exª?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Quatro milhões, 737 mil dólares, em 91. Esse é o documento do PRODASEN.

Bom, vamos para 1992.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não tenho nenhuma referência sobre 1992; Tenho 93. Galeria de águas pluviais, em Manaus, e galeria de águas pluviais em Humaitá.

O SR. ÉZIO FERREIRA - E, agora, em 93.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Certo. V. Exª tem o valor aí?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Estou vendo aqui. Das três emendas liberadas. galerias de águas para o bairro de Jorge Teixeira, 530 mil dólares. Este ano, em agosto e setembro.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tenho Humaitá, 1.2 milhões, e, Manaus, 1.7.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Dados do PRODASEN. Manaus, 530.907, 22 dólares.

Assistência para construção de escolas, em Parintins, 59 mil dólares; construção de galerias pluviais em Humaitá, 462 mil dólares.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Aqui, 1.2.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Esses aqui são dados fornecidos pelo PRODASEN.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Provavelmente, tenho o valor orçamentário e V. Exª está falando do valor liberado.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Claro!

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª afirmou que, como empresário da construção civil, ganhou 35 milhões, 374 mil dólares. Pergunto: em que período?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Num período de 8 anos.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Essa importância, em dólares, refere-se a faturamento, a lucro ou a patrimônio residual da pessoa física?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Estou falando de movimento em dólares que eu construí, valor de faturamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - A movimentação bancária de V. Exª revela - e eu gostaria de saber se V. Exª concorda ou discorda - que, de 1989 até 1993, V. Exª teve créditos bancários em conta corrente que totalizaram 13 milhões, 982 mil, 294 dólares.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Esse número, segundo minha assessoria, é muito menor. Mas é preciso fazer um trabalho mais perfeito para que eu possa concordar. Não concordo com esse número.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Qual é a estimativa de V. Exª?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Cerca de 10 milhões de dólares.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Verificamos que, nesse período, houve 5 meses em que V. Exª teve créditos superiores a 1 milhão de dólares. Em 1989, no mês de novembro, os créditos em conta corrente chegaram a 1 milhão, 293 mil, 485 dólares. Em dezembro do mesmo ano, 1 milhão, 269 mil, 697 dólares. No ano seguinte, em maio de 1990, 1 milhão e 48 mil dólares; em julho, 1 milhão, 545 mil dólares; em setembro, 1 milhão, 339 mil dólares.

É provável que V. Exª se recorde porque são números expressivos, muito acima da média dessas contas correntes.

O SR. ÉZIO FERREIRA - V. Exª quer repetir a pergunta, por favor?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - De 1989 até agora, V. Exª teve, em 5 meses, dois meses, que foram novembro e dezembro de 1989, e três, que foram maio, julho e setembro de 1990, em que os créditos bancários nas suas contas foram superiores a 1 milhão de dólares.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Qual é o desejo de V. Exª?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª teria condições de esclarecer a origem desses créditos?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Nobre Relator, pelos idos de 1971, para ser mais exato no dia 28 de setembro de 1971, fui intimado pelo grupo CGI e fui convidado por dois PEs para depor no Palácio Rodoviário sobre essa mesma pergunta que V. Exª me fez.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Em 1971?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Em 1971!

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas não podia, são meses depois...

O SR. ÉZIO FERREIRA - É que vou responder dentro daquilo que o senhor está me perguntando.

Em 1971, fui convidado, fui intimado pelo grupo CGI para saber sobre o movimento bancário conjuntamente com o grupo do GIF. O Presidente da CGI, o Diretor, o comandante da CGI, na época - depois foi um grande amigo meu, Coronel Jorge Teixeira, depois foi Prefeito de Manaus, depois foi um incentivador do esporte no meu Estado, depois foi Governador de Rondônia, um grande brasileiro -, fez-me uma pergunta com o GIF e a CGI: "Por que esse movimento bancário"? Eu lhe disse: "Isso é um problema de ordem pessoal, não tenho que responder a V. Exª. É um problema de ordem pessoal, movimento bancário. E movimento bancário não gera riquezas"!

Bom, fui autuado, naquela época, por 10 milhões de dólares. Recorri à 1ª instância; perdi; recorri à 2ª instância. E está aqui. Passo às mãos de V. Exª o voto do Conselheiro Francisco Petralha, um dos homens mais inteligentes do Imposto de Renda brasileiro. Vou ler alguns trechos do que está escrito nesse voto:

> "Que o depósito bancário, por si só, indiscriminadamente, não constitui fato gerador previsto na legislação do Imposto de Renda, nem leva em conta que o lançamento **ex-officio** é processo de arbitramento. Por isso, não pode a autoridade administrativa lançadora limitar-se a tomar como rendimento soma de depósitos bancários".

Noutro capítulo:

> "Em princípio se admite que o depósito bancário por si só, ou seja, sem confronto com as outras circunstâncias, não deriva o direito a quaisquer rendimentos sujeitos ao Imposto de Renda por não constituir fato gerador. O que estou preocupado com esse meu voto é evitar que atos infundados com o do presente processo se repitam nas instâncias regulares no falso pressuposto de que cabe aos Conselhos de Contribuintes sustentá-lo por meio de decisão descabida. Não, o absurdo é insustentável".

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, o GIF não existe mais, Grupo de Fiscalização que cuidava de impostos federais. Nós, da CPI, não somos exatores e não estamos em busca de saber se V. Exª está ou não regular com referência aos seus tributos como contribuinte. Estamos aqui fazendo uma investigação do Parlamentar. V. Exª tem todo o direito de não responder. Agora, não tem nada a ver decisão do Conselho de Contribuintes, um mero órgão colegiado do Ministério da Fazenda, com uma Comissão do Congresso Nacional.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Quero dizer, com todo o respeito e admiração que tenho por V. Exª, que esta Comissão foi instituída para investigar o Orçamento, e não a minha vida privada. Se estou provando aos senhores que o total das minhas emendas, em todos esses anos, foi de 8 milhões de dólares, e movimentei, segundo os cálculos, 12 milhões de dólares, acho que...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Deputado, V. Exª não é uma exceção. Estamos levantando o patrimônio e a situação financeira de todos aqueles que foram membros da Comissão de Orçamento e que estão sob investigação. Porque é evidente que sinais exteriores de riqueza não lastreados em fontes legítimas ou provas de enriquecimento ilícito vêm confirmar, ainda que, se não mediante prova definitiva, como indício veemente, a prática de irregularidades.

Agora, V. Exª tem todo o direito, porque está aqui como testemunha e não como acusado ou indiciado, de se recusar a responder, alegando que este é um assunto pessoal de V. Exª. Se é esta a sua resposta, não tem problema; estará registrada, certo?

Bem, vou fazer uma outra pergunta, que será a última e, certamente, V. Exª também não vai responder, porque dirá que é um assunto pessoal.

A mesma Comissão de Bancos informa à Relatoria que V. Exª apresenta em suas contas várias transferências de recursos de empreiteiras, empresas de Engenharia, que têm obras nos Estados do Amazonas e Roraima; obras financiadas com recursos do FNDE, ou seja, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e, também, fundos do Ministério do Interior.

V. Exª responde esta pergunta ou considera que está na esfera privada e pessoal? Recebe pagamentos de...

O SR. ÉZIO FERREIRA - Eu gostaria que V. Exª formulasse a pergunta de novo porque não entendi. Roraima?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Empresas de Engenharia que operam principalmente no Estado do Amazonas e em Roraima têm transferido recursos para contas pessoais de V. Exª.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Nobre Relator, vou responder o que saiu nos jornais e do que tive conhecimento.

Saíram cinco cheques de construtoras na minha conta. Primeiro, SOLO Engenharia - passo às mãos...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sei que é de V. Exª.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Passo às mãos de V. Exª o contrato social.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E eu sei que é de V. Exª.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Em 1990, fiz um contrato com a CTL... em 1992, fiz um contrato com a CTL, que passo às suas mãos, sobre a venda de um terreno meu... venda não; fiz um contrato particular de um terreno meu para a firma...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - O que é CTL, Deputado?

O SR. ÉZIO FERREIRA - CTL, nome da firma.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ah, uma firma!

O SR. ÉZIO FERREIRA - Construtora Tocantins. Está aqui. Vou passar a data do contrato.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Presidente, não deu para ouvir a data desse contrato!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não creio que tenha sido pronunciada.

O SR. ÉZIO FERREIRA - 20 de fevereiro de 1990.

Passo às mãos de V. Exª a transação imobiliária que fiz com essa firma. Deve estar acompanhando também a firma CASTOR, da qual recebi um cheque de 362 mil dólares. Estão aí os dois contratos: o contrato de serviço, o contrato de fornecimento de material e, se quiserem mais algumas provas, depois eu as remeterei a V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Veja bem, Deputado, tenho um cheque da CASTOR Engenharia Ltdª, de 30 milhões, datado de 24 de setembro de 90.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Correto!

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E o contrato que V. Exª fez... V. Exª disse que fez um contrato com a CASTOR.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Há os dois contratos aí: o contrato da CASTOR...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - SOLO e Tocantins.

O SR. ÉZIO FERREIRA - E a CTL.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - SOLO e Tocantins. SOLO e ARO Construtora e Comércio Ltdª.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Aí deve ter o contrato SOLO e CASTOR Engenharia.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não estou encontrando, vou devolver, para que os assessores procurem.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Vê se não está aí atrás.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Solo e Mário Sérgio de Almeida Toledo.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Esse daí é o contrato da minha firma social, para provar aqueles dois cheques da Solo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Solo, Planejamento e Construções.

Aqui são contratos sociais, não são contratos com terceiros. Aqui são os atos constitutivos da Solo.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Está aqui, Sr. Relator.

Esse, Sr. Relator, foi feito em 1990. Está provado que não tive nenhuma liberação em 1990.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Veja bem, contrato particular de gerenciamento de obra e colocação de equipamentos.

V. Exª não é parte nesse contrato; parte é Castor e a Solo.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim, mas a Solo é uma pessoa jurídica. V. Exª é uma pessoa física.

Qualquer pagamento, em função desse contrato, teria que ser para a empresa e não para V. Exª individualmente.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Concordo em gênero, número e grau com V. Exª.

Acontece que não gerencio minhas contas lá no Estado do Amazonas. Tenho assessores e procuradores, entendeu? E apareceu isso daí. Vou ter que rever. Isso é problema meu; da minha contabilidade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Finalmente, quero dizer a V. Exª que não encontro, no depoimento do Sr. José Carlos dos Santos, realmente referência às subvenções.

Aqui está uma referência a V. Exª que não tem a ver com subvenções:

"- Não, no natal ganhei uma televisão do Deputado Carlos Benevides.

O Deputado Ézio Ferreira, quando fui a Aruba com a minha esposa e com meu garoto, pagou a passagem de ida e de volta. Só."

De modo que infelizmente há esse lapso do documento da Subcomissão de Emendas, que peço que seja checado novamente, para fins de relatório final.

V. Exª realmente pagou essas passagens para o Sr. José Carlos?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Ofereci essas passagens a ele.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não chegou a pagar?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Ofereci e paguei. Ofereci-lhe as passagens.

Um vez conversando com o José Carlos - o José Carlos era conhecido de todos, de todo o Congresso Nacional. Quem disser que não o conhecia é porque não quer dizer aqui hoje, porque ele se encontra nessa situação. Naquele tempo, todo mundo o respeitava como técnico da mais alta qualificação. Pedi para que ele visse minhas emendas, logo que eu não conhecia de uma maneira técnica.

E quando o Sr. José Carlos foi nomeado Diretor do DOU, Deputados e Senadores fizeram uma festa para ele. Deram-lhe uma festa. Não fui a essa festa, mas fizeram-lhe uma festa. Para ver o quanto tinha amizade aqui dentro. Foi comemorada a sua nomeação para o DOU. E ele, conversando comigo, disse que gostaria de passar umas férias com a esposa e com o filho. Sugeri-lhe: vá a Aruba, que é mais barato do que uma passagem de Manaus para o Rio de Janeiro. Dou-lhe as passagens. Ofereci e dei-lhe as passagens.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, gostaria de, embora fugindo às normas regimentais, responder ao nobre Senador Miranda uma pergunta que S. Exª fez: o contrato de locação de equipamentos e gerenciamento da Solo com a Castor está datado de 9 de janeiro de 1990, mas não tem, em nenhuma de suas páginas, reconhecimento de firma, nem qualquer ato de notário que possa conceder fé pública à data que aqui está. Somente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Faço uma solicitação aos membros da CPI: não inovemos exatamente agora. A pergunta é do Relator. S. Exª inquire e aqueles que estão, como é o caso do Senador Gilberto Miranda e outros, como o Senador Eduardo Suplicy, que já ameaçou levantar o microfone, têm sua oportunidade de perguntar. E tudo aquilo que foi, pelo depoente, entregue pode ser previamente definido e transferido para quem vai perguntar; senão, vamos fazer inovações.

Tem a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - É apenas para abreviar o tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Desculpo-me pela interpretação equivocada.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Deputado Ézio Ferreira:

Referindo-me à última indagação, relativa ao pagamento da passagem - à oferta de passagem ao Sr. José Carlos Alves dos Santos e à sua família para irem à Aruba - pergunto: V. Exª ofereceu passagens como essa a outros funcionários do Congresso Nacional ou do Executivo?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Não, senhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Por que razão ao então designado Diretor do DOU? Pergunto: ele, na ocasião, era o responsável pela Assessoria do Orçamento na Câmara dos Deputados ou já havia sido designado para o DOU?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Já havia sido designado para o DOU.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a cortesia do Plenário para com o Senador Eduardo Suplicy, que está perguntando, para com o depoente. Peço silêncio.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª considerou essa atitude de oferecer a ele a passagem para a Aruba como importante para que ele desse especial atenção às recomendações e às indicações de V. Exª no Orçamento da União?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Não, absolutamente, porque fiz as emendas. E olhe as emendas que foram aprovadas. Não foi por isso não. É porque eu sou assim. Se um amigo meu precisa de alguma coisa... Não dei só passagem para o Sr. José Carlos não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não foi essa a pergunta. Perguntei se havia dado a outros funcionários?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Dei outras passagens para pessoas que precisavam também. Tive, na minha conta de passagens, pessoas para fazer operações, pessoas que chegam no Gabinete e que são do meu Estado, pessoas que precisam de mim; dentro das minhas possibilidades, faço. Fiz uma questão... o Sr. José Carlos não tinha nada comigo, de liberar recursos. Ele não tinha influência em nada, lá no DOU, para que possa.... Ao que sei, o Secretário do DOU, quando vai descontingenciar, ele vai por intermédio do Ministro, lá no Ministério. Não ele - não cabe a ele descontingenciar.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª o via como uma pessoa necessitada?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Eu o via como uma pessoa necessitada e, depois, é triste: eu vim saber que ele tinha 3 milhões de dólares.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª explicou, de alguma maneira, a origem do seu patrimônio, mas me pareceu que ficou muito insatisfatória a explicação dada diante das indagações do Deputado Roberto Magalhães. V. Exª há de convir: num País em que cerca de 39 milhões, na força de trabalho, recebe de zero - dentre as pessoas de 25 anos ou mais, o IBGE estima em 39 milhões de pessoas que recebem até dois salários-mínimos - até dois mínimos, portanto, cerca de 150 dólares. Então, como foi registrado que V. Exª conseguiu receber, em alguns meses, 5 meses - conforme registro do Sr. Relator - mais de 1 milhão de dólares como depósito e sabendo que a remuneração de um Parlamentar tem variado, ao longo dos últimos anos, em torno de 3 a 4 - às vezes 5 - mil dólares mensais, ainda que houvesse rendimentos significativos, acho que seria importante que pudéssemos compreender melhor como é que o patrimônio gerado por suas atividades empresariais viabilizou um fluxo de depósitos de rendimentos tão significativos. Por essa razão, pediria a V. Exª que pudesse nos explicar melhor a natureza de seus empreendimentos. V. Exª explicou um pouco, mas como é que eles puderam ser tão bem-sucedidos? Eu agradeceria se pudesse nos dar melhor explicação sobre quais são as suas principais atividades empresariais, seja de natureza imobiliária, seja de outra natureza, que viabilizaram remuneração tão acentuada.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Nobre Senador Suplicy, respondendo a V. Exª, quero dizer que compreendo que mais de 39 milhões de brasileiros vivem quase na miséria, e eu gostaria de fazer mais pelo meu Brasil, pelo meu povo. Agora, esta Comissão está aqui

para investigar verbas do Orçamento, manipulação de verbas do Orçamento seja na parte de subvenções ou na parte de emendas. E V. Exª sabe que, em 1990, não tive nenhuma emenda e, em 89, não havia emendas. Então, o que V. Exª quer é saber da minha vida pessoal, e me recuso a falar da minha vida pessoal dentro daquilo que já falei.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Vou procurar fazer uma pergunta mais específica, na medida em que V. Exª mesmo deu alguns detalhes sobre o início de suas atividades empresariais, para que possamos compreender a origem dessas atividades. Se V. Exª se dispuser a responder, pergunto se elas se iniciaram, em grande parte, com as empresas SIHABAM - Sociedade de Investimentos Habitacionais da Amazônia Ltda, além da Solo Planejamento Construções Ltdª, que, como V. Exª já mencionou, construiu o conjunto João Bosco Ramos de Lima I na estrada do Aleixo, Km-8, terreno este que havia sido requerido ao Estado do Amazonas por uma senhora de nome Sofia; pergunto se esse terreno era titulado ou de documentos duvidosos; se V. Exª, a Caixa Econômica ou o BNH sabiam que esse terreno havia sido vendido a outra pessoa? Poderia dar algum esclarecimento, se souber, a respeito desse assunto?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Lembro-me perfeitamente. Comprei esse terreno de uma firma de nome CONSTECCA, cujo titular é um Deputado Federal, o Sr. Stecca. Comprei da firma CONSTECCA. E era titulado, porque na Caixa Econômica, ou o BNH, tinha que se levar isso comprovado, até a centenária. Isso é invenção, é uma maluca que sempre questionou com o Stecca, não foi comigo não. Mas estava todo titulado. Comprei de uma firma de São Paulo que operava em Manaus, uma firma do Sr. Stecca, que hoje é Deputado Federal. Depois, eu soube que ela andou questionando o Sr. Stecca. A minha firma não tem nada a ver com isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª mencionou que o conjunto das suas emendas tem um valor relativamente pequeno em relação aos depósitos efetuados em suas contas. Seria importante se pudéssemos saber se o conjunto desses depósitos fosse realmente de outras atividades não relacionadas à sua atividade parlamentar. Mas, para que fique muito claro para nós, pergunto-lhe: além da remuneração que V. Exª recebe como Deputado Federal, a sua atividade parlamentar acaba lhe gerando rendimentos, em função de indicações que porventura faça? V. Exª poderia nos dizer, com clareza, se consideraria adequada, na sua concepção, não ferindo o decoro parlamentar, qualquer ação parlamentar de V. Exª, seja relativamente a votos, seja relativamente a preparação de emendas para o Orçamento, seja relativamente à sua ação na elaboração de projetos, que lhe pudesse gerar rendimentos? V. Exª consideraria isso legítimo? No meu entendimento, não seria isso permitido pela legislação, mas pergunto a V. Exª, para que não paire qualquer dúvida sobre qual é a concepção relativamente a tais procedimentos.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Não faço nada que fira o decoro parlamentar. As minhas atividades pessoais, empresariais... quando vim para esta Casa, como deputado federal, apenas fechei um programa de 480 unidades, em 1987, e nunca mais trabalhei, justamente por uma questão de ética. Minhas firmas nunca trabalharam para o Estado, nem para Município e nem para o Governo Federal. Encerrei, parei a minha firma de construção para que não pudesse estar sendo acusado hoje de benefício próprio.

Nunca mais trabalhei. Apenas como parlamentar - vejam bem, apenas como parlamentar - tinha um conjunto que estava financiado pela Caixa Econômica Federal, conjunto Nilo Coelho. São 72 unidades, há 3 anos paradas, com prejuízo para a instituição. Um amigo procurou-me para saber se eu dava o aval para que ele pudesse obter o dinheiro e concluir o recurso. Eu e minha mulher demos o aval e ele concluiu; está prontinho, bonitinho. Venderam, e ele ainda ganhou foi dinheiro na conclusão desses conjuntos. Foi a única coisa: apenas prestei o meu aval para conclusão de um conjunto que estava parado e que iria dar muito prejuízo para a Caixa Econômica Federal.

Nunca mais trabalhei para o Governo, nunca mais trabalhei com instituições financeiras da Caixa Econômica, do Banco do Brasil e de qualquer instituição.

Eu sabia que um dia poderiam me acusar de estar construindo em benefício próprio, de estar arranjando negócios em benefício próprio.

Embora eu ache que isso não seja crime, mas sim uma questão de ética, uma formação de foro íntimo, nunca mais construí, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, nobre Senador.

Concedo a palavra ao Deputado Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, nobre Deputado Ézio Ferreira, confesso que não compreendi adequadamente a questão...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço silêncio, por obséquio.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, Sr. Deputado Ézio Ferreira, confesso que não compreendi adequadamente a menção do Deputado Ézio Ferreira sobre a questão da CGI, em 1971. Não compreendi a relação disso com o Conselho de Contribuintes, uma relação realmente com a vida fiscal do Deputado.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu pediria a palavra para tentar resolver o que me parece um equívoco. A CGI era a Comissão Geral de Investigações, e havia o GIF, que era um grupo especial de fiscalização da Receita.

Seria interessante que o Depoente esclarecesse se foi a Comissão Geral de Investigação ou se foi o grupo especial de fiscalização...

O SR. ÉZIO FERREIRA - Eu fui convidado pela Comissão Geral de Investigação para prestar depoimento, com o grupo GIF, junto da Comissão Geral de Investigação com o pessoal do GIF, um major, um capitão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - GIF. Está explicado.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Parecia que eu era o maior assassino que ia depor ali, numa sala com um holofote em cima.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas realmente me preocupei se isso poderia explicar, inclusive aquela defesa, aquele parecer do conselho de contribuintes, a vida fiscal de V. Exª no período em que V. Exª, Parlamentar, ou que nós estamos aqui investigando. Porque a Receita Federal acusa, eu cheguei a verificar a declaração de V. Exª, que, no ano base de 89, declarou, como única fonte de renda, eu ouvi, realmente, de V. Exª relatar um extenso patrimônio e intensa atividade empresarial, mas declarou, como declaração de Imposto de Renda, no ano de 90, ano base 89, a única fonte de rendimentos a Câmara dos Deputados, com a qual V. Exª percebeu rendimentos em torno de 100 mil dólares naquele ano.

O Relator já revelou a V. Exª que temos registros que no ano de 89 V. Exª teve créditos bancários de 5 milhões, 619 mil dólares. Como explica, realmente, V. Exª essa distonia entre créditos bancários com uma atividade comercial e empresarial intensa, movimento de 5 milhões, 619 mil dólares e registrar como renda tão-somente 100 mil dólares no ano base de 89?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Vou responder a V. Exª. O tributo já paguei muito antes, muito antes. Isso é movimento bancário. V. Exª pode analisar que não há nenhum, como se diz, crédito, poupança, aplicações, pode ver,...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Dividendos.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Dividendos, não tem nada aí. É movimento bancário, que já foram tributados no passado. Não tem nada a ver com... V. Exªs. devem ter examinados que não tem aplicações, não tem nada disso. Eu mexo com papéis, papéis que já foram tributados no passado, ao longo da minha vida. Então, eu não tenho que declarar mais. Aquilo já paguei no passado. Por exemplo, meu pai, quando me deu 10 milhões de dólares em 1963, tirou da firma dele e já estava tributado.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Certamente V. Exª declarou como acréscimo patrimonial não tributável decorrente de doação. Agora, essa movimentação de 5 milhões e 600 mil dólares, representando acréscimo patrimonial, não sentiu V. Exª o dever de declarar ao Fisco a sua origem?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Acrescentando o patrimônio?

O SR. VIVALDO BARBOSA - O movimento financeiro de crédito bancário representa um acréscimo de patrimônio substantivo, porque são 5 milhões e 600 mil dólares!

O SR. ÉZIO FERREIRA - Isso não é acréscimo patrimonial, Deputado!

O SR. VIVALDO BARBOSA - Como explicaria, então?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Como que um homem que compra boi aqui, vende ali, passa cheque e depois ele acaba até perdendo dinheiro e fez um movimento bancário de milhões de dólares e depois ele pode ter ganhado alguma coisa, pode não ter ganhado nada. Então, isso é tributável? Não é tributável.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Acho que alguém em uma circunstância que V. Exª exemplificou, ele teria que declarar ao Fisco esse movimento que fez, até com a perda, porque representa mais de uma fonte de atividade. E V. Exª declarou, nesse ano, apenas uma fonte de atividade, uma fonte de receita, que eram os vencimentos da Câmara dos Deputados.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Isso é descontado na fonte, não é? O Imposto de Renda é descontado na fonte, das atividades?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Dividendos, sim. V. Exª declarou que não teve dividendos.

Compra e venda de imóveis é descontado na fonte.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Deputado, por favor, essa CPI foi constituída para examinar assuntos do Orçamento ...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Que é o que estamos fazendo, Deputado.

O SR. ÉZIO FERREIRA - ... não para examinar minha vida pessoal. Preserve-me o direito. Minha vida pessoal não tem nada com a Comissão. Se nos anos de 89 e 90 V. Exª sabe que não aprovei nenhuma emenda, não fiz nada, não foi materializado nada. Por favor, é a minha vida pessoal.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Deputado Ézio Ferreira, ...

O SR. ÉZIO FERREIRA - O Fisco, amanhã, que, se quiser requerer, vou responder.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, o Deputado Ézio Ferreira está criando uma dificuldade para o questionamento, porque S. Exª coloca como questão pessoal tudo aquilo que a Comissão vem fazendo como apuração, para chegar a desvendar a questão do Orçamento.

Se apenas quiséssemos saber quais as emendas que S. Exª apresentou, quais conseguiu aprovar e quais conseguiu liquidar, não teríamos necessidade de estarmos reunidos aqui e nem de ouvir o Depoente. Pegaríamos os documentos do computador, do SIAFI e do PRODASEN e teríamos tudo isso em mãos. Mas para compreendermos a atividade ...

O SR. ÉZIO FERREIRA - Estou aqui por que fui citado por José Carlos Alves dos Santos.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Exatamente.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Só por isso, porque fui citado por José Carlos Alves dos Santos.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Pois é, Deputado, isso é que eu queria...

O SR. ÉZIO FERREIRA - O problema de empreiteiras: se não tenho emendas, se não vincularam nada de empreiteiras com relação a mim na liberação desses recursos da União, que tenho a ver com isso?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas a atividade que V. Exª está considerando como particular decorre da atividade que estamos vendo até onde decorre da atividade parlamentar de V. Exª e onde a atividade parlamentar de V. Exª toca as questões de Orçamento.

Tocar as questões de Orçamento não é apenas a questão da aprovação das emendas ou da liquidação ou da sua aprovação.

As questões do Orçamento são muito complexas. Para verificar se alguém atuou como parlamentar, em questões de Orçamento, elegemos verificar as contas bancárias, elegemos verificar a situação patrimonial e fiscal. Esse foi o método de trabalho que todos os Depoentes e parlamentares aceitaram e acataram e procuraram dar uma explicação.

Faria um apelo a V. Exª para não criar dificuldades, realmente, em nossas investigações, nos últimos depoimentos. Ninguém, realmente, alegou isso até aqui. Todos acataram esse método da CPI, para que pudéssemos esclarecer, inclusive em proveito de V. Exª, porque senão vamos ter que ficar com os documentos.

Expresso a V. Exª que os esclarecimentos são necessários, porque os documentos não colaboram muito com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Vivaldo, V. Exª há de estar lembrado que houve casos aqui, em que Depoentes se negaram a responder. Houve mais de um caso. Inclusive, o Deputado Flávio Derzi negou-se a responder sobre questões de natureza que ele considerou pessoal, relacionadas com negócios que fez.

Acho que V. Exª traduz bem o pensamento da CPI quando caracteriza que o Orçamento pode ser analisado na ilicitude que possa ter gerado, através de um aumento de patrimônio que não se justificasse. E, nesse caso, a pergunta é pertinente.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Pois é, Sr. Deputado, além dessa questão do ano de 1990, a Receita também registra - no ano de 1989 -, que no ano-base de 1990, durante o ano de 1991, que V. Exª também apresentou movimento financeiro expressivo, no ano-base de 1990, aí superando os 6 milhões de dólares, V. Exª não registrou nenhum rendimento nem apresentou declaração do Imposto de Renda. Talvez haja até um equívoco da Receita, mas gostaria que V. Exª pudesse esclarecer.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Para responder essas dúvidas, tenho que procurar meus assessores, que tratam disso. Mas depois remeto à CPI.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Muito bem. Outra questão, Deputado, é que, na movimentação financeira de V. Exª, há o registro de importâncias expressivas depositadas em dinheiro, diversos depósitos acima de 40 mil dólares, por exemplo, depositados em dinheiro. São diversos depósitos feitos. Cinqüenta mil dólares, acima de 50 mil dólares, mas num dia determinado, V. Exª chegou a realizar depósitos de mais de 500 mil dólares. Um único depósito de 493 mil dólares e outros dois depósitos, em valores menores, que ultrapassam 500 mil dólares em dinheiro. Mas a CPI ficou algo perplexa, em outro depoimento, quando viu que o Deputado, para comprar um apartamento, carregou o dinheiro numa maleta e não usou o instrumento bancário para fazer um pagamento da compra do início de um pagamento, a compra de um apartamento.

Realmente, não deixa de expressar V. Exª uma certa perplexidade em ver vultosas importâncias depositadas em dinheiro. Talvez decorra da atividade de V. Exª, o que, então, pareceria, aos nossos olhos, normal. V. Exª poderia esclarecer, não decorre também, pelo que sabemos, de uma atividade empresarial normal, porque as empresas têm estrutura financeira contábil, têm auditorias, têm um mecanismo de explicação fiscal que requer movimentações bancárias feitas por cheques, depósitos formais, e não em dinheiro.

V. Exª poderia informar-nos por que estas movimentações, depósitos, feitos na conta pessoal de V. Exª só foram feitas em dinheiro, e não pelos meios bancários normais?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço a V. Exª que conclua, que já ultrapassamos o tempo, e temos mais treze inscritos.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Sr. Deputado, essa pergunta não é pertinente. Eu me recuso a respondê-la, mesmo porque, quando eu depositei o dinheiro, é que eu estava devendo ao banco. V. Exª pode reparar aí que, no outro dia, já não tinha mais o dinheiro. V. Exª pode examinar. Então, não tem nada a ver com o trabalho desta CPI. Isso se refere à uma vida pessoal, e eu me reservo o direito de não responder.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª há de convir que, dependendo da procedência deste depósito, poderá ter a ver, diretamente, com a questão do Orçamento. Por isso é que é bom esclarecer, Deputado. Eu não estou afirmando que haja qualquer conexão.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Que ano foi isso ?

O SR. VIVALDO BARBOSA - Em 1992. Já informo a V. Exª com melhor precisão. Não, desculpe-me, 89.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Em 89, não havia nem a Comissão de Orçamento, Deputado. Eu me recuso a responder.

O SR. VIVALDO BARBOSA - O ano de 89, Deputado, é o objeto dos anos de investigação desta CPI.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Não havia nem Comissão de Orçamento em 89, é isso que quero dizer a V. Exª.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Desculpe-me, mas Comissão de Orçamento, há sempre. Desde a existência de qualquer Congresso, qualquer Parlamento, no mundo.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Sim, mas isso, para mim, eu nem sabia que existia.

O SR. VIVALDO BARBOSA - V. Exª está se referindo às novas regras, à nova Constituição.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Pois é, eu nem sabia que existia isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª deve entender que, provavelmente, o Deputado diz que não participava disso. Agora, que existia Comissão de Orçamento existia, mesmo antes de 88.

O SR. VIVALDO BARBOSA - É, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, peço a V. Exª, novamente, que conclua ...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Estou concluindo, Sr. Presidente. Só gostaria de explicitar essa questão e a natureza da perplexidade: depósito em dinheiro, no valor de 7 mil dólares e 112 mil dólares, de 493 mil dólares. Foram feitos, no mesmo dia, três depósitos diferentes e em dinheiro. Alguém carregava dinheiro para levar ao banco. V. Exª tem razão de que esses 493 mil dólares foram sacados, e foi com um cheque pago pelo caixa do banco no mesmo dia também.

V. Exª há de convir que não é operação normal. Por isso seria conveniente o esclarecimento de V. Exª a esse respeito.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Eu me recuso a dar explicação de minha vida pessoal a esta CPI.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, encerro minha inquirição, mas registrando que não vejo direito, no Depoente, em recusar-me prestar a esta CPI notícia que ele tenha, conhecimento que ele tenha, de fato, porque S. Exª se comprometeu a isso e não está aqui como indiciado. O indiciado é que tem o direito de se recusar a responder a perguntas que possam incriminá-lo. Nós não estamos aqui incriminando o Deputado, que não está aqui como indiciado, mas como testemunha que jurou dizer a todos nós, solenemente, tudo o que soubesse, sobre o que lhe fosse perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O que eu estou interpretando, Deputado, embora com o pensamento de V. Exª, é que o Deputado Ézio Ferreira considera que não se sente obrigado a responder fora daquilo que é o escopo de nossa CPI, apenas isso. Mas o julgamento será, evidentemente, da própria Comissão.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Mas, Sr. Presidente, nós já elegemos como do escopo da CPI investigar movimentação bancária, questão fiscal e patrimonial. Então isso está dentro do escopo da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª expressa a estranheza que expressou, e, diante do fato que é concreto, S. Exª, o Sr. Depoente, não quer responder, o fato deve por seu turno ser apreciado por nós.

Com a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, pela ordem, eu poderia, antes de começar a minha argüição, ter acesso ao contrato entre a Empresa Solo e Castor?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O Deputado Roberto Magalhães poderia ajudar-me aqui?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - O contrato entre a empresa Solo e Castor.(Pausa)

Sr. Depoente, Deputado Ézio Ferreira, eu começaria afirmando o seguinte: o Sr. José Carlos Alves dos Santos fez uma denúncia de que existiam dois movimentos de corrupção dentro da Comissão: um associado às subvenções sociais e outro que era o esquema das empreiteiras. Ou seja, o repasse das verbas públicas para a realização de obras levavam a beneficiar algumas empreiteiras, como demonstramos ao longo de todo esse processo, particularmente a Norberto Odebrecht, que é uma das maiores do País, e os parlamentares que operavam esses favorecimentos recebiam por fora benefícios dessas empreiteiras.

Verificamos, ao longo desse trabalho, alguns parlamentares que movimentaram um esquema paralelo de empresas, sobretudo na área de construção civil, exatamente para perceber os benefícios decorrentes desse tipo de operação. A corrupção não deixa registro em cartório, e nem sempre recibo. A única forma de a CPI avaliar se o parlamentar possa ou não ter recebido benefícios indevidos é através da sua movimentação bancária, confrontando com as suas fontes de renda conhecidas, para qualquer indício de recursos de origem desconhecida ou não declarada possa ser defrontada com a investigação da CPI.

Por isso insisto, em primeiro lugar, que a movimentação bancária em si pode não ser um problema para o Fisco, mas, para essa CPI, é um indicador fundamental, sobretudo quando confrontada com o Imposto de Renda.

O que é que chama a atenção da CPI? O que é que exigiu, do meu ponto de vista inclusive, esse depoimento em plenário? V. Exª tem como fonte de renda declarada, como já disse o nobre Deputado Vivaldo Barbosa, pelo Fisco, como única fonte de renda o salário, ou seja, os proventos de um parlamentar. Quando confrontamos com a movimentação bancária, ela nunca é inferior a pelo menos 10 vezes os proventos de um parlamentar, às vezes 500 vezes mais, ou seja, não há qualquer compatibilidade entre a fonte de renda, que é a sua declaração de Imposto de Renda, e os proventos de um parlamentar, com a sua movimentação bancária.

Primeiro, isso para nós é o indício da possibilidade de recebimento de recursos de origem não sabida, não declarada, não conhecida. Segundo, V. Exª tem em sua conta vários depósitos de empreiteiras, que recebem recursos públicos, que participam de operações com o Orçamento da União.

Portanto, ou nós esclarecemos de vez essa movimentação bancária e essas operações, ou as ilações e as possibilidades da CPI, no que se refere à afirmação do Sr. José Carlos Alves dos Santos pode-se traduzir em provas.

Destaco, ainda, que V. Exª teve 90 dias para preparar sua defesa. V. Exª está na primeira lista de investigação no depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, V. Exª pediu prazo para atrasar o depoimento ao longo dessa semana, em função de notícias que foram promovidas.

Portanto, imagino que V. Exª tem respostas concretas a dar quanto à liberação de dez milhões de dólares do Orçamento da União, de recursos públicos, de 1990 a 1993. Se a movimentação bancária de V. Exª não é compatível com as fontes de renda declarada, ela tem que ser esclarecida.

Farei, agora, questões bem concretas, bem precisas: que tipo de negócio a empresa Solo Planejamento de Construção tem com a Castor Engenharia?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Está escrito aí no contrato.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sim, mas V. Exª poderia explicar?

O SR. ÉZIO FERREIRA - O dono da Castor é meu amigo de infância. E quando eu parei com as minhas atividades para que o meu pessoal não ficasse...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quem é o dono da Castor?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Rui Guerra Catanhede é um dos sócios majoritários.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Hum!

O SR. ÉZIO FERREIRA - Quando eu parei, ele me pediu que eu lhe cedesse o meu pessoal, o material, que lhe cedesse a assessoria. Fizemos, então, um contrato particular, mediante cessão de andaimes digital e vários outros. A assessoria do meu pessoal estava parada; não quis mais trabalhar justamente para o Governo por causa da situação financeira.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - A data desse contrato é de 9 de janeiro de 1990.

O SR. ÉZIO FERREIRA - De 1990.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não há aqui, como já registrou o Relator, qualquer confirmação de que esse contrato possa ter sido feito em 90. Não há registro em cartório, não há registro na Junta Comercial, não há nada nesse contrato que afirme. V. Exª tem os originais dele?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Não. Eu vou...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª tem todos os originais?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Eu os enviarei; que pedissem por **fax.** Eu tenho provas que vou enviar a essa CPI de quando foi; inclusive, a primeira duplicata que ele fez e que foi paga; eu a descontei no Banco. Vou enviá-la para V. Exª.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª tem o original do contrato?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Tenho-o.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu pediria, Sr. Presidente, Sr. Relator, o original do contrato, em caráter de urgência, para que possa ser feita uma análise técnica para ver a data do contrato. Poderemos, por meio de exame e perícia técnicas, localizar o papel, a tinta e, com isso, precisar a origem do contrato; é evidente que, por xerox, é absolutamente impossível. Se o Depoente tem os originais do contrato, coloca-os à disposição da Comissão. Como não há fé pública, aqui não há como assegurar e aceitar isso como prova. Vale dizer que esse é um contrato que poderia ter sido feito em qualquer oportunidade. Solicito que seja encaminhado, imediatamente, para que se possa fazer a perícia devida.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu pediria a palavra para dizer ao eminente Deputado Aloizio Mercadante que estou de acordo com a providência; só que este contrato, para mim, neste momento, não vale nada. O cheque que estamos questionando não é de nenhuma das contratantes.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu vou chegar nisso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas V. Exª insiste.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É. Este documento, da forma como foi apresentado, não tem qualquer validade.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não tem fé pública.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não tem fé pública, portanto, não tem condições de ser aceito como prova para esclarecer as operações financeiras do Depoente com essa empresa.

Agora, eu teria uma segunda ponderação ao Depoente. Mesmo que tivesse fé pública, esse contrato diz respeito à empresa SOLO e à empresa CASTOR.

V. Exª emitiu um cheque para Rui Guerra Catanhede, que, independente de ser amigo de V. Exª é proprietário dessa empresa CASTOR; ele é irmão da esposa do Governador de Roraima, ao que me consta, e recebe essa empresa recursos do Orçamento da União. V. Exª emitiu um cheque de dez milhões de cruzeiros, no dia 15 de julho de 90, aproximadamente, cento e cinqüenta mil dólares. V. Exª poderia explicar a origem desse

pagamento que não tem qualquer relação com o contrato entre as empresas. Foi um pagamento pessoa física para pessoa física.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Eu emprestei o dinheiro, eu o emprestei para o Rui Guerra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sim, mas...

O SR. ÉZIO FERREIRA - É um cheque meu para ele.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Pois é, eu lhe emprestei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª emprestou?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Empresto. Emprestei para vários construtores, vários amigos meus; quando precisam, eu empresto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Outros Depoentes aqui também costumavam pedir emprestado. V. Exª empresta. V. Exª emprestou cento e cinqüenta mil dólares; dois meses depois, recebeu trezentos e sessenta e cinco mil dólares. Como é que V. Exª empresta uma importância e recebe o dobro do que emprestou?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Ele me está pagando serviços. Isso aí não tem nada a ver; o empréstimo pessoal meu com o Rui não tem nada a ver com a firma SOLO Engenharia e CASTOR Engenharia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sim, não tem nada a ver, o que eu concordo.

Esse cheque não poderia estar na conta de V. Exª, e sim na conta da empresa. É uma pessoa jurídica.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Concordo, concordo com V. Exª. Concordo com V. Exª, mas eu tenho os assessores, lá, que trabalham para mim. Se eles botaram o dinheiro na minha conta, é porque devia estar precisando, com o saldo devedor, qualquer coisa assim naquele momento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas V. Exª...

O SR. ÉZIO FERREIRA - A firma é minha! A firma é minha.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Mas a firma tem compromissos com a legislação. Essa confusão de pessoa jurídica com pessoa física é muito parecida com a confusão entre interesses privados e interesses públicos, que é o que nós estamos apurando.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Concordo, mas...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Quer dizer, V. Exª disse que emprestou recursos para o sócio de uma empresa que prestava serviços para a empresa de V. Exª.

V. Exª empresta 150 mil dólares, de caráter pessoal; agora, de onde vêm, se V. Exª disse, anteriormente, que a única fonte de receita eram seus proventos e que a movimentação bancária não vinha de aplicação financeira anterior? Como é que V. Exª tem 150 mil dólares, mais do que todo o provento de V. Exª ao longo do ano, para emprestar a alguém?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Já disse que eu me reservo o direito de não responder à sua pergunta, porque não é pertinente com esta Comissão.

V. Exª está vendo que, quando eu e o Sr. Rui Catanhede fizemos a transação, eu não aprovei emendas, eu não tinha nada com emendas; eu era apenas um leigo dentro da Comissão de Orçamento; era um membro suplente, entendeu, e não liberei nenhum recurso para que V. Exª possa comparar a alguma coisa. Não liberei nenhum recurso e, que eu saiba, o Sr. Rui Guerra Catanhede nesse tempo não trabalhou com nenhuma verba, nem no Estado de Roraima, nem em qualquer lugar, com verba do Orçamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Aqui mesmo tem um conjunto habitacional, residencial Nova República, de seiscentas e vinte e uma unidades.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Mas não é do Orçamento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Recursos públicos financiam programas habitacionais populares.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Recurso ...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Da Caixa Econômica Federal.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Da Caixa Econômica Federal, repassados pelo IPASEA.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Agora, V. Exª há de concordar com o seguinte: nós fomos à casa do José Carlos Alves dos Santos e, em cima do armário, tinham 900 mil dólares. Ele poderia, se fosse um Depoente, para explicar a origem dos recursos, dizer: "Esse é de caráter pessoal", isto é, não está na declaração de Imposto de Renda, mas é de caráter pessoal.

Se V. Exª não explicar a movimentação bancária, se V. Exª não consegue explicar essa confusão entre pessoa jurídica e pessoas físicas com empresas construtoras, com as empreiteiras, que são as grandes beneficiárias do processo orçamentário, considerando que estamos apurando exatamente a relação entre empreiteiras e Orçamento, no sentido de saber quem são os beneficiários da intermediação desses recursos - tendo em vista que V. Exª é um Parlamentar que deveria ter a vida com a maior transparência - não teremos como prosseguir com a argüição. Se não for esclarecida toda essa movimentação bancária, sobretudo os 500 mil dólares que vêm de recursos de empreiteiras, depositados na conta de V. Exª, como esses cheques foram parar na conta de V. Exª, que relações V. Exª pode explicar para justificar a movimentação bancária que é, às vezes, quinhentas vezes superior à renda de V. Exª declarada no Imposto de Renda, não teremos como prosseguir a argüição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado Aloizio Mercadante, em relação aos 150 mil dólares, o Depoente já reconheceu que foram indevidamente colocados na conta dele e ficou...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, os 365 mil dólares.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, os 150 mil dólares.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não, 150 mil dólares foram os que ele emprestou.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

Mas o que eu entendi...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Trezentos e sessenta e cinco mil foram os que ele recebeu.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Que recebeu como pessoa física.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Recebeu como pessoa física de uma pessoa jurídica, de um contrato que não tem fé pública.

Agora, emprestou ao proprietário da empresa, dois meses antes, 150 mil dólares.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Certo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Todo o recebimento de provento de Parlamentar, que é a fonte de renda, no ano de 90, não cobre o empréstimo feito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Era bem inferior.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Portanto, o Deputado tem origem de renda desconhecida, não identificada e não explicada à CPI até este momento.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

Tem a palavra o nobre Deputado Fernando Freire.

O SR. FERNANDO FREIRE - Sr. Deputado Ézio Ferreira, V. Exª há de compreender que eu tenho a obrigação de continuar insistindo no sentido das arguições anteriores. Perdoe-me, Sr. Presidente, se eu, porventura, for repetitivo.

Seria muito útil, Deputado Ézio Ferreira, se pudesse informar, se V. Exª, além da Empresa Solo Engenharia, tem participação em outras empresas?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Não tenho participação em outras empresas.

O SR. FERNANDO FREIRE - V. Exª só tem participação nessa Empresa?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Na Empresa Solo Engenharia.

O SR. FERNANDO FREIRE - Sr. Deputado Ézio Ferreira, eu tenho que insistir nesta pergunta: V. Exª poderia nos ajudar - ajudar à CPI - inclusive em benefício próprio, explicando essa transferência de recursos detectados pela Subcomissão de Bancos - por esta CPI - entre suas contas-correntes pessoais e diversas empresas de engenharia que operam no Estado do Amazonas e, também, no Estado de Rondônia; entre elas, há algumas que realizaram obras nesses Estados com recursos, segundo fomos informados - a CPI está informada como o Relator já havia dito, anteriormente - do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Consta entre essas transferências uma de 46 mil dólares: a CTL Engenharia. V. Exª conhece essa empresa?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Conheço-a.

O SR. FERNANDO FREIRE - O que V. Exª poderia informar a esta CPI acerca dessas transferências?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Há um contrato da venda de um imóvel meu que eu cedi para que construísse: em dois, as fundações estão prontas e um terreno para a construção de dois prédios. Eu fiquei com o prédio de cima e, depois, ele resolveu comprá-lo. Eu cedi os terrenos e fiquei com dois prédios - com dois apartamentos de cobertura - pela cessão do terreno e, depois, eu lhe vendi a parte de cima. Foi quando fizemos a transação.

O SR. FERNANDO FREIRE - V. Exª teria a documentação comprobatória dessa transação, Deputado.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Tenho-a. Quero dizer a V. Exª que saiu em todos os jornais que essa firma CTL pagou-me, quando recebeu um cheque do Banco do Estado do Amazonas e que era dinheiro do Orçamento. Quero dizer a V. Exª que nunca assinei uma emenda para a Prefeitura de Manaus quando era Prefeito o Arthur Virgílio Neto. Eu não tenho nada contra ele. Apenas somos adversários políticos. Eu nunca trabalhei - e isto foi publicado em jornais que era dinheiro da União. Ora, se era dinheiro do Banco do Estado, era cheque do Banco do Estado, não poderia ser dinheiro da União porque dinheiro da União, ao que me consta, quando sai, sai para uma conta específica do Banco do Brasil.

O SR. FERNANDO FREIRE - V. Exª, então, poderia oferecer a esta Comissão a documentação, comprovando...

O SR. ÉZIO FERREIRA - Já a ofereci.

O SR. FERNANDO FREIRE - Já a ofereceu. O Relator tem conhecimento? Pergunto a V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Do que fala V. Exª?

O SR. FERNANDO FREIRE - Eu falo da empresa CTL Engenharia - do depósito de 46 mil dólares, feito na conta do Deputado Ézio. S. Exª acaba de declarar que ofereceu à Comissão uma documentação relativa a um contrato.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ele ofereceu todos os contratos. Só que eu devolvi todos - menos um. Não sei a quem eu o devolvi. Talvez, à Assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deputado Aloizio Mercadante, pergunto a V. Exª se tem alguma cópia de contrato do Depoente?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Só este que já foi devolvido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Já foi entregue. O Presidente devolveu à Assessoria para que ela o localizasse.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, estou certo. Foram devolvidos todos, menos um, menos esse.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Seria importante encaminhar esses contratos - está nas mãos do Assessor, ali. Essa Solo Engenharia recebe, também, recurso da Prefeitura e deposita na conta do Depoente. Precisa analisar o contrato.

O SR. FERNANDO FREIRE - É a CTL Engenharia, não é? Enquanto não localizamos, pergunto a V. Exª, Deputado Ézio Ferreira: V. Exª conhece a Rodal Construção e Comércio Ltda?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Conheço-a. É de um grande amigo meu José Porfírio de Almeida.

O SR. FERNANDO FREIRE - V. Exª manteve com esta empresa alguma transação comercial?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Mantive. Mais de uma vez, ele me pediu o meu barco, e eu o cedi; ele, então, ressarciu as despesas do meu barco.

O SR. FERNANDO FREIRE - De fato, os registros...

O SR. ÉZIO FERREIRA - Tem alguns parlamentares desta Casa que já conhecem o meu barco; costumo chamar de barco, mas se trata de um iate.

O SR. FERNANDO FREIRE - Deputado Ézio Ferreira, voltando à movimentação financeira de V. Exª. Peço que me perdoe.

O Sr. Relator, na arguição, sublinhou os anos de 1989 e 1990, de forma especial, os meses de novembro e dezembro de 1989, com uma movimentação financeira expressiva. Em novembro: 1 milhão 293 mil dólares e em dezembro 1 milhão 269 mil dólares; em maio de 1990, 1 milhão e 48 mil dólares; em julho, 1 milhão 545 mil dólares e finalmente, em setembro, 1 milhão 339 mil dólares. V. Exª poderia fazer um esforço de memória, no sentido de esclarecer a esta Comissão a origem desses ingressos?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Acho que já respondi a esta pergunta, nobre Deputado. Já a respondi.

O SR. FERNANDO FREIRE - Eu pediria que, por obséquio, V. Exª a respondesse novamente, porque, na verdade, eu não me recordo da explicação que V. Exª diz ter dado. Penso ser útil, Deputado Ézio Ferreira, procurarmos fazer um esforço no sentido de elucidarmos essa questão.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Nobre Deputado, acho que esta Comissão está para investigar manipulação de verbas do Orçamento; quando movimentei, eu não tinha nada a ver com verbas do Orçamento. Essas firmas que aí estão, no ano de 90 e 92, a CTL nunca trabalhou com verba do Orçamento. Portanto, recuso-me a respondê-la.

O SR. FERNANDO FREIRE - A última pergunta, Deputado Ézio Ferreira é no sentido de saber se V. Exª conhece também a Construtora Colmeia Ltda?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Colmeia Ltda é uma firma do Ceará.

O SR. FERNANDO FREIRE - V. Exª recorda ter havido alguma transação comercial entre V. Exª e essa empresa?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Não. Eu comprei um apartamento de cobertura e, depois, repassei-o.

O SR. FERNANDO FREIRE - Perfeitamente. É o registro que nós temos aqui. São 85 mil dólares.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Foi o que paguei; repassei-o a um terceiro, porque o apartamento valia 600 mil dólares, e eu não o quis mais.

O SR. FERNANDO FREIRE - Perfeito. Eu vou passar às mãos do Sr. Presidente o contrato da CTL Engenharia, com o Deputado Ézio. Na verdade, trata... de uma certa forma justifica o ingresso dos 46 mil dólares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, Deputado Ézio Ferreira, V. Exª criou um fato novo nesta Comissão, ao assumir uma posição, naturalmente certa, na sua maneira de entender, de que a CPI não se aprofunde na sua vida privada.

É lógico que o Relator, Deputado Roberto Magalhães, vai encontrar neste fato novo as dificuldades inerentes da sua posição.

A algumas perguntas anotadas aqui V. Exª já respondeu, seriam os mandatos. É o segundo mandato de V. Exª.

Atividades além de parlamentar: apenas uma empresa na área de construção civil.

Para ilustrar a minha inquirição, quando da denúncia de V. Exª, de que o esquema era de empreiteira, caminha-se para isso naturalmente dentro do relacionamento já citado por outros parlamentares com as empreiteiras. É lógico que nós não temos nenhuma bola de cristal para aprofundar e buscar o que caracterizasse esse envolvimento.

Mas, na sua opinião - neste 8 anos de vida parlamentar, essa CPI foi criada, naturalmente, para se aprofundar nas denúncias de José Carlos Alves dos Santos - qual é a sua concepção a respeito da denúncia de José Carlos Alves do Santos de que existia um esquema? Alguns parlamentares aqui chegaram a confundir com máfia do orçamento, outros

com 7 anões do orçamento, qual é a sua concepção, qual é o seu entendimento a respeito disso tudo que citei: máfia, 7 anões, esquemas? Qual é o seu conhecimento, o que é V. Exª aprendeu ou viu neste 8 anos de mandato?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Eu sempre fui muito arredio a esquemas...

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, V. Exª tem que pedir silêncio, senão não podemos continuar.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - O Deputado Pedro Pavão está pedindo para que ele possa ser ouvido, então solicitaria a imprensa, desejosa de ouvir parlamentares, que o faça fora do recinto.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Sempre fui arredio a essa coisa toda de... Por exemplo, V. Exª sabe que eu desconhecia até esse negócio de manipulação de verbas para subvenções sociais. Vim saber disso agora, quando a CPI estourou.

Quanto a emendas, as minhas emendas são pobres, pobres.

O SR. PEDRO PAVÃO - Não estou perguntando a respeito de..., mas sim do conhecimento desse fato.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Não tinha conhecimento desse fato. Tive conhecimento como a Casa toda teve, pelos jornais que falavam nos 7 anões, mas para mim isso aí era até uma brincadeira. Não podia imaginar que Genebaldo, são sei quem, tivessem esses acordos e, até agora, nada foi provado. Eu desconhecia totalmente esses fatos. Não sabia que existia isso aqui, aqui dentro.

Acho que isso fere o decoro parlamentar. Nunca ingressei, tive sempre a minha vida pautada para os interesses do meu Estado e para os interesses do Brasil.

Quero que me digam se alguma vez falhei com a minha obrigação como parlamentar dentro desta Casa.

Fora disso, nunca participei e não tinha conhecimento.

O SR. PEDRO PAVÃO - É comum festas promovidas por V. Exª em sua residência. Nessas festas era comum a presença de José Carlos, João Alves, empreiteiras?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Deputado Pedro Pavão, nunca fiz festa para empreiteira. Fiz festa sim para receber os meus amigos, meus colegas aqui do Congresso Nacional, às vezes Presidente da República, Ministro de Estado. Nunca fiz festa para me enaltecer. Nunca deixei que a imprensa ingressasse na minha casa, veja bem, nem quando da ida do Presidente da República, a imprensa não adentrou em minha casa.

Sempre fiz festa porque gosto, sou festeiro. Lá no meu Estado sempre fiz. Tem alguns companheiros aqui do meu Estado que sabem que sempre agi assim, recebendo bem. E, aqui em Brasília, eu recebia a todos indistintamente, seja do PC do B, PTB, PTR, qualquer partido, qualquer Deputado de qualquer sigla partidária. Então, V. Exª vê que não tinha conluio lá dentro, porque todos aqueles que iam à minha casa, acredito que foram bem recebidos.

O SR. PEDRO PAVÃO - É a última colocação que vou fazer, já não é uma pergunta. Apenas posso sentir que V. Exª vai ter uma dificuldade muito grande, não com a CPI, mas com a Receita Federal e, naturalmente, com a Procuradoria, porque toda essa documentação será encaminhada, após a CPI ou durante a CPI, aos órgãos competentes. Esses depósitos de ordem jurídica, na pessoa física, naturalmente V. Exª tem, pela sua capacidade de empresário, de saber que vai custar caro; a quem de direito ou a quem errou, é lógico que também não compete a nós acusar.

Eu deixaria apenas essa colocação aqui. De tudo isso que apreendemos aqui hoje foi que a Receita Federal vai ter um trabalho árduo em suas contas. Apenas isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Depoente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço a V. Exª.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Trad, para uma questão de ordem.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, baseado nos arts. 203 e 212 do Código de Processo Penal, que, subsidiariamente, prevalece nos trabalhos da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, vou fazer a questão de ordem até em preservação do direito futuro da testemunha. Estamos argüindo, na qualidade de investigadores, uma testemunha que prestou compromisso, jurou dizer a verdade do que sabe e de que tem conhecimento.

Evidentemente que todas as perguntas que têm sido feitas ao ilustre Deputado Depoente, não têm sido indeferidas por quem tem autoridade em fazê-lo, que, no caso, é a Presidência. Isso poderá ocasionar um problema de natureza muito séria, de repercussão muito séria, no futuro, para o Depoente, que deverá, inclusive numa circunstância dessa, porque a Presidência as entende pertinentes, sofrer um processo na Justiça criminal.

Por isso, entendo, que até agora, até por uma liberalidade da Presidência, não por omissão, tais perguntas não respondidas e declaradas, porque o Depoente as entende impertinentes, quando não tem qualidade para assim qualificá-las, tem deixado a Comissão Parlamentar de Inquérito em uma posição delicadíssima, principalmente a Presidência. Razão por que leio o dispositivo do Código de Processo Penal:

> "A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado."
>
> E o art. 212, diz:
>
> " As perguntas das partes serão requeridas ao juiz. O juiz não poderá recusar as perguntas das partes, salvo se não tiverem relação com o processo ou importarem repetição de outra já respondida."

O juiz é o Presidente, evidentemente, e aí eu entendo que, nesta altura, há uma violação aguda da autoridade da Comissão. E um perigo crescente do Depoente, em recusar, sem a autoridade de poder fazê-lo.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Concedo a palavra ao Deputado Maurício Najar, para contraditar, e, depois, a Presidência decidirá a questão de ordem.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, o nobre Deputado Nelson Trad realmente tem razão com a preocupação do Código de Processo Penal, na parte que é utilizada subsidiariamente.

Mas, desde o início, este Deputado vem questionando esta condição de testemunha, no sentido legal e formal da expressão. Porque, na verdade, quem é convocado a esta Comissão para prestar esclarecimentos tem a condição de mero declarante, e não a testemunha que vem aqui naquele sentido expresso que está no Código de Processo Penal. Tanto é que temos a consciência plena de que o convocado a prestar esclarecimentos poderá aqui ter implicações de ordem penal, fiscal e de mandato.

É evidente esse fato, que não podemos ignorar. Então, ele não é uma mera testemunha, e por isso, a ele é reservado o direito de responder ou não. Qualquer indagação que ele entender, primeiro, que seja impertinente, segundo, que possa, no futuro, vir a lhe trazer dissabores, quer de ordem penal, quer de ordem material, fiscal ou de qualquer natureza, inclusive o seu mandato.

Por isso, com relação ao aspecto de que a pergunta deve ser direcionada à Mesa, para que seja indagado do Depoente, nós sabemos que esse aspecto do Código de Processo Penal não se aplica na nossa CPI, que tem forma regulamentada pela próprio Regimento Interno, ou, quando não, pela praxe, já costumeira, de que a pergunta é efetuada de direta forma.

Eu noto que a testemunha tem algum tipo de dificuldade de expor. Eu até percebo que a dificuldade de se explicar, e nós notamos à distância que ele deve estar fazendo uma confusão entre pessoa jurídica e pessoa física; mas o que eu sinto é que nós devemos respeitar o direito dele ou de qualquer Depoente, de declarar ou de deixar de declarar, assumindo a responsabilidade de seus atos perante a nossa formação e a do Relator, do seu convencimento, mas, na convicção de que ele poderá, de testemunha, ser revertido, rapidamente, numa condição desfavorável. Por isso, ele não é uma mera testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A Presidência vai decidir a questão de ordem.

Os Depoentes têm comparecido aqui e têm sido reiteradamente consultados pela Mesa e, mais especificamente, por mim, na condição de vice-Presidente, e eu confesso que hoje não ocorreu isso, se desejam prestar compromisso ou não. E, hoje, eu não fiz esta pergunta ao nobre Depoente. Exatamente em função dessa situação de testemunha, ou da possível situação de investigado. À exceção do Deputado João Alves, todos os Depoentes têm dito: "Faço questão de prestar compromisso".

A vice-Presidência, hoje, não fez a pergunta ao Depoente e, em decorrência disso, se ele vier a entender que não deveria ter prestado compromisso e estar aqui na condição de mero informante, na condição, agora, de Presidente, tornarei nulo o compromisso.

Com relação à questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Nelson Trad, ele tem razão no que diz respeito a quem prestou compromisso poder até estar praticando delito se não prestar todas as informações sobre o que sabe e sobre o que lhe é perguntado.

Relativamente à questão das partes, nobre Deputado Nelson Trad, nas CPIs de que participei, na Câmara dos Deputados, sempre, a praxe foi a pergunta ser dirigida ao Presidente, para que o Presidente faça a pergunta. Por isso, estranhei, quando participei da CPI do PC Farias, que as perguntas fossem feitas diretamente. E até discuti com o Relator e o então Vice-Presidente sobre esta forma, e eles me convenceram, nobre Deputado, que aqui não há partes, aqui estamos num processo de investigação. Aqui não há acusação e defesa.

Se houvesse alguém representando um acusado, estaria representando uma parte, e, em decorrência disso,...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não, eu contesto.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) -... todos nós que aqui estamos nesse colegiado, cumprindo as mais diversas tarefas, presidindo na Vice-Presidência, como relator, ou no plenário, não representamos partes, representamos investigadores e, em conseqüência, até para desburocratizar, todos têm condições de fazer a pergunta diretamente.

V. Exª tem razão no que diz respeito à decisão da Presidência sobre a pertinência ou não da pergunta; a Presidência considera que as perguntas são pertinentes e que o Depoente entendeu que não tinha obrigação de respondê-las.

Entendo que, na questão de ordem levantada, ambos têm razão, o Deputado Nelson Trad tem razão em que, tendo havido compromisso, há necessidade de dizer sobre o que sabe e o que lhe foi perguntado. Tem razão quando diz que à Presidência incumbe dizer da pertinência ou não da pergunta.

Eu apenas acho que não somos parte, e sim investigadores no que diz respeito à formulação da pergunta direta, mas isso não exime a Presidência de decidir a respeito de pertinência.

E o Deputado Maurício Najar tem razão de que se alguém se entender aqui acusado e não testemunha não é obrigado a responder, porque sabemos que as regras de Direito fazem com que a pessoa possa, no seu interesse, omitir-se de informações.

No entanto, em tendo prestado o compromisso, pode esta posição lhe trazer prejuízos futuros. Pelo que, indago ao Deputado Ézio Ferreira se deseja manter o compromisso firmado no início do depoimento, ou se deseja retirá-lo e depor na condição de mero informante.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Retiro.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - A Presidência considera nulo o compromisso.

Com a palavra o Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, entendo que, mesmo que permanecesse o compromisso, o Depoente não cometeria, no meu entender, o crime de perjúrio quando as respostas fossem para se auto-incriminar. No momento em que ele dissesse que sabe de tudo e prestar esclarecimento de tudo, muito bem, mas no momento em que fosse para se auto-incriminar, acho que, mesmo com o compromisso, ele não estaria cometendo o crime de perjúrio.

Nobre Deputado Ézio Ferreira, tenho em mãos uma série de depósitos no ano-base de 1990, o nobre Deputado Vivaldo Barbosa já frisou, aproximadamente de 6 milhões e pouco de dólares, com a discriminação de cada valor em cada data. Esses números não são declarados no Imposto de Renda de V. Exª, no exercício do ano-base de 1990.

Se V. Exª achar por bem não responder, não vou dizer os valores e as datas. A minha pergunta se cingiria evidentemente para o de caso de V. Exª, se quiser, poder justificar esse expressivo valor que é feito na sua conta. Depois posso até passar para V. Exª para tomar ciência.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Nobre Senador, permita-me interrompê-lo. Peço, porque já tivemos uma cobrança aqui justa do Deputado Pedro Pavão, que a imprensa, quando desejar ouvir parlamentares, que o faça fora do recinto, porque, senão, nos cria problema.

Com a palavra o Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Nobre Deputado, pergunto se V. Exª quer explicitar aqui ou prefere dizer que vai fazê-lo depois junto às autoridades fiscais, como está dizendo?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Senador Pedro Teixeira, acho que essa resposta já foi dada por mim.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Assim apenas para que depois eu peça à Mesa para que passe à assessoria de V. Exª a relação.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, pela ordem, não está dando para escutar as perguntas, nem as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Deve ser problema de som, porque fiz sinal para o Senador Pedro Teixeira e ele inclusive mostrou que estava com seu microfone ligado, e o da Mesa fica automaticamente ligado. Pelo que deve estar havendo um problema de graduação do som.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - A segunda e última resposta, também acaba sendo, assim, sobre questões pessoais, mas pode ser que V. Exª queira explicá-la. É sobre o problema de três fazendas: a Fazenda Retiro, a Fazenda Garapa e a Fazenda Mansão das Caldas. E mais uma outra - são quatro - e a Fazenda Cinelândia.

Essas fazendas realmente não constam na declaração de V. Exª, no seu Imposto de Renda de 1990, exercício base de 1989. Tenho aqui a declaração de Imposto de Renda e as escrituras. V. Exª quer explicar se isso é imperfeição, se é omissão?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Não, Senador, é que essas fazendas, quando eu terminei de pagar ao BRB, eu as vendi. Quando eu acabei de pagar ao BRB - foi uma fazenda que eu comprei do BRB, numa licitação pública....

O SR. PEDRO TEIXEIRA - É uma ou são três?

O SR. ÉZIO FERREIRA - São três.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Três fazendas.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Quando eu acabei de comprar, eu as vendi, passei para a frente.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sim.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Mas eu vou trazer a documentação.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - De qualquer forma, foi no mesmo exercício e V. Exª achou que não deveria ter feito o registro no seu contador.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Pois é. Isso aí depois eu mando a documentação.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Pois bem. Eu também, então, passo a V. Exª a pergunta. E é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - V. Exª concluiu?

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Conclui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir klein) - Com a palavra o Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, sinto-me na obrigação, como Senador pelo Amazonas, de, antes de iniciar as minhas perguntas, dar um depoimento que, acredito, em parte vai desagradar muito o Depoente. Mas tenho que dar este depoimento para todos os Membros da CPI, e acho que é muito importante fazer uma análise de tudo isso daí, de tudo que o Depoente deixou de falar e que os Membros da CPI não conhecem.

O Depoente não é do meu partido, é do PFL; não tem nada a ver com o PMDB; é um forte candidato ao Senado, no meu Estado, o que prejudica ao meu partido, mas as verdades têm que ser ditas nesta CPI, mesmo talvez sendo mal interpretadas pela imprensa.

O Depoente é uma pessoa muito vaidosa. O Depoente não tem uma escolaridade universitária. Acredito que o Depoente não tenha feito mais que meia dúzia de discursos nesses setes anos de vida parlamentar.

Mas nós temos que considerar fatos que esta CPI deixa de considerar, e fatos importantes.

O Depoente, como filho adotivo do homem mais rico do Amazonas, herdou, recebeu, em 1963, dez milhões de dólares. Se nós formos atualizar, só com a inflação americana, mais nada, isso representaria, hoje, trinta anos após, aproximadamente cem milhões de dólares. Srs. Parlamentares, cem milhões de dólares!

O Depoente, pela famosa CGIs do passado, depois de passar por aqueles depoimentos, no Amazonas, foi autuado pela Receita Federal, em 1971, por aproximadamente dez milhões de dólares que, atualizados, hoje, seria a maior autuação, no Estado do Amazonas, para pessoa física, que daria um valor de, aproximadamente, oitenta milhões de dólares.

É muito importante também lembrar a esta CPI, porque se falou muito em reconhecimento de firma. Pelo que eu me lembro, quando foi criada uma Secretaria ou um Ministério de Desburocratização, em que Hélio Beltrão era o Ministro e depois Piquet Carneiro assumiu como Secretaria, foi abolido o reconhecimento de firma. Nós ainda continuamos dando esse ganho para os cartórios achando que isso resolve a validade ou não de um documento. Mas também é importante lembrar aos senhores que seria uma falsidade dizer que não se reconhece firma no Brasil com a data do dia que se queira, do mês que se queira e do ano que se queira. Isso não quer dizer que os documentos e os contratos apresentados pelo Depoente, como disse o nobre Deputado Mercadante, não devam passar por um exame grafotécnico, um exame para saber se a tinta da máquina é, realmente, da época de 1990.

Sobre o cheque que o Depoente recebeu da CTL, perguntei a data naquele momento ao Presidente porque a data que o nobre Relator me informou, a data do contrato é de 09 de janeiro de 90. Fez um contrato de venda de imóvel. Recebeu um cheque da CTL em setembro.

Todos nós, no Amazonas, sabemos que o Depoente é a pessoa mais desorganizada de vida parlamentar e de vida empresarial. S. Exª, realmente...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mais organizada ou desorganizada?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Desorganizada.

O Depoente confunde a vida empresarial com a vida privada. É normal o Depoente colocar dinheiro na sua conta.

Quanto ao cheque da CASTOR, sabemos que existe um contrato e que o contrato está aí na mão.

O Depoente disse, aqui nesta CPI, que emitiu duplicata e que essa duplicata foi colocada em banco, para receber da CASTOR.

Devemos, sim, nesta CPI, pedir cópia dessa duplicata.

Se há uma duplicata em banco, descontada, de um contrato apresentado a esta Mesa, em 1990, ninguém pode acreditar que o banco esteja de conluio com o Depoente e vá criar uma duplicata, dar origem a uma duplicata fria nessa época.

O Depoente, como disse, é considerado, no Amazonas e aqui em Brasília, como uma pessoa que dá festas, como uma pessoa que gasta.

Na campanha eleitoral passada, eu não vi ninguém mais ajudar a doentes, com óculos, associações, mandar... quando fui Secretário de Desenvolvimento do Estado, na cidade de São Paulo, o Depoente era a pessoa que mais mandava dezenas e dezenas de doentes, pelo seu próprio bolso, para a Secretaria, em São Paulo, encaminhar para operações do coração e de todo tipo.

O Depoente, como disse, é generoso. O Depoente chega ao ponto, pelo estilo dele, de, se alguém pedir 100 mil dólares emprestados e ele não tiver, ele ir a um banco, tomar, ou pedir para terceiros e, realmente, emprestar o dinheiro. É próprio do Depoente. Ele faz isso.

Nós sabemos, no Amazonas, que o Depoente toma dinheiro emprestado com os amigos e sabemos, no Amazonas, que o Depoente tem milhões e milhões de débitos com pessoas para quem ele paga, renova, paga, renova e que, realmente, S. Exª poderá confirmar, depois, se é verdade ou não.

Eu estive na casa do Depoente apenas duas vezes na minha vida: uma, acompanhando o Governador do meu Estado, Gilberto Mestrinho, e, a outra, acompanhando o Prefeito de Manaus, Amazonino Mendes, por quem estou na cadeira, pela sua renúncia, após ser eleito Prefeito da cidade de Manaus.

Nunca fui a festa na casa do Depoente, não sou do Partido de S. Exª, mas me sinto na obrigação de dizer quem é o Depoente.

O Depoente teve uma infelicidade brutal; o Depoente teve uma dificuldade muito grande e não conseguiu transmitir a esta CPI, talvez muito mais pela falta de verbalizar e pela vaidade, de que tem muitos débitos. O Depoente tem casa hipotecada, toma empréstimo em banco, e todos nós sabemos.

Agora, temos que considerar o objetivo desta CPI.

Realmente, se em conta bancária aparece cheque de empreiteira, tem que ser investigado. Se aparece cheque de empreiteira pequenininha, não é ODEBRECHT, não é Mendes Júnior, qualquer uma, tem que ser investigado.

Como disse o nobre Deputado Mercadante, eu acho que deveríamos mandar os três contratos para exame, para saber se o contrato é da época - número um.

O Depoente deveria entregar ao Relator se tem duplicata, realmente, da época, depositada em banco, que poderia, realmente, provar se existe ou não essa ligação.

Agora, é muito importante lembrar à CPI, e S. Exª já disse que era construtor, era empresário.

Eu sou empresário no Amazonas há vinte anos. Eu conheço o Depoente há vinte anos.

Quando cheguei no Amazonas com 10 mil dólares, para começar a vida, o Depoente era um homem milionário, mas com milhões e milhões de dólares no Amazonas.

Quem mantinha esse time do Facho, no Amazonas, era o Depoente: Rotary, Lions, absolutamente, associações de bairro, era o Depoente.

Agora, se o Depoente recebeu 8 milhões de dólares de subvenção e tem uma movimentação de 15 ou de 14, não acredito que ninguém pague 150% para liberar dinheiro.

Então, acho que é muito importante a análise, o pedido que o nobre Deputado Mercadante fez com relação aos contratos.

O fato de o Depoente, como empresário, como construtor, e que tem o contrato aí na mesa com o Relator, ter negócios com as empreiteiras, o fato de o Depoente ser desorganizado, de colocar cheques na sua conta pessoal, é um problema, desde que provada a veracidade, da Receita Federal, do Depoente e do Ministério Público.

O que a CPI efetivamente tem que ver é se o Depoente tem ou não, nesses anos e nessa época, a movimentação financeira relativamente à emenda.

Agora, é muito bom, mais uma vez, lembrar a esta CPI que no ano de 90, segundo a explanação que o Depoente fez, eu não vi, e cabe à relatoria também checar, é se S. Exª, que afirmou que não teve nenhuma liberação em 90 e nem uma aprovação de emenda em 90 e não tem absolutamente nada de subvenções sociais, o fato de no ano de 1990 ter tido relacionamento com empreiteiras, sendo empreiteiro, o fato de ter negócios, ter aparecido cheques, isso daí não vincula absolutamente nada em um prejulgamento.

A imprensa, pelo que está havendo, pela dificuldade, pela conversa fora daqui e atrás, dá uma idéia de que o Depoente está condenado por decoro parlamentar.

Acho que não devemos fazer um julgamento precipitado. Devemos, sim, analisar, mais uma vez, os documentos propostos pelo nobre Deputado Mercadante e, com base nesse depoimento, com base em duplicata de banco, com base nos contratos, fazermos a nossa análise.

Agora, quero mais uma vez, para finalizar, lembrar aos senhores: tivemos um Ministério de Desburocratização, tivemos um Ministro, todos os senhores lembram que foi aprovado e que tem decretos com relação a isso, que não é obrigado ter reconhecimento de firma para que seja válido um contrato. Um contrato é válido com ou sem, porque no Brasil se reconhece firma com data, com dia, com mês e com o ano que se queira.

Muito obrigado. Gostaria de passar às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª. Acho que pela colocação que V. Exª fez, admitindo que o Depoente tem dificuldade de verbalização e é desorganizado, V. Exª cumpriu as duas missões ao contrário.

Então, verbalizou por S. Exª e defendeu, trazendo para a CPI aquilo que deve ser objeto da nossa investigação.

Passo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, nobre Deputado Ézio Ferreira, a avaliação que V. Exª fez da ação na Comissão de Orçamento bate com o nosso relatório. Relativamente poucas emendas aprovadas e também poucas emendas liberadas. Mas há duas questões que eu queria abordar com V. Exª: em documentos apreendidos na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos há uma relação de pleitos para o Orçamento-Geral da União de 1991, onde aparece o nome de V. Exª, juntamente com o nome do Deputado Pedro Canedo, pedindo descontingenciamento de recursos para a obra de Saneamento e Canalização de Córregos em Niquelândia, Goiás.

É compreensível, já tivemos vários exemplos aqui nesta CPI, Parlamentares fazerem emendas para outros Estados, a pedido de um amigo, o partido pede porque não tem Deputado naquela região. Porém, pedir descontingenciamento de recursos para esse tipo de obra, mereceria uma explicação de V. Exª.

A obra é Saneamento e Canalização de Córregos em Niquelândia, Goiás, e o pedido vem junto com o do Deputado Pedro Canedo. V. Exª tem alguma explicação a dar a esta CPI?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Tenho. Pedro Canedo é como um irmão meu, foi Deputado na Constituinte junto comigo e pediu, que tinha uma emenda de Niquelândia, se eu poderia assinar para descontingenciar. Mas, se não me falha a memória, não foi para o Sr. José Carlos, não. O pedido foi para o Ministro, porque o Sr. José Carlos não tinha poder para descontingenciar. Eu sei que eu assinei para o Pedro Canedo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Este pedido está numa relação de computador de todos os Parlamentares que fizeram o mesmo pleito, em documento encontrado na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos.

Em outro documento, também, encontrado na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos, sob o título "Pleitos de Parlamentares e Autoridades de Governos Estaduais -

Orçamento 1992", na coluna "Autor", ao lado da inscrição "Membro da Comissão Mista de Orçamento", existe um pedido de V. Exª de obras de conclusão do prédio-sede das Varas Cíveis e Criminais e Rodovia BR-174, no Amazonas.

Quero chamar a atenção, Sr. Depoente, que nos parece - na nossa Subcomissão e é este o sentido da minha pergunta - que esta relação foi feita em função do chamado acordo para o Orçamento de 1992, onde os Parlamentares que estão nessa relação pediam para que fossem incluídas, na proposta original do Executivo, algumas obras no sentido de que essa proposta fosse aprovada sem grandes mudanças no Congresso. V. Exª confirma esta informação?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Confirmo, Deputado. Em 1990...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Em 1991.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Em 1991, pedi uma audiência com Sua Excelência, o Presidente Fernando Collor de Mello, e fui lá com duas reivindicações: a liberação de recursos para o asfaltamento da BR-174, que é o anseio do meu povo - e não pedi só a ele, não, pedi ao Presidente José Sarney, que depois me mandou ao Ministro José Reinaldo. É a alforria para o meu Estado, na qual venho trabalhando desde 1987 e, até agora, chegamos a asfaltar apenas 14 quilômetros. A outra reivindicação é a conclusão de um prédio, no meu Estado, inacabado desde o tempo da ditadura, que é o Fórum de Manaus, uma reivindicação feita por todos os Desembargadores, e eu fui a Sua Excelência, o Presidente da República e Sua Excelência mandou que eu procurasse os meios competentes para que, se não tivesse dinheiro, colocasse no Orçamento e, depois, como não foi colocado no primeiro volume que saiu do Orçamento, levei esse pleito, que fizera ao Presidente, ao Sr. José Carlos dos Santos.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não estou contestando, nobre Deputado, o dever de V. Exª de pedir, de reivindicar obras para o Estado de V. Exª. Não é esta a questão. Queríamos que V. Exª nos desse informações sobre esse acordo. Essas duas propostas de V. Exª vieram já incluídas na Proposta Orçamentária que o Executivo envia ao Congresso Nacional ou foram...?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Isso foi ordem dos Ministros da época.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sim, vieram incluídas, então?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Veio alguma coisa incluída. E dou graças a Deus que veio incluída uma reivindicação do próprio Presidente, que depois foi contingenciada, e eu votei a favor do Sr. Fernando Collor de Mello e, graças a Deus, esses recursos não foram descontingenciados - mesmo ele como Presidente e eu como amigo dele - não foram descontingenciados porque senão iriam dizer, agora, que eu tinha me vendido à política de descontingenciamento desses recursos. Os recursos foram colocados com a ordem do Presidente, foram contingenciados e não foram liberados. Eu, amigo do Presidente, não consegui descontingenciar, e ele, uma vez, falou até para o Secretário Executivo Luiz... Mesmo assim não conseguimos falar com o Marcílio, e esses recursos não foram pagos.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Nós não estamos, pelo menos este parlamentar, não está fazendo nenhuma acusação a V. Exª.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Não, estou apenas prestando esclarecimento.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não. Porque essa questão do Orçamento de 92 é uma questão a esclarecer. Esse acordo que foi feito, fraudando o Congresso Nacional. Na reunião que sacramentou este acordo V. Exª não estava presente. Nós não estamos fazendo acusação da presença de V. Exª no momento de referendar este acordo. Apenas queríamos obter informações de como certos pleitos, enviados ao Executivo, teriam passado pelo acordo, através da cúpula da Comissão de Orçamento ou se foi uma ação apenas em nível de Ministério.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Não, em termos de Ministério, Deputado. Isso foi com ordem do próprio Presidente Fernando Collor de Mello, na época. Também já fui ao Presidente Itamar pedir pessoalmente o asfaltamento da BR-174.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Depoente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Sr. Presidente, quero apenas dar um depoimento. Eu fui, durante 4, 5 anos, Líder do PFL. Nesse período o Deputado Ézio Ferreira já representava o Estado do Amazonas. Lembro-me bem de S. Exª e da Deputada, ex-Senadora, minha estimada amiga, Eunice Michillis. E é muito natural na vida parlamentar os deputados se dirigirem aos líderes para fazerem pleitos de obras, de liberação de recursos, de solicitação de audiências nos ministérios, enfim esse trabalho que a liderança faz normalmente em qualquer parlamento do mundo e que, no Brasil, não foge à regra.

Sr. Presidente, durante todo o período em que fui Líder, nunca o Deputado Ézio Ferreira pediu-me para ir para a Comissão de Orçamento. Nunca o Deputado Ézio Ferreira pediu-me uma audiência com um ministro para liberar uma verba. Nunca o Deputado Ézio Ferreira pediu-me nomeação de ninguém para o seu Estado, o que seria normal. A única coisa de que me lembro bem é que S. Exª foi de uma insistência permanente durante o período da Revisão Constitucional. S. Exª e a Deputada Eunice Michillis, ex-Senadora, ex-Colega de V. Exª, frequentavam diuturnamente o meu gabinete, para que votássemos no Partido favoravelmente à manutenção da Zona Franca de Manaus. Sabe V. Exª, que também foi nosso colega, embora senador, na Revisão Constitucional, uma corrente que era contrária à manutenção de incentivos fiscais para a Zona Franca de Manaus.

Atendendo à solicitação, nossa Bancada, naquela época do Pará, do Amapá, do Amazonas, especialmente, e através da insistência permanente do Deputado Ézio Ferreira, votamos favoravelmente à manutenção dos incentivos fiscais para a Zona Franca de Manaus e ela lá está hoje produzindo efeitos e produzindo o desenvolvimento na região amazônica.

Foi a única coisa, Sr. Presidente, que esse, parlamentar, durante os 4 anos em que convivemos, eu como Líder de Partido como S. Exª me solicitou. Portanto, acho que deve ser feita, como aqui disse o Senador Gilberto Miranda, deve ser feita uma cuidadosa investigação, um exame dos documentos etc, para que possamos julgar com serenidade o Deputado Ézio Ferreira.

Era o que tinha a dizer a V. Exª. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª estará absolutamente convencido, com certeza, de que o nosso nobre Relator terá esse cuidado.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Absolutamente convencido.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, permita-me, antes de dirigir-me ao Depoente, que eu faça algumas breves considerações à Mesa a respeito da questão de ordem que aqui foi levantada pelo nobre Deputado Nelson Trad, contraditada pelo nobre Deputado Maurício Najar e solucionada pelo eminente vice-Presidente Odacir Klein, então no exercício da Presidência.

Sr. Presidente, em conformidade com a Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as comissões parlamentares de inquérito, constitui crime, art 4º:

Fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade como testemunha...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Meu caro Colega Senador Ney Maranhão, permita-me ouvir o Deputado Luiz Máximo?

O SR. LUIZ MÁXIMO - " Fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete perante a comissão parlamentar de inquérito."

Pena: a do art. 342 do Código Penal.

O art. 6º do aludido diploma legal estabelece que o processo e instrução dos inquéritos obedecerão ao que prescreve esta lei no que lhes for aplicável as normas do processo penal.

Sr. Presidente, temos no inquérito policial a figura do indiciado sobre o qual recaem por força de indícios a suspeita da prática de um crime cuja autoria é a ele imputado.

Temos a figura da vítima, que, por razões óbvias, não presta o compromisso de dizer a verdade, a exemplo do que acontece com o indiciado. Temos a testemunha e, ao mesmo tempo, temos uma quarta categoria de pessoas: são aquelas que, por estarem de um modo ou de outro interessadas no deslinde da causa, no deslinde das indiciações. normalmente pelos laços de parentesco, não depõem como vítima e nem como testemunha, mas depõem como declarante.

Vemos a situação, nobre Presidente, que vivemos nesta CPI, assunto de uma das nossas primeiras reuniões. Procurei encaminhar e a situação dos parlamentares que aqui comparecem para depor.

Ora, todos eles foram convocados com base em critérios, alicerçados em indícios, uns consistentes e outros nem tanto, mas todos convergindo para uma situação de suspeita com relação ao seu procedimento.

Em princípio, surge a suspeita da falta de decoro parlamentar. O que é a falta de decoro parlamentar? É o procedimento humano que contraria os normais padrões éticos, jurídicos vigentes em determinado lugar e época.

Por conseguinte, se o parlamentar é aqui convocado, a prestação de compromisso de dizer a verdade se torna despiciendo, porque ninguém é obrigado a depor contra si próprio. Portanto, um parlamentar ou um Depoente quando aqui chega e cala a verdade, ou seja, ele se nega a responder ao que lhe for perguntado, evidentemente, faz isso por sua própria conta e risco.

Nobre Presidente, sempre entendi que é totalmente dispensável a prestação de compromisso por parte de parlamentares que aqui comparecem, porque quer queiramos ou não, ele sempre aqui vem sob a suspeita senão da prática de um ato ilícito do ponto de vista penal, pelo menos na condição de suspeito de ter tido procedimento incompatível com o decoro parlamentar. Poderá em tese, posteriormente, ter definida essa sua posição.

Faço estas considerações, porque, no início, o nobre Depoente prestou compromisso de dizer a verdade, depois, em virtude da questão de ordem do Deputado Nelson Trad, contraditada pelo Deputado Maurício Najar e decidido com percuciência pelo eminente vice-Presidente Odacir Klein, consultado o Depoente, S. Exª, então, preferia não prestar esse compromisso.

O que quero dizer é que, para efeito de avaliação do depoimento do mesmo, a prestação de compromisso ou a não prestação de compromisso é algo totalmente despiciendo, desnecessário para a formulação de um juízo a respeito do seu depoimento.

Eram as considerações que queria sobre esse tema fazer para, então, se V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se V. Exª me permite uma ousada intervenção de um tocador de tambor, que sou eu, para um jurista com os méritos de V. Exª, vou ler exatamente o art. 203 do Código de Processo Penal, pertinente ao capítulo VI - Das Testemunhas. Na qualidade de testemunhas, chamamos aqui os Depoentes.

Diz o art. 203:

> A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu Estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes, ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se sua credibilidade.

Isso se aplicou, fundamentalmente, ao caso do primeiro depoimento, geratriz deste nosso trabalho, que foi o depoimento do Sr. José Carlos Alves do Santos.

O nobre Deputado Odacir klein tem tido o cuidado de perguntar todas as vezes quando eu digo que cabe ao Vice-Presidente fazer as perguntas de estilo, se o Depoente quer ou não prestar esse compromisso. E hoje não foi perguntado, mas o Depoente tomou a iniciativa de prestar. Acho que, como testemunha, portanto, não estamos exorbitando, ainda que V. Exª considera como despiciendo - a cujo vocábulo tenho horror - que o termo de compromisso fosse tomado, porque se diz aqui, claramente, que a testemunha fará sua palavra de honra a essa promessa.

O que entendi aqui, antes de retirar-me para responder a uma carta do Presidente do Banco Central, foi justamente que o Depoente prestou testemunho como todos os demais, menos, evidentemente, o Deputado João Alves - cujos causídicos logo declararam seus patronos que não deveria fazê-lo, para não se incriminar. Mas o Depoente prestou esse compromisso para dizer a verdade sobre o que sabe e o que lhe for perguntado, dentro do escopo da CPI, cuja finalidade está aqui perfeitamente colocada.

Vou ler ainda:

> Destinada a apurar os fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, referentes às atividades dos parlamentares, membros do Governo, representantes das empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União.

A nossa sistemática de trabalho, entretanto, não creio exorbitante mas, ao contrário, necessária, porque imagine V. Exª se chegarmos aqui e perguntarmos ao Sr. Aílton Reis - se não me engano é este o nome - se de fato ele confirma ou não que aqueles valores eram propinas. V. Exª foi um dos mais notáveis promotores da terra brasileira e há de convir que seria muito difícil que ele chegasse aqui e dissesse: - "Eu sou réu confesso de corrupção ativa". E outra pessoa sentasse aqui para dizer: - "Eu sou réu confesso de corrupção passiva".

Então, a única forma de melhorarmos isso, de chegarmos a alguma conclusão, com já foi dito aqui várias vezes, é comparar, na área patrimonial e na área bancária, se esse indício - e se diz claramente qual é a sua definição - se esse indício poderia ter alguma comprovação, ainda que aparente, nas contas dos deputados e dos Senadores e dos Governadores, quando fizemos, como derivado do problema de ilicitude da aplicação do Orçamento. Acho que a decisão tomada pelo meu nobre colega, o Vice-Presidente, está mantida e a explicação de V. Exª, como sempre, torna mais brilhante a interpretação do texto.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Exª me daria apenas um segundo para complementar?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Essa questão de ordem, eu a fiz, Sr. Presidente, porque tive a impressão, pelas sucessivas negativas do Deputado Ézio Ferreira em responder ao questionamento de colegas do Plenário, que a Presidência tinha se transferido para o Depoente, pois a pertinência ou impertinência da pergunta, cabe à Presidência da Mesa decidir. É pena que estejamos discutindo esse assunto na agonia da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, porque, na verdade, transferir um direito e um poder desta natureza para quem vem prestar esclarecimentos à Comissão sonegaria todo o trabalho, todo o esforço daqueles que estão aqui para saber a verdade, que estão aqui procurando o desate de uma questão que foi objeto da instalação e instauração do órgão da Comissão.

Por isso é que, evidentemente, a partir do momento em que se questiona o Depoente sem passar pela Mesa, fica ele o juiz de responder ou não, quando não poderia jamais. As questões que o Deputado Aloizio Mercadante fez, que o Deputado Pedro Pavão fez, não foram respondidas porque o Depoente entendeu que elas eram impertinentes, quando S. Exª não tinha esse direito.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - S. Exª tinha o direito de argüir. Agora, nós, da Mesa, temos o dever de concluir.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Perfeitamente. Se eu questiono o Depoente diretamente, por uma questão de liberalidade de V. Exª, da Mesa, fica a critério do Depoente dizer se ela é ou não pertinente: "Não, eu não vou responder porque é um problema de natureza pessoal". Apenas isso.

O SR. NELSON TRAD - V. Exª me permitiria apenas um segundo?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. É muito agradável que, neste sábado, possamos ter essas lições de Direito. Mas sei que V. Exª também interveio ainda há pouco.

O SR. NELSON TRAD - Isso. É que contraditei na seguinte razão, Sr. Presidente. V. Exª tem absoluta razão, quando leu aqui o art. 203 do Código de Processo Penal. O que argüi, Sr. Presidente, é que o Depoente está impropriamente denominado de testemunha. Por quê? Porque, como diz o Deputado Luiz Máximo, S. Exª já vem aqui não na condição de quem presenciou um fato para dar o seu testemunho, ou tem conhecimento de um fato para dar seu testemunho. Não, S. Exª vem aqui, porque houve pequeno ou grande indício de envolvimento, objeto desta CPI. Tanto é, Presidente, para concluir, que o Depoente, quando aqui chega, ele já viu a sua vida toda devassada. O que não existe para

testemunho nenhum. Já é quebrado o seu sigilo bancário, já é quebrado o seu sigilo fiscal, já é devassado seu patrimônio - mais um indício que existe contra ele. Na minha opinião, s. Exª não é bem, propriamente, uma testemunha, mas é um declarante no limiar de ser indiciado. E por isso é S. Exª ele tem a prerrogativa de falar ou não, para não ser implicado. Nós ficamos séculos com o princípio de Direito Processual Penal segundo o qual: aquele que cala consente. E este princípio, hoje, no Direito moderno, mudou-se para: quem cala não diz nada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito grato.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu queria solicitar que essa discussão fosse feita numa reunião reservada, ou após o depoimento, porque é constrangedor para o Depoente. Proponho que se termine o depoimento e que sejam feitas poucas inquirições. Acho que é uma reflexão oportuna, importante, mas que deveria ser feita no momento adequado. É a questão de ordem que procedo à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - As questões de ordem não podem ser, jamais, negadas, a qualquer momento em que se passa. Aqui, o que estamos discutindo é que, realmente, tem razão, já está ultrapassada, já estamos quase no nonagésimo dia dos trabalhos. E quando se coloca aqui o Código de Processo Penal, aí é que entraria só esta palavra final, para voltar à palavra a V. Exª, Deputado Luiz Máximo.

É que não entendo que eu esteja aqui - podem achar isso uma aberração e um absurdo -, mas não entendo que eu esteja aqui como um desembargador, por exemplo, ouvindo réus, ouvindo testemunhas. Eu acho que esta Comissão Parlamentar de Inquérito é notavelmente política com embasamento jurídico. E por isso, por exemplo, não se passa pelo art. 212 que manda que as perguntas sejam feitas ao juiz, que as fará ao réu, à testemunha ou a quem seja. Daí temos uma necessidade, que já está sendo objeto da preocupação pessoal do Deputado Odacir Klein, que é fazermos a regulamentação do funcionamento das CPIs. Será um belo trabalho a ser realizado, principalmente para atualizá-lo, depois de 1988.

A palavra prossegue com V. Exª, Deputado Luiz Máximo.

O SR. LUIZ MÁXIMO Eminente Presidente Jarbas Passarinho, essa questão não se trata de mero deleitantismo jurídico, é porque V. Exª já colocou ...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não chamei de deleitantismo, disse que era bom, neste sábado, recebermos belas lições.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Exª colocou, e o fez muito bem, que o político em determinadas circunstâncias é inseparável do jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Exato.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Essa é a preocupação. As colocações iniciais que V. Exª fez, quando usei da palavra; contra elas eu não me oponho é uma questão apenas de forma e não de fundo. É porque tenho entendimento, e continuo mantendo esse entendimento, que o parlamentar que aqui comparece não vem na condição de testemunha. Porque se vem na condição de testemunha mesmo que minta, oculte a verdade, cale, seja reticente, ele pode fazer isso para não se auto-incriminar. Então não poderia jamais responder por um delito de falso testemunho. É apenas isso que desejo colocar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não, muito obrigado.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Antes de fazer perguntas ao nobre Depoente, Deputado Ézio Ferreira, faço-lhe uma colocação. V. Exª, em face de tudo isso a que está assistindo, deve ter consciência de que suas não-respostas às indagações que lhe são feitas, que V. Exª se recusa a responder, evocando tratar-se de matéria estranha à questão do Orçamento e por dizerem respeito a sua vida pessoal e particular, pode esse seu silêncio constituir-se em obstáculo para termos uma exata avaliação daquilo que se apurou em sua evolução patrimonial, em sua vida bancária. V. Exª está consciente disso?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Estou.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Porque V. Exª sabe, nobre Deputado, que os sigilos bancário e fiscal de V. Exª foram quebrados, aspectos da sua vida particular e privada já estão revelados, já são do conhecimento desta CPI. Então as indagações que lhe foram feitas outro objetivo não tiveram do que lhe propiciar a oportunidade de dar explicações a respeito daquilo que só por si podem gerar suspeita a respeito de qualquer procedimento irregular de V. Exª. V. Exª está consciente disso?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Estou sim.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então vou fazer poucas perguntas a V. Exª.

O nobre Depoente declarou que nunca apresentou emenda de interesse da prefeitura de Manaus. Correto?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Até o ano de 1992; em 1993, apresentei; já é outro prefeito, o Senador Amazonino Mendes.

O SR. LUIZ MÁXIMO - E essa emenda foi aprovada e o recurso respectivo liberado?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Eu não sei se foi liberado, acredito que tenha sido liberada alguma coisa para a prefeitura de Manaus.

O SR. LUIZ MÁXIMO V. Exª se lembra do valor dessa emenda?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Eu tenho aqui. Não sei se foi liberada a do Ministério do Bem-Estar Social. A de Parentins, do FNDE , não sei se foi liberada.

Agora, a construção da Prefeitura de Manaus eu não sei se foi liberada, não. Acredito até que tenha sido liberada. Os valores que o PRODASEN me fornece são: 530 mil dólares; outro, 59 mil dólares; e, outro, 462 mil dólares. Só três emendas foram liberadas para o ano de 1993. Para a Prefeitura de Manaus, 530 mil dólares que eu ainda não sei se foram liberados que são do Bem-Estar Social.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Destinavam-se para que obras, Deputado?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Galerias de águas pluviais do bairro de Jorge Teixeira; assistência financeira da construção de escolas, em Parintins - não sei se foi liberada - e construção de galerias pluviais, em Humaitá.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Essas obras, V. Exª pode dizer se algumas delas já foram iniciadas?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Não sei responder. Isso aí é com a Prefeitura de Manaus, que pode responder.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Suas empresas, porventura, prestam serviços à Prefeitura de Manaus?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Nunca trabalhei com... Já foi declarado; nunca trabalhei com a Prefeitura. Minhas empresas nunca trabalharam com a Prefeitura, com o Município, nem com o Estado nem com o Governo Federal.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Fora do Estado de Manaus, suas empresas prestam serviços também?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Nunca prestei serviços fora do Estado de Manaus.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Uma última pergunta, Sr. Deputado, V. Exª conhece o Sr. Onofre, da SERVAZ?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Da SERVAZ, conheço.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Exª conhece?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Conheço.

O SR. LUIZ MÁXIMO - V. Exª mantém relações de negócio com o Sr. Onofre?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Nunca mantive relações de negócio com essa pessoa. Inclusive, tenho um telegrama dele, aqui no meu bolso. Fui citado aí e ele parece que veio à Subcomissão e disse. Nunca mantive relações de negócio com ele.

O SR. LUIZ MÁXIMO - A empreiteira dele presta algum serviço no seu Estado? V. Exª tem conhecimento?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Não sei se presta atualmente. Já prestou, anos atrás. Agora, não sei se presta serviço mais no meu Estado.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Então, nobre Deputado, apenas para que fique constando dos Anais desta CPI - porque a notícia é publicada, vem ao conhecimento das pessoas, e as pessoas têm, às vezes, seus nomes publicados, veiculados como ligados a um determinado tipo de procedimento; às vezes, apontados como fatos que possam sugerir a prática de algum ilícito. V. Exª tem conhecimento da publicação de uma reportagem na revista **Veja**, de 3 de novembro de 1993, onde, segundo a revista, através de um documento elaborado por um ex-executivo da SERVAZ, diversos políticos, parlamentares estariam envolvidos numa listagem daqueles que por serviços - não sabemos de que forma - prestados aos interesses da empreiteira recebiam, segundo a imprensa, entre aspas, propinas. E dentre os diversos parlamentares e políticos arrolados, aparece o nome de V. Exª: pagamento, nome, identificação, complemento. As iniciais EF, depois, Deputado Ézio Ferreira, depois, 2%, LOTS. O que V. Exª pode comentar a esse respeito?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Isso foi desmentido pelo Sr. Onofre, entendeu? Como apareceu o nome de vários parlamentares e ele passou um telegrama para mim, segundo se soube depois, isso foi uma montagem de um executivo que ficou com raiva dele e montou esse negócio. Mas nunca tive nada de interesse da SERVAZ.

Acho que a SERVAZ não trabalha no Amazonas desde o tempo em que o Governador Gilberto Mestrinho assumiu, que foi em 1990. Então, não sei por que fui citado nesse documento, como foram vários Parlamentares. Não sei. Por que o Onofre é meu amigo? É, trabalhou lá no meu Estado, mas há anos atrás.

O SR. LUIZ MÁXIMO - Sr. Presidente, dou por encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado Luiz Máximo.

Dou a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, nobre Deputado Ézio Ferreira, as perguntas da Subcomissão de Emendas foram bem feitas pelo Deputado Sérgio Miranda. Apenas um detalhe que era importante para o esclarecimento não tanto de V. Exª, mas da Comissão de Orçamento no Congresso. Em 1991, houve aquele acordo a que o Deputado Sérgio Miranda se referiu. Pelas informações e pelas reuniões, não estamos dizendo que V. Exª participou, não há registro nenhum. Agora, V. Exª sabe nos informar se os pleitos dos Deputados, pleitos justos, legítimos - não estamos discutindo -, feitos ao Executivo, já vieram, no Orçamento, carimbados, como costumamos chamar aqui, no Congresso? V. Exª tem conhecimento disso em 1991? Nos pleitos feitos ao Executivo já estavam contempladas parcialmente ou totalmente essas emendas?

O SR. ÉZIO FERREIRA - Deputado José Genoíno, desconheço qualquer acordo. Nunca participei de acordo.

Como eu disse ao Deputado Sérgio Guerra, esse meu pleito...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sérgio Miranda.

O SR. ÉZIO FERREIRA - ...Sérgio Miranda. Fui diretamente ao Presidente Collor pedir. Foi com autorização do Presidente Fernando Collor de Mello que fui, passei o pleito ao José Carlos dos Santos.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Está bom. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concluída, aqui, a lista de inscrições...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela ordem, tem a palavra o Deputado Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Ontem, tivemos um debate, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se V. Exª permite, vou dispensar o Depoente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agradeço a V. Exª. Se quiser fazer alguma manifestação final, faça, porque já vamos resolver questão de ordem interna.

O SR. ÉZIO FERREIRA - Sr. Presidente, as minhas últimas palavras são para agradecer a maior parte da minha Bancada, na pessoa do Deputado João Thome Mestrinho, do PMDB; do Deputado Ricardo Moraes, do PSB; do Deputado Pauderney Avelino, do PPR; da Deputada Beth Azize, do PDT; do Deputado Átila Lins, do meu Partido, PFL; do Senador Gilberto Miranda, do PMDB, e do Senador Áureo Mello, do PRN. Quero agradecer sensibilizado, porque aqui está um Deputado que não tem inimigos dentro do Estado do Amazonas, só tem amigos. Embora sejamos de Partidos diferentes, há um respeito mútuo, há uma consideração, há um apoio, há uma fraternidade, há uma congregação, porque lutamos pelos interesses e pelo desenvolvimento do nosso Estado do Amazonas e para termos responsabilidade com esta Nação brasileira.

Quero agradecer, em meu nome pessoal a força, o carinho; com mais admiração, agradeço todos aqueles Parlamentares do meu Estado que estão aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Reabrirei a reunião dentro de dois minutos. (Pausa)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, ontem, afirmei a esta Comissão que, como não tinha ainda a confirmação se o Deputado Luiz Alfredo Salomão, de fato, teria feito aquelas afirmações, que eu gostaria de que não tivesse feito, porque não tem qualquer base objetiva, fato significativo, ou mesmo não condiz com o que foi o processo de trabalho, os critérios, as discussões democráticas que esta CPI teve ao longo de toda a sua trajetória.

Hoje, o Deputado Luiz Alfredo Salomão reafirma as suas colocações, diz que foi produto de um acordo do PT com a participação do PC do B que impediu o depoimento da Deputada Roseana Sarney e do Deputado Miguel Arraes, aí imputando a V. Exª a responsabilidade.

A mesma matéria diz que V. Exª imputa a mim a responsabilidade pelos critérios. E, no **Jornal do Brasil**, diz que imputo ao Senador Mário Covas a responsabilidade.

Quero dizer, de minha parte, em primeiro lugar, que repudio as afirmações do Deputado Luiz Alfredo Salomão, acho inapropriadas, menores, eleitoreiras, que em nada contribuem nem para a grandeza da CPI nem para o processo político-eleitoral, porque não é assim que se vai disputar as eleições; é com programa, é com seriedade, é com trabalho, é com compromissos políticos.

É evidente que um partido que tem um membro na CPI, titular, e um partido como o PC do B, que só tem um suplente, que não tem sequer direito a voto, não poderiam impor qualquer acordo dessa natureza. Acordos poderiam fazer os partidos majoritários, e não senti, ao longo desta CPI, que tenha se seguido por esse tipo de orientação. Tivemos aqui Parlamentares dos mais diversos partidos depondo, sempre que os fatos objetivos e documentais motivavam esta CPI à apuração dos fatos.

No que se refere à Deputada Roseana Sarney, nunca discuti essa questão nesta CPI. Como membro titular do PT, jamais me pronunciei e nunca tive sequer oportunidade, porque jamais essa questão foi trazida ao plenário da CPI e qualquer Parlamentar tinha o direito de fazê-lo.

Se o Deputado Luiz Alfredo Salomão retirou o requerimento da Mesa e não teve a iniciativa, se S. Exª achava uma questão tão vital para a CPI de colocar o requerimento em debate, a responsabilidade é exclusivamente dele.

Agora, não posso aceitar a responsabilidade pelos critérios da Comissão. Fiz um relatório com o Senador José Paulo Bisol absolutamente objetivo. A conclusão do relatório que fizemos era:

> Evidente que, nessa lista de Parlamentares e outros nomes citados, há pessoas inocentes, não havendo quaisquer indícios que possam ter sido utilizados.
>
> Sugerimos que sejam analisadas as circunstâncias, a repetição dos nomes, a forma como aparece o material documental, para que possamos, dessa forma, apurar.

E fiz a defesa, aqui na Comissão, desses critérios, sugerindo que a documentação fosse encaminhada a todas as subcomissões.

A Mesa encaminhou essa documentação a todos os Parlamentares desta CPI. Qualquer Parlamentar tinha o direito de propor critérios, ou mais do que isso, tinha o direito

de encaminhar requerimentos para quebrar sigilo bancário e fiscal de qualquer parlamentar ou outro membro da sociedade que julgasse envolvido em um processo de corrupção do esquema de Orçamento.

Portanto, não aceito essa responsabilidade. Aos Anais da reunião reservada, solicito que venham a público, para que a minha fala possa ser discutida e esclarecida, e acho absolutamente lamentável esse episódio, porque longe de atacar esse Parlamentar ou mesmo o nosso Partido, porque todos sabem que nós, diferente de outros, fizemos oposição ao Governo Sarney e temos divergências políticas programáticas e não teríamos qualquer tipo de motivação por um acordo dessa natureza, que quebra toda a legitimidade, a seriedade e o trabalho da CPI.

Agora, quem foi atingido com esse tipo de ilação, de denúncia foi a CPI. Quer dizer, é o conjunto dos Membros da CPI que está sendo responsabilizado por se subordinar a um acordo que, se existisse, seria irresponsável, leviano e contra o espírito do Partido inclusive que propôs a CPI, que lutou por ela, que foi acusado muitas vezes pela intransigência, pelo rigor, mas jamais pela complacência, conivência ou esse tipo de procedimento absolutamente aético.

Por tudo isso, repudio. Quero registrar nos Anais da Casa e dizer a V. Exª que tenho certeza de que não foi essa a intenção do pronunciamento e que o processo democrático da CPI jamais poderia ser imputado a um único Parlamentar, sobretudo questão dessa natureza.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, gostaria de contraditar em nome do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deputado, como questão de ordem, vamos ficar com um para contraditar, senão não chegaremos ao segundo depoimento. E tenho uma parte para dizer nisso, porque, infelizmente, estou sendo enredado neste assunto. É preciso que eu dê um testemunho exato, correto, a respeito do procedimento do Deputado Mercadante nesse meu episódio inicial e a minha resposta. Eu nunca fugi disso e não vou fugir.

O SR. PAULO RAMOS - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Dou a palavra a V. Exª e, no fim, V. Exªs me permitirão fazer também a minha declaração. E, de pronto, gostaria de agradecer ao Deputado Roberto Franca, que me mandou o seu discurso e que foi muito, não vou dizer generoso, porque é uma frase feita, mas me sensibilizou pela forma como registrou a justeza e a isenção com que a Mesa está procedendo.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS - Sr. Presidente, em primeiro lugar, seria ideal que o Deputado Luiz Salomão estivesse presente, para que S. Exª, de viva voz, pudesse apresentar aquilo que entende como sendo a verdade, até porque, como cada ser humano é um universo e como um corpo só ocupa um lugar no espaço, cada um tem o seu ponto de vista.

Entretanto, preciso registrar, antes de refutar, no mérito, as afirmações feitas pelo Deputado Aloizio Mercadante, uma preliminar.

Tem se tornado uma espécie de tônica que envolve os representantes do Partido dos Trabalhadores - alguns deles - afirmar que tudo aquilo que funciona como denúncia ou como acusação ao Partido dos Trabalhadores tem o cunho eleitoreiro. Estamos verificando esse tipo de afirmação agora, por exemplo, em relação ao que se pode chamar "a CPI da CUT". A CPI da CUT não é a CPI do PT, é a CPI da CUT. Na medida em que os Parlamentares do PT procuram afirmar que a CPI é uma CPI para o PT, a bem da verdade, temos uma espécie de confissão prévia daquilo que é denunciado ou insinuado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Agora, eu gostaria que nos ativéssemos ao fato em si.

O SR. PAULO RAMOS - Eu vou me ater, e gostaria de contar com a mesma tolerância que V. Exª teve...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não. Eu procuro usar sempre a mesma.

O SR. PAULO RAMOS - Eu sei disso. É por isso que estou só lembrando; sei que contaria.

Mas a CPI da CUT decorre do esforço desenvolvido pelo Partido dos Trabalhadores para que a questão chamada "Pau Brasil", em São Paulo, fosse investigada. Ninguém argüiu, naquela época, que a ação do PT, esperando um aprofundamento das investigações da questão Pau Brasil, fosse uma questão eleitoreira em São Paulo, na medida em que o principal acusado de envolvimento na questão Pau Brasil é um Prefeito eleito pelo voto popular. Ninguém ousaria, naquele momento, afirmar que o procedimento do PT tinha um cunho eleitoreiro. Mas sempre que surge qualquer divergência em relação ao Partido dos Trabalhadores, a invocação para fazer a defesa é de que tudo tem cunho eleitoreiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem o direito de tratar da matéria, porque o Deputado Mercadante atribuiu isso.

O SR. PAULO RAMOS - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Mas eu gostaria de voltar ao mérito, para que o assunto... **(inaudível)**

O SR. PAULO RAMOS - Eu vou agora entrar no mérito. O Deputado Luiz Salomão fez afirmações e reiterou as afirmações feitas, fazendo uma correção, dizendo que o acordo que teria havido ou o acordo que houve, na afirmação de S. Exª, era um acordo muito mais amplo - porque há o esclarecimento, hoje -, era um acordo não só que envolvia a

liberação de depoimento ou de ter quebra de sigilo bancário da Deputada Roseana Sarney, mas que envolveu também a não instalação da CPI da CUT. E, por outro lado, ainda trazendo implicações - segundo as afirmações de S. Exª, com quem falei ontem -, uma espécie de colaboracionismo, para viabilizar a Revisão Constitucional.

De qualquer maneira, são as afirmações do Líder do meu Partido, e tenho certeza absoluta de que o Deputado Luiz Salomão, pelo nome e pela tradição que tem, não só no PDT, mas no exercício do mandato no Congresso Nacional, é um homem reconhecido como responsável e não faria afirmações levianas. Portanto, as afirmações do Deputado Luiz Salomão têm um conteúdo político a ser analisado, mas não pelo seu aspecto eleitoreiro. Porque, se assim formos considerar, todo o procedimento nesta Casa ou todo procedimento de qualquer partido político poderá ser interpretado como procedimento eleitoreiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado. Ouço o Senador Ney, que irá tratar do mesmo assunto, porque vou passar ao esclarecimento.

O SR. NEY MARANHÃO - Sr. Presidente, justamente complementando as palavras do Deputado Aloizio Mercadante, quero botar os pingos nos "is" nesse episódio.

Sr. Presidente, eu tinha a idéia, naquele momento, quando aventou-se a hipótese de ser convocado o ex-Governador Miguel Arraes, de exatamente fazer uma colocação, e o Deputado Aloizio Mercadante antecipou-se a mim nessa colocação. Mas eu é que deveria ter feito essa colocação, antes do encerramento da reunião. Quando o Deputado acabou de falar, pedi a palavra, mas imediatamente o nosso ilustre Presidente, naquele momento, encerrou a reunião, e eu não quis, de maneira nenhuma, tumultuar. Quero dizer, com a autoridade que tenho, porque não costumo... Primeiro, não é porque o ex-Governador Miguel Arraes está lá em cima nas pesquisas que vou adular S. Exª; por costume, nunca adulei macho. Mas, não é o jeito do ex-Governador Miguel Arraes aquela maneira de pedir votos, de pedir dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pela biografia de V. Exª, V. Exª é adulado.

O SR. NEY MARANHÃO - Pode ser, mas, adular, só adulo D. Lucy, que mandou por dez meses a marmita para mim na detenção.

Sr. Presidente, a colocação do Deputado Aloizio Mercadante, sobre a inoportunidade de se convocar o ex-Governador naquele momento, está correta! Porque isso seria apenas um palco ou um constrangimento de um homem por quem todos temos respeito, no Brasil e em Pernambuco. Poderia até S. Exª ser culpado, mas há inoportunidade, porque, se era para convocar, deveria ter sido no início; quebrar o sigilo bancário, examinar suas contas e termos condições, aqui, de fazer as perguntas.

Então, dentro deste ponto de vista, estou solidário, em ponto, vírgula e cedilha, com o Deputado Aloizio Mercadante. Não estamos aqui para fazer palco, estamos aqui para... A função que o povo brasileiro nos delegou e a seriedade que ele espera de nós, neste momento, é para investigar, e não fazer palco nem política eleitoreira.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Vice-Presidente.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, pedi a palavra exatamente porque estava presidindo a reunião no momento em que houve a decisão da Presidência, através do Vice-Presidente da Comissão, a respeito de requerimento verbal apresentado na reunião pelo nobre Deputado Maurício Najar, que pedia a convocação do ex-Governador Miguel Arraes.

E na Presidência entendi que havíamos aprovado um critério inicial e que deveríamos nos orientar por critérios; que estávamos chegando ao final da fase de instrução e que, em decorrência disso, nós só poderíamos tomar novos depoimentos se votássemos preliminarmente um requerimento de modificação de critério aprovado.

O Senador Ney Maranhão tem toda razão. S. Exª estava efetivamente pedindo a palavra e já estávamos entrando no horário destinado à tomada do depoimento do Deputado Anníbal Teixeira. Entendi que o assunto estava esgotado, devidamente analisado. Encerrei a reunião e assumo inteira responsabilidade por isso.

Hoje, inclusive, há um editorial no jornal **O Estado de S. Paulo** narrando o que ocorreu com relação à participação do Deputado Maurício Najar e a minha participação, e no que diz respeito à informação, o jornal está absolutamente correto. O Deputado Maurício Najar efetivamente requereu que fosse submetido à votação; entendi que isso modificaria os critérios anteriormente aprovados; não submeti à votação e estou muito à vontade, porque pertenço a um Partido político onde todos os Deputados Federais, meus colegas de Bancada, incluídos no critério, sentaram nessa cadeira, aqui ao meu lado. Não teria por que proteger ninguém.

É legítima a postulação do parlamentar de que um ou outro parlamentar, ou uma outra pessoa mencionada, seja ouvido. À Mesa incumbe dirigir os trabalhos. E naquele momento entendi, sem o objetivo de proteção a ninguém - que quebraríamos nossos critérios se votássemos um requerimento individualizado, fora daquilo que a Comissão havia decidido.

Com relação à Deputada Roseana Sarney, não havia nenhum requerimento para que o assunto e a convocação fossem votados. Como V. Exª não estava no momento - e foi em reunião reservada - faço questão, agora, de prestar este depoimento, assumindo a responsabilidade e dizer que o editorial do **Estado de S.Paulo**, no que diz respeito à parte que descreve os fatos, está absolutamente perfeito. A minha decisão foi exatamente a

mencionada pelo jornal, e o seu juízo crítico é um direito da imprensa, num processo democrático. É a informação que eu queria prestar, Sr. Presidente.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, só para dar uma informação, porque fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Também estou ávido para dar uma palavra, porque estou na berlinda, como se diz no Pará.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Só para dar um esclarecimento, talvez possa ajudar.

Naquele momento, quem presidia era o nobre Deputado Odacir Klein.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com grande eficiência, e eu posso dar o meu testemunho.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu queria fazer uso da palavra, porque até agora estou silente.

Primeiramente, eu gostaria de esclarecer que jamais passou pela minha cabeça que pudesse existir qualquer tipo de acordo ou conluio; tanto o é que o meu requerimento foi verbal.

Segundo, eu já havia manifestado minha posição no sentido de apoiar a vinda do Deputado Miguel Arraes, porque penso que S. Exª deve uma satisfação não apenas a esta Comissão mas também ao País. Porém, eu tinha absoluta certeza de que alguém faria esta colocação. Quando percebi que a reunião terminaria e eu não havia trazido o requerimento, por escrito, comecei meu pronunciamento - e agora quero o testemunho, cada um se recorda - comecei o meu depoimento, dizendo que eu tinha conhecimento dos critérios da Mesa; apenas entendia que se o percentual era o fator para se convocar alguém, por que não uma quantia fixa? Fiz essas indagações.

Peço ao nobre Deputado Odacir Klein que concorde ou não com esta afirmação que farei. Eu estava expondo o meu pensamento, de que, até por eqüidade, deveria o Deputado Miguel Arraes prestar esses esclarecimentos, quando V. Exª perguntou se eu formalizaria o requerimento por escrito. Respondi-lhe que o faria. Naquele instante, o Deputado Aloizio Mercadante fez a sua colocação, acabando por generalizar.

No entanto, hoje, leio, também, com surpresa, que o Deputado Luiz Salomão disse que toda a confusão foi por ele ter aditado esse meu requerimento, pedindo o depoimento de Roseana Sarney. Peço o depoimento de todos aqui presentes; nunca houve isso. Está na palavra de S. Exª.

Depois que V. Exª, nobre Deputado Odacir Klein, deu essa decisão, fui indagado, pelo Deputado Roberto Rollemberg - S. Exª havia citado várias vezes essa matéria - sobre minha pretensão em insistir ou não nessa matéria que S. Exª já havia citado várias vezes. Disse-lhe - peço licença para repetir aqui - pelo respeito e admiração que tenho pela Mesa, muito mais que isso, pela perfeita e absoluta convicção. Ninguém, até hoje, ouviu-me fazendo um elogio a esta Comissão; todavia, sinto necessidade de fazê-lo. Se não fosse o equilíbrio, a energia e honradez da Mesa, não teríamos feito essa travessia, nem na margem teríamos chegado. Por isso, Deputado Roberto Rollemberg, a decisão da Mesa transita em julgado. Não volto mais a este assunto. E só o faço, agora, porque, infelizmente, ele desencadeou o que eu não queria. Era uma reunião nossa; fiz uma exposição verbal e continuo com o mesmo ponto de vista, que irá comigo. Pessoas de muito menos relevância sentaram ali para dar explicações, como o Deputado Roberto Jefferson. Mesmo que fosse para dar um esclarecimento, sem incriminar - nunca conversei com o Miguel Arraes, mas dou o meu testemunho de que jamais ouvi dizer que houvesse qualquer tipo de conluio; segundo, não vim preparado para isso, tanto é que o requerimento foi verbal. Dentro de uma reunião é o que chamo de administrativa.

Por isso, sinto necessidade, neste final, de fazer uso da palavra, até mesmo em homenagem a V. Exª e aos Membros da Mesa. Saio daqui gratificado por saber que, com todas as incompreensões que esta Mesa tem tido, sem ela não teríamos chegado onde estamos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Sr. Roberto Franca pediu a palavra primeiro; depois, o Deputado José Genoíno; depois, o Deputado Aloizio Mercadante; depois...

O SR. ROBERTO FRANCA - Senador Jarbas Passarinho, sabendo que V. Exª deve pronunciar-se no final, e a prioridade do caso é apenas para uma informação. Toda esta celeuma começou com uma reunião na Subcomissão de Emendas da qual fazia parte e estava presente.

Eu gostaria de dar um depoimento que já foi esclarecido pelo Coordenador: surpreendem-me as declarações do Deputado Luiz Salomão, uma vez que, naquela ocasião, a sua recomendação para a cassação do mandato da Deputada Roseana Sarney foi votada por 8 a 1 contra, pela falta de critério, e apenas um Deputado do PT se encontrava presente. Na verdade, se acordo houvesse naquele sentido, o acordo envolveria não apenas o PT e o PC do B, que tinha um Membro. Havia o Senador Cid Sabóia de Carvalho, do PMDB; Deputado Sérgio Miranda, do PC do B; Deputado Sigmaringa Seixas, do PSDB; o Deputado Fialho, do PFL; o Deputado Maurício Najar, aqui presente, do PPR; eu, Deputado Roberto Franca, do PSB; o Deputado Costa parece-me que também estava presente.

A reunião estava reunida por 8 votos contrários e havia um Parlamentar de cada Partido desta Casa.

Essa interpretação dada pelo Deputado Luiz Salomão é completamente descabida, não só porque não houve entendimento prévio sobre a matéria como também porque representa 8 partidos da Casa que estavam naquela Subcomissão.

A votação foi um entendimento que atendeu aos critérios estabelecidos pela Mesa, com respaldo da Comissão Plenária. De forma que as interpretações do Deputado Luiz Salomão não têm sentido com relação a nenhum tipo de entendimento político e, muito menos, com relação a outras matérias que estavam em tramitação na Casa.

Agradeço a V. Exª a gentileza!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª se restringe ao problema da votação de 8 a 1. Não vou entrar nessa discussão, se a partir daí ou não que o Deputado Luiz Salomão faz as suas declarações. Vou chegar ao final com uma observação minha e peço ao Deputado José Genoíno que seja breve; depois, o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Serei muito breve, Sr. Presidente. Apenas para dizer a V. Exª, perante a Comissão, que reafirmo toda a minha declaração de ontem, dizendo que é mentira!

As demais partes, que não vou dizer agora, espero dizer na presença do Deputado Luiz Salomão.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É o melhor.

Deputado Mercadante, para concluirmos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Também vou aguardar o Deputado Luiz Salomão para poder aprofundar este debate. Mas acho que, pela gravidade das suas denúncias, S.Exª deveria estar hoje na CPI, pelo menos enfrentando o debate com transparência, porque isso não se repõe depois na imprensa.

De qualquer forma, feita esta advertência, eu gostaria de dizer que é verdade o depoimento do Deputado Maurício Najar. Em nenhum momento daquela reunião foi levantada a questão de Roseana Sarney; por sinal, em nenhum momento, em nenhuma reunião de 90 dias de trabalhos desta CPI.

Por último, eu só gostaria de dizer o seguinte: quando foi levantada a discussão, a questão do Deputado Miguel Arraes, o meu argumento foi o objetivo. E nunca me pronunciei sobre Roseana Sarney. E nem impus a esta CPI qualquer critério. É só ler o relatório que fiz para o Senador José Paulo Bisol ou que fiz com o Senador Francisco Rollemberg e Deputado Moroni Torgan.

Não há critérios, **a priori**, definidos pela diligência de que participei. Toda a documentação foi entregue, e destacamos o alerta para que o levantamento fosse feito por cada uma das Subcomissões; e foi assim.

Eu disse o seguinte: a 4 dias de terminar a CPI, quebrarmos os sigilos bancário e fiscal de quem quer que seja, sabendo que não poderemos dar um parecer porque demora pelo menos 15 dias para a documentação bancária chegar, ou para fazer uma análise patrimonial, ou para fazer uma análise em relação às emendas, ou verba de subvenção, considerando que não há, portanto, como dar o parecer. Estaremos jogando no limbo qualquer Parlamentar que comece a ser investigado, quando estamos terminando o processo de investigação. Só se justifica a quebra dos sigilos bancário e fiscal para concluir o trabalho e não para iniciar uma nova investigação.

Aí, fiz a advertência: aquele documento do Deputado Miguel Arraes, em que há outros vários Deputados mencionados, ou seja, toda a documentação foi entregue a cada uma das Subcomissões há mais de 40 dias. Manchetes dos principais jornais do País levantaram esta questão naquela oportunidade. E nenhum Parlamentar apresentou requerimento por escrito, em nenhum momento do processo.

Então, independentemente de quem fosse, não poderíamos quebrar os sigilos bancário e fiscal sem podermos colocar no relatório qualquer parecer sobre o nome.

E vou dizer mais: em relação ao critério de porcentagem e de valor - fiz uma leitura cuidadosa e, no balanço final da CPI, vou apresentar -, não é só o Deputado Miguel Arraes que ficou de fora, infelizmente. As subcomissões não foram devidamente, talvez, cuidadosas na análise do material e da documentação e outros nomes foram esquecidos nesse processo por todos os 44 membros da CPI e outros militantes que tinham direito de acesso às informações por todos os partidos políticos desta instituição.

Acho que fomos rigorosos, cuidadosos. Mas, ainda assim, cometemos omissões e, às vezes, inclusive talvez excessos. Faz parte do processo da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Bom, agora eu gostaria de pedir a palavra. Eu gostaria de pedir aos meus ilustres Colegas que me ouvissem por um momento.

Creio que foi uma quarta-feira, muitas quartas-feiras, quando o Deputado Aloizio Mercadante e o Senador José Paulo Bisol chegaram ao meu gabinete preocupadíssimos com a documentação que tinha sido apreendida na residência de um Diretor da ODEBRECHT.

Naquela altura, parecia tudo perdido; comprometida a CPI, comprometido o Congresso. Então, o Deputado Aloizio Mercadante me perguntou se eu gostaria de ver os documentos. Eu disse a S. Exª que não, que não gostaria. Fiquei tão abalado que eu não gostaria de ver os documentos. Mas que eles me dariam um relatório, o Deputado e o Senador.

O Senador José Paulo Bisol pediu que o relatório, em vez de ser logo nas primeiras horas da manhã, fosse ao meio-dia. Fiquei esperando o relatório e vim para cá.

Às 10h ou pouco mais, o Senador Pedro Simon vai ao meu Gabinete e diz:

- Estou sendo convidado para ir ao apartamento do Senador José Paulo Bisol. Fui convidado pelo Lula.

Eu disse:

- Lula? - Lula, para mim, hoje, evidentemente, seria o Presidente do PT.

Ele disse:

- Não, é o Lula jornalista que me fez o convite, da revista **Veja**.

Eu disse:

- Fez um convite?

- É, fez um convite para eu ir à residência.

Então, estranhei, salientando que seria para analisar os dados da ODEBRECHT, o que me causou grande estranheza.

Às 11h, a Exmª esposa do Senador José Paulo Bisol me telefonou convidando-*me, em nome do Senador, para ir ao seu apartamento.* Sabendo do que se tratava, pela informação do Senador Pedro Simon, eu disse que iria. Chegando lá - estou falando diante de duas testemunhas: os Deputados Mercadante e Genoíno -, encontrei um grupo de notáveis Parlamentares e ainda a presença desse jornalista. Encontravam-se os Deputados Miro Teixeira, Nelson Jobim, José Genoíno, Aloizio Mercadante, o hospedeiro, que era o Senador José Paulo Bisol, e não sei se esqueci algum!

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Mário Covas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, quando cheguei, não.

Ao chegar, tive até um aborrecimento com o jornalista que sempre me tratou muito bem, porque não entendi a presença dele ali em hipótese alguma. Fui áspero e ele, felizmente, entendeu, posteriormente, a minha aspereza.

Quando esse assunto foi ultrapassado, lembro-me bem que o Deputado Aloizio Mercadante fez uma exposição. E, nessa exposição - é daí que a minha lembrança se fixa e vejo pela nota aqui que ela pode estar equivocada numa ligeira passagem -, as matérias eram *diferentes: matérias onde havia uma indicação claríssima* de nomes com referências numéricas; matérias em que havia apenas indicações nominais com emendas, referências de emendas; matérias que correspondiam a um grosso volume de brindes distribuídos e matéria correspondente à campanha.

Fiquei silente enquanto todos falaram. Quando o Senador Bisol pediu a minha palavra, eu disse que apoiava a sugestão que estava sendo feita ou que acabara de ser feita pelo Deputado Aloizio Mercadante, que, no meu entender, era esta: não devíamos nos deter no problema de brindes que, inclusive, eram extremamente abrangentes, com um grande número de pessoas que nada tinham com o parlamento; não deveríamos levar em consideração problema de campanha, porque seria realmente algo que todos sabemos, quando não somos insinceros, que praticamente ninguém faz campanha tirando dinheiro apenas do bolso, têm amigos que auxiliam, têm organizações que auxiliam, depende aí de cada um. O problema aí é muito mais complicado e que nos deteríamos, com prioridade, em cima da linha dos nomes que tinham referências numéricas. E nisso disse que eu estava de acordo como que tinha ouvido para a proposta, que assim entendia, do Deputado Aloizio Mercadante, e retirei-me.

Antes de retirar-me, chegaram o Senador Mário Covas e o Deputado Sigmaringa Seixas. Tenho absoluta certeza de que assim foi.

De modo que eu saí de lá e não tive o resultado final, mas interpretei que isso não ia ser, como foi dito há pouco, um critério da Mesa, não! Seria um critério que traríamos para a CPI.

Portanto, o que não posso, diante disso, é aceitar esta manchete do **JORNAL DO BRASIL**:

"PT ARTICULOU ACORDO COM O SARNEY"

Embaixo:

"...Passarinho confirma Salomão e diz que Mercadante sabia quem seria beneficiado."

Repilo isso. Não é honesto! Não é honesto, em hipótese alguma esse tipo de conclusão que se tira aqui de ilação, porque não confirmei. Para confirmar: "Salomão teria dito que o PT fez um acordo" e eu não disse isto em nenhum momento da minha presença aqui. E nunca fui pessoa de estar fazendo retificações de matéria jornalística. Raramente isso acontece.

O que não posso, entretanto, é assumir aquilo que não digo e aquilo que não disse.

E ainda diz mais o jornal:

"...Na opinião de Passarinho, ao fazer a sugestão, Mercadante sabia que estava livrando da CPI, porque ele e o Senador José Paulo Bisol haviam analisados os documentos apreendidos na casa de Aílton Reis..."

Ora, se cabe aqui um testemunho, nesta noite, em que fui procurado pelos dois parlamentares que citei - o Senador José Paulo Bisol e Deputado Aloizio Mercadante, nenhum dos dois fez referência a retirar o nome de fulano ou de beltrano; mais ainda, o Senador Bisol chegou a dizer: "É grave o que vimos, é grave o que temos, e atínge pessoas do meu Partido". Ainda chegou a dizer isso! Estava presente aqui o meu amigo o vice-Presidente.

A minha mágoa proveio apenas do seguinte: é que quando saímos da reunião - insisto - o Deputado Aloizio Mercadante ainda perguntou se eu queria ver os documentos e eu disse que não, combinamos para o meio-dia e guardamos os quatro - e ainda foi uma proposta: os quatro ficaram em silêncio sobre esta matéria -, guardamos voto de silêncio. De maneira que a minha mágoa foi, evidentemente, verificar que depois isso se transformou numa reunião particular na residência do meu amigo, Senador Bisol. Isto sim.

Agora, o que está aqui, nego peremptoriamente. Em momento algum terei declarado, primeiro, que confirmei o que o Deputado Salomão disse. E o Deputado saberá

disso, logo, peço ao Deputado Paulo Ramos que lhe comunique, porque S.Exª não é o responsável pela manchete do jornal, tampouco por essa outra matéria que diz que naquele momento eu sabia que estavam retirando essas duas pessoas.

Essa é a minha declaração.

Agora, para concluir, acho, meu caro Deputado Paulo Ramos, tenho grande apreço pelo seu Líder, mas acho que isso causou um grande mal estar ao fim do nosso trabalho. Vínhamos nos mantendo, com divergências desta ou daquela natureza, nunca vitais, e, a partir deste momento, a CPI fica sob um ângulo que eu diria de ataque que fere, porque pega a todos nós. Por que estamos aqui dando explicações todos nós?

Sabemos que há jornais, isto sim, falei sempre, em relação ao ex-Governador Miguel Arraes e à Deputada Roseana Sarney, que há, em relação a ambos, sempre houve, por parte de uma certa parte da imprensa, a idéia de que ou ouvíamos ou não teríamos cumprindo o nosso dever. Antes de vir para a reunião aqui, que depois foi presidida - como sempre, com o maior critério - pelo Deputado Odacir Klein - era dia 11, dia do meu aniversário, vou guardar isso bem -, dia 11, eu vim ao Congresso e, no Congresso, ouvi de duas pessoas, que não vou citar os nomes: uma me chamou de lado e disse assim: "Se vocês não chamarem o Arraes e a Roseana, a CPI de vocês não vai valer nada". Exatamente um outro, também muito expressivo na sua carreira de líder e de político, me disse: "Se vocês chamarem, vocês vão cometer um grande erro, porque isso não é mais hora de chamar, isso vai ser uma questão apenas a dar satisfação a certas intenções externas e que não têm cabimento".

Eu gostaria de propor logo. Só vou tornar ostensivas as notas taquigráficas da reunião, como V. Exª pediu. As notas taquigráficas vão dizer.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Eu só queria fazer um único comentário, pelo seguinte: Também fui convidado para aquela reunião na casa do Senador Bisol, e quando cheguei lá estavam todos esses parlamentares mais Sigmaringa Seixas, depois o Pedro Simon chegou...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É verdade, o Pedro Simon também chegou.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... e o Adylson Motta, da Câmara. Além de todos que já foram mencionados: Miro Teixeira, Nelson Jobim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Logo que o Adylson chegou, eu já estava saindo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Nós, eu e o Senador Bisol, apresentamos a documentação e mostramos: "Olha, tem uma lista grande de parlamentares envolvidos, há documentos específicos - inclusive, não tivemos sequer condições de ler todos os documentos -, mais alguns que são preocupantes pela leitura que possam ter". Apresentamos ao grupo. Houve diversas propostas que não quero retratar.

Para mim, aquela reunião não tem o valor oficial da CPI. E não foi ela que determinou o critério que cada parlamentar poderia fazer nesta CPI; e não consta das Atas da reunião reservada nenhuma orientação nesse sentido. Mas nós vamos pegar as Atas e vamos lê-las. Agora, peço a lembrança do Senador Mário Covas no processo. O Senador Mário Covas pegou aquele documento que menciona vários parlamentares, inclusive o nome dos Parlamentares Miguel Arraes, o Relator Roberto Magalhães, José Múcio, Marco Maciel, Lavoisier Maia, Jutahy Magalhães, Roberto Freire etc., todos aqueles parlamentares que estão mencionados, e disse o seguinte: "Este documento diz respeito à campanha de 94. Em 94, a legislação permite o financiamento de campanha. Em segundo lugar, é uma intenção de apoio de campanha. E é um documento unilateral. A CPI não deve julgar intenções, nem partir de uma relação unilateral, a princípio. Diferentes de outros documentos que estão aqui, que fazem menção a emenda aprovada pelo Congresso, pelo Orçamento, e que tem uma porcentagem ou um valor anexo que precisa ser esclarecido, por fato ocorrido com o dinheiro público e no processo de coisa..." Quer dizer, essa ponderação em relação àquele documento.

E houve - e aí também peço a V. Exª - unanimidade na interpretação que foi apresentada. Foi apresentada essa interpretação da leitura do documento, como uma intenção de apoio. Houve unanimidade. Independentemente do que aconteceu naquela reunião, o relatório que eu assinei, do Senador José Paulo Bisol, não faz nenhum tipo de interpretação de nenhuma natureza. É absolutamente objetivo: que tenham cuidado de olhar circunstâncias, o contexto, a vinculação com porcentagens etc. E foi isso o que foi dito no microfone, quando apresentamos, e foi encaminhado a todos os parlamentares, para terem acesso à documentação...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa parte é discutível.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - ... e pedir a quebra do sigilo bancário e fiscal de qualquer um dos nomes. Então, mesmo assim, quero lembrar o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu quero lhe pedir apenas que procure localizar, para verificar se quando o Senador Mário Covas falou isso eu ainda estava na sala.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Estava, porque foi antes de eu falar. E eu, depois, fiz uma proposta de encaminhamento, porque houve uma outra proposta...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu ouvi todos, e, no fim, me aliei a sua colocação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É porque a outra proposta diz o seguinte: não vamos divulgar os documentos. Eu falei: "O relatório vai contar os documentos, mas vai criar confusão na imprensa, porque cria confusão, e vamos ter que

enfrentar esse debate público". E na sugestão que nós fizemos havia unanimidade, naquela sala, e não na CPI, sobre a interpretação apresentada de que aquele documento não procedia. Agora, isso não tem nada a ver com a decisão que cada parlamentar tomou. E quem discordasse da interpretação e quisesse outra teria o direito, durante 40 dias, de apresentar requerimento de quem quer que seja; se não o fez, talvez por não ter podido ler com cuidado ou por qualquer coisa, pelo volume de trabalho que tivemos, é compreensível. Mas do que eu discordava, não era do critério; é que ao final da CPI, quebrarmos sigilo bancário de um nome, sem termos condições de apurar, investigar ou relatar, é absolutamente indevido.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu gostaria de dar um aviso aos Colegas aqui, se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vamos ouvir o Relator porque às quatro horas teremos nova reunião. Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu queria dizer aos nobres Colegas, porque pode ser que à tarde não haja uma oportunidade como esta. Convidei os quatro coordenadores para colaborarem comigo no fechamento do meu relatório. Isso não exclui a contribuição de outros companheiros.

Já recebi excelentes contribuições, tenho inclusive alardeado, porque acho bom que se saiba que este é um trabalho solidário; recebi-as, por exemplo, do Deputado Luiz Salomão, do Deputado José Genoíno, enfim, do Deputado Luiz Máximo. Solicite e estou esperando as contribuições do Senador Elcio Alvares.

Quero dizer a todos que estou aberto ao diálogo; até agora não houve proposta que ficasse rejeitada; ou foi em parte ou no todo aceita.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se o meu ilustre amigo me permite e não julgar inconveniente, devo dizer também que li matéria, hoje, às pressas, que dissipara que será jogada política de Pernambuco que o Deputado Roberto Magalhães seria o candidato com maior possibilidade de enfrentar.

Nunca o Deputado Roberto Magalhães me falou sobre qualquer assunto referente a Miguel Arraes.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Apenas para ser fiel a esta informação, quando o Deputado Odacir Klein acabou de dar a sua decisão de que não iria receber o requerimento, imediatamente, no mesmo momento, o Deputado Roberto Magalhães falou que era sua posição.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu que jamais me havia pronunciado, porque sendo Miguel Arraes o meu adversário, achava que a minha posição teria que ser de equidistância. No entanto, achei tão inoportuna aquela proposta de ouvir Miguel Arraes e talvez também a Srª Deputada Roseana Sarney, que fiz questão de me pronunciar, porque, como disse o Deputado Aloizio Mercadante, não havia mais tempo para nada.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Estou evitando falar, mas não é isto. O que pedi foi um esclarecimento, não precisava quebrar sigilo bancário de ninguém; ele apenas teria que vir, como vieram tantos, porque o problema dele era uma ajuda eleitoral, por ser homem de confiança, como estava no Relatório; não era necessário quebrar sigilo bancário nenhum. Eu não estava querendo entrar neste mérito, mas se não falasse isto agora, fica sempre esta imagem de que pedi fora de hora, sem nenhuma possibilidade. Dava, sim!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Seria apenas, como disse o Deputado Odacir Klein, Deputado Maurício Najar, uma quebra de critério, e vou até mais longe. Quero chamar a atenção do Deputado Aloizio Mercadante, talvez S. Exª não saiba, e V. Exªs não saibam - naturalmente o Senador Mário Covas eu lastimo não ter lembrado disto, porque eu estava em uma situação um pouco ressentido com o que estava havendo. Quando cheguei lá houve um Deputado que, logo, de saída, disse que fumava e que iria fumar duas carteiras de cigarro, porque uma só era pouco diante do que já havia lido; eu não sabia de nada, até então. Isto me magoou.

O fato não é só futuro. Afirmo a V. Exªs que há coisas passadas, o que me fez perguntar ao Deputado Roberto Jefferson, sendo S. Exª uma pessoa da mais alta qualificação moral para mim, que ainda me disse assim: "Por isto mesmo eu renunciei a uma candidatura, porque estavam usando o meu nome para obter dinheiro, e esta candidatura foi anterior."

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu não havia terminado e queria dizer que este meu convite ao diálogo vale especialmente a V. Exª e ao Vice-Presidente, Odacir Klein, que estando todos os dias comigo, por uma questão de postura ética, jamais me fizeram qualquer pergunta ou abriram qualquer janela para uma conversa a respeito do parecer, nem sequer sobre a forma, sobre um ângulo que seja formal do parecer.

Não dispenso esta colaboração dos dois. Finalmente, quero dizer o seguinte, meus amigos: Pernambuco é um Estado **sui generis**. Esta CPI não vai me dar votos em Pernambuco; vai me tirar votos. Podem fazer uma consulta às pesquisas. Tenho certeza de que o Senador Jarbas Passarinho, que não precisava mais e a esta altura deve ter ganho muitos pontos no seu Estado, o Senador José Paulo Bisol também, segundo as pesquisas, dizem que ganhou; em Pernambuco, eu não ganhei, nem vou ganhar, e deverei perder, porque quando se toma a atitude que tomei, agora, de não atender nem a um lado nem a outro, perdem-se os dois.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A sua posição é a mais delicada de todos e a mais importante.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E outra coisa, eu não disse, pois já tivemos tantos problemas. Entreguei ao Senador Jarbas Passarinho, há mais de quinze dias, uma carta com um tanto assim de publicações de jornais, com fita cassete, mostrando a

maneira canalha como eu estava sendo tratado na imprensa de Pernambuco; os meus adversários esperando a hora de dizerem, ou pediu a cassação de Fiúza porque foi pressionado por nós, mas foi mau amigo; ou então, pediu a absolvição, fugindo aos seus deveres e para cumprir, quem sabe, uma jogada ensaiada e premeditada. Eu os frustrei, tirei o tapete deles, não vou julgar Ricardo Fiúza, mas eles já estão falando mal de mim e basta ler, ontem, Dora Kramer.

Se o Deputado Fernando Lyra, de Pernambuco, pelo PSD, que tinha dito antes que eu só seria macho se cassasse, agora já disse ontem: "Não teve coragem moral de inocentar Ricardo Fiúza". Antes era o desafio para cassar, agora é o desafio de não ter cassado.

Bom, isso é um assunto da Província, nós temos coisas muito relevantes para fazer, acho que temos uma missão na qual não podemos falhar.

Sr. Presidente, eu vou sair desta CPI aprendendo mais aqui do que nos três anos de Câmara e uma das constatações que faço é que a União Federal é uma órfã, ninguém a defende.

Chegamos aqui supostamente como representante do povo brasileiro, mas não defendemos o povo brasileiro e sim os nossos rincões, não digo currais, enfim os interesses paroquiais. Acho que esta CPI pode não mudar, mas iniciar um processo de reversão para que o povo brasileiro eleja Deputados que sejam Federais, e não Vereadores que vêm para cá tratar de assuntos municipais.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu pensava que íamos concluir, mas, depois de V. Exª. estou vendo que o Senador Eduardo Suplicy também parece que deseja tomar a palavra, e, nós, às 16h, estaremos aqui de novo.

Apenas acho que o Deputado Roberto Magalhães tem razão quando diz que Pernambuco é **sui generis**, e lembremos da convocação...

O SR. NEY MARANHÃO - A árvore do Deputado Roberto Magalhães, em Pernambuco, é muito frondosa e aqueles que têm inveja do Deputado jogam pedra, mas não atingem S. Exª, não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu também creio que S. Exª não vai sair perdendo nisso, porque quem tem a conduta que S. Exª tem só pode ter evidentemente o aplauso dos bons.

O SR. NEY MARANHÃO - Tenho um conceito da maior do povo de pernambucano.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª me interrompeu duas vezes e eu lhe agradeço. Mas, de qualquer maneira, se perdeu votos e deve perder-se votos de quem não merecia votar nele.

Ouço V. Exª e peço que nós cheguemos ao final, nós estamos a uma hora e tanto aqui.

O SR. PAULO RAMOS - Sei e sei até que é supliciante. Vinícius de Moraes diz que as mulheres são muito estranhas, a política talvez seja feminina.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ele tinha razão porque, parece-me, casou sete vezes.

O SR. PAULO RAMOS - Sim, casou sete vezes. Ele conhecia bem a alma feminina e a política é muito estranha. Nós verificamos o seguinte: quando do surgimento do dossiê da ODEBRECHT, alguns parlamentares, sem que os próprios membros da CPI tivessem conhecimento dos documentos, chegaram a procurar a área militar. Na época, os próprios não reconheceram que aquele procedimento criava uma dificuldade para o próprio Congresso Nacional e talvez para a própria afirmação da democracia, sem que os setores militares tivesse sequer requerido.

Agora, há bem pouco tempo, o Senador Eduardo Suplicy, juntamente com o Senador Paulo Bisol, se eu não engano, fez publicar no Jornal **O Estado de S. Paulo** uma relação de 127 parlamentares que teriam, após a votação do Orçamento, aprovado emendas.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Senador Paulo Bisol diz que da parte de S. Exª não partiu, de modo nenhum, e o Senador Eduardo Suplicy já deu explicações sobre isso.

O SR. PAULO RAMOS - Mas sei. Mas há um detalhe que foi revelado depois: ao fazer a relação, segundo denunciou o Deputado Liberato Caboclo, houve a supressão de nome do PT daquela relação. Só para dizer como a política é muito estranha.

Entretanto, aquele procedimento não foi sequer analisado e nem considerado como pernicioso à própria imagem da CPI. Mas a política é tão estranha que tentaram agora, há uma tentativa na busca, talvez, de uma aliança política maior, confrontar o depoimento do Deputado Luiz Salomão com o PSB e com o Miguel Arraes, quando, se a proposta do Deputado Maurício Najar tivesse sido preservada na sua integridade sem a inclusão do nome da Deputada Roseana Sarney, talvez o Plenário tivesse votado e aprovado nos moldes propostos pelo Deputado Maurício Najar.

E a questão política, constatamos que se houve algum partido que tomou a iniciativa de criar condições para que o Deputado Miguel Arraes não fosse convocado, certamente foi o PDT, pela iniciativa do Deputado Luiz Salomão, quando fez a inclusão.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, de qualquer maneira...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa inclusão não houve.

O SR. PAULO RAMOS - De qualquer maneira, Sr. Presidente, peço paciência para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - E eu vou pedir permissão para encerrar a reunião.

O SR. PAULO RAMOS - Vou concluir, dizendo o seguinte: que esperemos o Deputado Luiz Salomão na segunda-feira para que S. Exª possa, certamente, fazer as afirmações sobre a entrevista que ele deu. E que não ajamos aqui com um certo prurido, entendendo que o procedimento do Deputado Luiz Salomão pode trazer qualquer mácula para a CPI, porque certamente não há de trazer. E, isso, já houve várias tentativas de se fazer, em fases anteriores, e mesmo assim a CPI superou.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, para solicitar uma informação. Está prevista reunião, a última, na segunda-feira e em que horário seria?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Ainda não está determinada.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu agradeceria se, até o final do dia de hoje, pudéssemos saber...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Esforçarei por fazê-lo, mas se V. Exª tem aquelas mesmas preocupações da segunda-feira passada, poderíamos fazê-la, se a fizermos, às cinco horas da tarde.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Está bem. Essa é uma informação importante.

Diante do debate aqui havido, Sr. Presidente, não precisarei responder ao Deputado Paulo Ramos, porque acredito que S. Exª estava ausente quando eu expliquei sobre o assunto, mas sobre os demais temas, segunda-feira, em princípio, teoricamente, é o último dia para ouvirmos qualquer pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não, teoricamente, não; seguramente.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Seguramente. Então, ainda ontem, no jornal **Folha de S. Paulo**, o Deputado Miguel Arraes fez um depoimento espontâneo ao jornalista Jânio de Freitas, que havia feito uma análise sobre a correção do seu procedimento ao longo de sua vida. Acho que é importante que esteja registrado que está aberta a possibilidade tanto para a Deputada Roseane Sarney, quanto para o Deputado Miguel Arraes de até segunda-feira, se o desejarem, prestarem esclarecimentos a esta CPI, tal como o Deputado Miguel Arraes colocou para o jornalista Jânio de Freitas.

É só isso que eu gostaria de registrar, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, agora pediria a palavra, infelizmente, para trazer um problema, mas tenho que fazê-lo. A fala do Senador me lembrou que não resolvemos a questão Pedro Landim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Essa eu reservei para segunda-feira.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Reservou? Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - No caso dessas duas, eu tive essa mesma idéia, meu caro Colega, e abandonei, porque não haveria mais condições de fazermos, como se disse aqui, qualquer tipo de tentativa, através de quebra de sigilo bancário, por exemplo, para saber se as declarações são ou não merecedoras de observação diante disso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não. Mas veja, Sr. Presidente, em ambos os casos, pelo que entendi, o que se queria era apenas o esclarecimento pessoal deles e ninguém requereu quebra de sigilo de um ou de outro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sim, mas se vierem explicar o assunto, ficaria a dúvida; só por terem explicado, ficaria a palavra deles sem possibilidade qualquer de averiguação. Eu acho que este assunto deve estar é morto. Desculpe-me.

Está encerra a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h09min.)

Depoimento do Sr. Henrique Hargreaves

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Declaro aberta a presente reunião que tem por finalidade precípua ouvir o Ministro Henrique Hargreaves.
O Vice-Presidente vai fazer as perguntas de estilo.
O SR. ODACIR KLEIN - Qual o seu nome?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Henrique Eduardo Ferreira Hargreaves.
O SR. ODACIR KLEIN - Idade?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Cinqüenta e sete anos.
O SR. ODACIR KLEIN - Estado civil?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Casado.
O SR. ODACIR KLEIN - Residência?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Brasília, SHIS QL 14, conj. 1, casa 9.
O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Advogado.
O SR. ODACIR KLEIN - Lugar em que exerce sua atividade profissional?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Brasília.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito que todos fiquem de pé para ouvirmos o compromisso do depoente.

O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.
Ministro, a nossa praxe aqui é proporcionar ao depoente, se ele assim o quiser, o prazo máximo de uma hora para uma explanação inicial. V. Exª tem a palavra.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Sr. Presidente, apenas gostaria de esclarecer à Comissão que estive fora do Congresso de 1986 a 1990, o período que a Comissão está investigando, exercendo o cargo de Subchefe da Casa Civil do Presidente da República. Em 1991 e parte de 1992, estive em funções específicas na Liderança do PFL e, de 92 até agora, no cargo de Ministro Chefe da Casa Civil.
Agradeço a oportunidade, mas gostaria de ficar à disposição da Comissão.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o nobre Relator.
O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ministro Henrique Hargreaves, V. Exª está aqui em razão de uma referência do Sr. José Carlos Alves dos Santos dizendo que V. Exª sabia do chamado esquema das subvenções.
Recordo-me que, quando aqui cheguei para o exercício desse mandato que o povo pernambucano me outorgou, V. Exª exercia as funções de assessor no PFL - diga-se, aliás, o mais qualificado de todos, porquanto, além dos pareceres jurídicos e da elaboração de minutas de projetos, V. Exª também era muitas vezes chamado ao Plenário para, como regimentalista, orientar a Liderança da Bancada. A referência do Sr. José Carlos parece-me que está vinculada ao fato de o Líder do PFL, partido ao qual V. Exª servia como funcionário, ter sido Relator-Geral. Confesso que já fiz um esforço grande de memória e não consigo me lembrar daquela fase em que o Deputado Ricardo Fiúza foi Relator-Geral. Não sei se estava envolvido em outro trabalho - talvez a relatoria que tive sob a Presidência de Ulysses Guimarães a respeito da emenda constitucional de antecipação do plebiscito tenha me tomado muito a atenção, não sei ... O fato é que não consigo me lembrar. Então, pergunto a V. Exª sobre aquilo que a memória não me responde.

Durante o período em que o Deputado Ricardo Fiúza foi Relator-Geral do Orçamento, S. Exª continuou freqüentando o gabinete de Líder ou se afastou do gabinete?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Não. S. Exª se afastou do gabinete. Passou o exercício da Liderança ao 1º Vice-Líder, Deputado Luís Eduardo Magalhães com quem fiquei.
O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Então, é por isso que não consigo me lembrar. Ele não estava visível.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Não estava.
O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Bem, nesse período, ele teria ficado uma parte em casa, porque esse fato já foi objeto de depoimento. S. Exª. Em casa recebia pessoas, colaboradores, sub-relatores, etc.
V. Exª disse que ficou na Liderança com o 1º Vice-Líder. E o Deputado Ricardo Fiúza, durante aquela fase, foi durante alguns meses Relator-Geral?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Foi por alguns meses; parece que de outubro ou novembro em diante, alguma coisa assim.
O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Naquela fase solicitou de V. Exª algum trabalho?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Sr. Deputado, trabalho relativo à Liderança?
O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, ao Orçamento?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Não, ao Orçamento não.
O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E V. Exª alguma vez foi à Comissão de Orçamento para tratar de interesse do Partido ou da Liderança?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Sr. Relator, em trinta e um anos de Câmara, nunca atuei na área de Orçamento. Minha área de especialização sempre foi processo legislativo. Sempre atendi às Lideranças - todas as Lideranças - com que trabalhei no gabinete do Líder, no plenário e nas Comissões Técnicas. Ao Orçamento nunca fui.
O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E V. Exª, mesmo não tendo essa proximidade com a Comissão de Orçamento, e não tendo colaborado junto ao Relator-Geral, Deputado Ricardo Fiúza, mas pela grande experiência que tem das coisas do Congresso, V. Exª chegou, alguma vez, a ouvir, a sentir ou a pressentir a existência de irregularidades na Comissão de Orçamento?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Sr. Relator, desse tipo de colocação que está sendo objeto de investigação pela CPI, nunca tinha ouvido falar. Dizia-se pela

imprensa; houve discurso de Senador a respeito do Orçamento, mas o que se dizia, salvo engano, era que havia manipulação na elaboração orçamentária. Sobre esse tipo de vinculação parlamentar, nunca tinha ouvido falar.
O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - E as chamadas subvenções - hoje vejo que não somente eu, mas a grande maioria de parlamentares desconhecia - por conta de dotações globais. V. Exª chegou a tomar conhecimento da existência dessas verbas e dessas subvenções?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Não, porque, como disse a V. Exª, não tinha intimidade com a elaboração orçamentária. Embora tenha conseguido adquirir um nível, pelo menos, razoável como profissional na Casa, de Orçamento, realmente não entendo.
O SR. RELATOR(Roberto Magalhães) - Quando o Deputado Ricardo Fiúza chegou ao Ministério de Ação Social, alguma vez solicitou de V. Exª algum tipo de colaboração?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Não.
O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nenhuma?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Nenhuma.
O SR. RELATOR(Roberto Magalhães) - E V. Exª, conseqüentemente, não sabe como, nem por que alguns Deputados conseguiram a liberação de verbas, de maneira, que eu até diria, caótica?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Não, não sei afirmar.
O SR. RELATOR(Roberto Magalhães) - Não tem notícia?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Não.
O SR.RELATOR (Roberto Magalhães) - Mais recentemente, como Ministro do Governo Itamar Franco, V. Exª chegou a tomar conhecimento das repercussões, no Poder Executivo, desse esquema, que não era somente de subvenções, mas também envolvia empreiteiras; chegou, lá no Palácio do Planalto a ter notícias?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Não. Como disse anteriormente, a primeira vez que estou ouvindo falar que existia essa interligação foi agora, com a CPI.
O SR. RELATOR(Roberto Magalhães) - Sei que V. Exª exerce a advocacia. Há muito tempo V. Exª me disse isso. Então, significa que, além dos seus vencimentos de funcionário, V. Exª tinha também outra fonte de renda, que é de honorários. Na verdade, fazendo uma análise em suas contas bancárias verifica-se que elas caíram vertiginosamente quando V. Exª passou a ser Ministro, não é isso?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - É verdade.
O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Antes V. Exª tinha uma renda bem maior.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Darei uma explicação quanto a isso.
Quando passei a ser Ministro, comecei a ganhar menos que na Câmara.
O SR. RELATOR (Roberto Magalhães)- Como assessor?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - É, e anteriormente tinha o salário de minha esposa, também é advogada, que saiu do emprego. Anteriormente, eram dois vencimentos.
O SR. RELATOR(Roberto Magalhães) - E essa figura, cada vez mais enigmática, do Sr. José Carlos Alves dos Santos, V. Exª chegou a conhecê-lo?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Conheci, claro. Quer que fale sobre ele?
O SR. RELATOR(Roberto Magalhães) - Gostaria que V. Exª desse um depoimento sobre essa figura.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - No tempo em que conheci o Dr. José Carlos no Congresso Nacional, sempre o tive como um profissional muito respeitado. Era muito conceituado, tido como um bom profissional. Meu relacionamento com ele era de colega de Congresso.
O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nunca trabalharam juntos?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Não, nunca.
O SR. RELATOR(Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, estou satisfeito.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Ministro Hargreaves, V. Exª poderia esclarecer a pronúncia certa do seu nome?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - É Hargreaves.
O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª talvez tenha ouvido hoje de manhã. Segundo a interpretação que o Ministro Jarbas Passarinho fez de Montesquieu, V. Exª hoje estaria comemorando o primeiro choro, numa situação bastante difícil.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O primeiro choro provocado, porque quando nasce, se não chorar, leva palmada.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Leva palmada do pai, quando nasce. Meus cumprimentos por essa parte.
Agradeceria se pudesse informar, porque certamente testemunhou de perto os fatos.
Quais os fatores, na sua avaliação, que mais contribuíram para que se tornasse insustentável a presença do Deputado João Alves como Relator-Geral e fizeram com que o Deputado Ricardo Fiúza presidisse uma difícil escolha de seu sucessor, recaindo, finalmente, sobre ele próprio a responsabilidade de ser o Relator-Geral do Orçamento de 1992? V. Exª recorda quais foram os fatores que o levaram àquele mal-estar, que causou o afastamento do Deputado João Alves da relatoria do Orçamento de 1992.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Senador Eduardo Suplicy, eu gostaria de atentar bastante para esta pergunta, porque ela envolve um pedido de opinião pessoal.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Ou de memória.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - A bem da verdade, como disse anteriormente, eu não tinha intimidade com a Comissão do Orçamento. Nunca tive.
O que recordo é que houve um impasse político e que as Lideranças não se entendiam quanto a aprovar o nome do Deputado João Alves para Relator.
Agora, fatores principais que levaram as Lideranças a isso, não tenho condições de dizer.
Sei que o Deputado Ricardo Fiúza, à época, teria comentado que iria assumir como uma solução até de sacrifício para ele à época, porque já estava chegando o mês de novembro, e o Orçamento não tinha sido votado.
Embora V. Exª não tenha perguntado, posso até adiantar, que, embora não tivesse nenhuma intimidade com o Orçamento, pela amizade que eu tinha ao Deputado Fiúza, em virtude de ter sido assessor algum tempo, disse-lhe que ele estava correndo um sério risco, assumindo, porque o prazo estava muito curto, e ele não daria conta.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Tem-se falado em dois, mas considero que três problemas principais foram aqui desvendados.
A questão relativa à forma como alguns Parlamentares, em especial o Deputado João Alves, relacionaram-se com empresas de intermediação, tais como a SEVAL... Verifica-se hoje que são diversas empresas, que atuavam, - talvez ainda atuem - como a Serviço de Assessoria Ltda. - SEVAL
Havia o esquema das subvenções sociais e o esquema das empreiteiras.

V. Exª tinha noção de que quaisquer desses três problemas estavam de alguma forma acontecendo no âmbito da Comissão do Orçamento e no Congresso Nacional?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Não, senhor.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente e Sr. Relator, considero importante para esta Comissão, cujo Relator tanto tem se interessado pelas razões que levaram ao arquivamento do requerimento de uma CPI do Orçamento em 1991, conhecer também um fato que hoje a assessoria levou ao Coordenador, que não está presente, mas, isso é mérito do Deputado Sigmaringa Seixas. Um dos assessores, o Sr. Homero, achou na Biblioteca do Congresso uma notícia importante: em 1959, o Congresso Nacional aprovou a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar o esquema das subvenções sociais, com todos os problemas e defeitos. E essa Comissão, constituída, acabou não se realizando. Considero esse fato importante também para que venhamos a saber das razões por que isso não foi melhor verificado àquela época. Felizmente, agora, foi detectado.
Gostaria de perguntar a V. Exª, que é um especialista em Processo Legislativo, como regimentalista, primeiro, que avaliação faz daquilo que ocorreu no dia 19, na madrugada de 18 para 19, como decisão da Comissão Mista do Orçamento.
Vou recordar: foram delegadas ao Relator-Geral algumas atribuições. Dado que havia 1.240 destaques, aproximadamente, avaliou-se que seria interessante transformar os destaques em indicações, e poderia o Relator-Geral apresentar, até às 16 horas daquele dia, um relatório que consubstanciasse eventuais modificações que cada Parlamentar que tivesse destaques pudesse fazer, mudando eventualmente destinação de recursos do município "a" para os municípios "b" ou "c", mudando aquela mesma quantia original. Poderia, ainda, o Relator corrigir os erros de fato. Enfim, eram estas as principais modificações, mas teria que haver uma listagem, um relatório final sobre a mesa naquela noite

do dia 19, e assim foi votado.
V. Exª acompanhou, como assessor principal e especializado no Regimento, a sessão daquela noite, do dia 19 de dezembro de 1991? Recorda-se do que ocorreu naquela noite?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Senador, não acompanhei a sessão. Recordo-me que houve esse tipo de delegação; recordo-me também que, através de um funcionário da Liderança, que atuava na Comissão, mandei um conselho ao Deputado Ricardo Fiúza, dizendo-lhe que não aceitasse esse tipo de delegação, porque S. Exª poderia se dar mal.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Certo.
Vou citar um exemplo do que ocorreu naquela noite: foram votados diversos destaques, sendo os mesmos rejeitados. Mas, ainda assim, o Deputado Cunha Bueno apresentou um destaque, porque notara que uma emenda de sua autoria, destinando verbas para o Memorial JK, não estava incluída. Então, S. Exª apresenta o destaque. Todavia, está registrada a retirada do mesmo por S. Exª próprio, uma vez que S. Exª é informado, durante a sessão, que o Relator, Deputado Ricardo Fiúza, estaria considerando a emenda. S. Exª o Deputado Cunha Bueno disse que retirava o destaque, porque o Relator-Geral, Deputado Ricardo Fiúza, ficara de considerar a referida emenda no seu relatório final.

Dessa forma, não se votou o destaque. Acontece que aquela emenda, que, portanto, pelo menos implicitamente, acabou sendo votada - poderíamos assim considerar, pois o Deputado disse que a retirava porque o Relator afirmara que a consideraria -, em se verificando aquele mesmo destaque ou aquela emenda, vemos que é transformada em uma obra em Acaraú, no Ceará, que nada tinha a ver com o Memorial JK no seu número.
Pergunto: regimentalmente isso seria possível?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Sr. Senador Eduardo Suplicy, veja que, hoje, embora, é claro, eu tenha que acreditar no relato que V. Exª está fazendo como a expressão da verdade, é um pouco difícil eu examinar regimentalmente, assim um pouco aleatoriamente. Depois, se V. Exª me permite - V. Exª está me fazendo perguntas e não posso responder com perguntas -, apenas para esclarecer, a que tipo de destaque V. Exª se refere? Porque se for destaque de economia interna da Comissão, digo-lhe que não entendo o Regimento da Comissão.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Não. Estou falando agora da sessão do Congresso Nacional.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Então, que tipo de destaque seria esse, Senador?
O SR. EDUARDO SUPLICY - Seria requerimento para aprovação da emenda que não estava no relatório aprovado na Comissão, de interesse do Deputado Cunha Bueno, que destinava verbas para que fosse feita a obra do Memorial JK. S. Exª disse: "Retiro, porque o Relator está dizendo que vai considerar a minha solicitação".
E a pergunta é: como é que, depois, pode aparecer não aquilo, mas, no mesmo número, uma outra obra?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Realmente não sei explicar a V. Exª.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Mais uma indagação: quando surgiram aqueles acréscimos ou as inclusões daquilo que denominei de emendas acrescidas ou transformadas em seu valor, notei que, por exemplo, um Parlamentar que tem um procedimento dos mais sérios, o Deputado Wilson Müller, do PDT, tinha algumas emendas incluídas. Dado até o respeito que tenho por S. Exª, perguntei: Como surgiram essas emendas?
Ele me disse:
- "Olha, Senador, durante a sessão, verifiquei que, na listagem aprovada na Comissão Mista, não tinha sido colocada a minha emenda sendo que, portanto, ausente, estava rejeitada."
Disse, então, ao Relator que eu iria apresentar requerimento de inclusão das mesmas como se fosse um destaque para aprovação. V. Exª saberá dizer os termos regimentais corretos.
Quando eu disse isso, o Relator fez-me um apelo, dizendo-me que não precisava de requerimento para inclusão, porque iria considerar as emendas que acabaram sendo incluídas nesse entendimento, ainda que depois não fossem liberadas, não fossem executadas. Peço a sua avaliação como regimentalista de como se examina esse episódio.
Poderia o Congresso Nacional ter tido esse procedimento? Houve uma falha no procedimento regimental, em ocorrendo aquilo que descrevi; obviamente, V. Exª não tem os dados precisos, mas dada a descrição do que falei...

O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Sr. Senador, dada a descrição de V. Exª, realmente a minha opinião é a de que o processo legislativo sempre deve ser seguido de acordo com o que determina o Regimento. Entendo que qualquer tipo de acerto dentro do processo propicia um resultado tumultuado.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, uma última e breve questão, mas importante dada a especialidade regimental do...
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Há onze inscritos; em seguida, temos o Deputado Osmânio Pereira, portanto, treze inscritos. Sei que essa questão é da predileção de V. Exª. Levou, talvez, uns três minutos, tentando explicar o que era o destaque. Portanto, peço a V. Exª que conclua.
O SR. EDUARDO SUPLICY - O Relator chega na Comissão Mista e apresenta todas as modificações que quer; isso, no último dia. Depois, na reunião final, ainda como Relator, pode fazer modificações em relação às emendas de cada Parlamentar e apresentar o seu parecer. Concluída essa fase, poderia o Relator ainda apresentar emendas novas, de sua própria autoria, posteriormente, concluída a votação da Redação Final?
Essa é a minha indagação final para o aprendizado com o especialista em processo legislativo?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - De forma nenhuma.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Acho que o Ministro queria lhe perguntar se era destaque para votação em separado, se era destaque para rejeição ou que destaque seria para aprovação. Talvez fosse isso.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Concluído o processo todo, poderiam ainda aparecer dezenas de emendas, destaque, de autoria do próprio Relator?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Essa parte, essa fase a que V. Exª se refere seguia a diretriz de um Regimento Interno da Comissão, salvo engano.
Essa cronologia, esse tipo de colocação - e inclusive V. Exª sabe que no Regimento Interno não existe delegação de um plenário para uma pessoa e foi feito. Portanto, não sei se o regimento da Comissão permitia ou não o Relator poder ou não apresentar emendas próprias.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Estou referindo-me ao Regimento do Congresso Nacional e após a sessão final do Congresso Nacional.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Veja, no caso, não. Em tese, não há emendas do plenário.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Esse esclarecimento é importante, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Talvez a história toda é que aparece um novo tipo de destaque, um destaque indevido que é o que V. Exª queria.
Tem a palavra o nobre Deputado Vivaldo Barbosa.
O SR. VIVALDO BARBOSA - Sr. Presidente, Ministro Hargreaves, V. Exª criou expectativa em todos nós. Melhor do que qualquer um, V. Exª poderia nos esclarecer muito sobre todos os trâmites da questão orçamentaria. Ninguém melhor que V. Exª conhece de perto o funcionamento desta Casa.
V. Exª já causou uma primeira frustração quando se dissociou de um acompanhamento mais de perto da questão da Comissão de Orçamento.
Sempre imaginei e continuo imaginando, que nenhum acontecimento desta Casa escapou a sua observação ou a sua vivência própria, seu acompanhamento e até a sua assessoria decidida nesta matéria, porque, efetivamente, V. Exª era consultado nas questões mais diversas que dissessem respeito ao funcionamento desta Casa.
Talvez a maior razão por que V. Exª está sentado nessa tribuna é a de que a sua movimentação financeira e bancária, como disse o Relator, é normal, usual; nas questões fiscais, mesmo nas mais secundárias, nas mais simples, chamando atenção de que os homens públicos deveriam cumprir com certo rigor - maior até que seus deveres maiores de cidadania - os seus deveres fiscais; algumas questões com relação a declarações, algumas omissões nas declarações de rendas de V. Exª, um ou outro imóvel, um ou outro detalhe, mas que outros companheiros da Subcomissão de Patrimônio certamente o farão.
Talvez encontre de nossa parte uma certa reiteração de um pedido de explicação, da sua visão, que nos fornecesse, inclusive nesta fase mais conclusiva de nossos trabalhos, os mecanismos de funcionamento da Comissão de Orçamento, pelo menos daquela trincheira que V. Exª ocupava, como principal assessor da Bancada, que ou indicava a Presidência, ou indicava a Relatoria da Comissão de Orçamento, fato esse que o deixava com conhecimento do funcionamento da Casa, das pessoas, na condição, talvez, de um observador dos mais privilegiados para nos relatar alguns desses mecanismos de funcionamento.

Uma área que tive oportunidade de tomar conhecimento e debruçar-me mais aqui foi com relação à questão das subvenções sociais. Como sabe V. Exª, vinha uma verba, já destinada no Orçamento elaborado no Executivo, para dar contribuição a entidades de assistência social, de uma maneira genérica, global. Depois, essas verbas eram liberadas pelo Executivo - no período em que iniciamos nosso trabalho de exame - inicialmente para o Ministro do Interior, João Alves, depois para a Ministra Margarida Procópio e depois para o Ministro Ricardo Fiúza; e eles liberavam, mediante lista apresentada pelo Deputado João Alves. Presumo que o Deputado João Alves, na condição de Relator ou de Presidente, anteriormente, e até de membro da Comissão, certamente freqüentando até a Liderança do PFL, de onde emanava sua indicação para exercer esses cargos.

V. Exª teve oportunidade de observar de que forma se davam articulações, conversas, pedidos, encaminhamentos, para o Deputado João Alves elaborar suas listas? Que parlamentares participavam ou se envolviam nessa articulação, para que ele pudesse elaborar essas listas?

V. Exª teve oportunidade, à época, nos sucessivos anos, de observar algo a esse respeito?

O SR. HENRIQUE HARGREAVES - As listas? Não entendi bem que listas são essas.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Listas de entidades para as quais os ministros que a recebiam, como coloquei na cronologia do nosso período de exame aqui, Ministro João Alves, no final do Governo Sarney, Margarida Procópio e, depois, Ricardo Fiúza liberavam recursos. E eles recebiam essas listas do Deputado João Alves.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Ministro Carlos Chiarelli também.

O SR. VIVALDO BARBOSA - O Ministro Carlos Chiarelli, na área da educação. Exatamente.

O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Deputado, honestamente, essa parte nunca me foi dada a conhecer, porque nunca fui chamado para tratar desse assunto.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Não havia nenhuma discussão de que V. Exª tivesse conhecimento...

O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Sobre esse assunto? Não senhor. Sobre esse assunto, não.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Na época...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Lembro ao prezado colega - não tome isto como uma impertinência - que levou 5 minutos para fazer a primeira pergunta. Como tem 10 minutos...

O SR. VIVALDO BARBOSA - Realmente esforcei-me nisto, porque como o Ministro Hargreaves se dissociou da participação na questão do Orçamento, julguei-me no dever de dar-lhe mais detalhes para que pudesse colaborar com a Comissão.

Não sei se V. Exª tomou conhecimento das notícias da imprensa sobre essa Fundação Vivili, no Estado do Piauí, que nos pareceu, a princípio, que era de interesse de uma pessoa que trabalhava muito perto do senhor, o Sr. Bandeira.

O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Luiz Bandeira.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Luiz Bandeira. Por intermédio dele, por acaso o Relator discutiu ou conversou com V. Exª sobre destinação de verbas especificamente para essa entidade.

O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Se V. Exª me permite, vou explicar que o Dr. Bandeira trabalhou comigo como subchefe. Quando cheguei à Casa Civil, da forma tumultuada e apressada como aconteceu, não levei nenhuma equipe, não estava preparado para levar pessoas para lá.

Aqueles que tinham vinculação política com o Governo que saía, quando cheguei, já haviam saído. Encontrei um grupo técnico nas funções. Examinei os currículos, e o do Dr. Bandeira trazia que ele tinha sido Secretário-Geral nos Ministérios do Interior e da Educação, e me pareceu um currículo razoável e ele permaneceu no cargo, como deixei todos os outros.

Estou fazendo este intróito para lhe dizer que na minha relação funcional com ele, ele como subchefe da área de acompanhamento da ação governamental, eu não tinha esse tipo de conversa com ele, e ele nunca me procurou para tratar desse assunto. Então, não conheço. A única vez que esse assunto surgiu entre nós foi no dia que o exonerei. Porque pedi sua exoneração do cargo e saiu no jornal que havia qualquer coisa a respeito dele; ele esteve comigo e disse a mim - porque pedi explicações - que aquilo tinha ocorrido antes do Ministério da Educação. Enfim... Mas, de qualquer forma, entregou a carta e eu o exonerei. Nunca tive nenhuma... Nem sei se é fundação essa entidade. Não conheço.

O SR. VIVALDO BARBOSA - Só para V. Exª ter uma idéia do quadro que se criou em torno das subvenções sociais, no caso dessa fundação Vivili, ela recebeu recursos maiores do que a arrecadação tributária da cidade em que se localiza. Recebeu mais de 1 milhão de dólares de recursos nos anos de 1991 e 1992. E são recursos maiores do que o próprio orçamento da cidade onde se situa. E hoje já se constatam irregularidades diversas na prática dessa entidade.
No depoimento que o Sr. Luiz Bandeira forneceu à Subcomissão de Subvenção Social, ele disse que não tinha nenhuma ligação com essa entidade e que apenas o seu cunhado, que é o titular da entidade, veio a Brasília e ele teria apresentado o seu cunhado ao Sr. José Carlos, que, por sua vez apresentou-o ao Deputado João Alves.
A simples peregrinação de uma pessoa do interior do Piauí em Brasília oferecer a oportunidade de conhecer o Sr. José Carlos e, em seguida, o Deputado João Alves e sair daqui com mais de 1 milhão de dólares e aplicar realmente da forma tão irregular como foi aplicado nos retrata o perfil de atuação e de funcionamento não só da Comissão de Orçamento, mas das instituições em geral; tanto da Comissão, quanto do Congresso, que permitia que isso acontecesse, quanto do Executivo, que liberava, de maneira tão fácil essas verbas.
De maneira que a nossa vontade de esclarecer o mecanismo de funcionamento disso é muito grande. Daí sempre evocarmos a colaboração que V. Exª possa dar a esse respeito.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Pode estar certo, Deputado, que a colaboração que eu possa dar, darei, porque nós, os funcionários da Câmara - da Câmara não, do Congresso - temos a tradição de ter muita fidelidade ao poder. Podendo, eu colaboro. Entretanto, sobre esse assunto não sei, não conheço.
O SR. VIVALDO BARBOSA - Estou satisfeito, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Deputado Vivaldo. Com a palavra o Deputado Mercadante.
O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente, Exmº Sr. Henrique Hargreaves, eu começaria fazendo um protesto, porque a testemunha, ao longo dos meus 3 anos na Câmara, sempre esteve assessorando a Bancada do lado de lá, e muitas vezes fazendo manobras regimentais que ajudaram a derrotar a Bancada do lado de cá. Nunca tive oportunidade de ter uma assessoria com a experiência, com a vivência - quando cheguei à Casa descobri, de logo - do assessor Henrique Hargreaves.
Feito este protesto - que eu queria registrar na ata -, realmente fiquei surpreso com a denúncia do depoente José Carlos Alves dos Santos, quando mencionou o nome de V. Exª. Eu tive uma passagem muito pequena pela Comissão de Orçamento, mas V. Exª nunca foi assessor da Comissão de Orçamento; sempre foi assessor da Bancada do Governo, da Liderança do Governo, da Liderança do PFL, e assessor para assuntos de processos legislativos. Ao longo desse período - fui testemunha -, nunca o vi negociando emendas, assessorando a Comissão, etc.
É verdade que a curiosidade de vários Parlamentares aqui vai no sentido de buscar esclarecimentos, porque V. Exª conhece esta Casa como poucos, nela trabalhando durante trinta anos.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Trinta e um.
O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Trinta e um anos. Por que a menção ao nome de V. Exª?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Olha, Deputado, inicialmente, o Deputado-Relator tocou nesse assunto, e eu realmente me surpreendi. Não via motivos. Honestamente, não sei responder a V. Exª por que ele me citou.
O SR. ALOIZIO MERCADANTE - V. Exª era um homem de bastidor, quer dizer, em toda decisão importante, a Mesa estava decidindo, e V. Exª estava presente. A isso eu assisti. Não vi uma negociação relevante que V. Exª não estivesse assessorando, no que se refere a processo legislativo, redação de texto, formatação de projeto. V. Exª acompanhava as grandes decisões da Câmara. A própria Comissão tem dificuldades de investigar, porque, se V. Exª não é Deputado, não assinou emendas. V. Exª, não sendo Parlamentar, não liberou recursos. V. Exª, não tendo nenhuma função de ministro que liberasse verba de subvenção social ou qualquer outra verba orçamentária - teve um cargo político -, não havia, portanto, vinculação. Restavam, em termos de investigação, ou as provas testemunhais ou a análise patrimonial e bancária. Quanto à análise patrimonial, não há nada que chame qualquer atenção da Comissão, que mereça um destaque especial; e a análise bancária é, em linhas gerais, compatível com a fonte de renda declarada. Eu diria que há um único semestre, o primeiro de 1990,

que tem a movimentação bancária superior à média, mas não há nenhum mês que destaque um depósito de valor extremamente expressivo; mas é uma média superior à movimentação bancária de todo o conjunto da conta. É um valor de 640 mil dólares, mas aqui estão os proventos - como já foi dito -, verificamos que em cada mês há quatro pagamentos, devia ser pago em duas vezes; e alguns outros pequenos créditos. Portanto, não há nada que chame a atenção da Subcomissão de Bancos que merecesse uma diligência especial. A única coisa que eu solicitaria é que V. Exª explicasse esse primeiro semestre de 1990 - se puder fazer agora, seria excelente, se não puder, depois -, quando há uma movimentação bancária acima da média, mas nada - quero insistir - que seja uma afronta à renda declarada, ao patrimônio e ao desempenho geral da movimentação bancária. V. Exª tem alguma menção do que significou? São lançamentos da ordem de 20 mil dólares por mês, durante um semestre; e depois volta ao padrão normal.

O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Veja bem, Deputado, não sei se V. Exª se refere aos proventos de mais de uma vez; é porque, na movimentação bancária, havia os proventos do casal. Nesse caso, não sei se o total que V. Exª tem dos rendimentos declarados é do casal ou se é só meu.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - São de todas as contas de V. Exª.

O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Não, não é do movimento. Quando V. Exª diz que é compatível, porque o rendimento do casal...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - É compatível. Vemos que a fonte de renda da movimentação bancária são os proventos, portanto, não há nenhuma irregularidade na conta. Como isso daqui é dolarizado e houve um descolamento do dólar comercial do dólar no paralelo, em geral, no início de 1990, que foi a véspera da posse do Presidente Collor, há uma elevação da movimentação; mas mesmo após o bloqueio há alguns depósitos em dinheiro de valores mais elevados. Então, eu gostaria que, somente quanto a esse primeiro semestre de 1990, fosse explicitada a origem desses depósitos.

O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Tenho a impressão - não posso afiançar V. Exª agora -, mas nesse período pode ter havido recursos de herança, porque tive a infelicidade de perder vários entes num período relativamente curto. Pode ter sido também a liberação de cruzados do fundo ao portador porque, conforme a declaração de renda, na época o Governo fazia inclusive essa campanha de utilização do fundo ao portador, porque não tinha Imposto de Renda e era mais rentável. Foi uma época em que todas as alienações de bens, tudo o que recebíamos era aplicado no fundo ao portador.

Eu me lembro - não estou dizendo que seja isso, mas é uma das hipóteses - de que à época o limite para liberar foi maio ou junho de 1990; a medida provisória que bloqueou foi em março; e deu-se um prazo de noventa dias, salvo engano. Então nesse período pode ter sido...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Em maio ocorreu a movimentação mais elevada em toda a história da movimentação bancária; de qualquer forma não é nada exorbitante. Eu pediria a V. Exª que depois confirmasse isso e nos encaminhasse; Eu deixaria somente uma última recomendação, que se refere realmente à natureza da minha preocupação. Vou afirmar isto com toda a segurança: V. Exª conhece profundamente esta Casa. O que é que V. Exª poderia dizer a esta Comissão nesta fase final dos trabalhos, depois de noventa dias? Sei que há lealdades profissionais e pessoais, inclusive com pessoas que estão envolvidas, e tenho certeza de que V. Exª tem dificuldade de quebrar. Mas ainda assim, nesta fase final de trabalho, o que V. Exª teria a dizer sobre o Orçamento a esta Comissão, que pudesse nos ajudar a avançar na conclusão das nossas investigações?

O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Deputado, sobre o Orçamento, sobre a elaboração orçamentária, honestamente eu não teria como contribuir, porque realmente não conheço. E volto a afirmar: apesar de ter conseguido alcançar um nível funcional razoável, eu não tenho nenhum constrangimento em dizer que se me mandarem fazer uma emenda de Orçamento eu não saberia.

Para não dizer também que eu seria inteiramente alheio ao problema, eu me recordo de um trabalho feito pelo Deputado Plínio Lemos, da Paraíba, por volta de 1967, salvo engano; era um trabalho em que vários funcionários foram ao interior do País para fazer uma fiscalização da aplicação de verbas de subvenções de cota pessoal de deputados.

Os relatórios foram feitos, e uma certa opinião bem razoável que saiu é de que talvez fosse melhor que essas subvenções fossem entregues a centros

comunitários municipais para que eles fizessem a distribuição, porque havia muita dispersão, muita distorção na aplicação dos recursos.
É importante dizer que em nenhum relatório o parlamentar foi acusado como responsável; na maioria das vezes, o parlamentar fazia a destinação da verba e não sabia, às vezes, que a entidade lá não estava funcionando.
Então, esse relatório do Deputado Plínio Lemos sobre a fiscalização financeira pareceu-me ser um bom subsídio para essa questão. Infelizmente, por muito boa vontade e amor que eu tenha à Casa, eu não posso oferecer mais nada.
O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, somente aproveitando essa afirmação, eu deixaria para o Relator, para o relatório final, o levantamento que estamos concluindo agora. Fiz um levantamento dos subprojetos existentes nesse ano de 1993 no Orçamento Geral da União. Subprojetos são as obras; existem onze mil subprojetos no Orçamento da União, ou seja, ao longo do ano de 1993, a possibilidade de obras a serem realizadas com recursos da União são onze mil. Não há Tribunal de Contas, não há Congresso, não há ninguém que possa fiscalizar, nessas condições, a gestão do Orçamento; 45% dessas obras foram colocadas pelo Congresso Nacional no Orçamento.
Creio que isso, para a reflexão final, que tem sido o sentido maior desse depoimento, vamos ter que repensar a formatação do Orçamento, isto é, restringir esse tipo de possibilidade, porque deveria ser de competência dos Estados e Municípios, e evidentemente dessa forma não vamos conseguir de forma alguma resolver o problema da fiscalização orçamentária.
O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Estou dizendo a V. Exª que já tenho redigida, pronta - apesar de ser definitiva somente no dia em que eu lê-la, uma proposta no sentido de que um terço dos recursos de investimentos seja destinado, obrigatoriamente, à continuidade de obras.
Eu gostaria que V. Exª me ajudasse, refletindo sobre esse percentual. Não sei se ele está razoável ou não; eu gostaria muito de ter esse tipo de colaboração.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra o nobre Senador Gilberto Miranda.
O SR. GILBERTO MIRANDA - Eu gostaria de deixar para o final as perguntas ao Depoente.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Para o final? Mas no final será o Relator.
O SR. GILBERTO MIRANDA - *Antes do Relator.*
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - São 90 dias, e é a primeira vez que vejo esse pedido.
Vou saltar o nome de V. Exª. Há mais três titulares, cinco Suplentes, dois não-membros, nove no total.
O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, já havia. Na CPI do PC Farias, em determinado dia, todos pediram para ficar para o final.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Deve haver alguma razão para isso. Ainda há pouco, o Deputado Aloizio Mercadante dizia que o Ministro Hargreaves era um experto, que significa perito, e não esperto, nos problemas regimentais.
De fato, dou o meu testemunho. Se eu falar em DVS, o Ministro vai sorrir logo e lembrar-se do Centrão. Agora, não sei por que essa história de ficar para o final. Reajo um pouco, mas vou ver se atendo a V. Exª.
Com a palavra o Ministro Elcio Alvares.
O SR. ELCIO ALVARES - Senador, se eu fosse Ministro, ficaria impedido, porque não ficaria bem um ministro argüir outro.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu tenho um problema comigo: volta e meia me chamam de ministro, e eu digo que não se constranjam, porque sou ministro da Ordem Terceira de São Francisco.
O SR. ELCIO ALVARES - Mantenho o tratamento permanente com V. Exª de Ministro, porque acho que V. Exª continua sendo.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa é uma velha praxe do Senado; *não sei se na Câmara, mas, no Senado, realmente o é.*
O SR. ELCIO ALVARES - Acho que, mesmo no tratamento parlamentar, é a função mais elevada... E V. Exª foi também Governador e Presidente da Casa, portanto, é difícil encontrar a melhor forma; todavia, retiro o tratamento de ministro.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Veja V. Exª o que acaba de dizer o Senador Pedro Simon, já que estamos hoje aqui em uma maneira diferente de perguntar. Diz S. Exª que ministros, várias vezes, devem ser tratados de ministros. Muito obrigado.
Com a palavra V. Exª.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, dentro da linha da Subcomissão de Subvenções Sociais, pediu-me o Senador Garibaldi Alves Filho, que teve de ir urgentemente ao Rio Grande do Norte, que declarasse também que examinamos todas as emendas, e não há qualquer referência ao Ministro Henrique Hargreaves.

Gostaria de fazer esse registro, porque, na tônica geral de todas as inquirições, até agora, já há uma forma explícita de dizer que o Ministro Henrique Hargreaves, em nenhum momento, apareceu com qualquer variação patrimonial, ou teve o seu nome citado em qualquer parte do Orçamento em que tivesse sido constatada uma fraude.

Quero fazer o registro, Sr. Presidente, já que V. Exª abriu de uma maneira tão simpática a minha inquirição, de que estamos vivendo um momento excepcional na vida pública brasileira, e esta CPI vai colaborar, efetivamente, para um novo tempo, que infalivelmente vai refletir-se nas eleições.

O Ministro Henrique Hargreaves deixou a chefia da Casa Civil, em razão de uma denúncia que agora está sendo apurada por inteiro. Neste momento, ainda não sei o desfecho da inquirição, mas teria muita alegria - e quero confessar isso de público - que ele saísse daqui inteiramente absolvido, retomando a figura magnífica que sempre foi no exercício da vida pública, seja como Assessor, Sr. Presidente.

Quero também fazer um registro que me sensibiliza: quando cheguei, aqui, nos idos de 1969, Deputado Federal pela primeira vez, tive na pessoa do Ministro Henrique Hargreaves o companheiro que me ensinou os primeiros passos na atividade parlamentar.

Por uma singular coincidência, fui convocado pelo Líder Geraldo Freire para ser Vice-Líder da ARENA, e exatamente o Ministro Henrique Hargreaves era aquele que nos iniciava na prática parlamentar. O seu comportamento se repetiu no meu mandato de 1970 a 1974. Não tive o prazer de conviver com ele mais tarde, porque fui convocado para a governadoria do Estado, mas levei dele uma impressão magnífica, e hoje fico muito feliz. Não fala aqui o PFL, não fala o PMDB, falam todos da sua magnífica condução como funcionário de trinta e um anos na Câmara dos Deputados. Isso é muito importante. Esta é a Casa de todos nós, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Não importa que sejamos Senadores ou Deputados; somos funcionários que trabalhamos pela dignidade do Congresso Nacional. Quando um dos nossos funcionários vem aqui na condição de depoente e consegue, até o momento, receber esta manifestação de apreço, a Casa também se engrandece.

A nossa responsabilidade é comum, e queira Deus que, ao término dessas inquirições, dos trabalhos desta Comissão, saiamos engrandecidos pelo trabalho realizado, mas muito mais engrandecido ainda o Congresso Nacional, que depende de nós, do nosso julgamento, do comportamento daqueles todos que o integram.

Neste momento, Ministro Henrique Hargreaves, lembrando dos idos de 1969 para cá, quero dizer a V. Exª que, se o seu depoimento não acrescenta mais alguma coisa, está servindo exatamente para aquilo que V. Exª precisa, ou seja, o julgamento desta Comissão. Rogo a Deus que, ao término deste trabalho, V. Exª possa sair daqui com a cabeça erguida que sempre teve, nesses trinta e um anos de trabalho na nossa Câmara dos Deputados e, muito mais ainda, no alongamento de atividades do Executivo, onde também a sua participação foi muito valiosa.

Sr. Presidente, é o registro, com o que encerro a minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Ministro Henrique Hargreaves, senhores integrantes desta Comissão, todos hão de se recordar que esta é a primeira oportunidade que me inscrevi para falar desde o instante em que assumi, na Comissão, a vaga deixada pelo Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, em homenagem a quem conservei o nome na minha Bancada pelo trabalho eficiente e pela colaboração valiosa que, em nome do PTB, por minha designação, como Líder, trouxe à Comissão.

Preferi indicá-lo a assumir eu mesmo no início dos trabalhos, porque essa é uma tarefa que não atende a um milésimo sequer da minha vocação. Contudo, com o retorno do Ministro José Eduardo à função de Senador, sendo Luiz Alberto suplente de José Eduardo, este teve que retornar, deixar o cargo e, por conseqüência, vi-me na contingência de assumir a vaga deixada por Luiz Alberto.

E aqui estou. Assumi e tenho procurado participar, mesmo sem vocação e sem pendores para este tipo de trabalho. Procurei colaborar pelo menos com a assiduidade de minha presença. Nas reuniões da Mesa Diretora e nas reservadas pude, por várias vezes, pronunciar-me.

Desejo ressaltar também que ontem tentei falar pela primeira vez. Não havia feito a minha inscrição. Queria render uma homenagem ao Deputado Roberto Jefferson, que ontem depôs aqui, a quem foi, praticamente, passado atestado de idoneidade moral e de inocência.

Eu, à ultima hora, manifestei interesse em fazer-lhe algumas referências, mas, pelo regulamento, eu estava impedido, pois não me havia inscrito até os 20 minutos depois de iniciados os trabalhos. Hoje, entretanto, tomei a providência de me inscrever. Gostaria de relembrar que ontem mesmo o Ministro Passarinho, nosso insuperável e incansável Presidente, cheio de responsabilidades, num emaranhado de interesses político-partidários, administrando os conflitos normais dessa Casa política, fazia um exercício indagando, ao final da inquirição do Deputado Roberto Jefferson, para justificar a validade de critérios ou de critério adotado pela Comissão para justificar - não a sua atitude, porque a decisão não foi dele pessoalmente - uma decisão da Comissão. A responsabilidade pela decisão, se foi certa ou se foi errada, pela adoção desse ou daquele critério não é do Presidente. Por isso eu falo muito à vontade com os avos que represento nessa Comissão. Se alguém tem culpa, eu também tenho. Se alguém tem louvores, eu também tenho . Pelos 1/22 que represento, eu tenho os louvores e tenho as críticas que caibam a nós.

Pois bem, Sr. Presidente, senhores integrantes desta Comissão, desde cedo me convenci da inadequação desses critérios adotados. Sei que praticamos muita justiça, mas também praticamos muita injustiça. É sobre essa segunda parte, que é mais penosa, porque a outra é dadivosa, traz satisfação, significa realização pessoal, das injustiças cometidas, que fere a consciência de cada um, é sobre isso que eu quero me pronunciar.

Por esses critérios adotados fizemos sentar nessa cadeira homens que não tinham absolutamente nenhuma culpa daquilo que lhes foi debitado. Aí sentaram homens como Alexandre Costa, como Roberto Jefferson, como Gastone Righi, como o Ministro Hargreaves, como Osmânio Pereira, Dario Pereira, Teotônio Vilela Filho e tantos, que, pela avaliação que nós fazemos, porque fazemos aqui a avaliação de juízo, deixam-nos a impressão de que não há maiores responsabilidades, nem maiores compromissos.

Então, eu sei que nessas injustiças praticadas pode até haver um desprendimento muito grande. Será que existe, e poderá haver, compreensão e tolerância no coração e na consciência de cada um desses que aqui se sentaram sentindo-se completamente injustiçados? Haverão de nos compreender? Haverão de compreender, em nome da democracia e dos resultados valiosos e singulares trazidos à democracia de nosso País, para a transparência do Congresso Nacional, para a recuperação, para a reabilitação, para o resgate do conceito do Congresso Nacional, a natureza dos seus sacrifícios? Peçamos a Deus que sim. Peçamos a Deus que a agonia sofrida por cada um, os transtornos, as dificuldades, o inferno vivido por eles, por seus familiares e amigos sejam relevados, que consigam esquecer esse episódio de suas vidas. E muito mais, que consigam fazer com que a opinião pública os abone integralmente e que não fique nenhum resquício, nenhuma mancha desse episódios imerecidos a que se submeteram.

Desse modo, Sr. Presidente, faço aqui o meu pedido, no 1/22 que represento: peço desculpas àqueles que se sentaram nessa cadeira sem ter tido nenhuma responsabilidade, sem terem nenhuma culpa, conforme haverá de ser, ao final, comprovado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - A intervenção do meu nobre colega não pode deixar de merecer da minha parte uma explicação, porque é uma censura.

S. Exª chegou para honrar esta Casa já com 2/3 ou 3/4 do nosso tempo iniciado. Quero me dirigir aqui diretamente ao Ministro Henrique Hargreaves para dizer que não compartilho da idéia de que quem se senta a esta mesa, e não a este banco - expressão que sempre repeli -, é, desde logo e aprioristicamente, uma pessoa colocada em julgamento desfavorável.

Houve uma referência, há pouco inclusive, ao nosso prezado colega e meu dileto amigo, Senador Alexandre Costa. S. Exª não foi ouvido nessa cadeira, mas foi tal

a importância do que S. Exª ia dizer que a sala em que foi ouvido, que deveria ser exatamente a mais restrita, roubou de cá a platéia, que passou toda para lá. E S. Exª pôde sair de lá com o respeito, acima de tudo o respeito - podia não ter nem o apreço, porque há inimizades políticas -, o respeito indiscutível daqueles que o ouviram e àqueles a quem S. Exª respondeu.

Se não nos contivermos no sentido de respeitar a decisão - e, no caso, maciça pela maioria -, teremos uma inconformação do nobre Senador pelo Amapá, que falou em 1/22, não sei se seria alguma coisa mais expressiva em termos aritméticos, mas, seguramente, é algo que conflita com o que esta Casa decidiu pela sua grande maioria que, acredito, foram os 21/22.

Entendo que essa é uma atitude que o Senador mostrou desde que chegou a nós e participou substituindo o Senador Luiz Alberto; é uma posição pessoal.

O mais bonito da minha vida de militar - e tenho repetido isso aqui, militar que fui, esqueço-me já um pouco de quando comecei, mas não de quando acabei a minha carreira militar - é a chamada disciplina intelectual; aquilo que, sem nenhuma provocação com quem me ouça, o Partido Comunista chamava de centralismo democrático.

Então, uma vez decidido, acompanha-se a maioria na mesma direção. A tecla batida, repetida, sistemática, do voto vencido não ajuda o conjunto; ela, de algum modo, o enfraquece.

O Senador, com a nobreza do seu gesto, chamou-me de incansável e de um outro adjetivo muito simpático; contudo, não me chamou de justo em nenhum momento.

De maneira que, por isso mesmo, agradeço o julgamento de S. Exª em relação a V. Exª, e me reservo o direito de agradecer o adjetivo, que não me satisfaz no todo.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Sr. Ministro Henrique Hargreaves, inicialmente quero fazer minhas as palavras do Ministro Elcio Alvares. Sou dos mais antigos Parlamentares desta Casa e nos conhecemos há muitos anos. Então, não teria por que ter dúvidas a respeito do comportamento de V. Exª, ou melhor, entendo não expressá-las neste instante. Mas, permita-me fazer uma colocação, simplesmente para que V. Exª possa responder com mais segurança o que respondeu en passant.

Trata-se do problema da Fundação Vivili. A referida Fundação recebeu, em 1992, 1 bilhão, 320 milhões de cruzeiros que, transformados para o valor do dólar da época, somavam 629 milhões, 135 mil dólares, aproximadamente.

Sei que V. Exª não é do Piauí e, possivelmente, talvez nem soubesse da existência dessa Fundação. Vivili é o nome da avó do Bandeira, que foi funcionário do gabinete de V. Exª. Ele compareceu a nossa Comissão e afirmou que não tinha conhecimento de que essa Fundação recebia tanto dinheiro. Não sabia explicar e não conseguimos saber quais os Parlamentes que destinavam essas subvenções para e referida Fundação.

Faço uma indagação a V. Exª para que se coloque isso em caráter definitivo e não possa pesar, jamais, que V. Exª, tendo o caráter que tem, conhecido de todos nós, pudesse ter permitido que alguém usasse o seu nome para traficar influências e levar vantagens: V. Exª, quando demitiu o Sr. Bandeira conhecia essa situação?

O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Não, Senador. Na estrutura da Casa Civil, os subchefes de cada área têm uma certa autonomia de encaminhar expedientes.

Honestamente, não tenho qualquer razão para pensar que ele tenha usado a Casa Civil através de seu cargo para poder realizar esse tipo de influência. Se o fez, foi completamente à revelia, o que não acredito tenha ocorrido.

De qualquer sorte, eu não conhecia esse fato. Somente no dia da exoneração, ele mesmo me entregou uma carta pedindo a sua exoneração, visto ter sido citado, a fim de que pudesse se defender.

Não conheço, nunca tomei conhecimento da existência dessa fundação ou de entidade alguma.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - A minha pergunta é em decorrência da informação anterior.

Ocorre que V. Exª não foi tão preciso como o foi agora: "eu soube, ele me falou, isso ocorria na época do Ministério da Educação", e a coisa ficou por aí.

Eu queria que V. Exª, respondendo como agora o fez, encerrasse, de uma vez por todas, qualquer eiva de suspeição a respeito de V. Exª e até do próprio Dr. Bandeira mesmo, na participação desse desvio de verbas para uma entidade que cometeu todo tipo de irregularidades que se possa imaginar, neste País.

Felicito-o pelo que V. Exª é. Era somente isso.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador, desculpe-me, V. Exª concluiu?
O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Conclui. Fui tão singelo que V. Exª nem percebeu.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O singelo nem sempre deixa de ser o mais importante também.
Pergunto ao nobre Senador Gilberto Miranda se está pronto para ser o último dos titulares?
O SR. GILBERTO MIRANDA - O último de todos.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nunca vi tanta vocação para humildade. (Risos.)
Com a palavra o Deputado Paulo Ramos. Aliás, não o chamaria se não o visse aqui. Creio que S. Exª saiu, esperando que houvesse tempo de falar.
Com a palavra o nobre Deputado Luiz Máximo.
O SR. LUIZ MÁXIMO - Nada a perguntar, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª. Não por nada a perguntar, mas apenas porque não está na lista.
Ato falho meu. (Risos.)
Com a palavra o nobre Deputado, pelo Maranhão, Costa Ferreira.
O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Parlamentares, Ministro Henrique Hargreaves, a V. Exª, que milita neste Parlamento há tinta anos aproximadamente e é um dos seus setores vitais - a Assessoria Legislativa -, eu gostaria de formular algumas perguntas, apesar de não ser em sua área de ação. Todavia, V. Exª, com a inteligência de que é portador, poderia nos auxiliar a desvendar as duvidas que têm nos deixado atônitos e que são as seguintes:
A Constituição de 1988 conferiu ao Congresso Nacional competência para alterar o Orçamento da União, o que propiciou corrupção, pela ingerência de empreiteiras ou outros setores organizados da sociedade; tais irregularidades já vinham ocorrendo, quando a responsabilidade ainda era totalmente do Executivo, haja vista dois casos sui generis, o Deputado João Alves, pelo Legislativo, e o economista José Carlos, pelo Executivo.
Dentro deste aspecto, gostaria de que o nobre Ministro nos desse alguma idéia acerca desse fenômeno. A Nação, estarrecida, vem acompanhando o desenrolar dos trabalhos desta CPI.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Deputado Costa Ferreira, se me permite, não compreendi bem o que V. Exª gostaria que eu falasse.
O SR. COSTA FERREIRA - Ressaltei, e V. Exª também já ressaltou, que não é um expert na área do Orçamento. Todavia, considerando a sua militância, a sua inteligência, a sua dedicação à vida pública nacional, principalmente no âmbito do Legislativo, e considerando esse fenômeno que levou a Nação, estarrecida, a acompanhar o desenrolar desta CPI, gostaria de ouvir se V. Exª pensa que esse fenômeno aconteceu depois que o Congresso teve competência para elaborar, alterar, modificar o Orçamento, ou se já vinha, antes, do Poder Executivo, quando a responsabilidade total era dele.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Conforme disse e V. Exª destacou, nunca tive intimidade com essa matéria, mas creio que os fatos que foram enfocados por V. Exª não têm muito a ver com o problema do Congresso poder ou não alterar o Orçamento. Acho até que o Congresso, realmente, deve poder alterar o Orçamento.
O que poderia, talvez - e isso é um mero palpite de quem não entende da sistemática do assunto -, ser colocado em prática seria melhorar o relacionamento entre o Executivo e o Legislativo, para que fosse feito um trabalho conjunto. Seria o sistema de freios e contrafreios. É o que acho.
O SR. COSTA FERREIRA - Muito obrigado. Gostaria de acrescentar mais dois aspectos. Tem sido dito que o Orçamento, em sendo alterado através de emendas aqui no Congresso, ensejou, segundo se comenta, o esquema das empreiteiras e também o esquema das subvenções. V. Exª poderia também nos dissertar alguma coisa sobre esses dois aspectos?
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Não, Deputado. Para falar sobre isso, eu teria de conhecer a sistemática, e não conheço.
O SR. COSTA FERREIRA - Considerando o seu total desconhecimento com relação à matéria, simplesmente me sinto satisfeito e agradeço a gentileza de V. Exª.

O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não diria, Deputado Costa Ferreira, que fosse total desconhecimento, digo que não é especialidade.
O SR. COSTA FERREIRA - Mas ressaltei a qualidade de S.Exª como autêntico técnico no Legislativo.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não estava defendendo o Depoente, até porque não é meu papel defender nem atacar. Apenas, como S.Exª, convivi muito tempo e, às vezes, fui até irônico quando fui coordenador do Governo Collor... Eu dizia às pessoas que levavam um trabalho perfeito se não era melhor chamar o Hargreaves para falar por elas. Foi nessas que o Deputado Aloizio Mercadante sentiu o peso da orientação de quem conhece bem o Regimento. E daí também a pergunta do Senador Eduardo Suplicy, prestando homenagem ao regimentalista.
Tenho a impressão de que o penúltimo inscrito será o Deputado José Genoíno.
O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Ministro Henrique Hargreaves, compartilho com a introdução da pergunta do meu colega de Partido e de Bancada na Câmara, Aloizio Mercadante, em relação à capacidade que V. Exª tinha como regimentalista em plenário, capacidade essa que, mesmo em campos adversários, aprendi algumas jogadas e algumas armadilhas poderosas de plenário.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está lembrando dos tempos passados, não é?
O SR. JOSÉ GENOÍNO - Ministro Hargreaves, considerando essa experiência de V. Exª como Assessor da Liderança de um partido; considerando o conhecimento que V. Exª tinha e tem da Casa - conheço o episódio, porque vivi, como Líder, da nomeação do Deputado Ricardo Fiúza para Relator, em substituição ao Deputado João Alves, com a crise do Orçamento. Isso eu vivi porque foi objeto de várias reuniões de Lideranças, e participei de todos os embates sobre aquela crise, e até porque surgiu o Deputado Ricardo Fiúza como Líder do PFL -, considerando alguns períodos que V. Exª assessorou, ora o PFL, a partir de um certo momento, e antes, mesmo antes, logo após a Constituinte, quando o Orçamento passou a ter mais influência política dentro do Congresso, perguntaria a V. Exª, se poderia nos informar que fatores, o que determinava que o Deputado João Alves sempre fosse, por parte do PFL, ou o Relator ou o Presidente da Comissão de Orçamento? Quais eram os motivos? Porque também num período anterior, antes de existir o PFL, logo após a Constituinte, S.Exª também era e foi sempre o Assessor, foi sempre o homem importante do Orçamento.
Como era a tomada de decisões? Porque quem conviveu com o Deputado João Alves na Comissão de Orçamento - convivi durante um período, que foi basicamente em 1991, antes, portanto, da crise - sabe que S.Exª não era uma pessoa que demonstrasse entender tecnicamente do Orçamento, como alguns outros entendiam, falavam etc. V. Exª poderia dar informações sobre essa questão, que é importante em relação às projeções de reformas no Orçamento que estamos examinando.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Deputado, se V. Exª se lembra dessas reuniões, deverá se lembrar que eu não participava.
O SR. JOSÉ GENOÍNO - Verdade.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Eu sentia que esse problema da Comissão de Orçamento era o maior para os Líderes.
Não sei se é permitido também a este Depoente fazer certo tipo de colocação - não apenas retribuindo, Sr. Presidente -, mas como o Deputado José Genoíno não é mais Líder, gostaria de dizer também, se permitido for, justamente porque o Sr. Airton Soares está ao lado de S.Exª, que S.Exª foi um dos melhores Líderes que já conheci nesta Casa, em termos de competência.
O SR. JOSÉ GENOÍNO - Aprendi com o Airton.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Olha que eu registro o fato porque fui Líder também.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Por isso que falei: um dos melhores, juntamente com V.Exª e o Deputado Odacir Klein.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Esse deve ser o julgamento, como dizia o Deputado Mercadante, do lado de cá. S.Exª está se referindo ao lado de lá, naturalmente. Salve a nossa reputação.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Dizia a V. Exª o seguinte: não participei dessa reunião, e essa é uma prova maior do que eu já tinha dito antes. Foi realmente uma decisão difícil entre os Líderes, mas nós não participávamos.
Como eu dizia, a maior dificuldade para um Líder era tratar da Comissão de Orçamento. Existiam muitos pedidos, que eram em número muito maior do que o

das vagas. Já houve Líder que chegou a querer renunciar ao cargo por causa da Comissão de Orçamento. Agora, esse problema dos cargos de direção, de relatoria, essa questão sempre foi decidida no âmbito dos Líderes. Mesmo antes - lembro-me de tempos pretéritos -, a reclamação era de que eram sempre os mesmos. Desde 1962 - não vou citar nomes -, os Deputados reclamavam que eram sempre os mesmos. Como isso acontecia, os fatores que indicavam isso, não sei dizer a V. Exª, porque era sempre uma decisão fechada dentro do Colégio de Líderes, do qual a Assessoria não tinha participação.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Já temos elementos aqui de que havia reuniões para tratar de questões do Orçamento, envolvendo Parlamentares, empreiteiras e assessores na Comissão de Orçamento. É verdade que V. Exª não freqüentava muito a Comissão de Orçamento, V. Exª gostava muito do Plenário.

O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Exato.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Considerando que V. Exª foi Assessor de um partido importante na Comissão de Orçamento, que teve poder, havia contatos, a nível de Lideranças, envolvendo o Orçamento entre empreiteiras e Lideranças...

O SR. HENRIQUE HARGREAVES - V. Exª me desculpe. Não entendi.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - ...eu gostaria de saber se, na relação de empreiteiras com o Orçamento, além do que havia na Comissão de Orçamento, a nível de Liderança, essa questão também circulava nos Gabinetes de Liderança, considerando o papel chave que V. Exª exerceu na Liderança do PFL e antes de outros partidos.

O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Não, Deputado José GENOÍNO, como disse a V. Exª, em todas as Lideranças que já assessorei, em todos os partidos, em matéria de Orçamento, nunca participei.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A última pergunta, Ministro Henrique Hargreaves, é a seguinte: naquela sessão do Congresso - estamos falando de Plenário - que aprovou o Orçamento, no dia 20 de dezembro, tínhamos um problema que era o volume de Orçamento, que foi até fotografado como método de Orçamento; tínhamos o parecer, que eram algumas folhas do Relator; e existia, no Plenário, uma relação de destaques. Estamos com um problema: localizar a relação desses destaques. Na Ata do Congresso Nacional, não a estamos encontrando, trata-se dos destaques sobre as emendas rejeitadas, que a pessoa destacava para submeter à votação, ou destaques de modificações de posições derrotadas na Comissão de Orçamento. Se V. Exª estava naquela sessão do Congresso Nacional - não me lembro -, o que poderia nos informar sobre o fato de essa relação não constar na Ata do Congresso Nacional. É possível haver uma relação como aquela, que foi distribuída no Plenário? Inclusive, lendo a Ata, há uma referência aos destaques. Como estou tratando de uma questão importante, relacionada ao Plenário, como V. Exª poderia nos informar sobre essa dúvida que hoje existe na CPI sobre a localização dessa lista?

O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Veja bem, Deputado José Genoíno, se esses destaques foram oficialmente apresentados e lidos, tem que estar na gravação da sessão e nas notas taquigráficas; portanto, teria que estar na Ata. Se não consta da Ata, ou eles não foram oficialmente apresentados ou foram apresentados e retirados. Então, sinceramente, se houve a apresentação oficial do destaque na sessão, tem que estar na gravação ou nas notas taquigráficas.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Sr. Presidente, agradeço e encerro aqui a minha intervenção junto ao Ministro Henrique Hargreaves.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Formalmente, agradeço ao Ministro Henrique Hargreaves as palavras referentes ao período em que exerci a Liderança. Quero assinalar que - como está aqui ao meu lado um ex-colega - foi muito importante a experiência que adquiri com o Deputado Airton Soares. Nunca tinha registrado isso na presença de S.Exª e faço questão de registrar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Hoje o dia está notável. Talvez seja homenagem ao aniversário do Ministro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, a sorte é que estamos no último dia, senão seria uma briga para depor à tarde porque de manhã a reunião arrasa. À tarde, em geral, é mais tranqüilo, penso que é por ser depois do almoço; não sei o que é.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Esta é a preparação para a segunda-feira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É. Eu queria aproveitar a oportunidade, como diria um grande tribuno amazonense, "a enchancha

oportunosa", para dizer que estamos procurando antecipar o depoimento do Deputado Mussa Demes, de 19 horas para as 18h30min. A Secretaria está-se esforçando por fazê-lo.
Creio que realmente agora chegamos ao último. (Risos)
Concedo a palavra ao nobre Senador pelo Amazonas, Gilberto Miranda, prezado amigo.
O SR. GILBERTO MIRANDA - Muito obrigado, Sr. Presidente.
Nada a perguntar. (Risos)
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Poucos saberão por quê, mas eu sei.
O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, para não criar um precedente regimental aqui, e alguém pedir para ficar por último, vou exercer o meu direito de Vice-Presidente e fazer uma manifestação agora ao final.
O depoimento do Ministro Henrique Hargreaves realmente demonstrou a forma de agir desta CPI. O Ministro depôs porque havia sido inicialmente nominado pelo Sr. José Carlos, uma referência vaga, e dentro do critério adotado para todos, teve o seu sigilo bancário e fiscal quebrados, e depôs aqui hoje na absoluta condição de testemunha. Todas as perguntas que lhe foram dirigidas foram dirigidas a quem depõe como testemunha. Todos os parlamentares buscaram de S.Exª informações a respeito do funcionamento da Comissão de Orçamento e, inclusive, da situação de outros investigados.
Isso significa que esta Comissão vem agindo com absoluto critério; que aqui colocou alguns que foram investigados duramente, e ao final serão penalizados; que aqui colocou alguns que tiveram condições de demonstrar a todo o País que não tinham nenhuma responsabilidade e daqui saíram inocentados; e aqui colocou alguns, como o Dr. Roberval, que não havia sido mencionado por ninguém, mas para ser testemunha; e aqui, na mesma condição, foram dirigidas as perguntas ao Ministro Henrique Hargreaves, o que me parece, Sr. Presidente e senhores integrantes da CPI, uma demonstração de critério e de forma correta de agir.
Quando falavam aqui alguns parlamentares a respeito da competência do Ministro Henrique Hargreaves, à época da Assessoria Parlamentar, eu ficava me lembrando um pouco do passado, em que ficava assentado entre o assessor competente e o presidente das sessões do Congresso Nacional da época na qual era Líder do PMDB e o Deputado Airton Soares, Líder do PT. Eu ficava me lembrando de episódios como, por exemplo, a votação de emendas constitucionais em que precisávamos aprovar eleições diretas para Governador, mas precisávamos rejeitar a sublegenda para as mesmas eleições. De um lado, a luta para que fosse aprovado, na totalidade, o projeto, inclusive com as sublegendas; de outro lado, a luta para que se aprovasse as eleições diretas sem a sublegenda.
Na época o Deputado Airton Soares liderava um partido da oposição, eu liderava outro. Regimentalmente, por liderar o maior partido da oposição, liderava a oposição. O Ministro Henrique Hargreaves, que com competência assessorava a quem lhe incumbia com a sua correção profissional assessorar, deve-se lembrar bem de que conseguimos derrotar a sublegenda para as eleições de Governador, conseguindo espaço para os destaques, pela isenção, pela completa isenção de quem presidia os trabalhos na oportunidade, e que também demonstrou aqui, ao longo desta CPI, a sua forma correta de agir, que é o Senador Jarbas Passarinho. (Palmas)
O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, foi feita uma revelação hoje no início dos trabalhos....
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu já tinha me preparado para... É inevitável...
O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª haverá de sentir saudades no futuro.
Mas hoje li nos jornais que o Ministro Henrique Hargreaves provavelmente será convidado outra vez para ser Ministro do Governo Itamar Franco.
A revelação que foi feita talvez já fosse do conhecimento, mas é de interesse. Inclusive porque há impacto no Orçamento, o de que um assessor, no Congresso, estaria ganhando mais do que um Ministro de Estado.
Coloco isso aqui como uma observação, uma reflexão que é de responsabilidade do Congresso, porque me parece uma distorção. Um Ministro de Estado tem tal responsabilidade que, conforme diz a Constituição, deveria ter o limite superior de remuneração, e há até um esforço do Presidente Itamar Franco nessa direção.
Quero deixar registrado que esse esforço de corrigir essa distorção, ainda mais se o Ministro Henrique Hargreaves voltar para o Governo, na minha avaliação, deve prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, V. Exª passará da palavra à ação e apresentará um projeto de lei.
O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas isso já está na Constituição.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não. Parece que só em relação ao Executivo; não sei se isso abrange outros Poderes.
Na verdade, dentro do Executivo, de que participei, isso é inevitável, tanto que há pessoas que têm um valor muito maior no contracheque, mas devolvem, ou melhor, deixam de receber. Isso é o que existe até agora.
Vou dar a palavra ao Ministro Hargreaves, para concluir. Mas como sei que, depois de S.Exª concluir, provavelmente não terei chance de encerrar a reunião, afogado que serei pelos pressurosos que virão justamente a S.Exª abraçá-lo. Portanto, quero falar um pouco antes e me dirigir, numa provocação descarada, a uma das figuras com quem tenho convivido neste Senado com a maior alegria, o maior respeito, também decorrente desse convívio, que é o nosso prezado Senador Pedro Simon, que todos conhecem.
Alguns podem estar estranhando apenas porque S. Exª está sem gravata. Mas li algo que não deve ter sido dito diretamente pelo Senador Pedro Simon, a não ser num momento em que S. Exª pretendeu fazer o que chamamos de facécia ou pilhéria, com alta inteligência. S. Exª teria dito que quando a CPI aplaude o depoente é porque está morta.
Com certeza, essa palavra foi um momento que o meu querido amigo usou para talvez sublinhar, com certa ironia, o que se tinha passado aqui, mas que hoje vai ter toda a razão de ser, porque, como Líder emérito do Governo, e que já tentou corrigir a palavra do Senador Suplicy, quando disse que talvez o Dr. Hargreaves seja convidado a retornar à Chefia do Gabinete, S. Exª ainda disse: agora à tarde. Não sei se ouviram lá no fundo.
Então, queria também dirigir-lhe a minha palavra, porque a nossa convivência nunca foi muito íntima - a minha com o Ministro Hargreaves -, porque S.Exª sempre esteve assessorando, com o brilhantismo que todos conhecem, um partido que, inicialmente, ou posteriormente, não era o meu. Todos nós viemos da ARENA. Alguns fizeram a viagem a Canossa, hoje estão até na oposição e se lembram de que combateram em 1964, mas também participaram conosco, de início. Isso é importante que se caracterize.
Repetindo, eu não deveria dizer nada mais do que disse ao meu querido amigo hoje, o Deputado Klein, que para mim foi uma belíssima revelação, uma vez que não o conhecia pessoalmente, senão S. Exª, Líder, dando-me trabalho, e eu presidindo a Casa.
S. Exª e esse terrível Airton Soares, que também procurava fazer aquele jogo típico da Oposição de ficar colocando doze pessoas na fila para levantar questões de ordem inexistentes, mas a quem eu era obrigado a conceder a palavra, por cinco minutos cada. No final, perfaziam sessenta minutos para pedir nova verificação de quorum.
Metade da minha vida foi passada na área militar; por isso, sinto neste País algumas coisas estranhas. Nós, militares, pensamos ser os monopolistas do patriotismo, enquanto os civis pensam que são os monopolistas da inteligência. Esse é um mal muito grande. Ouvi, muitas vezes, pessoas se referirem a um major assim: "Mas esse homem é militar? Não parece, tão inteligente...". Eu passei a minha vida dizendo aos civis: "Vocês estão enganados ao pensar que no quartel a nossa ação restringe-se ao "esquerda volver e direita volver" - mais direita do que esquerda. Temos, ao contrário, algumas oportunidades de mergulhar naquilo em que V. Exªs, em geral, são peritos e perfeitos.
Lidei com o Ministro Henrique Hargreaves. S. Exª, como um assessor criterioso, muito discreto, sentava-se lá ao fundo da sala, ajudando-nos não a fazer armadilhas, como disse ainda há pouco o Deputado José Genoíno, confessando que as fazia. Na verdade, buscávamos vencer pela maioria os nossos resultados.
Quero congratular-me com V. Exª e mostrar que o nosso critério foi ouvir todos.
Neste momento, não sei mais como foi a referência ao nome de V. Exª. Sei que foi na qualidade de funcionário e nunca na de Ministro de Estado. Não sei se foi no sentido de que V. Exª acompanhava o Deputado Ricardo Fiúza à residência deste Deputado ou se acompanhava o Deputado à residência do Deputado João Alves. Parece-me que era à casa do Deputado Ricardo Fiúza, não me lembro agora. Era perfeitamente natural; V. Exª era uma espécie de Richelieu daquele período.
Se V. Exª me permite e o nobre Senador Pedro Simon não me cortar a oportunidade de completar isso, queria apenas que V. Exª tivesse um cuidado daqui para frente, não propriamente com as companhias com as quais V. Exª poderia andar e um dia lhe causasse um tipo de inferência, mas as companhias

que V. Exª leva para andar de ultraleve. Muito cuidado! (Risos)
Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, por uma deferência especial da Mesa por ter sido citado.
O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, acredito que V. Exª tenha feito essa citação de propósito para que eu pudesse falar. Por isso, agradeço. V. Exª sabe que, em nenhum momento, eu haveria de dizer que o instante em que se aplaude é o aquele em que a CPI está morta. É claro que eu jamais faria essa afirmativa. Foram alguns jornalistas que comentaram que estão sendo ouvidas pessoas que estão sendo aplaudidas e que parece ser este o momento de a Comissão pensar em encerrar as suas atividades.
Sr. Presidente, creio que não estamos nos dando conta de que hoje estamos vivendo um dia histórico na vida deste Congresso Nacional: no último dia de debate chegar a este ambiente, a uma reunião desta natureza, com os Parlamentares de consciência tranqüila de que fizeram o que deveriam ter feito, creio que ninguém imaginava.
Aqui temos Parlamentares com pensamentos, ideologias e propostas das mais diferentes, cônscios, todavia, da necessidade de se chegar a uma média de pensamento. Entendíamos que teríamos de alcançar um determinado posicionamento que representasse o momento que estamos vivendo.
Sr. Presidente, a meu ver, é muito difícil que, na história do Parlamento brasileiro, tenhamos nos identificado mais com a expectativa do que quer a sociedade do que no dia de hoje.
Vinha num crescendo. O Congresso havia se reunido, atendido ao apelo dos caras pintadas; havia feito o afastamento do presidente, numa sessão, num debate, numa CPI, numa atuação do Congresso, também da maior dignidade; mas essa era muito mais difícil do que aquela, porque naquela, de certa forma, éramos os Parlamentares que estavam julgando os homens que estavam lá fora; agora, somos os Parlamentares que estamos julgando a nós mesmos.
Não há dúvida de que na medida em que julgamos e cobramos um Deputado, um Senador - assim como disse o nobre Senador do Amapá - é um pouquinho de nós que estamos julgando. Somos, de certa forma, um pouco co-responsáveis - porque não somos o Olimpo, os sábios, os verdadeiros donos da verdade - por tudo que isso que aconteceu.
O mérito que tem a Comissão presidida por V. Exª é a de, num determinado momento, ter de dizer: - agora é a hora; e essa hora está sendo feita. Os mesmos Parlamentares, o mesmo Congresso que afastou o Sr. Collor, é o Congresso que está agora tomando posição.

Nessa hora, Sr. Presidente, eu digo e repito mil vezes: nós estamos vivendo uma revolução ética, neste País. Não estamos nos dando conta, assim como os que fizeram a Revolução Francesa não se estavam dando conta de que estavam fazendo uma página nova na História. Para eles, não havia pão, estavam com fome, e estavam avançando em busca disso; mas estavam fazendo uma página nova.
Estamos fazendo uma página nova na História deste País, Sr. Presidente, e podemos analisá-la sob os mais variados ângulos, mas o ângulo fundamental da crise, da ética, da dignidade deste Brasil chama-se impunidade.
As coisas aconteciam neste País porque se sabia que nada aconteceria. Podia-se roubar, fazer o diabo neste País que nada acontecia; mas, hoje, as coisas são diferentes, graças a este Congresso.
Um Presidente da República foi afastado por corrupção; o Sr. PC passou o Natal na cadeia, por corrupção. As coisas estão mudando, e estão mudando por cima.
Não podemos querer mudar lá no trabalhador, lá no operário, lá na dona de casa, no ladrão de galinha, lá embaixo, até porque ladrão de galinha vai para a cadeia, ao longo do tempo.
Roubar pouco, neste país, é muito perigoso. O fácil, neste País, tem sido roubar bastante. Pois as coisas estão mudando, e estão mudando por cima.
O Congresso Nacional afastou o Presidente, por corrupção. O Congresso Nacional determinou que fosse para a cadeia o grande ladrão, que é o Sr. PC, por corrupção.
É a primeira vez, na História do mundo, Sr. Presidente, que um presidente da república sofre um impeachment e é afastado pelo Congresso Nacional; na História do mundo, porque nos Estados Unidos não houve, mas, lá, mataram muita gente, mataram muitos presidentes. Se no Brasil depuseram pelas armas, nos Estados Unidos mataram presidentes. Aqui, não. Aqui é a primeira vez, na História do mundo, que, democraticamente, se afasta um.

E hoje, Sr. Presidente, é a primeira vez, na História do mundo, que um regime presidencialista faz sua autopunição. Estamos buscando a nossa autopunição.
E, com todo o carinho e com todo o respeito, Sr. Presidente, dirijo-me aos meus irmãos do Judiciário, que não têm culpa, porque se as coisas não funcionam, nós provavelmente somos mais responsáveis do que eles. Pela segunda vez, vamos dar o exemplo de que querendo se faz. Esta CPI, pela segunda vez - fez com o Collor e o faz agora - foi lá, buscou, levantou, analisou, pesquisou, debateu, e, em tempo recorde, fez.
A impunidade não pode continuar. Dirijo, daqui, o mesmo apelo que, da tribuna do Senado, fiz ao Supremo: se o que estamos fazendo, na hora da Revisão, não é o perfeito, eles que saiam da autoridade, da importância do poder, mas tenham a grandeza de olhar para o País e vir dizer para nós o que acham que deve ser melhor para mudar, para terminar com a impunidade. Não podem ficar nessa posição de dizer: - "Isso não dá, foram vocês que fizeram. Pois se as provas estão aí, se as emendas estão aí, se os projetos estão aí e não resolvem?" Eles que nos digam: "- Para nós o que resolve é isso aqui". Mas que a impunidade não pode continuar, não pode. Esse exemplo que estamos dando é emocionante, sim.
E digo mais, Sr. Presidente: eu me emociono com a presença dos Parlamentares nesta Casa. O exemplo que os Senadores e Deputados, titulares e suplentes, deram aqui é qualquer coisa de fantástico, é algo que tem que ser marcado.
Divergir? É claro que divergimos. Pensar diferente? É evidente que pensamos diferente. Mas chegamos, afinal, a uma reunião sessão como esta. É claro que há alegrias e há tristezas; é claro que há mágoas e há ressentimentos; e há pessoas que vamos atingir. Todavia, não sinto, Sr. Presidente, em nenhuma das pessoas, das quais vejo o fundo dos olhos, que houve má fé, que houve má intenção; não vejo, no fundo dos olhos de ninguém, alegria, porque se vai atingir quem quer que seja.
E digo, Sr. Presidente, a V. Exª, ao Deputado Odacir Klein e ao Deputado Roberto Magalhães, que sob a Presidência de V. Exª, que prestou inestimáveis serviços a este País, recordista de ocupação de ministérios variados e em diferentes governos da história deste País, V. Exª que foi Governador, foi Presidente do Congresso e que, lamentavelmente, não foi Presidente até agora porque não era general - se o fora, já estaria lá (Risos) -, V. Exª, Sr. Presidente, talvez, em toda sua biografia, tenha prestado, nesta CPI - e o digo com toda sinceridade -, o trabalho mais importante da sua vida, pela sua competência, pela sua seriedade. Porque, por aquilo que alguns não conseguiram entender, eu inclusive, as brincadeiras, a liberalidade, aquilo que V. Exª fez, violentando o Regimento, permitindo que todo mundo falasse, até fazer uma catálise de dizer aqui o que tinha de dizer para não dizer lá fora, V. Exª permitiu que as coisas andassem e chegassem, como chegaram, ao seu final.
Acredito muito em destino, sou descendente de árabes: Maktub - estava escrito! Porque não havia razão nenhuma para V. Exª estar sentado aí. E perdoe-me, claro, V. Exª é um homem de bem, um grande Senador, um homem extraordinário, mas em termos de Congresso Nacional, o lugar era do PMDB, não de V. Exª; era de um Senador do PMDB, que tem nomes ilustres. Houve, pois, uma predestinação no sentido de que fosse V. Exª. E digo do fundo do coração: não vejo, com todo o carinho que tenho aos outros oitenta Senadores, nenhum outro que pudesse desempenhar o papel que V. Exª desempenhou. V. Exª desempenhou um papel fantástico, tendo ao seu lado este homem que representa a dignidade e a honradez do Rio Grande do Sul, o companheiro Odacir Klein, um homem de todas as horas e das horas mais difíceis. V. Exªs, de mãos dadas praticamente, levaram isso à frente. E V. Exª me disse, mais de uma vez: "Que bom ter ao meu lado essas duas pessoas, porque eu fico tranqüilo; quando eles dizem, sinto que é aquilo que está acontecendo, e juntos nós trabalhamos". Esse é o estilo do Odacir Klein. É bom ver um Relator como o Dr. Roberto Magalhães, que teve aquela grandeza na questão de Pernambuco. Mas vejo, conversando com os companheiros da CPI, que vai ser o nosso orientador. Tenho pena do Roberto; não gostaria de estar no lugar dele. Digo do fundo do coração que, a partir de agora, de hoje até os próximos dias, para os dois Robertos - o Magalhães e o Rollemberg -, será uma missão difícil a que S.Exªs terão pela frente. Mas que bacana a gente conversando e falando com Parlamentares, dentro e fora da CPI, e S.Exªs dizerem praticamente que o que vier do Relator é praticamente a orientação que teremos, porque será o fruto de um estudo de uma dignidade, de uma seriedade, daquilo que deve ser.

Não somos dignos, não somos merecedores da inveja de quem quer que seja. A nossa missão é muito difícil. Nós vamos passar por um momento em que vamos brincar com a dignidade de Parlamentares os mais ilustres; vamos decidir. É difícil a nossa missão. Se fôssemos juízes de um tribunal nos Estados Unidos, poderíamos estar decretando pena prisão perpétua ou pena de morte. Não estaremos fazendo isso. Mas, para Parlamentares, para políticos, determinarmos o afastamento, a cassação de um mandato é, na minha opinião pessoal, se acontecesse comigo, mais que a pena de morte, mais que a prisão perpétua.

E nós vamos fazer isso - é dramático, é verdade -, mas vamos fazer com a dignidade do dever cumprido.

Podemos ser acusados de muitas coisas, Sr. Presidente. Podemos ser acusados de que faltou gente para vir aqui. Podemos ser acusados de não ter aprofundado seja lá o que for. Mas duvido que nos acusem de que faltou gente por má-fé nossa. Duvido que nos acusem de que alguém possa ser condenado por má-fé nossa ou alguém que fez e deixou de pagar por má-fé nossa. Isso é importante. Importante é o nosso gesto.

A única questão que eu diria a mais, numa referência direta aos meus amigos do PPS, tendo a mim na Presidência, e aos meus amigos do PT: se dependesse de mim, eu não misturaria a CPI dos corruptores com a CPI da CUT, com a CPI do PT. Até porque a CPI dos corruptores, a rigor, a solicitação que nós fizemos, do Senador Eduardo Suplicy, e S.Exª teve a gentileza de ir ao meu apartamento, fui o primeiro assinar - claro que S.Exª assinou depois de mim, porque o requerimento era dele, não era meu. S.Exª é que fez a gentileza de pedir para eu assinar primeiro, e eu assinei lá em baixo, deixando o lugar que S.Exª merecia. Mas quando verificamos, conversamos e notamos a importância do que foi colocado ali e estava colocada ali também a figura do corruptor porque, desde o início, dizíamos que tínhamos que completar o quadro.

Acho, Sr. Presidente, que estamos vivendo o segundo capítulo da revolução ética. O primeiro foi o afastamento, por corrupção, do Sr. Fernando Collor. O segundo é o que estamos vivendo aqui na auto-cassação, na limpeza do próprio Congresso. Mas ficaremos capengas e as coisas voltarão a ser e não se resolverão e não atingiremos o que queremos se não fizermos o terceiro capítulo, que é a análise dos corruptores.

O primeiro capítulo, Sr. Presidente, foi institucional. Não tinha PMDB, nem PDT, nem PT, nem Governo nem Oposição, nem esquerda nem direita. Foi o povo que foi às ruas de cara pintada e fez a CPI. E o povo cassou o Sr. Collor.

Vamos fazer justiça, Sr. Presidente. Aqui hoje não tem nem PT, nem PDT, nem PSDB, nem PFL, nem PMN, nem esquerda nem direita. Somos nós que estamos aqui fazendo uma análise da CPI do Orçamento.

O terceiro capítulo tem que ser assim. O terceiro capítulo que imaginamos também é institucional e é importante, Sr. Presidente. Claro que uma CPI que nem esta, com este resultado, com esta ética, com este espírito público, não tivemos. É a primeira. Mas movimento de moral, de seriedade, cansamos de ter. Tivemos em 64, tivemos em 54 e cansamos de ter essa questão de corrupção, o mar de lama e tudo o mais que acontecia e que se dizia que ia repetir.

Corrupto cansou de ser nome na história do Brasil. Mas, pela primeira vez, temos praticamente o dossiê, o esquema, a organização de uma corrupção quase que institucionalizada na figura do corruptor. Isso está pronto.

A CPI presidida por V. Exª, Sr. Presidente, está deixando o dossiê pronto. Já podemos dizer que esta CPI apurou mais de 60% do que será necessário para o que vem depois desempenhar. Já apuramos 60%. Já sabemos o caminho. Já temos os nomes. Já temos a maneira de perquirir. Está praticamente pronto.

Não fazer agora, eu acho sério, Sr. Presidente, e me perdoe o PT e me perdoe o PPS, mas misturar a CPI do corruptor com a CPI da CUT e com a CPI das campanhas eleitorais não me parece justo.

O Senador Mário Covas, na reunião das Lideranças, à qual estava presente, disse bem que o Amim entrou com a CPI da CUT, o PT entrou com a CPI das campanhas e isso já é campanha eleitoral. Estamos na campanha presidencial. E se se criar uma, temos que criar a outra; se eu crio as duas, crio as outras que vão pedir.

Vai aparecer alguém querendo a CPI do Pau-Brasil. Vai aparecer alguém querendo a CPI da VASP, alguém querendo a CPI da Linha Vermelha, alguém querendo a CPI da Linha Verde. E temos que criar todas porque já temos um objetivo, que não é institucional como está aqui. E não é institucional como é a CPI do corruptor.

Não sei, mas eu pediria ao ilustre Relator, com toda a sinceridade, se S. Exª ver

no início do requerimento do Senador Eduardo Suplicy, lá falamos também na figura do corruptor.
Penso que quando colocarmos as nossas conclusões, se S. Exª fizesse um capítulo dizendo o que já temos, o que já apuramos e pedisse ao Congresso Nacional que instituísse, o mais breve possível, esta CPI, acho que concluiríamos de maneira muito feliz o nosso trabalho.
Com relação ao nobre ex-Chefe da Casa Civil, felicito-o pelo seu aniversário. Creio que, afinal, a vida é assim; mas, na verdade, veja V. Exª que o que parecia um dia dramático e o pior da sua vida - fazer um depoimento - terminou com V. Exª recebendo o respeito e a admiração, que se transformam num presente de carinho.
Se vai voltar ou não à Casa Civil, não sei, mas o que sei é que fico muito feliz em ver V. Exª sair com a tranqüilidade, com a serenidade de um homem de bem, que prestou realmente um importante serviço a esta Casa.
Agradeço, Sr. Presidente. Peço desculpas. Não tendo falado ao longo desta CPI, o que fiz deliberadamente. Penso que, neste momento e nesta hora, era o que me parecia muito importante falar a V. Exª.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª fez dois discursos. Fez o discurso inicial da CPI, que foi uma tese extraordinária e completa com este. Rejubilo-me de tê-lo provocado.
Tem a palavra o Ministro Henrique Hargreaves, para encerrar a reunião.
O SR. HENRIQUE HARGREAVES - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares:
Gostaria de fazer um registro sobre a transparência do Governo do Presidente Itamar Franco. Uma pequena demonstração dessa transparência foi o trabalho da RADIOBRÁS transmitindo tudo o que se passou nesta CPI. Tenho a honra de dizer isso, porque eu já estava citado e tive, como disse, a honra de pedir ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República autorização para determinar que a RADIOBRÁS transmitisse tudo, uma vez que ela estava subordinada a mim. Quero fazer este registro, para mostrar que essa transparência do Presidente Itamar Franco é motivo de destaque, para que haja essa confiança do Legislativo que, através desta Comissão, como diz o Senador Pedro Simão, está cumprindo um papel notável para a vida democrática.
Sr. Presidente, assustei-me um pouco quando li nos jornais que eu não iria mais depor. Assustei-me porque não queria perder a oportunidade de estar aqui, prestar meu depoimento e poder olhar nos olhos dos senhores com a certeza que sempre tive de que sempre fui correto na minha vida, mostrando aos meus familiares, aos meus amigos e à sociedade em si que nunca tive envolvimento com nenhum caso, nenhum esquema ou episódio menos nobre. O que eu peço é que Deus ajude esta Nação.
Muito obrigado aos senhores.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Vicente Fialho pede a palavra pela ordem para fazer uma breve comunicação.
Peço ao Ministro, portanto, que aguarde, por favor, porque o ideal seria liberá-lo agora, libertá-lo, nunca, mas liberá-lo agora.
Tem a palavra o Deputado Vicente Fialho, para encerrar.
O SR. VICENTE FIALHO - Sr. Presidente, Sr. Ministro Henrique Hargreaves, ilustres membros desta Comissão:
Inicialmente, queria pedir sua permissão para fazer minhas as palavras do Senador Pedro Simon, quando disse que o depoimento do nobre Ministro Henrique Hargreaves ocorreu como esperávamos. Sua retidão e sua vida pública já nos indicavam que este depoimento, este testemunho seria uma confirmação da retidão de toda sua vida pública.
Sr. Presidente, solicitei, pela ordem, a atenção de V. Exª e dos nobres companheiros, colegas de Comissão para aqui fazer uma solicitação à imprensa, que sempre tem tido a mais absoluta abertura para acompanhar de perto todos os trabalhos da Comissão, e tem havido transparência absoluta, de forma que todo o País possa acompanhar de perto tudo o que aqui ocorreu.
Em função disso, Sr. Presidente, eu queria ler dois documentos...
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se V. Exª me permite, podemos fazer logo um resumo rápido.
O SR. VICENTE FIALHO - Pois não, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Se V. Exª me permitir interpretar: o Deputado Fialho foi citado por um noticiário de jornal entre aqueles 40 Deputados que deveriam ser indicados pela Comissão de Patrimônio para terem seus mandatos cassados por falta de decoro. S. Exª se dirigiu ao Coordenador da Comissão de Patrimônio, que é o nobre Senador José Paulo Bisol, que lhe

respondeu que até agora isto não existe, que o nome de S. Exª não consta. E é este o apelo que se faz à imprensa.
Se me permite o nobre Deputado, já que estamos com a próxima oitiva a poucos minutos de se realizar, eu gostaria de salientar apenas uma questão importante, que vem sendo também registrada pela imprensa: fala-se em falta de quorum no Congresso Nacional. No entanto, nestes 90 dias, nos sábados inclusive, nunca tivemos aqui um dia sem quorum e quorum expressivo. Permita-me fazer este resumo e dar a V. Exª os parabéns por ter obtido a carta de auforria do...
O SR. VICENTE FIALHO - Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar ao Jornal do Brasil, responsável pela publicação em circulação restrita ao Rio de Janeiro, em função do ofício feito pelo nobre Senador José Paulo Bisol, que fizesse a retificação da matéria publicada.
O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está encerrada a reunião. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 18h20min.)

Depoimento do Sr. Deputado Mussa Demes

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Srs. Membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, vamos dar início à nossa reunião, que é a última do dia e, talvez, a última do nosso período de trabalho, para ouvir aqui o nobre Deputado Mussa Demes.

O Dr. Roberto Magalhães deve estar com problemas provavelmente de dar satisfações à imprensa. Com isso, vou começar pedindo o auxílio do nobre Deputado Luiz Máximo para o início da reunião, e o Vice-Presidente vai fazer, como sempre, as perguntas formais, iniciais de sempre.

O SR. ODACIR KLEIN - Seu nome?

O SR. MUSSA DEMES - Mussa de Jesus Demes.

O SR. ODACIR KLEIN - Idade?

O SR. MUSSA DEMES - Cinquenta e quatro anos.

O SR. ODACIR KLEIN - Estado Civil?

O SR. MUSSA DEMES - Casado.

O SR. ODACIR KLEIN - Residência?

O SR. MUSSA DEMES - Rua Eliseu Martins, nº 1.985. Teresina.

O SR. ODACIR KLEIN - Profissão?

O SR. MUSSA DEMES - Deputado Federal.

O SR. ODACIR KLEIN - O lugar que exerce é Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço que fiquemos de pé para ouvir a leitura do compromisso.

O SR. MUSSA DEMES - "Juro dizer a verdade, somente a verdade do que sei e do que me for perguntado."

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado.

Nobre Deputado, nossa praxe aqui tem sido proporcionar ao depoente, desde que ele assim deseje, o prazo de uma hora para uma explanação que lhe aprouver fazer.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. MUSSA DEMES - Sr. Presidente, eminente Senador Jarbas Passarinho; Sr. Vice-Presidente, nobre Deputado Odacir Klein; Sr. Vice-Relator, nobre Deputado Luiz Máximo; Srs. Senadores, Srs. Deputados membros desta CPI:

Agradeço à Comissão por me haver convocado para depor. Depois de ter o meu sigilo bancário quebrado, aliás voluntariamente, nada de pior poder-me-ia acontecer do que ver os trabalhos encerrados sem que eu tivesse a oportunidade de ser ouvido, e de demonstrar aos meus amigos, aos meus familiares, aos meus correligionários, aos piauienses, especialmente, àqueles que me fizeram seu representante na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional, que nada, absolutamente nada tenho a ver com o que se convencionou denominar de "Máfia do Orçamento".

Sei que todos os senhores estão exaustos. Acompanho, como todo o Brasil - e por razões de ordem pessoal até -, os trabalhos desta Comissão. Por isso mesmo, vou ficar, a partir de agora, à disposição para os questionamentos que - eu sei - me serão feitos, mesmo para àqueles que possam nada ter a ver com o objetivo desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Eduardo Suplicy, o nobre Relator cede a preferência, no momento, a V. Exª para as perguntas.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Relator, Deputado Mussa Jesus Demes, V. Exª participou da Comissão Mista de Orçamento, segundo levantamento da Subcomissão de Emendas, no período de 25 de março de 1992 a 15 de março de 1993, na condição de titular, ocupando a Relatoria-Parcial do Ministério da Integração Regional, que envolve a Administração Direta, SUDAM, SUDENE e demais entidades supervisionadas, fundos para o Orçamento-Geral da União de 1993 - uma das Relatorias consideradas de maior importância.

V. Exª foi principalmente convocado - e se dispôs a vir aqui até por sponte propria - para prestar esclarecimentos à CPI, sobretudo em função da inicial "MD", relacionada à Adutora Pedro II, do Ministério da Integração Regional, como emenda parcial, ali havendo o número 3, com a porcentagem 3%, depois 0,425 bi, e daí 4,675 bi, igual a 0,27%; logo abaixo vinha: Relator-Geral - 3%, 4,25% e assim por diante.

Trata-se de uma emenda apresentada pela Bancada Parlamentar do Piauí, prevendo uma construção da adutora do Município de Pedro II, uma obra que ficou a cargo do Governo do Estado, segundo levantamento feito pela Subcomissão de Emendas.

Vou aqui registrar ainda alguns dados levantados: o valor da emenda foi estimado em 417 mil dólares; o Relator-Geral acabou acrescentando mais 9 milhões de dólares. Sendo V. Exª do Piauí, sendo Relator-Parcial do MIR para o Orçamento de 1993, o que tem a esclarecer sobre este episódio, sobre este registro?

Qual é o significado econômico e social da Adutora Pedro II para a região onde se encontra no Piauí?

Como surgiu a idéia de se propor essa emenda?

Que relacionamento houve entre V. Exª, ou que seja do seu conhecimento, entre Parlamentares, seja da Bancada do Piauí ou de outros Estados e, por exemplo, o Sr. Aílton Reis e outros representantes da Construtora Norberto Odebrecht, que pudesse justificar essa menção às iniciais do nome de V. Exª?

O SR. MUSSA DEMES - Nobre Senador Eduardo Suplicy, passo às mãos de V. Exª, para acompanhamento do que vou dizer a seguir, um ofício que dirigi à época ao eminente Presidente desta Comissão, Senador Jarbas Passarinho, documento esse que foi aditado no dia imediato por um outro, para que possa ficar mais inteligível a explicação que darei.

No dia imediato à quebra do meu sigilo bancário, dirigi expediente ao eminente Senador Jarbas Passarinho, após fazer uma consulta à Subcomissão de Emendas e ao seu setor de processamento de dados.

Naquela oportunidade estive com o nobre Deputado Sigmaringa Seixas, Coordenador da Subcomissão, a quem perguntei a razão da minha inclusão no grupo que deveria ser investigado. Segundo S.Exª - e V. Exª pode comprovar - eu fora Relator do MIR. Aí está a expressão MIR, seguida da expressão emenda parcial. Eu fora Relator-Parcial, portanto, e, ao lado da expressão emenda parcial, havia as iniciais "MD", seguidas de um percentual de 3% e 0,425 bi, que não sei exatamente o que quer dizer, dividido por 4,675 bi, que também não sei o que quer dizer, que daria um percentual de 0,27%.

Acontece o seguinte, nobre Senador Eduardo Suplicy: se V. Exª tiver o cuidado de fazer um exame - não precisa ser um exame muito profundo, não, a olho nu mesmo -, vai perceber, em primeiro lugar, que o "D" das iniciais está visivelmente rasurado - visivelmente rasurado, pois pode ser visto a olho nu, e eu gostaria de ver mais adiante o original desse documento.

V. Exª vai ver, inclusive, que a letra não é a mesma. Se V. Exª comparar a letra "d", na palavra "discriminação", lá em cima - discriminação dos percentuais - e, lá embaixo, quando se diz "Estado do Piauí", na palavra Estado, vai ver que dificilmente o autor das iniciais é o mesmo do demonstrativo. Isso, em primeiro lugar.

Em segundo, nobre Senador Eduardo Suplicy, o Ministério da Integração Regional teve dois Relatores: um fui eu. Como V. Exª apropriadamente colocou, fui eu quem cuidou do Ministério propriamente dito, quem cuidou da SUDENE, SUDAM, SUFRAMA e também de uma companhia de Barcarena, se não me engano. Não sei muito bem o que é isso, porque não havia emendas em relação a ela.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Trata-se da CODEBAR.

O SR. MUSSA DEMES - CODEVASF?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - CODEBAR - Companhia de Desenvolvimento de Barcarena.

O SR. MUSSA DEMES - Desculpe-me, Senador. Obrigado pela contribuição, nobre Presidente. Não havia emendas em relação a ela.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É que o Pará, às vezes, é menos conhecido que o próprio Piauí.

O SR. MUSSA DEMES - Todavia, havia sido destinado um outro Relator para a área do MIR. O DNOCS foi dividido em duas Relatorias: a do DNOCS e a da CODEVASF.

Busquei essa emenda, e, para surpresa minha, nobre Senador Eduardo Suplicy, ela simplesmente não existia; apesar de indicada como referente à Adutora Pedro II, não havia, no Ministério da Integração Regional, qualquer emenda que relatei para a Adutora Pedro II e tampouco para a área do Ministério da Integração Regional.

Havia, isto sim, como única obra hídrica de interesse do Estado do Piauí para o Município de Pedro II, o açude Joana, obra que há mais de 30 anos os piauienses tentam ver concluída e não conseguem e que teve como Relator não o Deputado Mussa Demes, mas o nobre e honrado Senador Dario Pereira, que, por sinal, não deferiu um centavo para esse açude. Só na fase final, como V. Exª pode ver nesse documento que coloquei à sua disposição, sob o Código 43.206, que é o que define o DNOCS; na fase final, portanto, já através do Relator-Geral, o Senador Mansueto de Lavor, é que essa obra foi contemplada com o valor de dois milhões de cruzeiros.

Agora vem a surpresa maior para V. Exª, para mim e, tenho certeza, para este Plenário: essa obra jamais foi da Construtora Norberto Odebrecht; vinha sendo feita há 30 anos e continua sendo feita, por falta de recursos, pelo Batalhão de Engenharia de Construção.

Então, nobre Senador Eduardo Suplicy, dessas iniciais e da emenda não restou nada, absolutamente nada que pudesse efetivamente ligar o Deputado Mussa Demes - tenho certeza - às investigações que foram realizadas.

Não censuro, todavia, o comportamento da Comissão, absolutamente. Sei que se adotou um critério nesta Casa, ao qual disciplinadamente me submeto e admito como correto. Só que, se naquela ocasião isso pudesse ter sido melhor examinado, possivelmente, como ontem falou apropriadamente aqui o Senador Mário Covas a respeito do nobre Deputado Osmânio Pereira, eu pudesse ter sido excluído da investigação.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Deputado Mussa Demes, V. Exª tem muita experiência na área orçamentária. V. Exª não apenas participou da Comissão de Orçamento, como Sub-Relator, mas foi Secretário de Estado da Fazenda no Ceará e no Piauí - primeiro, em 1982-1983 e, depois, em 1983-1985, respectivamente -, e também Secretário de Administração, pelo que posso ver dos seus dados biográficos no livro da Câmara dos Deputados.

Tendo sido Relator da área do MIR, envolvendo a SUDAM, a SUDENE e órgãos como estes, e em conhecendo tão bem o Nordeste e o Piauí, gostaria de lhe perguntar: que avaliação faz da forma como são destinados os recursos especificamente pelo Ministério da Integração Regional? Pergunto isto porque V. Exª certamente tem lido notícias sobre até a possível extinção do MIR. Se o Ministério do Bem-Estar Social fosse extinto, que recomendações teria V. Exª para que a destinação de recursos governamentais, hoje administrados por tais Ministérios, pudesse ter uma maior produtividade do ponto de vista sócio-econômico?

O SR. MUSSA DEMES - Nobre Senador Eduardo Suplicy, apesar de haver sido, como bem falou V. Exª, Secretário de Estado da Fazenda no Ceará, no Piauí e, mais recentemente, Secretário de Administração, novamente no meu Estado, servindo ao Governo Freitas Neto, a minha experiência no Congresso Nacional, na Comissão de Orçamento, se resume apenas a essa breve passagem a que V. Exª aludiu.

Fui membro da Comissão de Orçamento apenas uma vez. Portanto, apenas essa vez, no ano de 1992 para o exercício de 1993. Infelizmente, foi um ano atípico, Senador. Como V. Exª bem sabe, o Orçamento foi encaminhado a esta Casa e, pouco depois, com o afastamento do Presidente Fernando Collor, o Ministro do Planejamento pediu o documento de volta - o projeto encaminhado a esta Casa -, passou um longo tempo com S.Exª e só o encaminhou à Comissão de Orçamento às vésperas do encerramento do período legislativo. Só naquela oportunidade, quando fui designado Relator, é que tive de fato a oportunidade de conhecer o que estava destinado à área do Ministério da Integração Regional. Mesmo assim, com mais de três mil emendas para relatar, no curtíssimo prazo de uma semana para fazê-lo, tive de me isolar numa sala da própria Assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, ali me trancando com dois assessores durante uma semana inteira, trabalhando de oito da manhã às três da madrugada do dia seguinte, invariavelmente. Houve dois dias em que saíamos às cinco horas da manhã, com um breve intervalo apenas para um rápido almoço no restaurante dos funcionários da Casa.

Ficava muito difícil para mim, portanto, promover um exame mais apurado das emendas que estavam submetidas à minha consideração naquela oportunidade. Por isso mesmo, preferi dar preferência, dentro do que cada Parlamentar teria direito, às prioridades por S.Exª próprio definidas.

Naquela ocasião, tendo apenas cerca de trezentos milhões de cruzeiros à época para destinar, o que representava algo em torno de 25% do total - os restantes 75% ficavam para que o Relator o fizesse -, preferi, pela exigüidade do tempo, pela impossibilidade de fazer

um exame mais aprofundado de cada emenda, atender aos pedidos dos meus companheiros, dos Parlamentares, por entender que ao Deputado, ao Senador, esse direito deve ser conferido, até porque quem mais sabe o que é necessário no seu Estado ou no seu Município é efetivamente o Parlamentar, não são os funcionários da áreas do Poder Executivo. Não são os burocratas, que administram refestelados confortavelmente nos gabinetes refrigerados de Brasília, que sabem exatamente o que é melhor para o meu Estado, o que é melhor para o Piauí, o que é melhor para aquela região seca, o semi-árido piauiense, que represento com muita honra: Paulistana, Padre Marcos, Marcolândia, cidade em que, há pouco mais de um ano, muitos dos senhores viram aqui, pela televisão, sua população se abastecendo num barreiro que estava acabando de secar, e que é abastecida por carro-pipa, devido a falta d'água. Então, quem sabe que Marcolândia precisa de um açude sou eu, e, graças a Deus, tive oportunidade de contribuir para isso.

Há um mês e pouco, estava eu, sozinho, num sábado à tarde, na companhia do Deputado Homero Castelo Branco - Deputado Estadual também votado naquela reunião -, à beira daquele açude que estava sendo construído, e tive a felicidade de saber por S.Exª, há uma semana, que as chuvas, que até que enfim começaram a cair por lá, e graças a Deus com abundância, já fizeram sangrar esse açude, permitindo que, pelo menos durante dois anos, a população daquela cidade possa ser abastecida sem necessidade dos carros-pipa.

Se eu fosse Presidente da República, jamais acabaria com o Ministério da Integração Regional, como jamais votarei nesta Casa, enquanto Deputado for, para que se reduza a participação dos Estados e dos Municípios na repartição da renda nacional.

Acho que isso foi um avanço na Constituinte. Acho que nós tiramos das mãos dos Ministérios da área econômica o poder de manipular esses recursos, como acontecia no passado, e não gostaria que isso voltasse a acontecer. Ministérios como o da Integração Regional e o da Ação Social, na minha visão, nobre Senador Eduardo Suplicy, não deveriam desaparecer. É a resposta que eu posso lhe dar.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ficou faltando um detalhe da primeira e complementando nesta: na época em que V. Exª estava examinando, como Relator-Geral, essas emendas, teria o Sr. Aílton Reis, ou algum diretor ou representante da Norberto Oderbrecht, lhe visitado, procurado ou telefonado?

O SR. MUSSA DEMES - Essa indagação V. Exª não havia feito ainda, nobre Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Fiz de uma forma mais geral, mas agora bem específica.

O SR. MUSSA DEMES - Mas eu faço questão de responder esta pergunta, apesar de haver demonstrado que nem sequer a emenda que me ligou pertence à empreiteira Norberto Oderbrecht.

O meu gabinete, nobre Senador Eduardo Suplicy, nos dois dias que se seguiram à minha designação como Relator, foi visitado por dezenas de Parlamentares, e também por algumas pessoas que se diziam representantes de empreiteiras.

Aos Parlamentares, eu prometi - e cumpri rigorosamente o prometido - atendê-los na medida da disponibilidade que eu tinha, e no percentual que coubesse a cada um na repartição dos recursos; aos que se diziam representantes de empresas, eu respondi invariavelmente a todos que procurassem o Parlamentar, porque nenhuma emenda seria liberada por mim para atender a interesses de quem quer que fosse, à exceção dos Parlamentares que a houvessem subscrito.

Eu posso assegurar-lhe também que, entre essas pessoas, seguramente não estava o Sr. Aílton Reis, a quem eu tive oportunidade de conhecer neste plenário, quando ele aqui veio depor.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mais uma pergunta, Sr. Presidente. Ainda, hoje, no Jornal do Brasil, foi citado um estudo sobre a concentração da renda e da riqueza no Brasil. Mais uma vez, denota-se, e agora por quatro décadas, que o Brasil tem uma característica triste de um desenvolvimento que, às vezes, é rápido, às vezes menos rápido, mas sempre, por quatro decadas já, marcado por péssima concentração de renda. Estamos dentre os campeões da desigualdade.

Eu gostaria de saber, se V. Exª pudesse fazer, no âmbito da região que tão bem conhece, e em relação àquilo que é administrado pelo MIR - eu me refiro, por exemplo, aos fundos da SUDENE, SUDAM - que avaliação crítica teria V. Exª.

Eu pergunto: não teria, nessas quatro décadas, o Governo brasileiro, ainda que tentando concentrar recursos para as regiões relativamente mais pobres, com o intuito de fazer chegar esses recursos a população mais pobre, promovendo empregos, muitas vezes colocado esses recursos mais nas mãos daqueles que nessas regiões já têm bem mais recursos, e muitas vezes não chegando às mãos daqueles que, por hipótese, se gostaria de fazer chegar para melhorar a distribuição da renda, da riqueza, para erradicar a miséria no País?

Então, gostaria de ouvir, até porque acredito que ainda seja membro da Comissão de

Finanças e Tributação - portanto, interessado nesse assunto -, a sua avaliação crítica. É a minha pergunta final, Sr. Presidente.

O SR. MUSSA DEMES - Nobre Senador Eduardo Suplicy, a colocação é muito oportuna, realmente, e mostra que V. Exª é um homem que se preocupa com os problemas nacionais e não apenas com os do seu Estado. Mas, devido à sua própria estatura no cenário político nacional, V. Exª tem mesmo esse dever, essa obrigação.

A SUDENE, especialmente, que atende à região que conheço melhor, porque sou do Nordeste, e não da região amazônica, tem sido muito questionada através dos anos, e a ela se atribui muitos dos problemas que o Nordeste sofreu e viveu. Porém, a meu ver, se não fosse a SUDENE, a nossa situação ainda seria muito pior do que é hoje.

Evidentemente, ao longo do tempo, ela foi se aperfeiçoando, foi formando técnicos. No início, é verdade, muitas pessoas, não nordestinos inclusive, a maioria de fora, se deslocaram para aquela região com o propósito até mesmo de saquear os recursos do Erário, de, na região, simular a implantação de projetos que não estavam absolutamente interessadas em ver concluídos. Contudo, como já disse, ao longo do tempo, a instituição foi-se aperfeiçoando, esses vícios foram sendo corrigidos, e a SUDENE, hoje, tenho certeza, apresenta como seu maior problema a dificuldade para a alocação de recursos.

V. Exª sabe muito bem que os incentivos fiscais foram excessivamente reduzidos ao longo dos anos. O que era 50% no início passou a sofrer alterações, de forma que hoje é um percentual muito mais reduzido. Nós mesmos, no ano passado, votamos nesta Casa um projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que reduziu substancialmente os recursos da SUDENE e também da SUDAM ao alargarmos o universo das empresas que podem apresentar hoje declarações com base no lucro presumido. E sabemos que das empresas que apresentam declarações com base no lucro presumido não se retira o percentual que, como aquelas que apresentam declarações com base no lucro real, é destinado ao investimento. Há uma luta sem quartel para que esses investimentos desapareçam. Isto, talvez, seja hoje o maior fator de impedir que os projetos cheguem ao seu final.

Na minha visão, o que a SUDENE deveria fazer hoje, e poderíamos, através de um ato do Congresso Nacional ou até mesmo do Poder Executivo, fazer com que isso acontecesse, proibindo, mas proibindo de verdade, a aprovação de novos projetos até que os que estão em andamento sejam concluídos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Essa é uma matéria da maior importância também, embora escape, de um modo geral, àquilo que estamos tendo como objetivo desta CPI. Confesso que, em toda minha vida pública, por exemplo, a temática nordestina é extremamente fascinante e geradora de perplexidades.

Ouvi grande líderes nordestinos: de uns, ouvia que a solução era açudes; de outros, ouvia que a solução era poços artesianos; de outros, ouvia que era a combinação de projetos.

E, relativamente à SUDENE, que foi sucessora da SPEVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, ela aparece já com o problema dos incentivos fiscais a partir da chamada Operação Amazônia, do Presidente Castello Branco.

Eu, àquela altura, fiquei - é uma divagação que V. Exªs me permitam fazer, no tempo do Senador Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com muita honra, Sr. Presidente. Ficarei com saudades.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Cheguei ao momento em que eu pensava que, na nossa Amazônia, pelo menos, o problema seria muito melhor conduzido se tivéssemos o que o Peru tinha feito na Lei da Selva. Na selva peruana, cada indústria, Deputado Mussa Demes, que se instalasse, ela era totalmente liberada de todos os impostos. O Nordeste é forte, embora com todos os seus problemas, mas comparado com o Norte, ele é forte.

Lembro-me uma vez, como Senador, fazendo uma apreciação sobre o BNDE - da época em que ainda não tinha o s - o Norte entrava com 2,3% das aplicações do BNDE, e o Nordeste com 21%. Era bem menos, é claro, que o Sudeste, mas, pelo menos, 21% para menos de 3%, e entrávamos no Norte com 1% de toda a captação de Imposto de Renda Nacional.

Isso talvez fosse um assunto para outra oportunidade que teríamos, enquanto prejudico com isso a oportunidade de dar a palavra imediata ao meu dileto amigo, Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Deputado Mussa Demes:

Permita-me, Sr. Presidente, que faça algumas divagações, não no estilo e na elegância com que V. Exª acabou de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não apoiado.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - ... demonstrando conhecimento profundo dos

problemas nacionais e, por isso mesmo, não desprezando o conhecimento dos problemas da Região Nordestina.

Disse V. Exª que alguns acreditam que a solução está no açude. Outros acreditam que seriam os recursos de poços artesianos; outros, as adutoras, os desvios de rios, as ligações de bacias e coisas tais.

Devo dizer ao Sr. Senador que sou um homem nordestino e, por isso, muito preocupado com a minha região. Há que se verificar dois problemas, a meu ver, básicos: primeiro, a localização. Há a dependência, a vinculação a estudo pedológico, a saber-se onde há terra com profundidade, porque, no Nordeste, temos duas regiões típicas: a região de cristalino, onde uma mera passagem de uma vassoura varre a terra e coloca a mostra a pedra; não há profundidade. A outra é onde o solo tem alguma profundidade e a sua composição.

Se fazemos açudes em áreas do cristalino, normalmente essa água vai dissolver os sais contidos no cristalino e esses açudes viram verdadeiros mares mortos no Nordeste. Ficam águas tão salgadas que se tornam laxativas, purgativas.

Se se faz o açude em terreno arenoso, não há retenção da água. Ele aprofunda, desce e vai para o lençol freático. Então, o açude somente poderá ser feito com algum aproveitamento na região onde haja o barro, a terra vermelha, a terra impermeável, a argila, porque esta é impermeável e serve de receptáculo para um volume de água muito maior.

Então, Sr. Senador, quanto ao problema dos poços artesianos, há outra coisa que me preocupa muito: são as perfurações feitas, em alta profundidade, na região do cristalino, porque elas acabam caindo em fendas de pedra, de cristalino, e essa água já vem com o índice de salinização alto, impróprio para o consumo humano e para a irrigação. E se essa água for usada para irrigação dos poços feitos no cristalino e nos artesianos também, perfurados em áreas de pedras, vamos provocar uma salinização progressiva e rápida; em lugares chuvosos, os técnicos imaginam que essa dessalinização leva cinquenta anos naturalmente e o investimento para dessalinizar tecnicamente é inviável pelo seu alto custo. Temos problemas muito sérios a respeito dessa situação.

É evidente que temos que defender os açudes onde eles podem ser construídos. Temos que fazer a pesquisa hidrológica para encontrar os lençóis freáticos e água com pouca dureza.

Parece-me que o Piauí tem um rio subterrâneo. O meu Estado acaba de localizar também um lençol freático desse tipo. O Rio Grande do Norte tem um lençol freático muito interessante, inclusive de águas quentes na cidade de Mossoró que se tornou, de certa forma, ponto de atração turística. Em suma, no Nordeste, temos uma série de problemas desse tipo. Mas uma opinião pessoal desse seu amigo é que deveríamos pensar em uma coisa chamada adutora, ligação de bacias e a permissão de que o uso da água das adutoras - hoje o meu Estado, por exemplo, tem a maior quilometragem de adutoras no Nordeste - fosse usada também na agricultura e na pecuária de pequenos animais para prover-lhes alimentos e água, porque as adutoras têm permeado nossos estados.

No meu Estado, o Maranhão, em particular, praticamente ela atende ao consumo humano, mas não permite...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Permita-me uma pequena observação, Deputado.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Quando Governador, fui um apaixonado pelo problema hídrico. Fui provocado durante 20 minutos. Não agüento ficar calado. Assumi o governo no quinto ano de seca e tive a felicidade de, no ano seguinte, iniciarem as chuvas. Então, debaixo de chuva, eu fazia obras hídricas. Fiz várias experiências, inclusive uma adutora com 172 quilômetros de extensão em tubulação - não é canal. O Governador João Alves, que era Governador àquela altura, foi meu convidado e compareceu à inauguração.

O SR. - (inaudível)

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Começa com 60 a 80 centímetros, depende. Mas tenho adutoras - depois informo a respeito fora do microfone - com 52 quilômetros debaixo da terra em cinco municípios, começando com um metro de diâmetro até 40 metros na subadutora. O Governo de Pernambuco fez essa adutora e até hoje ela é um marco, porque atinge cinco municípios que, agora mesmo, estiveram, em termos urbanos, fora da problemática da seca. Desapareceram o caminhão-pipa e o tonel.

Quando tomei a decisão de fazer, fiz como Juscelino, que chegou ao Brasil Central e, quando questionado sobre Brasília, disse que iria fazer Brasília e fez. Anunciei que ia fazer essa adutora. O povo conflagrado na rua de Salgueiro, o PT, e a Igreja clamando a falta d'água; mandei chamar a imprensa e anunciei. Não tinha um desenho, um pré-projeto. Mandei fazer e construí.

Para tomar esta decisão, tive de fazer a pergunta fundamental: são 70 quilômetros em linha reta de Cabrobó do São Francisco até Salgueiro, no sertão central. Essa adutora vai

ter que capacidade? Gostaria de fazer uma adutora que, ao mesmo tempo que levasse água para beber, levasse água para irrigar. A resposta foi a seguinte: se o senhor quiser fazer irrigação, tem de ser dez vezes maior o volume d'água. Ora, evidentemente recuei e fiz, porque se tivesse feito com dez vezes mais, não teria terminado; assim, concluí. Desgraçadamente, é um problema do subdesenvolvimento, depois que deixei o governo, alguns administradores sangraram-na - porque ela tem vários hidrantes a fim de atender vilas, povoados - para fazer pequenas irrigações.

O SR. - Está faltando água?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Ainda não, mas vai faltar um dia. E o que é pior, não sei se ainda hoje, mas há um tempo havia pessoas plantando maconha com água da adutora.

Quero dizer a V.Exª que acho que o seu Governador, João Alves, está correto. Ele levou água para beber a todo interior de Sergipe. Os que vierem, que façam as obras de irrigação.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Este assunto nada tem a ver com Orçamento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Tem a ver com Orçamento, porque sem verba de Orçamento não se faz nada. Se bem que a de Pernambuco é toda com dinheiro pernambucano, não tem nem um centavo de dinheiro federal.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, V.Exª me desculpe fazer essas digressões, mas vou fazer a última consideração.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Mussa Demes está perguntado se vai responder sobre a temática nordestina ou sobre a ODEBRECHT.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Isso foi uma conversa entre o Presidente e o Relator que são...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Provocada por uma bela resposta do Depoente ao Senador Suplicy. Peguei a deixa.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Concluiria dizendo o seguinte: o Governador Roberto Magalhães fez o que devia ter sido feito no seu tempo. O Governador João Alves está fazendo o que deve ser feito no seu tempo, evidentemente.

O problema de irrigação é mais complexo, pois implica irrigar e drenar. Irrigação sem drenagem é salinização mesmo. Só não será se usar água destilada, porque não existe água zero sal sem ser destilada. Antigamente a da chuva ainda era, mas hoje, com esta contaminação atmosférica, nem ela é. As chuvas ácidas estão aí para provar o contrário. Vamos expender estas considerações. Vou ser objetivo com o Deputado Mussa Demes.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tomamos 10 minutos só, outros já tomaram muito mais.

A única coisa que queria chamar a atenção. Ainda hoje o nobre Senador Pedro Simon falava sobre CPIs que se fazem e depois não têm resultados. O que há de soma, de estudo acadêmico neste Congresso sobre todos estes problemas brasileiros é qualquer coisa de fabuloso, e parece que não sabemos se irá partir disso.

Vou passar a palavra a V. Exª para inquirir o Depoente.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, V. Exª designou-me juntamente com o Deputado Mercadante e Moroni Torgan para que acompanhássemos, na Polícia Federal, a documentação apreendida. Devo dizer que levei para a minha casa, e isto já disse aqui nesta tribuna, uma parcela da documentação para ser analisada à luz de lente, para que não tivesse dúvidas. Apesar de tudo isto, catalogamos 47 páginas com uma série de iniciais sobre as quais não chegamos a uma conclusão efetiva.

É interessante perceber-se o seguinte: não sou um grafólogo, evidentemente; mas sou curioso, examinei e vi. O Estado do Piauí, ele grafa com um "P" que começa agudo e fecha no corte. O "D" começa agudo e fecha. É uma maneira de grafar uma letra. Normal, perfeito. Vamos descendo, descendo. Depois, de repente, aparece emenda parcial "N". O "M" meio borrado com um possível "O" ou uma perna, que não caberia neste "M", e o "D", desta feita, não vem com o seu ângulo agudo, com sua perninha lá de cima e sim, pelo contrário, vem redondinho e puxa uma perninha embaixo; quer dizer, é um "D" grafado de uma outra forma, bem diversa do que estamos encontrando aqui.

Sinceramente fiquei na dúvida, nesta emenda parcial, se estávamos encontrando "ND", se era um "S", se era um "G" ou quais as letras estavam por baixo disto, ou ainda, se simplesmente foi uma correção do cidadão que diz: enganei-me, lembrei agora do nome. E, assim, corrigiu.

Isto me deixa, então, numa situação difícil de afirmar, categoricamente, que esse ND, em apoio à opinião do próprio Depoente, foi inicialmente grafado com MD. É a mesma preocupação que tive com o DP, quando li os documentos da ODEBRECHT, porque encontrei uma variedade de siglas em que DP significava algumas outras coisas diferentes.

Portanto, pergunto se V. Exª é realmente esse "MD". Que emenda V. Exª fez no MIR, parcial, para merecer 3%?

O SR. MUSSA DEMES - Nobre Senador Francisco Rollemberg, não fiz qualquer emenda para o MIR e tampouco acolhi qualquer emenda para o MIR com relação ao Município de Pedro II. Como coloquei já para o nobre Senador Eduardo Suplicy, a única obra hídrica que existe no Município de Pedro II é exatamente a adutora para a qual foi colocada uma emenda e, afinal, contemplada com recursos no Ministério do Bem-Estar Social. No MIR, e tampouco no DNOCS, que é o órgão do MIR encarregado, apareceu outra emenda que não a do Açude Joana, a que acabo de me referir, cuja empreiteira - não é empreiteira obviamente - cuja instituição que executa a obra, e há mais de trinta anos, é o Batalhão de Engenharia e Construção, que, infelizmente, por ser um órgão público, tem pouca gente que se preocupa com ele.

Acompanhe comigo o raciocínio: se não apresentei qualquer emenda que pudesse beneficiar a Empreiteira Norberto Odebrecht nem nessa e nem em qualquer outra, nem antes e nem depois do Relatório de 1992; se entre os Parlamentares que a ela, segundo documentação apreendida na residência de seu diretor, interessaria ver reeleitos não figura o meu nome; se nos 84 disquetes que foram examinados também não aparece o meu nome; se na relação de bens também não aparece o meu nome; que interesse poderia ter a Empreiteira Norberto Odebrecht por mim? Partindo desse raciocínio e sabendo que tudo na vida é uma relação de causa e efeito, cheguei à conclusão pura e simples de que essas iniciais não se dirigiam à minha pessoa.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Muito bem. Mas há uma emenda aqui do DNOCS, nº 43.206: "Construção de Barragem de Pedro II, Piauí", que é da Bancada do Piauí; o valor, 49 milhões e quinhentos; cortes: 25; valor final: 24. Quanto, em emenda, participou V. Exª nesse valor final de vinte e quatro milhões?

O SR. MUSSA DEMES - Com nada, nobre Senador Francisco Rollemberg. Essa é exatamente a emenda a que me referi há pouco. É a emenda para o Açude Joana, que foi submetida à consideração da relatoria do nobre Senador Dario Pereira, que nenhum centavo alocou para ela e que, na fase final, já com o Senador Mansueto de Lavor como Relator-Geral, foi contemplada com a importância de 2 milhões de cruzeiros, que se transformaram, após a aplicação do percentual de correção de 24 e alguma coisa mais, redundou em 49 milhões de cruzeiros. Com o corte, ela foi reduzida a 24 e poucos milhões. Essa é uma emenda de bancada, do Batalhão de Engenharia e Construção, subscrita por todos os Parlamentares do Piauí, de forma suprapartidária, dos treze Parlamentares - dez Deputados e três Senadores - independentemente de partido.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Eu havia entendido a explicação anterior de V. Exª, mas não custava nada que se repetisse de uma maneira mais clara, como V. Exª fez agora, mais convincente.

Agradeço ao Presidente a oportunidade que me deu de interrogar o Depoente, de fazer considerações sobre o Nordeste, e de dizer a V. Exª, Sr. Depoente, que somente na página 44 - número que colocamos aqui - aparece esse "MD" suspeito, no sentido de que seja realmente "MD" e não aparece mais em nenhum momento. As explicações de V. Exª me satisfazem, não sei se às outras subcomissões. Devo dizer também que, na Subcomissão de Subvenções, de que faço parte, nada foi encontrado contra V. Exª.

O SR. MUSSA DEMES - Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vou continuar chamando os inscritos, mas estou chamando atenção para este fato, pois parece-me que é de extrema importância considerarmos isto: se o nome de S.Exª não aparece em nenhum outro cruzamento, se a emenda que se atribui a S.Exª nem sequer é da firma ODEBRECHT - que está aqui sendo a razão de ser de as pessoas estarem sendo ouvidas -, a menos que haja alguma nova informação surpreendente para nós, que a Mesa não conheça evidentemente, pergunto-me até sobre a continuidade da nossa inquirição.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes, naturalmente eu teria uma pergunta a fazer, mas acredito, primeiro, que o documento da ODEBRECHT nos deu um trabalho danado. Isto ficou evidenciado, ficou bastante transparente, e não se chegou a nenhuma conclusão.

Se não agíssemos da forma como estamos agindo, seríamos omissos, estaríamos acobertando ou encobrindo alguma coisa que pudesse prejudicar ou trazer algum parlamentar à tona. Ficou caracterizado, ficou provado que não era nada disso, mas nem por isso deixamos de cumprir o nosso dever.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer ao Depoente. Quero deixar os meus agradecimentos à Mesa pela tolerância, em se tratando hoje do último depoente, ao eminente Presidente Jarbas Passarinho, ao nosso não menos eminente Vice-Presidente Odacir Klein e ao nosso Relator Roberto Magalhães.

Já foi declinado, já foi dito por diversas vezes da lisura e determinação com que esta

Mesa cuidou dos trabalhos da CPI. Eu me sinto mais valorizado após ouvir o pronunciamento do Senador Pedro Simon, Líder do Governo, que nos deixa ainda mais engrandecidos. E a vida continua.

Temos aí mais um trabalho estafante, por parte do Relator, e naturalmente os parâmetros finais, pois é da competência da Comissão julgar todos aqueles que foram denunciados e todos aqueles que estão sendo absolvidos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª. Se houver mais dois ou três elogios desse tempo, tenho a impressão de que estou vendo avant la lettere o elogio fúnebre, que deve me acompanhar ao Cemitério Campo da Esperança.

Agradeço muito ao Deputado Paulo Pavão, especialmente porque entre nós dois houve alguns momentos em que tive que pedir uma certa restrição de tempo ao Deputado, meu prezado companheiro de Partido.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, nobre Deputado Mussa Demes, na avaliação que a Comissão fez da participação de V. Exª na Comissão de Orçamento, constatou-se uma ação pequena: poucas emendas aprovadas.

Nós teríamos duas questões a discutir. Primeiramente, uma curiosidade: V. Exª relatou 1251 emendas, quando foi Sub-Relator do MIR - Ministério da Integração Regional; em todas teve o mérito - que é uma coisa positiva - de acatar as emendas dos autores; porém três emendas, mesmo colocando o nome do autor, V. Exª considerou como emendas suas: a construção da rodovia estadual Piauí-257, a construção e pavimentação de estradas vicinais em Sanharó, Pernambuco, e construção de barragens em Rio Pardo de Minas. Por que apenas essas três emendas V. Exª assumiu como de sua autoria no Relatório Parcial? Foi um fato que chamou a atenção, porque todas as outras emendas foram acatadas do autor original, e, mesmo nessas emendas, V. Exª cita os autores originais.

O SR. MUSSA DEMES - V. Exª poderia repetir, para que eu pudesse observar aqui no meu relatório?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Construção da Rodovia Estadual Piauí-257, trecho Curimatã-Redenção do Gurguéia.

O SR. MUSSA DEMES - Essa eu posso explicar de imediato: o nobre Deputado Paes Landim apresentou essa emenda erroneamente junto ao DNER. O DNER só aprova rodovia federal. No último dia de prazo, S.Exª me telefonou pedindo, desesperadamente até, que eu a acolhesse dentro do Ministério da Integração Regional, porque senão ela seria fatalmente rejeitada, por absoluta impossibilidade técnica de ser acolhida pelo DNER, que só cuida de rodovias federais, e essa é uma rodovia vicinal. Essa foi a razão de eu ter feito uma emenda de Relator.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Construção e pavimentação de estradas vicinais em Sanharó, Pernambuco - emenda do Deputado José Carlos Vasconcellos.

O SR. MUSSA DEMES - Será que fui eu mesmo? Não tenho a menor idéia dessa emenda, para lhe falar com toda a sinceridade. Qual é o número da emenda?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - É a Emenda S01458/9.

O SR. MUSSA DEMES - Como V. Exª pode notar, talvez eu tenha sido o único Relator a não aprovar, a não usar a emenda de Relator. Praticamente não a usei e, inclusive...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não estou fazendo nenhuma crítica; apenas, na análise das emendas de V. Exª, chamou-nos a atenção - o que é uma coisa positiva - o fato de que V. Exª, como Relator-Parcial, acatou a emenda dos Parlamentares, porque aí não encobre o autor da emenda.

Essas três emendas da Bancada do Piauí - e V. Exª também reconhece que essa questão da emenda de bancada é sempre encaminhada por aquele parlamentar que...

O SR. MUSSA DEMES - V. Exª pode repetir o número agora para eu anotar, nobre Deputado Sérgio Miranda?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não, S01456/9.

O SR. MUSSA DEMES - É uma emenda que aprovei: 100 milhões de cruzeiros - foi o valor mínimo que aprovei. A outra é S0145/7?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - De 250 mil, em Minas Gerais, para a construção de barragem de...

O SR. MUSSA DEMES - Está aqui esclarecido no meu relatório: "Com o objetivo de dar conseqüência às deliberações da Subcomissão, tornou-se necessária a aprovação de duas emendas de Relator - exatamente essas duas - com vista a resgatar os propósitos das emendas P01575/0 e P07547/7, respectivamente, que haviam sido cadastradas em outros setores e nos seguintes valores".

Foi uma alteração de cunho eminentemente técnico, nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. Exª satisfez a minha curiosidade.

Em relação à Adutora Pedro II, confesso a V. Exª que não consultei a nossa Assessoria,

no PRODASEN, para esclarecer essas questões que V. Exª levanta.

Vou ler apenas a parte do meu relatório que trata dessa obra:

"Esta emenda foi apresentada pela Bancada do Piauí, prevendo a construção de adutora no município de Pedro II (PI).

A obra ficou a cargo do Governo do Estado; o valor da emenda era de 417 mil dólares; o Relator-Geral para o Orçamento Geral da União de 1993 acrescentou mais 9 milhões de dólares.

É de se ressaltar que o Deputado Mussa Demes é da Bancada do Piauí, além de ter sido Relator-Parcial do MIR para o OGU de 1993. Saliente-se também que essa obra constava da relação de emendas a aprovar da CNO para o OGU de 1992, figurando, ao seu lado, manuscrito, o nome do Deputado Jorge Tadeu Mudalen."

Vamos consultar a Assessoria para discutir o que houve. V. Exª diz que não relatou essa emenda como Relator parcial.

O SR. MUSSA DEMES - Nem poderia fazê-lo, porque essa foi para o Ministério do Bem-Estar Social.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não, há duas emendas.

O SR. MUSSA DEMES - Sei, mas não existe uma segunda emenda para o MIR, da Adutora de Pedro II, nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu considero...

O SR. MUSSA DEMES - Mas não existe a emenda, estou dizendo que não existe; existe apenas uma emenda para o DNOCS do Açude Joana, que vem sendo construído pelo Batalhão de Engenharia e Construção.

O que existe ali, na verdade, é um engano. Não há mais do que um engano aí. Não existe qualquer emenda, em relação à Adutora Pedro II, submetida à consideração do Ministério da Integração Regional.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu acolho a resposta de V. Exª. V. Exª me permite investigar um pouco mais, porque considero fácil errarmos; o parlamentar pode até errar, mas acho difícil a ODEBRECHT errar, pelo grau de intervenção que esta empreiteira tem no Orçamento, pelos relatórios circunstanciados que apresenta a sua Diretoria Executiva dessa atividade, em nível do Congresso Nacional. Mas acolho a intervenção de V. Exª; posteriormente poderemos, juntos inclusive, ir à Subcomissão de Emendas e resolver esse imbróglio, puxando o relatório do PRODASEN e do SIAFI.

O SR. MUSSA DEMES - Se V. Exª quiser fazê-lo agora, tenho aqui comigo o relatório de todas as emendas aprovadas para o Estado do Piauí e para o município de Pedro II, para comprovar o que acabo de dizer.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não, eu recebo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MUSSA DEMES - Esse relatório compreende as emendas aprovadas em todos os órgãos vinculados à Administração Pública Direta e Indireta e aprovadas tanto na fase das relatorias parciais, como na fase do Relator-Geral.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu recebo, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Eu agradeço a V. Exª e passo a palavra ao Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, Sr. Deputado Mussa Demes, estamos chegando ao ocaso dos trabalhos desta CPI, que tem como finalidade apurar as irregularidades ocorridas no Orçamento da União a partir de 1989 até a data presente. Entretanto, gostaria de aqui deixar registrado um fato por um dever de consciência.

O nosso insigne Presidente, Senador Jarbas Passarinho, pessoa a quem tenho grande admiração, e irei revelar este fato que ele, claro, não sabia. Tive este ilustre homem público como chefe - trabalhei na PETROBRÁS durante quinze anos, depois nos Estados do Maranhão, do Piauí e do Amazonas - e tive o prazer de tê-lo como meu superintendente. Ele foi o superintendente do Departamento de Perfuração do Norte, com um exercício muito brilhante, porque dinamizou o trabalho de todos aqueles homens que trabalhavam na selva amazônica e no Nordeste dando condições, aperfeiçoando as comissões internas de prevenção contra acidentes. Enfim, melhorando a condição de vida de todos aqueles brasileiros que se dedicaram àquele trabalho de prospecção, de sismografia, enfim, de todo o aparato em busca das jazidas de petróleo no nosso subsolo.

Este homem público, por onde tem passado, tem deixado a sua marca indelével, porque todo o Brasil há de reconhecer, como foi dito pelo nosso Líder Pedro Simon, que ele não chegou a ser o Presidente porque não estava graduado. Mas ainda não está fora de cogitação esta possibilidade porque agora a disputa será pelo voto. Ele tem toda a credencial para se apresentar à Nação e colher estes frutos, porque seria a coroação de uma vida dedicada. Enfim, empregada para o bem estar do povo e do nosso País.

Quero deixar aqui registrado que o Senador Jarbas Passarinho, esta figura de proa nacional, que é reconhecido interna externamente pela sua maneira ética, decente e

cavalheiresca como sempre se conduz, e também àqueles a quem ele lidera.

Gostaria, fazendo este preâmbulo, de dizer que concordo com as argumentações do nosso ilustre Deputado Mussa Demes quando ele faz uma análise, dizendo que seria uma pena se for extinto o Ministério da Integração Regional. Porque ele tem uma função extraordinária no desenvolvimento da nossa Pátria, especialmente Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Com estes comentários, quero deixar registrada a minha alegria de participar nesta CPI com homens como Jarbas Passarinho, Odacir Klein, Roberto Magalhães e todos aqueles que durante esses dias passamos aqui formando uma família daqueles que têm uma grande crença no futuro da nossa Pátria.

Quero também agradecer a gentileza de V.Exª em ter ouvido estes meus relatos que, apesar de não contribuírem em nada para a conclusão desta CPI, trazem o relato de um homem que militou lá como operário, trabalhando como mecânico no interior do nosso País e, que hoje está aqui, colaborando para que também a nossa Pátria seja a mais digna dos nossos conterrâneos.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço a V.Exª e passo a palavra ao Deputado Zaire Rezende.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, nobre Deputado Mussa Demes:

A análise do movimento bancário de V.Exª mostra os seguintes depósitos em sua conta, nos anos-base analisados: 1989, já fazendo a transferência para o dólar, 616.218 dólares; 1990, 470.055 dólares; 1991, 169.048 dólares; 1992, 277.822 dólares.

Sua declaração de rendas declara rendimentos ganhos e inclusive alienação de bens que somaram, em 1989, 202.535 dólares, com a diferença de 413.683 dólares; em 1990, 160.045 dólares, com uma diferença de 310.010 dólares; em 1991, 148.184 dólares, com uma diferença de 20.864 dólares; e, em 1992, 186.226 dólares, com a diferença de 91.596 dólares. Pergunto: poderia V.Exª esclarecer a origem desta diferença entre os rendimentos ganhos e a alienação de bens e os depósitos bancários?

O SR. MUSSA DEMES - Posso, perfeitamente, nobre Deputado Zaire Rezende.

Vamos ver, então, o ano de 1989, em que, é o que me parece, V.Exª diz que os meus depósitos, portanto, os ingressos em minhas contas bancárias são da ordem de 616 mil dólares.

O SR. ZAIRE REZENDE - Exato.

O SR. MUSSA DEMES - Em primeiro lugar eu devo mencionar que, na minha visão, a Subcomissão partiu de uma premissa errada ao adotar como parâmetro para levantar a movimentação bancária o dólar comercial. O dólar comercial não é indexador de ordem financeira, é, no máximo, um indexador de ordem econômica, porque serve, na verdade, tão-somente para regular o fluxo cambial, as importações e as exportações.

Quem tem um milhão de cruzeiros não vai, absolutamente, comprar dólar comercial, até porque ele não está à venda. Se ele tivesse ido aplicar esse dinheiro, no ano de 1989, por exemplo, no dólar paralelo, essa movimentação bancária cairia, seguramente, para mais da metade. Eu tenho aqui, inclusive, e posso colocar à disposição de V.Exª, o valor do dólar paralelo no ano de 1989, durante todo o ano, e houve períodos inclusive em que a diferença do dólar paralelo e o dólar comercial chegou a quase 300%. Essa é a primeira deformação que o processo provocou no exame das contas bancárias, não apenas do Deputado Mussa Demes, mas de todos aqueles que foram investigados.

Em segundo lugar, eu me habituei a trabalhar apenas com um banco. Se V.Exª examinar minhas contas bancárias, vai ver que toda a concentração desses depósitos é feita no Banco ITAÚ e no Banco do Brasil.

Por que o Banco ITAÚ? O Banco ITAÚ foi, juntamente com o BRADESCO - eu já era cliente do ITAÚ naquela época - o primeiro banco brasileiro a adotar o sistema eletrônico, então os valores que eram creditados na minha conta, a remuneração que eu percebia como parlamentar era quase que invariavelmente sacada e transferida, depositada no mesmo dia, na maioria das vezes, e em algumas outras ocasiões dois ou três dias depois, na conta do Banco ITAÚ, que eu mantenho em Fortaleza.

Por que eu agia assim? Porque todas as minhas aplicações no over, naquela época, eram feitas no Banco ITAÚ. E por que eu fazia a conversão em espécie para fazer o depósito? Porque o depósito era feito de imediato. Em função do sistema eletrônico, ele ingressava na minha conta imediatamente. E aí a importância poderia, inclusive, ser aplicada.

Há, portanto, como V. Exª está examinando, uma superposição entre esses depósitos. E, por último, nobre Deputado Zaire Rezende, é sabido que o depósito, em si, não chega a ser uma receita: posso depositar e sacar e depositar o mesmo dinheiro novamente e posso sacar novamente, inúmeras e quantas vezes eu assim o entender.

Por outro lado, labora, parece-me, em grave erro a sua assessoria ao estimar em apenas 200 mil dólares, se não me engano, 202 mil dólares, os meus ingressos no ano de 1992. Eu

também fiz esse levantamento; tive esse cuidado; imaginava que viesse a ser perguntado. Só para que V. Exª se permita fazer uma comparação: no ano de 1989, os imóveis que alienei, nos mesmos parâmetros adotados pela Subcomissão de Bancos, foram da ordem de 226 mil dólares. Para apenas um deles há um ingresso de cerca de 150 mil dólares, que a sua assessoria, muito provavelmente, apanhou por uma valor muito inferior.

Refiro-me - e V. Exª pode, se quiser, fazer essa comparação - a um apartamento que vendi na Avenida Beira Mar, em Fortaleza, cuja escritura foi lavrada no dia 27 de dezembro daquele ano e cujo ingresso efetivo, na verdade, o pagamento foi feito dia 04 de setembro. Se V. Exª comparar os valores que estão em dólar... Eu gostaria de saber por quanto esse apartamento foi avaliado pela assessoria da Subcomissão.

O SR. ZAIRE REZENDE - Seu dossiê aqui está. Eu teria que procurar, mas tomo...

O SR. MUSSA DEMES - Para mim seria extremamente importante...

O SR. ZAIRE REZENDE - Tomo a declaração de V. Exª ...

O SR. MUSSA DEMES - Por um detalhe só: eu fiz essa busca. Se se considerar, como data efetiva da alienação, o mês de dezembro do ano de 1989, esse valor ali estará registrado por cerca de 150 mil dólares, aliás, por menos de 40 mil dólares, quando, na verdade, a importância que recebi no dia 04 de setembro - e essa importância, inclusive, é uma das poucas que estão depositadas em cheques do próprio vendedor - estão em dois cheques: um de 350 mil cruzeiros e outro de 90 mil cruzeiros. Os dois somados, no dia 04 de setembro, representam um aporte de 440 mil cruzeiros. O valor do imóvel foi 400 mil. Os 40 mil restantes o comprador me adiantou para fazer face às despesas de pagamento do imposto de transmissão, laudêmio, despesas de cartório e de registro desse imóvel. Só aí, nobre Deputado Zaire Rezende, V. Exª vai encontrar uma diferença de 110 mil dólares nesse imóvel.

Não há como ser diferente. Tenho, inclusive, a escritura desse imóvel, que vai demonstrar que a referida importância já fora anteriormente recebida, isso está, inclusive, constando do corpo da própria escritura. Se V. Exª considerar esse aspecto e se considerar também o de outros imóveis alienados nesse ano, que foram, se não me engano, quatro apartamentos em Fortaleza e meia dúzia de terrenos na zona mais valorizada de Teresina, V. Exª vai encontrar, já aí, 226 mil dólares só na parte de imóveis. Vai encontrar também , no início do exercício, recursos em espécie, que eu dispunha no ano anterior e que naturalmente têm também de ingressar nessa contabilidade, e que não creio que a sua assessoria tenha apanhado, no valor de 20 mil cruzeiros, que representavam, àquela época, também ao dólar comercial, cerca de 20 mil dólares. Tinha também mais: empréstimo devolvido no valor de mil dólares; dois automóveis que vendi, também no início do ano, que representavam 12 mil dólares. Tudo isso consta da minha declaração. Os aluguéis que recebi naquele ano somaram 75 mil dólares, nobre Deputado Zaire Rezende. Não creio que sua assessoria tenha apanhado tudo isso. E a superposição a que me referi no princípio, da remuneração que era transferida da minha conta no Banco do Brasil para a conta no Banco ITAÚ, representou, naquele mesmo ano, algo em torno de 44 mil dólares. Tudo isso, somado à minha remuneração, perfaz um total, ao invés de 202 que V. Exª encontrou, de 466 mil dólares.

Nobre Deputado Zaire Rezende, ao longo desses anos, desses cinco anos, vendi dez apartamentos em Fortaleza e quase vinte terrenos na zona mais cara de Teresina. Não comprei nenhum. Mas a minha movimentação bancária, V. Exª pode ficar absolutamente certo de que é compatível com os meus rendimentos, porque não sou apenas um Parlamentar. Sou, agora, forçado a dizer isso: tenho, participo como quotista de três imobiliárias em Teresina: Imobiliária Vendicap Ltda., Imobiliária Jurema Ltda. e Agropecuária São Félix Ltda., embora de agropecuária só tenha o nome. Na verdade, é uma imobiliária.

Como acionista, em Fortaleza, tenho 1/3 do controle acionário de um grupo de empresas que se dedica à produção, comercialização e ao transporte de produtos derivados de asfalto. Ao longo desses anos, portanto, infelizmente, somente vendi patrimônio. Praticamente, não adquiri nada ao longo desse período, a não ser as ações compradas dessa empresa em Fortaleza. Para cada um desses anos que V. Exª acaba de mencionar, tenho um esclarecimento.

V. Exª quer passar para outro exercício? Estou aqui à disposição para fazê-lo.

O SR. ZAIRE REZENDE - O senhor é quem tem a liberdade de fazê-lo, se assim o desejar.

O SR. MUSSA DEMES - Vamos para o ano de 1991.

Quanto teria, na opinião da sua Assessoria?

O SR. ZAIRE REZENDE- Em 1991: cento e sessenta e nove mil e quarenta e oito dólares depositados.

Queria apenas esclarecer a V. Exª que a assessoria não é minha. A assessoria é da

Subcomissão de Patrimônio Fiscal, ou seja, da CPI. Mas são 169 mil e 48 dólares.

O SR. MUSSA DEMES - Para ingressos na ordem de quanto?

O SR. ZAIRE REZENDE - Ingressos na ordem de 148 mil e 184 dólares. Dá uma diferença de 20 mil e 864 dólares.

O SR. MUSSA DEMES - Não dolarizei esse ano, pois achei tão baixo, inclusive é o ano que me parece em que a minha remuneração é a mais baixa de todas, até porque nem Deputado era nesse período. Foi o ano em que servi como Secretário de Administração ao Governo do Piauí. Mas, nesse ano vendi três apartamentos em Fortaleza: o apartamento 303, na Rua Navegar, 335, inclusive através de financiamento da Caixa Econômica Federal. Para a compradora, 8 milhões, 169 mil e 200; o apartamento 402, na rua Leonardo Bota, 400, por 5 milhões, em 29 de abril de 1991; o apartamento 704, na Av. Estados Unidos, 50, com escritura de novembro de 91. Vendi, ainda, uma Camioneta A-20, no valor de um milhão de cruzeiros; um automóvel Monza, ano 86; um automóvel Del Rey, ano 86. Recebi de volta um empréstimo feito a minha irmã, Eleonora Rego Demes, no valor de 1.630, e mais um empréstimo a João Batista Fugita, no valor de 2 milhões e quinhentos mil.

A minha indagação é se assessoria da Subcomissão dolarizou esses valores?. Buscou, efetivamente, a data em que esses ingressos aconteceram? É a minha indagação.

Para o ano de 1992, tenho a mesma situação, aqui, para demonstrar, se for o caso, e se for do interesse de V. Exª.

Nesse ano, vendi as salas 1.107 e 1.108, no Edifício Top Center, na Avenida D. Luiz, em Fortaleza. As escrituras foram lavradas em 14 de novembro de 1992, e o valor foi de 114 milhões, mas a importância foi recebida em 10 de abril de 1992. Muito provavelmente, a assessoria apanhou a data da escritura, não o valor do ingresso efetivo. E essa data consta também da escritura. Somente aqui teríamos mais de cinquenta mil dólares nesses imóveis. O apartamento 605, no Edifício Status, vendido por 105 milhões, em agosto, que representaria algo em torno de quase 30 mil dólares. Isso tudo, somado à minha remuneração na Câmara, os rendimentos da minha aposentadoria como Auditor Fiscal do Tesouro Nacional, que, a partir de 92 me passou a ser paga, foram mais 34.495 dólares; e uma importância recebida de um cunhado meu, José Antônio Leão Ramos, no valor de 60.567 dólares naquele ano, fruto de empréstimo feito no ano anterior e que também consta da minha declaração. Perfaz um total de ingressos no valor de 253.121 dólares, nobre Deputado Zaire Rezende.

É o esclarecimento que posso dar a V. Exª.

O SR. ZAIRE REZENDE - Se V. Exª desejar, farei chegar os documentos para a Subcomissão de Patrimônio Fiscal, para a devida análise. Para ver se os parâmetros estabelecidos pela Subcomissão são os mesmos parâmetros estabelecidos por V. Exª.

SR. MUSSA DEMES - Como ficaria? Devo me dirigir aos técnicos da Subcomissão sobre isso?

O SR. ZAIRE REZENDE - Não, V. Exª deixaria com a Mesa, com o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, pediria palavra para fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - V. Exª faria uma exposição, juntaria os documentos, mandaria para o Relator, com cópia para a Subcomissão. Porque já estamos no fim do prazo, esperar que eu receba e passe, pode ser fatal. Então, manda para o Relator, que vai fazer o relatório final, já terá em suas mãos a sua exposição, e a Subcomissão receberá, e se não receber, eu recebi, um supre o outro.

O SR. ZAIRE REZENDE - Acato a sugestão do Sr. Relator.

O SR. MUSSA DEMES - Só que, na verdade, não seria só a juntada do documento. Afinal de contas, não sei, o grande problema que enfrento, nobre Relator Roberto Magalhães, é não saber que parâmetros a Subcomissão adotou para encontrar esses números. Eu tenho os meus, não sei os seus.

O SR. ZAIRE REZENDE - Apresente os seus.

O SR. MUSSA DEMES - Vou dar só uma idéia. No ano de 1993, eu tinha algo em torno de 10 mil dólares de economias aqui na Casa, na agência daqui, do Banco do Brasil. Nesse mesmo ano, em um determinando momento, em abril desse ano, o gerente me procurou e me disse: - Deputado, seria melhor que V. Exª aplicasse isso em CDB. Eu segui o conselho dele.

Segundo fui informado, a Subcomissão registra apenas os créditos, não registra os débitos. Então, esse CDB, em quatro ocasiões, durante quatro meses, foi devolvido a minha conta e voltou depois na condição de CDB, sem que eu nem tocasse nesse dinheiro. Imagino que só aí quarenta mil dólares devam ter sido calculados para mais.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mas, V. Exª constatou isso?

O SR. MUSSA DEMES - Constatei sim.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Porque a Subcomissão faz um expurgo.

O SR. MUSSA DEMES - Não sei se a Subcomissão fez esse expurgo.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Normalmente faz. Pode não ter feito.

O SR. MUSSA DEMES - Estou só dando um exemplo, porque o nobre Deputado Zaire Rezende traz as conclusões da Subcomissão sem uma análise mais profunda do assunto. Ele diz apenas: - V. Exª teve ingresso de 600 mil dólares num ano e teve crédito de 200. Não sei se os meu créditos estão seguindo a mesma linha de raciocínio.

É por isso que gostaria, realmente, de prestar esse esclarecimento. Mas acho que seria mais produtivo, até, se ao invés de fazer o relatório, conversasse antes, porque não sei, afinal de contas, qual foi a fórmula adotada pela Subcomissão.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, deixe-me fazer um adendo.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Se V. Exª preferir ir às Subcomissões, então vá a duas. Vá à de Patrimônio, mas vá também à de Bancos. Porque esses números que o nobre Deputado Zaire Rezende está usando devem ser da Subcomissão de Bancos, não é isso?.

O SR. ZAIRE REZENDE - É uma conjunção dos números da Subcomissão de Bancos e a declaração de rendas, aquilo que o nobre Deputado declarou.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois é. É o cruzamento. Por isso que deverá ir a duas. Uma delas, inclusive, o Coordenador é o Deputado Benito Gama, V. Exª conhece, é do seu Partido, está sempre aí. A outra é o nobre Senador José Paulo Bisol.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Sr. Presidente, dado agora que estamos no fim dos trabalhos, a sugestão apresentada inicialmente pelo Sr. Relator acho que é muito mais própria.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Mais segura.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Segura. Então, mandaria o relatório para o Sr. Relator, o Sr. Relator analisa e manda uma cópia depois para as Subcomissões. Acredito que o certo, o lógico, nesse momento, é isso, não a outra sugestão. É a sugestão que tenho a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Mas o depoente fica com as alternativas.

Lembro ao Deputado Zaire Rezende, embora ele tenha perguntado por pouco tempo e o Deputado Mussa Demes tenha se aprofundado nas respostas, que já se passaram quase vinte minutos do seu interrogatório.

O SR. ZAIRE REZENDE - Sr. Presidente, termino, então, a minha inquirição, mas deixo registrado que a Subcomissão de Patrimônio Fiscal trabalhou sem ter recebido os documentos de cartórios, do INCRA, do Sistema de Radiodifusão, dos Tribunais Regionais Eleitorais, dos Bancos de Desenvolvimento Regionais e Estaduais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Klein) - Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho; Sr. Vice-Presidente, Deputado Odacir klein; Sr. Relator, Deputado Roberto Magalhães; meu caro depoente, Deputado Mussa Demes e Srs. Parlamentares.

Eu quero, ao fim desta CPI, cumprimentar o Sr. Presidente, pela maneira correta, equilibrada, sensata e determinada com que S. Exª. conduziu os trabalhos.

Penso que chegamos ao fim desta Comissão Parlamentar de Inquérito, em que, pela primeira vez no mundo, um Congresso investigou a si próprio; este é um fato inédito no mundo. A corrupção no Japão, por exemplo, foi uma seqüência de denúncias da imprensa, e, pela primeira vez, o Partido Liberal Democrático, depois de quarenta e cinco anos, foi amplamente derrotado. Na Itália, foi o Poder Judiciário que investigou o Poder Legislativo. Nos Estados Unidos, também tem havido casos em que o Poder Judiciário investiga o Poder Legislativo. Mas esta é a primeira vez na história da humanidade em que o Poder Legislativo investiga a si próprio; isso tem que ficar muito bem claro perante a Nação. Estamos julgando a nós próprios; estamos cortando as nossas próprias carnes; estamos analisando a vida e o comportamento dos nossos próprios Colegas. Sabemos, por vezes, com que dor o fazemos.

Sr. Presidente, votarei pela cassação daqueles que são culpados - todos nós sabemos quais são os culpados. Mas também não terei dúvida em absolver aqueles que, de acordo com a minha consciência, não devem nada à Nação em termos de comportamento ético. Assim será, e assim todos faremos, porque tiramos, desta Comissão, uma lição de unidade, uma lição de pensamento, no sentido de irmos ao encontro não do que pensam os jornais

por vezes, mas do que pensa a Nação. Temos a capacidade, Sr. Presidente, de filtrar aquilo que a Nação quer e aquilo que escrevem os jornais - o que está escrito nos jornais, muitas vezes, não representa aquilo que o povo quer. O povo que nos está vendo e ouvindo está sendo também o nosso juiz.

Sr. Presidente, tenho andado por aí - ando pelas ruas assim como o fazem V. Exª. e todos nós -, e penso que temos a nossa base na Nação, que é o povo brasileiro. Tenho ouvido de tudo e recebido os maiores elogios a respeito do comportamento desta CPI. Sr. Presidente, devo dizer a V. Exª. que, até hoje, não ouvi uma crítica sequer ao nosso comportamento e à maneira como temos aqui feito os inquéritos e as oitivas dos diversos Parlamentares que por aqui passaram.

Quero, em meu nome e em nome de todos os Colegas - especialmente do Deputado Nelson Trad que não está inscrito para falar -, dizer a todos os Parlamentares que passaram por aqui que, seguindo critérios rígidos aprovados por V. Exª. e por esta Comissão, seguindo critérios rígidos sugeridos pela Mesa e aprovados - eu diria - pela unanimidade da Comissão, chego ao fim dos trabalhos e verifico que todos aqueles que sabíamos que tinham qualquer tipo de envolvimento nesse problema do Orçamento não saíram bem das oitivas que aqui tiveram. Mas não tenho dúvida alguma de que todos aqueles que não tinham qualquer comprometimento quanto ao seu comportamento para com o Orçamento e para com o País estão saindo - como sairá daqui o Deputado Mussa Demes e como saíram outros Parlamentares - com uma carta perante a Nação, na qual é dito que esses homens merecem a respeitabilidade da comunidade brasileira.

Portanto, tenho ouvido - e ainda ouvi hoje o Deputado Roberto Magalhães -, tenho conversado com o Deputado Odacir Klein, algumas vezes com V. Exª, Sr. Presidente, e chego à conclusão de que os trabalhos que hoje se concluem, em termos de audiência, em termos de ouvir Parlamentares, Ministros e outras personalidades que aqui passaram foram extremamente importantes para a vida brasileira.

Não há dúvida alguma, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, de que o Brasil mudou. O Brasil era um antes desta CPI e o Brasil é outro depois desta CPI. Não há quem possa contestar o comportamento que vai haver no quadro político brasileiro e na própria Nação e em todos os escalões da atividade política: no Executivo, nos Legislativos Estaduais, nos Executivos Estaduais e Municipais, todos agora saberão que a Nação os fiscaliza e a Nação os olha e que temos instrumentos no Congresso Nacional para corrigir aqueles que, porventura, saiam dos trilhos do bom comportamento.

Quero cumprimentar V. Exª, Sr. Presidente; quero cumprimentar o Deputado Odacir Klein, nosso Vice-Presidente; quero cumprimentar o Relator pelo trabalho diuturno e pela dedicação que tiveram para com o País; e quero cumprimentar todos os meus Colegas, pedir desculpas se me excedi com algum; fi-lo no sentido também de dar uma contribuição e por vezes a minha veemência não significa uma agressão, mas significa a defesa de determinados pontos de vista e a defesa, por vezes, também, de determinados comportamentos. Mas quero cumprimentar V. Exª, pedir desculpa se me excedi com algum e dizer, por fim, que de tudo isto o Brasil saiu enriquecido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, nobre Deputado José Lourenço.

Tem a palavra o último inscrito, o nobre Deputado Fernando Carrion.

O SR. FERNANDO CARRION - Sr. Presidente, Sr. Deputado Mussa Demes:

Tendo ouvido o Sr. Deputado Mussa Demes, me socorre um raciocínio no sentido de que precisamos ter um cuidado especial, eis que toda movimentação bancária feita por pessoas que foram investigadas nesta CPI foi convertida em moeda estável, no caso, o dólar. Porquanto que a moeda brasileira sofreu quatro ou cinco alterações no nome e no valor e zeros que foram tirados nesse período. Realmente me povoa a cabeça um ponto em relação ao qual temos que ter um cuidado especial, porque o período investigado - nós, que pertencemos à Subcomissão de Patrimônio - vai de 1988 até 1993, e exatamente nesse interregno de cinco anos pudemos plotar bem claramente dois períodos: o que vai de 15 de março de 1990 até hoje, após a deflagração do chamado Plano Collor, em que praticamente tudo aquilo que é dolarizado pelo dólar oficial ou pelo chamado paralelo se aproxima, porque houve praticamente uma colagem de um no outro, nunca tendo havido uma discrepância maior do que 14%. Por outro lado, em relação ao período anterior, que é sempre investigado por nós mesmos, da Subcomissão de Patrimônio, que medeia 88, 89 até 14 de março de 1990, temos que ter um cuidado extremo, porque exatamente neste período chegou a haver...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Qual é o período, Deputado?

O SR. FERNANDO CARRION - O primeiro período de que falei, Sr. Relator, foi do Plano Collor, em 15 de março de 90 até hoje, onde praticamente houve uma colagem, uma

superposição do chamado dólar paralelo com o dólar oficial, não tendo havido nunca uma discrepância maior do que 15% em média; hoje, casualmente neste instante, existe uma sobrevalorização, até, do oficial de 5% sobre o paralelo, fato que não ocorria desde janeiro de 1983. Então, o cuidado que realmente devemos ter, por uma questão de absoluta justiça e até na condução de quaisquer análises que tenham sido feitas pelos técnicos que, com toda capacidade, nos assessoraram, é com vistas ao ano de 88, Sr. Relator, o ano de 89 e até 14 de março de 1990; ou seja, esses vinte e seis meses e meio, 1988, 1989 e até 15 de março de 1990. Porquanto que nesse período, Sr. Presidente, houve um descolamento que mediou na faixa de 100% a 200%.

Quando eu ouvia o Deputado Mussa Demes se referir en passant a este aspecto, me assaltou realmente à cabeça este ponto. Então houve, naqueles períodos de 1988 e 1989, sobrevalorizações de até 200%. Há que se ter sempre o extremo cuidado, que tenho certeza que teremos, porque se se dolariza qualquer coisa pelo dólar oficial na época, e ele estava desvalorizado, digamos, 100% em relação ao paralelo no mesmo instante, se acharia aritmeticamente um número de dólares exatamente o dobro. Ou, se estivesse 200% sobrevalorizado o paralelo sobre o oficial, se acharia um número de dólares exatamente o triplo. Então...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, eu teria autorização para fazer uma pergunta ao nobre Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu não sei se V. Exª recebeu um memorial assinado pelo ilustre Deputado Ibsen Pinheiro.

O SR. FERNANDO CARRION - Não.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Eu recebi e a informação que tenho é que todos iriam receber. Ele faz o raciocínio seguinte: Aquele apartamento que foi comprado em novembro de 1990 por 38 milhões de cruzeiros e que, segundo ele, correspondia a 140 mil dólares, mas segundo o Deputado Luiz Salomão - e isso está inclusive assinado por S. Exª no relatório feito de sua visita a Porto Alegre - seriam 320 mil dólares. Então, o raciocínio do Deputado Ibsen Pinheiro é que se ele tivesse tomado o dólar paralelo... mas como tomou o dólar oficial, deu exatamente 320 mil dólares.

Estou ouvindo V. Exª e me parece que o seu raciocínio não se concilia com isso.

O SR. FERNANDO CARRION - Corretamente, Sr. Presidente, não se concilia. Houve o colamento entre o dólar paralelo e o dólar oficial, praticamente na esteira superveniente do Plano Collor. Praticamente...eu me recordo, porque às vezes a memória me ajuda, que em outubro de 1990, logo após as eleições havidas, a discrepância entre o paralelo e o chamado oficial era da ordem de 10 a 14%. Isto eu lhe posso afirmar e pode ser constatado em qualquer avaliação. Para que se possa ser realmente prático, o colamento ocorreu do Plano Collor até hoje. E o descolamento, podendo chegar a 100 - numa ocasião, se a memória não me trai, chegou a 210% a sobrevalorização.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Na base da gestão do Ministro Maílson da Nóbrega.

O SR. FERNANDO CARRION - Corretamente, no chamado Plano Maílson, por volta de 1989. E naquele ano turbulento, só para lhe dar um ponto de vista, exatamente na véspera do Plano Collor, o dólar oficial estava na faixa de 35 cruzeiros e o paralelo estava na faixa de 84 cruzeiros. No dia seguinte ao Plano Collor, o dólar caiu, o paralelo chegou a 30 cruzeiros. Houve até um subpreço como ocorreu hoje.

Dou-lhe esse subsídio porque novembro de 1990, se forem consultados os números, já entra na fase de colagem, de casamento muito próximo. Eu apenas pondero isso porque o que nos norteia sempre é o sentido de justiça, como a todos. Além do expurgo que se fez com muita competência lá na Subcomissão de Patrimônio, há que se considerar isso. Porque, se se divide pelo dólar oficial ou pelo dólar paralelo pode-se ter, em 1988 e 1989 e até 15 de março de 1990, valores totalmente disparatados.

Isso foi apenas à guisa de colaboração.

Sr. Deputado Mussa Demes, V. Exª tendo sido arrolado, o seu nome colocado naquele material, naquelas caixas da empreiteira ODEBRECHT, eu perguntaria a V. Exª se porventura recebeu algum brinde dessa empresa, desde o mais modesto, tal como agenda ou, quem sabe, outro tipo de material?

O SR. MUSSA DEMES - Não, nobre Deputado Carrion, nem mesmo agenda.

O SR. FERNANDO CARRION - Perfeito.

V. Exª, por ventura, teria sido citado naqueles chamados disquetes da tal empreiteira ODEBRECHT?

O SR. MUSSA DEMES - Não, nobre Deputado Carrion, nunca me vi relacionado. Soube disso pelos jornais, mas nenhum deles nunca incluiu o meu nome entre os das pessoas que ali estavam relacionadas.

O SR. FERNANDO CARRION - Perfeito.

Por último, Sr. Deputado Mussa Demes: Nessa mesma relação da empreiteira ODEBRECHT, V. Exª é um dos citados entre aqueles que a Odebrecht desejaria ajudar na eleição vindoura ou outras?

O SR. MUSSA DEMES - Não, também não estou relacionado entre esses.

O SR. FERNANDO CARRION - Perfeito.

Sr. Presidente, não concluo sem levar daqui da minha humilde posição - talvez até por ser o último Deputado a inquirir na última oitiva, aliás, será o Relator que com muito mais brilho o fará, mas, entre os Deputados da planície, parece-me que sou eu mesmo - o meu agrado por ter podido trabalhar com V. Exªs como com todos os Colegas que nos acorrem aqui e dizer a V. Exª, Senador Jarbas Passarinho; a meu caro Relator Roberto Magalhães; e a meu caríssimo conterrâneo - e orgulho-me muito de dizer, que é o Deputado Odacir Klein, eis que somos da mesma cidade praticamente - que eu me congratulo, aqui da minha posição, com a maneira serena, honesta e justa com que V. Exªs pautaram o alevantado, atribulado e duro trabalho.

Também faço essa colocação jogando esses mesmos conceitos para os meus colegas Parlamentares, pelo que realmente todos, excluindo-me apenas...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Não apoiado!

O SR. FERNANDO CARRION ..., têm feito pela nova situação do Brasil. Portanto, recebam da minha posição o cumprimento e a certeza de que maior patriotismo do que este, Sr. Presidente Jarbas Passarinho, meu caro conterrâneo Deputado Odacir Klein e Sr. Relator Deputado Roberto Magalhães, acredito que nenhum Parlamento do mundo tenha tido até hoje - pelo que sei -, a oportunidade de prestar tamanho trabalho investido em tamanho patriotismo. Apenas digo: que Deus pouse nos cérebros de V. Exªs para que realmente se possa ter o melhor deste trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. O Deputado Mussa Demes deixou um assunto a esclarecer. Acho que será em benefício do próprio Deputado, se nós da Subcomissão de Emendas pudéssemos usar da palavra por dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª tem três minutos. Tenho horror quando me pedem dois. (Risos)

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado.

Deputado Mussa Demes, examinamos de uma forma rápida, no computador do PRODASEN, e chegamos à seguinte conclusão: V. Exª tem razão. Esta obra que está associada ao MIR não é a Adutora Pedro II e, sim, a construção da Barragem Pedro II, Barragem e Açude Pedro II. É a Emenda C01509/7, que é Emenda da Bancada do Piauí, que na sua justificativa se refere ao Açude Joana. Queríamos, então, a partir daí, obter duas informações de V. Exª. Primeira informação: Quando se coloca emenda de bancada, encobre-se o Deputado que encabeça aquela emenda. Existe um Deputado que encabeça a emenda e aparece apenas como emenda de bancada. V. Exª poderia informar qual é o Deputado do Piauí que encabeça essa emenda?

O SR. MUSSA DEMES - Nobre Deputado Sérgio Miranda, não tenho comigo a cópia da emenda, mas pelas suas origens e pelo que representa para a região, parece-me que a iniciativa é do nobre Deputado Ciro Nogueira, que é de Pedro II, e era realmente o maior interessado nessa obra.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E a segunda pergunta, nobre Deputado, qual o batalhão que iniciou a construção?

O SR. MUSSA DEMES - Batalhão de Engenharia e Construção.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - O BEC - Batalhão de Engenharia e Construção. E iniciou essa construção quando? No período em que o Orçamento já estava sendo discutido o Batalhão de Engenharia e Construção já assumiu a construção dessa obra?

O SR. MUSSA DEMES - Essa obra, nobre Deputado, se arrasta há cerca de 30 anos.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - E é sempre o batalhão?

O SR. MUSSA DEMES - Sempre o Batalhão de Engenharia e Construção.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não havia nenhuma hipótese de haver uma concorrência para a conclusão da obra?

O SR. MUSSA DEMES - Até onde eu sei, não. Não conheço.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - V. Exª gastou dois minutos e meio. Meus parabéns.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - É a disciplina, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É verdade.

A palavra está com o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nobre Deputado Mussa Demes, eu até hoje não deixei de fazer perguntas a nenhum dos que aqui vieram depor. Inclusive o jornal, hoje, consigna a homenagem que foi aqui prestada a Roberto Jefferson e diz: "Somente o Relator fez perguntas." Mas, no caso de V. Exª vou ter que abrir exceção porque eu tinha preparado algumas perguntas na linha, exatamente, das que foram aqui formuladas pelo Deputado Zaire Rezende, excluída a parte patrimonial. Eu estava somente com o levantamento bancário. De modo que não vou inventar perguntas, vou apenas lhe dizer que sei que V. Exª é um homem de excelente currículo, conhece bem Direito Tributário, lida muito bem com números e, em conversas, de há muito, V. Exª me disse uma vez que, em função de política, já vendeu não sei se 15 ou 20 imóveis, não é isso?

O SR. MUSSA DEMES - Vendi mais do que isso.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Inclusive a maioria deles no Ceará.

O SR. MUSSA DEMES - Só nos últimos cinco anos vendi 10 apartamentos no Ceará e cerca de 20 terrenos em Teresina, no bairro mais caro da cidade e imóveis de minha propriedade pessoal e não imóveis das imobiliárias que possuo lá também.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois é, de modo que tenho a impressão de que eu queria lhe perguntar e o que foi indagado aqui pelo nobre Deputado Zaire Rezende, V. Exª tem condições de justificar. Vai fazer um pouco mais de esforço, vai perder um domingo mas eu acho que isso será mais do que uma defesa, será uma colaboração à CPI, porque nós estamos aqui para fazer justiça, para perquirir a verdade. Até nesses últimos dias tenho visto aqui que há, realmente, uma certa alegria por parte dos membros da subcomissão diante de um colega que se sai bem e, às vezes, o Plenário se sai magnificamente bem, do ponto de vista da competência, das colocações, da objetividade, da eficácia, o depoente sai daqui, praticamente, vencido e ninguém festeja.

De modo que, já que não tenho perguntas a fazer. Não posso lhe dar conselhos mas lhe digo que procure fazer essa justificativa, tenho a impressão de que não vai ser difícil. Essa do dólar está sendo feita pelo Deputado Ibsen Pinheiro e me parece que é controvertida. Porque eu teria agora um depoimento aqui do Carrion e anteontem à tarde, conversando com o Luiz Salomão ele contestou a tese do Deputado Ibsen Pinheiro. De modo que acho que...

O SR. MUSSA DEMES - Apenas...

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não.

O SR. MUSSA DEMES - O Salomão concordou comigo?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Concordou. É, ele acha que não, que não há essa diferença toda.

O SR. PEDRO PAVÃO - Pela ordem, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Pois não, com muito prazer.

O SR. PEDRO PAVÃO - Apenas para contribuir. Eu entendo o seguinte, o Deputado Ibsen Pinheiro está dizendo que comprou dólar oficial, com um preço mais razoável, é isso que eu entendi?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Não, não, ele repudia a moeda dólar. Ele não admite ter usado a moeda dólar. E, diga-se mais, na diligência feita, no relatório que existe, o que está dito é que a imobiliária recebeu em moeda legal e corrente no País.

O SR. - PEDRO PAVÃO - Ah, tudo bem. Eu diria na compra do dólar oficial, naturalmente, deve existir um documento.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Em espécie.

O SR. PEDRO PAVÃO - Em espécie.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Está ali a confirmação de um dos autores da diligência, que é o nobre Deputado Nelson Trad. Então como estou tendo esta experiência, antecipo esta colocação, pois me parece que hoje foi muito bem lançada pelo Deputado Carrion, porque ele situa no tempo e diz: "nesse lapso de tempo", ou seja, no tempo decorrido, após o plano Collor, não houve oscilação superior a 14%. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O vice-Presidente deseja inquirir no momento.

Antes de passar a palavra ao Deputado Mussa Demes salientaria que, naturalmente, V. Exª se esforçará por corresponder a ela, satisfazê-la, especialmente, depois de ter visto o cuidado com que o Deputado Zaire termina muitas vezes suas inquirições, é um homem muito tranqüilo, sereno; pessoalmente, tenho muito receio dos inquiridores serenos, S. Exª fez a ressalva de que ainda não estava com os documentos concluídos na Comissão.

Estamos, praticamente, com 90 dias e não é possível mais continuar. Há os que gostariam que esta CPI pudesse se prolongar indefinidamente, para tentar corresponder ao que se está chamando de "limpar o Brasil" e, de algum modo, fazer uma busca de localizar fontes de corrupção, mas esse não é nosso papel; nosso papel é, dentro dessa idéia geral, uma idéia particular. Se chegarmos ao final, ainda teremos oportunidade de coletar dados

internos, ou melhor dizendo, dados para análise interna. Se chegarmos até o relatório final do Dr. Roberto Magalhães, sem essa possibilidade definitiva, é claro que o relatório salientará isso.

Como devemos ter ainda uma reunião plenária na segunda-feira, às 17h, último dia nosso - que seria antes de termos logrado a prorrogação -, e no meu documento, enviado à Câmara dos Deputados e Congresso Nacional, de acordo com a missão Roberto Rollemberg, foi claramente indicada que, terminado o dia 17, a partir do dia 18, não teremos nenhuma ação externa, nenhuma atividade externa, pois o prazo é apenas deferido pelo Congresso Nacional; existe uma idéia muito generosa para que concluamos o relatório e, em seguida, o examinemos, o discutamos e o votemos. Teremos nossa reunião ainda no dia 17 - prazo original -, em condições de fazermos uma reunião interna.

Para a reunião interna há algumas propostas apresentadas, estão na Mesa, as quais submeteremos ao Plenário; depois estaremos juntos, nesse período, até a última reunião.

Entretanto, me sirvo da oportunidade para agradecer, desde logo, em nome da Mesa, as provas que colhemos hoje, também, de afirmativas - tenho certeza que não foram apenas um gesto diplomático -, e as palavras do Deputado Costa Ferreira, que eu não sabia, não lembrava, que tinha servido comigo na Superintendência Regional da Amazônia, onde vivi os três mais fascinantes anos de minha vida, na esperança de encontrar petróleo. Também há as palavras do Senador Pedro Simon, que são comovedoras, e de todos que aqui se solidarizaram, além das proferidas pelo ilustre Deputado José Lourenço. Vou incomodar S. Exª, que lê francês, eu sei, mandando-lhe um texto da Revista Comentaire, se não me engano é de Raymond Aron, uma diferença exata que há entre o entusiasmo e a paixão. Não devemos considerar todas as pessoas entusiastas como apaixonadas. A paixão fica irracional. Não estou falando de amor, estou falando, exatamente, de ações que as pessoas desenvolvem no campo, sobretudo, político. É muito importante.

Dou a palavra ao Deputado Mussa Demes para que ele faça as suas considerações finais, repetindo, convocando os meus ilustres Pares para às 17h, de segunda-feira, dia 17 para as nossas atividades públicas, se for o caso, ou internas finais. Tem a palavra V.Exª.

O SR. MUSSA DEMES - Sr. Presidente, faço minhas as palavras do nobre Deputado Costa Ferreira em relação a V.Exª. Os serviços que o Senador Jarbas Passarinho prestou, e vai continuar prestando, sabemos disso, ao País, são conhecidas de todos, e não haveria necessidade de eu me alongar, porque toda a Casa já o conhece muito bem.

Sou muito grato também às referências elogiosas que recebi do nobre Deputado José Lourenço, de quem tive a honra de ser liderado quando aqui cheguei nesta Casa.

Parabenizo ao Vice-Presidente Odacir Klein, ao nobre Relator Roberto Magalhães e a todos os membros desta Comissão que, ao longo de mais de três meses, têm dado o melhor de seu esforço, têm procurado, na verdade, corresponder à confiança e às aspirações do povo brasileiro que deseja ver, realmente, afastados da vida pública os que não souberam se comportar com dignidade, os que não souberam corresponder à preferência dos que os mandaram para cá.

De minha parte, Sr. Presidente, acredito que cumpri com a minha obrigação e com o meu dever. Disciplinadamente, irei às Subcomissões de Bancos e de Emendas, embora seja um esforço a mais, já no final do período e com muito menores oportunidades do que aqueles que foram ouvidos antes, para demonstrar que os dados levantados sobre mim, realmente, não se coadunam com o que mostram a minha movimentação bancária e a movimentação do meu patrimônio.

Tão logo meu nome foi mencionado e eu tive o meu sigilo bancário quebrado, fui ao meu Estado. Ali, dei entrevistas às emissoras de rádio, jornais e emissora de televisão, dizendo à população do meu Estado que minha candidatura à reeleição ou a qualquer cargo majoritário que o meu partido tenha por ventura interesse em me indicar, estaria sobrestada até que os trabalhos desta Comissão estivessem encerrados, porque sou daqueles, Sr. Presidente, que entendem que um mandato de representação popular não pode ser enrustido sob suspeição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h10min.)

Depoimento do Sr. Deputado Uldurico Pinto

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião, que é continuação de uma diligência.

Já foi feita uma diligência, no dia 30.12.93, com o Sr. Deputado Uldurico Pinto e foi considerada não conclusiva. Aguardou-se que fossem analisados os documentos que

haviam chegado, procedimento este julgado oportuno pelos membros da oitiva. Agora, faremos uma nova oitiva para concluirmos a diligência iniciada.

Encontram-se presentes o Sr. Depoente Deputado Uldurico Pinto; o Deputado Fernando Freire, da Subcomissão de Bancos; o Deputado Pedro Pavão, da Subcomissão de Patrimônio Fiscal; o Senador Pedro Teixeira, da Subcomissão de Patrimônio Fiscal; o Deputado Zaire Rezende, também da Subcomissão de Patrimônio Fiscal, e o Deputado Fernando Carrion, da Subcomissão de Patrimônio Fiscal.

O Deputado Uldurico Pinto já falou anteriormente e, por isso, já está devidamente qualificado.

Antes de começarmos as nossas inquirições, pergunto ao nobre Deputado se ele quer fazer uso da palavra. (Pausa)

Não querendo, abro a palavra aos membros que aqui estão.

Nobre Deputado Uldurico Pinto, recebemos denúncias que vamos expor e gostaríamos de ouvir o que tem V. Exª a dizer a esse respeito.

Há uma denúncia procedente da Cidade de Almas, no Tocantins, em que se afirma que V. Exª manteria contato com Prefeitos de diversas cidades do Estado de Tocantins, procurando aprovar as emendas e, conseqüentemente, a liberação de recursos, desde que essas obras fossem realizadas por empreiteiras de sua indicação. No caso dos Municípios de Almas, Porto Alegre e Tocantins, seria a Empresa Nacional Construtora Ltda.

O que tem V. Exª a dizer a esse respeito?

O SR. ULDURICO PINTO - Trabalhei como médico em Almas durante muito tempo, deixando lá muitos amigos e muitos adversários. E isso de forma bem apaixonada.

Fui candidato a Deputado Estadual, nessa época, em 1982, e também deixei muitos correligionários e amigos em Almas. Pode-se dizer que fui um dos médicos mais conhecidos da região. O pessoal da Universidade mandava alunos para estagiar comigo.

Desenvolvi um trabalho de saúde pública e cheguei a ganhar uma bolsa para trabalhar na Universidade de Hadassat, em Jerusalém.

Deixei, portanto, muitos amigos e muito inimigos em Almas.

Posso dizer, concretamente, que não fiz nenhuma emenda para o Tocantins, como essa denúncia que está sendo feita - não tive acesso a ela -, nenhuma emenda! Tenho aqui, em meu poder, uma certidão provando que não fiz nenhuma emenda para o Tocantins.

Há outra acusação que fizeram, no sentido de que o ex-Prefeito foi meu funcionário. Não é verdade! Tenho uma certidão provando que ele nunca foi funcionário meu.

Quer dizer, o que aconteceu, na realidade, foi que fiz umas subvenções pequenas, no valor simbólico de 5 salários mínimos, para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que ajudei a fundar, como líder operário, naquela região. Obviamente, fiz os setores que estavam ligados a esses sindicatos, em torno de 5 salários mínimos.

Esses grupos que estavam ligados aos sindicatos, defendem altamente o meu nome. E os grupos adversários, obviamente, confundem isso com emenda do Orçamento, e por aí afora.

Acho que há uma grande confusão. Insisti e queria este depoimento de hoje até para esclarecer esses fatos, porque uma emenda de 5 salários mínimos, uma subvenção de 5 salários mínimos da minha cota pessoal de Parlamentar, um sindicato que ajudei a criar, numa região em que trabalhei como médico, querer dizer que era emenda minha, que era empreiteira, é uma brincadeira de mau gosto! Acho que, de certa forma, foi coordenada por um adversário meu da Bahia. O pessoal do Tocantins, antigo Goiás, não teria nenhum motivo para fazer uma denúncia desse porte. É uma grande armação.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Há o nome de quem fez a denúncia ou é anônima?

O SR. ULDURICO PINTO - Não há nome.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Fica, então, apenas caracterizada. Caracteriza-se que foi assinada e por quem.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Muito obrigado, Senador Pedro Teixeira.

A denúncia veio assinada, está inclusive nos documentos. Eu solicitaria a algum funcionário - não há ninguém aqui no momento - que trouxesse os documentos. Encontra-se na Subcomissão de Patrimônio Fiscal a documentação. Faremos chegar aqui antes do final.

O SR. ULDURICO PINTO - Tenho em mãos uma certidão da Comissão de Orçamento comprovando que não fiz nenhuma emenda para o Tocantins. É muito importante. Eu queria aproveitar a oportunidade e entregar essa certidão.

Quero dizer apenas que essa pequena subvenção(?0 é uma coisa muito bonita, um sindicato que ajudei a fundar há 10 anos. Não se pode confundir isso com emendas, com rolos, com confusão no Orçamento, é uma brincadeira de mau gosto.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Deputado Uldurico Pinto, nesta denúncia, é citada a Empresa Nacional Construtora Ltda. Na primeira oitiva com V. Exª, perguntado

pelo Deputado Sérgio Miranda se V. Exª tem alguma informação se essa construtora é nacional, é da região, é de algum parente de V. Exª, V. Exª respondeu: "Olha, não conheço nenhum parente meu, que eu saiba, nenhum parente próximo que é dono de qualquer construtora."

E, mais adiante, eu, Deputado Zaire Rezende, perguntei a V. Exª, dizendo o seguinte: "Deputado Uldurico Pinto, temos em mãos uma documentação que nos foi encaminhada a respeito da qual farei algumas perguntas a V. Exª.

Em primeiro lugar, o Sr. Edvander Pinto é seu parente ou funcionário do seu gabinete?" A sua resposta é que ele nunca foi funcionário do seu gabinete, mas que é seu sobrinho.

O SR. ULDURICO PINTO - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - E depois perguntei também a V. Exª quais as relações de V. Exª com a Nacional Construtora. A sua resposta foi: "Não conheço nenhuma Nacional Construtora." E mais adiante perguntei novamente: "Apesar de V. Exª já ter respondido, por acaso, V. Exª conhece algum sócio ou diretor ou representante da Nacional Construtora aqui em Brasília ou em algum outro local?" V. Exª afirmou que não. E a pergunta: permanece esta afirmativa?

O SR. ULDURICO PINTO - Permanece essa afirmativa de forma categórica: eu não conheço a Nacional e nenhum parente meu tem empresa construtora. Um sobrinho já teve, há muito tempo atrás - teve. Ter não tem, como foi a pergunta objetiva. Há muitos anos atrás, muitos e muitos anos atrás, eu tive a informação de um sobrinho que ele teve uma Construtora, há muito tempo atrás - há muitos e muitos anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Nós temos realmente em mãos cópia de um contrato da constituição da Empresa Sociedade Nacional Construtora, que é datada de 2 de janeiro de 1991, onde consta como sócio o Sr. Edvander Pinto, e, mais adiante, ele fica investido no cargo de sócio-tesoureiro. Então, isto em 2 de janeiro de 1991. Em seguida, nós temos uma primeira alteração contratual, na qual o sócio Edvander Pinto retira-se da sociedade e transfere para Luiz Guilherme Viana Lima as suas quotas - esta é do dia 10 de janeiro de 1991.

Eu pergunto: o Sr. Edvander é o seu sobrinho e V. Exª conhece o Sr. Luiz Guilherme Viana Lima? O que tem a declarar a este respeito?

O SR. ULDURICO PINTO - O Edvander Pinto é o meu sobrinho e o Sr. Luiz Guilherme, eu não conheço - não estou lembrando de nenhum Luiz Guilherme.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Ainda dando seqüência, nós temos outra denúncia, procedente da cidade de Porto Seguro, na Bahia, que foi formalizada pelos Srs. Prefeito e Vice-Prefeito, Presidente da Câmara Municipal e Vereadores de Porto Seguro, Bahia, informando que V. Exª, utilizando recurso do Orçamento da União, em face das emendas por V. Exª apresentadas, teria se beneficiado, juntamente com os seus irmãos que seriam Prefeitos das cidades de Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Medeiros Neto, os seus irmãos José Ubaldino Alves Pinto, Francisco Alves Pinto e Adalberto Alves Pinto, e explica, aqui, como seria a maneira de se operar para esse possível desvio de recursos. Um desses mecanismo seria - afirma a denúncia - com a liberação dos recursos e após a celebração do convênio a Prefeitura, ao receber a primeira parcela, repassava para o Deputado Uldurico Pinto e seus familiares amigos. Como o restante dos recursos eram insuficientes para a execução e conclusão das obras, o município não mais se dispunha a recebê-lo. O que tem V. Exª a dizer a esse respeito?

O SR. ULDURICO PINTO - Eu queria dizer, com absoluta segurança, que fiz emendas para esses municípios - meus irmãos, Prefeitos, em primeiro lugar e, em segundo lugar, eu fui o Deputado Federal mais votado nesses lugares, é a minha região. Medeiros Neto é a cidade onde eu nasci e onde eu tive oitenta e tantos por cento dos votos. Em terceiro lugar, não tem nada de ilícito nisto - um Deputado Federal fazer uma emenda para o lugar onde, por coincidência, o seu irmão é Prefeito. Não tem nada de mais, as prestações de contas foram feitas, eles fizeram a obra maior do que precisava. A rigor, sim, eu orientei, pedi, nesse sentido; eles são pessoas íntegras, corretas, mas, mesmo assim, eu cobrei, no sentido de fazer as obras mais do que vinham recursos; e todas elas foram feitas direitinho. Participei de várias inaugurações, a comunidade tem um profundo respeito pela gente, e em relação a esse Prefeito de Porto Seguro eu posso dizer o seguinte, eu posso dar uma explicação porque, a rigor, tudo tem uma explicação: o meu irmão é Prefeito de Porto Seguro; ele foi o único do Brasil que fez uma denúncia, uma ação popular contra a Construtora OAS. Ela superfaturou uma obra em 2.600%. Subitamente, a pessoa que foi encarregada de fazer essa vistoria, que era o Sr. Francisco Xavier de Souza, foi transferido para a Cidade de Eunápolis, onde tem outra obra da Empresa Suarez - aqui a OAS -, e esse prefeito que entrou, que era amigo dele, também, passou ao lado da OAS e a situação começou a gerar denúncias em todo lugar do País, de forma bem científica. Se analisarmos direitinho, nem o Deputado João Alves, com todo o respeito, teve uma coisa tão bem

catalogada, com uma plástica tão bonitinha; tem fita de vídeo com a TV Bahia, com alta qualidade técnica, os locutores de excelente qualidade; quer dizer, é uma questão que passo para a Comissão, com o maior respeito, no sentido de quem está pagando isso e porque está pagando isso.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Ainda em relação a essas denúncias, consta também que haveria procedimentos licitatórios fraudulentos em que os recursos da União, intermediados por V. Exª, eram desviados para empresas do esquema do Deputado, por intermédio de licitações fraudulentas. E a esse respeito informa o senhor denunciante que no período de 1988 a 1992 foi liberada para o Município de Porto Seguro a quantia aproximada de um milhão e 300 mil dólares, oriundos da União Federal através dos Ministérios da Ação Social, da Saúde e da Educação, da Secretaria de Desenvolvimento Regional, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e da SUDENE. O que tem V. Exª a dizer?

O SR. ULDURICO PINTO - Tenho a dizer que fiz várias emendas, eu era de oposição ao Governo Sarney e ao Governo Collor, e, dessas emendas, na parte que foi liberada realmente eram poucos os recursos. Os recursos eram geralmente liberados no final dos meses, no final do ano, sem correção; quer dizer, o recurso, por exemplo, agora, liberado em novembro, ele equivale a 10% do valor original. Às vezes, o denunciante, por ignorância ou por maldade, esqueceu de falar isso. É comum, todo o Congresso aqui sabe, quando o recurso não dá, fazer-se uma redução de metas. Por exemplo, se chega 10% do recurso, como é que se faz uma coisa integral? Eu tenho certeza absoluta de que se chegou 10% do recurso eles fizeram mais do que 50 ou 70, um índice várias maior do que o recurso chega proporcionalmente.

De participar de alguma coisa, não. Sofri denúncias de todos os lugares e nenhuma delas coincide com a outra, no mesmo sentido. Uns falam agora numa empresa, a outra já fala de um lugar de outras empresas ou de outros lugares, de outras empresas; quer dizer, é na realidade uma coisa de forma sintonizada por adversários pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Ainda em relação à denúncia procedente de Porto Seguro, a denúncia de que V. Exª e sua família teriam se apropriado de uma grande área que pertenceria ao IBAMA.

O SR. ULDURICO PINTO - Essa informação eu posso dar também com absoluta segurança. A Prefeitura de Porto Seguro queria uma área de 100 hectares para poder fazer um loteamento, e era impossível comprar 100 hectares; um lote lá em Porto Seguro valia de 1000 dólares a 10 mil dólares, e por aí afora; lotes de 2, 3, 4 mil dólares, nessa faixa. Quer dizer, para um trabalhador comprar um lote é praticamente impossível. E a Prefeitura está perdendo muito pagando 30% do fundo de prestação a essa obra citada por mim anteriormente, feita pela Construtora OAS. A Prefeitura estava sem recursos; aí encontrou uma área de 5.600 hectares do Estado e entrou em contato com o Estado para ver se o Estado pagava essa área. Prefeitura nenhuma do País tem condições de comprar uma área de 5.600 hectares, particularmente a Prefeitura de Porto Seguro, sem caixa, onde tinha 30% dos recursos para pagar dívida com a Caixa de um contrato feito com a OAS, pelo prefeito anterior. A Prefeitura não tinha recursos; o Estado, através do Governador, ficou de arrumar os recursos; a Prefeitura comprou essa área e não pôde ficar com essa área. Vendeu essa área em partes e sobraram 1.300 hectares de área para a Prefeitura. E nesses 1.300 hectares moram em torno de cinco mil famílias. Foi uma operação bonita. O Sr. José Ubaldino Alves Pinto, meu irmão, ficou fortíssimo, ficou fortalecido. Ficou muito fortalecido. Quer dizer, uma prefeitura que consegue, numa operação, ficar com mil e trezentos hectares de área! E, para isso, a Câmara de Vereadores foi obrigada a fazer uma lei, autorizando comprar essa área e vender. Ele dividiu em lotes e vendeu os lotes para amigos, para correligionários, para adversários, para inimigos, para todo mundo... Foi uma coisa pública. Unanimidade da Câmara de Vereadores, das entidades civis da cidade. Todas as entidades ficaram de acordo. A cidade inteira ficou de acordo. A cidade de Porto Seguro, hoje, tem mil e trezentos hectares de terra, onde moram cinco mil famílias. Foi praticamente uma reforma agrária feita pela Prefeitura, sem recurso algum. Foi uma operação muito bonita, muito forte e que eles querem alegar que não. Mas tem amigo seu que comprou. Ora, quando se pegou essa área para dividir, vários setores que eram amigos e inimigos compraram essa área.

Agora, a importância de se explicar isso é muito grande, porque foi uma área comprada com recurso municipal. É uma maldade querer pô-la com recurso nacional. E mesmo com recurso municipal, foi uma das coisas mais fortes.

V. Exª foi prefeito, sabe que fazer uma coisa desse porte em ??? , mesmo sendo a terra de onde V. Exª foi Prefeito bem mais barata que em Porto Seguro, é praticamente impossível, é impossível comprar cinco mil e seiscentos hectares de área, entendeu? E mesmo mil e trezentos hectares de área, é impossível. Mesmo com o orçamento de lá. Uma

cidade como Porto Seguro tem um orçamento pequeníssimo, porque é um paraíso fiscal, grande parte dos hotéis não pagam impostos.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Eu registro a presença também, nesta oitiva, dos Deputados Sérgio Miranda e José Lourenço, e do Senador Jutahy Magalhães.

Ainda dentro das denúncias, nós temos aqui, nos foi enviada uma cópia de um recibo de depósito do Banco do Brasil, com a data de 28 de novembro de 1991, no valor de três milhões de cruzeiros naquela época, que teria sido liberado, segundo a denúncia, diretamente da Prefeitura Municipal de Porto Seguro, tendo sido feito o depósito em sua conta. O que tem V. Exª a dizer a esse respeito?

O SR. ULDURICO PINTO - Olha, o depósito de 3 milhões cruzeiros, de 28 de novembro de 1991, em dinheiro, foi feito por um amigo meu, na época - ele era amigo meu -, dos recursos que eu providenciei para comprar um lote em Porto Seguro. Ele não comprou o lote; devolveu o recurso. Uma coisa normal, dentro dos padrões de Porto Seguro. E toda semana, praticamente, eu vou a Porto Seguro. Deixei uma pessoa que na época era amiga minha. Depois, essa pessoa cooptada pelo esquema da OAS em Eunápolis, onde eu tinha... Tenho até uma coisa aqui. Em julho do ano passado, quer dizer, bem antes da CPI, uma denúncia onde ele argumenta esse aspecto de estar trabalhando na Prefeitura de Eunápolis. Eu tenho aqui um documento da Prefeitura, onde ele trabalha, que eu posso encaminhar, Prefeitura a respeito da qual eu fiz uma denúncia gravíssima. Pode parecer coincidência, mas é um tesoureiro do lugar, quer dizer, uma pessoa. E para ser tesoureiro do lugar em cima de uma denúncia é algo que só é possível se for uma armação. Ninguém é criança para não perceber esse grande detalhe. Essa pessoa que fez isso foi o Seu Francisco Xavier de Souza. Está aqui no documento. Ele é funcionário da Prefeitura de Eunápolis, e eu fiz uma denúncia muito grave sobre a Escola Técnica Federal de Eunápolis. Isso eu posso dizer para vocês, tenho absoluta segurança, tenho documentos aqui. Eu fiz uma denúncia muito grave, que o Prefeito o contratou para ser servidor dessa prefeitura. Quer dizer, não tenho nada a ver com a prefeitura, não tenho absolutamente nada a ver com a prefeitura. E o documento mais grave, o documento que tenta provar que a prefeitura, que nós temos informação, é falso.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Os Srs. Parlamentares desejam fazer perguntas no momento?

Com a palavra o Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Srs. Parlamentares, Deputado Uldurico, tivemos muito cuidado, nesse período que passamos na CPI, de não fazer qualquer inquirição a baiano. Porque achávamos que não poderíamos deixar qualquer dúvida sobre querermos fazer qualquer tipo de política regional aproveitando a CPI.

Vim aqui também na disposição de não fazer pergunta, apenas para assistir esta inquirição. Mas não vejo ninguém aqui da Subcomissão de Bancos, e o único que estava presente pediu para eu fazer a pergunta. Então, por isso é que vou fazer. Aliás, iria fazer a pergunta, porque a única pergunta que nós temos na Subcomissão de Bancos já foi feita pelo Deputado Zaire. É esse depósito de 3 milhões de cruzeiros que apareceu na conta de V. Exª, no dia 28 de novembro de 1991, assinado pelo Sr. Francisco X. Souza, que V. Exª diz que é Xavier de Souza. Esse foi o único documento encontrado na Subcomissão de Bancos a respeito de V. Exª.

Nenhum outro depósito, dos vários aí denunciados não sei por quem, mas na denúncia nenhum outro depósito foi encontrado na subcomissão de bancos, na evolução da sua conta bancária. Por isso é que até a outra pergunta que eu poderia fazer a um baiano, me foi tirada pelo Deputado Zaire e já foi dada a resposta.

Na Subcomissão de Bancos não tem mais nada a respeito do Deputado Uldurico Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Nobre Senador Jutahy Magalhães, peço desculpas pela entrada na sua área.

Algum outro parlamentar deseja falar?

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Nobre Deputado Uldurico Pinto, na primeira oitiva de V. Exª eu estava na Comissão e creio que, no resultado final, o balanço foi favorável, tendo em vista que não tinha nada a apurar, elementos nenhum, e fomos surpreendidos, ao final da sua exposição, de que haviam chegado denúncias que mereciam ser apuradas, razão que foram apuradas e V. Eª está convocado aqui para apresentar algumas explicitações sobre ela.

V. Exª conhece o vereador Gerson Ramalho, da cidade de Almas.

O SR. ULDURICO PINTO - Ele é o autor da denúncia. Li a denúncia. Não estou me lembrando dessa pessoa; morei e trabalhei em Almas até 1982. Então, não estou me lembrando dessa pessoa; talvez não seja da minha época, se morava lá antes.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - V. Exª está dizendo que ele teria feito a denúncia?

O SR. ULDURICO PINTO - Foi ele quem assinou a denuncia.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Então, a que V. Exª atribui esse fato de ele ter feito essa denúncia?

O SR. ULDURICO PINTO - O Sr. Antonio Osório Menezes é o Presidente do Conselho de Fiscalização da Empresa Santa Helena. Fiz denúncias gravíssimas contra ele; ele está envolvido na conta fantasma do Citibank. Essa Santa Helena é dona do Correio da Bahia, essa Santa Helena - está aqui meu companheiro - tenho documentos das pessoas que fazem parte dela, e tenho um documento provando que o Sr. Antonio Osório faz parte do Conselho de Administração da Santa Helena.

Então, essa pessoa saiu comprando gente, comprando e há uma denúncia minha, segundo informações que tivemos, a mando da OAS, pelo País todo. Então, acredito que foi alguma coisa armada pelo Sr. Antonio Osório Menezes. Tenho um sobrinho que é Deputado Estadual e fez denúncias graves contra o Sr. Antonio Osório Menezes, há uns meses. Constantemente ele está sendo denunciado, porque esse cidadão tem sido testa-de-ferro para fazer um trabalho que aparentemente é político. Na realidade é um trabalho o fato de estar denunciando, prejudicando os interesses concretos da empresa OAS na região.

Por exemplo, eu estava citando o caso da Escola Técnica Federal de Eunápolis, que tem em torno de 18 milhões de dólares - tenho uma fotografia que posso passar para os senhores. Essa Escola Técnica Federal de Eunápolis com 400 mil dólares dá para fazê-la. Foram gastos nela acho que 22 milhões de dólares. É uma acusação pesada, onde se gasta menos de 500 mil.

Está aqui o documento, isso aí foi o Sr. Eraldo Tinoco, quando Parlamentar na comissão, que colocou as verbas e ele, como Ministro, liberou. É uma coisa gravíssima, com maior respeito que tenho ao nosso colega Eraldo Tinoco, que é uma pessoa de qualidade. Mas, ele quando fez a famosa viagem aos Estados Unidos, deixou no seu lugar o Deputado Manoel Castro, nosso colega, a quem tenho um profundo respeito, é uma pessoa séria. Ele voltou e ainda pegou essa comissão. Sei que havia muitos recursos, colocaram, e ele mesmo liberou. Quer dizer, ele pegou a bola, voltou no goleiro, chutou e fez o gol.

Então, essa denúncia é muito grave. Só a nível de contribuição, por isso estou insistindo nisso. Está aqui o depoimento do Sr. Gediel Sepúlveda, quando o Deputado Pedro Pavão pergunta sobre o ex-Prefeito de Eunápolis. Ele falou que recebeu 14 milhões de dólares para essa escola e que o Prefeito recebeu mais do que ele.

Então, é uma coisa de extrema gravidade e esse cidadão chamado Antonio Osório Menezes é uma pessoa que está articulando com avião, com televisão, com mídia, com locutores, uma grande articulação para me prejudicar ou mesmo querendo diminuir a credibilidade das coisas que faço. Ao me atacar, quer ver diminuir a credibilidade.

São 14 milhões de dólares e a escola é essa aí. Essas fotos foram tiradas ontem, deixei para tirar um dia antes de vir depor, quando confirmaram, insisti, cobrando muito, para poder... são várias fotos. É uma vergonha das piores, a explicação para um vereador que não conheço, de uma cidade aonde não vou há muito tempo e onde trabalhei como médico. Apenas mando 5 salários-mínimos na subvenção, aparecer uma denúncia desse porte, dessa gravidade, bem elaborada, geralmente não compatível com os vereadores de cidades pequenas.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Para efeito de registro, quero informar que quem esta fazendo essa pergunta é o Senador Pedro Teixeira.

Gediel é um Prefeito de Eunápolis? É médico também?

O SR. ULDURICO PINTO - Foi Prefeito De Eunápolis.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Médico também e proprietário de uma Casa de Saúde.

O SR. ULDURICO PINTO - Exatamente!

O SR. PEDRO TEIXEIRA - É seu adversário político?

O SR. ULDURICO PINTO - Ele foi meu adversário político

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Ele era de apoiar, ou apoiou o Deputado João Alves?

O SR. ULDURICO PINTO - Ele apoiou o Deputado João Alves.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Parece que o Deputado João Alves foi o mais votado em Eunápolis.

O SR. ULDURICO PINTO - Em Eunápolis. Foi mais votado do que eu, se não me engano.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Parece que essa área foi disputada pelo Deputado João Alves, pelo Deputado Benito Gama...

O SR. ULDURICO PINTO - Exatamente! O Deputado Benito Gama comigo...

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Também o Deputado Benito Gama, porque há uma acusação que eu vi aqui, também contra o Deputado Benito Gama - encontra-se nos autos -, que teria sido ligado a esse Prefeito. V. Exª Confirma?

O SR. ULDURICO PINTO - Exatamente! o Deputado Benito Gama é ligado ao atual

Prefeito que contratou esse Francisco Xavier de Souza, conforme documento. Tenho o maior respeito pelo Deputado; ele até tem voto. Quem não tem voto lá, e ....liberou, foi o Deputado Eraldo Tinoco. É o caso mais grave. Não é? O Deputado Benito ainda é aliado do Prefeito atual. É de conhecimento público. O Deputado não nega isso. Sabendo que esta Casa vai apurar a verdade e sabendo até do apreço que temos por ele.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Então para eu me situar no tempo e no espaço: o Deputado João Alves era o mais votado em Eunápolis? Até a chegada de V. Exª ?

O SR. ULDURICO PINTO - Não. Era eu o mais votado em Eunápolis e o Prefeito Gediel me apoiava, foi aí que me elegi.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Aí o Prefeito Gediel deixou de apoiar V. Exª e aderiu a João Alves e depois deixou de aderir ao João Alves e passou a aderir...

O SR. ULDURICO PINTO - Ao atual. Ele apóia o Deputado Benito Gama.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Certo.

Então V. Exª deve ter contrariado muito ao Deputado João Alves também.

Depois eu queria saber só para fazer uma escolha dessas vinculações políticas.

É só, Sr.Presidente, muito obrigado.

O SR. FERNANDO CARRION - Aproveitando a oportunidade, caro Deputado Uldurico Pinto, queria, exatamente, procurar, quando se falou em Eunápolis, saber se V. Exª tinha conhecimento desse município.

Já declinou para o Senador Pedro Teixeira que V. Exª tem bastante conhecimento e parece que votos no município de Eunápolis.

Bem, no dia 07 de novembro passado, o Senador Pedro Teixeira, o Deputado Pedro Pavão e eu escutamos aqui, nesta Subcomissão, o médico, ex-Prefeito de Eunápolis, que me parece, chama-se Dr. Gediel Sepúlveda.

Deputado Uldurico Pinto, instalou-se aqui uma certa controvérsia, porque os dois Deputados que citei, ou melhor, o Senador Pedro Teixeira e o Deputado Pedro Pavão haverão de lembrar daquela controvérsia que se instalou aqui no dia 07 de novembro de 93, quando ouvimos o médico, ex-Prefeito de Eunápolis, Dr. Gediel Sepúlveda.

Solicito a V. Exª, Deputado Uldurico Pinto, se pode nos auxiliar no deslinde da controvérsia ocorrida. Ela ocorreu, porquanto que trabalhávamos uma carta - diga-se, anônima, que chegou a conhecimento da Subcomissão de Patrimônio, à qual os dois Parlamentares que citei e eu pertencemos, e nos foi dada a atribuição de averiguar os fatos.

Aqui esteve o ex-Prefeito Gediel Sepúlveda, médico, e a controvérsia, Deputado Uldurico Pinto, que ficou sem explicação, é a seguinte: na carta acusavam esse ex-Prefeito, Dr. Gediel Sepúlveda, que havia comprado, como se fosse um "laranja" ou um testa-de-ferro, uma determinada propriedade rural, se me recordo, alguma coisa em torno de 800 hectares, os dois Parlamentares, cujos nomes citei, poderão até me socorrer dando o nome do município...

O valor me recordo bem. Dizia-se que essa propriedade valia 600 mil dólares e que tinha sido comprada de um suíço - agora recordo-me bem. De um homem que estava na Suíça. E o ex-prefeito de Eunápolis, o médico Gediel Sepúlveda, quando esteve aqui, perguntado, mostrou que essa propriedade valia alguma coisa em torno de 200 mil dólares. Então, instalou-se uma controvérsia, porque tínhamos a informação de 600, repassada a nós por um corretor desse negócio, e o ex-Prefeito Gediel falava em 200 mil dólares.

A primeira pergunta que faço é se V. Exª tem domínio dessa situação para tentar desvendar essa controvérsia; se realmente o Deputado João Alves poderia ter se servido de um "laranja" ou de um testa-de-ferro através desse médico Gediel Sepúlveda? Se V. Exª acha, pelo conhecimento que tem da cidade de Eunápolis, que esse Dr. Gediel Sepúlveda foi testa-de-ferro ou "laranja" ou seja lá o termo que se atribua, como se tivesse comprado à guisa, por conta do Deputado João Alves, como se o Deputado João Alves fosse o dono, e o médico Gediel fosse o "laranja", o testa-de-ferro? E, segunda, se V. Exª tem condições de esclarecer, realmente, quanto vale essa propriedade: se 200 mil ou 600 mil dólares?

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Essa pergunta foi formulada pelo Deputado Fernando Carrion e responde, agora, o depoente.

O SR. ULDURICO PINTO - O ex-Prefeito de Eunápolis, o Sr. Gediel Sepúlveda, teve indícios de enriquecimento rápido, de enriquecimento ilícito.

Agora, a bem da verdade, a grande obra feita lá não foi obra que o Deputado João Alves colocou no Orçamento: foi obra que o Deputado Eraldo Tinoco colocou no Orçamento. Então, S. Sª, se for "laranja", é mais provável que o seja do Deputado Eraldo Tinoco do que propriamente do Deputado João Alves. Não quero acusar nem defender esse aspecto, mas a grande soma que teve lá, em Eunápolis, foi dessa Escola Técnica Federal que está sendo construída, que foi um emenda que o Deputado Eraldo Tinoco colocou e que o Deputado Eraldo Tinoco grande parte liberou como Ministro, nos dois meses em que ficou no Ministério.

Então, nesse aspecto, o Deputado teve esse indício e o atual Prefeito também, com a construção dessa Escola Técnica Federal. Dr. Fernandes, o atual Prefeito, está tendo indícios de enriquecimento - também, por coincidência, segundo comentários, tem a ver com essa liberação da Escola Técnica Federal.

Sobre essa Escola Técnica Federal, posso dizer que fizemos séria denúncia sobre ela à época, em 1992. Fizemos denúncia sobre ela, saiu em vários jornais e, inclusive, tenho cópia aqui sobre isso.

Em relação à área, não posso precisar, em que pese a minha família ser toda de agropecuaristas. Tenho fazenda que minha mãe administra. Tenho fazenda que ganhei com cinco anos de idade; além de outra, que ganhei quando tinha 12 anos de idade, que minha família, minha mãe administra. Posso dizer isso para V. Exªs, mas o valor da área não posso precisar. Sei que uma fazenda dessa é muito cara lá na região de Eunápolis.

O SR. FERNANDO CARRION - Quer dizer que V. Exª não tem maior conhecimento que possa nos levar a uma claridade sobre esse assunto que envolveria o Deputado João Alves e em que ouvimos o médico Gediel para esclarecer? V. Exª não tem maior conhecimento desse negócio, dessa tal de fazenda que esse suíço teria vendido?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Tem a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Deputado Uldurico Pinto, no primeiro interrogatório de V. Exª, no primeiro depoimento de V. Exª, corrijo, a nossa Subcomissão esgotou, no que diz respeito à ação de V. Exª na Comissão de Orçamento, as emendas apresentadas, aprovadas e liquidadas. Surgiu, posteriormente, em período mais recente, uma volumosa denúncia que todas as subcomissões receberam que trata dos assuntos já abordados pelo Deputado Zaire Rezende.

A posição da nossa Subcomissão é que essas denúncias sejam encaminhadas à Procuradoria. Das denúncias que recebemos em nossa Subcomissão, as que foram anônimas, rejeitamos, porque são denúncias que não são capazes de servir para prova - não tivemos condições de examinar em termos da ação individual de um parlamentar. A nossa posição é que seja encaminhada para ser examinada posteriormente. Os cidadãos brasileiros que apresentam denúncias, motivados por qualquer motivo, qualquer interesse, e que as assinam, merecem que sejam apuradas. Então, a opinião da nossa Subcomissão é que essas denúncias sejam encaminhadas à Procuradoria da República.

Essa é a posição da Subcomissão de Emendas, Deputado Zaire Rezende.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Pergunto se mais algum Sr. Parlamentar deseja inquirir o depoente.

Com a palavra o Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Deputado Uldurico, em 1990 o seu irmão foi Prefeito da cidade de Porto Seguro em que época?

O SR. ULDURICO PINTO - De 1988 a 1992.

O SR. PEDRO PAVÃO - Há uma denúncia que me deixou preocupado - não tem nada a ver com V. Exª - mas há, em um documento, um assunto muito relevante: "Encerramento das atividades, em 1992, da Empresa Caroli. V. Exª conhece essa empresa? Caroli Manutenção e Presentação Ltda, Salvador, Bahia. Início da atividade em 25/07/90; encerramento das atividades no dia 13/11/92".

No dia 20/11, ou seja, 7 dias após o encerramento, ela emite notas frias - não tinha mais capacidade de emissão de notas, já tinha sido encerrada - à Prefeitura Municipal de Porto Seguro no valor de 500 milhões de cruzeiros na época. Há mais uma nota no dia 21, mais uma nota no dia 23 no valor de 191.358. Portanto, três notas frias após o encerramento das atividades da empresa.

Esses documentos chegaram à Subcomissão de Patrimônio, agora, nessa segunda denúncia. Como estamos chegando ao final, em cima da hora, e esse relatório preliminar tem de ser confeccionado a curto prazo - são documentos que o envolvem indiretamente, não há envolvimento direto, mas indireto - seria importante providenciar uma documentação pertinente a essa acusação ou a essas denúncias que o Deputado Zaire Rezende formulou, para que os técnicos do PRODASEN possam trabalhar. Não somos mais nós; temos apenas uma responsabilidade, que é a de inquiri-lo, trazendo as denúncias pertinentes ao caso para que, em tempo hábil, V. Exª formalize ou apresente documentos de seu interesse para que sejam aditados à sua defesa. O tempo é exíguo.

Essas denúncias colocadas pelo Deputado Zaire Rezende são no sentido de que V. Exª apresente documentos pertinentes às acusações.

Apenas isso que eu queria deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Concedo a palavra ao Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Deputado Zaire, fico preocupado quando ouço

algumas afirmações, pelo fato de eu não conhece-las.

O Deputado Pedro Pavão começou dizendo que não tem nada a ver com V. Exª. A prefeitura é uma coisa; o Deputado Uldurico Pinto é outra coisa.

O Deputado Sérgio Miranda, com seu bom-senso, disse que iremos encaminhar todos esses fatos para órgãos apropriados. Se formos basear por denúncias, V. Ex,ª na Subcomissão de Patrimônio, tem outras denúncias, têm várias outras denúncias. Nunca ouvi falar sobre elas, mas acredito que vão encaminhá-las aos órgãos próprios.

Então, são essas as preocupações.

Se se começa a argüição dizendo que não tem nada a ver com V. Exª, então, de fato, não existe.

Se S. Exª tem algum documento, alguma comprovação de ligação dessa empresa com o Deputado Uldurico Pinto, então, tudo bem. Mas, se não existe, fico preocupado em ver isso; denúncias são muitas. Várias podem ter fundamento e várias podem não ter. Todas têm o seu estuário próprio. Umas determinam as apurações e a comprovação de fatos que atingem parlamentares. Estas vamos tentar levar para a decisão da CPI, favorável ou não, mas vamos trabalhar para isso; outras não comprovam essa vinculação com o Orçamento; portanto, serão encaminhadas para um setor apropriado: a Procuradoria ou a Justiça. Essa separação é que temos de ter cuidado em fazer.

Vim aqui para escutar. Quando chego aqui, recebo da Subcomissão de Bancos um documento para que eu possa perguntar, porque sou o único da Subcomissão de Bancos aqui presente. Agora chegou o Deputado José Genoíno, que faz parte da Subcomissão de Emendas. Alguns membros da Subcomissão de Emendas comparecem, às vezes, às reuniões da Subcomissão de Bancos.

Então, S. Exª tinha um fato a perguntar, o único fato que apareceu na Subcomissão de Bancos. Se formos por conversas, por opiniões, aí sim, poderia haver milhões de faces para discutirmos, mas o documento que tenho é somente um. E a ele, Patrimônio, também nós temos documentos - V. Exª deve ter procurado elucidar -, mas não pudemos nos basear... Porque eu conheço a política da Bahia. E eu vejo esses documentos aí, e conheço tão necessários esses estudos... Eu tenho muita preocupação, não quero falar sobre política da Bahia aqui não.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Tem a palavra o Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Senador, a minha preocupação é que, quando V. Exª chegou, o Deputado Zaire Rezende já tinha feito algumas perguntas pertinentes. E eu vou ler apenas uma delas, senão vejamos: "Com relação aos depósitos que teriam sido realizados para o grupo do Deputado Uldurico Pinto, através de desvios e recursos da Prefeitura Municipal de Porto Seguro, podendo constatar na folha tal desses volumes, das denúncias que realmente existem, diversos recibos de depósito em nome do próprio Deputado"...

Por isto é que estou fazendo essa colocação pertinente, e o Deputado Zaire Rezende também fez algumas perguntas neste sentido: apenas para que o próprio Deputado faça uma defesa prévia em cima disso, uma denúncia global. Por isso fiz a colocação. V. Exª, quando chegou, já tinha sido feita essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Registro a presença do Deputado José Genoíno e passo a palavra ao depoente, Deputado Uldurico Pinto.

O SR. ULDURICO PINTO - O fato de uma prefeitura aplicar correta ou incorretamente não atinge direta ou indiretamente o deputado, não. Meus irmãos são pessoas dignas, honestas. Para se ter uma idéia, o Prefeito de Porto Seguro conseguiu aumentar de 6 mil para 14 mil alunos; o Teixeira de 8 para 20 mil alunos. Foi o único prefeito que comprou área no município desde o Descobrimento do Brasil. Os outros lotearam praça, lagoas e por aí afora.

Agora, posso dar uma contribuição a respeito disso. Por exemplo, pelo que se vê na política baiana, o adversário de meu irmão chama-se Oswaldo Paranhos Coelho, é o coordenador da receita estadual e usa um truque muito comum: deu baixa na receita de praticamente todas as empresas que trabalham nas prefeituras. Ele põe, procurando o aspecto de mudança de endereço, não é? Pergunta qualquer coisa nesse sentido, não sei.... no Diário Oficial, e cinco dias depois ele dava baixa nessa empresa, e rotulava-a de fantasma, dizendo que a empresa não existia.

Oswaldo Paranhos Coelho foi adversário do meu irmão. Dou esse exemplo para se ter uma idéia de como ocorrem os fatos. O Desembargador do Tribunal de Contas, o Conselheiro do Tribunal de Contas foi chefe de gabinete, durante 4 anos, do Sr. Antônio Osório Menezes Baptista, sem falar dos outros dois que foram adversários ferrenhos. Um deles, só exemplificando, foi durante 4 anos chefe de gabinete do Sr. Antônio Osório Baptista, quando esse foi Secretário de Planejamento do Sr. Antônio Carlos. Está aqui, o Deputado José Lourenço não sei se lembra.

Mas, concretamente, é possível observar o nível em que ocorrem os fatos, não é? Isso

foi feito em várias áreas. Para se ter uma idéia, agora, há poucos dias, aconteceu outra vez. A Prefeitura Líbero Neto - um caso específico - fez uma obra, e aconteceu desse Oswaldo Paranhos Coelho, nosso adversário, colocar como se iniciou a firma, ficou como firma suspensa. Ainda bem que sabia do truque e fomos correndo em Salvador consertar em tempo. Mas é um truque muito manjado lá. Isso chama a empresa de dar baixa e dizer... dá baixa porque o secretário colocou no ar... a Receita colocou... a Receita Estadual, não é? Não baixa na Receita Federal, nem na Receita Municipal. Colocou no Diário Oficial, convocando para aparecer lá. Se não aparecia, em poucos dias ele dava baixa. Tem feito muito isso. Inclusive, pegamos um caso concreto, em flagrante, nesses dias. Inclusive consertamos... Era uma burrice, o sujeito está fazendo a obra e, no meio da obra, numa parcela da obra, ele foi e apreendeu o caminhão ainda. Aí a turma olhou, como o caminhão é... foi correndo, descobriu o que é que era. Levou isso. O prefeito cobrou da empresa, e alertou-me aqui, mandou comunicar, mandou até ofício aqui para a Comissão, denunciando isso. Quer dizer, o coordenador da Receita usa o velho truque de dar baixa. Até provar o contrário, ela fica como se tivesse dado baixa, não é?

Com esses exemplos, Deputado Pedro Pavão, tento mostrar como é o jogo sujo da política em nossa região nesse aspecto. O conselheiro do Tribunal de Contas é chefe de gabinete do Sr. Antônio Osório. O Sr. Oswaldo Paranhos Coelho é adversário, perdeu por 2% dos votos para o meu irmão e é o homem que controla toda a receita do extremo Sul.

Isso ele fez agora, há poucos dias, há trinta dias e foi pego em flagrante. A polícia prendeu um caminhão de um material de uma empresa que estava trabalhando. Mas essa empresa é fantasma? Mas, como? Essa empresa ganhou. Quando examinou falou: "Não, é porque a gente colocou no Diário Oficial na semana passada, ela não foi e foi dado baixa nela. Então, é truque. Aí ele foi lá e consertou. Mas quase que se transformou em um problema, se ele não tivesse de sobreaviso com esses negócios dessas famosas empresas que estão querendo já criar um rótulo e mudar a versão completa.

Queria fazer essa denúncia concreta sobre isso. Isso é específico, e parece que está virando brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Concedo a palavra ao Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO -Alguns companheiros pensaram que tivesse mostrado aqui um papel ao Deputado Pedro Pavão sobre o Deputado Uldurico Pinto. Não era. Estava mostrando um telegrama que recebi de Passo Fundo que diz o seguinte:

"Cometeu um erro dando ao Deputado Fernando Carrion par de meias da Quinta Avenida. Ele vai vender".

Abraços Juarez Teixeira Dias

Esse é o telegrama que mostro ao Deputado, para que S. Exª não pense que passei algum papel.

O SR. FERNANDO CARRION - Discordo, Deputado José Lourenço. Eu que fui flagrado pelo programa do Alexandre Garcia com as duas meias rasgadas - afinal, isso acontece - , realmente, agradeço muito o presente de V. Exª. Não vou vendê-las, vou usá-las, principalmente no inverno de Passo Fundo quando a temperatura se aproxima de dez graus negativos.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Quero dizer a V. Exª, nobre Deputado Uldurico Pinto, que estou como Deputado Roberto Magalhães: jamais inquiri um colega meu de bancada, no Estado, não vou inquirir V. Exª Todavia, V. Exª está cometendo um erro, um erro político, V. Exª está renunciando permanentemente.

O Deputado Eraldo Tinoco pôs no Orçamento recurso para um prefeito aplicar, e esse Prefeito o aplicou mal. Não foi o Deputado Eraldo que aplicou o recurso. É a mesma tese que tem o Deputado Jutahy Magalhães em relação a V. Exª. V. Exª dotou recursos para os seus três irmãos que eram prefeitos; se eles aplicaram mal ou bem essas recursos, o problema é deles. O problema do Eraldo Tinoco é o mesmo. Se formos deduzir o comportamento de V. Exª em função do que V. Exª está fazendo com Eraldo Tinoco, vamos puni-lo também. Quero deixar isso bem claro, para que V. Exª não se auto-acuse. O comportamento de um e de outro são os mesmos. O Deputado Tinoco não pôs dinheiro para ele; ele pôs dinheiro para um prefeito. Se o prefeito desviou a verba, se o prefeito a aplicou mal ou bem, o problema é outro. V. Exª não pôs dinheiro para si próprio, e sim para prefeitos da região. O que, na minha visão, não o incrimina também. Agora, não se pode incriminar um, sem punir o outro. Isso tem que ficar bem claro. Eu não sei entregar moeda de ouro a um e, de prata, a outro. É prata ou ouro para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Com a palavra o Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Deputado Uldurico Pinto, sinto-me no dever de fazer essa pergunta a V. Exª porque não tive oportunidade de perguntar na reunião da Subcomissão de Subvenções Sociais.

Para não restar menor dúvida do que eu tenho comentado e do que eu converso com qualquer pessoa, até porque V. Exª faz parte de um Partido com o qual tenho mais afinidades, quero fazer uma constatação e serei muito franco.

Não estou dizendo que V. Exª tem qualquer culpa, mas víamos que V. Exª era muito enfronhado com o pessoal do Orçamento. Inclusive, houve aquele famoso episódio de 90, quando resolvemos, depois de muito protesto em relação ao Orçamento, cortar o teto de emendas altas. V. Exª deve estar lembrado que a primeira emenda que caiu era de Porto Seguro.

O SR. ULDURICO PINTO - Eu mesmo cortei.

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Nós vimos, foi até objeto de...

O SR. ULDURICO PINTO - Mas eu pedi.

O SR. JOSÉ GENOÍNO -...de comentários em plenário, isto é, que a emenda era muito volumosa, muito alta para uma estrada de Porto Seguro.

Sempre que discutíamos o orçamento, seja em 1990, seja em 1991, notávamos que V. Exª tinha um grau de entrosamento na Comissão de Orçamento muito grande.

Deputado Uldurico Pinto, tenho que dizer que não havia conflito. Na Comissão de Orçamento havia três tipos de pessoas: os Deputados que não participavam, não davam número; havia alguns que enfrentavam aquele rolo, e havia aqueles que enfrentavam, mas não achavam que havia corrupção, pensávamos que era privilégio político, para ser muito franco aqui, pensávamos que se tratava de um esquema para privilegiar político de alguma região.

V. Exª tinha um bom grau de entrosamento com o que chamamos de "os sete anões". Vamos ser francos entre nós aqui, vamos deixar tudo muito claro, até porque existem parlamentares que não conheceram essa história do Orçamento. Nós nunca tivemos os que enfrentavam com conhecimento de causa ou não os problemas de Orçamento. Sempre considerei V. Exª como enfronhado na turma, para ser franco, para não pairar dúvidas na relação entre nós aqui. Como eu não havia feito essa colocação naquela discussão sobre as emendas, eu a faço agora.

O que me chamou a atenção na Subcomissão de Emendas é que as emendas de V. Exª são de uma região específica: cidades que são governadas por irmãos prefeitos. É claro que V. Exª não tem responsabilidade pelo que faz o irmão. Se formos nessa linha, está tudo complicado.

Agora, é importante que tenhamos esses esclareçimentos sobre esses papéis; li esses papéis. O Coordenador da Subcomissão pediu que eu desse uma lida, e eu li. Comentei com o Deputado Roberto Franca e com outros membros da Comissão que, pelo que tinha lido, eu considerava que havia coisas sérias que precisavam ser esclarecidas. Por isso, fiz questão de vir aqui para deixar isso claro, porque é preciso esclarecer essas coisas aí, qual era o grau de relação, enfim, como era a relação do Deputado com os irmãos, se havia subvenção com emendas, para deixar muito claro isso.

Não se trata, Deputado Uldurico Pinto, em outras palavras, do que o Deputado José Lourenço disse, quer dizer, toma o exemplo de um para pegar outro, ou livra um e livra o outro. Nós nunca fizemos isso aqui, porque seria um caminho equivocado, está certo?

Entendo que algumas questões que estão nesses documentos que eu li, independentemente... Olha, eu não li... partindo de um pressuposto de obras não realizadas e considerando notas de empenho, considerando coincidências. Para a Subcomissão é importante esse esclarecimento de V. Exª sobre esses papéis. É importante isso aí, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Tem a palavra o Deputado Uldurico Pinto.

O SR. ULDURICO PINTO - Foi muito importante o que o Deputado Genoíno colocou, porque eu também achava a mesma coisa dele, com toda a franqueza, com toda a honestidade e toda a fraternidade com que tem me tratado. Eu o achava uma pessoa que tinha muito trânsito lá na Comissão do Orçamento, não é?

É a mesma impressão, até, com toda franqueza. É um Deputado de qualidade, e eu tinha essa mesma impressão.

Em nenhum momento tive equívoco - V. Exª pode guardar isso bem claro - entre o Orçamento com os chamados anões; pelo contrário. O mais famoso deles foi o Deputado João Alves, que está lá, arquiadversário meu, na minha área, com problemas gravíssimos, com denúncias feitas por aí afora.

O outro colocado, um Deputado que... que denunciei em jornais...

As emendas, eu não fiz emendas só para cidades onde meus irmãos são prefeitos, de modo que eu fiz emenda para toda cidade da Bahia, sem exceção.

Eu cheguei ao ponto, uma vez, de fazer 800 emendas, uma para cada município baiano.

Esse rótulo, aí, de entrosamento com os anões, eu, é coincidência, porque eu pensava do Deputado Genoíno a mesma coisa, entendeu, porque eu via ele sempre lá, ele falava, por

sinal, falava e...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - A diferença, Deputado, é que eu enfrentava os sete anões.

O SR. ULDURICO PINTO - Enfrentava, mas na hora de fazer o acordo, o senhor...

O SR. JOSÉ GENOÍNO - Eu não tenho nenhum prefeito... Se V. Exª quiser ir por esse terreno, nós vamos.

Nunca tive nenhum prefeito e sempre obstruía. (Inaudível) Eu estou querendo que V. Exª esclareça o que está aí. Se quer ir por esse terreno, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Deputado José Genoíno, aguarde a sua vez.

(Fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ULDURICO PINTO - Sr. Presidente, só vou concluir.

Posso dizer o seguinte: é que esse rótulo que o Deputado José Genoíno quis, com sinceridade, colocar, eu não posso aceitar; é uma repulsa que eu tenho, porque não é verdadeiro. Isso não é verdade, certo?

Fui prejudicado imensamente lá, está lá, pode...

Não estou falando em quem. Está aqui denúncia minha: Sr. Eraldo Tinoco está com os anões; Deputado João Alves, colocado contra.

O volume de emendas minhas é menor. Não é... Eu sou o vigésimo oitavo da Bahia. Trezentos e cinqüenta e sete ... Brasil naquele Orçamento de 1992. Vemos que muitos Deputados de qualidade, corretos e ... do que eu. Quer dizer, corretos tanto quanto eu, quer dizer, esse tal rótulo de entrosamento, o fato de ter lá acompanhado, o fato de ter insistido, quer dizer, é uma coisa que já começa uma elucubração - não é? -, apesar do profundo respeito com o Deputado Genoíno, um respeito pelo trabalho, pela qualidade, pela sua personalidade, eu não posso - queria registrar bem claro - aceitar essa frase que ele falou, talvez por simplicidade ou por maldade.

Em relação ao companheiro Fernando Carrion, eu queria responder e dizer que eu tive três irmãos prefeitos na Bahia.

O SR. FERNANDO CARRION - Simultaneamente?

O SR. ULDURICO PINTO - Simultaneamente, três irmãos prefeitos. Tive a honra: Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Ribeiro Neto. E nenhum destes... todos três foram bem votados, onde tenho trabalhos concretos na região, e foi uma coisa muito bonita a sua experiência, uma coisa muito digna a sua experiência. Colocou, tinha colocado o seguinte: fiz emendas porque são meus irmãos. Não é verdade.

Fiz emendas... Pode comprovar que eu fiz emendas para a Bahia inteira, sem exceção. Fiz escola, porque a Bahia, hoje, é o segundo Estado em analfabetismo no Brasil. A Bahia só perde para o Piauí em índice de analfabetismo.

Então, sei que é minha obrigação fazer uma emenda para cada cidade, apesar de ter... eu tive quatro ou cinco prefeitos me apoiando, pouquíssimos prefeitos.

Na primeira eleição eu não tive nenhum prefeito me apoiando. Eu fiz as emendas e do jeito que a forma foi colocada pode ser mal interpretada.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Ainda mais uma pergunta antes de chegarmos ao final, Sr. Depoente: o senhor conhece, ou teria participação nela, a EMICOL - Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltdª e a Minas Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltdª?

O SR. ULDURICO PINTO - Em relação a essas duas empresas, a sede delas eu não sei onde fica. Eu sei que são empresárias do extremo sul da Bahia que montaram essa empresa em Brasília. Já teve vários jornais... objeto de várias denúncias nesse sentido, pelo fato de ela ter adquirido uma parte de uma área que foi adquirida de outra pessoa que, por sua vez, adquiriu de terceiro em Porto Seguro. Meu gabinete é freqüentado por trabalhadores, por todos os empresários de pequenas e médias empresas do extremo Sul; todos têm acesso, sobretudo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Logo, essa empresa vem muito pela imprensa; sei, concretamente, hoje, que ela pertence a empresários do extremo Sul, a pessoas, pelo que sei, lá conhecidas.

O SR. PRESIDENTE (Zaire Rezende) - Vou ler um fax que chegou às 15h05min, no gabinete do Senador José Paulo Bisol, que me foi encaminhado:

"Eunapólis, 17 de janeiro de 1994.

Exmº Sr. Senador José Paulo Bisol, Digmº Coordenador da Subcomissão de Patrimônio, Brasília,D.F.

Tenho tomado conhecimento, por meio de matérias veiculadas por vários jornais do País, informando, erroneamente, que o Deputado Uldurico Pinto recebeu depósito na sua conta bancária, no valor de 3 milhões de cruzeiros, em 1991, provenientes da Prefeitura de Porto Seguro, Estado da Bahia. Venho, a bem da verdade, prestar a V. Exª o seguinte depoimento:

1 - Que nunca enviei qualquer valor em dinheiro ou cheque para o Deputado Uldurico

Pinto, e que, na qualidade de Prefeito, na época, 1991, jamais permitiria que terceiros o fizessem com recursos da municipalidade;

2 - Informo também que o documento que se encontra junto à denúncia contra o referido Parlamentar, com timbre da Prefeitura de Porto Seguro, informando sobre a remessa de recursos para o Deputado Uldurico Pinto, foi forjado, sendo, portanto, absolutamente falso;

3 - Estou certo de que o aludido documento foi forjado pelo nosso adversário político, Antônio Osório de Menezes Batista, a partir de informações que lhe deram, que foram passadas por Parlamentares da Bahia, adversário do Deputado Uldurico Pinto, que teve acesso a extratos bancários.

Na certeza de ter esclarecido o episódio, espero que essa Comissão Parlamentar de Inquérito corrija o rumo equivocado que a imprensa deu ao fato.

Atenciosamente

José Ubaldino Alves Pinto.

P.S: Segue, em anexo, documento similar para comparação de fraude."

O documento similar é um comprovante de adiantamento da Prefeitura Municipal de Porto Seguro e cópia de um documento emitido para ser cotejado com outro documento que está encaixado dentro das denúncias apresentadas.

Creio ter sido importante ler essa comunicação, sobretudo depois das ponderações que fez o Senador Jutahy Magalhães, com a sua sabedoria e prudência, fruto de uma longa militância; achamos ser essa a realidade.

A finalidade desta reunião, desta audiência foi exatamente procurarmos discutir com o Depoente, oferecer-lhe a oportunidade de debater, de esclarecer ou não, enfim, fazer as colocações que julgasse oportunas, para podermos fechar o nosso juízo a respeito da sua avaliação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada essa reunião. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 17h45min.)

Relatório Final

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Está encerrado o período de leitura.

Passamos à discussão do Relatório.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Luiz Salomão, que dispõe de 8 minutos para a discussão.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, Srs. membros da CPI, Srs. Parlamentares aqui presentes, senhoras e senhores:

É com tristeza que venho a esta tribuna. Saí daqui, ontem, do Congresso deprimido, quimicamente deprimido, no momento em que a adrenalina se transforma em ácido láctico e o corpo começa a sentir esse esforço.

Triste também por ter de discordar dessa gigantesca tarefa de síntese feita pelo Relator, documento com o qual concordo em grande parte mas que infelizmente tenho de discordar naquilo em que discrepa das recomendações da Subcomissão que tive a honra de integrar, coordenada pelo Senador José Paulo Bisol.

Apesar das intrigas que foram feitas, de todo falatório que circulava nos corredores do Congresso na terça-feira, durante dois dias nos trancamos no PRODASEN e decidimos por consenso, sem nenhum voto discrepante, fazer recomendações ao Sr. Relator que podem ser sintetizadas em três categorias.

Primeiro, de três, Deputados e Senadores, que foram considerados absolutamente imunes de qualquer responsabilidade, e, obviamente, nos regozijamos em verificar que esse também foi o ponto de vista do Relator: o Deputado Geddel Vieira Lima, o Deputado Valdomiro Lima e o Senador Teotônio Vilela Filho.

Uma outra lista, com três Deputados que foram considerados aparentemente envolvidos mas sem provas suficientes e que, por conseguinte, a Subcomissão, por unanimidade, decidiu que fosse enviado o material indiciário ao Ministério Público e eventualmente à Receita Federal.

Finalmente, uma lista de dezesseis Parlamentares, em relação aos quais a Subcomissão do Patrimônio considerou que havia provas suficientes de enriquecimento ilícito.

Nem sempre a conexão com a fraude orçamentária poderia ser estabelecida, mas claramente havia indícios de enriquecimento ilícito.

Foi com surpresa que verificamos que o Relator não acolheu três dessas indicações, e isso me parece muito grave porque ameaça de pôr por terra todo o esforço sério e digno desta Comissão durante 96 dias, Sr. Relator.

É óbvio que se não dermos um tratamento isonômico a quem praticou irregularidades semelhantes, aqueles treze terão o justo direito de reivindicar na Comissão de Constituição e Justiça e mesmo na Justiça Federal o mesmo tratamento que tiveram os três que foram isentados por V. Exª.

É isso que me preocupa, nobre Deputado Roberto Magalhães, dos três que apresentamos como possíveis praticantes de irregularidades, mas que não tínhamos provas suficientes, V. Exª incorporou um, na sua lista que encaminhará à Mesa, pedindo medidas que preservem o decoro parlamentar. É o caso do Deputado Carlos Benevides.

A Subcomissão de Patrimônio achou que nesses três casos V. Exª deveria consultar as demais subcomissões e adotar o procedimento que bem entendesse, mas os três, dos dezesseis a que me referi inicialmente, o Senador Saldanha Derzi, o Deputado José Luiz Maia e o Deputado José Carlos Vasconcellos, é com profundo pesar que comunicamos que a Subcomissão considerou que as provas eram idênticas aos casos dos outros treze, e não incluí-los significará cometer uma injustiça com esses treze.

Por isso, nobre Relator, é que tomo a liberdade de, mesmo tendo em todo esse tempo oferecido a V. Exª o mais integral apoio, tenho o dever de comunicar a V. Exª que estou oferecendo um conjunto de destaques. Três desses destaques buscam repor as recomendações da Subcomissão de Patrimônio e Assuntos Fiscais. Os demais visam também completar as decisões da Subcomissão - volto a insistir - tomadas por unanimidade no sentido de que muitos casos fossem encaminhados ao Ministério Público, naturalmente para que este, junto à Receita Federal, apurasse eventuais ilícitos fiscais.

Os outros destaques, numerosos, visam oferecer uma redação uniforme ao relatório de V. Exª, que, obviamente, no afã, na azáfama de apresentar em tempo o relatório, apresentou redações diferentes em cada caso. Parece-me que todos aqueles que V. Exª encaminha para efeito de a Mesa decidir o envio do material probatório à Comissão de Constituição e Justiça, para efeito de apuração da quebra de decoro parlamentar, inevitável que seja enviado ao Ministério Público, para a apuração, inclusive, não só de ilícitos civis e penais, mas também de eventual enquadramento na Lei nº 8.428.

Nos demais casos, em que a Subcomissão considerou prudente encaminhar ao Ministério Público para prosseguimento das investigações, tive a iniciativa também de oferecer esses destaques.

Por isso, Sr. Relator, cumprimentando V. Exª, o Sub-Relator Roberto Rollemberg, e especialmente o nosso Presidente, Jarbas Passarinho, pela forma serena e equilibrada como conduziu os trabalhos, é que ofereço à consideração do Plenário esse conjunto de destaques, com vistas a dar um tratamento isonômico a todos aqueles que foram examinados pela Subcomissão de Patrimônio e Assuntos Fiscais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Senador Jutahy Magalhães ou, por cessão de S. Exª, o Senador Mário Covas.

Está presente o Senador Mário Covas? (Pausa.)

O SR. MÁRIO COVAS - Sr. Presidente, Srs. membros da Direção desta Comissão Parlamentar Mista Parlamentar de Inquérito. Srs. Parlamentares aqui presentes, senhoras e senhores:

A rigor, Sr. Presidente, eu seria a última das indicações do meu Partido para, neste instante, representá-lo neste ato. Os titulares do meu Partido na Comissão, da Câmara e do Senado, respectivamente, são o Deputado Sigmaringa Seixas e o Senador Jutahy Magalhães. Portanto, caberia a cada um deles ou a um deles a alternativa de aqui representar a voz do meu Partido.

Por outro lado, até mesmo se a escolha recaísse sobre um suplente, melhor faríamos se aqui estivesse o Deputado Luiz Máximo, que se houve, durante todo o tempo do exercício desta Comissão, com uma enorme competência e com profunda capacidade de trabalho.

Todavia, o Deputado Sigmaringa Seixas presidiu uma das Subcomissões. O Senador Jutahy prefere delegar ao seu companheiro esta tarefa. Portanto, é por isto que aqui estou.

Sr. Presidente, eu creio que neste instante, neste dia, nesta hora, esta Comissão completa uma etapa adicional num processo que está longe de se circunscrever às paredes deste Congresso. Por mais sonoras que elas sejam, por maior capacidade que elas tenham de reproduzir aquilo que aqui ocorre e transformar o acontecimento localizado num imenso recado nacional, não há a menor dúvida de que o que aqui ocorreu, vem ocorrendo e ainda está por ocorrer é parte de um processo cujas dimensões estão longe de se circunscrever à tarefa do Congresso Nacional.

Eu tenho para mim, Sr. Presidente, que um poder só é poder na medida em que ele seja capaz de se autopoliciar. Um poder, para ser efetivamente poder, não pode transferir a outro a tarefa de policiamento dos seus próprios participantes, a tarefa de estabelecer a disciplina e o exame da conduta de cada um dos participantes desse mesmo poder; portanto, não caberia.

E o que hoje se assiste neste País e no Congresso é a reprodução de um fato que eu reputo sem similar na história política internacional. Não conheço, como não vi, exemplo internacional em que o Presidente da República tenha sido afastado do cargo sem uma comoção de natureza institucional - tal qual, há um ano, ocorreu neste País. E, por outro lado, não conheço na história da legislação política um parlamento, uma instituição de natureza política, que tenha tratado da autoridade moral, da conduta ética da sua própria atividade, com a profundidade e a exação com que o Congresso brasileiro hoje a exercita.

Não foi uma tarefa fácil, Sr. Presidente. Ao contrário, ela foi extremamente difícil!

Primeiro, porque há uma razoável, justificada e sentida indignação popular, que se canaliza, fundamentalmente - pela ausência de identidade entre a solução dos

problemas nacionais e as grandes aspirações da sociedade -, para a ação de natureza política.

E, por outro lado, há, indiscutivelmente, pecados que se acumulam, deformações que ocorrem e que, certamente, requerem que sejam delimitadas e, sobretudo, recebam, quando existirem, o processo de penalização natural.

Não foi uma tarefa fácil, Sr. Presidente! Ao contrário, feita sob um ambiente de enorme tensão - e nem poderia ser diferente. Ela, muitas vezes, acirrou o debate. Ela, muitas vezes, desbordou para as preferências, para as simpatias. Mas, sem dúvida nenhuma, ao final desse trabalho, nós podemos dizer que se erros aqui ou ali terão ocorrido, eles não ocorreram em função da má-fé, seja da Comissão, seja da sua Direção, seja de cada um dos seus membros.

Eu recolho, Sr. Presidente, do relatório final, algumas passagens extraordinárias. A consciência certa de que o que está ocorrendo aqui não é um mero fato de luta contra um processo de deformação de natureza moral. É mais do que isso, Sr. Presidente: é um estágio da luta de uma sociedade que quer escrever a história de um novo projeto político, de um novo modelo, seja ele no plano institucional, seja ele no plano político, seja ele no plano econômico, social, e eu diria, até mesmo, no plano cultural. O que a sociedade hoje persegue - aqui, conscientemente; acolá, até mesmo, às vezes, sem visualizar todos os objetivos - é a tentativa da construção de um País novo, sob parâmetros modernos, com a inscrição e a reafirmação do compromisso com certos valores. E isso nem sempre é uma coisa fácil de ser conseguida. Hoje, chega-se ao final dos trabalhos. É possível até que seja concluído e ainda tenhamos que nos debater; é possível que após concluí-lo ainda tenhamos de nos divergir; é possível que após concluí-lo ainda tenhamos de aferir objetivos e vontades. Não importa; o que importa, na realidade, é o reconhecimento e a proclamação que, em nome do meu Partido, faço com absoluta tranqüilidade, pela seriedade, eficiência e isenção com que a direção conduziu os trabalhos e sobretudo pela nobreza dos objetivos perseguidos, traduzidos, no seu relatório, pelo Relator.

É possível que no plano subjetivo haja discordância. Acabo de ouvir um orador aqui dizer que, na sua visão pessoal, difere do Relator, porque entendia que este ou aquele acúmulo de condições apontavam numa direção diferente da apontada pelo Relator. É possível essa divergência. A divergência que é absolutamente impossível de ser sustentada é a que seria causada se tivesse havido qualquer mecanismo de preferência pessoal ou de falta de isenção do Relator.

Há alguns trechos do relatório em que V. Exª coloca, com muita clareza e com muita grandeza, o constrangimento que cada um de nós sofreu durante esse período. Não foi uma tarefa agradável, Sr. Presidente; não foi uma tarefa que cada um de nós se empenhasse com orgulho de poder julgar alguém. Mas, foi um exercício de um dever; foi o exercício de uma responsabilidade para a qual todos os que dela participaram - e o Relator, sem dúvida nenhuma - procuraram dar o melhor curso possível.

V. Exª salienta, com clareza, como o problema dessa condição se inscreve dentro de uma visão de mundo pela qual mecanismos como a privatização do Estado brasileiro, tão condenada e salientada por tantos, que faz com que o Estado seja o instrumento a serviço de alguns e não a serviço de outros, acaba por construir deformações de natureza pessoal e cria conseqüências como as negativas a que acabamos de assistir. É impossível conviver com elas. A impunidade não pode prevalecer, mas é preciso que tenhamos a consciência de que a punição tão-somente não esgota o problema e de que ou somos capazes de mudar o modelo, de enxergar a necessidade da mudança de método, ou os problemas se reproduzirão no futuro e, sem dúvida nenhuma, independerão das personalidades para caminhar nos caminhos do inevitável. V. Exª caracteriza isso com absoluta consciência.

Estamos convencidos de que unicamente uma reforma constitucional profunda, elaborada com lucidez, poderá realizar real pacto federativo em nosso País. Devemos perder o medo da democratização autêntica, aquela que só existirá com a corajosa distribuição do poder às bases da sociedade nacional. O poder, no Brasil, estrutura-se em corporações mais que nos partidos e na organização política dos vizinhos. Somente a reconstrução do sistema federativo, fazendo com que o poder se estabeleça de baixo para cima permitirá a necessária modernização do País.

Adiante V. Exª pontua, com absoluta precisão: "Todos esses males, por mais deploráveis, não podem justificar teses liberticidas. A democracia é o regime do confronto entre idéias, entre a ética e a desfaçatez. A mesma congregação que abrigou alguns manipuladores do Orçamento encontra, em seus próprios quadros, aqueles que imparcialmente investigam os fatos e não se deixam vencer por pressões ou ameaças, e nem mesmo curvam-se aos apelos da amizade".

É evidente que há uma faixa, há um terreno, há um cenário, onde a visão pessoal muda de figura para figura, onde o critério subjetivo acaba tendo uma influência razoável. E o critério para esse objetivo, ainda que impessoal, ainda que não entre na avaliação das preferências e tão-somente dos conceitos e critérios, não há dúvida, Sr. Relator, não há dúvida, Sr. Presidente - e meu Partido faz questão de ressaltá-lo, neste instante em que falo por todos os companheiros - de que foi o da seriedade. Ao início de um processo cuja a fase derradeira ainda está por ser escrita, cujos objetivos últimos ainda estão por ser conquistados, o meu Partido reafirma o apreço e o reconhecimento pela seriedade com que os trabalhos foram conduzidos.

Não sei, Sr. Presidente, se até o fim não teremos divergências por sanar; mas, ainda que as tenhamos, fica, com absoluta convicção e certeza, fica, sem nenhuma traição da consciência, a afirmação de que reconhecemos na Mesa, particularmente no trabalho do Relator, a tentativa justa e aplicada de responder aos anseios da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Sr. Senador.

Tem a palavra o Sr. Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Integrantes da Mesa dirigente desta CPI, Srs. e Srªs. Deputados, Srs. e Srªs Senadores da República:

Estive, como todo e qualquer componente desta Comissão, analisando o seu trabalho de modo minudente e, por que não dizer, de uma maneira apaixonadamente honesta, para verificar cada um dos detalhes, cada uma das situações, cada um dos momentos captados pela Relatoria para a peça finalizante desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito.

Quero dizer que considero o trabalho da Mesa irretocável, o trabalho do Relator excepcional. Como juiz de instrução, S. Exª esmerou-se em ser o mais justo possível e disto não tenho a menor dúvida. No entanto, sou um velho advogado e sei verificar, nas melhores sentenças, aqueles momentos que são porventura mais aquém ou mais além, sem que isto fira ou venha a tirar o brilho de quem redigiu a peça teleológica, a peça final.

No caso presente, confesso que não quero analisar nome a nome e nem uma a uma as imputações, mesmo porque sabemos que o destino de qualquer CPI vai além dos seus limites: chega ao Ministério Público, chega à Mesa da Câmara, chega à Mesa do Senado, e a produção de efeitos se dá bem depois de seu encerramento. Mas eu estive examinando o tipo de enquadramento e verifiquei que porventura é possível que alguns tenham sido mais rigorosos do que deviam e outros podem ter sido mais brandos do que devessem ser. Estive examinando, com mais minudência, por ser do meu Estado, o caso do Deputado Carlos Benevides, que é indicado à Mesa da Câmara dos Deputados que inicie um processo cujo objetivo é a cassação de seu mandato. Mas, no exame, Sr. Relator, desta prova, estamos convencidos - chamamos até a atenção de V. Exª - de que o todo desta prova o mais que recomendaria é que houvesse uma inversão: fosse mandado, sim, ao conhecimento da Câmara para investigar; cassasse, se esta fosse a conclusão dos elementos que forem, sejam ou devam ser encontrados pela Câmara dos Deputados, porque os elementos constantes dos autos da CPI, com certeza, não autorizam esse procedimento.

Sabendo que o Relator é uma pessoa justa, fui verificar a que se devia esse equívoco. Notei que S. Exª foi obrigado, praticamente, a se equivocar quanto ao Deputado Carlos Benevides. Porque sabemos, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. membros desta Comissão, que a prova da Subcomissão de Bancos é que deve ser a mais forte; a prova da Subcomissão do Patrimônio deve ser igualmente forte; mais leves são as demais Subcomissões. E houve um erro muito grave sobre o Deputado Carlos Benevides, que quero encaminhar à Mesa, para o conhecimento do Relator, na questão dos bancos. O seu rendimento, transformado em dólares, foi multiplicado por quatro. Quatro vezes maior. Daí por que era impossível ao Relator, verificando as declarações do Deputado, verificando a situação de sua declaração de rendimentos, o seu patrimônio, compreender o volume bancário.

Por isso, Sr. Relator, aproveito a oportunidade do encaminhamento. Dirijo-me a V. Exª, que deve ter sido um homem que assinou muitas apelações, muitos agravos de instrumento, muitos agravos retidos nos autos, porventura V. Exª há de ter assinado, também, embargos de declaração ou embargos declaratórios quando é preciso que se explique algo naquilo que finaliza um processo. Por isso é que vou submeter, Sr. Presidente, ao conhecimento da Mesa, a título de embargar apenas a decisão do Sr. Relator, o verdadeiro levantamento das finanças do Deputado Carlos Benevides, nesse período, para que se verifique, sim, que houve um equívoco e porque também é necessário lembrar que emocionalmente algumas provas passaram a ter um peso indevido, como, por exemplo, uma carta deixada pelo Deputado ao denunciante José Carlos Alves dos Santos, na oportunidade em que este cidadão chefiava importante órgão do Poder Executivo. O Deputado assinava uma carta em que pedia liberação de verba para seu Estado. Não sei que peso deva ter essa prova, mas, com toda a certeza, admito que o peso que se de a essa prova não há de pesar, nunca, e nunca mesmo, mais do que outras provas de pessoas que aí estão com a imputação mais leve, com a imputação mais delicada à sensibilidade da pessoa investigada.

Mas veja V. Exª, Sr. Relator, se faço este reparo, em nada quero invalidar as conclusões de V. Exª. Sei de seu esforço e de sua dignidade; sei do esforço e da dignidade de toda a Mesa; apenas forneço à Mesa esse documento na oportunidade do encaminhamento para que, a tempo, V. Exª verifique a exatidão do determinado, com relação ao referido Deputado, pois mais próprio me parece que a Câmara ficasse encarregada de investigar se necessário cassar, mas não investigar para cassar, porque essa inversão das colocações desta CPI é que estão ferindo a nossa sensibilidade.

No mais, quero parabenizar todo o trabalho de V. Exª e não quero atribuir a esse equívoco um peso, nem um milímetro alem do que o reparo que faço em nome da honradez, da honestidade e do princípio de justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Trad.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho, honrado Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein, nobre Relator-Geral, Deputado Roberto Magalhães, Srªs. e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados:

De todas as afirmações ouvidas e aprendidas por mim neste estafante trabalho da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, uma, Sr. Presidente, na realidade, despertou-me os sentimentos mais vivos da nossa brasilidade: foi quando o nobre Relator-Geral, na agonia dos nossos trabalhos, afirmou enfaticamente que a União está órfã.

Neste momento, Sr. Presidente, quando se repete de forma intermitente a verdade de que nós estamos cortando a nossa própria carne, quando se faz afirmação solene de que estamos iniciando a implosão de um ciclo podre da nossa República, mais do que nunca é o momento de se recordar que esse trabalho, que as nossas convicções fenecerão e não terão estribilho na sociedade brasileira, se não continuarmos insistindo na necessidade imperiosa da continuidade de um trabalho que venha a resgatar, na verdade, a honra e a dignidade deste País.

As elites brasileiras são espertas, mas são burras! Enquanto nós, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, sonharmos e acreditarmos que, enquanto evitarmos a sangria de 1 milhão de dólares, um milhão de vida pobre no Brasil nasce e viceja, enquanto, na realidade, não modificarmos a cultura da sociedade brasileira, na transformação aguda das estruturas sociais, enquanto não eliminarmos o analfabetismo, não eliminarmos todas as mazelas que hoje são responsáveis pela agonia do País, evidentemente, em cada semana, em cada mês vicejarão no Parlamento Nacional comissões parlamentares mistas de inquérito como esta.

A pobreza, a miséria, a exploração do nosso semelhante é um elemento indissociável como vetor agudo da corrupção brasileira.

Sr. Presidente, neste momento, em que nós estamos apresentando um trabalho dignificante, um trabalho que, na verdade, é o início de um ciclo, o fim daquela amaldiçoada destinação que nos leva à quase insolvência do Parlamento Nacional. Mas não será uma minoria, não serão poucos Deputados ou Senadores que determinarão a quebra da dignidade e do valor do Congresso Nacional.

Por isso, Sr. Presidente, quando se afirma, nesta Casa, que a conseqüência natural da proliferação dos corruptos é a própria fragilidade da Federação, aceitamos como válido aquilo que foi escrito e se encontra neste relatório.

Faço questão de repetir a afirmação de V. Exª, nobre Relator-Geral, falando desta imperiosa necessidade de se fortalecer o princípio federativo para a estratificação da consciência do brasileiro. Que se fortifique, pois, todo o sistema de Governo e que o equilíbrio se estabeleça para que não se perca e para que não seja a sua própria fragilidade a causa da decadência.

Sr. Presidente, falo em nome do Partido Trabalhista Brasileiro. Agradeço a V. Exª a oportunidade, exaltando, na sua totalidade, o relatório do ilustre Deputado Roberto Magalhães.

E o resto é repetir e lembrar Tobias Barreto: "Quando se sente bater no peito a heróica pancada, deixa-se a folha dobrada, enquanto se vai morrer."

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Exª.

Saliento que as inscrições não são por Partido; as incrições foram individuais.

Tem a palavra o nobre Deputado Pedro Pavão.

O SR. PEDRO PAVÃO - Sr. Presidente, ilustre Senador Jarbas Passarinho; Sr. Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein; Sr. Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Roberto Magalhães, ao qual quero somar às suas decisões, às suas exposições e ser solidário no conteúdo do relatório desta Comissão.

Srªs. e Srs. Parlamentares, fui indicado pelo PPR, junto com três companheiros: Deputados Fernando Carrion, Fernando Freire e José Lourenço, e tive o privilégio de conviver, nesses 90 e poucos dias, com Parlamentares que representam estas duas Casas, o Senado e a Câmara, o nosso querido Deputado Quintanilha, também do PPR, que, junto conosco, fez parte desta CPI.

E aprendemos muito, não resta dúvida. Fomos designados para apurar fatos que comprometiam companheiros nossos. Ao apurá-los, aconteceram entreveros, discórdias, distorções, mas sempre na ânsia de acertarmos, sempre na ânsia de procurarmos atingir o objetivo da confecção desta CPI.

Cumprimos o nosso dever, mesmo sabendo que isso não nos dava prazer, não nos dava alegria. Não era fácil termos, sentado numa cadeira, alguém depondo; e nós, do outro lado, inquirindo a respeito dessas irregularidades.

E nem sempre culpados, porque ali também se sentou alguém que nada devia, mas cujo nome também estava arrolado; e isso não nos agradava.

Chegamos ao fim com mais acertos, tenho certeza, do que erros. Aprendemos muito! Quem sabe se essa depuração estará dando não apenas a nós, Congressistas, mas à nossa comunidade a certeza de que vamos ficar na história porque fizemos alguma coisa em benefício de uma sociedade melhor, de uma classe política mais depurada.

Para que atingíssemos os nossos objetivos, Sr. Presidente, eu queria aqui deixar um agradecimento - tenho certeza de que em nome dos Parlamentares do meu partido - aos técnicos do PRODASEN, àqueles que, no anonimato, sim, fizeram um trabalho com dignidade, com transparência. Em nome da Drª Regina, quero parabenizar todos os funcionários, porque, se chegamos hoje a este final, devemos muito a essas pessoas que se dedicaram de corpo e alma a nos ajudar.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, nobre Senador Jarbas Passarinho, Sr. Vice-Presidente, nobre Deputado Odacir Klein, Sr. Relator Geral, nobre Deputado Roberto Magalhães, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Enganaram-se mais uma vez todos aqueles e toda a imprensa que, durante 90 dias, diziam que esta Comissão iria terminar em pizza. Nenhuma comissão consegue

realmente apurar absolutamente tudo. Não podemos colocar culpa nos membros da Comissão, não podemos imputar culpa ao Relator, é muito difícil, sem analisarmos os critérios com os quais esta Comissão trabalhou. Pela primeira vez, uma Comissão como esta trabalha dentro da sua Casa, o que é muito difícil!

Eu, tendo vindo do setor privado, como empresário, jamais imaginei quão duro seria trabalhar e participar de uma CPI como esta. Mas tenho certeza de que ganha a Nação brasileira, ganha o povo brasileiro, que se vê mais uma vez recompensado pelo voto que deu a estes Parlamentares, àqueles que trabalharam nesta CPI.

Durante este período de 90 dias, aprendi a admirar, a conviver e a respeitar posições diferentes de muitos membros da CPI, os quais eu gostaria de enumerar praticamente um a um: conviver com Cid Sabóia de Carvalho, um homem que nos momentos mais difíceis, mesmo adversos, discute e luta até o final; com Iram Saraiva que, apesar de todas as dificuldades, esteve presente até altas horas da madrugada trabalhando; com Garibaldi Alves Filho, meu Sub-Relator que, nos momentos difíceis da Comissão, soube ter calma, tranqüilidade e impor a vontade da maioria; Elcio Alvares, nosso Ministro, sempre disposto a ajudar, a colaborar em todas as sessões. O mesmo em relação ao nosso Presidente Jarbas Passarinho, que, num momento e outro, soltava uma piada, fazia um gesto de carinho, mas, quando tinha que brigar, ia até o limite.

Soubemos admirar Ney Maranhão, com aquele seu jeitão de briga, aquele jeito simples; Pedro Teixeira, que foi um lutador em todos os momentos nesta Casa; Jonas Pinheiro, representando o PTB, que ficou em negociações tempo integral.

Soubemos admirar o meu amigo de cidade, companheiro e Deputado Roberto Rollemberg, lutador, coordenador da Bancada do PMDB; Odacir Klein, que, cada vez que assumia a Mesa, transmitia aquela serenidade, aquela tranqüilidade, nos momentos em que Jarbas Passarinho deixava a Presidência. Admiração por Benito Gama; admiração por Fernando Freire, que se despontou e que se desponta cada vez mais neste plenário. Pedro Pavão, aquele homem de Marília, que lutou, que falou e que, nos momentos exatos, vinha com a maioria. Sigmaringa Seixas e Luiz Salomão, com quem tive grandes desavenças, mas prevaleceu, em todos os momentos, o que era melhor, prevaleceu a verdade; e S. Exª soube reconhecer e retirar, daqueles momentos difíceis, ensinamentos e mudar pareceres que, no início, pareciam intransponíveis. Mário Chermont, Nelson Trad, com quem aprendi, quem lutou, quem falou, quem abrilhantou as sessões, tanto plenárias como secretas. Aloizio Mercadante, que eu só via através da imprensa, foi o valoroso lutador, independente de gostarmos ou não da forma como inquiria os depoentes, foi, do começo ao fim, contrariando, aceitando, lutando com todos.

Aprendi também a admirar muitos outros que foram suplentes e que estiveram presentes, muitas vezes, mais do que os titulares. As pessoas de Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Mário Covas, Lázaro Barbosa, Ministro e amigo, que, durante todo o período, até nos instantes finais desta CPI, aqui em plenário, hoje, tentava apaziguar e criar o melhor clima para que a votação fosse a mais serena.

Está de parabéns quem elegeu Zaire Rezende, um homem que lutou, um homem sereno, um homem sério, um homem que, durante todo o período, conseguiu mostrar, naqueles momentos mais difíceis, o caminho mais certo. Está de parabéns quem votou em Leomar Quintanilha, Goiás, pelas suas aparições na nossa Subcomissão; está de parabéns também Luiz Máximo. Luiz Máximo, de quem divergi algumas vezes, é um homem sério, um homem direito, um paulista lutador que representa muito bem toda aquela região.

Estão de parabéns todos os outros suplentes como também a valorosa lutadora Deputada do PC do B, que, durante todo o período, brigou contra tudo e contra todos. E o meu amigo Sérgio Miranda, a quem chamo de primo mais novo; lutou, brigou, mas soube se curvar dentro da votação da maioria.

Quero agradecer a todos os suplentes, a todos os titulares e à Mesa por terem me aturado como mais novo membro desta CPI, tentando aprender e seguir V. Exªs.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado, Senador. Muito obrigado especialmente pelos grandes elogios de V. Exª coletivos.

Tem a palavra o nobre Senador Pedro Teixeira. (Pausa.)

Bom, nesse caso, tem que ver com o Deputado Aloizio Mercadante ou, então, perde a vez. Se S. Exª concordar, V. Exª fala depois.

S. Exª quer permutar com o Senador Ney Maranhão. Acontece que o Ney Maranhão já é o 9° inscrito. Há requerimento na mesa no sentido de que, se falarem quatro Deputados e quatro Senadores, terei que submeter o requerimento; então, exclui-se. Portanto, se S. Exª permuta com V. Exª, V. Exª será o primeiro e S. Exª será o último.

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho; Sr. Relator-Geral, Deputado Roberto Magalhães; Sr. Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein; Srs. Parlamentares:

Durante cem dias, eu confesso que tive que me policiar a fim de me circunscrever a matérias eminentemente técnicas. Os anais dessa Casa podem demonstrar cabalmente uma participação ativa em matéria de estudo de Regimento que visava uma questão diversificada; foi aí que procurei me circunscrever. E nas Comissões, eu me ative principalmente a dados eminentemente técnicos, a números, a fim de que não pudesse correr o risco de fazer juízo de valores, visto que queria pautar a minha conduta como um julgador isento. Entretanto, evidentemente, muitas foram as vezes que cometi os meus excessos. Mas

fi-lo na certeza de que procurava mais ser um juiz do que ser um partidário de um companheiro eventualmente envolvido.

Mas hoje, Sr. Presidente, peço vênia, porque hoje é um dia diferente. Peço vênia um pouco para fazer certos juízos de valores de determinado cidadão que se viu envolvido neste lamentável episódio, que foi uma CPI para apurar fatos relacionados com o Orçamento da União.

Hoje é uma data histórica da vida do Parlamento brasileiro. Nós iniciamos um irreversível processo de restauração da dignidade e credibilidade das investigações públicas brasileiras. A adoção de medidas corajosas tendentes a elidir métodos viciados, práticas de corrupção e comportamentos que ferem o decoro parlamentar, a par de proposições que visam racionalizar e moralizar a gestão orçamentária e financeira, constitui sinais inequívocos de que novos tempos se anunciam em proveito da Nação e da sociedade brasileira.

Devo, por razão de justiça, cumprimentar muito especialmente os que dirigiram os trabalhos, a serenidade do Senador Jarbas Passarinho, a dedicação do Deputado Odacir Klein e a inteligência do Deputado Roberto Magalhães.

A despeito de tudo, da condição de parlamentar integrante da Bancada do Distrito Federal, devo nesta sentada fazer uma ressalva. Refiro-me especificamente à parte do relatório que trata do Governador Joaquim Roriz, consubstanciada no item 6.3.41. Na verdade, hoje, para mim, depois de examinar detidamente informações e investigações, os fatos que informaram a elaboração dessa parte do relatório não se compadecem com os elevados predicamentos que perpassam o trabalho final em sua unidade. Com efeito, o texto extraído da Subcomissão de Patrimônio, o relatório, por sinal, não foi aprovado pelos seus membros; nós, da Comissão de Patrimônio, até às duas horas da madrugada de hoje não tínhamos tido ainda o privilégio de ter recebido o relatório da coordenadoria, evidentemente sob o fundamento de que havia problemas de ordem técnica. Tínhamos, na verdade, como disse o nobre Deputado Luiz Salomão, conseguido e alcançado uma unanimidade nas avaliações de informações, mas jamais discutindo-se os juízos de valores de todos os envolvidos.

Portanto, a decisão que eventualmente tenha sido encaminhada à Mesa da Subcomissão de Patrimônio e Fiscal, não resulta de deliberação, não reflete a posição da maioria do colegiado. Limita-se, tão-somente, a representar o entendimento daqueles que tiveram a ventura de compulsar, de conhecer o relatório. Há, no meu entender, por conseguinte, vício de origem que tornam suspeitas as informações que foram apresentadas à Coordenação Geral.

Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, o que é mais lamentável é que a Coordenação da Comissão de Patrimônio e Fiscal desconheceu integralmente os documentos assinalados pelo eminente Relator Roberto Magalhães, ao ler o seu relatório, que esclareceram, à saciedade, todas as questões suscitadas em seu relatório preliminar, que agora foi parcialmente reproduzida.

A minha indignação decorre do fato de ter sido eu o portador de tais documentos, mediante recibo, em meu poder. E os encaminhei a quem de direito e não foram levados em consideração sequer para exame, o que constitui, **data venia**, um julgamento não muito compatível com a realidade e que, por certo, em oportunidade futura, merecerá exame mais detido por quem de direito.

Por isso que eu, como membro da Comissão, por não ter sequer tomado conhecimento do Relatório e ter sido, também, desprezado ao entregar um documento mediante recibo, tenho que manifestar meu protesto aqui, independentemente de posições políticas e partidárias.

Trago aqui, como informação, não minha só, de parte de leituras que fiz e de documentos que me foram encaminhados agora. É referente ao metrô de Brasília - estou terminando, Sr. Presidente -, que faz parte final do Relatório. Considero que essa parte do metrô foi investigada profundamente. Considero, contudo, extremamente saudável que as contas do metrô de Brasília - dez vezes mais barato do que os similares de outras grandes cidades brasileiras - e que recebeu, até agora, apenas 13% de recursos da União, quando deveria ter recebido 25%, de acordo com decisão do Conselho Monetário Nacional; sejam essas contas, sim, submetidas seriamente à fiscalização pelos órgãos de controle externo da União, como já vem ocorrendo, no âmbito do Distrito Federal.

Tal providência, muito salutarmente indicada pelo Sr. Relator, tornará evidente a boa gestão e a regularidade das contas do metrô de Brasília. E, quem sabe, oferecerá dados que poderão servir de parâmetros para avaliação de obras da mesma natureza em outras localidades do País.

Obrigado pela tolerância de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª.

Concedo a palavra ao Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Membros da CPI Mista da Corrupção do Orçamento.

Há pouco mais de um ano, muitos dos que aqui estão, estavam presentes aqui, votando o relatório de uma CPI. Uma CPI que inaugurava um novo capítulo na História deste País. Uma CPI que empolgou as ruas, que fez a juventude pintar a cara, que fez a população se levantar, de preto, em protesto, achando que aquilo representava o fim da impunidade das elites. Uma CPI que promoveu este Poder Legislativo ao respeito, a uma credibilidade, a uma legitimidade que, poucas vezes, na História, ele teve.

Hoje, estamos aqui reunidos de novo. Muitos dos que aprovaram, dirigiram, sustentaram aquela CPI, estão hoje indiciados na lista como sujeitos à cassação política.

Porque nem todos entenderam que aquele momento da História do Brasil é irreversível; estamos vivendo uma revolução cultural, uma mudança profunda de comportamento, um resgate da ética na política. E este processo que começou na CPI do caso PC/Collor, e que volta hoje a este plenário, não vai acabar neste relatório.

Nesta CPI cometemos injustiças; eu mesmo tenho certeza que feri alguns, agredi outros e talvez nem tenha como pedir perdão a muitos dos que passaram por esse processo de investigação. Mas se fosse começar de novo eu queria ter o mesmo rigor, a mesma indignação, porque o que estivemos discutindo na CPI é o dinheiro que falta na fila do INAMPS, é o caso de uma família que enterra um filho porque não tem médico para fazer cirurgia; o que estivemos discutindo nesta CPI é uma multidão de famintos que não podem pôr o filho na escola, porque até escola se superfatura neste País; o que estivemos discutindo nesta CPI é a casa popular que falta nas favelas espalhadas por todo este Brasil.

É isso que nós discutimos, e é isso que alguns companheiros desse Congresso ainda não entenderam. Não há mais lugar para corporativismo dentro desta Casa, nem para partidarismos. Nós fizemos uma CPI suprapartidária; grande, porque foi suprapartidária.

É verdade que neste processo, tenho certeza, faltam muitos nomes, muitos não foram investigados dentro do Poder Executivo, Poder Judiciário onde a investigação ainda não chegou e vai ter que chegar também neste processo histórico irreversível e dentro do próprio Poder Legislativo.

Mas também vamos falar com coragem à Nação: qual o Poder se devassou como nós nos devassamos? Qual categoria? Os médicos? Os advogados? Os jornalistas? Não. Arrancar o sigilo bancário fiscal, inquirir com todo rigor como o foram os inquiridos, isso demonstra a disposição deste Poder de se renovar, de reconstruir a sua legitimidade política, mas que passa pelo rigor, pela coragem de deixar de lado aqueles que conhecemos, que convivemos, até que gostamos, e alguns que respeitamos no passado e hoje já não podemos ter o mesmo tipo de relacionamento.

É esse rigor que temos que ter neste relatório e na Comissão de Justiça e, sobretudo, na votação no plenário, que é o único momento que vai reconhecer ou não todo o trabalho que fizemos.

Eu queria afirmar ainda, Sr. Presidente, que reconheço no trabalho da relatoria um esforço imenso. Como não reconhecer, se estamos, há 96 dias, trancados neste Congresso? Fizemos mais de 100 reuniões, quebramos o sigilo bancário de mais de 500 contas, investigamos o imposto de renda, as emendas, as subvenções, e nem sempre encontramos as provas que - saio daqui achando - alguns mereceriam. Mas onde encontramos, a lista foi formada: há 18 pedidos de cassação, e 14 parlamentares a serem investigados.

Anunciei com anterioridade que queria chegar aqui e não realizar nenhum destaque, mas sou obrigado a fazê-los. Sou obrigado a fazer sobretudo em relação a três parlamentares que iremos discutir posteriormente, na oportunidade da votação; parlamentares que tiveram, por quebra do decoro parlamentar, solicitação de cassação do mandato votada por unanimidade, em duas subcomissões, até ontem, e que hoje não estão na lista na condição em que foram apontados. É verdade que podem existir argumentos ou fatos novos que eu gostaria que fossem explicados a este Plenário e à Nação. Mas por obrigação, por responsabilidade pelas discussões das quais participei em algumas das subcomissões, vamos apresentar esses requerimentos e vamos pedir que sejam colocados em votação.

Ninguém pode ser injustiçado, e o processo vai assegurar a todos o direito de defesa na Comissão de Justiça, no Plenário, e depois na Justiça, porque esse processo não pode acabar no Legislativo. Os que forem culpados vão ter que pagar os recursos que expropriaram do povo, já existe lei votada no ano passado para isso, e vamos acompanhar esse processo.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que na leitura também há uma ausência, absolutamente fundamental em todo esse processo, que é o papel dos corruptores. Não basta cassar o PC ou botar o Collor na cadeia. Não adianta cassar novos parlamentares e afastar da vida pública dezenas, quem sabe centenas, de funcionários públicos, se nós não mudarmos a relação entre as empreiteiras, o sistema financeiro, o Estado brasileiro.

Propusemos, na Subcomissão de Patrimônio, um relatório sobre as empreiteiras. Pedimos, pelo menos em relação à Construtora Norberto Odebrecht, formação de quadrilha, fraude na licitação pública, sonegação de impostos, corrupção ativa, e, para as outras, formação de cartel, sonegação de impostos junto à Receita e ao Ministério Público. Esse capítulo falta no Relatório. Falta com o rigor e com a exigência que esta CPI deve ter não só com seus pares, que foram intermediários de interesses muito maiores, porque muito mais do que o Deputado João Alves, alguns empreiteiros, que superfaturaram obras e fraudaram as licitações, se beneficiaram desse processo de corrupção.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que não basta criminalizar os corruptores ou aqueles que foram agentes desse processo dentro desta Casa.

Precisamos de reformas profundas no Estado brasileiro, que acho que este processo começa a anunciar. Reformas do processo orçamentário. Para um Orçamento que este ano tem doze mil subprojetos para construção, como é que a União pode administrar, fiscalizar, acompanhar doze mil obras?

Precisamos mudar a lei orçamentária, o processo de licitação e criar novos mecanismos de fiscalização. Por isso, Sr. Presidente, tenho certeza que esta CPI acaba para começar um novo processo com a CPI das Empreiteiras, que é um objetivo fundamental desta Casa e da Nação brasileira.

Tenho certeza, Sr. Presidente, que esta é uma obra inacabada, mas é parte de um processo muito maior de resgate da ética na política e de valorização da democracia, porque venceu aqui a liberdade de imprensa, a transparência, a participação popular. Só a democracia acaba com a corrupção e vai relançar este País no caminho do desenvolvimento, do crescimento e da distribuição da renda, da riqueza e do poder.

Era o que eu tinha a dizer, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Sobre a mesa dois requerimentos de encerramento da discussão. Eu peço ao Vice-Presidente que os leia.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pois não.

O SR. ELCIO ALVARES - Sr. Presidente, eminentes colegas, tivemos oportunidade de assistir a oito pronunciamentos - quatro Senadores, quatro Deputados. Alguns fixaram uma posição partidária. Então, tendo em vista que o Partido da Frente Liberal, que cumpriu rigorosamente o que foi estabelecido inicialmente, deixou de ter a sua manifestação, e tendo em vista que o Partido da Frente Liberal apóia irrestritamente o Relatório do Deputado Roberto Magalhães, com base no art. 39 do Regimento Comum, solicito a V. Exª, até por liberalidade, que examine a hipótese do acréscimo de dois Deputados para completar a lista dos oito que falaram agora, quatro Senadores e quatro Deputados, para que tenhamos, então, não só oportunidade de ouvir o pronunciamento do Partido da Frente Liberal, principalmente em relação ao Relatório, mas tendo em vista também que alguns pronunciamentos foram feitos fixando a posição de cada partido.

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Nobre Senador Elcio Alvares, eu salientei, quando comecei a ouvir os oradores referindo-se a seus próprios partidos, que a inscrição não era partidária. E o documento que nós aprovamos, como sendo o regimento dos nossos trabalhos, diz muito bem: "A discussão do Relatório, aberta aos Srs. Titulares, Suplentes, rege-se pelo art. 13 do Regimento Comum, combinado com o art. 347 do Regimento do Senado Federal. Cada orador inscrito disporá de, no máximo, oito minutos para fazer uso da palavra, que será dada dentro da lista de inscritos, respeitada a alternância partidária. Ao término da discussão, terá a palavra o Relator".

Adiante diz que "a discussão poderá ser encerrada após falarem quatro Senadores e quatro Deputados, a requerimento de qualquer integrante da Comissão, com base no Regimento Comum, art. 39" - naquele que V. Exª está se arrimando para levantar a questão de ordem.

Por que aprovamos quatro e quatro? Porque temos, nesta Comissão, número igual de Deputados e Senadores. O Regimento Comum, entretanto, fala em quatro Senadores e seis Deputados. É claro que isso é baseado na proporcionalidade que existe, como hoje, de 503 Deputados e 81 Senadores.

Mas V. Exª também apelou para a liberalidade. Eu só poderia deferir essa questão de ordem baseado no fato de que sobrestaria a apresentação do requerimento de encerramento da discussão, mas só poderia dar a palavra a quem estivesse inscrito, aos Partidos que não tiveram, até agora, oportunidade de falar a esse respeito. Então, seriam, pelos que estão inscritos, mais dois: teríamos que atender ao Deputado Sérgio Miranda, que, apesar de indicado pelo PT, é do PC do B, e ao Deputado Maurício Najar, do PFL, Partido que não teve, até agora, nenhuma possibilidade. Acho que isso concilia, mas não posso abrir uma exceção de colocar mais Deputados até ter todos os dezoito Partidos existentes na Câmara deferidos.

Dou provimento à questão de ordem de V. Exª, e concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda, por 8min liberais.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, colegas Parlamentares:

Já foi dito aqui, nesta tribuna, analisando a CPI, que ela representa uma continuidade da CPI do PC, mas também representa uma diferença: durante a CPI do PC, investigávamos um esquema que redundou na acusação a uma pessoa, pessoa importante, o Presidente da República, mas uma pessoa. Esta CPI, que se dá como continuidade daquela, tem uma importância muito maior: discute a estrutura de poder no nosso País. Podemos imaginar esta CPI como um grande teatro: na platéia, o povo brasileiro, no palco, encena-se uma tragédia, uma farsa, uma tragicomédia, um espetáculo burlesco, que é a crise brasileira. A CPI representou, meus amigos, uma visão fugidia dos bastidores, a platéia ficou estupefata. Essa visão rápida de como se manobra o palco foi a essência desta CPI. Assistimos à forma de fazer política neste País, assistimos ao entrelaçamento espúrio dos grandes interesses econômicos com o Executivo e com o Legislativo. Vimos, concretamente, a maneira de operar do grande capital.

Alguns jornalistas conversaram comigo e me perguntaram qual o fato mais importante da CPI, lembrando que talvez tenha sido a divulgação de um cheque ou um fato mais escandaloso. Eu disse: não, em termos de história política do Brasil, em termos de consciência política do nosso povo não foi isso o mais importante. Para revelar os bastidores da cena política, o documento mais importante apreendido por esta CPI foi a análise de conjuntura feita pela alta cúpula da Norberto Odebrecht. Essa análise de conjuntura, que, depois, vai aparecer nos editoriais dos jornalões e das revistas de grande circulação, é emblemática, Srs. Deputados, Srs. Senadores.

Permitam-me usar o meu tempo para, com vocês, acompanhar o pensamento do que se convencionou chamar elite econômica do País. Eles dizem, em determinado

momento, que a causa da CPI foi o receio da morte de um suspeito de crime da própria esposa, que, por coincidência, manejava dados e situações do Orçamento público, tornou-se delator, diz a Odebrecht, e, aí, nesse ato falho que Freud explica, mostram de que lado estão os representantes dessa grande empresa. O povo brasileiro não considera o Sr. José Carlos Alves do Santos um delator, considera-o um criminoso que, depois de julgado, terá a pena que merece. Mas o considera também como o homem que revelou ao País esquemas de corrupção que não só estarreceram o povo, mas os próprios membros desta CPI.

Tornou-se delator - dizem aqueles que faziam parte do esquema denunciado pelo Sr. José Carlos Alves dos Santos -, tornou-se de delator, devem estar reclamando aqueles parlamentares que hoje, nesta sessão, no Relatório, foram incriminados por essa nossa CPI.

Mas vamos mais adiante: quais as propostas para a conjuntura que a Norberto Odebrecht apresenta?

Saliento que esse documento é avalizado pelo presidente da empresa. Fala em determinado momento:

> "Não devemos concentrar nossas forças em CPI. Devemos voltar nossas teses para quê? Para a privatização, para a Revisão, para desenvolvimento, gerar riqueza e emprego."

Procuram que aliados para levar esse empreendimento? Procuram a FIESP, a FEBRABAN, a BCE, SINICOM, a BMP, BNDE.

Dizem mais - estarreçam os meus ouvintes -, e se propõe como objetivo: dissolução de passeatas e de CPIs para envolvimento de empresários de qualquer setor.

Dissolução de passeatas! Já fiz muita passeata na minha vida. Como se dissolve passeata? Ou a Polícia ou uma intempérie ou, então, um grupo paramilitar, um grupo provocador.

Qual o significado dessa dissolução de passeatas? E a dissolução de CPIs? Como querem dissolver CPIs? Será que já imaginam tentar inviabilizar a CPI dos empreiteiros? É o que pretendem esses senhores?

Meus amigos, esse documento - e não um cheque - é a denúncia mais importante que essa CPI assistiu e estudou. É esse documento.

Voltemos ao tema da análise do relatório.

Considero, e defendemos uma tese, não sei se foi convincente, que o processo de corrupção tem uma raiz histórica, é concreto. Pode-se dizer, pode-se falar da corrupção na Itália, da corrupção no Japão, da corrupção no Brasil, se elas fazem parte, têm algo em comum, que é o desenvolvimento das grandes empresas e a sua relação com o poder público, com o Estado, mas elas sempre têm uma marca nacional. A corrupção da Itália não é igual à corrupção do Brasil, não é igual à corrupção do Japão. A corrupção do Brasil é fruto de um condicionante histórico, onde a elite tornou o Estado brasileiro propriedade particular sua e exclui o povo.

Nesse momento, então, seria importante que mais do que identificar a corrupção, pelo embolsar do dinheiro público, fazer a denúncia da estrutura de poder que permite essa forma de atuação. É mais importante definir tipos de conduta, de comportamento de um parlamentar, inadmissível com a ética pública, com a ação do dinheiro público.

Considero muito mais grave do que um mero roubo o processo de corrupção. Estava-se mexendo com o dinheiro público, com a coisa pública.

Sei que vivemos no período da chamada modernidade, onde se procura desvalorizar o público, o comum.

Não! Sou daqueles antigos. Valorizo o público. E o crime contra a coisa pública é muito mais grave, mais perverso, mais cruel do que o crime contra a coisa particular.

Esse conceito básico deveria estar incorporado ao Relatório.

Reconheço a dedicação, o trabalho, reconheço, talvez em grau mais elevado, a democracia que imperou durante os trabalhos dessa CPI, que até se materializava na condescendência do Presidente em relação a oradores mais prolíficos.

Gostaria de dizer também que seria preciso "adendar" essa situação. O Relatório contém imperfeições visíveis. Quero apenas citar uma. Li o relatório com um certo interesse - vou encerrar Sr. Presidente, um pouco mais de paciência - e em relação a um Deputado fiquei um pouco estarrecido; a linha de raciocínio, a argumentação toda se volta para um objetivo; quando chega na finalização, dá uma volta e aponta para outro objetivo. Temos de corrigir essas imperfeições, e cito que talvez na votação dos destaques possamos corrigir e abrir para o povo brasileiro a expectativa de que o Brasil tem jeito sim, o Brasil pode mudar e melhorar, basta sabermos contra quem vamos lutar, com quem vamos nos unir e como é que vamos avançar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Exª.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Maurício Najar.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Orgulhoso. Por que não? Orgulhoso, sim, pela indicação do nobre Senador Elcio Alvares, em nome do meu Partido, o PFL, poder fazer uso da palavra neste instante que eu reputo talvez o instante mais importante da história do Parlamento, neste momento em que nós nos unimos num só entusiasmo, numa só força. Porque, apesar de indicado partidariamente, a verdade é que eu sentia e senti em cada um dos membros desta Comissão

uma vontade, uma dedicação, um entusiasmo, um idealismo que sempre esteve muito acima dos vínculos partidários e dos interesses políticos.

Por isso quando nós, que convivemos por mais de cem sessões, quando nós que convivemos por mais de três meses, sentimos a tensão no ar, quantas vezes deu a nós todos a impressão de que esta missão não iria adiante, quantas vezes os temores chegaram até nós, quantas vezes nós vimos o nosso Presidente com firmeza conduzindo os trabalhos desta Comissão, quantas vezes nós vimos o nosso Relator, Roberto Magalhães, na firmeza da sua honestidade e do seu idealismo com o pulso firme, também conduzindo o seu relatório, e o Odacir Klein, este homem que eu aprendi e todos nós aprendemos a admirar cada vez mais. Esta Mesa foi inegavelmente a grande força propulsora que nos conduziu até este momento. E nós, com uma missão que os políticos não estão habituados a ter, e nós, que fomos eleitos porque temos sensibilidade do bem comum, chegamos a uma Comissão onde nós tínhamos que analisar atividades de quem? Do Poder Executivo? Não. De Parlamentares, nossos colegas de confidências. Somente a força do idealismo e do amor à instituição do Parlamento fez com que chegássemos até aqui. Como aqueles que põem o ouvido no solo, como os índios, para sentir o tropel dos que vêm, nós também pressentimos o tropel da vontade da sociedade e procuramos levar adiante a nossa missão, e chegamos até agora, sim, e chegamos até a este relatório, sim. Não sem esforço, não sem mágoa, não sem sacrifício, não sem dissabores, não sem tensões, não sem preocupações.

Por isso, o meu Partido tem orgulho de estar ao lado do seu Relator, Deputado Roberto Magalhães. Este homem que fez um esforço diuturno para trazer um honesto parecer a esta Casa. Por isto, senhores, eu gostaria de dar a minha palavra, a palavra do PFL, no sentido de que nesta noite estamos dando o grande passo, o grande passo acompanhado de toda a Nação brasileira, o passo histórico da moralidade da coisa pública, o passo irreversível de quem sente, pressente, que o Brasil já não será mais o mesmo. Por isso quando, no relatório, pune aqueles que devem ser punidos e quando, no relatório, prevê medidas para que nunca mais ocorram fatos dessa natureza, nós ficamos nesse tripé, ainda restando a resolver o tripé de que, dentro do Parlamento, nós procuramos autodepurar-nos, num fenômeno de cascata, transbordando para o Executivo, chegando ao Judiciário para que esta Nação, para que este País tenha no seu Parlamento, no Poder Legislativo, aquele pilar histórico de representatividade para que possamos dizer, de cabeça erguida, que cumprimos o nosso dever, e o Parlamento, pela vez primeira na história deste País - e eu tenho certeza e afirmo com convicção - pela vez primeira na história do mundo, ele se autodepura e dá um exemplo de responsabilidade, de seriedade e de amor a este País e, se Deus quiser, há de ser uma Nação justa, solidária e moralmente inatacável!

Muito obrigado a V. Exªs. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado a V. Exª.

As palmas são sempre uma forma de convidar à solidariedade. Depois que o PC do B, como Partido de massa, mostrou que tem palmas, o discurso do PFL teve palmas. Todos os demais tiveram silêncio e não quer dizer que tenham sido reprovados.

Passo à votação dos requerimentos assinados pelos nobres Deputados Lázaro Barbosa e Benito Gama, que são do mesmo sentido.

Peço ao Vice-Presidente, por obséquio, que leia o requerimento.

O SR. ODACIR KLEIN -

"Requeiro, nos termos do § 1º, do art. 39, do Regimento Comum do Congresso Nacional, o encerramento da discussão referente ao relatório desta CPMI."

Assina - Deputado Lázaro Barbosa.

"Requeiro, nos termos do § 1º, do art. 39, do Regimento Comum do Congresso Nacional, o encerramento da discussão referente ao relatório desta CPMI."

Assina - Deputado Benito Gama.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pelo Regimento, esses requerimentos não têm discussão e nem encaminhamento.

Passo à votação.

Os que votarem "sim" aprovam o requerimento.

Os que votarem "não" declaro que são contra a aprovação do requerimento.

Como vota o Senador Cid Sabóia de Carvalho?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Iram Saraiva?

O SR. IRAM SARAIVA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Gilberto Miranda?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Elcio Alvares?

O SR. ELCIO ALVARES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Francisco Rollemberg?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Jarbas Passarinho; sim. Como vota o Senador Senador Ney Maranhão?

O SR. NEY MARANHÃO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Pedro Teixeira?

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Jonas Pinheiro?

O SR. JONAS PINHEIRO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Roberto Rollemberg?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Odacir Klein?

O SR. ODACIR KLEIN - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Roberto Magalhães?

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O Deputado Benito Gama, não vota, pois é o autor.

Como vota o Deputado Fernando Freire?

O SR. FERNANDO FREIRE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Pedro Pavão?

O SR. PEDRO PAVÃO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Sigmaringa Seixas?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Luiz Salomão?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Mário Chermont.(Pausa)

Como vota o Deputado Nelson Trad?

O SR. NELSON TRAD - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Aloizio Mercadante?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Vinte e um votos "Sim".

Encerrada a discussão, passaremos à votação do relatório como um todo, ressalvados os destaques. Os destaques são poucos: são apenas 35 destaques do Deputado Luiz Salomão que, junto com os outros destaques, somam, no mínimo, 52 - por enquanto - e, aí, acabou, porque os destaques só podiam ser apresentados até o momento em que se encerrava a discussão.

Vou votar, como sabem V. Exªs, o projeto - como se fosse projeto - como um todo, e é o relatório. Sabemos que estamos inovando; sabemos que uma das faltas em que ficamos é ter de fazer, neste Congresso, um regimento para comissões parlamentares de inquérito, especialmente as mistas. Fizemos uma aprovação de proposta que a Mesa apresentou que combina ora textos regimentais ora consenso ou votação. Então, no caso, vamos votar como se fosse um projeto. Vamos votá-lo como um todo, ressalvados os destaques.

Vamos proceder à votação nominal:

Como vota o Senador Cid Sabóia de Carvalho?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Iram Saraiva?

O SR. IRAM SARAIVA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Gilberto Miranda?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Elcio Alvares?

O SR. ELCIO ALVARES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Francisco Rollemberg?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Jarbas Passarinho; sim. Como vota o Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Ney Maranhão?

O SR. NEY MARANHÃO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Pedro Teixeira?

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Jonas Pinheiro?

O SR. JONAS PINHEIRO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Roberto Rollemberg?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Odacir Klein?

O SR. ODACIR KLEIN - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Roberto Magalhães?

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Benito Gama?

O SR. BENITO GAMA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Fernando Freire?

O SR. FERNANDO FREIRE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Pedro Pavão?

O SR. PEDRO PAVÃO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Sigmaringa Seixas?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Luiz Salomão?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Mário Chermont?

O SR. MÁRIO CHERMONT - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Nelson Trad?

O SR. NELSON TRAD - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Aloizio Mercadante?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Benito Gama?

O SR. BENITO GAMA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É das poucas vezes que vejo um baiano correndo sem ser de outro.

Nas mesmas condições está o relatório parcial do Deputado Roberto Rollemberg. Pergunto se algum dos membros da CPI, dos titulares que foram há pouco chamados discorda da votação em bloco também do relatório parcial, ressalvados os destaques. Há alguém que discorda do voto? Não havendo, está aprovado também o relatório parcial, ressalvado os destaques.

Vamos propor, também com amparo regimental, que se possa fazer a votação de requerimento de destaque individual quando individual ele se impuser, e em bloco quando eu puder exatamente fazê-lo de acordo com as regras regimentais vigentes.

Só posso votar em bloco em dois casos: no caso em que tiver pareceres favoráveis ou contrários do Relator - então posso votar em bloco os pareceres favoráveis e os contrários - e posso votar em bloco os requerimentos de destaque que sejam afins ou iguais; para isso, diante da inesperada participação dos ilustres colegas em destaques, vou pedir que concedam à Mesa 5min, apenas 5min, e aqui vamos organizar mais de meia centena de destaques.

Vou suspender a reunião por 5min.

(Suspensa às 19h07min. A reunião é reaberta às 19h17min.)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Peço aos ilustres Colegas que tomem assento em suas bancadas.

Solicito aos Parlamentares que estão concedendo entrevistas que, por obséquio, se contenham um pouco nessa ânsia natural de informar porque vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Solicito à Secretaria da Mesa que me traga os requerimentos de destaque.

Quero um que começa com José Luiz Maia.

Os dois primeiros requerimentos, que têm o mesmo objetivo, são de autoria dos nobres Srs. Deputados Luiz Salomão e Aloizio Mercadante. Ambos requerem o

acréscimo do texto que se segue ao relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Vol. 4, item 6, 3/18 - irregularidades e responsabilidade decorrentes referentes ao Deputado José Luiz Maia.

Nesse cômputo é assegurado tratamento isonômico a todos os Parlamentares cuja investigação da Subcomissão de Patrimônio indicou, pelo consenso de seus membros, sem votos discrepantes, provas de irregularidades que caracterizam a figura regimental de falta de decoro parlamentar, bem como indícios de delitos penais e civis, especial daqueles contra a administração pública.

Dentro da nossa regra de trabalho, do nosso Regimento aprovado, concedo a palavra ao Deputado Luiz Salomão, por três minutos, e, em seguida, ao Deputado Aloizio Mercadante pelo mesmo tempo.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Deputados, Sr. Relator:

Vim à tribuna para sustentar este destaque cuja justificativa em essência já apresentei.

O Deputado José Luiz Maia, num processo extremamente constrangedor para todos nós - para mim em particular, que jamais gostei de me imiscuir na privacidade de quem quer que seja -, teve as suas declarações de renda e os seus bens examinados em profundidade com o apoio dos técnicos, dos auditores da Receita Federal. E, lamentavelmente, por falhas que eu não saberia explicar, S. Exª ostenta, na evolução patrimonial, ao longo do período examinado, um ano em que o seu patrimônio, acrescido, não tem cobertura na base das receitas que declarou.

Refiro-me não apenas às receitas como Deputado Federal. Refiro-me ao conjunto das receitas declaradas por S. Exª, seja como fazendeiro, como comerciante, incluindo tudo o que S. Exª declarou. A despeito dessa inclusão de todas as fontes de renda declaradas e declaráveis de S. Exª, há um patrimônio a descoberto de 112 mil dólares, no ano de 1992.

O que significa isso, Srªs. e Srs. Deputados e Senadores? Significa que se o Deputado José Luiz Maia e sua família não despendessem um centavo, durante o ano, para a sua manutenção, para o custeio de suas vidas, ainda assim não teriam como explicar o acréscimo de 112 mil dólares nos bens que foram encontrados em suas declarações.

É verdade que o processo de declaração de renda, no nosso País, oferece certas complexidades, certas dificuldades, que comentarei num outro destaque, adiante, mas não me parece razoável, não me parece justo que outros parlamentares, por esse mesmo motivo, tenham sido conduzidos à lista que S. Exª oferece à Mesa, para fins de exame da eventual quebra do decoro parlamentar, e o Deputado José Luiz Maia não o seja.

Além disso, Srªs. e Srs. Deputados, no campo das emendas apresentadas, S. Exª é o autor da emenda que deu origem ao projeto da construção da linha de transmissão que liga a subestação de Picos com a localidade de Itapiçuma e recebeu, ao longo de vários meses, a dotação de um e meio milhão de dólares, destinados à Companhia de Energia Elétrica, às Centrais Elétricas do Piauí, CEPISA. E conforme diligência feita, coincidentemente, pela minha pessoa, pelos Deputados Moroni Torgan e Pedro Pavão, constatou-se que, apesar de liberados os recursos, os mesmos foram desviados e a linha não foi construída.

Por isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs. e Srs. Deputados e Senadores, é com constrangimento de quem examinou essas situações, que me sinto no dever, em nome dos membros da Subcomissão do Patrimônio e da Análise Fiscal que, por unanimidade, volto a insistir, por unanimidade, assentiram nessa proposição a S. Exª, o Relator, que o nome do Deputado José Luiz Maia, por um dever de justiça, seja agregado aos demais, que S. Exª, o Relator, encaminhou à Mesa, com a recomendação mais drástica desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Com a palavra, o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Exmº Presidente, Exmº Relator, demais membros da CPI.

Eu queria iniciar dizendo que é extremamente ingrata essa tarefa que me coube, também, de apresentar o requerimento de quebra de sigilo bancário e fiscal, ao início dos trabalhos da CPI, e agora, abrir um debate sobre a condição do Deputado José Luiz Maia, no Relatório final.

O que me move? É a coerência de exigir, em relação a este Deputado, o mesmo rigor, o mesmo tratamento, as mesmas condições que este Plenário acabou de impor aos 18 parlamentares que foram indiciados na condição de quebra de decoro parlamentar. Se nós analisarmos, nome a nome, daquela lista dos 18, perguntaria: o Deputado José Luiz Maia teve menos ou mais responsabilidade sobre a gestão da Comissão do Orçamento? Teve responsabilidades políticas muito maiores do que boa parte da lista que acabamos de votar.

Simplesmente, reivindico a coerência, e quero, numa breve síntese, lembrar que o Deputado José Luiz Maia foi acusado com veemência no depoimento do Sr. José Carlos Alves dos Santos, na condição "participava, com absoluta certeza" - e ele mencionou condições e formas, sobretudo do esquema de subvenção da Comissão de Orçamento.

Em segundo lugar, o nível de aprovação de verbas do Deputado José Luiz Maia é 110% acima da média dos parlamentares: S. Exª liberou 71 milhões de dólares ao longo desse período do Orçamento-Geral da União.

O Deputado José Luiz Maia aparece na lista da SERVAZ, associado a porcentagens e valores de emendas; aparece na lista da Construtora Norberto Odebrecht, associadas as suas emendas a valores e porcentagens de recebimento de valores decorrente do

trabalho que fez e que beneficiava essas empreiteiras - nas duas listas!

Ainda com relação ao Deputado José Luiz Maia, na documentação apreendida na casa do Sr. José Carlos Alves dos Santos, existem documentos de solicitação de descontingenciamento de verbas por parte de interesse da empreiteira SERVAZ, reafirmando a denúncia que existia em relação a essa empresa. O nome desse Deputado está associado com percentagens e valores: adutora Pedro II, drenagem Zona Sul, esgotamento sanitário do Canal de Salgadinho, em Maceió, e Projeto Nassau.

Na lista de acompanhamento do Orçamento-Geral da União em 1992, da Construtora Norberto Odebrecht, todas as obras da Secretaria de Desenvolvimento Regional estão vinculadas ao nome do Deputado José Luiz Maia, além do problema patrimonial.

Para encerrar, peço a este Plenário a coerência do voto que foi dado há 24h: na Subcomissão de Emendas, foi aprovado por unanimidade que S. Exª estaria na lista entre os cassados, por quebra do decoro parlamentar. Na Subcomissão de Patrimônio, numa discussão onde estavam membros, inclusive, do PPR, que puderam intervir, defender, argüir, ao final foi votado por unanimidade - unanimidade! - que S. Exª estaria na lista entre os cassados.

Peço do Plenário a coerência do voto e a coerência de colocar na lista, independente da estatura, da relação de amizade, do reconhecimento, nas mesmas condições em que está Ibsen Pinheiro, ou um Daniel ou uma Raquel Cândido. Nós não podemos distinguir nem pela importância do cargo nem pelas relações afetivas - temos que ter coerência, valores e princípios! E, sobretudo, respeitar e reconhecer o trabalho e o rigor das Subcomissões.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Tem a palavra o Relator, para defender a sua posição.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, antes de mais nada, quero dizer ao meu nobre colega Luiz Salomão que a sua tese, de que eu teria obrigação de acolher as decisões da Subcomissão de Patrimônio, eu não aceito.

V. Exª vem frisando: por unanimidade, por unanimidade, por unanimidade. Eu é que visitei as Subcomissões. Todas as proposições da Subcomissão de Bancos eu acolhi; todas as proposições da Subcomissão de Subvenções eu acolhi. Na de Emendas não chegou a haver um parecer final; tivemos um relacionamento um pouco turbulento, mas, na verdade, convivemos bem; e se as coisas não andaram melhor é porque também o tempo era curto e o trabalho urgente.

Com relação à Subcomissão de Patrimônio, eu esperei ontem até as 13h30min - invoco o testemunho do Senador Bisol. Marcamos uma reunião pela manhã, mas ele estava na Subcomissão; depois chegou, fomos juntos, e às 13h30min recebi as dezenas de pareceres individuais, e eu estava tendo que fechar o meu parecer. Mas eu tinha tanto apreço pelo trabalho da Subcomissão de Patrimônio que conferi, uma a uma - não podia ler tudo -, as conclusões, para ver onde podíamos ou onde não podíamos acordar.

Em relação aos Governadores, adotei, em parte, as conclusões e, em grande parte, os relatórios.

E em relação ao Deputado José Luiz Maia, recordo que quando S. Exª esteve depondo na CPI ficaram pendentes duas questões: um apartamento que se admitia pudesse ter recebido de uma empreiteira - e S. Exª depois provou que tinha pago, recordo até que eram 28 mil dólares -, e o problema de um saldo bancário, declarado ao Imposto de Renda, que o Banco do Nordeste mandou um documento dizendo que o erro era do Banco.

Então, ele estava listado, ele estava listado, com a minha assessoria, como liberado, depois de muitas idas e vindas.

Quando vi o parecer da Subcomissão de Patrimônio, já trazendo outros fatos e concluindo pela quebra de decoro, o que fiz? Alterei a conclusão do meu parecer, que isentava José Luiz Maia, e acrescentei o seguinte:

> A Subcomissão de Patrimônio afirma: as declarações de renda analisadas contêm várias imperfeições e a movimentação de créditos bancários do Parlamentar, especialmente de 91, ano em que ele trabalhou na Comissão de Orçamento como Relator do SDR para 92, é incompatível com os seus ganhos e rendimentos. E conclui: esses fatos, conquanto não se constituem provas cabais, esses fatos, enquanto não se constituem em provas cabais, são indícios razoáveis de falta de decoro parlamentar e de fatos ilícitos.

Eu, então, que isentava, coloquei o seguinte:

> Por todo o exposto, conquanto não tenha estado provada a vinculação do Deputado José Luiz Maia com as irregularidades da Comissão Mista de Orçamento, mas tendo em vista o parecer da Subcomissão de Patrimônio, recomendamos o envio à Mesa da Câmara dos Deputados para julgar da conveniência de aprofundar as investigações ou, se for o caso, encaminhar os elementos probatórios ao Ministério Público, para apurar irregularidades jurídico-fiscais.

Acho que V. Exªs devem admitir que o Relator-Geral não pode decidir cassar alguém em minutos, porque recebeu um papel.

Vou narrar outro fato.

Recebi, ontem à tarde também, contra o Deputado do Partido Socialista Brasileiro da Bahia, que fez greve de fome, Uldurico Pinto, uma denúncia grave, com cheques, com fotocópias, etc. O que fiz? A mesma coisa. Ele estava na lista, com anotação para ser isentado, e mudei e fiz a mesma coisa. Câmara e, se for o caso, Ministério Público.

Agora, lamento, e não é crítica que faço, que não tenhamos tido tempo de ter sentado para conversar. Teríamos feito um trabalho melhor. No penúltimo dia dos nossos trabalhos, eu disse a todos os colegas que estava aberto à conversa. Queria a contribuição;

tinha recebido algumas e queria mais.

Bom, isso é um depoimento. Isso não é uma crítica. Isso não é mais nem menos do que um depoimento do que sucedeu em relação a mim e o caso José Luiz Maia.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto a V. Exª, embora a pergunta seja desnecessária, se mantém a posição do Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, mantenho por uma razão seguinte, que não é de mérito: acho que se começarmos a mudar decisões neste plenário, talvez enveredemos por um caminho perigoso. Só por isso, porque, no mérito, não tenho razões maiores para sustentar uma posição ou outra, porque o que eu realmente achei é que devíamos aprofundar e continuar com as investigações.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Colocaria em votação nominal o requerimento de destaque; ele exige votação nominal.

Então, os que votarem com o Relator, que mantêm a sua posição pela resposta, dirão "Sim". Os que votarem contra o Relator, a favor do requerimento que agrava a situação do Deputado José Luiz Maia, dirão "Não".

Como vota o Senador Cid Sabóia de Carvalho?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu preferia que dissessem agora "Sim" ou "Não".

Como vota o Senador Iram Saraiva?

O SR. IRAM SARAIVA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR GARIBALDI ALVES FILHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Gilberto Miranda?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Elcio Alvares?

O SR. ELCIO ALVARES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Francisco Rollemberg?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Devo acrescentar, como informação, que, ainda há pouco, votei indevidamente. Pelo Regimento que aprovamos, só tenho o voto de desempate.

Como vota o Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Ney Maranhão?

O SR. NEY MARANHÃO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Pedro Teixeira?

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Jonas Pinheiro?

O SR. JONAS PINHEIRO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Roberto Rollemberg?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Odacir Klein?

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Roberto Magalhães?

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Benito Gama?

O SR. BENITO GAMA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Fernando Freire?

O SR. FERNANDO FREIRE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Pedro Pavão?

O SR. PEDRO PAVÃO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Sigmaringa Seixas?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Luiz Salomão?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Nelson Trad?

O SR. NELSON TRAD - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Aloizio Mercadante?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Resultado final?

O SR. ODACIR KLEIN - Dezesseis "sim", quatro "não".

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Então, foi mantido o texto que foi lido aqui a respeito do Deputado José Luiz Maia.

Tem a palavra o Deputado Luiz Salomão.

S. Exª retira os demais requerimentos no mesmo sentido.

Passa-se a votar em bloco o requerimento que tem como primeiro signatário o Deputado Luiz Salomão, que trata de um acréscimo do texto que se segue ao Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, vol. IV, Item 6318 - irregularidades apuradas e responsabilidades decorrentes referentes ao Deputado Jorge Tadeu Mudalen, como um deles. Mas V. Exª preferiu qualquer um deles. A este se segue ainda Gastone Righi, Senador Dario Pereira, Deputado Mussa Demes, Deputado Jesus Tajra, Senador Mauro Benevides, Senador Humberto Lucena, Deputado Pedro Irujo - esse bloco é o segundo, do Ministério Público da União; o primeiro está com o nome do José Luiz.

Com relação a enquadramento e à improbidade administrativa - remessa ao Ministério Público: Flávio Derzi, Saldanha Derzi, Joaquim Roriz, Edison Lobão, João Alves Filho, José Luiz Maia, Alexandre Costa, Manoel Moreira, Ricardo Fiúza, Rachel Cândido, Ronaldo Aragão, Paulo Portugal, José Carlos Aleluia, Paes Landim, Anníbal Teixeira, Carlos Benevides e Ibsen Pinheiro.

Para mim, aqui está havendo uma "salada americana" ou russa, uma das duas, à escolha! Aliás, tenho que me desculpar com os baianos. Eu queria dizer que nunca vi foi o Deputado Benito Gama correr sem ter outro atrás, e não os baianos!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs. e Srs. Deputados, antes de tudo, quero esclarecer que a mistura aqui foi feita pela Secretaria da Mesa. Eu já havia selecionado os destaques, conforme as pessoas, a natureza dos casos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Jamais atribuiria a V. Exª a salada americana!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nem russa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado!

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sr. Presidente, Srs. membros da CPI, o que estamos propondo é um tratamento isonômico para todos aqueles que o Relator encaminhou para as Mesas da Câmara e do Senado, pedindo as providências cabíveis para a preservação do decoro parlamentar. S. Exª, em alguns casos, fez menção à necessidade de que esses Deputados e Senadores tivessem também a documentação probatória enviada ao Ministério Público e, em outros casos, omitiu esta providência. Então, tomamos exatamente a mesma frase que S. Exª aplicou a um dos Deputados que lhe propõe a cassação e estendemos a todos aqueles que estão na mesma família, na mesma situação em relação ao decoro parlamentar.

Diz a frase:

> Por outro lado, ante a constatação de atos passíveis de caracterização como ilícitos civis e penais - vejam bem, atos passíveis de caracterização como ilícitos civis e penais -, sugerimos que os elementos probatórios respectivos sejam encaminhados ao Ministério Público da União, inclusive para o eventual enquadramento na Lei 8.428, de 29 de maio de 1992.

Para os que não se recordam, essa lei é a que dá os meios para o eventual ressarcimento aos cofres públicos, na hipótese de se configurar os crimes que essa lei capitula.

Trata-se, portanto, Srs. Deputados e Senadores, de dar o mesmo tratamento exclusivamente para aqueles que o Relator propôs às Mesas, no início do processo de verificação da quebra do decoro parlamentar.

Por que essa observação? Para não dar também um tratamento diferenciado, que S. Exª acha que deve existir em nível político.

Diz o nobre Relator que só há duas penalidades: a cassação, a suspensão por trinta dias e eventual advertência.

Mas do que estamos tratando aqui é de matéria penal e cível, além, naturalmente, da matéria de natureza fiscal.

Houve um consenso de que a CPI e as Mesas da Câmara e do Senado não devem fazer qualquer envio para a Secretaria da Receita Federal. O envio do material é para o Ministério Público, que, a meu juízo, dar-se-á de qualquer forma. Porém, nesses casos em particular, parece-me que cabe, para a uniformização dos textos, que suponho foram feitos de forma heterogênea, a inclusão desse período padrão para todos os parlamentares que se encontram nessa situação, que são exatamente dezessete, posto que há um 18º caso, aliás, mais dois casos, que são os dos Deputados João Alves e Cid Carvalho.

Era esse o esclarecimento que queria prestar ao Plenário, Sr. Presidente. Não se trata de matéria doutrinária nem de questão política, é apenas a questão de homogeneizar os relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª.

Tem a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Sr. Presidente, quero só antes anunciar ao Plenário que havíamos feito um acordo de procedimento, que caso perdêssemos a votação do requerimento nominal, como aconteceu referente ao Deputado José Luiz Maia, retiraríamos todos os outros requerimentos nominais.

Estamos encaminhando agora um requerimento, para o qual pediria a atenção do Plenário sobre o que estamos reivindicando e argüindo.

O Ministério Público tem o monopólio da acusação e inicia, deflagra, os processos de perseguição aos delitos.

Esta CPI é o momento de valorização da cidadania, de abrir espaços para que a população, as entidades da sociedade civil, as formas organizadas de participação ou um único cidadão possa se levantar contra o Estado ou contra uma autoridade constituída, para defender os interesses da sociedade, denunciando um crime e um delito.

Encaminhar essas denúncias ao Ministério Público não é uma possibilidade, é uma exigência política e legal. É uma exigência de cada cidadão, quanto mais de um parlamentar ou uma CPI, que foi instituída para fiscalizar e encontrou delitos, encontrou crimes.

Essa CPI tem por obrigação constitucional encaminhar essas denúncias, as denúncias de cada um dos envolvidos, ao Ministério Público, mesmo por que qualquer cidadão poderá fazê-lo. Se não o fizermos hoje, estaremos abrindo mão de um direito e abdicando de um dever político e constitucional.

Portanto, não podemos graduar as penas frente a encaminhar ou não ao Ministério Público; quem vai graduar as penas é o Poder Judiciário, que irá acolher ou não a denúncia, ou irá definir a pena em função dos delitos.

É um erro político! Pedagogicamente é um grave erro político da CPI, do parlamentares que estão aqui neste Plenário e do Congresso Nacional.

Não estamos criminalizando quem quer que seja **a priori** ao encaminhar ao Ministério Público. Estamos dizendo: há um delito. Que seja apurado e que a lei se cumpra!

É em função disso, que esse nosso requerimento vem no sentido de encaminhar todos os casos, que estamos pedindo a cassação do mandato parlamentar, que estamos instruindo a quebra do decoro parlamentar, que estamos abrindo a possibilidade de revogar o mandato popular conquistado nas urnas, que sejam apurados também com a isenção do Ministério Público para que ele cumpra a sua função constitucional e a nossa responsabilidade política.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Relator, Roberto Magalhães.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, nobres Senadores e Deputados, é verdade, é inteira verdade que quis discriminar alguns dos parlamentares em relação aos quais eu recomendei a perda do mandato, falei na possibilidade de crime e até os listei, só não fiz dizer o artigo do Código Penal, para não ser indelicado com o Ministério Público, afinal acho que tratar desigualmente desiguais é fazer justiça.

Mas quero sobretudo dizer aos nobres Deputado que ocuparam a tribuna e que subscreveram a proposta que há uma razão jurídica relevante, para que eu não fique a toda hora pedindo que os processos vão ao Ministério Público. Sabe por quê? Porque o que está nos interessando agora é a questão do decoro parlamentar. E o decoro parlamentar tanto pode se caracterizar através de um crime como de um ato que não seja criminoso.

Fui procurado - há pouco me recordei disso, nem estava recordado quando conversei há pouco com o nobre Deputado Luiz Salomão -, não quero dar o nome, por um dos mais conceituados juristas da Câmara, no início da CPI, dizendo-me que tivesse muito cuidado porque o Relator tinha que pensar também no desdobramento dos processos na Comissão de Justiça, e me fez essa observação, e logo a acolhi, até porque se formos embasar a figura do decoro parlamentar em fato criminoso, amanhã, até com muita facilidade, porque uma coisa é o processo do decoro, outra coisa é o processo criminal.

O Deputado obtém a absolvição e depois vem em cima de nós todos. A CPI fez injustiça, a CPI errou e assim por diante. Então, tive o cuidado, nos casos em que mandei para o Ministério Público, de não citar os artigos do Código Penal, para não dar embasamento criminal; ia nos outros. E eu não tenho certeza - realmente não tenho - e não podemos ter. Somos um juízo investigatório.

Na realidade, se esta CPI fosse um processo criminal, não podíamos ter condenado ninguém. Creio que o Senador José Paulo Bisol concorda comigo. Por que não? Não houve o contraditório e a prova não é, ainda, completa. Então, é muito natural um João de Deus e um Daniel, que desviaram 5 mil dólares... Não sei. Pode ser até que eles sejam absolvidos em todas as instâncias. E não tenho por que, de logo, propor a ação do Ministério Público. Não tenho e não devo, por essas razões que dizem respeito ao desdobramento dos processos de cassação na Comissão de Justiça.

Por isso, Sr. Presidente, eu lamento, eu que tanto concordei com esse excelente Parlamentar que é Luiz Salomão, que me deu tantas contribuições para o Relatório, eu realmente não posso concordar.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Passa-se à votação.

Os que acompanharem a manutenção da redação dada pelo Relator, respondam "Sim"; os que discordarem, respondem "Não".

Como vota o Senador Cid Sabóia de Carvalho?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Iram Saraiva?

O SR. IRAM SARAIVA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Gilberto Miranda?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Elcio Alvares?

O SR. ELCIO ALVARES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Francisco Rollemberg?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Jutahy Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Ney Maranhão?

O SR. NEY MARANHÃO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Pedro Teixeira?

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Jonas Pinheiro?

O SR. JONAS PINHEIRO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Roberto Rollemberg?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Odacir Klein?

O SR. ODACIR KLEIN - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Roberto Magalhães?

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Benito Gama?

O SR. BENITO GAMA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Fernando Freire?

O SR. FERNANDO FREIRE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Pedro Pavão?

O SR. PEDRO PAVÃO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Sigmaringa Seixas?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Luiz Salomão?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Nelson Trad?

O SR. NELSON TRAD - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Aloizio Mercadante?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Resultado final?

O SR. VICE-PRESIDENTE (Odacir Klein) - Votaram "Sim" 16 Srs. Parlamentares e "Não" 4.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É mantida a redação original do Relatório.

O nobre Deputado Luiz Salomão pede a retirada dos destaques que eram congruentes com este e o Deputado Aloizio Mercadante tem o mesmo procedimento.

Temos, agora, um pedido, também de retirada de destaque, por parte do Deputado Maurício Najar mas que estava assinado, se não me engano, também pelo Sr. Senador Pedro Teixeira.

O SR. ODACIR KLEIN - Não, este é outro caso.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É outro caso?

O SR. ODACIR KLEIN - O Deputado Maurício Najar retira o destaque referente ao Deputado Pedro Irujo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Senador Pedro Teixeira mantém? (Fora do microfone) V. Exª também retira.

Há um requerimento de acréscimo para ser incluído no Relatório - recomendação expressa ao Congresso Nacional - para instalar de imediato a CPI das Empreiteiras.

Signatários - primeiro signatário: Senador Lavoisier Maia, acompanhado pelo Deputado Vivaldo Barbosa.

Senador Lavoisier Maia, V. Exª mantém o destaque?

O SR. LAVOISIER MAIA - Retiro.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - S. Exª retira o destaque.

Retirado o destaque, está retirado o conjunto.

Há quatro requerimentos da lavra do Senador Pedro Simon:

Requeiro à Mesa dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Orçamento que seja adotada a seguinte proposição: nenhuma obra pública será iniciada sem que esteja prevista no Plano Plurianual e no Orçamento do exercício correspondente ao seu início.

Iniciada uma obra pública, os recursos para a sua conclusão serão incluídos nos Planos Plurianuais de Orçamento de ano subseqüente, de acordo com o cronograma de sua execução, a ser juntada à proposta encaminhada ao Legislativo.

A não inclusão nos Planos de Orçamentos, o retardamento da execução do cronograma, a paralisação da obra ou a não liberação de recursos a ela destinados, implicará em responsabilidade do agente infrator. A suspensão ou paralisação de qualquer obra pública, prevista no Plano Plurianual e no Orçamento anual dependerá de autorização legislativa com a revisão do Plano e do Orçamento, se for o caso.

Não será autorizada a paralisação de obra cuja execução tenha atingido 80% do seu cronograma.

O Poder Executivo encaminhará, juntamente com a Proposta Orçamentária para o exercício de 1995, Relatório sobre as obras públicas paralisadas, as suspensas e as em andamento, informando o estágio em que se encontra a execução do cronograma.

Tem o seguinte despacho o Parecer do ilustre Relator:

Sr. Presidente, a proposta do eminente Senador Pedro Simon vem ao encontro de proposta semelhante do Relator, no sentido de privilegiar a continuidade de obras públicas, desestimulando a tendência perversa de se iniciar novas obras em prejuízo do interesse comum. Creio, aliás, que a proposição do Senador já está convertida em projeto de lei de sua autoria.

Sou favorável à presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Pergunto ao nobre Senador Pedro Simon se se dá por satisfeito com essa declaração. (Pausa)

Obrigado a V. Exª.

Ainda do mesmo autor moção recomendando ao Governo Federal a instituição do Sistema Federal de Controle Interno, com seu titular sendo aprovado pelo Senado Federal e exercendo mandato de dois anos, renovável por um período.

Solicito ao Senador Pedro Simon se deseja, primeiro, prestar atenção, se puder, ao Presidente e, depois, se quer defender da tribuna o seu projeto. O Relator despachou aprovando.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Perdão! Na realidade, é o seguinte: "instituição do Sistema Federal de Controle Interno com o seu titular sendo aprovado pelo Senado Federal, exercendo mandato de dois anos, renovável por um período".

O parecer já tem uma matéria longa sobre isto, mas como não conflita não vejo problema. Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu não gostaria de ser voz dissonante em nenhum momento. Apenas me perguntei, me questionei, se a matéria anterior e a matéria atual são exatamente decorrências de Orçamento e de uma possível sugestão partida da Comissão, problema interno de organização pública.

Os que acompanham o Relator, aprovando o requerimento do Senador Pedro Simon, queiram, por obséquio, permanecer como se encontram. (Pausa)

Está aprovado.

Ainda do nobre Senador Pedro Simon: Recomendação para instalação imediata da CPI destinada à apuração dos corruptores.

S. Exª deseja defender da tribuna? (Pausa)

V. Exª tem a palavra por 3 minutos.

O SR. PEDRO SIMON - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator:

Creio que neste final de sessão, Sr. Presidente, quando V. Exª preside, na minha opinião, uma reunião histórica para este País, convém entendermos a responsabilidade que temos pela frente. Creio que estamos vivendo uma revolução ética no Brasil e participando de um movimento do qual talvez não estejamos nos dando conta. Primeiro, foi o **impeachment** do Presidente Collor. Segundo, é este Congresso com a coragem de fazer aquilo que congresso nenhum do mundo fez, ou seja, cortar a sua própria carne. Mas para nós vivermos essa revolução ética temos um terceiro capítulo - cuidar da figura do corruptor. Se nós tivemos coragem para afastar um Presidente da República por corrupção, se nós estamos tendo a coragem de mexer no próprio Congresso Nacional, por corrupção, nós temos que avançar. E as provas que esta CPI, presidida por V. Exª, Sr. Presidente, já encontrou são fantasticamente positivas no sentido de encarar a figura do corruptor. Parar agora, arquivar agora, esconder agora, parece-me que não será completar o nosso trabalho. Sei que há outras teses, teses importantes. Sei que tem uma CPI da CUT, CPI do PT, sei que tem pessoas querendo uma série de CPIs. Mas nenhuma é igual a esta. Esta é institucional. A do Collor foi institucional, foi o povo quem pediu! Esta, do Orçamento, é institucional, é a sociedade que exige! A do corruptor é institucional - como esta e como a do Collor não tem cor, não tem cheiro, não tem partido, não está partidarizada! Não completar, não levar adiante, não continuar, não completar a nossa obra é deixá-la pela metade!

E eu tenho dito, Sr. Presidente: se nós não resolvermos o problema da impunidade, se nós não resolvermos o problema da corrupção, não adianta, daqui a dois anos, pedirmos nova CPI! Porque, daqui a dois anos, não tem mais secretária, não tem mais cheque fantasma, não têm mais dólares, não tem mais vestígio nenhum, porque a corrupção será feita altamente profissionalizada.

Por isso a hora de completar é agora, o momento é este! E o apelo que eu faço é que esta CPI coloque nas suas conclusões a solicitação de que o Congresso Nacional instale, o mais breve possível, a CPI dos corruptores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Eu aguardo os aplausos, merecidos. E antes de passar a palavra ao nobre Líder Pedro Simon, pergunto se essa generalidade, colocada assim, Senador Pedro Simon, poderia perguntar alguém: quem são os corruptores, com o fato determinado da CPI? Seria uma referência dessa coincidente com a questão das empreiteiras? Porque os corruptores, no geral... (Pausa) O que eu receava é que, instalada a CPI dos corruptores, dissessem: Os corruptores? Uns 150 milhões, não sei quantos ficariam sem responder. Então, ficaria muito difícil de não generalizar isso. Então, nós estávamos interpretando que isso tem ligação com a proposta anterior do Senador Lavoisier e do Deputado Vivaldo.

Concedo a palavra ao Relator, para opinar.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, acho que nenhum de nós que participamos desta CPI do Orçamento pode ser contra a CPI dos corruptores. De modo que o meu pronunciamento é inteiramente de acordo com a proposta do Senador Pedro Simon. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Faço a mesma pergunta, por mero dever de registrar a votação: os nobres membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Mais um do nobre Senador Pedro Simon: metodologia de Orçamento participativo como norma para elaboração, apreciação e avaliação do Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária anual. Vou ler:

"Depois de vários **consideranda**, requeiro à Mesa que seja adotada a metodologia do Orçamento participativo como norma para elaboração, aprovação e avaliação do Plano Plurianual da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária anual."

S. Exª defenderia, da tribuna, por 3 minutos? Não? Dou a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nobre Senador Pedro Simon, infelizmente, neste caso, vou opinar contrariamente, porque a proposta de Orçamento participativo - por sinal, uma bela peça - já está contemplada no parecer do Relator. Inclusive estou elogiando porque a autoria é do Deputado Luiz Salomão. Por isso, para que não haja **bis in idem**...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Considera-se satisfeito V. Exª? (Pausa) Obrigado.

Pergunto ao nobre Deputado Nelson Trad se mantém o requerimento. Vou lê-lo:

"Sr. Presidente, às páginas 104, volume IV, o Deputado Roberto Jefferson, 6329, último parágrafo. "A Subcomissão de Patrimônio evidenciou, porém, a existência de bens não declarados à Receita Federal. Esse motivo leva-nos a recomendar a remessa da documentação pertinente ao Ministério Público da União para as medidas que julgar cabíveis."

Propõe o Deputado Nelson Trad tal substituição: "Esse motivo leva-nos a recomendar a remessa da documentação pertinente à Mesa da Câmara dos Deputados para as medidas que julgar cabíveis".

Então a diferença será entre enviar para o Ministério Público ou enviar para a Mesa da Câmara dos Deputados.

V. Exª tem a palavra por três minutos.

O SR. NELSON TRAD - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, o destaque modificativo é muito simples. Recordo ao plenário o depoimento do Deputado Roberto Jefferson. Estavam presentes poucas pessoas naquele sábado, mas presente se encontrava o quase sempre implacável, mas algumas vezes terno, Deputado Aloizio Mercadante. Estava presente, como não devia deixar de estar, o ilustre Relator. Foi um depoimento singelo por ausência, inclusive, de elementos fáticos que pudessem comprometer o Deputado Roberto Jefferson nesta CPI. Tão simples e tão clara foi a demonstração de ausência de culpa do Deputado, que talvez este relatório seja o capítulo ou a parte mais anã de todos eles.

O que é que diz? Recordo aos Srs. Deputados e Senadores. Primeiro, sua movimentação bancária e patrimonial são compatíveis com o rendimento do parlamentar. Essa CPI nada registrou de irregular em relação ao Deputado Roberto Jefferson.

Segundo, o coeficiente de desvio apurado pela Subcomissão de Bancos, isto é, a relação matemática entre o total de crédito e de rendimento das atividades parlamentares é de 1,08. Esse coeficiente aproxima-se de 1 e representa os ganhos que extrapolam 100% da remuneração. No caso do Deputado Roberto Jefferson, o coeficiente indica praticamente ausência de outras rendas.

Terceiro, o total de geral de movimentação de créditos entre 1989 e 1993 não ultrapassa a 470 mil dólares, valor este compatível com as Receitas provenientes da atividade parlamentar.

Quarto, em conclusão, as Subcomissões de Emendas e de Bancos não apresentaram *qualquer ocorrência* de irregularidade em relação ao Deputado Roberto Jefferson. Evidentemente, também a Subcomissão Patrimonial nada encontrou. É da Constituição o dispositivo que determina quando há indício ou mesmo elemento presuntivo de responsabilidade encaminhar para o Ministério Público da União. Mas diz a Constituição: "Se for o caso." Mas, evidentemente, não é esse o caso: mesmo porque não há uma evidência real de que o Deputado Roberto Jefferson tenha sonegado o elemento material na sua declaração de renda para ver-se perseguido por uma ação do Ministério Público Federal.

Por isso, Sr. Presidente e membros da Comissão, apresentei esta emenda, este destaque modificativo, apenas alertando no final desta minha sustentação que não somos a voz do povo; somos o eco. E eu acredito que o povo, nessa circunstância, não há de admitir uma inutilidade dessas para incomodar, ou, pelo menos, macular ou fissurar a grandeza do trabalho desta Comissão. E eu peço a aprovação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Nobre Deputado Nelson Trad, qual é o alcance da medida de não ir para o Ministério Público e ir para a Mesa da Câmara ?

O SR. NELSON TRAD - Admito até, Sr. Presidente, que a ausência desses bens que foram examinados pela Comissão seja de tal natureza mínimo que poderíamos classificá-la como um deslize fiscal de bagatela. Apresentamos a nossa declaração de renda para a Câmara. A Mesa o chamaria, na qualidade de um possível infrator disciplinar, atentaria com as suas manifestações, as suas explicações, e daria o caso por encerrado, se entendesse confortável a sua resposta. Caso contrário, num deslize mínimo, encaminharia à Corregedoria para a instauração de um processo disciplinar. E poderia, tudo leva a crer, admitir inclusive um máximo de punição, uma advertência verbal ou uma advertência escrita.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Por qual indisciplina?

O SR. NELSON TRAD - Pelo fato de, desde 1984, 1985, quando o Deputado Roberto Jefferson chegou à Casa, não ter declarado oito telefones ou quatro manivelas existentes em sua casa, que deve ter sido a expressão da manifestação da Subcomissão de Patrimônio.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, nobres Deputados, recordo-me bem do dia em que inquirimos o Deputado Roberto Jefferson no Plenário da CPI. Só eu, somente o Relator, o inquiriu. No mais, foi uma festa, uma homenagem. Eu havia, portanto, preparado o parecer pela isenção de responsabilidades. Todavia, recebi, na tarde de ontem, ou talvez na véspera, um documento da Subcomissão de Patrimônio - mais uma vez, quero mostrar o acatamento que eu dava à esta Subcomissão, com justiça - contendo um fato novo. Eu dizia que não havia nada. A Subcomissão de Patrimônio, porém, evidenciou a existência de bens não declarados à Receita Federal. Por esse motivo, recomendamos a remessa de documentação ao Ministério Público da União para as medidas que julgar cabíveis. Veja bem, a ideia de mandar ao Ministério Público foi da Subcomissão de Patrimônio. E, realmente, se o problema diz respeito ao Imposto de Renda, por menor que seja, não é a Mesa que deve tomar conhecimento, e sim o Ministério Público. Eu, que já tive aqui que me explicar tão demoradamente a respeito do não-acatamento de algumas sugestões da Comissão, prefiro manter a minha posição para prestigiar a Subcomissão e, com isso, mostrar que, quando falei que dava acatamento à Subcomissão, não estava fazendo retórica. Há outros casos - muitos e muitos - que foram mudados em respeito à Subcomissão de Patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Passo à votação.

Peço a atenção de V. Exªs para que não se ausentem, uma vez que vamos ter que votar imediatamente a redação final. É uma primeira advertência, se me permitam como tal.

Em relação ao projeto de pedido de destaque, pergunto ao Deputado Trad se mantém.

Passo à votação.

Os que votam com o Relator,dizem "Sim"; os que votam contra o Relator dizem "Não".

Como vota o Senador Cid Sabóia de Carvalho?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO -Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Iram Saraiva?

O SR. IRAM SARAIVA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Garibaldi Alves Filho?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Gilberto Miranda?

O SR. GILBERTO MIRANDA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Elcio ALvares?

O SR. ELCIO ALVARES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Francisco Rollemberg?

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Jutahy

Magalhães?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Ney Maranhão?

O SR. NEY MARANHÃO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Senador Pedro Teixeira?

O SR. PEDRO TEIXEIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Jonas Pinheiro?

O SR. JONAS PINHEIRO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - O não de V. Exª é sempre enfático !

Como vota o Deputado Roberto Rollemberg?

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Odacir Klein?

O SR. ODACIR KLEIN Com o Relator, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Roberto Magalhães?

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Benito Gama?

O SR. BENITO GAMA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Fernando Freire?

O SR. FERNANDO FREIRE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Pedro Pavão?

O SR. PEDRO PAVÃO - Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Sigmaringa Seixas?

O SR. SIGMARINGA SEIXAS - Com o Relator; sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Luiz Salomão?(Pausa)

S. Exª não se encontra presente.

Como vota o Deputado Nelson Trad?

O SR. NELSON TRAD - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Como vota o Deputado Aloízio Mercadante?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Resultado final?

O SR. ODACIR KLEIN - Resultado final: 10 votos "não", 7 votos "sim", e 2 abstenções.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - É mantido o texto. (Pausa)

Ganhou o contrário. Pode ter sido um ato falho, eu não quis criar nenhum tipo de fraude eleitoral.

Corrija-se o texto.

Portanto, isso já constará da redação final.

Com a palavra o nobre Deputado Roberto Rollemberg.

O SR. ROBERTO ROLLEMBERG - Sr. Presidente, Srs. membros da CPI, Senadores e Deputados, senhores assessores, senhores da imprensa.

Sr. Presidente, nestas palavras finais do Relator adjunto, auxiliar do Relator principal, quero saudar V.Exª, o Vice-Presidente e o Relator pelo trabalho que realizaram, e muito mais, pela significação da direção desta CPI, que é mais um passo na consolidação da democracia. É este o grande valor desta CPI, através do processo democrático instalado neste País, graças à vontade popular e aos políticos democratas, esta CPI se reuniu chegando a um final bom, útil e construtivo.

V. Exª, Sr. Presidente, presidiu uma CPI que apurou a responsabilidade de inúmeras pessoas, mas fundamentalmente de 42 Parlamentares. Destes 42 Parlamentares, esta CPI sugeriu a cassação de 18 , 40% dos Parlamentares investigados o Relator colocou com uma proposta de cassação.São 14 investigações, 9 exclusões, esta CPI não foi uma câmara de gás , esta CPI foi uma representação do estado de direito que se consolida.

Ao começar a relação dos homens implicados, o Relator começou com um nome em que recomendou a cassação, e terminou a votação com uma proposta de substituição e absolvição do último nome discutido. Isto quer dizer, fundamentalmente, que o estado de direito existe, a democracia está restabelecida. Justiça não é cassar ou propor cassação sem justificação. Justiça e estado de direito também não é estabelecer-se uma pena como única forma de recuperação da sociedade. Só cassar não é a solução. Investigar é o fundamental.

Se tivéssemos, na CPI, Sr. Presidente, resolvido pela investigação séria de todos os Poderes e em relação a todos os nomes, sem ter proposto cassação, teríamos feito justiça, porque vamos cobrar do Ministério Público, do Tribunal, que cumpra a sua obrigação. O maior mal deste País é a impunidade. E no nosso ambiente, nós punimos.

Apenas o que se tem que entender é que a gradação, a responsabilidade da apuração e da designação da pena que desejamos não é uma prioridade só do Judiciário. É nossa também.

Não podemos cometer excessos. Temos que ver que nem sempre se pode colocar dentro de uma mesma pena homens de responsabilidades assumidas no poder diferentemente. Existe quem influi mais no poder, quem influi menos no poder. Quem causou males maiores ou males menores.

Então quando V. Exª coloca no seu relatório dezoito propostas de cassações, quatorze investigações e nove exclusões, V. Exª, Sr. Presidente, não presidiu uma câmara de gás. V. Exª presidiu uma CPI de homens democratas e conscientes do estado de direito.

Eu gostaria, ao terminar esta saudação que faço à Mesa e a todos os Membros da CPI, recordando aquilo que já disse anteriormente em referência aos responsabilizados, volto a lembrar a história do hospital da Espanha, todos os responsabilizados que estão são, nem todos que são estão.

Mas sabemos que é assim. A marcha democrática, a investigação da CPI do corruptores, outras investigações que possam haver, até que se consiga um mecanismo de controle contínuo de combate à corrupção e à preservação da moral e da ética.

Politicamente na nossa vida, Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa e meus companheiros de CPI, sempre procuramos nos pautar por isso e sofremos por isso, porque exercer democracia e ser sério neste País é bem difícil, muito difícil. Mais fácil é estar perto do poder e auferir as suas vantagens.

De modo que ao conhecer membros da CPI, homens das mais diferentes posições doutrinárias e ideológicas, que de repente buscam uma linha comum de atuação, é um grande avanço democrático que tem que ser registrado.

E a nossa CPI não pode ser, e nós Parlamentares não somos homens que queremos condenar um porque o julgamos ética e moralmente inferior, como se a projeção fosse aquela de nós mesmos em relação ao outro. Isso não pode ser uma ação democrática só voltada para a moral e para a ética. Isto é uma obrigação do cidadão, obrigação do homem público.

Mas estamos aí com a Revisão Constitucional. Os direitos dos trabalhadores tem que ser mantidos. Não podemos esquecer os trabalhadores sem terra. Não podemos esquecer da proteção ao capital nacional e das grandes empresas que o povo construiu. Tudo isso tem que ser globalmente examinado para que possamos tratar o assunto com dureza, sem perder a ternura jamais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Roberto Rollemberg.

O Senador Eduardo Suplicy pediu a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Como autor do requerimento, juntamente com o Deputado Vivaldo Barbosa e tantos outros Parlamentares, que em tempo recorde, desde a **notitia criminis** até a instalação desta CPI, gostaria de agradecer o extraordinário trabalho de todos aqueles que conosco colaboraram, agradecer a dignidade com que, em especial, não apenas os servidores do Senado, da Câmara dos Deputados, mas, sobretudo, do PRODASEN, defenderam a seriedade dos seus trabalhos, mesmo quando ameaçados.

Gostaria de transmitir o sentimento que sei ser comum a todos nós, 44 membros que participaram desta CPI. Tenho a certeza do sentimento do dever cumprido. Sinto-me, Sr. Presidente e Sr. Relator, com a alma lavada.

Pode ter havido algumas falhas, inclusive minhas, pessoais, ao longo desses quase cem dias, mas tenho certeza de que fizemos aquilo que o povo brasileiro esperava de nós.

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Obrigado a V. Exª.

Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Magalhães) - Sr. Presidente, nobres Senadores e Deputados:

A minha mensagem principal, já a li pela manhã, mas não poderia, nesta hora, já que V. Exª me dá a oportunidade, deixar de dizer uma palavra final a todos quantos juntos, embora vindos de origens tão diferentes, Estados tão distantes uns dos outros, com idéias políticas, às vezes, também diferenciadas. Soubemos conviver e manter quase que permanentemente uma unidade que era absolutamente necessária para que esta CPI chegasse ao seu final podendo dizer, como falei ao nosso Presidente de manhã, que entregamos a mensagem a Garcia.

Ilustres Parlamentares, esta não foi apenas a CPI do Orçamento; ela tem um significado transcendente: o que fizemos, o que propomos extrapola e muito apenas a investigação de corrupção em setores de dois Poderes. Na verdade, fomos a CPI da modernidade do Estado nacional. O que fizemos aqui é inovador e confronta-se com a impunidade que, com o clientelismo, tem alimentado o atraso, a desorganização e o subdesenvolvimento do nosso País.

E porque penso assim, eu queria dar a minha última palavra a esses companheiros - permitam-me chamar-lhes assim - porque a convivência cordial autoriza-me a fazê-lo quebrando o protocolo, e dizer que encerramos este capítulo, mas temos outros a escrever. Um deles deve ser feito já, que é a Revisão Constitucional. Sei que alguns são

contra, não importa; é irrelevante que sejamos a favor ou contra a Revisão, mas temos que tomar posição em torno de valores em favor dos quais lutamos nesta CPI. Ou vamos negá-los tão depressa?

Vejo preocupar, nas manchetes dos jornais, que o clientelismo, o patrimonialismo e outras formas perversas de atividade política organizam-se para alterar a Carta fazendo com que ela, quem sabe, retroaja no tempo.

Conversei com o meu amigo e ilustre Jurista Nelson Jobim e disse com franqueza a ele que a abolição dos prazos de desincompatibilização vai jogar o Brasil para trás, vai alimentar o uso da máquina desenfreadamente e, talvez, quem sabe, regredir este País, em termos político-eleitorais, para antes de 1930.

Confio no Relator Nelson Jobim. S. Exª é uma das melhores figuras do Congresso Nacional, sob todos os aspectos. Não poderíamos ter um melhor Relator, mas S. Exª é único, e os que conspiram contra a modernidade são muitos, porque eles sabem que no dia em que o Brasil votar eles não voltam. Não voltam.

Mas, não há por que nos angustiarmos, porque o político não pára, só pára quando se aposenta. E este é, na minha opinião, o grande apelo e o fascínio da atividade política.

Vamos então, meus amigos, meus companheiros, nobres Parlamentares, seguir a viagem. Agora em direção à Revisão. Logo mais, em direção à CPI, que tão elegantemente agora ganhou o nome de a CPI dos Corruptores, que, aliás, mais abrangente do que empreiteiras.

E assim caminhemos, porque conosco ou sem nosso esforço vai ser difícil jogar o Brasil para trás. Disse muitas vezes à imprensa e quero consignar agora: não estamos criando um novo País, somos fruto de um novo País. E esse novo País "Das Diretas", "de Tancredo", esse novo País do **impeachment**, esse novo País explica-se facilmente: é o Brasil em que o Estado deixa de mandar, de modo quase absoluto, na sociedade. A sociedade, cada dia mais, torna-se, em termos de decisões, mais importante que o Estado. E esse é um valor pelo qual temos que lutar e lutar também pela nossa união federal, que tenho chamado de "a grande órfã".

É preciso haver uma mudança no sistema político-eleitoral, sobretudo político de representação, porque, no fundo, fica todo mundo querendo alguma coisa da União e poucos se dispondo a defendê-la.

Não adianta, é ilusório termos bases municipais razoavelmente bem servidas ou levarmos verbas que, no fundo, não resolvem os problemas dos Estados à custa do empobrecimento da União, porque se ela fica pobre nenhum Estado vai estar bem economicamente.

Vi, há meses, o Ministro da Fazenda, o eminente Ministro Fernando Henrique Cardoso, dizer num jantar em que eu estava: estou lutando para conseguir 60 milhões de dólares, para mandar para o Nordeste, para atender aos flagelados da seca.

Imaginei: mas 60 milhões de dólares não pode ser muito dinheiro para um País como o Brasil? E hoje digo sabe o quê? Bastava pedir ao João Alves e ele podia emprestar!

Quanto do esquema das empreiteira e do esquema das subvenções não foi espargido, desviado, apropriado, faltando dinheiro ora para a emergência, ora para os hospitais que o INSS paga com tanto atraso, ora para as creches, para os aposentados e assim por diante.

Sr. Presidente, permita-me esse arroubo, mas é que esta CPI, para mim, foi uma universidade. Saio dela muito mais capaz, muito mais competente, muito mais conhecedor das nossas realidades, das nossas mazelas e da potencialidade deste País que, de certo modo, se expressa por V. Exªs, que são os responsáveis por esse magnífico trabalho que foi a CPI.

Por fim, Sr. Presidente, quero fazer justiça a quem merece justiça: primeiro a V. Exª. Não fosse a sua autoridade moral, não fosse o seu embasamento intelectual, não fosse a sua experiência, não fosse o seu **savoir faire**, que, na hora em que as tensões eram maiores, colocava uma piada, fazia uma brincadeira com um de nós, de estender, passar adiante ou, já posso a essa altura dizer a S. Exªs, para adiar por um dia ou dois a reunião, evitando assim um confronto.

Saio também com conhecimentos de Estado Maior.

Quero também fazer justiça a esse gaúcho que já é muito conceituado na Câmara, o Odacir Klein, mas que só agora conheci de perto. E que fica como um dos bons resultados e uma das boas recordações deste tempo.

Ao Relator setorial, a quem admiro pela inteligência, pela oportunidade das palavras, pela tranqüilidade e segurança, agradeço por ter aceito essa tarefa de relatar os pernambucanos. Não sei se Pernambuco ficará devedor de V. Exª, mas eu fico.

E, ao mais, acho que todos nós desempenhamos um papel. Ninguém foi inútil, todos contribuíram, cada um a seu modo, cada um a seu tempo e isto é que me entusiasma, isso é que me dá o ânimo porque, se o Congresso - nós não sabemos, quem vai decidir são os Plenários - já cassou alguns e irá cassar outros, pode-se dizer que cassamos; mas, para cada um que cassamos, temos pelo menos 20 ou 30 que estão aqui servindo com denodo, com espírito público e alguns até com sacrifício.

É só, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Concedo a palavra ao nobre Vice-Presidente, Deputado Odacir Klein e, após a rápida palavra da Mesa, votaremos a Redação Final que já está sendo preparada.

O SR. ODACIR KLEIN - Sr. Presidente, Senador Jarbas Passarinho; Sr. Relator, Deputado Roberto Magalhães; Sr. Relator de parcela da nossa investigação, Deputado Roberto Rollemberg; Srªs e Srs. Parlamentares presentes:

Lembro, Sr. Presidente, de sua primeira manifestação ao início dos trabalhos desta CPI. Foi dizendo que, nas suas mãos e na dependência do nosso trabalho, poderia estar a continuidade da democracia representativa que precisávamos, em investigando, demonstrar seriedade, demonstrar coragem, demonstrar espírito de justiça e deixarmos de lado inclusive as nossas posições partidárias.

E lembro também de um pronunciamento feito pelo Senador Pedro Simon, logo ao início também da CPI, em plenário, dizendo que nesta investigação não poderíamos ter postura meramente partidária e, se a tivéssemos, estaríamos prejudicando não só os nossos trabalhos, mas prejudicando inclusive a imagem do Congresso Nacional e a imagem das próprias instituições.

Pertenço, Sr. Presidente, a um partido político que teve exatamente essa visão. Na primeira hora, era de suas fileiras o maior número de pessoas mencionadas na entrevista do Sr. José Carlos Alves dos Santos, e dizia-me o Presidente Luiz Henrique, aqui presente, que era fundamental que investigássemos tudo, com espírito de servir à democracia.

Com esse objetivo, V. Exª foi convidado para presidir como presidiu esta CPI, com esse objetivo. O nobre Senador Suplicy, pessoa que se dedica com seriedade no processo de investigação dessa natureza, iria investigar inclusive companheiros partidários nossos, foi convidado para ocupar uma suplência que nos cabia.

Com esse objetivo, todos os parlamentares pertencentes ao nosso Partido político, o PMDB, estavam incluídos nos critérios aprovados, sentaram-se na cadeira de depoente sem que exercêssemos qualquer atitude de proteção. Exatamente porque entendíamos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, que neste momento nós estávamos...

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Solicito silêncio para o orador. Peço ao PFL, por obséquio, atenção para o PMDB.

O SR. ODACIR KLEIN -... exatamente buscando realizar um trabalho de interesse da democracia e do interesse do País. Estávamos mudando costumes neste País, Sr. Presidente, e para mudá-los foi preciso investigar, assinalar com a responsabilidade de alguns, mas foi preciso, principalmente, compartilhar com a dor de muitos, que, por uma questão de números mencionados ao lado de suas iniciais, sentavam ao nosso lado no processo investigatório.

De um deles ouvi, do Deputado Valdomiro Lima, meu coestaduano, que, nesse processo todo de sofrimento, os seus cabelos brancos haviam dito aos cabelos pretos que era fundamental que alguns fossem sacrificados, que alguns até fossem injustiçados, para que houvesse uma investigação completa e, ao final, pudéssemos assinalar com responsabilidade.

Concluímos um processo de investigação onde não está estabelecido o contraditório. Agimos com seriedade, com um Relator digno, sério, correto, querendo acertar, mas Relator de um processo de investigação que V. Exª presidiu com autoridade e não Relator de um processo em que se tenha estabelecido contraditório, que vai exatamente estabelecer-se agora nos colegiados específicos e que terão a incumbência de fazer julgamentos ensejando o direito de defesa.

Por isso, Sr. Presidente, estamos aqui concluindo esse trabalho, estamos aqui buscando fazer com que a Nação entenda que investigamos colegas nossos de representação parlamentar, que foi doloroso, que foi doloroso dizer que alguns têm responsabilidade, as têm, e foi doloroso estar ao lado de outros que estavam sendo investigados e sentíamos a sua inocência, como efetivamente ocorreu ao final desse trabalho essa demonstração. Foi doloroso mas foi necessário.

Acho que a visão do parlamentar que disse que entendia, embora se sentisse injustiçado, porque não se muda costumes de um País sem o sacrifício de alguns, é uma visão correta. Daqui para a frente, corruptor vai ter cuidado; daqui para a frente, saberão que se podem cruzar contas bancárias com declaração de rendimentos e com patrimônio; daqui para a frente, saberão que a qualquer momento pode se procurar saber a origem de qualquer depósito bancário ou de qualquer pagamento em dinheiro; daqui para a frente, outros serão os cuidados; e, daqui para a frente, ficará diminuída essa faixa de atuação daqueles que participam de um processo de corrupção, quer corrompendo, quer sendo corrompidos.

Fala-se muito dos políticos; dos políticos do Legislativo, dos políticos do Executivo, corrompidos. Na verdade, não existiria corrupção de político ou funcionário público não houvesse integrantes da chamada livre iniciativa corrompendo. Não haveria processo de corrupção. A responsabilidade não é só dos políticos, a responsabilidade não é só de funcionários públicos. E alguns, ao longo do tempo, exerceram essa atividade - estou convencido - de corruptores com uma rotatividade dentre os corrompidos.

Agora há condições de mudar. Por isso este processo valeu a pena. Por isso, Sr. Presidente, entendo que foi fundamental que realizássemos esses trabalhos desta CPI.

Quero dirigir uma palavra à imprensa, para dizer que lutei muito, no passado, por imprensa livre. Continuo defendendo imprensa livre. E para que a imprensa seja livre é fundamental que nós tenhamos o Congresso Nacional funcionando. Por isso é fundamental que o Congresso Nacional seja policiado, que seja criticado, que seja objeto dos olhares constantes; mas é fundamental que não se procure, por vezes, desgastar, graciosamente, a imagem do Congresso Nacional, porque sem ele não há democracia e sem democracia não há imprensa livre.

Fomos aliados já no outro processo de investigação, fomos aliados neste. Mas,

muitas vezes, vi pessoas sofrendo, ou por informação precipitada ou então por aquilo que foi escrito, divulgado precipitadamente. Somos aliados dentro desse processo democrático e o fortalecimento recíproco da seriedade é fundamental!

Encerro, Sr. Presidente, dizendo da satisfação que tive de participar dos trabalhos desta CPI. Nela fiz amizades, nela sofri! Não tenho nenhum prazer em estar agora aqui; nós tendo investigado os nossos colegas e assinalando com a responsabilidade de alguns que poderão, lá no contraditório, até ter situação modificada; não tenho nenhum prazer!

Mas tive a satisfação de conviver com pessoas, de fazer amigos, que conhecia de longe, da atividade parlamentar. Tive a satisfação de ver meu companheiro de muitas horas sendo, ao final, um dos relatores, relatando, parcialmente, os pernambucanos na CPI, o Deputado Roberto Rollemberg. Homem digno, correto, democrata, corajoso, e que tem todas as condições de realizar um trabalho como realizou.

Tive a satisfação de ser Vice-Presidente de uma CPI, tendo como Relator o Deputado Roberto Magalhães. Um homem também correto, um homem buscando a verdade, um homem que teve dificuldades naturais e hoje ainda quantas foram necessárias administrar por estar fazendo o relatório, num contexto todo de investigação, mas visando à verdade, visando à realidade, agindo sem temor, agindo corajosamente, agindo com espírito de justiça.

E tive a satisfação de ser Vice-Presidente daquele que era Presidente do Senado e, em conseqüência, Presidente das sessões do Congresso Nacional, quando eu era Líder da Oposição. Eu era Líder do maior Partido de Oposição e, regimentalmente, era, em conseqüência, o Líder da Oposição. E eu lembro bem que em determinadas votações - que, para a reciclagem de um governo que nós combatíamos, era fundamental que houvesse aprovação - nós tínhamos, na figura do Presidente do Senado e Presidente das sessões do Congresso Nacional, a imparcialidade e a decisão de todas as questões de ordem, baseado exclusivamente no Regimento e não na posição político-partidária. Quando me disseram que o Senador Jarbas Passarinho seria o Presidente desta CPI, tive a tranqüilidade e tive a grande satisfação de estar ao seu lado na Vice-Presidência desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Numa das minhas primeiras intervenções, citando Franklin Roosevelt, eu dizia que neste processo no qual estávamos engajados e tendo outras responsabilidades para exercer, só poderíamos ter temor ao medo. Acho que não tivemos medo. Sofremos. Foi doloroso. Aqueles que foram depor, que foram investigados e que na verdade não tinham culpabilidade, eu dedico todos os momentos dolorosos por que passei, e espero que em relação a quem venha a ser ao final do contraditório punido, tenhamos exemplos para que neste País não haja mais aqueles que fazem parte do círculo da rotatividade corrompida, para que os corruptores permanentes não tenham condições de prosperar no seus intentos. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) - Meus ilustres companheiros de Mesa, meus prezados pares da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Orçamento e aqueles que, não pertencendo a ela, foram instrumentos extremamente valiosos, denominados pelo que o Deputado José Genoíno chamava de militantes espontâneos.

Não sei se todos nós tivemos uma idéia do que fizemos. Não sei. Não sei se subitamente diante dos números V. Ex^s. terão alguma surpresa ao saberem, por exemplo, que foram quebrados 267 sigilos fiscais em 95 dias. Que foram quebrados 395 sigilos bancários.

Se eu pudesse pedir aos aletas locais do fundo da platéia que tivessem a paciência de ouvir o final desta reunião, eu me convenceria que estaria num parlamento.

Tivemos 43 sigilos telefônicos quebrados. Fizemos 25 diligências, das quais 9 foram no Distrito Federal. Tivemos 77 depoimentos, dos quais 43 em plenário. Tivemos 31 reuniões de trabalho; 4 depoimentos na Subcomissão Patrimonial; 19 depoimentos em diligências; 9 diligências em empresas locais e 16 em empresas fora do Distrito Federal.

Foi realmente um esforço estafante. E ele não poderia ser maior se nos recordarmos também de mais de uma centena e meia de horas que estivemos ouvindo depoimentos, inquirindo, reinquirindo e entre nós debatendo nas reuniões internas, supostamente secretas. E fora de dúvida, como disseram ainda há pouco os meus ilustres companheiros e colegas de Mesa, que tivemos também o nosso papel. E acho que o principal nesse papel foi a união que tivemos aqui; nunca estivemos em posições contrárias. E houve até momentos que, para acompanhar o Relator, mudamos nossa posição, e ele, para nos acompanhar, também mudou, e momemo em que, sozinho, o Vice-Presidente disse: "Por coerência com a Mesa, voto com ela." Tivemos disciplina intelectual. Não tivemos aquele tipo de arrogância que pensa que deve prevalecer a sua opinião minoritária sobre a maioria. E não usamos uma maioria que devesse ofuscar, ofender ou asfixiar a minoria, que também não é o papel.

Foi um belo esforço. Muitas vezes não se sabe se 111 reuniões públicas e internas. Teria sido pouco, ou teria sido muito?

Mas eu digo que nós fizemos o fim do começo. Nós ouvimos companheiros nossos dizerem aqui, na Mesa ainda há pouco: cumprimos a nossa parte. Mas, eu digo, o começo de uma tarefa. E essa tarefa extremamente penosa a que se referiu, ainda agora,com uma veemência extraordinária, uma beleza na sua formulação verbal, o Odacir Klein, como ainda há pouco, também, os relatores, esse começo é, agora, o bastão passado para ambas as Mesas do Congresso, conseqüentemente, para os seus Plenários, e para a ação do Ministério Público, onde couber. E onde é o caso.

Temos uma palavra de agradecimento, naturalmente, à imprensa, não como uma questão simples de cortesia, muito menos, ainda, de bajulação, jamais a bajulei. Poucos editores eu conheço, conheço, isso, sim, a maioria daqueles que, no corpo-a-corpo, fazem

contato conosco. Não frequentes, - não por orgulho, talvez até por timidez - mas a imprensa, como salientou, ainda há pouco, Odacir Klein, é extraordinariamente importante. Ela não inventa. Mas aumenta. (Risos)

Aprendi aqui, nesta Casa, muitas vezes, com repórteres que mostram sua matéria pronta e dizem: mas essa matéria não foi exatamente o que foi publicado, lá, na matriz. Eu chamo de matriz onde está a principal sede do jornal. Mas por que não foi? Ah, porque "aqueceram" a matéria. Então, a matéria "aquecida" significa dizer, por exemplo: "fulano é inconfiável" e traduzir, por "fulano é um canalha". É a forma de "aquecer" a matéria.

O funcionalismo nosso, o funcionalismo da Mesa, o exemplo que, ainda há pouco, deu o Prodasen, não apenas ainda há pouco, mas o tempo todo, varando madrugadas, não tendo o menor descanso, como a Mesa, que nos serviu, também, aqui, com o maior devotamento. São palavras, naturalmente, devidas. Mas há um tipo de agradecimento que eu tenho que fazer, na presença do Presidente do PMDB. É quando esse PMDB, pelo que disse Odacir Klein, resolveu me escolher para ser o seu representante na Presidência desta Casa. Eu espero que o PMDB não se tenha arrependido disso. Espero que, ao contrário, este Partido, que foi sempre aquele que me combateu e a quem combati, nas origens do que eu fui, do que eu sou, nas origens do que o PMDB foi, ao início de 74 e ao que é, este Partido deu, para mim, um exemplo extraordinário de ética e desprendimento.

Quando o Senador Humberto Lucena me disse, por telefone, altas horas da noite, que precisava do meu concurso, porque - não que faltassem elementos próprios, com a minha altura e maior do que a minha, mas porque havia, entre eles, pessoas de relevo que estavam citadas naquele depoimento que foi a geratriz do que nós fizemos depois, este Partido, definitivamente, granjeou o meu respeito.

Há quem esteja triste, porque nós não saímos daqui com a unanimidade. Eu não estou triste. Eu não vou repetir Nelson Rodrigues, porque não gosto daquela frase, de que toda a unanimidade é burra. Não, absolutamente não. Acho, também, que para fugir da unanimidade, uma pessoa, para dizer que não é burra, é apenas "espírito de porco", não me é justo. O consenso, entretanto, é importante. E nós tivemos aqui o consenso.

Aprendi há muito tempo, até num ditado francês, que não é possível contentar a todo mundo e seu pai. E, muito antes disso, lendo fábulas de Esopo, aquela fábula sobre o fazendeiro, o menino e o burro, também verifiquei que é impossível querer satisfazer a todos e qualquer tipo de procedimento que temos. Mas que nós saímos daqui com o consenso da Nação brasileira, eu não tenho dúvida nenhuma, porque recebemos, também, o apoio, nas ruas aonde vamos, nas mensagens que recebemos, telegrafadas, telefonadas, faladas, ditas pessoalmente, porque sabem as pessoas que, entre o ideal e o possível, nós seremos tolos se perseguirmos o ideal sem chegar ao possível.

Haverá, amanhã, certamente, quem dirá que fizemos pizza, e aqui temos a possibilidade de sofrer esse tipo de agressão, que é uma agressão injusta, gratuita a quem se dedicou a fazer um trabalho de pesquisa à busca da verdade, sem nenhum tipo de acordo. Não houve acordo entre nós, senão um único acordo, que era o acordo de pesquisar a verdade e sangrar na própria carne quando os nossos próprios companheiros caíam diante de nós, e, acima de tudo, nos geravam perplexidade porque deles não esperávamos isso.

Nomes emblemáticos deste Congresso, quantos ouvimos, pessoas da maior responsabilidade dizer que essa CPI termina apenas pegando pessoas menos expressivas. Ao contrário, talvez a luta de hoje, com quase uma centena dos destaques que foram apresentados, foram por vultos - não ofendo ninguém - menores politicamente no termo biográfico de um político. E aqui estivemos consensuais naquilo que poderia ser mais difícil.

Sou, seguramente, e não me agrada esse privilégio, o mais velho de todos nós e, por isso, não digo que seja o mais experiente. Há pessoas que vivem e não ganham experiência, mas creio que poderia me lembrar nesse instante de coisas do passado, com névoa na memória, a buscar versos de um velho poeta que já não recordo e que me encantou tanto quando li pela primeira vez, que dizia sobre a diferença entre a juventude a velhice.

Ele dizia: "Na juventude, as esperanças vão conosco à frente e os desenganos vão ficando atrás. Quando se chega à velhice, dizia o poeta, é exatamente o contrário: "Os desenganos vão conosco à frente e as esperanças vão ficando atrás."

Protesto, reajo, pelo que aprendi nesta Casa por todos os tempos e pelo que aprendi nesta CPI: as minhas esperanças é que vão à frente, os meus desenganos existiram mas estão atrás, não olho para trás para não ser como a mulher de Lot, olho para a frente com a esperança que todos temos de um Brasil que há de ser bem diferente, a partir do momento em que encerramos a nossa missão.

Permitam-me, companheiros, amigos, colegas, Pares nesta Casa, que eu possa repetir ainda uma vez, depois de tanto tempo fora da caserna, com o mesmo orgulho com o que disse da primeira vez, quando cadete, ao meu tenente: "Missão cumprida." Esta é a nossa missão cumprida.

E a próxima eleição vai mostrar que esse País mudou, em vez daquele rodízio de corruptos e corruptores a que se referiu o meu amigo Odacir Klein, meu querido amigo hoje, ao invés das palavras também contundentes que dirigiu esse admirável Relator, que é Roberto Magalhães, aos que fraudam os votos que receberam do seu povo, vamos ter é o exemplo de Bayard, sem mácula e sem medo, mas sem mácula também.

Esta é a nossa missão: é a mensagem que deixamos ao aprovar, por unanimidade, a redação final do nosso trabalho. Muito obrigado. (Palmas)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h30min.)